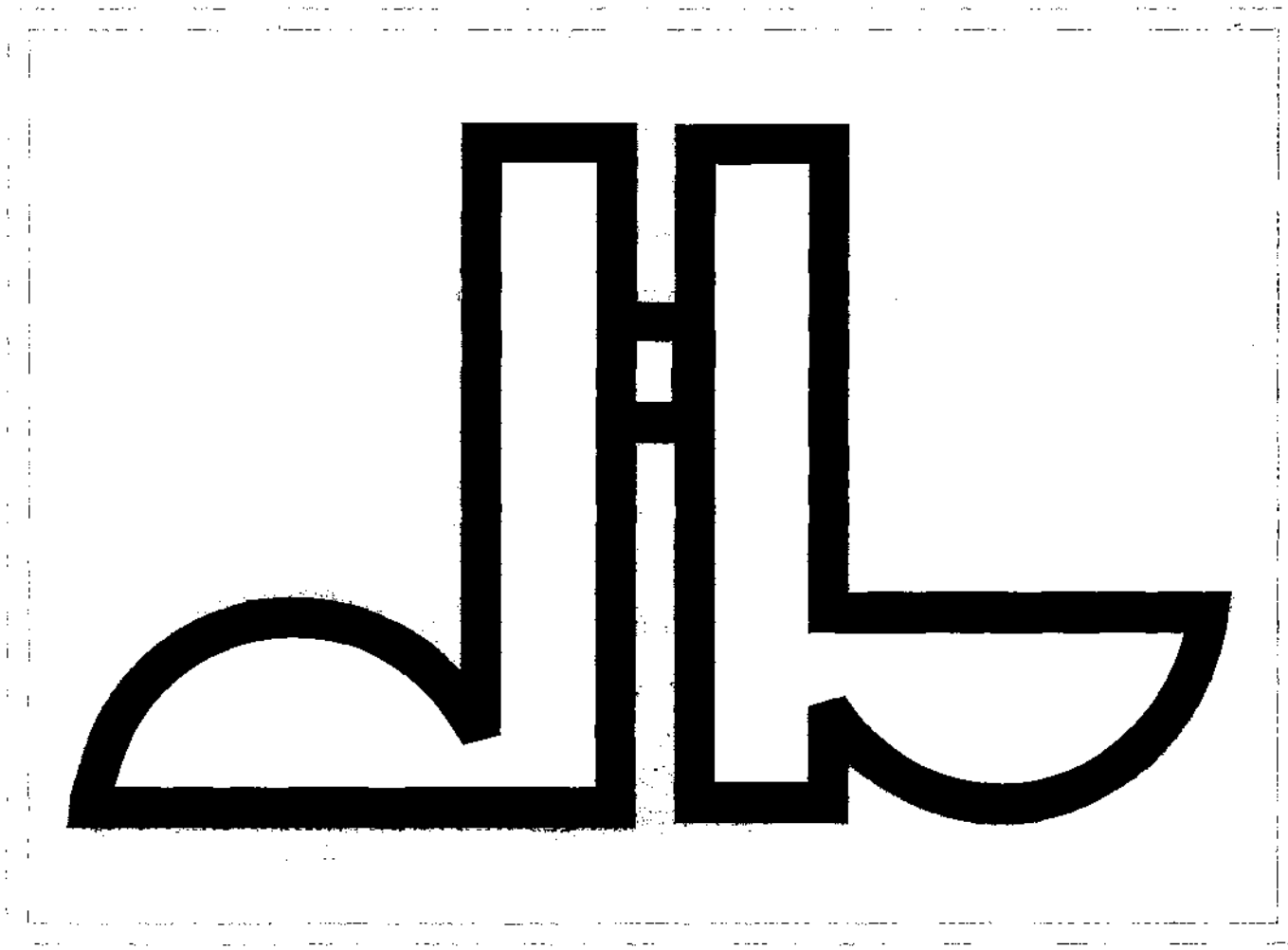
Câmara nos 500 anos

República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
# SESSÃO CONJUNTA

ANO LV Nº 23 SEXTA-FEIRA, 09 DE JUNHO DE 2000 BRASÍLIA-DF

# MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**PRESIDENTE**

***Senador*** **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA**

**1º VICE-PRESIDENTE**

***Deputado*** **HERÁCLITO FORTES – PFL – PI**

**2º VICE-PRESIDENTE**

***Senador*** **ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA**

**1º SECRETÁRIO**

***Deputado*** **UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE**

**2º SECRETÁRIO**

***Senador*** **CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO**

**3º SECRETÁRIO**

***Deputado*** **JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA**

**4º SECRETÁRIO**

***Senador*** **CASILDO MALDANER – PMDB – SC**

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# CONGRESSO NACIONAL

## PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 15 DE JUNHO PRÓXIMO, ÀS DEZ HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS.

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

**1 – ATA DA 11ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE JUNHO DE 2000**

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

**1.2.1 – Mensagens do Presidente da República**

Nº 490, de 2000-CN (nº 571/2000, na origem), comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1996 (nº 2.891/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências..... 13864

Nº 491, de 2000-CN (nº 627/2000, na origem), comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2000-Complementar (nº 18/99-Complementar, na Casa de origem), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. ..... 13870

Nº 492, de 2000-CN (nº 663/2000, na origem), comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998 (nº 390/99, na Câmara dos Deputados), que institui o Conselho Federal do Secretariado – CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências. ..... 13880

Nº 493, de 2000-CN (nº 671/2000, na origem), comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000. ..... 13883

Nº 494, de 2000-CN (nº 690/2000, na origem), comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1999 (nº 267/99, na Casa de origem), que institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. ..... 13892

Nº 495, de 2000-CN (nº 697/2000, na origem), comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1997 (nº 85/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências..... 13893

Nº 496, de 2000-CN (nº 705/2000, na origem), comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2000 (nº 4.257/98, na Casa de origem), que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. ..... 13893

Nº 497, de 2000-CN (nº 746/2000, na origem), comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2000 (nº 2.329/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários. ..... 13894

Nº 498, de 2000-CN (nº 782/2000, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 2, de 2000-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, no exercício de 2000, para reforço de dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ..... 13896

**1.2.2 – Comunicação da Presidência**

Designação das Comissões Mistas e estabelecimento de calendário para tramitação dos vetos apostos aos Projetos de Lei da Câmara nºs 37, de 1996, e 4, de 2000-Complementar, ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1998, ao Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN e aos Projetos de Lei da Câmara nºs 59, de 1999, 39, de 1997, 8 e 5, de 2000, constantes de mensagens presidenciais lidas anteriormente ..... 13899

**1.2.3 – Leitura de projetos**

Projeto de Resolução nº 4, de 2000-CN, de autoria do Senador Pedro Piva e outros congressistas, que extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o Instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do art. 15, revogando o art. 19 e acrescentando inciso ao art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN. Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. ..... 13899

Projeto de Resolução nº 5, de 2000-CN, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros congressistas, que altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação de matérias a que se refere o mesmo artigo. Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. ..... 13903

**1.2.4 – Leitura de requerimento**

Nº 53, de 2000-CN, de autoria do Senador Sebastião Rocha, solicitando a criação de Comissão Mista Especial, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados como titulares e igual número de suplentes para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, esclarecer em que circunstâncias ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na estância de sua propriedade, na Província de Corrientes, na Argentina. Será votado oportunamente. ..... 13906

**1.2.5 – Ofício**

Nº 5/2000, de 7 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.020-2, de 2000. ..... 13906

**1.2.6 – Comunicações da Presidência**

Arquivamento da Mensagem nº 7, de 2000-CN (nº 1.998/99, na origem) ..... 13907

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso quanto à decisão da Presidência pelo arquivamento do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 47, de 1999-CN. ..... 13907

**1.2.7 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)**

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Sugestão para realização no Salão Negro do Congresso Nacional da exposição denominada **Exodus**, do fotógrafo Sebastião Salgado, sobre as dificuldades dos povos de todo o mundo em conseguir viver em sua própria terra. ..... 13997

DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Intransigência dos Governos Federal e Estaduais na negociação com os movimentos de servidores públicos em greve pelo País. Defesa da inclusão dos marinheiros no processo de anistia. ..... 13998

DEPUTADO *LUIZ SÉRGIO* – Discordância do objetivo do Plano Plurianual de atender às expectativas do mercado financeiro e relegar as reivindicações da sociedade brasileira. ..... 13909

DEPUTADO *PROFESSOR LUIZINHO* – Abertura hoje, no Auditório Nereu Ramos, de seminário da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, destinado ao debate sobre o Plano Nacional de Educação. Expectativa quanto à realização de assembléia dos professores do Estado de São Paulo, marcada para hoje. ..... 139009

DEPUTADO *VIRGÍLIO GUIMARÃES* – Críticas à exclusão de regiões de alta concentração de pobreza do programa de retomada do desenvolvimento, cujos recursos serão estabelecidos no Plano Plurianual. ..... 13910

DEPUTADO *FERNANDO CORUJA* – Contrariedade com a natureza autorizativa do Orçamento da União. Deterioração da carreira de funcionário público e da qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira. ..... 13911

DEPUTADO *REGIS CAVALCANTE* – Aspectos da obstrução parlamentar patrocinada pelas Oposições. Necessidade de diálogo entre o Governo e o conjunto dos servidores públicos quanto às reivindicações da categoria. ..... 13913

DEPUTADO *RUBENS BUENO* – Considerações sobre a greve dos professores no Estado do Paraná. Repúdio à distribuição de cargos da Secretaria de Educação do Paraná baseada em critérios políticos. ..... 13914

DEPUTADO *GIOVANNI QUEIROZ* – Esclarecimentos quanto ao valor dos investimentos públicos constantes do PPA, em virtude da divulgação de dados equivocados pelo jornal **Gazeta Mercantil**. Justificação ao posicionamento contrário do PDT em relação ao Plano Plurianual ..... 13915

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. **Discussão encerrada**, após apresentação de Adendo da relatoria, tendo usado da palavra os Srs. Renato Vianna (Relator), Arthur Virgílio, José Genoíno, Alberto Goldman, João Fassarella, Clementino Coelho, Arlindo Chinaglia, Aloizio Mercadante, Dr. Evilásio, Roberto Jefferson, Jorge Bittar, Fernando Coruja e Giovanni Queiroz. ... 13916

**1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação**

DEPUTADO *ANDRÉ BENASSI* – Necessidade de aprofundamento da discussão sobre a redução da jornada de trabalho. ..... 13947

DEPUTADO *ALEX CANZIANI* – Exaltação do sistema penitenciário do Estado do Paraná como exemplo de recuperação de detentos. ..... 13948

DEPUTADO *MAURO BENEVIDES* – Defesa da imediata votação da Reforma Tributária. ..... 13949

DEPUTADO *VICENTE CAROPRESO* – Relatório sobre a participação de S. Exª em missão oficial destinada a acompanhar o segundo turno das eleições presidenciais peruanas. ..... 13950

DEPUTADO *JAIR BOLSONARO* – Comemoração, no próximo dia 10 do corrente, do Dia da Artilharia do Exército Brasileiro. ..... 13955

DEPUTADO *PAULO PAIM* – Preocupação com decisão do Supremo Tribunal Federal que derrubou, por unanimidade, a extensão do direito de licença-maternidade às mães adotivas ..... 13955

DEPUTADO *EDINHO BEZ* – Considerações sobre o projeto da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO, no Estado de Santa Catarina, relacionado à Agricultura Familiar ..... 13956

DEPUTADO *OSVALDO SOBRINHO* – Necessidade de incentivo à produção e exportação do algodão brasileiro. ..... 13958

DEPUTADA *JANDIRA FEGHALI* – Homenagem aos 50 anos de falecimento da Drª Alice de Toledo Tibiriçá. ..... 13959

DEPUTADO *ALOÍZIO SANTOS* – Inauguração, ontem, da Rede Automática de Monitoração da Qualidade do Ar, na Grande Vitória. Diminuição do índice de mortalidade infantil no País. .... 13960

DEPUTADO *FERNANDO GONÇALVES* – Prejuízo ao povo do Estado do Rio de Janeiro pelos cortes orçamentários determinados pelo Governo Federal ..... 13961

DEPUTADO *EDINHO ARAÚJO* – Considerações sobre as greves do funcionalismo público federal e dos professores paulistas, ambas por reajuste salarial. ..... 13961

DEPUTADA *TELMA DE SOUZA* – Descaso do Governo no tratamento dispensado aos servidores federais. Preocupação com a falta de investimentos públicos na área social. ..... 13963

DEPUTADO *POMPEO DE MATTOS* – Considerações sobre a proposta de plebiscito para criação de novo estado no Sul do Brasil a partir da divisão do Estado do Rio Grande do Sul. Apoio à extensão da licença-maternidade para as mães adotivas. ..... 13963

DEPUTADO *NELSON MARQUEZELLI* – Apelo para liberação de recursos orçamentários destinados ao setor produtivo da borracha. ..... 13965

DEPUTADO *DR. HELENO* – Defesa da manutenção da ordem pública nas manifestações populares, trabalhistas e políticas ..... 13965

DEPUTADO *WELLINGTON DIAS* – Participação de S. Exª na Caminhada pelo Projeto Educarte, realizada em Teresina, Estado do Piauí. ..... 13966

1.4 – ENCERRAMENTO

**2 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

2ª Reunião Ordinária, realizada em 8, 9, 10 e 16 de fevereiro de 2000 ..... 13967

1ª Reunião Extraordinária, realizada em 21 a 23, 28 e 30 de março de 2000 ..... 14196

Reunião para apreciação da Proposta de Relatório Final do Plano Plurianual 2000/2003, realizada em 17 de maio de 2000. ..... 14303

Reunião para apreciação dos Relatórios Adjuntos do Plano Plurianual 2000/2003 no Colegiado de Relatores Adjuntos e o Relator-Geral, realizada em 18 de abril de 2000. ..... 14319

Termos de Reunião nºs 12 a 14 de 2000. ... 14348

**3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**4 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

# Ata da 11ª Sessão Conjunta, em 8 de junho de 2000

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Ubiratan Aguiar e Carlos Patrocínio*

*ÀS 10 HORAS E 6 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

| Partido | UF | Nome do Senador | Lista | Vot. | Quo. |
|---|---|---|---|---|---|
| PSB | PA | ADEMIR ANDRADE | X | | |
| PMDB | RN | AGNELO ALVES | X | | |
| PSDB | PR | ALVADO DIAS | X | | |
| PMDB | RO | AMIR LANDO | X | | |
| PSDB | MT | ANTERO PAES DE BARROS | X | | |
| PFL | BA | ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | X | | |
| PSB | SE | ANTONIO CARLOS VALADARES | X | | |
| PTB | MG | ARLINDO PORTO | X | | |
| PSDB | RJ | ARTUR DA TÁVOLA | X | | |
| PFL | MA | BELLO PARGA | X | | |
| PFL | AM | BERNARDO CABRAL | X | | |
| PMDB | MT | CARLOS BEZERRA | X | | |
| PFL | TO | CARLOS PATROCÍNIO | X | | |
| PMDB | SC | CASILDO MALDANER | X | | |
| PFL | BA | DJALMA BESSA | X | | |
| PFL | MA | EDISON LOBÃO | X | | |
| BLOCO | SP | EDUARDO SUPLICY | X | | |
| BLOCO | RS | EMILIA FERNANDES | X | | |
| PFL | MG | FRANCELINO PEREIRA | X | | |
| PFL | PI | FREITAS NETO | X | | |
| PFL | SC | GERALDO ALTHOFF | X | | |
| BLOCO | RJ | GERALDO CÂNDIDO | X | | |
| PSDB | RN | GERALDO MELO | X | | |
| PMDB | AM | GILBERTO MESTRINHO | X | | |
| BLOCO | AL | HELOÍSA HELENA | X | | |
| PFL | PI | HUGO NAPOLEÃO | X | | |
| PMDB | GO | IRIS REZENDE | X | | |
| BLOCO | AM | JEFFERSON PERES | X | | |
| PFL | MT | JONAS PINHEIRO | X | | |
| PFL | RN | JOSÉ AGRIPINO | X | | |
| PMDB | MG | JOSÉ ALENCAR | X | | |
| BLOCO | SE | JOSÉ EDUARDO DUTRA | X | | |
| PMDB | RS | JOSÉ FOGAÇA | X | | |
| PFL | PE | JOSE JORGE | X | | |
| PMDB | AP | JOSÉ SARNEY | X | | |

| Partido | UF | Nome do Senador | Lista | Vot. | Quo. |
|---|---|---|---|---|---|
| PFL | MS | JUVÊNCIO DA FONSECA | X | | |
| BLOCO | DF | LAURO CAMPOS | X | | |
| PPB | TO | LEOMAR QUINTANILHA | X | | |
| PSDB | CE | LÚCIO ALCÂNTARA | X | | |
| PSDB | MS | LÚDIO COELHO | X | | |
| PMDB | DF | LUIZ ESTEVÃO | X | | |
| | PA | LUIZ OTÁVIO | X | | |
| PMDB | GO | MAGUITO VILELA | X | | |
| BLOCO | AC | MARINA SILVA | X | | |
| PMDB | RR | MARLUCE PINTO | X | | |
| PMDB | GO | MAURO MIRANDA | X | | |
| PFL | RO | MOREIRA MENDES | X | | |
| PFL | RR | MOZARILDO CAVALCANTI | X | | |
| PMDB | AC | NABOR JUNIOR | X | | |
| PMDB | PB | NEY SUASSUNA | X | | |
| PSDB | PR | OSMAR DIAS | X | | |
| PPS | ES | PAULO HARTUNG | X | | |
| PFL | BA | PAULO SOUTO | X | | |
| PSDB | SP | PEDRO PIVA | X | | |
| PMDB | RS | PEDRO SIMON | X | | |
| PMDB | MS | RAMEZ TEBET | X | | |
| PMDB | AL | RENAN CALHEIROS | X | | |
| PFL | MA | RIBAMAR FIQUENE | X | | |
| PSDB | ES | RICARDO SANTOS | X | | |
| PPS | PE | ROBERTO FREIRE | X | | |
| PMDB | PR | ROBERTO REQUIÃO | X | | |
| PSB | RJ | ROBERTO SATURNINO | X | | |
| PSDB | RR | ROMERO JUCÁ | X | | |
| PFL | SP | ROMEU TUMA | X | | |
| PMDB | PB | RONALDO CUNHA LIMA | X | | |
| BLOCO | AP | SEBASTIÃO ROCHA | X | | |
| PSDB | CE | SERGIO MACHADO | X | | |
| PSDB | AL | TEOTONIO VILELA FILHO | X | | |
| BLOCO | AC | TIÃO VIANA | X | | |
| PMDB | PB | WELLINGTON ROBERTO | X | | |

*E OS SRS. DEPUTADOS:*

| | Partido | Bloco |
|---|---|---|
| **RORAIMA** | | |
| Alceste Almeida | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Francisco Rodrigues | PFL | |
| Luis Barbosa | PFL | |
| Robério Araújo | PL | PL/PSL |
| Salomão Cruz | PPB | |
| **Presentes de Roraima : 5** | | |
| **AMAPÁ** | | |
| Antonio Feijão | PST | PMDB/PST/PTN |
| Eduardo Seabra | PTB | PSDB/PTB |
| Jurandil Juarez | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Sérgio Barcellos | PFL | |
| **Presentes de Amapá : 4** | | |
| **PARÁ** | | |
| Anivaldo Vale | PSDB | PSDB/PTB |
| Gerson Peres | PPB | |
| Giovanni Queiroz | PDT | |
| Jorge Costa | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Josué Bengtson | PTB | PSDB/PTB |
| Nicias Ribeiro | PSDB | PSDB/PTB |
| Nilson Pinto | PSDB | PSDB/PTB |
| Raimundo Santos | PFL | |
| Renildo Leal | PTB | PSDB/PTB |
| Zenaldo Coutinho | PSDB | PSDB/PTB |
| **Presentes de Pará : 10** | | |
| **AMAZONAS** | | |
| Arthur Virgílio | PSDB | PSDB/PTB |
| Átila Lins | PFL | |
| **Presentes de Amazonas : 2** | | |
| **RONDONIA** | | |
| Confúcio Moura | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Eurípedes Miranda | PDT | |
| Expedito Júnior | PFL | |
| Marinha Raupp | PSDB | PSDB/PTB |
| Nilton Capixaba | PTB | PSDB/PTB |
| Sérgio Carvalho | PSDB | PSDB/PTB |
| **Presentes de Rondonia : 6** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **ACRE** | | |
| Ildefonço Cordeiro | PFL | |
| João Tota | PPB | |
| José Aleksandro | PSL | PL/PSL |
| Márcio Bittar | PPS | |
| Marcos Afonso | PT | |
| Nilson Mourão | PT | |
| Sérgio Barros | PSDB | PSDB/PTB |
| **Presentes de Acre : 7** | | |
| **TOCANTINS** | | |
| Antônio Jorge | PTB | PSDB/PTB |
| João Ribeiro | PFL | |
| Nilmar Ruiz | PFL | |
| Osvaldo Reis | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Rainel Barbosa | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| **Presentes de Tocantins : 5** | | |
| **MARANHÃO** | | |
| Cesar Bandeira | PFL | |
| Costa Ferreira | PFL | |
| Eliseu Moura | PPB | |
| Francisco Coelho | PFL | |
| Gastão Vieira | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| João Castelo | PSDB | PSDB/PTB |
| José Antonio Almeida | PSB | PSB/PCDOB |
| Mauro Fecury | PFL | |
| Neiva Moreira | PDT | |
| Nice Lobão | PFL | |
| Pedro Fernandes | PFL | |
| Pedro Novais | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Roberto Rocha | PSDB | PSDB/PTB |
| Sebastião Madeira | PSDB | PSDB/PTB |
| **Presentes de Maranhão : 14** | | |
| **CEARÁ** | | |
| Aníbal Gomes | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Arnon Bezerra | PSDB | PSDB/PTB |
| Chiquinho Feitosa | PSDB | PSDB/PTB |
| Eunício Oliveira | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Inácio Arruda | PCdoP | PSB/PCDOB |
| José Linhares | PPB | |
| José Pimentel | PT | |
| Léo Alcântara | PSDB | PSDB/PTB |
| Mancel Salviano | PSDB | PSDB/PTB |
| Mauro Benevides | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Moroni Torgan | PFL | |
| Pinheiro Landim | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Raimundo Gomes de Matos | PSDB | PSDB/PTB |
| Ubiratan Aguiar | PSDB | PSDB/PTB |
| Vicente Arruda | PSDB | PSDB/PTB |
| **Presentes de Ceará : 15** | | |

**PIAUÍ**

| | | |
|---|---|---|
| Átila Lira | PSDB | PSDB/PTB |
| Ciro Nogueira | PFL | |
| Gessivaldo Isaias | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| João Henrique | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Mussa Demes | PFL | |
| Paes Landim | PFL | |
| Themístocles Sampaio | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Wellington Dias | PT | |

**Presentes de Piauí : 8**

**RIO GRANDE DO NORTE**

| | | |
|---|---|---|
| Ana Catarina | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Betinho Rosado | PFL | |
| Iberê Ferreira | PPB | |
| Laire Rosado | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Lavoisier Maia | PFL | |

**Presentes de Rio Grande do Norte : 5**

**PARAÍBA**

| | | |
|---|---|---|
| Adauto Pereira | PFL | |
| Armando Abílio | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Avenzoar Arruda | PT | |
| Carlos Dunga | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Damião Feliciano | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Domiciano Cabral | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Efraim Morais | PFL | |
| Inaldo Leitão | PSDB | PSDB/PTB |
| José Luiz Clerot | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Marcondes Gadelha | PFL | |
| Ricardo Rique | PSDB | PSDB/PTB |

**Presentes de Paraíba : 11**

***PERNAMBUCO***

| | | |
|---|---|---|
| Antônio Geraldo | PFL | |
| Armando Monteiro | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Clementino Coelho | PPS | |
| Djalma Paes | PSB | PSB/PCDOB |
| Fernando Ferro | PT | |
| Gonzaga Patriota | PSB | PSB/PCDOB |
| Inocêncio Oliveira | PFL | |
| João Colaço | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Luiz Piauhylino | PSDB | PSDB/PTB |
| Marcos de Jesus | PSDB | PSDB/PTB |
| Osvaldo Coelho | PFL | |
| Pedro Eugênio | PPS | |
| Ricardo Fiuza | PFL | |
| Salatiel Carvalho | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Sérgio Guerra | PSDB | PSDB/PTB |
| Severino Cavalcanti | PPB | |

**Presentes de Pernambuco : 16**

**ALAGOAS**

| | | |
|---|---|---|
| Albérico Cordeiro | PTB | PSDB/PTB |
| Augusto Farias | PPB | |
| Helenildo Ribeiro | PSDB | PSDB/PTB |
| João Caldas | PL | PL/PSL |
| Joaquim Brito | PT | |
| José Thomaz Nonô | PFL | |
| Regis Cavalcante | PPS | |

**Presentes de Alagoas : 7**

**SERGIPE**

| | | |
|---|---|---|
| Adelson Ribeiro | PSC | |
| Augusto Franco | PSDB | PSDB/PTB |
| Cleonâncio Fonseca | PPB | |
| Jorge Alberto | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| José Teles | PSDB | PSDB/PTB |
| Marcelo Déda | PT | |
| Pedro Valadares | PSB | PSB/PCDOB |

**Presentes de Sergipe : 7**

**BAHIA**

| | | |
|---|---|---|
| Aroldo Cedraz | PFL | |
| Coriolano Sales | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Eujácio Simões | PL | PL/PSL |
| Félix Mendonça | PTB | PSDB/PTB |
| Francistônio Pinto | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Geddel Vieira Lima | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Geraldo Simões | PT | |
| Gerson Gabrielli | PFL | |
| Haroldo Lima | PCdoB | PSB/PCDOB |
| Jairo Azi | PFL | |
| Jairo Carneiro | PFL | |
| João Almeida | PSDB | PSDB/PTB |
| Jonival Lucas Junior | PFL | |
| Jorge Khoury | PFL | |
| José Carlos Aleluia | PFL | |
| José Ronaldo | PFL | |
| Jutahy Junior | PSDB | PSDB/PTB |
| Leur Lomanto | PFL | |
| Luiz Moreira | S.Part. | |
| Manoel Castro | PFL | |
| Mário Negromonte | PSDB | PSDB/PTB |
| Nelson Pellegrino | PT | |
| Paulo Braga | PFL | |
| Paulo Magalhães | PFL | |
| Saulo Pedrosa | PSDB | PSDB/PTB |
| Walter Pinheiro | PT | |
| Yvonilton Gonçalves | PPB | |

**Presentes de Bahia : 27**

**MINAS GERAIS**

| | | |
|---|---|---|
| Ademir Lucas | PSDB | PSDB/PTB |
| Aécio Neves | PSDB | PSDB/PTB |
| Antônio do Valle | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Aracely de Paula | PFL | |
| Bonifácio de Andrada | PSDB | PSDB/PTB |
| Cabo Júlio | PL | PL/PSL |
| Carlos Mosconi | PSDB | PSDB/PTB |
| Cleuber Carneiro | PFL | |
| Custódio Mattos | PSDB | PSDB/PTB |
| Danilo de Castro | PSDB | PSDB/PTB |
| Edmar Moreira | PPB | |
| Eduardo Barbosa | PSDB | PSDB/PTB |
| Eliseu Resende | PFL | |
| Fernando Diniz | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Gilmar Machado | PT | |
| Ibrahim Abi-Ackel | PPB | |
| Jaime Martins | PFL | |
| João Fassarella | PT | |
| João Magalhães | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| João Magno | PT | |
| José Militão | PSDB | PSDB/PTB |
| Lincoln Portela | PSL | PL/PSL |
| Márcio Reinaldo Moreira | PPB | |
| Marcos Lima | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Maria do Carmo Lara | PT | |
| Mário Assad Júnior | PFL | |
| Mário de Oliveira | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Odelmo Leão | PPB | |
| Olimpio Pires | PDT | |
| Osmânio Pereira | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Paulo Delgado | PT | |
| Philemon Rodrigues | PL | PL/PSL |
| Rafael Guerra | PSDB | PSDB/PTB |
| Roberto Brant | PFL | |
| Romeu Queiroz | PSDB | PSDB/PTB |
| Ronaldo Vasconcellos | PFL | |
| Saraiva Felipe | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Silas Brasileiro | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Virgílio Guimarães | PT | |
| Vittorio Medioli | PSDB | PSDB/PTB |
| Zaire Rezende | PMDB | PMDB/PST/PTN |

**Presentes de Minas Gerais : 41**

**ESPÍRITO SANTO**

| | | |
|---|---|---|
| Aloízio Santos | PSDB | PSDB/PTB |
| José Carlos Elias | PTB | PSDB/PTB |
| Magno Malta | PTB | PSDB/PTB |
| Marcus Vicente | PSDB | PSDB/PTB |
| Nilton Baiano | PPB | |
| Ricardo Ferraço | PSDB | PSDB/PTB |
| Rita Camata | PMDB | PMDB/PST/PTN |

**Presentes de Espírito Santo : 7**

**RIO DE JANEIRO**

| | | |
|---|---|---|
| Aldir Cabral | PSDB | PSDB/PTB |
| Alexandre Cardoso | PSB | PSB/PCDOB |
| Almerinda de Carvalho | PFL | |
| Ayrton Xerêz | PPS | |
| Bispo Rodrigues | PL | PL/PSL |
| Carlos Santana | PT | |
| Celso Jacob | PDT | |
| Coronel Garcia | PSDB | PSDB/PTB |
| Dino Fernandes | PSDB | PSDB/PTB |
| Dr. Heleno | PSDB | PSDB/PTB |
| Eber Silva | PDT | |
| Eduardo Paes | PTB | PSDB/PTB |
| Fernando Gabeira | PV | |
| Fernando Gonçalves | PTB | PSDB/PTB |
| Jair Bolsonaro | PPB | |
| Jandira Feghali | PCdoB | PSB/PCDOB |
| João Sampaio | PDT | |
| Jorge Bittar | PT | |
| Laura Carneiro | PFL | |
| Luiz Ribeiro | PSDB | PSDB/PTB |
| Luiz Sérgio | PT | |
| Marcio Fortes | PSDB | PSDB/PTB |
| Milton Temer | PT | |
| Miriam Reid | PDT | |
| Miro Teixeira | PDT | |
| Pastor Valdeci Paiva | PSL | PL/PSL |
| Paulo Baltazar | PSB | PSB/PCDOB |
| Paulo de Almeida | PPB | |
| Paulo Feijó | PSDB | PSDB/PTB |
| Roberto Jefferson | PTB | PSDB/PTB |
| Rubem Medina | PFL | |
| Simão Sessim | PPB | |
| Vivaldo Barbosa | PDT | |
| Wanderley Martins | PDT | |

**Presentes de Rio de Janeiro : 34**

**SÃO PAULO**

| | | |
|---|---|---|
| Alberto Goldman | PSDB | PSDB/PTB |
| Alberto Mourão | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Aloizio Mercadante | PT | |
| André Benassi | PSDB | PSDB/PTB |
| Angela Guadagnin | PT | |
| Antonio Carlos Pannunzio | PSDB | PSDB/PTB |
| Antonio Kandir | PSDB | PSDB/PTB |
| Antonio Palocci | PT | |
| Arlindo Chinaglia | PT | |
| Arnaldo Faria de Sá | PPB | |
| Arnaldo Madeira | PSDB | PSDB/PTB |
| Ary Kara | PPB | |
| Bispo Wanderval | PL | PL/PSL |
| Celso Giglio | PTB | PSDB/PTB |
| Clovis Volpi | PSDB | PSDB/PTB |
| Corauci Sobrinho | PFL | |
| Cunha Bueno | PPB | |
| De Velasco | PSL | PL/PSL |
| Dr. Evilásio | PSB | PSB/PCDOB |
| Duilio Pisaneschi | PTB | PSDB/PTB |
| Edinho Araújo | PPS | |
| Eduardo Jorge | PT | |
| Emerson Kapaz | PPS | |
| Fernando Zuppo | PDT | |
| Gilberto Kassab | PFL | |
| João Herrmann Neto | PPS | |
| João Paulo | PT | |
| Jorge Tadeu Mudalen | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| José de Abreu | PTN | PMDB/PST/PTN |
| José Dirceu | PT | |
| José Genoíno | PT | |
| José Machado | PT | |
| José Roberto Batochio | PDT | |
| Luiz Antonio Fleury | PTB | PSDB/PTB |
| Luiza Erundina | PSB | PSB/PCDOB |
| Marcelo Barbieri | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Medeiros | PFL | |
| Michel Temer | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Milton Monti | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Moreira Ferreira | PFL | |
| Nelo Rodolfo | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Nelson Marquezelli | PTB | PSDB/PTB |
| Paulo Kobayashi | PSDB | PSDB/PTB |
| Paulo Lima | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Professor Luizinho | PT | |
| Ricardo Berzoini | PT | |
| Ricardo Izar | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Robson Tuma | PFL | |
| Rubens Furlan | PPS | |
| Salvador Zimbaldi | PSDB | PSDB/PTB |
| Sampaio Dória | PSDB | PSDB/PTB |

| | | |
|---|---|---|
| Silvio Torres | PSDB | PSDB/PTB |
| Telma de Souza | PT | |
| Vadão Gomes | PPB | |
| Valdemar Costa Neto | PL | PL/PSL |
| Wagner Salustiano | PPB | |
| Xico Graziano | PSDB | PSDB/PTB |

**Presentes de São Paulo : 57**

**MATO GROSSO**

| | | |
|---|---|---|
| Celcita Pinheiro | PFL | |
| Osvaldo Sobrinho | PTB | PSDB/PTB |
| Ricarte de Freitas | PSDB | PSDB/PTB |
| Teté Bezerra | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Welinton Fagundes | PSDB | PSDB/PTB |
| Wilson Santos | PMDB | PMDB/PST/PTN |

**Presentes de Mato Grosso : 6**

**DISTRITO FEDERAL**

| | | |
|---|---|---|
| Agnelo Queiroz | PCdoB | PSB/PCDOB |
| Alberto Fraga | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Geraldo Magela | PT | |
| Jorge Pinheiro | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Paulo Octávio | PFL | |
| Pedro Celso | PT | |

**Presentes de Distrito Federal : 6**

**GOIÁS**

| | | |
|---|---|---|
| Barbosa Neto | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Euler Morais | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Juquinha | PSDB | PSDB/PTB |
| Lídia Quinan | PSDB | PSDB/PTB |
| Luiz Bittencourt | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Nair Xavier Lobo | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Norberto Teixeira | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Pedro Canedo | PSDB | PSDB/PTB |
| Pedro Chaves | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Pedro Wilson | PT | |
| Roberto Balestra | PPB | |
| Ronaldo Caiado | PFL | |
| Vilmar Rocha | PFL | |
| Zé Gomes da Rocha | PMDB | PMDB/PST/PTN |

**Presentes de Goiás : 14**

**MATO GROSSO DO SUL**

| | | |
|---|---|---|
| Ben-Hur Ferreira | PT | |
| João Grandão | PT | |
| Marçal Filho | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Marisa Serrano | PSDB | PSDB/PTB |
| Nelson Trad | PTB | PSDB/PTB |
| Waldemir Moka | PMDB | PMDB/PST/PTN |

**Presentes de Mato Grosso do Sul : 6**

**PARANÁ**

| | | |
|---|---|---|
| Airton Roveda | PSDB | PSDB/PTB |
| Alex Canziani | PSDB | PSDB/PTB |
| Chico da Princesa | PSDB | PSDB/PTB |
| Dilceu Sperafico | PPB | |
| Dr. Rosinha | PT | |
| Flávio Arns | PSDB | PSDB/PTB |
| Gustavo Fruet | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Hermes Parcianello | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| José Borba | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| José Carlos Martinez | PTB | PSDB/PTB |
| José Janene | PPB | |
| Márcio Matos | PT | |
| Max Rosenmann | PSDB | PSDB/PTB |
| Moacir Micheletto | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Nelson Meurer | PPB | |
| Odílio Balbinotti | PSDB | PSDB/PTB |
| Oliveira Filho | PSDB | PSDB/PTB |
| Osmar Serraglio | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Padre Roque | PT | |
| Renato Silva | PSDB | PSDB/PTB |
| Rubens Bueno | PPS | |

**Presentes de Paraná : 21**

**SANTA CATARINA**

| | | |
|---|---|---|
| Antônio Carlos Konder Reis | PFL | |
| Carlito Merss | PT | |
| Edinho Bez | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Edison Andrino | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Eni Voltolini | PPB | |
| Fernando Coruja | PDT | |
| Gervásio Silva | PFL | |
| Hugo Biehl | PPB | |
| João Pizzolatti | PPB | |
| José Carlos Vieira | PFL | |
| Pedro Bittencourt | PFL | |
| Renato Vianna | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Serafim Venzon | PDT | |
| Vicente Caropreso | PSDB | PSDB/PTB |

**Presentes de Santa Catarina : 14**

**RIO GRANDE DO SUL**

| | | |
|---|---|---|
| Airton Dipp | PDT | |
| Alceu Collares | PDT | |
| Augusto Nardes | PPB | |
| Caio Riela | PTB | PSDB/PTB |
| Darcísio Perondi | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Esther Grossi | PT | |
| Fetter Júnior | PPB | |
| Luis Carlos Heinze | PPB | |
| Luiz Mainardi | PT | |
| Nelson Marchezan | PSDB | PSDB/PTB |
| Osvaldo Biolchi | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Paulo José Gouvêa | PL | PL/PSL |
| Paulo Paim | PT | |
| Pompeo de Mattos | PDT | |
| Roberto Argenta | PHS | |
| Synval Guazzelli | PMDB | PMDB/PST/PTN |
| Telmo Kirst | PPB | |
| Valdeci Oliveira | PT | |
| Waldomiro Fioravante | PT | |

**Presentes de Rio Grande do Sul : 18**

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – As listas de presença acusam o comparecimento de 70 Srs. Senadores e 374 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

## MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

## MENSAGEM
## Nº 490, DE 2000-CN
**(Nº 571/2000, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 2.891, de 1992 (nº 37/96 no Senado Federal), que "Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério de Minas e Energia manifestou-se pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

**§ 2º do art. 17**

"Art. 17 .....

§ 2º Não será permitido o alijamento de metais pesados ou resíduos líquidos ou sólidos contendo tais substâncias.

....."

**Razões do veto**

"Impõe-se a exclusão do referido parágrafo para que não se incorpore na legislação nacional dispositivo que, embora sem similar em qualquer outro país, terá o efeito de criar graves dificuldades em torno da exploração de petróleo na plataforma continental brasileira e, até mesmo, paralisar a sua produção.

O processo mundialmente praticado de exploração de petróleo no mar, implica a devolução da água originária da própria formação geológica ao oceano. Essa água, embora contenha quantidades insignificantes de metal pesado, é incapaz de afetar a qualidade do meio ambiente, nos termos do conhecimento internacional sobre a matéria: por exemplo, no Mar do Norte são descartados cerca de 900.000m³ de água por dia e na Bacia de Campos apenas 35.000m³; no Golfo do México descarta-se volume muito maior de água, haja vista que ali estão instaladas cerca de 400 plataformas, enquanto na costa do Estado do Rio de Janeiro estão em operação menos de 40.

A preocupação com a clareza na interpretação das regras jurídicas relativas à operação desse importante segmento da economia nacional, bem como a relevância do petróleo extraído do mar para o balanço energético do país, já conduziu o legislador a estabelecer no § 1º do mesmo artigo 17 que "*no descarte contínuo de água de processo ou de produção em plataformas aplica-se a regulamentação ambiental específica*". A exclusão do § 2º não provocará nenhum risco ambiental, já que o alijamento, no mar, de qualquer outro resíduo contendo metais pesados está proibido, nos termos do art. 15, combinado com o inciso X, do art. 2º do projeto de lei.

Ademais, a manutenção daquele parágrafo dará ensejo a interpretações de que não se poderá efetuar nenhum descarte de água durante a produção de petróleo em plataformas marítimas, ainda que dentro dos padrões ambientais aceitos e consagrados internacionalmente.

Importa, ainda, ressaltar que a incorporação do § 2º do art. 17 na legislação brasileira implicaria elevadíssimos custos de produção de petróleo na plataforma continental e tornaria inviável a atividade produtiva; a competitividade da indústria nacional; e a atração de novos capitais indispensáveis à consecução das metas de auto-suficiência energética, sem, em contrapartida, assegurar-se qualquer benefício ambiental."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 28 de abril de 2000.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1996
(nº 2.891/92, na Casa de origem)

Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional.

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á:

I – quando ausentes os pressupostos para aplicação da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (Marpol 73/78);

II – às embarcações nacionais, portos organizados, instalações portuárias, dutos, plataformas e suas instalações de apoio, em caráter complementar à Marpol 73/78;

III – às embarcações, plataformas e instalações de apoio estrangeiras, cuja bandeira arvorada seja ou não de país contratante da Marpol 73/78, quando em águas sob jurisdição nacional;

IV – às instalações portuárias especializadas em outras cargas que não óleo e substâncias nocivas ou perigosas, e aos estaleiros, marinas, clubes náuticos e outros locais e instalações similares.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – Marpol 73/78: Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 2 de novembro de 1973, alterada pelo Protocolo de 1978, concluído em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, e emendas posteriores, ratificadas pelo Brasil;

II – CLC/69: Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, ratificada pelo Brasil;

III – OPRC/90: Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, de 1990, ratificada pelo Brasil;

IV – áreas ecologicamente sensíveis: regiões das águas marítimas ou interiores, definidas por ato do Poder Público, onde a prevenção, o controle da poluição e a manutenção do equilíbrio ecológico exigem medidas especiais para a proteção e a preservação do meio ambiente, com relação à passagem de navios;

V – navio: embarcação de qualquer tipo que opere no ambiente aquático, inclusive hidrofólios, veículos a colchão de ar, submersíveis e outros engenhos flutuantes;

VI – plataformas: instalação ou estrutura, fixa ou móvel, localizada em águas sob jurisdição nacional, destinada a atividade direta ou indiretamente relacionada com a pesquisa e a lavra de recursos minerais oriundos do leito das águas interiores ou de seu subsolo, ou do mar, da plataforma continental ou de seu subsolo;

VII – instalações de apoio: quaisquer instalações ou equipamentos de apoio à execução das atividades das plataformas ou instalações portuárias de movimentação de cargas a granel, tais como dutos, monobóias, quadro de bóias para amarração de navios e outras;

VIII – óleo: qualquer forma de hidrocarboneto (petróleo e seus derivados), incluindo óleo cru, óleo combustível, borra, resíduos de petróleo e produtos refinados;

IX – mistura oleosa: mistura de água e óleo, em qualquer proporção;

X – substância nociva ou perigosa: qualquer substância que, se descarregada nas águas, é capaz de gerar riscos ou causar danos à saúde humana, ao ecossistema aquático ou prejudicar o uso da água e de seu entorno;

XI – descarga: qualquer despejo, escape, derrame, vazamento, esvaziamento, lançamento para fora ou bombeamento de substâncias nocivas ou perigosas, em qualquer quantidade, a partir de um navio, porto organizado, instalação portuária, duto, plataforma ou suas instalações de apoio;

XII – porto organizado: porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária;

XIII – instalação portuária ou terminal: instalação explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto organizado, utilizada na movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;

XIV – incidente: qualquer descarga de substância nociva ou perigosa, decorrente de fato ou ação intencional ou acidental que ocasione risco potencial, dano ao meio ambiente ou à saúde humana;

XV – lixo: todo tipo de sobra de víveres e resíduos resultantes de faxinas e trabalhos rotineiros nos navios, portos organizados, instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio;

XVI – alijamento: todo despejo deliberado de resíduos e outras substâncias efetuado por embarcações, plataformas, aeronaves e outras instalações, inclusive seu afundamento intencional em águas sob jurisdição nacional;

XVII – lastro limpo: água de lastro contida em um tanque que, desde que transportou óleo pela última vez, foi submetido a limpeza em nível tal que, se esse lastro fosse descarregado pelo navio parado em águas limpas e tranqüilas, em dia claro, não produziria traços visíveis de óleo na superfície da água ou no litoral adjacente, nem produziria borra ou emulsão sob a superfície da água ou sobre o litoral adjacente;

XVIII – tanque de resíduos: qualquer tanque destinado especificamente a depósito provisório dos líquidos de drenagem e lavagem de tanques e outras misturas e resíduos;

XIX – plano de emergência: conjunto de medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente, bem como definem os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, controle e combate à poluição das águas;

XX – plano de contingência: conjunto de procedimentos e ações que visam à integração dos diversos planos de emergência setoriais, bem como a definição dos recursos humanos, materiais e equipamentos complementares para a prevenção, controle e combate da poluição das águas;

XXI – órgão ambiental ou órgão do meio ambiente: órgão do poder executivo federal, estadual ou municipal,

integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), responsável pela fiscalização, controle e proteção ao meio ambiente no âmbito de suas competências;

XXII – autoridade marítima: autoridade exercida diretamente pelo Comandante da Marinha, responsável pela salvaguarda da vida humana e segurança da navegação no mar aberto e hidrovias interiores, bem como pela prevenção da poluição ambiental causada por navios, plataformas e suas instalações de apoio, além de outros cometimentos a ela conferidos por esta Lei;

XXIII – autoridade portuária: autoridade responsável pela administração do porto organizado, competindo-lhe fiscalizar as operações portuárias e zelar para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

XXIV – órgão regulador da indústria do petróleo: órgão do poder executivo federal, responsável pela regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas da indústria do petróleo, sendo tais atribuições exercidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, são consideradas águas sob jurisdição nacional:

I – águas interiores;

a) as compreendidas entre a costa e a linha-de-base reta, a partir de onde se mede o mar territorial;

b) as dos portos;

c) as das baías;

d) as dos rios e de suas desembocaduras;

e) as dos lagos, das lagoas e dos canais;

f) as dos arquipélagos;

g) as águas entre os baixios a descoberta e a costa;

II – águas marítimas, todas aquelas sob jurisdição nacional que não sejam interiores.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, as substâncias nocivas ou perigosas classificam-se nas seguintes categorias, de acordo com o risco produzido quando descarregadas na água:

I – categoria A: alto risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático;

II – categoria B: médio risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático;

III – categoria C: risco moderado tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático;

IV – categoria D: baixo risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.

Parágrafo único. O órgão federal de meio ambiente divulgará e manterá atualizada a lista das substâncias classificadas neste artigo, devendo a classificação ser, no mínimo, tão completa e rigorosa quanto a estabelecida pela Marpol 73/78.

## CAPÍTULO II
## DOS SISTEMAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE DA POLUIÇÃO

Art. 5º Todo porto organizado, instalação portuária e plataforma, bem como suas instalações de apoio, disporá obrigatoriamente de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição, observadas as normas e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

§ 1º A definição das características das instalações e meios destinados ao recebimento e tratamento de resíduos e ao combate da poluição será feita mediante estudo técnico, que deverá estabelecer, no mínimo:

I – as dimensões das instalações;

II – a localização apropriada das instalações;

III – a capacidade das instalações de recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos, padrões de qualidade e locais de descarga de seus efluentes;

IV – os parâmetros e a metodologia de controle operacional;

V – a quantidade e o tipo de equipamentos, materiais e meios de transporte destinados a atender situações emergenciais de poluição;

VI – a quantidade e a qualificação do pessoal a ser empregado;

VII – o cronograma de implantação e o início de operação das instalações.

§ 2º O estudo técnico a que se refere o parágrafo anterior deverá levar em conta o porte, o tipo de carga manuseada ou movimentada e outras características do porto organizado, instalação portuária ou plataforma e suas instalações de apoio.

§ 3º As instalações ou meios destinados ao recebimento e tratamento de resíduos e ao combate da poluição poderão ser exigidos das instalações portuárias especializadas em outras cargas que não óleo e substâncias nocivas ou perigosas, bem como dos estaleiros, marinas, clubes náuticos e similares, a critério do órgão ambiental competente.

Art. 6º As entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas deverão elaborar manual de procedimento interno para o gerenciamento dos riscos da poluição, bem como para a gestão dos diversos resíduos gerados ou provenientes das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, o qual deverá ser aprovado pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação, normas e diretrizes técnicas vigentes.

Art. 7º Os portos organizados, instalações portuárias e plataformas, bem como suas instalações de apoio, deverão dispor de planos de emergência individuais para o combate à poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas, os quais serão submetidos à aprovação do órgão ambiental competente.

§ 1º No caso de áreas onde se concentrem portos organizados, instalações portuárias ou plataformas, os planos de emergência individuais serão consolidados na forma de um único plano de emergência para toda a área sujeita ao risco de poluição, o qual deverá estabelecer os mecanismos de ação conjunta a serem implementados, observado o disposto nesta Lei e nas demais normas e diretrizes vigentes.

§ 2º A responsabilidade pela consolidação dos planos de emergência individuais em um único plano de emergência para a área envolvida cabe às entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias, e aos proprietários ou operadores de plataformas, sob a coordenação do órgão ambiental competente.

Art. 8º Os planos de emergência mencionados no artigo anterior serão consolidados pelo órgão ambiental competente, na forma de planos de contingência locais ou regionais, em articulação com os órgãos de defesa civil.

Parágrafo único. O órgão federal de meio ambiente, em consonância com o disposto na OPRC/90, consolidará os planos de contingência locais e regionais na forma do Plano Nacional de Contingência, em articulação com os órgãos de defesa civil.

Art. 9º As entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas e suas instalações de apoio deverão realizar auditorias ambientais bienais, independentes, com o

objetivo de avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades.

CAPÍTULO III
DO TRANSPORTE DE ÓLEO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS OU PERIGOSAS

Art. 10. As plataformas e os navios com arqueação bruta superior a cinquenta que transportem óleo, ou o utilizem para sua movimentação ou operação, portarão a bordo, obrigatoriamente, um livro de registro de óleo, aprovado nos termos da Marpol 73/78, que poderá ser requisitado pela autoridade marítima, pelo órgão ambiental competente e pelo órgão regulador da indústria do petróleo, e no qual serão feitas anotações relativas a todas as movimentações de óleo, lastro e misturas oleosas, inclusive as entregas efetuadas às instalações de recebimento e tratamento de resíduos.

Art. 11. Todo navio que transportar substância nociva ou perigosa a granel deverá ter a bordo um livro de registro de carga, nos termos da Marpol 73/78, que poderá ser requisitado pela autoridade marítima, pelo órgão ambiental competente e pelo órgão regulador da indústria do petróleo, e no qual serão feitas anotações relativas às seguintes operações:

I – carregamento;

II – descarregamento;

III – transferências de carga, resíduos ou misturas para tanques de resíduos;

IV – limpeza dos tanques de carga;

V – transferências provenientes de tanques de resíduos;

VI – lastreamento de tanques de carga;

VII – transferências de águas de lastro suja para o meio aquático;

VIII – descargas nas águas, em geral.

Art. 12. Todo navio que transportar substância nociva ou perigosa de forma fracionada, conforme estabelecido no Anexo III da Marpol 73/78, deverá possuir e manter a bordo documento que a especifique e forneça sua localização no navio, devendo o agente ou responsável conservar cópia do documento até que a substância seja desembarcada.

§ 1º As embalagens das substâncias nocivas ou perigosas devem conter a respectiva identificação e advertência quanto aos riscos, utilizando a simbologia prevista na legislação e normas nacionais e internacionais em vigor.

§ 2º As embalagens contendo substâncias nocivas ou perigosas devem ser devidamente estivadas e amarradas, além de posicionadas de acordo com critérios de compatibilidade com outras cargas existentes a bordo, atendidos os requisitos de segurança do navio e de seus tripulantes, de forma a evitar acidentes.

Art. 13. Os navios enquadrados na CLC/69 deverão possuir o certificado ou garantia financeira equivalente, conforme especificado por essa convenção, para que possam trafegar ou permanecer em águas sob jurisdição nacional.

Art. 14. O órgão federal de meio ambiente deverá elaborar e atualizar, anualmente, lista de substâncias cujo transporte seja proibido em navios ou que exijam medidas e cuidados especiais durante a sua movimentação.

CAPÍTULO IV
DA DESCARGA DE ÓLEO, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS OU PERIGOSAS E LIXO

Art. 15. É proibida a descarga, em águas sob jurisdição nacional, de substâncias nocivas ou perigosas classificadas na categoria "A", definida no art. 4º desta Lei, inclusive aquelas provisoriamente classificadas como tal, além da água de lastro, resíduos da lavagem de tanques ou outras misturas que contenham tais substâncias.

§ 1º A água subseqüentemente adicionada ao tanque lavado em quantidade superior a cinco por cento do seu volume total só poderá ser descarregada se atendidas cumulativamente as seguintes condições:

I – a situação em que ocorrer o lançamento enquadra-se nos casos permitidos pela Marpol 73/78;

II – o navio não se encontre dentro dos limites de área ecologicamente sensível;

III – os procedimentos para descarga sejam devidamente aprovados pelo órgão ambiental competente.

§ 2º É vedada a descarga de água subseqüentemente adicionada ao tanque lavado em quantidade inferior a cinco por cento do seu volume total.

Art. 16. É proibida a descarga, em águas sob jurisdição nacional, de substâncias classificadas nas categorias "B", "C", e "D", definidas no art. 4º desta Lei, inclusive aquelas provisoriamente classificadas como tais, além da água de lastro, resíduos de lavagem de tanques e outras misturas que as contenham, exceto se atendidas cumulativamente as seguintes condições:

I – a situação em que ocorrer o lançamento enquadra-se nos casos permitidos pela Marpol 73/78;

II – o navio não se encontre dentro dos limites de área ecologicamente sensível;

III – os procedimentos para descarga sejam devidamente aprovados pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Os esgotos sanitários e as águas servidas de navios, plataformas e suas instalações de apoio equiparam-se, em termos de critérios e condições para lançamento, às substâncias classificadas na categoria "C", definida no art. 4º desta Lei.

§ 2º Os lançamentos de que trata o parágrafo anterior deverão atender também às condições e aos regulamentos impostos pela legislação de vigilância sanitária.

Art. 17. É proibida a descarga de óleo, misturas oleosas e lixo em águas sob jurisdição nacional, exceto nas situações permitidas pela Marpol 73/78, e não estando o navio, plataforma ou similar dentro dos limites de área ecologicamente sensível, e os procedimentos para descarga sejam devidamente aprovados pelo órgão ambiental competente.

§ 1º No descarte contínuo de água de processo ou de produção em plataformas aplica-se a regulamentação ambiental específica.

§ 2º Não será permitido o alijamento de metais pesados ou resíduos líquidos ou sólidos contendo tais substâncias.

§ 3º Não será permitida a descarga de qualquer tipo de plástico, inclusive cabos sintéticos, redes sintéticas de pesca e sacos plásticos.

Art. 18. Exceto nos casos permitidos por esta Lei, a descarga de lixo, água de lastro, resíduos da lavagem de tanques e porões ou outras misturas que contenham óleo ou substâncias nocivas ou perigosas de qualquer categoria só poderá ser efetuada em instalações de recebimento e tratamento de resíduos, conforme previsto no art. 5º desta Lei.

Art. 19. A descarga de óleo, misturas oleosas, substâncias nocivas ou perigosas de qualquer categoria, e lixo, em águas sob jurisdição nacional, poderá ser excepcionalmente tolerada para salvaguarda de vidas humanas, pesquisa ou segurança de navio, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Para fins de pesquisa, deverão ser atendidas as seguintes exigências, no mínimo:

I – a descarga seja autorizada pelo órgão ambiental competente, após análise e aprovação do programa de pesquisa;

II – esteja presente, no local e hora da descarga, pelo menos um representante do órgão ambiental que a houver autorizado;

III – o responsável pela descarga coloque à disposição, no local e hora em que ela ocorrer, pessoal especializado, equipamentos e materiais de eficiência comprovada na contenção e eliminação dos efeitos esperados.

Art. 20. A descarga de resíduos sólidos das operações de perfuração de poços de petróleo será objeto de regulamentação específica pelo órgão federal do meio ambiente.

Art. 21. As circunstâncias em que a descarga, em águas sob jurisdição nacional, de óleo e substâncias nocivas ou perigosas, ou misturas que os contenham, de água de lastro e de outros resíduos poluentes for autorizada não desobrigam o responsável de reparar os danos causados ao meio ambiente e de indenizar as atividades econômicas e o patrimônio público e privado pelos prejuízos decorrentes dessa descarga.

Art. 22. Qualquer incidente ocorrido em portos organizados, instalações portuárias, dutos, navios, plataformas e suas instalações de apoio, que possa provocar poluição das águas sob jurisdição nacional, deverá ser imediatamente comunicado ao órgão ambiental competente, à Capitania dos Portos e ao órgão regulador da indústria do petróleo, independentemente das medidas tomadas para seu controle.

Art. 23. A entidade exploradora de porto organizado ou de instalação portuária, o proprietário ou operador de plataforma ou de navio, e o concessionário ou empresa autorizada a exercer atividade pertinente à indústria do petróleo, responsáveis pela descarga de material poluente em águas sob jurisdição nacional, são obrigados a ressarcir os órgãos competentes pelas despesas por eles efetuadas para o controle ou minimização da poluição causada, independentemente de prévia autorização e de pagamento da multa.

Parágrafo único. No caso de descarga por navio não possuidor do certificado exigido pela CLC/69, a embarcação será retida e só será liberada após o depósito da caução como garantia para pagamento das despesas decorrentes da poluição.

Art. 24. A contratação, por órgão ou empresa pública ou privada, de navio para realização de transporte de óleo ou de substância enquadrada nas categorias definidas no art. 4º desta Lei só poderá efetuar-se após a verificação de que a empresa transportadora esteja devidamente habilitada para operar de acordo com as normas da autoridade marítima.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES

Art. 25. São infrações, punidas na forma desta Lei:

I – descumprir o disposto nos arts. 5º, 6º e 7º:

Pena – multa diária;

II – descumprir o disposto nos arts. 9º e 22:

Pena – multa;

III – descumprir o disposto nos arts. 10, 11 e 12:

Pena – multa e retenção do navio até que a situação seja regularizada;

IV – descumprir o disposto no art. 24:

Pena – multa e suspensão imediata das atividades da empresa transportadora em situação irregular.

§ 1º Respondem pelas infrações previstas neste artigo, na medida de sua ação ou omissão:

I – o proprietário do navio, pessoa física ou jurídica, ou quem legalmente o represente;

II – o armador ou operador do navio, caso este não esteja sendo armado ou operado pelo proprietário;

III – o concessionário ou a empresa autorizada a exercer atividades pertinentes à indústria do petróleo;

IV – o comandante ou tripulante do navio;

V – a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que legalmente represente o porto organizado, a instalação portuária, a plataforma e suas instalações de apoio, o estaleiro, a marina, o clube náutico ou instalação similar;

VI – o proprietário da carga.

§ 2º O valor da multa de que trata este artigo será fixado no regulamento desta Lei, sendo o mínimo de R$ 7.000,00 (sete mil reais) e o máximo de R$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais).

§ 3º A aplicação das penas previstas neste artigo não isenta o agente de outras sanções administrativas e penais previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e em outras normas específicas que tratem da matéria, nem da responsabilidade civil pelas perdas e danos causados ao meio ambiente e ao patrimônio público e privado.

Art. 26. A inobservância ao disposto nos arts. 15, 16, 17 e 19 será punida na forma da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e seu regulamento.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES

Art. 27. São responsáveis pelo cumprimento desta Lei:

I – a autoridade marítima, por intermédio de suas organizações competentes, com as seguintes atribuições:

a) fiscalizar navios, plataformas e suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, autuando os infratores na esfera de sua competência;

b) levantar dados e informações e apurar responsabilidades sobre os incidentes com navios, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais;

c) encaminhar os dados, informações e resultados de apuração de responsabilidades ao órgão federal do meio ambiente, para avaliação dos danos ambientais e início das medidas judiciais cabíveis;

d) comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo;

II – o órgão federal do meio ambiente, com as seguintes atribuições:

a) realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, das instalações portuárias, das cargas movimentadas, de natureza nociva ou perigosa, e das plataformas e suas instalações de apoio, quanto às exigências previstas no licenciamento ambiental, autuando os infratores na esfera de sua competência;

b) avaliar os danos ambientais causados por incidentes nos portos organizados, dutos, instalações portuárias, navios, plataformas e suas instalações de apoio;

c) encaminhar à Procuradoria-Geral da República relatório circunstanciado sobre os incidentes causadores de dano ambiental para a propositura das medidas judiciais necessárias;

d) comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de

navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo;

III - o órgão estadual de meio ambiente com as seguintes competências:

a) realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, instalações portuárias, estaleiros, navios, plataformas e suas instalações de apoio, avaliar os danos ambientais causados por incidentes ocorridos nessas unidades e elaborar relatório circunstanciado, encaminhando-o ao órgão federal de meio ambiente;

b) dar início, na alçada estadual, aos procedimentos judiciais cabíveis a cada caso;

c) comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes a indústria do petróleo;

d) autuar os infratores na esfera de sua competência;

IV - o órgão municipal de meio ambiente, com as seguintes competências:

a) avaliar os danos ambientais causados por incidentes nas marinas, clubes náuticos e outros locais e instalações similares, e elaborar relatório circunstanciado, encaminhando-o ao órgão estadual de meio ambiente;

b) dar início, na alçada municipal, aos procedimentos judiciais cabíveis a cada caso;

c) autuar os infratores na esfera de sua competência;

V - o órgão regulador da indústria do petróleo, com as seguintes competências:

a) fiscalizar diretamente, ou mediante convênio, as plataformas e suas instalações de apoio, os dutos e as instalações portuárias, no que diz respeito às atividades de pesquisa, perfuração, produção, tratamento, armazenamento e movimentação de petróleo e seus derivados e gás natural;

b) levantar os dados e informações e apurar responsabilidades sobre incidentes operacionais que, ocorridos em plataformas e suas instalações de apoio, instalações portuárias ou dutos, tenham causado danos ambientais;

c) encaminhar os dados, informações e resultados da apuração de responsabilidades ao órgão federal de meio ambiente;

d) comunicar à autoridade marítima e ao órgão federal de meio ambiente as irregularidades encontradas durante a fiscalização de instalações portuárias, dutos, plataformas e suas instalações de apoio;

e) autuar os infratores na esfera de sua competência.

§ 1º A Procuradoria-Geral da República comunicará previamente aos ministérios públicos estaduais a propositura de ações judiciais para que estes exerçam as faculdades previstas no § 5º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, na redação dada pelo art. 113 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

§ 2º A negligência ou omissão dos órgãos públicos na apuração de responsabilidades pelos incidentes e na aplicação das respectivas sanções legais implicará crime de responsabilidade de seus agentes.

Art. 28. O órgão federal de meio ambiente, ouvida a autoridade marítima, definirá a localização e os limites das áreas ecologicamente sensíveis, que deverão constar das cartas náuticas nacionais.

Art. 29. Os planos de contingência estabelecerão o nível de coordenação e as atribuições dos diversos órgãos e instituições públicas e privadas neles envolvidas.

Parágrafo único. As autoridades a que se referem os incisos XXI, XXII, XXIII e XXIV do art. 2º desta Lei atuarão de forma integrada, nos termos do regulamento.

Art. 30. O alijamento em águas sob jurisdição nacional deverá obedecer às condições previstas na Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, de 1972, promulgada pelo Decreto nº 87.566, de 16 de setembro de 1982, e suas alterações.

Art. 31. Os portos organizados, as instalações portuárias e as plataformas já em operação terão os seguintes prazos para se adaptarem ao que dispõem os arts. 5º, 6º e 7º:

I - trezentos e sessenta dias a partir da data de publicação desta Lei, para elaborar e submeter à aprovação do órgão federal de meio ambiente o estudo técnico e o manual de procedimento interno a que se referem, respectivamente, o § 1º do art. 5º e o art. 6º;

II - trinta e seis meses, após a aprovação a que se refere o inciso anterior, para colocar em funcionamento as instalações e os meios destinados ao recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e ao controle da poluição, previstos no art. 5º, incluindo o pessoal adequado para operá-los;

III - cento e oitenta dias a partir da data de publicação desta Lei, para apresentar ao órgão ambiental competente os planos de emergência individuais a que se refere o caput do art. 7º.

Art. 32. Os valores arrecadados com a aplicação das multas previstas nesta Lei serão destinados aos órgãos que as aplicarem, no âmbito de suas competências.

Art. 33. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de trezentos e sessenta dias da data de sua publicação.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor noventa dias da data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se a Lei nº 5.357, de 17 de novembro de 1967, e o § 4º do art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

# MENSAGEM
# Nº 491, DE 2000-CN
## (Nº 627/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 4, de 2000 – Complementar (nº 18/99 – Complementar na Câmara dos Deputados), que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências"

Ouvidos, os Ministerios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos

Art. 3º

"Art 3º O projeto de lei do plano plurianual de cada ente abrangerá os respectivos Poderes e será devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

§ 1º Integrará o projeto Anexo de Política Fiscal, em que serão estabelecidos os objetivos e metas plurianuais de política fiscal a serem alcançados durante o período de vigência do plano, demonstrando a compatibilidade deles com as premissas e objetivos das políticas econômica nacional e de desenvolvimento social

§ 2º O projeto de que trata o *caput* será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia trinta de abril do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo."

Razões do veto

"O *caput* deste artigo estabelece que o projeto de lei do plano plurianual deverá ser devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa, enquanto o § 2º obriga o seu envio, ao Poder Legislativo, até o dia 30 de abril do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo Isso representaria não só um reduzido período para a elaboração dessa peça, por parte do Poder Executivo, como também para a sua apreciação pelo Poder Legislativo, inviabilizando o aperfeiçoamento metodológico e a seleção criteriosa de programas e ações prioritários de governo

Ressalte-se que a elaboração do plano plurianual é uma tarefa que se estende muito além dos limites do orgão de planejamento do governo, visto que mobiliza todos os órgãos e unidades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário Além disso, o novo modelo de planejamento e gestão das ações, pelo qual se busca a melhoria de qualidade dos serviços públicos, exige uma estreita integração do plano plurianual com o Orçamento da União e os planos das unidades da Federação

Acrescente-se, ainda, que todo esse trabalho deve ser executado justamente no primeiro ano de mandato do Presidente da República, quando a Administração Pública sofre as naturais dificuldades decorrentes da mudança de governo e a necessidade de formação de equipes com pessoal nem sempre familiarizado com os serviços e sistemas que devem fornecer os elementos essenciais para a elaboração do plano.

Ademais, a fixação de mesma data para que a União, os Estados e os Municípios encaminhem, ao Poder Legislativo, o referido projeto de lei complementar não leva em consideração a complexidade, as peculiaridades e as necessidades de cada ente da Federação, inclusive os pequenos municípios

Por outro lado, o veto dos prazos constantes do dispositivo traz consigo a supressão do Anexo de Política Fiscal, a qual não ocasiona prejuízo aos objetivos da Lei Complementar, considerando-se que a lei de diretrizes orçamentárias já prevê a apresentação de Anexo de Metas Fiscais, contendo, de forma mais precisa, metas para cinco variáveis - receitas, despesas, resultados nominal e primario e dívida pública -, para três anos, especificadas em valores correntes e constantes

Diante do exposto, propõe-se veto ao art. 3º, e respectivos parágrafos, por contrariar o interesse público "

Alínea "c" do inciso I do art. 4º

"Art 4º .....
I - .....

c) parâmetros para os Poderes e órgãos referidos no art 20, com vistas à fixação, no projeto de lei orçamentária, dos montantes relativos a despesas com pessoal e a outras despesas correntes, inclusive serviços de terceiros, com base na receita corrente líquida."

Razões do veto

"A estrutura orçamentária está concebida de maneira a propiciar a integração entre o plano plurianual e a lei orçamentaria anual, sendo o programa o elo de ligação entre os instrumentos de planejamento e de alocação de recursos públicos

Nesse sentido, deve-se dar ênfase à realização das ações, representadas pelos projetos, atividades e operações especiais, com vistas ao alcance dos objetivos estabelecidos nos programas

Dessa forma, estabelecer *a priori* parâmetros para a fixação de despesas, segundo a sua natureza de gasto, sem levar em consideração as prioridades da programação a ser atendida, contraria o interesse público, por inflexibilizar a alocação dos recursos, dificultando o atendimento das demandas da sociedade

Por essa razão, propõe-se veto ao dispositivo em questão "

Alínea "d" do inciso I do art. 4º

"Art 4º .....
I - .....

d) destinação de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita."

Razões do veto

"As operações de crédito por antecipação de receita têm como objetivo legal a recomposição momentânea do fluxo de caixa global do órgão ou da entidade Assim, não existe a possibilidade de indicar, com antecedência, a destinação dos recursos provenientes dessas operações

Nessa mesma linha de raciocínio, o dispositivo mostra-se dúbio, com relação às demais operações de crédito, uma vez que ao se referir à "destinação dos recursos" não especificou qual a classificação da despesa orçamentária que deveria ser considerada, se por funções ou por categorias econômicas, dentre outras

Assim, por contrariar o interesse público, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda propõem veto à referida alínea."

Inciso II do art. 4º

"Art 4º .....

II - estabelecerá, para efeito de adoção das medidas especificadas nas alíneas deste inciso, limite referencial para o montante das despesas com juros, com base em percentual da receita corrente líquida, apurado na forma do § 3º do art 2º, que, se excedido, implicará,

a) vedação da realização de novas operações de crédito, ressalvadas as realizadas com a finalidade de pagamento de juros, as operações por antecipação de receita e as relativas ao refinanciamento da dívida,

b) obtenção de resultado primário necessário à redução do montante da dívida e das despesas com juros, dentre outras medidas,"

Razões do veto

"O projeto de lei complementar prevê a fixação de limites para a dívida consolidada de cada esfera de governo bem como a definição no âmbito da lei de diretrizes orçamentárias de metas de superávit primário a cada exercício.

Saliente-se que há, ainda, disciplina dos limites da dívida pública e sanções decorrentes de sua inobservância, até com expressa determinação de se considerar na dívida consolidada os valores dos precatórios judiciais doravante incluídos nos orçamentos e não pagos

Dessa forma, afigura-se redundante a fixação de limites adicionais para a despesa com juros nominais

Adicionalmente, o princípio que norteia o estabelecimento, no projeto de lei complementar, de limites para a dívida é a manutenção do nível de endividamento público em patamar razoavel As dívidas antigas e os juros devem continuar sendo pagos, pois, caso contrário, haveria quebra de contratos, atitude inadmissível em regime de direito democrático. Contudo, a introdução de limite para despesas com juros, ainda que com caráter referencial, suscitaria a interpretação de que o objetivo seria o não pagamento de juros, o que apresenta caráter bastante distinto, senão oposto, à tônica do projeto de lei complementar

Por esses motivos, sugere-se oposição de veto ao referido inciso, e respectivas alíneas, por contrariar o interesse público "

Inciso III do art. 4º

"Art 4º .....

III - definirá limites e condições para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado referidas no art 17 "

Razões do veto

"O art 17 do projeto de lei complementar já estabelece as regras para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado Por outro lado, se as despesas já foram legalmente definidas como sendo "obrigatórias", não há que se estabelecer limites e condições para a sua expansão Portanto, em face da contradição que apresenta a redação do dispositivo em questão, sugere-se oposição de veto a ele, por contrariar o interesse público "

Alínea "a" do inciso III do art. 5º

"Art 5º .....
III - .....

a) pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício, nos termos do art 41."

Razões do veto

"O dispositivo não respeita o princípio que deve nortear a introdução de reserva de contingência na proposta orçamentária a prudência. A reserva de contingência deve representar proteção contra riscos e passivos contingentes capazes de ameaçar o equilíbrio orçamentario e, como tal, destinar-se a gastos novos, imprevistos

Ao prever a cobertura de despesas que não foram contempladas no período anterior por insuficiência de disponibilidade financeira, o dispositivo fere o princípio em que se assenta a reserva de contingência, que nenhuma relação possui com o conceito de saldo financeiro Além disso, o dispositivo apresenta-se flagrantemente contrário à responsabilidade

fiscal, na medida em que pressupõe a execução de despesas acima das disponibilidades financeiras do exercício.

Ademais, sendo a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo quatro meses antes de encerrado o exercício financeiro, tornar-se-ia impossível prever o montante das despesas que seriam executadas sem a correspondente cobertura financeira.

Além das razões acima, o aludido dispositivo contraria outras disposições do presente projeto de lei complementar, que determinam a obtenção de superávits primário e nominal e dispõem sobre a compatibilização entre receita e despesa.

Por esses motivos, sugere-se oposição de veto à referida alínea por ser contrária ao interesse público."

**§ 7º do art. 5º**

"Art. 5º .....

§ 7º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia quinze de agosto de cada ano."

**Razões do veto**

"A Constituição Federal, no § 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determina que, até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, o projeto de lei orçamentária da União seja encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro. Estados e Municípios possuem prazos de encaminhamento que são determinados, respectivamente, pelas Constituições Estaduais e pelas Leis Orgânicas Municipais.

A fixação de uma mesma data para que a União, os Estados e os Municípios encaminhem, ao Poder Legislativo, o projeto de lei orçamentária anual contraria o interesse público, na medida em que não leva em consideração a complexidade, as particularidades e as necessidades de cada ente da Federação, inclusive os pequenos municípios.

Além disso, a fixação de uma mesma data não considera a dependência de informações entre esses entes, principalmente quanto à estimativa de receita, que historicamente tem sido responsável pela precedência da União na elaboração do projeto de lei orçamentária.

Por esse motivo, sugere-se oposição de veto ao referido parágrafo."

**Art. 6º**

"Art. 6º Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, observadas as condições constantes da lei de diretrizes orçamentárias."

**Razões do veto**

"Parcela significativa da despesa orçamentária não tem sua execução sob a forma de duodécimos ao longo do exercício financeiro. Assim, a autorização para a execução, sem exceção, de apenas dois doze avos do total de cada dotação, constante do projeto de lei orçamentária, caso não seja ele sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, poderá trazer sérios transtornos à Administração Pública, principalmente no que tange ao pagamento de salários, aposentadorias, ao serviço da dívida e às transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Por outro lado, tal comando tem sido regulamentado pela lei de diretrizes orçamentárias, que proporciona maior dinamismo e flexibilidade em suas disposições.

Na ausência de excepcionalidade, o dispositivo é contrário ao interesse público, razão pela qual sugere-se oposição de veto, no propósito de que o assunto possa ser tratado de forma adequada na lei de diretrizes orçamentárias."

**§ 5º do art. 20**

"Art. 20 .....

§ 6º Somente será aplicada a repartição dos limites estabelecidos no *caput*, caso a lei de diretrizes orçamentárias não disponha de forma diferente."

**Razões do veto**

"A possibilidade de que os limites de despesas de pessoal dos Poderes e órgãos possam ser alterados na lei de diretrizes orçamentárias poderá resultar em demandas ou incentivo, especialmente no âmbito dos Estados e Municípios, para que os ganhos com pessoal e encargos sociais de determinado Poder ou órgão sejam ampliados em detrimento de outros, visto que o limite global do ente da Federação é fixado na Lei Complementar.

Desse modo, afigura-se prejudicado o objetivo da lei complementar em estabelecer limites efetivos de gastos de pessoal aos três Poderes.

Na linha desse entendimento, o dispositivo contraria o interesse público, motivo pelo qual sugere-se a oposição de veto."

**Inciso III do § 3º do art. 32**

"Art. 32 .....

§ 3º .....

III – equiparam-se a despesa de capital as de custeio dela decorrentes, bem como as destinadas à capacitação de servidores nas atividades-fim das áreas de educação, saúde, assistência social e segurança."

**Razões do veto**

"Não é possível precisar o que seja "despesas de custeio decorrentes de despesas de capital". Dependendo da interpretação, poder-se-ia chegar ao extremo de considerar que todas as despesas de manutenção e funcionamento são decorrentes da existência anterior de despesas de capital, como, por exemplo, a construção de uma escola, de uma estrada ou de um hospital.

Por outro lado, ao caracterizar como despesas de capital as de custeio delas decorrentes, entende-se que o projeto de lei complementar extrapola as disposições do art. 167, inciso III, da Constituição Federal, que não dá margem a interpretação extensiva.

Por essas razões, sugere-se oposição de veto a este dispositivo, por inconstitucionalidade."

**§ 3º do art. 40**

"Art. 40 .....

§ 3º Será cobrada comissão pela garantia prestada, na forma de percentual sobre o valor garantido, e exigido o ressarcimento das despesas efetuadas pelo garantidor à conta da operação."

**Razões do veto**

"Tradicionalmente, por força de norma estatutária as agências multilaterais de crédito exigem aval da União em operações com Estados e Municípios destinadas a financiamento de projetos sociais e de infra-estrutura.

Portanto, a exigência de cobrança de comissão pela garantia prestada elevaria o custo das operações para os Estados e Municípios que as contratassem. Assim, ainda que seja procedimento usual no mercado financeiro, entende-se que o dispositivo contraria o interesse público da Federação, cujo princípio é a solidariedade e o equilíbrio federativo, uma vez que o interesse da União está resguardado pela exigência de contragarantia.

Por esta razão, sugere-se oposição de veto ao dispositivo."

**§ 4º do art. 40**

"Art. 40 .....

§ 4º A falta de ressarcimento dos valores honrados, por mais de sessenta dias a partir da data de pagamento, importará na execução da contragarantia, com os valores atualizados."

**Razões do veto**

"O Tesouro Nacional tem garantido, por contrato, a imediata liberdade de ação para promover o bloqueio das transferências e a liquidação de pendências em caso de falta de pagamento a União, agindo com a tempestividade necessária.

A alteração do prazo para execução da contragarantia para sessenta dias, além de modificar os contratos a serem firmados, cria dificuldades para manter os entes avalizados em situação corrente, o que contraria o interesse público.

Por esse motivo, sugere-se oposição de veto ao referido parágrafo."

**Art. 41**

"Art. 41. Observados os limites globais do empenho e movimentação financeira, serão inscritos em Restos a Pagar:

I - as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício;

II - as despesas empenhadas e não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de:

a) normas legais e contratos administrativos;

b) convênio, ajuste, acordo ou congênere, com outro ente da Federação, já assinado, publicado e em andamento.

§ 1º Considera-se em andamento o convênio, ajuste, acordo ou congênere cujo objeto esteja sendo alcançado no todo ou em parte.

§ 2º Após deduzido de suas disponibilidades de caixa o montante das inscrições realizadas na forma dos incisos I e II do *caput*, o Poder ou órgão referidos no art. 20 poderá inscrever as demais despesas empenhadas, até o limite do saldo remanescente.

§ 3º Os empenhos não liquidados e não inscritos serão cancelados."

**Razões do veto**

"A exemplo de vários outros limites e restrições contidos no projeto de lei complementar, o sentido original da introdução de uma regra para Restos a Pagar era promover o equilíbrio entre as aspirações da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo, evitando déficits imoderados e reiterados. Neste intuito, os Restos a Pagar deveriam ficar limitados às disponibilidades de caixa como forma de não transferir despesa de um exercício para outro sem a correspondente fonte de despesa.

A redação final do dispositivo, no entanto, não manteve esse sentido original que se assentava na restrição básica de contrapartida entre a disponibilidade financeira e a autorização orçamentária. O dispositivo permite, primeiro, inscrever em Restos a Pagar várias despesas para, apenas depois, condicionar a inscrição das demais à existência de recursos em caixa. Tal prática fere o princípio do equilíbrio fiscal, pois faz com que sejam assumidos compromissos sem a disponibilidade financeira necessária para saldá-los, cria transtornos para a execução do orçamento e, finalmente, ocasiona o crescimento de Restos a Pagar que equivale, em termos financeiros, a crescimento de dívida pública.

Assim, sugere-se oposição de veto a este dispositivo por ser contrário ao interesse público."

**Alínea "a" do inciso II do art. 63**

"Art. 63 .....

II - .....

a) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária."

Razões do veto

"O § 3º do art. 165 da Constituição Federal estabelece que o "relatório resumido da execução orçamentária" será publicado "até trinta dias após o encerramento de cada bimestre".

Assim, não obstante o mérito da proposta, no sentido de criar condições mais flexíveis para pequenos municípios, a faculdade concedida aos municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes, para a publicação semestral do referido relatório, vai de encontro à norma constitucional, razão pela qual propôs-se veto ao dispositivo."

Ademais, o Ministério da Educação manifestou-se pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito

Inciso II do § 1º do art. 25

Art. 25. ....

§ 1º .....

II - formalização por meio de convênio,"

Razões do veto

"O estabelecimento desta exigência em lei complementar compromete importantes programas de responsabilidade deste Ministério, onde a eliminação da figura do convênio proporcionou notável avanço quantitativo e qualitativo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola atingiram grau de descentralização sem precedentes na história, a partir da edição da Medida Provisória hoje vigente sob o nº 1.979-17, de 6 de abril de 2000.

Com base naquela medida provisória, os recursos destinados aos dois programas constituem assistência financeira de caráter suplementar, calculada com base nos parâmetros fixados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e são transferidos automaticamente pela Secretaria Executiva desse órgão aos Estados, Municípios e unidades executoras de escolas públicas, sem a necessidade de convênio, ajuste ou contrato.

Tal sistemática é fundamental para que o primeiro programa atinja mais de cinco mil municípios e o segundo mais de sessenta mil unidades executoras, ambos com excelentes indicadores de retorno social dos recursos aplicados.

Da mesma forma, a complementação da União aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério é transferida automaticamente para as unidades da Federação, onde o valor por aluno é inferior ao mínimo nacional fixado em ato do Presidente da República.

Além dos casos concretos acima relatados, a exigência de convênio em lei complementar inviabiliza futuras experiências de simplificação de procedimentos no âmbito da Administração Pública, em programas onde aquele instrumento mostra-se progressivamente dispensável ou substituível por outros mais modernos e eficazes.

Considerando a possibilidade de restabelecimento da exigência de convênio para as transferências voluntárias anualmente e com as devidas exceções, na lei de diretrizes orçamentárias, é de todo recomendável a supressão do dispositivo em tela, por tratar-se de norma que contraria o interesse público."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de maio de 2000.

Projeto de Lei da Câmara nº 4/2000-Complementar
Projeto de Lei nº 18/99-Complementar, na Câmara dos Deputados

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea *a* do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

CAPÍTULO II
DO PLANEJAMENTO

Seção I
Do Plano Plurianual

Art. 3º O projeto de lei do plano plurianual de cada ente abrangerá os respectivos Poderes e será devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

§ 1º Integrará o projeto Anexo de Política Fiscal, em que serão estabelecidos os objetivos e metas plurianuais de política fiscal a serem alcançados durante o período de vigência do plano, demonstrando a compatibilidade deles com as premissas e objetivos das políticas econômica nacional e de desenvolvimento social.

§ 2º O projeto de que trata o *caput* será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia trinta de abril do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Seção II
Da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) parâmetros para os Poderes e órgãos referidos no art. 20, com vistas à fixação, no projeto de lei orçamentária, dos montantes relativos a despesas com pessoal e a outras despesas correntes, inclusive serviços de terceiros, com base na receita corrente líquida;

d) destinação de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

II - estabelecerá, para efeito de adoção das medidas especificadas nas alíneas deste inciso, limite referencial para o montante das despesas com juros, com base em percentual da receita corrente líquida, apurado na forma do § 3º do art. 2º, que, se excedido, ampliará:

a) vedação da realização de novas operações de crédito, ressalvadas as realizadas com a finalidade de pagamento de juros, as operações por antecipação de receita e as relativas ao refinanciamento da dívida;

b) obtenção de resultado primário necessário à redução do montante da dívida e das despesas com juros, dentre outras medidas;

III - definirá limites e condições para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado referidas no art. 17.

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentarias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos,

IV - avaliação da situação financeira e atuarial

a) dos regimes geral de previdência social e proprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador,

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentara, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subseqüente

Seção III
Da Lei Orçamentária Anual

**Art. 5º** O projeto de lei orçamentaria anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar.

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) pagamento de Restos a Pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício, nos termos do art. 41;

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constara separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetaria do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentaria credito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentaria não consignara dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia quinze de agosto de cada ano

**Art. 6º** Se o orçamento não for sancionado ate o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo sua programação poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, observadas as condições constantes da lei de diretrizes orçamentarias.

**Art. 7º** O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido ate o decimo dia útil subseqüente à aprovação dos balanços semestrais

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento

§ 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentarias da União

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União

Seção IV
Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas

**Art. 8º** Ate trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea *c* do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade especifica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

**Art. 9º** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetuadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliara o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços

**Art. 10.** A execução orçamentaria e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

CAPÍTULO III
DA RECEITA PÚBLICA

Seção I
Da Previsão e da Arrecadação

**Art. 11.** Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntarias para o ente que não observe o disposto no *caput* no que se refere aos impostos.

**Art. 12.** As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes aquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentaria

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocara à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo

**Art. 13.** No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Seção II
Da Renúncia de Receita

**Art. 14.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributaria da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica.

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º.

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança

## CAPÍTULO IV
## DA DESPESA PÚBLICA

### Seção I
### Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

#### Subseção I
#### Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de *despesa*.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, *apresentada pelo proponente, conterá* as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

### Seção II
### Das Despesas com Pessoal

#### Subseção I
#### Definições e Limites

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer *espécies remuneratórias*, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de *mão-de-obra que se referem* a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinqüenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de *indenização por demissão de servidores ou empregados*;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das *demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal* finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, *quando houver*;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os *limites* para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas *a* e *c* do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º Somente será aplicada a repartição dos limites estabelecidos no *caput*, caso a lei de diretrizes orçamentárias não disponha de forma diferente.

Subseção II
Do Controle da Despesa Total com Pessoal

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo e pensionista.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

Seção III
Das Despesas com a Seguridade Social

Art. 24. Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17.

§ 1º É dispensada da compensação referida no art. 17 o aumento de despesa decorrente de:

I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;

II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;

III - reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.

CAPÍTULO V
DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - formalização por meio de convênio;

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos a educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

CAPÍTULO VI
DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

Parágrafo único. Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o *caput*, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.

Art. 28. Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

§ 1º A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.

§ 2º O disposto no *caput* não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.

CAPÍTULO VII
DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO

Seção I
Definições Básicas

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

V - refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

§ 1º Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.

§ 2º Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

§ 4º O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Seção II
Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Art. 30. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao:

I - Senado Federal: proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios, cumprindo o que estabelece o inciso VI do art. 52 da Constituição, bem como de limites e condições relativos aos incisos VII, VIII e IX do mesmo artigo;

II - Congresso Nacional: projeto de lei que estabeleça limites para o montante da dívida mobiliária federal a que se refere o inciso XIV do art. 48 da Constituição, acompanhado da demonstração de sua adequação aos limites fixados para a dívida consolidada da União, atendido o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 1º As propostas referidas nos incisos I e II do *caput* e suas alterações conterão:

I - demonstração de que os limites e condições guardam coerência com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar e com os objetivos da política fiscal;

II - estimativas do impacto da aplicação dos limites a cada uma das três esferas de governo,

III - razões de eventual proposição de limites diferenciados por esfera de governo;

IV - metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

§ 2º As propostas mencionadas nos incisos I e II do *caput* também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida, evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração.

§ 3º Os limites de que tratam os incisos I e II do *caput* serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

§ 4º Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre

§ 5º No prazo previsto no art. 5º, o Presidente da República enviará ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional, conforme o caso, proposta de manutenção ou alteração dos limites e condições previstos nos incisos I e II do *caput*

§ 6º Sempre que alterados os fundamentos das propostas de que trata este artigo, em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional solicitação de revisão dos limites.

§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Seção III
Da Recondução da Dívida aos Limites

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido,

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária,

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

§ 5º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

Seção IV
Das Operações de Crédito

Subseção I
Da Contratação

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições.

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I - não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II - se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital,

III - equiparam-se a despesa de capital as de custeio dela decorrentes, bem como as destinadas à capacitação de servidores nas atividades-fim das áreas de educação, saúde, assistência social e segurança.

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão

I - encargos e condições da contratação;

II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte.

§ 3º Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23

§ 4º Também se constituirá reserva, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do art. 32.

Subseção II
Das Vedações

Art. 34. O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

§ 2º O disposto no *caput* não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados.

I - captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;

II - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

III - assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

IV - assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços

Subseção III
Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes

I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício,

II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano,

III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada a taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir,

IV - estará proibida:

a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

§ 1º As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo definido no inciso II do *caput*.

§ 2º As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora

Subseção IV
Das Operações com o Banco Central do Brasil

Art. 39. Nas suas relações com ente da Federação, o Banco Central do Brasil está sujeito às vedações constantes do art. 35 e mais às seguintes:

I - compra de título da dívida, na data de sua colocação no mercado, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;

II - permuta, ainda que temporária, por intermédio de instituição financeira ou não, de título da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, daquele título, cujo efeito final seja semelhante à permuta;

III - concessão de garantia.

§ 1º O disposto no inciso II, *in fine*, não se aplica ao estoque de Letras do Banco Central do Brasil, Série Especial, existente na carteira das instituições financeiras, que pode ser refinanciado mediante novas operações de venda a termo.

§ 2º O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

§ 3º A operação mencionada no § 2º deverá ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia, em leilão público.

§ 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

Seção V
Da Garantia e da Contragarantia

**Art. 40.** Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e as entidades por este controladas, observado o seguinte:

I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para reter-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

§ 3º Será cobrada comissão pela garantia prestada, na forma de percentual sobre o valor garantido, e exigido o ressarcimento das despesas efetuadas pelo garantidor à conta da operação.

§ 4º A falta de ressarcimento dos valores honrados, por mais de sessenta dias a partir da data de pagamento, importará na execução da contragarantia, com os valores atualizados.

§ 5º É nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal.

§ 6º É vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.

§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à concessão de garantia por:

I - empresa controlada a subsidiária ou controlada sua, nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições;

II - instituição financeira a empresa nacional, nos termos da lei.

§ 8º Excetua-se do disposto neste artigo a garantia prestada:

I - por instituições financeiras estatais, que se submeterão às normas aplicáveis às instituições financeiras privadas, de acordo com a legislação pertinente;

II - pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.

§ 9º Quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento.

§ 10. O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.

Seção VI
Dos Restos a Pagar

**Art. 41.** Observados os limites globais de empenho e movimentação financeira, serão inscritas em Restos a Pagar:

I - as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício;

II - as despesas empenhadas e não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de:

a) normas legais e contratos administrativos;

b) convênio, ajuste, acordo ou congênere, com outro ente da Federação, já assinado, publicado e em andamento.

§ 1º Considera-se em andamento o convênio, ajuste, acordo ou congênere cujo objeto esteja sendo alcançado no todo ou em parte.

§ 2º Após deduzido de suas disponibilidades de caixa o montante das inscrições realizadas na forma dos incisos I e II do *caput*, o Poder ou órgão referidos no art. 20 poderá inscrever as demais despesas empenhadas, até o limite do saldo remanescente.

§ 3º Os empenhos não liquidados e não inscritos serão cancelados.

**Art. 42.** É vedado ao [illegible]lar de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

CAPÍTULO VIII
DA GESTÃO PATRIMONIAL

Seção I
Das Disponibilidades de Caixa

**Art. 43.** As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

§ 1º As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

§ 2º É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o § 1º em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

Seção II
Da Preservação do Patrimônio Público

**Art. 44.** É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

**Art. 45.** Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

**Art. 46.** É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 3º do art. 182 da Constituição, ou prévio depósito judicial do valor da indenização.

Seção III
Das Empresas Controladas pelo Setor Público

**Art. 47.** A empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, disporá de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, sem prejuízo do disposto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição.

Parágrafo único. A empresa controlada incluirá em seus balanços trimestrais nota explicativa em que informará:

I - fornecimento de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado;

II - recursos recebidos do controlador, a qualquer título, especificando valor, fonte e destinação;

III - venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

CAPÍTULO IX
DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Seção I
Da Transparência da Gestão Fiscal

**Art. 48.** São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

**Art. 49.** As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

Seção II
Da Escrituração e Consolidação das Contas

**Art. 50.** Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatoria fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intragovernamentais.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;

II - Estados, até trinta e um de maio.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Seção III
Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Seção IV
Do Relatório de Gestão Fiscal

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º.

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea *b* do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea *a* do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

Seção V
Das Prestações de Contas

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

§ 1º No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias.

§ 2º Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no art. 20, pendentes de parecer prévio.

Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Seção VI
Da Fiscalização da Gestão Fiscal

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

§ 2º Compete ainda aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20

§ 3º O Tribunal de Contas da União acompanhará o cumprimento do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 39.

## CAPÍTULO X
## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 60.** Lei estadual ou municipal poderá fixar limites inferiores àqueles previstos nesta Lei Complementar para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

**Art. 61.** Os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**Art. 62.** Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual;

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação

**Art. 63.** É facultado aos Municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes optar por:

I - aplicar o disposto no art. 22 e no § 4º do art. 30 ao final do semestre;

II - divulgar semestralmente:

a) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

b) o Relatório de Gestão Fiscal;

c) os demonstrativos de que trata o art. 53;

III - elaborar o Anexo de Política Fiscal do plano plurianual, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias e o anexo de que trata o inciso I do art. 5º a partir do quinto exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 1º A divulgação dos relatórios e demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre

§ 2º Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes

**Art. 64.** A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar.

§ 1º A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação dos instrumentos de que trata o art. 48 em meio eletrônico de amplo acesso público,

§ 2º A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas

**Art. 65.** Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23, 31 e 70;

II serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* no caso de estado de defesa ou de sítio decretado na forma da Constituição

**Art. 66.** Os prazos estabelecidos nos arts 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres

§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

§ 2º A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.

§ 3º Na hipótese do *caput* continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

§ 4º Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido no *caput* do art 31 poderá ser ampliado em até quatro quadrimestres.

**Art. 67.** O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV - divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o *caput* instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho

**Art. 68.** Na forma do art. 250 da Constituição, é criado o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 1º O Fundo será constituído de:

I - bens móveis e imóveis, valores e rendas do Instituto Nacional do Seguro Social não utilizados na operacionalização deste;

II - bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados ou que lhe vierem a ser vinculados por força de lei;

III - receita das contribuições sociais para a seguridade social, previstas na alínea *a* do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição;

IV - produto da liquidação de bens e ativos de pessoa física ou jurídica em débito com a Previdência Social;

V - resultado da aplicação financeira de seus ativos;

VI - recursos provenientes do orçamento da União.

§ 2º O Fundo será gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na forma da lei.

**Art. 69.** O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

**Art. 70.** O Poder ou órgão referido no art. 20 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 deverá enquadrar-se no respectivo limite em até dois exercícios, eliminando o excesso, gradualmente, à razão de, pelo menos, 50% a.a. (cinqüenta por cento ao ano), mediante a adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no *caput*, no prazo fixado, sujeita o ente às sanções previstas no § 3º do art. 23.

**Art. 71.** Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 20.

**Art. 72.** A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício anterior a entrada em vigor desta Lei Complementar, até o término do terceiro exercício seguinte.

**Art. 73.** As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.

**Art. 74.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 75.** Revoga-se a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

# MENSAGEM
# Nº 492, DE 2000-CN
(Nº 663/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 390, de 1999 (nº 91/98 no Senado Federal), que "Institui o Conselho Federal da Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais de Secretariado - CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências"

Ouvidos, os Ministérios da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão assim se pronunciaram:

"A matéria referente à conversão das autarquias corporativas em entidades privadas foi objeto de decisão do Supremo Tribunal Federal, que em sua composição plenária, por unanimidade, concedeu medida cautelar para suspender, até a decisão final, a execução e a aplicabilidade do art. 58 e seus parágrafos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, os quais determinam que "*os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa*" e cuidam de sua disciplina geral.

Esta a manifestação do Ministro Relator, *verbis*.

*"Com efeito, não parece possível, a um primeiro exame, em face do ordenamento constitucional, mediante a interpretação conjugada dos arts. 5º, XIII, 22, XVI, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da C.F., a delegação a uma entidade privada, de atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que tange ao exercício de atividades profissionais."*

Por outro lado, sem embargo da questão constitucional subjacente, que continua em aberto até a manifestação definitiva do Pretório Excelso, é de se notar que a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Secretariado não corresponde aos interesses da Administração Pública.

Ocorre que o projeto de lei de que se trata cria um sistema de registro e fiscalização dos secretários, estejam eles atuando na iniciativa privada ou no setor público, inclusive com a instituição de taxas e a aplicação de penalidades, que, ao passo de onerá-los sobremaneira, não se justificam do ponto de vista da proteção ao trabalho.

Cuida-se de atividade que, por sua própria natureza, pressupõe a existência de um vínculo laboral, seja com a iniciativa privada, seja com a Administração Pública, não constituindo, portanto, profissão liberal.

Além do mais, todos os secretários contribuem anualmente e de forma compulsória para o sindicato específico, a quem incumbe, por força de disposição constitucional, a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, e para o qual já estão obrigados a contribuir.

Assim, não é justo que se crie, por força de lei, nova contribuição para o mesmo fim onerando ainda mais e de forma injustificada o trabalhador.

A medida legislativa, como se vê, não só dificulta o acesso dos secretários ao mercado de trabalho, como dá ensejo a criação de injustificada despesa."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto a elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de maio de 2000

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1998
(nº 390/99, na Câmara dos Deputados)

Institui o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais da Secretariado - CRSEC; dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta.

Art. 1º A fiscalização do exercício da profissão de secretário, regulada pela Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e alterada pela Lei nº 9.261, de 11 de janeiro de 1996, observará o disposto nesta Lei.

Art. 2º São instituídos o Conselho Federal do Secretariado - CFSEC e os Conselhos Regionais da Secretariado - CRSEC, dotados de personalidade jurídica própria, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, sendo vedado o estabelecimento de qualquer vínculo funcional ou hierárquico com a Administração Pública.

Art. 3º O Conselho Federal do Secretariado - CFSEC é a instância superior da fiscalização do exercício da profissão de Secretário e tem as seguintes atribuições:

I - elaborar seu regimento interno e fixar diretrizes para a elaboração dos regimentos dos Conselhos Regionais;

II - homologar os regimentos internos elaborados e aprovados pelos Conselhos Regionais, adotando as providências cabíveis;

III - examinar e decidir em última instância os assuntos relativos ao exercício da profissão de Secretário, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com o disposto nesta Lei e nas Leis nºs 7.377, de 30 de setembro de 1985, e 9.261, de 11 de janeiro de 1996;

IV - disciplinar o exercício da profissão de Secretário, fixando as condições para o seu exercício, observados os limites definidos em lei;

V - conhecer e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais.

VI - julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

VII - fixar e alterar o valor da anuidade, emolumentos, taxa, serviços, ouvidos os Conselhos Regionais;

VIII - aplicar multas e outras penalidades às pessoas físicas e jurídicas, garantida a defesa administrativa aos infratores;

IX - aprovar e fazer cumprir o Código de Ética Profissional, julgando, em grau de recurso, as infrações previstas no Código.

X - instituir e alterar o modelo de carteira de identidade profissional e demais formulários oficiais;

XI - manter convênios e acordos de cooperação com entidades afins ou com instituições e órgãos públicos ou privados, com vistas ao aperfeiçoamento e o aprimoramento profissional;

XII - baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação desta Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;

XIII - expedir resoluções e instruções para a organização, instalação e funcionamento dos Conselhos Regionais;

XIV - aprovar a criação ou a extinção de Conselho Regional;

XV - aprovar ou rejeitar a prestação de contas anual da diretoria, o balanço financeiro e contábil e a previsão orçamentária, adotando as providências cabíveis, encaminhando ao Ministério Público, quando for o caso, relatório circunstanciado das irregularidades cometidas, sob pena de responsabilidade;

XVI – convocar eleições para o Conselho Federal do Secretariado – CFSEC, para os Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC e para sua diretoria, baixando o respectivo regimento eleitoral, que deverá ser publicado seis meses antes da data marcada para as eleições;

XVII – regular o sistema de registro profissional,

XVIII – intervir nos Conselhos Regionais, pelo prazo máximo de noventa dias, determinando a adoção das providências cabíveis;

XIX – publicar todas as suas resoluções e instruções no Diário Oficial da União;

XX – suspender ou cassar o mandato de Conselheiro Federal e de Conselheiro Regional, no caso da prática de infrações previstas nesta Lei;

XXI – exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por lei.

Parágrafo único. O Conselho Federal do Secretariado – CFSEC poderá se organizar em Câmaras, para o exercício de suas atribuições e competências, cabendo recurso ao Plenário, sendo suas decisões tomadas pela maioria absoluta de seus membros

Art. 4º Compete aos Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC as seguintes atribuições:

I – elaborar seu regimento interno submetendo-o à homologação do Conselho Federal;

II – organizar e manter o serviço de registro profissional e expedir, na sua área de jurisdição, a carteira de identidade profissional, necessária à habilitação para o exercício profissional, que será válida em todo o território nacional e terá fé pública;

III – disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Secretário;

IV – julgar e decidir os processos de infração desta Lei, das Leis nºs 7.377, de 30 de setembro de 1985, e 9.261, de 11 de janeiro de 1996, do Código de Ética e recurso contra a imposição de multas e outras penalidades;

V – fixar e alterar o valor da anuidade, emolumentos, taxas e outros serviços;

VI – aplicar multas e outras penalidades às pessoas físicas e jurídicas, garantida a defesa administrativa aos infratores;

VII – examinar reclamações e representações acerca dos registros profissionais;

VIII – sugerir ao Conselho Federal a adoção de medidas necessárias a regularidade e efetividade dos serviços e à fiscalização da lei;

IX – manter convênios e acordos de cooperação com entidades afins ou com instituições e órgãos públicos ou privados, com vistas ao aperfeiçoamento e aprimoramento profissional.

X – cumprir e fazer cumprir esta Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir os atos complementares que se fizerem necessários;

XI – cumprir suas obrigações financeiras, repassando, tempestivamente, a cota-parte de sua receita destinada ao Conselho Federal;

XII – expedir resoluções e instruções normativas para cumprimento do disposto nesta Lei;

XIII – organizar o quadro de pessoal da fiscalização do exercício profissional, que atuará na sua área de jurisdição;

XIV – aprovar ou rejeitar a prestação de contas anual da diretoria, o balanço financeiro e contábil e a previsão orçamentária, adotando as providências cabíveis, encaminhando ao Ministério Público, quando for o caso, relatório circunstanciado das irregularidades cometidas, sob pena de responsabilidade.

XV – organizar as eleições para o Conselho Regional de Secretariado – CRSEC e para sua diretoria, nos termos da resolução baixada pelo Conselho Federal.

XVI – publicar todas as suas resoluções e instruções normativas no Diário Oficial do Estado;

XVII – eleger sua diretoria e exigir prestação de contas sobre a execução orçamentária prevista para o exercício, mediante a apresentação de relatórios bimestrais;

XVIII – exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por esta Lei e pelo Conselho Federal.

Parágrafo único. O Conselho Regional de Secretariado – CRSEC poderá se organizar em Câmaras, para o exercício de suas atribuições e competências, cabendo recurso ao Plenário, sendo suas decisões tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º A renda do Conselho Federal do Secretariado – CRSEC será composta por:

I – trinta por cento da renda bruta de cada Conselho Regional de Secretariado, excetuadas as oriundas de legados, doações e subvenções,

II – doações e legados;

III – rendas oriundas de taxas, serviços, emolumentos e outras eventuais,

Art. 6º A renda bruta dos conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC será composta por:

I – anuidades;

II – taxas e emolumentos;

III – multas aplicadas em conformidade com esta Lei;

IV – subvenções, legados e doações;

V – receita oriunda de serviços eventuais.

Art. 7º O registro é obrigatório e habilita o profissional para o exercício da profissão de Secretário.

Parágrafo único. A falta do competente registro profissional torna ilegal o exercício da profissão ou atividade, sujeitando o infrator às penalidades previstas nesta Lei, no código de Ética Profissional e na legislação vigente.

Art. 8º A utilização ou a exploração das expressões "Secretário" ou "Secretária" é privativa dos profissionais do Secretariado, constituindo infração a sua utilização indevida.

Art. 9º São consideradas infrações:

I – exercício profissional sem habilitação ou sem registro profissional;

II – exercício profissional sem registro na jurisdição;

III – inobservância dos princípios éticos e infração do Código de Ética Profissional;

IV – uso irregular da denominação da profissão;

V – falta de pagamento da anuidade e demais obrigações financeiras previstas em lei;

VI – atos que denigram ou que sejam incompatíveis com a profissão de Secretário;

VII – não cumprimento das obrigações eleitorais;

VIII – prática de irregularidades administrativas no exercício do cargo de Conselheiro e fraude eleitoral.

Art. 10. É assegurado aos acusados o direito a ampla defesa e os meios a ela inerentes, mediante competente processo administrativo.

Art. 11. As penalidades aplicáveis por infração desta Lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

I – advertência reservada;

II – censura pública;

III – multa.

IV – suspensão temporária do exercício profissional;

V – cancelamento definitivo do registro profissional.

Art. 12. O cancelamento definitivo do registro profissional será aplicado:

I – quando for comprovada a prática de atos ilícitos no exercício profissional, com sentença transitada em julgado, cuja pena seja igual ou superior a três anos;

II – atos de corrupção e outros crimes praticados durante o exercício do mandato de Conselheiro;

III – utilização indevida de informações confiadas em função do exercício profissional, cuja divulgação tenha causado danos irreparáveis ao empregador ou à sociedade em geral;

IV – reincidência no exercício irregular da profissão.

Parágrafo único. As demais penalidades serão aplicadas em conformidade com o que dispuser o Código de Ética Profissional, que deverá ser aprovado por dois terços dos membros do Conselho Federal.

Art. 13. É competente a Justiça Federal para dirimir as controvérsias oriundas dos atos emanados do Conselho Federal do Secretariado – CFSEC e dos Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC.

Art. 14. A diretoria do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais será composta por:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Tesoureiro-Geral;

IV – Primeiro Tesoureiro;

V – Secretário-Geral; e

VI – dois suplentes.

Parágrafo único São elegíveis para os cargos de diretoria os membros dos Conselhos respectivos, para um mandato de três anos.

Art. 15. A eleição dos Conselheiros Federais será direta e unificada nacionalmente, com eleições durante três dias úteis seguidos, concomitante com a eleição dos Conselheiros Regionais, que tomarão posse no prazo de trinta dias, após a proclamação do resultado.

Art. 16. O prazo para inscrição de chapas será de trinta dias e o de impugnação de chapas e de candidatos, quinze dias.

§ 1º O edital das eleições será remetido por mala direta para todos os inscritos nos Conselhos Regionais e publicado, pelo menos duas vezes em dois jornais de grande circulação estadual, em dias úteis.

§ 2º Se a jurisdição do Conselho Regional for maior do que a área geográfica de um Estado, a publicação será feita em todos eles.

Art. 17. O mandato dos Conselheiros Federais e Regionais será de três anos, permitida apenas uma reeleição.

Art. 18. O Plenário do Conselho Federal do Secretariado será composto por três Conselheiros Federais eleitos na área de jurisdição de cada Conselho Regional, que não pode ser inferior à área de um Estado ou maior do que a área de três Estados.

Art. 19. Os Conselhos Regionais serão formados pelo mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco Conselheiros, nos termos da Resolução baixada pelo Conselho Federal, que fixará o quantitativo para cada Estado, considerando o número de profissionais inscritos.

Art. 20. O Primeiro Conselho Federal terá quinze membros, indicados pela Federação Nacional das Secretárias, que deverão preencher os seguintes requisitos:

I – maior de vinte e um anos;

II – em gozo de seus direitos políticos;

III – habilitado para o exercício profissional, mediante a comprovação dos requisitos previstos em lei.

Parágrafo único. A indicação dos membros Conselheiros Federais será publicada no Diário Oficial, sendo aberto o prazo de cinco dias para impugnações fundamentadas, que serão decididas por comissão nomeada pela Federação Nacional das Secretárias, composta por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

Art. 21. A posse dos Conselheiros Federais do Secretariado será presidida pelo Presidente da Federação Nacional das Secretárias, sendo lavrada ata que será submetida a registro público, juntamente com o Regimento Interno do Conselho Federal, que deverá ser votado e aprovado na mesma data, elegendo-se, ainda, sua diretoria.

Parágrafo único. O mandato dos Primeiros Conselheiros Federais será de três anos.

Art. 22. As atribuições do Primeiro Conselho Federal serão:

I – estruturar e organizar o sistema de registro profissional a partir de dados disponíveis no Ministério do Trabalho e Emprego, instituições de ensino e entidades sindicais;

II – instituir a carteira de identidade profissional e as normas para sua expedição;

III – instalar os Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC;

IV – exercer as demais atribuições conferidas por esta Lei.

Art. 23. A sede e o foro do Conselho Federal do Secretariado – CFSEC será na cidade de Brasília e a dos Conselhos Regionais de Secretariado – CRSEC, nas Capitais das respectivas unidades federadas.

Art. 24. A certidão de crédito emitida pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais constituirá título executivo extrajudicial.

Art. 25. Os Conselhos Regionais serão instalados pelo Conselhos Federal, que indicará os membros que integrarão o Primeiro Conselho Regional, cujo mandato terminará na mesma data que findar o mandato dos Conselheiros Federais, quando haverá eleições gerais.

Art. 26. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de noventa dias, contado da data de sua publicação.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# MENSAGEM
# Nº 493, DE 2000-CN
## (Nº 671/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 20, de 1999 - CN, que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000"

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestou-se pelos vetos aos dispositivos a seguir:

Art. 7º

"Art. 7º É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, desde que os excessos de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional e das receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Nacional de Saúde sejam previamente utilizados no cumprimento do disposto no art. 48 da Lei nº 9.811, de 1999, e no atendimento de, no mínimo, oito doze avos da programação e nas proporções constantes do Quadro V, em anexo, que integra este artigo, bem como publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 77 da Lei nº 9.811, de 1999.

I – para cada subtítulo de atividades ou operações especiais, até o limite de vinte por cento de seu valor total e para cada subtítulo de projetos, até o limite de quinze por cento de seu valor total, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a quinze por cento do valor total de cada subtítulo objeto da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência, após atendido o disposto no art. 48 da Lei nº 9.811, de 1999, e no mínimo oito doze avos da programação constante do Quadro V, em anexo, nas proporções da referida programação;

c) de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados, até o limite de quarenta por cento da dotação inicial;

II – até quarenta por cento das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subtítulo objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subtítulo;

III – com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

a) o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo;

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total dos respectivos subtítulos, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo;

c) o cumprimento do disposto no item 8.8.2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

d) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

e) a realização das eleições municipais de 2000, mediante o cancelamento de dotações orçamentárias no âmbito da própria Justiça Eleitoral;

IV – mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessa fonte foram originalmente programados;

b) superávit financeiro das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e dos fundos e recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subseqüentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, para atender às mesmas ações em execução em 1999, observados os respectivos saldos orçamentários;

c) doações;

V - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de:

a) excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

b) superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1999, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

c) superávit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1999, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

d) excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995

§ 1º Não poderão ser utilizados para os fins do inciso V, os valores integrantes do superávit financeiro de que trata a alínea "b" do mesmo inciso, correspondentes a vinculações constitucionais, bem como, no caso do orçamento da seguridade social, a vinculações legais.

§ 2º A autorização de que trata o inciso V, alínea "b", fica condicionada à prévia demonstração da exclusão dos valores de que trata o parágrafo anterior, na apuração do saldo a ser utilizado para a amortização da dívida."

Razões do veto

"O art. 165, § 8º, da Constituição Federal permite que a lei orçamentária anual contenha autorização para abertura de créditos suplementares, cuja intenção é, indiscutivelmente, conferir maior agilidade ao processo de ajuste nas dotações orçamentárias aprovadas, visando compatibilizá-las às reais necessidades da execução orçamentária.

O art. 7º do projeto de lei ao autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares o fez com a imposição de condições que implicam sérias restrições ao gerenciamento do Orçamento da União, na busca da otimização dos escassos recursos disponíveis.

As condições impostas, além de outros aspectos, partem do pressuposto de que a sociedade tem como problema a ser resolvido ou de demanda reprimida por recursos públicos, apenas a área da saúde. A forma proposta estabelece que, independentemente dos outros objetivos/problemas sociais, para se abrir créditos com recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional e da Reserva de Contingência, primeiramente teria que ser cumprido o disposto no art. 48 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO-2000), e no atendimento de, no mínimo, oito doze avos da programação e nas proporções constantes do Quadro V, em anexo, que integra o art. 7º do projeto, além de publicar e manter em vigor o cronograma de que trata o art. 77 da referida Lei.

Ocorre, porém, que a LDO-2000 permite que o disposto no seu art. 48 possa ser cumprido ao longo do ano de 2000 e não estabeleceu como pré-requisito para esse cumprimento a equalização *per capita*, imediata, na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme determinado pelo Congresso Nacional.

Embora a distribuição *per capita* dos recursos do SUS possa ser questionada quanto à sua eqüidade, face aos diferentes gastos por habitante nas regiões do país, a sistemática atual do SUS é a remuneração dos serviços proporcionalmente à efetiva capacidade instalada. O problema é que não se consegue elevar o gasto *per capita* no curto prazo, haja vista que são necessárias ações governamentais para caminhar na busca dessa eqüidade, fora mesmo do âmbito do SUS.

Assim, ao estabelecer a obrigatoriedade de se cumprir uma programação previamente definida, o dispositivo em questão não considerou a capacidade de atendimento da rede hospitalar instalada em cada Unidade da Federação. A questão é de uma profundidade maior, considerando que para corrigir tal distorção é necessário direcionar esforços para as regiões menos privilegiadas, mediante a política de priorização de investimentos em infra-estrutura e equipamentos, de forma a ampliar a capacidade de atendimento na rede de serviços de saúde integrante do SUS, especialmente nas regiões com menor atratividade do ponto de vista da lucratividade

Por outro lado, não parece razoável que toda a Reserva de Contingência, cuja finalidade estabelecida no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, é a abertura indistinta de créditos adicionais, seja utilizada apenas na área da saúde, uma vez que isso poderá causar sérios prejuízos ao atendimento de outros problemas relevantes e não previstos com que o Governo possa se deparar.

Nesse contexto, afigura-se como fato extremamente grave o bloqueio da Reserva de Contingência e a proibição da utilização do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional antes da abertura de créditos para o atendimento de ações e serviços de saúde, nas condições estipuladas.

Pelos motivos expostos, entende-se que o dispositivo em análise contraria o interesse público, razão pela qual sugere-se oposição de veto ao mesmo."

Art. 14.

"Art. 14. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional o relatório a que se refere o § 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 1999, segundo a metodologia de cálculo do quadro das necessidades de financiamento do governo central, com receitas discriminadas até o nível de subcategoria econômica."

Razões do veto

"A Constituição Federal estabelece no art. 165, § 8º, que "A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei".

Dessa forma, considerando que o dispositivo em questão não se enquadra no conteúdo estabelecido pela Constituição Federal para a lei orçamentária anual, propõe-se veto ao mesmo por inconstitucionalidade."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 11 de maio de 2000.

## QUADRO V - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES AO SUS, CONFORME ART. 7º, caput

| UO | FUNC PROGRAMÁTICA | TÍTULO | VALOR |
|---|---|---|---|
| 36901 | 10 302 0023 4306 0001 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ACRE | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0001 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ACRE | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0002 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE ALAGOAS | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0002 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE ALAGOAS | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0007 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0007 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAZONAS | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0005 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO AMAPÁ | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0005 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAÚDE SUS - NO ESTADO DO AMAPÁ | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0009 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA BAHIA | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0009 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAÚDE SUS - NO ESTADO DA BAHIA | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0011 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO CEARA | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0011 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO CEARA | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0015 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0015 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0017 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DE GOIÁS | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0017 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DE GOIÁS | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0019 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO MARANHÃO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0019 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAÚDE - SUS NO ESTADO DO MARANHÃO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0025 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0025 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE SUS NO ESTADO DE MINAS GERAIS | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0023 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0023 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0021 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DO MATO GROSSO | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0021 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DO MATO GROSSO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0027 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAÚDE - SUS - NO ESTADO DO PARA | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0027 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DO PARA | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0029 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DA PARAÍBA | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0029 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAÚDE - SUS - NO ESTADO DA PARAÍBA | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0033 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DE PERNAMBUCO | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0033 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DE PERNAMBUCO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0035 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DO PIAUÍ | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0035 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DO PIAUÍ | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0031 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAÚDE - SUS - NO ESTADO DO PARANÁ | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0031 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DO PARANÁ | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0019 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | |

## QUADRO V - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES AO SUS, CONFORME ART. 7º, caput

| | | | |
|---|---|---|---|
| 36901 | 10 302 0023 4307 0038 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0043 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS NO ESTADO DE RONDÔNIA | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0043 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE RONDÔNIA | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0045 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DE RORAIMA | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0045 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DE RORAIMA | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0047 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0047 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0051 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS NO ESTADO DE SERGIPE | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0051 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DE SERGIPE | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0049 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0049 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DE SÃO PAULO | |
| 36901 | 10 302 0023 4307 0053 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL EMERGÊNCIA E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS NO ESTADO DE TOCANTINS | |
| 36901 | 10 302 0023 4306 0053 | ATENDIMENTO AMBULATORIAL EMERGÊNCIA E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS NO ESTADO DE TOCANTINS | |
| | | TOTAL | |

LEI Nº 9.969 , DE 11 DE MAIO DE 2000.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

TITULO I
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto

TITULO II
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA
DA RECEITA TOTAL

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada em R$ 1.012.807.272.455,00 (um trilhão, doze bilhões, oitocentos e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais), sendo, em observância ao disposto no art. 55, § 1º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, desdobrada em:

I - R$ 249.257.179.787,00 (duzentos e quarenta e nove bilhões, duzentos e cinqüenta e sete milhões, cento e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as receitas de que trata o inciso III e incluída a parcela das contribuições sociais desvinculada por força da Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000, no valor de R$ 15 862 755 197 00 (quinze bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e cinqüenta e cinco mil, cento e noventa e sete reais);

II - R$ 119 516 406 317,00 (cento e dezenove bilhões quinhentos e dezesseis milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e dezessete reais) do Orçamento da Seguridade Social,

III - R$ 644 033.686 351,00 (seiscentos e quarenta e quatro bilhões, trinta e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinqüenta e um reais), correspondentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, são estimadas com o desdobramento discriminado no Quadro I em anexo a esta Lei

CAPITULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Seção I
Da Despesa Total

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R$ 1 012 807.272.455,00 (um trilhão, doze bilhões, oitocentos e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais), desdobrada, em observância ao disposto no art. 55, § 1º, da Lei nº 9.811, de 1999, nos seguintes agregados

I - R$ 246.641.354.706,00 (duzentos e quarenta e seis bilhões, seiscentos e quarenta e um milhões, trezentos e cinqüenta e quatro mil, setecentos e seis reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "a";

II - R$ 122.132 231.398,00 (cento e vinte e dois bilhões, cento e trinta e dois milhões duzentos e trinta e um mil, trezentos e noventa e oito reais) do Orçamento da Seguridade Social, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "b";

III - R$ 644.033 686.351,00 (seiscentos e quarenta e quatro bilhões, trinta e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinqüenta e um reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária, sendo:

a) R$ 643.892.682.359,00 (seiscentos e quarenta e três bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, trezentos e cinqüenta e nove reais) constantes do Orçamento Fiscal;

b) R$ 141.003.992,80 (cento e quarenta e um milhões, três mil, novecentos e noventa e dois reais) constantes do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II para o Orçamento da Seguridade Social, parcela de R$ 2.756 829 073,00 (dois bilhões, setecentos e cinqüenta e seis milhões, oitocentos e vinte e nove mil, setenta e três reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

Seção II
Da Distribuição da Despesa por Órgãos

Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos no presente Título, observada a programação constante do Detalhamento das Ações, em anexo, apresenta, por órgão, o desdobramento de que trata o Quadro II, em anexo a esta Lei

§ 1º É vedada a execução orçamentária das dotações consignadas nos subtítulos constantes do Quadro III, em anexo, que integra esta Lei, relativos a obras e serviços cuja gestão apresente indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 92, incisos I e II, da Lei nº 9 811, de 1999, até deliberação em contrário da Comissão Mista prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal e do Congresso Nacional

§ 2º A deliberação da Comissão de que trata o parágrafo anterior será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo órgão responsável, das medidas saneadoras das irregularidades levantadas, sem prejuízo do disposto no art. 92, § 2º, da Lei nº 9.811, de 1999

§ 3º As dotações consignadas nos subtítulos e nos valores constantes do Quadro IV, em anexo, que integra esta Lei, somente poderão ser executadas caso seja promulgada até 30 de junho de 2000 a Emenda à Constituição Federal objeto da Proposta de Emenda nº 90, de 1999 (PEC nº 407, de 1996, na Câmara dos Deputados), que altera a redação de seu art. 100.

§ 4º Caso a Emenda de que trata o parágrafo anterior não venha a ser promulgada até 30 de junho de 2000, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos provenientes do cancelamento das dotações de que trata o parágrafo anterior, para atender o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, até os limites respectivos constantes do PL nº 20, de 1999-CN.

CAPÍTULO III
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, de forma a atender a programação estabelecida no quadro de que trata o "caput" do art. 7º e o que dispõe o art. 48, da Lei nº 9 811, de 1999, inciso I, acrescido de cinco por cento, mediante a utilização de recursos provenientes:

I – de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Nacional de Saúde ou de receitas do Tesouro Nacional,

II – da Reserva de Contingência;

III – da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do inciso I, alínea "a", do art. 7º,

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e §§ 3º e 4º, da Lei nº 4 320 de 1964, destinados

I - a transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios nos casos em que a lei determina a entrega dos recursos de forma automática,

II - aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7 827, de 27 de setembro de 1989;

III - ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante a utilização de recursos originários das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e o de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, inclusive da parcela destinada nos termos do § 1º do art. 239, da Constituição Federal

IV - ao subtítulo 49 201 – INCRA – 21.631 0136 3613 0004 – "Assistência Técnica e Capacitação de Assentamentos - LUMIAR/PRONERA – Capacitação de Agricultores em Assentamentos de Reforma Agrária – Nacional – NA", até o valor de R$ 14 000 000,00 (quatorze milhões de reais);

V - ao subtítulo 26.101 – Ministério da Educação – 12 364.0041.2117.0004 – "Apoio ao Desenvolvimento do Ensino de Graduação – Apoio a Ações de Desenvolvimento do Ensino Superior", até o valor de R$ 30.000 000,00 (trinta milhões de reais).

CAPÍTULO IV
DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE TITULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Art. 9º É o Poder Executivo autorizado a emitir até 12.729.200 (doze milhões, setecentos e vinte e nove mil e duzentos) Títulos da Dívida Agrária, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a cinco anos, para atender ao Programa de Reforma Agrária no exercício, nos termos do que dispõe o art. 184 da Constituição Federal.

TITULO III
DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

CAPÍTULO I
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 10 A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante de anexo a esta Lei, não computadas as entidades cuja programação conste integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é fixada em R$ 10.240.962.349,00 (dez bilhões, duzentos e quarenta milhões, novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais), com os desdobramentos do Quadro VI, em anexo.

CAPÍTULO II
DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 11 As fontes de receita, para cobertura da despesa fixada no artigo anterior, decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos destinados ao aumento do patrimônio líquido e de operações de crédito, internas e externas, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita, são estimadas com o desdobramento do Quadro VII, em anexo.

CAPÍTULO III
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 12. É o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares para cada subtítulo até o limite:

a) de vinte por cento do respectivo valor, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa,

b) do saldo dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional em 1999 e não utilizados pela correspondente empresa, para atender as mesmas ações em execução, aprovadas naquele exercício.

II – realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, quando a abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estiver relacionada com empresas estatais, previstas nesta Lei.

## TÍTULO IV
## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. São publicados em anexo a esta Lei, os quadros consolidados a que se referem os incisos I a XIV do § 1º do art. 7º da Lei nº 9.811, de 1999.

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

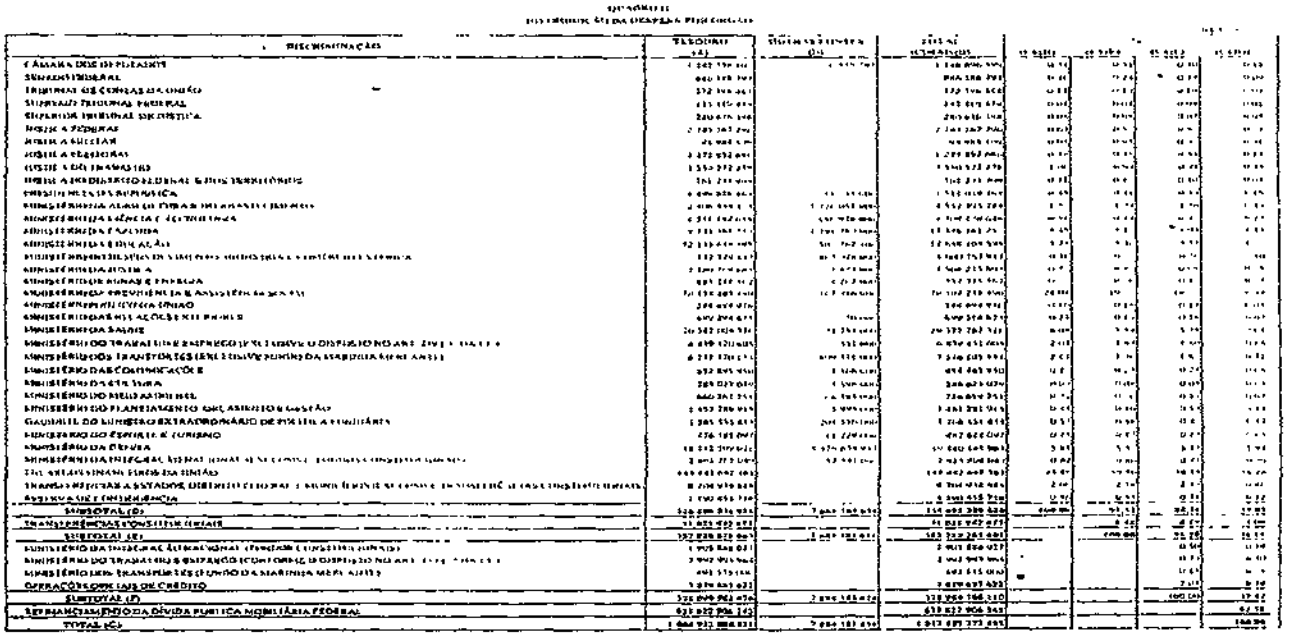
Brasília, 11 de maio de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

### QUADRO I – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|---|---|
| 1 – RECEITAS DO TESOURO | 360.889.202.470 |
| 1.1 – RECEITAS CORRENTES | 244.675.691.435 |
| Receita Tributária | 77.344.706.008 |
| Receita de Contribuições | 136.062.313.767 |
| Receita Patrimonial | 8.056.829.268 |
| Receita Agropecuária | 8.420.600 |
| Receita Industrial | 76.058.000 |
| Receita de Serviços | 11.468.097.358 |
| Transferências Correntes | 124.578.576 |
| Outras Receitas Correntes | 9.545.35[illegible].558 |
| 1.2 – RECEITAS DE CAPITAL | 116.212.511.035 |
| Operações de Crédito Internas | 52.021.647.403 |
| Operações de Crédito Externas | 4.180.863.572 |
| Alienação de Bens | 21.493.427.400 |
| Amortização de Empréstimos | 11.017.775.775 |
| Transferências de Capital | 27.498.996.885 |
| Outras Receitas de Capital | 7.884.383.634 |
| 2 – RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS | |
| 2.1 – RECEITAS CORRENTES | 5.661.720.597 |
| 2.2 – RECEITAS DE CAPITAL | 2.222.663.037 |
| **SUBTOTAL** | **368.773.586.104** |
| 3 – REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL | 644.033.686.351 |
| Operações de Crédito Internas | 644.033.686.351 |
| - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal | 644.033.686.351 |
| Operações de Crédito Externas | |
| - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal | |
| **SUBTOTAL** | **644.033.686.351** |
| **TOTAL** | **1.012.807.272.455** |

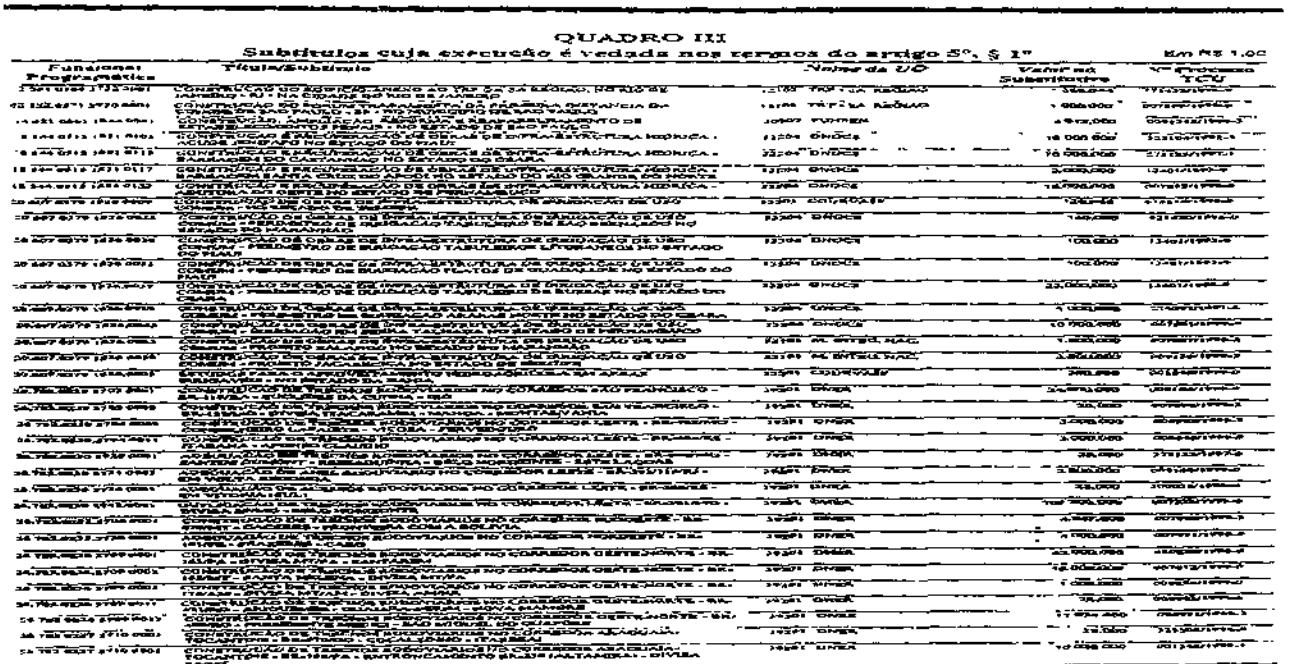


# QUADRO III

## Subtítulos cuja execução é vedada nos termos do artigo 5°, § 1°

Em R$ 1,00

| Funcional Programática | Título/Subtítulo | | Nome da UO | Valor no Substitutivo | Nº Processo TCU |
|---|---|---|---|---|---|
| 26 782 0237 5710 0006 | CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-135/MA - TRECHO COLINAS - OROZIMBO | 39201 | DNER | 5 784 689 | 003981/1999-0 |
| 26 782 0237 5710 0008 | CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-222/PA - CONSTRUCAO DO TRECHO D. ELISEU - ENTR. BR-158/PA | 39201 | DNER | 25.000 | 001348/1998-1 |
| 26 782 0237 5710 0013 | CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-235/TO - DIVISA TO/MA - DIVISA TO/PA | 39201 | DNER | 25.000 | 008063/1999-0 |
| 26 782 0237 5710 0001 | ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-060/GO/DF - ENTRONC. DF-290 - ENTRONC. BR-153/GO | 39201 | DNER | 25.000 | 008298/1999-8 |
| 26 782 0237 5710 0001 | CONSTRUCÃO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-060/GO - EM GOIÂNIA (NOROESTE) | 39201 | DNER | 25.000 | 007525/1999-0 |
| 26 782 0238 5711 0005 | CONSTRUCÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-317/AC - BRASILEIA - ASSIS BRASIL | 39201 | DNER | 18 000 000 | 800022/1998-0 |
| 26 782 0238 5711 0007 | CONSTRUCÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-364/AC - RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL | 39201 | DNER | 25.000.000 | 007749/1999-6 |
| 26 782.0238 5715 0001 | CONSTRUCÃO DE ANEL RODOVIARIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE - BR-364/AC - EM RIO BRANCO | 39201 | DNER | 2.628.500 | 800022/1998-0 |
| 26 783.0222 5754 0001 | IMPLANTACÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - DO METRO - TRECHO RECIFE - CAJUEIRO SECO COM MELHORAMENTOS NA LINHA SUL | 39208 | CBTU | 30 150.000 | 007608/1999-2 |
| 26 783 0222.5754 0005 | IMPLANTACÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - TRECHO TIP - TORRE | 39208 | CBTU | 25 450 000 | 007608/1999-2 |
| 26 784 0230 0514 0001 | PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - DRAGAGEM NO PORTO DE VITORIA - ESPIRITO SANTO | 39101 | MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 1 100 000 | 008345/1999-6 |
| 26 784 0230 0520 0001 | PARTICIPACAO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CONSTRUCÃO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS NO PORTO DE SEPETIBA - RIO DE JANEIRO | 39101 | MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 500 000 | 011507/1998-0 |
| 26 784 0231 0524 0001 | PARTICIPACÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSTRUCÃO DO TERMINAL DE CONTEINERES - TECON 2 NO PORTO DE SANTOS - SÃO PAULO | 39101 | MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 2.000.000 | 006676/1999-5 |
| 26.784.0233 5390 0001 | RECUPERACÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 39101 | MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 0 | 925724/1998-0 |
| 26.784 0235 0496 0001 | PARTICIPACÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - RECUPERACÃO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA - RIO GRANDE DO NORTE | 39101 | MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 1 000.000 | 006795/1999-1 |
| Total | | | | 494.065.183 | |



**QUADRO IV**

**RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º.**

| CÓD UO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12105 | TRF 4ª REGIÃO | 02.061.0569.3737.0001 | CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ, EM CURITIBA - PR - NA CIDADE DE CURITIBA | 1 | 99 | 0 | 125 | 4 | 1.500.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0589 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.500.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0882 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALVADOR - BA | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0884 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANÁPOLIS - GO | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0888 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA NAS ZONAS SUL E OESTE DE NATAL - RN | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2.240.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0890 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0894 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA NAS LOCALIDADES DA REGIÃO INTEGRADA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - DF | 1 | 99 | 0 | 175 | 4 | 9.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0898 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES CENTRO E SUL FLUMINENSE E MICROSSERRANA DO RIO DE JANEIRO | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.500.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0899 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOA VISTA - RR | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 3.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1920.0904 | IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - RECIFE - PE | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.1951.0044 | AÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO URBANA, INTERLIGAÇÃO DE ÁREAS E DE ADEQUAÇÃO DE VIAS - CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA PONTE SOBRE O LAGO PARANOÁ - BRASÍLIA - DF | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 20.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.3148.0018 | REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE - REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA DE NATAL - RN | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 6.175.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.3148.0026 | REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE - AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SC | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1.500.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.3148.0026 | REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE - AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SC | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.500.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.451.0805.3178.0174 | AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM ÁREAS SUB NORMAIS DO ESTADO DO PIAUÍ | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 4.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.482.0128.3068.0017 | MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.482.0128.3068.0025 | MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.800.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 15.482.0128.3068.0045 | MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NO ESTADO DE RORAIMA | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3178.0058 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL - GO | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1.500.000 |
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3178.0064 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL - GO | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.600.000 |
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3178.0100 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E AÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - GOIÂNIA - GO | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 2.000.000 |

**QUADRO IV**

**RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º.**

| CÓD UO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3178.0104 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.600.000 |
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3178.0106 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS - ARACAJU - SE | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 20117 | SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3958.0045 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3958.0048 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES - IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 75 MIL HABITANTES - NACIONAL | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2.000.000 |
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3958.0052 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES - IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 20117 | SEC DESENVOLVIMENTO URBANO | 17.512.0128.3958.0016 | IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE SERGIPE | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 22101 | M AGRICULTURA E ABASTECIMENTO | 20.605.0808.1484.0208 | ESTÍMULO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - MINAS GERAIS - MG | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.500.000 |
| 24204 | CNEN | 19.572.0467.1484.0001 | IMPLANTAÇÃO DE INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA NOS INSTITUTOS DA CNEN - IMPLANTAÇÃO DE INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA NOS INSTITUTOS DA CNEN - NACIONAL | 1 | 00 | 0 | 175 | 4 | 5.000.000 |
| 26101 | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | 12.364.0041.2117.0004 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO - APOIO A AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 20.000.000 |
| 26101 | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | 12.364.0041.4028.0052 | APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA UEPA NO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |
| 26271 | FUNDO UNIV BRASÍLIA | 12.362.0048.3091.0014 | EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO - EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO | 2 | 99 | 0 | 175 | 4 | 1.500.000 |
| 26298 | FNDE | 12.126.0042.2206.0001 | FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL | 1 | 30 | 0 | 175 | 3 | 4.000.000 |
| 26298 | FNDE | 12.126.0042.2206.0001 | FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL | 1 | 40 | 0 | 175 | 3 | 4.000.000 |
| 26298 | FNDE | 12.361.0042.4085.0001 | APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 25.447.214 |
| 30109 | MINISTÉRIO DA JUSTIÇA | 14.422.0184.3811.0001 | CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM DIREITOS HUMANOS - NACIONAL | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 1.000.000 |
| 30607 | FUNPEN | 14.421.0681.1844.0010 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS - NACIONAL | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 9.000.000 |
| 33201 | INSS | 09.271.0085.5539.0001 | REFORMULAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAL | 2 | 99 | 0 | 175 | 3 | 9.871.912 |
| 33903 | FUNDO NAC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 08.243.0083.2561.0003 | ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - NACIONAL | 2 | 99 | 0 | 173 | 3 | 2.000.000 |
| 33903 | FUNDO NAC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 08.243.0083.2615.0003 | PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA - NACIONAL | 2 | 40 | 0 | 153 | 3 | 73.398.751 |
| 33903 | FUNDO NAC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 08.243.0083.2615.0003 | PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA - NACIONAL | 2 | 99 | 0 | 173 | 3 | 9.000.249 |
| 33903 | FUNDO NAC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 08.244.0809.1461.0250 | AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA - APOIO A AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO | 2 | 40 | 0 | 153 | 3 | 2.500.000 |
| 35219 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10.541.0118.3560.0005 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO AMAPÁ | 2 | 99 | 0 | 175 | 4 | 3.000.000 |
| 35211 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10.511.0118.3560.0013 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2.000.000 |
| 35211 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10.511.0118.3560.0416 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - CONCLUSÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO NA PERIFERIA SUL - JOÃO PESSOA - PB | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1.000.000 |

**QUADRO IV**

**RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º**

| CÓDIGO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 36211 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10 511 0119 6528 0030 | AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | [illegible] |
| 36211 | FUND. NACIONAL DE SAÚDE | 10.511.0119.6528.0033 | AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 7 000 000 |
| 36211 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10 511 0119 6528 0038 | AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - AÇÕES DE SANEAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 5 025 000 |
| 36211 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10 511 0119 6528 0040 | AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - AÇÕES DE SANEAMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 36211 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10.511.0119.6528.0042 | AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE SERGIPE | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 36211 | FUND NACIONAL DE SAÚDE | 10 541 0485 6784 0002 | SANEAMENTO E DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - DESPOLUIÇÃO DE LAGOAS E RIOS NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 5 700 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAUDE | 10.302.0004.1823.0084 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO INCOR (FUNC. E 3 ZERBINI) - SÃO PAULO - SP | 2 | 50 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.0400 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REFORMA E EQUIPAMENTO DE POSTO DE SAÚDE - TRÊS RIOS - RJ | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1 [illegible] |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.1926 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE NO ESTADO DO PARANÁ | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 5 [illegible] |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAUDE | 10.302.0004.1823.1940 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAUDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - CONCLUSÃO E EQUIPAMENTO DO PRONTO SOCORRO CARDIOLÓGICO DO HOSPITAL OSWALDO CRUZ - RECIFE - PE | 2 | 90 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.1932 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 2 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.1934 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL PÚBLICO NA REGIÃO NORTE E NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2 [illegible] |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.1948 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE DO SUS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.1961 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE - SUS - APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE HOSPITAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 2 | 90 | 0 | 175 | 4 | 950 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.1966 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REFORMA E EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE DO SUS NO ESTADO DE PERNAMBUCO | 2 | 10 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAUDE | 10.302.0004.1823.1974 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DO SAÚDE DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE - SUS - REFORMA E EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE SAÚDE DO SUS NO ESTADO DO MARANHÃO | 2 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 36901 | FUNDO NACIONAL DE SAÚDE | 10.302.0004.1823.1848 | IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E REEQUIPAMENTO DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO SUS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 2 | 30 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 38101 | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 26 783 0222 5150 0004 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS - IMPLANTAÇÃO DO TRECHO ANA ROSA A SACOMÃ - SÃO PAULO | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 18 000 000 |
| 38101 | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 26.782.0232.5709.0001 | CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - EM CAMPO GRANDE | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |

**QUADRO IV**

**RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º.**

| CÓDIGO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 38101 | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 26.784.0230.0139.0002 | PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (TERMINAIS E ACESSOS) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 1 | 90 | 0 | 175 | 5 | 2 [illegible] |
| 38101 | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 26 784 0233 5707 0002 | MODERNIZAÇÃO DE PORTOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 4 000 000 |
| 38101 | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 26 784 0235 0143 0002 | PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 1 | 90 | 0 | 175 | 5 | 2 514 [illegible] |
| 38101 | MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 26 784 0230 5988 0001 | RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABEDELO - NO ESTADO DA PARAÍBA | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 405 [illegible] |
| 39201 | DNER | 26.782.0220.2834.0009 | RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DE ALAGOAS | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 155 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0220.2834.0113 | RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NO ESTADO DO AMAZONAS | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 755 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0220 5705 0004 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR 367/MG - MINAS NOVAS - ALMENARA - SALTO DA DIVISA | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 4 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0220 5705 0007 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR 342/MG - ARAÇUAI - SALINAS | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0220 5705 0007 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR 342/MG - ARAÇUAI - SALINAS | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0220.5736.0001 | ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-116/BA - EM VITÓRIA DA CONQUISTA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0220 5841 0004 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-101/SE - DUPLICAÇÃO DO TRECHO DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 500 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0230 5704 0006 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-365/MG - ARAXÁ - PATOS DE MINAS - DIVISA MG/SP | 1 | 00 | 0 | 175 | 4 | 12 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0230 5704 0008 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR 265/MG - DIVISA RJ/MG - II CINEA DIVISA MG/SP | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 11 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0230.5704.0022 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR 354/MG - ERVÁLIA - MURIAÉ - DIVISA MG/RJ | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 7 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0230 5704 0024 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-482/MG - CONSELHEIRO LAFAIETE (BR-040) - PIRANGA - FERVEDOURO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0230 5725 0003 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-153/GO - APARECIDA DE GOIÂNIA - ITUMBIARA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 4 378 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0230 5125 0003 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-040/MG - BARREIRA DO TRUNFO (KM 771) - SANTOS DUMONT - VIADUTO VIA RICA - BELO HORIZONTE - TREVO DE CURVELO | 1 | 00 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0230.5726.0014 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR 050 MG - DIV. MG/GO - DIV. MG/SP E TRECHO KM 72 AO KM 65 | 1 | 80 | 0 | 175 | 4 | 8 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0230.5709.0004 | CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - CONSTRUÇÃO DE CONTORNO EM COLATINA - ES | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0232.5706.0003 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE - BR-163/MS - TRÊS LAGOAS - SELVÍRIA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0233.5707.0003 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-282/SC - CONSTRUÇÃO DO TRECHO FLORIANÓPOLIS - DIVISA COM ARGENTINA | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0233.5707.0011 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-101/RS - OSÓRIO - SÃO JOSÉ DO NORTE | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0233.5707.0012 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-158/RS/SC - CONSTRUÇÃO DO TRECHO SANTA MARIA - ROSÁRIO DO SUL - MARAVILHA - CAMPO ERÊ | 1 | 00 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0233.5707.0021 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR-468/RS - TRÊS PASSOS - PORTO SOBERBO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 4 000 000 |

QUADRO IV

RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º.

| CÓD UO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 39201 | DNER | 26 782 0235 5703 0002 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - NO ESTADO DO CEARÁ | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 39201 | DNER | 26.782.0235.5714.0002 | CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR NORDESTE - CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EXPRESSO DE FORTALEZA - CE | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 7 000 000 |
| 39301 | DNER | 26 782 0235 6728 0001 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR 304/RN - ADEQUAÇÃO DO TRECHO PARNAMIRIM - MACAÍBA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 3 [illegible] |
| 39201 | DNER | 26 782 0235 6728 0008 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE - BR-101/RN/PB/PE/AL/SE/BA - ADEQUAÇÃO DO TRECHO TOUROS - DIV. BA/ES | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 4 500 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0238 5708 0008 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE/NORTE - BR 429/RO - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ATIQUIEMES - NOVA MAMORÉ | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 3 [illegible] |
| 39201 | DNER | 26 782 0238 6708 0013 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE/NORTE - BR 429/RO - PRESIDENTE MEDICI - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 4 [illegible] |
| 39201 | DNER | 26 782 0238 6708 0015 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE/NORTE - BR 319/AM - DIVISA RO/AM - MANAUS | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 2 [illegible] |
| 39201 | DNER | 26 782 0237 5710 0002 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA TOCANTINS - BR 010/GO - COCALZINHO - ARAÇU/GO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 500 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0237 5710 0005 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA TOCANTINS - BR 154/PA - ENTRONCAMENTO BR-230 (ALTAMIRA) - DIVISA PA/MT | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0237 5710 0014 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA TOCANTINS - NO ESTADO DO TOCANTINS | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 4 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0237 5730 0004 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA TOCANTINS - BR-060/DF - ADEQUAÇÃO DO TRECHO DISTRITO FEDERAL - DIVISA DF/GO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0237 5730 0008 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-060/GO - ENTRONCAMENTO BR-153/GO - DIVISA DF/GO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 9 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0237 5741 0002 | ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS - BR-153/TO - ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS EM PERÍMETROS URBANOS NO ESTADO DO TOCANTINS | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0236 5711 0001 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR-156/AP - FERREIRA GOMES - OIAPOQUE (FRONTEIRA COM GUIANA FRANCESA) | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 4 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0236 5711 0002 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR 401/RR - BOA VISTA NORMÂNDIA - BUSTRECHO BONFIM (FRONTEIRA GUIANA) | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0236 5715 0008 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR 317/AC - BRASILÉIA - ASSIS BRASIL | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0236 5715 0007 | CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE - BR 364/AC - RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 8 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0845 5394 0003 | ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS - NO ESTADO DE ALAGOAS | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 6 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0845 5394 0015 | ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 1 077 760 |
| 39201 | DNER | 26 782 0845 5394 0021 | ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS - NO ESTADO DO MATO GROSSO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0845 5394 0030 | ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS - JOÃO PESSOA - PB (CONTORNO VIÁRIO) | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0845 5394 0031 | ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS - NO ESTADO DO PARANÁ | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0845 5394 0046 | ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS - BR-040/RJ - EM CACHOEIRAS | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 39201 | DNER | 26 782 0810 5951 0002 | ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE - BR 381/MG - ADEQUAÇÃO DO TRECHO BELO HORIZONTE - GOV. VALADARES - DIVISA/MG/ES E SUA INTERLIGAÇÃO À MG-050 PELA BR-262 | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 [illegible] |
| 39201 | DNER | 26 782 0811 5952 0002 | CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 800 000 |
| 39207 | VALEC | 26 783 0237 8344 0008 | CONCLUSÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA TOCANTINS - CONSTRUÇÃO DE TRECHOS DA FERROVIA NORTE-SUL | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 8 000 000 |
| 39208 | CBTU | 26 783 0232 5306 0001 | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - DO METRÔ - TRECHOS CALÇADA - PARIPE/LAPA - PIRAJÁ | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 16 000 000 |
| 42002 | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | 13 392 0170 1544 0002 | CAPACITAÇÃO DE ARTISTAS E TÉCNICOS NA ÁREA DA CULTURA - CAPACITAÇÃO DE ARTISTAS E TÉCNICOS NA ÁREA DA CULTURA - NACIONAL | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 500 000 |

QUADRO IV

RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º.

| CÓD UO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 42002 | FUNDO NACIONAL DE CULTURA | 13 392 0170 4401 0064 | APOIO A PROJETOS CULTURAIS - APOIO A PROJETOS CULTURAIS DE ENTIDADES ESTUDANTIS SECUNDARISTAS | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 200 000 |
| 44101 | MIN. DO MEIO AMBIENTE | 18 543 0495.3987.0020 | DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - DESPOLUIÇÃO DA LAGOA DA JANSEN - SÃO LUÍS - MA | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 44101 | MIN. DO MEIO AMBIENTE | 18 543 0495 3987 0001 | FOMENTO A PROJETOS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS FLORESTAIS - NACIONAL | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 49101 | GABINETE POLÍTICA FUNDIÁRIA | 20 608 0351 2607.0002 | MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 1 000 000 |
| 49101 | GABINETE POLÍTICA FUNDIÁRIA | 21.122.0750.2000.0606 | MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 6 [illegible] |
| 49101 | GABINETE POLÍTICA FUNDIÁRIA | 21 126 0750 2003 0012 | AÇÕES DE INFORMÁTICA - AÇÕES DE INFORMÁTICA - NACIONAL | 1 | 99 | 0 | 175 | 3 | 1 300 000 |
| 49101 | GABINETE POLÍTICA FUNDIÁRIA | 21 126 0750 2003 0012 | AÇÕES DE INFORMÁTICA - AÇÕES DE INFORMÁTICA - NACIONAL | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 49201 | INCRA | 21 631 0135 5615 0004 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR PIONEIRA - CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA - NACIONAL - NA | 1 | 90 | 0 | 175 | 3 | 3 000 000 |
| 49201 | INCRA | 21 631 0137 3588 0002 | INFRA-ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATÉ 1998 - INFRA ESTRUTURA COMPLEMENTAR PARA EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATÉ 1998 - PARÁ - PA | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 4 000 000 |
| 51201 | EMBRATUR | 22 695 0410.1892 0000 | FORMAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO PAÍS NO EXTERIOR - FOMENTO A INFRA ESTRUTURA DO TURISMO INTERNO COM PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS NO EXTERIOR - NACIONAL - NA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 1 500 000 |
| 51201 | EMBRATUR | 22.695.0410.1597.0019 | FORMAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO PAÍS NO EXTERIOR - FOMENTO A INFRA ESTRUTURA DO TURISMO INTERNO COM PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS NO EXTERIOR - NACIONAL - NA | 1 | 90 | 0 | 175 | 3 | 1 500 000 |
| 51201 | EMBRATUR | 22.695.0414.5632.0192 | PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL EM MUNICÍPIOS - INFRA ESTRUTURA TURÍSTICA EM MUNICÍPIOS ACIMA DE 300.000 HABITANTES NO ESTADO DA PARAÍBA | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 51201 | EMBRATUR | 22.695.0414.1930.0000 | PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL EM MUNICÍPIOS - AÇÕES DE FOMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 52101 | FUNDO AERONÁUTICO | 06 781 0831.3211 0004 | CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL - CONSTRUÇÃO DE AEROPORTO EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 04 126 0157.1880.0002 | ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO EM MUNICÍPIOS DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 06 244 0074.2708 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES | 2 | 90 | 0 | 175 | 3 | 320 [illegible] |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 06 244 0074 2818 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL | 2 | 90 | 0 | 175 | 3 | 543 527 |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 06.244.0074.2893.0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS | 2 | 90 | 0 | 175 | 3 | 535 034 |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 06 244 0077 3928 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA | 2 | 90 | 0 | 175 | 3 | 421 [illegible] |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 06.244.0078.4038.0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO RIO DO PARAGUAÇU - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO RIO DO PARAGUAÇU | 2 | 90 | 0 | 175 | 3 | 328 078 |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 06 244 0078 4118 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS | 2 | 90 | 0 | 175 | 3 | 520 078 |
| 53101 | M. INTEG. NAC. | 06 244 0580 4248 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE | 2 | 90 | 0 | 175 | 3 | 342 026 |

QUADRO IV

RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º.

| CÓDIGO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53101 | M INTEG NAC | 08 244 0081 4308 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA METADE SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA METADE SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 2 | 80 | 0 | 175 | 3 | 3 541 [illegible] |
| 53101 | M INTEG NAC | 08 244 0082 4330 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA/MUCURI - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA/MUCURI | 2 | 80 | 0 | 175 | 3 | 542 [illegible] |
| 53101 | M INTEG NAC | 08 244 0090 4347 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA/GUARAQUEÇABA - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA/GUARAQUEÇABA | 2 | 80 | 0 | 175 | 3 | 5 [illegible] |
| 53101 | M INTEG NAC | 08 244 0091 4346 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE | 2 | 80 | 0 | 175 | 3 | 347 [illegible] |
| 53101 | M INTEG NAC | 08 244 0092 4351 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO XINGÓ - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO XINGÓ | 2 | 80 | 0 | 175 | 3 | 482 200 |
| 53101 | M INTEG NAC | 08 244 0093 4350 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA | 2 | 80 | 0 | 175 | 3 | 549 [illegible] |
| 53101 | M INTEG NAC | 08 244 0094 4353 0004 | AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL | 2 | 80 | 0 | 175 | 3 | 700 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 542 0515 1845 0678 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES - CONTROLE DE ENCHENTES NO CANAL DO PACOVAL - MACAPÁ - AP | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 542 0515 1845 0679 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES - CANALIZAÇÃO DE CORREGOS E VALOES NOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 542 0515 1845 0680 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES - CONTROLE DE ENCHENTES - RIO DE JANEIRO - RJ | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 542 0515 1845 0650 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES - CONTROLE DE ENCHENTES - GOIÂNIA GO | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 542 0515 1845 0662 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES - ESTABILIZAÇÃO DA BARRA DO RIO SERGIPE NO ESTADO DE SERGIPE (COROA DO MEIO/BARRA DOS COQUEIROS) | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 542 0515 1845 0664 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES - CONTROLE DE ENCHENTES - LARANJEIRAS - SE | 1 | 60 | 0 | 175 | 4 | 2 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 544 0515 1851 0685 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM UMARI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 775 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 544 0515 1851 0836 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - MELHORIA E EXPANSÃO DA REDE DE DRENAGEM E MACRODRENAGEM - JOÃO PESSOA - PB | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 3 200 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 18 544 0515 1851 0870 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS PÚBLICOS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 3 500 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 20 607 0379 1836 0014 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - INFRA ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 20 607 0379 1836 0048 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO MESA DE PEDRA NO ESTADO DO PIAUÍ | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 800 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 20 607 0379 1836 0061 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO JAVAES NO ESTADO DO TOCANTINS | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 20 607 0379 1836 0065 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PROJETO TRÊS BARRAS NO ESTADO DE GOIÁS | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 1 500 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 20 607 0379 1836 0080 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - INFRA ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO | 1 | 60 | 0 | 175 | 4 | 1 500 000 |
| 53101 | M INTEG NAC | 20 607 0379 1858 0018 | ESTUDOS PARA O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA EM ÁREAS IRRIGÁVEIS - PROJETO BACIAS HIDROGRÁFICAS - METADE SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | 1 | 30 | 0 | 175 | 4 | 2 450 000 |

QUADRO IV

RELAÇÃO DE SUBTÍTULOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CANCELAMENTOS DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO ART. 5º, § 3º.

| CÓDIGO | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA | TÍTULO/SUBTÍTULO | ESF | MA | ID USO | FONTE | GND | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 53201 | CODEVASF | 18 544 0515 1851 0842 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NA 2ª SR NO ESTADO DA BAHIA, A CARGO DA CODEVASF | 1 | 90 | 0 | 175 | 1 | 1 000 000 |
| 53201 | CODEVASF | 18 544 0515 1851 0854 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - AÇÕES DE COMBATE À SECA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO - NACIONAL - NA | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 53201 | CODEVASF | 18 544 0515 1851 0892 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA EM MUNICÍPIOS DA BAHIA | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 21 000 000 |
| 53202 | SUDAM | 04 121 0519 3669 0052 | GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO NA AMAZÔNIA LEGAL - APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO ESTADO DE RORAIMA | 1 | 40 | 0 | 175 | 4 | 1 500 000 |
| 53203 | SUDENE | 04 121 0800 3675 0024 | GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO NA REGIÃO NORDESTE - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CERRADO PIAUIENSE - PI | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 7 000 000 |
| 53203 | SUDENE | 04 121 0800 3675 0028 | GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO NA REGIÃO NORDESTE - APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRESTE PERNAMBUCANO (SEDE EM CARUARU) | 1 | 09 | 0 | 175 | 4 | 1 000 000 |
| 53204 | DNOCS | 18 544 0515 1851 0103 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - AÇUDE JENIPAPO NO ESTADO DO PIAUÍ | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 5 000 000 |
| 53204 | DNOCS | 18 544 0515 1851 0115 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM DO CASTANHÃO NO ESTADO DO CEARÁ | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 10 000 000 |
| 53204 | DNOCS | 18 544 0515 1851 0121 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - ADUTORA JUCAZINHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 4 000 000 |
| 53204 | DNOCS | 18 544 0515 1851 0868 | CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DO CEARÁ | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 9 000 000 |
| 53204 | DNOCS | 20 607 0379 1836 0037 | CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS NO ESTADO DO CEARÁ | 1 | 90 | 0 | 175 | 4 | 3 000 000 |
| TOTAL | | | | | | | | | 171 716 491 |

QUADRO VI – DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|---|---|
| MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/ABAST. | 2.500.000 |
| MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 1.200.000 |
| MINISTÉRIO DA FAZENDA | 1.831.744.663 |
| MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | 7.825.514.173 |
| MINISTÉRIO DA PREV. E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 18.000.000 |
| MINISTÉRIO DA SAÚDE | 10.000.000 |
| MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES | 152.028.949 |
| MINISTÉRIOS DAS COMUNICAÇÕES | 300.000.000 |
| MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. ORÇAMENTO E GESTÃO | 3.863.800 |
| MINISTÉRIO DA DEFESA | 81.100.000 |
| MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR | 15.010.764 |
| TOTAL | 10.240.962.349 |

QUADRO VII – FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|---|---|
| RECURSOS PRÓPRIOS | 6.515.171.585 |
| Geração Própria | 6.515.171.585 |
| RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 168.655.340 |
| Tesouro | 103.830.340 |
| Controladora | 64.725.000 |
| Outras Fontes | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO | 2.048.844.400 |
| Internas | 112.500.000 |
| Externas | 1.936.344.400 |
| Controladora | |
| Outras Fontes | |
| OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO | 1.508.391.024 |
| Controladora | 1.508.391.024 |
| Outras Fontes | |
| TOTAL | 10.240.962.349 |

# MENSAGEM
# Nº 494, DE 2000-CN
(Nº 690/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 59, de 1999 (nº 267/99 na Câmara dos Deputados), que "Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes".

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto aos dispositivos a seguir:

Parágrafo único do art. 1º

"Art 1º. . . . . .

Parágrafo único Caberá ao Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, estabelecer e coordenar a programação nacional no âmbito federal, e as Secretarias da Justiça e aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito regional."

Razões do veto

"A atribuição de competência a órgão do Poder Executivo Federal cabe à lei de iniciativa exclusiva do Senhor Presidente da República, conforme dispõe a alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 61 da Carta Magna. Da mesma forma, as atribuições que se pretende conferir às Secretarias de Justiça e aos Conselhos Estaduais, inserem-se na competência dos Governadores, tendo em vista a autonomia estadual conferida pelo art 25 da Constituição Federal."

Art. 2º

"Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão computadas nos orçamentos das instituições designadas no art. 1º"

Razões do veto

"A inconstitucionalidade é flagrante (art 18 combinado com art 25 da Constituição Federal), pois fere a autonomia dos estados quando impõe despesas as Secretarias de Justiça e aos Conselhos Estaduais."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 17 de maio de 2000.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1999
(nº 267/99, na Casa de origem)

Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e *Adolescentes*.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, estabelecer e coordenar a programação nacional no âmbito federal, e às Secretarias da Justiça e aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito regional.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão computadas nos orçamentos das instituições designadas no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

# MENSAGEM
# Nº 495, DE 2000-CN
(Nº 697/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 39, de 1997 (nº 85/95 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério do Esporte e Turismo assim se pronunciou:

"A matéria contida no projeto de lei já é assegurada na Constituição Federal, no seu art. 217, inciso IV e na Lei nº 9.615, de 1998

Cumpre ressaltar que a Lei, acima referida, trata do desporto como direito individual e que tem como base, entre outros, o princípio da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva. Assim, não há que se fazer distinção da modalidade capoeira, objeto do presente projeto, de outras modalidades igualmente relevantes."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, que ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 23 de maio de 2000.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1997
(nº 85/95, na Casa de origem)

Dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A capoeira é manifestação desportiva de criação nacional e se inclui nos bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Art. 2º O Poder Executivo protegerá e incentivará a capoeira, na forma da legislação pertinente.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# MENSAGEM
# Nº 496, DE 2000-CN
(Nº 705/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 8, de 2000 (nº 4.257/98 na Câmara dos Deputados), que "Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento manifestou-se pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

**Art. 5º, caput**

"Art. 5º O ato de credenciamento referido no artigo anterior será retribuído pelo regime de taxa, cabendo ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento fixar os valores, assim como a forma e o prazo de arrecadação.

....."

**Razões do veto**

"O *caput* do art. 5º, ao instituir taxa sem fixar-lhe o valor, delegando sua estipulação ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, afronta o disposto no art. 150, inciso I, da Carta Maior."

**Art. 7º**

"Art. 7º Os serviços de classificação de que trata esta Lei serão remunerados pelo regime de taxa, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 1.899, de 21 de dezembro de 1981."

**Razões do veto**

"Pelo que estabelece o referido artigo, o termo "regime de taxa", assim como a referência ao Decreto-Lei nº 1.899/81, não se aplicam a remuneração pela prestação de tais serviços pelo setor privado, prevista no artigo 4º do projeto

De acordo com o artigo 5º do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), a taxa é qualificada como tributo, ao mesmo tempo em que seu artigo 77 define que as taxas "têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição"

A classificação de produtos vegetais não se enquadra nessa caracterização, tanto assim que os dois pontos essenciais do projeto são os de permitir a prestação desse serviço pelo setor privado e de reduzir as etapas da comercialização em que é exigida. Impõe-se, por conseguinte, o veto ao art. 7º do projeto por contrariar o interesse público."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto a elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de maio de 2000

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2000
(nº 4.257/98, na Casa de origem)

Institui a classificação de produtos vegetais subprodutos e resíduos de valor econômico e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em todo o território nacional, a classificação é obrigatória para os produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico:

I - quando destinados diretamente à alimentação humana.

II - nas operações de compra e venda do Poder Público; e

III - nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, quando da importação.

§ 1º A classificação para as operações previstas no inciso II será de responsabilidade do Poder Público, que poderá repassá-la aos agentes credenciados nos termos desta Lei.

§ 2º É prerrogativa exclusiva do Poder Público a classificação dos produtos vegetais importados.

§ 3º A classificação será realizada uma única vez desde que o produto mantenha sua identidade e qualidade.

Art. 2º A classificação a que se refere o artigo anterior fica sujeita à organização normativa, à supervisão técnica, à fiscalização e ao controle do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se por classificação o ato de determinar as qualidades intrínsecas e extrínsecas de um produto vegetal, com base em padrões oficiais, físicos ou descritos.

Parágrafo único. Os padrões oficiais de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico serão estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 4º Ficam autorizadas a exercer a classificação de que trata esta Lei, mediante credenciamento do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e conforme procedimentos e exigências contidos em regulamento:

I – os Estados e o Distrito Federal, diretamente ou por intermédio de órgãos ou empresas especializadas;

II – as cooperativas agrícolas e as empresas ou entidades especializadas na atividade; e

III – as bolsas de mercadorias, as universidades e institutos de pesquisa.

Art. 5º O ato de credenciamento referido no artigo anterior será retribuído pelo regime de taxa, cabendo ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento fixar os valores, assim como a forma e o prazo de arrecadação.

Parágrafo único. Os serviços objeto do credenciamento, bem como as pessoas físicas ou jurídicas neles envolvidas, estão sujeitos a supervisão, ao controle e à fiscalização do Ministério da Agricultura e do Abastecimento quanto à atividade de classificação levada a efeito, à capacitação e qualificação dos técnicos, à adequação de equipamentos e instalações e à conformidade dos serviços prestados.

Art. 6º Fica instituído, no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para fins de controle e fiscalização, o Cadastro Geral de Classificação, destinado ao registro de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação.

Art. 7º Os serviços de classificação de que trata esta Lei serão retribuídos pelo regime de taxa, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 1.899, de 21 de dezembro de 1981.

Art. 8º A fiscalização da classificação de que trata esta Lei poderá ser executada pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante delegação de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 9º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infringência às disposições contidas nesta Lei sujeita as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação, às seguintes sanções administrativas, isolada ou cumulativamente:

I – advertência;

II – multa de até 500.000 UFIRs ou índice equivalente que venha a substituí-lo;

III – suspensão da comercialização do produto;

IV – apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos;

V – interdição do estabelecimento;

VI - suspensão do credenciamento; e

VII – cassação ou cancelamento do credenciamento.

§ 1º A suspensão da comercialização do produto e do credenciamento pode ser utilizada como medida cautelar no ato da ação fiscal, na forma a ser especificada em regulamento.

§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta Lei.

Art. 10. O art. 37 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. É mantida, no território nacional, a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo." (NR)

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, dentro da noventa dias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

Art. 13. Revoga-se a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

# MENSAGEM
# Nº 497, DE 2000-CN
## (Nº 746/2000, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 2.329, de 2000 (nº 5/2000 no Senado Federal), que "Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários".

Ouvido, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, manifestou-se pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Art. 12

"Art. 12. As operações de aquisição direta de produtos agrícolas, pelo governo federal, para os fins de formação e manutenção dos estoques públicos de alimentos serão realizadas, prioritariamente, junto às associações, cooperativas e condomínios de mini e pequenos produtores rurais, e de agricultores familiares."

Razões do veto

"A lei agrícola (Lei nº 8.171, de 1991) já contém dispositivo similar, ao estabelecer, no parágrafo 3º do artigo 31, que "os estoques reguladores devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas de pequenos e médios produtores". Além disso, o texto acrescido trata de matéria estranha ao objeto da lei, visto que esta regula as relações econômicas privadas referentes à prestação de serviços de armazenagem de produtos agropecuários, não tratando, portanto, da formação e manutenção de estoques públicos, matéria esta tratada na Lei Agrícola."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 29 de maio de 2000.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2000
(nº 2.329/2000, na Casa de origem)

Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As atividades de armazenagem de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico ficam sujeitas às disposições desta Lei.

Art. 2º O Ministério da Agricultura e do Abastecimento criará sistema de certificação, estabelecendo condições técnicas e operacionais, assim como a documentação pertinente, para qualificação dos armazéns destinados à atividade de guarda e conservação de produtos agropecuários.

Parágrafo único. Serão arquivados na Junta Comercial o termo de nomeação de fiel e o regulamento interno do armazém.

Art. 3º O contrato de depósito conterá, obrigatoriamente, entre outras cláusulas, o objeto, o prazo de armazenagem, o preço e a forma de remuneração pelos serviços prestados, os direitos e as obrigações do depositante e do depositário, a capacidade de expedição e a compensação financeira por diferença de qualidade e quantidade.

§ 1º O prazo de armazenagem, o preço dos serviços prestados e as demais condições contratuais serão fixados por livre acordo entre as partes.

§ 2º Durante o prazo de vigência de contrato com o Poder Público para fins da política de estoques, bem como nos casos de contratos para a guarda de produtos decorrentes de operações de comercialização que envolvam gastos do Tesouro Nacional, a título de subvenções de preços, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento manterá disponível, na rede Internet, extratos dos contratos correspondentes contendo as informações previstas no caput deste artigo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a emissão de títulos representativos de produtos agropecuários, além dos já existentes, aplicando-se à espécie os dispositivos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

Art. 5º Os critérios de preferência para a admissão de produtos e para a prestação de outros serviços nas unidades armazenadoras deverão constar do regulamento interno do armazém.

Art. 6º O depositário é responsável pela guarda, conservação, pronta e fiel entrega dos produtos que tiver recebido em depósito.

§ 1º O depositário responderá por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, pelos furtos, roubos e sinistros ocorridos com os produtos depositados, bem como pelos danos decorrentes de seu manuseio inadequado, na forma da legislação específica.

§ 2º O presidente, o diretor e o sócio-gerente da empresa privada, ou o equivalente, no caso de cooperativas, assim como o titular da firma individual, assumirão solidariamente com o fiel responsabilidade integral pelas mercadorias recebidas em depósito.

§ 3º O depositário oferecerá ao depositante garantias compatíveis com o valor do produto entregue em depósito, na forma que o Poder Executivo regulamentar.

§ 4º A indenização devida em decorrência dos casos previstos no § 1º será definida na regulamentação desta Lei.

§ 5º O depositário não é obrigado a se responsabilizar pela natureza, pelo tipo, pela qualidade e pelo estado de conservação dos produtos contidos em invólucros que impossibilitem sua inspeção, ficando sob inteira responsabilidade do depositante a autenticidade das especificações indicadas.

§ 6º Fica obrigado o depositário a celebrar contrato de seguro com a finalidade de garantir, a favor do depositante, os produtos armazenados contra incêndio, inundação e quaisquer intempéries que os destruam ou deteriorem.

Art. 7º Poderão ser recebidos em depósito e guardados a granel no mesmo silo ou célula produtos de diferentes depositantes, desde que sejam da mesma espécie, classe comercial e qualidade.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, o depositário poderá restituir o produto depositado ou outro, respeitadas as especificações previstas no caput.

Art. 8º A prestação de serviços de armazenagem de que trata esta Lei não impede o depositário da prática de comércio de produtos da mesma espécie daqueles usualmente recebidos em depósito.

Art. 9º O depositário tem direito de retenção sobre os produtos depositados, até o limite dos valores correspondentes, para garantia do pagamento de:

I – armazenagem e demais despesas tarifárias;

II – adiantamentos feitos com fretes, seguros e demais despesas e serviços, desde que devidamente autorizados, por escrito, pelo depositante; e

III – comissões, custos de cobrança e outros encargos, relativos à operação com mercadorias depositadas.

§ 1º O direito de retenção poderá ser oposto à massa falida do devedor.

§ 2º O direito de retenção não poderá ser exercido quando existir débito perante o depositante, decorrente do contrato de depósito, em montante igual ou superior ao dos créditos relativos aos serviços prestados.

Art. 10. O depositário é obrigado:

I – a prestar informações, quando autorizado pelo depositante, sobre a emissão de títulos representativos do produto em face de venda e sobre a existência de débitos que possam onerar o produto; e

II – a encaminhar informações ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma e periodicidade que este regulamentar.

Art. 11. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento, diretamente, ou por intermédio dos seus conveniados, terá livre acesso aos armazéns para verificação da existência do produto e suas condições de armazenagem.

Art. 12. As operações de aquisição direta de produtos agrícolas, pelo governo federal, para os fins de formação e manutenção dos estoques públicos de alimentos serão realizadas, prioritariamente, junto às associações, cooperativas e condomínios de mini e pequenos produtores rurais, e de agricultores familiares.

Art. 13. O depositário que praticar infração das disposições desta Lei ficará sujeito às penas de suspensão temporária ou de exclusão do sistema de certificação de armazéns, aplicáveis pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, conforme dispuser o regulamento, além das demais cominações legais.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

## MENSAGEM Nº 498, DE 2000-CN
(nº 782/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, no exercício de 2000, para reforço de dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União".

Brasília, 7 de junho de 2000.

## PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2000-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, no exercício de 2000, para reforço de dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, no exercício de 2000, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, de que trata a Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000, observados os valores aprovados na referida Lei

I - para cada subtítulo de atividades ou operações especiais, até o limite de vinte por cento de seu valor total, e para cada subtítulo de projetos, até o limite de quinze por cento de seu valor total, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas, desde que esta não ultrapasse o equivalente a quinze por cento do valor total de cada subtítulo objeto da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

b) da Reserva de Contingência,

c) de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados,

II - até quarenta por cento das dotações consignadas aos grupos de despesas "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras", constantes do subtítulo objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subtítulo,

III - com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

a) o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo,

b) amortização e encargos da dívida, até o valor total dos respectivos subtítulos, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo,

c) o cumprimento do disposto no item 5 § 2 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional,

d) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

e) a realização das eleições municipais de 2000, mediante o cancelamento de dotações orçamentárias no âmbito da própria Justiça Eleitoral,

IV - mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos desta fonte foram originalmente programados,

b) superavit financeiro das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e dos fundos e recursos ressalvados na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Medida Provisória nº 1.634, de 12 de dezembro de 1997, e reedições subsequentes, apurados em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, para atender as mesmas ações em execução em 1999, observados os respectivos saldos orçamentários,

c) doações,

V - para atender a despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de:

a) excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração pública federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores,

b) superavit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1999, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964,

c) superavit financeiro dos fundos, exceto os mencionados na alínea "b" do inciso IV, das autarquias e das fundações integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1999, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964,

d) excesso de arrecadação das receitas de que tratam o art. 85 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e o art. 40 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

EM nº 123 /MP

Brasília, 29 de maio de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Congresso Nacional, ao autorizar, no Projeto de Lei do Orçamento de 2000, o Poder Executivo a abrir créditos suplementares o fez com condições que implicavam sérias restrições ao gerenciamento do Orçamento da União, na busca da otimização dos escassos recursos disponíveis.

2 Essas condições referiam-se ao bloqueio da Reserva de Contingência e à proibição da utilização do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional antes da abertura de créditos para o atendimento de ações e serviços de saúde, o que este Ministério entendeu como fato extremamente grave e contrário ao interesse público.

3 Vale ressaltar que a Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (LDO-2000), permite que o [illegible]no no seu art. 48, que determina que no exercício de 2000 seja aplicado em ações e serviços [illegible] no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, possa ser cumprido ao longo do ano de 2000 e não estabeleceu como pré-requisito para esse cumprimento a equalização *per capita*, imediata, na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme estabelecido pelo Congresso Nacional.

4 Dessa forma, como não era possível o veto apenas a tais condições, não restou outra alternativa a este Ministério senão a de propor a Vossa Excelência o veto ao dispositivo em questão.

5 Diante disso, as autorizações para abertura de créditos suplementares, que normalmente integram a lei orçamentária anual, por serem essenciais ao processo de adequação do orçamento vigente às reais necessidades da execução orçamentária, deixaram de constar da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 (Orçamento-2000). Com isso, a mais simples alteração no valor de qualquer categoria de programação dependerá de lei específica a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

6 Assim, para evitar que se cometa ao Congresso Nacional tarefas que tradicionalmente foram autorizadas ao Poder Executivo executá-las, necessário se faz o restabelecimento, com as necessárias adaptações, do dispositivo vetado.

7 Por outro lado, em face da importância de que se reveste o equacionamento desta questão urgo que, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, seja solicitada "urgência" para a apreciação do presente Projeto de Lei.

8 Nesse sentido, submeto a elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Respeitosamente,

**MARTUS TAVARES**
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Nº123 , DE 29 / 05 / 2000.**

1. Síntese do Problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de restabelecer as autorizações para a abertura de créditos suplementares aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, de que trata a Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 (Orçamento-2000).

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Autorização para abertura de créditos suplementares para reforço de dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

3. Alternativas existentes às medidas propostas:

A alternativa proposta é a mais aconselhável a situação em questão

4. Custos:

As medidas propostas não resultam em elevação de custos

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva transitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta possa vir a tê-lo)

7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

| Texto atual: | Texto proposto: |
|---|---|
| | |

8. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

# LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI Nº 9.969, DE 11 DE MAIO DE 2000.**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2000

.....

**LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos, **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação, **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.**

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

.....

**ANEXO**

**(LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.)**

.....

5.8.2. nos exercícios financeiros de *2003* e seguintes, o valor previsto da entrega anual de recursos (VPE), expresso a preços médios do período julho de 1995 a junho de 1996, ao conjunto das Unidades Federadas, é igual a R$ 4.400.000.000,00 (quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais), e o de cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, é: *(Expressão substituída pela LCP nº 99, de 20.12.1999)*

Acre R$ 5 972.742,49

Alagoas R$ 53.413.686,32

Amapa R$ 21.516.418,81

Amazonas R$ 50.234.403,21

Bahia R$ 165.828.867,44

Ceará R$ 82 950 622,96

Distrito Federal R$ 58 559 486,64

Espírito Santo R$ 169.650.089,02

Goiás R$ 93.108 148,77

Maranhão R$ 65 646 646,51

Mato Grosso R$ 93 328.929,22

Mato Grosso do Sul R$ 71.501 907,89

Minas Gerais R$ 509 553 128,12

Pará R$ 169 977 837,01

Paraíba R$ 23.041 487,41

Paraná R$ 394.411.651,45

Pernambuco R$ 101 621 401,92

Piauí R$ 18.568 105,75

Rio Grande do Norte R$ 26 396 605,37

Rio Grande do Sul R$ 372 052 391,48

Rio de Janeiro R$ 368 959 789,87

Rondônia R$ 17 881 807,93

Roraima R$ 2.872.885,44

Santa Catarina R$ 144.198 422,18

São Paulo R$ 1 293 240 592,06

Sergipe R$ 19.101 069,13

Tocantins R$ 6.402 775,60.

.....

**LEI Nº 9.530, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.**

Dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal Indireta, e dá outras providências

.....

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.634, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1997**

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

.....

**LEI Nº 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995.**

Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências

.....

**Art. 85.** O produto da arrecadação dos juros de mora, no que diz respeito aos tributos e contribuições, exceto as contribuições arrecadadas pelo INSS, integra os recursos referidos nos arts. 3º, parágrafo único, 4º e 5º, § 1º, da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e no art. 69 da Lei nº 8.383, de 1991, até o limite de juros previstos no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

.....

**LEI Nº 9.059, DE 29 DE JUNHO DE 1995.**

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências.

.....

**Art. 40.** O produto da arrecadação dos juros de mora de que trata o art. 38 desta Lei, no que diz respeito aos tributos e contribuições, exceto as contribuições sociais arrecadadas pelo INSS, integra os recursos referidos nos arts. 3º, parágrafo único, 4º e 5º, § 1º, da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e no art. 69 da Lei nº 8.383, de 1991, até o limite de juros previsto no art. 161, § 1º, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

.....

**LEI Nº 9.811, DE 28 DE JULHO DE 1999.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

.....

**Art. 48.** No exercício de 2000 serão aplicados:

I - em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999;

II - (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, por sua equalização *per capita* em todas as unidades da Federação.

.....

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – O Expediente lido vai à publicação.

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos encaminhados por mensagens presidenciais lidas anteriormente:

Mensagem nº 490, de 2000-CN (PLC nº 37/96)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Lúcio Alcântara | Fernando Gabeira |
| Emília Fernandes | Paulo Delgado |
| Gerson Camata | Antônio Cambraia |

Mensagem nº 491, de 2000-CN (PLC nº 4/2000)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Jonas Pinheiro | Pedro Novais |
| Alvaro Dias | Sérgio Miranda |
| Jefferson Péres | Jutahy Júnior |

Mensagem nº 492, de 2000-CN (PLS nº 91/98)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Romero Jucá | Luciano Castro |
| Ademir Andrade | Ney Lopes |
| Leomar Quintanilha | Vicente Arruda |

Mensagem nº 493, de 2000-CN (PLN nº 20/1999)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Gilberto Mestrinho | José Carlos Aleluia |
| Eduardo Suplicy | Alberto Goldman |
| Mozarildo Cavalcanti | João Henrique |

Mensagem 494, de 2000-CN (PLC nº 59/99)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Marina Silva | José Linhares |
| José Jorge | Nelson Marchezan |
| José Fogaça | Geraldo Magela |

Mensagem nº 495, de 2000-CN (PLC nº 39/97)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Romeu Tuma | Marcelo Déda |
| Marina Silva | Coriolano Sales |
| Lúcio Alcântara | José Linhares |

Mensagem nº 496, de 2000-CN (PLC nº 8/2000)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Jonas Pinheiro | Luciano Pizzatto |
| Pedro Simon | Carlito Merss |
| Osmar Dias | José Carlos Aleluia |

Mensagem nº 497, de 2000-CN (PLC nº 5/2000)

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| Romero Jucá | Hugo Biehl |
| José Eduardo Dutra | Mendes Ribeiro Filho |
| Luiz Otávio | Geraldo Simões |

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 28 de junho de 2000.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo os textos dos projetos vetados, os pareceres das comissões que os apreciaram e os relatórios das comissões mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 8 de agosto de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – Sobre a mesa, projetos de resolução que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2000-CN

*Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do Art. 15, revogando o Art. 19 e acrescentando inciso ao Art. 20 da Resolução 02, de 1995-CN*

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º. Os dispositivos abaixo, da Resolução nº 02, de 1995-CN, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.15.....

.....

§ 1º Ao parecer preliminar poderão ser apresentadas emendas coletivas e partidárias, conforme definidas no art.20, além das previstas no "caput" do art 17 desta Resolução, que serão apreciadas pela Comissão.

"Art. 19. Revogue-se.

"Art.20.....

.....

IV - aos partidos políticos, pelo critério proporcional, até o limite de 3 (três) vezes o número dos respectivos representantes no Congresso Nacional, por votação da maioria absoluta dos Deputados e Senadores a eles filiados, devendo cada Estado e o Distrito Federal estar representado por, no mínimo, 20% da sua bancada".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

**Justificação**

A Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, diz no Art 19 que:

> *"Cada parlamentar poderá apresentar até vinte emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual e projetos de lei de créditos adicionais, excluídas deste limite aquelas destinadas ao texto da lei e ao cancelamento parcial ou total de dotações orçamentárias."*

O dispositivo supratranscrito resulta de significativo esforço no sentido de disciplinar a apresentação de emendas à proposta de lei orçamentária anual, quando de sua apreciação no Congresso Nacional.

O disciplinamento encontrou justificativa na necessidade de eliminar-se prática que tornava anárquica a faculdade de apresentação de emendas pelos parlamentares. A degeneração era tamanha que havia até competição para ver quem seria laureado com o título de campeão de emendas.

É evidente que semelhante despropósito não poderia perdurar por muito tempo, pois só contribuía para macular a imagem do Poder Legislativo

Ademais, um número exagerado de emendas impossibilita um exame criterioso de mérito de cada uma delas - e em muitas esse mérito é indiscutível - fazendo prevalecer o critério meramente político para atendimento dos justos pleitos dos parlamentares

Não podemos perder de vista também o fato de que a aprovação de emendas por critério meramente político traz como consequência a pulverização dos recursos, os quais passam a ser alocados sem a observância dos padrões de custos e de outros elementos de natureza técnico-econômica que assegurem maior eficiência no emprego das verbas públicas.

O resultado de tudo isso é o desperdício, consubstanciado nas obras macabadas e outras mazelas que só servem para agudizar o estado de sofrimento principalmente dos mais humildes

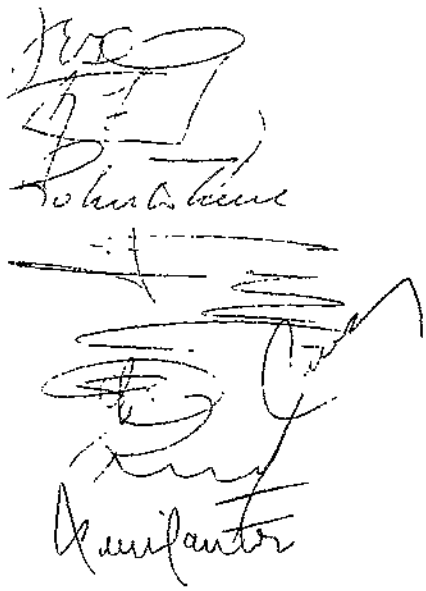
O objetivo de nossa proposta é, pois, retomar a discussão do aperfeiçoamento do processo de apreciação da proposta orçamentária anual, prestigiando as demandas coletivas, através das emendas de Comissão, de bancadas estaduais e regionais e - como estamos sugerindo agora - das emendas dos partidos políticos, em substituição aos pleitos individuais.

A inovação da emenda partidária, que não consta da Resolução nº 2, preserva o legítimo direito do parlamentar de, no exercício de seu mandato, defender os interesses das populações de seus Estados, apresentando, por intermédio de suas agremiações partidárias, as emendas que julgar necessárias Os Partidos Políticos, por sua vez, assumem a responsabilidade pela qualidade e relevância das propostas de alteração do orçamento, distribuindo-as entre os integrantes da bancada de acordo com critérios adotados pela maioria. Tal inovação resultará no necessário fortalecimento dos partidos políticos, sem o qual o exercício do regime democrático, por intermédio da representação popular, permanecerá no nível retórico

Com tais providências, que se somam a outras apresentadas pelos ilustres pares ao Congresso Nacional, pretendemos contribuir para fazer do orçamento público um instrumento efetivo de trabalho do governo, em que todo gasto se converta em real benefício para a sociedade que o custeia

**Senador PEDRO PIVA**

Sala das Sessões, em 8 de junho de 2000.



Medeiros: PFL-SP.

PSDB-AL

PPB-MG

PMDB-CE

PSDB/SP

PT-SP

PT-SC

PT-SP

PSDB-PA

PFL/SP

PSDB -

PT/MG.

PT

PT

PT

- MIRO TEIXEIRA
- LUIZ M FLEURY
- EDUARDO PAES
- Claudio Cajado DEM/BA
- F. FRANCO PTB/PE
- MARCOS DIONISIO - PT/GO
- JOSÉ GENOINO
- JOAO PAULO PT/SP
- PAULO PAIM PT/RS
- FERNANDO FERRO PT/PE FSC
- PEDRO WILSON - PT/GO
- BENEDITA FERREIRA PT-DF
- JOSÉ THOMAZ NONÔ PFL/AL

- CELSO SCHIRMER PPB
- MENDES RIBEIRO FILHO PMDB/RS
- ROBERTO BALESTRA PP/GO

- MIRO TEIXEIRA
- LUIZ M FLEURY
- EDUARDO PAES
- Claudio Cajado DEM/BA
- F. FRANCO PTB/PE
- MARCOS DIONISIO - PT/GO
- JOSÉ GENOINO
- JOAO PAULO PT/SP
- PAULO PAIM PT/RS

- ROBERTO BALESTRA PP/GO
- PMDB-RS
- PPS-AC
- PDT-RJ

- RUBENS CURIAN PPS/SP
- RITA CAMATA PMDB/ES
- JOSÉ CHAVES PTB/PE
- ANTONIO NAHUD PMDB-MG
- ANTONIO CARLOS PFL-RJ
- NAUCIONEY MARTINS - PDT/RR
- LUIZ BITTENCOURT PMDB/GO
- CARLOS MELLES - PFL/MG

Deputado Assinatura Gabinete

PROFESSOR LUIZINHO 404

Deputado Assinatura Gabinete

JOSÉ CARLOS 1627

Deputado Assinatura Gabinete

Deputado Assinatura Gabinete

RICARDO BARROS 412

Deputado Assinatura Gabinete

DEP. JULIO REDECKER 621

Deputado Assinatura Gabinete

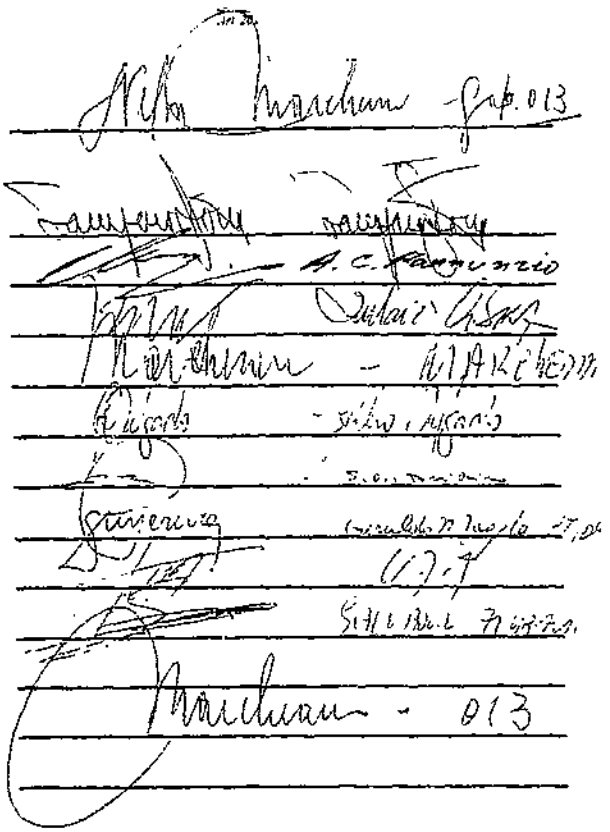
DEPUTADO JOSÉ COSTA 410

Assinatura Gabinete

DEP. CARLOS 554

Deputado Assinatura Gabinete

(Dep. Roberto Balestra)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

SGM n.º 89/00 Brasília, 12 de maio de 2000.

*Senhor Secretário-Geral,*

Em resposta ao OF n.º 335/00 – SGM, encaminho a Vossa Senhoria a relação de assinaturas contendas apostas ao projeto de resolução, de autoria do Senador Pedro Piva, que "Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o Instituto das Emendas Partidárias alterando a redação do Art. 15, revogando o Art 19 e acrescentando inciso ao Art. 20 da Resolução 2, de 1995-CN".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de apreço.

MOZART MANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa

CÂMARA DOS DEPUTADOS

*SGM - SECAP (7503)* *Conferência de Assinaturas*

11/05/00 12:34:09 Página 001

**Tipo da Proposição:** PRN

**Autor da Proposição:** SENADOR PEDRO PIVA

**Data de Apresentação:** 02/05/00

**Ementa:** Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do Art. 15, revogando o Art. 19 e acrescentando inciso ao Art. 20 da Resolução 02 de 1995-CN.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

| | |
|---|---|
| Confirmadas | 080 |
| Não Conferem | 001 |
| Licenciados | 000 |
| Repetidas | 002 |
| Ilegíveis | 000 |
| Retiradas | 000 |

**Assinaturas Confirmadas**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | ADÃO PRETTO | PT | RS |
| 2 | ADOLFO MARINHO | PSDB | CE |
| 3 | AFFONSO CAMARGO | PFL | PR |
| 4 | AGNELO QUEIROZ | PCdoB | DF |
| 5 | ALEXANDRE CARDOSO | PSB | RJ |
| 6 | ALOIZIO MERCADANTE | PT | SP |
| 7 | ANTONIO CARLOS PANNUNZIO | PSDB | SP |
| 8 | ANTONIO PALOCCI | PT | SP |
| 9 | ARTHUR VIRGÍLIO | PSDB | AM |
| 10 | BABÁ | PT | PA |
| 11 | BEN-HUR FERREIRA | PT | MS |
| 12 | CAIO RIELA | PTB | RS |
| 13 | CARLITO MERSS | PT | SC |
| 14 | CEZAR SCHIRMER | PMDB | RS |
| 15 | CLEMENTINO COELHO | PPB | PE |
| 16 | CLEUBER CARNEIRO | PFL | MG |
| 17 | DR. EVILÁSIO | PSB | SP |
| 18 | DR. ROSINHA | PT | PR |
| 19 | EDUARDO PAES | PTB | RJ |
| 20 | FERNANDO FERRO | PT | PE |
| 21 | GERALDO MAGELA | PT | DF |
| 22 | GUSTAVO FRUET | PMDB | PR |
| 23 | JANDIRA FEGHALI | PCdoB | RJ |
| 24 | JOÃO FASSARELLA | PT | MG |
| 25 | JOÃO HERRMANN NETO | PPS | SP |
| 26 | JOÃO PAULO | PT | SP |
| 27 | JOÃO SAMPAIO | PDT | RJ |
| 28 | JOAQUIM BRITO | PT | AL |
| 29 | JORGE COSTA | PMDB | PA |
| 30 | JOSÉ DIRCEU | PT | SP |
| 31 | JOSÉ GENOÍNO | PT | SP |
| 32 | JOSÉ MACHADO | PT | SP |
| 33 | JULIO DELGADO | PMDB | MG |
| 34 | JULIO REDECKER | PPB | RS |
| 35 | LAURA CARNEIRO | PFL | RJ |
| 36 | LUCI CHOINACKY | PT | SC |
| 37 | LUIZ ANTONIO FLEURY | PTB | SP |
| 38 | LUIZ BITTENCOURT | PMDB | GO |
| 39 | LUIZ CARLOS HAULY | PSDB | PR |
| 40 | LUIZ MAINARDI | PT | RS |
| 41 | MARCELO BARBIERI | PMDB | SP |
| 42 | MÁRCIO MATOS | PT | PR |
| 43 | MARIA ABADIA | PSDB | DF |
| 44 | MAX ROSENMANN | PSDB | PR |
| 45 | MEDEIROS | PFL | SP |
| 46 | MENDES RIBEIRO FILHO | PMDB | RS |
| 47 | MIRO TEIXEIRA | PDT | RJ |
| 48 | MOREIRA FERREIRA | PFL | SP |
| 49 | NAIR XAVIER LOBO | PMDB | GO |
| 50 | NELO RODOLFO | PMDB | SP |
| 51 | NELSON MARCHEZAN | PSDB | RS |
| 52 | NELSON PELLEGRINO | PT | BA |
| 53 | NELSON PROENÇA | PMDB | RS |
| 54 | NILSON MOURÃO | PT | AC |
| 55 | OSVALDO SOBRINHO | PTB | MT |
| 56 | PAULO PAIM | PT | RS |
| 57 | PEDRO BITTENCOURT | PFL | SC |
| 58 | PEDRO WILSON | PT | GO |
| 59 | PROFESSOR LUIZINHO | PT | SP |
| 60 | RAIMUNDO COLOMBO | PFL | SC |
| 61 | REGIS CAVALCANTE | PPS | AL |
| 62 | RICARDO BARROS | PPB | PR |
| 63 | RITA CAMATA | PMDB | ES |
| 64 | ROBERTO BRANT | PFL | MG |
| 65 | ROBERTO JEFFERSON | PTB | RJ |
| 66 | ROMEL ANIZIO | PPB | MG |
| 67 | RUBENS FURLAN | PPS | SP |
| 68 | SALVADOR ZIMBALDI | PSDB | SP |
| 69 | SAMPAIO DÓRIA | PSDB | SP |
| 70 | SILAS BRASILEIRO | PMDB | MG |
| 71 | SILAS CÂMARA | PTB | AM |
| 72 | SILVIO TORRES | PSDB | SP |
| 73 | SYNVAL GUAZZELLI | PMDB | RS |
| 74 | VICENTE CAROPRESO | PSDB | SC |
| 75 | VIVALDO BARBOSA | PDT | RJ |
| 76 | WALTER PINHEIRO | PT | BA |
| 77 | WANDERLEY MARTINS | PDT | RJ |
| 78 | YEDA CRUSIUS | PSDB | RS |
| 79 | ZAIRE REZENDE | PMDB | MG |
| 80 | ZULAIÊ COBRA | PSDB | SP |

**Assinaturas que Não Conferem**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | DELFIM NETTO | PPB | SP |

**Assinaturas Repetidas**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | JOSÉ DIRCEU | PT | SP |
| 2 | PROFESSOR LUIZINHO | PT | SP |

# PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2000-CN

Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação de matérias a que se refere o mesmo artigo.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A Resolução nº 2, de 1995-CN, passa a vigorar com as seguintes alterações.

Art. 3º .....

.....

§ 2º Revogado

.....

Art. 7º .....

§ 1º As funções de Presidente, Vice-Presidente, Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e Relator-Geral do projeto de lei do plano plurianual serão exercidas, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo. (NR)

.....

§ 3º O Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, o Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e o Relator-Geral do projeto de lei do plano plurianual não poderão ser designados entre os membros da Casa ou do partido ou bloco parlamentar a que pertença o Presidente da Comissão. (NR)

.....

Art. 9º Compete ao Presidente, respeitado o disposto nos §§ 1º, 3º e 4º do art. 7º, nos §§ 2º e 3º deste artigo, designar, de acordo com a indicação das lideranças partidárias ou dos blocos parlamentares e observado o critério da proporcionalidade partidária, o Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, o Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o Relator-Geral do projeto de lei do plano plurianual e o Relator das contas do Presidente da República, bem como os Relatores-Setoriais-Adjuntos do projeto de lei orçamentária e demais relatores que se fizerem necessários aos trabalhos da Comissão. (NR)

.....

§ 3º Na designação dos Relatores-Setoriais-Adjuntos, será adotado o critério de rodízio de forma que, em cada legislatura, o mesmo parlamentar possa exercer por, no máximo, duas vezes a função de Relator-Setorial-Adjunto, desde que de áreas temáticas distintas. (NR)

§ 4º A cada legislatura, na apreciação do projeto de lei orçamentária anual, cada parlamentar poderá exercer por duas vezes, no máximo, a função de Relator, seja Relator-Geral ou Relator-Setorial-Adjunto.

Art. 10. Revogado

Art. 11. Revogado

Art. 11-A. O Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual em conjunto com até dez Relatores-Setoriais-Adjuntos comporão a Relatoria-Geral, organizada na forma de colegiado com poder deliberativo.

§ 1º As reuniões da Relatoria-Geral serão convocadas, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e presididas pelo Relator-Geral, observados os seguintes procedimentos:

I – as deliberações serão tomadas por maioria simples, presente a maioria do colegiado, cabendo ao Relator-Geral, além do voto como integrante do colegiado, o voto de desempate;

II – as deliberações constarão de ata, na qual serão registrados a autoria da proposição, a sua fundamentação e o valor aprovado;

III – as atas das deliberações, bem como os votos em separado de membros do colegiado, integrarão, como anexo, o relatório a ser submetido à apreciação do plenário da Comissão.

§ 2º Fica assegurado ao partido ou bloco parlamentar, cuja representação não tenha contribuído para a composição do quadro de Relatores-Setoriais-Adjuntos, o direito de indicar observador, sem direito a voto, para acompanhar os trabalhos da Relatoria-Geral.

.....

Art. 15. O Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual apresentará parecer preliminar que, depois de aprovado pelo plenário da Comissão, estabelecerá os parâmetros e critérios que deverão ser obedecidos pelos Relatores-Setoriais-Adjuntos e pelo Relator-Geral na elaboração do parecer sobre o projeto de lei e as emendas.(NR)

.....

Art. 20. As comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados poderão apresentar até quinze emendas aos projetos de lei do plano plurianual e da lei orçamentária anual, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente.(NR)

I - Revogado;

II - Revogado;

III - Revogado.

§ 1º A Comissão Diretora do Senado Federal, bem como a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados poderão apresentar até cinco emendas, relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente, aos projetos de lei mencionados no *caput* deste artigo.

§ 2º As emendas previstas neste artigo terão prioridade sobre as demais na alocação de recursos e incluirão nas suas justificações elementos necessários para subsidiar a avaliação das ações por elas propostas, apresentando informações sobre a viabilidade econômico-social e a relação custo-benefício, esclarecendo sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e eventuais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução, além de outros dados relevantes para suas análises.

§ 3º As emendas coletivas serão acompanhadas da ata da reunião em que forem deliberadas.

.....

Art. 21-A. É vedado aos relatores, quando da elaboração dos relatórios mencionados no art. 22-A:

I – acolher emenda em valor superior ao da proposição original;

II – acrescer valor às dotações constantes do projeto de lei orçamentária anual cujas programações correspondentes não tenham sido objeto de emenda;

III - apresentar emenda de Relator que tenha por objetivo a inclusão de subtítulo novo.

Art. 22. Revogado

Art. 22-A. São partes integrantes do parecer sobre o projeto de lei orçamentária anual:

I – análise, elaborada pelo Relator-Geral, do quadro geral das finanças federais, do texto da lei e avaliação das receitas;

II – análise, elaborada individualmente pelo Relator-Setorial-Adjunto responsável, de cada área temática e das respectivas emendas apresentadas, com proposta de parecer.

§ 1º Acompanhará a proposta de parecer de cada área, demonstrativo das decisões contendo o autor, o número da emenda, a decisão e o valor concedido, quando for o caso, bem como demonstrativo das alterações em relação à programação contida na proposta do Executivo, por unidade orçamentária, por unidade da Federação e por categoria de programação, identificando expressamente os projetos e as atividades constantes do relatório do Tribunal de Contas da União sobre as obras em execução julgadas irregulares ou com indícios de irregularidades graves.

§ 2º O parecer sobre o projeto de lei orçamentária anual somente será submetido à apreciação do plenário da Comissão após a aprovação de todas as suas partes pelo colegiado que compõe a Relatoria-Geral.

§ 3º É facultado ao Relator-Geral propor ao colegiado adequações e ajustes às partes do parecer mencionadas no parágrafo anterior.

§ 4º As emendas de Relator que venham a ser formuladas com vistas ao cumprimento de suas responsabilidades serão publicadas como parte do relatório, com os respectivos fundamentos.

Art. 23. Revogado

Art. 23-A. A Relatoria-Geral poderá criar até três comitês, de

caráter consultivo, cada um deles integrados por, pelo menos, três membros da Comissão designados pelo Relator-Geral, para auxiliar na análise de temas relacionados ao projeto de lei orçamentária anual.

**Art. 23-B.** *Na apreciação do projeto de lei do plano plurianual*, serão observados, no que couber, os procedimentos adotados para a apreciação do projeto de lei orçamentária anual.

.....

**Art. 26.**.....

III – .....

h) até vinte e um dias para apresentação, publicação, distribuição, e votação dos relatórios, no colegiado, a partir do término do prazo definido na alínea anterior.(NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Senhores Congressistas,

A busca de maior eficiência e transparência do processo orçamentário é um tema de grande envergadura, cujas medidas não se esgotam em proposições de alterações constitucionais e legais. Nesse sentido, no bojo de uma proposta ampla de reformulação desse processo, cuja viabilização técnica contou com a ajuda da consultoria de orçamentos do Senado, estamos também propondo uma reestruturação na forma de funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), com particular destaque aos aspectos ligados à constituição das relatorias e à forma de intervenção parlamentar nos planos e orçamentos.

Conforme é de conhecimento de todos os avanços organizacionais que se materializaram na estruturação dessa Comissão, por meio da Resolução nº 02/95-CN, como consequência dos resultados apurados pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, foram, sem nenhuma dúvida, importantes para aumentar a lisura do processo de apreciação orçamentária. Entretanto, do ponto de vista da eficiência operacional, a forma de funcionamento dessa Comissão tem deixado a desejar, uma vez que tem atuado *como fator adicional que impede o rápido andamento dos trabalhos*, dificultando o cumprimento do cronograma de tramitação das matérias.

Desse modo, ao lado de proposição de mudança constitucional que vise aumentar o tempo disponível para apreciação dos orçamentos pelo Congresso Nacional, precisamos igualmente reestruturar o funcionamento da CMPOF, objetivando eliminar pontos que têm contribuído para o atraso na apreciação tempestiva da lei orçamentária. O cerne da mudança que estamos propondo na referida Resolução visa, assim, conferir maior condição de celeridade aos trabalhos da CMPOF, sem, contudo, descuidar da transparência e segurança exigida na condução de suas atribuições.

A primeira modificação propõe visa clarificar o disciplinamento da indicação do Relator-Geral do projeto de lei do plano plurianual. Por meio da nova redação que estamos dando ao art. 7º deixamos evidente que essa indicação sujeita-se às *mesmas restrições válidas para o caso do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual*, quais sejam: a função será exercida alternadamente por *membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal* e o indicado não poderá ser do mesmo partido ou bloco a que pertença o Presidente da Comissão.

A seguir, debruçamos-nos sobre a questão do exercício da função de relator. Sabemos, por um lado, que a especialização do parlamentar em matéria orçamentária facilita os trabalhos da CMPOF, mas, por outro, reputamos como inegável que a renovação dos relatores é fundamental para fortalecer a segurança do processo. Ainda estão vívidos na memória de todos os lastimáveis fatos apurados pela comentada CPI do orçamento. Portanto não podemos deixar a menor margem que seja para que tais fatos voltem a ocorrer.

Desse modo, estamos propondo que, no que se refere à apreciação do projeto de lei orçamentária anual, cada parlamentar poderá exercer no máximo por duas vezes em cada legislatura a função de relator, seja de Relator-Geral, seja de Relator-Setorial-Adjunto. Cabe ressaltar, ainda, que não poderá haver repetição da área temática a ser relatada (anualmente, a única vedação que existe é a de que o parlamentar não pode relatar a mesma área temática em ano subsequente). Com a modificação proposta, o rodízio na função de relator torna-se obrigatório, o que abrirá oportunidade à participação de outros membros da Comissão.

Além dessa modificação, pretendemos alterar a forma de funcionamento da CMPOF, propondo a extinção das subcomissões permanentes – que existem no texto da Resolução, mas não que funcionaram nos dois últimos exercícios – e instituindo de forma definitiva a Relatoria-Geral, que consiste em um Colegiado formado pelo Relator-Geral e Relatores-Setoriais-Adjuntos, com poder deliberativo, e que apreciará, previamente ao plenário da Comissão, as propostas de pareceres sobre a lei orçamentária anual e o plano plurianual.

O Colegiado proposto poderá ser composto por até onze membros, integrados pelo Relator-Geral e até dez Relatores-Setoriais-Adjuntos. A ampliação no número de relatores aumenta a possibilidade de participação ativa de mais partidos políticos nas decisões da Comissão, pulverizando o exercício do poder, elemento indispensável para evitar a ocorrência fatos desabonadores que podem prejudicar a imagem do Poder Legislativo perante a sociedade. Incluímos, adicionalmente, dispositivo que permitirá, aos partidos que não estejam representados no colegiado, a indicação de observadores para acompanhar o trabalho da Relatoria-Geral. Assegura-se, desse modo, que a condução de todo o processo de apreciação orçamentária continue se dando de forma cada vez mais democrática e transparente.

Do ponto de vista da eficiência operacional, essa mudança irá permitir racionalizar a fase de apreciação dos relatórios, reduzindo o tempo gasto na tramitação da matéria sem prejudicar a qualidade do trabalho. Com ela, evitar-se-á a duplicidade de tarefas e repetidas negociações que hoje ocorrem, de vez que matérias amplamente discutidas quando da análise de cada relatório setorial pelo plenário da subcomissão muitas vezes voltam ao debate quando da votação do *relatório geral. Cabe lembrar que, excepcionalmente, devido à exiguidade de* tempo pela ocorrência de eleições majoritárias em 1998, o sistema de Colegiado *foi adotado com sucesso nesse ano.*

Por sua vez, o modo de intervenção parlamentar nos orçamentos, por meio de emendas coletivas, é reformulado de forma substancial pela nova redação dada ao art. 20 da Resolução nº 2, 1995-CN. Pretendemos, com isso, fortalecer a ação das Comissões Permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados que, a nosso ver, são os foros adequados para apreciar os Planos e Programas de governo, mormente a partir da recente reformulação na sistemática de classificação que valoriza a definição das ações de governo por meio de Programas. Além disso, formalizamos a possibilidade de as Comissões Permanentes apresentarem emendas ao plano plurianual, o que, pratica, que já vem ocorrendo.

Ao mesmo tempo, estamos propondo a extinção das emendas de bancadas estaduais *e regionais. Como é notório as emendas estaduais*, embora em sua gênese tivessem o nobre propósito de buscar o alcance de objetivos estadual ou regional, em sua maioria terminaram servindo para o atendimento de interesses diversos. Acordos têm feito com que, muitas vezes, sejam aprovadas emendas individuais dissimuladas em emendas estaduais. Tal distorção é agravada pelo surgimento das "solicitações de bancadas estaduais para emendas de relator". Essa nova figura orçamentária, que surgiu no Parecer Preliminar ao projeto de lei orçamentária de 1996, acentuou o uso inadequado que vem sendo feito das emendas de bancadas estaduais, porquanto ao aumentar a quantidade dessas emendas, facilitou o rateio "de quotas" entre seus integrantes. Como resultado, fica preterida a discussão a respeito de ações realmente prioritárias para os Estados. Disfunção semelhante acomete as emendas de bancadas regionais, tornando *relegado o debate sobre as questões regionais.*

Ora, é evidente que essas distorções estão prejudicando a discussão dos grandes problemas nacionais e, conseqüentemente, empobrecendo a participação do Congresso Nacional na apreciação da matéria orçamentária. Porém, por reconhecer que a atuação coletiva dos parlamentares é fundamental para fortalecer o debate democrático em torno da peça orçamentária, pretendemos ampliar de cinco para quinze as emendas de Comissão Permanente do Senado e da Câmara dos Deputados. No caso da Comissão Diretora do Senado e da Mesa Diretora da Câmara, devido às particularidades, a quantidade de emendas permanecera em cinco. Acreditamos que, dessa maneira, reforçaremos a atuação das Comissões Permanentes da Câmara e do Senado que são, ao nosso ver, as instâncias mais adequadas para debater com profundidade a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, inclusive quanto ao aspecto de regionalização dos gastos previsto no § 7º da Constituição Federal.

Relativamente à intervenção individual no orçamento, nossa proposta é a de *manutenção da regra vigente que a limita em 20 emendas por parlamentar*, observado o teto de valor fixado pelo Parecer Preliminar (R$ 1.500 mil por parlamentar para o orçamento 2000). A preservação dessa forma de intervenção nas propostas orçamentárias se justifica porque entendemos que o parlamentar é o maior repositório de conhecimentos sobre as necessidades da localidade que representa e, com isso, pode contribuir para melhorar a alocação de recursos com impacto localizado.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, que estamos disciplinando em nível de Resolução normas já contidas em Pareceres Preliminares estabelecendo limites adicionais ao papel dos relatores e reforçando a lisura do processo orçamentário. Para tanto o art. 21-A estabelece as seguintes vedações aos

relatores: (a) acolher emenda em valor superior ao da proposição original. (b) acrescer valor às dotações constantes do projeto de lei orçamentária anual cujas programações correspondentes não tenham sido objeto de emenda; (c) apresentar emenda de Relator que tenha por objetivo a inclusão de subtítulo novo.

São essas as contribuições que trazemos à apreciação dos nobres parlamentares. Temos a certeza que a sua adoção contribuirá para aprimorar ainda mais a participação do Congresso Nacional no processo orçamentário. Acreditamos que Vossas Excelências saberão reconhecer a importância dessas transformações, concedendo-nos o apoio necessário para torná-las realidade.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 2000

Senador Antônio Carlos Magalhães

Continuação das Assinaturas

SENADORES

2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
18.
19.
20.

DEPUTADOS

1.
2.
3.
4.
5. 127
6. 918
7.
8.
9. 009
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17. 624
18. 611
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28. 605
29. 121
30.
31.
32. 479
33. 625
34. 229
35. 730
36. 461
37. 578
38.
39. 728
40. 938

DEPUTADOS

41.
42. 503
43. 286
44.
45. 241
46.
47.
48.
49. 732
50. 624
51. 928
52.
53. 314
54. 445
55. 447
56. 448
57.
58. 340
59. 741
60. 939
61. 447
62.
63. 940
64.
65. 1542
66.
67. 830
68. 433
69.
70.
71.
72.
73.
74.
75.
76.
77.
78.
79.
80.

DEPUTADOS

81.
82.
83. 708
84. 210
85.
86.
87. 321
88. 230
89. 989
90. 460
91. 411
92. 709
93.
94.
95. 284
96.
97. 472
98.
99.
100. 654
101.
102. 702
103. 345
104. 411
105.
106.
107.
108.
109.
110.
111.
112.
113.
114.
115.
116.
117.
118.
119.
120.

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para emitirem pareceres, nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 53, DE 2000-CN**

Requeiro, nos termos das normas estabelecidas pela Presidência na Sessão Conjunta de 11-11-91, publicada no **DCN** de 12-11-91, página 4505, a criação de uma Comissão Mista, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados como titulares e igual numero de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, esclarecer em que circunstâncias ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na estância de sua propriedade, na Província de Corrientes, na Argentina.

As razões desse requerimento se fundamentam em depoimentos de amigos e correligionários, dados, naquela época, à família do Presidente João Goulart, e afirmando que houve uma troca dolosa de medicamentos para o tratamento da hipertensão do ex-Presidente.

Somam-se a essas suspeitas as novas revelações sobre a Operação Condor – basicamente uma articulação das policias políticas das ditaduras do Cone Sul, visando à eliminação de personalidades, ao tornar público o denominado "Arquivo do Terror" do Centro de Documentação da Corte Suprema do Paraguai.

**Justificação**

Em 2 de agosto de 1979, o colunista norte-americano Jack Anderson denunciou no **The Washington Post,** por meio do seu artigo "Condor – os criminosos latino-americanos" a existência de uma articulação dos órgãos de segurança de vários países do Cone sul, apoiados pela CIA, para eliminar as personalidades políticas que se opunham às ditaduras militares da região.

Anteriormente, esse mesmo jornalista, em 1975, havia divulgado uma carta enviada pelo General chileno Manuel Contreras ao ex-Presidente João Figueiredo, afirmando que era uma ameaça para a região a atividade de líderes como Orlando Letellier, ex-Ministro de Allende, e do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. A eliminação posterior de Orlando Letellier foi reconhecida pela própria CIA e a morte de Juscelino Kubitschek, em acidente rodoviário, até hoje não foi devidamente esclarecida.

A proposta articulada pelo ex-Presidente João Goulart com o seu mais ferrenho opositor antes de 1964, Carlos Lacerda, e também com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek para a formação de uma Frente ampla – com um claro objetivo de abreviar a vigência do regime militar e restabelecer a democracia em nosso País – é um fato que por si só atraiu a ira da "linha dura" do regime militar contra esses eminentes brasileiros.

O que querem, sim, familiares, amigos e correligionários do ex-Presidente João Goulart é esclarecer as circunstâncias de sua morte, mesmo porque na ocasião não foi feita autópsia alguma e as autoridades do regime militar da época não queriam permitir sequer seu sepultamento em território nacional.

Na condição de Vice-Presidente da República por 2 (dois) períodos, João Goulart foi também Presidente do Senado Federal, de acordo com a Constituição brasileira vigente à época.

Por isso, na oportunidade em que a própria Justiça paraguaia expõe os planos de repressão articulados pelas ditaduras de então, conforme matéria publicada no **Jornal do Brasil** de 30-4-2000 (em anexo), é imprescindível que o Congresso Nacional busque também o resgate da verdade histórica sobre as circunstâncias em que se deu a morte do ex-Presidente João Goulart.

Sala das Sessões, 8 de junho de 2000. – Senador **Sebastião Rocha.**

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – O requerimento lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

*Ofício nº 5/PLEN*

Brasília, 7 de junho de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado Babá, PT/PA, em substituição ao Deputado Aloizio Mercadante, PT/SP, na Comissão Mista destinada a dar parecer à Medida Provisória nº 2.020-2, que institui a Gratificação de Incentivo à Docência.

Atenciosamente, – Deputado **Aloizio Mercadante,** Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – Será feita a substituição solicitada.

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional a Mensagem nº 7, de 2000-CN (nº 1.998/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, Exposição de Motivos nº 47, de 15 de dezembro de 1999, do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, com esclarecimentos sobre subprojetos às Obras de Recuperação dos Molhes do Porto de Rio Grande.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 15, de 2000-CN, concluiu pela prejudicialidade da matéria e conseqüente arquivamento da mensagem.

Tendo em vista o parecer da Comissão e ainda que a matéria já perdeu a oportunidade, esta Presidência, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, declara a mencionada mensagem prejudicada e determina o seu arquivamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 47, de 1999, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal e da Presidência da República, crédito especial no valor global de R$2.363.536,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais), para os fins que especifica".

Tendo em vista que a matéria já perdeu sua oportunidade, esta Presidência, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, declara o mencionado veto prejudicado e determina o arquivamento do projeto de lei, abrindo, entretanto, o prazo de dois dias úteis, a partir deste momento, para interposição de recurso a esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – Passando-se ao período destinado a Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. V. Exª dispõe de cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Ubiratan Aguiar, Srªs e Srs. Congressistas, o Antigo Testamento, a Bíblia Sagrada, narra o êxodo do povo judeu, a travessia do deserto, em busca da terra prometida. Hoje, em todo o mundo, ocorre um extraordinário movimento de populações em busca do direito de viver, de trabalhar, de estudar, muitas vezes com enormes dificuldades.

Em 1989, caiu o muro de Berlim. Entretanto, novos muros se ergueram. Entre outros, há o grande muro na fronteira que separa os Estados Unidos do México e do restante da América Latina. Situa-se ao longo do rio Grande, dificultando a passagem de seres humanos de todas as Américas em direção aos Estados Unidos. O Presidente Bill Clinton tem insistido, junto aos países da América Latina, em concretizar, até o ano 2005, a idéia da Associação de Livre Comércio das Américas. No entanto, do ponto de vista da liberdade dos seres humanos, será que o Presidente Bill Clinton realmente quer isso? Ou será que deseja, sobretudo, a liberdade dos proprietários do capital para poderem investir, participar de licitações, vender bens e serviços ao longo de todas as fronteiras do Alasca à Patagônia? Será que, algum dia, todos os seres humanos da Patagônia ao Alasca terão a liberdade de viver, trabalhar, estudar, enfim, de realizar seus anseios e aspirações, como, aliás, anuncia a Declaração dos Direitos da Pessoa Humana das Nações Unidas?

Sr. Presidente, Deputado Ubiratan Aguiar, Srªs e Srs. Congressistas, quero, neste momento, fazer uma recomendação a todos os Srs. Congressistas e ao Congresso Nacional: que todos tenham a oportunidade de visitar a extraordinária exposição denominada **Exodus**, do fotógrafo Sebastião Salgado, que, por meio de fotos de extrema sensibilidade, tem justamente o propósito de mostrar as atuais dificuldades dos povos de todo o mundo em conseguir viver em sua própria terra.

Tenho aqui algumas fotos, como estas que mostram uma criança angolana deslocada para Cazombo, província do Alto Zambeze, em Angola, de 1997; os refugiados originários da Bósnia Ocidental, que cobrem as janelas com pedaços de plástico para enfrentar o rigoroso inverno no campo de refugiados de Turanj, em Krajina, de 1994; os refugiados que se preparam para voltar a Moçambique, tirada na Tanzânia, de 1994; os caixões de 19 camponeses assassinados em 17 de abril, no povoado de Eldorado do Carajás, no Pará, de 1996; as crianças nascidas no centro de detenção de refugiados sul-vietnamitas, na ilha Tai A Chau, em Hong Kong, de 1995; o retrato de uma família do assentamento Conquista da Fronteira, em Santa Catarina, de 1996. Há também diversos mapas que mostram as dificuldades dos povos que habitam os cinco continentes do planeta Terra em busca da liberdade de viverem onde desejarem.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, gostaria de recomendar ao Presidente do Congresso

Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, que autorize a realização dessa exposição de Sebastião Salgado no Salão Negro do Congresso Nacional. Trata-se da mesma exposição que esteve, em maio, no Sesc-Pompéia, em São Paulo, e estará no Rio de Janeiro a partir do dia 20, bem como em diversas outras capitais.

Recomendo a todos os Congressistas que visitem essa exposição para refletirem sobre a importância desse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Deputado Walter Pinheiro, do PT.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, quero chamar a atenção de V. Exªs para dois fatos. O primeiro refere-se à grande manifestação que os trabalhadores em greve pelo País realizam hoje, sejam eles servidores públicos federais ou estaduais, ou mesmo trabalhadores da iniciativa privada. Trata-se de um grande movimento, liderado pela Central Única dos Trabalhadores, um movimento de luta, uma grande marcha em todas as cidades do País, em busca de negociação, de abertura de canais de diálogo, de reposição salarial – muito particularmente em relação ao serviço público, seja na esfera federal, estadual ou municipal – e do início do debate acerca da qualidade, da retomada e da importância do serviço público para o cidadão brasileiro, principalmente para a população mais carente de nosso País.

Portanto, hoje vamos assistir a esse movimento. E é muito importante deixar clara a intransigência do Governo, que sempre fala em livre negociação, mas que não consegue praticar o que fala, talvez vivendo plenamente aquele ditado que diz: "Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

Portanto, trata-se de uma manifestação de suma importância para demonstrar a insatisfação dos trabalhadores do País inteiro com a política de arrocho salarial, com a ausência de uma política de desenvolvimento que abra novos postos de trabalho e, principalmente, com a política de desmantelamento das funções de Estado, que tem permitido cada vez mais a queda da qualidade do serviço público ao cidadão brasileiro, à nossa população tão carente.

A outra questão, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, diz respeito à anistia. V. Exª, Deputado Ubiratan Aguiar, que preside a sessão do Congresso Nacional neste momento, é um cearense da melhor qualidade, Parlamentar dedicado, um homem que tem laços fincados com a anistia, desde a trajetória do debate dessa questão nesta Casa. No entanto, Sr. Presidente, temos convivido com uma verdadeira incompreensão, insensibilidade e – eu diria – desrespeito ao processo da anistia em relação à questão dos marinheiros. Esses bravos companheiros não são respeitados por essa anistia. Deveriam ser anistiados legalmente, mas vêm sendo excluídos de todos os processos de anistia existentes no País.

A posição firme, principalmente da Marinha, é a de excluir esses marinheiros, alegando que eles não estariam no contexto de uma punição política, o que não é verdade. Muitos deles amargaram, ao longo de suas vidas, dificuldades plenas, tendo de viver a realidade da subvida, escondidos em diversos porões, tentando inclusive mostrar o rosto à luz do sol, em busca de um novo espaço.

Muitos jovens, naquela época, foram duramente punidos. E, hoje, vêm aqui, ao Congresso Nacional, permanentemente, buscar uma solução para esse problema.

A Comissão de Direitos Humanos desta Casa pautou esse debate – e quero fazer justiça ao Deputado Nilmário Miranda, grande combatente dessa luta, companheiro que fez disso uma das importantes atuações de seu mandato – e acertou com o Ministério da Justiça, com o então Ministro da Justiça, José Carlos Dias, que uma comissão seria criada para tratar das revisões do processo de anistia.

Ontem, recebemos informações de que os marinheiros, mais uma vez, serão excluídos dessa revisão de anistia, ou seja, serão tratados com desrespeito, tal como no período mais duro da intervenção e da condução militar em nosso País.

Chamo a atenção dos nobres Congressistas para a importância de garantirmos não só o respeito a esses trabalhadores, a esses bravos combatentes de uma das armas, mas também o direito de receberem, como os outros, a anistia e de voltarem a ser tratados como se na ativa estivessem. Hoje, eles se encontrariam em um posto muito acima, porque estariam tocando sua vida, sua carreira militar plenamente.

É bom frisar que, em várias esferas da Justiça, esses marinheiros têm tido ganho de causa. Ontem, um dos anistiados me dizia que, lamentavelmente, o Presidente da República, que passou por esse problema, que falava muito em anistia e afirmava ter compromissos com ela – às vezes, só quando está em Paris –, tem adotado uma postura discriminatória em relação aos companheiros, aos bravos marinheiros, que merecem ser tratados com respeito.

Quero fazer um apelo a esta Casa e ao Ministério da Justiça, para que, de uma vez por todas, incluamos os marinheiros nos processos de anistia e partamos para resolver um problema que aflige esses nossos co-irmãos.

*Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Ubiratan Aguiar, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Jorge Bittar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, esta sessão do Congresso Nacional visa discutir o PPA e deliberar sobre ele. Tenho um posicionamento contrário a esse Plano, porque ele serve apenas para alguns, não inclui todos os brasileiros; sua lógica é definida pelo mercado, não pelo Governo.

Os tão falados eixos preferenciais vão, na realidade, aumentar ainda mais os desequilíbrios entre os Estados federados e refletem o posicionamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse, em entrevista coletiva pela internet, que a pobreza está apenas localizada em alguns pontos. Na verdade, ela está localizada em praticamente todas as regiões deste País e é, indiscutivelmente, um reflexo da política adotada pelo Governo, que busca, com esse PPA, aprofundar ainda mais a tese única de que precisa haver superávit econômico e de que, para isso, devemos exportar. Essa lógica não leva em consideração outro problema: o de que um dos itens que mais contribui para o déficit da balança comercial brasileira é exatamente a conta dos afretamentos de navios, de embarcações, para fazer as exportações, a qual já chega a mais de US$6 milhões ao ano. Esse projeto, visando apenas a essa lógica, não inclui a maioria da sociedade brasileira.

Penso que o PPA deveria ter como ponto de vista estratégico o combate às desigualdades, à miséria e à exclusão social e passar, indiscutivelmente, por algumas propostas do campo social que já apresentaram resposta positiva, como o Bolsa-Escola e outros programas que visam elevar a cidadania e integrar esses excluídos brasileiros no chamado mercado mínimo, garantindo-lhes o essencial à condição da vida humana, como o alimento e o estudo.

Esse PPA, ao contrário, não atende a essa reivindicação da sociedade brasileira. Não posso concordar com essa filosofia, com essa meta, com esse planejamento, com esse objetivo único de satisfazer o chamado mercado. O mercado não pode regular tudo, não é uma verdade única ou um ser supremo que dará resposta a toda a demanda da nossa sociedade. Precisamos discutir a nossa inserção nesse mercado, preservando os interesses do País, da nossa gente, do nosso povo, que hoje clama por emprego e salário, por ser atendido.

Podemos ver que, toda vez em que o Presidente Fernando Henrique vai à Europa, adota determinada postura como se não fosse brasileiro, como se não tivesse nada a ver com a política que estamos deliberando neste País. Sua Excelência faz aquilo que é o seu exercício predileto: criticar os políticos e o Congresso Nacional. E uma das reivindicações que está na ordem do dia de todos os segmentos organizados da sociedade, a reforma tributária, não se realizará, porque o Governo, por meio de suas lideranças no Congresso e de sua equipe econômica, demonstra não querer. A equipe econômica é a única que, ouvida, consegue sensibilizar o Presidente da República.

A discussão da redução da jornada de trabalho não pode ser um discurso feito no exterior. Um político não pode ser julgado por seus discursos, feitos, muitas vezes, longe do País, mas pelo exercício prático daquilo que fala e prega. E este é o momento adequado para se colocar em prática essa discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Professor Luizinho.

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, hoje, no Auditório Nereu Ramos, dá-se a abertura de um seminário, que se estende até o dia 10, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entidade cujo Presidente é o companheiro Carlos Abicalil e da qual fui dirigente na gestão de 1987 a 1989, bem como tesoureiro-geral à época em que era chamada de CPB.

A CNTE possui entidades filiadas em todos os Estados do Brasil e no Distrito Federal, as quais congregam os trabalhadores em educação de nosso País. Foi uma das promotoras que infundiu, articulou, organizou e consolidou um debate nacional com relação ao Plano Nacional de Educação no nosso País.

Esse plano, conhecido como o PNE da sociedade brasileira, foi apresentado pelo conjunto das entidades da sociedade civil de educadores deste País, envolvendo cientistas, pesquisadores, promotores de educação e os que recebem a educação a partir dos estudantes, que produziram um longo debate na sociedade, vários fóruns, dois congressos e, por fim, o documento final em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Esse plano da sociedade brasileira foi apresentado ao Congresso Nacional pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, encabeçado pelo ex-Deputado Ivan Valente e pelos demais Deputados da área da Educação, como os nobres Deputados Pedro Wilson, Esther Grossi, que aqui se encontra, Padre Roque, e assim por diante.

Esse seminário que a CNTE realiza no dia de hoje, que seguirá até o dia 10, domingo, tem por objetivo organizar o conjunto dos defensores da educação pública brasileira para o debate e a votação do PNE que iremos realizar. E a data já está marcada: a próxima terça-feira. O sonho, a expectativa e a esperança dos educadores é de que possamos, em plenário, resgatar o projeto original da sociedade brasileira, para termos, como projeto orientador do debate, esse projeto do Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira.

Parabenizo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e a conclamo para, a partir desse seminário, com a sua organização, podermos estar todos na Câmara dos Deputados, na terça-feira, dia 13, para o início do debate e a possível votação do PNE.

Completo o tempo que me resta dizendo que os professores do Estado de São Paulo marcaram assembléia para o dia de hoje, na Paulista. Todo o País pôde constatar que, quando a tropa de choque não age com prepotência e violência, não agride os manifestantes e não impede o livre exercício de manifestação de todos os trabalhadores e trabalhadoras, nada pára a Paulista, que fica normal, tranqüila. Todo o acesso aos hospitais e aos postos de trabalho são garantidos. Mas, se ocorre o mesmo de três semanas atrás, quando a tropa de choque tentou evitar a livre manifestação, aí, sim, a tropa de choque pára a Paulista. Isso tem sido exemplar nesse sentido. Quando há violência da força policial para tentar impedir o livre exercício de manifestação, cria-se um caos na nossa capital, na cidade de São Paulo e, portanto, na Paulista.

Esperamos que o dia de hoje transcorra com a mesma calma e tranqüilidade com que transcorreu quando da assembléia de quarta-feira da semana passada. Esperamos poder estar presentes à assembléia, ainda no dia de hoje. Vamos fazer os encaminhamentos para o PPA e encerrar a sessão do Congresso, e espero poder pegar o avião, em tempo de poder participar da assembléia dos professores do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista.

Tenho a certeza de que o Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de São Paulo, José Zico Prado, estará presente, com toda a sua bancada. E o Presidente do nosso partido, Deputado José Dirceu, que se fez presente em todos os momentos, com certeza voltará a comparecer à assembléia dos professores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Palocci. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, hoje discutiremos o PPA, que será votado ainda neste semestre.

Mas, neste Pequeno Expediente, eu queria discutir um aspecto que está contido no PPA, aliás uma contribuição importante do Relator-Geral, o nobre Deputado Renato Vianna, que estabeleceu recursos para o início de uma retomada de desenvolvimento em regiões empobrecidas do Brasil, as chamadas mesorregiões diferenciadas, que mereciam um tratamento especial no combate da pobreza absoluta, encontrada ali em alto grau.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, infelizmente, o nosso relator se baseou em estudos feitos pelo Ministério da Integração Nacional. Ao analisarmos esses estudos, verificamos que efetivamente vivemos num País de verdadeiros absurdos. Treze regiões foram consideradas pelo Ministério como mesorregiões diferenciadas, com critérios importantes, que me parecem absolutamente corretos. São as regiões que têm uma reduzida articulação com as regiões de desenvolvimento e têm especialmente uma desarticulação de sua própria base produtiva, dificultando principalmente que elas passem, por meio de um esforço próprio, a fornecer às suas populações condições adequadas de vida e de produção. São regiões que também apresentam forte deterioração das suas condições ambientais. Seu ecossistema é atacado também por condições climáticas, como a seca

no Nordeste, por exemplo. São precárias as condições de saúde, de educação, de saneamento e de nutrição. Nessas regiões, há uma incidência alta de população desnutrida.

Sr. Presidente, deveriam ser contempladas as regiões de alta concentração da pobreza absoluta. Mas, ao verificarmos essas treze regiões, ficamos espantados. Comecei verificando que, em Minas Gerais, a região do semi-árido não está presente. Está ali a região de Jequitinhonha, Mucuri, o que é correto, mas o semi-árido, a região mineira do Polígono da Seca, de alta concentração de pobreza, está excluída.

A partir disso, comecei a analisar essa distribuição. E para espanto meu, Sr. Presidente, vi que, para o Ministério da Integração Nacional, a pobreza do Brasil está no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, 467 Municípios – portanto, 72% dos Municípios do Estado; todos os Municípios de fronteira, como Bagé e outros – estão incluídos nesse programa. Naturalmente, nesses Municípios, há pobreza, como ocorre no Brasil inteiro. Mas como pode 72% do Rio Grande do Sul estarem incluídos como área de pobreza absoluta, em que há desarticulação da base econômica, falta de condições ambientais, agressão ao ecossistema, problemas climáticos? Não sei de onde tiraram isso. Há mais Municípios do Rio Grande do Sul incluídos nesse programa do que de todo o Nordeste reunido. Somando todo o Nordeste, inclusive a região de fronteira com Minas Gerais, são 406 Municípios! Enquanto 131 Municípios de Santa Catarina – ou seja, 45% dos Municípios –, onde há a maior renda **per capita** do Brasil, estão incluídos, apenas 18 Municípios do Rio Grande do Norte estarão sendo atendidos. No Ceará, apenas 25 Municípios estão incluídos, no Maranhão, 27 Municípios; e no Piauí, 70 Municípios. Portanto, esse critério me parece espantoso.

Conversei com o Deputado Avenzoar Arruda, que me esclareceu que as regiões de maior pobreza da Paraíba não estão incluídas. Está incluída no programa exatamente a região litorânea, a região da Zona da Mata, que, por coincidência, é a do Ministro Bezerra, na qual o processo de articulação de sua base produtiva é muito maior que o das demais regiões. Enquanto isso, a região do semi-árido, a região da pobreza da Paraíba, está excluída.

Destaco o esforço meritório do Relator-Geral, Deputado Renato Vianna, que não é responsável por isso. S. Exª necessitava de um critério imparcial e recolheu aquilo que veio do Ministério da Integração Nacional. É bom que se sublinhe que sua própria região, Santa Catarina, não está incluída, e há lá essa espantosa presença de 45% de pobreza absoluta, número muito maior do que qualquer Estado do Nordeste. Não é responsabilidade do nobre Relator, mas é preciso que haja um mínimo de seriedade nos estudos, apresentados como estudos técnicos.

No entanto, quando se analisam essas condições, vemos que elas realmente carecem de qualquer fundamento, não apresentando aquilo que o Brasil precisa, que é realmente atacar os bolsões de pobreza.

O nobre Relator já adiantou que, no que se refere ao semi-árido mineiro, o polígono das secas do norte mineiro será incluído em momento posterior. Fico feliz, mas espero possamos corrigir não só o PPA, que, em boa hora, acolheu um programa específico de desenvolvimento das regiões para o combate à miséria, à pobreza absoluta e ao subdesenvolvimento extremo, mas todo o programa do Ministério da Integração Social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDINHO BEZ** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. EDINHO BEZ** (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz um trabalho e, por compromisso, gostaria de dar como lido o pronunciamento, uma exceção que existe hoje no Brasil e em Santa Catarina. Trata-se de projeto relacionado à agricultura familiar que servirá de exemplo para todo o Brasil, sobre a AGRECO, Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral.

Gostaria que fosse registrado, Sr. Presidente, e já conversei com a assessoria sobre isso, tendo em vista a necessidade de fazer esse pronunciamento hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de concedermos a palavra ao próximo orador inscrito, solicitamos aos Srs. Congressistas que venham ao plenário para darmos início à Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, esta sessão do Congresso tem por finalidade votar o PPA, o Plano Plurianual.

No Brasil, o Orçamento tem-se caracterizado por ser uma peça de ficção, tendo apenas uma finalidade formal, que é poder o Governo, em qualquer esfera, dizer que está gastando de acordo com a lei.

No entanto, o fato de o Orçamento não ser impositivo cria inúmeros problemas, como o ocorrido recentemente com o contingenciamento, feito pelo Governo Federal, das emendas parlamentares. A cada instante, durante o ano, o Governo acaba conseguindo modificar o Orçamento nesta Casa, e o Executivo, na verdade, gasta os recursos da forma que quer.

E o Parlamento, que deveria ter por função principal discutir o Orçamento, acaba sendo apenas aquele que convalida formalmente a ação do Executivo, favorecendo a prestação de contas feita ao Tribunal de Contas ou ao próprio Legislativo.

Nós discutimos o Plano Plurianual, hoje, numa situação particularmente importante. O País vive um momento difícil. Existem movimentos sociais – insisto em dizer que são sociais – em todo o Brasil e também protestos dos servidores públicos. Os servidores, há seis ou sete anos, de forma genérica, não recebem aumento. Embora algumas categorias especificamente tenham tido aumento, a maioria não recebeu aumento algum nestes últimos sete anos. Os servidores são a própria alma do Poder Executivo ou do Poder Público, pois são eles que prestam serviços à população, de uma forma ou de outra, nas áreas de saúde, educação e assistência social. E prestam esse tipo de serviço a que tipo de população? À população mais pobre, porque os mais ricos não dependem, por exemplo, do setor público para o cuidado à sua saúde.

Está aí o nobre Deputado Eni Voltolini, que era Secretário da Saúde do meu estado e está de volta a esta Casa, que sabe que a população mais rica recorre aos planos de saúde. A mesma coisa acontece na área da educação, pois os mais ricos estudam em escolas particulares. O servidor público é aquele que presta assistência à população mais pobre. Assim, os mais pobres precisam que o serviço público funcione bem.

O Governo insiste na tese de não dar aumento aos servidores. Mais do que isso, insiste na tese de nem conversar com os servidores públicos. Como um País pobre como o Brasil pode carecer de um serviço público bom, de uma prestação de serviço público adequada? Com servidores descontentes, não há prestação de serviço público adequada. Por isso, o Governo poderia, no mínimo, chamar os servidores para discutir a questão. É preciso conversar e encontrar alternativas para solucionar o impasse. A população brasileira não pode, de forma nenhuma, continuar a ver isso acontecendo, tendo fragilizada a sua possibilidade de acesso a esse serviço. Insistimos nessa tese.

Hoje, neste plenário, vamos discutir o PPA. As Oposições tendem a obstruir o PPA e, quem sabe, a LDO, porque querem utilizar essa arma do Governo – o Orçamento – para discutir, nesse mesmo Orçamento, nessa mesma LDO, os planos e objetivos do Governo para os servidores nos próximos anos. É isso que precisamos discutir aqui neste instante.

Sabemos que no PPA, que no Orçamento da União e na LDO está colocada a política econômica do Governo, uma política econômica neoliberal. Por mais que o Governo e o próprio Presidente insistam em dizer que não podemos falar em neoliberalismo, que isso é coisa do passado, quero lembrar o historiador Eric Hobsbawn, que diz que quem insiste em dizer que a esquerda e a direita não existem mais ou que o neoliberalismo é apenas uma ficção são os da direita, porque a esquerda sabe que há uma divisão clara e que a política neoliberal é que está liquidando o País.

Precisamos reformular isso, e o momento apropriado é aquele em que decidimos como vamos investir os recursos, exatamente por ocasião da votação do Plano Plurianual e da LDO.

Por isso, vamos insistir em rediscutir e, possivelmente, vamos obstruir o PPA para, de uma forma ou de outra, pressionar o Governo a vir para a mesa de negociações para, pelo menos, falar. A democracia pressupõe, no mínimo, o diálogo. Não podemos viver em um mundo de surdos, onde o Governo faz de conta que não existe nada e insiste na tese de que a inquietação do País é uma inquietação política e político-partidária. A inquietação é social, e o Governo é responsável por isso. O Brasil é um país grande, mas, infelizmente, tem um Governo, no mínimo, incompetente, porque, em seis anos, não conseguimos ver as políticas públicas avançarem nada neste País.

Muito obrigado.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco/PTB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco/PTB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

quero pedir a V. Exª que considere o meu pronunciamento como lido. Eu pretendia discorrer sobre a produção de algodão no meu estado, o Mato Grosso, que hoje, indiscutivelmente, representa 50% da produção nacional. O Brasil talvez tenha sido um dos maiores produtores de algodão do mundo e hoje é um importador. Mato Grosso poderá ser a grande solução para a produção de algodão. Portanto, Mato Grosso, com as suas terras férteis, seu solo bom e seu clima excepcional, apresenta-se ao Brasil como solução para a produção do algodão, buscando resolver o grande problema nacional, fazer divisas para o País e, conseqüentemente, gerar emprego e renda para o povo mato-grossense e brasileiro.

Portanto, pediria a V. Exª para apresentar o meu pronunciamento à Mesa, já que não houve tempo hábil para proferi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Peço a V. Exª que entregue o discurso à Mesa. V. Exª será atendido, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco/PTB – MT) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – A Presidência reitera a solicitação aos Srs. Congressistas para que venham ao plenário, a fim de iniciarmos a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Regis Cavalcante.

**O SR. REGIS CAVALCANTE** (PPS – AL. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, é inteiramente normal em todos os Parlamentos do mundo o instituto da obstrução durante o processo de discussão das matérias que aguardam votação pelos Parlamentares. É fundamental até que isso aconteça em momento importante como este que estamos vivendo na sessão de hoje: a posição das Oposições, de obstrução, para a cobrança de ações do Governo, o qual não se sensibiliza para a tomada de posições efetivas e concretas em questões que se prolongam neste País e que, a cada momento, preocupam o cidadão, até porque está em jogo também o processo do serviço público diretamente ligado àqueles que estão na ponta, precisando, sim, de um serviço público eficiente e eficaz, que atenda aos interesses imediatos da população.

Há necessidade de o Governo reabrir o diálogo com o conjunto dos servidores públicos federais neste País. Urge uma tomada de iniciativa do Governo para que o diálogo, em uma sociedade em que lutamos para que haja a radicalidade democrática, seja efetivamente a prática de todos os setores, principalmente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, a prática de quem está no poder pelo voto popular.

Portanto, a posição do Presidente da República em não receber, em não discutir com o conjunto dos servidores públicos federais, coloca em cheque a democratização das ações do Governo neste País. É fundamental que, neste momento, se reabra a discussão. E o instrumento que a Oposição tem neste momento para forçar isso é a obstrução do encaminhamento de uma matéria fundamental para o País, que é o Plano Plurianual.

E precisamos chegar ao momento em que o Plano Plurianual seja discutido não só no Parlamento, mas com toda a sociedade, porque em um País onde há 52 milhões de habitantes na mais profunda miséria é fundamental que o PPA seja discutido com os que têm os seus interesses imediatos em jogo, com os que estão afastados do processo de encaminhamento do modelo econômico pela globalização, ou seja, uma significativa parcela da sociedade brasileira.

Portanto, neste momento, a discussão do PPA deveria ser cada vez mais democratizada, reunindo os mecanismos da democracia participativa, para que cada cidadão deste País esteja cada vez mais bem informado sobre que eixos pretendemos construir para o desenvolvimento e que mecanismos poderíamos adotar para superar as dificuldades, que são grandes, profundas, e há décadas perduram no Brasil.

É certo que temos apenas 20 anos de democracia, o que é muito pouco para um País como o Brasil, que tem 500 anos de existência, mas é necessário que a sociedade procure buscar cada vez mais, em cada etapa da vida nacional, a superação e a introdução desses mecanismos de participação popular.

E o PPA é fundamental para que se inicie essa discussão. E que ela não se limite apenas ao próprio Congresso, mas que seja popularizada, que conte com a participação da sociedade brasileira, no momento em que se discute situações como a dos servidores públicos federais, que não retrata uma visão corporativista, mas uma discussão profunda dos que estão em centros de excelência, de pesquisa, nas universidades brasileiras, necessitando de um reajuste e de uma reestruturação de suas carreiras de prestadores de serviços relevantes para o País.

Por isso, Sr. Presidente, é importante que a sociedade brasileira discuta eficazmente o PPA, mas também é importante que discuta um serviço público eficiente, voltado para aqueles que sentem a necessida-

de de serem reconhecidos como prestadores de serviço do País, como, por exemplo, os professores universitários brasileiros e pesquisadores.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que, neste momento, é necessária a reflexão por parte daqueles que estão nesta Casa formando a bancada de sustentação do Governo, para que tomem iniciativas para restabelecer o diálogo com esse setor importante da nossa sociedade.

Muito obrigado.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (Bloco/PCdoB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (Bloco/PCdoB – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de solicitar o registro nos Anais do Congresso Nacional do pronunciamento sobre os 50 anos de falecimento da Drª Alice Tibiriçá, uma mulher dedicada, corajosa, médica, que se dedicou ao povo sofrido, à luta contra a hanseníase e também pelo direito da mulher.

Gostaria de deixar registrado, nos Anais do Congresso Nacional, o dia 8 de junho, que marca os 50 anos de falecimento da Drª Alice Tibiriçá.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Solicito que V. Exª encaminhe o discurso à Mesa e V. Exª será atendida, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. ALOÍZIO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE**(Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Deputado Aloízio Santos, pela ordem.

**O SR. ALOÍZIO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo encaminhar dois pronunciamentos, um sobre o monitoramento do ar na grande Vitória, especialmente em Cariacica, Espírito Santo, e outro sobre a redução da mortalidade infantil no Espírito Santo.

Pediria a V. Exª que os considerasse como lidos e que eles tivessem a divulgação necessária.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, estamos vendo no Paraná a greve dos professores, bem como, em Brasília e em vários pontos do País, greve dos servidores, seja federais seja estaduais. Mas o que chama a atenção é que, ao longo da greve dos professores do Paraná, várias denúncias têm acontecido. E uma delas diz respeito a 117 cargos que já foram extintos há pelo menos dez anos e para os quais, recentemente, há um ano e meio, foram, por decreto do Governador e da Secretária de Educação, nomeados apaniguados políticos, em especial políticos que detiveram mandato e que hoje, sem mandato, procuram encostar-se em um cargo da Secretaria de Educação do Paraná. Então, a preocupação é muito grande, porque essas denúncias demonstram claramente o desapego, o desapreço do Governo paranaense com a legalidade, com tudo aquilo que diz respeito à ética no exercício do cargo público.

Mas, Sr. Presidente, os professores da rede de ensino estadual do Paraná permanecem em greve. Reivindicam um aumento salarial de 41,14%, que não representa, de forma alguma, aumento real e nem mesmo excessivo, pois que, assim comprova o Dieese, esse é o índice da inflação acumulada de agosto de 1995 a fevereiro de 2000.

Causa espécie que o Governo do Estado do Paraná não queira demonstrar para com os professores a mesma sensibilidade que dedica a alguns poucos apaniguados que, dentro e fora do Governo, deitam e rolam com os recursos públicos.

Ninguém faz greve pela greve. E essa constatação é mais válida ainda quando se trata de uma categoria que tem em suas mãos os destinos da infância e da juventude de um estado que, até recentemente, poderia ser considerado padrão em termos de educação pública. Ao contrário, assiste-se, no Paraná, ao sucateamento brutal da escola do estado, contra o que esses mesmos professores protestam, um protesto que, aliás, é uma das razões básicas do movimento grevista.

Na verdade, fingindo modernizar a área de ensino público, o Governo do Paraná inventou um "Paraná Educação" que nada mais é do que uma maneira sub-reptícia de liquidar com esse ensino, privatizando-o ao máximo, liquidando, na prática, a carreira do magistério, tendo como resultado entregar a população paranaense à ganância das escolas particulares, entidades que, em sua essência, não passam de casas comerciais, e cujos proprietários, portanto, como qualquer comerciante, visam exclusivamente ao lucro fácil, imediato e gordo.

Está mais do que visível que o Governador do Estado, com esse comportamento malsão, reflete por inteiro o comportamento do Governo Federal – Governo a que oferece descarado apoio –, que deixa seus servidores pelo sexto ano seguido sem aumento, por mínimo que seja.

Alegam, tanto os que têm as chaves do cofre do Erário federal como do estadual, que há carência de recursos, arrecadação deficiente, gastos excessivos com pessoal e coisas tais, que já nos cansamos de ouvir e repudiar de pronto, pois que tais alegações não têm sustentação fática.

No caso específico do Paraná, o Sr. Governador alega que os professores já teriam recebido um sem-número de aumentos e vantagens, não lhes cabendo mais nada. E, é claro, insiste na tese de carência de recursos. A assessoria sindical dos professores, no entanto, nega esses dados. E mostra que, por exemplo, somente no primeiro quadrimestre deste ano, a arrecadação do ICMS – a mais importante verba tributária do estado – cresceu em 25%, havendo, por isso, incremento de 10% na receita corrente líquida. E esses 10%, vale observar, já suficientes por si para enfrentar o acréscimo de gastos como o aumento pleiteado pelo professorado paranaense, ainda estão aquém da expectativa de aumento da receita geral, expectativa que, neste ano, caminha pela faixa dos 20 a 25%.

Não há porque insistir na ausência de diálogo, sem verificar que, de parte dos professores, há o afã generalizado de conseguir salários mais expressivos ao mesmo tempo em que defendem a escola pública como uma das instituições mais importantes para a concretização da cidadania e, juntamente com ela, da democracia.

Que o Governador de meu estado desça, de logo, de sua torre de marfim e dê início a um diálogo que leve ao fim da greve e a melhores conquistas para os professores da rede pública de ensino do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a **Gazeta Mercantil** traz uma desinformação ao Brasil, pois afirma que iremos votar hoje o PPA, que traz, como proposta do Governo, investimentos da ordem de R$1 trilhão.

Sr. Presidente, até a **Gazeta Mercantil**, em sua primeira página, publica uma desinformação grotesca, a exemplo do que fez o Presidente da República, quando apresentou à Nação um Plano Plurianual e passou a impressão de que haveria investimentos de R$1 trilhão nos próximos quatro anos, de 2000 a 2003. Ora, essa é uma desinformação grotesca e agressiva!

Sr. Presidente, o que está embutido no PPA é a intenção de gastos do Governo com ações continuadas diversas, com custeio, com pessoal. Só não estão inclusos precatórios e juros. O restante está embutido para esses quatro anos de aplicação dos recursos públicos. Na verdade, para investimentos com recursos públicos, há apenas R$47 bilhões. Esse valor, desdobrado em quatro anos, dá uma média de R$12 bilhões por ano. E foi assim que o Congresso Nacional atuou, quando aprovou o Orçamento que previa investimentos para este ano da ordem de R$12 bilhões aproximadamente. Agora, o Governo faz um corte em alguns ministérios – parece carta marcada, sem critério algum – de R$7,5 bilhões, tendo como alvo as emendas de Parlamentares e das bancadas de Parlamentares, emendas pelas quais o Congresso Nacional tentava aprimorar e corrigir distorções daquela peça esdrúxula e desavergonhada apresentada pelo Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar que já não se pode mais acreditar nem mesmo na imprensa, e numa imprensa especializada, como é o caso da **Gazeta Mercantil**.

Sr. Presidente, vamos ainda falar no PPA e o porquê de o PDT estar votando contra esse Plano. Vamos encaminhar à Mesa o nosso voto em separado, contrário à aprovação do PPA, e as razões que nos levam a essa posição.

No entanto, ainda quero fazer uma análise do Orçamento deste ano, que é parte desse PPA. Sr. Presidente, não é feita a previsão de gastos com juros no PPA. Mas veja V. Exª que o pagamento de juros, em 1994, foi de R$9 bilhões. Este ano, seis anos depois, está previsto o pagamento de R$100 bilhões. Sr. Presidente, o aumento foi de R$9 bilhões para R$100 bilhões. E o Governo corta os investimentos, passando de R$12 bilhões para R$5,5 bilhões, no máximo.

Senador Gilberto Mestrinho, V. Exª presidiu a Comissão de Orçamento com fidalguia, com gentileza para com todos, indistintamente, fosse Oposição ou Governo, sendo rigoroso na vontade e na determinação de ver o Orçamento aprovado. V. Exª deve ter ficado assustado com os debates, pois levantávamos muitas dificuldades e havia a briga dos Parlamentares do Nordeste, do Sul, do Sudeste e do Norte para direcionar mais recursos para os seus esta-

dos. E, agora, o Governo corta esses recursos, mas não os juros. Aprovamos juros de R$78 bilhões, numa projeção que o Governo fazia de os juros médios anuais serem de 13% – em janeiro, 15,5%; em dezembro, 11%; a média seria 13,4%. E isso não está ocorrendo porque estávamos em 19,5% e caímos para 19%. Esses juros estão sendo praticados no País, elevando para R$100 bilhões o pagamento de juros. Essa sangria não conserta o Brasil.

Li em matéria da **Gazeta Mercantil** o argumento de que o País precisa criar uma fórmula para melhorar a distribuição de renda nacional. Porém, não se melhorará a distribuição de renda no Brasil ou em qualquer outro país, enquanto se concentrar o repasse do sangue e do esforço fiscal de todos nós na mão de quem apenas especula. É a especulação que prepondera...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª continua com a palavra.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, titular do Congresso Nacional, com a chegada de V. Exª, com certeza, os debates se acirrarão um pouco mais.

Estava dizendo que o Governo fez aquele estardalhaço, falando em R$1 trilhão, que resultou em um bate boca entre líderes do Congresso Nacional, para escolha do Relator. A relatoria caiu na mão de um homem sério, decente, que é o Deputado Renato Vianna, que também pôde administrar apenas, para investimentos, pouco mais de R$40 bilhões e nada de R$1 trilhão.

Concluo dizendo que não haverá distribuição de renda neste País, porque não há como executá-la. Os juros saíram de R$9 bilhões, em 1994, para R$100 bilhões neste ano, caindo a capacidade de investimento do Governo. Aprovamos R$10 bilhões, mas, na verdade, aplicam-se apenas R$4,5 bilhões, e este ano, aproximadamente, R$12 bilhões. O Governo deixou livre apenas R$5,7 bilhões que, com certeza, não será aplicado.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a nossa posição.

*Durante o discurso do Sr. Giovanni Queiroz, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

**Item 1:**

**PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1999-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, que "dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003" tendo

– Parecer nº 14, de 2000-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela apresentação de substitutivo (Mensagem nº 839/99-CN – nº 1.265/99, na origem).

Ao projeto foram apresentadas duas mil, novecentas e sessenta e uma emendas. A Comissão de Plano de Orçamento e Fiscalização, em seu Parecer nº 14, de 2000-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo.

O parecer está publicado no **Diário do Congresso Nacional** do dia 6 do corrente mês, distribuído aos Srs. Congressistas.

Há o adendo do relator sobre o parecer, que também foi distribuído aos Srs. Congressistas.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – É sobre o assunto?

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Não, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma consulta a V. Exª Normalmente, no mínimo, dois senadores têm a palavra para breves comunicações. Apesar de ser o segundo Senador inscrito, apenas o Senador Eduardo Suplicy teve a palavra.

**O SR. PRESIDENTE**(Antonio Carlos Magalhães) – Perdoe-me, V. Exª, mas isso ocorre apenas durante votação e discussão. Mas, nessa parte da sessão, não há esse privilégio.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Mas fui informado pela Secretaria-Geral da Mesa, em sessões anteriores, de que...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Se V. Exª estivesse inscrito, poderia falar. Nesse caso, é ordem de inscrição e lamento não poder atender V. Exª O Senador Eduardo Suplicy teve a palavra porque o Deputado José Genoíno cedeu-lhe sua vez.

Estamos em discussão. Se V. Exª quiser discutir a matéria, terá a palavra.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro, pela ordem.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento. Foi apresentada uma proposta de iniciarmos a discussão. Queria indagar de V. Exª se é possível que não a encerremos, permitindo que...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Será encerrada a discussão e a votação ficará adiada, tendo em vista o acordo feito pelos Líderes, que, na ocasião, encaminharão a votação. Mas, nesta sessão de hoje, será encerrada a discussão.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – A intenção de V. Exª é que na sessão de hoje encerremos a discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Encerraremos a discussão, entretanto, a votação fica adiada para data a ser combinada com V. Exªs

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra o nobre Relator Renato Vianna.

**O SR. RENATO VIANNA** (Bloco/PMDB – SC. Como relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, assomo a tribuna nesta manhã para apresentar considerações sobre o PPA 2000/2003, cujo relatório-geral foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento. De acordo com as publicações previamente distribuídas e colocadas para conhecimento, discussão, debate e aperfeiçoamento desta Casa, vou, de forma sintética, fazer um relatório das nossas atividades na Relatoria-Geral.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que fui honrado pelo meu Partido, PMDB, com a designação pelo Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, para responder pela Relatoria-Geral do Projeto de Lei do Plano Plurianual 19/1999 no Congresso Nacional. Por decisão soberana da Comissão Mista de Orçamento, inverteu-se a ordem natural de votação das matérias orçamentárias, priorizando-se, até por ordem cronológica, a discussão e a votação do Projeto de Lei nº 20, de 1999, que contém a proposta orçamentária do ano 2000, ao invés do Projeto de Lei nº 19, de 1999, que dispõe sobre o Plano Plurianual.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, a compatibilização necessária dos programas e ações discutidas e aprovadas no Projeto de Lei Orçamentária 2000 exigiram nossa presença em contatos permanentes com as relatorias setoriais, lideranças e autoridades governamentais, haja vista que o Orçamento seria aprovado previamente e que o PPA, por conseguinte, deveria a ele se adequar. Adotamos, pela primeira vez, neste Congresso, uma ampla e democrática discussão sobre o Plano Plurianual, arrastando também, de forma inovadora, uma discussão mais próxima à sociedade brasileira da Lei Orçamentária 2000. A convite de lideranças empresariais, de reitores de universidades, de governantes, de organizações não-governamentais, de parlamentares, de senadores, de deputados federais e estaduais, de prefeitos e vereadores, percorremos quase todas as 27 Unidades da Federação. Fizemo-nos presentes, sempre que possível, até vencendo as dificuldades temporais, em cada região deste País. Percorremos do Rio Grande do Sul até Roraima. Estivemos no Sudeste e no Centro-Oeste discutindo com as lideranças oficiais e privadas os melhores investimentos para este País. Sentimos as dificuldades que tem o Parlamentar de, pela primeira vez, aceitar uma nova estratégia de desenvolvimento sustentável para este País, baseado em diretrizes que, estrategicamente, buscam assegurar o desenvolvimento sustentável do Brasil para os próximos quatro anos, mas seguramente com reflexo para os anos 2007 e 2008.

E, assim sendo, o Governo, de forma também inovadora, contratou uma empresa especializada em planejamento estratégico, vencedora de uma licitação internacional que, conjuntamente com técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, com técnicos do Ministério do Interior, com técnicos e com o próprio Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, conceberam, pela primeira vez, um programa de desenvolvimento estratégico e sustentável para o País. Certamente que este programa, de longo prazo, programa de duração continuada para os próximos quatro anos – 2003 –, foi concebido em cima de cinco agendas, a principal delas, a Agenda de Desenvolvimento e Integração Nacional dos eixos concebidos estrategicamente para o Brasil: o eixo Arco Norte, o eixo Madeira-Amazonas, o eixo transnordestino, o eixo do rio São Francisco, o eixo da rede Sudeste, o eixo Sudoeste, o eixo Oeste e o eixo do Sul, sem contudo perder também a visão tradicional

da divisão deste País em cinco grandes regiões: Norte, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul.

Assim, Srªs e Srs. Parlamentares, como disse, pela primeira vez se procurou interiorizar os programas e as ações para investimentos, de médio e longo prazos, no País, no sentido de, mediante uma radiografia nacional dos problemas, das carências regionais, buscar a concentração de programas nacionais de grande repercussão social, ao lado dos grandes investimentos em infra-estrutura. Citaria, como exemplo, a Ferronorte, construída a partir de São Paulo, ultrapassando os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e chegando ao Araguaia; a hidrovia do Tocantins–Araguaia, que se confunde com o próprio eixo de desenvolvimento estratégico do País; o semi-árido nordestino, onde estivemos por duas vezes conversando com os governadores de Estado, sobrevoando e discutindo o problema da transposição das águas do rio São Francisco, a jusante da barragem de Sobradinho, de Xingó, de Itaparica, de Paulo Afonso e a montante dessas barragens, procurando recolher as sugestões de todos os habitantes mais sofridos do recôndito sertão nordestino. Em Poço Redondo, na região do semi-árido de Sergipe, obtivemos dados assustadores da ONU: de cada 1.000 crianças, 96 morrem antes de atingirem um ano de idade.

Foi esse retrato das disparidades regionais, das desigualdades sociais tão acentuadas em nosso País que levou com que, pela primeira vez, e, repito, de forma inovadora, se encaminhasse a esta Casa não um plano de desenvolvimento sustentado vinculado a Ministérios, mas 365 programas com gerentes, para que a sociedade brasileira, por seus representantes nesta Casa do Congresso Nacional, senadores e deputados, governadores, pudessem acompanhar, com visibilidade e transparência, o procedimento, a condução, os avanços e, pelos cronogramas físicos e financeiros preestabelecidos, o sucesso ou as deficiências de cada um desses programas concebidos com gerentes, com nome, com endereço certo, desvinculado pela primeira vez de Ministérios, mas vinculado às áreas temáticas concebidas no momento da apreciação inicial do PPA.

Dentro do critério de representatividade político-partidária, os Partidos indicaram para as dez áreas temáticas seus respectivos representantes; e esses Parlamentares, que desempenharam a função de relatores setoriais, ajudaram-nos sobremaneira na apreciação das emendas apresentadas, em um trabalho necessário de aperfeiçoamento no Congresso Nacional.

Creio que a discussão a respeito do PPA deveria ter sido mais calorosa, mais candente. Nós, Parlamentares, talvez ainda estejamos muito presos ao interesse imediatista de discutirmos as nossas emendas nos projetos orçamentários anuais, em vez de discutirmos o projeto de desenvolvimento do Brasil para os próximos quatro anos.

Faz-se necessária a interiorização dessas ações e a concentração, acima de tudo, em programas de grande repercussão nacional, como, por exemplo, os Programas Saúde da Família, Médico de Família e a ação comunitária Agente Júnior de Saúde, que têm revertido, por meio de ações preventivas, os índices de doença e ajudado no saneamento e na prevenção de moléstias neste País.

Há também um programa de qualidade, o Escola para Todos, que tem embutido, no conjunto de suas ações, o Programa de Renda Mínima, que esta Casa discute, por meio da criação de um fundo para, se não erradicar, diminuir acentuadamente a miséria, revertendo esse quadro mais cruel da fome e da miséria neste País.

Pude sentir, Sr. Presidente, os reflexos dessas ações apresentadas, eu diria, para a discussão do Congresso, para o aperfeiçoamento desta Casa e da sociedade brasileira, que, na maioria das vezes, se confundem com os programas finalísticos, ou seja, aqueles que atendem diretamente às demandas da sociedade.

Por isso, senti-me honrado e privilegiado de ter ao meu lado não apenas, no critério de representação popular, relatores de todos os partidos políticos e de todas as regiões deste País, mas, acima de tudo, de ter contado com o apoio diuturno, permanente, do Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho. Com a sua lhaneza no trato e com a sua experiência nesta Casa e no Governo do Amazonas, S. Exª pôde nos estimular a todo momento para que pudéssemos hoje, com esforço – claro que com defeitos, com falhas –, por meio de um diálogo permanente e democrático, não aqui enganar a sociedade brasileira, dizendo que os recursos do PPA, que perfazem um total de 1 trilhão, 113 bilhões, 223 milhões são todos destinados a investimentos neste País. Na verdade, desses recursos que compõem o PPA de 2000/2003, apenas R$741 bilhões são compostos pelo orçamento da seguridade e pelo orçamento fiscal; desses, R$690 bilhões são destinados a dispêndio, despesas com pessoal, aposentadorias, Previdência, juros da dívida e transferência de fundos aos Estados e Municípios; e R$117 bilhões são investimentos das nossas

empresas estatais, que cumprem o preceito constitucional, como parceiras, às vezes, nos investimentos de infra-estrutura na área da integração e no desenvolvimento social.

Com R$115 bilhões, de acordo com o art. 74 da nossa Constituição, buscou-se a parceria com Estados e Municípios, mas também com a iniciativa privada – a iniciativa privada tem nesse montante uma participação de R$115 bilhões.

Os organismos financeiros, como o BNDS, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e outros bancos de fomento, têm uma participação de R$96 bilhões. Os fundos constitucionais, como o FAT, o Fundo de Garantia e outros, têm R$32 bilhões, onde também se estabeleceu uma renúncia fiscal de R$9 bilhões, chegando ao total de R$1.113.223 milhões.

Entretanto, certamente levamos em consideração o cenário macroeconômico no momento do encaminhamento do PPA e da própria LDO, seguindo o preceito constitucional no início de agosto. O cenário macroeconômico nos leva, sem dúvida nenhuma, num exercício de memória e de raciocínio, a dizer que, a permanecer esse quadro, é perfeitamente factível que esses investimentos, da ordem – que acrescemos – de R$23 bilhões, mas que totalizam em torno de R$87 a R$100 bilhões, possam realmente ser aplicados ao longo desses quatro anos. Por isso, no cenário macroeconômico, prevê-se uma inflação para este ano de 6,07%, com um crescimento do PIB de 4%.

Quando o programa, a LDO e a Lei Orçamentária 2000 foram encaminhados ao Congresso Nacional, o dólar se mantinha, com relação ao real, no patamar de U$1.80; patamar ainda mantido com um pequeno acréscimo, fazendo crer que realmente o cenário econômico nos ajuda a tornar real o plano e os investimentos contidos no PPA. Apenas os juros – e, desta tribuna, o Deputado Giovanni Queiroz se manifestava –, estavam num viés de baixa, é verdade. Mas, quando encaminhado ao Congresso Nacional, previa-se realmente que os juros nominais anuais para este ano seriam da ordem de 13,4%. Estamos num viés de baixa de 19 para 18,5, mas acreditamos que, certamente, por intermédio da queda dos juros, se não atingirmos os 13,4% mas nos aproximarmos desse número, poderemos assegurar o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável, principalmente na área social.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu diria que, ao final, o nosso parecer, o substitutivo apresentado, procurou coadunar-se com os princípios que regem um programa dessa natureza, sem transformar o PPA em um grande Orçamento, indo para o varejo da localização de emendas. O próprio Governo, no seu encaminhamento, feriu esse princípio, que é justamente o dos macroobjetivos, das diretrizes estratégicas de desenvolvimento para este País ao longo dos anos.

Por isso, no nosso parecer, preferimos adotar o critério do adensamento da agregação das emendas, e não tratar desigualmente o Congresso e o Executivo; mas agregar de forma geral aquilo que a lei, o nosso Regimento e as normas do Orçamento recriminam como subtítulos e que não podem figurar num programa de longo alcance, como é o PPA 2000/2003.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exª, quero agradecer aos Líderes dos partidos, quero agradecer aos Parlamentares de todos os partidos pela colaboração, pelo descortino que tiveram neste momento, apesar das divergências. O Congresso tem um papel fundamental não apenas no controle da fiscalização das obras e dos investimentos do Poder Executivo, mas muito mais: o Congresso tem o dever de, a partir deste instante, realizar um amplo debate sobre os futuros programas plurianuais.

Certamente que, ao acrescermos aos 365 programas, com a aprovação já na LDO 2000, a criação de 14 mesorregiões diferenciadas, procuramos também definir espacialmente os bolsões de miséria neste País: do Alto Solimões; da Chapada do Araripe; do Jequitinhonha, de Mucuri; do Vale da Ribeira, em São Paulo; da região canavieira, no Nordeste; no Sul, a metade do Rio Grande do Sul; na fronteira, na grande fronteira do Mercosul; no noroeste do Rio Grande; no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, de acordo com os indicadores que nos foram fornecidos, indicadores socioeconômicos do IDH, que acusam o índice de desenvolvimento econômico levado em consideração para chegarmos à conclusão do índice de mortalidade infantil, da expectativa de vida, da renda per capita, enfim, do desenvolvimento integrado e das desigualdades sociais de cada região.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, estamos de acordo com o pronunciamento feito pelo nobre Deputado Virgílio Guimarães, Sub-Relator da área temática da Educação, Ciência e Tecnologia, segundo o qual cabe ao Executivo, por meio de lei específica, aprimorar o conjunto de ações que forma cada um desses programas. Não teremos resistência se fizermos uma ampliação de acordo com os indicadores e os critérios preestabelecidos, para que não se criem, aleatoriamente, regiões ou bolsões de miséria

neste País. Se nos mantivermos de acordo com os indicadores seguidos, hoje, por institutos nacionais sérios, como o IDH, poderemos definir espacialmente os bolsões de miséria e fazer com que para eles, principalmente, possam convergir todos os grandes programas de repercussão nacional, como o Pronaf, o Renda Mínima, o Escola de Qualidade Para Todos, o Saúde da Família, o Saneamento Básico, o Saneamento é Vida, o Morar Melhor e o Nosso Bairro, a fim de que possamos procurar a redenção do Brasil por intermédio de investimentos que atinjam a massa da população brasileira.

Sr. Presidente, ao finalizar meu pronunciamento, quero colocar em discussão e votação o nosso Substitutivo ao Projeto de Lei nE 19/1999, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos Anexos I e II.

Parágrafo único. O Anexo III, que acompanha esta lei, sem caráter normativo, contém as informações complementares relativas aos valores referenciais dos subtítulos das ações vinculadas aos programas nelas relacionados.

Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de quarenta e cinco dias, ajustará as metas aos valores aprovados pelo Congresso Nacional para cada ação.

Art. 3º As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 4º As prioridades e metas para o ano 2000, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, estão contidas na programação orçamentária da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.

Art. 5º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico, observado o disposto no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. O projeto conterá, no mínimo, na hipótese de:

I – A inclusão de programa:

**a)** diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

**b)** indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.

II – Alteração ou exclusão de programa, exposição das razões que motivaram a proposta.

Art. 6º – O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de abril de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual.

§ 1º O relatório conterá, no mínimo:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e observados;

II – demonstrativo, por programa e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, distinguindo-se as fontes de recursos oriundas:

**a)** do orçamento fiscal e da seguridade social;

**b)** do orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

**c)** das demais fontes.

III – demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior comparado com o índice final previsto;

IV – avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos por cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

§ 2º Para fins do acompanhamento e da fiscalização orçamentária a que se refere o art. 166, § 1º, Inciso II, da Constituição Federal, será assegurado ao órgão responsável o acesso irrestrito, para fins de consulta, ao Sistema de Informações Gerenciais e de

Planejamento do Plano Plurianual – SIGPLAN – ou ao que vier substituí-lo.

Art.7º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, quando envolverem recursos dos Orçamentos da União, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – efetuar a alteração de indicadores de programas;

II – incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam recursos dos orçamentos da União.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas. estou, finalmente, ao término do nosso trabalho, para compatibilizar erros, falhas, inclusive de natureza material, apresentando uma errata, que coloco também à discussão e à apreciação deste Plenário.

Apresentamos adendo ao Relatório Final, aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Plano Plurianual 2000/2003, com a finalidade de corrigir erros materiais no volume II, identificados após a emissão dos avulsos:

Página 12022.

Transferir a ação 6.353 – "Educação Profissional do Menor" do Programa 0047 "Educação de Jovens e Adultos", para o Programa 0044, "Desenvolvimento da Educação Profissional".

Página 12757.

A ação 5.696 "Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural", do Programa 0351 – "Agricultura Familiar – PRONAF". Modificar o produto de: "Cooperativa assistida" para "Entidade assistida".

Página 12808.

A ação 2.071 do Programa 466 – "Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA". Modificar o tipo de "O" para "A".

Página 12873.

Transferir a ação 5.635 "Estudos e Projetos para a construção do metrô de superfície da área metropolitana de Belém", do Programa 0237, "Corredor Araguaia–Tocantins", para o Programa 0222, "Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros".

Página 12872.

Transferir a ação 9.506, "Construção de Terminal Portuário para a base de Alcântara – MA", do Programa 0237, "Corredor Araguaia–Tocantins", para o Programa 0464, "Nacional de Atividades Espaciais – PNAE".

Página 12975.

Transferir a ação 6.118, "Estudos na área de Tecnologia industrial de calçados", do Programa 0412, "Desenvolvimento do Setor Exportador", para o Programa 0463, "Inovação para competitividade".

Página 13349.

Inclua-se o seguinte objetivo no Programa 0810 "PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-HABITAT".

Objetivo: "Apoiar o esforço de modernização do setor da construção e da gestão urbana, por meio da melhoria de qualidade e aumento da produtividade, com vistas ao aumento da competitividade, como forma de ampliar a eficiência da construção habitacional, do saneamento e serviços de transporte urbano, reduzindo custos de manutenção das edificações, fornecimento de água, e otimizando os serviços de transportes urbanos".

Página 13186.

Inclua-se o seguinte objetivo no Programa 0805 "INFRA-ESTRUTURA URBANA".

Objetivo: "Apoiar os municípios na adequação e complementação de sua infra-estrutura urbana, sobretudo pela implantação e redimensionamento de seus equipamentos urbanos básicos".

Página 13479.

No Programa 0289 – "TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL", na ação 7.221, onde se lê "Implantação de Poliduto Betim–Governador Valadares (MG) de 284 Km", leia-se "Estudos para Implantação de Poliduto Betim – Governador Valadares (MG) de 284 Km".

Página 13474.

Na ação 7.210 do Programa 0289 – "TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL", modificar o tipo de "P" para "O".

Página 13493.

Transferir a ação 7.917 "Ampliação do Aeroporto João Suassuna em Campina Grande – PB", do Programa 0423 "TURISMO NO NORDESTE", para o Programa 0631 – "DESENVOLVIMENTO DE ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA".

Página 13489.

Transferir a ação 7.485 "Preservação do Parque Ecológico e Hidrotérmico – em Águas de São Pedro, do Programa 0165 "TURISMO CULTURAL", para o Programa 0499 – "PARQUES DO BRASIL".

Página 13499.

A ação 7.093 "Financiamento de projetos de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, do Programa 0500 – "TURISMO VERDE", modificar o tipo de "P" para "O".

Página 13348.

Incluir o seguinte título na ação 7.701 do Programa 0009 – "PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM": Ação 7.701 "Normas, procedimentos e diretrizes sobre certificação de competências laborais para auxiliares de enfermagem".

Página 13378.

No Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS", na ação 3.394, onde se lê "Implantação de prédio para serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento", leia-se "Implantação de prédio para serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.".

Página 13378.

No Programa 0004 – "QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS", na ação 3.392, onde se lê "Implantação do prédio da lavanderia", leia-se "Implantação do prédio da lavanderia do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.".

Página 13379.

No Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS" na ação 3.377, onde se lê "Implantação do prédio do almoxarifado", leia-se "Implantação do prédio do almoxarifado do Hospital Femina".

Página 13379.

Excluir as seguintes ações do Programa 0004 – "QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS": Ações nºs 3.917, 3.863 e 3.865.

Página 13380.

No Programa 0004 – "QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS", na ação 4.440, onde se lê "Manutenção da Unidade de Internação – Pediatria", leia-se "Manutenção da Unidade de Internação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. – Pediatria".

Página 13380.

Excluir as seguintes ações do Programa 0004 – "QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS": ações 3.923, 3.868 e 3.870.

Página 13369.

Excluir as seguintes ações do Programa 0007 – "QUALIDADE DO SANGUE": ações 3.862 e 3.867.

Página 13245.

Na ação 6.043 "Produção de Material Bélico", do Programa 0647 – "NACIONALIZAÇÃO DE MATERIAL BÉLICO", modificar o tipo de "P" para "O".

Página 13104.

Inclua-se a seguinte ação no Programa 0103 – "GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA": Ação 2.597 – Assistência Técnica ao Empreendedor com o Valor de R$21.858.693,00 – Nacional.

Página 13368.

No Programa 0085 – "QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL", na ação "Serviços de Atendimento aos Usuários da Previdência Social (Ouvidoria-Geral)", onde se lê "2.597", leia-se "2.587".

Página 13102.

No Programa 5.006 – "FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE", onde se lê 7496 "Apoio a grupos de pesquisa em doenças infecciosas e em doenças não-transmissíveis", leia-se 7496 "Apoio a grupos de pesquisa em doenças infecciosas e parasitárias e em doenças não-transmissíveis".

Sr. Presidente para finalizar, quero novamente ratificar e recrudescer o nosso agradecimento a todos os Parlamentares com assento nesta Casa. Agradeço às Srªs e aos Srs. Senadores, às Srªs e aos Srs. Deputados, ao Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer.

Acima de tudo, agradeço ao Presidente da nossa Comissão Mista de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, e a todos os integrantes daquela Comissão. Cumprimento também as Assessorias Técnicas do Senado e da Câmara, que, noite adentro, de madrugada, diuturnamente, debruçaram-se nesse trabalho, atendendo, com lhaneza e urbanidade, os Parlamentares que lá chegavam para dirimir dúvidas a respeito de suas emendas, de programas e ações do PPA.

Finalizo, Sr. Presidente, lembrando o grande poeta Fernando Pessoa, da minha cidade, Blumenau, no Estado de Santa Catarina, da planície longínqua, depois de ter sido por duas vezes prefeito, no meu quarto mandato Parlamentar nesta Casa. Dizia o insuperável poeta Fernando Pessoa:

"Da minha aldeia vejo tudo quanto
da terra se pode ver do Universo.
Por isso a minha aldeia é tão grande
Como outra qualquer,
Por que sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura."

É por isso que, mesmo lá, com as dificuldades, com a falta de experiência, procuramos superar todas essas deficiências, no contato democrático e atencioso com todos os Parlamentares.

Dizia ainda o grande poeta Fernando Pessoa, num dos seus imortais poemas:

"... feliz era Jesus Cristo.
Que não entendia nada de finanças
E nem consta que tivesse biblioteca."

Muito obrigado.

É o seguinte o Adendo ao Relatório Final.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2000-2003
**(Projeto de Lei nº 19/1999)**

RELATÓRIO FINAL

ERRATA

**Relator-Geral: Deputado RENATO VIANNA (PMDB/SC)**

Apresentamos Adendo ao Relatório Final aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Plano Plurianual 2000/2003, com a finalidade de corrigir erros materiais, no volume II, identificados após a emissão dos avulsos.

Deputado **RENATO VIANNA**
Relator-Geral

**VOLUME II**

PÁGINA 12022

Transferir a ação 6353 – "Educação Profissional do Menor" do Programa 0047" EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS "para o Programa 0044 – "DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL".

PÁGINA 12757

A ação 5696 "Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural" do Programa 0351- "AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF" modificar o produto de:

"Cooperativa assistida" para "Entidade assistida".

PÁGINA 12808

A ação 2071 do Programa 0466- "BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS – GENOMA". Modificar o tipo de "O" para "A".

PÁGINA 12873

Transferir a ação 5635 "Estudos e Projetos para a construção do Metrô de superfície da área metropolitana de Belém" do Programa 0237 "CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS" para o Programa 0222- "TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS".

PÁGINA 12872

Transferir a ação 9506 "Construção de Terminal Portuário para a base de Alcântara – MA" do Programa 0237 "CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS" para o Programa 0464- "NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS – PNAE".

PÁGINA 12975

Transferir a ação 6118 "Estudos na área de Tecnologia industrial de calçados" do Programa 0412 "DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR" para o Programa 0463- "INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE".

PÁGINA 13349

Inclua-se o seguinte objetivo no Programa 0810 "PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HÁBITAT – PBQP-HABITAT"

Objetivo: "Apoiar o esforço de modernização do setor da construção e da gestão urbana, por meio da melhoria de qualidade e aumento da produtividade com vistas ao aumento da competitividade, como forma de ampliar a eficiência da construção habitacional, do saneamento e serviços de transporte urbano, reduzindo custos de manutenção das edificações, fornecimento de água e otimizando os serviços de transportes urbanos".

PÁGINA 13186

Inclua-se o seguinte objetivo no Programa 0805 "INFRA-ESTRUTURA URBANA"

Objetivo: "Apoiar os municípios na adequação e complementação de sua infra-estrutura urbana, sobretudo pela implantação e redimensionamento de seus equipamentos urbanos básicos".

PÁGINA 13479

No Programa 0289- "TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO,

DERIVADOS E GÁS NATURAL" na ação 7221 onde se lê "implantação de Poliduto

Betim-Governador Valadares (MG) 284km" leia-se "Estudos para implantação de

Poliduto Betim-Governador Valadares (MG) 284km".

PÁGINA 13474

A ação 7210 do Programa 0289- "TRANSPORTE DUTOVIÁRIO PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL" modificar o tipo de "P" para "O".

PÁGINA 13493

Transferir a ação 7917 "Ampliação do Aeroporto João Suassuna em Campina Grande" do Programa 0423 "TURISMO NO NORDESTE" para o Programa 0631 – "DESENVOLVIMENTO DE ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA".

PÁGINA 13489

Transferir a ação 7485 "Preservação do Parque Ecológico e Hidrotérmico – em Águas de São Pedro" do Programa 0165 "TURISMO CULTURAL" para o Programa 0499- "PARQUES DO BRASIL".

PÁGINA 13499

A ação 7093 "financiamento de projetos de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia" do Programa 0500- "TURISMO VERDE" modificar o tipo de "P" para "O"

PÁGINA 13348

Incluir o seguinte título na ação 7701 do Programa 0009- "PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM" Ação 7701 "Normas, procedimentos e diretrizes sobre certificação de competências laborais para auxiliares de enfermagem".

PÁGINA 13378

No Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIAS DO SUS" na ação 3394 onde se lê "Implantação de prédio para serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento" leia-se "Implantação de prédio para serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A"

PÁGINA 13378

No Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIAS DO SUS" na ação 3394 onde se lê "Implantação de prédio da lavanderia" leia-se "Implantação de prédio da lavanderia do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A"

PÁGINA 13379

No Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIAS DO SUS" na ação 3394 onde se lê "Implantação do prédio do almoxarifado" leia-se "Implantação de prédio do almoxarifado do Hospital Femina".

PÁGINA 13379

Excluir as seguintes ações do Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS" Ações: 3917, 3863 e 3865

PÁGINA 13380

No Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIAS DO SUS" na ação 4440 onde se lê "Manutenção da unidade de internação – Pediatria leia-se "Manutenção da unidade de internação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A – Pediatria".

PÁGINA 13380

Excluir as seguintes ações do Programa 0004 "QUALIDADE E EFICIÊNCIAS DO SUS" Ações: 3923, 3868 e 3870

PÁGINA 13369

Excluir as seguintes ações do Programa 0007 "QUALIDADE DO SANGUE" Ações: 3862 e 3867.

PÁGINA 13245

A ação 6043 "Produção de material bélico" do Programa 0647- "NACIONALIZAÇÃO DE MATERIAL BÉLICO" modificar o tipo de "P" para "O".

PÁGINA 13104

Inclua-se a seguinte ação no Programa 0103 – "GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA" Ação 2597 – Assistência Técnica ao empreendedor com o valor de R$ 21.858.693,00-Nacional.

PÁGINA 13368

No Programa 0085 "QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA

SOCIAL" na ação Serviços de atendimento aos usuários da Previdência Social (ouvidoria-geral) onde se lê "2597", leia-se "2587".

PÁGINA 13102

No Programa 5006 "FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE" onde se lê 7496 "Apoio a grupos de pesquisa em doenças infecciosas e em doenças não-transmissíveis" leia-se 7496 "Apoio a grupos de pesquisa em doenças infecciosas e parasitárias e em doenças não-transmissíveis"

*Durante o discurso do Sr. Renato Vianna, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (Bloco/PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (Bloco/PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, a palavra do relator foi de extrema sabedoria e, na verdade, se coaduna com o belo esforço intelectual, físico e psicológico que S. Exª despendeu ao longo do seu profícuo e elogiável trabalho, visto, presenciado e sentido por toda a Casa. E que, amanhã, com certeza, será visto, presenciado e sentido por toda a Nação brasileira.

Mas, dito isto, e antes de entrar no cerne deste pronunciamento, gostaria de afirmar a V. Exª que a Liderança do Governo está inteiramente de acordo com o Projeto de Resolução do Congresso Nacional que, na prática, aumenta em um membro a participação das Bancadas minoritárias nas Comissões Mistas, por entender que isso só vai fazer crescer o diálogo democrático dentro deste Parlamento. Em segundo lugar, comunico que o Governo já analisou detidamente a Proposta de Emenda Constitucional apresentada à Casa pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e a considera uma bela iniciativa. Considera a matéria conseqüente, pertinente, redonda, com a previsão de hipóteses de crise, e que, portanto, merece ser tratada como ponto de partida para chegarmos ao Orçamento Realista, que é realização do sonho de todo homem público responsável – e ninguém é mais responsável neste País, no que se refere à coisa pública e à seriedade fiscal do que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, razão por que recebemos com alegria, a iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Saudamos o acordo feito hoje entre a Liderança do Governo e as Bancadas de Oposição para não se votar o Plano Plurianual. Neste caso, não estava em jogo algo que para mim seria reprovável, injusto e inoportuno: a possibilidade de haver obstrução à votação dessa matéria, que interessa não apenas ao Governo, mas também à Nação, aos Congressistas e, sem dúvida, aos Governos da Oposição, que ascenderam aos seus governos estaduais e municipais com merecimento e com votos.

Concordamos plenamente com o adiamento da votação dessa matéria, para que possamos ouvir o Ministro Martus Tavares, na próxima terça-feira. Essa é a razão por que a Liderança do Governo envidará esforços para a realização dessa sessão na próxima quarta-feira, em horário nobre, buscando construir um amplo debate e, quem sabe, o embate do voto, se se fizer necessário.

Acreditando ter sido sábio o acordo pelo adiamento, terá sido profícua a concessão desse tempo para a discussão, para a maturação da matéria. O Ministro Martus Tavares, sem dúvida, haverá de explicar o que chamam de cortes e as decisões do Governo, bem como ouvir os inevitáveis questionamentos, para que se chegue a uma síntese positiva em torno desse assunto.

A partir daí, estaremos mais aptos, todos nós, a fazer aquilo que é dever de todo brasileiro – não se trata de ser Governo ou Oposição –: votar um plano, que é de desenvolvimento, que é estratégico, que visa a sustentar o crescimento, gerar empregos e propiciar, no período de quatro anos, investimentos de R$1 trilhão para o País.

Portanto, parabenizo a Mesa pela serenidade com que se houve, o ilustre Relator e o Senador Gilberto Mestrinho – cuja sabedoria conheço intimamente, pois sou seu amigo e coestaduano –, pela forma sábia e competente com que conduz a Comissão de Orçamento.

A Liderança e a Bancada do Governo estarão prontas e seguras de que as Bancadas de Oposição também estarão mobilizadas para que possamos votar e aprovar algo de que a Nação tanto necessita e por que tanto anseia: a colocação em prática de um plano que prevê a aplicação, repito, de R$1 trilhão, no curto período de quatro anos, envolvendo o esforço estatal e também a iniciativa privada, a partir do que se espera a geração de oito milhões de empregos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um acordo com a Mesa no sentido de debatermos a matéria até o encerramento dessa questão. Os oradores dispõem de 20 minutos cada um para o seu pronunciamento, conforme disposto no art. 38. do nosso Regimento Comum.

Nesse sentido, faço um apelo aos Líderes para que permitam que diversos oradores tenham a oportunidade de se manifestarem e para que não encerremos as discussões no terceiro orador. Se o fizermos via requerimento, seremos obrigados a pedir verificação de **quorum**, o que não queremos fazer. Gostaríamos que um número maior de oradores pudesse utilizar esse tempo.

Assim, propomos a redução do tempo de 20 minutos – acordado aqui hoje – para 10 minutos para cada orador. Já conversei com os oradores inscritos. Dessa forma, ampliaremos o número de oradores que poderão usar da palavra até o encerramento da sessão, dando oportunidade ao maior número possível de manifestações.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – A Presidência concorda com a sugestão de V. Exª. Se não houver objeção do Plenário, poderemos diminuir o tempo destinado aos oradores para 10 minutos, no período de discussão.

Por outro lado, informo que a Presidência pretende encerrar a sessão no seu prazo regimental.

Passa-se à discussão do projeto, do substitutivo e do adendo.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado José Genoíno. V. Exª dispõe de dez minutos.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, preliminarmente, quero, em meu nome pessoal, cumprimentar o Líder do Governo, Deputado Arthur Virgílio. Não obstante nossas divergências e nossas disputas, principalmente as relacionadas ao último episódio em que nos enfrentamos, e reconhecendo que o conteúdo que colocamos foi correto – dele não retiramos nada –, mas que a forma como o fizemos pode ter atingido V. Exª, faço questão de cumprimentá-lo, expressando que o respeito como Deputado e como Líder do Governo.

Acreditei ser importante fazer isso da tribuna, porque a última vez em que nos enfrentamos foi também na tribuna do Congresso Nacional, e esta é a primeira sessão do Congresso Nacional que se realiza após os episódios do acordo e da votação do salário mínimo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, entendo a importância da discussão do PPA, porque esta Casa viveu intensamente esse problema, seja na nomeação dos Relatores, seja na indicação do Relator-Geral.

Eu não poderia deixar de expressar aqui o meu respeito ao trabalho realizado pelo Deputado Renato Vianna, que, na relatoria do PPA, demonstrou uma postura ampla e democrática ao conversar com os Deputados de todos os Partidos, e pela aprovação que teve por unanimidade nesta Casa ao ser indicado.

A discussão de mérito sobre o PPA é importante porque, pelo art. 165 da Constituição, em seu § 1º e, principalmente, em seus incisos, ele tem o papel de orientador, de determinador, de guia para as prioridades e para as diretrizes gerais. E a discussão dessa matéria deve começar por aí, Srªs e Srs. Congressistas, exatamente porque o Plano Plurianual foi apresentado como uma grande novidade, como uma grande solução para se pensar uma estratégia de desenvolvimento para o País. Entretanto, em sua concepção técnica e metodologia, que sempre consideramos algo importante e inovado – e tive a oportunidade de dizer isso para o Ministro Martus Tavares –, do ponto de vista de seu conteúdo, o PPA foi-se constituindo, com a apreciação do Orçamento e da LDO para 2001, como se fosse um somatório de quatro Orçamentos ou de duas LDO. O Plano Plurianual perde um pouco daquela força de guia, de orientador constitucional para as determinações em relação à LDO e ao Orçamento.

Nesse sentido, consideramos que a concepção constitucional do PPA está profundamente relativizada. Vejam bem como é a ordem constitucional: primeiro, o PPA; depois a LDO e o Orçamento. O Orçamento, na verdade, é o guia principal da LDO e do PPA. Inverte-se inteiramente o ordem constitucional dessas prioridades porque o Orçamento, por ser autorizativo e pela norma constitucional, dá ao Poder Executivo a competência, diante do que é aprovado aqui, de liberar ou não, de contingenciar ou não. Na verdade, é o Orçamento que dirige a definição das prioridades da LDO e, por sua vez, do Plano Plurianual.

Mas há uma questão, Sr. Presidente, que não podemos deixar de destacar. Tirando o que são gastos, contas correntes, ano a ano, a parte de investimento para quatro anos do PPA reflete, em nosso entender, a debilidade fundamental e retrata a nossa crítica fundamental ao PPA, do ponto de vista do reflexo do modelo econômico dirigido, defendido e executado por Fernando Henrique Cardoso. Se observarmos aqui o que é investimento, em relação aos investimentos das estatais, de R$37 bilhões, e ao investimentc fiscal da seguridade, de R$51 bilhões, retirando R$3C bilhões, temos, na verdade, para um período de quatro anos, um investimento em torno de R$67 a 70 bilhões. É muito pouco para um País carente, que precisa de investimentos, para um País de grandes potencialidades e de grandes possibilidades. E esse é exatamente o ponto nevrálgico da debilidade para apostar no modelo de crescimento econômico, de investimento em infra-estrutura, para buscarmos o equilíbrio entre as regiões pobres e as mais ricas e, no interior

dessas regiões, aquelas prioridades que deveriam depois ser definidas pela LDO e pelo Orçamento.

Nesse sentido, Sr. Presidente, se examinarmos as previsões do PPA para o ano 2001, e o que é definido pela LDO em número de ações, vamos encontrar um descompasso muito grande nessa relação. Se tomarmos um dos elementos centrais do PPA, que são os corredores daquilo que é fundamental para o investimento, para as prioridades, o previsto no PPA para 2001, em número de ações, para cada corredor, está muito além do que está definido na LDO, considerando a sua importância para a concepção do próprio PPA.

Esse é um problema, porque, na verdade, a questão tem uma diminuição de importância – como já me referi aqui – pela hierarquia constitucional: PPA, LDO e Orçamento. A hierarquia acaba invertendo-se pela realidade, pois a hora da verdade é a hora do Orçamento, e a segunda hora da verdade é a da LDO. E o Plano Plurianual constitui-se em uma carta genérica de intenções sem condições de viabilidade concreta e prática.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Ouço o nobre Deputado Alberto Goldman. Só tenho três minutos e gostaria que o aparte de V. Exª fosse breve.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Deputado José Genoíno, rapidamente gostaria de dizer a V. Exª o seguinte: o PPA é um projeto estratégico. Ele aponta para um certo tipo de desenvolvimento e, diferentemente do que ocorreu no passado, ele já define programas e ações prioritárias. Em segundo lugar, a diferença fundamental entre o PPA – que dá essa referência estratégica – e os programas que V. Exª verifica na LDO é que a LDO explicita o que se pressupõe prioritário para o próximo ano, enquanto que o PPA é um projeto de desenvolvimento de quatro anos. Portanto, é evidente que V. Exª vai encontrar diferenças fundamentais aí. Em último lugar, gostaria de dizer que V. Exª tem razão, pois o volume de investimentos é insuficiente em relação àquilo de que o País necessita e praticamente todos os recursos disponíveis hoje (quase que 95%) são destinados a despesas correntes e de custeio em grande parte, ou quase totalmente dirigidas às áreas sociais. Quase todos os grandes problemas sociais estão aí incluídos e neles não há investimentos específicos em áreas importantes. Gostaria de lembrar também que algumas áreas tradicionais de investimentos públicos hoje não requerem mais investimentos, como, por exemplo, o setor de telefonia, o setor de telecomunicações, atendido com o investimento privado. Em grande parte, o setor hidrelétrico também é atendido pelo setor privado.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Obrigado, Deputado Alberto Goldman. A capacidade de investimento do País, refletida no PPA, no nosso entender, reflete o constrangimento, as limitações da capacidade de investimento do País pelas determinações do modelo econômico em relação à administração da nossa dívida, em relação à conseqüência dos juros para administrar o capital alheio que financia o nosso modelo e em relação à falta de uma poupança interna. Parte da poupança transferiu-se para os interesses financeiros que presidem o financiamento desse modelo. Temos uma carência muito grande na área de investimentos para colocar o País diante de um outro patamar de retomada do crescimento econômico.

Na verdade, as limitações, ano a ano, ou as limitações de cada LDO vão se refletir na própria estratégia do PPA, que estará profundamente comprometida, porque ficará apenas um somatório de quatro orçamentos.

**O Sr. Arthur Virgílio** (Bloco/PSDB – AM) – Permite-me V. Exª um aparte, Deputado José Genoino?

**O SR. JOSÉ GENOINO** (PT – SP) – Pois não. Ouço o Deputado Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (Bloco/PSDB – AM) – No aparte a V. Exª não entrarei no mérito do que V. Exª, hoje, propõe discutir na Casa, até porque deixarei isso para a sessão que pretendemos ver realizada na próxima quarta-feira. Quero apenas registrar – e o faço com bastante sentimento – o gesto de V. Exª. Entendo que seres humanos se fazem de gestos, se fazem de sentimento, de demonstrações que podem ser da mais desbragada divergência política, sem que isso impeça a mais generosa convivência social entre dois adversários. E foi esse o entendimento que, desde muito, me fez chegar a uma forte aproximação pessoal com V. Exª. Por isso, registro com respeito suas palavras e o recoloco na imagem que construí de homem valente e generoso. Não é possível alguém ser valente sem ser generoso. Acho até que não é possível, não é justo que alguém seja valente sem ser generoso, ou generoso sem ser valente. V. Exª para mim é, então, recolocado, é reposto na medida em que faz esse gesto. E V. Exª, conhecendo-me como conhece, sabe o valor que o gesto tem para meu cérebro e, mais do que para meu cérebro, para o meu coração. Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT – SP) – Deputado Arthur Virgílio, para concluir, quero mais uma vez dizer a V. Exª que são gestos e fatos que marcam as relações políticas e humanas. É muito importante uma frase de Ulysses Guimarães: "As divergências políticas não devem interferir nas relações de respeito pessoais e as relações de respeito pessoais não podem interferir nas relações políticas". Considerando que V. Exª, Deputado e cidadão, recebeu minhas palavras como cidadão e como ser humano, para mim esse é um gesto que recoloca para mim, desta tribuna, uma relação de respeito por V. Exª como Líder do Governo, como Deputado, como cidadão e como homem Arthur Virgílio.

Para concluir, Sr. Presidente, quero deixar claro, finalmente, que nós temos uma divergência de conteúdo quanto à concepção do PPA na relação com o modelo econômico. E a segunda linha de divergência é a viabilidade do PPA com os orçamentos e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Outros companheiros do Partido vão explicitar as nossas críticas, as nossas divergências e vamos disputar, no voto, certamente com alguns destaques.

Eu não poderia deixar de registrar, pois tenho um compromisso importante com uma área estratégica do País, que no PPA deveremos apoiar, no plenário, um destaque importante para o Projeto Calha Norte – tive oportunidade de estar lá e de ver de perto. Ele merece um tratamento maior no destaque do Senador Mozarildo Cavalcanti, que nós apoiamos. Consideramos a região amazônica e, particularmente, o Projeto Calha Norte estratégico, e não é só para a região. Ele tem a ver com o País enquanto projeto nacional de defesa da região amazônica.

*Muito obrigado, Sr. Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Alberto Goldman.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (Bloco/PSDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, nós temos, pela primeira vez no País, um plano de desenvolvimento para os próximos quatro anos que define a estratégia dos investimentos públicos e orienta os investimentos privados nas áreas nas quais o Poder Público tem interveniência. É um projeto trabalhado com muito cuidado, com a participação intensa de milhares de pessoas, tendo sido discutido, antes da sua elaboração e sua vinda para o Congresso Nacional, em todos os Estados, por autoridades estaduais, sociedade civil, empresários e pessoas interessadas.

Um dos elementos mais importantes é a mudança fundamental na gestão que o PPA aponta, no sentido de se verificar quais são os programas prioritários e suas ações específicas, discutir-se em todas elas, definir-se os objetivos, quais são os resultados que se busca, quantificar-se esses resultados que se busca e se definir os recursos necessários para se atingir esses objetivos. É um enorme avanço, que, acredito, esta Casa ainda não se deu conta. Esta Casa ainda não se apercebeu, talvez, ainda, a sociedade também não se apercebeu, e nisso todos nós temos responsabilidade, desse grande avanço de transparência que se dá a esse plano do governo, de definição explícita de cada programa, de cada ação, dos recursos definidos, dos objetivos a se atingir, para que tenhamos, para que isso contribua na realização e na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, não apenas aquela na qual temos os direitos, que são constitucionais, inseridos, mas que tenhamos uma prática democrática, uma prática de uma discussão dentro da sociedade e que isso possa ser um grande instrumento nessa direção. Vamos exemplificar com um programa, porque senão tudo que estou dizendo agora pode parecer etéreo. Por exemplo: o Programa de 0068, que trata da erradicação do trabalho infantil. O objetivo, com esse programa, é eliminar a prática do trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. E temos aqui o índice das crianças nesta faixa etária que estão no trabalho infantil, é de 11.17%. E é esse que queremos erradicar. Nós temos um índice final, que pretendemos atingir em 4 anos do Plano, que é de 5%. Portanto, queremos de 11.17%, cair para 5%, ou seja, erradicar para menos da metade do volume existente hoje no trabalho infantil. Para isso o PPA define um recurso de despesas correntes de R$1.173 bilhão, e tem dados financeiros desse programa em nível nacional e regional, compreendendo o Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Por exemplo, neste caso, R$1.173 bilhão destinados à erradicação do trabalho infantil, temos um pouco mais da metade desse indicador financeiro – R$612.863 milhões para a região Nordeste, que é exatamente aquela onde temos a maior incidência do trabalho infantil.

Define-se também aqui não apenas esses valores globais do programa, mas todas as ações.

Temos a ação de atendimento à criança e ao adolescente em jornada escolar ampliada, e para tal temos uma destinação de R$435 milhões. Também desses R$435 milhões, R$241 milhões, mais da metade está destinado ao Nordeste. Temos a campanha

para a sensibilização da sociedade contra o trabalho infantil, a concessão da Bolsa-Escola Criança Cidadã, que é um programa que vai consumir do valor total R$709 milhões, dos quais R$369 milhões no Nordeste. Essa é a principal ação, junto com o atendimento à criança e ao adolescente em jornada escolar ampliada, dentro do programa de erradicação do trabalho infantil.

Isso é um exemplo para a Casa de como o PPA foi organizado e o que é esse Plano. É muito importante, porque podemos ver todos os programas. São 365 programas – e acredito alguns mais que o próprio relator acrescentou –, divididos e explicitados dessa forma, em todas as suas ações, definidos e quantificados os objetivos e os custos. E esses são aqueles que vamos perseguir.

Claro está que temos as limitações, que são grandes. Poderíamos ter – e o Congresso Nacional poderá fazê-lo, ano que vem no Orçamento, ao invés de destinar R$1,173 bilhão para fazer com que caia pela metade o trabalho infantil – uma decisão política de dizer: vamos buscar mais outro bilhão cento e setenta e dois milhões, para que no final dos 4 anos tenhamos o índice final zero. E, assim, esteja erradicado o trabalho infantil.

Essa é a prioridade a ser definida. O Poder Executivo enviou a esta Casa, um projeto, que infelizmente não chegou a ser discutido pela Comissão. Aliás, a Comissão não discutiu, do ponto de vista dos Programas do PPA, nenhuma matéria. Ela procurou resolver as pressões naturais, legítimas e atendervas necessidades estaduais de cada região mas, infelizmente, não aprofundou esse tipo de debate.

Talvez, essa minha questão levantada, agora, possa fazer com que no futuro, no próximo Orçamento, possamos fazer as mudanças necessárias no PPA, com a finalidade de que os recursos alocados – que sejam de um bilhão a mais – no final de 4 anos, tenhamos erradicado totalmente o trabalho infantil.

**O Sr. Virgílio Guimarães** (PT – MG) – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (Bloco/PSDB – SP) – Com prazer, Deputado Virgílio Guimarães.

**O Sr. Virgílio Guimarães** (PT – MG) – Deputado Alberto Goldman, sem dúvida o PPA traz, em si, alguns projetos meritórios por um impacto do ponto de vista da comunicação política do Governo. Não poderia ser de outra forma. Mas, a preocupação que fica, é se não é pouca coisa além disso: de uma peça publicitária. Porque o que conhecemos é um Orçamento drástico que concede tudo ao capital financeiro, e as emendas apresentadas já foram contingenciadas, já foram, praticamente, anuladas. Portanto, já foi o primeiro âmbito do quadriênio do PPA, o segundo já vem sob a égide de uma LDO drástica, também. Isso foi demonstrado aqui pelo Deputado José Genoino. Não tem ¼ das ações, muito abaixo daquilo que seria de se esperar para que o PPA atingisse aos seus objetivos. Então, o PPA é, na verdade, um Plano de três anos e não é crível que nos dois anos finais vá haver uma transformação mágica dos objetivos, da prática e das condições de Governo para que ele possa alcançar os objetivos que aí estão. Porque o Orçamento de 2000 e de 2001 já estão na contra mão desses objetivos anunciados, com tanta pompa, pelo Governo Federal.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (Bloco/PSDB – SP) – É pena, Deputado Virgílio Guimarães, que V. Exª esteja fazendo um discurso somente partidário e não em cima da questão que levantamos.

Vou dizer o porquê. Em primeiro lugar, porque uma parte desse programa de erradicação está no Orçamento desse ano. Existe uma parcela desse programa que já está no Orçamento de 2000.

A LDO não eliminou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, pelo contrário, reafirma-o. E temos a possibilidade agora – a LDO tem um projeto de lei – de inserir os programas necessários, não só para os dois últimos anos, mas já foi para este ano e poderá ser para os próximos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Nobre Deputado Alberto Goldman, V. Exª terá um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (Bloco/PSDB – SP) – Vou concluir.

É evidente, o PPA já foi elaborado com as restrições que temos da nossa realidade fiscal tributária. Ele não foi feito com base em imagens, sem levar em conta a nossa realidade. Poderíamos ter colocado 1 bilhão em vez de 2 bilhões e ter dito que vamos acabar com o trabalho infantil. Não foi possível fazer isso como em outros programas, não foi possível atender a todas as necessidades da sociedade. Mas temos a possibilidade de definir as nossas prioridades, de acordo com os recursos que temos. Qualquer sociedade, qualquer Estado, qualquer Congresso, qualquer país, ao discutir seu orçamento, tem obrigação de levar em conta as suas limitações, mas a melhoria disso depende só de nós.

Quero congratular-me com aqueles que trabalharam nesse projeto, com o Relator, com o Presidente da Comissão porque temos à nossa frente um

grande trabalho e, com ele, poderemos realizar muito melhor aquilo que é nossa obrigação como Congressistas.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** (PT SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** (PT SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu apenas gostaria de entregar a esta Mesa, antes do pronunciamento do próximo orador, Deputado João Fassarella, duas comunicações: uma referente à questão do Estatuto do Adolescente, que é uma preocupação com as crianças, porque, no próximo dia 13 de julho, teremos mais um aniversário da elaboração desse Estatuto que ainda não foi, lamentavelmente, contemplado na ação concreta. A outra comunicação é uma reivindicação para que a passeata, e principalmente o ato dos servidores públicos em São Paulo, hoje, seja feita de uma forma pacífica.

Há dois números a serem considerados antes de terminar a intervenção: são 434 mil servidores sem aumento nos últimos 6 anos. O Orçamento, e já estamos falando sobre ele, e o Plano Plurianual, em 1996, destacava para este setor apenas 21%, e, no ano de 1999, menos ainda: 17%.

Feita essa consideração, entrego à Mesa os meus dois pronunciamentos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendida na forma regimental.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com a benevolência do nosso colega Congressista.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Espero que V. Exª seja condescendente com os demais oradores.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT RS. Pela ordem. Sem revisão do orador. ) – Com certeza, Sr. Presidente.

Apresento a V. Exª o discurso que faço contra o separatismo proposto no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Rebeldia, sim; separatismo, não, com o que absolutamente não concordamos.

O outro discurso que faço é sobre um projeto de lei que estou apresentando e que dispõe sobre a concessão de licença-maternidade para mães adotivas. Justifico a apresentação do projeto com um discurso que faço para que as mães adotivas possam ter um período de 90 dias de licença-maternidade, a fim de se inserir no contexto do novo filho adotado. Penso que seja um estímulo à adoção, com tantas crianças atiradas no mundo – vi o PPA querendo contemplar o trabalho infantil – e com pessoas que estão dispostas a adotar. Temos que dar um estímulo à adoção em nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido na forma regimental.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (Bloco/PSDB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de dizer que não estamos no Pequeno Expediente, mas na discussão do PPA, e o Deputado João Fassarella nem conseguiu iniciar seu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Não permitiremos mais breves comunicações.

Concedo a palavra ao eminente Deputado João Fassarella.

**O SR. JOÃO FASSARELLA** (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicialmente, louvo o esforço, a dedicação do Relator do PPA, Deputado Renato Vianna, que, nestes últimos meses, se dedicou, com assiduidade, com perseverança, com o espírito aberto de diálogo, ao trabalho com o intuito de trazer seu substitutivo ao plenário em condições de ser apreciado pela Casa.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Alberto Goldman pelo que disse e pela dedicação com que representa o Governo na Comissão de Orçamento.

A respeito do comentário de S. Exª sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, um dos programas que constam no PPA, gostaria de tecer algumas considerações, enfocando a relação entre o PPA, a LDO e o Orçamento. Não resta dúvida de que o Plano Plurianual inova em relação a uma sistemática anterior, que não será apenas a repetição de rubricas anteriormente colocadas no Orçamento.

Pode-se ler na concepção do PPA uma proposta, uma visão de país e uma definição de programas que, aparentemente, teriam a prioridade para a execução. São selecionados mais de trezentos e sessenta programas em nível nacional, um deles o Programa do Trabalho de Erradicação Infantil. Entretanto, quan-

do observamos a LDO, que agora está sendo discutida, não encontramos a mesma relação entre as prioridades e os programas levantados no Plano Plurianual com os programas e as ações constantes da LDO. Como exemplo, cito a ação que tinha como objetivo realizar uma ampla campanha educativa de convencimento da população a respeito do trabalho infantil. Essa questão é combatida quando se tenta assegurar a sobrevivência da família independente do trabalho infantil e é também uma mudança de concepção em nossa sociedade.

Houve época em que trabalhar era considerado bom e necessário para as crianças. Era uma maneira de educá-las, de prepará-las para a vida e de inseri-las no mercado de trabalho.

Ora, Deputado Alberto Goldman, a ação relativa a uma campanha para mudança de concepção a respeito da visão que a maior parte da sociedade tem em relação ao trabalho infantil não constou das prioridades previstas na LDO para 2001. Assim, assistimos a um descompasso entre PPA, LDO e Orçamento.

Esse descompasso é tanto maior quanto temos que conviver a cada ano com o contingenciamento. Aliás, a votação do PPA acabou sendo adiada para que o Ministro do Planejamento venha à Casa exatamente para explicar o contingenciamento. Foram cerca de R$7 bilhões inseridos no Orçamento e que se encontram incorporados no Plano Plurianual e que foram contingenciados. Significa que estão lá, mas não podem ser gastos.

Ora, o que estamos votando aqui? Um Plano Plurianual. E não temos segurança alguma de como vai ser inserido na LDO e no Orçamento.

A LDO priorizou 86 programas dos cerca de 360. Qual foi o critério utilizado para selecioná-los? Por que esses? Desses 86 programas, temos mais de duas mil ações, e a LDO prioriza apenas 344. Então, há um descompasso muito grande entre a intenção e a realidade, entre aquilo que o Congresso Nacional tenta inserir no Orçamento e o contingenciamento que vem em seguida.

Porém, quero ainda abordar uma outra questão. Todo o PPA foi pensado no cenário macroeconômico: cenário de crescimento econômico que vai de 4% a 5% ao ano; uma inflação decrescente de cerca de 6% e, até chegar em 2003, em torno de 2 a 3%; e – chamo a atenção para este dado – uma taxa média de juros, nesses quatro anos, de 13%. Ora, agora, neste ano de 2000, a taxa média de juros por ano deveria ser de 16% – é assim que está na proposta orçamentária. Estamos hoje com uma taxa de juros de 18,5%. Ora, no cenário em que o Plano Plurianual foi concebido, existem dúvidas quanto à efetivação de diversos de seus itens. A primeira dúvida era quanto à execução, pela vontade política e pela seleção feita. A segunda é pela insegurança em relação ao cenário sobre o qual ele foi construído. E não tenhamos dúvida de que a taxa de juros superior terá reflexos na capacidade de investimentos do setor público, como também do setor privado. E grande parte dos investimentos previstos pelo Plano Plurianual são da iniciativa privada, que possivelmente não poderá realizá-los, especialmente quando se tratar de setores econômicos que não têm capitalização suficiente para investir com seus próprios recursos.

Então, existe uma nuvem de insegurança muito grande em relação à realização do PPA, também por causa do cenário macroeconômico em que ele foi construído.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JOÃO FASSARELLA** (PT MG) – Com prazer, ouço o Deputado Alberto Goldman.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Em primeiro lugar, Deputado João Fassarella, desejo cumprimentá-lo pelo trabalho na Comissão de Orçamento e pela seriedade com que trata das matérias. E V. Exª vem demonstrando isso na tribuna neste momento, porque de fato aborda os temas que deveríamos ter discutido na Comissão e neste plenário.

**O SR. JOÃO FASSARELLA** (PT – MG) – Foi o meu grande esforço na Comissão.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Felizmente, neste momento excepcional no plenário, estamos discutindo de fato o que tínhamos que discutir. Realmente, existe uma insegurança em relação ao quadro macroeconômico. Não é insegurança nossa apenas; é insegurança no mundo inteiro. Até nos países mais desenvolvidos, esse quadro existe. Infelizmente, a realidade mundial é essa; não é aquilo que desejávamos, mas é o que existe. E V. Exª cita corretamente que estamos trabalhando hoje com um índice de juros de mais de 18%, quando a previsão orçamentária foi de 16%. Mas quero lembrar a V. Exª que, se em alguns casos estamos trabalhando hoje com um índice acima do previsto, pelo menos a perspectiva de aumento do Produto Interno Bruto está se aproximando do planejado, como também os índices de inflação são próximos àquilo que se previa. Ou seja, alguns dos índices previstos no PPA e no Orçamento estão se realizando ou próximos de se realizar. Outros não. E em todos os anos teremos que reavaliar a

situação, as receitas e despesas, definindo nossas prioridades. Meus parabéns pelo trabalho que V. Exª vem realizando.

**O SR. JOÃO FASSARELLA** (PT – MG) – Agradeço a V. Exª pelo aparte. Apenas destaco ainda que, efetivamente, a preocupação básica desse PPA e do Orçamento é a estabilidade fiscal, como forma de combate à inflação e controle dos investimentos públicos. A única coisa que o Governo não consegue controlar é a política de juros altos, que agrava ainda mais nossa capacidade de investimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem um minuto para concluir.

**O SR. JOÃO FASSARELLA** (PT – MG) – Eu gostaria ainda de mencionar rapidamente a concepção que está por trás desse Plano Plurianual. É um plano pensado nos eixos de desenvolvimento, centrado nos setores e nas regiões mais dinâmicas da nossa economia, tendo papel secundário as regiões mais empobrecidas do nosso País, tratadas apenas com políticas compensatórias.

Portanto, esse Plano Plurianual poderá agravar as diferenças entre as regiões e, dentro de cada região, as diferenças intra-regionais. É um Plano para o setor mais dinâmico da nossa economia. Não é um Plano para o País, não é um Plano para reduzir as desigualdades regionais, não é um Plano para promover um desenvolvimento mais harmônico, com melhor distribuição de renda. Ele expressa o modelo que domina hoje o Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Clementino Coelho.

**O SR. CLEMENTINO COELHO** (PPS – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, é sabido que temos uma posição bastante crítica quanto à política social, econômica, monetária, agrícola e de exportação deste Governo. Mas é preciso reconhecer quando se dá um passo na direção certa. É preciso reconhecer quando esse Governo, tardiamente – mas antes tarde do que nunca -, restaura, ressuscita a arte de planejar.

Mais do que nunca, o planejamento é vital, essencial a um país continental como o nosso, desigual, heterogêneo, onde o cobertor não dá para cobrir a todos, onde não é possível resolver todos os problemas. E a única maneira de se ter eqüidade e justiça na distribuição das políticas é fazer um bom planejamento, antecipando-se as políticas públicas. E o PPA vem nessa direção, apesar de que seus ancestrais não geraram nenhuma credibilidade nesta Nação ou nesta Casa, como foi o Brasil em Ação. Contudo, a Nação pôde contar com a determinação política, a vontade, a crença do nobre Colega, Deputado Renato Vianna, que percorreu este País e acreditou neste instrumento de integração constituído pelos programas de coesão social, os programas de infra-estrutura, tais como se encontram hoje na Comunidade Européia.

A determinação do Deputado e de seus assessores é um exemplo a ser seguido. S. Exª não se acomodou aos gabinetes de Brasília, não se furtou, um só minuto, a ser testemunha, **in loco,** das diferenças deste Brasil, das suas desigualdades, das injustiças tanto citadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, dos despropósitos, da falta de limite no corte do social, em favor de um insano ajuste fiscal que está causando uma disfunção social. E o Deputado Renato Vianna, Relator desse projeto, foi lá, verificou **in loco**, acreditou e viu que era preciso construir algo.

Por isso, felicito o Deputado, pois, apesar de toda a falta de credibilidade do PPA, sua boa vontade foi maior – a vontade do planejamento, a vontade de se fazer justiça. Assim, Sr. Presidente, esse PPA recupera a conexão desta Casa com as grandes obras estruturadoras que resgatam o País.

Alguns aqui mencionaram a maneira como o Governo fez os cortes no Orçamento. Penso que temos de inverter a ordem a partir desse PPA. O PPA é o universo, o contrato **master** entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade. Nesse universo, vamos nos orientar para a LDO e para o Orçamento. E o primeiro passo foi dado.

Se nós queremos que esta Casa e a sociedade respeitem o Orçamento – e é também de bom grado a iniciativa nesse sentido do Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães –, quando envia um projeto para elaboração de um orçamento mandatório, que o Executivo respeite nossa vivência nas nossas bases, que nossas lutas não sejam cortadas nas madrugadas, nos gabinetes, sem nenhuma consulta, sem nenhuma explicação.

É preciso entender que o primeiro passo é o PPA e que o Orçamento não pode mais ser feito por uma cabeça só – nem só pelo Executivo, nem só por nós, parlamentares. Além disso, temos que trabalhar com antecedência na elaboração de toda essa engenharia social de desenvolvimento.

Quanto ao Orçamento, não queremos criar mais receita – isso é uma verdade! Que a receita seja estabelecida pelo Executivo, mas que seja respeitado o consenso desta Casa, as decisões negociadas pelas

diversas correntes, pela Base do Governo e pela Oposição, que dá o extrato, o retrato da sociedade e dos seus anseios. O que colocarmos no Orçamento, dentro da receita que for designada, terá de ser cumprido, acompanhado e fiscalizado por esta Casa. Se houver superávit, nós, em conjunto, orientaremos onde ele será alocado; se houver déficit, também em conjunto, determinaremos o que será cortado. Talvez essa seja a resposta ao Presidente Fernando Henrique, que diz que são necessários limites aos ajustes fiscais. Quem tem a sensibilidade social para estabelecer limites, para saber onde a corda vai partir é esta Casa, porque estamos em sintonia com o anseio, com a necessidade, com a humilhação e com a carência da população brasileira.

Este PPA, do jeito que foi concebido e estruturado, é o primeiro passo para moralização das peças orçamentárias deste Congresso. Estamos avançando, Sr. Presidente. Estamos despersonalizando a Comissão de Orçamento, por intermédio do PPA. Não haverá mais os "cardeais" dos orçamentos. Teremos programas, projetos e iniciativas da Casa, da sociedade, da comunidade, do Executivo.

Essa é uma grande contribuição de Renato Vianna, um homem com espírito legislativo determinado que, apesar de ter orientações contrárias do Governo para alguns programas, não deixou de se lembrar das Universidades de Tocantins e de São Francisco, tendo-as visitado **in loco**. Se o Governo Federal deseja que os Estados e os Municípios assumam a responsabilidade do ensino fundamental e do ensino médio, que a União assuma a responsabilidade plena pelo ensino universitário. Não podemos copiar o exemplo de São Paulo, da USP. São Paulo não é um Estado; é um país dentro de um País. E esse modelo de São Paulo não serve para os demais Estados brasileiros.

**O Sr. Paes Landim** (PFL – PI) – Permite V. Exª um aparte?

**O SR. CLEMENTINO COELHO** (PPS – PE) – Concedo o aparte ao Deputado Paes Landim.

**O Sr. Paes Landim** (PFL – PI) – Eminente Deputado Clementino Coelho, folgo muito em V. Exª registrar a importância do PPA, até porque V. Exª é um contumaz crítico do Governo, sem entrar no mérito das suas considerações. Realmente, o PPA partiu de um esforço coordenado pelo Ministro Martus Tavares, com a modéstia e a objetividade que lhes são peculiares, e contou com o apoio de homens do nível de Eliezer Batista, que pensa o Brasil grande. Foi ele quem realmente traçou os megaprojetos, mas todos eles foram submetidos à apreciação do Governo, que, por sua vez – por iniciativa do Ministro Martus Tavares –, convocou as Bancadas e os Governadores para debater, em seus respectivos Estados, o PPA. Foi um grande ponto de partida. Deveríamos prestigiar exatamente o arcabouço que veio do Governo, pela seriedade com que se revestiu. Espero que, doravante, ele sirva de paradigma para os futuros orçamentos dentro do Plano Plurianual e das liberações, também condizentes. Apenas lamento que o PPA não tenha dado tanta ênfase à política de meio ambiente em nosso País. Mas falta nesta Casa uma grande mobilização a favor do meio ambiente – o Dia Mundial do Meio Ambiente foi comemorado no dia 17 – e falta nos próprios setores do governo interesse no assunto. A sociedade civil e as organizações não-governamentais deviam ter-se mobilizado mais ainda para que as políticas públicas de meio ambiente tivessem realmente uma maior previsão de recursos. Mas, do ponto de vista geral, V. Exª tem toda razão. O PPA foi um grande avanço. Estão de parabéns o Governo e todos aqueles que lidaram com a sua elaboração e com a sua aprovação no Congresso Nacional.

**O SR. CLEMENTINO COELHO** (PPS – PE) – Sr. Presidente, incorporo ao meu pronunciamento o aparte do nobre Deputado Paes Landim. Se quisermos acreditar neste País, veremos que ele tem solução se começarmos justamente a planejar, a priorizar, a ver que os problemas sociais são mais importantes que os ajustes fiscais e monetários. Talvez esse PPA, esse planejamento resgatado pelo Deputado Renato Vianna seja o reconhecimento do Governo de que esse modelo neoliberal que S. Exª quis que a sociedade brasileira e que o País engolissem a seco não funcionou. É justamente o seminário de Berlim, a governança progressiva, que entende que o Estado não irá resolver as seqüelas das desigualdades regionais e sociais. É preciso cada vez mais um Estado mais forte, mais operante, com mais aparelho, com mais instrumentos, sendo o indutor, o fomentador, atraindo o capital internacional – não o especulativo, mas o capital para a produção, para os grandes projetos nacionais. Alguns críticos falaram que esse projeto perdeu a concepção macro para a regional, que esse projeto deve ser o projeto da sustentação regional, da integração regional, da coesão regional e dos grandes eixos de desenvolvimento.

O grande desafio deste País, Sr. Presidente, é justamente fazer o **upgrade** das regiões subdesenvolvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Nobre Deputado, peço que conclua.

**O SR. CLEMENTINO COELHO** (PPS – PE) – É preciso dar às regiões subdesenvolvidas ou menos desenvolvidas as condições de poderem crescer qualitativamente para que, num horizonte de uma geração, sua população tenha a mesma qualidade de vida do homem do Sudeste, do homem de São Paulo. Essa é a função do PPA. Isso é o que estamos resgatando.

Outras críticas que ouvimos não desnaturam, não maculam o PPA. Comentaram que houve R$22 milhões de incrementos, de emendas com o fulcro mais municipal. Esta Casa também deve contemplar esses anseios. Sr. Presidente, R$22 milhões são 0,2% do PPA. Isso não vai mudar o sentido, a espinha dorsal.

É um passo importante, um instrumento de planejamento, mas é preciso, para que tenha valido a pena o esforço, para que continue essa nova era resgatada aqui, planejar com antecedência, para ficar claro para o Congresso e para sociedade que o social é mais imperativo que os ajustes econômicos e financeiros.

É preciso, Sr. Presidente, que se faça a adequação na política do Orçamento, na confecção do nosso Orçamento, porque, do jeito que está, não dá para continuar.

Parabéns ao Deputado Renato Vianna e aos relatores adjuntos pela grande contribuição que deram, ao resgatar o PPA. Apesar das críticas, é o conceito que está sendo resgatado na sociedade, uma sociedade desigual que precisa planejar para poder operar com eficiência e com otimização, para resolvermos os nossos problemas sobretudo sociais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Arlindo Chinaglia, por permuta com o Deputado Jorge Bittar.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, primeiramente agradeço ao nobre Deputado e companheiro Jorge Bittar pela deferência ao inverter a ordem de nossas intervenções.

Podemos na política tratar abstratamente de objetivos. Não há quem publicamente defenda, por exemplo, a manutenção, a permanência e a ampliação de questões degradantes ao ser humano. Nisso enquadram-se no Brasil as chamadas e reais diferenças regionais. Portanto, abordarmos o PPA e afirmarmos que ele deve combater essas diferenças regionais é rigorosamente correto. O que não é correto é atribuir a esse plano essa característica. Ele não a tem porque faz parte da concepção do Plano Plurianual o investimento em regiões que tenham atividade econômica considerada mais dinâmica. Isso tem sentido porque, se o dinheiro é pouco, deve-se dar prioridade em locais que reajam melhor. Mas isso tem um preço. No caso do Brasil, as atividades econômicas mais dinâmicas não estão no Nordeste e nem no Norte do País, mas exatamente nas regiões Sul e Sudeste. Por isso, assinalamos que este Plano Plurianual não só mantém como tende a acentuar essas diferenças das regiões, porque, na definição dos eixos nacionais de desenvolvimento, busca trabalhar esse conceito anteriormente por nós analisado.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Pois não, Deputado Alberto Goldman.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Gostaria de dizer a V. Exª que temos eixos de desenvolvimento situados, claramente, nas regiões Norte e Nordeste. Temos ferrovias, por exemplo, em que o investimento não é privado, é estatal, como a Transnordestina, em que o investimento é pesado; os portos do Nordeste, Pecem e Suape, grandes portos, são capazes de alavancar a exportação no Nordeste; temos investimento nas hidrovias do Nordeste, um dos grandes elementos dos eixos na área nordestina são, exatamente, as hidrovias. Portanto, não é exatamente assim. É claro que as regiões dinâmicas do País, as mais desenvolvidas, são aquelas que exigem mais investimentos, senão provavelmente teríamos uma diminuição do crescimento econômico no conjunto do País. Não é fácil reequilibrar uma situação secular, mas há preocupação quanto a isso. Se V. Exª avaliar todos os programas de investimento, verá que existe uma especial preocupação com essas áreas mais atrasadas do nosso País.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Deputado Alberto Goldman, agradeço o aparte. V. Exª, de maneira coerente com a lógica formal e também com sua inteligência, confirma aquilo que tínhamos considerado anteriormente. V. Exª falou e deu alguns exemplos de preocupação. Mas estamos afirmando que as regiões mais desenvolvidas receberão mais, o que V. Exª confirmou quando citou que são regiões que, naturalmente, recebem. É exatamente isso, mas vou adiante, até para que possamos dialogar com a Casa e, principalmente, com a sociedade.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Deputado, lembro a V. Exª que uma parte dos investimentos do PPA são estaduais e privados, porque os investidores estão, evidentemente, nas regiões com maior potencial econômico.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Abordarei exatamente esse tema, para que possamos debater de maneira límpida nesta Casa.

O total de gastos previstos é de R$1,113 trilhão. Já ouvimos, tanto pela imprensa como na Casa, afirmar-se que esse é o total de investimentos durante os quatro anos contemplados por este PPA.

Isso não é verdade. A rigor, o total de despesas de capital corresponde a R$87 bilhões. O Orçamento Fiscal e de Seguridade corresponde a R$51 bilhões. Mas desse valor, R$21 bilhões são as chamadas inversões financeiras, empréstimos, entre outras. Portanto, o total de investimento se reduz para R$66 bilhões.

Um País continental, com atrasos seculares – aí V. Exª tem razão –, exigiria investimentos infinitamente maiores. Aqui passo a considerar algo que no PPA, naquilo que são apenas os números, não aparece.

À página nº 12.716 do **Diário Oficial**: "Macroobjetivos: Item 2. Sanear as finanças públicas". "Como pressuposto do PPA é – aqui está dito – compromisso do Governo estabilizar, ao longo dos próximos anos, o montante da dívida pública medido como percentual do PIB". E depois estabelece: "Serão prioridades – não vou ler tudo – melhorar a qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento do sistema de planejamento e orçamento". Tudo bem, é um discurso. O segundo: "Reduzir os déficits orçamentários do setor público nas três esferas de governo. Aperfeiçoar o sistema previdenciário e reduzir o seu déficit nas três esferas de governo".

Começarei pela Previdência. Não é verdade que a Previdência Social é deficitária em nosso País. Em apenas um ano, foi retido no Tesouro Nacional ou desviado das funções próprias da Previdência mais de R$20 bilhões, aqueles recursos advindos do Cofins e da Contribuição sobre o Lucro Líquido.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª está falando de seguridade e não da Previdência, está misturando palavras.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Não, V. Exª inverteu. Aqui está escrito: "Aperfeiçoar o sistema previdenciário e reduzir o seu déficit." Aqui, fala-se do sistema previdenciário.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Previdenciário tem déficit. V. Exª está se referindo à seguridade, quando diz que existe superávit, está dizendo...

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Não, ao contrário, a seguridade é que tem déficit. Veja, é a seguridade, o orçamento previdenciário não tem déficit. V. Exª está fazendo confusão.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª não leu sequer o Orçamento. Neste ano, ela tem R$11 bilhões de déficit.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – Não, mas V. Exª está-se referindo àquele que é o déficit da seguridade em conseqüência do desvio de recursos...

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Não, estou falando da Previdência.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – V. Exª está totalmente enganado, não há nenhum déficit previdenciário. É só consultar a assessoria. .

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – É uma pena que V. Exª não esteja...

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT – SP) – V. Exª nem pede mais aparte, mas concedo pelo prazer do debate, porque V. Exª gostaria, digamos, que eu concordasse com o que V. Exª afirma, de que há déficit. Não há o déficit. V. Exª, como o Governo todo, não tem como provar para ninguém que há déficit, porque o que há é desvio ou retenção. Vou explicar para V. Exª: tanto os recursos advindos do Cofins quanto da receita de lucros líquidos não vão diretamente para os cofres da Previdência. A arrecadação é feita via Receita Federal, cai no Tesouro Nacional e, ilegalmente, é retido. É por isso que dizem que há déficit e o Tesouro Nacional tem que fazer o aporte.

Mas também V. Exª poderá considerar – não mais talvez no meu período, porque não vai dar tempo –, na continuidade dos debates, que o compromisso de pagamento do serviço da dívida externa – vou dar um dado aqui, para que se reflita –, em 1994, a dívida externa do Brasil era de R$144 bilhões, de 1994 até 1998, o Brasil pagou, só de serviços e juros, R$127 bilhões. Nesse período, a dívida externa aumentou R$86 ou R$87 bilhões.

Isso ocorreu não por acaso. A dívida pública e privada, e a privada normalmente sendo estatizada. Lamentavelmente, isso faz parte da história do Brasil.

Hoje, pela primeira vez, a dívida externa privada é maior do que a dívida pública. Na história do Brasil, isso nunca aconteceu; hoje ocorre. Não foi por acaso que se tentou outros Proer para outras áreas de atividade econômica.

Portanto, o PPA se resigna, dentro daquilo que se chama a realidade do País, a aplicar pouco em investimentos. Só que a realidade do País está determinada por um sistema financeiro que, inapelavelmente, mantém juros elevados. V. Exª acabou concordando com o Deputado João Fassarella no que se refere a manter o que é o objetivo: juros médios de 16% ao ano, este ano, não poderia estar em 18,5%.

São fundamentos macroeconômicos que têm levado o País a uma situação de verdadeira insolvência social. A maior dívida, a dívida social, não se paga. Todo o Orçamento, o PPA, está, de fato, submetido a essa lógica maior.

Respeitamos o Relator e os que trabalharam no PPA, mas consideramos que S. Exª não tem condições, de **per si** nem no seu conteúdo, de alterar o quadro dramático da realidade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra; mas antes, esclareço que, de acordo com decisão do Plenário, o tempo foi reduzido.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é inegável que o Plano Plurianual deste ano traz avanços metodológicos em relação ao procedimento anterior, que era basicamente uma projeção estatística do orçamento passado. No entanto, o PPA foi elaborado por 18 empresas de consultoria, com avanços técnicos, mas com uma participação da sociedade muito pequena, o que traz o velho viés da tecnocracia e da burocracia no planejamento estratégico desta Nação. A História já demonstrou que esse não é o melhor caminho.

Entendo também que a proposta dos eixos regionais de desenvolvimento traz aspectos importantes, sobretudo no que se relaciona ao setor mais moderno da economia, permitindo investimentos que passam a orientar o gasto público e o início de um debate sobre um projeto nacional de desenvolvimento. No entanto, há duas questões que considero absolutamente inaceitáveis nessa proposta que estamos discutindo. A primeira refere-se à questão central deste País, a desigualdade social, porque continuamos sendo a sociedade mais injusta deste Planeta, em que 44 milhões de brasileiros sobrevivem com apenas R$2 por dia. E essa desigualdade social não é o centro de um processo de planejamento estratégico da Nação.

Não há um conjunto de políticas públicas concretas em relação a esse setor mais atrasado em termos de produtividade e capacidade de subsistência econômica e sobretudo as perspectivas de geração de emprego, de apoio à agricultura familiar, de impulso à economia solidária, às formas cooperativadas, às pequenas cooperativas, às pequenas iniciativas. Esse setor, que abriga hoje mais da metade da população economicamente ativa, está voltado para a atividade informal da economia. Mais da metade da classe trabalhadora não tem carteira de trabalho assinada. Um plano estratégico de combate à fome, à miséria, à desigualdade que aí está tinha que ter na questão social o centro das suas preocupações. Não é isso o que ocorre.

Em segundo lugar – aí sim, a questão central –, o programa de investimentos que está desenhado no PPA não tem a menor sustentabilidade na realidade econômica e social do País. Primeiro, porque pressupõe um conjunto de investimentos privados que exige um ambiente macroeconômico que o País não possui. Quero lembrar que, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto foi de 2,33%, enquanto a nossa taxa histórica no chamado nacional desenvolvimentismo, tão abominável por parte desse Governo, era de 7,32%, de 1950 a 1980. A taxa de crescimento do PIB, no Governo Fernando Henrique Cardoso – são cinco anos de governo –, é inferior, inclusive, à taxa da "década perdida" dos anos 80, que foi de 2,93%. E não temos as restrições do financiamento externo nem taxas de juros elevadas, como tivemos nos anos 80, temos acesso à liquidez internacional, fontes de financiamento privado e oito anos de crescimento sustentado das principais economias do mundo. E por que isso ocorreu? Porque tivemos uma política econômica absolutamente irresponsável, de âncora cambial, de abertura comercial ingênua e irresponsável, que destruiu a capacidade produtiva e gerou uma vulnerabilidade externa extrema.

Quero colocar aqui por que estamos frágeis. Estamos frágeis porque a remessa de lucros para o exterior cresceu 92% nesses cinco anos; estamos frágeis porque os juros da dívida externa cresceram 62% em dólar nesses cinco anos; estamos frágeis porque o custo desses dois serviços nas exportações, que era de 18% quando Fernando Henrique tomou posse, hoje corresponde a 40% das exportações. Portanto, temos uma dependência de capital financeiro volátil, em que qualquer turbulência financeira paralisa a possibilidade de crescimento econômi-

co do Brasil, como aconteceu com as crises da Tailândia, da Rússia, da Malásia e agora está se repetindo com a queda do Nasdaq.

Sr. Presidente, como assegurar um padrão de financiamento público que sustente as metas que estão sendo anunciadas se a carga de juros da dívida interna sobre o total da receita tributária da União é tão alta, se hoje 66% da receita são juros? Sessenta e seis por cento da receita tributária deste País são para pagar juros. E o Governo aumentou a carga tributária em 34%, em termos reais, descontada a inflação pelo IGP-DI.

De onde virão os recursos para sustentar o crescimento? Por isso discutimos aqui um PPA desenhando um futuro cada vez mais descolado da realidade. E o Ministro veio aqui explicar os cortes que estão sendo feitos, inclusive em termos de investimentos em áreas sociais sensíveis. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. O PPA, que orienta o gasto público, é o acordo com o FMI; esse é o verdadeiro PPA, são as metas de superávit primário de R$29 bilhões e que já conhecemos dos anos 80. São três anos de acordo. Como sustentar um programa de investimento dessa magnitude? Por isso o padrão de financiamento não tem consistência. O ambiente macroeconômico para o investimento privado não tem consistência. Não há qualquer possibilidade de um crescimento acelerado e sustentável que realmente realize as metas propostas, ainda que possamos discordar de aspectos centrais dessas metas, mas reconhecemos que outras são um avanço técnico. O País precisa discutir o modelo econômico, o rumo da política econômica e como reduzir essa taxa de juros.

Sr. Presidente, praticamos taxas de juros, durante esses cinco anos, de 21% real, em média, ao ano, contra taxas internacionais de 6%. Isso fez a dívida interna mobiliária federal crescer 611% neste Governo. Quarenta e três por cento do Orçamento é prisioneiro da dívida. Por isso, o Governo não tem capacidade de investimento, de elaborar políticas sociais e realizar esses projetos. Essa é a discussão central. Como falar em crescimento econômico a uma taxa de juros de 18,5%? O Deputado Alberto Goldman acredita nisso e se empenhou. S. Exª sabe a que me refiro, que a taxa de juros iria cair esse ano de forma sustentada. Por que não cai? Porque ela não tem relação com a inflação, que é a mais baixa do período do Real como, por exemplo, em São Paulo, nesta semana, e não tem nenhuma relação com o superávit primário que aí está. O Brasil está prisioneiro...

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – Cada número citado por V. Exª mereceria um debate de pelo menos dez minutos. Realmente, a maneira como V. Exª formula a questão impede qualquer discussão da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Peço que conclua, nobre Deputado.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Deputado Alberto Goldman, temos interesse em debater, difícil tem sido encontrar interlocutores que consigam apresentar dados que não sejam esses. Estou apresentando dados oficiais sobre o crescimento da dívida interna, sobre a expansão da remessa de lucros, sobre o endividamento externo do País, sobre a falta de consistência do padrão de financiamento e investimento que está sendo desenhado neste Plano. Não há sustentação, na realidade. Por isso, ao mesmo tempo em que estamos discutindo o PPA, estamos votando um salário mínimo que vai dar um reajuste de R$0,50 por dia porque não há recursos no Orçamento. Estamos discutindo o PPA, mas não conseguimos sequer colocar na LDO do ano que vem, até agora, o reajuste salarial do funcionalismo. São 983 mil funcionários, que, há cinco anos e meio, não têm reajuste e que vão ficar sete anos sem reajuste salarial, e o Governo não quer negociar.

**O Sr. Alberto Goldman** (Bloco/PSDB – SP) – V. Exªs não fizeram nenhuma proposta de mudança, nem no Orçamento nem no PPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Nobre Deputado Alberto Goldman, espero que V. Exª permita que o orador conclua o pronunciamento.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (PT – SP) – Não podemos estar aqui discutindo uma peça de **marketing** e nem uma intenção genérica. Este Congresso tem que se debruçar sobre a gravidade da crise social que aí está, sobre um período de austeridade que iremos atravessar. Diante da irresponsabilidade da política de juros, da política monetária e cambial, como iremos investir nos projetos verdadeiramente estratégicos e prioritários? A prioridade é o combate à exclusão social, à pobreza, à fome, ao desemprego, à miséria. Esses, sim, devem ser o centro do planejamento estratégico, porque este País está se dividindo perigosamente entre uma elite que não tem nada a perder porque tem tudo e a maioria do povo brasileiro que já não tem mais nada a perder porque não tem nada. Isto, sim, inviabiliza o estado democrático, as instituições, colocando-as em risco.

Os que querem a democracia, o crescimento sustentado e a justiça precisamos discutir um plano

para valer, que distribua renda, riqueza, poder e que seja realista nas suas metas e possibilidades.

O padrão de financiamento, seja pelo ambiente macroeconômico ou seja pela situação das finanças públicas, não tem a menor possibilidade de sustentar esse desenho de investimentos que estamos aprovando. Estamos, na realidade, criando uma intenção genérica, vaga e podemos inclusive discutir o rumo – e é importante que o Brasil faça –, mas se não houver uma mudança do modelo econômico, dos instrumentos de política econômica, estaremos – eu diria – muito longe desse debate que estamos fazendo.

O que faremos, como parlamentar, é administrar essa monumental crise social que está aí e que todo dia está batendo à porta do Congresso, o qual, enquanto continuar subserviente ao Planalto, como vem sendo, será incapaz de pensar com grandeza soluções duradouras e consistentes para a grave crise econômica e social que o País atravessa.

Muito obrigado.

**O SR. DR. EVILÁSIO** (Bloco/PSB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (Bloco/PTB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – A Presidência vai conceder a palavra ao Dr. Evilásio e, posteriormente, a V. Exª, Deputado Roberto Jefferson.

**O SR. DR. EVILÁSIO** (Bloco/PSB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aqui discutindo uma das peças mais importantes de ação do Governo Federal que é o Programa Plurianual. Mas é necessário, Sr. Presidente, para se fazer justiça, que comecemos a reconhecer o trabalho do nobre Relator Deputado Renato Vianna, bem como os relatores adjuntos. Sabemos que elaborar essa peça demanda muito trabalho e parcimônia, porque os interesses são muitos e as demandas são maiores.

O PPA deste ano, Sr. Presidente, traz diferenças fundamentais em relação aos PPA de anos anteriores. Ele traz no seu bojo inovações que determinam, apontam eixos de desenvolvimento setoriais, regionais e dá maior visibilidade, maior transparência aos investimentos que deverão ser feitos até o ano de 2003. Também traz mais clareza para a população, Sr. Presidente. Todavia, não podemos permitir que o PPA se transforme em uma peça de ficção na hora de ser colocado em prática, e que não se abra mão daquilo que mais se reclama e que tem sido uma crítica de todos nós que fazemos Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, qual seja, a falta de políticas públicas. Esse PPA tem de se traduzir efetivamente em políticas públicas, principalmente que visem à recuperação do emprego, porque com ele se corrigem todas as mazelas.

Mas quero aproveitar o ensejo do debate do PPA, para discutir, Sr. Presidente, e ao mesmo tempo defender dois destaques entre os seis apresentados ao PPA, que são de autoria da Bancada do PSB. Quero me referir preliminarmente àquele apresentado pela companheira ex-Prefeita de São Paulo – futura prefeita daquela cidade, se Deus quiser, nas próximas eleições – Luiza Erundina de Sousa. S. Exª, pela Emenda nº 36110010, defende a criação de defensorias públicas especializadas em crianças e aponta no PPA uma emenda de R$4 milhões. E há uma lógica nessa emenda, porque temos um projeto aprovado nesta Casa de autoria da Deputada Luiza Erundina, que defende que as crianças menores, os jovens adolescentes, quando da necessidade de deporem em juízo, nas oitivas, sejam acompanhados de advogado, tenham assistência advocatícia. Isso só será possível se alocarmos recursos. Por isso a Deputada Luiza Erundina apresentou essa emenda de 4 milhões, mas que recebeu aprovação para apenas 1 milhão. Solicitamos a reflexão do Congresso Nacional no sentido de aprovar os 4 milhões, pois se trata de uma medida meritória.

Aproveito também para abordar um destaque de minha autoria em que defendemos a Emenda nº 36040003 ao PPA. Essa emenda é voltada para o Rodoanel Metropolitano de São Paulo e pretende alocar recursos no valor de 150 milhões de reais. E qual é o mérito dessa emenda? Por que defendemos essa proposta, Sr. Presidente? O Rodoanel Metropolitano de São Paulo, muitos já o conhecem pela imprensa, é um anel viário que circunda a Grande São Paulo e significa a entrada do Mercosul no País. O Rodoanel, cujo primeiro trecho, trecho oeste, está hoje em execução, compreende a região sudoeste e oeste da Grande São Paulo e interliga cinco das maiores rodovias do Estado de São Paulo que adentram a região metropolitana. Sr. Presidente, para se ter idéia do significado dessa obra, apenas nesse primeiro trecho se retiram hoje das marginais – a marginal Pinheiros e a marginal Tietê – 45% do transporte de cargas que circula quase que no centro de São Paulo, infernizando a vida dos paulistanos e deteriorando a já péssima qualidade de vida daquela cidade. Essa obra que, repito, está em seu primeiro trecho, representa três mil empregos diretos na obra e dez mil empregos indire-

tos. Nesse seu primeiro trecho, ela está orçada em aproximadamente R$800 milhões. Esse montante, Sr. Presidente, é equivalente a apenas quatro quilômetros e meio da Avenida Águas Espraiadas, obra do Sr. Paulo Maluf.

**O Sr. Renato Vianna** (Bloco/PMDB – SC) – Permite V. Exª um aparte?

**O SR. DR. EVILÁSIO** (Bloco/PSB – SP) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª.

**O Sr. Renato Vianna** (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Deputado Evilásio Farias, quero manifestar o meu reconhecimento pelo esforço e pela colaboração da Bancada de São Paulo. Na qualidade de Relator Geral do PPA, fiz uma visita ao Sr. Governador do Estado de São Paulo, Sr. Mário Covas, juntamente com o Sr. Deputado Alberto Goldman, justamente para tratar do assunto relativo ao Rodoanel. O PPA, no seu encaminhamento pelo Governo, já destina R$430 milhões para essa obra, e nós acrescemos, atendendo à Emenda Coletiva da Bancada de São Paulo, R$238 milhões. Dos nove destaques apresentados, um se refere ao Rodoanel. Quero confirmar a importância dessa obra viária não para São Paulo, não para a malha viária do centro de São Paulo, que está comprometida com o grande tráfego de veículos, mas para o Centro-Oeste, para o Sudeste, para o Sul do Brasil. Essa será, sem dúvida, uma obra importante para o escoamento do transporte de carga, das riquezas, da produção, dentro do projeto sistêmico de diminuição do custo Brasil, fazendo com que rodovias, hidrovias do Tietê–Paraná, portos de Santos, São Sebastião e outros no Estado de São Paulo possam realmente ter a segurança e a rapidez necessárias no seu transporte. Quero cumprimentar V. Exª e reconhecer publicamente que essa talvez seja a obra rodoviária mais importante rotulada e contemplada no PPA.

**O SR. DR. EVILÁSIO** (Bloco/PSB – SP) – Quero agradecer e incorporar o aparte do nobre Deputado Relator e dizer que a Bancada de São Paulo compreende o seu esforço. Sabemos que, de início, esse montante não era o aporte determinado no PPA. Mas hoje, com o esforço de V. Exª, do Governador de São Paulo e de toda a Bancada, o PPA determina 668 milhões, uma obra que no seu primeiro trecho está orçada em aproximadamente 800 milhões. Nossa emenda é no sentido de complementar esse recurso para termos a garantia da verba para concluirmos pelo menos o primeiro trecho, que é o mais importante do Rodoanel.

Quero reafirmar, Sr. Presidente, o nosso agradecimento e o reconhecimento pelo trabalho do nobre Deputado Relator Renato Vianna.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson, como Líder, por cinco minutos.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (Bloco/PTB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, do Tocantins, Estado que visitei recentemente e pude ser recepcionado por V. Exª, Estado lindo e progressista que se agiganta e que tem em V. Exª um dos seus grandes líderes, um dos seus maiores representantes, muito obrigado pela deferência de me dar a palavra neste momento.

Vou fugir um pouco do assunto do PPA, dada a importância de uma decisão que a diretoria colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, tomou, no dia de ontem, e que está publicada no dia de hoje (Nota nº 110, quinta-feira, 8 de junho, INSS – 1.415 e 1.537).

Sr. Presidente, nesta Casa, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, tramita um projeto de autoria da Deputada Marta Suplicy, que cria a união civil estável dos homossexuais. Fui o Relator deste projeto, que foi debatido longamente na Câmara dos Deputados, em uma comissão especial, por um ano. O projeto enfrentou restrições, preconceitos, críticas à autora do projeto, mulher corajosa, inteligente, que descortina o futuro e conhece o presente dos problemas sociais do País; e preconceitos contra mim o Relator, porque aderi à tese da Deputada Marta Suplicy e entendi que a legislação não poderia deixar uma lacuna no tocante à união dos homossexuais no Brasil. E um preconceito pior em relação ao próprio homossexual.

Sou tido na Casa como um homem conservador, mas aceitei relatar um projeto de uma Deputada do PT, sexóloga, vista como mulher progressista. Nos debates onde estive, nas discussões das quais participei, sempre pude presenciar, perceber, sentir um ódio preconceituoso, ideológico contra o homossexual.

É curioso, Sr. Presidente, que neste terceiro milênio que já vivemos, as pessoas aqui na Casa e que representam o povo – eleitas pelo voto do povo – consigam demandar, polarizar, energizar, juntar tanto ódio contra a opção sexual de um ser humano como nós.

O que é um homossexual? É um cidadão que ama ou uma cidadã que ama, que produz, que paga imposto, que constrói. Diferentemente de nós, tem

uma outra opção sexual, e isso incomoda conceitos e preconceitos até da nossa formação judaico-cristã.

Sr. Presidente, o Instituto Nacional do Seguro Social acabou suprindo o projeto que deixamos de fazer aqui, ou quase supriu. A burocracia, a tecnocracia, aquele que não teme o voto, aquele que faz o social diretamente por conhecer a necessidade do povo, acabou suprindo um dos capítulos dos projetos dos mais importantes, que é dar ao companheiro do homossexual o seguro social, a pensão, coisa que a Câmara dos Deputados se negou a fazer, por preconceito. Os homens e mulheres que têm votos e que se dizem representar o povo se negarem a fazer o que os tecnocratas fizeram.

A Instrução Normativa nº 25, de 7 de junho de 2000, estabelece, por força de decisão judicial, procedimentos a serem adotados para concessão de pensão por morte de companheiro ou companheira homossexual. Disciplina procedimentos, como devem ser requeridas as pensões. O art. 3º da referida instrução normativa elenca os requisitos para comprovação do reconhecimento da união estável.

Recusamo-nos, nesta Casa, a tocar no assunto como união estável. Falávamos em contrato de parceria, em pacto de solidariedade. E o que faz o INSS? Comprovação da união estável, que no art. 226 da Constituição se equipara ao casamento para fins de proteção do Estado, e elenca os documentos: declaração do Imposto de Renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente; disposições testamentárias; declaração especial feita perante tabelião (escritura pública declaratória de dependência econômica); anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados; prova de mesmo domicílio; provas de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil; dentre outros.

Assinam o documento o Sr. Crésio de Matos Rolim, Diretor-Presidente do INSS; Dr. Paulo Roberto T. Freitas, Diretor de Administração; Dr. Luiz Alberto Lazinho, Diretor de Arrecadação; Sebastião Faustino de Paula, Diretor de Benefícios; e Marcos Maia Júnior, Procurador-Geral.

Sr. Presidente, não temos mais o direito de reclamar, quando o Poder Judiciário ou o Poder Executivo nos superam na legislação. Não sei se o deputado eleito pelo voto fica preso a preconceitos de alguns eleitores. Deixamos de fazer a legislação que o INSS, por portaria, está fazendo. Descumprimos a nossa missão de legisladores de suprir a ausência de norma reguladora para a união estável de homossexuais, e o INSS fez.

Então, o meu discurso, Sr. Presidente, é para cumprimentar a direção do INSS pela coragem da decisão e lamentar que nós, os parlamentares, tenhamos nos acocorado diante de preconceitos, de tabus e impedido que a Casa pudesse fazer essa legislação que o INSS acabou fazendo por uma mera portaria.

*Eram as palavras que eu tinha a proferir*, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra V. Exª.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não tenho nenhuma dificuldade em ouvir o Deputado Jorge Bittar, mas eu estava inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – S. Exª se inscreveu primeiro que V. Exª, com certeza; fez uma permuta com o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG) – V. Exª havia dito que eu seria o próximo orador.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Deputado Virgílio Guimarães, se V. Exª tiver pressa, não tenho problema nenhum em permutar com V. Exª. (Pausa.)

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, em primeiro lugar, quero me associar àqueles que elogiaram a atuação do Deputado Renato Vianna à frente da Relatoria do PPA. Foi um trabalho profícuo, amplo, o Deputado se mobilizou, teve oportunidade de visitar diversos estados, dentre eles, o Estado do Rio de Janeiro, que represento aqui nesta Casa. Estando, na ocasião, na condição de Secretário de Planejamento, tive oportunidade de recebê-lo, em companhia do então Deputado Antonio Carlos Biscaia, e pudemos percorrer o Estado do Rio de Janeiro, para que o Deputado Renato Vianna pudesse conhecer mais de perto nossos problemas de infra-estrutura, a realidade dura da nossa Baixada Fluminense, os desafios do saneamento básico, da saúde, da educação e de tantos outros temas de nosso Estado também.

Considero que há um avanço metodológico importante na elaboração deste PPA, há um sentido de

elaboração estratégica nesse processo que o diferencia de planos anteriores. Temos de fazer um esforço muito grande para recuperar o sentido do planejamento e do orçamento. Não raro, ouvimos desta tribuna oradores afirmarem que os PPA, os orçamentos são peças de ficção. E, em uma certa medida ou em uma grande medida, é absoluta verdade.

Chamo a atenção para o fato de que o Presidente deste Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, teve a oportunidade de adicionar um elemento importante nessa discussão sobre o Orçamento, ao propor um debate em torno de sua proposição de que o Orçamento se torne uma peça impositiva ao invés de ser uma peça autorizativa.

Considero este um debate fundamental e um elemento que pode apontar no sentido de que planos e orçamentos se tornem peças extremamente importantes, como instrumentos de definição de prioridades, de visão de desenvolvimento, de enfrentamento de desafios e de construção da democracia e da transparência, sobretudo nas relações entre Governo e sociedade.

Apesar dos elogios que fiz ao PPA, devo salientar também que, ainda por conta de ter sido elaborado por uma consultoria, por conta de o processo de consulta à sociedade ter se resumido a uma espécie de um roteiro de visita aos estados, ao final do processo de elaboração do PPA, com reuniões de apresentação dos resultados antes de essa peça ter sido enviada a esta Casa, isso acabou restringindo o aspecto democrático de consulta à sociedade, aos atores econômicos, sociais, fundamentais para que o PPA estivesse colado verdadeiramente nas prioridades e aspirações da sociedade brasileira.

Vejo nisso uma limitação muito grande. É hoje praticamente um norma internacional que planejamento estratégico de cidades, estados e países seja realizado desde o seu nascedouro, desde o seu início, em um processo que combine a técnica, a avaliação, os dados, a informação com o necessário diálogo, com os atores sociais à quem pretensamente o plano se dirige. Assim, vejo nisso uma restrição muito grande ainda quanto ao caráter desse plano. Isso faz com que claramente o setor de infra-estrutura tenha merecido um destaque muito maior do que o setor de desenvolvimento social quando da elaboração do Orçamento. Isso fica expresso no fato de que a área de infra-estrutura foi-nos enviada de maneira muito mais detalhada, com os eixos de integração, com detalhamentos que chegam à denominação de rodovias a serem recuperadas ou de malhas ferroviárias a serem completadas. No entanto, outras áreas, como a área social e a área ambiental, dentre outras, encontram-se trabalhadas em termos globais, sem o necessário foco, sem o necessário detalhamento, sem a distinção de áreas específicas, sejam elas geográficas ou sociais, que devam merecer tratamento prioritário. Isso, evidentemente, se constitui em uma limitação muito grande para a elaboração do nosso plano.

Está expresso, inclusive no próprio documento que acompanha o PPA, que o foco social tem muito a ver com a idéia da redução do custo Brasil. Ao invés de se trabalhar a questão da melhoria da qualidade de vida, do desenvolvimento da cidadania, ainda se adota a ótica excessivamente economicista; é justa a busca da redução do custo Brasil, é necessária, mas não suficiente para recuperar o déficit social brutal que temos para com esta Nação.

Chamo a atenção também para o fato – como já foi dito por oradores que me antecederam – de que o cenário macroeconômico é extremamente restritivo para uma visão de desenvolvimento sustentável deste País. Ainda trabalhamos com orientações macroeconômicas que tornam a nossa economia extremamente vulnerável a flutuações internacionais, como se verificou, aliás, nesse início de ano, fazendo com que as metas, os programas de desenvolvimento estejam contingenciados por conta das limitações identificadas nas taxas de juros elevadas, na necessidade obsessiva de obtenção de mega superávits fiscais, que impedem que possamos destinar recursos às áreas de desenvolvimento fundamentais, sejam elas sociais, de infra-estrutura, meio ambiente ou do conhecimento.

Gostaria também de ressaltar algo fundamental, mencionado de passagem aqui pelo Deputado Arlindo Chinaglia, mas merece uma observação mais precisa e enfática. Na verdade, o volume de recursos públicos disponíveis para o PPA não é condizente com os desafios do desenvolvimento brasileiro. Acredito que todos nós temos um consenso de que não há como resolver o problema social do Brasil, o problema da miséria. dos desequilíbrios regionais brutais, sem que este País cresça a taxas aceleradas. E, para que este País possa crescer, o papel do setor público é fundamental. Não é um papel excludente com o setor privado. Mas, evidentemente, destinar, em quatro anos, R$87 bilhões para investimentos é algo extremamente limitado; significa investir, a cada ano, 2,3% do nosso PIB, e essa taxa não assegura uma perspectiva de sustentabilidade em um processo de crescimento da economia brasileira.

Se não bastasse isso, o PPA, ao identificar a enorme exigüidade de recursos públicos destinados a investimentos, é obrigado a recorrer à perspectiva dos investimentos privados em áreas fundamentais, como a de infra-estrutura. Aqui gostaria de fazer um alerta em relação a isso. Vivemos um processo de construção de parcerias entre os setores público e privado em diversas áreas da infra-estrutura brasileira. Quero chamar a atenção para as áreas de energia, transporte – sobretudo rodovias –, telecomunicações e saneamento em muitos lugares do nosso País, e é preciso que se faça um balanço dessa perspectiva.

Nós estamos, há cinco anos, com um novo desenho do setor de energia elétrica. No entanto, podemos observar estampada nos principais jornais do País a perspectiva de colapso no abastecimento de energia elétrica no País, exatamente porque o setor privado não investiu na construção de hidrelétricas, termelétricas e outras alternativas energéticas que pudessem assegurar o abastecimento de energia necessário para dar conta dos desafios do desenvolvimento econômico deste País. Só não atingimos o colapso porque nossas taxas de crescimento econômico têm sido extremamente diminutas.

Nas telecomunicações houve investimentos consideráveis do setor privado, mas esses investimentos ainda estão localizados nas áreas de grande densidade demográfica, nos grandes centros demográficos. Identifica-se, nas áreas de menor densidade demográfica, a falta de investimentos na área de telecomunicações, a ponto de cidades com milhares de habitantes disporem de apenas alguns poucos telefones públicos.

No caso de rodovias, o problema grave de pedágios afeta sobretudo pequenos produtores que moram no entorno desses pedágios e que são obrigados a se deslocarem diariamente de sua área de produção para os mercados distribuidores e comercializadores desses produtos, onerando-os e gerando sacrifícios quase que insuportáveis para pequenos empreendedores, como se nota nas manifestações ocorridas nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e em tantos outros lugares.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) (Faz soar a campainha.)

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar a circunstância que envolve o saneamento básico em nosso País. A despeito de o plano prever a ampliação do saneamento básico, quero chamar a atenção para o fato de que, embora haja disponibilidade de recursos para essa área no FGTS desde 1999, por conta das restrições fiscais decorrentes dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, não foi gasto um real sequer em investimento em todo ano de 1999 e agora no ano 2000, apesar da disponibilidade de bilhões de reais destinados ao saneamento pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Ou seja, trabalhamos, de um lado, com o PPA que aponta para investimentos que, uma vez observados, podem gerar um certo alento; mas, de outro lado, uma realidade macroeconômica e uma confiança em investimentos privados absolutamente duvidosa – não por uma figura de retórica, mas pela observância real de qual tem sido o comportamento do setor privado na área de energia, de telecomunicações, de saneamento, de transporte e outras.

Portanto, fica aqui um alerta à Casa para acompanhar de perto os resultados do PPA.

**O SR. DR. HELENO** (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. DR. HELENO** (Bloco/PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, peço para dar como lido o meu pronunciamento, no qual falo sobre greves. Digo que a democracia só funciona quando existe o equilíbrio entre as partes em questão: o grevista, com o direito respeitado, e o Poder Público, com o dever de resguardar esse direito. O direito de greve é assegurado pela Constituição. No entanto, o abuso contra a ordem pública é proibido nessa mesma Constituição.

Por isso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso junto com os demais Membros desta Casa estão procurando amenizar esses problemas, para que o País tenha paz.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido, nos termos regimentais.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (PT – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª, desde que seja extremamente breve.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que o meu pronunciamento, o qual peço que seja dado como lido, é sobre o importante movimento dos agentes de saúde e o movimento do Educarte, realizado em Teresina, Piauí.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio ) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Coruja.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, neste momento, estamos discutindo o PPA. Não se pode desvincular a discussão da peça formal, que é o PPA, da política econômica como um todo adotada pelo Governo.

O Governo, com sua política liberal, tem provocado uma verdadeira sangria nas finanças públicas, fazendo com que vivamos um episódio semelhante àquele que aconteceu nos idos do século XVIII, em Minas Gerais, com a Derrama, quando todos trabalhavam para mandar dinheiro para Portugal para o rei gastar. Hoje, todos nós trabalhamos para pagar os juros das dívidas interna e externa. Qualquer trabalhador neste País faz isso. E a cada instante aprovamos mais uma lei aqui para aumentar alíquotas, para aumentar tributos, o que serve, como a própria peça formal do Governo demonstra, para desviar recursos da produção para o pagamento de juros.

O PPA do último quadriênio mostrou-se – e os números comprovam isso – uma peça de ficção. Aprovamos aqui o PPA formalmente. É preciso ter um Plano Plurianual – a Constituição assim o exige, o Tribunal de Contas assim o exige – mas, na verdade, vimos que isso é apenas uma ficção. Nenhuma das metas de crescimento econômico do Governo foi atingida. Ora, se o Governo nunca atinge as metas que propõe, por que não as reavalia?

Agora, fizemos uma nova proposta, de um investimento de mais de R$1 trilhão. E sabemos que é uma peça meramente de ficção. Vejam V. Exªs como é ficção: o Governo projetou um juro médio, neste ano, de 13,4% ao mês; entretanto, como o juro se manteve em 18,5%, a previsão de pagamento de dívidas do Governo, que era R$78 bilhões, hoje – e nós nem aprovamos o PPA –, atinge o montante de mais de R$100 bilhões. Vejam como PPA é uma peça irreal!

Temos de enaltecer, é claro, o Sr. Relator, Deputado Renato Vianna, do meu Estado, Santa Catarina, que fez um excelente trabalho, procurando adequar formalmente o que era possível. Mas, infelizmente, temos aqui uma mera peça de ficção governamental, porque isso não vai ser praticado.

É importante relembrar o PPA dos últimos quadriênios. Mais de 30% das previsões do Orçamento do PPA tiveram gasto zero, quer dizer, não saíram do papel. Mais de 65% não tiveram 50% dos gastos previstos. Então, na verdade, trabalhamos com uma peça de ficção.

Levou-se a mensagem à população de que vai haver um investimento de R$1 trilhão, nos próximos quatro anos. Não é verdade! O PPA já mostra que mais de R$400 milhões são recursos gastos com a Previdência Social.

Temos de refletir. Nós, parlamentares deste País, representantes do povo, que está lá na ponta da linha escutando, só convalidamos uma peça formal e não vemos os planos serem executados.

**O Sr. Giovanni Queiroz** (PDT – PA) – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Deputado Fernando Coruja?

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – Ouço o aparte do eminente Deputado Giovanni Queiroz, representante do PDT na Comissão de Orçamento, Membro titular, Líder do nosso Partido lá e que vai participar desse nosso pronunciamento.

**O Sr. Giovanni Queiroz** (PDT – PA) – Deputado Fernando Coruja, V. Exª faz uma análise sintética. Em dez minutos, não é possível falar muito sobre o PPA. Mas, na verdade, a Constituição assim prevê. E qualquer governo sério deve ter um Plano Plurianual, não só de investimentos, mas também de ações outras que lhe dêem diretrizes de onde caminhar e como caminhar. Lá, também, na Constituição Federal, está previsto que o Orçamento deve visar à diminuição das desigualdades regionais. E tanto a proposta da Lei Orçamentária anual como a do PPA são um desacerto total, Deputado Fernando Coruja. É uma vergonha para Nação, para nós, parlamentares, convivermos com peças tão esdrúxulas, que arrepiam a qualquer um que tenha a mínima noção do que é planejamento. Este País não tem e nem pode ter planejamento. Até porque os seus Ministros, e particularmente o Ministro da Fazenda, ditam as regras. Porque aqui no Brasil há Ministro de primeiro e segundo escalão. Então, o Ministro de primeiro escalão é o Sr. Malan, e ele sozinho, é o homem da nota só. Depois, vêm os outros Ministros, que são de segundo escalão. Ele determina e os outros têm de cumprir. Por exemplo, está se chamando agora o Ministro Martus Tavares à Comissão para justificar os cortes, o contingenciamento, Sr. Presidente. Na verdade, não tinha de ser o Ministro Martus Tavares. Ele é um Ministro de segundo escalão, como os outros. De primeiro escalão é só o Malan – ele e o Presidente. Então, a culpa de todo o desastre que está havendo no País tem de ser creditada ao Presidente da República, que persegue essa política de ajuste fiscal desordenado e irresponsável, levando

o desemprego e a fome a este País e desviando toda a massa, todo o esforço brasileiro para, como disse V. Exª, pagamento de juros. Projetado para R$78 bilhões, passa de R$100 bilhões de juros, o que significa R$300 milhões por dia, significa R$12 milhões de juros por hora, sangrando o povo, deixando de se construir universidades, de se investir em pesquisa, em Ciência e em Tecnologia. Mas, pior do que isso, quando a Constituição Federal diz que tem de ser uma proposta que diminua os desacertos e as diferenças regionais, nobre Deputado, veja a proposta que veio do Governo para o PPA: em termos de investimentos por habitante, traz, no quadriênio, uma disparidade que chega a R$1.080,00 por habitante para alguns estados, e para outros, R$35,00 por habitante. Então, cada Estado recebe R$1.080,00. Nobre Presidente, Sr. Senador Carlos Patrocínio, este é o desajuste das propostas não só do PPA como também do Orçamento. E nós, da Casa, não temos condições de consertar esta aberração. Isso aqui é uma fantasia. É uma vergonha o Governo Federal mandar uma das peças mais importantes para a política econômica e para o desenvolvimento do País, uma proposta que deveria ser séria, e que, na verdade, não é. Estão cumprindo apenas uma formalidade legal de encaminhar a Proposta do Plano Plurianual como, também, a Orçamentária, para, depois, não cumprir, até porque não tem como cumprir. E V. Exª está provando. Na análise do PPA anterior, nada foi cumprido, pouca coisa foi feita. Então, esta é a peça que, lamentavelmente, vai se votar no Congresso Nacional e que o PDT vai encaminhar contra, porque não comunga com essas peças esdrúxulas, irresponsáveis, de uma proposta de política de desenvolvimento que não tem fundamento algum, porque pratica-se ainda juros altíssimos, sangrando o País e que não resta nada para o investimento, como foi o exemplo agora dos cortes propostos pelo Governo e que causaram todo esse arrepio na Nação. Não teremos recursos para investimentos, geração de emprego e desenvolvimento realmente sustentado do País. Muito obrigado pela oportunidade do aparte, Deputado.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – O eminente Deputado Giovanni Queiroz é um dos parlamentares, neste Congresso, que mais entende de Orçamento. Aliás, se esta Casa tivesse escutado as denúncias que S. Exª fez, no momento adequado, sobre o Tribunal Regional de São Paulo, talvez muito antes, em função da verificação de que os gastos eram absurdos e a cada instante ele levantava na Comissão de Orçamento essa questão, mas a Casa tem também esse dom, de não ouvir aquilo que é dito e as coisas às vezes não repercutem e só repercutem depois, quando um dos próceres da República assim coloca. Esperamos, que agora, quando o Presidente deste Congresso Nacional decide apresentar uma emenda constitucional para tornar o Orçamento impositivo no País, que isso possa realmente ter uma repercussão e alterar esse quadro.

Como bem salienta o Deputado Giovanni Queiroz outros exemplos: a dívida ativa com a Previdência Social hoje é em torno de R$400 bilhões. A previsão do Orçamento é de arrecadar R$40 bilhões, nesse quadriênio. Entretanto, quando vemos os números, verificamos que foram arrecadados apenas 0,02% no último ano. Quer dizer, há uma ficção. Bom, esse Orçamento Plurianual é cheio de ficção. Precisamos ter uma realidade melhor, discuti-la claramente, porque quando a imprensa diz: "o parlamentar de não sei onde, é fisiologista, porque está discutindo recursos para a sua cidade". É isso que tem de ser feito aqui. O parlamentar representa o povo, o estado, a região, tem de vir a plenário discutir para pleitear recursos, porque na hora do Orçamento é que discutimos a realidade do nosso País. Os liberais, que tanto defendem a questão da liberdade de mercado, na hora do Orçamento, em que se discute o dinheiro, têm de se posicionar aqui e mostrar claramente se esse é o valor criado na Revolução Francesa, o valor mais importante, o valor do dinheiro. Então, na hora de decidir onde vai ser aplicado o dinheiro, temos de discutir com clareza se vai ser ou não aplicado e de que forma ele vai ser aplicado. Já terminando o meu tempo...

**O Sr. Giovanni Queiroz** (PDT – PA) – Deputado Fernando Coruja, apenas para acrescentar, só mais um pequeno aparte a V. Exª.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – Com prazer.

**O Sr. Giovanni Queiroz** (PDT – PA) – Na dívida ativa da União, temos em torno de R$275 bilhões; no caso da Previdência Social atinge R$400 bilhões, na projeção do próprio Governo. E a proposta que apresentamos na LDO, que foi vetada pelo Presidente da República, era dar à Advocacia-Geral da União condições de contratar, mediante licitação logicamente – com todo o processo burocrático –, escritórios particulares de advocacia para ajudar a cobrar essa dívida ativa, porque hoje o que se recebe dela é uma vergonha. Agora, não querem receber por quê? Porque se trata de empresas, e 98% da dívida ativa da União, seja a fiscal ou seja a previdenciária, está ligada a grandes empresas. O Governo, comprometido com

essas "grandes empresas" – são grandes porque roubam a Nação –, não acrescenta uma forma melhor de arrecadar esses recursos, que seriam de extrema importância para o desenvolvimento do País – não para dar para banqueiros, porque, dentro dessa política desastrosa de juros altos, seria também transferir mais dinheiro ainda para o sistema financeiro. Mas está nas mãos de grandes grupos econômicos e não interessa ao Governo contratar advogados particulares para cobrar essa dívida vergonhosa de empresários, que não têm sensibilidade para com o País.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (PDT – SC) – Encerrando, Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, poderíamos discutir, horas e horas, sobre o mérito do PPA. Discutir, por exemplo, que houve uma alteração formal importante na maneira de fazer e discutir também onde investir recursos a, b ou c, para promover desenvolvimento. Mas se torna quase que uma discussão inócua, porque sabemos que esse tipo de PPA é apenas uma formalidade.

Nós, parlamentares, ficamos aqui legitimando, convalidando uma proposta que, sabemos, não vai sair do papel. É como se estivéssemos aqui legitimando que os recursos públicos, os tributos deste País – que os mais pobres trabalham para pagar – fossem transferidos, tirados, com uma mão, e transferidos, com a outra, entregando ao sistema financeiro para pagamento de juros. Na verdade, é isso que estamos fazendo aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, apenas agregando mais algumas informações que nossos companheiros já trouxeram a esta tribuna, e para dizer da frustração, como brasileiro, que vem convivendo neste Congresso há dez anos, pela vontade daqueles homens do interior do Estado do Pará, que me permitiram aqui estar para representá-los, da frustração danada de cidadão, de homem público e de médico que fui no interior do meu Estado – formei-me no Rio de Janeiro – e de hoje ver crescer a criminalidade, a desesperança do povo brasileiro, como um todo. E convivendo pelo interior do meu Estado, ouvindo os apelos mínimos e pequenos daqueles que lá sofrem labutando para construir sua vida, para sustentar a sua família, num desespero total, porque não têm expectativa alguma de desenvolvimento, pois as nossas rodovias continuam a matar, por falta de segurança. Os homens das cidades pequenas, médias e grandes, sentem-se inseguros consigo mesmo e com os filhos, porque a marginalidade cresce de forma assustadora.

Sr. Presidente, há pouco, em Tucuruí, numa reunião com o Partido eu dizia: por que temos de condenar tanto o criminoso em si, o criminoso de fato, aquele homem que pratica o crime, que se aliena da sociedade organizada, que fica à margem dela, para tentar sobreviver de forma anárquica e de forma marginal? Ele não nasceu marginal, porque nenhuma criança é marginal; criança nasce inocente; nós é que a tornamos marginal, porque não permitimos a ela a oportunidade de uma vida digna, não lhe damos a oportunidade de um lar, de uma educação, de se alimentar. E, aí, começa a praticar os pequenos roubos. Primeiro, o pão, depois, a bicicleta, que rouba numa esquina e vende na outra esquina, para, na terceira esquina, às vezes, pagar remédio do filho, pois não dispõe do dinheiro. E que humilhação desgraçada é vivida pelo cidadão brasileiro desempregado.

Como é que pode, Deputado Fernando Coruja, um homem que não tem emprego, depois de dois, três meses, chegar em casa, com os filhos passando fome, sem condições de comprar o botijão de gás, sem condições de comprar o pão, o leite? Como é que se sente esse homem? Será que eu, no lugar dele, não estaria também roubando, para não deixar os meus filhos com fome? E não por falta de vontade de trabalhar, porque é um direito dele, mas é porque o Estado lhe nega o direito de ser um cidadão, lhe nega o direito de poder trabalhar, produzir, para sustentar sua família, lhe nega o direito de sonhar com uma vida mais digna, mais honrada.

Srªs e Srs. Congressistas, não podemos ficar omissos e alienados a tudo isso; temos de nos rebelar, sim; temos de estar indignados com essa forma de vida no Brasil. E o Governo paga R$12 milhões por hora de juros a quem especula, não produz; a quem leva a nossa riqueza, o nosso suor, o nosso trabalho, e depois vem com essa falácia, essa fala fácil, irresponsável de que o País vai crescer em tantos por cento, quando, na verdade, em anos anteriores não cresceu.

Senador Suplicy, o Governo continua mentindo à Nação. Estão aí agora propondo que saiamos de R$50 bilhões de exportações para R$100 bilhões de exportações nos próximos quatro anos, o que é uma mentira. Não há nada que sustente essa afirmação, porque não se investe no setor produtivo, nem para suprir a demanda interna, nem para ter excedentes

exportáveis. Não há nenhuma política de desenvolvimento traçada pelo Governo.

Estamos aqui, Senador Suplicy, a ver se aprovaram um PPA fantasioso, mentiroso. E Presidente vai à rede nacional de televisão dizer que são um trilhão e cem bilhões de reais, como se isso fosse investimento. Isso é uma vergonha!

**O Sr. Fernando Coruja** (PDT – SC) – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA) Concedo o aparte ao nobre Deputado Fernando Coruja, com prazer.

**O Sr. Fernando Coruja** (PDT – SC) – Só gostaria de lembrar que o Governo Fernando Henrique entrou 1995 com uma dívida interna em torno de R$60 bilhões. Hoje, essa dívida já chega a quase R$600 bilhões. Neste intervalo, vendemos grande parcela do nosso patrimônio: R$70 bilhões. Veja bem: pode ser competente um Governo que vai administrar um País... Tanto se faz comparações com pequenos armazéns, como se fala, que pega um Governo com uma determinada dívida, vende o patrimônio e torna a dívida dez vezes maior. Neste ano, a previsão de juros a serem pagos, levando em cálculo que o juro dá 18.5 ao mês, vai chegar a R$100 bilhões; o superávit primário, 2,6% do PIB, R$28,5 bilhões; logo, os outros R$72 bilhões vão ter de sair de outras fontes. Quais são as outras fontes? Algumas fontes de privatização, mas vamos ter de aumentar ainda mais essa dívida. Estamos numa escalada da dívida que não sabemos aonde vamos parar. O Governo, na verdade, apenas mudou o problema. Havia um problema, que era a inflação, mudou para dívida pública, e esse é muito mais grave. Mudou formalmente de um problema "a" para um problema "b". Mas não o resolveu nenhum dos problemas que V. Exª levanta. O desemprego aumentou, nos últimos seis anos. Agora, temos um pequeno sinal de que há uma melhoria, mas não chega aos níveis de 1994. Quer dizer, o desemprego aumentou. Os índices sociais, como regra, pioraram, no Governo Fernando Henrique. Os que melhoraram são anteriores. Quando vêem a estatística, constata-se que o mais baixo índice de mortalidade infantil, nos últimos 15 anos, verificou-se no Governo Itamar e em outros Governos.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA) – Permita-me ainda fazer uma consideração, Deputado Coruja, com base nos dados que V. Exª traz para conhecimento da Casa. Em 1994, há cinco anos, o Brasil tinha uma dívida líquida de R$64 bilhões. Privatizou R$70 bilhões, vendeu, do patrimônio nacional, R$70 bilhões, digamos que quitou essa dívida, e ainda deve R$500 bilhões, agora, em dezembro de 1999. Então, em cinco anos, a dívida brasileira aumentou em R$500 bilhões. E é importante fazer um exercício, Deputado Coruja e meu Presidente: com cada R$100 bilhões, veja o que se constrói com R$100 bilhões, por ano: todas as rodovias federais do Brasil, se construídas a R$300 mil o quilômetro, pode-se construir por menos algumas, por mais outras, a média é de R$300 mil, gastaria apenas R$20 bilhões, são 62 mil quilômetros de rodovias federais, com R$20 bilhões. As nossas universidades, todas, do Brasil todo, com mais R$20 bilhões. Com mais R$20 bilhões, o senhor construiria 4 milhões de moradias, para 20 milhões de brasileiros, também com R$20 bilhões. Mas gastei só R$60 bilhões, até agora, e já construí todas as rodovias– não é recuperar, não; é construir, fazer novinha, como se nada existisse –, construímos todas as universidades, mais habitação para todos os brasileiros que não têm habitação. Assentaríamos um milhão de famílias de trabalhadores rurais com R$10 bilhões, esgotaríamos a necessidade do setor de assentamento de reforma agrária, com mais R$10 bilhões. Vamos para R$70 bilhões. E aí não sei mais onde gastar. Com mais R$20 bilhões, constróem-se todos os hospitais, de novo.

**O Sr. Fernando Coruja** (PDT – SC) – Com mais R$3 bilhões por ano, o salário mínimo poderia ir de R$151,00 para R$177,00.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA) – Com R$3 bilhões, aumentaria o salário mínimo de R$151,00 para R$177,00. Mas isso estou falando só de um ano. Então, daria para, a cada ano, com R$100 bilhões, fazer a metade do Brasil.

Na verdade, estão sangrando o Brasil, Deputado Coruja, essa é a grande verdade, sangrando o Brasil, tirando do cidadão e dando para quem especula, para quem aplica na Bolsa, aplica nos títulos públicos federais com esses juros aí, que, sem dúvida nenhuma, é a usura institucionalizada. É a segunda maior taxa de juros reais do mundo.

É um absurdo! Isso é brincadeira de mau gosto, é responsabilidade de quem governa. De vez em quando, vejo alguém criticando aí o Ministro da Reforma Agrária ou o Ministro da Saúde. O Ministro da Saúde e o da Reforma Agrária, como o Ministro do Planejamento, Senador, são Ministros de segundo escalão; quem decide é o Sr. Malan, que, aliás, deveria já estar afastado hoje do Ministério, para que se pudesse melhor apurar a questão do FonteCindam, cujo ex-Presidente do Banco foi preso hoje, no Rio Grande

do Sul. Deve-se afastar, com certeza, o Sr. Malan, a Drª Tereza Grossi, que deveria estar afastada também, porque é Diretora de Fiscalização do Banco Central, nobre Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Do Banco Marka.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT – PA) – Do Banco Marka, ambos. Muito bem, deveriam ser afastados, porque estão envolvidos. Se foi preso o dono do Banco pela maracutaia naquele dinheiro que tomou junto ao Banco Central, ele esteve no Banco Central, o Sr. Malan tinha conhecimento, a Drª Grossi foi quem autorizou a liberação e hoje é Diretora de Fiscalização do Banco Central. É uma verdadeira sangria que se pratica em todas as áreas, em todos os flancos contra a Nação brasileira.

E V. Exª, que preside esta sessão, Senador Carlos Patrocínio, que, aliás, é do Tocantins, um Estado que cresce pelo esforço próprio da Bancada Federal, seja de senadores ou deputados, e pelo esforço pessoal e a competência pessoal do Governador Siqueira Campos, que é competente na gestão pública, mas cresce com dificuldades, com as amarras naturais de quem quer crescer, quer fazer mais pelo seu povo, vê a Nação lhe tolher essa oportunidade de realizar tantos sonhos.

Daí a indignação que trago no peito. Sou político ainda por indignação, por revolta, por ver que este País não se resgata, porque os homens que o dirigem não têm compromisso para com a Nação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – V. Exª tem a palavra pela ordem, lembrando que o tempo da sessão já se encerrou, eminente Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Promotor de Justiça, André Luiz Marcassa, pediu ontem ao Juiz da 1ª Zona Eleitoral, José Percival Albano Nogueira, conforme informa o **Estado de S. Paulo**, a suspensão do debate entre os pré-candidatos que a Rede Bandeirantes marcou para a próxima segunda-feira, argumentando que isso poderia estar ferindo o art. 36 da Lei nº 9.504/97, segundo a qual as propagandas eleitorais só poderão ser permitidas a partir de 6 de julho.

Ora, Sr. Presidente, é preciso esclarecer a esse promotor que o espírito dos congressistas, ao elaborar a Lei Eleitoral, nunca foi o de proibir debates pelos meios de comunicação, ainda mais entre todos os candidatos. Quero cumprimentar a Rede Bandeirantes por promover um debate entre os principais candidatos, como haverá, por exemplo, na Capital de São Paulo, do qual participarão Marta Suplicy, Luiza Erundina, Geraldo Alkimin, Romeu Tuma e Paulo Maluf. É possível que o Promotor Luiz Marcassa esteja tomando uma atitude dessa natureza porque o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que quer ser candidato, não tenha sido convidado. Mas é preciso lembrar ao Sr. Luiz Marcassa que o ex-Presidente Fernando Collor de Mello tem os seus direitos políticos cassados até 28 de dezembro deste ano. Seria preciso revogar a decisão do Senado Federal, de 28 de dezembro de 1992, para que a Rede Bandeirantes pudesse convidar Fernando Collor de Mello.

Por enquanto, que eu saiba, o seu registro definitivo como candidato não foi reconhecido pela Justiça Eleitoral, e creio que haverá uma decisão sobre o caso a ser analisada até pelo Supremo Tribunal Federal.

Contudo, garantir o debate da Rede Bandeirantes é essencial para a democracia, até porque todos os meios de comunicação estão entrevistando candidatos, da maneira mais democrática possível. Basta ver que a Rede Record de Televisão, por intermédio de Boris Casoy, a cada domingo está entrevistando um dos candidatos, em cada emissora; a Rede Gazeta de Comunicações está fazendo o mesmo, e assim por diante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Encerrada a discussão.

A votação do Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, ocorrerá em sessão conjunta a ser marcada pela Mesa Diretora do Congresso Nacional, assim que houver acordo de lideranças.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Os Deputados André Benassi, Alex Canziani, Mauro Benevides, Vicente Caropreso, Jair Bolsonaro, Paulo Paim, Edinho Bez, Osvaldo Sobrinho, Jandira Feghali, Aloízio Santos, Fernando Gonçalves, Edinho Araújo, Telma de Souza, Pompeo de Mattos, Nelson Marquezelli, Dr. Heleno, Wellington Dias, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Exªs serão atendidos.

**O SR. ANDRÉ BENASSI** (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, a redução da jornada de trabalho, um dos temas tratados nos

encontros do Presidente Fernando Henrique com o Primeiro-Ministro e o Presidente da França, ganha maior importância graças exatamente ao interesse do Governo em buscar soluções urgentes para o grave problema do desemprego no País.

De fato, há uma preocupação do Governo em discutir amplamente a matéria com empresários e trabalhadores, visando à adoção de alternativas que aumentem a oferta de emprego e a firme retomada do crescimento econômico, com amplos benefícios para toda a sociedade.

O momento é bastante oportuno para a realização desse debate, porque os números mais recentes mostram recuperação da atividade em muitos setores, mediante maior utilização da capacidade produtiva e o cumprimento de horas extras de trabalho, enquanto permanecem elevados os índices de desemprego.

Daí a importância de se discutir profundamente a matéria, examinando-se todas as suas conseqüências e implicações. Não é algo tão simples, como alguns procuram demonstrar. É preciso aproveitar a vitoriosa experiência da França, onde a jornada semanal foi reduzida de 40 horas para 35 horas de trabalho, levando-se em consideração também as diferenças estruturais e culturais entre o Brasil e aquele País.

Aqui, por exemplo, os custos para abertura e manutenção dos postos de trabalho são bem maiores do que na Europa.

O fundamental é que todos – governantes, legisladores, sindicatos patronais e de trabalhadores – tenham a devida consciência do quanto irá melhorar a conjuntura econômica e social do País com o aumento de vagas de trabalho mediante redução da carga horária. Penso que esse deve ser o princípio básico para a elaboração de soluções, não simplesmente algumas razões de ordem financeira ou contábil.

A qualidade de vida das pessoas, das famílias e das comunidades depende do grau de tranqüilidade, segurança e atendimento das suas necessidades básicas. E tudo isso tem estreita relação com os índices de emprego. Quando crescem as oportunidades de trabalho, aumenta sensivelmente o nível de satisfação e bem-estar da sociedade, diminuindo-se os conflitos e as tensões sociais.

Se não houver a prática das horas extras, por exemplo, certamente serão feitas novas contratações. Os que se encontram empregados perderão o ganho extra, mas outros trabalhadores e famílias terão renda, aumentando o consumo e a produção.

Devemos examinar com muito cuidado todo o contexto da redução gradual e paulatina da jornada de trabalho, mediante um programa viável e que não traga custos adicionais às empresas, nem comprometimentos à arrecadação de tributos e contribuições sociais.

Outro ponto abordado pelo Presidente Fernando Henrique e os Chefes de Estado e do Governo franceses merece toda a atenção do empresariado e dos demais agentes compromissados com esse projeto de combate ao desemprego. Refiro-me ao incentivo para a admissão de jovens que procuram o seu primeiro emprego. É por demais importante para o futuro de todo o jovem a possibilidade concreta de conseguir uma ocupação remunerada, seja pela questão do rendimento, seja pela necessidade de se afirmar, integrando o processo de produção e adquirindo experiência para consolidar sua formação profissional.

Estou certo de que Executivo, Legislativo e iniciativa privada têm plenas condições de construir um programa de recuperação do emprego e de crescimento econômico sustentado que proporcione muitos benefícios ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. ALEX CANZIANI** (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, cumpre enaltecer o sistema penitenciário do Estado do Paraná, que, com base no trabalho de detentos para a iniciativa privada, tem conseguido obter resultados muito positivos na recuperação, ressocialização e reintegração do preso. Trata-se de um programa no qual empresa, estado, detento e sociedade são beneficiados. A empresa se beneficia com a redução dos custos de produção. Quanto ao preso, além da oportunidade de profissionalização, recebe salário e tem redução de um dia de pena a cada três dias de serviço prestado.

A contratação de mão-de-obra ocorre em duas modalidades: de detentos em regime semi-aberto e de detentos em regime fechado, ou seja, os que não podem deixar a unidade penal. No primeiro caso, além do pagamento de um salário mínimo por mês, a empresa responde pelas despesas com transporte e alimentação do trabalhador. Não há vínculo empregatício e não são cobrados encargos. A relação de trabalho se verifica apenas entre a empresa e a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania/Fupen, conforme Termo de Cooperação com duração de um ano, renovável por interesse das duas partes.

Principalmente, vale ressaltar que o Programa de Ressocialização pelo Trabalho oferece trabalho

qualificado, contribui para resolver o problema da ociosidade do preso, reduz a tensão no interior das unidades penais, ajuda a ressocializar o detento, diminui as despesas públicas, melhora o sistema penitenciário e ainda amplia a atividade das empresas privadas.

Conforme o Relatório de Atividades de 1999, do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN), dentro do Projeto de Ressocialização, foram promovidos 45 cursos profissionalizantes, mediante termos de cooperação celebrados com a UFPr, Senac, Sesc e Senai, beneficiando 559 presos.

Revelam-se também entre as iniciativas inovadoras e positivas do Depen o Projeto de Colocação Profissional e a aplicação de penas alternativas, determinando a prestação de serviços à comunidade.

Com o aprendizado e o desempenho de um ofício, o preso ressocializa-se e prepara-se melhor para retornar ao convívio com a família e a sociedade.

Cerca de 20% dos presos paranaenses já passaram por treinamento em cursos profissionalizantes oferecidos pelo Senac, Senai, Sesc, Cefet e Universidade Federal.

Estão, portanto, de parabéns, a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Ex-Deputado e Secretário de Estado de Segurança Pública, José Tavares, o Departamento Penitenciário (DEPEN) e o Fundo Penitenciário (FUPEN), e principalmente o empresário Sebastião Antonio Batista, que acreditou no projeto e ousou investir no mesmo, colocando uma filial de sua indústria dentro do presídio. Esse fato cria condições efetivas para a recuperação dos detentos, inclusive convencendo e estimulando a iniciativa privada a participar dessa importante ação de caráter social.

Nesse sentido, como parte do projeto do Governo do Paraná, cabe fazer referência especial às penitenciárias industriais, que, sem dúvida, representam uma mudança profunda na concepção de sistema carcerário. Amplos espaços para a instalação de canteiros de trabalho, equipamentos modernos custeados pelos próprios empresários e a existência das demais condições necessárias para o desenvolvimento de atividades profissionalizantes concorrem para o êxito desse novo conceito de tratamento penitenciário, que vemos como uma real oportunidade de reintegração social.

Inaugurada no final do ano passado, a Penitenciária Industrial de Guarapuava, por exemplo, dispõe de estrutura própria de uma fábrica, além de ensino de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes e serviços assistenciais jurídico, médico (clínico e odontológico), psicológico, social, educacional e religioso. Entre os objetivos estão a diminuição da população carcerária das cadeias públicas da região, a humanização do sistema penitenciário, a profissionalização dos detentos e a ressocialização pelo trabalho. A Penitenciária Industrial de Guarapuava, com capacidade para 240 presos, e contando com um galpão de 2.000m² para o desenvolvimento de atividades industriais, irá utilizar a mão-de-obra de aproximadamente 100 detentos.

Confiando, pois, nos benefícios da parceria entre o estado e a iniciativa privada, para reintegração social do detento e diminuição da reincidência criminal, com base no trabalho e também com ênfase à função educativa do sistema penitenciário, esperamos que o exemplo bem-sucedido do Paraná seja seguido nos demais estados brasileiros.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na terça-feira, dia 6, na residência oficial do Presidente da Câmara, algumas lideranças parlamentares, com a presença também do Ministro Pedro Malan e do Secretário Everardo Maciel, discutiram, amplamente, a possibilidade de ser votada, sem mais protelações, a Reforma Tributária, que integra o elenco de modificações estruturais de interesse do Governo, desde 1995, quando se iniciou o ensaio parlamentar para a sua viabilização.

Desde aquele ano, o Deputado Mussa Demes, Relator da matéria, e o seu colega Germano Rigoto passaram a trabalhar, infatigavelmente, para elaborar uma proposição que atendesse, simultaneamente, aos interesses do Poder Executivo e os da legião imensa de contribuintes, garantindo recursos que permitissem o cumprimento das metas preconizadas pela área econômico-financeira.

Sucederam-se simpósios, seminários, palestras, conferências em quase todo o território nacional, a fim de que a proposição pudesse significar uma emanação da própria sociedade civil, que colaborou, patrioticamente, para a elaboração da importante iniciativa, sem exageros que pudessem espelhar um avanço no bolso dos contribuintes.

Em março deste ano, depois, portanto, de uma longa e afanosa maturação, o projeto foi concluído, com a inserção em seu texto de valiosas sugestões, partidas de entidades conceituadas, como a CNI, por exemplo, dispostas a ver concluído o meticuloso trabalho que demandou cinco anos para a sua ultimação.

Campanhas publicitárias chegaram a ser divulgadas, com a paralela distribuição de **botons** e cartazes, em uma tarefa de conscientização das mais bem articuladas, sem que os partidos tenham demonstrado, até agora, vontade política explícita para deliberação a respeito.

Recordo que, em agosto de 1999, em Fortaleza, os prefeitos das capitais reuniram-se com Mussa Demes, oferecendo-lhe idéias calcadas na realidade da maioria das cidades brasileiras, o que propiciou o aproveitamento de muitas delas na redação que veio a prevalecer, com o apoio indiscrepante da Comissão Especial.

Depois de haver aprovado a Reforma da Previdência; a Administrativa, de complexidade inquestionável; e, agora, a do Judiciário, em via de ser encaminhada ao Senado Federal, nada justificaria a procrastinação da Reforma Tributária, já que a mesma permanecesse em um enervante compasso de espera, sem que se vislumbrem perspectivas de um deslinde nos próximos dias.

O encontro, coordenado por Michel Temer, resultou em frustração, por maior que haja sido o seu empenho pessoal para sensibilizar o titular das Finanças a aceitar as diretrizes emanadas dos estudos oficializados pelo Relator da proposta.

Nesse contexto, o tema vai remetido para o período pós-eleição, quando, até lá, poderão surgir inovações que atendam ao contribuinte e à União.

Tentar, já em agosto, esquematizar um calendário mais flexível – em face da participação dos parlamentares na próxima competição eleitoral – seria tarefa infrutífera, ao sabor de **quorum** incerto, particularmente, se for levado em conta a necessidade de 308 votos para o acolhimento dos dispositivos reformistas.

Os líderes das várias bancadas, porém, possuem engenho e arte bastantes para encontrar uma saída, capaz de superar o rumoroso impasse, sem desgastar a imagem do Congresso Nacional.

O apelo que faço, desta tribuna, é para que o Presidente Michel Temer assuma a coordenação pessoal dessa importante tarefa, sensibilizando o Palácio do Planalto para integrar-se nesse esforço comum, corrigindo-se, evidentemente, alguns naturais senões que possam ser assim considerados pela área econômica do Governo Federal.

Engavetar-se o exaustivo trabalho, pura e simplesmente, não condiz com as imensas responsabilidade dos nossos legisladores, quer sejam deputados ou senadores.

Que sobre isso meditem os dirigentes dos dois Poderes, sob as vistas atentas da opinião pública brasileira.

**O SR. VICENTE CAROPRESO** (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, retorno de Lima, no Peru, onde acompanhamos – eu e os Deputados João Hermann (PPS/SP) e Milton Temer (PT/RJ) –, em missão oficial, a realização do segundo turno das eleições presidenciais peruanas, no dia 28 de maio.

As conclusões às quais chegamos após contatos com pessoas envolvidas no processo eleitoral e representantes de agremiações políticas, obriga-nos a uma reflexão mais aprofundada sobre o atual quadro político, não só no Peru, como em toda a América Latina. Infelizmente o espaço do pequeno expediente não permite tal coisa. No entanto, creio oportuno chamar a atenção dos Srs. Congressistas para esse quadro que, se não é grave, merece ser analisado com cuidado para evitarmos uma desestabilização institucional na região que possa trazer conseqüências prejudiciais ao Brasil.

Ouso afirmar, Sr. Presidente, que a crise peruana nos obriga a refletir seriamente sobre o papel do Brasil no contexto latino-americano e sobre a atuação da Diplomacia brasileira no fortalecimento do sistema democrático na América Latina, frente aos desdobramentos político-institucionais resultantes do recente processo eleitoral no Peru. Fatos esses que exigiram do Brasil posicionamentos concretos, primeiro visando auxiliar no resguardo da realização de um pleito justo, interferindo, sem publicidade notória, para a postergação do segundo turno; depois, perante as demais nações que integram a Organização dos Estados Americanos, em defesa da nação vizinha e contrária à proposta apresentada pelos Estados Unidos de impor sanções contra o Peru; e, finalmente, favorável à atuação da OEA no sentido de contribuir com o governo peruano para o resguardo dos princípios democráticos naquele país.

A situação política da República do Peru, especificamente, merece uma análise sob todos os pontos de vista. Sob o aspecto de regime democrático necessita de acompanhamento no sentido do total restabelecimento das instâncias que assegurem liberdade de expressão e direitos iguais a todos os seus habitantes. Principalmente o Poder Judiciário tem de ser restabelecido na sua plenitude. Os problemas constatados durante as eleições demonstraram a fragilidade da Lei Eleitoral Peruana.

Em que pese a maioria dos peruanos (51,20% dos votos válidos) ter se manifestado favoravelmente à permanência do atual Presidente Alberto Fujimori no cargo – legitimando a re-reeleição – e apesar dos "avanços" obtidos, após o golpe de 92, é de fundamental importância para o equilíbrio institucional na América Latina que sejam respeitadas regras básicas mínimas para a condução do poder na República do Peru, como nos demais países latino-americanos.

E a reflexão que propomos, obrigatoriamente, terá de passar pela análise dos reflexos que a adoção do atual modelo econômico prevalecente na região, e as metas de desenvolvimento de cada país, venham trazendo para a fragilização do estado democrático na América Latina.

Dificilmente encontraremos, novamente, uma situação onde praticamente todos os países latino-americanos enfrentam crises políticas e sociais como as registradas: organismos internacionais abandonam o discurso centrado no questionamento da legitimidade das eleições peruanas para propor acompanhamento do processo político local visando o fortalecimento da democracia no país; o Paraguai acaba de suspender o Estado de Exceção decorrente da última tentativa de golpe; a Argentina vive nova crise econômica com a adoção de medidas rigorosas e conseqüente repúdio pela população; a Colômbia enfrenta a violência do conflitos diários entre as forças governamentais e a guerrilha do narcotráfico; as eleições presidenciais na Venezuela, sob suspeitas, foram adiadas para garantir a realização de um pleito democrático.

A crise permite também uma análise sobre a importância e a independência da atuação da Organização dos Estados Americanos, como órgão mediador de conflitos, mas também um fórum de debates e propostas para os problemas que hoje enfrenta a maioria das nações a ela filiadas.

Quanto à Diplomacia brasileira, embora tenhamos constatado o empenho e prudência na condução das relações com a República do Peru no sentido da manutenção de princípios democráticos para a realização do pleito, julgamos necessária uma atuação mais vigorosa nesse momento, assumindo assim o Brasil a sua definitiva posição de Nação líder no contexto latino-americano. Neste sentido, cumprimento o Senador Eduardo Suplicy pela iniciativa do convite para que o Ministro das Relações Exteriores Felipe Lampreia manifeste-se aos senadores a respeito da participação do Brasil no processo eleitoral peruano, por dois motivos: primeiro porque o Congresso, por intermédio de uma de suas Casas, cumpre seu papel e porque, assim, dá-se ciência à Nação das ações do Itamaraty em um momento importante das relações entre as duas nações.

Percorre por esse caminho o relatório que apresentamos ontem na Comissão de Relações Exteriores, que estou encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados (cópia anexa), e no qual recomendamos acompanhamento permanente por esta Casa, por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos fatos decorrentes do processo eleitoral peruano, e sugerimos a formação de um fórum de constante atuação visando a elaboração de uma agenda que propugne pelo retorno à plena democracia peruana.

Para encerrar, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar minha satisfação por ter integrado a missão oficial ao Peru, pela experiência de, por meio da observação junto a praticamente todas as instituições envolvidas na crise peruana, verificar como é que não se deve agir, e poder refletir sobre o muito que ainda temos de caminhar para alcançar a democracia plena em nosso subcontinente.

Independentemente das posições ideológicas de cada um dos deputados que compuseram o grupo, a missão cumpriu seu dever, de acompanhar, relatar os fatos e até sugerir medidas para o restabelecimento da harmonia das instituições da nação amiga peruana. E o Brasil, neste sentido, tem um papel importante e estrategicamente fundamental. É o que interessa ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro. Era o que tinha a dizer.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO EM SEU DISCURSO:*

**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**Relatório das atividades da Missão à República do Peru/maio de 2000**

**1. Apresentação**

A requerimento do Deputado João Herrmann (PPS/SP), foi constituído grupo parlamentar para, em missão oficial, com a finalidade de observar o processo eleitoral peruano para a escolha do Presidente da República no seu segundo turno, tendo em vista as suspeitas levantadas por organismos peruanos e internacionais a respeito da falta de garantias democráticas para a realização de eleições livres e diretas.

Foram designados os Deputados João Herrmann Neto (PPS/SP), Milton Temer (PT/RJ) e Vicente Caropreso (PSDB/SC).

A missão teve duração de cinco dias, no período de 26 a 31 de maio de 2000.

**2. Da chegada à Lima**

A representação – à exceção do Deputado João Herrmann Neto, que chegou a Lima por terra no dia 27 de maio – foi recebida no Aeroporto Internacional de Lima pelo Embaixador do Brasil no Peru, Sr. José Viegas Filho, que em todo o período colocou toda a estrutura da Embaixada Brasileira, em Lima, à disposição dos parlamentares.

**3. Das atividades desenvolvidas**

Os parlamentares brasileiros realizaram encontros com pessoas ligadas ao processo eleitoral, esquivando-se de manifestações junto à imprensa peruana, para evitar controvérsias, e devido à heterogeneidade ideológica dos parlamentares observadores.

3.1 ONG Transparência

Foi realizado contato direto com representantes da Organização Não-Governamental Transparência, em sua sede, no mesmo dia da chegada. Naquele momento, houve deliberação, em assembléia geral, para a retirada dos observadores para o segundo turno, em razão de reiterados pedidos de melhoria das condições legais e funcionais da condução do processo eleitoral. Esta posição foi reforçada com a divulgação do Boletim nº 12 da Missão de Observação Eleitoral da OEA – Organização dos Estados Americanos (Anexo I).

3.2 MOEA – Missão de Observação da Organização dos Estados Americanos

Na chegada ao Aeroporto Internacional de Lima, fomos apresentados ao Senhor Eduardo Stein, chefe da MOEA – Missão de Observação da Organização dos Estados Americanos, que estava viajando para Washington. A MOE emitiu parecer no sentido da retirada da Missão de Observação, em razão de não terem sido sanadas deficiências para tornar o processo eleitoral democrático e as partes envolvidas, em que pese os esforços de alto nível, não terem chegado a um acordo para a postergação do pleito. Permaneceu em Lima um núcleo básico para acompanhamento dos trabalhos e término dos relatórios, para posterior envio à sede.

Estivemos em contato direto com dois assessores, Sr. Paulo Lyra (Coordenador de Eleições do TRE/DF – Brasil) e o Sr. Raúl Martinez, assessor jurídico da MOE/OEA, que discorreram sobre a situação. Ressaltaram que a MOE foi ao Peru por solicitação do Governo do Peru, que ofereceu, inicialmente, todas as facilidades para que fossem realizadas as avaliações possíveis. Porém, ao final, com a constatação de irregularidades e solicitação de providências, tanto a MOE, como principalmente o Sr. Eduardo Stein foram alvo de intimidações pessoais, tais como a acusação de pertencer ao narcotráfico que resultou na adoção de medidas de segurança, na sua imediata retirada de cenário por ordem do Secretário Geral da OEA, Senhor Gavíria. Todos os boletins e pareceres complementares estão registrados. (Anexo II)

3.3 Defensoria do Povo (Defensor del Pueblo)

Esta instância faz parte da Constituição peruana. Funciona como um **ombudsman.** Trata das garantias individuais, da lisura das atividades do Estado, enfim da democracia. A pessoa indicada deve ter atributos suficientes para ser eleita por maioria de 2/3 do Congresso Peruano (120 cadeiras). O Sr, Jorge Santistevam de Noriega e o atual titular. Este criticou muito o processo eleitoral peruano, emitindo posicionamento pela imprensa. Tanto os aspectos legais da Defensoria do Povo como a nota à imprensa estão documentados. (Anexos III e IV)

3.4 Contatos com parlamentares peruanos

Estivemos em contato com cinco congressistas:

– Carlos Blanco Oropeza, Presidente de la Comisión de Presupuesto

– Osvaldo Sandoval Aguirre, Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores

– Francisco Pardo Mesones

– Victor Joy-Way

Javier Diez Canseco

Todos, com exceção do último, ligado ao partido marxista, criticaram a atitude do candidato Mejandro Toledo em não ter aceitado nenhuma data para a postergação das eleições em segundo turno Criticaram-no, também, por não ter levado à discussão propostas concretas de mudanças e pela indecisão de concorrer, ou não, o que gerou confusão no eleitorado. Salientaram a importância da atuação da Chancelaria do Brasil, em tentar postergar as eleições e o propósito de não intromissão nos assuntos internos do Peru.

Por outro lado, o Sr. Javier criticou duramente a situação das instituições peruanas, e a ilegalidade das eleições reforçada pelas notas da OEA. Alertou, principalmente, a quase total inexistência de um Poder Judiciário livre e soberano, o qual foi quase que totalmente desmantelado pelo atual regime peruano que tem ingerência nas suas decisões. Acentuou a influência exercida pelo Serviço de Informações por

meio do Sr. Vladimiro Montesinos, que teria influência sobre as Forcas Armadas, Comunicações e Poder Judiciário. Serve como braço direito do Presidente Fujimori.

3.5 Contato com a ONPE – Oficina Nacional de los Processos Electorales

Estivemos no centro de computação das eleições, em Lima, no dia 28 de maio, logo após o término do pleito. A Oficina Nacional de los Processos Electorales foi o órgão responsável diretamente pelas eleições. O Senhor Luis Salazar Ramirez, Consultor Senior de Informática da ONPE, nos apresentou e fez demonstração do **software** utilizado e os procedimentos operacionais para a contagem dos votos. Naquele momento não pudemos observar nenhuma anormalidade.

3.6 Contato com o sociólogo Dr, Anibal Quijano, detentor de vários títulos acadêmicos internacionais, na residência oficial do Embaixador do Brasil, dia 28 de maio.

Criticou duramente o regime vigente no Peru. Além de fazer um resumo histórico da política peruana, posicionou-se no sentido de solicitar o auxílio de organismos internacionais para provocar mudanças constitucionais urgentes. Também ressaltou a ilegitimidade das eleições peruanas, tanto no primeiro, quanto no segundo turno das eleições.

3.7 Embaixada Brasileira

O Embaixador brasileiro agiu sempre preocupado em mediar a situação política peruana. Fez inúmeras gestões no sentido de postergar as eleições, proposta rejeitada pelo candidato Alejandro Toledo, que exigia, além de alterações no calendário, outras mudanças estruturais importantes, imediatamente. Manteve-se discreto, mas evitando de todas as formas qualquer posicionamento no sentido de intromissão nos assuntos internos da República do Peru. Sentimos a sua liderança em relação às embaixadas dos demais países da América do Sul, inclusive da Argentina, cujo Partido do Governo emitiu nota oficial, criticando a situação política criada pelo Presidente Fujimori e solicitando sanções ao País, por parte da OEA e União Européia. O Embaixador, José Viegas Filho recebeu todas as facções políticas para diálogo e mediação.

**4. A Lei Eleitoral Peruana e o segundo turno**

A Constituicion Politica Del Peru, de 1993, estabelece em seu artigo 111 que se no primeiro turno nenhum dos candidatos obtém a maioria absoluta, procede-se ao segundo turno, dentro de trinta dias após a proclamação dos resultados oficiais, entre os dois candidatos que tenham obtido maioria relativa dos votos.

A Lei nº 26.859, de 29 de setembro de 1997, em seu artigo 18 reafirma o prazo para a realização do segundo turno trinta dias após a proclamação dos resultados do primeiro turno.

As autoridades peruanas entendem, portanto, que qualquer postergação do prazo representa transgressão das normais constitucionais e legais peruanas.

Quanto à legalidade da candidatura do Presidente Alberto Fujimori, está baseada no artigo 112 da Constituição promulgada em 1993. Fujimori elegeu-se em 1990 e em 1995 e teve o direito de candidatar-se mais uma vez à Presidência graças à Lei de Interpretação Autêntica do Artigo 112 da Constituição, que permitiu sua reeleição por considerar como seu primeiro mandato aquele iniciado após a vigência da nova Carta Magna.

**5. Os resultados eleitorais**

5.1 Do primeiro turno

Segundo a ONPE:

49,87% – Peru 2000 (Alberto Fujimori) e

40,25% – Peru Posible (Alejandro Toledo)

Segundo a "Transparencia":

49,23% – Peru 2000 e

40,70% – Peru Posible

5.2 Do segundo turno

51,20% – Peru 2000 e

17,68% – Peru Posible

29,93% (3 milhões 531 mil 637) – votos nulos

1,19% (140 mil 773) – votos em branco

19% (11 milhões 800 mil 310 votos) – abstenção

**6. A Análise dos resultados do segundo turno**

Fujimori venceu com a maioria absoluta dos votos. Atuou principalmente na faixa popular do eleitorado e também na classe mais rica. A classe média e acadêmica ficou mais com o Sr. Alejandro Toledo. Toledo entre os dois turnos eleitorais, confundiu seu eleitorado, que avançou meteoricamente de 4 para 40%. O seu posicionamento de pedir para anular o voto, não comparecer, votar em branco e desistir de concorrer, fez com que fosse registrado um número de mais de 30% de votos nulos. Fujimori fez mais votos nominais, que a soma dos votos nulos, em branco e nominais a Toledo.

**7. As manifestações após os resultados eleitorais**

Logo após o término da votação, uma multidão participou de um ato público na Praça San Martin, em

Lima. Mais de 60 mil pessoas, na maioria jovens, criticaram os resultados e a ilegalidade das eleições. Toledo e os demais participantes do palanque, consideraram nulas as eleições. Prometeram atuar nas universidades, órgãos internacionais, ONG, representações de outros países para condenar os resultados eleitorais e a falta de democracia no Peru. Marcaram para o dia 26 de julho uma "marcha sobre Lima". Neste dia tomará posse o novo parlamento eleito nas últimas eleições, será eleito o Presidente do Congresso Nacional e será tomado o juramento do Presidente re-reeleito, Alberto Fujimori. Para ser considerado empossado o Presidente, será necessária a aprovação da maioria do Congresso. O Partido de Fujimori tem a minoria: 52 de 120 parlamentares.

**8. Análise Conjuntural**

O Peru, nos anos em que Alberto Fujimori está no poder, após um auto-golpe, que propiciou várias mudanças no regime, inclusive constitucionais, conseguiu alcançar alguns objetivos imediatos e de médio prazo. A inflação, que chegou a 7.000% ao ano, está sob controle, e a moeda estabilizou-se. Possui reservas suficientes. A dívida externa está toda renegociada. Acabou com o terrorismo no país (Grupo Sendero Luminoso). Foi o mais eficiente país no combate ao narcotráfico na América Latina, inclusive com incentivos aos plantadores de coca para mudar para outras atividades produtivas. Desenvolveu programa de segurança interna no país, propiciando mais investimentos estrangeiros e um aumento considerável na indústria turística.

No entanto, representantes de várias instituições nos esclareceram que existem falhas graves no sistema democrático do país. O Poder Judiciário, principalmente, afirmam, é o que com mais urgência tem de ser reestruturado, pois existe de forma provisória nas várias instâncias. A Justiça Eleitoral é basicamente nomeada pelo Executivo e por pessoas que desempenham alguma função pública nos vários escalões do Governo.

Os governadores dos Estados (Departamentos) são nomeados pelo Presidente. Os prefeitos são eleitos mas com salvaguardas especiais.

As comunicações são mantidas, na sua maioria, por propaganda oficial em 60% dos recursos.

Todos temem a Polícia Fiscal que segundo denúncias, intimida os que se posicionam contra o Governo.

O Executivo subsidia 60% da alimentação dos produtores rurais e quase 40% da população urbana.

**9. Considerações Finais**

A vizinha República do Peru merece uma análise sob todos os pontos de vista. Sob o aspecto de regime democrático necessita de acompanhamento no sentido do total restabelecimento das instâncias que assegurem liberdade de expressão e direitos iguais a todos os seus habitantes. Principalmente o Poder Judiciário tem que ser restabelecido na sua plenitude.

Os problemas havidos durante as eleições demonstraram fragilidade da Lei Eleitoral Peruana, e visível favorecimento ao atual Presidente, com sua re-reeleição.

Contudo, há que se levar em conta os resultados da maioria absoluta dos peruanos que se posicionaram a favor da manutenção do atual Presidente, Alberto Fujimori.

Os países vizinhos, e principalmente o Brasil, como País líder da América Latina e a OEA, deveriam demonstrar a preocupação tanto com o processo eleitoral, recém-realizado, bem como, com o restabelecimento da democracia, na sua forma plena no Peru.

Em que pese os "avanços" obtidos pela República do Peru, após o golpe de 92, consideramos de fundamental importância para o equilíbrio institucional na América Latina que sejam respeitadas regras básicas mínimas para a condução do Poder.

A crise peruana nos remete à reflexão sobre o modelo econômico adotado na região e as metas de desenvolvimento de cada país, que estaria fragilizando o estado democrático na América Latina.

Dificilmente encontraremos, novamente, uma situação onde praticamente todos os países latino-americanos enfrentam crises políticas e sociais como esta.

A crise permite a análise sobre a importância e a independência da atuação da Organização dos Estados Americanos, como órgão mediador de conflitos, mas também um fórum de debates e propostas para os problemas que hoje enfrentam a grande maioria das nações a ela filiadas.

Quanto à Diplomacia brasileira embora tenhamos constatado o empenho e prudência na condução das relações com a República do Peru no sentido da manutenção de princípios democráticos para a realização do pleito, julgamos necessária uma atuação mais vigorosa nesse momento, assumindo assim o Brasil a sua definitiva posição de Nação líder no contexto latino-americano.

Finalizando, queremos agradecer a oportunidade da experiência ímpar, vívida, por meio da observa-

ção junto a praticamente todas as instituições envolvidas na crise peruana.

Independentemente de posições ideológicas, a missão cumpriu seu dever, de acompanhar, relatar os fatos e até sugerir medidas para o restabelecimento da harmonia das instituições da Nação amiga peruana.

É o que interessa ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro.

E o Brasil, neste sentido, tem um papel importante e estrategicamente fundamental.

Recomendamos, portanto, acompanhamento permanente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dos fatos decorrentes do processo eleitoral peruano e sugerimos a formação de um fórum de constante atuação visando à elaboração de uma agenda que propugne pelo retorno à plena democracia peruana.

Sala das Sessões, 7 de junho de 2000. – **Vicente Caropreso,** Deputado Federal – PSDB/SC – **João Hermann Neto,** Deputado Federal – PPS/SP – **Milton Temer,** Deputado Federal – PT/RJ.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (PPB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, no próximo dia 10 de junho comemora-se o Dia da Artilharia do Exército Brasileiro, que, com sacrifício e determinação, mantém-se preparado para a difícil missão de defender a Pátria com suas armas de fogos largos, densos e profundos.

A confraternização ocorrerá no 1º GAAAe (1º Grupo de Artilharia Anti-Aérea), Rio de Janeiro, onde todos os artilheiros da área participarão da solenidade militar, às 10 horas, seguida de almoço.

Tal encontro fraterno funciona como um momento de confraternização entre gerações, em que o espírito cívico fala mais alto que as dificuldades que a Arma atravessa dado o descaso das autoridades para com o Orçamento da Força terrestre.

Inimigos piores vencemos no passado. Os atuais traidores da Pátria também serão vencidos por nós no futuro. Brasil acima de tudo.

**O SR. PAULO PAIM** (PT – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, cada vez que os governantes do País deixam de aplicar os valores do Orçamento destinados à área social, cresce vultosamente a imensa cadeia de miséria direcionada pela política econômica do País, que não privilegia uma educação renovadora e consciente, não distribui renda, não elimina a pobreza, não eleva o poder de compra do SM, não gera emprego, leva a distorções no mercado de trabalho, como o trabalho escravo, infantil, discrimina negros, índios e mulheres. Tudo isso aliado a uma legislação que não é cumprida, e é inteiramente negligenciada quando, de alguma forma, convém a quem julga.

Essa cadeia envolve um dos mais graves problemas sociais brasileiros: o menor abandonado.

Neste País, crianças recém-nascidas e até adolescentes são constantemente abandonados e rejeitados pelos pais e vão se desenvolver em instituições de menores. Outras vão parar nas ruas onde não há condições de vida. Outras ainda, se debatem entre as drogas, o crime e uma sociedade que as discrimina.

O problema da distribuição de renda que deixa cerca de 35% da população abaixo da linha de pobreza e cerca de 17 milhões vivendo em condições de miséria absoluta agrava a situação das famílias brasileiras.

O desenvolvimento harmonioso de uma criança exigiria que a sua socialização fosse feita pela família e complementada pela escola. O importante papel da família sempre foi ressaltado por aqueles que se debruçam sobre a questão do menor e sabem que a ruptura ou a não existência de laços familiares arrasta-os a conseqüências desastrosas, inclusive ao aparecimento de múltiplos problemas de comportamento.

A privação da afetividade e carinho age na criança como se fosse castigo corporal, provocando reações defensivas que podem se converter em agressividade contra si mesma e contra a sociedade.

Um dos caminhos para o abandono é a adoção, e o País peca ao deixar de incentivá-la dificultando os processos com burocracias intermináveis. Os milhares de casais que estão à espera de uma adoção acabam por procurar alternativas fora da lei.

A adoção é um ato de amor e milhares de crianças encontraram um rumo para suas vidas após receberem a oportunidade de ter uma nova família. Todos os problemas poderiam ser solucionados se a lei fosse aliada à realidade.

Esta semana causou-nos surpresa a decisão do STF que derrubou por unanimidade a extensão do direito de licença maternidade às mães adotivas, contrapondo e anulando o entendimento da justiça do trabalho gaúcha. Usaram como argumentação a falácia de que a mãe adotiva não necessita recuperar o corpo, já que não passa pelo processo de gravidez e do parto.

O Supremo Tribunal apenas esqueceu que este período não é para a recuperação da mãe, mas para estabelecer um vínculo com o filho. Não se pode super valorizar os laços de sangue. Mãe e pai são aque-

les que estão ao lado da criança, acompanhando o seu crescimento, prestando-lhe assistência e, principalmente, dando-lhe carinho. Esta decisão é uma forma de discriminar a mãe adotiva e a criança adotada.

Gostaríamos de indagar junto ao STF se existem razões mais convincentes para tal decisão, já que a sociedade como um todo tem lutado contra o abandono das crianças. Perguntaríamos ainda se algum dos juízes fosse adotado, será que teria a mesma visão?

Para que não digam que só criticamos a decisão, informamos a todos que estamos apresentando um projeto de lei garantindo à mãe adotiva todos os direitos assegurados à mãe biológica. Fazemos isso porque entendemos que mais importante que a mãe biológica é a mãe que acompanha a criança durante a sua vida. Esclarecemos ainda que a Constituição Federal já assegura este direito, mas como o STF lançou dúvidas a essa interpretação, deixamos claro que mãe é aquela que cria e não a que somente gera.

Queremos neste instante juntar nossos esforços ao Instituto Amigos de Lucas que luta contra o abandono de crianças e pela adoção legal. Nosso País parece que não quer encontrar o caminho da saída para questões tão urgentes como essa. Afinal, estamos falando de vidas humanas. Queremos ainda fazer um apelo ao STF para que reflita sobre o papel da adoção no Brasil e para as conseqüências que tal decisão poderá gerar.

É o que temos a registrar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDINHO BEZ** (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está sendo desenvolvido, em meu Estado de Santa Catarina, um projeto relacionado à agricultura familiar que servirá de exemplo para o Brasil, a AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. Vou relatar agora sua história:

Desde de 1996, a sociedade civil e o Poder Público dos pequenos municípios das Encostas da Serra Geral, localizados na região sul de Santa Catarina, vêm construindo novas alternativas dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável. Constatou-se que, até então, nesses municípios predominantemente agrícolas, o individualismo e a corrida para o aumento da produtividade com o uso de insumos químicos tinham gerado muitos problemas e pouca qualidade de vida entre os agricultores familiares. Teve início a busca pela organização solidária e pela preservação da vida e da natureza.

Preocupações dessa ordem já se faziam presentes em Santa Rosa de Lima, quando, em 1991, um caminho de aproximação entre os que foram para a "cidade" (outros centros urbanos) e os que ficaram no "campo" (próprio Município) foi se desenhando pelo congraçamento, por meio da 1ª Gemüse Fest, hoje na sua 7ª edição. A partir dessas reuniões, outras parcerias foram nascendo e se fortalecendo.

Em setembro de 1996, naquele Município, um grupo de agricultores aceitou o desafio feito por um supermercadista natural do lugar de produzir hortifrutigranjeiros, de forma organizada e ecológica. Com as primeiras produções realizadas por quatro famílias, em dezembro do mesmo ano, nasce a Agreco, com sede no Município de Santa Rosa de Lima, abrangendo os municípios situados às cabeceiras dos rios Braço do Norte e Capivari.

Em dois anos de existência, o número de associados já havia se ampliado para cerca de 200, envolvendo mais de 50 famílias. Em dezembro de 1999, cerca de 100 propriedades familiares estavam produzindo hortaliças, numa área cultivada de aproximadamente 50 hectares, da qual 10% no sistema de cultivo protegido. Com a produção planejada a partir das demandas de mercado, eles comercializavam em 25 pontos de venda, localizados em lojas de oito redes de supermercados (Santa Mônica, Xande, Archer, Tieli, Giassi, Althoff, Braitaup e Bistek).

Atualmente, os associados estão reunidos em dezessete grupos, dos quais catorze já se organizaram em condomínios agroindustriais. A comercialização também vem se expandido pela inclusão de pontos de vendas em novas redes de supermercados (Vitória, Big, Carrefur e Pão de Açúcar), bem como, pela organização de serviço de entrega de cestas em Florianópolis. A produção também vem se diversificando tanto na área vegetal (grãos, cana-de-açúcar) como na área animal (derivados do leite, ovos e galinha caipira, abate de suínos e aves).

Em maio de 1998, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento oportunizou, por meio do Cepagro, o desenvolvimento de um Projeto de Agroindústrias Modulares em Rede, no âmbito do Pronaf Agroindústria, no âmbito da Agreco, envolvendo os Municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Gravatal e Anitápolis. Representantes das duas entidades e do Poder Público dos municípios, mediante acordo registrado em carta de intenções, designaram uma equipe de elaboração composta por técnicos e atores locais.

A partir daí, desencadeou-se um intensivo trabalho visando à formação de pequenos grupos de

agricultores familiares em torno de atividades associadas à atividade de beneficiamento e/ou transformação da produção agroecológica.

Em novembro de 1998, o referido projeto já concluído, foi encaminhado ao Ministério para análise. Uma equipe técnica ligada à Secretaria Nacional do Pronaf analisou o Projeto, aprovando-o, com algumas alterações, classificando-o como projeto piloto.

No dia 19 de dezembro de 1998, em Assembléia Geral da Agreco foi deliberada a inclusão dos participantes dos grupos de agricultores engajados nos subprojetos de unidades industriais que ainda não faziam parte de seu quadro de associados. Em fevereiro de 1999, o Projeto, já aprovado pelo Ministério, foi encaminhado ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e no dia 12 de março, ocorreu o lançamento em Gravatal.

No evento de lançamento, estavam presentes o então Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Francisco Turra, o Governador do Estado, além de outras autoridades e de aproximadamente 800 agricultores. A partir daquele momento, o Cepágro concluía o seu trabalho acordado com o Ministério e coube à Agreco, seguir coordenando o desenvolvimento do projeto. Em maio de 1999, este projeto passou a contar com o apoio da CNPq e da Funcitec, pela inclusão no programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense para Verticalização da Produção – Desenvolver.

O Projeto de Agroindústrias Modulares em Rede, financiado pelo Pronaf/BNDES, tem por objetivo alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor baseada em agroindústrias rurais de pequeno porte e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda. Prevê o envolvimento direto de 211 famílias de pequenos agricultores organizados 53 unidades agroindustriais, mantendo ou gerando, 499 (quatrocentos e noventa e nove) postos de trabalho na produção de matéria-prima nas unidades familiares e criando 208 (duzentos e oito) postos de trabalho, considerados apenas aqueles criados diretamente, nas pequenas agroindústrias no meio rural.

Atualmente 38 unidades agroindustriais já foram organizadas, envolvendo 129 famílias de agricultores, sendo: 18 unidades e 59 famílias em Santa Rosa de Lima, 6 unidades e 22 famílias em Rio Fortuna, 4 unidades e 10 famílias em Anitápolis, 2 unidades e 7 famílias em Grão Pará, 2 unidades e 7 famílias em Gravatal, 2 unidades e 12 famílias em Alfredo Wagner, 1 unidade e 4 famílias em São Martinho, 1 unidade e 3 famílias em Armazém, 1 unidade e 4 famílias em Palhoça e 1 unidade e 1 família em Paulo Lopes.

As 38 unidades agroindustriais possuem as seguintes atividades: processamento de hortaliças (14), produção de conservas/compotas/geléias (6), produção de leite pasteurizado/queijo/frescal/colonial/iogurte (5), beneficiamento de mel (2), abate e processamento de suínos (1), panificação (1), processamento de mel e pólen (1), abate de aves (1), beneficiamento de grãos (1).

As primeiras catorze unidades industriais serão oficialmente inauguradas provavelmente neste mês. São unidades e processamento de hortaliças, cana-de-açúcar, de produção de conservas, geléias e compotas, de beneficiamento de mel e de panificação. Quarenta e oito famílias de agricultores, distribuídas em seis municípios da região estão envolvidas neste empreendimentos, sendo: 7 unidades e 27 famílias em Santa Rosa de Lima, 2 unidades e 7 famílias em Grão Pará, 2 unidades e 4 famílias em Gravatal, 1 unidade e 5 famílias em Rio Fortuna, 1 unidade e 3 famílias em Armazém, 1 unidade e 3 famílias em São Martinho.

A motivação dos agricultores familiares para se engajarem no projeto agroecológico se dá pela construção de novos conhecimentos a partir da própria experiência deles, e da compreensão que eles têm sobre a experiência daqueles que praticam agroecologia. Neste sentido, a mobilização parte do interesse que eles manifestam, de se associarem ao projeto, e trabalha esta troca de experiência por meio de palestras e os limites da agroecologia. Outro aspecto decisivo é a manifestação de interesses por parte do Poder Público local, que passa a animar, junto com a Associação, a organização em grupo dos agricultores.

Em todo o processo vem ocorrendo grande demanda por formação e profissionalização dos agricultores familiares filiados. Neste contexto, a Associação busca, realizar ações pedagógicas com enfoque participativo, com planejamento e condução compartilhada, que tomam forma de reuniões, palestras, cursos, oficinas, dias de campo, seminários e planejamento participativo.

Para a Agreco, a redinamização do espaço rural passa pela criação de novas oportunidades de trabalho e renda complementar para as famílias dos agricultores, principalmente, aquelas que possam envolver os jovens. O agroturismo é uma destas atividades.

Ao oferecer como produto aos visitantes o seu modo de vida, a sua história, cultura e hospitalidade, associadas às belezas naturais do lugar, os agricultores familiares agroecológicos estão transformando os potenciais locais em fonte de riqueza e de bem-estar para eles mesmos, pela troca que propicia a convivência com pessoas oriundas do meio urbano.

Os esforços dos agricultores familiares, no âmbito da Agreco, em viabilizar a atividade de agroturismo em suas propriedades foi se tornando realidade a partir de 1997, quando por meio de seminários de planejamento, um Programa de Agroturismo integrava o primeiro Plano de Ação da Associação.

Desde então a Agreco buscou parcerias e alternativas, numa perspectiva solidária e sustentável, tentando viabilizar a atividade enquanto fonte complementar de renda, como forma de trocar experiências, de resgatar a cultura e de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares a ela associados. Estes esforços propiciaram o surgimento da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, responsável pela implantação de um circuito agroturístico que envolve, atualmente, cerca de 30 famílias dos municípios de Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Rancho Queimado.

A busca e a implantação de alternativas de desenvolvimento demandam um aporte significativo de recursos financeiros e humanos. Um processo de desenvolvimento sustentável, deve obrigatoriamente buscar a identificação de seus potenciais e das formas mais sustentáveis de transformá-los em realidade.

O Cooperativismo de Crédito para agricultores familiares deve ser compreendido como uma estratégia que busca romper com diversos fatores que impedem o acesso dos agricultores familiares às linhas de crédito. Em função disso, o estabelecimento de uma estratégia de ação, cujo objetivo é dotar os agricultores familiares de um instrumento eficaz na captação, gestão e aplicação de recursos financeiros voltados ao desenvolvimento da agricultura e do município, é fundamental para a consolidação dos diversos projetos locais.

Dentro dessa perspectiva, a Agreco animou a criação de uma cooperativa de crédito rural, a CrediColônia, que poderá dentro de pouco tempo constituir-se num importante catalisador do processo de desenvolvimento sustentável dos municípios de Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

Hoje, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, criada em 27 de dezembro de 1996, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, criada em 18 de junho de 1999, a Cooperativa de Crédito dos Agricultores – CrediColônia, criada em 13 de março de 1999, junto com o Fórum de Desenvolvimento dos pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral, criado em 15 de maio de 1999, integram um projeto de desenvolvimento regional sustentável pautado pela organização solidária dos agricultores familiares que, em parceria com o Poder Público, buscam melhorar a sua qualidade de vida, preservar o ambiente natural, além de colocar à disposição dos consumidores, produtos de ótima qualidade biológica e nutricional.

Sr. Presidente, as boas coisas devem ser enaltecidas, como o estou fazendo aqui, nesta tribuna. Quero aproveitar e parabenizar os pioneiros, os organizadores, o Poder Público (em nome dos prefeitos), os agricultores, enfim todos que estão participando e colaborando com esse empreendimento, parabéns.

Espero que este projeto seja seguido de exemplo no Brasil e no Mundo, por sua qualidade, capacidade de desenvolvimento, crescimento da agricultura familiar e o principal a manutenção dos agricultores em sua terra.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. OSVALDO SOBRINHO** (Bloco/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, até o fim da década de 80, nosso País era o quarto exportador e o sexto maior produtor mundial de algodão. A produção brasileira era de aproximadamente 700 mil toneladas anuais, as importações variavam, anualmente, entre 81 e 132 mil toneladas e as exportações, entre 100 mil e 150 mil toneladas.

Entretanto, a Resolução nº 155, de 1988, da Concex, instituiu o sistema de mercado livre, que acabou por tumultuar o mercado, principalmente a partir de 1990 quando as tarifas alfandegárias foram reduzidas bruscamente, propiciando importações subsidiadas na origem, além de facilitar o financiamento para produtos importados, com taxas de juros que variavam de 6% a 8% ao ano e com prazo de 400 dias.

A conseqüência disto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, foi o decréscimo da produção no Brasil e o aumento da dependência de importações.

Nos anos 90, nossa produção caiu para 500 mil toneladas e as importações aumentaram para 400 mil toneladas anuais. Com isso, o binômio algodão-trigo teve uma perda de 350 mil empregos, número que ultrapassa as metas de assentamentos no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, que era de 280 mil famílias.

A produção em São Paulo e Paraná, estados maiores produtores, apresentou uma queda de 40% no período 1991/96 e um decréscimo de mais da metade na área plantada. No Nordeste, com a presença da praga do bicudo e da redução tarifária, houve igualmente uma queda considerável da produção.

O algodão, conforme sabemos, é uma das principais **commodities** do mundo. Mais de 80 países cultivam o produto em uma área de 34 milhões de hectares, sendo que 60% (sessenta por cento) com irrigação.

As diferenças de custos entre países são enormes, em virtude das variações nos custos fixos, além da presença de subsídios.

No Brasil, em condições de sequeiro, o custo de produção situa-se em patamares inferiores ao dos países que utilizam a irrigação. Entretanto, nosso algodão é onerado pelo "custo Brasil", uma das causas da considerável queda de produção nesta década.

A demanda mundial de algodão em pluma é de aproximadamente 19,4 milhões de toneladas anuais e a produção é de 19 milhões de toneladas, o que nos leva a crer que os países que não produzirem a sua própria matéria-prima dificilmente terão condições de desenvolver uma indústria têxtil.

O que ocorre no Brasil é que não estamos somente competindo com produtos, mas com políticas públicas de outros países.

A partir da safra de 1997/98, para amenizar a pressão exercida pelo algodão na pauta das importações brasileiras, o governo adotou providências para estimular a produção interna, dentre as quais se destacam:

1 – aumento da alíquota de importação para 6% (seis por cento), o que aconteceria somente em 2003;

2 – preços mínimos mais remuneradores para algodão em pluma;

3 – criação de uma linha de crédito especial de 400 milhões de reais para que a indústria têxtil brasileira pudesse adquirir a produção nacional com juros e prazos de pagamentos competitivos com os padrões internacionais.

Estas medidas produziram resultados favoráveis na safra 97/98. A área plantada cresceu, principalmente na região Centro-Oeste, que, de acordo com dados da Conab, aumentou sua área de algodão de 164,7 mil hectares para 342,8 mil.

Em nosso Estado, Mato Grosso, houve um crescimento de 105% na área plantada e de 179% na produção. Mato Grosso tem a maior produtividade do País: 2.450kg/ha.

Previsão de analistas do mercado, indicam que a cultura continuará a se expandir no Centro-Oeste, com especial destaque para o Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, devemos ressaltar que outras medidas têm de ser implementadas para o aumento da produção e exportação do algodão, tais como a fixação de tarifa de importação mais elevada e de encargos financeiros competitivos com os padrões mundiais para o crédito rural. Além disso, a cadeia têxtil deve ser desonerada em matéria tributária para que o setor possa concorrer em condições de igualdade com os outros países produtores.

Muito obrigado.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (Bloco/PCdoB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, hoje faz cinqüenta anos do falecimento de uma ilustre brasileira, Dra. Alice de Toledo Tibiriçá. Uma mineira de Ouro Preto, nascida em 1886, mas que emprestou seu nome, garra e talento a todas as mulheres e a todo o povo brasileiro.

Dra. Alice Tibiriçá teve uma vida dedicada à luta das mulheres pelos seus direitos políticos e de defesa do povo sofrido. Foi uma batalhadora pela soberania nacional, da luta pelo petróleo e criação da Petrobras e pelo progresso do Brasil.

Vou citar aqui algumas das contribuições deixadas por ela que são motivos de orgulho de seus familiares, amigos, companheiros de luta e de todo o povo.

Em 1926, inicia uma dedicação incansável e ininterrupta luta em defesa dos povos. Funda a primeira Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, em São Paulo. Essa entidade cria ramificações por todo o País com a criação de sedes e de campanhas de atendimentos aos hansenianos. Essas campanhas reuniam cientistas e entidades na recuperação dos pacientes e no esclarecimento da população.

Em 1938, funda a Instituição Carlos Chagas responsável por várias campanhas médico-sociais. Em 1944, organiza a Federação das Associações de Combate à Tuberculose.

Em 1932, apresentou uma moção ao presidente Getúlio Vargas propondo o segundo domingo de maio como "Dia das Mães". A idéia foi aprovada e adotada a partir de então.

Foi uma das pioneiras na defesa da participação política das mulheres e do voto feminino no Brasil. Essa luta torna-se vitoriosa em 1933, quando é estendido às mulheres o direito de voto.

Em 1949, participou da fundação da Federação das Mulheres do Brasil e nesse congresso foi eleita

sua primeira presidente. Em 1947, representou as mulheres brasileiras no Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres, em Praga.

Dona Alice foi uma figura ímpar. Soma-se às mulheres da envergadura de Maria Quitéria, Anita Garibaldi, Chiquinha Gonzaga, Leila Diniz e Helenira Resende e tantas outras que de formas diferentes contestaram valores e estiveram à frente de sua época. Dona Alice foi e continua a ser um exemplo de honra, lucidez, dignidade e coragem. Quero em meu nome pessoal e de meu Partido registrar essa data.

**O SR. ALOÍZIO SANTOS** (Bloco/PSDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, uma rede automática de monitoramento vai analisar o ar da Grande Vitória 24 horas por dia, a partir das medições dos resíduos poluentes de cada região, e transmitir os dados, **on line**, para o centro supervisório, situado em Tucum, Cariacica. Neste local, gerenciado por técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Seama), as informações serão armazenadas e incluídas em relatórios. Em decorrência disso, daqui a cerca de duas semanas, os capixabas poderão acessar, via Internet, os dados disponíveis sobre os níveis de poluentes.

A Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar da Grande Vitória foi inaugurada ontem à tarde, nas instalações da sede do Corpo de Bombeiros, na Enseada do Suá, em Vitória. Os investimentos estão avaliados em R$2 milhões, recursos obtidos junto à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e à Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Estiveram presentes à solenidade o Secretário Estadual do Meio Ambiente, Almir Bressan; o Secretário de Meio Ambiente de Vitória, Jarbas Ribeiro; o Governador José Ignácio Ferreira, dentre outras autoridades.

O ar será monitorado de cinco em cinco minutos. "Isso irá possibilitar uma ação rápida e eficaz no controle e na fiscalização", conforme Jarbas Ribeiro.

A estação instalada no Corpo de Bombeiros é a principal, porém já existem três em funcionamento: em Laranjeiras, na Serra, na CST; em Carapina, na Serra; e em Jardim Camburi, Vitória.

Conforme o Secretário Almir Bressan, as outras quatro estações restantes estarão prontas daqui a aproximadamente dois meses. Serão instaladas no Centro de Vitória; no Ibes, Vila Velha; no Centro de Vila Velha e na antiga Ceasa, em Cariacica.

Além de medir os poluentes, a rede também irá informar sobre a situação meteorológica. Durante este ano, a manutenção da rede, orçada em R$300 mil, ficará sob a competência da CST e da CVRD. Nos próximos anos, a meta é angariar recursos junto a outras empresas, contou Jarbas.

Peço a divulgação deste pronunciamento em todos os meios de comunicação desta Casa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, um outro assunto que me traz à tribuna é a queda do índice de mortalidade infantil no Brasil que foi confirmada, ontem, por uma nova publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançada no Rio. Enquanto em 1990 morreram 48,3 bebês para cada mil nascidos vivos, as estimativas do instituto para este ano são de que o índice ficará em 35,3 por mil. É uma queda de 27% em dez anos. Os últimos dados sobre mortalidade infantil revelados pelo IBGE em abril passado, na Síntese de Indicadores Sociais, eram estimativas referentes a 1998.

Apesar da diminuição da mortalidade, as últimas informações revelam uma enorme diferença entre as regiões e os estados. O maior número de mortes de bebês com até 1 ano é registrado em Alagoas, com 68,4 óbitos por mil nascidos, enquanto o Rio Grande do Sul apresenta o menor índice, de 18,99 por mil – ou seja, quatro vezes menos.

O estudo "Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil" mostra, também, que o País não cumpriu a meta estabelecida em 1990, durante a Cúpula Mundial pela Criança em Nova York. "O valor (35,3) não atenderia ao compromisso assumido pelo Governo brasileiro, que seria o de reduzir a mortalidade infantil durante a década de 90 em um terço, ou seja, obter o valor de 30 óbitos infantis por mil nascidos vivos", diz a publicação do IBGE. A queda da mortalidade é uma das 19 metas de saúde da criança que constam do documento assinado durante o Governo de Fernando Collor de Mello.

"O importante é que está havendo queda da mortalidade, mas ainda há muito o que fazer", assinala o coordenador geral do trabalho, Celso Cardoso da Silva Simões. Segundo Celso Simões, programas de saúde pública são grandes responsáveis pela diminuição da mortalidade infantil e, por isso mesmo, precisam ser intensificados nas áreas onde os índices ainda são muito altos.

As campanhas de aleitamento materno, de produção de soro caseiro e de vacinação são algumas das políticas responsáveis pelo maior número de bebês que ultrapassam o primeiro ano de vida.

Outro ponto citado pelo técnico do IBGE é o programa de médicos de família. "Os médicos de família terão um impacto ainda maior no futuro", diz Simões.

Números do Ministério da Saúde revelam que há, no momento, 7.860 equipes de saúde da família trabalhando no País. Em 1994, eram 328 equipes e a meta é chegar a 20 mil até o fim do atual Governo. Saneamento e educação são, segundo Simões, pontos fundamentais na queda dos índices de mortalidade.

O estudo "Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil" mostra que, em 1996, apenas 54,8% dos domicílios nordestinos tinham sistema adequado de esgoto sanitário, enquanto 16% não tinham abastecimento de água satisfatório. Entre as nordestinas com idade entre 15 e 49 anos, 35% são analfabetas funcionais, ou seja, têm menos de três anos de escolaridade. Percentuais como estes ajudam a explicar porque estão no Nordeste as maiores taxas de mortalidade infantil. A estimativa para a região é de 56,1 mortes por mil nascidos vivos. Na região Sul, o índice estimado é de 22,2. Em seguida vêm o Sudeste (24,1), o Centro-Oeste (24,6) e o Norte (34,6). No Nordeste, o saneamento não é uniforme, e o número de mães analfabetas dificulta a diminuição das mortes.

Peço a divulgação deste pronunciamento em todos os meios de comunicação desta casa.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. FERNANDO GONÇALVES** (Bloco/PTB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há poucos dias, fiz referências nesta tribuna a respeito dos prejuízos que os cortes orçamentários determinados pelo Governo Federal vêm provocando ao Estado e ao povo do Rio de Janeiro.

Um caso de prejuízo grave, Sr. Presidente, é a não realização das obras de recuperação da BR-101, no trecho que faz a ligação do Rio à cidade de Santos.

Lembro que em janeiro de 1999, o ministro Eliseu Padilha, dos Transportes, esteve em Angra dos Reis e, em pronunciamento na Câmara Municipal, afirmou que o tempo de vida útil de uma estrada é de 15 anos e que a BR-101 já completava 30 anos, razão por que se fazia urgente a sua recuperação. Informava ainda, S. Exª., que as obras teriam início em 15 dias, uma promessa que gerou fundadas esperanças na população de Angra, mas até hoje não cumprida.

Agora, surgem informações de que a Eletronuclear ficaria responsável pelos serviços de encostas e recapeamento, as quais precisam ser devidamente ratificadas pela empresa, pois há fortes desconfianças na cidade de que não passa de outra promessa apenas para aplacar a grande insatisfação reinante naquela comunidade.

Na verdade, Sr. Presidente, o problema das usinas nucleares é muito mais complexo e abrangente. Para a cidade de Angra dos Reis, situada em uma das áreas mais bonitas e atraentes para o turismo, foi imposta a construção das usinas nucleares, há mais de duas décadas. Estão sendo negados àquela cidade os recursos indispensáveis a obras de infra-estrutura básica, inclusive para a realização de planos de emergência, em caso de um acidente nuclear.

Sr. Presidente, lamentavelmente, Angra dos Reis e o Rio de Janeiro são vítimas de um programa nuclear mal concebido, porque desprovido de racionalidade e bom-senso. Não há sequer um adequado projeto de armazenagem do lixo altamente radioativo, o que representa riscos gravíssimos para a população e o próprio ecossistema local.

Portanto, faço um apelo a toda a bancada do Rio de Janeiro nesta Casa e também no Senado Federal, para que nos unamos em torno da defesa de Angra dos Reis e do Rio de Janeiro, exigindo os recursos e as salvaguardas indispensáveis à segurança e ao bem-estar do nosso povo, não permitindo que a insensatez continue a predominar na execução desse malsinado programa nuclear brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. EDINHO ARAÚJO** (PPS – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, dois assuntos trazem-me à tribuna na tarde de hoje. Um deles diz respeito à paralisação dos servidores públicos.

O funcionalismo público federal está parado desde o dia 10 de maio. A pauta de reivindicações é basicamente uma: reajuste salarial. E a resposta oficial tem sido negativa, resvalando na intolerância e autoritarismo, com ameaças de corte de ponto e demissões.

Sr. Presidente, é impossível analisar a greve fora do contexto que envolve a economia do País como um todo e das finanças da União e dos Estados. Por um lado, os trabalhadores reivindicam, com extrema justiça, um reajuste em seus salários que recomponha o poder de compra nos últimos anos – não podemos nos esquecer que o funcionalismo federal vai completar seis anos sem saber o que é um reajuste na remuneração. Por outro lado, o governo alega falta de caixa. Quem está com a razão? Como resolver esse impasse?

A União aumentou sua arrecadação nominal, nos últimos 5 anos, em 76%. O crescimento real foi de 34%, segundo a Secretaria da Receita Federal. No primeiro trimestre deste ano, houve um Superávit pri-

mário de R$6,4 bilhões superando o desempenho prometido ao FMI

Ao mesmo tempo, os gastos com encargos financeiros da União aumentaram, nominalmente, 364% desde 1995. A despesa prevista para este ano é de R$78 bilhões, o que significa mais do que o dobro de tudo o que foi gasto nos últimos doze meses com a folha de salários do funcionalismo federal.

Quando se coloca a questão do reajuste salarial para os agentes públicos, portanto, o governo, ao negar o reajuste, na realidade, apenas demonstra que escolheu como prioridade maior o ajuste fiscal e a geração de superávits primários para destinar recursos cada vez maiores ao pagamento de juros e encargos da dívida, dentro do amplo acordo com o FMI.

A função prioritária do Estado é prestar serviços ao cidadão. Mas a verdade é que o Estado está prestando cada vez menos serviços. Enquanto os servidores são ameaçados e humilhados, a elite do governo não tem do que se queixar. As empresas do setor financeiro e os contratos de consultoria estão sempre abertos para acolhê-los quando deixam o governo depois de passarem dois ou três anos implementando políticas que só interessam ao setor financeiro.

Enfim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, se há um impasse, não há outra saída senão resolvê-lo em favor do trabalhador público, pois o benefício social será maior.

Não se pode governar um país apenas para cumprir compromissos assumidos com organismos estrangeiros. Temos de ter um projeto de longo prazo, que privilegie a superação das graves carências na área social, que almeje a dignidade da população e o aumento da produção nacional. Um dos primeiros passos para isso é dotar o Estado de um aparato funcional eficiente, estimulado, com perspectivas de carreira, democrático e isento.

Desta forma, neste momento, atender às reivindicações por reajuste salarial do funcionalismo público federal será uma medida de extrema justiça para com eles e para com o País. O governo precisa abrir um canal de negociação com os grevistas, abandonando a intolerância e o autoritarismo até agora dominantes.

Sr. Presidente,

Srªs e Srs. Congressistas, o outro assunto diz respeito aos professores paulistas que se encontram em greve, e a situação é de impasse. Na pauta de reivindicações dos profissionais da educação, não está apenas a luta por reajuste salarial. Porém, mesmo que fosse só pelo reajuste, a paralisação dos professores seria legítima e contaria com nosso apoio, pois a remuneração é o pilar da dignidade das relações de trabalho.

Os professores da rede de ensino público de São Paulo lutam pelos seguintes itens: contra a superlotação das salas de aula, número máximo de 35 alunos por sala; organização do tempo escolar com 6 aulas no diurno e 5 no noturno; volta da grade curricular de 1997, ouvidos os Conselhos de Escola; contra a reforma do ensino médio da Secretaria Estadual da Educação; contra a municipalização do ensino; contra as tele-salas; contra a aprovação automática dos alunos das escolas estaduais; contra a violência – maior segurança nas escolas; piso emergencial de cinco salários mínimos – reajuste salarial de 54,71%; e pagamento dos dias parados

O que espanta ao olharmos os itens que constam da pauta é o inusitado da situação: o que os professores reivindicam deveria ser uma luta do próprio governo. São as autoridades responsáveis pela educação que deveriam estar trabalhando pela melhoria do ensino como um todo, como, por exemplo, acabar com a superlotação em salas de aula. É uma situação que demonstra o quanto a educação, como uma das áreas que compõe o "social", ao lado da saúde, infra-estrutura, seguridade, está sendo maltratada por nossos dirigentes.

A versão oficial para a greve dos professores – simbolizada pelas seguidas atitudes de confronto do governador paulista com os grevistas – é de tentar qualificá-los como um grupo de desocupados, de vândalos, de corporativistas, de radicais, quando, pelo que vemos, a pauta de reivindicações é nobre e justa.

A atitude das autoridades paulistas tem sido, até aqui, lamentável, pois busca marginalizar quem apenas busca melhores condições de trabalho e melhoria real na qualidade do ensino

Os professores em início de carreira no ensino básico ganham R$488,00. O valor do tíquete refeição está sendo de R$2,00. Ora, tais valores são uma afronta para quem passou anos estudando e se qualificando para uma das profissões mais importantes em qualquer sociedade que é educar crianças e jovens.

A única resposta do Governo até agora, além de impropérios e agressões físicas, foi oferecer um abono fixo que, conforme o número de horas trabalhado, vai de R$48,00 a R$80,00. Detalhe: pagos em duas vezes. A primeira parcela após a aprovação de uma lei na Assembléia Legislativa e a outra metade após o

mês de outubro. O tíquete seria aumentado de R$2,00 para R$4,00 reais.

Sobre a reivindicação acerca do excesso de alunos em sala de aula, com um máximo de 35 alunos em cada compartimento, a Secretaria de Educação diz que é impossível e que vai aplicar uma resolução que estabelece 40 alunos no ensino fundamental e 45 para o ensino médio. Mas com uma tolerância que permitiria colocar 42 e 47 alunos, respectivamente, em cada sala de aula.

Assim, o que temos é um quadro exemplificativo do enorme descaso com a educação, um desrespeito não só com os docentes, mas principalmente, com a população mais carente, que é a que tem se utilizado da educação pública, uma vez que, os que podem, colocam os filhos em escola particular e pronto.

É necessário que a sociedade entenda que a luta dos professores é uma luta por melhorias gerais no ensino, tarefa que o Governo deveria estar fazendo e não faz. Espero que as autoridades tenham o bom senso, em vista dessa omissão de abrir um canal de negociação com os grevistas.

A população de São Paulo agradece.

Deputado **Edinho Araújo.**

**A SRA. TELMA DE SOUZA** (PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, para dar ciência à Câmara Federal, solicitando sua transcrição nos Anais da Casa e reprodução por meio dos meios de Comunicação, especialmente A Voz do Brasil

Já que estamos falando sobre criança e adolescentes, precisamos estar atentos, também, ao descaso com que estão sendo tratados os servidores públicos neste País, em especial, os professores e os da saúde, cuja atividade está intimamente ligada ao futuro dos nossos jovens.

Hoje, por exemplo, os funcionários públicos estaduais voltam às ruas de São Paulo para protestar por melhores salários, em um dia considerado decisivo pelos sindicatos. Os servidores irão votar em assembléia as propostas de reajuste salarial apresentadas pelo governo do Estado, após dois dias de negociação. O local escolhido para o ato é o mesmo onde houve confronto com a Polícia Militar no último dia 18 e que deixou 38 pessoas feridas – 33 civis e 5 militares. No final da tarde, os manifestantes irão caminhar da avenida Paulista até a praça da República, onde, na semana passada ocorreu um triste episódio envolvendo o Governador Mário Covas.

Por mais que pareçam questões diferentes, as manifestações dos servidores públicos, na verdade, expõem uma crise que se agrava à medida que o Governo se omite com relação aos investimentos sociais.

Esses protestos têm origem na falta de prioridade para a saúde, a educação, a habitação popular, a geração de emprego. Ao contrário do que insistem em divulgar os governistas, não são atitudes provenientes da oposição.

Vale ressaltar que de cada quatro dos servidores públicos federais três não receberam aumento salarial algum nos últimos cinco anos. O Governo afirma que aumentou o salário de 138 mil servidores, mas esquece de dizer que 434 mil não receberam tipo algum de reajuste neste período. Além disso, ao contrário do que diz o Governo, não houve aumento de despesas com o pessoal na era Fernando Henrique: em 1996, o gasto com pessoal correspondia a 21% do Orçamento; em 1999, o percentual caiu para 17%.

No entanto, em vez de aceitar o diálogo, como propõe o funcionalismo, o Governo FHC prefere acenar com artifícios próprios da ditadura: polícia sobre os manifestantes, ameaça com lei de segurança, discursos inflamados contra os "baderneiros" etc. Ao ameaçar reviver tempos nebulosos, o Presidente argumentava: "A crise não é social, é política". Já vimos esse filme. E não gostamos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, gostaria de fazer algumas considerações sobre o Projeto de Decreto Legislativo, que tramita nessa Casa, que solicita autorização para a Metade Sul do Rio Grande realizar consulta popular, por meio de um plebiscito, para criar um novo estado no sul do Brasil.

A idéia de separatismo sempre foi associada ao espírito rebelde do gaúcho e sua história de lutas. Vem de longe o tempo em que oprimido pelo ganância arrecadativa do império, que sangrava sua economia, o Rio Grande foi resoluto, fazendo nascer o ideal farroupilha. Precisou derramar sangue para obter a compreensão do império, mas rechaçou com firmeza as intenções dos estrangeiro, deixando claro sua opção pelo Brasil. A biografia do gaúcho escancara sua característica contestadora e inconformista.

Mas é equivocado o estigma verificado em muitas partes do Brasil, onde atribui-se ao Rio Grande do Sul e ao seu povo a pecha de separatista e até mesmo racista. Acusam o gaúcho de achar-se "melhor que o Brasil". Talvez tal impressão relaciona-se com a colonização do Rio Grande ter tido peculiaridades bem singulares. A presença italiana, alemã e

portuguesa, sem dúvida, deram ao gaúcho características muito identificadas com os países de origem. Isso no entanto, não faz do gaúcho um ser superior, nem do Rio Grande do Sul melhor que o restante do Brasil. Mas com certeza, o Rio Grande e seu povo, são diferentes. Assim, como outros estados tem sua cultura própria e características bem definidas. Talvez o que realmente faça a diferença em relação ao povo do Rio Grande é o orgulho que sente por sua história e cultura. O gaúcho não desperdiça a chance de externar seus ideais e de cultuar seus heróis. Faz isso de uma forma que talvez choque os desavisados e os que não conhecem com profundidade a história desse povo.

O gaúcho demonstra seu amor pelo Brasil, manifestando sua inconformidade com as desigualdades sociais e as discriminações, verificadas tão freqüentemente em nosso País. Quanto sente-se vítima direta dessas mazelas, o Rio Grande não costuma deixar para amanhã. Sem temer o futuro, bota a boca no mundo, disposto a brigar até o fim por seus direitos.

Nesse contexto surge no Rio Grande do Sul, um foco divisionista, localizado na "Metade Sul", parte pobre do Estado, que se rebela contra o atraso econômico e por falta de respaldo em suas reivindicações. O movimento é "justo" como reivindicatório e equivocado como separatista. A única coisa que dividindo aumenta é a miséria. O momento deve ser de reclamo, mas de afirmação da unidade para atingir os objetivos.

A união, sim pode trazer bons frutos. Se é verdade que a Metade Sul ficou economicamente para trás, e realmente ficou, a ponto de ser batizada de o "nordeste do sul", não podemos negar que nada tem sido feito para mudar essa realidade. A alternativa é reivindicar, de forma incisiva, o tratamento que a região merece e precisa, ou seja, desfrutar dos mesmos benefícios e incentivos que outras regiões pobres do países recebem. Afinal, parece que a Metade Sul paga o preço da localização nobre. Por estar fincada em um estado tido como de alta qualidade de vida, a região é tratada como se não fosse carente e subdesenvolvida.

Contra o separatismo e em defesa da brasilidade dos gaúchos é bom lembrar que nunca teve qualquer repercussão no Rio Grande, pregações delirantes de divisionismos. Sempre que aconteceram, assim como já ocorreram em outras partes do Brasil, foram manifestações isoladas de pessoas que buscavam nada mais do que quinze minutos de fama.

Um outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é a questão do direito à licença-maternidade assegurada às gestantes provoca muita discussão desde que a Justiça do Trabalho, do Estado do Rio Grande do Sul, reconheceu o direito das mães adotivas ao benefício. No entanto, o Supremo Tribunal Federal teve um entendimento diferente. Segundo os ministros do STF, a Constituição Federal prevê a licença apenas para mulheres que passaram por processo de gestação.

O entendimento dos ministros, em que pese merecer respeito e consideração, resulta em uma discriminação inaceitável, se levarmos em conta o caráter de equivalência de direitos e deveres, previsto na legislação, de pais e mães naturais e adotivos. Em um País com tantas desigualdades sociais é imperativo somarmos medidas que incentivem e valorizem a prática da adoção. Os números mostram que o brasileiro ainda resiste em assumir a adoção como uma opção natural dentro de um contexto familiar maduro e bem resolvido. E é justamente essa importante alternativa, de altíssimo valor social e humano, que vemos discriminada pela não-concessão da licença-maternidade para mães adotivas.

Cabe perguntar: Em que difere uma mãe adotiva de uma que deu à luz? Já não diz a sabedoria popular, que mãe é quem cria e não quem trás ao mundo? Por acaso, são menores as obrigações de uma mãe adotiva? A prática demonstra o contrário. Na maioria das vezes, elas precisam redobrar a atenção e o afeto para compensar a carência emocional, geralmente, verificada em uma criança abandonada ou órfã.

Nesse sentido, vejo como essencial a inclusão expressa da licença-maternidade para mães adotivas, na legislação federal. Assim, estaremos corrigindo uma omissão do texto constitucional. Se a interpretação do STF é de que o constituinte de 1998, em nenhum momento quis estender a licença para as mães adotivas, cumpre-nos o dever moral, de por meio desse projeto de lei, contemplá-las com esse justo benefício.

Proponho, tão-somente, que a licença-maternidade para a mãe adotiva seja de 90 dias, e não de 120 dias, em função dela não sofrer o desgaste físico provocado pela gestação e o parto.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, em contato que mantive com o Presidente da Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha – APABOR, Sr. Wanderley José Cassiano Sant'Anna, e por meio de correspondências que tenho recebido em meu gabinete de diversos produtores pertencentes ao setor produtivo da borracha, tenho percebido as grandes preocupações por que passa este importante segmento de nossa economia.

Desde outubro do ano passado, este setor não vem recebendo os subsídios determinados por lei.

A justificativa do Governo é que para a liberação desses recursos há a necessidade de fazer-se um novo recadastramento.

Gostaria de lembrar aqui, Srs. Deputados, que por meio da Portaria do Ministério da Agricultura nº 172/99, de abril de 99, este recadastramento já foi realizado.

Não vejo sentido em fazer um novo recadastramento, ou melhor, para que serviu então, todo o trabalho realizado no ano passado?

Essa medida provocaria uma demora desnecessária.

Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para fazer um apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, para que libere o mais rápido possível o recurso orçamentário no valor de R$42 milhões, que já foi aprovado, e que depende apenas de sua liberação.

Tenho a certeza que o Ministro, conhecedor que é dos problemas que afligem os nossos produtores rurais, em especial aos produtores e beneficiadores de borracha, irá atender a este apelo e aos reclamos do setor produtivo da borracha, que vem passando por enormes e amargas dificuldades.

Muito Obrigado.

**O SR. DR. HELENO** (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, de volta a esta Tribuna gostaria de chamar a atenção dos nobres parlamentares para o fato de que o regime democrático estabelece o direito dos contrários; daqueles que se opõem e que, dentro da legalidade buscam a forma do protesto nas passeatas ordeiras, respeitando sempre o direito daqueles que desejam se locomover. Entretanto o que está acontecendo na atualidade é o abuso, a agressão pura e simples ao princípio democrático, em uma tentativa absurda de chamar a atenção da mídia e aparecer como vítima.

Não é este o caminho. Greves, assembléias e passeatas são meios de protesto legítimos em regimes democráticos. É assim que acontece em grandes capitais de países da Europa e do Estados Unidos, onde a democracia reina em um clima de respeito mútuo.

No Brasil estamos entrando na grande reta do ano eleitoral e o que se observa são as ações de baderneiros promovendo inúmeros quebra-quebras, com o intuito de desestabilizar a ordem e a paz. São suas reivindicações justas? Não gostaria de entrar no mérito, até porque o caminho da baderna, escolhida por pequenas minorias, tira todo o direito de se discutir as razões do pleito em questão.

Na hora da violência, o Estado é obrigado a responder com a força. Afinal não se pode deixar correr solto, que é o desejo dessas minorias. Assim foi em São Paulo, quando um grupo tentou impedir o livre trânsito de veículos e pessoas. Dificilmente teriam ocorrido as cenas de violência na Avenida Paulista se os manifestantes não tentassem bloquear esse eixo rodoviário vital e que dá acesso a mais de vinte hospitais. No início o ritual foi cumprido, os funcionários públicos em greve se comportavam como o previsto. Mas lamentavelmente no meio desses cidadãos, que no fundo só desejam mostrar a sua insatisfação de forma ordeira, existem aqueles que querem é perturbar a ordem pública. O que se viu foi a passeata bloquear a rua e impedir a passagem de pessoas e veículos. Nesse momento aconteceu a reação policial que, inicialmente pediu a desocupação da avenida pelos manifestantes. Não obedecida a ordem, a única alternativa foi o uso da força e, conseqüentemente o confronto.

Episódios como esses ocorrem em conseqüência da falta de respeito ao direito dos outros que não participam da greve. É preciso que se separem os dois pólos.

O direito de greve é assegurado pela Constituição, no entanto, o abuso a ordem pública é proibido por essa mesma Constituição.

A democracia só funciona quando existe o equilíbrio entre as partes em questão. O grevista com o seu direito respeitado e o Poder Público com o dever de resguardar esse direito.

Outro triste episódio, que mostra que certos figurantes não sabem se conduzir dentro do regime democrático, aconteceu também em São Paulo com o Governador Mário Covas e o Ministro José Serra e que já é de conhecimento de todos. Não podemos permanecer em silêncio ou com certa passividade diante de atitudes como essas. Temos que defender essa democracia arduamente conquistada e que nos dá a liberdade da manifestação do pensamento. Somos a favor da existência da situação e oposição, pilares do regime. No entanto, uma coisa é a manifestação ordeira e respeitosa, e outra é a baderna, covardia pura, anarquia no pior sentido da palavra. Esse tipo de comportamento tem que merecer o repúdio de todo cidadão democrata.

É um direito gostar ou detestar aquele governador, ministro ou até o presidente. Entretanto tem que haver respeito ao cargo. Afinal, foi por meio de eleições livres que os nomes foram escolhidos para os cargos e não cabe a meia dúzia de inconseqüentes desejar, por meio de atos violentos, confrontar com os ocupantes desses cargos. Tem de haver respeito! Por meio do respeito, da obediência à lei é que o País cresce. Os debates entre os prós e os contras são características que enriquecem o regime democrático.

Segundo uma recente pesquisa de opinião a população condenou esse tipo de ação de baderneiros ocorrida em São Paulo. A democracia é para ser exercida pelos cidadãos e não para ser destruída por alguns poucos irresponsáveis.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está atento a esses movimentos e não permitirá que baderneiros inescrupulosos, não acostumados a viver sob o regime democrático, venham a macular a democracia neste País.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (PT – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, participei no último domingo de caminhada realizada pelo Projeto Educarte, em Teresina, que tem por objetivo exatamente mostrar para a sociedade seu importante trabalho, realizado nesta área, artístico, cultural e esportivo. Um conjunto de atividades visando trabalhar o equilíbrio físico e emocional das crianças e adolescentes, dinamizando o espaço de convivência fraterna do Escolão do Parque Piauí, onde o projeto está sendo implantado.

Esse trabalho conta com a participação da escola, empresas, grupos comunitários, família dos jovens que ali estudam, associação de amigos do Escolão e demais pessoas da comunidade. É um trabalho que com certeza contribui para a formação da cidadania mediante atividades lúdicas, culturais e esportivas. Pode oferecer aos alunos com distúrbios de comportamento atividades que possam tirá-los da marginalidade. Propicia a estes alunos condições de vivenciar o cumprimento de valores. Ali pude presenciar resultados importantes desse trabalho, a apresentação de grupos de corais, capoeiras, judô, atletas, enfim. E com certeza, o objetivo é criar o fundo solidário de sustentação das atividades de arte, música, cultural e esporte desse Escolão.

A meta do Projeto Educarte é do atendimento a trezentas crianças e adolescentes do Centro de Educação Comunitária do Parque Piauí. E nós encaminhamos ao Ministro da Educação um pedido para que pudesse ser viabilizado um convênio com o Projeto Educarte de modo a que pudéssemos ter condições dessa aceitação. E posteriormente ao próprio Ministro do Esporte e Turismo pela importância que tem este trabalho. E também ao Ministro da Assistência Social e ao Ministro da Justiça porque nós estamos tirando jovens e crianças da possibilidade da marginalidade.

O Projeto Educarte é dirigido por vários profissionais apaixonados pela área que trabalham – pelo amor a esta causa – grande parte são voluntários, e que não têm infelizmente o apoio devido, como diziam algumas lideranças no ato, como por exemplo o pagamento dos profissionais que ali trabalham por parte do Poder Público Municipal de Teresina.

O objetivo e o desafio é trabalhar com a inquisição, com a coragem e com a esperança da solidariedade, como diz o documento divulgado no ato, como a ferramenta para plantar no solo fértil da educação as sementes da ousadia e perseverança: uma criança alegre e feliz.

Conta o Projeto Educarte, com certeza, com o nosso integral apoio e com o apoio do Partido dos Trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 12 minutos.)*

COMISSÃO MISTA DE PLANOS
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**2ª Sessão Legislativa Extraordinária**
**Qüinquagésima Primeira Legislatura**

**Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 8, 9, 10 e 16 de fevereiro de 2000.**

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados à Proposta Orçamentária para 2000 – Projeto de Lei nº 20/99-CN. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, Basílio Villani, Ben-Hur Ferreira, Carlito Merss, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonâncio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Djalma Paes, Eujácio Simões, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Marroni, Freire Júnior, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, João Caldas, João Coser, João Fassarella, João Leão, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, José Lourenço, José Melo, José Priante, Jovair Arantes, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilson Mourão, Osvaldo Coêlho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Chaves, Pedro Henry, Renato Vianna, Roberto Balestra, Rommel Feijó, Santos Filho, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Vadão Gomes, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga e Wilson Santos; – **Senadores titulares:** Antero Paes de Barros, Antonio Carlos Valadares, Edison Lobão, Eduardo Siqueira Campos, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Alencar, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Ramez Tebet, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; – **Deputados suplentes:** Agnelo Queiroz, Alceste Almeida, Antonio Palocci, Aracely de Paula, Aroldo Cedraz, B. Sá, Celso Jacob, Darcísio Perondi, Dr. Benedito Dias, Eliseu Moura, Fatima Pelaes, Fernando Coruja, Francisco Garcia, Gilmar Machado, Givaldo Carimbão, Jaime Martins, João Almeida, João Tota, Jorge Alberto, José Borba, José Thomaz Nonô, Júlio Semeghini, Mário Negromonte, Milton Monti, Norberto Teixeira, Pedro Correa, Pedro Novais, Philemon Rodrigues, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Ricardo Noronha, Ricarte de Freitas, Sérgio Barcellos e Zila Bezerra; – **Senadores suplentes:** Carlos Bezerra, Gilvan Borges, Mariuce Pinto e Romeu Tuma. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Cleuber Carneiro, Chiquinho Feitosa e Dr. Heleno. Foi registrada a ausência dos seguintes membros: – **Deputados titulares:** Fernando Gonçalves, Lael Varella e Roberto Rocha; – **Senadores titulares:** Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara e Luiz Estevão. **ABERTURA:** Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, e havendo número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente titular, Senador Gilberto Mestrinho, declarou iniciada a reunião. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento do Ofício nº 005/GM/MDIC, de 03 de fevereiro, remetido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Alcides Lopes Tápias, que, em resposta ao Ofício nº P-279/99, da Presidência, encaminha informações detalhadas de irregularidade grave apontada pelo Tribunal de Contas da União e as providências adotadas para sua correção, com relação ao Convênio nº 24/95, celebrado entre a SUFRAMA e a Prefeitura Municipal de Amapá. **AVISOS:** O Presidente informou que o Colegiado de Líderes aprovou o seguinte calendário de apreciação da Proposta Orçamentária para 2000: Término das votações dos Relatórios Setoriais: até 11 de fevereiro; encaminhamento do Relatório Final à Secretaria para distribuição: até 21 de fevereiro; e apresentação, discussão e votação do Relatório Final na Comissão: de 25 a 29 de fevereiro. **ORDEM DO DIA:** Havendo número regimental conforme o disposto *no art. 29 do Regimento Comum,* o Presidente informou ao Plenário que os Relatórios Setoriais ainda não apresentados, seriam lidos pelos respectivos relatores. Relatório referente à **Área Temática VIII – PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Relator Setorial: Senador Wellington Roberto. O autor fez a leitura do Relatório e dos dois Adendos. Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, o Terceiro Vice-Presidente, Deputado João Coser, assumiu a direção dos trabalhos. Em seguida, o Presidente anunciou a leitura do Relatório referente à **Área Temática IX – INTEGRAÇÃO NACIONAL, MEIO AMBIENTE, DESPORTO E TURISMO.** Relator Setorial: Deputado José Lourenço. O autor teceu considerações acerca do Relatório. **Área Temática X – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO.** Relator Setorial: Senador Eduardo Siqueira Campos. Foi solicitado ao Senador Tião Viana que

fizesse a leitura do Relatório. Embora ausente no início da leitura, o Senador Eduardo Siqueira Campos finalizou a apresentação do Relatório. O relator esclareceu ao Plenário que os recursos fornecidos pelo Relator-Geral foram distribuídos às emendas dos parlamentares. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação dos destaques apresentados à **Área Temática VI – EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.** Relator Setorial: Deputado João Fassarella. O relator teceu considerações acerca dos critérios adotados para aprovação dos destaques. Foram apresentados 107 destaques ao Relatório. Apreciação dos destaques: **1)** Destaques prejudicados por serem de competência do Relator-Geral (GND 3): 3, 24, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 59 e 67. **2)** Destaques prejudicados por não ser de competência da Relatoria Setorial da Área VI: 44 e 103. **3)** Destaques prejudicados por se caracterizar emenda: 72. **4)** Destaques com parecer pela aprovação integral: 17, do Deputado Pedro Henry e 62, do Dr. Benedito Dias. O Presidente em exercício consultou o Plenário acerca da votação dos destaques em bloco, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação em bloco, os destaques com parecer favorável do relator foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5)** Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, do Deputado João Leão; 4, do Deputado Deusdeth Pantoja; 8, do Senador Antero Paes de Barros; 9, 11, 12, 14, 15 e 16 do Deputado Pedro Henry; 25, do Deputado Aírton Dipp; 46, do Senador Sebastião Rocha; 58, do Deputado Sérgio Miranda; 71, do Senador Carlos Bezerra; e 75, do Deputado Agnelo Queiroz. Fizeram encaminhamento de votação: Na Câmara dos Deputados: Bloco PcdoB/PSB – Deputado Agnelo Queiroz; PT – Deputado Gilmar Machado; PSDB – Deputado João Leão. No Senado Federal: PT – Senador Tião Viana; PDT – Senador Sebastião Rocha; PFL – Senador Eduardo Siqueira Campos. Em votação em bloco, os destaques com parecer pela aprovação parcial foram **aprovados** por unanimidade. **7)** Destaques rejeitados no mérito: 78 a 101. **8)** Destaques **rejeitados** por insuficiência de recursos na Relatoria Setorial: 2, 5, 7, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 31, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 61, 64, 65, 69, 70, 73, 76, 77, 102, 104, 105, 106 e 107. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados no Senado Federal. **9)** Destaques prejudicados em função do atendimento a destaques do mesmo teor: 6, 10, 13, 18, 29, 30, 43, 45, 51, 52, 57, 60, 63, 66, 68 e 74. O Presidente em exercício registrou a presença dos reitores, vice-reitores e alunos das Universidades Federais. Havendo acordo, foi decidido que a reunião seria interrompida, de acordo com a necessidade, para que os parlamentares pudessem se encaminhar ao Plenário da Câmara dos Deputados. Às dezessete horas e cinqüenta e oito minutos, o Presidente em exercício interrompeu a reunião, e a reabriu às dezoito horas e oito minutos do mesmo dia. O Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado João Coser, deu início ao debate do Relatório Setorial referente à **Área Temática VII – SAÚDE.** Discutiram a matéria os Deputados Armando Abílio Waldemir Moka, Ricardo Barros, Paes Landim, Laura Carneiro, Sérgio Guerra, Márcio Reinaldo Moreira, Wilson Braga e B. Sá. Os trabalhos foram suspensos às dezoito horas e quarenta e quatro minutos e reabertos às dezoito horas e cinqüenta e cinco minutos do mesmo dia. O Presidente em exercício deu continuidade à discussão. Os Deputados João Leão e Sérgio Miranda debateram o assunto. Às dezenove horas e onze minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião, reabrindo-a às dezenove horas e vinte minutos do mesmo dia. O Dr. Benedito Dias e o Deputado Giovanni Queiroz prosseguiram com a discussão. Às dezenove horas e trinta e cinco minutos os trabalhos foram interrompidos e foram reabertos às dezenove horas e quarenta e um minutos do mesmo dia. Os Deputados Basílio Villani, Manoel Carlos, Santos Filho e Ricardo Barros solicitaram a interrupção dos debates. O Relator Setorial posicionou-se pela continuidade da discussão. O Presidente em exercício consultou os representantes do Colegiado de Líderes na Comissão acerca do assunto. Em seguida, o Presidente em exercício comunicou que o debate referente ao Relatório Setorial da Área de Saúde seria suspenso e que manteria a lista de inscritos para o debate. O Plenário assentiu. **Área Temática X – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO.** Relator Setorial: Senador Eduardo Siqueira Campos. O Presidente em exercício anunciou a abertura do prazo para apresentação de destaques ao Relatório. A discussão foi iniciada. Debateram o assunto os Deputados Roberto Balestra, B. Sá, Sérgio Guerra, Ricardo Barros, Jorge Alberto, Laura Carneiro, Alexandre Santos, Eurípedes Miranda, Gonzaga Patriota, Almir Sá, Pedro Chaves, Giovanni Queiroz, Jovair Arantes, Waldemir Moka, Damião Feliciano, Carlito Merss, Dr. Heleno, Lúcia Vânia, Manoel Castro, Alberto Goldman e João Ribeiro; e os Senadores

Antônio Carlos Valadares e Marluce Pinto. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados. Em seguida, o Presidente em exercício encerrou a discussão bem como o prazo para apresentação de destaques. Em votação RESSALVADOS os destaques, o Relatório Setorial referente à Área X foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às vinte e uma horas e cinqüenta minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dez horas e vinte e seis minutos do dia nove de fevereiro, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado João Coser, deu continuidade à reunião, fazendo a leitura do Aviso nº 2.191/GM/MT, de 22 de dezembro, remetido pelo Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, que ratifica o teor do Ofício DG nº 1.187, de 09/12/99, remetido pelo Diretor-Geral do DNER, referente à necessidade de se gerar mais recursos próprios com a arrecadação das multas e pagamentos pelos contratos de utilização das faixas de domínio, do que com gastos na implantação e operação dos respectivos sistemas. **Área Temática VIII – PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Relator Setorial: Senador Wellington Roberto. O Relator Setorial prestou esclarecimentos adicionais ao Relatório apresentado anteriormente. Às dez horas e trinta minutos, o Senador Gilberto Mestrinho assumiu a condução dos trabalhos e anunciou o início dos debates e do prazo para apresentação de destaques ao Relatório. Discutiram o tema em questão os Deputados João Coser, Sérgio Miranda, João Fassarella, Lúcia Vânia, Jovair Arantes, Alberto Goldman, Laura Carneiro, Ricardo Barros, Pedro Henry, Eduardo Barbosa e a Senadora Marluce Pinto. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelo Plenário. Em seguida, o Presidente anunciou o encerramento dos debates e do prazo para apresentação de destaques. Os trabalhos foram suspensos às onze horas e quarenta e seis minutos e reabertos às onze horas e quarenta e oito minutos. Em votação RESSALVADOS os destaques, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Área X – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO.** Apreciação dos destaques. Foram apresentados 137 destaques ao Relatório. O Relator Setorial leu o parecer aos destaques. O Presidente fez proposta de votação dos destaques em bloco, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1)** Destaque prejudicado por ser de competência do Relator-Geral (GND 3): 132. **2)** Destaque pela aprovação com remanejamento de recursos entre emendas individuais: 32, do Dr. Benedito Dias. Em votação, o destaque foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaque pela aprovação parcial, mediante cancelamento de igual valor no sequencial 00759, na forma autorizada pelo Plenário: 42, do Deputado Jorge Alberto. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4)** Destaques com parecer pela rejeição: 01 a 31, 33 a 41, 43 a 131, e 133 a 137. Em votação em bloco os destaques que receberam o parecer pela rejeição foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada no Senado Federal. **Área Temática IX – INTEGRAÇÃO NACIONAL, MEIO AMBIENTE, DESPORTO E TURISMO.** Relator Setorial: Deputado José Lourenço. O Deputado Basílio Villani solicitou ao Presidente que a Secretaria informasse acerca do andamento dos trabalhos até aquele momento e obteve acolhimento. O Presidente anunciou o debate da matéria. Discutiram o assunto os Deputados B. Sá, Armando Abílio, Carlos Dunga, Jorge Alberto, Pedro Chaves, Sérgio Guedes, Almir Sá, José Thomaz Nonô, Jovair Arantes, João Caldas, Laura Carneiro, João Coser, Paulo Mourão, Waldemir Moka, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Lúcia Vânia, Dr. Heleno, Eurípedes Miranda, Wilson Santos, João Ribeiro, Jurandil Juarez, João Almeida, Gonzaga Patriota, Ricarte de Freitas, Iédio Rosa, Alberto Goldman, João Fassarella e Pedro Henry e os Senadores Antero Paes de Barros e Marluce Pinto. O Relator respondeu aos questionamentos levantados. O Deputado Santos Filho solicitou que fosse excluído do Relatório as emendas de indicação do Relator, por serem contrárias ao disposto no item 22.1 do Parecer Preliminar. O Presidente anunciou o encerramento da discussão e do prazo para apresentação dos destaques. Em votação RESSALVADOS os destaques, com a exclusão das emendas canceladas pelo Relator Setorial, Deputado João Lourenço, o Relatório foi **aprovado** contra os votos dos Deputados João Coser e João Fassarella, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. Às quinze horas e onze minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dezesseis horas e quarenta minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Jovair Arantes, deu prosseguimento à reunião. **Área Temática VIII – PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Aprecia-

ção dos destaques. Foram apresentados 38 destaques ao Relatório. **1)** Destaque prejudicado por não ser de matéria da Relatoria Setorial: 24. **2)** Destaque com parecer pela aprovação por ser tratar de mudança de dotação: 7, do Deputado João Coser, à emenda 80080002. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com parecer pela aprovação parcial: Destaque 10, da Senadora Marluce Pinto, à emenda 60050002; 11 e 12, do Senador Ney Suassuna, às emendas 60060004 e 502100004, respectivamente. Em votação em bloco, os destaques 10, 11 e 12 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4)** Destaques com parecer pela rejeição, por insuficiência de recursos na Relatoria Setorial: 02 a 06, 08, 15, 17, 18, 19, 23, 25, 26 a 33, 35, 36 e 38. Encaminharam a votação dos destaques os Deputados João Fassarella e Lúcia Vânia. O Deputado Pedro Novais registrou o descumprimento do estabelecido no Parecer Preliminar. A seguir, o Presidente em exercício passou à votação em bloco dos destaques com parecer pela rejeição, que foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. **5)** Destaques prejudicados pelo atendimento a destaques do mesmo teor: 13, 14, 16, 20 a 22, 34 e 37. **6)** Destaque 09, do Deputado João Coser à emenda 80080002. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício anunciou o início do debate referente à Área Temática V – Infraestrutura bem como o início do prazo para apresentação de destaques. Foi registrada a ausência do Relator Setorial, Deputado José Priante. Discutiram o assunto os Deputados Alberto Goldman, João Leão e João Coser. Os trabalhos foram interrompidos às dezessete horas e vinte minutos. Às dezenove horas e seis minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Jovair Arantes, reabriu a reunião, suspendendo-a em seguida, por haver votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Às dezenove horas e quinze minutos do mesmo dia, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, deu continuidade à reunião. **Área Temática V – INFRAESTRUTURA.** Relator Setorial: Deputado José Priante. O Relator Setorial teceu considerações acerca do Relatório. O Presidente questionou acerca da continuidade da reunião, em virtude da realização de votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Os Deputados João Ribeiro e Pedro Chaves manifestaram-se pela continuidade da reunião. O Relator Setorial apresentou o Adendo referente à sua Área. Os debates foram iniciados. Às vinte horas e onze minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Terceiro Vice-Presidente e a reassumiu às vinte horas e trinta e um minutos. Discutiram a matéria os Deputados Pedro Chaves, Osvaldo Biolchi, Jovair Arantes, Armando Abílio, Sérgio Guerra, Moreira Mendes, Ricardo Barros, Alberto Goldman, Laura Carneiro, Virgílio Guimarães, Sérgio Guerra, Giovanni Queiroz, Basílio Villani, João Ribeiro, João Coser, Clementino Coelho, Lúcia Vânia, Paulo Kobayashi, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, João Fassarella, João Leão, Giovanni Queiroz, Waldemir Moka, Roberto Balestra, Wilson Santos e o Senador Sebastião Rocha. O Senador Moreira Mendes. Os Deputado Santos Filho e Alberto Goldman apresentaram questão de ordem acerca da matéria a ser aprovada. O Relator Setorial prestou os esclarecimentos solicitados. O Presidente esclareceu que as emendas seriam aprovadas e as indicações seriam transferidas para a Relatoria-Geral. Discutiram o assunto os Deputados Giovanni Queiroz, Laura Carneiro, João Coser e Ricardo Barros. Às vinte e uma horas e cinqüenta e cinco minutos, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos ao Terceiro Vice-Presidente, Deputado João Coser, reassumindo-a às vinte e duas horas e trinta minutos. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados. O Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em seguida, passou à votação do Relatório, sem as indicações e RESSALVADOS os destaques, e a aprovação do encaminhamento das indicações ao Relator-Geral, que foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os trabalhos foram suspensos às vinte e três horas e quinze minutos. Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dez de fevereiro, o Presidente deu continuidade à reunião. **Área Temática IX – INTEGRAÇÃO NACIONAL, MEIO AMBIENTE, DESPORTO E TURISMO.** Relator Setorial: Deputado José Lourenço. Apreciação dos destaques. Foram apresentados 325 destaques ao Relatório. O Relator Setorial fez comentários ao parecer aos destaques. Discutiram o assunto os Deputados Wilson Braga, Armando Abílio, Paes Landim e Giovanni Queiroz. O Deputado João Caldas solicitou que o destaque 116 fosse apreciado separadamente dos demais e obteve acolhimento. O Presidente consultou o Plenário acerca da proposta de votação dos destaques em bloco,

com exceção do destaque 116, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1)** Destaques com parecer pela aprovação integral: 11, 12, 322 e 325, do Deputado João Fassarella, às emendas 18910009, 71190007 32050007 e 32050003 respectivamente; 13, do Senador Alberto Silva, à emenda 711900007; 17, 18 e 19, do Deputado José Thomaz Nonô; 26, do Deputado Jorge Alberto, à emenda 80090026; 35, do Senador Tião Viana, à emenda 23180004; 63, do Deputado Rommel Feijó; 64, do Deputado Almeida de Jesus; 315, do Deputado Osvaldo Coêlho. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com parecer pela aprovação parcial: 23, da Deputada Laura Carneiro; 69, do Deputado Deusdeth Pantoja; 93 e 94, do Deputado Iberê Ferreira; 167, do Dr. Benedito Dias; e 87, do Deputado Almir Sá. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Prejudicados por já ter sido atendido destaque de mesmo teor: 27, 54 e 276. **4)** Os demais destaques, com exceção do 116, tiveram parecer pela rejeição. Em votação o parecer pela rejeição foi **aprovado** por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados. Os destaques foram **rejeitados** e não foram apreciados na representação do Senado Federal. **5)** Apreciação do destaque 116, do Deputado João Caldas. Após entendimentos com o Relator Setorial, o autor retirou o destaque. Em seguida, o Presidente passou à votação das conclusões das decisões lidas pelo Relator Setorial, Deputado José Lourenço, na reunião anterior, que foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Deputada Laura Carneiro solicitou ao Presidente certidão de que esteve presente à reunião realizada no dia anterior, obtendo aquiescência. Às onze horas e vinte e cinco minutos, os trabalhos foram suspensos. Às treze horas e quarenta e seis minutos do dia dez de fevereiro do mesmo ano, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Jovair Arantes, deu prosseguimento à reunião. **Área Temática VII – SAÚDE.** Relator Setorial: Deputado Pedro Henry. O Presidente relembrou ao Plenário que a discussão do Relatório já havia sido iniciada. O Deputado João Coser solicitou o encerramento da inscrição para debate. O Presidente assentiu e retomou à discussão da matéria. Às quatorze horas e cinco minutos o Presidente assumiu a direção dos trabalhos. Discutiram o Relatório os Deputados Rommel Feijó, Airton Dipp, Alberto Goldman, Darcísio Perondi, Jovair Arantes e José Carlos Aleluia. Em seguida, o Presidente encerrou a discussão e o prazo para apresentação de destaques. O Relator Setorial respondeu aos questionamentos levantados pelos parlamentares. Fizeram encaminhamento de votação na representação da Câmara dos Deputados: Pelo PFL – Deputado Antônio Carlos Konder Reis, favorável; pelo PT – Deputado Antônio Palocci; pelo PPB – Deputado Ricardo Barros, favorável; pelo PDT – Deputado Giovanni Queiroz, favorável; pelo PMDB – Deputado Waldemir Moka; pelo PcdoB – Deputado Sérgio Miranda; pelo PTB – Deputado Félix Mendonça, favorável; pelo PL – Deputado Eujácio Simões, favorável. – Na representação do Senado Federal: pelo Bloco PT/PDT/PSB/PPS – Senador Tião Viana. Em votação, RESSALVADOS os destaques, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dezesseis horas e oito minutos do dia dezesseis de fevereiro, o Presidente deu continuidade aos trabalhos e fez a leitura dos seguintes expedientes: **I** – Correspondência recebida interna: Ofício nº 186, de 16 de fevereiro, remetido pelo gabinete do Senador Jonas Pinheiro, que comunica sua ausência aos trabalhos. **II** – Correspondência recebida externa: **1)** Ofício 105, de 10 de fevereiro, remetido pelo Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, Deputado Pedro Wilson, que solicita a recomposição das verbas para a manutenção das Universidades Públicas, do Programa Especial de Treinamento, FUNDEF e Salário Educação; **2)** Ofício SECRE/ASPAR 410, de 10 de fevereiro, remetido pelo Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, Dr. Luiz do Couto Neto, que encaminha relatório detalhado dos itens de receita que compõem a fonte 280 no orçamento daquela Autarquia, em atendimento à solicitação do Deputado Sérgio Miranda, enviada através do Ofício nº 09, da Presidência. O Presidente comunicou que cópia do expediente havia sido encaminhada ao Deputado Sérgio Miranda. **3)** Aviso nº 184-SGS, de 11 de fevereiro, remetido pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Iram Saraiva, que encaminha cópia da Decisão nº 49/2000, adotada pelo Tribunal, bem como o Relatório e Voto que a fundamentam, referente à solicitação de inspeção extraordinária à transferência indevida de recursos oriundos de contribuições previdenciárias para o Fundo de Estabi-

lização Fiscal – FEF, em resposta ao Requerimento de Informações nº 06/99, de autoria do Deputado Sérgio Miranda, que foi encaminhado ao TCU através do Ofício nº 65, de 30 de junho de 1999, da Presidência. O Presidente informou que cópia do expediente havia sido encaminhada ao Deputado Sérgio Miranda. **Área Temática VII – SAÚDE.** Relator Setorial: Deputado Pedro Henry. Apreciação dos destaques. O Presidente comunicou ao Plenário que estava sendo providenciado, pela Secretaria, a reprodução do parecer aos destaques. Comunicou que o Relator-Geral e os Comitês Auxiliares estariam prestando atendimento às Bancadas Estaduais nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro, nos seguintes horários: Estados que compõem a Região Norte: a partir das 15 horas do dia 22/02; Estados que compõem a Região Sul: a partir das 9h30min do dia 23/02; Estados que compõem a Região Nordeste: a partir das 14 horas do dia 23/02; Estados que compõem a Região Sudeste: a partir das 9 horas do dia 24/02; Estados que compõem a Região Centro-Oeste: a partir das 14 horas do dia 24/02. Comunicou, ainda, que o cronograma de atendimento havia sido encaminhado aos gabinetes dos parlamentares. A seguir, o Relator Setorial teceu considerações acerca do parecer aos destaques. Foram apresentados 409 destaques ao Relatório. O Deputado Jovair Arantes solicitou que os destaques 393 e 394 fossem apreciados separadamente e obteve aquiescência. O Presidente consultou o Plenário acerca da proposta de votação em bloco dos destaques, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1)** Destaques prejudicados por serem de competência do Relator-Geral (GND 3): 196 a 377 e 392. **2)** Destaques com parecer pela aprovação integral: 3, do Deputado João Coser, à emenda 71090009 – ajuste de subtítulo; 153, do Senador Gilvam Borges, à emenda 34840010 – remanejamento entre emendas do mesmo autor; 173, do Senador Sebastião Rocha, à emenda 22850004 – alteração de modalidade de aplicação; 400, do Deputado Danilo de Castro, à emenda 71140002 – alteração de modalidade de aplicação. **3)** Destaques com parecer pela aprovação parcial: 71, do Deputado Renato Viana, à emenda 71260010 – apenas no que tange ao ajuste de subtítulo; 144, do Deputado Airton Dipp, à emenda 71220005 – apenas no que tange ao ajuste de subtítulo. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaques 393 e 394, do Deputado Agnelo Queiroz, às emendas 71080007 e 71080008, respectivamente. O Deputado Agnelo Queiroz apresentou os destaques. O Deputado Jovair Arantes discutiu o assunto. O Relator Setorial manifestou-se pela aprovação parcial dos destaques quanto ao remanejamento entre emendas da Bancada do Distrito Federal. Em seguida, o Presidente colocou em votação a modificação do parecer e o acatamento parcial dos destaques 393 e 394, que foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4)** Destaques com parecer pela rejeição, por insuficiência de recursos na Relatoria Setorial: 1, 2, 4 a 45, 52 a 62, 64 a 70, 72 a 74, 81 a 122, 129 a 134, 141 a 143, 145, 152, 154 a 156, 163 a 165, 172, 174, 186 a 189, 378, 384 a 386, 391, 395 a 399 e 409. **5)** Destaques com parecer pela rejeição pelo cancelamento alegado decorrer da fusão de títulos: 46, a 51, 63 a 68, 75 a 80, 108, 123 a 128, 135 a 140, 146 a 151, 157 a 162, 166 a 171, 175 a 185, 190 a 195, 379 383, 387 a 390, 401 a 408. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. **Área Temática V – INFRAESTRUTURA.** Relator Setorial: Deputado José Priante. O Relator Setorial teceu considerações ao parecer dos destaques e informou que 370 destaques foram apresentados ao Relatório. Discutiram o assunto os Deputados Danilo de Castro, Jovair Arantes, João Coser, Laura Carneiro, Sérgio Guerra, Gomes de Matos, Giovanni Queiroz e Lúcia Vânia. O Deputado João Ribeiro questionou o procedimento a ser adotado quanto às indicações das Bancadas Estaduais. O Presidente informou que, conforme critério adotado anteriormente, ficaria aprovado o encaminhamento das indicações ao Relator-Geral, Deputado Carlos Melles. O Presidente esclareceu ao Plenário que os destaques que não constavam no Anexo haviam sido rejeitados ou por ajuste técnico ou por insuficiência de recursos. Às dezessete horas e trinta e seis minutos, os trabalhos foram suspensos. Às dezoito horas e quatro minutos do mesmo dia, o Presidente deu continuidade à reunião e passou à apreciação dos destaques da **Área Temática V – INFRAESTRUTURA. 1)** Destaques com parecer pela aprovação parcial: 1, do Deputado João Leão, à emenda 71060070; 2 e 3, do Senador Carlos Bezerra, às emendas 71120007 e 41030002; 4, 99 e 101, do Deputado João Coser, às emendas 71090006, 71090005 e 80050007, respectivamente; 19, do Senador Antero Paes de Barros, à emenda 80050015; 23, 25 e 27, do Deputado Darcísio Perondi, às emen-

das 80050027, 7122008 e 71220003, respectivamente; 47 e 363, da Deputada Laura Carneiro, às emendas 41040002 e 71200008, respectivamente; 53, do Deputado Almir Sá, à emenda 80050022; 56 e 57, do Deputado Paulo Kobayashi, às emendas 71250003 e 71250004, respectivamente; 61, 64 e 68, do Senador Ramez Tebet, às emendas 80050013, 71130006 e 71130002; 77, do Senador Moreira Mendes, à emenda 71230003; 86, do Deputado Eujácio Simões, à emenda 71060009; 103, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, à emenda 71260004; 105, do Deputado Renato Viana, à emenda 71260001; 111, do Deputado Paulo Mourão, à emenda 71280007; 120, do Senador Tião Viana, à emenda 71020002; 126, do Senador Sebastião Rocha, à emenda 80050004; 127, do Deputado Iberê Ferreira, à emenda 71210008; 166 e 170, do Deputado Basílio Villani, às emendas 71170009, 80050020, respectivamente; 196, do Deputado Roberto Balestra, à emenda 71100007; 209, do Deputado Danilo de Castro, à emenda 71140009; 217, do Deputado José Melo, à emenda 71040009; 224, do Deputado Agnelo Queiroz, à emenda 71080004; 237, 240, 243 e 244, do Deputado Giovanni Queiroz, às emendas 71150002, 71150005, 71150008 e 71150009, respectivamente; 271 e 272, do Senador Ney Suassuna, às emendas 71160002 e 80050018, respectivamente; 284, do Deputado Sérgio Guerra, às emendas 80050050; 365, do Deputado Pedro Novais, à emenda 80050034; 55, do Deputado Alberto Goldman; e 238 e 347, do Deputado Giovanni Queiroz. O Presidente fez proposta de votação dos destaques em bloco, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação em bloco, os destaques com parecer pela aprovação parcial foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques prejudicados por ser de competência do Relator-Geral: 37, 38, 254 e 333. **3)** Destaques prejudicados por já terem sido atendidos anteriormente: 218, 330, 331, 338, 342 e 346. **4)** Destaques retirados pelo autor: 48 e 49. **5)** Destaques com parecer pela aprovação integral: 54, 335, do Deputado Alberto Goldman; 290, do Deputado Danilo de Castro; 307, do Deputado Sérgio Guerra; 123, do Deputado João Coser; 280, do Deputado João Henrique. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6)** Destaques prejudicados por já ter sido atendido destaque de mesmo teor: 8, 9, 12, 21, 29, 33, 48, 51, 81, 90, 116, 147, 153, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 178, 184, 221, 229, 235, 248, 261, 264, 265, 266, 267, 269, 273, 275, 276, 292, 295, 296, 302, 326, 328, 329, 360, 362 e 368. **7)** Destaques com parecer pela rejeição: 148, 201, 289, 337, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350 a 358, 366 e 367. Em votação em bloco, os destaques com parecer pela rejeição foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. O Presidente registrou o empenho dos parlamentares durante a apreciação dos Relatórios Setoriais. A seguir, o Presidente anunciou o Requerimento do Deputado Alberto Goldman que solicita, uma vez ouvida a Comissão Mista de Orçamento, seja determinado ao Relator-Geral, Deputado Carlos Melles, a apresentação de relatório detalhado com as estimativas de receitas para o Projeto de Lei Orçamentária para 2000, para que sirvam de base à elaboração do Relatório Final. O Deputado João Coser questionou a expressão "seja determinado". O Deputado Santos Filho propôs a substituição da expressão por "seja solicitado". O autor apresentou o Requerimento e concordou com a alteração. Em votação, Requerimento com a alteração proposta foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou a reunião, às dezoito horas e trinta e um minutos, antes convocando os membros a comparecerem à Terceira Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 22 de fevereiro de 2000, às dezoito horas. E, para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **GILBERTO MESTRINHO.** Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo **quorum** para abertura dos trabalhos, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária do ano 2000.

Expediente.

Acuso o recebimento do Ofício nº 5 GMMDIC, em 3 de fevereiro, remetido pelo Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Alcides Lopes Tápias, que em resposta ao Ofício nº 279/99, desta Presidência, encaminha informações detalhadas de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União e as providências

adotadas para sua correção com relação ao Convênio nº 24/95 celebrado entre a SUFRAMA e a Prefeitura do Amapá.

Como não há **quorum** para votação, comunicamos, em primeiro lugar, ao Plenário que, por acordo de Liderança, foi aprovado o seguinte calendário para continuação das discussões e votações dos relatórios setoriais.

Término da votação dos relatórios setoriais — até 11-02-00

Encaminhamento do relatório final à Secretaria para distribuição — até 21-02-00

Apresentação, discussão e votação do relatório final da Comissão — 25 a 29 de fevereiro.

Teremos sessões continuadas para cumprir este cronograma.

Prosseguindo, faremos a leitura do Item 8, ou seja, Área Temática VIII — Previdência e Assistência Social, cujo Relator Setorial é o Senador Wellington Roberto.

Com a palavra o Senador Wellington Roberto, Relator da matéria.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores:

I – Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, incisos II e III das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República, pela Mensagem nº 840, de 1999-CN (nº 1.264/99 na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1999".

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 9º da Resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional, combinado com o art. 1º da Resolução nº 3, de 1999-CN, coube-nos a honrosa missão de analisar, avaliar e relatar no âmbito da Área Temática VIII – Previdência e Assistência Social, a programação das unidades orçamentárias pertencentes ao Ministério da Previdência e Assistência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego, seus órgãos, entidades e fundos.

A citada Resolução nº 3, de 1999, do Congresso Nacional, estabelece, a título excepcional, regras para apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo exercício. Sob sua égide foram ampliadas as áreas temáticas discriminadas na Resolução nº 2, de 1995-CN. Dessa forma, as áreas conjuntas de assistência, trabalho, previdência e saúde foram subdivididas, resultando uma única área temática para a saúde e outra, ora em análise, para as áreas de previdência, assistência e trabalho.

I.1 – Introdução

A proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro inaugura uma nova fase no sistema de planejamento de orçamento delineado no arcabouço constitucional. Após mais de uma década sob a égide de nova ordem suprema, é lamentável asseverar a total incompatibilidade entre os planos plurianuais e os orçamentos públicos até 1999. A fim de harmonizar os processos de planejamento e orçamento, a classificação funcional programática foi totalmente modificada por decreto, vale ressaltar que sem a participação do Congresso Nacional. A Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO/2000, Lei nº 9.811 — por sua vez incorporou as alterações promovidas pelo Poder Executivo na estrutura dos projetos de lei do Plano Plurianual (PPA) e do Orçamento (LOA) para o Exercício Financeiro de 2000.

Tais alterações, segundo o Ministério de Orçamento e Gestão, têm por finalidade melhorar o desempenho gerencial da administração pública e dar maior transparência contábil à alocação de recursos. Destinam-se ainda a propiciar a integração e a compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Os programas que se subdividem em ações constituem-se o elo entre o Orçamento e o Plano Plurianual (PPA).

O processo descrito resultou efeitos assimétricos. Se por um lado aperfeiçoou-se os instrumentos operacionais, de outro prejudicou a memória dos gastos públicos nos anos recentes. Devido ao período de relativa estabilidade nos índices inflacionários, as modificações na classificação funcional programática dificultam diversas comparações nas alocações de recursos.

I.2 Proposta do Poder Executivo

A proposta parcial de orçamento atinente à nossa área temática representa 24% das dotações estimadas no projeto de lei orçamentária, excluída a rolagem da dívida e transferências. Essa expressiva participação é conseqüência dos gastos previdenciários no valor de 63,3 bilhões de reais, refletindo a rigidez orçamentária tanto do setor quanto da despesa pública total.

As ações concernentes à assistência social no valor de 2,3 bilhões de reais, executadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), mesmo com o incremento de 47% em relação ao exercício atual, são insuficientes para dignificar a indigência de mais de 27 milhões de brasileiros.

Os recursos estão distribuídos entre as seguintes unidades orçamentárias no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

33.101 – Ministério da Previdência Social;

33.201 – Instituto Nacional do Seguro Social;

33.903 – Fundo Nacional de Assistência Social;

38.101 – Ministério do Trabalho e Emprego;

38.201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalhador;

38.901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Na visualização por órgão, ou seja, considerando-se o montante de todas as unidades subordinadas, são consignadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social dotações no montante de 70,18 bilhões de reais para o Ministério do Trabalho dotações na ordem de 9,48 bilhões de reais, perfazendo um total de 79,66 bilhões de reais, conforme a Tabela I.

A Tabela I permite verificar a evolução das despesas a partir de 1996. Infere-se claramente a tendência crescente dos gastos públicos nos órgãos indigitados. Contudo, esse crescimento é insignificante até as enormes carências vividas pelas camadas mais desassistidas da sociedade brasileira.

Os acréscimos são devidos ao incremento nas despesas com o seguro social e com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Neste último o incremento é em virtude do significativo aumento nas estimativas de arrecadação sobre as contribuições para o Programa PIS/PASEP. Percebe-se que a previsão orçamentária do Ministério da Previdência e Assistência Social sofreu elevação nominal de 14% em relação à Lei Orçamentária para 1999, enquanto a elevação do Ministério do Trabalho foi da ordem de 11%. No quadro I, em anexo, estão demonstradas as alocações por órgão e unidades orçamentárias em valores nominais.

Quanto ao Orçamento de Investimento, somente a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — DATAPREV está no âmbito de nossa Relatoria. Estão estimados 18 milhões de reais, destinados principalmente à manutenção de bens imóveis e da infra-estrutura tecnológica.

Analisaremos, individualmente, a seguir, as unidades orçamentárias que compõem os referidos órgãos.

I.2.1 – Ministério da Previdência e Assistência Social.

A programação do Ministério da Previdência e Assistência Social compreende a proposta da administração direta do Ministério, as propostas do Instituto Nacional da Seguridade Social — INSS e do Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS.

a) INSS

Na proposta orçamentária, os gastos estimados sob a responsabilidade do INSS somam 67,7 bilhões de reais, representando elevação de 15% em relação a 1998 e 8% quando comparado à dotação estimada para o atual exercício financeiro. As despesas com seguro social são abaixo elencadas. (Ver Tabela II.)

Segundo os dados da Secretaria de Planejamento e Avaliação, do Ministério de Orçamento e Gestão, entre 1996 e 1998 a Previdência Social registrou expansão líquida do número de beneficiários na ordem de 10%, apesar de a taxa desse crescimento estar em declínio. Comparação efetuada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social mostra que entre 1994 e 1998 houve acréscimo de 17,2% no volume de benefícios pagos no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (que engloba trabalhadores da iniciativa privada), atingindo cerca de 18 milhões de benefícios.

Paralelamente a tal crescimento, tem-se verificado incremento no valor real médio dos benefícios pagos — de 212 reais em 1996 para 252 reais em 1998 —, cujo efeito acabou por elevar os gastos totais da Previdência Social.

b) FNAS

O Brasil é um país rico, mas com enorme quantidade de pobres. Este corolário denota a injusta distribuição de renda. Pesquisas publicadas pelo IPEA demonstram que das 75 milhões de pessoas economicamente ativas, cerca de 18% têm rendimento igual a zero. Os 10% mais ricos têm 47,2% de renda total. Qualquer metodologia utilizada para mensurar a desigualdade e a pobreza no País ratificará dados alarmantes sobre as condições desumanas a que estão submetidos milhões de brasileiros.

A questão regional também é um componente importante da desigualdade da distribuição da renda do Brasil. Observa-se, conforme estudos do IPEA encaminhados à Comissão Mista de Combate à Pobreza, que o rendimento **per capita** médio no Estado de São Paulo é 2,9 vezes maior do que no Nordeste. Apenas o Nordeste e o Norte – excluindo a área rural da antiga Região Norte – têm rendimentos médios menores que os valores referentes a todo o Brasil. (Ver Tabela III.)

Esses dados dimensionam a necessidade de políticas públicas que atenuem a exclusão social e proporcionem prestação de serviços sociais básicos voltados para grupos de baixa renda. Nos habilitam também a tecer outros comentários pertinentes, antes de abordarmos o financiamento da Assistência Social na proposta orçamentária.

De acordo com o art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, Lei nº 8.742, de 7.12.93, que regulamenta os arts. 203 e 204 da Constituição Federal, a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Um dos avanços da LOAS foi a implementação da gestão descentralizada de recursos, a partir da criação de Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais. Decorrência desse novo arranjo, desde 1998 tem-se o repasse automático para fundos dos Estados ou Municípios, independente da realização de convênios, o que agiliza o processo.

Entendemos que a função maior da Assistência Social é viabilizar a garantia dos direitos de proteção social aos grupos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão, por meio de um conjunto articulado de ações públicas e privadas, integrando-se às demais políticas setoriais, como saúde, educação e justiça, dentre outras. Para tanto, qualquer planejamento nessa esfera não deve jamais perder de vista a proteção à família, à maternidade, à infância. Necessita, ademais, promover a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, criando condições para que possam integrar-se à comunidade e ao mercado de trabalho.

Com base no Anuário Estatístico da Previdência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, observamos os seguintes dados. (Ver Tabela IV.)

Buscamos, adicionalmente, em informação do Ministério do Orçamento e Gestão, a quantidade de indivíduos atendidos. No programa de atendimento à pessoa idosa, foram beneficiados 726 mil pessoas entre 1996 e 1998. Considerando-se a meta estipulada no Plano Plurianual 1996-1999, cumpriu-se 30% do atendimento programado.

Na seara dos portadores de deficiência, estipulou-se como meta para o período 1996-1999 o atendimento de 980 mil pessoas. É de se ver, entretanto, que até 1998 atingimos 35% desse número, ou seja, 343 mil indivíduos portadores de deficiência.

Em se tratando de atendimento integral à criança, as metas cumpridas de 1998 situaram-se em torno de 30% estipulado para o quadriênio de 1996-1999. Significa, pois, que no universo de 13 milhões de crianças a serem atendidas com idade de 0 a 6 anos foram beneficiadas apenas 4 milhões em 1998.

Os baixos percentuais de cumprimento de metas em setores sociais relevantes, a exemplo de portadores de deficiência, idosos e crianças, associados à relativa escassez de recursos alocados nesses segmentos, traçam um mapa que exige a intervenção do Parlamento no sentido de, dentro das limitações macroeconômicas vigentes, assegurar o apoio financeiro a tais áreas, bem como de fiscalizar a execução físico-financeira dos projetos afins.

Explanado todo esse cenário, inferimos que os acréscimos de recursos alocados ao FNAS nos orçamentos anuais têm sido insuficientes para reverter as inúmeras demandas sociais. O projeto de lei contempla o Fundo Nacional de Assistência Social com 2,3 bilhões de reais. São valores 303% superiores aos verificados em 1996, conforme demonstra a Tabela V.

A análise correta não é o expressivo aumento citado, mas o ínfimos recursos que eram aportados nos anos pretéritos. Nos próximos anos, o cenário não sinaliza mudanças significativas na área social. O compromisso do Governo com as agências internacionais de crédito, principalmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no âmbito do programa de ajuste fiscal, é o de manter os níveis de execução financeira verificados em 1999 em programas sociais selecionados, designados "Rede de Proteção Social", visando:

— garantir a oferta programada de serviços sociais básicos voltados para grupos e áreas mais carentes, proporcionando adequada proteção social para tais segmentos na atual conjuntura de crise fiscal;

– assegurar a dotação orçamentária programada para a despesa pública nestes serviços sociais, buscando a melhoria de sua eficácia;

- aprofundar as reformas em curso nos setores de Educação, da Previdência, da Assistência Social, da Saúde e do Trabalho;

- assegurar a concessão de recursos de rápido desembolso para apoiar as medidas de estabilização de situação macroeconômica.

I.2.2 – Ministério do Trabalho

A programação do órgão compreende a proposta da administração direta do Ministério, as proposta do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e da Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho — FUNDACENTRO. (Ver Tabela VI.)

A despesa fixada para 2000 em cerca de 9,5 bilhões de reais representa a elevação de 11% da autorização referente a 1999 e 15% a 1998, consoante a distribuição demonstrada na tabela acima. Na administração direta, com pequeno incremento de 2%, os gastos concentram-se nas despesas com pessoal e encargos sociais (94%).

O Fundo de Amparo ao Trabalhador detém cerca de 91,8% da proposta do Ministério. O restante encontra-se distribuído pela administração direta, com 7,7%, e pela FUNDACENTRO, com 0,5%.

I.2.2.1 Fundo de Amparo ao Trabalhador

O Fundo de Amparo ao Trabalhador, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é um fundo contábil, de natureza financeira, sem personalidade jurídica própria. Destina-se a gerir os recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social — PIS, criado pela Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, criado pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970. Consoante o art. 239 da Carta Magna, esses recursos passaram a financiar o Programa de Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e programas de desenvolvimento econômico, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Dos recursos do FAT, provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP, pelo menos 40% destinam-se ao BNDES, conforme determina o § 3º do art. 239 da Constituição Federal. Isso corresponde a uma transferência de recursos do FAT ao BNDES da ordem de 2,5 bilhões de reais ao ano. Os repasses constitucionais do FAT para aplicações em programas de desenvolvimento econômico estão estimados, atualmente, em mais de 20 bilhões de reais. A tabela abaixo permite verificar os valores repassados, constantes do grupo "inversões financeiras", a partir de 1996, cujos valores somam, incluindo 2000, cerca de 11,5 bilhões de reais. No grupo "outras despesas correntes" estão consignadas as dotações para o seguro-desemprego e abono salarial.

Tabela VII — Fundo de Amparo ao Trabalhador.

As despesas elencadas na Tabela VII são financiadas com as seguintes fontes de recursos:

1) arrecadação do PIS e do PASEP repassada pelo Tesouro Nacional;

2) juros pagos pelo BNDES a título de remuneração dos repasses constitucionais destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico;

3) remuneração das aplicações financeiras, em títulos públicos, realizadas junto ao Banco Central do Brasil;

4) remuneração das aplicações financeiras realizadas junto às instituições financeiras oficiais federais sob a forma de depósitos especiais;

5) cota-parte da contribuição sindical.

Somente a contribuição para o PIS/PASEP alcança 1% do PIB. Após essas breves considerações, teceremos alguns comentários sobre os programas finalísticos do FAT.

a) Seguro-Desemprego.

Segundo informações do Ministério do Trabalho, em setembro de 1999 foram processados 342 mil requerimentos do Seguro-Desemprego, dos quais 324 mil deferidos, o que corresponde a uma taxa de habilitação de 94,75%. Essa efetividade tem sido verificada nos últimos exercícios financeiros.

b) Abono Salarial.

No caso do pagamento desse direito do trabalhador, o sistema ainda apresenta deficiências. Anualmente, mais de 1 milhão de participantes identificados, com direito ao benefício, deixam de recebê-lo. A série histórica indica que 28% dos trabalhadores com direito ao abono não têm procurado o benefício junto aos agentes pagadores, conforme explicita a tabela abaixo. Isso significa que cerca de 1,8 bilhões de reais, até 1997, não foram transferidos aos trabalhadores, ampliando ainda mais o patrimônio do Fundo, conforme Tabela VIII.

c) SINE — Sistema Nacional de Emprego.

A intermediação de mão-de-obra no setor formal da economia beneficiou, em dezembro de 1998, 21 mil trabalhadores, de um total de 162 mil inscritos em todo o País. Os dados obtidos junto ao Ministério indicam que são inscritos anualmente 1,3 milhão de pessoas, sendo colocadas no mercado de trabalho pouco mais de 10%.

O cenário acima exposto denota o baixo desempenho da atividade de intermediação de mão-de-obra. É necessário rever a efetividade dos gastos públicos nas políticas de intermediação de emprego. A cada exercício são executados mais de 30 milhões de reais nesta ação. Estudo da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal já alertava , em 1998, sobre o tema:

Nem mesmo os trabalhadores demitidos sem justa causa, que a princípio deveria ser o contingente mais propenso a demandar os serviços do SINE, recorreram de forma expressiva. A relação entre trabalhadores inscritos no SINE e trabalhadores demitidos sem justa causa, em 1996, foi de 22%, ou seja, de 6 milhões demitidos apenas 1,3 milhão procurou os postos.

I.3 – Diretrizes da Relatoria Setorial

Procurando ampliar o entendimento sobre a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, empenhamo-nos em ouvir todos os que tinham contribuição a oferecer. Durante o processo, recebemos colaborações que nos permitiram avaliar a dimensão das dificuldades e carências do setor de assistência social, aliás, muito maiores que a nossa possibilidade de corrigi-las. Este debate permitiu-nos, entretanto, obter uma compreensão sobre as principais necessidades de cada região e de cada unidade da Federação.

Para o acolhimento de emendas levamos em consideração, em primeiro lugar, as normas estipuladas na Constituição, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000 — LDO/2000, na Resolução nº 02, de 1995, no Parecer Preliminar e no Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Assim, tivemos que proceder às alterações legais necessárias à adequação das emendas em conflito com o art. 32 da LDO/2000, que estatui:

Art. 32. É vedada a inclusão de dotações a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade — CNEC;

II – cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e demais entidades filantrópicas;

IV – signatárias de contrato de gestão com a administração pública federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

V – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde.

À evidência, a dicção do inciso III traduz a vontade do legislador ordinário em não conceder auxílios para as entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e voltadas para as áreas de educação (inciso I), para a área de saúde (inciso III), signatárias de contrato de gestão (inciso IV) e consórcios municipais de saúde (inciso V), não restando abertura para as entidades voltadas para serviços exclusivamente assistenciais.

A fim de ver cumprido o determinado pelo art. 32 da LDO, verificamos, dentre as emendas apresentadas, aquelas que propunham a concessão de auxílios a entidades nominalmente identificadas e classificadas como privadas pelos Parlamentares. Identificadas as emendas, comunicamos ao nobres Pares nosso entendimento, ao mesmo tempo em que sugerimos as providências técnicas adequadas a cada caso. Dessa forma, após os ajustes necessários, restaram aprovadas todas as emendas.

Outra harmonização necessária foi concernente à modalidade de aplicação. Devido a normativo específico prescrito na Lei Orgânica da Assistência Social, para que sejam efetuados repasses de recursos destinados à assistência social aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, é necessária a efetiva instituição e funcionamento, dentre outros, do Fundo de Assistência Social. Em razão da existência do Fundo, os recursos destinados a entidades públicas ou privadas primeiramente passam pelos fundos estaduais (modalidade de aplicação 30) ou municipais (modalidade de aplicação 40), para serem posteriormente repassados para as entidades beneficiárias. Assim, as emendas que apresentavam modalidade de aplicação diferente de 40, 30 ou 99 — a definir — sofreram adequação e tiveram a modalidade alterada para 99.

Acolhemos uma emenda da Comissão de Economia, Indústria e Comércio versando sobre "participação em programas municipais de garantia de renda

mínima". Não obstante haver dúvidas se o tema está inserto nas atribuições da Comissão, por outro lado, são inequívocas a relevância e o mérito da proposição. Assim, solicitamos a presteza da Relatoria-Geral, cuja zelosa análise também aqui se fará presente.

I.4 – Dos recursos disponíveis.

Inicialmente, as nossas possibilidades no sentido de atender às solicitações das bancadas e comissões eram bastante restritas, devido aos escassos recursos disponíveis para remanejamento. Para se ter idéia dessa escassez, lembramos que dos 79,6 bilhões de reais correspondentes ao total da proposta setorial, somente 92 milhões eram passíveis de cancelamento. No entanto, observando-se as vinculações legais ao INSS (37,2 milhões de reais) e FAT (44 milhões de reais), verifica-se como foi difícil adequar os justos anseios dos Parlamentares traduzidos nas emendas. A tabela seguinte demonstra as dificuldades setoriais para atendimento das demandas. (Ver Tabela IX.)

Por outro lado, quanto às inversões financeiras, o permissivo insito no Parecer Preliminar, item 13.2, restou nulo em relação à nossa área. O montante de 2,8 bilhões de reais estão alocados para financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES, estritamente dentro do limite contido no mandamento constitucional inserto no § 1º do art. 239 da Carta Magna.

Ressaltamos que contamos com a sensibilidade do Relator-Geral, com quem já debatemos longamente a matéria, quanto à dimensão intrínseca dos empreendimentos da área de Previdência e Assistência Social, bem como quanto às demandas reprimidas do Setor.

I.5 – Das Emendas.

Os órgãos integrantes da Subcomissão de Assistência Social mereceram 720 emendas. Receberam também solicitações, com aprovação de 3/4 de bancada estadual, indicando cinco subprojetos, nos termos do item 20.4 do Parecer Preliminar.

A solicitação da bancada do Espírito Santo foi aprovada no valor de 15 milhões, 610 mil reais, consoante compromisso firmado entre a bancada e o Relator-Geral, priorizando o atendimento à criança e ao adolescente no Espírito Santo.

Na modalidade de emenda à despesa, foram apresentadas doze coletivas, sendo dez de comissão permanente e duas de bancada estadual. Foram apresentadas ainda 708 emendas individuais.

A unidade orçamentária que recebeu o maior número de emendas e indicações foi o Fundo Nacional de Assistência Social, num total de 698.

Encaminhamos seis emendas para outras áreas temáticas cuja unidade orçamentária foi indevidamente vinculada neste Setor. São elas: 3374000, 33740004, 14160011, 36040012, 35390007 e 32680011. A emenda de nº 35990020, por solicitação do autor, teve seus valores remanejados para outra emenda. Recebemos ainda a emenda de nº 32680012.

Algumas emendas sofreram adequações técnicas para ajustá-las a melhor técnica orçamentária, tais como alterações de GND, alteração de título e subtítulo, etc. Como exemplo, citamos o caso da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O título da emenda "Ações na Área do Trabalho, Emprego, Segurança, Saúde e Bem-Estar do Trabalhador — Nacional" é por demais genérico, ao mesmo tempo em que abrange dois programas no conceito da nova classificação funcional programática. (...)

I.6 – Do Atendimento.

Ao analisarmos o conjunto de emendas apresentadas, verificamos que parte delas não poderia ser enquadrada nos programas já criados pelo Poder Executivo. Não podendo deixar de atendê-las, face à elevada importância apresentada, criamos um programa ao qual denominamos "Enfrentamento à Pobreza", no qual inserimos as emendas que abrigavam esse objetivo.

Conscientes da atual fase por que passa o nosso País, priorizamos as ações voltadas para a pessoa idosa, ao combate ao trabalho infantil e ao combate à pobreza. Atendemos totalmente às emendas individuais nos valores solicitados, entretanto, o mesmo não foi possível com relação às emendas coletivas, devido aos parcos recursos obtidos. Considerando-as meritórias, obtivemos o compromisso do Relator-Geral de fazê-lo, ainda que parcialmente, na fase do relatório geral.

Para o atendimento das emendas individuais foram mobilizados recursos na ordem de 61 milhões de reais e para o atendimento das emendas coletivas 66 milhões de reais.

No atendimento das emendas priorizamos as coletivas, consoante o disposto no parágrafo único, art. 20, da Resolução nº 2/95.

Buscamos, também, verificar se as proposições, tanto as coletivas quanto as individuais, atendem aos requisitos de caráter técnico, como: correta indicação da unidade orçamentária, grupo de nature-

za de despesa e fonte dos recursos incluídos ou acrescidos, promovendo-se a adequação, quando necessária.

II – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2000, concernente aos órgãos albergados pela Área Temática nº VIII — Previdência e Assistência Social, nos termos da proposta apresentada pelo Poder Executivo e com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Considerem-se as seguintes alterações no relatório apresentado:

1. Emenda nº 50220001: onde se lê "R$ 12.500.000", leia-se "R$ 1.000.000".

2. Emenda 50220002: onde se lê "título de ações da área de trabalho e emprego nacional, fonte 168 (GND-4), R$11.000.000, e fonte 180 (GND-3), R$1.500.000 milhão, e total R$12.500.000", leia-se "títulos de ações da área de trabalho e emprego, segurança, saúde e bem-estar do trabalhador nacional, GND, fonte 168 (GND-4), R$11.556.912; fonte 180 (GND-4), R$ 2.443.088; fonte 180 (GND-3), R$ 4.076.912; e fonte 100 (GND-3), R$ 5.923.088. Total: 24 milhões".

3. Emenda nº 35990001: onde se lê "240 mil" leia-se "280 mil".

Outro adendo ao relatório:

1. Emenda nº 60060005: onde se lê "GND 90" leia-se "GND 99".

2. Emenda nº 50300002: onde se lê "GND 90" leia-se "GND 99".

À página 14 do relatório setorial, no quadro I — Despesas por unidades orçamentárias, desconsiderar o quadro referente ao Ministério da Previdência e Assistência Social e passar a considerar o seguinte quadro do Ministério da Previdência e Assistência Social com as mudanças efetuadas a seguir:

1. alteração da coluna LOA 99 correspondente ao INSS e conseqüente alteração dos valores a eles atrelados.

À folha 79, do total do programa 0083 Previdência Social Básica, onde se lê, na parte referente ao substitutivo, "R$1.469.290.984", leia-se "R$61.469.290.984".

Era o que tinha a dizer.

Alerto os companheiros, Deputados e Senadores, que a emenda de 3/4 solicitada pelos Parlamentares do Estado do Espírito Santo foi alterada para ser emenda de bancada. Por isso, há uma disparidade de valores. Está fora dos limites contidos no parecer preliminar.

Outro, continuando. Nas seguintes seqüências, considerar os acréscimos de cancelamentos abaixo decorrentes da reversão da troca de fontes, conforme quadro a seguir:

No seqüencial nº 2588, na Fonte 175, considerar cancelamento do valor de 396 mil, decorrente de ajuste técnico contido nos arts. 176 e 189.

Retorno a palavra ao Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Agradeço ao nobre Relator a leitura que fez. Esse relatório será discutido oportunamente, porque teremos agora a leitura do relatório relativo à Área Temática IX — Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo, que tem como Relator-Setorial o Deputado José Lourenço.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Pergunto a V. Exa. se hoje só teremos leitura ou haverá discussão de algum relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em seguida à leitura do relatório do Deputado José Lourenço votaremos os destaques da Área Temática VI — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Já há número legal na Casa.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, minhas palavras são de agradecimento a V. Exª, Presidente Gilberto Mestrinho, pela designação para esta importante missão no Congresso Nacional. Quero agradecer, igualmente, ao Líder do meu partido, Deputado Inocêncio Oliveira, por me permitir participar desta Comissão, cujas atividades considero as mais importantes de todas dentro do Congresso Nacional; ao Líder do meu partido nesta Comissão, Deputado Santos Filho, pelo constante apoio que sempre me deu e que me permitiu a realização desse trabalho; e ao Relator-Geral, Deputado Carlos Melles, pelo diálogo permanente e construtivo, que foi fundamental para que chegássemos a concretizar o nosso relatório.

Quero manifestar a todos os que aqui se encontram que irei privá-los de ouvir a leitura desse calhamaço, que todos já conhecem. Acho que a leitura é dispensável. Quero dizer a todos os partidos e bancadas aqui representadas que, dentro das possibilida-

des de recursos que me foram destinados, atendi a todos os Estados e a todos os partidos. E quero deixar patenteado que cometi alguns equívocos. Eu os estou corrigindo em carta que vou endereçar ao Relator-Geral, a fim de que as correções sejam feitas no momento oportuno, quando S. Exa. for apresentar seu trabalho.

Quero antecipar também que acatei sugestões que me foram feitas pelo Deputado Pedro Novais para alterações no Ministério do Meio Ambiente e acatei sugestões que me foram feitas pelas bancadas da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, no sentido de repor recursos para a obra do Rio São Francisco.

O relatório está à disposição de todos, para que possam olhá-lo, avaliá-lo. No momento dos destaques, irei manifestar-me em maior profundidade sobre os mesmos. Acho profundamente enfadonho ler todo esse relatório. Os números todos têm à mão, para a consulta que se fizer necessária.

Pergunto se algum Sr. Deputado ou Sr. Senador gostaria de algum esclarecimento. Já me referi ao assunto antecipadamente.

Quero agradecer ao Presidente João Coser a atenção que me dispensou. E pergunto a S. Exa. se me autoriza a prestar as informações que me pede o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradeço ao Relator a forma sucinta como apresentou seu relatório.

Ouço o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, quero deixar registrado, em nome da bancada da Paraíba, nosso agradecimento pela sensibilidade que o Sr. Relator teve no que diz respeito à alocação de recursos para a construção do projeto da transposição das águas do São Francisco. Sr. Relator, nada mais justo do que a construção desse projeto. O que queremos, nós, da Paraíba, é água para beber. Não queremos água para irrigar, só queremos água para beber.

Para que V. Exa. tenha idéia da dificuldade em função da falta d'água na cidade onde moro, Esperança, a 25 km de Campina Grande, há mais de um ano, o abastecimento de água daquela cidade está desativado. Todo o abastecimento de água está sendo feito através de carros-pipa. Um carro-pipa custa hoje em torno de sessenta, setenta reais. Para V. Exa. ter uma idéia do comprometimento da receita familiar no que diz respeito à compra de água, o cidadão toma banho em cima da bacia para, depois, ter condições de reutilizar a água.

Sr. Relator, V. Exª. colocou uma indicação para o Relator-Geral em duas emendas do Estado da Paraíba. Pergunto: que procedimento devemos ter para que essa sua indicação se torne realidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Gostaria de solicitar ao Sr. Relator, com todo o respeito a V. Exª., que não abra o debate agora. Vamos fazê-lo...

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Mas eu só queria... Eu não quero discutir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – S. Exª. vai responder a essa pergunta apenas. Não queremos caracterizar início de debate, porque há outro relatório para ser lido e, posteriormente, as emendas do Deputado João Fassarella. Vamos iniciar novo procedimento de debate, com os relatórios, quando os Srs. Relatores estiverem aqui. S. Exª. vai responder à pergunta, mas em caráter de informação a V. Exª. A partir daí, vamos suspender, para leitura do relatório seguinte. O debate se dará posteriormente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Presidente, para não fugir à recomendação de V. Exª. e ao Regimento, quero dizer ao nobre colega Deputado Armando Abílio que, pessoalmente, lhe darei as informações. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradecemos ao Deputado José Lourenço a rapidez.

Os relatórios estão à disposição. Portanto, todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores poderão fazer a leitura mais detalhada.

Vamos passar para o relatório da Área Temática X. O Senador Tião Viana vai fazer a leitura em nome do Senador Eduardo Siqueira Campos. Com a palavra o Sr. Senador Tião Viana.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Análise do relatório do Senador Eduardo Siqueira Campos — Setorial de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

1.2.1 – Apreciações Gerais.

No exame da proposta do Executivo e das emendas apresentadas, coube-nos, como preliminar, atentar para a sua adequação às disposições legais em vigor, em particular para o que dispõe a Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000), bem como as demais normas legais que regem a elaboração orçamentária, em particular a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Da mesma forma, na apreciação das emendas e no remanejamento dos recursos afetos à área sob

nossa responsabilidade, levamos em conta as atribuições legais da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano e do Ministério do Planejamento e Orçamento, com suas entidades vinculadas, sobretudo as definidas pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com as modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 1.911-11/99, bem como as disposições da Resolução nº 2/95-CN e do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 20/99-CN (Lei Orçamentária Anual para 2000) aprovado na Reunião Ordinária de 7/10/99.

Constatamos, logo de início, que diversas alterações foram implementadas na estrutura das unidades orçamentárias vinculadas a essa área temática, quando comparada com a vigente na proposta orçamentária para o exercício de 1999.

Por meio do Decreto nº 3.131, de 09 de agosto de 1999, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foram transferidas para o Ministério da Integração Nacional; e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) passaram a integrar a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Além disso, a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi transformada na Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Com essas modificações, a Área Temática passou a ser composta pelas seguintes unidades orçamentárias:

– 47101 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);

– 47204 – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

– 47205 – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

– 47210 – Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); e

– 20117 – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Sr. Presidente, passo agora a uma versão resumida do relatório:

Na forma do projeto oriundo do Poder Executivo, o Orçamento do conjunto de unidades da Área Temática para o ano 2000 totaliza 1,8 bilhão, sendo 1,5 bilhão para as unidades que integram o Ministério do Planejamento e 357 milhões para a programação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Os recursos do Ministério do Planejamento se encontram em duas modalidades de despesas: 703 milhões para os gastos com pessoal e encargos sociais e 657 milhões para gastos com outras despesas correntes, dos quais 368 milhões para realização do Censo 2000 pelo IBGE. Os recursos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano se concentram também em duas modalidades de despesas: 81 milhões para gastos com juros e amortização da dívida e 238 milhões para investimentos concentrados, estes das ações de habitação e saneamento.

Comparando-se com o total de recursos programados para o exercício de 1999, nota-se uma expressiva redução de 14% nos recursos da Área Temática. Em relação a 1998, essa redução é bem maior, ou seja, de 26%. Porém, se descontada a expressiva alocação de 390 milhões para o IBGE, com vistas à viabilização do Censo 2000, de natureza especial, a redução das alocações na Área Temática é de 33% em relação a 1999 e de 42% em relação a 1998. O mais grave dessa redução foi o seu efeito sobre os gastos que contribuem para o melhor atendimento às necessidades das comunidades, isto é, os investimentos, sobretudo aqueles em habitação, saneamento e desenvolvimento urbano, que sofreram um decréscimo de 418 milhões em relação aos níveis de 1999, ou seja, uma redução de 59%. Essa situação tornou bastante limitada a atuação da Relatoria em termos da possibilidade de remanejamentos.

Como deixamos demonstrado em nosso relatório, tendo em vista a rigidez das alocações para gastos com pessoal, encargos da dívida e inversões financeiras, o orçamento da Área Temática, em termos práticos, limita-se a cerca de 375 milhões, dos quais 215 milhões em alocações estadualizadas para ações de habitação e saneamento.

Por outro lado, cerca de 92 milhões referem-se a programações financiadas com recursos externos e vinculados a contratos e suas contrapartidas, portanto, com limitadas possibilidades de ajustes através de emendas.

A programação proposta pelo Executivo para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano concentra-se em três programas: Nosso Bairro, Saneamento é Vida e Morar Melhor, englobando várias modalidades de ações nos campos de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, os quais representam 73% dos recursos do órgão.

Desses programas, contudo, apenas o Morar Melhor oferece efetivas condições para o aprimoramento de sua programação. Os recursos do primeiro

programa Nosso Bairro ou se encontram na fonte 148, operações de crédito externas, ou se destinam a contrapartidas de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. E o programa Saneamento é Vida tem 89% dos seus recursos derivados da fonte 148. Portanto, somente o programa Morar Melhor possui itens programáticos passíveis de remanejamento.

No âmbito dessa Área Temática só tem sentido regionalizar as alocações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, haja vista que a cargo do Ministério do Planejamento e suas vinculações — IPEA, IBGE e ENAP — ou são de caráter institucional — por exemplo, as ações de planejamento, orçamento e controle interno — ou de âmbito nacional. No contexto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a proposta do Poder Executivo — abrangidas as alocações para Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras — apresentava o seguinte perfil por regiões: Nordeste, 97 milhões (35,4%); Norte, 18 milhões (6,6%); Centro-Oeste, 23 milhões (8,5%); Sudeste, 50 milhões (18,2%); Sul, 30 milhões, (10,9%); Nacional, 56 milhões (20,5%.) Deduzida essa última parcela representada pelos projetos financiados com operações de crédito, esse perfil se modifica um pouco, ou seja:

– 44,5% das alocações para a região Nordeste, que possui 29% da população do País. Pelo critério combinado da população e inverso da renda **per capita**, caberiam 43,5%;

– 8,3% de alocações para a região Norte, que possui 7% da população do País. Pelo critério combinado da população e inverso de renda **per capita**, caberiam 12,5%;

– 10,6% das alocações para a região Centro-Oeste, que possui 7% da população do País. Pelo critério combinado da população e inverso de renda **per capita**, caberiam 8%;

– 22,9% das alocações para a região Sudeste, que possui 42% da população do País. Pelo critério combinado da população e inverso de renda **per capita**, caberiam 25,4%;

– 13,8% das alocações para região Sul, que possui 15% da população do País. Pelo critério combinado da população e inverso de renda **per capita**, caberiam 10,7% das alocações.

Sob essa perspectiva, embora não existam discrepâncias entre as alocações efetivas e a cabível pela combinação de critérios, elas não são muito expressivas.

A programação dessa Área Temática recebeu 1.981 emendas, sendo 52 coletivas e 1.929 individuais. Em termos quantitativos, essas concentram-se nas ações relativas à habitação, com 44% das emendas; saneamento básico, com 30% das emendas; infra-estrutura urbana, com 25% das emendas. Em termos de valores não computados, as 19 indicações de bancadas nas emendas coletivas totalizaram proposição no valor de 2,2 bilhões, sendo 1,7 bilhões nas 43 emendas de bancadas estaduais, 60 milhões em uma emenda de bancada regional e 479 milhões nas oito emendas das Comissões do Congresso Nacional.

Com vistas a cumprir suas atribuições, a Relatoria realizou três atividades preliminares: A primeira foi a determinação do montante pacífico de remanejamento no âmbito da Área Temática considerando os limites fixados pelo parecer preliminar. Tendo em conta as limitadas alocações para Investimentos e Inversões Financeiras nas unidades orçamentárias abrangidas — 355 milhões — das quais 92 milhões de operações de crédito e contrapartida e 56 milhões de inversões financeiras relativas à participação do Brasil em índices internacionais, ficou evidente que tais não poderiam exceder 104 milhões. Isso, porém, implicaria cortar 50% de todas as dotações particularizadas por Unidade da Federação.

A segunda foi definir o critério básico de remanejamento. Nesse sentido, definimos que os Estados cujas menores alocações, inferiores a 2,5 milhões, não receberiam corte algum. E com as maiores alocações, superiores a 20 milhões, receberiam o corte máximo de 28%. Os Estados com alocações entre 2,5 e 20 milhões receberiam um corte de 5% a 22%, segundo expressão das relativas alocações. Esse foi o critério que pareceu mais justoà Relatoria para ensejar as particularidades desejadas pelos Parlamentares sem deixar de prover uma certa massa de recursos para as programações de interesse dos Governos Estaduais.

A terceira foi definir o critério para alocação de recursos das emendas das bancadas e das Comissões. Como passo inicial, destinamos 20% dos recursos às emendas de Comissão e de bancada regional, acolhendo o princípio adotado já no Orçamento de 99. Dos 80% restantes, reservamos 15% para as indicações de bancadas estaduais, em estrita coerência com parecer preliminar. Optamos por distribuir os recursos entre as unidades federadas, com base em dois critérios: metade proporcional à população dos Estados e metade pelo coeficiente do universo da renda **per capita** de tais Estados. Desse modo, asse-

guramos o desejável caráter redistributivo das alocações, sem deixar de atender às unidades mais populosas.

A partir dessas definições, a Relatoria viabilizou 40 milhões para atender às emendas individuais, valor esse complementado com 183 milhões, disponibilizados pela Relatoria-Geral para atendê-las. Para possibilitar atendimento parcial às emendas coletivas, a Relatoria-Geral nos colocou à disposição 278 milhões, os quais tiveram a seguinte distribuição: para as oito emendas de Comissão, 47 milhões; para emenda de bancada regional, 6 milhões; para as 43 emendas de bancada estadual, 196 milhões; para as 17 indicações de bancada, 29 milhões...

Sr. Presidente, acaba de chegar o autor do relatório. Passe S. Exa. agora a falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra agora ao Relator oficial, Senador Eduardo Siqueira Campos, para conclusão do Relatório e sua defesa pessoal.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de esclarecer à Comissão que está finda a Ordem do Dia já neste momento no Senado. Tive oportunidade de ainda hoje apartear o nobre Senador Tião Viana, a quem agradeço pela leitura que fez deste meu relatório.

Como deve ter sido explicado a esta Comissão, trata-se de uma versão resumida, para poupar a Comissão, já que todos terão e têm a condição de analisar tecnicamente o detalhamento que está no relatório, publicado já há vários dias. Repito: esta é uma versão resumida, que nos permite, nestas quatro páginas, dar uma visão geral do nosso relatório.

Portanto, continuando, Sr. Presidente, na folha de número 4.

Vinte e nove milhões destinados às indicações correspondem, exatamente, a 15% dos 196 milhões destinados às emendas das bancadas estaduais, ou seja, aquilo que determina o parecer preliminar.

No caso das indicações não acompanhadas de emenda de bancada, o critério adotado foi de lhes destinar cerca de 50% do valor médio das alocações nas emendas de bancada (4,6 milhões), ou seja, 2,1 milhões por emenda. O pequeno ajuste por baixo ocorreu com vistas a viabilizar o atendimento das 17 indicações, segundo os demais parâmetros do parecer preliminar.

Dentre as indicações apresentadas, duas não puderam ser atendidas. (uma, do Distrito Federal e outra do Estado do Sergipe). A primeira, por exceder o limite fixado pelo Item 20.4.3 do parecer preliminar, (que as limitou a apenas dois subtítulos por órgão). Ou seja, no caso do Distrito Federal, em vez de duas, tínhamos três indicações, quando o parecer preliminar limita a apenas dois subtítulos por órgão. Portanto, uma das emendas do Distrito Federal, uma das indicações deixou de ser analisada em função do parecer preliminar.

A segunda e última —Saneamento Básico em Lagarto, no Estado de Sergipe — por não se referir a ação de interesse estadual, nacional ou relativo a região metropolitana, também atendendo ao disposto no Item 20.4.4 do parecer preliminar. Portanto, à indicação não é dado o poder de tratar de assunto municipal.

Cumpre observar, com relação às indicações, que o valor que lhes foi destinado — no caso dos Estados que apresentaram emendas de bancada sobre ações pertinentes a essa área — ficou dentro do limite das alocações calculadas para as Unidades da Federação pela combinação do critério populacional, 50% dos recursos, e com o critério do inverso da renda **per capita**, 50% dos recursos, como se acha indicado nas páginas 13 e 14 do nosso Relatório.

Com relação ao Item Obras Irregulares, salientamos que não foram localizadas na programação pertinente a esta área temática dotações identificáveis pela classificação funcional ou por outros elementos que evidenciem qualquer associação à discriminação de obras irregulares fornecidas pelo Tribunal de Contas da União.

Finalizando, Sr. Presidente, desejo enfatizar que esta Relatoria alocou integralmente os recursos que lhes foram disponibilizados, sem constituir reservas. Portanto — chamo a atenção da Comissão para este item —, quaisquer modificações que se deseje realizar nas alocações apontadas do relatório demandarão a viabilização de novos recursos, para o que são disponíveis quatro alternativas básicas: a) aproveitamento de cortes nas dotações particularizadas por Estado para ações de habitação e saneamento; b) aporte de recursos por parte da Relatoria-Geral; c) remanejamento de alocações realizadas em favor das emendas coletivas e das indicações; d) combinação de outras alternativas apontadas.

De nossa parte, procuramos realizar a incumbência com que fomos honrados, com base em critérios claros e objetivos. Porém, o juízo final sobre maior ou menor adequação dos critérios adotados e dos julgamentos estabelecidos cabe soberanamente a este Plenário. (Pausa.)

Antes de expressar o meu voto, Sr. Presidente, tive que, após a publicação do Relatório, atender, dentro das modalidades estabelecidas pela própria Comissão, três correções básicas, que tenho a obrigação de informar ao Plenário. São as seguintes:

1. Emenda nº 22890015, do Senador Renan Calheiros, com o subtítulo: "Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Rio Largo" — AC, GND-4, Esfera Orçamentária 2 (Orçamento da Seguridade Social), no valor de 75 mil reais. Onde se lê "Modalidade de Aplicação 40", leia-se "Modalidade de Aplicação 90".

2. Emenda nº 23170002, do Senador Roberto Saturnino, com subtítulo: "Construção de Acessos a Centros Urbanos — Resende, Rio de Janeiro", GND-4, Esfera Orçamentária 1 (Orçamento Fiscal), no valor de 180 mil reais, encaminhada pelo Relator Setorial da Área Temática V para consideração desta Relatoria da Área Temática X, e, devido a problemas de comunicação entre os setores responsáveis, recebida tardiamente para devida implantação pelo setor de destino. Portanto, esse o ajuste feito.

Parecer — Aprovada, com alterações:

a) na Unidade Orçamentária: de 39201 para 20117.

b) no Subtítulo: de "Construção de Acessos a Centros Urbanos — Resende – RJ" para "Adequação de Vias Urbanas — Resende – RJ".

c) na funcional programática: de 26.782.0663.5667.0000 para 15.451.0805.1951.XXXX.

3. Emenda nº 33250002, do Deputado Pedro Wilson, com subtítulo "Construção de Pontes no Corredor Transmetropolitano — Construção de Pontes no Município de Aparecida de Goiânia – GO", GND-4, Esfera Orçamentária 1, no valor de 60 mil reais, encaminhada pelo Relator Setorial da Área Temática V para consideração da Relatoria desta Área Temática X, e, devido a problemas de comunicação entre os setores responsáveis (...)

Procedemos às seguintes alterações:

a) na Unidade Orçamentária: de 39201 para 20117;

b) no subtítulo: de "Construção de Pontes do Corredor Transmetropolitano — Construção de Pontes no Município de Aparecida de Goiânia – GO" para "Adequação de Vias Urbanas — Aparecida de Goiânia – GO"; e

c) na funcional programática: de 16.782.0231.5716.0000 para 15.451.0805.1951.XXXX.

E, ainda, por último, adendo ao relatório apresentado, contendo retificações.

Emenda nº 41030005, da bancada da Região Centro-Oeste, com subtítulo "Serviço de Saneamento Básico na Região do Entorno do Distrito Federal/Goiás". GND-4, Esfera Orçamentária 2, no valor de 60 milhões. Modalidade de aplicação 90. Leia-se: "Modalidade de Aplicação 30".

Além disso, constatamos que devido a processamento eletrônico do Anexo IV, nosso relatório, o código da esfera orçamentária foi equivocadamente repetido no campo Identificador de Uso. Esse lapso já se encontra sanado nos documentos pertinentes às demais áreas temáticas. Por se tratar de detalhe técnico, importante apenas nos documentos finais, deixamos de reemitir o nosso citado anexo, que será feito na etapa da Relatoria-Geral.

Com base no exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do PL nº 20/99, na forma da Mensagem nº 840, de 1999, relativamente às unidades orçamentárias da Área Temática de nº 10, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria-Setorial e pelas emendas de relator que se acham anexas ao nosso relatório.

Plenário das Comissões, 8 de fevereiro de 2000.

Assinado: Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A Presidência agradece ao Senador Eduardo Siqueira Campos a leitura e apresentação do relatório.

Lembro aos nobres Parlamentares presentes que a Mesa anunciou cronograma e determinação da Presidência de fazer até o dia 11 de fevereiro a votação de todos os relatórios setoriais, até o dia 21 de fevereiro a apresentação do relatório geral e o debate, apresentação e votação de 25 a 29 de fevereiro, nesta Comissão.

Portanto, a partir deste momento, vamos entrar na votação dos destaques do relatório da Área Temática Educação. E, a partir daí, simultaneamente dos relatórios lidos — da saúde e da infra-estrutura — e depois os relatórios lidos hoje, de acordo com a presença dos Relatores. O relatório de infra-estrutura será o último.

Comunicamos às Sras. e Srs. Parlamentares que a votação se dará de forma seqüencial. Esta reunião prosseguirá normalmente agora, para debate e votação. Mas se por ventura acontecer alguma votação na Câmara dos Deputados, será suspensa temporariamente, devendo ser reaberta imediatamente a partir da sessão, quando entraremos com o debate noite à dentro.

Convido o Deputado João Fassarella a assumir a Mesa.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, enquanto se dirige aqui à Mesa o eminente Deputado João Fassarella, gostaria de externar à Comissão preocupação que talvez já tenha sido exposta aqui com relação ao melhor caminho a ser adotado, dada à complexidade e à importância dos pleitos que se farão aos nobres Parlamentares.

Tive o cuidado, Sr. Presidente — e V. Exa. participou desse encontro —, de antes de elaborar meu relatório reunir-me com todos os coordenadores de bancada de todos os Estados; fiz a mesma coisa com os Governadores, não de forma pessoal, como fizemos com os Parlamentares, mas colhi de cada um suas opiniões; recebi do Relator-Geral um quantitativo, assim como dos demais Sub-Relatores; apliquei critério que está no relatório preliminar, população com o inverso da renda **per capita**; comuniquei isso aos meus pares; atendi a todos que me procuraram.

O que me preocupa é que o número de destaques é muito grande. É lógico que me deterei a todos eles. Mas se fiz, agi e distribuí os 200 milhões que tive com critério claro, como poderia agora, sem recursos, atender um e deixar de atender de atender outro? Em função de qualquer recurso a mais que me seja repassado pelo Relator-Geral, só poderei adotar uma providência: novamente aplicar o recurso que me for repassado a mais de forma eqüitativa, já que adotei critério para todos os Estados. Isso dispensaria ou praticamente anularia a possibilidade de atender individualmente a cada Parlamentar ou bancada.

Fico com a impressão de que o que foi discutido nesta Comissão poderia ter tido melhor resultado. Só quem tem condições de avaliar qualquer alteração, depois da análise do relatório... Seria o Relator repassar um recurso a mais. Ora, se é o Relator que vai repassar um recurso a mais, teria sido uma providência melhor para a Comissão voltarmos os relatórios, deixando a discussão para quem tem possibilidade de resolver. No meu caso, gostaria de redistribuir qualquer recurso que me fosse dado a mais, da mesma forma como fiz com os primeiros recursos contemplados na minha área.

Presto esse esclarecimento — não pretendendo suscitar debate, contrariando a disposição da Mesa de possibilitar já leitura para o próximo relatório — para externar a opinião de quem procurou fazer um trabalho com critérios, assim como os demais Relatores. Entendo que conseguiremos terminar o trabalho dentro de prazos expostos pelas Mesas, mas fico preocupado com aquelas reuniões com prazo espremido, no final, com os Parlamentares preocupados em conversar com as Relatorias-Setoriais, sem saber claramente como se vai dar a aprovação ou não desses destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A Presidência gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar o Senador pela iniciativa de ter ouvido Lideranças, representantes dos Estados e Governadores para estabelecer seus critérios, que são sempre bem-vindos.

Em segundo lugar, o Congresso vai ser sensível ao seu apelo, mas temos um Regimento Interno que permite a Deputados e Senadores apresentarem destaques, tentando convencê-lo de que é possível ainda mexer no relatório. Vamos seguir o Regimento, evidentemente sensíveis ao apelo de V. Exa.

Concedo a palavra ao Deputado João Fassarella para, antes do processo inicial de votação, fazer algum esclarecimento, em função das emendas acolhidas, integral ou parcialmente, rejeitadas ou aprovados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, confesso que a análise dos destaques não foi tarefa fácil. Foram apresentados 102, e os recursos disponíveis para atender a todos foram extremamente pequenos. Vou expor os critérios que acabaram sendo utilizados por esta Relatoria na análise dos destaques.

Ao longo do debate nesta Comissão, quando da apresentação do relatório, analisando os números constantes na proposta orçamentária que veio do Executivo, acabei por formar a convicção de que, tanto na proposta orçamentária que veio quanto no meu relatório apresentado, pelos critérios por mim utilizados, uma área acabou ficando, talvez, prejudicada: cultura.

A área da cultura veio do Executivo com quase 11% a menos do que no exercício anterior. Pelo critério utilizado, em que priorizamos emendas patrocinadas pela a ANDIFES, nas universidades, para o CEFET, para o ensino fundamental, para o desenvolvimento da pesquisa fundamental, a área da cultura acabou não tendo, por parte desta Relatoria, na primeira fase, a atenção que merecia.

Diante disso, cerca de 50% dos recursos disponíveis — não vou fazer segredo em relação a isso, havíamos reservado pouco mais de 9 milhões para o atendimento das emendas e cerca de 5 milhões para a área da cultura, tendo como objetivo pelo menos re-

compor minimamente os recursos que teve no exercício de 1999.

Então, ao se analisarem as emendas, foi notado que os destaques apresentados à área da cultura foram quase todos acatados e com recursos dentro desse valor máximo de 5 milhões, ficando pouco mais de 4 milhões para o restante.

De acordo com orientação técnica, surgiram vários destaques em cada tema. Para cada emenda de bancada, por exemplo, foram apresentados quatro ou cinco. Apreciamos o primeiro, de acordo com a ordem de apresentação, e consideramos prejudicados os seguintes, pelo fato da aprovação do primeiro apresentado no mesmo teor.

Primeiramente, priorizamos a área da cultura. Procuramos atender também às emendas de bancada, apenas acrescentando em relação a elas valores que, tenho plena consciência, não atendem ao desejo das bancadas. Não tenho dúvidas em relação a isso. Mas, de acordo com os recursos disponíveis, foi o possível fazer. Há inúmeras emendas de bancada destinando recursos para as universidades dos seus Estados e para hospitais ligados a elas.

Esse é um debate importante que temos que fazer. Acredito que fizemos, na discussão do relatório sobre educação, debate importante sobre o FUNDEF, sobre a aplicação da PEC nº 85 no Orçamento, sobre a necessidade de se cumprir o disposto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que fala que 30% dos recursos da educação devem ser aplicados na valorização do ensino fundamental e na erradicação do analfabetismo.

Acredito que há outro debate que precisamos igualmente fazer: critério para distribuição dos recursos entre as diferentes universidades. Não conseguimos, confesso, resolver essa questão pelas emendas de bancada. Tentamos de alguma forma minorar o problema, dando volume de recursos maior a uma emenda patrocinada pela ANDIFES, e quero referir-me ao enorme esforço feito pelos Reitores para recompor os recursos destinados às universidades.

De acordo com estudo feito, são estabelecidos critérios para redistribuição dos recursos entre as diferentes universidades, levando em conta basicamente o número de alunos equivalentes matriculados, não apenas o número de alunos. Dependendo da área onde se concentra a atividade acadêmica, o custo por aluno é maior — saúde, medicina, etc. — do que em outras. Foram levados em conta também o número de anos exigidos para a graduação, necessidade ou não e ao mesmo tempo o coeficiente de acréscimo de titulação. Foi construída uma matriz, procurando realizar uma distribuição dos recursos entre as diferentes universidades que atendessem a critérios mais claramente definidos de distribuição.

A emenda apresentada pela ANDIFES acrescentaria 150 milhões às instituições de ensino superior. Atendemos trinta. A distribuição desses valores seria desigual, de acordo com as universidades. Por exemplo, a Universidade da Bahia receberia mais 4 milhões e 800, a Universidade do Espírito Santo, 3 milhões, a ESAN, 883 mil. De acordo com o critério, esses 151 milhões seriam distribuídos de maneira a melhorar o funcionamento das universidades e ao mesmo tempo ter distribuição mais justa e eqüitativa entre as diversas entidades de ensino superior, evitando a concentração de recursos em apenas algumas universidades que historicamente têm recebido mais recursos.

Está previsto também aumento de transição, pois não é possível que a mudança de critério venha a quebrar um fluxo histórico que fundamenta também despesas históricas já criadas pelas universidades.

Entendendo que esta deveria ter sido a emenda que deveríamos priorizar, nós a priorizamos. Com isso, enfraquecemos o atendimento aos destaques e mesmo às emendas apresentadas na fase inicial.

Para melhor atendimento desse pleito das universidades, seriam necessários maiores recursos. Foi apresentado destaque. Como havia priorizado no primeiro relatório, acabei não destinando mais recursos para essa emenda, uma vez que o máximo que conseguiria acrescentar seriam 1 ou 2 milhões, que não resolveria o problema da distribuição mais justa de recursos entre as universidades e deixaria de atender a algum pleito em valor menor, que acabaria de alguma forma suprindo alguma deficiência localizada.

Quanto às indicações de bancadas, como teve o caso de Sergipe...

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Relator, Sergipe não é indicação, é emenda coletiva. Interferi nas explicações de V. Exa., porque se trata de emenda coletiva.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Realmente. Depois vamos ver como iremos equacionar isso.

A orientação de modo geral era de que iríamos destinar um pouco de recursos para as emendas de bancada. O caso de Sergipe foi uma que já havia aquinhoado em 1 e 800. Acho que acabei na hora, pelo aperto, deixando-a.

O SR. **DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Esqueceu-se do nosso Estado, por ser pequeno, não é, Sr. Relator?

O SR. **DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Esses foram os critérios que nortearam nossa apresentação, nossos destaques e agora passarei a anunciá-los.

Essas são as explicações e razões que gostaríamos de dar aos Srs. Parlamentares membros da Comissão. Não é o relatório que gostaria de fazer, que atenda às justas reivindicações das bancadas e ao mesmo tempo às necessidades da área da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, entretanto, foi o possível, dentro dos limites de recursos destinados a esta Relatoria-Setorial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradecemos ao Deputado João Fassarella a exposição e justificativa das emendas acolhidas, prejudicadas e aprovadas, integral ou parcialmente.

Vamos iniciar o processo de deliberação.

Gostaria de declarar prejudicados, por serem da competência do Relator-Geral da GND-3, os Destaques de nºs 3, 24, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 59 e 67, prejudicados, por não serem matéria dessa Relatoria, os Destaques nºs 44 e 103 e prejudicado, porque caracteriza emenda, o que não é permitido, o Destaque nº 72.

A Presidência consulta o Plenário sobre se os destaques podem ser votados em globo — aprovado integralmente, aprovado parcialmente e rejeitados.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

*(Não identificado)* – Para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Encaminhamento de votação não é agora, mas quando estivermos em votação. É só uma consulta, o critério que tem sido usado até agora. Se o Plenário concordar, vamos votar, e as Lideranças partidárias poderão, se acharem conveniente, encaminhar a votação.

Tem a palavra o Deputado Paulo Mourão.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, solicitei um esclarecimento ao eminente Deputado João Fassarella, a respeito do destaque que apresentamos, de emenda indicativa, da Universidade do Tocantins.

Temos tido todo o apoio, inclusive do Deputado João Fassarella e de V. Exa., Deputado João Coser, que conduz os trabalhos neste momento, porque o Tocantins é a única Unidade da Federação que não tem universidade federal.

Quando do encaminhamento do PL, fazíamos aqui a mudança, logicamente por intermédio de destaque, do GND-3 para o GND-4, de custeio para investimento. Apesar de grande parte do Congresso Nacional sempre ter o discurso de luta para combater as desigualdades regionais, o que temos visto na prática é que talvez essa realidade não se concretize nas ações.

Gostaria que o eminente Relator me explicasse. No mesmo destaque que apresentamos, solicitando verbas, tivemos aprovação no valor de 570 mil reais, o que, de acordo com os parcos recursos, entendemos que foi o valor considerado e eqüitativo com outros Estados, no tocante às emendas indicativas. A Bahia, que muito respeito e que tem sua grandeza no cenário nacional, já possui universidade estruturada, de onde já saíram muitas pessoas que dignificam o Congresso Nacional. Mas a Universidade do Tocantins precisa de apoio. Apresentamos destaque solicitando o mesmo apoio à estrutura da UNITINS e não fomos atendidos, por insuficiência de recursos. E a bancada da Bahia leva mais 700 mil reais.

Gostaria de ter o apoio do Deputado João Fassarella no sentido de que se engajasse nessa luta pelo Tocantins, a fim de que não fiquemos na condição de rejeitados e somente nos discursos de acabar ou diminuir o fosso das injustiças sociais, das desigualdades regionais. Que pudéssemos ter as mãos entrelaçadas na luta pelas regiões mais pobres do País.

Se S. Exa. não puder nos contemplar com esse destaque, que possa — junto conosco e com o Senador Eduardo Siqueira Campos, que aqui fez sua belíssima apresentação e pôde discutir conosco, das bancadas representantes dos Estados, uma melhor formação no seu relatório —, dentro do possível, atender a esse destaque que apresentamos. Assinei-o especialmente, por ser o coordenador da bancada do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Queria dizer ao ilustre Deputado Paulo Mourão que há uma indicação de três quartos que aprovamos em 570 mil, dentro do limite que podemos fazer, que é aquele que o Regimento estabelece, entre o valor dado às emendas de bancada para as indicações. Então, 570 mil é o valor máximo que poderíamos conceder.

S. Exa. apresentou o Destaque nº 72, e até tinha grande disposição de atendê-lo, porque não envolve recursos e redistribuía quanto à modalidade de aplicação, transferência do GND-3 para o GND-4. Do ponto de vista regimental, qualquer alteração de GND na proposta original que veio do Governo deveria ter emenda nesse sentido. Como não tem, não seria possível tecnicamente fazer esse remanejamento.

Quando S. Exa. me alertou, inclusive voltei à Assessoria, procurando encontrar um caminho que permitisse, uma vez que, repito, não envolve acréscimo de recursos. Seria apenas possibilitar que a Universidade Estadual de Tocantins aplicasse seus recursos em investimento, e não só apenas no consumo. Infelizmente, do ponto de vista técnico, fui obrigado, mesmo reconhecendo a importância da universidade e da sua efetivação, a não fazer, no âmbito da Relatoria, essa mudança e considerar esse destaque prejudicado, porque caracteriza nova emenda, que não foi feita no momento da apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, não sei se houve mudança na Lei de Diretrizes, de 1998 para 1999, porque, no Orçamento de 1999, conseguimos aprovar, com o Deputado Alexandre Santos, Relator da época...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado, regimentalmente não existe emenda. É projeto específico. Então, não podemos...

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Mas é o que contesto, Sr. Presidente, porque quero que a equipe técnica me demonstre que houve mudanças do relatório do ano assado para o deste. Em 1998, não sei se por atenção do próprio Relator, não desmerecendo a atenção do Deputado João Fassarella e sua postura, conseguimos. Que a equipe que apoiou tecnicamente o Deputado João Fassarella me demonstre que houve mudança na LDO nesse ponto específico, do ano passado para este ano.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – É possível até que o Relator-Geral possa fazê-lo. Não posso cancelar recursos do GND-3. Isso é competência do Relator-Geral, e não do Relator-Setorial. É possível que essa questão possa ser levada ao Relator-Geral. Como S. Exa. pode fazer cancelamentos no GND-3, talvez encontre uma forma regimental de fazê-lo. Como eu não posso, e toda a Comissão sabe, não tenho como tirar do GND-3 e incluir no GND-4.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Essa é uma explicação que podemos aceitar. Mas gostaria de ter um esclarecimento técnico sobre o anterior, com o qual não concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – É emenda prejudicada por problema legal, portanto, não está em debate. Mas penso que o Deputado deveria solicitar posteriormente ao Relator-Geral a possibilidade de discutir isso. Creio que, conversando, consiga resolver.

Vamos iniciar o processo de votação.

Bloco dos destaques aprovados parcialmente, dos rejeitados e, depois, dos prejudicados em função da votação.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Senador, vamos entrar no processo de votação. Já foi encerrado o debate, portanto, não há inscrição para debate.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O que os partidos podem fazer, se acharem conveniente, é encaminhar voto a partir do anúncio da votação.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Gilvam Borges.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Sr. Presidente, por se tratar de matéria muito importante para o Estado, chamo a atenção para o Destaque nº 40.

**(Não identificado)** – Quarenta e seis.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Informo ao Relator que, **a posteriori**, iremos apresentar documento solicitando a mudança da unidade, porque a administração da execução dessa emenda está pelo Ministério, o que é complicadíssimo. Queremos a execução feita diretamente pela universidade.

Peço à Presidência que leve em consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Senador, a mudança de modalidade de um órgão depende, neste caso, por ser emenda de bancada, de ofício feito ao Presidente, apoiado por três quartos da bancada, na modalidade da apresentação da emenda na origem. As exigências feitas para apresentar emendas são as mesmas para fazer mudanças de texto, aplicação — se é Estado, Município ou União —, que dependem da subscrição da maioria da bancada, conforme a resolução. Portanto, está prejudicada. Mas V. Exa. poderá, colhendo as assinaturas, requerer junto ao Presidente da Comissão a mudança.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Agradeço a V. Exa. a gentileza.

Na condição de coordenador da bancada do Estado do Amapá, irei tomar as providências.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Em votação os destaques aprovados integralmente.

Solicitei aos Parlamentares a concordância para votação em globo, que concordaram, mas não coloquei em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Se os Deputados concordam em que a votação seja em bloco, por gentileza, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que concordam com a votação permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação os Destaques nºs 17 e 62, aprovados integralmente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, o Destaque nº 62 não foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Destaque nº 62.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Autor Dr. Benedito Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Aprovado.

Existe o relatório por parecer: aprovados integralmente, parcialmente... Esse destaque está aprovado integralmente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovados parcialmente.

Em votação os Destaques nºs 1, 4, 8, 9, 16, 25, 46, 58, 71, 75.

Vou conceder a palavra para encaminhamento. Há a conclusão de que existem mais três destaques acolhidos que não estão em minhas mãos. Mas peço que aguardem um minuto, para se fazer a conclusão da leitura dos destaques aprovados parcialmente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Na montagem faltou a folha nº 3. Pode notar que passa da 2 para a 4.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Mais os Destaques nºs 11, 12, 14, 15. Vamos colocar em votação os destaques aprovados parcialmente.

Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz, para encaminhar a votação em nome da bancada.

**O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ** – Sr. Presidente, apresentamos um destaque. Compreendemos o esforço, a dificuldade e a limitação do Relator-Setorial. Mas há emenda para a qual gostaria de chamar a atenção da Comissão e do Relator-Geral, porque entendemos da maior importância. Ela conta com o apoiamento da Casa, do Senador Tião Viana e de vários outros companheiros e é sobre a Universidade de Brasília.

Apresentamos o destaque de emenda para o Hospital Universitário, que foi contemplada parcialmente com 700 mil. O grande esforço de recuperá-la é para ter investimento no Hospital Universitário, de referência nacional, que vem fazendo grande esforço contra essas atitudes do MEC de esvaziar os hospitais universitários. Mas os profissionais, a direção e a Universidade de Brasília têm resistido bastante, com grau de assistência espetacular, atendendo pacientes não só do Distrito Federal, mas de vários Estados. Ele precisa desses investimentos, considerados pequenos e modestos.

Compreendemos essa limitação do relatório parcial, mas cremos que é da maior importância manter um hospital desse funcionando, por ser referência nacional e resistir ao esvaziamento dos hospitais universitários. Faço essa ressalva, que fica como apelo à Comissão e ao Relator-Geral, no sentido de avançarmos um pouco mais e ter fôlego para investimento numa área tão importante, que não diz respeito apenas a uma Unidade da Federação.

Por isso, encaminho favoravelmente, aproveitando a oportunidade para deixar essa dívida, que espero esta Comissão possa recuperar, com o Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, para encaminhar em nome do Partido dos Trabalhadores, no Senado.

Informo aos Parlamentares que o tempo para encaminhamento de votação, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é de um minuto.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, associo-me ao Deputado Agnelo Queiroz e à bancada do Distrito Federal, por ser reivindicação indiscutivelmente legítima, séria, pertinente. Compreendo perfeitamente o sentimento de justiça e sensibilidade do Relator, Deputado João Fassarella, quando tratou desses destaques nas suas possibilidades.

Mas é muito importante que se diga que o Hospital Universitário de Brasília orgulha o Brasil inteiro. Por dois anos consecutivos, a Universidade de Brasília foi considerada a melhor do País. Isso é muito importante, porque quem conhece a hegemonia das grandes universidades brasileiras sabe o quanto é difícil a elevação de nível, de conceito e de contribuição científica de uma universidade. Hoje o Centro-Oeste tem na Universidade de Brasília espelho e referência nacional. Seus alunos estão orgulhosos dela. O curso de Medicina talvez seja o mais solicitado.

Registro, por ter sido aluno de pós-graduação da Universidade de Brasília, meu testemunho de que o Hospital Universitário atende 22 mil e 500 pessoas todos os meses, oriundas do Piauí, do Maranhão, do Pará, da Bahia, de Minas Gerais, de Goiás, do Tocantins. Ele merece o mais elevado respeito e não conta sequer com um tomógrafo computadorizado. É uma situação dramática que merece reparo.

Apelo ao Deputado João Fassarella no sentido de que sensibilize, na medida das suas possibilidades, o Relator-Geral, o Presidente desta Comissão e toda a bancada nacional, para que se incorporem na solidariedade ao Hospital Universitário de Brasília.

Muito obrigado.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, consulto V. Exa. sobre se o encaminhamento é por partido ou por Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – É por partido de cada Casa. Podem encaminhar o Senado e a Câmara.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Gostaria de falar em nome da Liderança do PDT no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Senador, V. Exa. vai falar daqui a pouco. V. Exa. está inscrito.

Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, faço dois registros.

Vamos votar o relatório apresentado, que consideramos extremamente importante. Mas faço um apelo aos demais membros da Comissão no sentido de que, junto ao Relator-Geral, continuemos trabalhando em cima da universidade de forma geral. Emenda importante foi apresentada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, alocando 166 milhões para nossas universidades, objetivando também a manutenção de programa extremamente importante, o PET. Entendemos fundamental que todos trabalhemos junto ao Relator-Geral para que, de fato, esses recursos vão para manutenção da universidade de forma geral e, ao mesmo tempo também, do PET.

Além disso, com referência aos recursos para complementação do FUNDEF, apesar de não ser o ideal, não ser o que está inserido na lei, pelo menos o que foi acrescido de 315 para 338, de 1ª à 4ª, e para 349,69, de 5ª a 8ª, em ensino especial, que tenhamos os 138 milhões a mais, a que inclusive o próprio MEC, na sua formulação, se refere, para que tenhamos junto ao Relator-Geral esses recursos a mais, a fim de pelo menos os oito Estados que têm direito a essa complementação possam ser atendidos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem a palavra o Senador Sebastião Rocha, pelo PDT.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, registro e louvo a sensibilidade do Relator, Deputado João Fassarella, que conseguiu, dentro das suas limitações, atender, de fato, parcialmente a muitos dos destaques apresentados, em defesa de uma educação melhor, tanto no nível fundamental, quanto no nível superior. Também faço um registro especial do Amapá, que foi contemplado parcialmente. Agradeço ao Deputado João Fassarella.

Era o registro que tinha a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem a palavra o Deputado João Leão, do PSDB.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, parabenizo o Deputado João Fassarella, apesar de achar que fui muito mal atendido. Na Bahia, a situação da universidade continua caótica.

Peço, meu caro Relator, encarecidamente, a V. Exa. que faça indicação ao Relator-Geral nesse caso específico da Universidade Federal da Bahia. Sei que V. Exa. tem muito poucos recursos, mas indicação é simplesmente a tinta da sua caneta. Então poderia,

no seu relatório, fazê-la, a fim de se que atenda com um pouco mais de verba a Universidade Federal da Bahia, que se encontra em estado caótico. Não vejo problema nenhum.

Parabéns pelo belo relatório e pelo trabalho nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Em votação os destaques.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, para encaminhar, em nome da Liderança do PFL no Senado.

Na mesma linha do Deputado Agnelo Queiroz e do Senador Tião Viana e aproveitando para registrar a presença do Reitor Professor Lauro Morhy, louvo o trabalho realizado pelo Hospital Universitário de Brasília, dando meu testemunho de que nós, do Tocantins, também somos bastante beneficiados por sua ação competente, que dispensa maiores comentários e apresentações. Deixo registrado o apoio do Partido da Frente Liberal no Senado Federal.

Faço também referência às questões relativas à Universidade do Tocantins, aqui descritas pelo Deputado Paulo Mourão, parabenizando o Deputado João Fassarella, e ao depoimento do Deputado João Leão, da Bahia, que disse que, apesar de mal atendido, parabeniza o Relator. Isso demonstra a competência e a habilidade do Relator.

Parabéns, Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, registro a presença do Reitor da Universidade Federal da Bahia, Heonir Rocha, do Sub-Reitor, do Vice-Reitor, de uns dez a quinze funcionários e de cerca de cinqüenta alunos que tomam água na chuva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A Presidência registra e agradece a presença de todos os reitores e professores das universidades federais que estão aqui lutando por recursos para a educação, inclusive o reitor do Espírito Santo.

Vamos colocar em votação os destaques aprovados parcialmente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Destaques rejeitados.

Destaques nºs 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100 e 101, rejeitados no mérito.

Destaques rejeitados por insuficiência de recurso na Relatoria-Setorial.

Destaques nºs 2, 5, 7, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 31, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 61, 64, 65, 69, 70, 73, 76, 77, 102, 104, 105, 106 e 107.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, gostaria de saber se esses destaques rejeitados por insuficiência de recurso no relatório setorial podem ser reavaliados pelo Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Os Deputados e Senadores que desejarem vão, no processo de votação do relatório geral, reapresentar destaque. Todos poderão ser reapresentados.

Eles não ficam automaticamente reapresentados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Gostaria de saber se o Relator concedeu meu pedido, porque S. Exa. balançou no sentido de "sim" a cabeça, mas não disse que concedeu.

Gostaria de ouvir da sua voz se há indicação ao Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, numa das votações no relatório houve su-

gestão no sentido de se fazer acréscimo a ele. Foi tomado como decisão não se fazer isso, porque, se abrirmos essa possibilidade, certamente vamos ter, daí para diante, dezenas ou centenas de acréscimos ao relatório. Foi tomada a decisão numa das votações de não se fazerem acréscimos ao relatório. Essa pode ser uma sugestão para que não se abra uma nova situação, em face de sugestões de se terem novos anexos e componentes do relatório.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Isso, meu caro Deputado Alberto Goldman, é praxe desta Comissão: dez indicações do Sub-Relator ao Relator-Geral. Anos e anos isso tem ocorrido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O Deputado João Fassarella vai usar da palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Asseguro à Bahia e especialmente a Sergipe. É extremamente difícil ficar trancado numa sala e analisar tudo aquilo. Lembrei até da barata e da telha, a expressão e a comparação. (Risos.) Na minha conversa com o Relator-Geral, se tiver alguma força junto a S. Exa., farei todo o possível para, de alguma forma, atender a esse pleito, que merecerá de minha parte atenção especial.

Quero dizer também que vou empenhar-me ao máximo junto ao Relator-Geral para que a emenda geral, que destina 151 milhões à educação, tenha melhor atendimento e, assim, seja realizada melhor redistribuição de recursos entre as diferentes universidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vou fazer um esclarecimento, uma vez que já foi feita exposição pelo Relator-Geral e houve orientação geral para a Comissão: a Comissão não fará indicações formais porque não existe essa figura na Comissão de Orçamento nas resoluções anteriores. A indicação ou sugestão política o Deputado João Fassarella ou qualquer Relator poderão fazer. Portanto, não constará de relatório, não será peça do Orçamento, mas o Parlamentar poderá dirigir-se ao Relator-Geral e dizer que gostaria de atender melhor a determinadas áreas ou Estados. O Relator-Geral vai ouvi-lo dentro dos limites. Gostaria de deixar esclarecido que não existe a figura de indicação formal no debate orçamentário do Brasil até hoje.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Relator, gostaria de solicitar a V. Exa. o apoio da indicação de maneira legal, como propôs o Presidente, ao Relator-Geral sobre o Destaque nº 105, do nobre Deputado José Melo, no qual S. Exa. destaca emenda de 166 milhões e 500 mil, emenda essa proposta pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Também recebi pedido de apoio a essa emenda da Reitora da Universidade Federal de Goiás, Profa. Milca Severino Pereira. Pelo que relata em seu ofício, é de interesse de todas as universidades brasileiras.

Gostaria de fazer essa solicitação a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Em votação.

Já foram votadas as emendas rejeitadas.

Emendas prejudicadas em relação às votações anteriores. Foram prejudicadas por já ter sido atendido destaque do mesmo teor.

Destaques de nºs 6, 10, 13, 18, 29, 30, 43, 45, 51,52, 57, 60, 63, 66, 68 e 74.

Gostaríamos de agradecer ao Deputado João Fassarella o brilhante relatório. E a Comissão de Orçamento acaba de concluir a votação de mais um relatório, o de nº 6, que trata da educação no Brasil.

Com a palavra o Deputado João Fassarella, para as considerações finais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, quero agradecer a todos os Parlamentares a compreensão, o apoio e a sensibilidade ao entenderem os limites em que atuamos. Ao elaborar o relatório, pudemos sentir no relacionamento com os Parlamentares a sensibilidade de cada um quanto à educação.

Quero fazer um agradecimento especial à assessoria técnica, que me acompanhou em todo esse período, e ao Relator-Geral, sempre atento e sensível às nossas solicitações.

Quero dizer que esta Comissão e o Congresso Nacional têm um débito com o País, e seria de bom alvitre saldá-lo, pelo menos parcialmente. Teríamos de acrescentar mais 105 milhões para cumprir o que dispõe o art. 60 das Disposições Transitórias, mais 138 milhões para atender o que os próprios cálculos do MEC dizem em relação ao FUNDEF e acrescentar mais 111 milhões para cumprir o que a DRU estabelece. Não podemos aceitar que a DRU valha para uma coisa e não valha para a educação. Seria de suma importância atendermos da melhor maneira possível a emenda da Comissão de Educação, que solicita 166 milhões para as instituições federais de ensino superior, sendo 151 milhões para as universidades e mais quatorze milhões e pouco para o PET.

Finalmente, fica registrado o esforço de todos para que, na segunda fase de discussão do Orçamento, possamos suprir essas necessidades. Meu agra-

decimento a todos. Esperamos ter contribuído dentro dos nossos limites para que o orçamento da educação saia daqui da melhor maneira possível e possa expressar em parte o desejo do Executivo e também a vontade deste Parlamento e da sociedade civil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Está-se iniciando o processo de votação na Câmara, motivo pelo qual vamos suspender a reunião por dez minutos. Enquanto os Deputados vão votar, os Senadores ficarão aguardando. Quando voltarmos, imediatamente começaremos o debate do relatório da saúde.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Está reaberta a sessão. Convido o Deputado Pedro Henry a assumir o posto de Relator-Setorial. Está aberta a possibilidade de apresentação dos destaques para a área de saúde e, automaticamente, a lista de inscrições para o debate. Esta Presidência abre o prazo para apresentação de destaques a partir deste momento. (Pausa.)

Temos de ter paciência. Há uma lista com alguns Deputados inscritos, mas S. Exas. não estão presentes porque foram ao plenário votar. Vamos começar a inscrição pelo Deputado Armando Abílio.

O Relator foi votar e pediu alguns minutos para retornar à Comissão.

Deputado Armando Abílio, V. Exa. poderá falar, se assim desejar, independentemente da presença do Relator.

Deputado Pedro Henry, estamos dependendo da presença de V. Exa. para começar o debate.

Concedo a palavra ao Deputado Armando Abílio. O Relator já está presente à Mesa, e declaro iniciado o processo de debate sobre o relatório da área de saúde.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, minha participação é como Parlamentar da Paraíba, Estado pobre, mas também como médico. A bancada da Paraíba, Sr. Relator, apresentou emenda cujo objetivo é melhorar a qualidade de atendimento do Hospital Universitário de João Pessoa, que recebe de 600 a 800 internações por mês, e o atendimento ambulatorial é de cerca de 500 pessoas por dia. Mas, além das instalações físicas necessitarem de recursos para melhoria e também conclusão, faltam vários equipamentos de ponta.

Em função dessa necessidade, nós, da bancada do Estado da Paraíba, apresentamos emenda para resolver o problema e pedimos a V. Exa., médico anestesista, que estude com carinho a possibilidade de aprovação desse destaque, cujo objetivo é melhorar as instalações físicas e permitir a aquisição de equipamentos para o Hospital Universitário de João Pessoa.

Era esse nosso apelo, era essa nossa reivindicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Waldemir Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, eminente Relator, Dr. Pedro Henry Neto, ao parabenizá-lo pelo relatório, queria dizer que nós, os primos pobres do Mato Grosso, Estado que V. Exa. tão bem representa, fomos passados para trás na divisão e ficamos, entres outros, com um problema na área da saúde.

Na verdade, quero lembrar os bancos de faculdade, onde V. Exa. e eu tivemos oportunidade de ser colegas e companheiros. Tenho a impressão de que a vida política de V. Exa. começou na saudosa Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, quando, depois de cumprir o honroso mandato como Presidente do Diretório Acadêmico, apoiei V. Exa. na sucessão. Então, isso pode até parecer uma cobrança, mas, na verdade, relata o carinho que tenho por V. Exa.

Agora, objetivamente, ilustre Relator, a bancada do Mato Grosso do Sul concentrou-se em uma única emenda. Mato Grosso do Sul, por intermédio de todos os seus Parlamentares, apresentou uma única emenda na área de saúde e pediu 70 milhões. Mas V. Exa. adotou o critério de dividir todas as emendas destinadas ao seu relatório pelo valor dos recursos de que dispunha.

Evidentemente, esse critério me parece justo, mas, por infelicidade, a bancada do Mato Grosso do Sul, que concentrou todas as suas apreensões e expectativas em uma única emenda, acabou sendo prejudicada.

Tenho certeza de que V. Exa. haverá de compreender que nosso Estado precisa de bem mais do que os 3 milhões destinados no relatório.

Faço um apelo a V. Exa. em nome do Estado por onde uma vez teve oportunidade de passar, deixar muitos amigos e, com certeza, muita saudade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros. O Relator está anotando todas as observações e, com certeza, fará uma brilhante apresentação ao final.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, quero também fazer um elogio ao Depu-

tado Pedro Henry e dizer que nós, da bancada do Paraná, apresentamos três emendas ao relatório: uma para construção, ampliação e reforma de equipamentos de unidades de saúde no Paraná, outra para a ampliação do equipamento das Santas Casas no Paraná e a última para os hospitais universitários. São categorias diferenciadas de atendimento à saúde, e todas elas, Sr. Relator, precisam de apoio e sustentação.

Portanto, em nome da bancada do Paraná, estamos apresentando esses três destaques, para apreciação.

Entendemos o critério adotado pelo Deputado Pedro Henry. É claro que cada um relata da forma que entende mais justa para atendimento das diferentes e legítimas reivindicações dos Estados brasileiros, mas gostaríamos da apreciação de S. Exa. sobre a matéria, até porque o Paraná, Estado com 400 Municípios e 30 Parlamentares, tem uma demanda muito acentuada, especialmente na área da saúde.

Portanto, gostaríamos de registrar esses destaques em nome da bancada do Paraná e pedir a atenção, o apoio e a recomendação de S. Exa. ao Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, desejo apelar ao Relator, como o fará também, posteriormente e com mais competência, o eminente colega e Deputado B. Sá, até porque S. Exa. é médico, no sentido de aumentar os valores dos recursos destinados ao Hospital Universitário do Piauí.

Teresina é uma cidade **sui generis**, por ser a única Capital que não tem um hospital federal, e o hospital universitário seria a primeira unidade do Governo Federal em nosso Estado.

Trata-se de um hospital que servirá de escola para aperfeiçoar os médicos da Universidade Federal do Piauí. E a bancada apresentou emenda no valor de 15 milhões de reais, assinada pelo eminente Senador Hugo Napoleão, em nome de todos os Parlamentares do Estado, por nossa escolha. Mas foi contemplado na proposta do Relator o valor de 4,5 milhões.

Nosso apelo é no sentido de que o Relator examine a possibilidade de chegar ao limite do pleito da bancada do Piauí, até porque, com esses recursos, teremos um hospital universitário concluído, grande aspiração de Teresina, cidade que tem apenas um hospital do Estado, mesmo assim em condições precárias, com um pronto-socorro. A população pobre terá nesse futuro hospital universitário o local adequado para suas demandas na área de saúde.

Será de muita justiça social a construção desse hospital universitário no Piauí, além de trazer benefício excepcional ao curso de Medicina no meu Estado.

Meu apelo é para que o Relator reveja, é claro que dentro de seus critérios, a possibilidade de atender ao total da emenda proposta pela bancada federal do Estado do Piauí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, pelo prazo de até cinco minutos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Nobre Relator, Deputado Pedro Henry, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. o fato de, mesmo com poucos recursos, ter aberto a janela para as três emendas propostas pela bancada do Rio de Janeiro.

Com certeza, essa foi uma janela ampla, cada uma delas no valor de 3,5 milhões de reais, como V. Exa. fez, aliás, com todas as emendas de bancada. Mas os pedidos são muito maiores, e V. Exa. pode imaginar que o Estado do Rio de Janeiro tem deficiências, muito embora tenha talvez a maior rede hospitalar, em função da sua população e dos transtornos que todos acompanhamos. Nosso Estado é um dos que mais sofrem na área da saúde.

São três emendas destinadas pela bancada do Rio de Janeiro à área de saúde. Na primeira, pedíamos inicialmente 76 milhões de reais, com o objetivo específico de equipar a região da Baixada Fluminense e a região serrana, incluindo outros hospitais, a exemplo da Maternidade Leila Diniz, na cidade do Rio de Janeiro.

Para V. Exa. ter idéia da gravidade da situação, a Maternidade Leila Diniz, que é federal, recebe esgoto **in natura** na UTI neonatal quando chove.

Há, ainda, projeto específico para o Hospital Clementino Fraga, hospital de excelência da universidade. Imaginem se não fosse!

Incluímos o Instituto Vital Brasil e vários outros órgãos numa grande emenda, que seria a maior emenda da bancada do Rio de Janeiro na área da saúde.

Na segunda emenda, nobre Relator — V. Exa. com certeza reverá todos os valores, se não completamente, pelo menos em parte, e o Relator Carlos Melles será ainda mais generoso —, tentamos beneficiar a região noroeste, considerada a mais pobre do Estado do Rio de Janeiro, incluindo Municípios como Macaé, Campos e São João da Barra, com recursos destinados à construção de pequenos hospitais que

atendam àquela população. Sem dúvida, embora aquinhoados com **royalties**, alguns desses Municípios viviam da cana-de-açúcar e hoje não têm mais como sobreviver.

A terceira emenda foi apresentada especificamente para o programa chamado Rio-Orto, que tem como objetivo — e já foi assinado convênio entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por sua Secretaria Estadual de Saúde — reunir todos os hospitais de traumatortopedia, através do Instituto Nacional de Traumatortopedia, no Rio de Janeiro, hospital de excelência. Este hospital daria vazão a um programa que incluiria a ABBR, hoje absolutamente falida e depredada no Estado, e o Hospital Anchieta, hospital estadual que também tem a mesma função na área de traumatortopedia. O programa visa equipar o Estado do Rio de Janeiro do mesmo serviço de excelência que há, por exemplo, em Brasília, na área de traumatortopedia.

Temos condições para isso, nobre Relator, e tenho certeza de que V. Exa. fará tudo para rever os valores destinados às emendas da nossa bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dar minha palavra de reconhecimento pelo esforço do Relator no seu trabalho na área de saúde, que, como todos sabemos, é das mais complexas. Porém, quero pedir a atenção de V. Exa. e do Plenário para algumas questões mais gerais que se refletem sobre a demanda de cada um de nós.

A defesa de um projeto em um ou outro Estado — eu mesmo defenderia dois projetos em meu Estado — tem méritos, mas não é suficiente para estabelecer argumentos que possam verdadeiramente prevalecer, uma vez que todos temos razões em nossas demandas. O que acontece com o relatório do Deputado Pedro Henry tem acontecido aqui algumas vezes.

Estabeleceu-se na Comissão certa fixação para estabelecer critérios. Nada contra critério, a menos que nele esteja embutido erro essencial. Aí, esse critério reproduz e generaliza o erro. Ao invés de ser um instrumento de equilíbrio e justiça, torna-se um instrumento de desequilíbrio e de injustiça.

Por exemplo, não considero correto o critério de aprovação de um mesmo valor para emendas de Estados diferentes, de economias diferentes, de necessidades diferentes e de dimensões econômicas, políticas e parlamentares diferentes. Se São Paulo e Minas Gerais têm direito a dez emendas, por maiores que sejam as necessidades do Piauí, do Acre e de Pernambuco, as emendas aprovadas para esses Estados não podem ter o mesmo valor das aprovadas para aqueles Estados. Quer dizer, se são dez emendas por Estado, deve haver correspondência entre o valor delas e a economia, a população e outros fatores de cada Estado, sob pena de se criar uma situação de completa e total desorganização: um Estado mínimo terá aprovação igual a de um Estado máximo.

O segundo problema é que a aprovação de valores iguais para projetos diferentes agride o bom senso. O princípio de nosso trabalho são as emendas : os Deputados e as bancadas selecionam suas emendas e atribuem a elas prioridades. Cada emenda é um assunto, cada emenda tem um mérito. Não posso aprovar, para a construção de uma casa popular, o mesmo valor para a construção de um grande viaduto. Não posso aprovar, para um projeto substancialmente menor do que outro, o mesmo valor. O Relator deve trabalhar sobre o mérito de cada projeto, senão as emendas seriam completamente ociosas e, de alguma forma, o próprio Relator, que transformaria seu trabalho num exercício de aritmética aplicada. Ele tem de trabalhar cada projeto, avaliar seu grau de complexidade, seu nível de execução, sua importância social e econômica, considerar o que escrevemos na emenda, o que as bancadas escrevem, para, como diz a lei, dar parecer. Não há parecer que justifique o mesmo valor para emendas de mérito e propósitos completamente diferentes, com realce e destaque também necessariamente diferentes. Então, não acho defensável que se aprove o mesmo valor para emendas, mesmo que se diga ser justo.

O terceiro componente do meu questionamento é que, bem ou mal, esta Casa atribui muito mais importância às emendas de bancada estadual do que a qualquer outra forma de emenda. As emendas de bancadas regionais, por exemplo, na minha região, o Nordeste, região que se une, reúne, discute, são de muito mais fácil aprovação por mim, que atuo em meu Estado, do que as que correspondem às dez emendas da bancada estadual. Então, nesse caso, estamos aprovando, para emendas regionais de duas regiões, valores três vezes maiores do que os aprovados nas emendas de bancada estadual.

As emendas de Comissão também não têm, todos sabem, a prioridade, a complexidade que têm, do ponto de vista de aprovação e de democracia, as

emendas de bancada. E essas também são aprovadas com valores superiores às emendas de bancada.

Então, esse conjunto de critérios, respeitando a disposição, a vontade e a capacidade de trabalho do Relator, não tem condições de se sustentar, senão por uma argumentação que gostaria de ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Nós agradecemos aos Deputados pelo cumprimento do tempo regimental. Vamos conceder a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo, por cinco minutos.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de mais nada, gostaria de endossar tudo o que o Deputado Sérgio Guerra acaba de proferir. Entro perfeitamente na sua linha de análise. A complexidade das emendas de bancada é muito superior a quaisquer outros problemas. E, Sr. Relator, no seu relatório, V. Exa. e sua equipe técnica criticam a bancada de Minas por apresentar projeto que mistura equipamentos e suprimentos de medicamentos. E por que se fez isso? Porque a demanda e a pressão eram tamanhas que, para comportar numa só emenda, tivemos de fazer essa química, que tecnicamente vimos não ser viável. E o relatório mostra essa falha técnica da bancada de Minas Gerais, comandada pelo nobre Deputado Danilo de Castro, que teve de engolir, pela pressão daqueles que queriam medicamentos e dos que queriam equipamentos. No entanto, estamos vendo essa emenda transformada apenas num valor de três milhões e meio para equipamentos de postos de saúde. Ou seja, uma bancada de 53 Deputados e três Senadores, total de 56 Parlamentares, é muito mais difícil de se compor, nos interesses e nas necessidades, do que uma bancada de onze, oito mais três. É muito mais fácil ou muito mais difícil compor os problemas de um Estado quase país, com oitocentos e tantos Municípios politicamente ativos, do que Estados às vezes com oito ou dez Municípios.

Portanto, o problema começa, na verdade, no nosso próprio Regimento, na nossa própria formatação da apresentação de emendas, em que bancadas com maior representatividade deveriam ter não só quantitativa, mas qualitativamente, determinados critérios.

Hoje determinado Relator, Senador do Tocantins, apresentou seu relatório dizendo: "O meu critério foi diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda". Quer dizer, critério que tem sido comum e amplamente aceito nesta Comissão e nesta Casa, pela tendência de justiça social que representará no fim. Ou seja, estamos respeitando a população que será assistida principalmente na área da saúde ou educação e também as desigualdades regionais.

Mas no relatório da saúde, infelizmente, o que estamos vendo é uma divisão aritmética, conforme mostrou o Deputado Sérgio Guerra, de três milhões e meio para cada Estado, emendas de Comissões — que às vezes não são tão justificáveis quanto parecem, porque sabemos como elas são também aprovadas nas Comissões — e emendas até regionais sobrepondo-se às de bancada.

Para encerrar, já apresentei os destaques que cabem à bancada de Minas Gerais, e tentaremos achar a forma natural de compor o que for possível.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Deputado Márcio Reinaldo, para que V. Exa. não volte a usar a palavra depois, queria que me explicasse a observação que fez com relação à emenda que contraria o art. 41 do Regimento Interno. Qual a proposição da bancada de Minhas Gerais para a solução desse problema?

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Apenas quis enfatizar o argumento do Deputado Sérgio Guerra quanto à complexidade das emendas de bancada. Tínhamos duas emendas em Minas Gerais: uma, comandada pelo Secretário de Estado de Saúde, Armando Costa, nosso colega Deputado Federal, que mostrava a necessidade de um programa de medicamentos no Estado, talvez a exemplo do que São Paulo faz hoje. E outro grupo de Parlamentares questionava a necessidade de haver melhorias nos postos de saúde do interior e até da capital. Mas não tivemos, em face do número de emendas possíveis de serem apresentadas na saúde, possibilidade de destacar duas emendas. E aí, por um artifício quase que de final de discussão ou de várias discussões, tivemos tendência de misturar essa classificação. Eu, por viver mais essa área, fiz minhas ressalvas, mas mostrei que, diante daquele quadro político, era o único caminho.

Então, vejam V. Exas. a dificuldade e a complexidade de uma bancada com 56 Parlamentares chegar a consenso para apresentar dez emendas e 5 indicações. É muito maior naturalmente do que uma bancada de treze ou onze Parlamentares. Esse é o dado relevante da questão. E V. Exa. mostrou bem, juntamente com sua equipe técnica, que desrespeitamos o art. 41. É isso que quero enfatizar, mostrando a justeza do argumento de nosso amigo Sérgio Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Braga, por cinco minutos.

**O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA** – Sras. e Srs. Deputados, queria me referir a destaque por mim apresentado, que diz respeito a uma emenda da bancada da Paraíba que destinava ou destina recursos para equipar o Hospital Universitário de João Pessoa.

Esse hospital, Sr. Presidente, como tive oportunidade várias vezes de comunicar ao ilustre Relator, é o melhor e o mais importante órgão de saúde que atende às camadas carentes do Estado. Nós não temos para onde correr, principalmente em João Pessoa, porque os preços dos hospitais particulares são exorbitantes, e as camadas carentes não podem procurá-los. E os hospitais da prefeitura não têm capacidade física de atendimento. Então, além de servir como hospital-escola, atende às camadas carentes. É um grande hospital, ao qual o pobre tem acesso. Já conversei com o Relator e com o Relator- setorial e encaminhei meu destaque na forma regimental. E quero deixar meu apelo ao nobre Relator, de quem conheço a sensibilidade, e aos Srs. Deputados da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado B. Sá.

**O SR. DEPUTADO B. SÁ** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi com muita atenção os Deputados das diferentes bancadas pedirem um pouco mais, o que é justo, para cada um de seus Estados. Chamo a atenção para as observações feitas pelo Deputado Sérgio Guerra, quando diz que bancadas maiores, e conseqüentemente Estados maiores, deveriam, em princípio, levar mais. Estamos discutindo um dos assuntos mais candentes da questão social do País: a saúde.

E tenho ouvido e lido diariamente nos jornais do Sul do País as manifestações de arrepio contra nordestinos, contra pessoas que batem em retirada do sertão do Nordeste, no caso específico do Estado do Piauí, para tentar a sorte em São Paulo e em outros eldorados do Sul. Aí estão os exemplos dos **skin heads**, que se dizem neonazistas e que estão contra nordestinos, minorias raciais e assim por diante. Então, a questão da saúde é muito importante e não pode ter esse ângulo de "quem tem mais tem de levar mais".

Sr. Presidente, refiro-me especificamente a destaque de minha autoria — representando, como acabou de falar o Deputado Paes Landim, todos os treze Deputados e Senadores da bancada do Piauí — que solicita recursos para a conclusão do hospital universitário. A Universidade Federal do Piauí, caro Deputado Pedro Henry, é a única no Brasil que não possui hospital. Todo o ciclo médico — e estou falando também como médico e professor daquela universidade — funciona num hospital estadual, numa estrutura velha, de 1940, que não tem mais onde ser ampliada. E agora começa a se complicar ainda mais a situação, porque o Estado do Piauí, a universidade estadual, criou também um curso de Medicina, que ficará com toda a parte de clínica no velho Hospital Getúlio Vargas, na Capital.

Quero chamar a atenção para outro aspecto, Sr. Presidente. Apesar de nossa universidade não dispor de hospital próprio, embora seja de extrema necessidade — repito, é a única faculdade pública federal de Medicina do País que não tem hospital —, ela está em quinto lugar em recente avaliação do Ministério da Educação, motivo de satisfação e orgulho para nós. Apesar de tudo, há determinação, e ensina-se bem nessa parte, da Medicina.

Por isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria que fosse levado em consideração esse aspecto. Trata-se de emenda de bancada, de todos os Deputados e Senadores do Estado do Piauí, na qual solicitamos recursos para a conclusão do Hospital Universitário, e não para aparelhamento de hospital já existente, do Piauí.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradeço ao Deputado B. Sá. Vamos conceder a palavra pela ordem aos outros oradores.

Solicito silêncio. Estamos discutindo saúde e vamos sair daqui com problemas de saúde, com tanta gente falando ao mesmo tempo e tão alto. Então, por gentileza, em respeito aos oradores, gostaríamos que as pessoas falassem bem mais baixo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, começou agora o processo de votação. Então, peço-lhe que suspenda a reunião por cinco minutos, enquanto vamos votar, porque eu não gostaria de perder um minuto do relatório do grande Deputado Pedro Henry.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Queria informar que conversei agora com o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, e S. Exa. me

disse que teremos três votações nominais. Acordamos suspender por dez minutos a reunião, enquanto vamos ao plenário votar. Então, está suspensa por dez minutos a reunião.

(*A reunião é suspensa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Está reaberta a reunião.

Convido o Relator Pedro Henry para assumir o posto.

Conforme já comunicamos, conversei pessoalmente com o Presidente da Câmara, a pedido da Comissão. Por ocasião do processo de votação, suspenderemos a reunião pelo prazo de dez minutos, para os Deputados votarem em plenário e retornarem.

Concedo a palavra ao Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o Relator, Deputado Pedro Henry, que muito honra nosso partido, o PSDB. É uma figura ilustre, um grande Parlamentar desta Casa, principalmente agora, que faz parte desta Comissão, com a responsabilidade muito grande de fazer o relatório do Ministério da Saúde.

Vou me ater a uma única pauta, com a qual não concordo, do relatório do Deputado Pedro Henry. Não é justo para os Estados do Nordeste e da Amazônia a diferença do SUS relativa a esses Estados. Temos uma média **per capita** nacional de R$ 64,25. Vou me ater ao caso específico da Bahia: São Paulo tem uma média de R$ 73, e a Bahia tem uma média de R$ 49,89. Meu caro Relator, será que o paulista é mais brasileiro do que os baianos, capixabas, alagoanos ou pernambucanos? Isso está errado, gente! O Sr. Relator tem condições de consertar a situação. Precisamos de uma média nacional única. A alegação dos técnicos do Ministério é de que os Estados mais desenvolvidos têm aparelhagem mais moderna, precisam de mais recursos. Mas como nós, Estados pequenos, Estados nordestinos, chegaremos a ter esse tipo de equipamento com essa média? A diferença é muito grande! É muito grande!

No ano passado, tivemos um grande problema nesta Comissão, no fechamento do Orçamento. Refiro-me ao fato de a Bahia e os Estados nordestinos terem reivindicado paridade. Não chegamos à paridade, mas chegamos a elevar consubstancialmente o montante encaminhado pelo Ministério da Saúde.

Peço ao Sr. Relator, que tem um enorme coração, que resolva esse problema. Nós, baianos, não podemos, de maneira alguma, aceitar a aprovação desse orçamento, com essa disparidade. Não é justo para com o povo da Bahia, de Alagoas, de Pernambuco, para com os Estados do Nordeste, para com o Estado de Roraima, que possui a menor renda **per capita**. Não é justo para com o Maranhão.

No ano passado, quando da aprovação do Orçamento, conseguimos elevar a média, mas só o fizemos quando partimos para a briga, quando realmente fizemos obstrução. O Relator chegou a um denominador comum e decidiu fazer uma média mais equilibrada, senão o orçamento não teria sido aprovado no ano passado. Será que a cada ano teremos de continuar com essa guerra?

Será que, novamente, o Estado do Tocantins vai continuar não sendo beneficiado, meu caro Senador? Não está correto isso. Nós somos da Bahia, o sexto Estado da Federação, e estamos, no SUS, no 23º lugar. Há a Amazônia. Finalmente, existe uma tremenda disparidade.

É a única objeção que faço a V. Exa, meu caro Relator. Acho que V. Exa. já deveria ter consertado isso.

Encarecidamente, peço-lhe um pouco mais de recursos para os destaques de bancada da Bahia que estão em seu poder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, farei alguns rápidos comentários sobre o relatório da saúde.

Chamo a atenção de V. Exas. para elogiar o trabalho do Relator, que teve a preocupação de desenvolver o tema — tema candente hoje, tema que está na pauta —, procurando fornecer dados, sem adentrar o assunto. S. Exa. não discute o setor da saúde sob a ótica exclusiva das emendas ou da ação do Congresso Nacional, mas procura fazer um exame de mais profundidade do setor, o que era a intenção quando se programou a discussão por relatórios.

De acordo com os dados que retiramos do relatório, ficam evidenciadas algumas questões preocupantes. Primeira questão: não devemos confundir o orçamento da saúde com o orçamento do Ministério da Saúde. Trata-se de orçamentos diferentes. Nem podemos dizer que o total de gastos com saúde são os gastos do Ministério da Saúde. Há uma questão relevante, que já foi debatida nesta Comissão: os gastos com dívidas não podem ser computados como gastos da saúde, porque já foram computados quando do empréstimo. Isso seria computado duas vezes.

Do ponto de vista da saúde, podemos examinar que o núcleo dos gastos está situado principalmente

no GND-3, no custeio e no investimento. Em relação ao custeio, temos uma redução de 4,2% nos gastos e, no investimento, de 38%. É uma questão objetiva que me preocupa.

Tenho uma proposta, Sr. Relator, para a questão — não sei como vamos tratar disso — dos recursos da DRU. Cansei de ouvir, no plenário da Casa, o argumento de que vai, mas volta. Ora, a pergunta que fica embutida nisso é: se volta, por que vai? Não precisa ir, se voltará todo para a saúde. Mas não volta para a saúde. Tenho aqui um relatório que mostra que o valor da Fonte 175, do Ministério da Saúde, é de 3 bilhões e 37 milhões. A DRU tira algo em torno de 2 bilhões. O Relator argumenta que volta 1 bilhão a mais, mas não volta. E aí são recursos da CPMF. A CPMF, pela votação que fizemos, é explícita, é para o Fundo Nacional de Saúde, em ações de saúde pública.

Voltar a Fonte 175 para o Ministério da Saúde para pagar precatórios, assistência ao trabalhador e apoio administrativo não é propriamente gasto em saúde. Não respeita o que foi aprovado sobre a CPMF. Então, não volta. Não vamos mais tentar iludir não só a opinião do Congresso Nacional, que já está esclarecido sobre isso, mas também a opinião pública. Não volta para a saúde a Fonte 175, não volta para ações e serviços de saúde. São 250 milhões que não voltam. Segundo cálculos que fiz, a Fonte 175 do Ministério é de 3 bilhões e 37 milhões; a Fonte 175, no Fundo Nacional de Saúde, é correspondente a 1 bilhão e 760 milhões, menor do que aquilo que a DRU tira da CPMF. A Fonte 175 para o Fundo Nacional de Saúde, em ações de saúde pública, reduz-se a 1 bilhão, 634 milhões. Volta 1 bilhão, 634 milhões apenas, e ficam faltando aproximadamente 400 milhões para completar aquilo que a DRU tira da saúde.

Tenho uma emenda, Sr. Relator, que trata desse assunto. Segundo o último relatório do Tesouro Nacional, reconheceu-se que o FEF não pode incidir sobre a CPMF. Já votamos aqui, no ano passado — espero que o Congresso não reflua dessa posição — que a DRU, o FEF não atingem os recursos da contribuição dos empregados e dos empregadores. O TCU deliberou que a CPMF não pode ser atingida pelo FEF nem pela DRU, porque está explicitado no Orçamento. O argumento que procuro usar é que a Constituição, quando se muda adiante, deixa implícito uma cláusula revogatória. Não existe revogação na Constituição sem explicitação. Esse é um tema que vai ser tratado nos destaques. Aliás, há destaque sobre essa questão, e espero contar com o apoio de V. Exa.

Dois últimos assuntos a serem tratados. Primeiro, a questão de cumprir a LDO. Eu ouvi um Parlamentar que representa o Governo nesta Comissão dizer que o artigo do superávit da LDO é sagrado. Acho que isso é uma blasfêmia. Dizer que é sagrado misturar coisas religiosas com coisas concretas. Mas quis dizer o representante do Governo — eu interpreto — que aquilo é "imexível". Vamos partir do pressuposto de que o superávit é "imexível". Então, a LDO, como um todo, é "imexível". Por que não se respeita a definição da LDO para os recursos para a saúde? Por que não se respeita? Por que "imexível" é apenas o interesse do setor financeiro? Os interesses da saúde, que estão inscritos na LDO do Governo, não devem ser respeitados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização? Esse é outro destaque. Observamos que o Governo não cumpre o que foi determinado para as áreas de educação e saúde, para poder cumprir o que foi determinado para a área do superávit.

Por último, Sr. Presidente, quero tratar do problema do Hospital Sarah Kubitschek. Isso não afeta o relatório de V. Exa. Há uma movimento nesta Casa de Parlamentares que apóiam o Hospital Sarah Kubitschek. Eu comecei a apoiar essa instituição mais recentemente, porque comecei a compreender que existe uma política deliberada do Governo de estrangular o Sarah, pelo único motivo de que naquele hospital o serviço é gratuito.

O Governo não aceita a concepção de que o Estado tem de ser responsabilizado pela saúde da população. O serviço do Hospital Sarah Kubitschek é gratuito e de excelência. De forma insistente, o Governo diz: "Por que não cobra dos ricos?". Essa é uma falsa posição e o Presidente da Fundação Sarah Kubitschek tem respondido de forma coerente: "Se cobrar dos ricos, mata o Sarah, porque cria aqui duas portas: a porta dos ricos e a porta dos pobres". Se o rico estiver pagando vai querer ter um apartamento. Mas essa concepção, por ser universalista, encontra por parte do Governo Federal uma postura de estrangulamento do Sarah Kubitschek.

Eu me espanto. Nós aqui nunca — isso não diz respeito ao Relator-Setorial, ressalvo — cortamos GND-3 do Hospital Sarah Kubitschek. O GND-3 dessa instituição é global, porque se trata de uma lei votada pela Casa. A maior parte do GND-3 do Hospital Sarah Kubitschek diz respeito a pessoal, e não se corta pessoal. Nem o Relator-Setorial nem o Relator-Geral podem cortar pessoal.

Nós fizemos um grande esforço. Eu destinei verba das minhas emendas. Sou pressionado pelos meus Vereadores, pela base do PCdoB, que quer dinheiro para fortalecer ações em determinados Municípios. Eu dei, do total de 1 milhão e 500 mil reais das minhas emendas, 100 mil reais. Quase uma centena de Deputados fez a mesma coisa. Conseguimos apurar nessas emendas algo em torno de 6 milhões de reais. Uns Deputados deram 20 mil reais; outros, 10 mil reais — dinheiro das emendas, das cotas dos Deputados. Tudo bem, é o valor que S. Exas. podem dar. O Relator-Geral corta 4 milhões e 500 mil reais das verbas destinadas ao Sarah Kubitschek. De que adiantou o nosso esforço de arrecadar 6 milhões de reais, se são retirados 4 milhões e 500 mil reais da cota destinada àquela instituição? Não devemos aceitar isso. Essa questão vai entrar no debate com o Relator-Geral, não diz respeito ao Relator-Setorial.

Quero que o Relator-Setorial, na sua intervenção, responda duas questões básicas: como fazer para cumprir a LDO, em relação aos recursos para a saúde? O Relator da educação viveu o mesmo problema, mas colocou em seu relatório que esse é um problema que tem de ser resolvido. Não se pode usar esse argumento. Isso foi feito em dezembro. O relatório da educação sobre os recursos do FUNDEF é datado de dezembro. Deve-se arranjar 200 milhões de reais. Temos de saber como resolver a questão desses recursos para o cumprimento da LDO na área da saúde.

O que desejo que o Relator me esclareça é em relação à aplicação da DRU sobre os recursos da CPMF.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Fizemos um acordo acerca de o tempo de cada orador ser de cinco minutos. O Deputado Sérgio Miranda estourou o seu tempo. S. Exa. ouviu o meu sinal, mas não conseguiu concluir.

Reafirmo que vamos continuar com o tempo de cinco minutos. Ainda há um grupo muito grande de Deputados inscritos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – A minha observação, pela ordem, é que está em votação o processo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Por gentileza. Há uma série de oradores inscritos. A Mesa não quer ser grosseira. Regimentalmente, o tempo é de cinco minutos para que todos tenham o direito e a oportunidade de falar. Vamos continuar com a questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Iniciou-se o processo de votação nominal novamente no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A terceira votação?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – A terceira e última.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vamos suspender o debate pelo prazo de dez minutos e voltaremos em seguida.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Reaberta a sessão, concedo a palavra ao Deputado Dr. Benedito Dias.

**O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS** – Sr. Presidente, eminente Relator, a bancada do Estado do Amapá mediu todos os esforços na emenda para a construção do Hospital do Câncer naquele Estado. Esse hospital irá atuar no controle, tratamento e prevenção do câncer. Tenho certeza absoluta de que quem vai agradecer é o povo do Estado do Amapá.

Quero dizer ao eminente Relator que a diferenciação da saúde, argüida por alguns Deputados, não pode existir, porque a mesma doença que atinge a população do meu Estado também pode atingir as populações de São Paulo, do Rio de Janeiro e principalmente onde não há condições de tratamento. Como médico, vejo que pessoas com câncer, no meu Estado, precisam ir ao Estado vizinho. Quando a pessoa tem recursos vai ao Estado vizinho, ao Pará, mas quando é pobre e não tem recursos, ela procura o serviço social. Até o paciente ser encaminhado, o tempo para o tratamento que poderia dar maior condição de sobrevivência muitas vezes já passou.

Quero parabenizar o Relator pela imparcialidade, pela maneira como dividiu os recursos. É claro que cada Deputado quer levar a maior fatia para o seu Estado. A Região Norte é muito pobre e precisa de investimentos. Da bancada do Estado do Amapá fazem parte o Senador Sebastião Rocha, o nosso Deputado Sérgio Barcellos. Tenho certeza de que o povo do Amapá será agradecido, levará em consideração nosso esforço.

Quero, mais uma vez, parabenizar o nosso Relator pela brilhante maneira como foi feita a divisão dos pequenos recursos para a área da saúde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz, pelo prazo regimental de cinco minutos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero iniciar fazendo uma pergunta ao Deputado Sérgio Miranda, que muito discutiu a DRU.

Quando há um descumprimento por parte do Executivo Estadual e do Municipal, pode-se ir até para a cadeia. Pergunto: os burocratas federais também vão para a cadeia se descumprirem essa nova legislação? Não.

Sr. Presidente, Sr. Relator, votamos uma lei injusta. A Lei da Responsabilidade Fiscal não penaliza as ilegalidades porventura praticadas pelo Executivo Federal. Essa é uma falha em que cabe uma emenda constitucional para corrigi-la, no âmbito do Senado. Foi o Presidente da República que assinou o encaminhamento desse orçamento para esta Casa, descumprindo a Constituição brasileira, a legislação infraconstitucional, que preserva ou dá um pouco de ritmo, de ordem à distribuição do bolo fiscal. E, neste caso, Sr. Presidente, Sr. Relator, V. Exa., lamentavelmente, entendeu que não caberia a V. Exa. corrigir as distorções.

Quero fazer um comentário, mais ou menos na linha do Deputado Sérgio Miranda. Na verdade, a DRU retira da saúde, através de recursos da CPMF. Isso está claro no art. 74, § 3º, que diz o seguinte: "O produto da arrecadação e da contribuição de que trata este artigo" — ou seja, a CPMF — "será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde para financiamento das ações e serviços de saúde". Aliás, o Deputado Sérgio Miranda já abordou essa matéria.

Quero, mais uma vez, ratificar essa anotação já feita pelo Deputado, porque isso aqui é grotesco.

Deputado Pedro Henry, V. Exa. também nos alerta, no seu relatório, sobre essa matéria. Em seguida, V. Exa. diz que retorna na Fonte nº 175, não para as ações de saúde, mas para pagamento de juros, amortização de dívida. Um bilhão e 807 milhões de reais são retirados da saúde.

Sr. Relator, o § 2º do art. 48 da LDO diz que, no exercício de 2000, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999.

V. Exa. mesmo nos alertou que é menor. Não deu para corrigir? Nós não fizemos a Lei da Responsabilidade Fiscal? Por que não fizemos uma Lei da Responsabilidade Fiscal que metesse na cadeia o irresponsável do Executivo? Por que toda a culpa cai em cima de nós? Nós, Parlamentares, Deputado João Leão, temos de consertar algo que é muito difícil de ser consertado, porque já veio do Executivo descumprindo-se a lei. Não respeitaram a legislação. Já veio para esta Casa com menos recursos para a saúde do que estava previsto em 1999. Esta é mais uma das ilegalidades.

O § 2º da LDO diz o seguinte:

A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, por sua equalização **per capita** em todas as unidades da Federação.

Nobre Deputado Nilton Baiano, não adianta fazermos lei nesta Casa. O Deputado Pedro Henry mostra no seu relatório a distorção grotesca, agressiva, nojenta, ridícula deste Governo.

No ano passado, nós, a bancada da Bahia e Deputados de vários partidos mobilizamo-nos e conseguimos diminuir essa diferença. O sangue do paraense não vale menos que o sangue do paulista ou de quem mora em São Paulo; o sangue do baiano não vale menos que o sangue do catarinense ou de outro Estado que tenha recebido mais dinheiro. Isso é um desrespeito ao povo brasileiro. Estão nos classificando como cidadãos de terceira ou de quinta categoria.

Trata-se de um frontal desrespeito à lei, Sr. Presidente, Sr. Relator. Não podemos aprovar um relatório com esse grotesco vício, que agride a todos nós, cidadãos. Daí eu ter feito duzentos destaques para permitir ao Relator-Setorial que ainda avance junto ao Relator-Geral, a fim de corrigirmos essas grotescas distorções. O PDT não vota favorável a esse relatório como está. Ou se corrige as distorções, ou se muda critérios, ou se adota critérios que levem em conta a renda **per capita** inversa. Se for o caso, acrescente-se mais esse índice. Caso contrário, a Comissão praticará uma injustiça, com a qual não podemos comungar, nem votar.

Deputado Pedro Henry, tenho em mãos o relatório da execução orçamentária deste ano. Acho que V. Exa. não teve acesso a ele. O dinheiro que vai para os vinte programas abertos no Ministério, V. Exa. mantém aquilo globalizado. Estou tentando provocar V. Exa. para que faça a distribuição **per capita**. No inverso da renda, se V. Exa. entender melhor, acoplar os dois critérios.

Nobre Deputado João Leão, no reaparelhamento dos serviços de saúde do SUS/REFORSUS, que são de 144 milhões de reais, a distribuição é agressiva. Existem Estados recebendo oitenta vezes mais que outros. Por exemplo, no caso de assistência financeira, entidades de doze Estados do setor de saúde recebem recursos e todos os outros não recebem. A Bahia não recebe. No caso de descentralização e

melhorias de serviço do Piso de Atenção Básica — PAB, a distorção continua enorme. Mas está melhorando, porque no ano passado nós consertamos.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que tenho à disposição do Relator-Setorial os recursos. Se deixarmos que o critério seja adotado pelo Ministério da Saúde, as diferenças regionais serão ampliadas. Nós temos a responsabilidade de fazer essa distribuição por Estado, por habitante, pela renda **per capita**, com critério decente. Caso contrário, a mão desses tecnocratas continuará privilegiando seus apaniguados, ou seus comparsas, ou seus parceiros, ou aqueles que com eles roubam o dinheiro do povo. Isso aqui não existe. Ninguém tem condições de provar que adotou um critério para a distribuição dos recursos da saúde. É uma vergonha o que acontece na distribuição desses recursos para os diversos programas daqueles Ministérios que beneficiam alguns Estados em detrimento de outros, e de forma agressiva, humilhante para quem mora em um país que seria de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, começou nova votação nominal no plenário há uns cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Segundo o Deputado B. Sá, não há mais votação alguma. Foi uma votação rápida e já passou. Vamos acatar o mesmo critério. Suspenderemos a sessão por dez minutos para conferirmos. Logo em seguida voltaremos.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Declaro reaberta a sessão.

Vamos continuar o debate

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, sei da difícil tarefa de a Presidência organizar a discussão, os debates e o andamento dos trabalhos. Ocorre que vou encaminhar a mesma solicitação e gostaria que a Mesa a submetesse ao Plenário. Eu estou escrito em uma missão parlamentar que viajará na quinta-feira.

Após a leitura do meu relatório, estamos pendentes da sua discussão. Como é do conhecimento deste Plenário, outros relatórios serão mais polêmicos. Quero propor à Mesa duas hipóteses diferentes: em primeiro lugar, após a discussão do relatório do Deputado Pedro Henry, eu poderia solicitar ao Plenário que amanhã, quarta-feira, possivelmente, terminássemos a discussão do meu relatório; se isso não for possível, estou impossibilitado para quinta-feira. Como houve uma reunião hoje, que alterou um pouco este calendário, eu envio à Mesa esta solicitação no intuito de poder discutir e atender aos destaques da minha área.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Gostaríamos de fazer uma consulta, primeiro, ao Senador Wellington Roberto. Se S. Exa. conceder a vaga, já fica automaticamente liberado e nós faremos o debate do relatório do Senador Siqueira Campos ainda hoje, depois do relatório de saúde, que não será colocado em votação. Imediatamente entraremos no Relatório nº 10, com a solicitação do Senador Siqueira Campos. V. Exa. tem alguma objeção?

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, representando o PSDB, eu quero fazer uma proposta. Aliás, foi nossa a indicação do Deputado Pedro Henry para Relator. Todos conhecem a sua qualidade e competência. Existem algumas dificuldades no relatório? Existem. Também quero preservar o Sub-Relator, que às vezes tem de ouvir quase ofensas de companheiros. O Deputado Pedro Henry é amigo de todos nós. Todos estão cientes das modificações que S. Exa. propõe.

Estou vindo agora do plenário e fiquei sabendo que haverá amanhã, às 9h, se não me engano no Plenário 8, uma reunião dos Parlamentares que pertencem à área da saúde, para discutirem o orçamento. Eu proponho, com a concordância do Sub-Relator, que se encerre esse assunto, a fim de não perdermos tempo ouvindo as mesmas palavras.

Para ganharmos tempo, eu concordo com a sugestão do Senador para que passemos para outro relatório, uma vez que não vamos votar hoje o relatório sobre o orçamento da saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Nobre Deputado, eu tenho que seguir o Regimento.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sim, mas eu proponho o encerramento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Para encerrar a discussão, precisamos ter o apoio do Plenário. Nós estamos encaminhando no sentido de permitir que todos falem. Temos a noite toda para isso. Mas consultarei o Plenário.

**O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, acho que nós poderíamos encerrar as inscrições e não as discussões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Basílio Villani, vamos fazer o término das inscrições.

**O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO** – Sr. Presidente, na qualidade de Vice-Líder do PFL, em nome da bancada da Bahia, gostaria de fazer uma apresentação. Nós violentamos o Regimento, porque tivemos uma reunião na mesma hora da Ordem do Dia e o fizemos por acordo. Entretanto, não há condições objetivas de discutir o relatório da saúde, porque ele está incompleto por culpa do próprio Ministério do Orçamento e do Ministério da Saúde. Não adianta avançarmos até meia-noite, até 1h discutindo saúde, porque não temos dados para discutir. A conclusão é óbvia: vamos suspender a discussão do relatório da saúde e discutir qualquer outra coisa. Voltamos a discutir saúde quando tivermos dados objetivos do Poder Executivo.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, eu apenas discordo de uma coisa que o nobre Deputado Manoel Castro disse, em nome do PFL: realmente o relatório da saúde está conturbado. Eu não faria a proposta do Deputado Basílio Villani para que terminássemos a discussão. Acho que poderíamos adiar a discussão da saúde para amanhã, a fim de chegarmos a algum entendimento. (Palmas.) Poderíamos prosseguir com outros temas que estão no cronograma aprovado. Creio que o nobre Relator, Deputado Pedro Henry, também concordaria com essa proposta. Esta é minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Nós estamos no meio da discussão do relatório e somente uns quinze Deputados e Senadores falaram. Não posso encerrar, porque um grupo de Senadores ainda não falou. Regimentalmente, não há como encerrar o debate. O que nós podemos fazer, por acordo, se não houver divergência, é suspender o debate desse tema, manter as inscrições para amanhã e entrarmos no tema seguinte.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – O PSDB concorda em gênero, número e grau. Nós estamos de pleno acordo com a sugestão de que não se encerrem as discussões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Basílio Villani, por gentileza, o Relator está na Mesa e S. Exa. também tem os seus problemas. Nós estamos encaminhando em nome da Mesa.

Gostaria de saber do Sr. Relator se também concorda com essa proposta. O problema da saúde não se resolve de hoje para amanhã. Ele é muito mais grave. Há um mês estamos tentando encontrar uma alternativa. Nós temos um acordo: não votar o relatório antes de termos uma resposta sobre o problema do SUS, independentemente do debate, para que ninguém ache que será votado o relatório no final do debate.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, não é um desacordo em relação ao que o Deputado Manoel Castro apresentou aqui. Se é para suspender, que se suspenda. Mas eu e muitos Deputados presentes ainda não opinamos sobre a questão que está sendo discutida. Essa discussão está se dando fora da Comissão e há pressões legítimas. Mas os membros desta Comissão ainda não tiveram a oportunidade de falar sobre isso. Eu não desejo que as questões sejam resolvidas lá fora sem que tenhamos manifestado nossa posição aqui. Não quero criar problema. Se for consenso suspender, suspendemos agora. Mas não considero, neste momento, que qualquer discussão lá fora tenha um peso maior do que a discussão nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Pedro Henry, que dará uma palavra conclusiva. Nosso desejo é continuar o trabalho de comum acordo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Sr. Presidente, ilustres Parlamentares, acho que todos os Parlamentares que até agora fizeram uso da palavra o fizeram no seu legítimo direito. Mais do que isso, defenderam aquilo que julgam importante para o País e para o seu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O Relator está falando e depende da atenção dos dois Deputados que estão em conflito com a proposta.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Eu acho que todas as considerações são legítimas, são as mais puras. Diferentemente do que alguém pronunciou, não me sinto ofendido, porque acho que estamos aqui para apresentarmos nossas posições e defendermos nosso ponto de vista. A minha obrigação nesta Comissão é extrair deste debate qualquer imperfeição que não tenhamos interpretado corretamente e fazer a assimilação, para que saia daqui um relatório setorial da área de saúde aprovado, se não por unanimidade, mas pelo menos pela maioria expressiva dos Parlamentares.

Eu não acredito que seja prudente ou aconselhável suspender a discussão. Entendo que é um direito legítimo de todos que fazem parte desta Comissão externar suas posições aqui. O Líder do Governo também gostaria de opinar. Eu estou com a máxima boa vontade de ouvir, de discutir e de aprimorar o debate.

Sr. Presidente, V. Exa. apresentou um ponto, que já havíamos decidido, de não votarmos o relatório da saúde. Nós estamos, simplesmente, permitindo a discussão, o afloramento do desejo de cada um de V. Exas., para que possamos melhorar. Os problemas trazidos aqui, na sua grande maioria, praticamente sem exceção, foram diagnosticados por nós, estão inscritos no relatório. O problema da DRU, o problema do SUS foram percebidos.

Srs. Parlamentares, esperar que eu tenha, sozinho, a capacidade de resolver um furo de quase 2 bilhões de reais, que na leitura do relatório foi apresentado com muita clareza aos Srs. Parlamentares, é esperar demais de um Relator-Setorial que não tem o instrumento orçamentário e regimental capaz de corrigir todas essas distorções.

Sr. Presidente, V. Exa. poderia autorizar a continuidade da discussão, para que possamos — estou anotando Parlamentar por Parlamentar, faço questão de responder a todas as argumentação feitas aqui — ser democráticos e permitir a todos aqueles que queiram se manifestar que o façam, o que é um direito regimental. Então, na minha opinião, devemos prosseguir na discussão do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Pessoalmente, na condição de condutor dos trabalhos, quero acolher as ponderações do Relator-Setorial. Encerraríamos, neste momento, as inscrições; faria uma leitura dos inscritos para debater o tema e, a partir daí, concluiríamos este debate. Ele vai gerar, no final, o encerramento dos destaques. A partir daí, continuaríamos, porque o debate sobre saúde não vai se encerrar hoje, com certeza. Ainda existem destaques. Daqui a pouco, vamos sentar à mesa, com muita gente — hoje à noite, amanhã —, e com certeza ainda vai se debater muito a questão da saúde.

Precisamos conduzir o processo de debate no plenário. Se continuarmos nesse procedimento de suspender a reunião sem a conclusão do debate do relatório, não conseguiremos trabalhar. E é importante para o Relator-Setorial ouvir a opinião das bancadas, dos Parlamentares, a fim de contribuir para a melhoria do seu relatório.

Então, quero pedir aos Deputados que nos permitam conduzir os trabalhos. Há uma decisão do Presidente da Casa — foi anunciado aqui um calendário — para se encerrar todas as votações, de todos os relatórios, na quinta-feira. Isso só será possível com a boa vontade de cada um dos senhores. E, a partir daí, fazermos o relatório geral.

**O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO** – Sr. Presidente, V. Exa. está falando para não haver a votação ou para encerrar os debates? Os debates vão ficar em aberto ou serão encerrados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O debate formal dos cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno, vamos encerrar. Mas vamos continuar a fazer os debates sobre as grandes propostas de mudanças. Não se vai votar o relatório.

**O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO** – Sr. Presidente, uma coisa importante a ser lembrada aqui alto e bom som, para ficar bem claro: essa questão de saúde — com todo o respeito ao ilustre Deputado Alberto Goldman —, no ano passado, foi a mesma coisa, mas na hora "h" se deu uma solução.

A nossa posição é muito clara. Não vamos concordar com o Presidente. Vamos criar todas as dificuldades, todos os óbices para que não se estipule até o final desta semana o encerramento de todas as discussões acerca dos relatórios setoriais, porque não

seremos levados na conversa. O que queremos é a posição do Governo. E vamos exigir uma posição do Governo. Vamos acatar a posição de V. Exa., do Relator, vamos nos inscrever, vamos debater. Mas amanhã não vamos deixar de ter reunião durante o horário de votação. Nós vamos suspender a reunião.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Sr. Presidente, apresentei uma questão de ordem para que fosse submetida ao Plenário, a fim de que suspendêssemos as discussões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não há acordo do Relator. Não posso fazer isso. S. Exa. está na Mesa debatendo o seu relatório.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, os Líderes reuniram-se hoje, e aprovamos... Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A palavra está com V. Exa.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, hoje reunimos os Líderes de todos os partidos e aprovamos o calendário para que fossem votados todos os relatórios setoriais até quinta-feira à noite, varando a noite se necessário. Mas acho que, como surgiram problemas no relatório setorial da saúde, é importante que se busque solução para isso e não se interrompa a votação dos demais relatórios setoriais.

Por isso é que a nossa proposta é no sentido de que haja a concordância do nobre Relator. Isso poderá levar a um impasse na votação de todos os relatórios setoriais.

**(Não identificado)** – Deputado, V. Exa me concede um aparte?

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, veja bem. Não podemos — e V. Exa. também não pode — tolher o direito de os membros da Comissão se expressarem. Deixe os que estão inscritos falar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**(Não identificado)** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Gostaria de tentar encaminhar. O Deputado Sérgio Guerra está querendo contribuir. O Deputado Manoel Castro entendeu o encaminhamento. Não vamos concluir o debate. Vamos fazer com que todos os Deputados inscritos falem, dêem suas sugestões e façam suas críticas. O Relator-Setorial está aberto a críticas para tentar melhorar o seu relatório. Os grandes problemas vamos resolver como o fizemos no ano passado. O Deputado tem razão quando diz que não depende do Relator-Setorial, mas precisamos concluir. Sei que é o desejo de V. Exa. Isso não impede de continuarmos a fazer o debate sobre o relatório seguinte. Avançaremos na questão da saúde e, logo em seguida, entraremos no Relatório nº 10.

**(Não identificado)** – Permita-me, Sr. Presidente. No momento em que terminarmos a discussão está encerrado o período de discussão e teremos que entrar na votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não.

**(Não identificado)** – Como, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Isso já está acordado, Sr. Deputado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**(Não identificado)** – Vai votar, vai votar.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Mas aí não se pode mexer mais amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vamos suspender.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Mas o entendimento que se busca não será alcançado e dificuldades para a votação do orçamento serão acrescidas a partir de amanhã, Sr. Presidente. Esta é a minha preocupação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Santos Filho, não vamos encerrar. Nós vamos suspender no final, porque a matéria não vai ser colocada em votação. Não sei se V. Exa. está conseguindo entender ou se eu não estou conseguindo me explicar.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**(Não identificado)** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Por gentileza, Deputado. Só um minuto. Vamos solicitar aos Srs. Deputados que façam a inscrição. O Relator vai falar quando for necessária a sua intervenção. Mas agora é só uma questão de encaminhamento. Vou tentar conduzir.

Com a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, está visto que o relatório da saúde é polêmico não apenas por conta da opinião da bancada da

Bahia, mas também por conta da opinião de muitos Parlamentares que se manifestaram aqui, hoje. Se existem Deputados que desejam discutir esta matéria — e estamos na etapa da discussão —, não há sentido que não o faça na etapa em que deve haver a discussão. Estamos discutindo o relatório setorial da saúde. O Relator está presente e o plenário também. Então, por que não discuti-la?

Não concordo também com o encerramento da lista de discussão. Acho que todos que querem falar devem ter o direito de se inscrever e falar. E acredito que a discussão é positiva, seja ela em que direção for.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Ricardo Barros, vamos tentar encaminhar a partir da fala de V. Exa.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, só quero saber se V. Exa. vai, ao término da discussão de hoje, encerrar o prazo para apresentação de destaques, a fim de que o Relator possa, então, ter o conjunto dos destaques na mão para discutirmos o relatório. Não adianta fazermos reuniões se novos destaques ainda puderem ser apresentados e o Relator não ter como finalizar seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O nosso desejo é o de suspender, antes de encerrar o prazo de apresentação de destaques. Portanto, isso é uma coisa possível de se combinar. Mas é fundamental chegarmos no final das inscrições para combinarmos isso. Não há, por parte da Mesa, nenhum desejo de acabar com o debate. Pelo contrário, queremos avançar nele. Alguns Deputados falaram e outros têm o desejo de expressar suas opiniões.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Então, sou obrigado a concordar com o Deputado Santos Filho. Já que a Comissão depende de informação externa, já que depende de novos destaques a serem apresentados, o lógico seria suspender a discussão acerca do relatório da saúde até que essas informações cheguem. Assim, todos os inscritos podem falar amanhã, já com estas questões resolvidas. Do contrário, vamos apenas gastar tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) Vou consultar o Plenário. Os Deputados que já falaram estão encaminhando...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Pois é, é perder tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Por gentileza. Vou encaminhar a votação. Deputado Basílio Villani, a minha consulta ao Plenário será objetiva: suspender ou manter o debate. Pessoalmente, sou a favor de se manter o debate, porque uma série de Deputados já falaram e estão encaminhando para se encerrar o debate. Acho que o mais democrático é ouvir todos.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vou só encaminhar a consulta...

*(Não identificado)* – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

*(Não identificado)* – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Basílio Villani.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – A Presidência não pode manifestar o seu desejo.

*(Não identificado)* – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Basílio Villani, não é V. Exa. É outro Deputado que está com a palavra, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Então, veja bem: o PSDB encaminha pela suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Pela suspensão.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, por uma questão democrática, inúmeros colegas já falaram — a questão da saúde mexe com todos nós e com 163 milhões de brasileiros —, é importante que este Plenário qualificado saiba dos graves problemas do orçamento da saúde, muito bem apresentados pelo Relator no seu relatório. E só com este Plenário sabedor — e só saberá se discutirmos — é que poderemos avançar junto ao nosso Relator-Geral e ao Ministério do Planejamento. Não discutir é abortar, é dizer "não" ao SUS, que precisa continuar. Então, precisamos discutir, Sr. Presidente. Dê a palavra para os colegas inscritos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Eu tenho que fazer uma... Por gentileza...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, estamos votando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vou conceder a palavra ao Relator. Antes, a palavra está com o Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Estamos votando, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Por gentileza, não há como se resolver isso...

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – V. Exa. colocou uma matéria em votação. Em nome do PFL, o PFL vota pela suspensão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Só um minuto. Vamos ouvir o Relator antes.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Mas V. Exa. já ouviu o PSDB. O PFL está votando agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não, não ouvi.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Gostaria de fazer uma interposição, se V. Exa. me der licença.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Olhem, não vou ficar debatendo com o Plenário desta forma, com dez pessoas falando ao mesmo tempo. Vou conceder a palavra ao Relator. Vou consultar os Líderes partidários sobre o encaminhamento, que é o procedimento comum. Ouvido o Relator, vou fazer uma consulta às Lideranças se devemos ou não suspender os debates.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Gostaria de pedir sua atenção. Aqui foram levantadas questões importantes, como o retorno da DRU para o orçamento da saúde. Foi discutida a questão do Sistema Único de Saúde; os recursos do SUS não estão equalizados. Foram discutidos aspectos da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, levantados pelos Deputados Sérgio Miranda e Giovanni Queiroz, no sentido de que há descumprimentos legais.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Queria só um minuto da atenção de V. Exas.

Vejam bem, pode ser que alguns que ainda se manifestarão daqui para frente tragam mais alguns subsídios que precisam ser ajustados. Se eu não ouvir isso, se não dermos chance para aqueles que estão inscritos aqui e para tantos quantos quiserem apresentar problemas que podem existir, como é que poderemos identificar novas imperfeições que ainda não foram levantadas? Tolher esse direito por quê? Não estou entendendo o porquê.

Mas estejam certos de uma coisa: desde que tomamos conhecimento do PL — invoco aqui o testemunho da bancada da saúde —, fui o primeiro a levantar a lebre e dizer que estávamos com dinheiro a menos. Pedi a todos os Parlamentares apoio. Ao Deputado Aroldo Cedraz, disse que não votaríamos o orçamento enquanto não tivéssemos uma definição. Não vamos votar. Mas não ouvi quais são os outros problemas que existem. E por que não ouvi? Como vou negociar com o Executivo se eu não souber quais as outras imperfeições que estão no PL?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Roberto Balestra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, V. Exa. como Presidente da Mesa tem autoridade suficiente para decidir. Neste momento, esta democracia que V. Exa. está querendo exercitar é contraproducente. V. Exa. tem toda a consideração por todos nós, mas V. Exa. pode perfeitamente decidir. E já tem a palavra daquele que deseja que haja a continuidade da discussão, que é o Relator. V. Exa. decide.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Gostaria de dizer que, com todo o respeito ao nobre Deputado Roberto Balestra, respeitamos a autoridade do Presidente da Comissão, mas o Plenário também tem autoridade. E há a manifestação de um Parlamentar, Líder de partido, que está propondo para ser votada a suspensão ou não dos trabalhos. A opinião do Relator tem de ser respeitada, mas ela não faz a decisão da Casa.

Vou fazer um encaminhamento. Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação. Não vou usar isso, porque não é o meu desejo. O meu desejo e o de fazer com o conjunto da Comissão o encaminhamento. Tenho uma opinião pessoal; vou fazer uma consulta aos Líderes. Se a maioria entender que devemos suspender, vamos suspender. Pessoalmente tenho uma opinião, mas não vou levar a ferro e fogo isto, porque não compensa. O Relator está pedindo um minuto. Então, vou suspender...

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Srs. Senadores, Srs. Deputados, vou fazer uma proposição conciliatória. Vamos ouvir todos aqueles que querem se manifestar. Ao final, quando não houver mais ne-

nhum Parlamentar que queira fazer alguma consideração, suspenderemos a discussão; não a encerraremos, mas encerraremos o período para destaques. Não precisa mais. Está tudo feito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Não pode? Então, suspenderemos apenas. Mas vamos ouvir todos e suspender a discussão.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem com relação a este destaque.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Por gentileza, temos de encaminhar a proposta do Relator, que tem procedência. Acredito que o Plenário poderia acolhê-la desde que fique aberto o prazo para apresentação de destaques, como fizemos na plenária da Câmara há uma semana, com um ou dois oradores, para permitir que até aquele prazo fossem apresentadas emendas.

Aqui, no caso, seriam destaques. Então, se for uma proposta com a qual mais alguém concorde, faremos a relação de todas as pessoas que querem falar, dos que estão inscritos e dos que desejam se inscrever, mas não encerraríamos nem o debate nem o prazo para apresentação de destaques. Aí, concluiríamos o debate, pois grande número de Deputados está inscrito. Gostaria de acolher esta proposição, se não houver uma posição muito ferrenha do Plenário. Podemos encaminhar assim?

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – V. Exa. deve chamar só os membros da Comissão para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Neste caso, não faremos votação; há um acordo entre os partidos.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Na condição de coordenador da bancada do PFL, continuo não aceitando a tese proposta por V. Exa. Sabe por que, Sr. Presidente? Vamos ficar aqui hoje até meia-noite, possivelmente, pelo número de inscritos que temos, e não será tomada decisão alguma, segundo proposição do nobre Relator-Setorial. Todos os inscritos poderão falar amanhã e aí se decide. E, hoje, decidiríamos outro tema, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – No mínimo, discutiremos aqui até às 23h, Sr. Presidente.

(Intervenção simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sim, Sr. Presidente, mas e a votação que aprovamos hoje de que decidiríamos sobre todos os relatórios setoriais até quinta-feira? Retardaremos a apreciação do relatório do nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, que poderia ser apreciado hoje. E todos falarão amanhã, nobre Relator-Setorial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vou ouvir as Lideranças partidárias. PFL.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – O PFL é pela suspensão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O PFL, Deputado Santos Filho, é pela suspensão.

Pelo PMDB, Deputado Pedro Novais.

Pelo PSDB, Deputado Basílio Villani.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – O PSDB pede a suspensão imediata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Pela continuidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Pelo PTB, Deputado Félix Mendonça.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** – Pela suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Giovanni Queiroz, pelo PDT.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pela suspensão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Sérgio Miranda pelo Bloco PSB/PCdoB.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Pela suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Pelo PL, Deputado Eujácio Simões.

**O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES** – Pela suspensão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Senado Federal.

Pelo PMDB, Senador Wellington Roberto.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Pela suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – PFL.

**(Não identificado)** – Pela suspensão.

**(Não identificado)** – Não há necessidade da consulta, Sr. Presidente, se a Câmara é pela suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Em respeito ao Senado.

Senador Tião Viana.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Pela suspensão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A maioria dos Líderes deseja a suspensão. Vamos suspender o debate.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Mas a Liderança apenas encaminhou, Sr. Presidente. Eu quero votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – As Lideranças, por maioria absoluta, neste caso...

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Eu posso não acompanhar o voto do Líder, quero votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vou fazer uma consulta ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Se é para bagunçar, vamos bagunçar de vez. Se for assim eu vou pedir verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vamos discutir o relatório do Senador Eduardo Siqueira Campos, a decisão já está tomada.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, já estamos há mais de quarenta minutos nessa discussão. Como não há consenso, é melhor suspender a discussão sobre a saúde, uma vez que a maioria já se manifestou assim, e começar a apreciação de outro relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vou suspender o debate do tema saúde. Amanhã retomaremos a discussão do assunto, mantendo as inscrições já feitas. Em princípio, às 10h. Entraremos imediatamente no debate do Relatório nº 10, do Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Sr. Presidente, eu queria me inscrever também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Convido o Senador Eduardo Siqueira Campos para compor a Mesa.

Está aberto o prazo de destaques para o Relatório nº 10.

A Presidência solicita silêncio.

Que bom que o Congresso está ligado ao problema da saúde! Com a palavra, se desejar fazer algum comentário, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

Caso S. Exa. não queria fazer uso da palavra, vamos iniciar o debate por ordem de inscrição.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, sugiro que passemos imediatamente aos inscritos, uma vez que o relatório já foi lido e pretendemos iniciar a discussão. Vamos ouvir os inscritos, depois discutiremos o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado B. Sá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra.

Solicito ao Plenário que faça silêncio.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, há um ditado na minha terra que diz o seguinte: quando um burro fala, o outro murcha as orelhas. E agora estou falando. Acho que todos, no plenário, devemos uma consideração à Mesa, sobretudo ao Presidente e ao Relator, que estão aqui, como todos nós, buscando a solução de problemas. É uma desconsideração muito grande o Plenário não prestar atenção às manifestações, sobretudo da Mesa. Quem não quer participar da sessão deve se ausentar; aqui não é lugar de bater papo, mas de resolver problemas. Acho que devemos ter toda consideração com S. Exas. para podermos tocar esta sessão para frente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, o relatório de V. Exa. é perfeito. V. Exa. usou um critério absolutamente correto e, com toda transparência, deixou-nos a certeza de que não está guardando recursos para atender a destaques que sejam apresentados a partir de agora. Todavia, sabendo da sua honestidade, da lisura com que fez esse sub-relatório, não posso deixar de fazer um apelo a V. Exa., que conhece o Estado de Goiás tanto quanto eu, porque também é goiano. Temos uma emenda de bancada que representa a sobrevivência e a continuidade do crescimento da cidade de Goiânia, Capital que todos nós admiramos. É a emenda que diz respeito ao tratamento do esgoto sanitário da cidade. V. Exa. já acolheu a emenda de bancada com um valor de 5 milhões de reais. É um valor inexpressivo, que não atende ao nosso pleito.

Volto a dizer que V. Exa. agiu com absoluta honestidade e lisura, mas faço um apelo nesta hora: que V. Exa. acolha o nosso destaque, elevando substancialmente esse valor. Aproveito a presença do Relator-Geral para pedir-lhe que transfira a V. Exa. mais algum recurso, não só para atender a essa emenda, como também a outras tão importantes quanto ela.

No mais, parabenizo V. Exa. pela lisura com que fez esse sub-relatório. Tenho certeza de que o Rela-

tor-Geral entenderá o problema e transferirá algum recurso para V.Exa. Eu não vou, obviamente, exigir de V.Exa. que diga agora qual o valor que será transferido nem exigir do Relator-Geral, que já está saindo, que faça isso. Mas tenho a certeza de que algo será feito.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Tenho certeza de que o Plenário saberá entender agora a necessidade de silêncio para que o Sub-Relator possa levar em consideração as minhas palavras e as dos demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradecemos a colaboração do Deputado Roberto Balestra e a forma carinhosa e respeitosa com que se dirigiu à Mesa, ao Presidente e ao Relator. As respostas serão dadas coletivamente ao final da exposição. O Relator está anotando todas as observações.

Com a palavra o Deputado B. Sá.

**O SR. DEPUTADO B. SÁ** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, apresentei um destaque, em nome de toda a bancada do Estado do Piauí, referentemente a uma obra de infra-estrutura urbana em Teresina, Capital do Estado. Teresina está necessitando urgentemente de mais uma ponte sobre o Rio Poti para desafogar o trânsito na Capital do centro para a zona leste. Se o Relator reparar bem, verá que conseguimos nessa emenda de infra-estrutura urbana um certo valor e estamos pedindo mais 4,5 milhões de reais, recurso que se crê bastante para a conclusão da obra.

Sr. Relator, espero contar com a sensibilidade de V. Exa. quanto ao acolhimento dessa emenda da bancada do Estado do Piauí, que beneficia a Capital do Estado, Teresina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradecemos ao Deputado B.Sá.

Com a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, o relatório foi feito com critério, de forma democrática, e provavelmente será aprovado pelos companheiros.

Quero elogiar a conduta do Senador, que, surpreendentemente, há cerca de dois meses convocou os coordenadores das bancadas estaduais para uma reunião, ouviu suas ponderações, suas razões, numa postura democrática, muito positiva, que por certo contribuiu para a confecção de um bom relatório. O Relator merece elogios pela conduta e pelo critério por que se orienta na definição de verbas, extremamente modesta.

Quero apenas manifestar uma ligeira discordância com o companheiro Deputado Roberto Balestra. Essa perfeição do trabalho implica que o Relator deva ter algum recurso reservado para que possa, na discussão do relatório, aprovar eventuais destaques que venham a aperfeiçoá-lo.

No caso do meu Estado há duas emendas que o Relator acolheu de forma moderada. Também cortou alguns programas na área de habitação e de saneamento. De maneira que a aprovação líquida em relação a essas emendas foi insignificante. Estamos destacando essas emendas para consideração do Relator, na esperança de que S. Exa. as acolha. São programas que estão sendo desenvolvidos em Pernambuco há muitos anos. A nossa bancada tem mantido as mesmas proposições por quatro ou cinco anos. E elas só deixam de fazer parte das propostas de Pernambuco quando verdadeiramente as obras são encerradas. Por isso, seria conveniente e justo que o Relator desse um acréscimo ao que aprovou para o nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, Senador Eduardo Siqueira Campos, estamos conscientes das dificuldades dos Sub-Relatores em aprovar as nossas emendas. Mas apresentamos emenda de bancada para a melhoria de vias urbanas na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Solicitamos 16 milhões de reais e só conseguimos 1,5 milhão de reais.

Esse recurso não dá nem para iniciar a obra. Então, gostaria que V. Exa., mesmo dentro das dificuldades encontradas, procurasse melhorar um pouco esse recurso, acolhendo essa emenda de Boa Vista, a única de bancada direcionada para a Capital. Trata-se de região bastante endêmica. Se não melhorarmos a situação daquela comunidade ficará muito difícil.

Além dessa, temos outra emenda sobre saneamento na área de fronteira, na qual solicitamos 50 milhões de reais e não conseguimos nada. Estamos pedindo 5 milhões de reais para V. Exa. Na primeira estamos solicitando apenas mais 3,5 milhões de reais, ao menos para chegarmos a um total de 5 milhões de reais. V. Exa. acatou com 1,5 milhão de reais e estou solicitando mais 3,5 milhões de reais, que ainda é um valor bastante insignificante para uma Capital. Mas, reconhecendo as dificuldades ora encontradas por V. Exa., estou sendo bastante humilde em pedir apenas mais 3,5 milhões de reais.

A outra é uma emenda de bancada que destina recursos para vários Municípios. Também nesse caso só foram alocados 1,5 milhão de reais. Para esta terceira é o Destaque nº 0017. Então, meus são os Destaques nºs 0017, 0016 e 0015.

Gostaria que V. Exa., com a sensibilidade que lhe é peculiar, examinasse com muito carinho essas emendas, porque é premente a necessidade do nosso Estado de que sejam acolhidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A Senadora está com dificuldades de ser ouvida. O Relator está conversando e mais alguém na Mesa.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Eu sei que o Sub-Relator é bastante requisitado, mas se já temos dificuldade quando solicitamos da tribuna recursos para solucionar os nossos problemas, mais difícil fica se não temos a atenção do Relator e do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Sérgio Miranda, desculpe-me. Achei que tivesse desligado o seu microfone e ouvimos a sua voz grossa no fundo da fala da Senadora, mas o aparelho está com problema.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, novamente vou registrar aqui o pleito da bancada do Paraná, que aprovou ações de desenvolvimento urbano em Municípios da região sudoeste do Estado. O Relator, Senador Eduardo Siqueira Campos, fez um excelente trabalho. Apenas pediria ao Deputado Nelson Meurer, representante do sudoeste, que faça a explanação da necessidade de ampliação desta verba em nome de toda a bancada do Paraná presente — Deputados José Borba, Santos Filhos e Basílio Villani.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o sudoeste do Paraná é uma região de minifúndios, de muita necessidade. Fizemos uma emenda de três quartos para que fosse agraciado todo o sudoeste do Paraná. Sabemos da dificuldade do Relator, que acatou a emenda inicial no seu relatório com 2 milhões e 100 mil reais. Precisamos de um reforço maior. Pedimos ao Relator que examine a possibilidade de ajudar o sudoeste do Paraná, região essencialmente agrícola, de Municípios muito pobres. Portanto, esperamos que o Relator avalie a possibilidade de aumentar os recursos dessa emenda, já que fomos contemplados com apenas 2 milhões e 100 mil reais.

Era o que tinha dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Alberto.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Eduardo Siqueira Campos, quando V. Exa. estava fazendo a leitura do seu parecer como Relator-Setorial, voltamos a deparar com a indicação que a bancada federal de Sergipe faz de uma emenda não acatada por V. Exa., em princípio para o Município de Lagarto. Além disso, observando os valores das emendas que foram acatadas parcialmente por V. Exa., esperávamos que fosse um pouco mais generoso com o nosso Estado, visto que não tivemos aprovados nem 20% dos valores propostos pelas nossas emendas de bancada.

Cito como exemplo emenda para a melhoria das condições habitacionais na região centro-sul do Estado do Sergipe. Havíamos feito uma proposta da ordem de 30 milhões de reais, e tivemos 1,8 milhão de reais. Para a ampliação e melhoria do sistema de esgotos sanitários em Aracaju, propusemos 25 milhões de reais e recebemos 1,8 milhão de reais; para a revitalização da infra-estrutura urbana de Aracaju, propusemos 15 milhões de reais e tivemos aprovados 1,3 milhão de reais; para serviços de saneamento básico nas localidades do Vale do Cotinguiba, em São Francisco, propusemos 40 milhões de reais e obtivemos 2,1 milhões de reais.

Sr. Relator, imaginávamos, numa primeira etapa, pelo menos uma aprovação dos nossos pleitos da ordem de 20%, para que pudéssemos, numa etapa posterior, trabalhar junto à Relatoria-Geral uma melhoria, a fim de atendermos aos pleitos do Estado de Sergipe.

Com relação à emenda do Município de Lagarto, já conversamos com V. Exa. e com o Sr. Sanches, que é assessor da Comissão Mista para a Área de Desenvolvimento Urbano, e reafirmo agora o apelo que naquela oportunidade fizemos a V. Exa., que daqui a pouco será repetido pelo Senador Antônio Carlos Valadares: que tenhamos pelo menos uma porta aberta com essa emenda, se não na Fonte nº 40 — visto que V. Exa., no seu parecer, disse não ser possível; que V. Exa. destine recursos, se não para o Município, mas para o Estado de Sergipe, modificando a fonte, como a Fonte nº 30, talvez até para o próprio Ministério, pela Fonte nº 90, desde quando essa emenda, no ano de 1999, recebeu uma dotação orçamentária, já liberada para o Estado, de 3 milhões de reais.

Com isso, estamos com a preocupação de que a obra que venha a ser desenvolvida no Município de

Lagarto — e já está sendo desenvolvida —, venha a se tornar também uma obra inacabada em nosso Estado.

Então, estou aqui dirigindo um apelo, como coordenador da bancada de Sergipe, a V. Exa., no sentido de que nos atenda e acate o nosso destaque, abrindo uma janela, para que possamos junto à Relatoria-Geral pleitear valores mais elevados para essa nossa indicação.

Portanto, Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos, agradecendo a atenção de V. Exa., insisto no apelo a V. Exa. no sentido de, mesmo com a alegada limitação orçamentária, dar ao nosso Estado um melhor tratamento no que concerne às suas emendas de bancada, e que se tenha uma porta aberta nessa emenda que não foi acatada por V. Exa., para que possamos defender junto à Relatoria-Geral recursos para a continuidade dessa obra. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Essa intervenção depende de um esclarecimento do Relator.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – A Mesa havia decidido, buscando uma melhor dinâmica para os trabalhos, que o Sub-Relator falaria apenas ao final dos questionamentos. Peço vênia aos oradores que já fizeram uso da palavra para, neste caso específico, até para orientar o trabalho dos Srs. Parlamentares, inclusive da própria bancada, dizer que o parecer preliminar é muito claro com relação a emendas de indicação. Elas não podem, em nenhuma hipótese, referir-se a ação que não seja de interesse estadual, nacional ou de região metropolitana. Eu me detive sobre o assunto, fiz diversas reuniões com a área técnica, mas vejam a nossa situação: nem o destaque V. Exa. pode fazer, porque se trata de uma indicação. E isso é vedado no relatório preliminar.

Veja V. Exa. que não é por uma decisão do Relator, mas está no relatório preliminar. Agora, segundo a própria orientação técnica, o Relator-Geral, na última fase do trabalho, autorizado pela Comissão, pode vir a analisar essa situação. Se eu não o fiz, esclareço a V. Exa. que foi porque realmente estou preso, a meu ver, por um óbice intransponível, que é o parecer preliminar, bastante claro, no seu item 20.4.4, com relação a esse tipo de emenda de indicação.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Agradecendo as explicações de V. Exa., não desejaria nem recorrer à questão do destaque em si, apenas fazendo um apelo, já no momento em que estamos discutindo o parecer de V. Exa. e ainda vamos entrar nessa discussão, no sentido de aventar a possibilidade de, neste momento, V. Exa. — com a concordância da bancada, porque a bancada deseja isso — acatar essa emenda, mudando a fonte, destinando os recursos para o Estado. A minha tentativa junto a V. Exa. é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradeço ao Deputado Jorge Alberto.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, nobre Relator, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, vou dividir a minha fala em três pontos.

A bancada do Rio optou por apresentar duas emendas de bancada e duas indicações. Em primeiro lugar, houve um cancelamento de 800 mil reais para a implantação de serviços de saneamento básico em Municípios com populações de 15 mil a 75 mil habitantes no Estado do Rio de Janeiro.

Muito embora pareça que o Estado do Rio de Janeiro não precisa de 800 mil reais, digo que precisa, e precisa muito. E aos poucos vou apresentar as emendas e as indicações feitas pela bancada.

Com relação à primeira indicação que V. Exa. acolheu — a indicação era de 58,5 milhões de reais e V. Exa. a acolheu com 1,5 milhão de reais, como tentativa de abrir uma janela para que pudéssemos no relatório geral ampliar esse recurso —, V. Exa. pede a definição da modalidade de aplicação. A modalidade de aplicação, por decisão de bancada, é a 40 ou a 90. Nós tínhamos colocado na emenda 90 e V. Exa. pôs 99 — modalidade a definir. São doze Municípios, a emenda é para obras na Baixada Fluminense, região específica do Rio de Janeiro — o Rio de Janeiro é dividido em regiões, e a bancada, quando montou suas emendas, o fez para que todas as regiões fossem atendidas nas suas prioridades. Então, no caso da indicação do Destaque nº 6, a modalidade de aplicação, segundo decisão de bancada, tinha sido a aplicação 90 ou a aplicação 40.

São 4,2 milhões de pessoas que vivem nessa região do Rio de Janeiro. Talvez seja uma das mais pobres do Estado, com o maior número de favelas. É óbvio que vamos contar com o seu carinho, mas também com o do Relator-Geral, Deputado Carlos Melles, para que possamos ampliar esse valor.

No caso da segunda indicação, que V. Exa. também acolheu como emenda de sua autoria, também é necessária a definição da modalidade de aplicação. A

decisão da bancada foi de que a modalidade de aplicação seria 40. Se não for possível, que se faça a 90. Essa emenda também abrange vários Municípios do Estado, mas já de outra região, a serrana, que, muito embora seja para alguns apenas uma região turística, tem inúmeras áreas que necessitam de infra-estrutura, principalmente por ser uma região eminentemente turística.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Apenas para informação e definição, na impossibilidade de ficar na 40, a opção da Relatoria de colocar na 99 é a definir. Se for colocado na 90, já fica previamente determinado que será execução pelo Governo Federal. Se é isso que a bancada pretende ...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Não, a bancada prefere que fique na 40.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Não pode. Nesse caso, ficaríamos com a 99, porque a bancada define posteriormente.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Não, já está definido. Os dois coordenadores da bancada estão aqui. E isso foi discutido na bancada. Se não pode na 40, pode pôr na 90, nas duas emendas.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Está bem.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Afora isso, das duas emendas de bancada, uma solicita 43 milhões de reais, e V. Exa. concedeu 6,5 milhões de reais. Ela trata de cinco Municípios da região metropolitana — Niterói, Itaboraí, São Gonçalo, Saquarema e São Pedro da Aldeia —, que têm aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Talvez possamos utilizar Itaboraí e São Gonçalo, Municípios bem pobres. Se V. Exa. tivesse a oportunidade de ver a falta de infra-estrutura dessas áreas, tenho certeza de que não daria apenas esses 6,5 milhões de reais, mas os 43 milhões de reais, se pudesse.

Só a título de exemplo, se V. Exa. andar em São Gonçalo ou em Itaboraí — Itaboraí melhorou muito —, provavelmente vai ver o sistema de mutirão, os moradores fazendo a infra-estrutura com as próprias mãos. A Prefeitura só tem dinheiro para dar os tubos, nada mais. São exemplos pequenos. São Pedro da Aldeia, que seria uma área absolutamente turística, não se dá em função da falta de infra-estrutura urbana.

A segunda emenda apresentada pela bancada, no valor de 75 milhões de reais, refere-se ao complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá. Quem vai à Barra da Tijuca passa por Jacarepaguá. Talvez Jacarepaguá seja a área com maior número de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Essa é uma emenda solicitada pelo Governo do Estado, o Governador Anthony Garotinho, à qual toda a bancada aderiu. Eu tenho o prazer de defendê-la. Só para V. Exa. ter noção, em todo o complexo lagunar da Baixada do Jacarepaguá, que inclui Barra e Jacarepaguá, não existe nenhum tipo de esgoto sanitário. Esse é um projeto global, que demandará um recurso muito maior do que o que pedimos. O Governo do Estado, com certeza, entrará com muitos recursos. Isso influi em 288 quilômetros quadrados de área de lagoas. Foi uma das emendas de maior expectativa da bancada e do próprio Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Eu não poderia — sabendo que V. Exa. não tem os recursos que gostaria de ter; que V. Exa. fez o máximo para acolher a emenda — deixar de registrar a importância da tentativa de ampliação dos valores, principalmente das emendas de bancada, e a recomposição dos 800 mil reais que tínhamos e perdemos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero reforçar as palavras da Deputada Laura Carneiro, lembrando inicialmente que no primeiro pleito S. Exa. estava falando da Baixada Fluminense. São treze Municípios com problemas seríssimos, que precisam realmente de uma intervenção do Estado. Nós temos Municípios com acima de 1 milhão de habitantes, como Nova Iguaçu, Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, entre tantos outros. Necessitamos que V. Exa. reveja a modalidade, converse com o Relator-Geral, para que possa nos conceder um pouco mais. O que faremos com 1,5 milhão de reais para treze Municípios com uma densidade populacional de 5 milhões de pessoas?

É um pleito que fazemos aqui em nome da bancada do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense, que é representada nesta Casa por seis Deputados Federais. S. Exas. certamente irão querer contribuir com V. Exa. neste momento. Mas, independentemente do que V. Exa. já concedeu, estamos pedindo que busque alternativas, que possamos discutir em conjunto e rever os valores concedidos, porque estão muito aquém de qualquer expectativa da nossa bancada.

A outra região, Sr. Presidente, é a que abrange o Município de São Gonçalo, que tem 1,5 milhão de habitantes, o Município de Niterói, com 600 mil habitantes — só estou falando de algumas regiões que têm uma população muito carente. O Rio de Janeiro é a segunda casa de todo brasileiro, quando não a primeira. Mas os Municípios que circundam o Rio de Janeiro ne-

cessitam muito de atenção. E nós, da bancada, estamos aqui pedindo a atenção devida para que V.Exa. atenda ao nosso pleito e não conceda apenas 1,5 milhão de reais para a nossa emenda de bancada.

Como só estou fazendo um adendo ao pronunciamento da Deputada Laura Carneiro e o Presidente já quer que eu termine, eu faria um pedido até ao Presidente, porque o Estado de S. Exa. não precisa tanto: que mande um pouco de recursos para o Rio de Janeiro, para a Baixada Fluminense, para nossa região metropolitana, que abrange dezessete Municípios, a fim de que possamos sair desses 1,5 milhão de reais das nossas emendas de bancada e dar uma esperança melhor ao povo que vive naquelas cidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Alexandre Santos, torcemos para que o Rio de Janeiro seja sempre a Cidade Maravilhosa. Mas nosso tempo é regimental e tentamos tratar igualmente a todos. Se os oradores não ultrapassarem seu tempo regimental, dará para todos falarem. Isso é positivo.

Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares pelo tempo de até cinco minutos.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sergipe é um Estado pequeno. Cinco milhões podem não representar nada para São Paulo, mas para Sergipe representam muito. Entretanto, gostaria de fazer um ligeiro reparo, apesar de reconhecer que não é fácil contornar as dificuldades financeiras para elaborar o Orçamento e atender aos pleitos dos diversos Parlamentares representando os seus Estados. Então, reconheço o esforço do Relator para consignar e defender todos os interesses do Brasil nesta Comissão de Orçamento.

Gostaria apenas de lembrar, quanto ao caso de Lagarto, referido pelo Deputado Jorge Alberto, e seguindo na mesma esteira de sua defesa, que quando fui Governador do Estado começamos uma obra de saneamento básico, ou seja, o esgoto da cidade de Lagarto. e em seguida, como coordenador da bancada na Comissão de Orçamento, destinamos recursos para a continuidade dessa obra. Tanto que o Prefeito da cidade assinou convênio com o Ministério respectivo, com repasse do Governo do Estado para o Município no valor de 3 milhões e 800 mil reais, que estão sendo recebidos agora.

Portanto, é uma obra que vem tendo continuidade ao longo do tempo. Por um equívoco — quem sabe? — na elaboração da emenda, em vez de ter sido colocada, como no ano passado, a fonte relativa ao Estado, que é a Fonte nº 30, colocou-se a Fonte nº 40.

Seria, na realidade, uma emenda do interesse do Estado. Sem dúvida alguma, uma emenda estadual, quer dizer, uma indicação estadual, assinada por toda a bancada. Lamentavelmente, se não for consignado nenhum recurso para essa obra, será mais uma obra inacabada no Brasil, porque o Município não tem condições de sozinho arcar com o montante dessa despesa.

Como sei da influência de V. Exa., bem como de seu partido, gostaríamos de solicitar, mais uma vez, o seu empenho no sentido de corrigir essa situação e proporcionar ao Estado de Sergipe a possibilidade de dar continuidade a essa obra, consignando recursos, suponhamos, da ordem de 4 a 5 milhões de reais, que não seriam suficientes. Entretanto, a obra teria continuidade, sem dúvida alguma, neste ano, porque o Prefeito e o Governo do Estado teriam a perspectiva do recebimento da dotação orçamentária.

Portanto, a sugestão que quero dar a V. Exa. é de que faça junto ao Relator uma referência por escrito desse pleito, que consideramos justo. Se não for consignada nenhuma dotação orçamentária para essa obra, teremos mais uma obra inacabada, somando-se a tantas outras que existem no Brasil.

Inclusive, o Tribunal de Contas da União está fazendo recomendações repetidas e insistentes no sentido de que o Governo, em todos os níveis, deve providenciar o acabamento das obras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Eurípedes Miranda.

**O SR. DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA** – Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, nobres membros desta Comissão, gostaria de lembrar mais uma vez ao ilustre Senador Siqueira Campos a importância desse destaque. Trata-se de uma obra em Porto Velho, capital do meu Estado, Rondônia.

Porto Velho é uma cidade com aproximadamente 400 mil habitantes, está localizada em uma região alagada, cortada por vários igarapés.

Quando se fala em fazer investimento visando à saúde preventiva numa região com tendência à malária, febre amarela, além de outras doenças, não precisamos insistir na importância desse destaque, mesmo porque V. Exa. é de uma região com as mesmas características.

Desse modo, vou ser breve e mais uma vez solicitar a atenção de V. Exa. para a importância desse

destaque para a cidade de Porto Velho, Capital do meu Estado, Rondônia.

*Muito obrigado, Sr. Relator.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Agradecemos ao Deputado Eurípedes Miranda. Concedemos a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, serei breve; usarei a metade do tempo que me é destinado.

O Senador Eduardo Siqueira Campos é Relator de um dos setores mais problemáticos, que é o de planejamento e desenvolvimento urbano.

Apresentei metade das minhas emendas individuais ao relatório de S. Exa. Faço, inclusive, elogiosa menção ao seu trabalho, muito bem-elaborado, a exemplo do que fizeram os oradores que me antecederam.

Apresentei a S. Exa. dois destaques, inclusive para a área metropolitana de Recife. O Senador Eduardo Siqueira me conhece. Sou do interior, de Sertânia, de Salgueiro, de Petrolina. Mas apresentei um destaque a uma emenda da bancada de Pernambuco que contempla a cidade de Recife, que é uma das mais problemáticas de todas as capitais do Nordeste. O outro destaque, Senador, foi para o Município de Jaboatão. Refere-se à construção de um canal, obra que está sendo realizada há alguns anos. A bancada do Estado tem muito interesse na conclusão dessa obra. Acreditamos que nesse próximo exercício ele seja concluída.

Recife fez o canal de Setúbal e o Município de Jaboatão, que fica acima, não concluiu ainda esse canal.

Desse modo, embora saibamos das suas limitações, pedimos a V. Exa. que dê total atenção a esses dois destaques, um para a cidade do Recife e outro para o Município de Jaboatão dos Guararapes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Almir Sá.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, da mesma forma, vou ser objetivo.

Senador Eduardo Siqueira Campos, é uma satisfação vê-lo nessa sub-relatoria, especialmente porque V. Exa. é de uma região como a nossa, que fica mais ao extremo norte do Brasil. Poucas pessoas conhecem Roraima.

Ilustre Relator, V. Exa. sabe do grande fluxo migratório que está acontecendo no meu Estado, que também ocorre no Estado de V. Exa. Preocupa-me fundamentalmente essa questão, razão pela qual apresentamos os Destaques nºs 85, 86 e 87.

As emendas destacadas têm por objetivo proporcionar melhorias habitacionais no Estado. Nosso pleito chegava a 11 milhões de reais e fomos contemplados com apenas 2,1 milhões de reais.

Estamos apelando para V. Exa. no sentido de que atenda o nosso pleito, para que possamos levar algumas centenas de habitações a alguns dentre os milhares que não as têm.

Da mesma forma a infra-estrutura no Município de Boa Vista. Fizemos um pleito da bancada de 16 milhões de reais, tendo sido atendidos apenas em um 1,5 milhão. O Município de Boa Vista, que detém 70% da população do Estado, necessita, ilustre Relator, da sensibilidade de V. Exa. no sentido de ampliar esses recursos de forma a melhorar a infra-estrutura.

Portanto, nosso apelo também ao Relator para a questão da melhoria urbana do Município de Boa Vista. A capital cresce dia a dia, ilustre Relator, e dos 16 milhões de reais que reivindicamos, foram destacados apenas 1,5 milhão de reais. Pedimos a sua sensibilidade nesse sentido.

Finalmente, Sr. Relator, a questão da adequação das vias urbanas nos Municípios do Estado de Roraima, ou seja, o atendimento a todos os Municípios. Reivindicamos 20 milhões de reais, foram dados 1,5 milhão. Como estamos falando aqui em todos os Municípios do Estado, que, nesse caso, excluindo a Capital, são quatorze, pediria a V. Exa. também sua sensibilidade para aumentar esses recursos. Sei que V. Exa. tem de dividir o pão e não está sendo fácil fazer isso. Mas ainda rogo a sua sensibilidade, como amazônida que é e sabe das nossas dificuldades, para que nos ajude a atender a esses milhares de migrantes que lá estão chegando.

*Muito obrigado, Sr. Relator e Sr. Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Relator, apresentamos quatro destaques nessa área temática em que V. Exa., com muita competência, fez o seu relatório. O primeiro com relação à implantação do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Goiânia. V. Exa. contemplou com 5 milhões de reais uma Capital do Estado e essa estação de tratamento precisa de muito recurso. Pedimos a V. Exa. a sensibilidade para aumentar um pouquinho essa cota.

A outra é uma emenda da bancada do Centro-Oeste, com recursos para o saneamento básico

na região do entorno do Distrito Federal. Essa região do entorno é composta dos Municípios que têm uma das maiores taxas de crescimento do Brasil. Cito o exemplo de Águas Lindas, Município recém-emancipado, que hoje tem mais de 100 mil habitantes. Está com o primeiro Prefeito e tem mais de 100 mil habitantes. Como V. Exa. contempla com 6 milhões de reais, também gostaria de solicitar a sensibilidade de V. Exa. para aumentar um pouquinho, em virtude das grandes necessidades dos Municípios que compõem a região do entorno do Distrito Federal.

Há mais dois destaques, Sr. Senador: Infra-estrutura urbana em Aparecida de Goiânia e na cidade de Anápolis. V. Exa. conhece bem os dois Municípios. São os dois maiores do Estado, depois da Capital. Aparecida tem hoje quase 400 mil habitantes e a cidade de Anápolis tem mais de 300 mil.

Essas duas emendas de bancada V. Exa. contemplou com apenas 2 milhões de reais. Quer dizer, esse é um valor pequeno, pelo porte das duas cidades.

Portanto, apelo para a sensibilidade de V. Exa. e peço que aumente um pouco os recursos para esses dois grandes Municípios do Estado de Goiás, porque V. Exa., como eu disse, conhece os dois Municípios e sabe tanto quanto nós da necessidade dessas obras para essas duas comunidades.

São essas palavras, Sr. Senador.

Muito obrigado e parabéns pelo seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Deputado Pedro Chaves.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, às vezes, não sei se por alguns mal-entendidos, fico até agressivo quando vejo injustiças serem praticadas. Tenho, por vezes, até exagerado na agressividade da voz, da fala, tamanha as distorções patrocinadas pelo Governo e mantidas pelo Relator, que não teve coragem de enfrentá-las.

As discussões aqui nos levam ao sono, de tão repetitivas que são, Sr. Relator. Eu estou aqui há tantos anos brigando para que alguém adote critérios decentes e agora os vejo no relatório de V. Exa. Por que decentes? Porque respeitam o povo brasileiro, porque distribuem os recursos pela população e também pelo inverso da renda, cumprindo, como V. Exa. diz no seu relatório, com o princípio constitucional e fazendo com que o Orçamento diminua as desigualdades regionais.

Isto me entusiasma. Outros tantos poderiam estar a copiá-lo e não haveria razão para as discussões calorosas que ocorrem aqui em alguns relatórios, em alguns casos até suspendendo-se as discussões, porque não tinham critérios defensáveis, Senador Eduardo Siqueira Campos, como tem o relatório de V. Exa. De repente, vemos que há gente que pensa grande, pensa no Brasil. Não pensa só no Estado do Tocantins, que V. Exa. muito bem representa, mais pensa no Brasil, pensa no homem do Rio Grande do Sul, como também no do Acre, de Rondônia, de Roraima ou do Pará.

Fiquei aqui mais tempo — tendo chegado tarde e nem visto a família; já estou há 4 dias fora, com vontade de ver as filhas que aqui moram — para cumprimentá-lo pelo belo trabalho que V. Exa. fez, porque começamos a entender que é possível fazer um Orçamento que tenha de todos o aplauso, como tem o meu e como já recebeu de tantos outros nesta oportunidade.

V. Exa. aqui diz, e fez: "reduzir em até 75% as alocações em títulos genéricos, sobretudo aqueles de amplitude nacional, sujeitos a detalhamento posterior por localidades, ressalvados aqueles de implementação com recursos de fontes externas". É isto que tem de ser feito para que possamos ver melhor distribuída a renda nacional e o bolo fiscal e melhor atendida toda a população.

Encerro aqui minhas palavras para já cumprimentá-lo, porque vejo aqui o anseio de muitos retratado no relatório de V. Exa. Sem dúvida nenhuma, V. Exa. teve o apoio da área técnica, mas foi iniciativa de V. Exa. fazer. Cumprimento V. Exa. porque, com certeza, seu relatório servirá para o orgulho de um pai batalhador, lutador, como é Siqueira Campos no Tocantins.

Meu grande abraço e parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, faço uso da palavra, primeiro, para elogiar a conduta do Sub-Relaror, que até o presente momento foi da mais alta importância para esta Comissão. Nosso companheiro Eduardo Siqueira Campos fez uma reunião, relatada anteriormente aqui, com os principais coordenadores de bancadas de todos os Estados brasileiros para discutir e apresentar critérios. Entendemos que esses critérios foram obedecidos.

Elogiamos essa postura democrática do Sub-Relator, dizendo que apoiamos integralmente o

seu relatório. Mas como os representantes dos demais Estados, temos algumas questões a expor.

Os senhores estão vendo no Brasil inteiro a imprensa relatando problemas seriíssimos da área da saúde provocados pela falta de saneamento, principalmente nas cidades. Em Goiás, estamos atravessando esse problema. Já houve no Estado o acidente do Césio-137, que acabou com a nossa economia naquela época, e agora estamos tendo outra discriminação nacional, como se Goiás fosse o único Estado brasileiro que tivesse problemas de febre amarela e dengue. Isso se deve à absoluta falta de trabalho na área de saneamento, que tem sofrido sempre uma quebra de seqüência no Brasil.

Tivemos agora uma série de problemas com a febre amarela, todos causados pelo mosquito da dengue, o **aedes aegypti**. Por isso, apresentamos uma emenda de bancada e emenda de região, até para resolver esses problemas.

Temos aqui, a trinta minutos do centro de Brasília, uma cidade chamada Águas Lindas de Goiás. Essa cidade saltou, em cinco anos de vida, de construção, de cinco mil habitantes que tinha quando se transformou em Município, para 160 mil habitantes, conforme relatado dia desses pelo Globo Repórter.

Foi o crescimento demográfico mais violento que houve no mundo inteiro até hoje. Fizemos uma emenda para a RIDE, a região metropolitana de Brasília, pedindo 60 milhões de reais para resolver o problema dessa cidade, porque ela não tem saneamento básico, não tem água tratada. Inclusive, existe lá máfia de água e de transporte urbano. Essa cidade joga os problemas de ordem social para Goiás e, de ordem de saneamento, para Brasília, porque ao lado dessa cidade fica o lago que abastece a Capital do Brasil.

Solicitamos esses recursos, que solicitamos para a RIDE, para resolver o problema de saneamento básico, principalmente de esgoto sanitário, na cidade de Águas Lindas.

Gostaríamos de chamar a atenção para isso, porque esse problema não é de Goiás nem de Brasília, mas do Brasil. O Distrito Federal abriga todos os brasileiros e Goiás recebe o impulso negativo: as populações buscam melhoria de vida em Brasília; aqui chegando, não há área de expansão urbana, e elas vão para as cidades do entorno de Goiás. E sofremos os problemas.

Gostaríamos de pedir a possibilidade da recomposição desses recursos. Pedimos 60 milhões de reais, quantia que achávamos suficiente para fazer um trabalho de saneamento em Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto e Valparaizo e recebemos apenas 6 milhões de reais.

Desse modo, gostaríamos de discutir essa questão.

Há ainda, Sr. Relator, a questão da ET, em Goiânia, uma cidade com 1,2 milhão de habitantes, que atravessa problemas seriíssimos com a situação do Rio Meia Ponte, que está morrendo. Essa ET é a salvação da nossa lavoura.

V. Exa., goiano que é, tocantinense, até melhor do que nós conhece essa situação em Goiânia. Esses 5 milhões de reais são insuficientes para a conclusão da obra de construção da ET, que já está sendo realizada há alguns anos, começamos principalmente no ano passado, com o esforço da bancada de Goiás, que colocou recursos. E temos urgência em concluir essa obra, pelas razões já elencadas.

É importante dizer que cada Estado, cada cidade brasileira tem seus problemas. Cada Deputado que vai relatar aqui tem seus problemas e todos de verdadeira importância.

Pedimos 40 milhões de reais para saneamento em cidades goianas de até 75 mil habitantes e saíram 500 mil reais. Tinham vindo do Governo Federal, Senador Eduardo Siqueira, 3,9 milhões de reais, já com indicativo do Governo Federal.

V. Exa. alocou apenas 500 mil reais e cortou 900 mil que o Governo Federal nos enviou. V. Exa. deu com uma mão e tirou com a outra. V. Exa. deu 500 mil, mas tirou 900 mil, impondo-nos um prejuízo de 400 mil reais.

Entendemos que precisava ser feita uma recomposição nessa situação, porque senão teríamos um prejuízo muito grande.

Por último, a questão da melhoria habitacional. Pedimos 20 milhões de reais, V. Exa. nos deu 10%, ou seja, 2 milhões de reais. Gostaríamos de ter um pouco mais.

Contamos com a sua paciência e ajuda, porque Goiás é um Estado que está em crescimento e precisa desses recursos, principalmente no que se refere à emenda regional, que diz respeito ao saneamento da RIDE. Esse é um fato muito importante.

Em Águas Lindas acontece um crime por noite. Ontem aconteceu um crime bárbaro na cidade. Mataram um líder da comunidade que estava lutando exatamente contra a violência. O assunto está nos jornais do Brasil inteiro. Hoje o Município foi alvo da visita do próprio Governador e amanhã vai ser motivo de uma conversa que haverá entre os Governadores Marconi Perillo e Joaquim Roriz com o Presidente da Repúbli-

ca, porque não é possível nem Goiás nem Brasília resolverem os problemas do entorno se não tiverem a participação do Governo Federal. Nesse sentido, nós, que estamos planejando e organizando aqui o Orçamento, podemos realmente contribuir muito para isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Deputado Giovanni Queiroz, ele deu com uma mão e tirou com as duas.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Queria só registrar que apresentei, a pedido a Deputada Lúcia Vânia, esses mesmos destaques para reforçar os pedidos da bancada de Goiás.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Está certo.

Concedo a palavra ao Deputado Waldemir Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, jovem Senador do jovem Estado de Tocantins, quero inicialmente dizer que o Senador Ramez Tebet, que deveria estar aqui no meu lugar fazendo esse destaque, impossibilitado de estar aqui, manda-lhe um abraço.

Senador Eduardo Siqueira Campos, a bancada de Mato Grosso do Sul fez várias indicações simples — para ser exato, três quartos — e V. Exa. destacou duas. Na verdade, o pleito era de 15 milhões. V. Exa. atendeu com um milhão, implantação de serviço de saneamento básico em Municípios com população entre 15 e 75 mil habitantes. Estamos pedindo a V. Exa. que considere e possa ajudar.

Há também uma outra indicação de três quartos, que pedimos para infra-estrutura urbana em Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, Destaque nº 114 — o anterior é o 113 —, valor que V. Exa. também atendeu com um milhão, num pleito de 25.

Em uma emenda de bancada para melhoria das condições de habitabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul, Destaque nº 110, pleiteávamos recursos de 20 milhões, V. Exa. atendeu com três milhões. Pedimos também a V. Exa. a recomposição de apenas 300 mil reais, melhoria das condições de habitabilidade de Mato Grosso do Sul, e também 300 mil para implantação de serviço de saneamento básico em Mato Grosso do Sul.

Não sei se existe algum Estado que tenha menor condição do que Mato Grosso do Sul. Fomos desmembrados do antigo Mato Grosso. Costumo dizer que somos logrados, achávamos que éramos uma parte mais rica do Mato Grosso e acabamos herdando uma série de problemas. É um jovem Estado, assim como o de V. Exa., e que precisa de toda atenção.

Faço este pleito em nome de toda a bancada de Mato Grosso do Sul, em especial do eminente Senador Ramez Tebet, grande representante de Mato Grosso do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Damião Feliciano.

**O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, coloco-me na fileira dos que estão parabenizando V. Exa. pelo relatório, nessa área temática, mas também coloco-me na fileira daqueles que estão pedindo a V. Exa. que faça a reconsideração, naturalmente. Sei que neste momento é difícil, em função de que a partilha já está nos instantes finais.

Entretanto, Sr. Relator, quero fazer uma consideração em relação ao Estado da Paraíba. Para o Estado da Paraíba, um dos menores da Federação, não fizemos nenhum destaque, nenhuma emenda na sua área temática, Sr. Relator; o Estado da Paraíba não fez nenhuma emenda. Foi mandado pelo Poder Executivo, para melhoria das condições habitacionais do Estado da Paraíba, uma quantidade extremamente insignificante, e V. Exa. ajudou o Governo, tirando mais 400 do Estado da Paraíba. Quer dizer, se o Governo já mandou pouco, V. Exa. o ajudou tirando mais 400.

Aqui embaixo novamente V. Exa. repete a dose, Sr. Relator, na implantação de saneamento básico em Municípios com uma população entre 15 e 75 mil habitantes no Estado da Paraíba, tirando mais 400. Quer dizer, considerando a quantidade ínfima que o Executivo mandou para o nosso Estado, considerando também que não fizemos nenhuma emenda na sua área, gostaria que V. Exa. fizesse a recomposição desses valores em função de o nosso Estado necessitar profundamente desses recursos, que já são parcos, e V. Exa. já haver tirado o restante. Peço encarecidamente que V. Exa. faça a recomposição desses recursos, Entretanto, aproveito a oportunidade para parabenizá-lo novamente pelo seu relatório, na crença de que vai recompor esses recursos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, vou tentar ser bem objetivo, todo mundo está cansado — quero reforçar as palavras do Deputado Giovanni Queiroz.

Eu comentava com o Deputado Alberto Goldman, que está há muitos anos nesta Casa, eu sou novato, que quando fui eleito disse e tenho dito aos

meus eleitores, aos meus interlocutores, que em algum momento o Orçamento no Brasil seria levado a sério. E perguntava, inclusive agora, ao Deputado Alberto Goldman em que momento o Orçamento será levado a sério, como em alguns países europeus e nos Estados Unidos; quando deixaria de ser algo autorizativo.

Comentei inclusive com V. Exa., Senador, num dos primeiros momentos, que gostaria de ver atendida, sim, alguma das três grandes emendas que fizemos de bancada, principalmente Santa Catarina. Estou até satisfeito com os 190 milhões que emendamos; conseguimos oito milhões, acho que é um bom começo. Mas gostaria de, pelo menos — claro, como todos fizeram —, verificar se é possível, principalmente nas ações de desenvolvimento urbano de Santa Catarina, aumentar um pouco. É um Estado que tem problemas, muitas cidades médias hoje começam a ter problemas graves, assim como todos os outros Estados.

Quero ter certeza, pelo menos, que fiz a minha parte. Gostaria de um tratamento específico nas recomposições que fizemos para uma delas, a implantação de serviço de saneamento básico em Municípios com população entre 15 e 75 mil habitantes. Na verdade, estamos tentando recompor 300 mil reais e acho que neste caso gostaria de ter um tratamento, Senador, com todo carinho, porque o Estado de Santa Catarina — Deputada Laura, deixa eu fazer meu **lobby** aqui, por favor — é pequeno, com 193 Municípios, e muitos deles têm essa característica de 15 a 75 mil habitantes.

Gostaria de ver, pelo menos nessa questão, tanto nessa tentativa de recomposição, como também melhoria de condições de habitabilidade, porque estamos tentando recompor mais 300 mil... Acho, e comentava isso com o Deputado Alberto Goldman, dos relatórios que li até agora, com certeza o trabalho mais sério. Acho que em algum momento teremos de ter esta discussão: critérios. Com certeza posso até não concordar com todos os critérios que V. Exa. adotou, mas pelo menos sei o que discutir, discutir em cima de critérios. Sinto muito mal ao ver, e respeito os Deputados e Senadores que estão fazendo, as discussões que tivemos agora há pouco na questão da saúde; não é por aí.

Acho que se mais sub-relatores conseguirem, a partir deste Orçamento, na execução e nos próximos, discutir critérios com mais seriedade, talvez, Deputado Alberto Goldman, dentro de 15 ou 20 anos este País vai levar o Orçamento a sério, para que possamos nos sentir melhor fazendo **lobby**, sim, brigando pelos nossos Estados, com certeza de forma mais séria, para que não nos decepcionemos, como, infelizmente, na grande maioria dos casos os Deputados se decepcionam na hora da execução, que acaba não acontecendo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Deputado Carlito Merss.

Tem a palavra o último orador, Deputado Dr. Heleno.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, agradeço, apesar de estar doído, machucado, até vilipendiado, mas posso dizer ao Presidente, notando a Deputada Laura Carneiro defendendo a minha Baixada, que vamos, depois disso aqui, transformar até no Estado da Baixada; sem dúvida nenhuma vamos levantar uma bandeira, porque não é possível.

Olhamos o Nordeste todo, vemos o sofrimento; a declaração do Gerson dizendo: "Olha antes a saúde; olha, o meu sangue é igual ao dos outros". E eu posso dizer agora que lá na Baixada, como o Deputado Alexandre Santos disse, tem 4 milhões e 200 mil habitantes que não sabem nem como morar. Eles moram em taperas e eu não sei em qual lugar no Nordeste pode ter aquele tipo de casa até de palha; mas lá na Baixada é bolsão de miséria.

Sr. Presidente, V. Exa. tem de conhecer a realidade junto com o Relator e todos os meus colegas. Se o Nordeste reclama com esplendor, todos eles, com toda a garra, pela realidade local, 10% de cada cidade do Nordeste está na Baixada Fluminense. Vocês têm de saber que o sangue de vocês está lá na Baixada Fluminense, e não é possível que 60 milhões — eu sonhava, uma utopia, que fossem 120 milhões... Essa bancada é criticada por Deputados passados, mas agora tem voz para falar; no entanto, recebe 1.500 acolá.

Meu Presidente, estamos aqui no orçamento, que tem de ter sentimento. Se não existir sentimento, saio desta Casa, porque desde o primeiro dia que cheguei eu digo que não quero ser um político; quero ser, acima de tudo, gente. Para isso eu procuro me inteirar com os meus colegas. Se é adversário, eu vou respeitar. Agora, meu Relator, com toda a competência, com todo o calor, com toda a beleza, quantas súplicas aqui todo mundo plantou, mas a minha súplica é diferente. Olhe, sinta-se na Baixada, veja quantos rios despejam seus dejetos e ali podemos fazer a comparação: se na Bahia existe a Baixa dos Sapatei-

ros, lá existe a baixa do pinico; se na Paraíba há o Ponto Cem Réis, lá existe o ponto menos um tostão.

Então, tudo é diferente, tudo é menos, e ali aquele povo é que sustenta o Rio de Janeiro; esses nordestinos é que sustentam, com as suas profissões e com sua garra de trabalhador.

Mesmo com o calor e com a palavra, temos de botar para fora, com o coração a palpitar, porque lá também mora a felicidade. Agora, o sonho não é realizado porque chegando aqui é obliterado.

Não ficarei contente, vou gritar até o último calor, meu Presidente e meu Relator. Se isso serviu de estímulo, peço que V. Exa. não sinta dor, mas compartilhe com todos nós essa exigência, esse pedido e essa súplica, juntando-se aos meus colegas que estão aqui.

A Baixada precisa não da liberdade, precisa apenas ser reconhecida, porque lá mora o sentimento e mora também corações que amam, mulheres com lábios bonitos, com beijos bem molhados e a criança bem calada. Só estou dizendo isso para poder colorir um pouco.

Sr. Presidente, Sr. Relator, para concluir, quero que isso não fique a vagar. E, no final, a Baixada Fluminense possa gritar, dizer que o Congresso vale, porque lá eles trabalham de sol a sol para o bem do seu País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – As inscrições estavam encerradas, mas a Deputada Lúcia Vânia solicitou um minuto. Tem a palavra S. Exa.; posteriormente, passarei a palavra ao Sr. Relator.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero somar-me àqueles que cumprimentam V. Exa. pela competência técnica com que dirigiu os trabalhos.

Gostaria, diante da demanda feita aqui, de fazer uma sugestão: que V. Exa. se somasse às vozes daqueles que desejam que o Governo Federal flexibilize o FGTS para a área de saneamento, principalmente para as áreas de risco.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Manoel Castro.

**O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO** – Sr. Presidente, apenas para associar-me aos constantes elogios recebidos pelo Relator, S. Exa. o Senador Siqueira Campos. Tenho certeza, meu caro Siqueira, que a sua experiência na sua querida Palmas ajudou-lhe muito a entender as questões desse seu relatório.

Apenas me preocupa as dificuldades, porque os depoimentos aqui foram tocantes, e todos sabemos que são altamente procedentes. Até diria ao Deputado Carlito Merss que também acho que não levarão 20 anos. Vamos mudar a sistemática do orçamento, influenciada desde o início, na busca de um outro tipo de posicionamento do Governo em relação a essas questões crucias, como vimos na saúde e na educação e estamos vendo agora em infra-estrutura urbana.

Minha única ponderação, como todos fizeram, é a de que, efetivamente, no caso das duas emendas de bancada da Bahia, que foram de Salvador e do Estado da Bahia, contempladas parcialmente na linha do que foi dito aqui por todos, nessa distribuição inteligente e competente feita por V. Exa. — e apenas depois de mais ou menos acertado V. Exa. voltou atrás para tentar corrigir isso —, nessas correções, pelo amor de Deus, não vá corrigir mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman, por um minuto.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, só pedi um minuto mesmo. Senador Siqueira Campos, pedi esse tempo exatamente para cumprimentá-lo pelo trabalho consciente, bem feito, muito criterioso, um trabalho que está recebendo de toda a Casa o que merece, ou seja, a compreensão de que V. Exa. realizou um trabalho dentro das suas possibilidades, dentro dos seus limites.

Todos desejávamos, evidentemente, mais; porém, V. Exa. deixa uma situação que todo mundo compreende, todo mundo aceita. Todo mundo sai descontente com os resultados, mas sabendo, com toda a plenitude, que ninguém aqui — vamos usar a velha expressão — garfou ninguém, foi algo dentro dos limites e das possibilidades.

V. Exa. trabalhou muito bem. Meus parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Jorge Alberto, para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, sabemos, e é voz unânime, que V. Exa. utilizou critérios que colocaram o relatório de V. Exa. sem nenhuma objeção. Contudo, mais uma vez, apelo para o espírito público de V. Exa., em nome do meu Estado, Sergipe, no sentido de que, se V. Exa. está sentindo dificuldades, apresente para a consideração

do Plenário esse pleito que o Estado de Sergipe faz: que sejam destinados recursos para a implantação e ampliação do sistema de saneamento básico no Estado de Sergipe, para a Fonte 30, para que tenhamos condições de dar continuidade às obras de esgoto sanitário no Município, através do Governo do Estado.

Então, apelo mais uma vez para o espírito público de V. Exa. colocando entre os (ininteligível) essa correção desse nosso equívoco, o equívoco da nossa bancada para discussão do plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Relator. S. Exa. fará a exposição e, no final, dará parecer sobre a questão de ordem do Deputado Jorge Alberto. Em seguida, vamos fazer o encaminhamento da questão, ouvindo o Plenário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, a exemplo dos demais Parlamentares, Deputados e Senadores, principalmente eu, que faço parte da bancada do Tocantins, não poderia deixar passar essa oportunidade para cumprimentar o Senador Eduardo Siqueira Campos pela forma brilhante como fez a exposição do seu relatório.

É claro que todos os relatórios até agora foram bem. Acompanhei de perto o trabalho do Senador Eduardo Siqueira Campos e o vi recebendo as bancadas, discutindo com todos os Parlamentares, e tinha certeza de que o resultado não poderia ser outro, ou seja, coroado de pleno êxito.

Então, Senador Eduardo, ficam aqui os meus votos de pleno sucesso neste seu mandato que começou no ano passado com esse relatório tão importante e que deixa o povo tocantinense cada vez mais orgulhoso do seu trabalho. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – A Presidência faz suas as palavras do Deputado João Ribeiro, saudando o Relator, e lhe passa a palavra para suas considerações sobre os depoimentos dos Srs. Deputados.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria, de uma forma geral, de dizer que é com uma forte dose de reconhecimento e de emoção que divido com os meus pares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a responsabilidade de ter conseguido êxito dentro da disposição de adotar critérios para responder à incumbência de relatar uma área tão complexa.

É realmente um incentivo muito grande não só para mim, mas tenho certeza que para toda a Comissão, porque, afinal de contas, a única coisa que não é dada a ninguém nesta Casa — sendo todos nós representantes das populações das diversas regiões deste País — é tentar, por habilidade, por muitos anos de casa, por extrema competência, mostrar ou tentar convencer um colega de que "não há critério, mas foi assim porque há um entendimento, há conhecimento de causa".

Desde o princípio fui apoiado pela assessoria técnica, com quem divido todos os elogios dirigidos a este relatório.

Procuramos estabelecer um critério e, fazendo assim, sei que facilita bastante o trabalho do representante porque, afinal de contas, todos, dentro dos seus critérios de justiça e também no afã de defender seus Estados, é lógico, querem a revisão de uma situação, de uma determinada emenda ou destaque. Mas, de uma forma geral, acho que o relatório cumpriu a sua função básica de tentar alocar 278 milhões para 60 emendas coletivas ou, ainda, 278 milhões para os 26 Estados mais o Distrito Federal e ainda as emendas de Comissão e as emendas regionais.

De uma forma geral, nas questões expostas pelos Parlamentares, sempre escutei: "a Bancada pediu 20 e recebeu 1". Se for feita a soma de um relatório que recebeu 2,2 bilhões em emendas e se formos ver o valor que tivemos desde o princípio, veremos que fizemos uma alocação, de acordo com o que recebemos e dentro do critério da população de cada Estado x, do inverso da renda **per capita**.

Também já foi usada como critério em outros relatórios — não no ano passado, mas em anos anteriores — a extensão territorial, que favoreceria o Tocantins, mas não achei justo. Fazendo uma análise de tudo o que aconteceu, achei que, decididamente, esse critério é o que melhor contemplaria o objetivo de perseguir a eliminação das diferenças entre as diversas regiões.

Outro ponto predominante nos depoimentos dos companheiros foi o seguinte: "Olha, Relator, estamos muito satisfeitos, mas V. Exa. cortou 400 do meu Estado, da proposta que veio da origem".

Quero esclarecer que, na verdade, esse corte foi o atendimento ao apelo do Relator, ou à decisão do Relator, e não haveria como ser diferente, como aten-

der as emendas individuais. Agora, vejam: de um determinado Estado foi cortado 400 mil de uma dotação genérica. No momento em que atendemos as emendas individuais, esse dinheiro está de volta para o Estado, porque não foi para outro fim. Não procedi a nenhum corte, em nenhum Estado, apenas tirei de dotações genéricas, que vieram por indicação do Executivo, muitas vezes não atendendo ao que querem os Parlamentares. A pedido do Relator, porque naquele momento não tinha recursos sequer para atender as emendas individuais, tive de cortar 40 milhões do que encontrei para começar o meu relatório, valor que foi realocado nas emendas dos Parlamentares.

De um forma geral, se formos perseguir, num exercício cansativo, porém possível de ser feito, esse dinheiro retornou aos Estados a critério dos Deputados e, a meu ver, atendendo mais ao que eles precisam na realidade de seus Municípios. Todas essas justas reclamações recebi, porque, afinal de contas, o Sr. Relator deu-me a primeira missão: "Arrume 40 milhões em seu relatório para atender as emendas individuais".

Nas emendas genéricas pegamos os Estados que vieram com mais e preservamos aqueles que vieram com menos, mas isso não altera, de uma maneira geral, a distribuição, porque o critério população x, inverso da renda, aponta para os diversos Estados. Então, tendo descoberto um valor para o Estado x, discuti com os Governadores e com os coordenadores de bancada e, via de regra, com os Parlamentares em geral e conseguimos o seguinte: sabendo, por exemplo, que o Estado do Rio de Janeiro recebeu 14 milhões, fomos ver com a bancada e com o Governador do Estado — tendo 14 milhões para o Estado —, se são duas ou três emendas, como ficaria melhor a distribuição. E assim tentamos nos aproximar daquilo que era o possível, já que não conseguiríamos o ideal de trazer recursos na medida das reivindicações de cada bancada.

Gostaria de fazer um exercício com esta Comissão. Vamos supor — fato que não ocorreu até agora — que o Relator-Geral me dissesse que há mais 30 milhões para determinada área. O que eu faria com os 30 milhões? Se dividisse, dentro desses critérios, cada um teria mais 500 mil, o que, decididamente, não muda a vida de ninguém.

Quero usar como exemplo um PL que relatei, e o Deputado Giovanni Queiroz participou intensamente daqueles debates. Ao relatar esse PL, a primeira coisa que se ouve quando se vai discutir com o Executivo é o seguinte: "Não aceite emenda parlamentar porque este PL já está contemplando projetos, cancelamentos..." Nem ouvi. Cancelei 3,5 milhões de precatórios, devolvi o dinheiro à TRANSURB, de Belo Horizonte, e pude atender à emenda do Deputado João Coser. Discuti todas as emendas dos que as apresentaram e, na possibilidade de mudar, mudamos.

Quero dizer à Comissão que tenho a maior disposição para encostar o Sr. Relator-Geral na parede e perguntar quanto vou ter a mais. Agora, a mesma disposição terei para falar para a Comissão que não vou aproveitar o cansaço, o final do expediente, a necessidade de aprovar para dizer: aos senhores vou atender com sete e ao outro não deu para aumentar.

Se tive um princípio para a primeira etapa, não posso deixar de ter na segunda. Diria à Comissão essa questão: se o Sr. Relator disser que temos, quero ter a disposição de pedir mais; mas vejam, não sei se ele poderia dar mais 30 milhões. Não sei quanto mais ele poderia dar, mas queria combinar o seguinte: seja lá o que o Relator colocar a mais, que eu divida proporcionalmente igual. Não vejo outro critério, porque não vou considerar que uma coisa seja mais ou menos importante do que outra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Senador, apenas uma ponderação. De todas as solicitações que V. Exa. ouviu hoje aqui, quantas se dirigem a emendas de bancadas?

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Todas.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Cem por cento?

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Cem por cento.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – V. Exa. não teve nenhuma Comissão reclamando por valores aprovados para Comissões?

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Não, inclusive, na questão de emendas...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sim ou não, Senador?

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Se eu tive... Desculpe, eu não devo ter entendido a pergunta.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Alguma Comissão reclamou do valor aprovado para ela?

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Não, aqui não falou nenhum Parlamentar,

mas tenho destaque, dentro dos 130, com segurança...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sei...

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Aliás, permita-me. Não foi aqui na tribuna, mas recebi solicitação de Parlamentares que integram as Comissões de que iriam destacar para que...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Certo, mas eles não estavam aqui hoje na discussão.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Não, sem dúvida nenhuma. Não sei se o destaque...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Então, Senador, quero dizer o seguinte, com toda a tranqüilidade. Fui o segundo a falar e disse que o relatório de V. Exa. deveria ser aprovado. E votaria a favor, neste momento, se ele fosse colocado em votação, com destaque ou sem destaque. Isso não é relevante porque V. Exa., efetivamente, trabalhou bem e de maneira democrática e continua trabalhando assim.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Certo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Agora, não sei se V. Exa. pode ponderar, mas talvez pudesse reestruturar valores que estão aprovados para a Comissão e, pelo mesmo critério, os distribuíssem para emendas de bancadas, que estão, na minha opinião, mal atendidas.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Vou ter de responder, Sr. Presidente, pelo seguinte. Certamente há destaques, mas vamos analisar no mérito. Quando V. Exa. usou a palavra — e espero ter deixado claro que a primeira coisa que fiz ao usar a palavra foi agradecer tudo aquilo que me foi dito —, realmente fiquei bastante motivado e agradecido pelo reconhecimento.

Quanto às emendas de Comissão, gostaria de citar uma que trata das Capitais. Tivemos o caso da Paraíba. Existem Estados que não apresentaram emendas de bancada nem de indicação, o Estado não ficou atendido. No PPA há uma proposta...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Os Estados não julgam isso prioritário.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Não, sem dúvida. Mas, veja bem, no PPA foi aberto um programa novo que trata da questão das Capitais. Então, eu tenho uma emenda de Comissão, defendida ferrenhamente pela Comissão que a apresentou, que destina 15 milhões para programas de melhorias nas condições de habitabilidade nas Capitais.

Então, por exemplo, se optarmos por tirar aqueles 15 milhões dali e redistribuir para todos, que seria o critério transparente que estamos propondo, daria 200 ou 100 mil para cada. E estaríamos impedindo um programa do PPA, que já conta com recursos previstos no Ministério para sua execução, ou seja, acabaríamos por impossibilitar uma ação que poderia ser útil para qualquer Capital. Cancelar as emendas — e não tenho nenhuma razão para defender nenhuma emenda de Comissão —, mas a soma delas não permitiria 100 ou 200 mil para todos os outros Estados, que dirá para as emendas dentro de cada Estado. Anularíamos programas que existem no PPA, mas que não resolveriam a vida de ninguém.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Quanto aprovou de Comissões?

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Foram 47 milhões.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – E para emenda de bancadas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Eu queria propor, Deputado Sérgio, que fizéssemos esse debate nos destaques, porque vamos ter uma mesa...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Pelo visto, não haverá destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vamos ter uma mesa de rodada. Já vieram me perguntar...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Se não houver discussão agora, para destaques (ininteligível) discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – ...qual o momento que o Senador vai atender. Tem um monte de gente na fila do consultório.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Na sala dos milagres.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não vamos abrir o debate novamente, por gentileza. Aí não dá. Perguntas e esclarecimentos...

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – São 225 milhões para emendas de bancada e 45 para emendas de Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O Senador só precisaria dar um parecer sobre a solicitação do Deputado Jorge Alberto. Faça um requerimento.

**(Não identificado)** – A Baixada poderia responder.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Quero responder, Sr. Presidente.

Quero deixar clara essa questão, porque é importante que todos os Parlamentares tenham conhecimento do que ocorreu com essa emenda. Entendo que é uma obra já iniciada e que não deve ser abandonada. Na verdade, o problema é que ela veio com uma destinação que não permite sequer retificação. Por ser uma indicação, o Relator — se for seguir o que está escrito no parecer preliminar — não pode aceitar retificação. Seria simples. Desconhecendo isso, no início do meu relatório, eu disse ao Deputado para reunir a bancada e mandar um ofício para cá, porque poderíamos consertar. Depois, descobri que o próprio parecer preliminar proíbe isso, mas permite, ouvida a Comissão, que o Relator-Geral faça esse acerto.

A não ser que a Comissão abra agora por voto que poderá ser feita essa retificação, contrariando o parecer preliminar — apenas a Comissão tem este poder —, sugiro procedermos a esse ajuste, na figura do Relator-Geral, na conclusão dos trabalhos. Ele pode fazer isso, autorizado pela Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Quero encaminhar essa questão para resolvermos. Acredito que os membros da Comissão não têm nenhuma intenção de prejudicar um Estado que fez uma indicação de forma errônea. Ele indicou um Município que não pode. Estão solicitando que elimine o Município e mantenha a indicação para o Estado. Acho que a Comissão poderia aprovar, o Relator acolheria simbolicamente a emenda e permitiria ao Estado discutir com o Relator-Geral a possibilidade de alocação desses recursos, na proporção de indicação. Aí aprovaríamos a mudança, não mais localizaria Município e ficaria o mesmo desejo no Estado. Preciso consultar a Comissão, porque é quem pode acolher uma sugestão dessa, nem o Relator pode. Aí vou solicitar por partido.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Nesse caso, concordo. Acho que é justo que decidamos sobre isso. Houve apenas um erro de redação e, lamentavelmente, o Relator setorial não poderia retificar. No entanto, para acolher a emenda, o Relator teria de colocar pelo menos algum valor simbólico para que pudesse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Ele vai fazer esse favor para nós, já tem disposição para isso.

Tem a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, eu estava pedindo a palavra não para discutir, mas para dar essa sugestão. Um erro pode ser consertado pela Comissão. Acredito que o Relator pode indicar isso ao Relator-Geral, para que S. Exa. conserte.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Informo a V. Exas. que inicialmente vou utilizar valores do próprio Estado para não tirar de ninguém, que a bancada está apenas mudando. Abro a janela e o Relator-Geral se entende com a bancada de Sergipe.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Mas, Sr. Relator, gostaria de dizer também que houve um equívoco do Relator quando disse que o Estado da Paraíba, por exemplo, não sofreu nenhum prejuízo. Foram tirados 800 mil reais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não está em debate, Deputado, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Espera aí, eu quero dizer... Calma, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Encerrou esse debate.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Retirou de um Estado e colocou nos Deputados. Ele ia ter no Estado os 2 milhões e mais os 800 mil dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O Deputado Jovair Arantes ainda deseja usar da palavra?

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Seria na mesma linha do Deputado Giovanni, apenas uma sugestão a ser seguida, com a qual o PSDB concorda plenamente.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, o PFL está de acordo com a sugestão apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – E o PDT, Senador?

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Meio minuto, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, agradeço à Comissão, a V. Exa. e ao Relator. Esse recurso mínimo, que deveria ser consignado até para efeito de aprovação do relatório final, poderia sair até das próprias emendas coletivas apre-

sentadas pela bancada do Estado de Sergipe, sem interferir nos recursos dos outros Estados.

Foram apresentadas quatro emendas aprovadas parcialmente. Retiraríamos de uma dessas emendas o valor mínimo, a fim de que o Relator decida sobre essa matéria. E abriríamos uma janela, como diz o nobre Deputado. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Vamos colocar em votação esse requerimento.

Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

O Senador vai acolher, com os recursos possíveis dentro do Estado.

Encerrada a discussão e o prazo de destaque, em votação o relatório, ressalvados os destaques.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, um esclarecimento. Gostaria de saber se o Relator vai atender a algum destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Mas não podemos, porque existe... Deputado Sérgio Guerra, por gentileza. Existe o destaque, é regimental, não podemos ter tratamento diferenciado. Todos os Deputados estão abertos a serem pressionados. Há mais de cem destaques. Vamos colocar em votação o Relatório, ressalvados os destaques, e o Relator terá até amanhã a uma determinada hora para analisar os destaques; poderá ser sensibilizado nesse prazo.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Separar os prejudicados, os rejeitados...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – A Baixada, Relator.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, uma sugestão. São 130 destaques. Certamente existe remanejamento dentro de uma mesma área. Então, gostaria de combinar com a Comissão que se houver remanejamento que não prejudique o critério geral será processado.

Gostaria de tentar fazer uma outra combinação, que acho que tranqüilizaria todos: primeiro, não tenho qualquer impedimento para atender todos agora até o horário que for, não há problema nenhum; segundo, disponho-me a trabalhar com o Relator-Geral para tentar obter alguma coisa a mais para essa área. Mas gostaria de tranqüilizar todos no sentido de que, vindo alguma coisa a mais para essa área, o critério seria mantido. Eu posso encontrar com cada um, mas o que é...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Começou de novo. Temos um procedimento. Vou desligar o microfone, porque há dez Parlamentares gritando ao mesmo tempo. Vou conceder a palavra aos Líderes dos partidos e aos Deputados.

Eu desliguei os microfones, Deputado. É por isso que V. Exa. não está conseguindo falar. Eu preciso encaminhar. Encaminhamos democraticamente e ouvimos todos. Temos um procedimento regimental. Estando encerrada a discussão, coloca-se em votação, ressalvados os destaques. Ressalvados os destaques, abre-se o debate com o Relator sobre as possibilidades de remanejar, mexer, acrescer, e volta para o Plenário o debate. Este é o encaminhamento que vamos fazer.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, estou querendo apenas apresentar uma questão de encaminhamento, na mesma linha do Deputado Sérgio Guerra, da possibilidade de atender ou não a retirada dos recursos das Comissões, porque não houve ninguém defendendo. Se existisse esse critério agora, já poderíamos saber como iríamos encaminhar. É essa a questão.

**(Não identificado)** – Não pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Mas a Comissão não pode aprovar um critério desse.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Isso não é questão de ordem, isso é um apelo.

**(Não identificado)** – Eu quero fazer uma lembrança ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem a palavra o Deputado Santos Filho, para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, acho que V. Exa. já encerrou a discussão. já esclareceu como a Mesa vai proceder. Acho que deve colocar isso em prática e encerrarmos a sessão. Se mostrarmos que abrimos, não vamos terminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – O Relator levará em consideração todas as sugestões, inclusive a de reduzir recursos das emendas de bancadas estaduais, de Comissões para as bancadas. Mas isso é consideração, o que não podemos deliberar aqui.

Em votação o Relatório do Senador Eduardo Siqueira Campos, ressalvados os destaques.

Como vota a Câmara dos Deputados?

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara, ressalvados os destaques.

Em votação no Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado, ressalvados os destaques com mérito. (Palmas.)

Antes de suspender a sessão, gostaria apenas de dar uma perspectiva para o dia de amanhã.

Às 10h, iniciaremos com o debate e a votação do relatório da Área Temática de Previdência e Assistência, do Senador Wellington Roberto. Se o Senador já tiver todas as suas emendas resolvidas, poderemos começar logo com a votação delas, porque ele precisa ser liberado amanhã a tarde, em qualquer hipótese. Ou faríamos logo em seguida, nesse período, o Debate nº 9, da Área Temática de Integração Nacional, do Deputado José Lourenço. A partir daí, daríamos seqüência aos outros relatórios.

Portanto, convoco outra reunião para amanhã, às 10h.

Está suspensa a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 2ª reunião ordinária de 2000 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciar relatórios setoriais apresentados à Proposta Orçamentária de 2000.

Acuso o recebimento do Aviso nº 2.191-GM/MT, de 22 de dezembro, emitido pelo Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, que ratifica o teor do Ofício DG nº 1.187, de 9 de fevereiro de 1999, emitido pelo Diretor-Geral do DNER, referente à necessidade de se gerarem mais recursos próprios com arrecadação das multas e pagamentos pelos contratos de utilização das faixas de domínio, com gastos na implantação e operação dos respectivos sistemas.

Para que fique registrado nos Anais e para que os Deputados e Senadores presentes tenham consciência da nossa tarefa, comunico, mais um vez, o cronograma anunciado ontem pelo Presidente da Comissão: término das votações dos relatórios setoriais até 11 de fevereiro de 2000, encaminhamento do relatório final à Secretaria para distribuição até 21 de fevereiro de 2000 e apresentação, discussão e votação do relatório final na Comissão de 25 a 29 de fevereiro de 2000.

Ordem do Dia

Área Temática nº 8, Previdência e Assistência Social. Relator: Senador Wellington Roberto.

A partir deste momento está aberto o período para apresentação dos destaques.

Concederemos a palavra, se assim o desejar, ao Relator para tecer alguns comentários. Do contrário, iniciaremos imediatamente o debate.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, antes de iniciarmos a discussão, prestarei alguns esclarecimentos adicionais. Costumo dizer que esse é um relatório da pobreza. Se possível fosse, gostaríamos de ter atendido a todas as emendas coletivas dos valores solicitados. Entretanto, dada a exigüidade de recursos no âmbito desta Relatoria e da Relatoria-Geral, tivemos que atendê-las em valores inferiores aos pleiteados. Para se ter uma idéia da dificuldade por nós enfrentada, excluímos todas as vedações constitucionais e legais. Tínhamos para o corte apenas 46 milhões, excluídas as vinculações legais; passamos a ter apenas 10 milhões. Como se percebe, tornou-se impossível o atendimento das emendas no valor total de 3,6 bilhões, com apenas 10 milhões a serem cancelados. Sendo assim, foi necessária a busca de recursos dentro de unidades que detinham arrecadação própria. No caso, o INSS. Para isso, efetuamos troca de fontes na ordem de 13,3 milhões, no INSS, referente ao GND-4. Vale ressaltar que tal troca não trouxe alteração quantitativa na unidade, tendo em vista que ocorreram acréscimos e cancelamentos no mesmo valor, motivo pelo qual não foram feitas emendas de Relator e sim simples ajustes técnicos, procedimento tomado por esta Comissão em anos anteriores. Efetuada a troca, utilizamos os recursos para atender às emendas. Também foram efetuadas trocas de fontes dentro do FAT, num montante de 12,7 milhões, revertida posteriormente, conforme Adendo nº 2.

Após os cancelamentos, passamos a ter, então, a seguinte posição: emendas atendidas com recursos cancelados dentro do setor: 42,7 milhões; emendas atendidas com recursos recebidos da Relatoria-Geral: 107,7 milhões; valor total: 150,4 milhões.

Critérios do cancelamento do GND-4: as unidades que possuíam maior volume de recursos sofreram, por conseqüência, maiores cortes.

Vale esclarecer que todas as unidades onde foram efetuados cancelamentos tiveram um crescimento considerável no Orçamento de 2000. O INSS, por exemplo, apresentou elevação em relação ao liquidado em 1999 de 276%. O Ministério da Previdência e Assistência Social, Administração Direta, teve um crescimento de 157%, o FAT, de 36%.

A bancada do Espírito Santo, juntamente com o Governador do Estado, por meio de documento formal, Emenda nº 5, pediu que fosse considerada como indicação a restauração da BR-259, trecho Colatina, divisa do Espírito Santo com Minas Gerais e que a Indicação nº 4, atendimento à criança e ao adolescente, no Espírito Santo, fosse considerada como emenda coletiva de bancada. Transformada a indicação em emenda, a mesma não mais se inseriu nos limites do valor contido no parecer preliminar.

No FAT foi reestimada a receita do PIS/PASEP. Os recursos provenientes dessa estimativa foram alocados nas seguintes despesas: financiamento do programa de desenvolvimento econômico, a cargo do BNDES, 71,6 milhões; abono salarial, 16 milhões; seguro-desemprego, 91 milhões; bolsa de qualificação profissional para o trabalhador com contrato de trabalho suspenso, 642 mil.

Tais incrementos foram mensurados e apropriados pela Relatoria-Geral, motivo pelo qual esta Relatoria não efetuou emendas de Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Agradeço ao Sr. Relator.

Está aberto o prazo para apresentação de destaques.

A matéria está em discussão.

Estão inscritos os Deputados Sérgio Miranda e João Coser.

Concedo a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, brinquei no corredor dizendo que esse tema é mais para o Deputado João Fassarella do que para mim, pois S. Exa. é especialista na área de assistência e discute com mais qualidade e profundidade os problemas desta área no País. Mas, com certeza, qualquer cidadão brasileiro tem condições de tecer comentários sobre a área de assistência no Brasil.

Lamentavelmente, não conseguimos constituir um programa de porte, como percebemos em outros países do mundo, onde se tem a assistência ao cidadão como uma das prioridades. É verdade que a comparação é exagerada, mas, analisando o orçamento dos Estados Unidos, vimos que eles fazem uma previsão de pagamento da dívida do País até o ano 2013, mostrando o que o País pretende investir na área de assistência. Percebemos o aumento de 5 milhões de pessoas sendo atendidas por determinados setores de investimento nessa área específica de assistência social. Quando vemos o Brasil, notamos que os recursos nessa área são extremamente tímidos.

De fato, temos carência de recursos, mas temos um País em que se investe significativamente em outras áreas, onde se paga muito juros. O próprio Relator, na pág. 7, diz: "O compromisso do Governo com as agências internacionais de crédito, principalmente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no âmbito do programa de ajuste fiscal, é o de manter os níveis de execução financeira verificada em 1999, em programas sociais selecionados, designados rede de proteção."

Lá de fora estão determinando que no Brasil os investimentos na área da saúde não podem ser aumentados. Agora, quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, tão divulgada como a melhor do País, para se aumentar os recursos nas áreas sociais, depende-se do aumento de impostos. E, mais uma vez, voltamos ao pequeno recorte do jornal, onde se lê sobre a redução de impostos num país como os Estados Unidos. No Brasil, aumentam-se aqueles tributos generalizados, contribuições previdenciárias, CPMF, que até o pequeno paga em seu contracheque. Lamentavelmente, o Governo submete-se às políticas internacionais de arrocho, não permitindo investimentos e nem projetos de maior porte para a área social.

A primeira parte de minha intervenção é para registrar a nossa insatisfação com a política desenvolvida particularmente na área social. Agora com corte em outras áreas, como a de reforma agrária, assentamento de trabalhadores rurais, que não constam do relatório, mas da política geral do Governo.

Quero falar, ainda, sobre o Espírito Santo. Felizmente, nesse relatório, depois de grande debate na bancada — recebemos aqui o Governador do Estado, a primeira-dama, Secretária de Ação Social do Estado do Espírito Santo —, convencemo-nos de que a gravidade dessa área no Espírito Santo era muito grande e transformamos uma indicação em emenda de bancada e uma emenda de bancada numa indicação da área de infra-estrutura. Retiramos uma outra emenda e transformamos em indicação, que já consta do relatório. Conversamos longamente com o Se-

nador Wellington Roberto, que acolheu uma emenda do Espírito Santo de forma extremamente agradável.

Agradeço ao Senador o carinho que teve com o Espírito Santo, em nome da bancada e do Governo do Estado, mas principalmente em nome das crianças, dos idosos, dos deficientes que, espero, sejam beneficiados com recursos dessa emenda.

O Espírito Santo, diante dos parcos recursos, do pouco que tem para dividir, sente-se contemplado e agradece ao Sr. Relator por aceitar nossa emenda.

Elaboramos destaques para corrigir algumas distorções. É evidente que, como todos, queremos melhorar nossos recursos. Mas, para nós, o relatório faz o que é possível.

Agradeço a V. Exa. esse gesto com o nosso Estado. Registro, ainda, nossa discordância com a política do Governo Federal nesta área, principalmente quando se submete aos caprichos e exigências dos bancos internacionais, do FMI, do BIRD. Estamos sendo elevados a uma condição, aí sim, de terceiro, quarto mundo, porque aumenta no Brasil o nível de exclusão social, de pobres e miseráveis.

Agora, todas as igrejas começam a fazer suas campanhas, como a da Fraternidade, com o tema: "Os excluídos". Percebemos que um país que deveria estar corrigindo as distorções, melhorando a qualidade de vida da maioria concentra riqueza, não tributa as grandes fortunas e, lamentavelmente, cria cada vez mais dificuldades para um setor que já se torna grande — mais de 50 milhões de brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, serei breve. Quero fazer alguns elogios. Esses relatórios, que demonstram preocupação em analisar a área, são úteis para o Congresso Nacional e para a sociedade, porque mostram que o nosso papel aqui não se restringe a aprovar ou não as emendas. Nosso propósito na Comissão é analisar os setores que envolvem a aplicação de recursos públicos.

Farei duas observações sobre o relatório de V. Exa., nobre Senador. Primeiro, quero fazer um elogio com relação às diretrizes do relatório setorial, em termos dos recursos para as entidades privadas (pág. 10,11). V. Exa., cumprindo decisão da Lei Orgânica da Assistência Social e compreendendo que os recursos para as entidades privadas... E é justo que muitos desses recursos sejam destinados a entidades privadas. Quem cuida de creches, de proteção aos deficientes e de outros problemas sociais hoje em dia não é mais o Poder Público. Deveria ser, mas não é. Quem cuida, na maior parte desses casos, são entidades privadas. Mas há uma necessidade de que esses recursos, ao serem transferidos para as entidades privadas, passem antes pelos Conselhos Municipais ou Estaduais de Assistência Social, como manda a Lei Orgânica da Assistência Social, porque aí haverá uma fiscalização mais concreta. Uma entidade privada de um determinado Município não pode receber dinheiro diretamente da União. Teria de receber dinheiro do fundo, mesmo que o convênio seja feito com o Fundo Municipal já destinado para aquela entidade. Mas o órgão fiscalizador daquela aplicação deve ser o Fundo Municipal.

Elogio a atitude de V. Exa., que alterou a modalidade de aplicação, que vinha em 50 para muitas dessas entidades, e transferiu para 30, 40 ou 99. O 99 é o "a definir". Será que na fase do relatório geral não poderíamos — já fazendo uma consulta, porque, às vezes, pode haver problema político com um Deputado que não quer que determinada emenda passe para a Prefeitura —, colocar obrigatoriamente 30 ou 40, já fixar 30 ou 40 a partir da consulta aos Deputados?

Levanto a seguinte questão: por que não se adotar na área da saúde a mesma sistemática, o mesmo critério que V. Exa. adotou? Que recursos e auxílios ou subvenções para o setor privado sejam controlados pelos fundos municipais ou estaduais de saúde.

A outra questão — o Deputado João Fassarella é um batalhador da Lei Orgânica e da Assistência Social —, não diz respeito propriamente ao relatório de V. Exa., mas envolve o Ministério da Previdência. São os recursos da contribuição dos empregados e empregadores para a previdência social. Aprovamos aqui a Emenda nº 20, da Previdência, que diz, em seu art. 169, explicitamente, que "é vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim que não seja o pagamento de benefícios previdenciários". Isso está no corpo permanente da Constituição. Qualquer alteração no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não pode afetar uma medida que está no corpo permanente.

No ano passado, em relação ao FEF, quando veio na proposta da União o FEF incidindo sobre a Fonte 154, havia uma decisão do Relator-Geral que exigia a transferência desses recursos para a Fonte 154. Esse é um papel do Relator-Geral. Estou avisando a V. Exa. porque creio que se pode somar a esse esforço e influenciar o Relator-Geral para que adotemos a mesma metodologia para a DRU. Nada afeta

superávit ou déficit. Hoje, arrecada-se 52 milhões e consta do Orçamento apenas 42 milhões, mas se tem de pagar 60. Então, vão recursos necessários para cobrir o pagamento dos benefícios previdenciários. Pela lógica constitucional, é fundamental que façamos restrição à DRU em relação a essa fonte específica, porque assim é determinado pela Constituição.

Se a Comissão Mista de Orçamento foi capaz de adotar essa posição para a votação do Orçamento de 1999, devemos também adotá-la para o de 2000. Posso enviar a V. Exa.: no relatório geral do ano passado existe claramente essa definição, inclusive com esses argumentos que estou citando para V. Exa.

Sei que isso não diz respeito a seu relatório, porque vai interferir num montante superior ao que tem condições de alterar. Mas faço esta intervenção no sentido de pedir o apoio de V. Exa. para a reivindicação que estamos apresentando.

São minhas palavras, Sr. Presidente.

*Muito obrigado.*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Relator, em princípio, congratulo-me com o Relator pelo relatório apresentado, em que são identificados diversos problemas — alguns são sanados, outros, indicados. Portanto, somo-me ao esforço de S. Exa. ao desempenhar sua função.

Inicialmente, reforço a exposição do Deputado Sérgio Miranda sobre a necessidade de fortalecer os conselhos paritários previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, em que estão representados a sociedade civil e o Governo. O objetivo dessa Lei é fazer com que o atendimento à população mais excluída seja entendido como direito do cidadão e não como moeda de troca, favor, clientelismo político. A maneira de se ultrapassar essa barreira histórica passa pela valorização dos conselhos, já que são órgãos definidores das políticas públicas. Muitas vezes encontramos brecha para sair do controle social estabelecido pelos conselhos.

Então, somo-me à posição do Deputado Sérgio Miranda sobre a necessidade de que a transferência de recursos da União, Estados e Municípios seja feita via conselhos. A modalidade de aplicação deveria estar claramente definida: o Estado ou o Município — prioritariamente o Município, que é órgão executor —, deixando aos conselhos municipais a responsabilidade para a identificação da entidade a receber os recursos. A Modalidade de Aplicação 99 é um pouco complicada no que se refere ao cumprimento do que determina a Lei Orgânica da Assistência Social.

Outra observação: de acordo com a lei que criou e com o decreto que regulamentou o Fundo Nacional da Assistência Social — Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995 —, todos os recursos alocados no Fundo devem ser exclusivamente para atender às funções finalísticas. As atividades-meio de manter ou ajudar a manter a máquina administrativa não devem ser do Fundo, mas custeadas pelo próprio órgão responsável pela execução.

Na proposta enviada pelo Executivo há cerca de 40 milhões de recursos alocados no Fundo que não atendem. Por exemplo, 13 milhões para remuneração dos agentes pagadores do benefício de prestação continuada, 1 milhão e 600 mil para serviço de processamento de dados, 7 milhões para revisão e auditoria do benefício de prestação continuada, 3 milhões para remuneração dos agentes pagadores e assim por diante. Esses recursos, inclusive para implantação do sistema de monitoramento e avaliação da assistência social teriam que ser custeados por verbas que não viessem do Fundo.

Então, peço a V. Exa. que faça estudo no sentido de deslocar o atendimento a essas áreas operacionais que não são próprias da atividade finalística para ser feito com recursos fora do Fundo, a fim de que os cerca de 40 milhões nele alocados sejam remanejados para as atividades finalísticas, atendendo ao que determina o decreto que regulamenta o Fundo Nacional da Assistência Social.

Em seguida, chamo a atenção para o fato de que efetivamente há aumento dos recursos do Fundo Nacional da Assistência Social. Entretanto, quando analisamos o desmembramento dessa verba, observamos que o único item que tem acréscimo mais significativo é o benefício de prestação continuada, aquele pago ao idoso com mais de 67 anos e ao portador de deficiência que têm renda **per capita** abaixo de um quarto do salário mínimo. A maior parte do atendimento do benefício de prestação continuada vai para o portador de deficiência, o idoso é um número menor.

Há crescimento do atendimento a esses beneficiários. Isso faz com que a maior parte dos recursos do Fundo acabe sendo aplicada no benefício de prestação continuada. As outras funções do Fundo, apoio à criança carente de zero a seis anos, à pessoa idosa e à pessoa portadora de deficiência, programa de geração de renda, assistência integral à criança, erradicação do trabalho infantil — em que está inserido o

Programa Brasil Criança-Cidadã —, programa de renda mínima, mal conseguem manter o que tinham há quatro ou cinco anos.

Todos sabemos que o País vive um processo de piora na distribuição de renda, com desemprego cada vez maior. O número de pessoas que passam a ter necessidade de maior proteção social via Fundo Nacional de Assistência Social tende a crescer. Em relação a 1999, o benefício de prestação continuada aumentou 34 milhões e é praticamente o único item que cresce nesse período. Os demais se mantêm praticamente estáveis. Faço essa crítica de que o único programa do Fundo, apesar do aumento dos recursos, que está sendo atendido, é o do benefício de prestação continuada.

A proposta enviada pelo Executivo é muito menor do que a elaborada pela Secretaria de Estado de Assistência Social. Em todos os itens houve cortes que vão significar, em relação às metas programadas, redução dos objetivos a serem atingidos.

Existem destaques apresentados através de emendas de Comissão que visam atender a essas questões. Peço a atenção especial do Sr. Relator para eles, que, de alguma forma, tentam minorar os problemas aqui indicados.

São nossas considerações, aproveitando para, mais uma vez, parabenizar V. Exa. pelo excelente trabalho apresentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, gostaria de cumprimentar o Sr. Relator pelo trabalho, pela eficiência técnica com que o analisou.

Como ex-Secretária de Estado de Assistência Social, reforço as palavras do Deputado João Fassarella, endossando o argumento que fez em relação aos programas da Secretaria. Realmente, grande parte do Orçamento é destinada ao benefício do idoso e da pessoa portadora de deficiência, ficando os demais programas extremamente sacrificados.

Gostaria, portanto, de, em meu nome e no daqueles que trabalham na área de assistência social, solicitar ao Sr. Relator-Geral que faça aporte de recursos para que possamos no futuro ampliar principalmente o trabalho relativo à criança e ao adolescente. O Programa Brasil Criança-Cidadã hoje se ressente da falta de recursos e é uma das grandes demandas dos Municípios.

Em relação a Goiás, a bancada estadual se reuniu e definimos que uma das emendas de bancada seria para o programa de geração de renda. V. Exa. aportou para essa emenda cerca de 2 milhões de reais, sendo que a nossa solicitava 8 milhões. Esse recurso se destina principalmente ao atendimento da criança e do adolescente, trabalho que o Estado vem desenvolvendo com muita eficiência.

Apelo a V. Exa. que atenda ou pelo menos recomende o aporte de recursos e veja nessa iniciativa da bancada de Goiás o desejo de priorizar a assistência social.

Agradeço a V. Exa. a atenção, deixando minha recomendação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Relator, também gostaríamos de fazer coro às palavras do Deputado João Fassarella na forma como abordou a questão neste debate e reforçar o pedido da Deputada Lúcia Vânia.

Goiás tem a característica importante de trabalhos pioneiros que vêm dando certo. O Governo Marconi Perillo tem incentivado e investido muito na formação profissional, principalmente do jovem. Apresentamos emenda de bancada visando obter recursos para geração de emprego e renda. Seria importante aportar um pouco mais de recursos, uma vez que esse programa está crescendo, o Governo estadual tem investido muito na área social. Para V. Exas. terem um idéia, resolveu adotar o mesmo programa que nosso saudoso ex-Prefeito de Campinas, do PSDB, criou o Bolsa-Escola, que dá um salário mínimo para a família manter a criança na escola. Neste ano, cerca de 15 mil alunos vão receber esse tipo de incentivo.

Outro investimento no aspecto social que também diz respeito à qualificação profissional se dirige ao estudante universitário pobre que não consegue estudar em universidade federal, onde, aliás, no Brasil, só estudam os ricos; os pobres não conseguem, em razão da competitividade e da dificuldade de passar no vestibular. Então, o Governo de Goiás está investindo no Bolsa-Universitária para estudantes pobres, também aplicação na área social da mais importância.

Por isso nosso destaque vai na direção de obter um pouco mais de aporte financeiro para que o Governo Estadual continue investindo nessa área de geração de emprego e renda, da mais alta importância.

Somando-se a isso, também está implantando um programa que o Governo do Ceará já vem desenvolvendo com muita qualidade, há muitos anos: a es-

cola de formação profissional nas cidades do interior conforme a vocação local. Goiás, apesar de ser um Estado central, também possui diferenças regionais dentro dele: o sudoeste tem vocação praticamente agrícola, na produção de grãos — algodão, soja, milho; o norte e o oeste têm vocação mais direcionada para criação de gado e agropecuária; o nordeste, área extremamente carente de tudo, também tem necessidades de investimentos. Então, o Governo está criando escolas de formação profissional conforme a vocação local. É importante que esses recursos sejam aportados, para que o Governo os direcione, respeitando as diferenças existentes.

Parabenizo o Sub-Relator pelo relatório muito bem elaborado até o presente momento, em torno do qual não houve muita discussão, exatamente pela qualidade com que foi realizado. Quando há necessidade, criticamos os relatórios, quando não, nós o elogiamos. Devemos fazer assim.

Nesse sentido, nós da bancada de Goiás — Deputados Norberto Teixeira, aqui presente, Pedro Chaves, Lúcia Vânia — fazemos esse elogio, pela coerência, objetividade e qualidade do relatório apresentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, meus cumprimentos, Senador Wellington Roberto, pelo seu trabalho, eficiente, bastante claro e explicitado, que nos facilita muito na análise do setor e o andamento do processo, e com critérios coerentemente adotados.

Observamos o quadro das despesas na área de previdência e assistência social. Devemos separar as duas questões: previdência e assistência social. Na previdência, é visível — se tomarmos séries históricas de vários anos atrás —, vamos verificar o crescimento das despesas com a Previdência Social. Poder-se-ia até utilizar o argumento de que isso é favorável, porque o Governo está alocando mais recursos. Também na assistência social ocorre o mesmo, mas ela tem especificidade diferente.

No caso da Previdência Social, há alguns anos tínhamos superávits. Hoje, temos déficits crescentes. Há muito tempo isso deveria ter chamado a atenção da sociedade, porque esse processo não ocorre repentinamente e pode ser previsto com bastante antecedência.

O Brasil foi extremamente irresponsável durante décadas da sua história por não ter levado em conta o que poderia acontecer no futuro. A tendência natural dos Governos é saber como serão fechadas as contas deste ano e o que será feito no próximo; seu horizonte é o dos seus mandatos. É uma visão tacanha, não-patriótica, que, em geral, tem sido a norma dos Governos Estaduais, Municipais e Federal. Talvez por estarmos numa situação mais arrochada ela seja de fato diferente. Estamos avaliando o que está acontecendo atualmente, procurando resolver os problemas do dia-a-dia, do ano, e tentando prever o que irá acontecer amanhã.

Lembro-me de que em 1988, época da Constituinte, quando Secretário de Administração do Governo de São Paulo, analisei levantamentos feitos pela FUNDAP — Fundação do Desenvolvimento Administrativo, órgão do Governo estadual, com muito boa capacidade de análise, que mostravam o que estava acontecendo e o que iria acontecer com o setor previdenciário na próxima década, que é a que estamos encerrando. As perspectivas eram claras: todas as curvas de despesas superariam a das receitas, antes do ano 2000; o crescimento da despesa era exponencial, geométrico, o da receita, na melhor das hipóteses e dependendo do crescimento da economia, era aritmético. Portanto, a ultrapassagem era visível. Podia errar-se o ano em que isso iria acontecer. No setor público, as curvas mostravam também que, num determinado momento, o pagamento dos ativos seria superado pelo dos inativos.

Se fizermos uma observação ainda não discutida suficientemente neste Orçamento — inclusive em relatórios anteriores —, verificaremos que em vários setores da administração pública federal o pagamento dos inativos já supera em muito o dos ativos. O Orçamento do Ministério da Defesa é de 19 bilhões e quase a metade, 8 bilhões e meio, se destina ao pagamento de aposentadorias e pensões, muito superior ao do pessoal ativo, incluindo todo o seu custeio. Repito, metade do Orçamento do Ministério da Defesa é destinado a aposentados e pensionistas. Verificamos que ocorre mais ou menos a mesma coisa no Ministério da Fazenda e em muitos setores da administração. Os estudos da época mostraram isso. Foram tomadas algumas medidas a respeito, talvez até tenham dilatado um pouco o período, mas até o final de 2000, o pagamento das pensões e aposentadorias praticamente se aproximarão ou se igualarão ao pagamento dos ativos.

Esse é um dos grandes elementos dos nossos problemas de hoje. Grande parte da nossa dificuldade em obter recursos se deve exatamente ao desequilíbrio da Previdência, cuja previsão é mais dramática ainda para os anos futuros. Algumas medidas foram tomadas: leis foram aprovadas, ocorreram mudanças constitucionais. Mas apenas empurraram para frente o problema, não surgiu nada que de fato tenha resolvido essa questão crucial, até porque, nas últimas décadas, o crescimento da expectativa de vida no País felizmente se deu de forma impressionante e excepcional, modificando totalmente a avaliação do equilíbrio do sistema de previdência.

Às vezes, vemos números muito favoráveis de despesa com relação à questão previdenciária, achando que o Governo está gastando mais em Previdência. De um lado, isso é positivo, porque há milhões de pessoas vivendo com os benefícios que paga e parte da economia brasileira também se move em torno dos recursos dela. Por outro lado, esse é um elemento extremamente preocupante, porque o pagamento da Previdência é necessário, mas não é gerador de novas riquezas, não possui o papel alavancador do desenvolvimento.

Quanto à assistência social, poderíamos cantar vitória. Estamos atendendo mais as pessoas, com enfrentamento à pobreza, erradicação do trabalho infantil, benefícios de prestação continuada e assistência integral à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente. Ou seja, estamos dando mais para mais gente, pagando mais e gastando mais. Poderíamos até dizer que o Governo está atendendo ao aspecto social. Se de um lado isso é positivo, porque é o que desejamos para as pessoas que necessitam de atendimento, de outro mostra nossa deficiência em criar condições para que esses gastos não aconteçam. Numa sociedade com distribuição de riqueza mais justa, eqüitativa, decente e digna, certamente muitas dessas despesas seriam desnecessárias e teríamos um Estado com capacidade de investir em áreas da economia que poderiam gerar mais riqueza e emprego, melhorando as condições de vida do conjunto da população.

Verificamos que foram liqüidados 516 milhões do Fundo Nacional da Assistência Social, em 1996; em 1997, esse valor passou para 1 bilhão e 200 milhões; em 1998, para 1 bilhão e 500 milhões; e no PLO para 2000 estão previstos 2 bilhões e 346 milhões para despesas correntes, correspondendo a um fantástico crescimento de 51%, em relação ao ano anterior. Isso mostra a pressão que existe na sociedade para o atendimento dessas pessoas. Mas, de outro, demonstra também que a sociedade brasileira não foi suficientemente capaz de criar instrumentos para que isso não acontecesse ou diminuísse, ou para que ela assumisse as responsabilidades perante a assistência social, porque culturalmente tratamos a ciência social basicamente — o que ficou demonstrado — com recursos provenientes do Estado, do contribuinte, quando a lógica, numa sociedade minimamente solidária, seria de que viessem das pessoas com capacidade contributiva e de compra, de fornecer um pouco dos seus recursos e da sua disponibilidade pessoal para o atendimento das pessoas mais carentes e das necessidades sociais.

São minhas observações, para mostrar os lados positivos e negativos dos números que temos em mãos.

Com isso, Sr. Presidente, cumprimentando mais uma vez o Relator, temos um bom trabalho, que vai ajudar muito a decisão desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Nobre Senador, Relator da matéria, nosso amigo, diria que a Paraíba está muito perto do Rio de Janeiro, não apenas pelo Senador Ney Suassuna, mas também por V. Exa., e principalmente porque, embora os problemas estejam parte no Nordeste e parte no Sudeste, são muito parecidos.

Fui Secretária de Ação Social do Rio de Janeiro. Por conta disso, nobres Relator e Presidente, tive oportunidade de verificar na prática a situação das crianças carentes. Uma das emendas de bancada — aliás, de sua autoria — trata exatamente da criança daquela cidade. São 200 mil crianças de zero a seis anos em situação de risco, ou seja, na faixa da pobreza. A Prefeitura do Rio de Janeiro consegue alcançar cerca de 80 mil crianças, restando 120 mil, para o que criou o Programa "Rio, Criança Maravilhosa", com o objetivo de integrar a criança, a gestante, a mãe e principalmente a família a um trabalho de desenvolvimento social propriamente dito.

Elaboramos emenda solicitando 40 milhões. V. Exa. acatou apenas 2 milhões. O primeiro pleito vai no sentido de que V. Exa. reveja esses números. Ontem, brincando com o nobre Senador Tião Viana, representante do Acre, disse a S. Exa. que, enquanto havia 500 mil moradores em todo aquele Estado, a cidade do Rio de Janeiro possui 8 milhões. Imaginem que só de crianças de zero a seis anos a cidade tem quase o

número de eleitores do Acre. É uma situação muito grave e séria. Quando visitamos o Rio de Janeiro, achamos muito bonitas Ipanema, Copacabana, as praias, os fogos, mas nos esquecemos de que as crianças continuam nos sinais. Nosso pleito é no sentido de que V.Exa. acate o destaque.

Outra questão importante — que não é específica do Rio de Janeiro — refere-se aos sete destaques apresentados pelo nobre Deputado João Fassarella, que fazem parte da Frente Parlamentar de Assistência Social, que tenho a honra de coordenar, pelo PFL. Temos acompanhado, os Deputados João Fassarella, Eduardo Barbosa, do PSDB, Euler Morais, do PMDB, Lúcia Vânia e tantos outros, e observado o drama que tem sido não apenas o benefício continuado prestado a partir da LOAS, mas os programas de ação social que efetivamente são desenvolvidos. Para isso, só resta o Fundo, pois várias ações de GND-3, que V. Exa. infelizmente não poderá recompor, e algumas também de GND-4 foram cortadas, principalmente no que se refere ao combate à pobreza. Passamos o último ano inteiro, e fiz parte da Comissão da Pobreza, buscando novas perspectivas de criação de recursos para a área de assistência, portanto, para o combate à pobreza, e, na hora em que temos oportunidade de provar à Nação que essa é uma preocupação nossa, fazemos cortes e os investimentos necessários ao Fundo Nacional de Assistência.

Essa é uma questão grave e séria. Sei que V. Exa. não tem de onde tirar mais recursos, que são escassos, e que fez o máximo possível. Mas não posso deixar de pedir que, ao rever os destaques, encontre fórmulas, e sei que as encontrará, não para o Rio de Janeiro, para a Paraíba ou para algum Estado específico, mas para o Fundo Nacional de Assistência, cujo objetivo é muito maior: manutenção da LOAS, lei discutida e votada, que tem como objetivo principal as ações reais na base.

Ouvi o Deputado Alberto Goldman manifestar seu gosto pela participação das empresas privadas nesse processo. Acompanhei a votação da legislação nesta Casa que quase acabou com todas as bolsas de estudo; também acompanhei, junto com esse grupo de Deputados que trabalha na área de assistência, como foi fechar o último ano para as entidades que possuem benefício continuado, quando não tinham pagamento de janeiro a outubro de nenhum dos seus convênios assinados. Sei como é duro para a Secretaria Nacional de Assistência manter esses convênios, embora com a PEC apresentada pela Deputada Jandira Feghali avancemos na questão do benefício continuado. Mas não há nenhum aumento real de atendimento à assistência no País.

Então, ao assistirmos ao programa **Fantástico** mostrando velhinhos morrendo, que o Secretário de Saúde do Município do Rio de Janeiro e o Ministro José Serra estão descredenciando um hospital de idosos, paramos e pensamos: o que fizemos de efetivo para os idosos? O que pensamos na área de assistência? Será que só queremos internar o idoso, aquele que está morrendo, ou vamos tratá-lo como ser humano? Qual nosso projeto de assistência, como parte desse Governo que somos? Como devemos fazer isso na área do idoso e principalmente na da criança, para que no futuro não seja mais um marginal na favela não por vontade própria, mas porque não teve outra opção?

Senador, lembro-me de quando, na CPI do Narcotráfico, a quarta esposa de Fernandinho Beira-Mar, Alda Inês, disse que começou a namorar com ele aos 13 anos. O Deputado Moroni Torgan, Relator-Geral, disse: "Mas isso é sedução!" Ela respondeu: "Não, eu gostei dele e fiquei com ele. Eu não fui seduzida. Eu queria ficar com ele". Ela queria ficar com ele porque ele era o poder que o narcotráfico oferece, um poder paralelo que temos de combater com ações efetivas do Estado, porque essa é uma garantia constitucional do cidadão brasileiro.

Sei que infelizmente V. Exa. não possui todos os recursos necessários, mas tenho certeza de que irá tratar com carinho os sete destaques do Deputado João Fassarella, em nome da Frente Parlamentar, e irá rever os 2 milhões de reais para 120 mil crianças na cidade do Rio de Janeiro em situação de risco, ou seja, de baixíssima renda, ainda que leve em conta os recursos a serem aportados pelo Município, para a realização do programa "Rio, Criança Maravilhosa". Tenho certeza de que fará o máximo possível para atender aos destaques que pleiteamos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator, Senador Wellington Roberto.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, inicialmente agradeço as palavras das amigas e amigos Deputados João Coser, Sérgio Miranda, João Fassarella, Lúcia Vânia e especialmente Laura Carneiro, uma carioca-paraibana.

No caso da bancada de Goiás, a emenda indicativa de três quartos, na verdade ultrapassa... Existe um parecer preliminar que não pode ser ultrapassado e que estabelece limites. É o caso também do Rio de

Janeiro. Vou rever os destaques com o Relator-Geral. Sei da dificuldade de se obter recursos, não só minha como de S. Exa., mas tenho esperanças de realmente rever isso.

Respondendo, na seqüência, ao Deputado Sérgio Miranda, quando falou da alteração da Modalidade de Aplicação 99...

Ouço com prazer a Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Senador Wellington Roberto, tentando não ser impertinente, diz o Regimento Interno que podemos conceder até 15% do pedido na indicação, não é isso? Se ela é de 40 milhões, 15% são... Não tenho outra emenda, porque esses 15% incidem no global, não há emenda, mas essa indicação que V. Exa. acolheu. Na medida em que não existe o valor superior, vamos supor, se existisse uma emenda...

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Deputada Laura Carneiro, existe uma média das emendas apresentadas pelos outros Estados. Mas vamos ter esperança.

Na modalidade de aplicação, respondendo ao Deputado Sérgio Miranda, seria definida posteriormente e só poderia ser quarenta ou trinta. Mas se houver tempo, poderíamos, junto ao Relator-Geral e aos autores, ver a possibilidade de alteração.

Deputado João Fassarella, o parecer preliminar vetou o cancelamento das ações do fundo. Além do mais, trata-se de GND-3, que não pode ser cancelada pela Relatoria Setorial. Complementando, o aumento significativo é benefício de prestações continuadas. Houve um aumento significativo, segundo a consultora D. Elisângela.

À Deputada Lúcia Vânia, já respondi em relação à reivindicação da bancada. Mesmo assim, vou rever a possibilidade com o Relator-Geral.

O nobre Deputado Jovair Arantes também apresenta a mesma situação.

Ouço o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Acho que acabou não respeitando o que está no... O GND-3... Acho que houve cancelamento no recurso do Fundo.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Nobre Deputado, não houve cancelamento no GND-3.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Veja: participação e programas municipais de renda mínima. Foi cancelado o GND-3. Estou pedindo a recomposição.

Há algo que precisamos esclarecer. Se não houve, está bem. Mas, pelo que me foi passado, teria havido. Gostaria que olhássemos isso com bastante atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra, pela ordem, a Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Nobre Presidente, também fazemos parte também da bancada da Saúde. É óbvio que vamos negociar a emenda de bancada com o Deputado Carlos Melles, o Senador vai fazer o que for possível, mas o Fundo é muito importante para os Deputados da área da Assistência Social. Não queremos, de maneira nenhuma, em respeito e homenagem ao Senador Wellington Roberto, fazer o que foi feito ontem com a Saúde, porque não interessa nem à Casa, nem a nós, nem a S. Exa.

Portanto, peço a V. Exa. que suspenda a reunião por cinco minutos, para que os coordenadores da Frente que estão aqui conversem com o Relator, antes de votar o relatório. Não peço mais do que cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputada Laura Carneiro, vamos votar o relatório; os destaques virão **a posteriori** e haverá a conversa com o Relator.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Deputada Laura, vamos ao gabinete da Presidência da Comissão conversar com o Relator-Geral e com a Frente Parlamentar também.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – O pedido da Frente é no sentido de que isso seja feito antes de votar o relatório. Estou tentando que seja exatamente depois. Por isso peço, neste momento, suspensão da reunião por cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Seria para essa discussão?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Não é para discussão. São cinco minutos para conversar com o Relator, até para montar a conversa posterior ao voto do relatório. Seria um acordo prévio para depois votarmos o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Se fizéssemos a votação do relatório, ressalvados os destaques, isso poderia ser destacado e, no entendimento com o Relator, **a posteriori**, faríamos a discussão.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – De preferência como destaque.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Já estão todos destacados. Não quero que aconteça nesse sub-relatório o que aconteceu ontem na Saúde. Estou pedindo a V. Exa. que me dê cinco minutos. Tenho certeza de que vamos votar o relatório e depois vamos traçar a linha. Peço cinco minutos para conversarmos aqui. S. Exa. não pode levantar-se.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Sr. Presidente, a Deputada quer uma conversa de pé de ouvido.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – É uma conversa de pé de ouvido, por cinco minutos, e o Senador está de acordo. Nós já a teríamos realizado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, estou inscrito. Gostaria de fazer uso da palavra antes da suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ainda temos dois inscritos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Ouviríamos os inscritos, V. Exa. suspenderia a reunião por cinco minutos e depois voltaríamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Depois de os inscritos falarem, antes da votação, faremos isso.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, nobre Relator, parabenizo-o pelo relatório, mas lembro aos companheiros do Paraná que apresentamos destaque para assistência financeira às pessoas carentes do Estado.

O IPEA estabeleceu novo critério de redistribuição de recursos da antiga LBA. O Paraná, que recebia 32 milhões de reais por ano, passará a receber 12 milhões. Evidentemente, como todos, o valor **per capita** pago pela LBA era dado a instituições dirigidas por voluntários da sociedade, por clubes de serviço, que complementavam o atendimento. Não podemos fechar os asilos de idosos, creches, APAEs, toda a estrutura de assistência social paranaense para nos enquadrarmos numa conta que o IPEA fez, retirando do Estado, ao redistribuir os valores, nesse período de transição de alguns anos, 20 milhões de reais por ano, de pagamento **per capita**.

Portanto, nosso destaque é no sentido de ampliar o atendimento dessa emenda de bancada do Estado, referente a assistência financeira a pessoas carentes no Paraná, para compensar, pelo menos em parte, essa redução definida pelo Governo Federal. Nós — estão aqui os Deputados José Borba, Coordenador da bancada, Nelson Meurer, Basílio Villani e Santos Filho — gostaríamos de ver o Estado em condições de manter a estrutura de Assistência Social. Para isso, dedicamos emenda para corrigir esse desvio provocado pelo critério do IPEA.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Pedro Henry.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente, cumprimentamos o ilustre Relator, reconhecendo a dificuldade que teve e que todos os Sub-Relatores estão tendo para fechar seus relatórios, devido à escassez de recursos.

Entretanto, apresentamos alguns destaques que foram assinados conjuntamente com o Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Deputado José Múcio Monteiro, que se reuniu e debateu exaustivamente para apresentar emendas, e, por unanimidade de seus membros, subscreveu algumas delas, duas destinadas ao relatório de V. Exa. Peço ao nobre Relator que, se houver possibilidade de fazer mais algum cancelamento em seu relatório, aumente um pouco os recursos dessas emendas. A primeira trata da qualificação para pequenos e microempreendedores, um programa que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público está desenvolvendo junto ao Ministério do Trabalho no sentido de alavancar a pequena e a microempresa brasileira, para o qual destinou 12,5 milhões. Se for possível promover outro cancelamento e aumentar o valor dessa rubrica, isso vai ajudar-nos a implementar emprego no Brasil, a grande temática atualizada, o grande problema que o povo vem enfrentando. É um incentivo para as pequenas e microempresas, que, sem dúvida nenhuma, são instrumentos de geração de emprego.

A outra, que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público também apresentou e para a qual neste momento estou apresentando o Destaque nº 29, nesta Comissão, diz respeito a ações na área de trabalho, emprego, segurança e saúde, para o bem-estar do trabalhador brasileiro. Também essa V. Exa., no GND-3 e GND-4 juntos, atendeu com 12,5 milhões. Peço a V. Exa. que aumente esse recurso, caso haja qualquer possibilidade.

Estou apresentando outro destaque na condição de coordenador da bancada de Mato Grosso. Apresentamos indicação de três quartos — portanto, é emenda de Relator — para ações sociais e comuni-

tárias no Estado, em parceria com os Municípios. V. Exa. aprovou 2 milhões de reais. Já que toda a bancada do Mato Grosso está patrocinando, e como o Estado é extremamente carente em desenvolvimento, infra-estrutura e principalmente na área social, peço a V. Exa. que, se houver qualquer possibilidade de incremento desse valor, faça-o.

A última consideração que faço é a pedido do ilustre Deputado Nelson Marchezan, do Rio Grande do Sul, membro da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que apresentou emenda visando aumentar os recursos do Programa da Renda Mínima, um programa extremamente importante, de cunho social, que objetiva atender às famílias brasileiras de baixa renda que têm crianças estudando. V. Exa. aprovou essa emenda da Comissão com o valor de 1 milhão de reais. Peço, com humildade e com o respeito que tenho por V. Exa., que se possível amplie essa verba para esse programa de caráter nacional, que vai atender o País como um todo.

Se houver alguma possibilidade de ampliar os valores solicitados, fico enormemente agradecido a V. Exa.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Nobre Deputado Pedro Henry, V. Exa. concede-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Pois não, Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Informo que o Programa de Renda Mínima está recebendo investimentos do Banco Mundial e que interessa ao Governo Federal, que vai achar recursos de qualquer maneira. Ao Presidente da República interessa o Programa de Renda Mínima e o Banco Mundial vai financiá-lo.

Talvez V. Exa. tenha outro destaque também importante para a área de assistência que o Relator possa acatar e que seja mais importante que o Programa de Renda Mínima, porque, mesmo que não receba aporte do Orçamento, como é programa prioritário do Governo receberá recursos, até dentro dos 20% de remanejamento, além do dinheiro do BID. V. Exa. poderia reunir seus esforços para algum outro destaque em que tenha mais interesse. Estou-lhe dando essa informação porque é nossa área de atuação.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – A Deputada Laura Carneiro é sempre brilhante.

Vou repetir: estou apresentando esse destaque a pedido do Deputado Nelson Marchezan. Não domino tanto a área, mas, sem dúvida nenhuma, se já conseguirmos garantir na peça orçamentária que sai do Congresso valor substancial para servir de contrapartida a esses recursos do Banco Mundial, será uma certeza para todos nós de que esse Programa será implementado no País, independentemente. Por isso, reitero o apelo ao nobre Relator, mais uma vez cumprimentando-o pelo brilhante relatório que produziu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa, último orador inscrito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, como um dos Coordenadores da Frente Parlamentar de Assistência Social e 3º Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, informo que trabalhamos durante todo o final do ano passado estudando o Orçamento apresentado à Casa na área de assistência e detectamos perdas importantes em programas já tradicionalmente mantidos pelo Governo Federal para crianças e adolescentes, portadores de deficiência e idosos.

A proposição de destaque apresentada pelos Deputados Laura Carneiro e João Fassarella vem ao encontro do que a Comissão de Seguridade Social e Família aprovou como emenda de Comissão: recompor as perdas, que diminuíram o atendimento para 2000 em diversos Estados. Estamos falando de cifras muito pequenas. Enquanto a Saúde luta por suplementação bem maior, a recomposição que solicitamos não ultrapassa 40 milhões de reais. Gostaríamos que o Relator discutisse conosco. Já conversamos com o Relator-Geral e essa recomposição interessa à Secretaria de Estado de Assistência Social.

Em relação ao Programa de Renda Mínima, reforço a fala da Deputada Laura Carneiro. Estamos em contato permanente com a Secretaria de Estado de Assistência Social — a ex-Secretária Lúcia Vânia tem ciência disso —, que tem interesse em buscar recursos do Banco Mundial para o financiamento da área. Nosso compromisso maior é recompor os programas que deixarão de existir se o Orçamento for aprovado da forma como está, sabendo que há outros canais de financiamento, com recursos internacionais para o Programa de Renda Mínima.

Em nome da Frente Parlamentar de Assistência, solicito que reflita sobre o pedido de recomposição, que é muito pequeno. Há condições de a Casa avançar e garantir que não se percam programas de atendimento na área de assistência social.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra a Senadora Marluce Pinto.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sub-Relator, Senador Wellington Roberto, apresentamos, através da Comissão de Assuntos Sociais, emenda para os programas de combate à pobreza. Sei que o pedido foi um tanto exagerado — não que o Brasil não necessite; se pedirmos pouco, recebemos bem menos —, 1,5 bilhão, com base em levantamento da Secretaria de Estado de Ação Social para atender a todos os programas, os já implantados e alguns que precisam ser implantados ou ampliados, e só fomos contemplados, em âmbito nacional, com 2 milhões. V. Exa. há de convir: com esse valor não poderemos dar continuidade aos programas sociais que existem. Após constatada a pobreza franciscana no País, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, nada poderemos fazer.

Gostaria, pela sensibilidade de V. Exa. e também por ser representante de um Estado pobre do Nordeste, de fazer uma avaliação do que acontece nos Estados do Norte, a fim de complementar um pouco essa emenda e verificar se ao menos não são cancelados os programas existentes. Se não podemos pensar em ampliação e criação de programas, esperamos pelo menos não acabar com os já existentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão e também o prazo para apresentação de destaques.

De acordo com a solicitação da Deputada Laura Carneiro, antes de começar a votação do relatório, suspenderemos a reunião por cinco minutos.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Reaberta a sessão.

Passaremos à votação do relatório do item nº 8, Previdência e Assistência Social.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Como eu disse a V. Exa., não demoramos nem cinco minutos.

Obtivemos do Sub-Relator, Senador Wellington Roberto — eu tinha certeza de que isso seria possível —, o compromisso que permitirá que hoje à tarde votaremos o relatório. Com a bancada da Assistência, poderíamos simplesmente obstruir essa votação, porque somos maioria, poderíamos pedir verificação nominal, mas não o faremos, até porque tenho certeza de que o Senador Wellington Roberto fez tudo o que era possível. Hoje à tarde estaremos com S. Exa. e o Deputado Carlos Melles para negociar, antes dos destaques, a possibilidade de ampliação nos valores, que são apenas a recomposição para manter, vamos dizer assim, os recursos do Fundo Nacional de Assistência aplicados no ano passado.

Por isso, Sr. Presidente, V. Exa. pode passar à votação do relatório. Estamos de acordo com o querido Sub-Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação o relatório na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Agradecemos ao Senador Wellington Roberto a elaboração do relatório.

O Relator de destaques do item nº 10, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, é o Senador Eduardo Siqueira Campos.

Comunico que a votação do destaque do item nº 8 será feita depois da votação e aprovação dos destaques do item nº 10 e da discussão do relatório do item nº 9.

Com a palavra o Relator da Área Temática nº 10, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, nobres pares, colegas da Comissão de Orçamento, conforme entendimento mantido ontem com os membros desta Comissão, recebi e analisei nesta manhã os 137 destaques ao relatório desta área temática. Foram apresentados 74 destaques propondo elevação nos valores alocados às emendas de bancadas estaduais, perfazendo o total de 1,2 bilhão, discriminados esses destaques da seguinte forma: cinco destaques do Acre, dois do Amazonas, dez da Bahia, um do Ceará, um do Espírito Santo, dez de Goiás, dois do Maranhão, dois do Mato Grosso, dois do Mato Grosso do Sul, quatro do Pernambuco, um do Piauí, dois do Rio de Janeiro, três do Rio Grande do Norte, dois do Rio Grande do Sul,

um de Rondônia, onze de Roraima, três de Santa Catarina, dois do meu Estado, o Tocantins, dois de São Paulo e oito de Sergipe.

Temos ainda, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, cinco destaques propondo elevação nas alocações realizadas em favor da bancada da Região Centro-Oeste para ações de saneamento básico na região do entorno do Distrito Federal, no montante 54 milhões; três destaques em favor das emendas de Comissão, infra-estrutura, no setor áreas de fronteira e saneamento básico em Municípios de até 75 mil habitantes, totalizando 78 milhões, e ainda 27 destaques propondo elevação nos valores alocados às emendas de Relator, formuladas com vista a atender indicações das bancadas estaduais, totalizando 527 milhões; 25 outros destaques propondo recomposições nos cortes realizados no GND-4 por esta Relatoria, tendo em vista atender às emendas individuais; um destaque propondo a recomposição no GND-3, no Seqüencial nº 04561, do Ministério do Planejamento, no valor de 401 milhões, e um destaque propondo o remanejamento de 300 mil, de emenda individual do Deputado Dr. Benedito Dias.

Como assinalamos quando da apresentação do nosso relatório, esta Relatoria não constituiu qualquer reserva por ocasião da alocação de recursos que nos foram disponibilizados, apontando que quaisquer alterações propostas só teriam viabilidade se apontados os recursos para tanto, os quais poderiam provir de fontes básicas: cancelamento de alocações realizadas, aporte de recursos pelo Relator-Geral e aprofundamento de cortes nas dotações estadualizadas.

Em relação à primeira fonte, tenho a informar a V. Exas. que, não obstante que se tenha cogitado, na parte final da discussão do relatório, por proposta do Deputado Sérgio Guerra, a redução nas alocações em favor das emendas de Comissão, como forma de propiciar alocações adicionais em favor das emendas das bancadas estaduais, nenhum destaque foi formalizado com esse sentido. Ou seja, quando nós ontem aprovamos o relatório, foram também aprovados os valores para as Comissões. Como não há nenhum destaque propondo o cancelamento dos valores para as Comissões, há impossibilidade de alterar aquilo que foi aprovado.

Quanto à segunda fonte, o Relator-Geral... Sr. Presidente, interrompo a leitura para informar a esta Comissão que hoje pela manhã conversei prolongadamente com o eminente Relator-Geral sobre tudo o que foi discutido ontem. Em primeiro lugar, disse-me S. Exa. que ficou bastante satisfeito com a aprovação e com todos os pronunciamentos feitos ontem nesta Comissão em relação à Área Temática nº 10, mas que isso tudo não era motivo, nem lhe daria condições de fazer qualquer aporte de recursos, já que não há essa disponibilidade.

Portanto, como comentávamos ontem, ainda que o Relator fizesse qualquer nova alocação, a decisão desta Relatoria, conforme entendimento mantido com V. Exas. ontem, seria a de distribuirmos novamente de acordo com os primeiros critérios adotados para não quebrar aquilo que mereceu tal aprovação, que foi a utilização de critérios claros e transparentes para a alocação dos recursos.

Dessa forma, não havendo nenhum recurso novo, restou a esta Relatoria, embora reconhecendo o elevado mérito de todos os destaques, em vista da indisponibilidade de recursos, opinar pela rejeição global de todos os destaques, pela evidente falta de novos recursos que possibilitem a esta Relatoria fazer qualquer movimentação sem o suporte dado pela Relatoria-Geral, com a exceção de dois casos. Um deles é o de nº 32, que trata de remanejamento de recursos entre emendas individuais. O Deputado Dr. Benedito Dias pediu alteração dentro da sua quota de emenda individual, o que absolutamente não altera a alocação dos recursos. S. Exa. está devidamente atendido porque se trata de algo que está dentro da alçada do próprio Parlamentar. A esta Relatoria só cabe aprovar o destaque.

O outro caso foi uma exceção feita por esta Comissão em favor de ações de saneamento, aí não mais de Lagarto, no Estado de Sergipe, mas sim ações de saneamento no Estado de Sergipe. Essa exceção foi aprovada por unanimidade por esta Comissão na data de ontem, e fizemos a alocação, vamos dizer assim, para, como se costuma dizer, abrir uma janela para que o Relator-Geral possa, através de emenda de Relator Setorial, na forma autorizada por este Plenário, atender, mediante cancelamento de valor no Seqüencial nº 007594, que fundamento em meu relatório.

Então, esses foram os dois únicos casos — a alteração do Estado de Sergipe, aprovada por esta Comissão, e uma emenda individual já relatada, que esta Relatoria produziu.

Há ainda o destaque de nº 132, que propõe a recomposição da GND-3. Estou rejeitando esse destaque, porque esse tipo de ação não cabe a esta Relatoria, devendo ser proposta ao Relator-Geral. Faço menção especial a esse destaque, porque não trata de matéria referente à área desta Relatoria.

Sr. Presidente, quero dizer aos nobres pares, conforme afirmei na data de ontem, que não há falta de empenho, atenção, consideração ou falta de mérito dos destaques, mas não tem o Relator a disponibilidade. E disse ele ainda que, acabadas as Relatorias Setoriais, estaria à disposição deste Relator para que no caso não diria daquelas injustiças, mas daqueles Estados em que permanece algum problema ou a ocorrência de alguma obra que não pode ser paralisada, ou qualquer outra ocorrência, acompanhar as bancadas na discussão e nas alterações que pode fazer dentro da sua Relatoria. Mas, no juízo desta Relatoria Setorial, não há mais qualquer alteração a ser produzida. Portanto, infelizmente, pela inexistência de recursos novos, meu relatório é pela rejeição em bloco de todos os destaques.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, pela apresentação do relatório.

Havendo concordância do Plenário, faremos a votação dos destaques em bloco.

Se os Srs. Deputados concordam, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O Senado concorda? (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Então, em votação, em bloco, os destaques...

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** – Sr. Presidente, quando V. Exa. anunciou o propósito de submeter à Comissão a votação dos destaques em globo, apesar de eu estar disposto a pedir a palavra, o tempo não me permitiu e V. Exa. passou à votação dos destaques.

Sr. Presidente, desejo dirigir-me ao Relator para, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo trabalho que realizou e, em segundo lugar, pedir a atenção de S. Exa. para a emenda da bancada catarinense de nº 90. Essa emenda visa contemplar ações de infra-estrutura urbana na região da Grande Florianópolis, especialmente a construção da Via Expressa Sul, que liga o centro da cidade de Florianópolis ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz e a vários bairros populosos da Capital, como Caieiras, Campeche, Costeira do Pirajubaé, Alto Ribeirão e Ribeirão. A emenda que a bancada apresentou tem o valor de 50 milhões, e o Sr. Relator contemplou essa obra indispensável ao desenvolvimento da Capital catarinense com três milhões de reais. A obra está em andamento.

Em 1975, quando tive a honra de exercer o Governo catarinense, determinei a elaboração do projeto para sua construção. O acesso ao aeroporto, a Via Expressa Sul, compõe-se de um túnel, um grande aterro e a drenagem e a preparação desse aterro para assentar a avenida que ligará o aeroporto à nossa Capital. Para que a Comissão tenha idéia da importância e da urgência da obra, quando Florianópolis recebeu a visita de do Papa João Paulo II, foi necessário mobilizar um helicóptero porque, pela atual ligação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz com o centro da cidade, não era possível fazer o transporte com segurança.

Diante dessa exposição, Sr. Presidente, faço um apelo ao Sr. Relator no sentido de que, juntamente com o Sr. Relator-Geral, examine novamente essa emenda de modo que essa obra receba dotação no atual exercício. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Iniciado o processo de votação, concedo a palavra ainda ao Relator, Senador Siqueira Campos.

**O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer à V. Exa. as considerações com relação ao nosso relatório. Recebi em audiência a Prefeita Ângela Amin, e S. Exa. prestou um grande esclarecimento sobre a importância dessa obra, que nós definitivamente reconhecemos. Igual esclarecimento fez V. Exa. Tive também a oportunidade de receber a mesma informação por parte do Sr. Governador do Estado e ainda dos coordenadores de bancada.

Quero esclarecer a esta Comissão, Sr. Presidente, que com esta votação e encerra uma etapa do meu relatório, mas não acaba a minha responsabilidade com essa área temática. Portanto, pretendo acompanhar o andamento desses trabalhos até o último dia de votação desta Comissão. Coloco-me à disposição dos colegas e companheiros para, junto ao Relator-Geral — já que eu não tive qualquer centavo a mais para poder atender qualquer iniciativa de destaque —, acompanhar a argumentação e, se possível, a obtenção de novos recursos. É esse o esclarecimento que me sinto na obrigação de fazer a V. Exa., Deputado Konder Reis, e aos demais colegas desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** – Obrigado a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Na forma regimental, declaro prejudicado o Destaque nº 132, por propor a recomposição do GND-3, área do Relator-Geral.

Em votação o Destaque nº 32, remanejamento de recursos entre emendas individuais, com a aprovação integral do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Em votação o Destaque nº 42, alocação de 200 mil reais em favor de ações de saneamento básico no Estado de Sergipe, na forma autorizada pelo Plenário, mediante cancelamento de igual valor no Seqüencial nº 007594, com aprovação parcial do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores o que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Em votação, em bloco, os demais destaques que receberam parecer pela rejeição do Sr. Relator, Senador Siqueira Campos.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara, não há votação no Senado.

Está encerrada a votação, com os nossos agradecimentos ao Sr. Relator, tendo a maioria do trabalho realizado, o item Temático nº 10 — Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Passaremos, então, à discussão da Área Temática nº 9, cujo Relator é o Deputado José Lourenço.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Eu queria sugerir a V. Exa. que, tendo em vista estar acelerado o processo de discussão e votação das matérias e já ter sido feita a leitura, fizéssemos a discussão dessa área temática no período da tarde, a partir das 14h. Eu acho que seria interessante, tendo em vista que já são 12h5min. Não seria melhor, a partir das 14 horas? Eu entendo que dessa forma nós poderíamos avançar sem maiores problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator, Deputado José Lourenço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Deputado Giovanni, naturalmente eu tenho de seguir o roteiro traçado pelo Presidente, e o Presidente, naturalmente, está em sintonia com o Plenário. Mas eu quero lembrar a V. Exa. que eu acho que a discussão seria rápida. Mais demorado serão os destaques. Parece-me que não temos muito o que discutir, mas eu me submeto à vontade do Plenário e do Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Concordo com o nobre Deputado Giovanni Queiroz quanto a iniciarmos às 14h. Eu não acredito que seja tão rápida a análise do relatório setorial do nobre Deputado José Lourenço. Pelo adiantado da hora, seria mais conveniente que começássemos às 14 horas, Sr. Presidente. Poderíamos, talvez, fazer a leitura de algum outro destaque agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não há mais leituras. Todos os relatórios já foram lidos. Faríamos apenas a discussão do relatório e, a seguir, a votação do relatório e dos destaques correspondentes.

O grande problema é que, se nós suspendermos reunião, será muito difícil reiniciá-la. São 12 horas; vamos continuar até às 13 horas, pelo menos.

Com a palavra o Sr. Deputado José Lourenço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Presidente, o trabalho que fiz já é de conhecimento de todos. Ontem levei-o ao conhecimento de V. Exa., Sr. Presidente, e dos meus nobres pares. Portanto, ponho-me à disposição de todos para qualquer questionamento, qualquer explicação, para em seguida iniciarmos a discussão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Iniciada a discussão.

Com a palavra o primeiro inscrito, o Deputado B. Sá.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra, Deputado Villani.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Julgo de bom alvitre que a Secretaria nos forneça os dados do andamento dos trabalhos. Por exemplo, muito pouca gente tem a informação de que já foi efetuada a leitura de todos os relatórios. Então, por favor, façam um comunicado da situações dos relatórios e dos horários das discussões das áreas temáticas. Façam uma programação. Tendo conhecimento, de acordo com os interesses, poderíamos ter uma freqüência maior. Essa seria a sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A sugestão de V. Exa. é pertinente. No entanto, é muito difícil estabelecer um horário de discussão. Todos os relatórios já foram lidos. Os Itens nºs 1, 2, 3, 4, 6 e 10 já foram terminados. Estão faltando os Itens nº 5, que é infra-estrutura, nº 7, que é saúde, e o nº 9, que é do Deputado José Lourenço. Todos estão em fase de discussão do relatório ou de aprovação de destaques.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Estou sugerindo que se escreva isso, para termos a informação correta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pelo calendário aprovado pela Comissão, temos o interesse e a necessidade de aprovar, de terminar esses trabalhos até amanhã, que seria o prazo do cronograma estabelecido.

Com a palavra o Deputado B.Sá.

**O SR. DEPUTADO B. SÁ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, apresentei quatro destaques à Relatoria do Deputado José Lourenço.

Eu sei que o cobertor está curto — estamos acompanhando todos os dias o processo de discussão dos destaques e de votação dos relatórios setoriais. Eu gostaria de chamar a atenção para os destaques que eu estou apresentando, Sr. Presidente e Sr. Relator. Duas barragens, a de Pedra Redonda e Salinas, são obras do Brasil em Ação que estão em fase conclusiva e que já estarão recebendo água neste ano. Já estão com as paredes fechadas, faltando-lhes apenas ações complementares de infra-estrutura, que são fundamentais. As obras estão situadas em pleno semi-árido do Estado do Piauí.

Gostaria de aduzir, Sr. Presidente, que, a partir deste ano, a CODEVASF estende suas ações para o Estado do Piauí. Mas isso de nada adiantará, se não alocarmos recursos para que ela possa desenvolver ações fundamentais, a exemplo do que já vem fazendo no Estado da Bahia e nos outros Estados onde atua há muitos anos.

Outra emenda para a qual chamo a atenção, Sr. Presidente, trata do cerrado do Estado do Piauí. São cinco milhões de hectares de terra de cerrado que estão sendo utilizados em larga escala por paranaenses, gaúchos e catarinenses. Entretanto, a carência de infra-estrutura em termos de estrada e de energia elétrica faz com que toda essa soja produzida no Piauí seja desviada para o Maranhão, empobrecendo ainda mais a nossa região.

Por último, gostaria de chamar a atenção para o fato de que um Estado como o Piauí, que precisa de obras de infra-estrutura, não será feliz se elas não chegarem. E os vizinhos mais ricos, Bahia, Maranhão e Ceará, também não o serão enquanto estiver o Piauí a necessitar de toda sorte de infra-estrutura, sendo apenas exportador de mão-de-obra barata e infeliz, que vai cada vez mais cria dificuldades para os Estados vizinhos da Região nordestina.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de ter a maior atenção do Deputado José Lourenço. Sei das dificuldades, mas sei também da sua sensibilidade, da do Presidente e da do Relator-Geral, Deputado Carlos Melles.

Eram essas as minhas observações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, apesar de toda a admiração que aprendi a ter por V. Exa. durante estes cinco anos, ressalto que estamos diante de uma situação muito grave no que diz respeito ao nosso Estado, a Paraíba.

Em primeiro lugar, Sr. Relator, temos o problema da transposição das águas do São Francisco. Há pouco tempo, participava eu de um encontro do grupo instalado pela Presidência da Casa para discutir e debater o projeto da transposição das águas do São Francisco. Eu inclusive, Sr. Relator, dizia naquela ocasião que a Paraíba quer é água para beber. Não queremos água para irrigar ou para navegar. Nós queremos água é para beber.

Sr. Presidente, moro numa cidade perto de Campina Grande, uma cidade que dista mais ou menos 25 quilômetros de Campina Grande. Essa cidade chama-se Esperança. Fico muitas vezes até preocupado porque, enquanto as outras cidades, inclusive Campina Grande e João Pessoa, discutem racionamento de água, o abastecimento de água da minha cidade está desativado há mais de um ano. É uma cidade com 40 mil habitantes, e o abastecimento de

água está sendo feito através de carros-pipas. Um carro-pipa, Sr. Relator, está custando em torno de 60 a 80 reais. E isso, em função da pobreza do Estado, está comprometendo, e muito, o orçamento familiar.

Como nordestino, sabe V. Exa. que nosso instinto de sobrevivência é aguçado, em função das dificuldades que enfrentamos. Qual o mecanismo que o cidadão esperancense encontrou para economizar o seu orçamento familiar? Lá o pessoal toma banho dentro de uma bacia, Sr. Presidente, para logo depois do banho aquela água ser reutilizada.

Nós apresentamos um destaque com o objetivo de aumentar os recursos que vieram do Poder Executivo para viabilizar a construção desses projetos.

Sinceramente, eu acredito que existe boa vontade do Poder Executivo, principalmente do Ministro de Integração Nacional. Esse projeto inclusive já faz parte do PPA e, como eu disse, já recebeu recursos na própria peça orçamentária do Poder Executivo.

O segundo destaque, Sr. Relator, diz respeito à construção de projeto na cidade de João Pessoa. Tenho repetido que depois do **show** de Padre Marcelo, que teve a participação de 600 mil pessoas, João Pessoa está vivendo uma nova história. João Pessoa esteve durante seis horas na mídia nacional, graças ao programa de Gugu Liberato. A partir desse programa, o brasileiro começou a conhecer a beleza da cidade e das praias de João Pessoa. Depois daquele **show**, todos os hotéis e todas as pousadas estão com a sua capacidade de ocupação esgotada.

Nós então apresentamos um destaque para a obra que o Prefeito Cícero de Lucena fará em João Pessoa. O Prefeito está fazendo uma espetacular administração, e os dados comprovam essa nossa afirmação. Obtém hoje 68% de aceitação, com classificação entre "boa" e "ótima", no que diz respeito à sua administração.

Com isso, acredito que consegui sensibilizar o Relator-Setorial. Eu queria que o Relator considerasse com atenção os nossos destaques, que tratam do projeto da transposição e da obra que o Prefeito Cícero Lucena deseja e irá construir na cidade de João Pessoa.

Era esta a minha participação. Para concluir, deixo registrado os meus parabéns por seu relatório, Deputado José Lourenço.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Carlos Dunga.

**O SR. DEPUTADO CARLOS DUNGA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, gostaria, inicialmente, de colocar-me ao lado do ilustre Deputado Armando Abílio quanto às reivindicações do Estado da Paraíba.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar também de registrar o nosso destaque a uma emenda que diz respeito a Campina Grande. Essa cidade oferece à Paraíba e ao Nordeste, com seu potencial, uma grande área festiva nos meses de junho e julho, atraindo inúmeros turistas. Campina Grande dispõe de um grande parque industrial, de várias indústrias de todo este País. Campina Grande é o centro de desenvolvimento de toda a área dos Estados de Pernambuco, da Paraíba e do Ceará. Eu não poderia deixar de pedir a compreensão de V. Exas. quanto ao nosso destaque que trata de uma grande obra que está sendo executada pelo Prefeito Cássio Cunha Lima, a abertura do Canal de Bodocongó, atendendo à aspiração do povo campinense.

Peço a V. Exas. esse entendimento e deixo minha palavra de parabéns ao Relator pelo grande trabalho realizado nesta Comissão. Peço a compreensão de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Jorge Alberto.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, quero elogiar o Deputado José Lourenço, pela forma como conduziu seu parecer como Relator dessa nova área temática.

Chamo a atenção apenas para dois destaques que a bancada de Sergipe está apresentando. Estamos apresentando outros destaques, mas saliento principalmente esses dois. Estamos propondo ao Relator José Lourenço que altere o subtítulo dessas duas emendas. O primeiro é uma emenda de bancada e o outro é uma indicação feita ao Relator. Ambas foram acatadas pelo Relator, e nós estamos apenas preocupados com o acatamento desse subtítulo na forma como propusemos, principalmente no que diz respeito à CODEVASF, a essas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum. Na forma como foi acatada, os recursos seriam destinados apenas para o Canal de Xingó. Eu vou apresentar a V. Exa.

O outro destaque que nós estamos apresentando, também para alteração de subtítulo, refere-se a uma obra que já está em execução pelo Governo de Sergipe, no Município de Laranjeiras, e é de fundamental importância. Já estamos implementando a dragagem e a construção de muro de contenção ao longo do Rio Cotinguiba, no Município de Laranjeiras.

São apenas essas duas observações que desejaria fazer ao nobre Relator, pedindo o apoio de V. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, trago uma questão de ordem sobre assunto que já abordei com o Relator Setorial. O art. 42 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição designa para a Região Centro-Oeste 20% dos recursos destinados à irrigação do Brasil. A nossa Região foi contemplada com um percentual abaixo desse preceito constitucional. Minha questão de ordem é no sentido de que o Relator Setorial complete os recursos da Região Centro-Oeste. Inclusive apresentamos destaques para emenda de irrigação no nosso Estado de Goiás. Por se tratar de um artigo constitucional é que eu levanto esta questão de ordem.

No momento da nossa posse de Parlamentares, prometemos manter, defender e cumprir a Constituição. Podemos, então, ao votar esse relatório, descumprir a Constituição? Nesse caso, estaríamos quebrando o juramento feito no momento da nossa posse.

É a questão de ordem que levanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Responderei logo a seguir.

Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, eu, juntamente com a bancada de Pernambuco, quero parabenizar o nobre Relator, Deputado José Lourenço, pelo seu trabalho. Nós que somos do Nordeste temos várias coisas para pensar. Uma delas implica profunda reflexão. Refiro-me à prioridade para os recursos hídricos. Trata-se de uma prioridade compulsória que se impõe nas nossas vidas e na estrutura econômica e social dos nossos Estados.

O nobre Deputado José Lourenço tem dado demonstrações sucessivas de coragem política por assumir, com total convicção, essa noção de prioridade de recursos hídricos para as regiões onde há verdadeira e total falta de água em nível inaceitável sob o ponto de vista humano. S. Exa. fez um trabalho extremamente difícil. Ninguém fica satisfeito, é impossível ficar satisfeito nessa área, porque as necessidades são infinitamente maiores do que as possibilidades materiais de atendê-las, mas fez S. Exa. um trabalho sério, correto, e tem o nosso apoio e a nossa total solidariedade pelo grande esforço em atender demandas que sabe — e nós também sabemos — que não podem ser suficientemente atendidas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Almir Sá.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, ilustre Relator, Sras. e Srs. Deputados, também uso a palavra para parabenizar o ilustre Deputado José Lourenço, que traz a sua experiência a esta Casa, contribuindo de forma significativa para esta Comissão. Parabéns a S. Exa. pelo seu relatório, que, de forma competente, traduz a sua larga experiência nesta Casa.

Da mesma forma, ilustre Relator, apenas destaco aqui os pleitos do meu Estado com referência à recomposição de 1 milhão, 750 mil no Projeto de Obra de Infra-Estrutura de Irrigação Comum, o Projeto Passarão.

Também fizemos destaque com referência ao combate à desertificação e à seca em Roraima, problema que todos conhecem, pois foi notícia nacional, com os incêndios.

Também fizemos destaque pedindo a V. Exa. uma verificação no sentido de apoiar o desenvolvimento municipal no Estado.

Finalmente, para um projeto de reflorestamento em Roraima, estamos pedindo ao ilustre Relator a apreciação de aumento da dotação orçamentária através de destaque.

Fizemos ainda um destaque para a recomposição de 195 mil reais, com referência a recursos destinados à representação brasileira nas Olimpíadas de Sydney, valor esse que vai contribuir para a nossa delegação representar o Brasil na Austrália.

Sr. Relator, Deputado José Lourenço, sabemos das dificuldades de V. Exa., pois V. Exa. está com o cobertor curto. Mas deixo aqui os destaques deste Parlamentar em defesa do Estado.

Sr. Relator, é este o nosso apelo a V. Exa. em relação a esses destaques.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado José Thomaz Nonô.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero juntar a minha voz à daqueles que destacaram o trabalho do nobre Deputado José Lourenço. Como sou companheiro de S. Exa. há dezoito anos nesta Casa, torna-se desnecessário ressaltar as virtudes do nosso Relator.

Em nome do Estado de Alagoas, chamo a atenção para cinco destaques que oferecemos. Dois deles são de valor elevado, mas três, em termos financeiros, são absolutamente insignificantes, se bem que extremamente importantes para o Estado.

O Destaque nº 15 contempla a recomposição do valor apresentado pela bancada de Alagoas para obras de fortalecimento da infra-estrutura hídrica em toda a região do baixo São Francisco. A mera eleição do tema, como objetivo de bancada, é bem um demonstrativo da importância dessa emenda para o nosso Estado. Paralelamente a esta reunião, presente no Plenário 19, o Ministro da Integração Nacional reitera os danos irreparáveis causados no baixo São Francisco, principalmente pela CHESF, nos Estados de Alagoas e Sergipe, sendo Alagoas indubitavelmente o Estado mais prejudicado. O que se procura com essa dotação orçamentária é, de certa forma, recompor ou ativar com maior ênfase as ações da CODEVASF na região.

Da mesma forma, Sr. Relator, o segundo Destaque, de nº 16, diz respeito ao Projeto da Marituba, um projeto de irrigação que se arrasta há uma década. Encontra-se com mais de 60% das suas obras concluídas. E ao se pedir esse valor espera-se conseguir, neste ano de execução orçamentária difícil, concluir um projeto de crucial importância para o Estado e para toda a Região. Repito, trata-se de um projeto cujas obras já estão com mais de 60% concluídas.

Os três outros destaques são insignificantes em valor: 102 mil reais, 24 mil reais e 102 mil reais, respectivamente, simplesmente para concluir obras que também estão em andamento na região do baixo São Francisco alagoano. A primeira delas é uma estação de piscicultura que desenvolve um trabalho admirável. Agora Alagoas, juntamente com Sergipe, está atraindo capitais canadenses e coreanos. Precisamos desenvolver a produção de alevinos na região. Esse trabalho pioneiro, ímpar, da CODEVASF, não pode sofrer solução de continuidade. A produção de filhotes de peixe é que vai permitir a implantação de indústrias e a exploração racional da piscicultura, objeto de atenção de todos os brasileiros.

Da mesma forma, Sr. Presidente, dois pequenos Destaques deste Deputado, de nºs 18 e 19, contemplam a continuação dos projetos que se destinam a emancipar os perímetros públicos de irrigação; para passar da iniciativa pública, digamos assim, do âmbito da CODEVASF ao âmbito dos terceiros, privados, a que se destinam, é necessária a conclusão de pequenos serviços. Os valores desses destaques são bem eloqüentes: um de 24 mil reais e o outro de 102 mil reais.

Contamos com a sensibilidade de V. Exa., tantas vezes demonstrada, para acolhimento desses destaques.

Com os meus cumprimentos, era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, Sr. Relator Setorial, Sras. e Srs. Deputados, nossa intervenção vai no sentido de elogiar a conduta e a competente ação do nosso Sub-Relator nesse relatório setorial.

Temos apenas uma ressalva a fazer — que, inclusive, já foi citada pelo nobre Deputado Pedro Chaves —, em relação à obrigação constitucional que reza sobre a irrigação no Centro-Oeste. Dos 100% de recursos do Governo Federal, que são R$325.789.071,00, destinados à irrigação, o Centro-Oeste teria por direito, segundo a Constituição, 20%. Vinte por cento desses recursos totalizariam 65 milhões, 157 mil, 940 reais. No entanto, foram destinados apenas 55 milhões, 12 mil reais e 66 centavos para todo o Centro-Oeste, num total de 16,89%, faltando, portanto, pouco mais de 3%. Falta pouco para atingirmos a dotação constitucional.

Peço ao nobre Relator-Setorial, Deputado José Lourenço que, com a sensibilidade que sempre lhe foi peculiar, como Deputado que sempre procurou ajudar a todos e a conciliar as questões mais divergentes nesta Comissão — portanto, só temos a elogiar a conduta de S. Exa. —, remeta ao Relator-Geral uma consideração na medida da possibilidade da recomposição desses recursos para o Centro-Oeste. A diferença desfavorável ao Centro-Oeste, no que diz respeito à irrigação, é de apenas 10 milhões, 145 mil, 874 reais. Não é difícil chegarmos a essa recomposição. No contexto geral, quem mais perde nessa divisão é o próprio Estado de Goiás, que deixa de receber 7,99% dos seus recursos em relação à irrigação. Quanto aos outros, o Distrito Federal perde 2,15%; Mato Grosso do Sul, 3,54%, e Mato Grosso, 3,61%. O Estado de Goiás é o que mais perde com essa defasagem.

Indago ao nosso Sub-Relator se existe essa possibilidade da sua indicação ao Relator-Geral para essa recomposição. Historicamente, os Estados do Centro-Oeste vêm brigando por essa recomposição. Anteriormente, a situação era bem pior; chegou-se a

passar para o Centro-Oeste brasileiro apenas 7% do seu total de recursos. Essa alocação vem graduando ano a ano. No ano passado, chegamos a pouco mais de 14%, porque o nobre Deputado José Lourenço tem ajudado nisso. Para este ano está faltando pouco, aproximadamente 3%, para atingirmos esse valor.

É o apelo que faço ao nobre companheiro José Lourenço, levando em consideração essa nossa avaliação, ao mesmo tempo em que parabenizo V. Exa. pelo relatório.

Agradeço ao Sub-Relator a atenção, e contamos nós, Deputados do Centro-Oeste, de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Brasília, com a possibilidade dessa recomposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Caldas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, pedindo vênia a todos os que aqui elogiaram o Relator, Deputado José Lourenço, gostaria de salientar que as obras no Estado de Alagoas vêm arrastando-se ao longo do tempo — obras até importantes; não vou discutir o mérito delas. O Sr. Relator, com a sua boa vontade, deu um tratamento isonômico à distribuição desses recursos, mas, na verdade, acho que deveríamos ter dado outra conotação. Vou dar alguns exemplos: dos recursos que vieram do Orçamento, como a Adutora do Sertão, oito milhões e meio já haviam sido alocados, mas o Relator acrescentou mais sete milhões; para a Adutora do Agreste foram alocados nove milhões e meio, e o Relator acrescentou mais sete milhões, passando para dezesseis milhões e meio. Para essas obras, o Relator acrescentou mais sete milhões a cada uma, com isonomia, sem fazer nenhuma discriminação. Sei que o Relator não está obrigado a conhecer a realidade de todos os Estados, o que seria muito difícil, mas, com a sua experiência, dá para entender o que eu quero dizer.

A região da mata alagoana tem sido prejudicada sucessivamente nos Orçamentos da União. O Senador Guilherme Palmeira, à época em que defendia aquela região, junto à sua bancada, indicava que não se colocava nada e não saía nada dali. Essas outras obras, como por exemplo, as que no final deste ano foram contempladas com oito, sete, seis, cinco milhões, vêm recebendo recursos ao longo destes anos; portanto, já estão praticamente terminadas. No meu entender, com a política hídrica do Estado, com o PROAGRO e o BIRD, com a chegada do Avança Brasil, esses recursos estão praticamente definidos.

Por isso gostaria que o Relator tivesse a sensibilidade de alocar mais recursos para as emendas de bancada que dizem respeito à região da mata, ou seja, que fizesse uma redistribuição, acompanhando este nosso raciocínio de que essas obras já estão praticamente concluídas e já têm recursos garantidos no OGU, além de serem obras que estão recebendo dinheiro agora, em 1999, neste final de ano. A necessidade premente é desenvolver 46 Municípios da região da mata que não receberam sequer um tostão para a infra-estrutura e desenvolvimento. Trata-se de emenda antiga defendida pelo Senador Guilherme Palmeira. Nós estamos apresentando-a novamente, junto com a nossa bancada. Queremos que seja mudado o foco da discussão e até da alocação de recursos para o Estado de Alagoas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado José Lourenço, meu duas vezes companheiro: baiano e companheiro de partido. Nobre Relator, falo em nome da bancada do Rio de Janeiro, como V. Exa. sabe.

Apresentamos três emendas ao relatório de V. Exa e uma indicação. Explicarei a V. Exa. os motivos das emendas. Já disse ano passado a V. Exa. que o Rio de Janeiro não tem seca, mas sofre com as enchentes. Acho que nós vimos, há dois meses, o que significam as enchentes para o Estado do Rio de Janeiro, como para a Região Sudeste de uma maneira geral.

Uma das emendas que apresentamos foi específica para a cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um projeto global de controle de enchentes, controle esse que só pode ser feito através de canalizações. É impossível que se faça de outra maneira. Apresentamos uma emenda no valor de oitenta milhões, mas V. Exa. acolheu cinco milhões. Talvez essa seja, para a cidade do Rio de Janeiro, para a Prefeitura Luiz Paulo Conde, a emenda de maior importância, para uma área do tamanho do Rio de Janeiro que possui várias bacias hidrográficas. Quer dizer, há toda uma necessidade de canalização. Hoje, existe um instituto específico chamado Rio Águas, que só faz esse trabalho. Ele foi criado com a intenção de controlar as enchentes na cidade do Rio de Janeiro.

A segunda emenda é, mais uma vez, para a Baixada Fluminense. São doze Municípios, o que equivale a 4 milhões e 200 mil pessoas. Eu trouxe para V.

Exa. alguns exemplos — que não devem ser diferentes do Nordeste ou do Centro-Oeste — de valões, na cidade de Duque de Caxias, num desses Municípios. Os nobres Deputados Dr. Heleno e Almerinda de Carvalho, do nosso Partido, Fernando Gonçalves, Simão Sessim e outros, eleitos pela Baixada Fluminense, na negociação, dentro da nossa bancada, priorizaram como emenda de bancada, e não como indicação, a canalização dos córregos e valões. Esse tema é muito sério, não só sob o aspecto de saúde, das doenças infecto-contagiosas, mas para a vida, o dia-a-dia das pessoas que moram naquelas cidades, e não são poucas. Normalmente, são cidades-dormitório, com muito poucas indústrias, com muito pouco trabalho, que circundam a cidade do Rio de Janeiro, essa, sim, também com problemas gravíssimos. Nessa emenda, V. Exa. também acolheu apenas cinco milhões.

Como todos os anos — pois trata-se de uma eterna tentativa da bancada —, apresentamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço silêncio ao auditório.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – O Rio de Janeiro é bom para ser visitado; mas nós, que moramos lá, sabemos mais a respeito dos problemas da cidade. Na região dos lagos, a mais freqüentada, as lagoas estão absolutamente assoreadas. É criminoso o que acontece, por exemplo, nas Lagoas de Araruama e de São Pedro.

Enfim, trata-se de uma emenda altamente necessária à bancada, que trabalhou em termos de região. E essa é uma região que somente foi contemplada com a emenda no relatório do Sr. Relator. Pedimos quarenta milhões, e S. Exa. concedeu cinco milhões. Até sei que, neste ano, o Relator concedeu mais em termos de valores do que foi concedido no ano passado E a bancada do Rio de Janeiro fica feliz por essa ampliação de recursos em relação ao oferecido no ano passado.

Além disso, fizemos uma indicação, também sempre feita pela bancada, no sentido da promoção do turismo sustentável nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Há que se definir, em primeiro lugar, a modalidade, que deve ser a modalidade 90, na medida em que não pode ser 40, porque é uma emenda do Relator, que acolheu a sugestão. Então, que se faça a modalidade 90. Por outro lado, há que se dizer que essa emenda possibilita que os pequenos Municípios do interior realizem ações que, muito embora pareçam supérfluas a alguns, possibilitam seu crescimento econômico. Muitas vezes, tal crescimento é determinado pela construção de uma ponte ou de uma pequena canalização, mas essas são ações que sustentam a vida desses concidadãos fluminenses.

Nobre Relator, sabemos de seu esforço e das dificuldades causadas pela falta de dinheiro que tanto V. Exa. como os outros Sub-Relatores e o Relator-Geral estão enfrentando, pois esse é um problema muito maior. Na realidade, trata-se de um problema circunstancial de nosso País e do Orçamento deste ano, não de V. Exa. ou de qualquer outro Relator. De qualquer forma, V. Exa., com toda a sua perspicácia, inteligência e capacidade de encontrar valores, como fez no ano passado, salvando-nos com os precatório, haverá de encontrar recursos para nos ajudar de alguma maneira já nesta fase. Sei que V. Exa. também nos ajudará no relatório final; mas que V. Exa., ainda nesta fase, possa ampliar um pouco cada um dos valores já concedidos.

Portanto, que o nobre Relator receba os parabéns de nossa bancada. Embora o Rio de Janeiro pareça um Estado lindo e maravilhoso, ele não significa apenas Ipanema, Barra da Tijuca, Copacabana ou Leblon; o Estado é muito mais do que isso. A população do Estado é de cerca de doze milhões de pessoas, que sofrem no dia-a-dia a falta de urbanização, de saneamento básico, de infra-estrutura urbana, da falta de manutenção dos recursos hídricos. Sem dúvida, o Relator acompanhou como o Estado sofreu e tem sofrido com as enchentes. Por exemplo, na semana passada, uma simples chuva acabou com a Tijuca, bairro situado ao lado do estádio do Maracanã, tão famoso em todos os lugares do mundo.

Espero que V. Exa., nobre Relator, amplie os recursos nos termos possíveis.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, associo-me aos nobres Parlamentares que fizeram uma saudação elogiosa ao Relator pela forma como S. Exa. conseguiu arrancar do Relator-Geral um pouco mais de recursos para atender aos Estados, se não de forma inteiramente satisfatória, da melhor forma possível. Trata-se, portanto, de um relatório que contempla quantidades razoáveis de recursos para alguns Estados. Em nome da bancada do Espírito Santo, faço esse agradecimento.

Além disso, afirmo ao Deputado José Lourenço que estamos aqui para aprovar o relatório de S. Exa. No entanto, devido à minha condição de Vice-Presidente desta Comissão e de ter sido convida-

do pelo Relator-Geral a acompanhar a Comissão que discute os critérios para a aprovação de emendas, não poderia deixar de fazer, pelo menos, duas observações que considero importantes e graves.

Em primeiro lugar, cito o fato de que, na pág. 26 do relatório do referido Relator, há uma frase dizendo "emendas que desobedeceram o valor máximo fixado pelo item 22". Com todo o respeito e carinho que tenho pelo nobre Deputado José Lourenço, solicito que V. Exa. faça a adaptação dessas emendas ao valor permitido pelo Regimento Interno e por essa norma. Em nenhuma hipótese podemos aprovar — não quero fazer isso, portanto, não apóio — um relatório no qual consta que estamos descumprindo uma norma que nós mesmos criamos há menos de seis meses. É inadmissível que isso ocorra. Estamos rasgando uma norma que criamos. Assim sendo, solicito ao Presidente as providências cabíveis, em virtude de haver deliberação anterior desta Comissão sobre o assunto. Não podemos aprovar um relatório que descumpra os critérios para o acolhimento de emendas proporcionais.

Deputado José Lourenço, como o relatório de V. Exa. contemplou emendas de valores bastante elevados, todos os Estados estariam bem contemplados se as emendas estivessem de acordo com os parâmetros das folhas 24 e 25. Alguns Estados poderão sentir-se prejudicados, mas algumas emendas estão muito acima do limite, e não podemos concordar com isso.

Caso não tenha sido feito, também solicito que seis itens sejam eliminados do relatório do Deputado José Lourenço. Farei a leitura dos mesmos para que constem das notas taquigráficas: "Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no Estado de Minas Gerais, no DNOCS. Emancipação de Perímetro de Irrigação, Jaíba, no Estado de Minas Gerais. Construção e recuperação de obras de infra-estrutura da Barragem Berizal, no Estado de Minas Gerais. Implantação do Parque Nacional do Descobrimento, na Bahia. Recuperação ambiental da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte. E programa no semi-árido sustentável".

Por que solicito a V. Exa. que retire de seu relatório essas indicações? Porque elas não são fruto da indicação de nenhuma bancada estadual e não poderão gerar emendas de três quartos, portanto, emenda de Relator. Faço isso devido à responsabilidade que tenho. Sei que tal atitude poderá não agradar a alguns Parlamentares, mas não podemos fazer esse tipo de concessão. Foi esse tipo de atitude — e não quero dizer que V. Exa. tenha compartilhado ou dela participado — que gerou, em virtude dos Orçamentos anteriores à Constituição de 1988, a CPI que cassou Parlamentares; porque os Deputados Relatores, e principalmente o Relator-Setorial, faziam emendas de forma voluntária. Sei que essa é uma péssima lembrança. Naquela ocasião, o Relator-Geral podia fazer tudo; isso gerou uma CPI que cassou cerca de seis Deputados, além de ter levado o Congresso Nacional e particularmente esta Comissão a ficarem bastante desmoralizados.

Portanto, para preservar o nobre Relator, proponho, de forma radical, a eliminação dessas seis emendas. O Relator e a Comissão não poderão aceitar esse tipo de emenda. Portanto, todas as emendas de três quatros terão de ser adequadas ao limite proporcional.

Informo à Comissão que tive esse mesmo comportamento nos relatórios anteriores e terei, se Deus me permitir, quando da apreciação do relatório de infra-estrutura, o qual também contém algumas irregularidades.

As bancadas têm a liberdade de, na Relatoria setorial, solicitar a inclusão de tais emendas. Eu e outras Lideranças estaremos à disposição para discutir, naquela instância, as adequações. Estou convencido de que as emendas de três quartos não são boas para o Congresso Nacional. Desde logo afirmo que, no ano que vem, proporei a eliminação de tais emendas. Caso seja necessário, aumentaremos o número de emendas de bancadas de dez para quinze, a fim de que não criemos essas amarras e não tenhamos de dizer em nossos relatórios que tais emendas não poderão ser atendidas.

Sou duro e radical em minha defesa das normas desta Casa e desta Comissão, apesar de me propor a alterá-las para o próximo ano.

Digo ao Deputado José Lourenço, assim como já disse pessoalmente, que faço tais considerações com o maior respeito. Não posso, porém, ser conivente com essa parte do relatório de S. Exa. Portanto, declaro nossa posição contrária e reivindico à Presidência a eliminação, de pronto, das ilegalidades que constam do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Paulo Mourão.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, temos de parabenizar o Sr. Relator, Deputado José Lourenço, pelo brilhante trabalho que, mais uma vez, está realizando na

área temática da integração nacional, meio ambiente, desporto e turismo.

O Estado do Tocantins se sente atendido, principalmente no tocante ao Projeto Sampaio, que prevê cerca de 300 mil hectares de área irrigada. Todos sabemos que essa área está situada no Bico do Papagaio, região na qual, no passado, ocorreram muitos conflitos sangrentos, em decorrência da luta pela posse da terra. Hoje, por determinação do Governador Siqueira Campos e com o apoio do Deputado José Lourenço, naquela região será implantado um dos maiores projetos de irrigação de área contínua do Brasil.

Solicito ao Sr. Relator atenção para os destaques que apresentamos na área de fruticultura no Tocantins, Estado tão bem conhecido por S. Exa., que também conhece todo o Brasil.

No ano passado, o relatório de S. Exa. teve aprovação unânime por parte desta Comissão, e, neste ano, isso se repete, em virtude de sua sensibilidade e seu conhecimento. Além disso, esse é um dos poucos relatórios que busca combater de forma radical as desigualdades regionais de nosso País. Por isso, temos tranqüilidade para solicitar ao Relator que se empenhe em analisar três destaques que apresentamos: o relativo ao desenvolvimento de projetos de fruticultura no Estado de Tocantins, o de implantação do Projeto Sampaio e o que contempla uma das principais causas defendidas pela Região Norte, que é o apoio aos serviços de pesquisas agropecuárias da EMBRAPA, que vem desenvolvendo uma ação fantástica. Como coordenador das emendas da Região Norte, apresento tais destaques, para melhor avaliação do Sr. Relator.

Temos conhecimento das dificuldades para o atendimento dos destaques com mais recursos. Entretanto, sabedores de sua sensibilidade, queremos o apoio do nobre Relator para a condução da discussão. Se não for possível o atendimento de tais destaques no relatório, que sejam atendidos no do Relator-Geral.

No mais, Deputado José Lourenço, em nome da bancada do Estado do Tocantins e do Governador, que me incumbiu pessoalmente de fazê-lo, agradeço a V. Exa. o apoio que tem dado ao nosso querido Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra a Senadora Marluce Pinto.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Sub-Relator, Deputado José Lourenço, Sras. e Srs. Parlamentares, agradeço ao Deputado José Lourenço por ter acatado as emendas do Estado de Roraima, principalmente a destinada à Prefeitura de Boa Vista.

Embora os recursos não sejam suficientes, o Deputado José Lourenço foi o Relator que mais beneficiou o Estado com a aprovação de emendas. Isso prova que S. Exa., mesmo não sendo da Região Norte, está empenhado em diminuir o desequilíbrio regional. Sou muito grata por isso, pois faço parte desta Comissão há doze anos, e, em todos os exercícios, encontramos dificuldades para a aprovação de emendas para a Região Norte.

Entretanto, mesmo levando em consideração as limitações existentes, solicito mais um favor a V. Exa., Deputado José Lourenço. Gostaria que fosse levado ao conhecimento do Relator-Geral o fato de que foi rejeitada a emenda referente à construção de um pólo esportivo.

O Estado de Roraima possui duas fronteiras, uma com a Venezuela e outra com a Guiana. Enfrentamos uma migração constante não só do Estado do Amazonas, mas também, principalmente e em grande quantidade, do Estado do Maranhão. Aqueles jovens não têm local para lazer. A Capital Boa Vista detém hoje mais de 65% da população do Estado. Sabemos como a insegurança é grande em nosso País. Apesar de ser um Estado com pequena população, já há muitos crimes. E, ao se construir uma área de lazer que conte com bons programas na área do esporte, tal iniciativa incentivará bastante os jovens a melhores condutas.

Deputado José Lourenço, sinceramente, peço mais este favor: que o meu destaque, de nº 25, seja atendido, se não na totalidade, no mínimo com 2 milhões de reais, recursos que poderão nos ajudar a iniciar a construção, que poderá ser finalizada com os recursos da própria prefeitura.

Agradeço a V. Exa. por atendido às outras duas emendas de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Waldemir Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, inicialmente, peço destaque para uma indicação de três quartos, referente à obra de infra-estrutura de irrigação no Estado de Mato Grosso do Sul. Espero que o eminente Relator possa, em relação à irrigação desse Estado, atender de forma mais generosa ao que está sendo solicitado.

Chamo a atenção dos Srs. Parlamentares para a questão dos recursos para irrigação. Embora seja

louvável o esforço do Sr. Relator, é preciso dizer que a Região Centro-Oeste está prejudicada de tal forma que considero muito difícil aprovar o relatório. Na verdade, o relatório encontra-se deformado em um preceito constitucional. É imperativo que se dê ao Centro-Oeste os 20% preceituados pela lei — essa é uma questão constitucional. Como nós, dos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, podemos aprovar o relatório se sabemos, de antemão, que ele contém um vício?

Em que pese o esforço do Relator, que precisa ser reconhecido, Mato Grosso do Sul não pode concordar com isso. Temos de encontrar um meio para que, no mínimo, seja atendido o que a Constituição preceitua. Assim, sem querer polemizar ou radicalizar a questão, na condição de coordenador e de representante da bancada do Mato Grosso do Sul, não posso concordar com o relatório, sob pena de ser omisso em questão tão importante para o nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, Sr. Relator-Setorial, Deputado José Lourenço, Sras. e Srs. Parlamentares, propus um destaque ao relatório setorial do eminente Deputado José Lourenço, a respeito do Açude Jenipapo, no Piauí.

Além de o açude constar do Programa Brasil em Ação, é importante dizer que, no Plano Plurianual de investimentos, estão previstos investimentos, nos próximos cinco anos, de mais de 140 milhões de reais, sendo parte do setor privado. Isso ocorre porque, a partir do açude, será feito o melhor projeto de fruticultura e de aproveitamento do semi-árido no sudeste do Estado, de São João do Piauí, constituindo o maior lençol freático do Nordeste.

Portanto, Sr. Presidente, veio na proposta cerca de 3 milhões de reais. O Sr. Relator chegou a 9,5 milhões, mas acabou retirando 1,5 milhão da proposta original. Assim sendo, faço um apelo ao Sr. Relator, Deputado José Lourenço, no sentido de que restabeleça, com sua competência e sensibilidade, na pior das hipóteses, pelo menos o 1,5 milhão da proposta original, até porque é a mais importante obra hídrica do Estado do Piauí. São 280 milhões de metros cúbicos que irão proporcionar não só o melhor, mas também o maior projeto de irrigação do semi-árido piauiense. Então, para se atingirem as metas do PPA, é importante que o Deputado José Lourenço restabeleça a proposta de emenda de bancada. Trata-se da mais importante obra hídrica do Piauí. Ela não pode ser equiparada às demais, que estão contempladas igualmente no relatório do eminente Relator.

Portanto, reitero o apelo ao Relator no sentido de que o PPA contemple essa obra, que, em quatro anos, com 50 milhões de reais, corresponderá ao maior projeto de irrigação da história do Piauí. Seria importante que V. Exa., eminente Relator, levantasse o valor da obra já alocada, até porque 1,5 milhão foi retirado da proposta original, e que V. Exa. estudasse um mecanismo de aumentar o valor ainda mais, atendendo à perspectiva já montada no PPA de altos recursos durante quatro anos, visando ao melhor aproveitamento do semi-árido e do melhor lençol freático de São João do Piauí, no Nordeste central.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, tenho o grato dever de felicitar o Sr. Relator pelo trabalho que realizou em área temática tão complexa e difícil. Desejo solicitar a S. Exa. atenção para alguns destaques apresentados pela representação de Santa Catarina nesta Comissão, que dizem respeito a emendas coletivas da bancada do Estado de Santa Catarina e a emendas coletivas regionais.

A primeira delas, Sr. Relator, contempla o Programa de Desenvolvimento Integrado em Municípios da Grande Fronteira do MERCOSUL. O programa é objeto de um projeto de lei que tramita no Congresso e que já foi aprovado por unanimidade na Comissão Mista do MERCOSUL e agora vai à Comissão de Agricultura.

Os objetivos do programa são: atender à faixa da grande fronteira do MERCOSUL dos Estados de Mato Grosso, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, fixar o homem no campo e estabelecer condições para que a pequena e a média agricultura da região possam se desenvolver. Os últimos números colhidos revelam o êxodo dos agricultores daqueles pequenos e médios Municípios. É uma região privilegiada, que, no entanto, necessita do apoio do Governo da União.

No Plano Plurianual de ação, Sr. Relator, no Avança Brasil, a Região Sul foi contemplada com um único programa, o Grande Corredor do MERCOSUL. Não há outro programa. Dessa forma, apresentamos emenda ao PPA e ao PLO, para que seja incluído o Programa de Desenvolvimento dos Municípios da

Grande Fronteira do MERCOSUL, cuja população, na sua maioria, está voltada para a agricultura.

A nossa solicitação era de 110 milhões de reais. V. Exa. contemplou a emenda com 1 milhão. Estamos pedindo a V. Exa. boa vontade e generosidade para que possamos elevar nossa dotação. A nossa proposta é de 64 milhões.

A Região Sul, repito, só foi contemplada no Avança Brasil com o Projeto do Grande Corredor do MERCOSUL. O segundo projeto teria como objetivo atender a uma região que precisa de apoio para cumprir sua vocação de grande celeiro agrícola do nosso País.

Sr. Relator, apresentamos também dois outros destaques que dizem respeito a problemas da região agrícola de Santa Catarina. O primeiro deles é um destaque que solicita a elevação da dotação de 3 milhões e 500 mil reais, que V. Exa. atendeu com 500 mil reais. Trata-se do Projeto de Despoluição Ambiental da microrregião oeste do Estado de Santa Catarina. Com o grande desenvolvimento da suinocultura na região oeste catarinense, Paraná e Rio Grande do Sul, os recursos hídricos estão comprometidos. Até os lençóis freáticos já estão poluídos pelos dejetos de suínos. Portanto, solicitamos a V. Exa. que a dotação de 500 mil reais, proposta por V. Exa., seja elevada para 3 milhões e 500 mil reais, o que corresponde ao valor da emenda.

Finalmente, Sr. Relator, faço um apelo a V. Exa. no sentido de que seja elevado o valor da dotação destinada ao Projeto de Desenvolvimento Florestal em Santa Catarina, Estado que se distinguiu, no passado, por sua riqueza florestal. Foi um dos maiores exportadores de madeiras duras e moles. As nossas reservas estão se esgotando, e o Governo do Estado está realizando um programa de reflorestamento nas pequenas e médias propriedades. Daí o nosso pedido de que esse destaque, no valor de 24 milhões e 500 mil reais, seja também acolhido.

Apresentamos dois destaques à área temática sob responsabilidade de V. Exa. Porém, vou apenas me situar nesses três destaques: Programa Grande Fronteira do MERCOSUL, Programa de Despoluição do Oeste Catarinense e Programa de Desenvolvimento Florestal.

**O SR. DEPUTADO HUGO BIEHL** – Permite-me V. Exa. um aparte?

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** – Com prazer, ouço o nobre companheiro de bancada Deputado Hugo Biehl.

**O SR. DEPUTADO HUGO BIEHL** – Sr. Presidente, agradeço ao nobre colega Deputado Antônio Carlos Konder Reis o aparte para me dirigir especialmente ao Relator dessa matéria, Deputado José Lourenço.

Realmente, não tenho muito a acrescentar àquilo que foi dito, com tanta sabedoria e propriedade, pelo nosso colega Deputado Antônio Carlos Konder Reis, que já foi — como todos sabemos — Governador de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Lembro apenas ao nobre Deputado que, durante a discussão, não são regimentalmente permitidos apartes. Então, peço a S. Exa. que conclua sua intervenção e faça sua inscrição para usar a palavra posteriormente.

**O SR. DEPUTADO HUGO BIEHL** – Pois não, Sr. Presidente. Como não sou membro desta Comissão, quis apenas aproveitar a carona para dizer que o reflorestamento em Santa Catarina significa criar oportunidades de renda para os mini e pequenos produtores e fixar o homem à terra. Vale a pena, Sr. Relator.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** – Agradeço ao nobre Deputado Hugo Biehl tão valioso complemento. Aproveito a oportunidade para reiterar ao Sr. Relator, Deputado José Lourenço, os meus cumprimentos, renovando o apelo no sentido de que as três emendas sejam objeto da generosa atenção de S. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, desejo cumprimentar o Sr. Relator pelo trabalho realizado. O Estado de Goiás está profundamente agradecido a S. Exa.

Aproveito a oportunidade para deixar registradas algumas observações sobre os projetos de irrigação da Região Centro-Oeste. Faço coro com os Deputados Pedro Chaves e Jovair Arantes, que reivindicam 20% para irrigação no Centro-Oeste.

Apresentei três destaques. O primeiro deles diz respeito a poços e barragens. Sr. Relator, solicito a V. Exa. que analise com atenção esses destaques, porque, atendendo-os, V. Exa. poderia recompor o que foi retirado dos projetos de irrigação, como o Projeto Flores de Goiás e o Projeto Luís Alves, que tiveram suas dotações diminuídas.

Portanto, peço a V. Exa. que analise esses três destaques e atenda à reivindicação da bancada do Centro-Oeste no sentido de dotar a região dos 20% destinados à irrigação.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Dr. Heleno.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, desejo apenas reforçar e enaltecer o trabalho da Mesa e do Relator. Se estivéssemos no ano 2100, poder-se-ia dizer que S. Exa. é um milagreiro, porque multiplicar os pães dessa forma é impossível. Porém, o mais bonito disso tudo é a doação do Relator e do Presidente.

No entanto, caro Presidente, se o Relator conhecesse a realidade de cada lugar, de cada local, sofreria muito mais. Teria diarréia e uma série de outras doenças. S. Exa. não poderia atender àquelas regiões, porque lhe deram uma quantia limitada para espargir, de acordo com as necessidades do País. Isso prova que é português, é da nossa terra mãe. Isso é importante.

Desejo também abordar o problema das enchentes. Por isso, a Deputada Laura Carneiro, na sua explanação, por instantes perdeu até seu sorriso feminino e fez uma súplica com sofrimento, porque sente a necessidade do seu Estado, principalmente da Baixada Fluminense.

E sempre digo: Deus, neste País continental, soube repartir. Ele fez a terra subir no Nordeste e no Sul, e fez descer a terra no Sudeste. E os homens de Deus estão procurando a cidadania, que só é oferecida quando damos inteira e total condição de sobrevivência aos homens.

Na Baixada Fluminense, na cidade de Duque de Caxias, são despejadas as águas de sete rios, que estão assoreados. A Baixada Fluminense ainda sofre intempéries e outros fatores, por estar abaixo do nível do mar.

De acordo com o estudo do nosso plano diretor, as imagens de satélite mostram que quase todas as zonas estão alagadas. Mas o Relator não pode fazer nada. Não podemos fazer nada, porque a súplica aqui é total. Cada um com a sua realidade e a sua necessidade. O que temos de fazer? Orar? Está bem. Podemos até fazer isso. Mas, Sr. Presidente, temos de nos irmanar aos demais Deputados e pedir.

O Presidente da República, no Programa Avança Brasil, já está nos dando uma esperança. Pedimos 60 milhões de reais para a Baixada Fluminense, onde o sofrimento não é apenas na época de chuvas, mas todo o tempo. Cerca de 10% de nordestinos moram naquela região. Do Sul, cerca de 3%. Então, ali é uma realidade brasileira, é o Rio de Janeiro.

Se a Capital, Brasília, situa-se nessa região, é porque já se previa o número de migrantes. Mas hoje, meu Presidente, não posso dizer mais nada. Só sei que com isso sofrem a criança, o idoso, toda a população e, principalmente, a mulher, da qual sou defensor. A beleza da mulher do Rio, que, de fato, é uma referência, está sumindo.

Sempre procuro invocar dessa forma, para ver se sentimos um pouco de ternura diante dessa necessidade. Então, faço um apelo ao Relator da minha pátria mãe. É mais um voto de piedade e de caridade que peço. Se os meus colegas, piedosamente, suplicaram a S. Exa. que fossem melhoradas suas reivindicações, peço também pela cidade de Duque de Caxias, pela Baixada Fluminense. Caso a situação continue dessa forma, vamos acabar fazendo uma revolução não das armas, mas da palavra, para dar melhores condições àquele povo.

Os sete rios que desembocam em Duque de Caxias e formam a maior foz da zona sudeste carregam vetores de doenças hídricas. Naquela região, há o maior índice de mortalidade infantil por diarréia causada por enchentes no Brasil. Mas ninguém desperta para isso. Por essa razão, procuro apresentar a V. Exas. a realidade da minha cidade. Sou paraibano, mas defendo aquela cidade a facão e a ferro.

Sr. Relator, dentro das limitações, não importa se esteja certo ou errado, há 4 milhões e 200 seres vivos que estão sofrendo. E faço isso não por vaidade, mas apenas como uma súplica e em defesa daquela população.

Agradeço a todos os Deputados que estão a nosso favor.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eurípedes Miranda.

**O SR. DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de reafirmar o desejo de ser atendido em três destaques apresentados pela bancada rondoniense.

Da mesma forma que os colegas têm-se manifestado, esses três destaques são da maior importância para nós. Dois deles são destinados ao Município de Ouro Preto, que, recentemente, sofreu muito com as chuvas. Uma grande enchente provocou grandes estragos naquela região.

Outro destaque é destinado à cidade de Ji-Paraná, a segunda mais populosa do Estado de

Rondônia, que também vem sofrendo com os igarapés, que, no período chuvoso, têm causado grande transtorno e prejuízo para a população.

Deputado José Lourenço, mais uma vez solicito a V. Exa. atenção para o Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Wilson Santos.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Relator, Deputado José Lourenço, em primeiro lugar, parabenizo o Deputado José Lourenço, que vem, dentro de suas possibilidades, esticando o elástico e contemplando a Região Centro-Oeste com percentuais e recursos maiores a cada ano.

Essa é uma questão de justiça. E, no início da minha fala, faço esse registro, porque S. Exa. tem contemplado o Centro-Oeste, cada vez mais, com recursos de ordem percentual e também quantitativa, o que é fundamental.

Também gostaria de dizer do nosso reconhecimento da carência de água que a região nordestina possui. Há pouco, eu participava, mesmo sendo do Estado do Mato Grosso, de uma audiência pública com o Ministro Fernando Bezerra, que debatia a transposição de águas do Rio São Francisco para outras regiões do Nordeste, o que evidencia a carência de água daquele povo. Contudo, não há uma postura unânime na bancada nordestina com relação à transposição de águas. Mas o assunto vem sendo debatido, aprofundado, e, com certeza, vai haver consenso.

Do Centro-Oeste, no meu Mato Grosso, posso dizer, com muita tranqüilidade, que mais de 30% da população é nordestina. Há Municípios em Mato Grosso que são eminentemente de origem baiana. Como os Municípios de Poxoréo e de Iratinga, que foram ocupados e povoados pelos falidos nordestinos.

Meus avós paternos são cearenses, e os avós maternos são baianos. Essa é a população que habita o Mato Grosso. Mais de um terço da população daquele Estado é originária do Nordeste e, nas décadas de 20, 30, 40 e 50, foi abrir o Mato Grosso na busca de diamantes, de ouro, de couro e de tantas outras atividades econômicas. Então, a nossa relação com o Nordeste sempre foi a melhor possível.

Deputado José Lourenço, a potencialidade do Centro-Oeste ainda não é conhecida por todos os brasileiros. O Brasil não a conhece. Os americanos e japoneses já sabem desse potencial. Só o Mato Grosso — não estou referindo-me ao Centro-Oeste — tem condições de produzir tudo o que o Brasil produz em grãos. Hoje, a produção nacional de grãos é de 84,5 milhões de toneladas. Só o Mato Grosso tem 30 milhões de hectares férteis, que produzem uma média recorde de 3 mil quilos por hectare, o que nos dariam 90 milhões de toneladas de grãos.

O Chapadão dos Parecis é a maior faixa de área fértil contínua do planeta. Temos um potencial monstruoso de produção. É um Estado que tem condições de, sozinho, ser o celeiro de grãos deste País e do mundo. Considerem agora o Mato Grosso do Sul, o Distrito Federal e Goiás, para que V. Exas. tenham a dimensão da potencialidade da região.

Nos séculos XVIII e XIX, houve a mudança do eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul do País. A economia brasileira era toda nordestina, a população era quase toda nordestina. Mas houve a mudança de eixo.

O que sempre temos dito é que parte desse eixo econômico pode também ser deslocado para o Centro-Oeste e para o Norte do País. Dessa forma, encontraremos a solução para um sem-número de problemas que o Centro-Sul, o Nordeste e o País enfrentam, tais como a geração de renda e de empregos, a democratização do campo. Há um vazio demográfico muito grande nessas duas regiões.

Deputado José Lourenço, na minha concepção, nós, os nordestinos, o Centro-Oeste e os amazônidas, deveríamos lutar em conjunto para conseguirmos aumentar os recursos destinados à irrigação, e não separar as regiões. Devemos agir juntos para, quando da elaboração da peça orçamentária pelo Executivo, garantir a inclusão de mais recursos para a irrigação.

O que se tem feito em Cruz das Almas, em Juazeiro e em Petrolina é exemplo para o planeta. A renda **per capita** dessas regiões foi estupenda. Nenhuma região do País conseguiu, em poucos anos, triplicar, quadruplicar a renda **per capita** como o Vale do São Francisco tem feito.

Tenho visto o apresentador de televisão e ex-Deputado Federal Carlos Massa, o popular Ratinho, abrindo poços artesianos no Nordeste. Vejo a Igreja Universal do Reino de Deus com um programa na Bahia na área da irrigação.

Então, Deputado, não precisamos de mais nada para convencer os Ministros do Planejamento e da Casa Civil de que nossas regiões precisam de mais recursos para a irrigação. E, como faltam apenas 3,11% para que se possa atender ao que dispõe a Constituição Federal, de acordo com o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não re-

pudio seu trabalho, Deputado José Lourenço, não faço um enfrentamento com V. Exa., mas um reconhecimento histórico de que vem, ao longo dos anos, ampliando os recursos para a minha região.

Nobre Deputado, que já caminhou tanto: faltam apenas 3,11%, apenas isso, para que V. Exa. possa estar respeitando, rigorosamente, a Constituição Federal. Tenho certeza de que chegaremos aos 20%. Só faltam 3,11%. Portanto, estamos muito próximos.

Os Governadores Marconi Perillo, Zeca do PT e Dante de Oliveira vão, como fizeram no ano passado, entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Isso significa expor a Comissão. É constitucional o que estamos pedindo, nada mais do que isso.

Ao encerrar meu pronunciamento, parabenizo o Deputado José Lourenço pelo trabalho. Deixamos o nosso apelo no sentido de que possamos encostar nesse percentual e encerrar essa parada. E, a partir de agora, juntos, lutaremos para conseguir mais recursos para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Relator, Deputado José Lourenço, o Estado do Tocantins considera-o um Parlamentar nosso. V. Exa. sabe do apreço que o nosso Governador tem por V. Exa., assim como toda a nossa bancada.

Estamos satisfeitos com seu relatório. Queremos, a exemplo de quase todos os Parlamentares, parabenizá-lo pelo brilhante trabalho. Ao mesmo tempo, peço a V. Exa. apoio para uma emenda da nossa bancada, no valor de 14 milhões e 250 mil reais, que foi atendida com 3 milhões.

Sabemos das dificuldades. Estamos vendo todos os Parlamentares citarem as dificuldades financeiras. Mas gostaria de pedir a V. Exa., nobre Relator, que interceda junto ao Relator-Geral no sentido de que S. Exa. atenda ao Estado de Tocantins na questão do Destaque nº 00100, que trata da construção do novo aeroporto de Palmas, que já está sendo construído, a obra está em andamento.

Portanto, faço mais esse apelo a V. Exa., que tanto tem ajudado aquele Estado e parabenizo-o, mais uma vez, pelo relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Antero de Barros.

**O SR. SENADOR ANTERO DE BARROS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, inicialmente, cumprimento o Relator, Deputado José Lourenço. Quero deixar clara a nossa posição como Senador do Estado do Mato Grosso, portanto, do Centro-Oeste brasileiro.

Nós, Senadores, temos a responsabilidade de representar o Estado. Essa é a nossa principal função no Senado Federal e no Congresso Nacional.

Deputado José Lourenço, tenho muita saudade de quando, juntos, participamos da elaboração da Constituição brasileira, quando estabelecemos a necessidade de o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste se unirem para se estabelecer uma política que tratasse as desigualdades sociais deste País.

Lembro-me bem de que criamos uma frase: "Duzentos e noventa e dois Constituintes e uma só vontade". Éramos nós, os fraquinhos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que nos uníamos para, durante a elaboração da Constituição, estabelecer as conquistas para nossas regiões.

A questão da irrigação foi conquistada naquela oportunidade, com a sua habilidade, sua luta, sua importância e sua liderança na Constituinte. Quando estabelecemos na Constituição o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estava evidente que foi isso conseqüência da nossa união.

O Norte, o Centro-Oeste e o Nordeste uniram-se e estabeleceram o art. 42, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o apoio da Assembléia Nacional Constituinte:

Durante quinze anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I – vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II – cinqüenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no Semi-Árido.

É evidente que esse é o limite mínimo. Não estamos condenando o fato de que há maior disponibilidade de recursos para o Nordeste. Mas entendemos que pelo menos esse mínimo tem de estar garantido para o Nordeste e para o Centro-Oeste brasileiros.

Deputado José Lourenço, ontem realizamos, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, um debate que precisa ser feito pelo Congresso Nacional. Ontem, ouvimos o Presidente do BNDES, Dr. Andrea Calabi, dizer que, numa atuação transparente, sincera, comprometida politicamente com o atendimento às desigualdades regionais do País, há concentração de investimentos do banco de fomento deste País, o Banco do Desenvolvimento Social, nas Regiões Sul e

Sudeste, em detrimento da Amazônia, do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte deste País.

Portanto, essa é mais uma luta que vamos ter de enfrentar juntos no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, gostaria de destacar alguns fatos do relatório do Deputado José Lourenço. E gostaria de concordar com eles.

Na pág. 6 do relatório, o Deputado José Lourenço escreve exatamente o seguinte:

O art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina, **ipsis verbis**:

S. Exa. escreve o que acabei de dizer aqui e ainda diz o seguinte:

Do exame da proposta encaminhada pelo Poder Executivo pode-se observar que essa determinação — qual determinação? A constitucional — não foi cumprida, no que se relaciona à Região Centro-Oeste.

Portanto, há um esforço do Relator, que queremos considerar. Quem está mais errado nessa questão é o Poder Executivo, Sr. Presidente. O Poder Executivo não poderia ter encaminhado a esta Casa uma mensagem que não contemplasse o cumprimento da Constituição, no que se refere ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Mas aqui está o Relator, o legislador, que ajudou a escrever a Constituição, alguém que, como eu, aplaudiu o Dr. Ulysses Guimarães quando S. Exa. disse, no discurso de encerramento da Assembléia Nacional Constituinte, que traidor da Constituição era traidor da pátria.

Prossegue o Relator:

Com efeito, dos R$244,47 milhões destinados à irrigação, apenas R$32,60 milhões, ou seja, 13,4%, referem-se ao Centro-Oeste, quando seriam necessários R$48,89 milhões, para fiel cumprimento da norma constitucional.

Essa é a mensagem original do Poder Executivo.

O Centro-Oeste, Sr. Relator, já é grato à atuação de V. Exa, que, em seguida, expõe:

Esta Relatoria, mesmo com os reduzidos recursos colocados à sua disposição — e nós sabemos que, tecnicamente, há dificuldades para compor o relatório —, procurou melhorar a participação da Região Centro-Oeste no programa de Irrigação. Para tanto, elaborou emendas de Relator, listadas adiante, conforme o disposto no subitem 19.1 do parecer preliminar, no valor de R$37,00 milhões, aumentando a participação dessa Região, de 13,34% para 16,80%.

E, em seguida, narra como ficou a distribuição em todo o País.

A Constituição é desrespeitada no art. 42. Não podemos prosseguir com esse orçamento. Temos de ter auto-estima, independentemente de sermos do Sul ou do Sudeste.

O Congresso Nacional tem de estabelecer sua auto-estima. Se nós, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, não vamos atentar para as inconstitucionalidades, vamos confessar que é inconstitucional, mas vamos votar a inconstitucionalidade, estaremos quebrando uma regra do Estado Democrático de Direito.

A Constituição Federal, no art. 165, § 2º, estabelece o seguinte:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Estamos esperando, desde 1989, que se cumpra a Constituição. Peço ao Sr. Relator que tenha paciência, porque, com relação ao Centro-Oeste, desde a promulgação, a Constituição não foi cumprida.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. SENADOR ANTERO DE BARROS** – Ah, mas não importa. Prefiro cumprir com o meu dever com relação ao meu Estado e à minha região e em respeito à Constituição Federal.

O § 7º do art. 165 estabelece:

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

E o § 3º do art. 166 estabelece:

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

É evidente, Sr. Presidente, que não podemos aprovar um relatório que está incompatível com a Constituição e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias — aprovada pelo Congresso e que vai desbotar se aprovarmos agora —, que estabelece, no seu art. 7º, inciso XI, a distribuição dos recursos destinados à irrigação, nos termos do art. 42 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, por região. Então, a LDO reforça a Constituição.

Numericamente, Sr. Presidente, os 100% da irrigação equivalem, segundo o relatório, a 325 milhões, 789 mil, 701 reais. O Centro-Oeste está contemplado com 55 milhões de reais, o que vai para 16,89% dos recursos da irrigação. Para atingir os 20% constitucionais, teríamos de ter 65 milhões, 157 mil, 940 reais, o que dá uma diferença desfavorável ao Centro-Oeste, para que seja cumprida a Constituição, ou seja, 3%, ou 10 milhões, 145 mil, 874 reais.

Sr. Presidente, desde o primeiro ano após a promulgação da Constituição, de 1989 a 1993, nenhum recurso foi destinado para a Região Centro-Oeste. De 1993 em diante, começaram a ser liberados os recursos, entretanto, sempre muito abaixo daquilo a que o Centro-Oeste tem direito. Acredito que a bancada da região precisa se unir e cobrar a solidariedade dos Parlamentares, para que seja cumprida a Constituição.

Outro raciocínio: também há verba para irrigação. E estou deixando esse raciocínio de lado. Do programa Pró-Água, também do mesmo relatório, estão destinados 726 milhões, 285 mil, 803 reais para o setor de infra-estrutura e mais 49 milhões, 223 mil e 60 reais para o setor do meio ambiente. Não tive tempo de pesquisar item por item o Pró-Água, para saber qual desses aqui é da irrigação, mas, com certeza, tem verba que se refere à irrigação. E no Pró-Água a participação do Centro-Oeste é de 3,13%.

Então, Sr. Presidente, naquilo que está desenhado com a rubrica irrigação, gostaria que, pelo menos nesse item, tivéssemos a compreensão democrática de que somos obrigados a cumprir a Constituição. E que unamos o Congresso Nacional na defesa de 10 milhões de reais para quatro Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás.

Gostaria que fosse encaminhado dessa forma, Sr. Presidente. Faço um apelo ao Sr. Relator, Deputado José Lourenço, para que contemple essa argumentação e faça jus à sua extraordinária formação democrática.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Exa. o cumprimento regimental. Com todo o respeito aos Parlamentares, se todos falarem durante cinco minutos, vamos permitir que todos falem. Não é possível uma pessoa, por mais brilhante que seja e por mais razão que tenha, falar por dez ou quinze minutos. Então, deveríamos tentar cumprir o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço ao Plenário que se atenha aos cinco minutos regimentais. Economia de palavra e menos inflação nos discursos.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, queria ponderar ao nobre Relator, Deputado José Lourenço, assunto que já foi levantado pelo nobre Deputado João Coser: que excluísse do seu relatório, na pág. 20, as emendas de indicação do Relator, que ferem totalmente o disposto naquilo que poderia ser permitido ao Relator-Setorial. Além disso, as emendas que desobedeceram ao valor máximo fixado no item 22.1 do relatório preliminar, que já votamos. Já ponderei isso ao nobre Deputado José Lourenço, para que o comitê, constituído do próprio relatório preliminar, não tivesse de extingui-las lá na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Jurandil Juarez.

**O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, vou procurar me ater ao tempo regimental. Gostaria de fazer, pelo menos, duas considerações preliminares. Embora ausente, agradeço ao Sr. Relator a forma gentil e cavalheiresca com que recebeu a bancada do meu Estado.

Sr. Presidente, o Estado do Amapá é o que menos recebe recursos federais. É o Estado da Federação que, em todos os segmentos, recebe menos recursos. Por isso, a ação da bancada do meu Estado tanto no Senado, quanto na Câmara é muito voltada a consagrar recursos orçamentários que atendam às necessidades prementes do Estado, sem a possibilidade de ser obrigada a negociar, politicamente e às vezes contra o seu interesse, os recursos de que tem necessidade.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada se deteve e solicitou recursos orçamentários para problemas específicos tanto da Capital, quanto do restante do Estado. E foi assim que, considerando o fato de que a cidade de Macapá, a Capital, tinha apenas 5% de cobertura de esgoto, entramos com todas as nossas emendas de bancada, para atender a essa demanda que é por demais sentida.

O maior investimento federal no Estado é uma rodovia, cantada em verso e prosa como sendo de importância estratégica para o desenvolvimento nacional, porque liga o Brasil à Comunidade Econômica

Européia. Pois bem, ela começou a ser construída pelo General Rondon — ainda era general —, que hoje é lembrado como Marechal Rondon. Isso foi na primeira metade do século que finda, e até hoje temos asfaltados pouco mais de 151 quilômetros, em números exatos. Então, há um descaso por parte do Governo Federal com o Estado do Amapá, um ex-território que, por sua natureza, deveria ser mais bem considerado.

Sr. Presidente, a bancada pediu, fundamentalmente, recursos para esgoto. Pediu e nominou. A cidade é cortada por canais receptadores de esgoto, e, por isso, o Município está se transformando num grande receptador de esgoto a céu aberto. Às vezes, vejo os fluminenses denunciando a poluição da Baía da Guanabara, o esgoto que arrebenta de vez em quando, o que provoca comoção nacional. Em Macapá, dois grandes canais recebem esgotos e precisam ser tratados.

Fizemos as emendas de bancada, para atender a essas necessidades. Fomos contemplados com apenas 1 milhão de reais para cada uma dessas obras, de transcendental importância para nossa cidade. Por isso, Sr. Presidente, estamos apresentando destaques, pedindo recomposição. Os valores são modestos. Às vezes, ouço companheiros falarem em cifras astronômicas, por causa de suas necessidades astronômicas. Concentramo-nos em necessidades sentidas e que podem ser atendidas.

Por isso mesmo, reitero o apelo da minha bancada ao nosso Relator, Deputado José Lourenço: que recomponha, na medida do possível, as emendas apresentadas como destaques.

Sr. Presidente, também queria fazer referência à emenda apresentada pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que trata da promoção do turismo sustentável local em Municípios da região amazônica. Foram pedidos 20 milhões de reais, e ela foi rejeitada integralmente.

Sr. Presidente, V. Exa. é de um Estado no qual as condições são tão favoráveis ao desenvolvimento do turismo e que, por isso, vem recebendo atenção, mas o meu Estado, que possui condições semelhantes, um forte discurso preservacionista e pode desenvolver o turismo, principalmente na sua origem municipal, não recebe recursos. Não está incluído nos programas do Ministério do Esporte e Turismo e, por isso, trabalhamos na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da qual fazem parte um Deputado do Amazonas e um Deputado do Amapá — sou eu —, essa emenda que trata exatamente do turismo sustentável.

Queria pedir encarecidamente ao Sr. Relator que abra uma janela. Ficar sem um real, nada para o turismo, principalmente para o turismo sustentável no Município, é quase a negação do discurso de quase todos, ou seja, de que a saída para a região amazônica é o aproveitamento, de forma racional, dos recursos lá disponíveis. E o caminho é o turismo. Emenda da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, majoritariamente paulista, abriu uma janela para destinar recursos ao turismo sustentável em Municípios e não pode receber tratamento assim tão desigual.

Por isso, como sei da sensibilidade portuguesa e nordestina do nosso ilustre Sr. Relator, faço um apelo para que o assunto seja considerado e que, pelo menos, seja aberta uma janela para essa emenda tão meritória, que foi tão bem trabalhada, recebeu apoio até de quem não conhece a região, mas acabou sendo rejeitada na íntegra.

Era essa a minha participação, Sr. Presidente. Espero ter usado somente cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, renovo, como já fizeram muitos companheiros que me antecederam, os cumprimentos ao nosso ilustre companheiro luso-baiano, Deputado José Lourenço, Sub-Relator do Orçamento, que ano a ano vem aperfeiçoando e melhorando a qualidade do seu relatório.

S. Exa, mais uma vez, a nós, que estamos na lida da Comissão, não surpreende. Faz um relatório conciso, equilibrado, espancando as questões regionais, buscando o melhor equilíbrio distributivo nas verbas orçamentárias, a exemplo do Centro-Oeste, tão falado pelos ilustres representantes daquela região. O Deputado José Lourenço, ano a ano, vem fazendo o que esqueceu a Constituição de fazer, porque passar de nada para 20% é difícil. Ela não previu uma gradação, algo natural numa situação de fixação de valores. E S.Exa. vem fazendo isso, tanto que já se aproxima o Centro-Oeste daquele percentual definido na Constituição.

O Deputado José Lourenço levou em conta também, pelo que vi, além da necessidade, a potencialidade de cada região brasileira, a capacidade de imediatamente absorver esses investimentos. E, mais do que absorvê-los, multiplicá-los com a participação da iniciativa privada.

Para elaborar esse relatório, há de se ter conhecimento de todo esse universo, para não se pesquisar somente a alocação individualizada do valor para determinada obra. É preciso dominar esse conjunto, para emitir opinião segura e concreta. Se analisarmos uma tabela só de valores comparados à população ou à extensão territorial do Estado ou de um região, certamente incorreremos em erro. E o Deputado José Lourenço, pelo conhecimento que tem da matéria, por ter sido Relator por seguidos anos, tem esse domínio.

Sr. Presidente, nós, da Bahia, apresentamos algumas emendas de bancada a esse relatório e tivemos a contemplação, acredito, no limite das possibilidades do Sub-Relator. Destacamos as emendas, para oportunamente debatê-las. Esperamos contar com a sensibilidade do Sub-Relator e do Relator-Geral para os pleitos da Bahia. Se tivemos atendimento que podemos considerar razoável, de acordo com a disponibilidade de recursos, no entanto, temos programas em andamento que demandam recursos de volume superior aos alocados.

Esperamos a oportunidade, com os cumprimentos a V. Exa. e ao ilustre Sr. Relator, para discutir essa questão e os valores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar, mas, depois de ouvir os demais oradores, serei sucinto. Parabenizo o Sr. Relator, Deputado José Lourenço. Eu, que já estou há dezenas de anos nesta Comissão, quando li o relatório e acompanhei a manipulação dos poucos recursos de que dispunha, para atender a todos os pleitos, vi que, realmente, continuo neófito nessa matéria.

Faço minhas as palavras do Deputado João Almeida. O Deputado José Lourenço começa a complementar os dispositivos constitucionais, para atender também à Região Centro-Oeste, que, para uns, tem água de mais. No entanto, a água está canalizada, e alguns precisam usar áreas que a água não atinge. Portanto, parabenizo o Relator-Setorial. Aprendi muito com esse Tratado de Tordesilhas de S. Exa.

Quanto às emendas de bancada de Pernambuco, sabemos que, obviamente, S. Exa. tem limites para alocação de recursos, mas apresentamos alguns destaques que gostaríamos, se fosse possível, que fossem atendidos.

Parabéns a S. Exa. e à Comissão, que aprovará, sem dúvida, o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricarte de Freitas.

**O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, além de parabenizar o Deputado José Lourenço pelo belo trabalho que tem feito ao longo dos anos como Sub-Relator dessa matéria, agradeço a S. Exa., especialmente, por ter alterado as emendas propostas nas Comissões da Amazônia e de Desenvolvimento Regional e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, deixando de rejeitá-las para aprová-las parcialmente, pois é matéria da mais alta importância para a Comissão da qual faço parte. Posteriormente, em momento oportuno, não só a Comissão, mas todos os interessados vão buscar, junto ao Sr. Relator, a readequação de tais emendas.

Ouvi atentamente as questões aqui levantadas. E me preocupei muito, Sr. Presidente. Uma das coisas que mais nos orgulha, a nós, que somos representantes do povo brasileiro, é o fruto do nosso trabalho. E aquilo que mais nos faz exercitar e caracterizar o exercício da cidadania é exatamente a Lei Maior do País, a Constituição Federal. Ouvi o meu querido Deputado João Almeida dizer que é difícil passar de zero para 20% num período de transição. Lembro também como foi difícil conseguir, como foi árdua a luta para inserir na Constituição de 1988 alguns números, alguns valores, algumas determinações.

Lamentavelmente, vemos que erra o Executivo, como disse o Senador Antero de Barros, ao mandar para cá proposta orçamentária que não vem sendo cumprida. No entanto, não poderíamos deixar que isso acontecesse, porque esta é a nossa Casa e aqui votamos e fazemos viger a Constituição aprovada pelo Congresso Nacional.

Portanto, entendo perfeitamente as pressões, as dificuldades, a falta de recursos, o momento que este País vive, mas vemos também, no plenário, como é difícil a discussão de cada emenda constitucional, cada alteração de um item, até para a adequação de uma nova realidade para o País, para atender a necessidades mínimas. Como é difícil a discussão da base parlamentar.

Em nome da bancada do Centro-Oeste, uma vez que falta tão pouco para chegar àquilo que seria o mínimo e já faz tanto tempo que isso vem sendo tentado, gostaria que este fosse o momento de a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional mostrar que não es-

queceu a promessa e, pela primeira vez, cumpriu aquilo que está escrito na Carta Magna.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Iédio Rosa.

**O SR. DEPUTADO IÉDIO ROSA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, a bancada do Estado do Rio de Janeiro está tentando incluir no Orçamento verba para atender à Região dos Lagos, que tem grande potencial turístico e vem recebendo cada vez mais visitantes.

A emenda da bancada solicita a importância de 40 milhões de reais, a serem aplicados na construção de um sistema de saneamento básico e tratamento de esgotos naquela região, principalmente na banhada pela Lagoa de Araruama, que possui 220 quilômetros quadrados e é (Falha na gravação.) onde se desenvolve no Estado (Falha na gravação.). Os Municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo (Falha na gravação.), Araruama e Saquarema.

A bancada do Rio de Janeiro solicitou que se colocasse à disposição do Estado e dos Municípios o valor de 40 milhões, para a despoluição dessa lagoa e de outros rios. Só que houve (Falha na gravação.), passando esse valor para 5 milhões de reais. (Falha na gravação.) sensibilizar o Sr. Relator, no sentido de fazer retornar o valor solicitado, de 40 milhões. A Região dos Lagos recebe, a cada verão, cerca de 2 milhões de pessoas. Sem tratamento de esgoto adequado, a lagoa não vai resistir. E, se a lagoa se tornar foco de doenças, desaparece toda uma região.

Agradeço por esta oportunidade (Falha na gravação.) a colega Deputada Laura Carneiro, para tentar defender esse destaque. Sabemos de antemão que o dinheiro é escasso e o Brasil é grande. Todos os Parlamentares procuram apresentar emendas que destinam verbas aos programas de saneamento básico. Entretanto, a Região dos Lagos não vai subsistir se a União, em parceria com o Estado e os Municípios, não destinar verba para o setor.

O tratamento de esgoto é indispensável para que a região continue a existir. Daí por que, mais uma vez, solicitamos aos membros desta Comissão que, ao votarem esse destaque, não se esqueçam de restabelecer o pedido de 40 milhões para o tratamento de esgoto da nossa querida Região dos Lagos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, lembro a V. Exa. e ao Relator que as regras previamente estabelecidas não podem ser modificadas no meio do jogo. Temos regras, e elas têm de ser mantidas. Há regras constitucionais da LDO, do relatório preliminar. Todos esses elementos devem ser obedecidos na hora do jogo. Assim, as regras devem ser obedecidas até que sejam modificadas. E não podemos mudá-las durante o jogo.

O Sr. Relator deve estudar, descobrir como reverter as partes do relatório que eventualmente tenham extrapolado os limites, enquadrando-as nas regras estabelecidas. Já abordamos essa questão em relatórios anteriores e, por coerência, não poderia deixar de fazê-lo neste momento.

Reconheço que S. Exa. tem feito um esforço brutal para atender a uma das áreas de maior carência no País. S. Exa. deve ser elogiado por tentar atender a todas as demandas das bancadas, dos Deputados, das regiões. Se dispuséssemos dos recursos necessários para as obras, certamente S. Exa. teria um voto de louvor, como o tem nos limites impostos à solução dos problemas levantados. O Relator fez tudo o que podia, até extrapolou um pouquinho. Acho que deu um passo adiante; no que excedeu, deve recuar. Se obedecer aos limites e continuar a trabalhar assim, será elogiado por todos.

Aproveito para fazer uma observação: se V. Exas. verificarem as emendas de bancada, constatarão que muitas nada têm a ver com emenda de bancada. São emendas individuais transformadas em emendas de bancada. Assim, temos uma discrepância brutal em relação aos Deputados deste País.

Por exemplo, as emendas de bancada de Roraima. O Relator José Lourenço destina 18 milhões de reais. Metade disso é para construção de obras de controle de enchentes em Boa Vista. A outra metade é para apoiar o desenvolvimento municipal no Estado de Roraima, aplicada pelos Municípios. É o que chamam de "rachadinha". Os Deputados incluem no Orçamento 9 milhões de reais e dividem em oito, nove ou dez partes. Transforma-se em mais de 1 milhão de emendas individuais.

Não é esse o conceito inserido na legislação. Cada Deputado tem o direito de apresentar 1,5 milhão de emendas individualmente. O resto não se destina às emendas individuais, mas às de bancada. Essas emendas aqui não são de bancada.

Existe uma forma de resolver o problema do Centro-Oeste. Precisa de mais 3%, para equilibrar,

são mais 10 milhões. Basta verificar, na própria região, as emendas que não são estaduais. São também emendas individuais.

Cito o caso do Mato Grosso, para o qual são solicitados 20 milhões. Além dele, Goiás e outros Estados. Em Mato Grosso, temos aqui: implantação de núcleos de esporte em comunidades carentes. Modalidade de Aplicação 40. Municipal, portanto. Depois: implantação de infra-estrutura turística e canalização de córregos, também com Modalidade de Aplicação 40. São 20 milhões para emendas, que não são coletivas, mas individuais, serão divididas.

Destorce a idéia da emenda coletiva, para uma obra estadual e a representação dos Deputados no País. Cada Deputado tem a possibilidade de apresentar apenas 1,5 milhão de emendas. Descumpre, de fato. Deve-se buscar esses volumes, desde que haja projetos de irrigação. Não adianta querer elevar para 20% se não houver projeto de irrigação consistente. Se houver, sim, deve-se elevar para 20%, cumprindo o dispositivo constitucional. E há recursos disponíveis, basta remanejar.

Cumprimento V. Exa., Sr. Relator, mais uma vez, pelo esforço em atender a Deputados e bancadas, chegando a ir além do possível. Como sempre, V. Exa. empenhou-se pelos colegas e pela afirmação do Congresso Nacional.

Parabéns, Deputado José Lourenço.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado João Leão. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, serei breve. Associo-me aos elogios feitos ao Deputado José Lourenço, pelo esforço e pelo desejo de atender a todos.

Quero me somar aos Deputados João Coser e Alberto Goldman no que se refere à preocupação que manifestaram. Não devemos ultrapassar os limites estabelecidos nas normas de funcionamento do Orçamento. Espero que o Deputado José Lourenço reconsidere os valores das indicações de três quartos das bancadas, de acordo com os limites estabelecidos pelo parecer preliminar, e que consigamos retirar do relatório emendas de Relator que não tiveram indicações de três quartos das bancadas, única hipótese permitida pelo parecer preliminar. Essa medida é importante, seria justo e razoável que assim procedêssemos.

Destaco emenda da bancada do Estado de Minas Gerais, cujo valor deveria ser discutido e até elevado. A emenda original objetivava ações de combate à seca no norte de Minas Gerais. A unidade orçamentária inserida na emenda foi o DNOCS. Entretanto, foi encaminhada solicitação assinada por toda a bancada e pelos três Senadores de Minas Gerais, propondo a execução pela CODEVASF. Essa correção não foi feita, uma vez que teria de ser inserida a Unidade Orçamentária 53.201 e não a 53.204, como foi feito. Chamo a atenção de V. Exa., Sr. Relator, para essa adequação, atendendo à solicitação da bancada de Minas Gerais.

Eram essas as nossas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Pedro Henry, último orador.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Deputado José Lourenço, ilustre Relator, cumprimento V. Exa. pelo magnífico relatório. Obviamente, não apenas na área temática de V. Exa., como nas demais, há polêmicas, controvérsias, pontos de divergência, mas tenho certeza de que, a partir deste debate, conseguiremos aprimorá-lo e extrairemos o melhor possível, atendendo aos interesses nacionais.

Antes de falar sobre o relatório, comentarei o que disse o ilustre Deputado Alberto Goldman, a quem peço atenção. Fiquei admirado quando S. Exa. se refere à chamada "rachadinha".

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Esse foi o nome que me forneceram. Eu não sabia.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Esse fato autoriza todos os Deputados da bancada de São Paulo, que têm emendas com esse perfil, Modalidade de Aplicação 40, a usarem o raciocínio por similaridade.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – É claro que sim. V. Exa. tem toda a autoridade para fazê-lo e contará com o meu apoio.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Deputado José Lourenço, no relatório de V. Exa. há emenda da bancada do Sudeste, patrocinada obviamente pela bancada de São Paulo, com as mesmas características que S. Exa. acabou de condenar, ou seja, o fortalecimento da infra-estrutura hídrica, Modalidade de Aplicação 40. Não estamos aqui para criticar...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Isso não me impede, Deputado Pedro Henry, de ter vi-

são crítica do que foi feito pela minha bancada, a de São Paulo. Não há nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Tudo bem, Deputado Alberto Goldman, apenas quis mostrar a V. Exa. que, muitas vezes, os fatos não condizem com a realidade, pelo menos no tocante a Mato Grosso.

O Deputado Wilson Santos fez uma exposição clara sobre o que representa o Estado hoje, no que se refere ao seu potencial de desenvolvimento e ao fluxo migratório fantástico que apresenta. Para lá vão pessoas do Nordeste, do Sudeste e do Sul. Todas as regiões brasileiras enviam centenas de milhares de pessoas para o nosso Estado, que se desenvolve e necessita de infra-estrutura.

Quando se faz emenda desse tipo, as bancadas estaduais têm interesse em alavancar o desenvolvimento em diversos Municípios, o que não significa extensão das emendas individuais.

Agradeço ao Deputado José Lourenço o atendimento às nossas emendas de bancada.

Voltarei à tese que gostaria de defender. Durante essa discussão dois pontos me chamaram a atenção pela ênfase com que foram defendidos. Um deles é a irregularidade, a imperfeição reconhecida até mesmo por V. Exa. Mesmo sabendo dessa dificuldade técnica, V. Exa. apresentou seis emendas, patrocinadas pelo Relator-Setorial, que apresentam característica irregular e preocupam muito esta Casa. O Deputado João Coser falou sobre isso, de forma até intransigente, na minha opinião. Disse-me pessoalmente que vai obstruir a votação. O meu interesse é aprovar os relatórios o mais rapidamente possível, para avançar nessa etapa de análise do Orçamento. Estou tentando ajudar V. Exa. a chegar a um entendimento, para que possamos prosseguir. A bancada de Oposição, principalmente, tem posição intransigente sobre a questão. Isso representa 5,5 milhões de reais.

Outro grande problema citado por diversos Parlamentares refere-se à irrigação, questão constitucional. Existe previsão, e já tivemos esse problema no ano passado. V. Exa. deve lembrar que fui bastante agressivo ao defender os interesses do meu Estado. Chegamos a nos exaltar no trato dessa questão, mas o Relator-Geral, Senador Ramez Tebet, ao final, minimizou o impacto negativo daquela posição.

Deputado José Lourenço, a mim parece que essas são as duas questões centrais da discussão. Faço uma proposta a V. Exa., Sr. Relator: realmente é irregular apresentar seis emendas, que representam 5,5 milhões de reais no relatório. E sei que V. Exa. tem consciência disso. Também nos parece que existe irregularidade de fórum legal na questão da irrigação. Diante disso, proponho a V. Exa. o cancelamento das seis emendas, irregulares tecnicamente, para que possamos avançar. E que use esses 5,5 milhões de reais para minimizar o efeito negativo da irrigação do Centro-Oeste.

Se isso for aceito por V. Exa., apelo para os Parlamentares que não obstruam a votação, a fim de diminuirmos o efeito negativo do não-cumprimento constitucional. A partir daí, iniciaríamos um trabalho junto ao Relator-Geral e, na etapa seguinte, equalizaríamos os 20%. Faço esse apelo para que possamos aprovar o Orçamento, o relatório do Deputado José Lourenço e prosseguir nessa caminhada, em busca do entendimento de todas as bancadas. É óbvio que V. Exa. poderá acolher ou não essa proposta.

Mais uma vez, agradeço a atenção de V. Exa. aos pleitos da nossa bancada, de Mato Grosso. Caso V. Exa. não acolha essa proposição, de minha parte não haverá impedimento na votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator, Deputado José Lourenço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, todos podem avaliar o quanto é difícil o trabalho na área que está sob minha responsabilidade: o Orçamento da União.

Abordarei rapidamente os aspectos aqui enfocados pelos diversos Srs. Parlamentares. O Deputado B. Sá foi atendido, no que foi possível, e serei aliado de S. Exa. nas etapas subseqüentes do andamento do relatório. O mesmo deu-se em relação aos Deputados Armando Abílio e Carlos Dunga, da Paraíba; Jorge Alberto, de Sergipe; Pedro Chaves, de Goiás. Conforme disse anteriormente, compreendo os aspectos importantes das abordagens feitas e encontraremos solução, para corrigir a distorção que eu mesmo provoquei.

Agradeço ao Deputado Sérgio Guerra as manifestações, retribuo os cumprimentos e manifesto minha satisfação pelo convívio que tivemos não só no âmbito desta Comissão, mas também no Congresso Nacional.

Deputado Almir Sá, as reivindicações de V. Exa. foram anotadas.

Deputado José Thomaz Nonô, que falou sobre os problemas de seu Estado, alguns dependem de quantia insignificante, 20 mil reais, 100 mil reais, e encontrarei uma forma de atendê-lo.

Deputado Jovair Arantes, de Goiás, anotei as reclamações de V. Exa.

Deputado João Caldas, de Alagoas, atendi V. Exa. de forma equânime, em comparação aos demais.

Deputada Laura Carneiro, Deputados Dr. Heleno e Iédio Rosa, compreendo a grandiosidade dos problemas do Rio de Janeiro, mas por mais boa vontade que tenhamos não poderia aqui encontrar solução para todos eles. Considero as reivindicações de V. Exas. perfeitamente cabíveis.

Deputado João Coser, do Espírito Santo, anotei e tomei em boa conta o puxão de orelhas de V. Exa., secundado pelo Deputado Alberto Goldman, meu velho amigo, em quem encontrei o cavalheirismo próprio. A única vez que saí de Brasília, durante a Constituinte, quando era Líder do PFL, a pedido de um colega, foi para ir a São Paulo. Talvez hoje o Deputado Alberto Goldman tenha tido o cavalheirismo de se referir aos mesmos problemas, embora com muita diplomacia.

Atenderei ao pedido do Deputado João Fassarella, da bancada de Minas Gerais, que se refere à titularidade do destino dos recursos.

Com sinceridade, nada fiz para mim, nem o faria. Existem aqui recursos, 500 mil reais, destinados à implantação do Parque Nacional do Descobrimento, no Estado da Bahia. Quem me pediu essa verba foi o Ministro do Meio Ambiente, que disse haver área desapropriada e que esse parque seria implantado no ano da visita do Presidente de Portugal e do Brasil a Porto Seguro, nas comemorações do 5º centenário da descoberta do Brasil. O Ministro pediu-me que abrisse uma janela.

Pela importância da ilegalidade que cometi, V. Exas. verão que a soma dá 5,5 milhões de reais. São seis emendas de Relator. De fato, não tenho competência legal para fazê-las. Se a Comissão achar que o meu relatório poderá ser rejeitado em virtude disso, retiro rapidamente. Antes de tudo, adoto um princípio como forma de vida: ouvir e acatar as decisões tomadas por uma Comissão deste nível.

Portanto, gostaria muito que esses números aqui ficassem, porque vão ao encontro dos interesses do País, mas, se o Deputado João Coser disser "eu voto contra, peço verificação", poderei reavaliar isso. Comprometo-me a fazer uma reavaliação. Vou falar com o Ministro, com os outros Deputados. Sou muito sincero: se encontrar uma forma de retirar, eu o farei.

Gostaria que o relatório fosse aprovado, tendo em vista este meu compromisso solene, perante o Presidente da Comissão e o meu passado. Se eu não encontrar uma forma que atenda aos reclamos da Oposição e aos interesses do País, comprometo-me a retirar esses recursos daqui.

Ouvi os reclamos do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, todos com embasamento perfeitamente justificável, no sentido de fazer um relatório para o nosso Relator-Geral, salientando aspectos que não pude atender e que S. Exa. tem de levar em consideração quando da etapa final dos nossos trabalhos.

O mesmo gostaria de dizer à Deputada Lúcia Vânia, a quem cumprimento e agradeço a atenção. Ao Deputado Dr. Heleno já fiz referências. Ao Deputado Eurípedes Miranda, de Rondônia, que aqui se encontra, quero dizer que anotei os seus reclamos.

Agora quero dar uma resposta geral ao meu velho amigo Wilson Santos, ao Senador Antero de Barros, aos Deputados Ricarte de Freitas e Pedro Henry, enfim, a todos que levantaram sua voz em defesa do Centro-Oeste: fiz um esforço enorme para chegar ao número constitucional exigido e reclamado com tanta propriedade por V. Exas., mas infelizmente não tenho mais recursos disponíveis. Tudo que tinha distribuí, segundo critérios os mais próximos possíveis daquilo que é politicamente razoável e economicamente de interesse da Nação. Mas comprometo-me a ser aliado de V. Exas., no sentido de complementar esses 10 milhões que faltam, para atingir o preceito constitucional.

Também quero dizer ao nobre Deputado do Amapá, que com tanta propriedade discorreu sobre os problemas do seu Estado — aliás, conheço Macapá e sei da sua realidade —, que vamos trabalhar juntos.

Aos Deputados João Almeida, Ricarte de Freitas, Alberto Goldman, João Fassarella e Pedro Henry o meu muito obrigado pelo apoio. Parece-me que foram estes que fizeram questionamentos sobre o meu relatório.

Pergunto ao Sr. Presidente, com toda a clareza — mesmo porque foi essa a maneira que encontrei de seguir na vida pública —, o seguinte: se existe por parte da Comissão a exigência de que eu retire essas emendas que fiz e que são de interesse do País, eu imediatamente as retirarei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Deputado José Lourenço pela forma capaz e delicada com que se

apresenta, o que não é novidade, pois simplesmente repete a sua performance. E peço desculpas a S. Exa., porque o meu desejo não foi alfinetá-lo. Possivelmente, por ser do Espírito Santo, não tenha a capacidade intelectual e o jeito do Deputado Alberto Goldman.

Quero apenas dizer que uma coisa é o nosso desejo, a nossa vontade de ajudar e, outra, é o poder que nós temos. Quando assumimos determinada função na nossa vida, particularmente neste caso, temos uma limitação de poder. Então, aqui estamos discutindo competência que o Relator-Setorial não tem. Portanto, a minha opinião não é contra S. Exa. ou o seu relatório. O Relator-Setorial não tem competência para incorporar emendas que não tenham origem na Comissão, na bancada, ou na bancada regional, ou por indicação de três quartos.

Conseqüentemente não entro no mérito do desejo dos Ministros, das pessoas que solicitaram, da importância das ações e muito menos da boa vontade e do desejo de V. Exa. Nós não temos competência para fazer isso, mesmo que queiramos, a menos que mudemos as normas. Eu só quero discutir isso.

Quanto aos recursos e aos valores a mais, já tive o mesmo comportamento nas questões anteriores, pois é norma da Comissão. Eu tenho restrições à norma; ela está sendo seguida à risca, nós retiramos emenda de agricultura de Minas; nós temos problemas pela frente. Esse é menos grave. Agora, de nossa parte não há nenhuma concessão para a permanência desse item da pág. 20, as seis emendas. Por que não tem? Porque abriríamos precedente incalculável para o futuro. Num passado não tão longínquo assim um Parlamentar, Relator de uma Comissão, chegou a apresentar 400 milhões em emendas.

Por isso, não estou me referindo a S. Exa., mas ao precedente. Apesar de determinadas pessoas serem designadas para determinadas funções hoje, nós não saberemos quem as estará executando nos anos seguintes. Quatrocentos milhões viraram ganhos na loteria esportiva, milagrosamente. Portanto, não é possível aceitarmos isso. Nós não temos o direito, com toda a boa vontade de S. Exa., de pensar num vacilo desses. Como S. Exa. já acolheu, não vamos pedir nada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Quero dizer a V. Exa. que não será a pág. 20 que maculará o meu relatório. Acabou, não existe mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Relator continua com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Quero dizer ao Deputado João Coser que já risquei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Agradeço. Não esperava de V. Exa. outra atitude.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Quero dizer a V. Exas. que irei fazer uma triagem sobre os destaques apresentados, para depois pedir-lhes, se possível, que aprovem o relatório, ressalvados os destaques.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, o Deputado Alberto Goldman ausentou-se, mas venho reiterar pedido feito por S. Exa., inclusive porque o Deputado Cleonâncio Fonseca está presente.

Num debate veemente ocorrido nesta Comissão, o Deputado teve de retirar do seu relatório os recursos excedentes a 15%, dedicados às emendas de três quartos, destinando-os ao Relator-Geral. Eles poderiam ser realocados pelo próprio Relator-Setorial.

Então, neste relatório temos algumas questões dessa ordem e, por orientação do Deputado Alberto Goldman, vou insistir para que tenham o mesmo tratamento destinado ao relatório da agricultura, acatado pelo Relator-Setorial, Deputado Cleonâncio Fonseca. Gostaríamos que a regra fosse mantida porque foi decisão da Comissão, como disse o Deputado João Coser. Apesar de discordar dela, a regra foi instituída.

Gostaríamos de solicitar que o procedimento adotado pela Comissão em relação ao relatório do Deputado Cleonâncio Fonseca fosse mantido no que diz respeito ao relatório do Deputado José Lourenço.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Wilson Santos.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, parabenizo o Deputado José Lourenço pela forma decisiva com que cumpriu o que havia combinado minutos antes. O Deputado João Coser solicitou a retirada das seis emendas. S. Exa. cumpriu prontamente o que havia tratado.

Sr. Relator, em nome da bancada do Centro-Oeste, proponho que V. Exa. repasse os 5,5 milhões de reais para o Centro-Oeste. Não é todo o recurso que pleiteamos, que chega a pouco mais de 10 milhões de reais. Aprovamos o relatório e V. Exa. con-

tinua conosco junto ao Relator-Geral para chegarmos aos 10 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Nobre Deputado Wilson Santos, não posso apressar-me no julgamento das diversas solicitações que me foram feitas, se umas são mais meritórias que outras. Não posso em relação a elas tomar uma decisão de imediato e aplicar esses recursos no Centro-Oeste. Para mim seria até muito prático, mas tenho outros problemas. V. Exa. acompanhou os trabalhos desta Comissão desde o início e sabe bem as pressões existentes. Portanto, vou devolver esses recursos ao Relator-Geral.

Muito obrigado a V. Exa.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sugiro a V. Exa., na análise que vai fazer dos recursos oriundos das emendas que acaba de anular — no caso, emendas feitas pela Relatoria —, no momento da discussão ou do exame, que coloque o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Por isso tive o cuidado de não tomar uma decisão agora, porque eu já sabia que vinha uma dessas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Relator, V. Exa. já adiantou que vai rever a questão do nosso projeto. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Eu sou aliado de V. Exa. na revisão junto ao Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Está certo. Mas há outro ponto. A barragem do Projeto Flores de Goiás está sendo construída no semi-árido do Estado de Goiás, região que tem índice pluviométrico inferior a mil milímetros por ano e nada difere do semi-árido nordestino. O Rio Paraná, que corta a região nordeste, tem para nós o mesmo significado que tem o Rio São Francisco para o Nordeste brasileiro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Eu já disse a V. Exa. que serei seu aliado, e um aliado com muita dedicação.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Mas gostaria de saber se V. Exa. vai acatar o nosso destaque para recompor o recurso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Eu não posso acatar o destaque porque não tenho recursos, nobre Deputado. Mas serei seu aliado junto ao Relator-Geral. V. Exa. mostrou-me inclusive fotografias para demonstrar o que diz.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Dos três projetos de Goiás, dois tiveram os valores elevados. Aplaudo a iniciativa. Mas este foi o único que teve recursos cortados, justamente na região que mais precisa da irrigação.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, endosso as palavras do Deputado Pedro Chaves. Realmente o Projeto Flores de Goiás precisa ter recompostos os recursos que lhe foram retirados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A discussão já foi concluída, agora o Relator está respondendo às questões de ordem levantadas. Falta responder ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Peço ao Deputado Ricardo Barros para deixar tudo como está, porque se eu for mexer agora nisso tudo...

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Deputado José Lourenço, como essa é uma questão de decisão da Comissão, vou pedir ao Sr. Presidente que ouça os Líderes, assim como foi feito no caso do Deputado Cleonâncio Fonseca. A polêmica estava muito grande, o plenário muito cheio e, ouvindo os Líderes das bancadas, chegou-se à decisão de que S. Exa. deveria retirar os recursos excedentes aos 15%. Pode ser que a Comissão tenha mudado de entendimento. Isso é legítimo. O Governo não vota. Eu estou aqui pelo Governo. O Governo não vota; votam as bancadas. Não vamos obstruir a reunião. Mas não podemos mudar o procedimento do que foi feito em relação ao relatório do Deputado Cleonâncio. Vi o esforço do Deputado Márcio Reinaldo no sentido de manter os recursos que estavam alocados para Minas Gerais.

Não quero criar nenhuma dificuldade para a Comissão. Pelo contrário, estou apenas procurando manter a nossa coerência. Segundo o Deputado Sérgio Guerra, houve uma reunião do comitê que analisa a questão da legitimidade das emendas que, inclusive, pediu a exclusão de várias delas e, segundo S. Exa. me informa, o comitê havia tomado deliberação diferente. Eu não conheço esse documento, não tenho essa informação e eu gostaria que o Presidente ouvisse os Líderes para tomar essa decisão.

Realmente acho que devemos manter a tentativa de tratar igualmente todos os Sub-Relatores. É a opinião que expresso aqui, que foi levantada pelo Deputado Alberto Goldman. Agora, se os Líderes partidários entenderem que devemos mudar o critério, vamos ter mais dois relatórios difíceis, problemáticos

pela frente, e essa mudança de critério, certamente terá uma repercussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Faço um apelo ao nobre Deputado Ricardo Barros para que ultrapassemos essas dificuldades. Voltarei, inclusive, a conversar com S. Exa. para encontrarmos uma fórmula de resolver o problema. Peço ao Sr. Presidente que ponha a matéria em votação e todos que aqui estão apóiem o relatório.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, havendo um flagrante desrespeito à Constituição Federal, havendo recursos para a bancada do Centro-Oeste ser contemplada e não havendo o devido entendimento, solicitamos verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria ainda não está em votação, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Há tempo suficiente para o Relator ainda se entender. É tempo de buscarmos entendimento. Abrimos mão nesta fase do atendimento dos 20%, com os 5,5 milhões de reais; permanecemos em plenário para a aprovação da matéria. Caso isso não ocorra, já há uma decisão do Centro-Oeste de obstruir a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, apenas ponderaria que no relatório do Deputado José Lourenço existem dois problemas: um, o valor das indicações, que teria ultrapassado o limite; o outro, emendas de Relator sem que tivessem uma origem que as justificassem. Esse problema foi resolvido.

Quanto à questão do limite, eu ponderaria da necessidade de observarmos. Fui Relator-Setorial, ative-me a esse limite. Outros Relatores, por razões e problemas semelhantes aos que V. Exa. está passando, também foram um pouco além e tiveram de, por decisão dos Líderes, retroagir. Todos sabemos o quanto isso foi difícil, inclusive para mim, uma vez que tive de cortar na própria carne em relação a uma indicação da bancada do Estado de Minas Gerais. Fui contra a minha própria bancada no sentido de cortar. Como é que ficamos nessa situação toda? Vamos ter problemas maiores pela frente.

Eu faço um apelo. Reconheço todo o esforço de V. Exa., reconheço que V. Exa. o fez para atender a pleitos legítimos, mas um precedente dessa natureza, além de criar um constrangimento como o que aconteceu anteriormente, não sabemos o que pode provocar daqui para frente.

Fica esta ponderação a V. Exa. e ao Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Rommel Feijó com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, se partirmos para a radicalização, as bancadas do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte vão radicalizar. Essa história de dizer que não se vota porque quer pegar esse dinheiro e colocar no Centro-Oeste não é justa. É um dinheiro de todos. Do mesmo jeito que o orçamento do Centro-Oeste tem problemas, o orçamento do Norte e do Nordeste também tem problemas, e graves. Não podemos jogar esse jogo, porque se assim fizermos não haverá Orçamento este ano.

Nós, do Ceará, estamos definitivamente dispostos a não aceitar discriminações, sejam positivas ou negativas, no Orçamento deste ano. Não aceitamos esse jogo. Esperamos que o Presidente, o Relator-Geral e o Sub-Relator cheguem a um acordo, como o que já houve e eu presenciei, para que esses recursos retornem ao Relator-Geral, a fim de que faça as devidas redistribuições, desde que haja o consentimento dos nobres Líderes partidários.

O Deputado José Lourenço retirou aquelas indicações porque entendeu que devia fazê-lo. Da mesma forma que quis inserir, tirou porque quis. Isso não dependia dos Líderes, mas do nobre Relator.

Agora, os recursos que estão sobrando por conta disso não pertencem mais a ninguém, mas, sim, ao Relator-Geral, se formos seguir o que ficou acertado no relatório do Deputado Cleonâncio Fonseca.

O Estado do Ceará não aceita que esse dinheiro vá para canto nenhum; quer que esse dinheiro seja dividido com muito bom senso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer ao nobre Deputado do Estado do Ceará o seguinte: seu Estado tem 16% dos recursos do Orçamento para irrigação; a Re-

gião Centro-Oeste inteira, 16%. Portanto, entendo a posição tranqüila e cômoda de S. Exa.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – O Estado do Ceará é exportador de mão-de-obra, há muito tempo, para o Sul e Sudeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Preferiria que...

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Enquanto se investia muito dinheiro na infra-estrutura das Regiões Sul e Sudeste, investia-se em estradas para o nordestino trabalhar no Estado do Rio de Janeiro. Se formos voltar ao passado, não dará certo.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Não é essa a discussão, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Porque houve uma discriminação...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobres Parlamentares, não é permitido o debate, regimentalmente.

Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que há algumas questões aqui que devem ser esclarecidas, as quais dizem respeito à legalidade ou à ilegalidade e a outros aspectos que estão sendo discutidos.

Se é para discutir legalidade, é impossível aprovar esse ou qualquer relatório sem que 20% desses recursos possam ir para a Região Centro-Oeste. Porque não há legalidade maior do que aquela que está na Constituição.

Começo a discutir por esse ponto essa preocupação legalista, porque no caso que desejo examinar há um grande equívoco. No relatório preliminar foram criados alguns critérios. Mas esses critérios só são aplicáveis, na prática, ao Relator-Geral, e não ao Relator-Setorial. Quando se diz que um Relator só pode aprovar até 15%, 20%, ou o que seja, para determinada forma de emenda, supõe-se que esses 15% ou 20% têm a ver com o valor geral aprovado. E esse valor geral só é conhecido depois da elaboração do relatório geral.

Há situações absolutamente absurdas. Por exemplo: considerando-se determinado Estado que tem a chamada emenda de três quartos, com as denominadas indicações, e que não tem no mesmo relatório uma emenda de bancada, não há como quantificar, no âmbito do Relator-Geral, número nenhum.

Então, não se trata de uma regra, mas simplesmente de um equívoco. Se vamos defender, seja a que pretexto for, a sustentação de equívocos e abrir mão da Constituição Federal, concordo que nós, pernambucanos, não temos o que fazer aqui; nem nós, da Região Nordeste de forma geral; nem os Parlamentares da Região Centro-Oeste.

Com respeito a toda essa emoção em torno desses excedentes de emendas de três quartos, que na verdade vão se confirmar depois, quero dizer que, de maneira concreta, essa questão da Região Centro-Oeste é válida. Na minha opinião, tanto quanto o Relator possa aproximar, no seu nível, o seu padrão desses 20%, deve fazê-lo. É claro que essa proposta já vem do Poder Executivo desvirtuada, com grande prioridade para o Nordeste e quase nenhuma prioridade para o Centro-Oeste.

O Relator-Setorial, num segundo momento, deve transitar o máximo que puder entre uma situação e outra. Mas não está ao seu alcance dar solução a esse problema de maneira integral. Não acredito que, aritmeticamente, o Relator José Lourenço consiga aprovar seu relatório se tiver que obedecer, no seu relatório setorial, nas limitações do seu relatório, a essa exigência constitucional.

Acho que seria prudente, sensato examinarmos, por exemplo, um caso como o do meu Estado. Eu não quis, não foi ninguém que quis, eu próprio não tenho nenhuma vinculação, nem eleitoral, com emendas desse tipo, mas as emendas na área de recursos hídricos são prioritárias, porque a questão lá não é de bom ou mau uso dos recursos hídricos, é de absoluta falta de recursos hídricos. É uma prioridade compulsória. Não é a questão de bom ou mau uso da água, mas, sim, de falta completa, total de água para a sobrevivência. Isso vale para os Estados do Piauí, Ceará, Pernambuco, para todos os Estados onde a área de semi-árido é absolutamente prevalecente.

Deve haver um apelo ao bom senso: que o nobre Relator faça o máximo para aproximar a posição da Constituição. Que a Comissão compreenda isso, que o Relator-Geral também trabalhe nessa direção e, se possível, até a completa e total incorporação dos valores no nível que a Constituição prevê.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Relator José Lourenço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Deputado Wilson Santos, quero fazer um apelo a V. Exa. V. Exas. encontraram em mim boa vontade no sentido de aproximar os recursos para a Região Centro-Oeste do preceito constitucional. Certamente encontrarão boa vontade em mim para trabalhar junto ao Relator-Geral para complementar os 10 milhões de reais que faltam.

Agora, quero que V. Exa. compreenda, Deputado Wilson Santos, que seria de minha parte uma precipitação diante da representação que aqui está, de todo o País, atender a V. Exa. Já recebi um aviso do Deputado Armando Abílio de que também vai querer um atendimento à Paraíba.

Então, não posso fazê-lo, mas prometo a V. Exas. que iremos todos trabalhar juntos para corrigir distorções que considero fundamentais num relatório desse tipo.

Gostaria de dizer a V. Exa. e aos demais Parlamentares que a meu ver o caminho para resolvermos os problemas não é esse. Com a vasta experiência de Parlamentares que aqui estão, entre os quais me incluo, temos encontrado sempre solução no diálogo. E acho que vamos encontrá-la também agora. Com toda a sinceridade, quero dizer a V. Exa. que serei um aliado seu e de toda a bancada da Região Centro-Oeste para corrigirmos essa distorção. Estou dizendo a V. Exa. e reafirmando que farei isso.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Deputado José Lourenço, este é o meu primeiro mandato na Câmara Federal. Mesmo assim já vi vários Parlamentares do meu Estado, da Região Centro-Oeste pagando muito caro por essa omissão em relação aos recursos para a irrigação.

Então, em nome do povo do meu Estado de Mato Grosso e de todos os Estados da Região Centro-Oeste, não posso abrir mão dessa nossa postura, Deputado José Lourenço, apesar de saber da sua experiência, da sua generosidade e após ouvir o seu apelo. Mas fazemos uma contraproposta: garanta esses 5,5 milhões de reais que V. Exa. possui de volta, ao invés de devolvê-los ao Relator-Geral. De todos os pleitos que há aqui — dos Deputados Armando Abílio, Laura Carneiro, Gonzaga Patriota, Dr. Heleno, todos —, nenhum é constitucional, mas o da Região Centro-Oeste é. O nosso, repito, é o único constitucional. Garanta os 5,5 milhões de reais, com o que iremos para 18%, e vamos brigar pelos outros 2%.

Nesses onze anos de execução do Orçamento, de 1989 a 1999, nunca a Região Centro-Oeste foi respeitada nos seus 20%. V. Exa. foi quem mais nos contemplou. Este registro histórico quero que fique consignado nos Anais desta Comissão: o melhor Relator, o mais sincero, o mais eficiente para a irrigação da Região Centro-Oeste foi V. Exa., nobre Deputado José Lourenço. Não tínhamos os 5,5 milhões de reais; apareceram, nobre Deputado. De todas as prioridades nenhuma tem respaldo constitucional.

Então, fazemos uma contraproposta a V. Exa.: ao invés de devolver ao Relator-Geral, V. Exa. poderia repassar esses recursos ao Centro-Oeste, em respeito à Constituição, e estaremos com o assunto encerrado. Depois, vamos discutir com o Deputado Carlos Melles. Nós iremos à Justiça. Não estaremos só obstruindo a votação nesta Comissão, mas iremos ao Supremo Tribunal Federal. A Comissão vai ter suspensos os seus trabalhos, com certeza. Vamos, em nome do povo da Região Centro-Oeste, exigir o mínimo, que é de 3,11%.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Não chame o Exército, nobre Deputado. (Risos.)

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Nem tanto, nobre Deputado, nem tanto. (Risos.)

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o nobre Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Relator, tínhamos feito um pedido, uma reivindicação. Em função da argumentação do Deputado Wilson Santos está retirado o nosso pleito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Presidente, não sou teimoso nem insensível. Se tivesse essas duas qualidades negativas não estaria aqui. Tenho de fazer alguns atendimentos de 20 mil reais, de 100 mil reais. Então, destino 5 milhões de reais para o Centro-Oeste e 500 mil reais para os atendimentos que tenho de fazer aqui.

Atendo V. Exa., nobre Deputado Wilson Santos?

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Quero só parabenizar V. Exa., porque penso que não poderia ter outro comportamento, dentro da sua história de coerência, a não ser este. Penso que a Região Centro-Oeste sente-se satisfeita. E que haja o compromisso de V. Exa. junto ao Relator-Geral de ajudar-nos a contemplar os outros 6 milhões de reais de volta. Muito obrigado, nobre Deputado e Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Sr. Presidente, todos sabemos que há um regulamento que permite o atendimento de até 15% das solicitações de três quartos de bancada. Temos entendido a dificuldade do Relator José Lourenço. Quero pedir a V. Exa., mesmo sabendo que há uma irregularidade, mas considerando a dificuldade que o ilustre Relator teve, que coloque o relatório, com as modificações que o Deputado José Lourenço já promoveu, em votação. Aqueles que forem contra, que votem contra; aqueles que forem a favor, que votem a favor. Mas peço que

não obstruam a votação, para que possamos prosseguir. Ainda temos outros relatórios para avaliar.

Portanto, peço a V. Exa., Sr. Presidente, para colocar em votação o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o nobre Senador Antero de Barros.

**O SR. SENADOR ANTERO DE BARROS** – Sr. Presidente, desde o início da nossa intervenção registramos o empenho do nobre Relator, Deputado José Lourenço. Os Deputados Wilson Santos e Pedro Henry, ambos do Centro-Oeste, estão solicitando essa situação. Mas quero deixar claro que não iremos prescindir do apoio de V. Exa., Presidente, e do apoio do Deputado José Lourenço, Relator, para que tenhamos no relatório final os 20% constitucionais da Região Centro-Oeste. O mínimo que podemos fazer aqui é cumprir a Constituição Federal.

Então, gostaria de deixar isso claro a V. Exa., para que não haja um mau entendido no futuro; para que depois não se diga que fizemos um acordo nesta situação e, depois, ficamos postergando e tomando decisões.

Esse acordo satisfaz-nos no sentido de não obstaculizar a votação do relatório, mas não com relação à questão dos 20% constitucionais. Se houver um total de 19,99% não iremos aceitar no relatório final.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Sr. Presidente, vamos votar.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, quero fazer um registro. Nós, da Região Sudeste, vamos acatar a sugestão do Deputado José Lourenço, muito embora — quero deixar isso registrado — mais uma vez a Região Sudeste abdique dos seus direitos para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Espero que o Relator-Geral, os Sub-Relatores e esta Comissão estejam anotando isso, porque a Região Sudeste vai cobrar. Não é possível que não se veja a Região Sudeste com a importância que ela tem para todas as Regiões deste País. Pessoas que nasceram no Nordeste e no Centro-Oeste vivem e habitam áreas do Sudeste.

Quero apenas fazer este registro. Não vou opor nenhum obstáculo. Ao contrário, vou votar a favor do relatório. Agora, mais uma vez não vou deixar de consignar que a Região Sudeste vai abrir mão das suas prerrogativas em função da questão constitucional da Região Centro-Oeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos votar.

Em votação o relatório, ressalvados os destaques.

Saliento o compromisso do Deputado José Lourenço e desta Presidência em atuar junto ao Relator-Geral para que as falhas sejam corrigidas. Efetivamente, há falhas, não só em relação à limitação constitucional da Região Centro-Oeste, como também nas emendas que contrariam o parecer preliminar. Essa é atribuição do Relator-Geral, que, inclusive, pode corrigi-las.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra para encaminhar a votação em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, para não sermos incoerentes com procedimentos anteriores — estão presentes alguns Relatores, particularmente o nobre Deputado Cleonâncio Fonseca —, quando apresentamos uma questão e foram corrigidas as emendas de três quartos, quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, encaminhar o voto contrário. Não votaremos a favor de um relatório que fere um dispositivo que nós mesmos criamos, apesar de termos restrição a ele. Mas hoje ele é uma norma.

Portanto, o nosso voto é contrário, especificamente em função da presença desses valores a mais das emendas de três quartos. O nosso voto é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação o relatório, com a exclusão das emendas já canceladas pelo Relator Deputado José Lourenço.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados, com os votos contrários dos Deputados João Coser e João Fassarella.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Passaremos agora aos destaques do Setor VIII — Previdência e Seguridade Social.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Agora é o destaque sobre a Seguridade Social. (Pausa.)

A reunião fica suspensa por trinta minutos.

Reiniciaremos os trabalhos às 16h.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 2ª reunião ordinária de 2000 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à prestação dos relatórios setoriais apresentados à proposta orçamentária para 2000.

Passaremos imediatamente à votação dos Destaques do Setor VIII — Previdência e Assistência Social.

Passo a palavra ao Sub-Relator, Senador Wellington Roberto.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, gostaria de ver a possibilidade de, antes da Ordem do Dia, votarmos os destaques do Relator Wellington Roberto, até porque não temos muitas divergências com relação ao seu relatório e à Área Temática VIII. Estaríamos fazendo um esforço muito grande para votar todos os destaques, para concluir de vez a questão da Previdência Social.

Declaramos prejudicado o Destaque nº 24, de autoria da Senadora Luzia Toledo, por não ser matéria desta Relatoria.

Antes de dar início à votação, vamos aguardar o ajuste do Senador em relação à questão da bancada do Espírito Santo, para que possamos terminar imediatamente.

Solicitamos à Assessoria que faça contato com o Deputado José Lourenço, a fim de sabermos se é possível a apresentação ainda hoje da análise dos destaques, dando a conhecer quais foram os destaques acolhidos e os negados. Vamos discutir as áreas de infra-estrutura e saúde imediatamente após a votação dos destaques dessa área.

Passamos então à votação dos destaques.

Destaque nº 7, de autoria do Deputado João Coser, aprovado integralmente.

Vou recorrer a ajuda externa para ler o destaque.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que nos entregue cópia dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado, não deu tempo para tirar cópia. Mas é este o texto do destaque: "Requeremos mudança no GND no total aprovado para emendas destacadas, sendo 40% GND-3 e 60% GND-4".

Tenho um documento da bancada do Espírito Santo que trata apenas de uma mudança no que diz respeito à dotação. Não há nenhum problema.

Em votação o Destaque nº 7, de autoria do Deputado João Coser.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Destaque nº 10, de autoria da Senadora Marluce Pinto, aprovado parcialmente. Trata-se de emenda da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que estuda ações de renda e enfrentamento da pobreza nacional no valor concedido de 15 milhões de reais.

Destaque nº 11, aprovado também parcialmente, de autoria do Senador Ney Suassuna. Trata-se de apoio às ações sociais comunitárias no enfrentamento da pobreza nacional, no valor de 500 mil reais.

Destaque nº 12, de autoria do Senador Ney Suassuna. Trata-se de emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, que estuda o atendimento à criança em creche nacional, no valor de 500 mil reais.

Em votação na Câmara dos Deputados os Destaques nºs 10, 11 e 12.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Passaremos agora aos destaques rejeitados.

Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, é o Destaque nº 9.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Pois não.

São os destaques rejeitados: o Destaque nº 25, de autoria do Deputado Alberto Goldman; Destaque nº 31, de autoria do Deputado Pedro Henry; Destaque nº 32, de autoria da Deputada Laura Carneiro; Destaque nº 35, de autoria do Deputado Darcísio Perondi; Destaque nº 2, de autoria do Deputado Pedro Henry; Destaque nº 3, de autoria do Deputado Santos Filho; Destaque nº 4, de autoria do Deputado José Borba; Destaque nº 5, de autoria do Deputado Basílio Villani; Destaque nº 6, de autoria do Deputado Nelson Meurer; Destaque nº 8, de autoria do Deputado João Coser; Destaques nºs 15, 17, 18 e 19, de autoria do Deputado João Fassarella; Destaque nº 23, de autoria do Deputado Paulo Mourão; Destaque nº 26, de autoria do Deputado Jovair Arantes; Destaque nº 27, de autoria do Deputado Pedro Henry; Destaque nº 28, de autoria do Senador Antero de Barros; Destaques nºs 29 e 30, de autoria do Deputado Pedro Henry; Destaque nº 33, de autoria do Senador Mauro Miranda; Destaque nº 36, de autoria do Deputado Darcísio Perondi; Destaque nº 38, de autoria da Deputada Fátima Pelaes, todos rejeitados por insuficiência de recursos na Relatoria Setorial. Estaremos votando em bloco esses destaques.

Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, quero apenas registrar que os destaques apresentados em nome da Frente Parlamentar pela Assistência tentaram recompor não o corte feito, porque foi um equívoco na hora da elaboração dos destaques, mas, através de emendas que foram apresentadas na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, os gastos com o Fundo Nacional de Assistência Social, principalmente naquelas atividades de assistência ao idoso, ao deficiente e à criança de até 6 anos.

Mantivemos contato, junto com a Frente, com o órgão executor e disseram-nos que vai começar a faltar dinheiro para os asilos, para as creches e para o atendimento às crianças de até 6 anos, porque houve um critério de redistribuição dos recursos através do IPEA. Vários Estados vão perder recursos, vão ter de fechar creches, asilos, e assim por diante, se esses recursos não forem recompostos.

Vou repetir, porque acho importante o Sr. Relator saber: esses destaques apresentados por nós não são pessoais; são destaques apresentados em nome da Frente Parlamentar da Assistência, que tiveram como origem emendas apresentadas na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Direitos Humanos, cujo objetivo seria o de recompor cortes que haviam sido feitos pela redistribuição dos recursos na área de atendimento ao idoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Um momento, Deputado. O Relator está fazendo uma ponderação que contempla a sua preocupação.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Deputado, foram acatados na Assistência Social dois destaques no valor parcial de 500 mil reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Do Senador Ney Suassuna.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Do Senador Ney Suassuna, para satisfazer a necessidade da Frente Parlamentar. Mas, veja bem, não é questão de valores, foi compromisso do Relator-Geral comigo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Janela já existe. Acontece que os recursos para a janela, que já estão aprovados, são insuficientes, porque tudo isso tem um **per capita**. Por exemplo, em relação às crianças que estão na creche, há um **per capita** para cada criança que está lá. Em relação aos idosos que estão em asilos, paga-se um **per capita** para os idosos. Quando reduzimos os recursos, vamos ter o seguinte: pega-se o idoso e põe na rua ou se tira a criança da creche.

Os valores que estão postos, até de acordo com a argumentação e dados da própria Secretaria Nacional de Assistência Social, são insuficientes para atender aos compromissos que já estão assumidos hoje. Essas emendas visam apenas atender ao que já existe. Esse é o sentido das emendas e dos destaques que foram apresentados. Reconheço que para o atendimento deste pleito precisaríamos de 48 milhões de reais, e V. Exa. não tem esse recurso disponível.

Quero apenas registrar este fato, que para nós é importante, e contar com o apoio de V. Exa. para que, nas gestões da Frente Parlamentar junto ao Relator-Geral, e da própria Secretaria Nacional de Assistência Social, não venhamos a ter como resultado, na aprovação do Orçamento, na área da assistência social e da Previdência, a redução de um atendimento que já é extremamente precário em nosso País.

Fica, portanto, este registro, embora compreendendo as dificuldades de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Fica registrado e com certeza terá o registro também por parte do Sr. Relator.

Passamos, então, à votação em bloco.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Relator, não tive a oportunidade de estar aqui na discussão do relatório. Quero então aproveitar a oportunidade para fazer um encaminhamento de votação. Mas antes quero fazer um comentário mais amplo, mais genérico.

V. Exa. deve ter verificado que a DRU sacou contra a Previdência quando retirou 20% do dinheiro da CPMF — 1 bilhão e 600 milhões da Previdência e 1 bilhão e 800 milhões da Saúde. É uma forma de fazer a conta que o Governo só faz a favor dele e contra nós, cidadãos. O Líder do Governo tenta aqui justificar isso, não consegue e insiste em tentar explicar essa mão-de-onça, mão-de-vaca, que entra lá e saca da Previdência.

Mas o pior, Sr. Presidente, é o seguinte: o art. 167 da Constituição diz, no inciso XI, que é vedada, entre outras, a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I e II, que é a contribuição de empregados e empregadores, algo em torno de 50 bilhões de reais.

Sr. Presidente, é uma loucura! É vedada, segundo aquele dispositivo, a utilização para realização de despesas distintas do pagamento de benefício do regime geral da Previdência. O que acontece? Cinqüenta bilhões de arrecadação, a CPMF vai lá e saca 10,5 bilhões. É isso mesmo, Sr. Relator? É isso, não é? É uma vergonha, não é verdade? O Governo depois diz que a Previdência é deficitária. E não é. E está vedado pela Constituição. Sei que V. Exa. sozinho não pode corrigir essa distorção grotesca, mas é uma vergonha e tem de ser registrada. Os Anais da Casa têm de registrar isso. Estamos aqui a denunciar esse procedimento.

Em relação a outra questão, Sr. Relator, quero dizer que não tive oportunidade de fazer uma análise mais aprofundada desse relatório. Tive de fazer uma viagem de emergência e não pude ater-me melhor a ele. Mas parece que V. Exa. extrapolou um pouco daquilo que a LDO prevê dos 15% para o atendimento às indicações. Foi bem além, bem acima daquilo que é permitido pela LDO, que fixa como limite máximo 15% das emendas coletivas atendidas. É verdade isso também no seu relatório?

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Deputado, tentamos, na verdade...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Ilustre Relator, chamo a atenção de V. Exa. para o fato de que não podemos reabrir a discussão. O relatório já foi discutido. Estamos encaminhando a votação. Não gostaria que retornássemos ao **status** anterior. Já encerramos a discussão e estamos agora na votação, em processo de discussão e encaminhamento para a votação dos destaques rejeitados.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Só queria a resposta de S. Exa. para poder encaminhar corretamente e não encaminhar contra o Relator. Quero saber se realmente esse procedimento foi feito, porque foi o que detectamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – É uma informação?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É apenas uma informação.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Tentamos, na verdade, acatar da melhor forma possível. Então, foram quatro solicitações. Fizemos o que estava ao nosso alcance.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas esse valor atendido por V. Exa. com emenda de Relator foi muito acima daquilo que é permitido pela LDO. Não é verdade?

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – É verdade.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Daí, quero aqui manifestar, como em outros momentos o fiz, o nosso descontentamento com isso e dizer ao Relator que estamos zelando para que se cumpra a LDO. Sei que é difícil, em alguns momentos, o Relator-Setorial atender dentro das normas. Há uma pressão política, mas temos de ajudá-lo. E para ajudá-lo temos de protestar quando não há cumprimento da LDO.

Portanto, fica registrado o meu protesto. Vou tentar, junto ao Relator-Geral, fazer com que o Relator faça uma adequação do seu parecer à legislação, para que não venhamos a fazer leis e nós mesmos venhamos a descumpri-las.

Sr. Presidente, o nosso voto é contrário ao parecer do Relator nos destaques, tendo em vista o não-cumprimento da LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Um momento, Deputada. O parecer do Relator já está votado. Agora estão em votação apenas os destaques.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Quero apenas uma informação. Gostaria de saber do Relator a respeito dos comentários que fizemos anteriormente na votação do seu relatório, quando assumiu conosco, da Frente Parlamentar da Assistência Social, o compromisso de buscar uma solução para o problema. Foi aí que atendemos à sua solicitação e ficou o compromisso do Sr. Relator com a Frente. Quero saber qual é a posição do Relator nesse caso.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Deputada, na verdade, é a mesma situação do nobre Deputado João Fassarella. Acatamos parcialmente os dois destaques do Senador Ney Suassuna. O valor era de 30 milhões de reais cada um e acatamos 500 mil reais. E o compromisso do Relator-Geral foi o de acatar no fechamento do seu relatório o parecer favorável a esses valores do destaque do Senador Ney Suassuna, de 30 milhões de reais cada um. Parece-me que a solicitação da Frente Parlamentar foi de 50 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Inclusive já foi aprovado nesta reunião.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Foram aprovados 500 mil reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Quinhentos mil reais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Foi um destaque ou foram dois?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Dois destaques de 500 mil reais. Vou ler outra vez os dois destaques.

Autor do destaque, Senador Ney Suassuna. Dados da emenda: Comissão de Assuntos Sociais. Apoio a ações sociais comunitárias no enfrentamento da pobreza nacional, no valor de 500 mil reais.

O outro é o Destaque nº 12, da Comissão de Seguridade Social e Família. Atendimento à criança em creche nacional, também no valor de 500 mil reais. São os dois destaques no de valor de 30 milhões de reais cada.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Pergunto a V. Exa. se o Relator-Geral comprometeu-se a acrescer nesse....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – O Relator abriu uma janela.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Abri essa janela, ou essa porta, como queiram, mas há o compromisso de que S. Exa. vai tentar acatar pelo menos uma parte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – O Sub-Relator não fechou a porta. Está aberta a possibilidade de o Relator fazer o atendimento. Foi esse o compromisso feito, e S. Exa. o está cumprindo. Nesse sentido está correto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Ficam de fora o deficiente e o idoso. Não entraram.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Solicito a V. Exa. que considere os destaques de bancada. Como eles são poucos, faço um apelo à sensibilidade de V. Exa. para fazer a indicação nesse sentido, porque há poucas emendas de bancada nessa área. Peço que seja dada uma atenção especial às emendas de bancada.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Deputada, na verdade, foi-me solicitado hoje, na votação do relatório, a possibilidade de nos reunirmos com o Relator-Geral, o que já foi feito. S. Exa. disse que nos iria atender. Esse é o compromisso. A janela ou a porta foi aberta. Portanto, a minha parte está cumprida, pelo menos parcialmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais; logo após, o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, mais uma vez esclareço que não concordo, neste momento, como também nos momentos anteriores em que o assunto surgiu — e não concordarei futuramente —, em desobedecer o parecer preliminar no que diz respeito ao estabelecimento das normas para aprovação pelo Relator-Setorial de emendas originárias de indicações.

Na verdade, as normas do parecer preliminar devem ser obedecidas. E qualquer desobediência a isso parece-me irregular. Deixo clara minha posição neste momento. Soube que quando da aprovação do parecer do Deputado José Lourenço essa irregularidade foi cometida pela Comissão.

Deixo aqui o meu protesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado, apesar de ser matéria vencida, registramos seu protesto.

Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, quero apenas fazer o seguinte registro: é importante o acréscimo de 500 mil reais, atendendo à solicitação....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Janela.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Se fosse só abrir a janela, não seria preciso, porque ela já está aberta. Parcialmente, todas as emendas já foram aprovadas. Então, a janela já existe. Na realidade, não se está abrindo janela. Acrescentaram-se 500 mil reais, que são muito bem-vindos em duas áreas apenas. Faltam o deficiente e o idoso, uma vez que os destaques feitos pelo Senador Ney Suassuna atendem apenas a duas áreas, deixando de fora as outras duas, que também são atendidas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

O que importa nesta discussão é que o compromisso não é apenas para suprir as duas áreas objeto de destaque do Senador Ney Suassuna. É possível que sobre um pouco dos 30 milhões que foram dados para lá. Temos de redistribuir esses recursos pelas demais áreas, algumas que não foram tão devidamente contempladas.

Agradeço a V. Exa. o compromisso e também ao Senador Ney Suassuna pela participação nessa luta. Vamos nos somar a esse esforço e esperamos contar com o apoio de toda esta Casa para recompor adequadamente os recursos ao atendimento ao idoso, ao deficiente, ao menino de rua, às creches, objeto dos destaques aqui apresentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Vamos votar.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição dos destaques permaneçam como se acham. (Pausa.)

**Aprovado.**

Rejeitados os destaques.

Não vão ao Senado.

Por já terem sido atendidos destaques do mesmo teor, foram prejudicados os Destaques nºs 13, 14 e 16, de autoria do Deputado João Fassarella; Destaques nºs 20, 21, de autoria do Senador Romero Jucá; Destaque nº 21, de autoria do Senador Carlos Bezerra; Destaque nº 34, de autoria do Deputado Darcísio Perondi; e Destaque nº 37, de autoria da Deputada Fátima Pelaes. Temos o Destaque nº 9, de autoria do Deputado João Coser.

Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, desejo fazer um esclarecimento. O nosso destaque é para fazer uma mudança, aparentemente pequena, mas de conteúdo, em emenda na área de assistência social apresentada apenas para criança e adolescente.

No Estado do Espírito Santo, realizamos um grande seminário da bancada federal com o setor de assistência social — pouco depois da apresentação das emendas —, com várias Secretárias Municipais e o Governo de Estado, além da Secretaria de Planejamento. Lá identificou-se uma maior necessidade de recursos para essa área em razão das dificuldades.

Apresentamos um documento ao Presidente da Mesa, Senador Gilberto Mestrinho, que despachou favoravelmente. Mas, de qualquer forma, fizemos um destaque para alterar o texto dessa emenda, porque ela tratava apenas de criança e adolescente. A nova redação seria: "Construção e manutenção de centro de assistência social no Espírito Santo", com o entendimento de que ela é mais ampla no sentido de se atender idosos, deficientes.

É uma reivindicação do Governo do Estado. Há documento subscrito por toda a bancada federal, mas, por existir uma norma regimental dizendo que isso depende do apoiamento do Plenário, gostaria do apoio da Comissão Mista de Orçamento, ouvido, evidentemente, o Relator, no sentido de aprovamos esse destaque para fazermos uma redação mais ampla à área de assistência social no Espírito Santo.

Quero explicar também que foi feita a substituição de uma emenda na área de infra-estrutura, que virou uma indicação, já tendo seus valores reduzidos para apenas 2 milhões de reais — era emenda maior. Nada foi feito de forma irresponsável e mal trabalhada. Tudo isso foi feito subscrito pela bancada e autorizado pelo Presidente desta Comissão.

Era esta a nossa solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Relator.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Nobre Deputado João Coser, regimentalmente, estou impedido de acatar seu pedido. Mas o Plenário é soberano e pode decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Vou submeter ao Plenário.

Esclareço ao Plenário que é apenas uma mudança. Não há inclusão, retirada ou mudança de recursos. Vou ler a mudança no texto.

A mudança da emenda da bancada do Espírito Santo é a seguinte: onde se lê "Atendimento à criança e ao adolescente no Espírito Santo", leia-se "Construção e manutenção de centros de assistência social no Espírito Santo". Não há nenhuma mudança quanto ao valor. Submeto, pois, ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, um esclarecimento. Por que o Relator está afirmando que não pode fazer isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Segundo o Regimento, S. Exa. realmente não pode. Esta é matéria que possui amarras regimentais. Mas o Plenário tem autonomia para decidir, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não conheço o dispositivo do Regimento que diz isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Essa não é emenda de bancada; é indicação do destaque de três quartos. Originalmente, ela é uma emenda da bancada do Espírito Santo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Ela teve uma substituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – É porque está alterando o objeto da emenda. Esse é o problema.

*(Não identificado)* – Deputado Pedro Novais, o meu entendimento é o mesmo de V. Exa. Não haveria nenhuma dificuldade. Mas o Relator comunicou-me que S. Exa., individualmente, não poderia, mas que não tem nenhuma objeção a acolher. Só que S. Exa. precisa comunicar o Plenário para respaldar a sua decisão. Nesse sentido é que estamos solicitando ao Plenário o respaldo à decisão de acolher.

Meu entendimento é idêntico ao de V. Exa., mas, infelizmente, fui incapaz de convencer o Relator. Por isso estou fazendo este apelo ao Plenário da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Ela tem caráter de emenda de Relator. Por isso que o Sub-Relator não pode...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Então, o Relator pode fazer emendas para corrigir e fazer reajustes. Ele não pode é criar despesas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – S. Exa. não entendeu dessa forma. Não está criando.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Então S. Exa. pode fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado, S. Exa. entendeu que o Plenário é que tem de decidir isso.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Deixo o meu protesto. O Relator não se pode omitir a assumir a responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Mas é um direito de S. Exa.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não, absolutamente. Desde que ele esteja dentro do Regimento. Ou, então, ele se recusa, rejeita a emenda. Há o parecer contrário. Aí não vem a plenário. Também é um abuso o Relator se omitir e o Plenário decidir com meia dúzia de pessoas. Não! Penso que o Relator tem de reexaminar a situação e ver se tem atribuição de fazer isso. E concordamos. O que não pode é S. Exa. se omitir e jogar a decisão sobre o Plenário.

**O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO** – Deputado, acato o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Em votação o Destaque nº 9, do Deputado João Coser, com aceitação do Sub-Relator.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.).

Aprovado na Câmara.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.).

Aprovado.

Encerrado o Setorial 8.

Agradecemos o ilustre Relator, Senador Wellington Roberto, que fez um trabalho magnífico.

Área Temática 8 – Previdência e Assistência Social encerrada.

Convido o Relator da Área Temática – Infra-Estrutura, Deputado José Priante, a comparecer à mesa, a fim de iniciarmos o debate.

Solicito a presença do ilustre Relator de Infra-Estrutura. Está aberto o espaço para apresentação de destaques.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, nas reuniões anteriores, ficou acertado que o Relatório nº 5, sobre infra-estrutura, seria o último a ser apreciado, inclusive os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Ele é o último.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Muito bem. Não é o último. V. Exa. está querendo o Relator aqui para discutir aquele relatório. Então, não será o último, porque ainda existe o da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado, o da Saúde já foi discutido. Agora, já está em discussão.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Saúde, Meio Ambiente. Parece-me que falta uma outra..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Só faltam esses três: Saúde, Meio Ambiente e Infra-Estrutura.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – O Relator da Infra-Estrutura informa que não está em condições de discutir, porque ainda está fazendo os ajustes necessários, em razão dos destaques. E S. Exa. está baseado no que foi combinado nas reuniões anteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, a única decisão tomada foi a de suspender a discussão do relatório da saúde. O da Integração já foi discutido e votado, só faltando os destaques. O da Saúde foi suspenso, a pedido do Plenário. A suspensão da matéria foi votada. Portanto, agora precisamos começar a discutir. Não quer dizer que vá acabar a discussão do Relatório da Infra-Estrutura. Não há mais nenhum passo a ser dado por esta Comissão neste momento.

A ausência, que aliás não acontece pela primeira vez, do Relator de Infra-Estrutura é algo inaceitável. Ainda hoje de manhã conversei com S. Exa., que me disse: "Olha, vamos dar continuidade, e provavelmente vai haver a discussão da matéria". Aliás, como membro da Comissão, S. Exa. deveria estar aqui, não apenas por ser Relator, mas principalmente por isso. É uma falta de respeito. Não falo isso na qualidade, neste momento, de Coordenador do Governo, mas de um membro da Comissão. É uma falta de respeito termos de suspender a sessão, irmos para casa, sem sabermos quando vamos votar e ficar na dependência da decisão de um homem. Estamos na dependência da decisão de um homem. Se S. Exa. decidir não apresentar ou não comparecer no próximo mês, o que iremos fazer? Que atitude tomaremos? Que Comissão é esta que agora depende de um homem? Que País é este que agora depende de um homem que paralisa tudo e diz "resolvi não vir, porque preciso fazer certos ajustes"? Que ajustes? Há quantos meses isso está aqui? Com exceção do Relatório da Infra-Estrutura, todos foram entregues antes do dia 15 de dezembro; já estamos em fevereiro.

Portanto, Sr. Presidente, não é cabível que isso aconteça. Peço a V. Exa. que ou tome uma atitude drástica imediata ou dê um tempo até depois da sessão. Suspendemos esta sessão, retornamos após as votações na sessão ordinária da Câmara e fazemos a discussão do Relatório da Infra-Estrutura. Caso contrário, sequer o que foi programado pelo Presidente — e comunicado à Comissão do Orçamento —, que é o novo cronograma, mais uma vez não será atendido.

Deixo explícito, na condição de Coordenador do Governo. O Governo tem interesse que esse Orçamento seja votado. E pode até parecer que não existe interesse nessa direção, mas temos interesse de que ele seja votado o mais rápido possível. Não me parece aceitável que isso aconteça do jeito que vem acontecendo. Não sei se isso já ocorreu nesta Casa. É a primeira vez que faço parte de uma Comissão de Orçamento, apesar de estar no meu quinto mandato. Não sei se isso já aconteceu aqui, repito, mas nunca vi isso ocorrer em lugar nenhum na história deste Parlamento, desde que estou aqui.

A Presidência tem neste momento em suas mãos a obrigação de tomar uma decisão a respeito desta questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado, tanto tomamos a decisão que já autorizamos imediatamente o recebimento dos destaques da matéria em discussão. Já está em discussão. Estamos aguardando apenas o Sr. Relator chegar.

Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, sugiro suspendermos esta sessão agora e retornarmos após as votações no plenário. E que a Secretaria da Mesa faça um comunicado ao Relator. Após a sessão, acredito que S. Exa. estará aqui presente para continuarmos as discussões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Antes de conceder a palavra ao Deputado João Coser, lembro que a Mesa, após a suspensão que foi feita pelo Presidente Gilberto Mestrinho, por intermédio da assessoria, fez um comunicado ao gabinete do Deputado José Priante, dizendo da necessidade de S. Exa. estar presente na discussão.

Portanto, já tomamos esta providência. Não foi por falta de aviso, volto a repetir.

Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, proponho, na mesma linha do Deputado Alberto Goldman, que façamos uma última concessão e, ao mesmo tempo, uma tentativa. Suspenderíamos a sessão por um prazo, até às 18h30min, e, a partir daí, começaríamos definitivamente o debate sobre Infra-Estrutura com a presença do Relator. Se S. Exa., porventura, não estiver presente, que a Comissão de Orçamento comece o debate com o conteúdo, uma vez que já foi feita a leitura do relatório, independentemente da presença de S. Exa. Mas, respeitosamente, solicitamos ao Deputado Pedro Novais que faça esse

contato com o Relator. Necessitamos da presença de S. Exa. aqui. Uma hora é suficiente para conversar com a Liderança do PMDB, Relator-Geral, Relator Setorial. Precisamos concluir esse debate ainda hoje, pelo menos até à noite, para podermos votar os destaques do relatório de Infra-Estrutura amanhã.

Esta é a minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Não havendo discordância, podemos encaminhar pela suspensão dos trabalhos até às 18h30min. Declaramos suspensa...

*(Não identificado)* – Vamos manter abertos os trabalhos para a apresentação dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Fica aberto o prazo para apresentação dos destaques. Já podem apresentar os destaques para a área de Infra-Estrutura, Relatório 5. Às 18h30min, reabriremos a discussão, com a presença do Sr. Relator.

Solicito à assessoria que mais uma vez entre em contato com o gabinete do Relator e solicitamos ao nosso nobre Deputado Pedro Novais, que é um articulador muito competente, que faça com que esta Comissão funcione a partir das 18h30min.

Está suspensa a sessão até as 18h30min.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Está reaberta a sessão para discussão da Área Temática V – Infra-Estrutura, com a presença do nosso Sub-Relator, Deputado José Priante.

Por haver votação no plenário, suspendo por mais cinco minutos a nossa reunião.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está reaberta a segunda reunião ordinária para discussão e votação dos relatórios setoriais.

Continuaremos a discussão da Área Temática V – Infra-Estrutura, cujo Relator é o Deputado José Priante.

Tem a palavra o nobre Relator, Deputado José Priante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, neste momento iniciaremos a discussão do Relatório de Infra-Estrutura.

Quero, antes de mais nada, ressaltar ao Presidente da Comissão as minhas considerações pela indicação feita por V. Exa. para que eu pudesse apreciar as emendas apresentadas e relatar esta matéria que considero o coração do Orçamento, sem demérito aos demais setores, fundamentalmente por conta dos três Ministérios que envolve: Transportes, Minas e Energia e Comunicações; mais do que isso, pelo fato claro, latente do retrato da demanda apresentada pelo Congresso, por meio dos Senadores e Deputados, para esta área. Foram perto de 5 bilhões ou mais de 5,5 bilhões de reais em emendas. Fundamentalmente, as bancadas, de forma muito evidente, priorizaram a área de Transporte.

Por conta dessa demanda e da dificuldade que estamos enfrentando neste momento em que o Governo quer fazer um Orçamento enxuto — e acho que deve ser feito —, há necessidade de que o desenho apresentado pelo Poder Executivo a esta Casa possa merecer a apreciação e a alteração que o Congresso entender necessárias.

Diante dessa demanda, do que nos foi autorizado — e grifo esta parte — pelo Relator-Geral, que na verdade é o maestro da elaboração deste Orçamento, S. Exa. que tem a visão macro de todo esse aspecto que envolve a elaboração do Orçamento, dentro desse parêntese, desse parâmetro, procuramos atender o mais razoável possível esta...

(Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Dentro dessa preliminar da discussão, ressalto que o que foi atendido no relatório, do ponto de vista dos recursos distribuídos, está fidedignamente dentro da orientação do Relator-Geral, dentro do acordo político feito com o Deputado Carlos Melles.

Por conseqüência disso, devo justificar a esta Comissão a solicitação para que o relatório de Infra-Estrutura pudesse ser o último, por conta de ser o mais complexo, o de maior demanda e, fundamentalmente, por estar buscando até o último instante um acordo junto ao Relator-Geral. Esse não é um acordo pessoal do Relator, mas um acordo conduzido pelo próprio partido, que me delegou a função e a responsabilidade de relatar esta matéria.

Diante do exposto, estou à disposição para as considerações.

Lerei alguns adendos que estão em fase de conclusão.

Parece-me que o Presidente solicita a palavra para a suspensão dos trabalhos no momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em face de estar havendo uma nova votação na Câmara, consulto o Plenário se podemos continuar os trabalhos. Os Deputados votariam e retornariam a esta Comissão para prosseguirmos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, acho que devemos continuar os trabalhos, até porque, quando há votação, vamos ao plenário, vota-

mos e logo retornamos a esta Comissão. Temos que ganhar tempo. Vemos o interesse do Relator e de todos os Relatores, de modo geral, e também temos os nossos interesses. Amanhã é quinta-feira e todos terão de voltar para os seus Estados. A sugestão que faço a esta Comissão é que continuemos os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Nesta linha, apoiamos a sugestão do Deputado João Ribeiro. Vamos continuar os trabalhos e cada um, individualmente, vai lá, vota e retorna para a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto. Então, continuaremos os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, solicitamos da Mesa que peça à assessoria para ficar atenta, a fim de que, quando houver votação nominal, avise aos Deputados, para que acorram rapidamente ao plenário, votarem e retornarem à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não.

Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Obrigado, Sr. Presidente. No que se refere à apresentação de destaque, o autor do destaque tem que estar presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A apresentação de destaque será feita após a leitura.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Esse critério vai valer apenas para agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, o mesmo critério em relação...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Após a discussão e a leitura do relatório. Quando entrarmos na fase de votação das emendas e dos destaques apresentados, então ficaríamos exclusivamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ao término da leitura dos adendos pelo Relator, continuaremos a receber os destaques, porque o prazo foi aberto na sessão anterior, quando o relatório foi lido...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sei, já apresentei os meus.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) -...e só encerrará quando terminar a discussão.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Está correto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Priante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, uma vez lido o relatório em sessão anterior, passo a ler um adendo ao relatório apresentado na Área Temática V, que diz o seguinte:

Consideram-se as seguintes alterações no relatório apresentado:

1) no que tange à Emenda nº 71140003, com vista a recuperar o texto original da emenda, conforme o proposto pelo autor, onde se lê "BR-050/MG – DIV. MG/GO – DIV. MG/SP", leia-se "BR-050/MG – DIV. MG/GO – DIV. MG/SP E TRECHO KM 72 AO KM 95"; onde se lê " ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE – BR – 050/MG – DIV. MG/GO – DIV. MG/SP", leia-se " ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE – BR-050/MG – DIV. MG/GO – DIV. MG/SP E TRECHO KM 72 AO KM 95"; onde se lê "BR-050/MG – DIV. MG-GO – DIV. MG/SP", leia-se "BR-050/MG – DIV. MG/GO – DIV. MG/SP e trecho KM 72 ao KM 95".

2) no que tange à Emenda nº 50180001, com vista a adequar o subtítulo à unidade orçamentária mais apropriada, onde se lê "Nome UO: ELETROBRÁS"; leia-se "Nome UO: ELETRONORTE"; onde se lê "Unidade Orçamentária: ELETROBRÁS", leia-se "Unidade Orçamentária: ELETRONORTE".

À pág. 155, na unidade orçamentária ELETROBRÁS, no programa Energia no Eixo Arco Norte, exclua-se a linha Funcional Programática 25.1752.0291.5848.0002, Seqüência 019372; Subtítulo Implantação de Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no Rio Jari; ESF 3; IU: 0; FTE 495; GND 4; NA 90 Proposta 0; Acréscimo 10.000.000 milhões; Cancelamento 0; Substitutivo 10 milhões;

À pág. 156, na unidade orçamentária ELETRONORTE, no programa Energia no Eixo Arco Norte, inclua-se a linha Funcional Programática 25.1752.0291.5848.0002; Seqüência 019372; Subtítulo Implantação de Usina Hidrelétrica de Santo Antônio no Rio Jari; ESF 3; IU 0; FTE 495; GND 4; NA 90 Proposta 0; Acréscimo 10.000.000 milhões; Cancelamento 0; Substitutivo 10 milhões;

3) no que se refere ao anexo "Alterações de Propostas Orçamentárias para 2000 – Por Setor/UO/Funcional", com o objetivo de restabelecer parte dos subtítulos suprimida por erros de impressão, onde se lê "26.784.0231.5845.0002-019382 in-

terligando Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS)", leia-se "26.784.0231.5845.0002-019382, construção da superestrutura de tabuleiro sobre a hidrovia do rio Paraná, interligando Paulicéia (SP) – Brasilândia (MS)"; onde se lê "26.783.0233.5581.0002-019380, no Estado do Rio Grande do Sul", leia-se "26.783.0233.5581.0002-019380, construção de contornos ferroviários no corredor MERCOSUL, no Estado do Rio Grande do Sul"; onde se lê "26.784.0235.5595.008-019537, AL", leia-se "26.784.0235.5595.0008-019537, participação da união no capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – construção de cais para contêineres no Porto de Maceió – AL"; onde se lê "26.782.0220.2834.0022-019280, no Estado da Bahia em Feira de Santana", leia-se "26.782.0220.2834.0022-019280, restauração de rodovias federais no Estado da Bahia em Feira de Santana"; onde se lê "26.782.0220.2841.0002-019385, nacional", leia-se "26.782.0220.2841.0002-019385, conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias – nacional"; onde se lê "26.782.0232.5842.0002-019295, no Estado do Mato Grosso do Sul", leia-se "26.782.0232.5842.0002-019295, adequação de trechos rodoviários no Corredor Sudoeste – no Estado do Mato Grosso do Sul"; onde se lê "26.782.0233.5722.0004-019339, no Estado de Santa Catarina", leia-se "26.782.0233.5722.0004-019339, construção de acessos rodoviários no Corredor MERCOSUL – no Estado de Santa Catarina"; onde se lê "26.782.0235.5708.0002-019265, no Estado do Ceará", leia-se "26.782.0235.5708.0002-019265, construção de trechos rodoviários no Corredor Nordeste – no Estado do Ceará"; onde se lê "26.782.0237.5710.0004-019274, no Estado de Goiás", leia-se "26.782.0237.5710.0004-019274, construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins – no Estado de Goiás"; onde se lê "26.782.0237.5710.0014-019355, no Estado de Tocantins", leia-se "26.782.0237.5710.0014-019355, construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia—Tocantins – no Estado de Tocantins"; onde se lê "26.782.0237.5772.0004-019272, em Goiânia/GO", leia-se "26.782.0237.5772.0004-019272, construção de contornos rodoviários no Corredor Araguaia—Tocantins – em Goiânia/GO";

onde se lê "26.782.0663.5394.0030-019315, João Pessoa-PB (contorno viário)", leia-se "26.782.0663.5394.0030-019315, eliminação de pontos críticos, João Pessoa- PB (contorno viário)"; onde se lê "26.782.0663.5384.0032-019321, no Estado do Paraná", leia-se "26.782.0663.5394.0032-019321, eliminação de pontos críticos – no Estado do Paraná"; onde se lê "26.782.0663.5394.0034-019330, em Vilhena – RO", leia-se "26.782.0663.5394.0034-019330, eliminação de pontos críticos – em Vilhena – RO"; onde se lê "26.782.0663.5394.0040-019363, Nacional – NA"; leia-se "26.782.0663.5394.0040-019363, eliminação de pontos críticos – Nacional – NA"; onde se lê "26.782.0663.5394.0044-019283, no Estado de Roraima, em Boa Vista", leia-se "26.782.0663.5394.0044-019283, eliminação de pontos críticos – no Estado de Roraima em Boa Vista"; onde se lê "26.783.0222.5860.0002-019388, no Estado de Alagoas", leia-se "26.782.0222.5860.0002-019388, construção e recuperação do sistema de trens urbanos — no Estado de Alagoas"; onde se lê "25.752.0292.5847.0002- 019381 nacional", leia-se "25.752.0292.5847.0002- 019381, implantação de usinas termelétricas — nacional."

Registro a presença do Relator-Geral, que legitima meu relatório, com certeza.

4) Com relação às emendas e Indicações de bancada estadual, tendo em vista as autorizações do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concedidas a requerimento das bancadas dos Estados do Espírito Santo e do Amapá, para efeito, principalmente, do cálculo de base estabelecido no item 22 do parecer preliminar:

a) Considere-se a Emenda nº 71090005 39201 DNER 26.782.0220.2834.0024, restauração de rodovias federais — BR-259/ES — restauração do trecho Colatina — divisa ES/MG como sendo Emenda de Relator, decorrente de solicitação de Bancada Estadual, nos termos do item 20.4 do Parecer Preliminar;

b) Considere-se a Emenda nº 80050004 39201 DNER 26.782.0238.5711.0001, construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte — BR-156/AP — Ferreira Gomes — Oiapoque (fronteira Guiana Francesa) como sendo Emenda de Bancada do Estado do Amapá.

5) Incluam-se as linhas a seguir no quadro às fls. 15 (Alteração de Descritores), em atendimento ao Aviso nº 066/2000/GM/MT, de 26/01/2000, em que o Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes fundamenta as alterações dos descritores das seguintes ações constantes do PL nº 20/99:

Funcional Programática 26.784.0237.0464.0001. Onde se lê "participação da União no capital — Companhia Docas do Maranhão

— recuperação do Berço nº 101 do Porto de Itaqui — Maranhão", leia-se "participação da União no capital — Companhia Docas do Maranhão — recuperação, melhoramentos e modernização do Porto de Itaqui — Maranhão";26.784.0237.0466.0001. Onde se lê "participação da União no capital — Companhia Docas do Maranhão — derrocagem do acesso ao Berço nº 107 do píer petroleiro do Porto de Itaqui — Maranhão", leia-se "participação da União no capital — Companhia Docas do Maranhão — recuperação, melhoramentos e modernização do Porto de Itaqui — Maranhão".

Posteriormente, após a sanção da Lei Orçamentária, passarão a constituir a mesma funcional-programática.

Sala das Comissões.

Deputado José Priante.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ainda há mais?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Há mais um adendo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Para fazer uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser. Não é discussão ainda.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – É, de fato, um esclarecimento. Estou lendo, estou com dificuldade de entender, porque temos direito de apresentar dez emendas e cinco indicações. Há três Estados, o Rio Grande do Sul tem nove...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Nove o quê?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Nove acolhimentos por parte de V. Exa. Pressupõe-se que sejam indicações ou destaques. Mato Grosso do Sul, dez, com acréscimos. E o Pará com onze. Como é que, neste relatório só, há dez destaques? Uma pergunta: como é que se chega...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Não entendi.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – No Mato Grosso do Sul, há dez, entre emendas e indicações; no Pará, onze. V. Exa. acolheu 122 milhões no Pará, em onze projetos diferentes; no Mato Grosso do Sul, em dez projetos diferentes; e, no Rio Grande do Sul, em nove projetos diferentes. É uma pergunta.

No caso do Espírito Santo, fizemos seis: duas indicações e quatro emendas. Temos as seis aqui acolhidas. Estou perguntando porque se pressupõe que esses Estados não apresentaram emendas em outros relatórios, ou muito poucas. É uma dúvida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Se demandou mais emendas a Área de Infra-Estrutura, evidentemente, tem que ser apreciada, no mínimo, e atendida mais na Área de Infra-Estrutura. Não tenho dúvida. Se o Pará apresentou dez emendas, dez emendas foram apreciadas. O Espírito Santo apresentou seis, e seis emendas foram apreciadas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está bem.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, só uma informação. No caso de Mato Grossos do Sul...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos deixar para a parte da discussão, para que S. Exa. complete a leitura do relatório.

*(Não identificado)* – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator, Deputado José Priante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Há mais um adendo.

Considerem-se as seguintes alterações no relatório apresentado:

1) no que tange às Emendas nºs 71200004, 71200008 e 71201008 (sendo esta última uma emenda para adequação técnica do Orçamento de Investimento das Estatais ao Orçamento Fiscal e da Seguridade), às fls. 21, 89, 113, 118 e 187, substituam-se o 'valor aprovado' (ou acréscimo) e o 'valor indicado' por aqueles constantes do quadro abaixo:

Emenda 71200004. DNER. BR-101/RJ — restauração do trecho divisa São Paulo/Rio de Janeiro — divisa Rio de Janeiro/Espírito Santo. O valor aprovado foi de 6.971.800 reais; o valor indicado, 3.028.200 reais; total: 10 milhões de reais.

Emenda 71200008. Ministério dos Transportes. Participação da União no capital — Companhia Docas do Rio de Janeiro — construção, ampliação e melhoramento da infra-estrutura dos portos do Rio de Janeiro (terminais e acessos). Valor aprovado (acréscimo): 12.845.200 reais; valor indicado: 7.154.800 reais; valor total: 20.000.000.

Emenda nº 71201008 (adequação técnica). Companhia Docas do Rio de Janeiro. Construção, ampliação e melhoramento da infra-estrutura dos portos do Rio de Janeiro (terminais e acessos). Valor aprovado: 12.845.200 reais.

2) Com base em informações do Ministério dos Transportes obtidas após a conclusão do relatório

apresentado desta Área Temática, considere-se rejeitada a Emenda nº 80050005, com o título 'Estrada de Ferro do Amapá — Trecho Macapá — Porto Santana — Porto Grande — Pedra Branca — Serra do Navio — AP', por contrariar o disposto no art. 32 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000 ( Lei nº 9.811, de 28.7.99), ao propor a destinação de recursos para ferrovia cuja construção, uso e gozo, sem ônus para a União, foi concedida à iniciativa privada.

3) No que se refere à Emenda nº 33510011, de autoria do Deputado Saraiva Felipe, à pág. 62, onde se lê 'Construção de Acessos a Centros Urbanos — BR-120/MG — Construção de Acesso a Ubá', leia-se 'Construção de Acessos a Centros Urbanos — BR-265/MG — Construção de Acesso a Ubá'.

Deputado José Priante.

Lidos os adendos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Passaremos, agora, à discussão do relatório. Continua aberto o prazo para a apresentação de destaques. O Senador José Alencar não se encontra.

Com a palavra o Deputado Osvaldo Biolchi. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente, eu gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho. Realmente é uma área temática das mais difíceis. A maioria dos Estados tem carência na Área de Infra-Estrutura. Sabemos que a pressão é muito grande, mas V. Exa., com muita competência, soube distribuir pelos Estados da Federação os recursos que lhe foram destinados pelo Relator-Geral.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Relator, o nosso Estado, Goiás, é carente principalmente de obras, na Área de Infra-Estrutura, e apresentamos alguns destaques para solicitar a V. Exa. a possibilidade de aumentar esses recursos.

Aqui destaco a recuperação de pontos críticos: restauração de rodovias e conservação de rodovias no Estado de Goiás. Temos recursos da ordem de quatro milhões e meio, mas estivemos no Ministério dos Transportes e verificamos a necessidade do aumento desses recursos, para que, assim, o Ministério, através do DNER, possa proceder ao serviço de recuperação da nossa malha rodoviária e, com isso, garantir a trafegabilidade nas rodovias goianas.

Apresentamos, também, destaques para outras rodovias que estão sendo construídas em nosso Estado, umas sendo adequadas e outras em construção, como a BR-060, a BR-070, a BR-414 e os contornos de Goiânia.

Também apresentamos, Sr. Relator, destaque para a continuidade da construção da Ferrovia Norte-Sul. Esta ferrovia, inclusive, mereceu destaque por parte da Comissão de Viação e Transportes, por ser uma rodovia de integração nacional, até pelo próprio nome, ligando o Norte ao Sul do País. E o Estado de Goiás tem grande interesse na ligação de parte dessa ferrovia, no trecho Senador Canedo/Porangatu, que liga o início do Corredor Centro-Leste, na cidade de Senador Canedo, em Goiás, à outra ponta da Ferrovia Norte-Sul, que está sendo construída, do Maranhão em direção ao Estado do Tocantins.

Essa ferrovia é de fundamental importância para o Centro-Oeste e para o Brasil. Ela vai possibilitar o escoamento da nossa safra para o Porto de Itaqui e o Porto Ponta da Madeira, na cidade de São Luís do Maranhão. Como temos uma área agricultável muito grande, isso vai possibilitar o crescimento da agricultura no Estado de Goiás, o aumento da produção de grãos e, então, a melhoria da nossa economia.

Sr. Relator, para não me alongar muito, eu gostaria de fazer essas considerações e pedir a sensibilidade por parte de V. Exa. no atendimento desses destaques que apresentamos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, está difícil acompanhar o relatório, porque, se verificarmos a pág. 86, o Espírito Santo tem uns números e, se verificarmos a página...

*(Não identificado)* – Qual a página, Deputado?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Oitenta e seis do relatório. É só uma tentativa de entender. E, depois, a pág. 28. Eu quero trabalhar com a pág. 28. V. Exa. (ininteligível) favor. É um relatório consolidado, e é o que estamos destacando.

Posso ignorar a pág. 87, no caso específico do Espírito Santo, porque não quero falar bobagem. Se eu falar me referindo a uma página, posso estar fazendo uma crítica incorreta a V. Exa. Preciso, portanto, desse esclarecimento. Esse exemplo serve para todos os Estados. Peço apenas essa explicação, sem querer descobrir aqui nenhum milagre. Mas há uma diferença razoável, no caso do Espírito Santo. Sai de 19 milhões para 25 milhões. Em outros Estados há uma diferença muito maior. Então, só pra perceber o que é isso, se posso trabalhar com a pág. 28, no caso. Isso facilitaria a minha intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado João Coser, pela nota do Relator-Geral, que foi lida, temos que trabalhar com base nos relatórios feitos pelo PRODASEN, a partir da pág. 84. A Dra. Myrna já foi buscar a nota para...

*(Não identificado)* – Pág. 80.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pág. 80.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

O Deputado Osvaldo Biolchi já chegou. S. Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI** – Sr. Presidente, ilustre Senador, componentes da Mesa, ilustre Relator, Sras. e Srs. Deputados, do Rio Grande do Sul, foram apresentados vários destaques. Entretanto, quero ressaltar um de extrema importância, os contornos ferroviários.

Temos inúmeras cidades de porte médio para cima, com 60 mil a 70 mil habitantes, como Carazinho, Ijuí, Uruguaiana, São Borja e outras que ainda hoje estão sendo prejudicadas, porque estão cortadas ao meio, no centro da cidade, por ferrovias. Essa situação causa gravíssimos problemas a essas cidades, acidentes e inúmeras mortes de pedestres, especialmente de crianças e idosos. A proposta inicial da bancada era de 30 milhões de reais, Sr. Presidente. Entretanto, esse valor foi reduzido para 4 milhões e foi apresentado um destaque de 6 milhões. Por isso, venho aqui, de público, pedir para que, realmente, considerando o atraso dessas ferrovias do Rio Grande do Sul que transitam pelo centro das cidades, seja acatado esse destaque.

Muito obrigado, Sr. Presidente, ilustre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero, da mesma forma que o Deputado Pedro Chaves, fazer um apelo ao nosso Relator de Infra-Estrutura com relação, principalmente, a dois pontos da mais alta importância para nós de Goiás. Um deles diz respeito à BR-080. Na indicação original da bancada, o trecho que colocamos, por um erro nosso, foi de Uruaçu até São Miguel do Araguaia. E ainda faltam 32 a 40 quilômetros de asfalto a serem concluídos nessa BR, ligando a cidade de Padre Bernardo, no seu distrito de Dois Irmãos, à cidade de Barro Alto. Então, gostaríamos, nesse nosso destaque que estamos apresentando, que houvesse a possibilidade de o Relator corrigir esse erro que cometemos.

O outro diz respeito à Ferrovia Norte-Sul. Goiás tem interesse, o Governo tem interesse em investir também na possibilidade de conseguirmos ter essa ferrovia pronta o mais rápido possível. Esta ferrovia já devia estar pronta, como discutíamos há pouco, desde 1955, 1958 ou 1960, não sei. Há muitos anos, essa ferrovia seria de integração nacional, como vai ser agora. Ela corta todo o Norte do País, fazendo uma ligação, via férrea, ao Sul do País.

Temos hoje problemas de transporte. Os investimentos, durante os anos, foram voltados absolutamente para o transporte rodoviário, ignorando-se a questão ferroviária. O Governo Fernando Henrique Cardoso está dando a oportunidade de termos restaurada e restabelecida essa possibilidade histórica de fazermos essa ferrovia. Então, a bancada de Goiás, com todos os seus Deputados e Senadores, assinou uma emenda de bancada pedindo que um dos trechos fosse de Senador Canedo a Porangatu.

Já temos certa indicação do Relator de que teremos isso preservado e gostaríamos de reafirmar esse pedido e o compromisso de termos restabelecida essa questão como sendo emenda de bancada, tecnicamente apresentada no momento oportuno e sem nenhum erro que possa inviabilizá-la.

Por isso gostaríamos que fosse retornada como emenda da bancada de Goiás. Entendo o esforço do Relator em transformar a emenda dos Estados do Tocantins e Maranhão, mas o trecho mencionado na indicação original do Governo já está concluído. Então, ficou prejudicado. O Relator, num esforço muito grande, transformou essa numa emenda nacional, mas temos de deixar a marca da bancada de Goiás, do Governo de Goiás de que temos interesse em construir essa ferrovia da mais alta importância. Era essa nossa participação e o nosso pedido ao nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, na peça enviada pelo Poder Executivo, mais precisamente pelo Ministério dos Transportes, vieram recursos para a construção do contorno rodoviário da BR-230, mais precisamente situado na cidade de João Pessoa.

Fica localizado esse contorno numa área cujo tráfego tem em torno de 15 mil veículos ao dia. Os recursos originários são da ordem de 3 milhões, mas

não são suficientes para a construção daquele contorno. Em função da insuficiência de recursos, estamos apresentando destaque para que V. Exa., Relator Deputado José Priante, estude com simpatia o aumento dos recursos para que haja condições da construção daquele contorno. Como afirmamos, o contorno estrangula um trânsito em torno de 15 mil veículos ao dia. Pedimos a V. Exa. que estude com simpatia o destaque que estamos apresentando. Era essa a nossa participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento da Mesa. Estamos votando o Relatório Setorial da Infra-Estrutura do nobre Deputado José Priante. Quero apenas um esclarecimento, com base no que estamos discutindo. Iremos aprovar apenas as indicações que têm fonte; as indicações políticas ficarão para apreciação posterior do Relator-Geral. Não é isso, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator- Setorial.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – É preciso que fique claro que estamos discutindo meu relatório. Ao lermos o relatório, verifica-se que existe em determinado momento...

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Valor aprovado e valor indicado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** –... em determinado momento do relatório a busca da legitimação da Comissão para o quadro desenhado no relatório.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sim, mas quando formos votar, nobre Relator, essa é a minha dúvida...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Vamos aprovar o relatório.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – O relatório com o valor aprovado. As indicações, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Vamos aprovar o relatório com todo o tempero que ele carrega. É preciso que se leia o relatório.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sim. Mas quero levantar essa dúvida desde agora, porque não poderemos aprovar o valor indicado. Vamos aprovar o valor aprovado, porque esses outros recursos estão condicionados ao fato de que sejam garantidos posteriormente.(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos aprovar na hora da votação o valor aprovado e o indicado. Há um acordo com o Relator para se fazer isso.

Com a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, o Deputado José Priante fez uma série de afirmações agora e não quero amanhã não tê-lo entendido bem. Se aprovarmos o relatório, aprova-se o relatório com todos os condimentos. Não entendo essa linguagem. Quero saber exatamente o que estou fazendo. Tenho aqui o resumo de dotações programadas, área temática e tal, proposta, cancelamento, acréscimos e soma. Esses números não têm nada a ver com os valores aprovados em seguida por Estado e bancada. Temos os valores aprovados e os acréscimos. São números absolutamente destoantes. É preciso saber o que estou aprovando e qual é a pimenta.

A segunda questão — e gostaria que o Relator me explicasse claramente — é a seguinte: estamos aprovando um relatório em que existem indicações; vamos aprovar um relatório, não vamos aprovar indicações nem o quadro que está aqui. Vamos aprovar um relatório com as indicações embutidas. Não vamos aprovar as indicações, quero deixar claro a V. Exa. Não estamos discutindo um relatório. Votamos a favor ou contra o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Exatamente, relatório com as indicações.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Com tudo o que está lá dentro, o que está lá dentro é um relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto. Com a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de considerar algumas questões que dizem respeito ao Estado de Pernambuco, quero fazer uma ponderação no interesse de uma solução clara do problema que começamos a examinar: o Relatório de Infra-Estrutura. Todos aqui sabe-

mos que de todos os relatórios, seguramente o mais complexo, de difícil equacionamento, é o que coube ao Deputado José Priante relatar. É verdadeiramente um relatório complexo. Sendo já por natureza difícil de ser examinado e de aprovação complexa, um elemento tem de estar antecipadamente resolvido na minha opinião — e tenho a impressão de que é a opinião de todos — qual seja: o elemento que diz respeito às chamadas indicações, se elas valem ou não como aprovação. Rigorosamente, todos devemos ter, antes de qualquer outra coisa, essa noção dentre outras razões, porque o valor dessas chamadas indicações não é proporcional ao conjunto das emendas. Se fosse horizontal, uma única dimensão de indicação por emenda, alguém poderia dizer que os 10% acrescentados aqui não valem, mas não é bem assim. Num projeto é 10%, em outro, 20%, no outro é 3%. Então, isso estabelece uma confusão de difícil solução.

Sugiro ao Presidente, ao Sr. Relator e ao Sr. Relator-Geral, se já não há compreensão de que ela seja absolutamente resolvida, porque, se o Relator- Setorial já trabalhou uma peça, se concluiu um conjunto de indicações e se o Relator-Geral está disposto a atender a esse conjunto de indicações, não há por que não aprová-las agora como se fossem valor final.

Não vejo nenhuma razão para não ser assim. Discutiríamos um número só junto com fontes que verdadeiramente pudéssemos considerar verdadeiras, para não reproduzirmos este ano a confusão do ano passado, quando aprovamos uma ilusão, com números variáveis e variados de fontes, do chamado "imposto verde", e depois vimos que não valeu coisa nenhuma. O que está retardando a análise desse projeto, a conclusão da sua votação, que todos desejamos, é o esclarecimento desse ponto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – O Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Guerra, já se manifestou sobre as observações de V. Exa., no sentido de que o que será submetido é a somatória da indicação com o relatório previsto no Orçamento, por conta de acordo com o Relator-Geral. Então, ressalto que este é o acordo e foi solicitado para que o Relatório de Infra-Estrutura pudesse ser relatado e discutido nos relatórios finais.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – O esclarecimento do Relator- Setorial deve ter consistência, pela responsabilidade que S. Exa. tem de relatar matéria dessa dimensão. Acreditamos no que S. Exa. acaba de afirmar. Não temos direito de fazer outra coisa se não acreditar nisso.

Sr. Relator, o número que iremos trabalhar é o que inclui as indicações feitas pelo Relator-Setorial, que estão no quadro no começo do relatório.

Em relação a Pernambuco, quero fazer algumas ponderações. A primeira é uma questão que sempre abordamos aqui. Há dois portos em construção no Nordeste: um em Pernambuco, outro no Ceará. Sem que se atribua ao Congresso essa distorção, mas ao Executivo, sistematicamente o porto que está sendo construído no Ceará merece esses recursos e ainda tem dotações superiores ao que está sendo construído em Pernambuco. Nós, daquele Estado, que aportamos no projeto do Porto de Suape mais de 50% de recursos próprios, ao contrário do projeto do Porto de Pecém, que tem apenas 10% de contrapartida do Governo do Estado do Ceará, não podemos aceitar essa injustiça. Não é uma injustiça do Relator — tradicionalmente o Congresso tem produzido a equalização desses números —, que trabalhou na direção dessa equalização, mas pleiteamos que ela se dê.

Dois projetos que interessam a Pernambuco objetivamente foram atendidos, de maneira bastante desequilibrada, neste relatório. Refiro-me à Ferrovia Transnordestina e à Hidrovia do São Francisco. Mais uma vez quero dizer que não tenho absolutamente nada contra a aprovação de valores superiores para qualquer projeto, mas tenho absolutamente tudo para defender valores que também equilibrem a posição dos projetos de interesse de Pernambuco e do Nordeste. Então, nada a opor aos projetos aprovados para outras áreas e os valores que lhes são atribuídos, mas tudo em defesa dos nossos projetos que não foram verdadeiramente atendidos. Por exemplo, emenda regional para a Ferrovia Transnordestina está atendida em 3 milhões 485 mil, mais 1 milhão 514 mil desse valor indicado que estamos considerando aprovado pelo Relator-Setorial em geral, o que soma 5 milhões. A Ferrovia Norte-Sul, da maior importância, tem aqui 41 milhões e mais 17 milhões indicados. Para nós não faz o menor sentido essa diferença, absolutamente injusta do nosso ponto de vista.

A mesma coisa se pode afirmar em relação à Hidrovia do São Francisco, que tem aqui 3 milhões e 400 mil, mais 1 milhão e meio de indicação, enquanto a Hidrovia do Araguaia e seus desdobramentos tem para lá de 40 ou 50 milhões aprovados.

Então, os nordestinos são sempre acusados de pretender demais em recursos — e é justo que pretendam, porque têm de menos em matéria de recur-

sos naturais. Nós, do Nordeste, de maneira geral, e de Pernambuco, em particular, consideramos essa distribuição extremamente desequilibrada e inaceitável para as nossas bancadas.

Apenas mais uma ponderação, Sr. Presidente. Essas comparações são esclarecedoras, não são críticas. Levantei a situação dos recursos de conservação e restauração. Pernambuco tem a segunda maior rede rodoviária do Nordeste, 2.475 quilômetros; a primeira é a Bahia, com 4.243 quilômetros. No entanto, a dotação para conservação e restauração na nossa área é a quinta. Isso não se justifica, porque provavelmente deve haver uma relação entre o tamanho da rede e o valor aprovado para conservação e restauração.

A única justificativa para distorção desse tipo seria se as estradas de Pernambuco estivessem em condições infinitamente melhores de manutenção e conservação do que as outras estradas, o que não é verdade. Li que o campeão nordestino de estradas mal conservadas é Pernambuco: apenas 11% de suas estradas estão em bom estado; 55% em estado regular e 34% em péssimo estado.

O segundo Estado com rodovias negativamente conservadas, que disputa com Pernambuco esse campeonato de precariedade, é Alagoas, que tem 26% de estradas em bom estado de conservação, 24% apenas de regular e 50% de estradas péssimas.

Estou apresentando elementos acerca das estradas para consideração do Sr. Relator — já o fiz antes —, para que S. Exa., com a autoridade que tem e com a responsabilidade técnica que, sei, preside suas decisões, equalize esses números.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, a BR-020, a única meta rodoviária não construída pelo Presidente Kubitschek, que ele chamava "a estrada de integração nacional", Fortaleza—Brasília, está pronta no trecho Brasília-Barreiras, na Bahia, e Picos, no Piauí, a Fortaleza. Há um intermezzo de uns 500 quilômetros, e essa BR vem sendo tocada lentamente acerca de cem quilômetros do território piauiense. Recentemente, o Presidente da República esteve em São Raimundo Nonato, no Piauí, e assumiu o compromisso solene de que iria dar guarita a esse sonho de Kubitschek, a BR-020, pelo valor de integração nacional que representa. As obras vêm sendo operadas com muita eficiência, honestidade e competência pelo Batalhão de Engenharia do 3º Exército — daí a grande dificuldade de liberação de recursos, por ser o Exército. Na proposta do Governo vieram já 4 milhões e 500 mil para essa rodovia, aliás, o valor maior do meu Estado.

A bancada, por unanimidade, em razão da proposta do Governo Federal, resolveu, por uma emenda de indicação do Deputado Wellington Dias do PT, encaminhar apelo para que esse valor fosse acrescido de cerca de mais dez milhões de reais. O Sr. Relator atendeu a cerca de 2 milhões e 500 mil reais, mas o Piauí ficou numa situação muito peculiar. Chamaria a atenção do Sr. Relator e do Deputado Sérgio Guerra, **expert** e professor, que poderia nos dar orientação para um fato. Veja bem, meu caro Relator, veio da proposta do Governo "restauração de rodovias do Estado do Piauí 14 milhões e 450 mil", V. Exa. acresceu mais 1 milhão e 200 mil; vem ainda conservação de rodovias do Estado do Piauí, 5 milhões; e depois serviço de manutenção terceirizado de rodovias do Estado do Piauí, 9 milhões e 500 mil. Ora, há certa distorção: se há um serviço de manutenção terceirizado de rodovias, não sei por que a conservação de rodovias.

Faço apelo ao Relator José Priante para que reflita sobre esses números da proposta governamental e veja até que ponto seria possível o remanejamento desses números, além de acrescer recursos à BR-020.

É esse o apelo que farei ao eminente Relator, cujo destaque apresentei à Mesa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, a bancada do Estado de Rondônia apresentou várias emendas, a maioria acolhida por esta Sub-Relatoria, embora não no tamanho e na proporção que o Estado entende ser de direito, até para resgatar diferença de aplicação de recursos. Se os Estados do Nordeste se sentem preteridos e prejudicados, nos Estados do Norte, então, a proporção é muito maior.

Foram apresentadas emendas, e vou ler uma por uma. Primeira, eliminação de pontos críticos na BR-364, na altura da cidade de Vilhena. Quero esclarecer que a BR-364 é o eixo principal de desenvolvimento do Estado, é a estrada que escoa toda a produção de Rondônia e corta o Estado de leste a oeste, inclusive ligando-o ao Acre. Apresentamos a emenda, foi deferida pela Sub-Relatoria, e do pedido de 20 milhões foram acolhidos 9 milhões; estamos apresentando destaque para que seja elevado seu valor. Igualmente, para a eliminação de pontos críticos da

mesma BR, na altura da cidade de Cacoal, recursos para a continuidade da construção da BR-421, que corta o Estado no sentido norte/sul; também de extrema importância. Ainda a BR-429, que também liga o Estado no sentido norte/sul, um pouco mais ao norte. A construção do anel viário na cidade de Ji-Paraná, cujo tráfego no centro da cidade está completamente inviabilizado, tendo em vista que a BR corta a cidade exatamente no seu eixo principal. E a mais importante delas, que a Sub-Relatoria não acolheu por erro operacional da equipe técnica que auxilia a Comissão de Orçamento, a emenda que assegurava recursos para a conclusão da construção da BR-174, que liga a cidade de Vilhena ao norte do Estado de Mato Grosso e possibilita o escoamento da produção de soja da região. Peço a atenção do Sub-Relator porque a questão é importante.

Inicialmente, a bancada propôs, numa de suas emendas, que os recursos fossem alocados para recuperação de rodovias estaduais através da SUFRAMA, o que tecnicamente não pode ser feito. Verificado o erro, a bancada, cumprindo procedimento estabelecido no Regimento Interno e nas normas que regulam o funcionamento da Comissão, apresentou ofício, datado de 8 de dezembro e protocolado no dia 9 de dezembro, solicitando a inversão. Onde se lê o título "Construção e Recuperação de Rodovias Estaduais em Rondônia", leia-se "BR-174, Rondônia, Construção de Trecho Vilhena, Divisa de Rondônia com Mato Grosso". O expediente, acompanhado da assinatura de todos os Parlamentares que integram a bancada do Estado de Rondônia, foi despachado e não chegou em tempo ao Sub-Relator. O relatório parcial foi fechado sem considerar essa proposição, apresentada em tempo hábil e na forma regulamentar.

Desta forma, Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, é preciso que se reconheça esse erro e que se acolha a emenda.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Permite um aparte, Sr. Senador?

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Permita um esclarecimento antecipado deste caso. V. Exa. tem razão no que diz respeito à emenda que trata da BR-174. Por erro técnico, falha técnica, ela foi desconsiderada. Lamentavelmente, o relatório já havia sido fechado, mas será sanada a falha com apresentação do destaque. Evidentemente envidaremos esforços para resolver o problema de natureza técnica.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Perfeito, uma vez reconhecida a existência de falha, não há mais o que discutir sobre esse assunto. Passarei à parte final da minha observação.

Quero apenas, Sr. Presidente, dizer que houve emenda da bancada regional, tendo ficado destacado para os Estados de Rondônia e do Acre a construção de uma ponte sobre o Rio Madeira, ligando a cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, à cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre. A construção dessa ponte é de fundamental importância para o desenvolvimento dos dois Estados, sobretudo do Estado do Acre. A balsa oferece um serviço muito lento e atrasa em quatro ou cinco horas, quando funciona, a ligação entre as duas Capitais.

A Sub-Relatoria acolheu parcialmente, muito acanhadamente, a solicitação. E queremos reivindicar aumento dos recursos, uma vez que a importância não é suficiente para iniciar a obra. Está presente o Senador Tião Viana, que certamente se manifestará a esse respeito. Essa obra é de fundamental importância, repito.

Portanto, faço apelo ao Sub-Relator para que reveja a questão e para que seja considerado no relatório final o aumento de verba, a fim de que seja iniciada essa obra, extremamente importante para o desenvolvimento dos dois Estados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, pelo tempo de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de iniciar minhas considerações sobre as questões do Paraná, gostaria de fazer um questionamento ao Relator sobre a Fonte de 250. Gostaria que V. Exa. explicasse à Comissão o que é a Fonte 250 e qual a expectativa de arrecadação dela. Temos informações divergentes sobre os valores que poderão ser arrecadados nessa Fonte.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Esse é um questionamento pertinente, oportuno, apesar de a maioria dos membros da Comissão já ter conhecimento dessa Fonte. Quero dizer à Comissão que essa não foi uma Fonte inventada para promover aumento de recursos ou uma iniciativa deliberada do Relator-Setorial. Essa Fonte foi incluída no Orçamento por conta de manifestação do Governo à Comissão de Orçamento, oficializada pelo Ministro dos Transportes. Portanto, o texto atendido no relatório, que prevê arrecadação de cerca de 744 milhões, é o texto encaminhado pelo Diretor-Geral do DNER e reitera-

do, oficializado pelo Ministro dos Transportes Eliseu Padilha. Portanto, não surgiu da imaginação, mas foi uma manifestação do Governo para que fosse incluída no Orçamento essa Fonte.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, farei a seguinte consideração. Na pág. 11 do relatório temos "multas previstas na legislação de trânsito", que é a Fonte 250, 744 milhões. E o Relator utilizou para as emendas o valor de 306 milhões, correto? O restante seria aplicado diretamente pelo Ministério, certamente para movimentar a máquina que promoverá essa arrecadação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – A máquina de arrecadação. Muito bem, dentro da expectativa prevista pelo Ministério do Transporte.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Vou fazer um registro, Sr. Relator. No Paraná, o DER fez contrato com uma empresa, a Cosladel(?), para executar esse trabalho de multas. E acabou propondo a rescisão desse contrato porque os resultados não foram os esperados. Imaginamos que a Fonte 250 vai arrecadar, se tudo correr bem, em torno de 20% do valor previsto.

Gostaria de destacar que o Paraná, com todas as suas estradas, contemplado com seis emendas de bancada, cinco emendas e uma indicação, segundo o Relator apresenta na pág. 35, teve atendimento de 42 milhões de acréscimo. Na pág. 21, vemos — peço a atenção dos Deputados Santos Filho, Basílio Villani, José Borba e Nelson Meurer, nossos colegas de bancada do Paraná — que temos 42 milhões como acréscimo, na verdade um terço desse valor são indicações ao Relator, que não têm fonte definida neste relatório. Portanto — aí também faço um questionamento ao Sr. Presidente —, estamos dando por aprovada uma verba sem fonte definida. Dependendo da escolha da fonte pelo Relator-Geral, se acatar a indicação, isso pode representar mais ou menos recursos. Então, temos uma diferença já grande. E se consideramos, às págs. 88/89, as emendas de bancada do Paraná, vamos somar, na Fonte 175, apenas 15 milhões e 297 mil. Dos 42 milhões apresentados na pág. 35 para atendimento às emendas do Paraná, apenas 15 milhões e 297 mil se referem à Fonte 175.

Sr. Relator, gostaria que V. Exa. reconsiderasse esses valores de atendimento ao Paraná, para o que apresentamos destaques, os Parlamentares do Paraná que fazem parte desta Comissão. Destaquei a BR-487, Porto Camargo/Campo Mourão, importante obra; a eliminação de pontos críticos no Paraná, a BR-476, Adrianópolis/Bocaiúva do Sul; a restauração de outros trechos no Paraná, fundamental tendo em vista que a nossa malha rodoviária precisa de recursos para restauração; ainda a BR-153, BR-376, Alto do Amparo/Ventania e Imbituva, emenda da Região Sul, e ainda a construção do contorno sul de Curitiba, com destaques que apresentamos, inclusive alguns para remanejamento de verbas dentro do atendimento da bancada.

Mas gostaria, Sr. Relator, Sr. Presidente, de dizer que o Paraná precisa de mais recursos. E, fazendo a conta, temos garantidos, na Fonte 175, 15 milhões e 297 mil, atendendo a seis emendas da nossa bancada. Gostaria, Sr. Relator, que V. Exa. reconsiderasse, uma vez que os recursos são insuficientes para a quantidade de emendas que a bancada do Paraná destinou à sua área de infra-estrutura e levando-se em conta a necessidade real que temos em função do estado da malha viária e da necessidade de conclusão de obras. Estamos inaugurando a ponte de Porto Camargo, uma das grandes obras de engenharia que o Brasil está realizando, e não haverá estrada para ligá-la ao corredor de Campo Mourão, que liga ao anel viário do Paraná.

São essas as observações que tenho a fazer. E peço a atenção especial do Sr. Relator para os problemas da Fonte 250, das indicações sem fonte, que não podemos considerar aprovadas. Na verdade, o que se pretende, talvez, é transformar as indicações do Relator em indicações da Comissão. Da forma como está proposto o relatório, Sr. Presidente, Sr. Relator, é a transformação das indicações do Relator em indicações da Comissão ao Relator. E isso precisa ser avaliado, porque aí vamos deixar o Relator numa situação difícil de poder apreciar cada uma das indicações que lhe são feitas com o mérito que S. Exa. colocar e que considero da competência do Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço aos nobres Parlamentares que se atenham ao tempo, sejam sintéticos nas observações. Temos cerca de 31 inscritos.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, com relação à resposta sobre a Fonte 250, oferecida pelo nobre Relator.

Sr. Presidente, esta Casa analisa um Orçamento remetido pelo Presidente da República. O Presi-

dente da República, mediante documentação, mediante preparação do Ministério do Planejamento, remete a esta Casa um projeto de lei. Não pode haver nenhum documento, de nenhuma autoridade outra, que possa ser utilizado de instrumento para dar legitimidade à palavra do Governo. Na questão orçamentária, quem remete o projeto de lei é o Presidente da República.

Portanto, quero deixar absolutamente sem efeito a existência de qualquer documento. E quero dizer a V. Exa. que quando Ministros ou agentes de vários órgãos vinham dizer que tem isso, tem aquilo, eu lhes dizia que cabe ao Presidente da República mandar o projeto de lei. Podemos reavaliar as receitas, é um papel que será exercido pelo Relator-Geral. É uma reavaliação de receitas, não neste momento. Para mim, esse documento enviado pelo Ministério dos Transportes, como por qualquer outro Ministério, dizendo que as receitas não são essas que estão no documento enviado pelo Presidente da República, mas são outras, não têm nenhuma validade, não têm nenhum significado.

Quero que esta Comissão entenda que deve desconsiderar qualquer documento que aqui venha por qualquer Ministro ou dirigente que não seja o Presidente da República. Só S. Exa. tem autoridade e a iniciativa de projeto de Lei Orçametária.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Gostaria de fazer algumas considerações a respeito da manifestação dos Deputados Alberto Goldman e Ricardo Barros com relação à Fonte 250 e à indicação autorizada pelo Relator-Geral.

Estamos diante de um impasse, e exatamente por isso, como Relator-Setorial, procurei encontrar um caminho que resultasse em atendimento satisfatório à demanda apresentada nessa área, da ordem de 5,5 bilhões de reais — 700 milhões de reais a emenda, corrige-me um colega. Num primeiro momento foram autorizados 700 milhões de reais pelo Relator-Geral para atender a essa demanda. Evidentemente, se fosse um critério estático, algo que desconsiderasse a questão política, incluindo apenas a necessidade de atentar tecnicamente, poderíamos adotar o critério da proporcionalidade de 10% dos recursos demandados. O Paraná, por exemplo, com uma demanda de 145 milhões, teria menos de 10%, ou um pouco mais, 15 milhões de reais.

Ora, no calor dessa conversa, o Governo manifesta-se por intermédio do Ministério dos Transportes informando que há essa previsão de arrecadação. Por ser o Relator-Geral um maestro deste Orçamento, temos de S. Exa. a consideração dessa manifestação, que autoriza, assistido pelos técnicos da Comissão e, mais do que isso, em conversa constante com o Ministro Martus Tavares. De acordo com o Líder do Governo, Deputado Alberto Goldman, não deveríamos conversar com o Ministro, mas com o Presidente da República, que, em última instância, encaminhou o Orçamento para esta Casa. Portanto, não posso levar em conta esse argumento, Deputados Goldman e Ricardo Barros, porque considero, até que se prove o contrário, que a manifestação do Ministro dos Transportes, a consideração e a autorização do Relator-Geral, Carlos Melles, com a anuência do Presidente da Comissão e assessorado por uma equipe competente, tenha legitimidade e seja cabível de se incluir nesse relatório que, ressalto, é setorial e poderá merecer julgamento do próprio Relator-Geral, até mesmo alteração.

Portanto, levando em consideração essas argumentações, fico à mercê da decisão da Comissão de Orçamento, porque estamos diante de um impasse. Ao não considerarmos a Fonte 250 no Orçamento — por não ter legitimidade, em última análise não poderia ser acrescentada — e as indicações autorizadas por acordo, hoje mesmo manifestadas pelo Presidente da Comissão a este órgão, estamos diante de um quadro novo. Portanto, terei de voltar ao meu gabinete para relatar novo Orçamento, sob o desenho de 700 milhões a distribuir, buscando atender satisfatoriamente à demanda tal qual apresentada nessa área temática.

Diante dessas considerações, Sr. Presidente, fica muito claro o porquê de eu ter solicitado à Presidência e às lideranças desta Comissão que o Relatório de Infra-Estrutura fosse o último, a fim de ter tempo para conversar com os setores do Governo e fundamentalmente com esta Casa, porque, em última análise, o Orçamento é submetido à apreciação do Congresso. Há um balizamento, uma orientação por parte do Governo, mas em última análise o Congresso deve ouvir esta Comissão e o Plenário, e não o Poder Executivo. Com essas considerações, como Relator-Setorial, fico à vontade para que a Comissão possa decidir e manifestar a melhor posição para o encaminhamento dessa matéria.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. tem a palavra.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, volto à minha questão de ordem anterior. Não tenho dúvidas em relação ao documento apresentado pelo Sr. Ministro dos Transportes; esse é o primeiro ponto com relação à fonte. No relatório, o nobre Relator, à pág. 11, quanto às fontes indicativas, escreve claramente:

> *As fontes indicadas em anexo a este parecer setorial constam como complementação das dotações disponibilizadas para a Relatoria setorial de infra-estrutura. Como tiveram a garantia de sua realização pelo Presidente da Comissão e do Relator-Geral, levamos a aprovação da matéria a esta Comissão.*

Entendo isso pacificamente. Agora, minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no sentido de que devemos votar o relatório do nobre Relator aprovando o que está com parecer favorável, e as indicações seguirão para o Relator-Geral, mas não serão aprovadas agora. Aprova-se o encaminhamento das indicações porque depois, se o Relator-Geral localizar as fontes e puder justificar as indicações, dentro do acordo feito, ele poderá acatá-las. Esta é minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O processo será exatamente este: aprovaremos as emendas e o encaminhamento das indicações, porque o Relator-Geral tem o compromisso de indicar as fontes que cobrirão as referidas indicações.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, gostaria de fazer pequena consideração. Todos nesta Casa sempre pleiteamos mais recursos para investimento; precisamos fazer avançar o País. De repente, o Relator-Setorial vai buscar fontes, recursos, encontra-os, mas não manifesta a vontade explícita, documentada, do Ministério dos Transportes, segundo a qual mais recursos podem ser acatados tendo em vista maior arrecadação, o que permitirá melhor distribuição dos recursos para a infra-estrutura rodoviária que todos pleiteamos e sabemos ser deficitária no âmbito nacional. Daí não vejo por que discutir a validade da informação vinda do Ministério. O Ministro em nenhum momento poderia intitular-se dono da verdade, para cá remetendo correção de maior receita, sem logicamente ter a responsabilidade do cargo que ocupa. Portanto, para mim é questão superada. Não vamos dizer que vamos cortar 700 milhões porque o Ministro disse que vai arrecadar, embora não acreditemos. Ora, seria um contra-senso, não é verdade? Até porque sabemos que existem poucos recursos para investimento.

Na questão ainda pendente de aprovação por esta Casa, mencionada pelo Relator... Sr. Presidente, permita alongar-me um pouco porque, como o Pará foi bem atendido, o Deputado já está fazendo defesa do Relator. Tenho os números. O Relator, embora seja do Pará, foi um pouco mais justo que outros tantos com relação ao Pará e a todos os Estados. S. Exa. adotou um critério, e, com a responsabilidade de quem é crítico, faz uma análise crítica. Tenho números segundos os quais o Pará não dispõe de mais recursos por quilômetro do que 6 ou 8 Estados brasileiros, seja para pavimentação, seja para recuperação, restauração, adequação e construção. Comparo com a Bahia, por exemplo. Tenho os números e vou distribuí-los aos companheiros. Entendo que faz justiça o Relator, e se não o faz de todo é porque não é possível corrigir tudo de uma só vez, mas fez um pouco mais de justiça com o Pará e vários Estados, buscando mais recursos para podermos melhor distribuí-los aos Estados. Acho legítimo, pois todos pleiteamos mais. Eu já destaquei, buscando mais recursos no Pará, porque acho que é justo.

Sr. Presidente, entendo que a questão da fonte, ainda a ser decidida pelo Relator-Geral, precisa ser resolvida. No entanto, obtive informações do Relator-Setorial de que o próprio Relator-Geral estava a admitir e a indicar as fontes para que pudéssemos complementar o valor por ele incluído, pendente de aprovação pela Casa. Então, fica aí a palavra do Relator-Setorial. Se o Relator-Geral pudesse melhor orientar nossos procedimentos...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O entendimento é exatamente esse. Quanto à questão abordada pelo Deputado Alberto Goldman, a proposta orçamentária é de competência do Presidente da República, como também é princípio orçamentário que todas as receitas públicas constem do Orçamento. Se a receita não constar do Orçamento, cabe a nós incluí-las. Foi esse o erro do Ministério. Como essa receita não constava do Orçamento, o Relator trabalhou junto ao Ministério, levantou a fonte, oficializou-a e incluiu-a na proposta orçamentária, sob pena de que, não constando no Orçamento, o Governo não poderia cobrá-las, porque só pode cobrar o que consta no documento oficial do Orçamento da República.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, decidimos que as indicações não poderiam ser feitas. O Relator-Geral decidiu que as indicações não podiam ser feitas. Houve acordo, mencionado por V. Exa., e essas indicações não são indicações, são valores reais que podemos considerar estabelecidos no relatório. Por exemplo, uma emenda do Rio foi de 12 para 20 em função de uma indicação que não é indicação, mas valor real. Então, quero saber se tenho de trabalhar com 20 ou com 12. Penso que tenho de trabalhar com 20, e o que quero está acima desse valor, mas essa é decisão da Comissão. Quer dizer, a indicação não existe mais. Entendi que o Relator disse que a indicação não existe mais. Apenas não existe tempo hábil para que ele refaça todo o relatório; então, consideremos a indicação um valor. Para isso podemos, por decisão da Comissão, já considerar a indicação um valor, aprovado no Sub-Relatório. Fiz e refiz destaques e continuo achando que fiz o destaque errado. Então, V.Exa. tem de dar uma decisão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, estamos alongando uma conversa que, com todo o respeito ao conjunto da bancada da Comissão de Orçamento, é extremamente desnecessária. V. Exa. já respondeu e sabemos o que é possível fazer. Vamos discutir e aprovar os recursos que existem, que têm fonte. O Relator vai sugerir com caráter de indicação pessoal, com o respaldo da Comissão. É uma indicação para o Relator-Geral, porque assim dizem a lei, a Constituição e as normas: não podemos aprovar fonte de despesa sem receita. V. Exa. já respondeu a isso. A pergunta da Deputada Laura Carneiro, com todo o respeito, é desnecessária nesse sentido. Vamos aprovar o Orçamento que tem fonte real; as outras sugestões serão encaminhadas ao Relator-Geral. Assim funcionou nos outros relatórios. Desculpe-me por falar meio tenso, mas fiz a questão na primeira fala e V. Exa. respondeu. No relatório há recurso que garante; o resto são boas intenções. Quero que sejam acolhidas. O Espírito Santo está contemplado e há boa dose de confiança de que o Relator-Geral vai acolher-nos. Vamos aprovar o relatório oficial, legal. O resto são sugestões ao Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, só para complementar. Tem razão o Deputado João Coser, até porque o Relator-Geral nos enviou o Ofício Circular nº 1, de 2000, afirmando exatamente isso. As indicações, recursos da (ininteligível), não têm qualquer valor regimental ou legal, uma vez que não estão previstas no parecer preliminar. Portanto, para todos os fins legais e regimentais, devem ser desconsiderados nos Relatórios Setoriais todos os demonstrativos de acréscimos e cancelamentos de dotações que não sejam oriundos do processamento eletrônico oficial da Comissão. Isso está claro em documento emitido pelo Relator da Comissão. Acho que o Deputado João Coser já mencionou isso, e o Presidente também, e essa questão está clara. As indicações são do Relator-Setorial, que evidentemente serão feitas ao Relator-Geral, dentro das regras que S. Exa. estabeleceu para a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Exatamente. Vamos aprovar o relatório, os valores do relatório e as indicações do Relator-Geral, que se comprometeu — ainda há pouco acertei com S. Exa. — a encontrar ou indicar as fontes para as indicações, se for o caso.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, nobre Relator, gostaria de iniciar dizendo que não queria estar na sua pele. Imagino o esforço que V. Exa. fez e está fazendo para tentar compor tantas emendas. Talvez V. Exa. seja o campeão dos destaques; não V. Exa., não o relatório, mas a matéria, em função da quantidade de emendas e do valor de 5.700.

Em primeiro lugar, a bancada do Rio de Janeiro apresentou, com os demais Parlamentares da Região Sudeste, emenda que para nós é vital, para a complementação do metrô no nosso Estado. Fizemos dois destaques: um da Região Sudeste, com assinatura de Deputados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e outro da bancada, especificamente para essa emenda. São os Destaques nº 47 e nº 51. Já conversei com V. Exa. sobre o assunto e sobre a nota técnica, que nunca me apresentaram. Mas, enfim, V. Exa. foi informado pela assessoria técnica que tanto o metrô do Rio de Janeiro como o de São Paulo, diferentemente dos metrôs dos demais Estados, não puderam ter suas emendas acolhidas em razão de as obras já efetivadas terem sido feitas exclusivamente pelos Governos estaduais, ou seja,

pelo Governo do Rio de Janeiro e pelo Governo de São Paulo.

Nobre Relator, tenho certeza de que o que se dá no Rio Janeiro é o mesmo que se dá em São Paulo. Não necessariamente a complementação de linhas ou novas linhas dos metrôs de São Paulo e do Rio de Janeiro se farão sem aporte de recursos da União, sem convênio com a União. Então, não há motivo técnico. Embora não tenha recebido a nota técnica, não consigo perceber o motivo que nos impede (ininteligível) para o futuro. Podemos dizer que no passado o Governo do Rio de Janeiro trabalhou sozinho, sem a União, mas no futuro ele pode trabalhar com a União, se vier pelo Orçamento da União. São várias linhas, quer dizer, há projetos para várias linhas de metrô. No Rio funcionam duas linhas, a nº 1 e um pedacinho da nº 2. Há projetos das Linhas nºs 4, 3, 5; enfim, há vários projetos em estudo.

Sei das dificuldades de V. Exa. Considero essa emenda vital, tanto que a apresentamos pela Região Sudeste, no valor de 200 milhões. Ela foi rejeitada, mas tenho certeza de que V. Exa. encontrará uma solução.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Permita-me, Deputada? Entendo ser legítima a consideração de V. Exa., assim como, na mesma linha de encaminhamento, a posição do Estado de São Paulo.

Evidentemente este relatório não tem qualquer pretensão de ser perfeito, muito menos acabado, até porque esta Comissão tem o poder de alterar e discutir e, em última análise, o Relator-Geral pode reparar ou encaminhar para a reparação as falhas que possam ter sido cometidas no encaminhamento dos relatórios setoriais.

A emenda com relação ao metrô foi retirada por orientação técnica. Eu gostaria de ler para V. Exa. um trecho do parecer preliminar:

> *(...) justificarão caso a caso qualquer dotação destinada à entidade privatizada ou em processo de privatização, remanejando os recursos alocados indevidamente na proposta.*

Esse é um item que deve ser considerado. E, se nós estivermos errados, existe o instrumento do destaque, e nós tentaremos promover o reparo.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – O que estou argumentando é exatamente isso. Se eventualmente alguma das linhas de metrô foi privatizada, não significa dizer que outras linhas o serão. O importante é que, mantendo-se a obra no Orçamento da União, a União trabalhe com o Governo do Estado e façam juntos o metrô. Por isso, é possível para a bancada de Brasília, para a bancada da Bahia, é possível para todas as bancadas.

Talvez V. Exa. não tenha os valores possíveis ou pretendidos pela bancada, mas peço-lhe que pelo menos acolha os Destaques nºs 47 e 51, para que possamos ter minimamente uma janela para o segundo momento da discussão desta matéria.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Gostaria de, dando resposta...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Relator, estamos fugindo à rotina dos trabalhos da reunião. A praxe tem sido haver o pronunciamento dos Srs. Deputados e, após o pronunciamento, o Relator referir-se a cada um. Se ficarmos com o debate constante, não terminaremos o trabalho. Gostaria que a nobre Deputada terminasse a discussão.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Nobre Presidente, eu não poderia deixar de conceder um aparte ao Relator.

Até para terminar essa questão do metrô, o que é privatizado é a utilização da linha, não a obra. Quanto a essa nota técnica, poderíamos tentar rever a matéria e efetivamente aprová-la, de alguma maneira. Tenho certeza da sua boa vontade de aprovar os Destaques nºs 47 e 51.

O segundo tema diz respeito especificamente à CBTU. V. Exa. acolheu uma emenda da bancada — essa é uma emenda do Governador Anthony Garotinho — que tratava de valores de um programa de investimentos apoiado pelo Banco Mundial, com compromissos internacionais. V. Exa. iniciou a aprovação dessa emenda, que propunha o valor de 30 milhões, com 3 milhões, quase 4 milhões. Mas, ao mesmo tempo, houve um corte incidente sobra a mesma CBTU, no GND-4; portanto, ainda na área de investimentos, dentro do que tinha a CBTU para esse mesmo programa de 9 milhões, 579 mil, o que significa dizer que nós ganhamos 3.600.000 e perdemos 9.500.000. Significa dizer que acabamos perdendo 6 milhões.

V. Exa. conversou comigo e disse que esse corte foi feito pelo Relator-Geral. Sem isso, a CBTU simplesmente pára. Não pára no Rio de Janeiro, mas pára na Região Sudeste. Não se trata de uma questão apenas do Rio de Janeiro, mas também do Rio de Janeiro. Esse valor veio do Governo; não veio sem ser pensado, sem ser trabalhado, sem ser a necessidade real da CBTU.

Por outro lado, pedi a V. Exa. que desconsiderasse os Destaques nºs 48 e 49. Desde já os considere rejeitados. Tivemos que reapresentar os Destaques de nºs 363 e 364, em função do adendo feito por V. Exa., o adendo de nº 2. Em função da decisão de que tínhamos que destacar os valores em cima do valor, e não em cima do valor mais (ininteligível) indicação, nós destacamos, primeiro, a questão da BR-101. O que significa a BR-101? A reestruturação das rodovias federais...

Tenho respeitado todos aqui. Tenho ficado todos os dias, das 10h até a hora em que termina a reunião. E vou terminar minha fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Continue, Deputada, por favor.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Quanto às rodovias federais, V. Exa., com a indicação, aprovará cerca de 10 milhões. Esse valor quase impossibilita a execução do que é necessário em termos das obras. Para V.Exa. ter uma noção, a BR-101, além de toda a Avenida Brasil — e a nossa preocupação maior vai além da Avenida Brasil —, alcança toda a área de Angra e Parati até São Paulo. E por quê? Em função da possibilidade de haver qualquer emergência na Usina Nuclear de Angra dos Reis. Se algum dia V.Exa. tiver oportunidade de trafegar pela estrada de Parati a Angra, ou mesmo do Rio a Angra, vai constatar que é impossível transitar, num caso de emergência nuclear, numa estrada como aquela.

Por outro lado, há a questão da Companhia das Docas do Rio de Janeiro, que, entre indicação e valor, chegou a 20 milhões. A Presidência das Docas explica que, para complementação do Porto de Sepetiba, para execução do Terminal do Caju, são necessários exatos 27 milhões e 500 mil — nenhum tostão a mais, nenhum tostão a menos. Por isso, destaquei. Tenho certeza de que V. Exa. já fez o que foi possível e fará o máximo possível, senão teremos ainda a instância do Relator Carlos Melles.

Agradeço a V. Exa. Talvez tenha sido, nobre Deputado José Priante, o relatório que mais levou em conta — talvez também porque haja mais dinheiro —, que mais beneficiou o Estado do Rio de Janeiro. Se somarmos todos os recursos nos relatórios até agora votados, veremos que o Rio de Janeiro tem 77 milhões. Dos 77 milhões, quase a metade é de autoria de V. Exa. Todos os outros relatórios somaram para o Estado do Rio de Janeiro 35 milhões.

Então, eu não poderia deixar de dizer que, muito embora V. Exa. tenha tido mais dinheiro que os outros, o seu relatório foi o que mais beneficiou a bancada do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado (ininteligível).

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Apenas para dar uma informação. Fiz um contato agora com o Ministro Martus Tavares, e a informação de S. Exa. é a seguinte: o que foi enviado para cá e que é do Governo é o projeto de lei que veio para Casa assinado pelo Presidente da República. Não há nenhum tipo de compromisso, com nenhum acréscimo, em qualquer tipo de receita. Claro que o Poder Legislativo tem todo o direito de tomar suas decisões e fazer como deseja. Mas o Poder Executivo não tem nenhum tipo de compromisso com qualquer aumento, muito menos com o aumento da tal Fonte 250. Não existe relação alguma com o Ministro Martus Tavares e com o Governo, oficialmente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma manifestação. Não vou, de forma alguma, botar em dúvida a manifestação do Deputado Alberto Goldman, até mesmo porque S. Exa. representa o Governo nesta Comissão. Então, pelas considerações do Deputado Alberto Goldman, sinto-me impotente para continuar essa votação, até porque, pela manifestação do Ministro Martus Tavares, S. Exa. acaba de exonerar o Ministro Padilha. Então, por conseqüência disso, preciso esclarecer...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não, não, ele não exonerou, não, absolutamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Eu preciso esclarecer esse episódio. Então, eu solicito...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Relator, ele não está exonerando.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Então, eu solicito... Porque o Ministro Padilha é um membro do Governo, e manifestou oficialmente, numa conversação direta com o Relator-Geral, que tem, por última análise, a possibilidade... Eu gostaria que os colegas pudessem...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** –...pudessem respeitar as minhas considerações. Então, eu entendo...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, pela ordem. Na minha conversa com o Ministro Martus Tavares, não foi citado o nome de nenhum Ministro, de nenhuma autoridade.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Perfeito. Eu entendo que o processo foi legitimamente discutido pelo Relator-Geral, pelo Ministro dos Transportes, pelo DNER, pelos técnicos da Comissão, mas, com essa manifestação de que o Ministro Martus desconsidera e desautoriza essa manifestação do Ministro Padilha, estamos diante de um impasse.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – S. Exa. não tem poder algum para isso. Não encaminhou...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, continuemos. Botemos de lado essa manifestação do Ministro Martus.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ouviremos o Deputado Sérgio Guerra e depois o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Eu acho que essa discussão não leva a nada. Não estou interessado em saber se o Ministro mandou ou não carta, nem tenho o menor interesse no que o Ministro Martus Tavares disse. Essa questão não nos diz respeito. Somos aqui Deputados e estamos discutindo um Orçamento cuja Fonte 250 foi acatada pelo Relator-Setorial e considerada boa pelo Relator-Geral. Então, nós também a consideramos boa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Eu quero endossar essa posição do Deputado Sérgio Guerra. Entendo que nenhum Ministro tem autoridade para desmentir ou desdizer o que o outro Ministro afirmou. O que diz respeito e é de interesse desta Comissão é o dito pelo próprio Ministro dos Transportes. Essa é a posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado Pedro Novais tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, parece-me que o Governo está querendo tumultuar o processo. Vou ler o que diz a Constituição: "As emendas ao projeto de lei do Orçamento anual ou aos projetos que a modifiquem somente podem ser aprovadas caso: (...) III – sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões".

Houve uma omissão de receita patente. O Relator quis incluir essa receita, mas não sabia o valor exato — aliás, duvido que alguém aqui no Congresso saiba. Então, pediu a informação ao Ministro dos Transportes. E foi isso que veio: um ofício dando o valor exato daquela omissão. E foi isso que o Deputado Priante incluiu. O restante é tumulto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Basílio Villani.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Estou ouvindo atentamente a discussão sobre o relatório. Eu sabia que teríamos dificuldade para a aprovação do relatório. Aliás, todos os anos acontece o mesmo fato. Por isso continuo defensor do Fundo Nacional de Transportes. Enquanto não tivermos um Fundo Nacional de Transportes, todos os anos vai haver essa guerra aqui. Há necessidade de recursos e não existem recursos.

O que temos que fazer hoje, Sr. Presidente? Devemos aprovar o relatório da infra-estrutura. Diga-se de passagem, quero até estender os meus cumprimentos ao Sub-Relator, o Deputado José Priante. Essa tarefa não é fácil. Realmente, a situação é complicada. Existem falhas, sim. Há necessidade de nos sentarmos depois com o Sub-Relator e com o Relator-Geral para acertar algumas distorções. Isso sempre foi assim, e será assim novamente.

Então, eu gostaria de dizer que nosso desejo — principalmente defendendo um partido que é do Governo — é avançarmos. Quero dar um jeito de terminar o quanto antes esses sub-relatórios, para que possamos entrar no Relatório Geral. Vamos ter problemas para frente, em março. Nós vamos ter dificuldades. Levantei uma questão de ordem por escrito. A Comissão, se não andar, vai ser massacrada pela imprensa e pela sociedade. Por quê? Porque não vamos ter condições de atender os dois duodécimos que vamos gastar em janeiro e fevereiro. E, em março, não teremos o PL sancionado.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção do Sub-Relator. Também não faço crítica. Nós, no Paraná, infelizmente... Tanto adoramos o Rio Grande do Sul que até viajamos juntos, sentados, em todas as viagens, no mesmo avião. A situação das estradas no Rio Grande do Sul, porém, é idêntica à situação das estradas do Paraná. O número de Parlamentares, a economia é idêntica. A bancada do Paraná é muito avaliada, sempre se comparando seu trabalho com o do Rio Grande do Sul. Isso é inevitável. São trinta Parlamentares. Os do Rio Grande do Sul são 31. E qualquer Deputado, de qualquer Região, que vá observar: se hoje fizermos uma comparação, veremos que o acréscimo já veio muito além do Executivo. Parabéns, Deputado José Priante. Eles têm

Ministro. Se o Ministro for do Paraná, tudo bem. Eles têm Ministro; então, já veio muito além do PL do Executivo. Muito mais foi acrescido pelo Sub-Relator nesse relatório.

Assim, há necessidade, sim. Chamo a atenção da Comissão para o seguinte: a imagem da bancada do Paraná não pode ser denegrida perante a imprensa do Paraná. E já estamos sendo malhados. Não vou dar dados aqui para não antecipar muito, porque quero aprovar esse relatório hoje.

Chamo a atenção do Sub-Relator para o seguinte: temos um fato atípico no Paraná, onde... Eu acho que outros Estados também não atentaram para esse detalhe: foi votado na semana passada, ou há quinze dias, o SNV.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. pode terminar o raciocínio.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Então, Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo é a seguinte: existe alguma dúvida para se votar esse relatório hoje? Acho que devemos votar. Quero ter oportunidade de corrigir algumas falhas que detectamos no relatório. Existem falhas que vieram do Executivo. Agora temos a oportunidade de corrigi-las.

Então, a minha questão de ordem é a seguinte: votamos hoje, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sim.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Nós, do Paraná, damos total apoio, porque concordamos com o relatório do Deputado José Priante.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nós votaremos, porque o Executivo envia ao Congresso a proposta orçamentária, como acontece em todos os países. A iniciativa do Orçamento pertence ao Executivo. No Brasil é assim. A decisão soberana de aprovar o Orçamento é do Congresso Nacional. Temos essa proposta. Se houve omissão de receitas, cabe a nós corrigir. Esse é um papel do Legislativo, que constitucionalmente tem a responsabilidade de elaborar o Orçamento da União. Assim, continuaremos a discussão e, posteriormente, faremos a votação de modo que se cumpra a norma regimental.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado João Fassarella tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Vou tomar apenas dois minutos. Fui verificar o local em que estava inscrito, mas sinto necessidade de me manifestar agora. Nós, como Relatores — fui Relator-Setorial —, vivemos problemas enormes, por exemplo, na área da educação, em que deixamos de cumprir a Constituição Federal, em relação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; deixamos de cumprir a Emenda Constitucional nº 85 em relação ao FUNDEF; deixamos de cumprir outros dispositivos constitucionais, pela ausência de recursos. Apenas fizemos a descrição no relatório, sequer achando que poderíamos fazer uma indicação ao Relator-Geral, por ausência de fonte. Chegamos agora ao Relatório da Saúde, por exemplo, em que se deixa de cumprir a LDO e... Olhem, recuso-me a participar desse "entendimento" — entre aspas — com o Relator-Geral sobre essas indicações que não têm fontes de recursos. Vai-se apenas impedir o atendimento das questões relativas à Educação, à Saúde, das questões relativas às obrigações sociais da Nação.

Em que pesem outras manifestações que ocorreram, até de pessoas do nosso partido, acho que podemos aprovar aqui os recursos assegurados e arrecadados pelo Sr. Relator. Mas não podemos aprovar indicações de um valor que ninguém sabe de onde vem nem como virá. O Relator-Geral não está aqui. Se S. Exa. tem recursos e se comprometeu a atender, que libere os recursos para o Relator-Setorial e os coloque no Orçamento, e não essa indicação que, para mim, é inteiramente fora de qualquer cogitação e de qualquer parâmetro adotado pela Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Fassarella, quero apenas explicar-lhe que vamos aprovar o relatório e as emendas aprovadas pelo Sr. Relator e encaminhar as indicações, assim como encaminhamos todos os destaques. Cabe ao Relator-Geral aceitar ou não, para que S. Exa., havendo fonte não só para as indicações daqui como também para os destaques que estão suspensos, faça a acomodação final. Essa é a solução. Temos o direito de fazer indicações ao Relator-Geral. Não quer dizer que essas indicações sejam todas aprovadas, ou aprovadas no valor estabelecido. Esse é o resultado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, apenas um comentário sobre... Apenas manifestei meu ponto de vista, meu inconformismo diante dessa posição. Acho que esse não é o caminho adequado para a Comissão.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, quero fazer apenas uma ponderação sobre o que disse o Deputado João Fassarella, para o

que gostaria de pedir atenção. Podemos criticar este relatório por várias razões: há erros, coisas que consideramos que não deviam estar aí; esse é o assunto, é o objeto desta discussão de hoje. Estamos examinando o relatório do Relator-Setorial. Vamos pôr um pouco de ordem na nossa reflexão, para que não nos atrapalhemos inconsistentemente. Há duas questões polêmicas: quanto à Fonte 250, foi alegado, por algumas pessoas, que ela não tinha consistência. Esse não é um problema do Relator-Setorial. O Deputado João Fassarella disse-me que não está discutindo isso. Esse é um problema da Comissão; não é um problema do Poder Executivo, dos Ministros, como já disse. Está na lei, como deixou bem claro o Deputado Pedro Novais. Essa é uma questão que cabe a nós equacionar.

O segundo problema é o das indicações. O Relator-Setorial nada tem a ver com isso. S. Exa. tem todo o direito de ir à Comissão e fazer indicações. Fazem-se as indicações. O Relator-Geral tem duas alternativas: ou aceita essas indicações, ou não as aceita. O que podemos discutir é se essas indicações são boas ou más, são positivas ou não, se merecem ser aprovadas ou não. O fato de fazer indicações nada tem em si de equivocado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Eu não vou estender o debate com o Deputado Sérgio Guerra. Mantenho meu ponto de vista. Acho que esse é um precedente que não ajuda o bom funcionamento da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, um momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não, Deputado João Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – O Deputado João Ribeiro vinha na precedência. Até julguei que S. Exa. tivesse aberto mão da palavra, porque havia conferido há pouco... Mas se S. Exa. a está mantendo, vou ouvi-lo com prazer.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Prometo ser breve, Sr. Deputado. Quero, inicialmente, Sr. Presidente, Sr. Relator-Setorial, dirigir-me ao Deputado José Priante para dizer o seguinte: represento, nesta Comissão, juntamente com outros companheiros, a bancada do Estado do Tocantins. Não estamos preocupados com essa questão da fonte e com certas discussões que aqui foram levantadas. Percebo que há a melhor das intenções por parte do Sr. Relator e que seu desejo, por tudo que ouvimos aqui hoje, é atender, da melhor forma possível, aos Srs. Parlamentares. E, nesse sentido, o nobre Deputado José Priante conta com o nosso integral apoio.

Se perguntarem se estamos satisfeitos com aquilo que foi destinado para o Tocantins, é claro que gostaríamos de receber mais. Por isso fizemos destaques. Se for possível o Sr. Relator nos atender, mesmo com a indicação, aceitaremos a indicação e vamos ver... É claro que o Deputado José Priante já nos deu a sua palavra de que houve um acordo com o Sr. Relator-Geral, e confiamos naquilo que foi dito pelo Deputado José Priante.

Com estas palavras, meu caro Deputado José Priante, quero dizer o seguinte: sei que o seu sacrifício foi imenso, no sentido de procurar recursos. Conversei com V. Exa. várias vezes e percebi a sua dificuldade para encontrar fontes, recursos para atender à grande demanda na sua área setorial. Aliás, sem dúvida alguma, foi a que mais recebeu emendas. No meu Estado, por exemplo, o maior número de emendas foi para a sua área. Diante disso, acho que o Sr. Relator está fazendo o que pode.

Sem querer ultrapassar os cinco minutos da minha fala, acho que o nosso Presidente da Comissão tem deixado correr a nossa reunião. Muitos Deputados têm ultrapassado o limite dos cinco minutos. Devemos ater-nos a isso, porque todos querem falar. Cada um tem uma opinião. Aqui há o alto clero, há o baixo clero, mas isso não importa. Todos têm o direito de falar aqui na Comissão.

Então, quero dizer apenas, encerrando minhas palavras ao Deputado José Priante, que ficamos contentes, procuramos melhorar com os destaques que apresentamos. Ressalto ainda, Deputado José Priante, a questão da Ferrovia Norte-Sul, que é uma obra de interesse nacional e que precisa ter continuidade. Essa ferrovia conta com o apoio das bancadas de Goiás, Tocantins, Pará, e acho que com o apoio de todas as bancadas. Essa é uma obra realmente de interesse nacional. Ouvi um Deputado, não me lembro o nome, reclamando do valor que V. Exa. acatou na questão da Ferrovia Norte-Sul. Quero apenas fazer uma correção: está na proposta do Governo, na pág. 141, o valor de 49 milhões para a Ferrovia Norte-Sul. V. Exa. colocou 41 e indicou mais 17. Então, que o Deputado que fez essa observação receba este meu esclarecimento como uma correção. Solicito a V. Exa. que acate, se for possível, o meu destaque, e do Deputado Pedro Chaves, da bancada goiana, porque precisamos construir a Ferrovia Norte-Sul, que é de

vital importância para o País. Parabéns pelo seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero manifestar-me a respeito dessa questão exposta por nosso colega de bancada, nosso coordenador Deputado João Coser, e depois observada de maneira mais enfática pelo nobre Deputado João Fassarella.

De fato, Sr. Presidente, essa maneira de discutirmos os relatórios parciais sempre nos coloca diante de algo um pouco misterioso, para dizer o mínimo, que é o problema das fontes e o do equilíbrio do Orçamento como um todo, que, por hipótese, seria feito ao final, quando votássemos o relatório depois da adequação feita pelo Sr. Relator-Geral.

Estou falando sobre isso porque ouvi atentamente a questão de ordem formulada pelo Deputado João Coser e entendi que S. Exa. de fato colocou o dedo na ferida. Quer dizer, não podemos votar aqui indicações cujas fontes são desconhecidas. E, se existem fontes adicionais para abastecer emendas do Orçamento, é uma questão a se discutir, como fez o Deputado João Fassarella — se esses recursos não deveriam ser utilizados para atender a dispositivos constitucionais, para os quais não houve recursos, se não deveríamos atender até a dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A questão está posta. Acho que a votação que faremos aqui deve ser excludente das indicações. A indicação que fique para o Sr. Relator-Geral. Essa é uma questão que já passou aqui em outros relatórios. Creio que ainda há tempo para recolocar essa questão no seu devido lugar.

Além de fazer as observações gerais sobre essa questão, até para ajustar a posição do nosso partido — não vi contradição entre o que disseram o Deputado João Coser e o Deputado João Fassarella —, quero fazer uma observação sobre os recursos destinados a Minas Gerais. Minas Gerais é o Estado que comporta a maior rede viária federal, e teve um tratamento, diria — a Relatoria não foi madrasta com Minas Gerais; a imensa maioria das madrastas são extremosas com seus filhos por adoção —, em alguns aspectos, profundamente injusto. Queria lembrar aqui a questão do metrô de Belo Horizonte, cujo ajuste feito por V. Exa. me pareceu extremamente injusto. Primeiramente, o metrô de Belo Horizonte, só para rememorar, tem dois ramais que estão em construção. Existem compromissos do Sr. Presidente da República para com o metrô de Belo Horizonte. O projeto de lei para um dos ramais alocou um milhão de reais, o que não dá sequer para a manutenção das obras em andamento. Se porventura aquela obra parar, a manutenção é indispensável. V. Exa. agregou mais 10 milhões de reais, o que é absolutamente insuficiente. Mas, pasmem, apesar de ter enviado apenas 10 milhões a mais, V. Exa. cancelou cerca de 4 milhões do outro ramal. Ou seja, em termos líquidos, recebemos para aquelas obras do metrô de Belo Horizonte um adicional de menos de 6 milhões de reais.

É bom lembrar que já em 1999 havia uma dotação de 22 milhões e 400 mil apenas para um ramal, o ramal Calafate—Barreiro, que agora recebeu apenas um milhão. Esses recursos foram cancelados sob o argumento de que não havia tempo para a execução das obras. Essa emenda que V. Exa. acolheu sequer repõe o valor que nós mesmos cancelamos aqui, com o argumento da falta de tempo, no Orçamento de 1999.

V. Exa. tem a palavra, até porque é o Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Permita-me, meu caro colega, esclarecer as considerações que V. Exa. faz nesta oportunidade. V. Exa. lamenta o fato de Minas Gerais não ter recebido o tratamento que merece. Ora, se Minas Gerais reclama, apesar de ter sido o Estado mais bem contemplado no meu relatório, fico numa situação extremamente difícil. Minas Gerais recebeu 346 milhões de reais, acatada a somatória de emendas e somado o que veio previsto no Orçamento encaminhado pelo Governo. E, no que diz respeito ao metrô, quero dizer-lhe que os números que V. Exa. apresenta...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – São os números do relatório...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – São números diferentes do que está na somatória de toda a proposta encaminhada no relatório, que chega a quase 18 milhões de reais. Então, evidentemente...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Dezoito milhões de reais? O ramal Calafate—Barreiro recebeu a dotação de um milhão. V. Exa. colocou mais 10 milhões.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Não, coloquei 18 milhões, com a somatória das indicações. Se V. Exa. buscar na página...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – V. Exa. coloca mais como indicação?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Trinta e dois... Todos foram assim, Deputado. Se formos considerar dessa forma, vou ter de lamentar o que foi pre-

visto para o meu Estado também, porque tem de haver um critério de proporção (ininteligível).

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Não, mas a emenda não foi a de bancada, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Gostaria apenas de reparar...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Relator, estamos saindo da rotina dos debates. O Parlamentar faz a consideração e o Sr. Relator, posteriormente, faz o esclarecimento.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Pois não, Sr. Presidente. Então, eu voltaria a insistir: até porque sou sabedor dos números que o relatório de V. Exa estabelece para Minas Gerais, por isso mesmo iniciei a minha explanação chamando a atenção para o fato de Minas Gerais não só ser um Estado territorialmente dos maiores, mas também ter a maior malha viária federal do País — é onde está o grande entroncamento de toda a malha viária, o nó da malha viária brasileira. Trata-se de uma questão geográfica. Portanto, para atender aos diversos Estados, Minas Gerais é que é o grande corredor do transporte; tanto no sentido leste-oeste como no sentido norte-sul, as grandes rodovias federais têm o seu maior trecho em Minas Gerais, a 116, a 050, a 040, enfim, as grandes rodovias federais do País têm os seus maiores trechos naquele Estado. Fiz essa observação inicial para dizer que se justifica um investimento maior nessa malha viária.

Mas isso não retira, Sr. Presidente, nobre Relator, o caráter da observação que fiz, no que se refere a uma obra importante em andamento, como o metrô de Belo Horizonte, para a qual o Governo Federal destinou um milhão no PL, o que é absolutamente ridículo para uma obra que precisa ser entregue, em torno da qual há compromissos internacionais e que foi promessa de campanha do Sr. Presidente da República e de seu candidato ao Governo, largamente anunciada, festejada. E colocaram, no PL, um valor... Tanto que, no ano passado, só de cancelamentos, nobre Relator, tivemos mais de 10 milhões, cancelados sob a alegação de que não havia tempo hábil e de que a compensação viria no ano 2000.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Deputado Virgílio Guimarães, conceda-me um aparte, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não é permitido aparte nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Na discussão da matéria é permitido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como?

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Não é encaminhamento; é discussão da matéria. Não é permitido?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, não, não é permitido. O debate não é permitido.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Não é permitido? Não é permitido o debate. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, quero chamar a atenção para o seguinte: houve esse acréscimo, mas houve também o cancelamento do outro ramal. Como o metrô de Belo Horizonte tem dois ramais, houve um cancelamento de 4 milhões de um ramal. Uma coisa não é oficialmente vinculada à outra, mas objetivamente é. quanto ao ramal em que há vinculação de recursos do Governo Federal como contrapartida de recursos para o Banco Mundial — e aí o Governo Federal colocou 48 milhões, até porque tem interesse no recurso que vem de fora. E, se assim não for, ele sequer poderá repassar aquele ramal para a nova companhia que está sendo criada. O Governo Federal tem interesse em continuar bancando o déficit do metrô de Belo Horizonte, mas mesmo para esse ramal, no de São Gabriel-Vilarinho, o Governo enviou uma proposta de 48 milhões, e V. Exa. cancelou 4 milhões. Não houve uma vinculação de cancelar um ramal Venda Nova para alocar para o ramal Barreiro. Mas as duas operações foram feitas. V. Exa. cancelou 4 milhões de um ramal e, por outra fonte, aportou 10 milhões para um ramal do metrô que tinha recebido no PL apenas 1 milhão, não recolocando sequer aquilo que foi cancelado, que se deixou de repassar para o metrô no final do ano passado.

Portanto, quero chamar a atenção para o que se refere a essa obra decisiva, até porque apresentaremos emendas no sentido de restaurar esses 4 milhões e poder ampliar recursos, para que pelo menos restaurem aquilo que não foi repassado para o ramal Calafate—Barreiro, aquilo que não foi liberado, que foi cancelado no final do ano passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar o Relator e cumprimentá-lo pela determinação de tentar arranjar mais recursos para o setor de infra-estrutura, um setor como o da área social e outros que vêm sendo abandonados no País. Aliás, este Governo só investe em pagamento de juros e em enriquecimento de meia

dúzia de banqueiros. Este Governo tem muitas deficiências.

Queria fazer duas observações, antes de entrar na parte principal deste meu pronunciamento. Em relação ao Espírito Santo, um pedido: Relator-Setorial de infra-estrutura, a média das emendas dos Estados fica entre 7 e 14 milhões. No Espírito Santo a média é de 3 milhões. As nossas emendas foram apresentadas no valor da obra. V. Exa. conseguiu fazer esse relatório sem discutir conosco. Sou coordenador da bancada, membro da Comissão, e não consegui ser ouvido.

Existem algumas questões sobre as quais gostaria de conversar. Outra preocupação da Comissão de Viação e Transportes: houve uma emenda acolhida com 41 milhões e outras emendas acolhidas com 100 mil. Acho, Sr. Presidente, lógico e evidente que as obras não têm essa disparidade de importância: para manutenção preventiva e construção de rodovias federais em pontos críticos, 100 mil reais; para uma obra específica, a Araguaia—Tocantins, 41 milhões. Então, de fato a Comissão não deve ter dado essa prioridade.

Quero, Sr. Presidente, concentrar-me no tema que está criando polêmica e fazer uma sugestão ao Relator-Geral — até houve uma confusão entre a minha fala com a do próprio Deputado João Fassarella — para que, de pronto, para não nos dar problemas futuros, fossem retiradas as páginas de 23 a 48, a parte consolidada, e se colocasse em votação o relatório completo posterior. Aquela margem dizendo "valor indicado", é lógico e evidente, não tem nenhum valor jurídico nem financeiro.

É uma intenção do Relator apontar um valor político para que o Relator-Geral, dentro das suas possibilidades, acolha ou não. O que está gerando a confusão são as páginas de 23 a 48. Olho para o mapa do Espírito Santo e vejo aqui 25 milhões que não existem. Se o Relator-Geral não acolher, eles não existem.

Estou sendo aqui extremamente correto; não estou querendo prejudicar ninguém. Acho importante o Relator correr atrás de dinheiro; o Relator-Geral recebeu uma quantidade, gerou mais uns 300 milhões da Fonte 250. Acho que é papel do Congresso gerar fonte de recursos. Até aí estamos juntos. Mas os 300 milhões a mais que V. Exa. indica e o desejo de que as emendas sejam acolhidas não podem transformar-se em realidade, porque não há aqui a origem do dinheiro.

Minha proposta é no sentido de que se elimine do relatório, do processo... Na prática, o meu primeiro pedido é ao Relator, para que já faça isso. Se o Relator não fizer, que V. Exa. faça, que coloque em votação o relatório sem essa parte. As indicações, é lógico e evidente, não têm esse valor jurídico e financeiro, porque elas não têm origem, não têm fonte. Orçamento pressupõe despesa vinculada à receita. Nessa faixa nós só temos as despesas e não temos as receitas. Como o Relator-Geral vai tentar suprir ou não, o Relator-Geral vai dizer o que considera importante que seja feito, especificamente a suplementação. Esta é a nossa proposta.

Para concluir, Sr. Presidente, estou fazendo um destaque para retirarmos também do relatório de V. Exa. aqueles recursos das agências ANEEL e ANATEL que as obrigam a comprar títulos do Tesouro Nacional. Já fizemos isso num outro relatório. É fundamental darmos o mesmo tratamento.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Uma questão de ordem, Deputado. Sr. Presidente, normalmente compreendo tudo que o Deputado João Coser pronuncia. Todo o seu argumento é muito claro para mim. S. Exa. tem capacidade de síntese bastante desenvolvida e rara objetividade. Mas, em nome da objetividade e para que não fiquemos aqui a discutir o que já discutimos, acho que não há que se fazer confusão com o seguinte: vamos votar o relatório com as aprovações que estão feitas e as indicações do Relator-Setorial ao Relator-Geral. Não é a primeira, a segunda, a décima, a centésima vez que isso se faz. Então, não há o que discutir. Podemos aprovar ou não essas indicações. Votá-las é simplesmente normal, e não há o que discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O objetivo efetivo é o colocado no Regimento. Não vamos aprovar as indicações. Vamos aprovar o encaminhamento das indicações ao Relator-Geral para que S. Exa. tome os destaques de outros relatórios que vai examinar também.

**O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO** – Sr. Senador, Srs. Deputados, Sr. Relator, não poderia ser menor a dificuldade de encontrar a melhor composição do Orçamento. Existem mais projetos que recursos, mais demandas que obras em andamento. Quero somar-me ao Deputado Sérgio Guerra em relação ao que disse no início, e também pedir uma reflexão do Relator-Setorial, o nobre Deputado José Priante, a respeito de que também não podemos entender algumas incompreensões da falta de sinergia entre grandes projetos estruturadores regionais.

Não quero entrar no mérito se é a questão do Porto de Pecém ou de Suape que está desbalanceada. Mas precisamos entender, já que estamos lidando com recursos escassos, que tanto o Porto de Pecém como o de Suape precisam de cargas; se não houver cargas, vão ser portos ociosos. Para haver carga, há duas obras: a Hidrovia do São Francisco e a Transnordestina, que vão trazer mais de 3 milhões de toneladas de carga no sentido interior—Atlântico, que é justamente a produção do pólo oeste da Bahia, que é a fruticultura do São Francisco, e do pólo gesseiro. Esse remanejamento é justamente para possibilitar...

O Porto de Pecém está com o dobro do orçamento do Porto de Suape. Acho que não há excessos; isso está é mal alocado. Esse excesso poderia estar na Transnordestina e na Hidrovia do São Francisco, e estaria beneficiando o Porto de Pecém. Não adianta o Porto de Pecém e o Porto de Suape estarem terminados se não receberem cargas. Esses dois sistemas modais de transporte também trazem carga para exportação ao mundo todo. Há uma estatística que mostra que se obtêm em retorno 30% a 40% de carga.

Poderíamos tirar a Hidrovia de São Francisco e a Transnordestina do papel. Uma das coisas que não dá para entendermos é que o Governo, que é sustentado pelo Presidente da Comissão e pelo Relator, concebe dois eixos referenciais e emblemáticos para o Nordeste, o eixo são franciscano e o eixo transnordestino, e esses eixos não têm praticamente recurso algum. Estamos dizendo aqui que a Comissão de Orçamento está cancelando dois projetos emblemáticos que o Executivo alardeou, tocou tambores ao dizer que eram a espinha dorsal com a qual iríamos promover o desenvolvimento nordestino. E aqui, apesar de isso ter sido priorizado na Comissão de Economia, pela bancada de Pernambuco, pela bancada de dez Estados do Nordeste, estamos com míseros 3,5 bilhões para cada obra dessas. Não podemos aceitar isso! Não podemos posicionar-nos contra os irmãos do Norte, do Araguaia, do Tocantins. Mas, como o recurso é escasso aqui, temos que ter responsabilidade para com o País.

Na Hidrovia Araguaia—Tocantins, Sr. Presidente, Sr. Relator, duas eclusas ainda serão construídas; ou seja, não existe a Hidrovia do São Francisco. A eclusa está pronta desde o Governo Geisel, há 25 anos, e não foi restaurada para a navegação. Tendo ouvido o Ministro da Integração, hoje de manhã, querendo justamente convencer os que votam nesta Casa, fica difícil entender que a transposição era para garantir que as obras ambientais do São Francisco seriam prioridade e iam sair. Como posso aceitar isso? Ninguém está inventando isso, não. O que conserva um rio é a hidrovia; ela é que faz um rio grosso, fundo. Isso já está dito. As obras da hidrovia são de caráter ambiental, são obras de recuperação do talvegue do rio, são obras para aumentar a profundidade do calado, de contenção das encostas, de regularização. São essas obras que V. Exas. não estão priorizando aqui.

Acho que isso é falta de entendimento do que é prioritário para nós. Não posso aceitar que uma hidrovia que não existe, a Araguaia—Tocantins, que é um sonho, receba 60 milhões, e a Hidrovia do São Francisco, cuja obra mais cara, que é a eclusa, está pronta há 25 anos, inoperante, ociosa... Não entendemos aqui como funciona o Brasil real e o Nordeste real. Não posso aceitar isso. Quero pedir uma reflexão sobre esse assunto. Não podemos sair começando obras se não terminarmos as que já estão em andamento. O Ministro Tápias disse que a prioridade era concluir as obras que estavam em andamento. Estamos desrespeitando tudo isso, mais V. Exas. que eu, porque V. Exas. são da base do Governo. Essa orientação vem do Governo. Não posso aceitar esse tratamento nem para com a hidrovia nem para com a Transnordestina. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho e dizer que a Ferrovia Norte-Sul é uma das prioridades do Governo do Estado. A solução encontrada por V. Exa. conseguiu desagradar às três bancadas. Tínhamos feito um trabalho no Executivo e conseguido cerca de 49 milhões, que foi para um trecho equivocado. Posteriormente, V. Exa. cortou desses 49 milhões cerca de 8 milhões de reais, e o remanescente desses recursos V. Exa. estendeu a todo o trecho, o que veio pulverizar enormemente esse recurso para uma obra extremamente prioritária.

Apresentei um destaque e gostaria que V. Exa. o analisasse com paciência, e, se não puder atendê-lo, que pelo menos recomponha o recurso que veio do Executivo.

Apresentamos também um outro destaque, na Comissão de Minas e Energia, que trata da Usina Termoelétrica de Goiás. Foram atendidos cerca de 5 milhões de reais. Apelaria para V. Exa. no sentido de que estude com atenção essa emenda, que é do interesse de toda a bancada do Estado de Goiás e do nosso Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento aqui na Comissão: A Hidrovia Araguaia—Tocantins é de fundamental importância para o Centro-Oeste e para o Norte brasileiro. Ela já está sendo estudada pelo Ministério em um órgão chamado AITA há vários anos. Os estudos ambientais que estão sendo elaborados pela Universidade Federal do Pará são demorados. Sua importância para o desenvolvimento brasileiro é de significância inquestionável; até faz parte do Programa Brasil em Ação. Todos os recursos aqui colocados ainda são poucos para a implementação dessa grande obra que é o corredor Centro-Norte, a Hidrovia Araguaia—Tocantins.

**O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO** – Sr. Presidente, a deles está sendo estudada, a nossa está pronta. A eclusa está pronta há 25 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Paulo Kobayashi.

**O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, não sou membro desta Comissão; então, falarei pela coordenação da bancada paulista. Vou direto ao assunto que interessa, que são as emendas de bancada. Vou restringir-me a isso, sem participar do debate principal desta reunião.

A bancada paulista apresentou três emendas de bancada ao Sub-Relator e uma indicação. Lembro que a bancada paulista é composta por 70 Deputados e 3 Senadores; é a maior bancada. O procedimento da bancada é tirar essas indicações por votos. Para duas emendas e uma indicação que estamos apresentando ao nosso Relator, as de nºs 57, 58 e 59, encaminhamos destaques, obviamente pleiteando um aumento do que já foi aprovado pela Sub-Relatoria.

Uma das emendas, que realmente me preocupa, é referente ao metrô de São Paulo. É uma das dez emendas da bancada paulista. Essa emenda foi rejeitada e, assim sendo, aquela bancada de 70 Deputados, que só tem direito a dez emendas, acaba ficando com nove emendas. Já se começa um procedimento politicamente difícil para nós.

De outro lado, trata-se de uma linha totalmente nova do metrô de São Paulo. Não há nenhum argumento. Lá em São Paulo o metrô não é privatizado, possível e passível de um convênio do Governo da União com o Governo do Estado, ou do Ministério dos Transportes com a própria Secretaria de Transporte Metropolitano de São Paulo e o metrô. Ao mesmo tempo que se trata de uma emenda de bancada, há abrigo também na LDO para a entrada desse recurso que estamos requerendo, na forma de destaque, o de nº 56. E, como ela foi rejeitada de início, tivemos que recorrer novamente à assinatura de três partes da bancada, quer a bancada federal, quer como Senadores. E, ao mesmo tempo, estamos pleiteando a aprovação e solicitando a mudança de unidade orçamentária, passando da CBTU para o próprio Ministério dos Transportes, dando embasamento legal. Nossa solicitação, então, é no sentido de que o Sr. Relator, de hoje até amanhã, ou até a votação, veja com carinho essa nossa emenda, para que a bancada de São Paulo não fique só com nove emendas, e, ao mesmo tempo, o metrô de São Paulo. Não é possível que uma cidade com dez milhões de habitantes fique de tal forma sacrificada.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado Coriolano Sales.

**O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., o Sr. Relator, as Sras. e os Srs. Deputados.

Inicialmente, também quero parabenizar o trabalho do Relator. Sei que é sempre difícil fazer um relatório dessa natureza. Mas gostaria de lembrá-lo de uma das emendas coletivas da Bahia, a que trata do contorno, do anel viário de Vitória da Conquista, na BR-116, que é uma obra de fundamental importância que o Governo Federal vem realizando na Bahia e que certamente vai melhorar o tráfego urbano de Vitória da Conquista e da BR-116, no sentido norte-sul e leste-oeste. Transitam cerca de onze mil veículos por dia no perímetro urbano de Vitória da Conquista, na BR-116, provocando caos e enormes dificuldades. Esse anel, Sr. Relator, vem sendo construído há três anos. Há três anos vem-se arrastando a construção desse anel. Já foram três emendas coletivas. Esta é a quarta e, em verdade, não se tem conseguido arrancar os recursos para a conclusão dessa obra, embora ela já esteja em quase 60%, mas sabe-se que a liberação de recursos foi muito diminuta ainda para a conclusão. Então, apresentamos a V. Exa. e à Comissão destaque que pretende o reajustamento do valor que V. Exa. admitiu, no sentido de majorá-lo em doze milhões, para permitir a conclusão dessa obra no ano 2000. E essa é quarta emenda coletiva que a bancada baiana apresenta aqui no Congresso Nacional, através da Comissão de Orçamento. É uma obra de 32 quilômetros, sendo 22 de implantação, e construção de quatro viadutos, que não foram inicialmente

previstos, mas se encontram em regime de licitação pelo DNER.

Portanto, Sr. Presidente, ao participar desta discussão, gostaria de pedir ao Sr. Relator consideração especial para o Destaque nº 001. V. Exa. vê que é uma situação na qual temos enorme interesse. Eu fiquei aqui nesta Comissão, embora dela não seja membro, desde a manhã até a hora da apresentação do destaque, a fim de ser o primeiro, exatamente para que V. Exa. possa dar a atenção que o caso requer, esperando que V. Exa. assim o faça.

Agradeço, então, a atenção da Comissão e de V. Exa. pelo acolhimento do destaque que encaminhamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Deputado Coriolano Sales. Na prática, V. Exa. estava há uns três dias nessa fila, ou, pelo menos, passando por aqui.

**O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** – É verdade. Caso V. Exa. me permita, encaminharei ao Sub-Relator ou ao Relator um trabalho acerca do anel viário de Vitória da Conquista, com a emenda e a cópia do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Basílio Villani.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O Deputado Basílio já falou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Era uma questão de ordem. V. Exa. está com a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – É a minha vez ainda na inscrição, Sr. Presidente? Inicialmente, quero dizer o seguinte: consultando os companheiros e demais, concordamos — para a alegria de todos nós — em aprovar o relatório, se Deus quiser, ainda hoje, encaminhando a indicação ao Relator-Geral. Nós entendemos que isso só vai fechar o trabalho de V. Exa. junto com o Relator-Geral, porque sozinho o Relator-Geral não tem a menor condição de acertar. Gostaria, porém, de fazer uma ponderação, e peço a todos especial atenção.

Nós voltamos a questionar e temos destaques para efetuar alguma correção com referência ao acatamento do Estado do Paraná, comparando com o Estado do Rio Grande do Sul. Nós necessitamos dessa oportunidade e temos absoluta convicção de que seremos, pelo menos, ouvidos. Talvez não atendidos, mas ouvidos seremos.

Sr. Relator, eu encaminhei ao Relator-Geral o ofício que já está protocolado. Eu quero deixar claro, para que fique gravado, que o ofício contém assinatura do líder do PFL, Joaquim dos Santos Filho, e do coordenador da bancada, José Borba, pedindo uma correção com referência a funcionar a programática que atende à conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias do Estado do Paraná. Por quê? Nós soubemos que o DNER estipulou os valores que vieram do Executivo, e nós não temos emenda quanto a esse assunto. Mas o critério adotado pelo DNER foi por quilômetros de estradas, e nós detectamos uma falha — já confirmada pelo DNER — que dá uma diferença de 972 mil reais. Eles consideraram menos quilômetros.

Então, esse ofício está encaminhado. Entendo que é praticamente uma correção, e não temos dúvida alguma de que seremos atendidos. Se, inclusive, verificarmos o volume, a quilometragem das estradas dos outros Estados multiplicado por valor de quilômetro, chegaremos à conclusão de que o Paraná tinha sido prejudicado em 972 mil reais.

Há outro assunto que gostaria que pelo menos ficasse gravado, e eu tenho esta oportunidade, porque vamos ter um problema mais tarde em termos de Paraná. Por quê? A Funcional Programática 26 782 0220 2834 081 diz: restauração de rodovias federais no Estado do Paraná; é a famosa ROT. Em razão do SNV, votado agora recentemente — e outros Estados devem ter esse problema —, nós temos valores de estradas que serão repassados ao Estado. Então há, inclusive, empréstimo do BIRD e BID no sentido de atender a essas estradas que serão delegadas, e há outras estradas que não serão delegadas, no caso lá do Paraná. Então, o que acabou acontecendo? No PL vieram 3 milhões, 933 mil, 580, e o Relator acatou 6 milhões 845 mil e 200 reais. Nós estamos considerando esse acatamento às estradas que não serão delegadas. Hoje nenhuma estrada mais está delegada. Porém, esse recurso já consta no PL com 17 milhões 627, serão para as estradas que serão delegadas.

Eu queria deixar claro, então, e gostaria que isso constasse do relatório, porque o valor que V. Exa. acatou de 6 milhões 845 mil e 200 reais mais a indicação é para as estradas que não serão delegadas. Isso precisa ficar claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Conclua, Deputado, por gentileza.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Nós queremos pedir aos companheiros aqui presentes que — e é essa a nossa vontade — votemos esse relatório ainda hoje. Eu, como representante do PSDB, estou de pleno acordo e acredito que a bancada do

Paraná vai brigar em cima dos destaques, porque isso aí seria o trabalho de amanhã.

Eram essas as minhas considerações. Cumprimentando o Deputado Priante, porque sei das dificuldades que há em fazer um relatório desses.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Deputado Basílio Villani. A melhor forma de votarmos o relatório hoje é cada Parlamentar usar cinco minutos, no máximo.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, vou ser bem breve. Gostaria de cumprimentar o Sub-Relator José Priante pelo brilhante trabalho. Foi persistente, buscou novas fontes, ouviu os Parlamentares e apresentou um relatório consistente.

Em relação ao Rio Grande do Sul, vamos discutir depois dos destaques. Parabéns ao Deputado José Priante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também procurarei ser breve. Gostaria de, até aproveitando a presença do Deputado João Coser na Presidência da Comissão, desculpar-me com V. Exa. Eu não estava no início da sessão e não pude ouvir a primeira questão de ordem levantada por V. Exa. Acabei tendo uma interpretação equivocada numa parte que V. Exa. deu em relação à manifestação da Deputada Laura Carneiro. Folgo que a posição adotada por V. Exa. esteja de acordo com a linha do pronunciamento que havíamos feito. Peço escusas a V. Exa. pela referência que fiz.

Mas quero, Sr. Relator, talvez agora com mais calma, expor mais claramente um pouco o meu posicionamento em relação a essa questão das indicações. Temos uma rotina de trabalho aqui da relação entre os Relatores, entre o Colégio de Líderes da Comissão e o Relator-Geral, em que temos uma distribuição prévia de recursos para cada Relator e cada Relator trabalha dentro dessa previsão. Havendo um ou outro caso excepcional, que o Relator-Setorial não tem condições de resolver por si, ele faz uma indicação ao Relator-Geral. Então, há, efetivamente, a tradição de se fazer algumas indicações, não da forma, entretanto, como está aqui. Na realidade, o que está aqui? Está o relatório, onde é indicado, aprovado com o valor que, na realidade, ele já tem. Indica-se já uma distribuição adicional de recursos — eu não estou entrando no mérito se é justo ou não — que se pretende obter do Relator-Geral. Já se faz a distribuição emenda por emenda. Soma-se as duas e chega-se a um valor total: valor aprovado, valor indicado e valor... Ora, esse procedimento não é o usual da nossa Comissão.

Eu, por exemplo, só para concluir, na parte que relatei, precisaria de mais 300 milhões.

*(Não identificado)* – Mas é proibido na LDO.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sim, então, se é proibido na LDO, eu faço um apelo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sim, mas fica o valor indicado, total. Na realidade, isso se transforma. Cada Parlamentar ao ver fica até satisfeito. Cada Parlamentar, ao examinar o valor total que na realidade está lá, acata. Por isso acho até que esse assunto vai acabar sendo aprovado aqui porque fica todo mundo satisfeito. Foi distribuindo o recurso de acordo com o que o pessoal pediu. Pediu quanto? Pediu 400 milhões? Então, vamos dar. Vamos fazer a distribuição.

Ora, eu não acho que esse é o método adequado para trabalharmos. Não quero contribuir — deixo isso claro — para que esse método, uma vez iniciado numa Relatoria, tenha a tendência de ser um método utilizado em todas as outras Relatorias. Isso abre um precedente extremamente complicado no relacionamento entre o Relator-Setorial, o Relator-Geral e as pressões dos Parlamentares.

Reconheço o esforço do Relator de reavaliar as fontes, desde que haja segurança, consistência nos dados. Não temos objeção quanto a isso. Mas eu considero a incorporação dessa forma extremamente perigosa para a nossa Comissão.

Faria uma ponderação para que não adotássemos esse procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Senador Sebastião Rocha, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, prezado Relator, Deputado José Priante, quero também cumprimentá-lo pelo relatório, dizer que sou testemunha do esforço feito por V. Exa. visando contemplar os Estados de maneira minimamente igualitária, muito próxima, pelo menos, da igualdade e que, com relação a essa questão da indicação, o único receio que tenho é que esta Comissão cometa um equívoco semelhante ao do ano passado, quando aprovou o Imposto Verde, por exemplo, quando aprovou recursos baseados no Imposto Verde e muitas emendas depois deixaram de ser atendidas porque a fonte era um imposto que não se tornou realidade. Então, acho que há esse risco

novamente. Mas como se sabe que o Orçamento é uma peça de ficção, então, não vejo por que não alimentar também um pouco a nossa utopia, esperando que haja, de fato, um esforço do Ministro e do Governo no sentido de adequar esses recursos para que as emendas sejam, então, contempladas.

Por outro lado, queria, Srs. Relator, Deputado José Priante, manifestar-me à respeito do meu Estado, o Amapá. Sendo V. Exa. um Parlamentar da Amazônia, conhece muito bem a nossa realidade e sei que muito fez para diminuir um pouco essa desvantagem que os Estados da Amazônia sempre levam com relação à distribuição dos recursos do Orçamento. Na área de infra-estrutura não tem sido diferente ao longo dos anos. Com relação ao Amapá, entendo que V. Exa. fez um esforço muito grande para atender às principais reivindicações da bancada.

Não digo que estamos satisfeitos porque os recursos ainda são muito poucos diante dos obstáculos que temos para resolver nossos problemas de infra-estrutura.

Portanto, Deputado José Priante, considero fundamental que V. Exa. possa envidar ainda um pouco mais de esforço no sentido de ampliar os recursos da BR-156. A BR-156 é a rodovia que liga a capital Macapá ao Oiapoque, portanto, à Guiana Francesa. Do total de aproximadamente 800 quilômetros, apenas 150 quilômetros estão pavimentados. Ao final do quinto ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, nenhum quilômetro de asfalto foi feito nessa rodovia, a BR-156. Cinco anos de Governo equivalem a zero quilômetro de asfalto na BR-156.

São dois os motivos. Um é decorrente da pouca dotação orçamentária que o Estado consegue anualmente na Comissão de Orçamento. Em segundo lugar, nós estamos aqui apenas numa primeira etapa do processo. A etapa mais complicada e que tem mais prejudicado e mais penalizado o Estado do Amapá é exatamente a que se refere à liberação de recursos.

Para se ter uma idéia, no Orçamento de 1999, o Amapá tinha dotação orçamentária para a construção da BR-156 de 7 milhões 125 mil reais, e apenas 1 milhão 125 mil reais foram liberados e estão sendo utilizados para construir algumas pontes que precisavam ser substituídas.

Então, faço aqui este apelo e faço um registro: o DNER, isto é, o Ministério dos Transportes tem um débito de cinco anos com o Amapá, um débito histórico. Mas este Governo atual tem um débito de, no mínimo, cinco anos, equivalentes à duração do atual Governo. Além disso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no Rio Oiapoque, na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, em 1998, e assumiu o compromisso com o Presidente francês Jacques Chirac, no sentido de viabilizar a construção dessa rodovia. A rodovia faz parte do Plano Plurianual. Mesmo assim, há uma extrema má vontade do Governo Federal para liberar os recursos.

E o último apelo que faço a V. Exa., Deputado José Priante, é no sentido de que, ao se tornar inviabilizada uma emenda nossa para ferrovia, devido à nota técnica que lhe foi apresentada pelo Ministério dos Transportes, no mínimo esses recursos fossem acrescentados a nossa BR-156 no relatório setorial.

Posteriormente, com o Relator-Geral, vamos trabalhar em defesa da ampliação de recursos para o Estado do Amapá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Benedito Dias.

Estando ausente, concedo à palavra, por até cinco minutos, ao Sr. Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, para mim é um prazer ver o nosso Relator, lá da nossa Parauapebas, relatando esse projeto e trazendo tantos benefícios ao nosso Estado do Pará.

Realmente, conheço bem o Estado do Pará, e ele merecia muito, muito, muito mais do que isso. Ouviu, Deputado Giovanni Queiroz? Acho que as estradas do Pará estão realmente precisando de recursos. Acredito que V. Exa. foi muito justo com o Estado do Pará, deveria até ter colocado um pouquinho mais.

**(Não identificado)** – E deveria mesmo. Não foi tão justo não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Agora, meu caro Relator, em relação a nossa querida Bahia, que tem a segunda malha rodoviária do País, temos um caso que eu gostaria de levar ao conhecimento de V. Exa. Já conversei com sua assessoria, que disse não ter havido corte, mas continuo em dúvida. V. Exa. fez um corte no valor de 7 milhões e 401 mil em conservação, restauração e (inihteligível). Esse corte, no meu entender, representa contrapartida. Então, se perdermos esse corte no valor de 7 milhões e 401 mil, vamos perder do Orçamento 30 milhões, porque, se não temos a contrapartida, de que maneira vão ser colocados recursos do BID para fazer as restaurações? Sua assessoria diz que o corte não é contra-

partida. Depois, vou discutir com sua assessoria nesse sentido.

Recebemos também um grande maná, 16 milhões 544 mil na Fonte 250. Então, meu caro Deputado Coriolano Sales, a sua obra, o contorno de Vitória da Conquista, agora sai com a Fonte de 250? Meu caro Deputado Coriolano Sales, V. Exa. precisa fazer um destaque ali agora, dá tempo ainda, mudando a fonte. Ainda está em tempo.

Mas, meu caro Relator, meus parabéns pelo seu relatório. Vamos votá-lo. V. Exa. é um grande Parlamentar desta Casa. Eu só espero que V. Exa. tenha um coração um pouco bondoso com a Bahia, com aqueles destaques que estão lá. Só espero isso. Não quero nem pronunciamento de V. Exa. Eu quero que V. Exa. penda um pouquinho o coração para a Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Quinhentos anos, e a Bahia merece.

Com a palavra o Deputado Eurípedes Miranda.

**O SR. DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA** – Sr. Presidente, Sr. Sub-Relator, Deputado José Priante, há pouco tempo, o Senador Moreira Mendes disse que a bancada de Rondônia apresentou vários destaques.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que olhasse com carinho esses destaques. São destaques da mais alta relevância para o Estado de Rondônia, Deputado José Priante, pois atendem todo o Estado. E dois destaques atendem a ligação do Estado de Rondônia com Mato Grosso, por Vilhena.

S. Exa. também citou a questão do destaque que liga uma região muito importante, onde o INCRA fez grandes assentamentos no passado, que é a ligação pela rodovia Federal de Presidente Médici a São Miguel do Guaporé.

Da mesma forma, temos uma região, onde o INCRA fez um grande assentamento também, que é a ligação da cidade de Ariquemes a Nova Mamoré, Deputado José Priante.

Além disso, há um outro destaque da mais alta relevância, que é o do anel viário da cidade de Ji-Paraná, a segunda cidade mais importante do Estado. O Rio Machado, que corta a cidade, tem uma única ponte. Em três períodos, ou seja, pela manhã, na hora do almoço e no final da tarde, fica intransitável. Essa obra desse anel viário é da mais alta relevância.

Então, venho aqui solicitar o que já foi feito pelo Senador Moreira Mendes e dizer que contamos com a sua atenção à bancada de Rondônia.

Muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz. V. Exa. tem a palavra por até cinco minutos, conforme determina o Regimento Interno.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, eu já vi que todos gostam de me ouvir, mas vou falar só um pouquinho. Vou frustrá-los hoje, porque eu vou falar pouco.

Sr. Presidente, eu queria dizer qué, logicamente, incorreções existem, e eu mesmo questiono, por exemplo, o recurso para a fiscalização de rodovias. Acho que o volume de recursos propostos pelo Executivo para fiscalização de concessão de rodovias não pode continuar como está. E fiz um destaque para que possamos reduzi-lo em pelo menos 50%, porque, nas fiscalizações de rodovias por concessão para os Estados é 10% do valor para fiscalizar as privatizadas.

Trata-se, então, de uma incoerência do próprio Governo quando encaminha o relatório e, não, de uma incoerência de V. Exa. Mas isto está aí e nós vamos discutir depois.

Uma outra questão é a seguinte: o Deputado Clementino Coelho aqui esteve falando da importância do Rio São Francisco e da rodovia do corredor Nordeste. Acho que a briga e a luta dele é legítima, para que tenha a Hidrovia do São Francisco concretizada. Mas o Governo, o Executivo, propôs pouco recurso para a Hidrovia do São Francisco. E o nosso Relator não acrescentou um centavo para a Hidrovia do Araguaia—Tocantins, que interessa ao Pará, mas interessa muito mais ao Centro-Oeste.

Mato Grosso produz hoje oito milhões de toneladas de grãos, e, sem essa hidrovia, a produção vai ficar inviabilizada, porque é preciso transportá-la ao Porto de Paranaguá a um custo de 56 dólares por tonelada. E, pela hidrovia, o custo do transporte vai cair para 18 dólares por tonelada, nobre Líder do Governo. Então, é uma hidrovia extremamente importante para o desenvolvimento de todo o Centro-Oeste. Logicamente, o Pará também virá a se beneficiar, porque a fronteira agrícola de Mato Grosso avança para o Pará, beneficia o Tocantins, o Estado de Goiás e, particularmente, Mato Grosso, que é hoje o segundo maior produtor de grãos no Brasil.

E V. Exa. não acresceu recursos. Os recursos já vieram propostos pelo Governo Federal. Vieram ainda poucos recursos, muito aquém do necessário, mas veio uma parcela. Sem dúvida nenhuma, já é mais um passo para que nós possamos ver esse sonho da Hidrovia do Araguaia—Tocantins realizado.

Por outro lado, eu queria dizer aos companheiros que, na verdade, o Pará desta vez esteve um pouco melhor que em muitos outros relatórios, em relação à importância que se pôde reconhecer, em outros momentos, da Região Norte e do corredor Norte de exportação.

Em relação ao Paranaguá, vamos economizar no percurso para a Europa ou para os Estados Unidos mais de três mil milhas marítimas, saindo pelo porto do Pará. O Porto de Paranaguá está hoje superlotado com a produção do centro-sul do País e do Centro-Oeste, que para lá enviam toda a sua produção. Aqui, seria um corredor de exportação. E, aí sim, eu acho que o Governo nesse processo pensou grande, pensou no amanhã, fortalecendo os portos do Nordeste e do Norte. O porto do Norte teve poucos recursos, mas a hidrovia e as rodovias são importantes para garantir esse escoamento de produção.

Sr. Relator, apesar de terem dito que V. Exa. privilegiou o Pará, ainda quero discordar e, para isso, apresentei destaque, porque quero um pouco mais.

Deputado, quero dizer que o Pará, com relação à Bahia, na pavimentação de rodovias, que foi onde mais o Pará recebeu em relação a outros Estados, tem 21% da malha rodoviária não-pavimentada do País. Temos 3 mil 202 quilômetros não pavimentados. A Bahia tem 965. A Bahia recebeu 28 milhões 190 mil e o Pará, 91. Recebemos 28 mil reais por quilômetro e a Bahia recebeu 29 mil reais por quilômetro não-pavimentado. Logo, a Bahia recebeu mais do que nós.

Com relação à adequação de rodovias, o Pará recebeu 2 mil 189 por quilômetro para duplicação e a Bahia recebeu 2 mil 227, também mais do que o Pará. E assim ocorre em todos os itens.

Logicamente, todos queremos mais e devemos assim pleitear. É legítimo, pois queremos a infra-estrutura consolidada, para que possamos ver avançar o País.

Faço uma última consideração, Sr. Presidente, com relação às indicações. Sou parceiro do PT, de V. Exa., neste encaminhamento. Eu chamaria a atenção do Companheiro João Fassarella, porque sempre fomos parceiros em relação a que indicação não deva ser votada, aprovada. Por quê? Porque falta fonte, não é verdade? E seria uma distorção muito grande aprovarmos aqui e não indicarmos fonte. Isso é vedado pela LDO, e não podemos fazê-lo. Mas podemos aprovar o encaminhamento da indicação. E é isso que foi proposto pelo Presidente, e já fizemos isso em outro momento. Aprovar o encaminhamento da indicação é legítimo.

Quando vejo aqui, Deputado João Fassarella, já distribuído de forma criteriosa pelo Relator, quero me dar por satisfeito, na medida em que, nesta condição da distribuição do bolo fiscal para pavimentação de rodovias, duplicação, asfaltamento, V. Exa. foi coerente e aproximou o máximo que pôde. E aí quero cumprimentá-lo, Sr. Relator, pelo critério que adotou, de malha pavimentada, não-pavimentada, duplicações, volume de tráfego. Com o que foi inserido, ficou enriquecido o relatório de V. Exa.

Ainda ficou um pouco aquém em alguns Estados, como o Pará, mas quero ajudá-lo a fazer essas contas melhor, porque eu as tenho, para que possamos melhorar um pouco mais o relatório.

E quero dizer, Deputado João Fassarella, que devemos aprovar não as indicações, mas o encaminhamento das indicações como estão, para que depois o Relator-Geral, que já assumiu o compromisso aqui dito pelo Presidente e pelo Relator, possa aproveitar essa equação e, aí sim, possamos votar o relatório e, lá na frente, modificá-lo até e rediscutir toda essa indicação.

Era o que tinha a comentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman pelo tempo regimental.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Deputado Giovanni Queiroz, porque ele não falou de juros e eu não preciso falar de juros também.

Em segundo lugar, eu quero deixar claro que não tenho nenhuma restrição, do ponto de vista pessoal, ao Deputado José Priante, não faço nenhuma crítica de caráter pessoal, mas faço uma crítica à forma pela qual esse processo tem sido conduzido. Aliás, Trata-se de uma crítica que eu faço desde o primeiro relatório. A diferença é apenas que, nesse relatório, os volumes são muito maiores, são muito superiores. E tenho feito a pergunta a mim e a essa Comissão desde o primeiro relatório: de onde vêm esses recursos todos que estamos alocando? Em nenhum momento temos qualquer informação, nada formalizado quanto à origem de todos esses recursos. Não é só na Fonte 250, não, é de todos os acréscimos que estamos fazendo nos relatórios setoriais. A única informação que há é a seguinte: o Relator-Geral me deu tanto. Um deu cinqüenta aqui, cem lá. A diferença é que aqui os volumes são muito altos, atingindo qua-

se um bilhão pelas emendas aprovadas e atingindo talvez 1,5 bilhão, se contarmos também os outros acréscimos, segundo aqueles relatórios que estão na parte inicial do texto do nosso Relator.

O que chama a atenção e o que parece ser visível é que se procurou, nas diversas fontes em que poderia haver um aumento de recursos, uma destinação para os Relatores-Setoriais. O Relator-Setorial, no caso da infra-estrutura, lutou para ter mais recursos e está no seu papel, lutou para que pudesse atender a todas as emendas possíveis, exatamente num relatório em que o volume de requisições, de solicitações de emendas foi maior. A área de comunicações hoje é uma área privatizada. A área de energia elétrica é uma área em que praticamente não há esse tipo de contencioso. E todos sabemos que se há uma área carente hoje no País, talvez a que mais tem sofrido devido à falta de recursos, historicamente, nas últimas décadas, no nosso País, é exatamente a área de transportes.

Não posso fazer uma crítica ao Relator, pelo fato de ele ter ido buscar a todo o custo, de todas as formas possíveis, recursos para poder atender às emendas.

A forma pela qual os recursos chegam é que eu contesto. Eu acho que não podem chegar via relatório do DNER, nem por intermédio de uma simples informação que não foi nunca trazida a esta Comissão pelo próprio Relator-Geral. Não sabemos de onde ele tirou esses recursos. Não aprovamos isso. Vamos discutir **a posteriori** receitas, como já discutimos despesa. Fizemos despesas, concretizamos despesas, aprovamos despesas e não sabemos de onde vêm as receitas ainda. Elas provavelmente vão ser contestadas no momento em que chegarem aqui.

Então, essa é a minha observação macro a respeito disso. Quero deixar bem claro porque a minha preocupação não é só com o dia de hoje, não é só com a aprovação do Orçamento. Minha preocupação é com o pós-Orçamento, com a pressão que se faz depois sobre o Governo no sentido de ele liberar recursos que estão no Orçamento. Ora, esses recursos não vão existir, ou em parte não vão existir. O que o Governo vai fazer mais uma vez? Vai contingenciar. E o que vamos ter durante o ano todo é aquela discussão se estão liberando ou não. E a imprensa achando que Deputados estão votando de um jeito ou de outro dependendo das liberações que são feitas, da quebra do contingenciamento, e, portanto, sempre agindo como se estivéssemos fazendo uma barganha em termos de votos.

Isso desprestigia o Congresso, isso nos deixa numa situação muito difícil perante a sociedade. E acho que deveríamos fazer todo o esforço para evitar esse processo. Infelizmente, parece-me que neste ano vamos no mesmo caminho que fomos nos anos anteriores. No ano passado, discuti o tal do Imposto Verde, os 140 (ininteligível). Eu chamei aquilo de extraterrestre, e de fato ficou extraterrestre, porque nunca chegou, nunca houve. Mas, às vezes, dá margem aos Ministros das diversas áreas manipularem muito com a troca de fontes, com orçamentos mais dilatados, trocando uma fonte aqui por outra ali e atendendo a quem bem desejar.

Este Congresso, em vez de estar se reforçando no seu papel, determinando onde vão ser as despesas, na realidade, pelo fato de estar fazendo o inchamento das receitas, está liberando os Ministros para que eles manipulem como querem os recursos que são colocados no Orçamento.

Faço essas observações para que elas fiquem consignadas.

Sr. Relator, apresentei três emendas relativas à Área de Minas e Energia, em duas delas V. Exa. alocou recursos que são próprios da Eletronorte para a Eletrobrás. Isso é indevido. É impossível tirar recursos de uma empresa para serem alocados em outra. V. Exa. cancelou na Eletronorte e colocou na Eletrobrás, numa questão de um equipamento que vai permitir a interligação das Regiões Sul e Sudeste com importação de energia da Argentina. É preciso rever este corte feito, porque isso é importante para o País.

São essas as minhas observações, Sr. Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Deputado José Borba. Ausente.

Com a palavra o Sr. Deputado João Almeida. Ausente.

Com a palavra o Sr. Deputado Waldemir Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, ilustre Relator Priante, na verdade, o Senador Ramez Tebet é quem deveria, na qualidade de coordenador da bancada do Mato Grosso do Sul, estar aqui. Mas encarregou-me o ilustre Senador de dizer que alguns destaques foram feitos e que das dez emendas de bancada parece-me que oito ou nove diziam respeito à Área de Infra-Estrutura, e Mato Grosso do Sul reconhece que o relatório que V. Exa. produziu acabou agasalhando as indicações de sua bancada.

Da minha parte, quero agradecer o ilustre Relator e parabenizá-lo pelo relatório que apresenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Balestra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, apesar de termos diversos destaques apresentados pela bancada de Goiás, quero me ater apenas à Ferrovia Norte-Sul e dizer ao Sr. Relator que todas as emendas são importantes, mas a Ferrovia Norte-Sul é sobretudo a obra de interesse maior do Governador do Estado. E o Governador é quem determina as prioridades dentro do Estado. É ele que tem a responsabilidade administrativa. Não estou aqui desqualificando as demais emendas já acolhidas, mas entendo que, primeiro, é preciso repor o recurso que foi tirado e acrescentar alguma coisa, porque é a obra do século para o Estado de Goiás. E tenho certeza de que V. Exa. irá acolher, sabendo da importância desta obra. E como membro da Comissão há muitos anos, eu não quero, de forma alguma, fazer nenhuma ameaça à Mesa com relação a essa emenda, mas ela precisa ter o seu valor recomposto, porque temos aqui diversos expedientes que poderão ser usados, mas creio que nenhum deles será necessário. Vamos aguardar que esse valor seja recomposto e, se possível, mais alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Wilson Santos.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Deputado Priante, quero parabenizá-lo pelo relatório. Porém, permita-me, Deputado, fazer aqui algumas conjecturas bastante importantes na nossa ótica.

No mês de agosto, fizemos um "caminhonaço" de Cuiabá para Itaituba. Ficamos três dias nessa estrada e andamos mais de 1.800 quilômetros de terra. Foi a primeira vez que estive **in loco** nessa região. Fomos recebidos pelo Senador Jader e pelo Vice-Governador do Pará às margens do Rio Tapajós, na bela cidade de Itaituba, e ficamos impressionados com o potencial dessa região, completamente vazia — talvez seja a menor densidade demográfica do País. E a bancada mato-grossense apresentou uma emenda para continuidade do asfaltamento dessa importantíssima rodovia. Durante o período das chuvas paralisa-se por mais de quatro meses qualquer comunicação do norte do Mato Grosso com o sul do Pará. Essa região tem mais de 3 milhões de cabeças de gado. Frigoríficos já se instalam nessa região, e há um potencial agrícola formidável.

Então, gostaríamos apenas, Deputado Priante, de fazer, em nome da bancada do Mato Grosso, um apelo a V. Exa. para que olhasse com mais carinho o destaque que nossa bancada fez com relação ao aumento de recursos para asfaltamento da BR-63, que liga o Estado de Mato Grosso ao Estado de V. Exa. e do Deputado Giovanni Queiroz, o Estado do Pará. E essa integração é fundamental como novo corredor econômico brasileiro. É um Brasil que o Brasil não conhece, é um pedaço do Brasil desconhecido. Eu faço um apelo para que V. Exa. analise com muito carinho o destaque da bancada de Mato Grosso concernente ao asfaltamento da Cuiabá-Santarém.

Um outro destaque nosso é com relação à BR-070, porque é um sonho nosso a ligação com o Pacífico. De Cáceres rumo a San Matias há uma BR, chamada 070, e nós fizemos, em nome do nosso Relator, Deputado Pedro Henry, mais um destaque para que V. Exa. possa também ter compreensão de uma rodovia de características regionais, a integração sul-americana passando por Mato Grosso com destino ao Pacífico.

E, por fim, um outro destaque da BR-158, que margeia a hidrovia Araguaia—Tocantins. Infelizmente, o Deputado Clementino não está aqui, pois eu gostaria de falar na sua presença, mas S. Exa. não conhece a região. A Hidrovia Araguaia—Tocantins já está funcionando em vários pontos, e este ano já escoou mais de 100 mil toneladas de grãos. Ela é um corredor fundamental para a integração do centro do Brasil, vai baratear o custo do frete e, por conseqüência, vai baratear a produção e tornar essa região mais atrativa e mais competitiva.

Deputado Priante, eu jamais procurei V. Exa. individualmente, nunca fiz uma visita pessoal no seu gabinete. Não trato dessas questões de forma individual. Trato publicamente onde devem ser tratadas, que é na Comissão, com argumentos. Faço a V. Exa. a defesa intransigente desses três destaques da nossa bancada em favor de três eixos fundamentais para o desenvolvimento do País, BR-163, BR-158 e BR-070. Gostaríamos de receber o mesmo carinho que o Estado de Alagoas recebeu, quando duas emendas de três quartos foram contempladas com a Fonte 175, dinheiro seguro, com 9 milhões de reais cada emenda de três quartos, e a emenda de bancada do Mato Grosso foi atendida com apenas 5 milhões de reais, no caso da BR-070, e 7 milhões na BR-158, emenda de bancada, enquanto que emendas de três quartos, indicações, com a Fonte 175, e as nossas com a Fonte 250.

Quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho cansativo, exaustivo. Pudesse V. Exa. ter dinheiro para suprir — e daí a necessidade da implantação do Imposto Verde para que o Ministério dos Transportes possa ter os recursos necessários para atender a infra-estrutura do País. Não somos contra nenhum Estado. Parabéns a Alagoas, ao Pará, a todos os Estados que precisam, mas o Mato Grosso é um Estado que cresce num ritmo muito acelerado e que precisa ter, por parte de V. Exa., todo carinho, toda atenção para ampliar os recursos para esses eixos de desenvolvimento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Novais, último orador.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Realmente, o processo orçamentário brasileiro, apesar da clareza da Constituição, é o mais confuso que se pode imaginar. O Executivo prima em esconder receitas que o Parlamento tem que descobrir para poder atender às emendas dos Parlamentares. Depois vem a criatividade. Procuram-se as receitas omitidas e não aquelas escondidas. É o caso da Fonte 250, e é o caso que se aproxima dos precatórios de que se fala e que possivelmente serão aproveitados no Orçamento deste ano. Eu gostaria que o Orçamento fosse determinativo como pretende o Presidente Antonio Carlos Magalhães, porque talvez assim o Executivo não fizesse o jogo de esconde-esconde com o Congresso brasileiro.

Com relação ao relatório do Deputado Priante, quero dizer que estive com S. Exa. na presença do Deputado Carlos Melles, que estava conversando com o Deputado Inocêncio Oliveira. E o Deputado Carlos Melles garantiu ao Deputado Priante os recursos de 300 milhões, disse que S. Exa. colocasse as indicações no seu relatório que ele honraria quando chegasse o seu momento. E o Deputado Inocêncio Oliveira, que estava perto, disse que o assunto tinha sido assim resolvido pelas Lideranças.

O relatório do Deputado Priante para mim tem um defeito, Sr. Presidente, é que ele, como alguns outros, infringe o item 20.4 do Parecer Preliminar. Ele aprova algumas emendas de três quartos a mais do que permite aquele dispositivo do parecer preliminar. Por esta razão, estou apresentando dois destaques, um relativo a uma emenda de Minas Gerais e outro relativo à emenda do Rio Grande do Sul. Sei que anteriormente já se aprovou aqui relatórios com esta falha, mas eu não concordo com ela. Por isso, fiz o destaque.

Com essas considerações, Sr. Presidente, sugiro a V. Exa. que coloque o parecer do Relator em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator para dar as respostas às perguntas levantadas.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, eu queria fazer apenas um registro, já que estamos tentando melhorar a nossa Comissão, é que toda a verba de transporte ferroviário urbano de passageiros do relatório de infra-estrutura soma 107 milhões, e só o metrô de Brasília, no relatório de fazenda e desenvolvimento, levou 85 milhões. Então, queremos aprender a resolver essas distorções e evitar que elas voltem a acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Priante.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, eu queria apenas tirar uma dúvida em relação ao número de emendas apresentadas, porque cada Estado faz a reunião de bancada e toma uma decisão em termos de Relatoria. No caso do Paraná, diversificamos. Eu gostaria de perguntar se o senhor sabe o número de emendas apresentadas pelo Estado do Pará, emendas de bancada e de indicação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Dez emendas e uma indicação.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Dez emendas de bancada e uma de indicação?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Exatamente, diferentemente do Paraná, que foram quatro ou cinco.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, estamos de pleno acordo. Posso dizer que tenho colaborado demais com os trabalhos desta Comissão, não só nessa gestão como nas anteriores, mas quero deixar claro, com a presença do Deputado Ricardo Barros, do Joaquim dos Santos Filho, que somos muito avaliados no Paraná em termos dessa situação. E eu diria que qualquer leigo pode nos taxar de incompetentes pelo volume que conseguimos. Estamos perdendo para tudo quanto é Estado. Então, hoje vamos aprovar, estamos de pleno acordo. Porém, quero deixar claro que se não houver condições de uma regularização desse absurdo — posso sentar e provar que é um absurdo o que está acontecendo dentro dos recursos de infra-estrutura no Estado do Paraná, e desafio qualquer Deputado a dar uma olhada e verificar —, vamos ter dificuldades em aprovar o relatório geral. Tenho muita experiência e quero dizer que não vamos deixar essa situação assim, pelo me-

nos para que a imprensa e a própria sociedade do Paraná verifiquem o nosso esforço, porque vamos ser malhados em nosso Estado. E, por incrível que pareça, eu, hoje, aqui dentro, Priante, considero-o um incompetente em orçamento, apesar de ser conhecido na Casa como um entendido e lá no Estado também. Eu me sinto derrotado, sinto-me vergonhosamente derrotado. Eram essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator José Priante.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Está terminada a discussão, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ele vai fazer as explicações e terminar a discussão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mas a lista de oradores está encerrada?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está encerrada. Deputado Priante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Eu gostaria de apresentar a todos os que ainda estão presentes — muitos dos Parlamentares já estão ausentes, mas manifestaram as posições retratando o sentimento de seus Estados, ora de mérito, de critérios, por fim, a todas as manifestações aqui proferidas —, em primeiro lugar, o meu respeito e a minha maior consideração.

Gostaria de começar a minha resposta a esta discussão — vou tentar ser breve e atender às provocações, no bom sentido, que foram manifestadas pelos Parlamentares — pelo Líder do Governo, Deputado Alberto Goldman, até porque ele já questiona se encerrará esta discussão com esta manifestação do Relator.

Em primeiro lugar, quero dizer que vem de longe — não tão de longe, até porque o Deputado Alberto Goldman é bem mais velho que eu — minha consideração e meu apreço pelo Deputado Alberto Goldman. E S. Exa. conhece essa minha consideração. Em algumas ocasiões de embate, tive o prazer de conviver com S. Exa. e de, com isso, acumular aprendizado.

Evidentemente, o Deputado Alberto Goldman levanta algumas considerações de mérito, reiterando discurso que fez em vários momentos, nesta Comissão, com uma posição crítica com relação à forma como está sendo conduzido o encaminhamento, particularmente no que se refere à alocação de recurso para os relatórios setoriais.

Não cabe a mim, como Relator-Setorial, de forma específica, definir a estratégia e o relacionamento com o Governo e conduzir a votação do relatório como um todo.

Ressalto que o Deputado Giovanni Queiroz, apesar dos elogios proferidos ao relatório, ao mesmo tempo que registrou algumas considerações críticas, faz uma política antagônica à do meu partido. Portanto, suas manifestações podem ser consideradas insuspeitas. Dizia S. Exa. que, dentro de um leito, evidentemente que não um leito estático, eminentemente técnico, porque se assim fosse não precisaríamos ter Relator, bastaria usarmos um programa de computador e, a partir de então, apresentarmos o relatório, procuramos distinguir as exigências técnicas que norteiam a necessidade de se elaborar um relatório setorial e, ao mesmo tempo, a auscultação política, que deve ser objeto de consideração por qualquer Relator nesta Casa.

Procuramos atender à necessidade com construção onde as malhas possuem mais quilômetros não pavimentados e com restauração onde as malhas são mais pavimentadas. Também procuramos estabelecer um critério justo.

Os recursos foram pequenos. Cometeu-se um pecado, como lembrou o Deputado Pedro Novais, que foi o de tentar ousar na criatividade. Fui resistente e lutei até o final no sentido de buscar mais recursos, porque não via como me apresentar diante desta Comissão, uma Comissão da maior importância, que trata de demandas infra-estruturais de todas as ordens dos Estados, sem apresentar algo que pudesse ser, no mínimo, razoável. Então, cometi o pecado de tentar jogar com o tempo para que, no final, o meu relatório pudesse ser apreciado, criticado, analisado e pudéssemos ter um entendimento que, tenho certeza, se encaminha com o desfecho desta reunião.

Evidentemente, não agrada a todos, e não pode agradar, que uma demanda de 5,7 milhões de reais seja atendida com 1,3 bilhão de reais. É um valor insignificante diante do tamanho do problema, que foi retratado por meio das emendas apresentadas ao Orçamento.

Outro fator que muitas vezes assusta, que foi citado pelo Deputado Basílio Villani, é o das diferenças dos valores atendidos. Por exemplo: determinado Estado, para o setor de infra-estrutura, demanda recursos por meio de dez emendas e outro por meio de quatro emendas. Se eu não atender bem ao Estado que tem dez emendas, cometerei um pecado mortal, porque ele não será atendido obviamente em outros setores. Quer dizer, ao final, cabe ao Relator-Geral fazer justiça, porque só ele poderá, sob sua responsabi-

lidade, distinguir onde efetivamente está sendo distorcido o relatório por conta da somatória dos diversos pareceres dos Relatores-Setoriais.

Sem pretensão, muito pelo contrário, humildemente, estou apresentando este relatório a esta Comissão, que, espero, mereça consideração. Foi o que pude fazer dentro dos meus conhecimentos não muito avantajados na área orçamentária. Representando meu partido, procurando me assessorar da melhor maneira possível e, fundamentalmente, buscando o entendimento político, chego a esta Comissão e afirmo que há um acordo, sim. Que a indicação que estou colocando no meu relatório possa ser atendida pelo Relator-Geral.

Então, construí o caminho político não para apresentar um relatório perfeito, mas um relatório que pudesse ser no mínimo razoável, a fim de que pudéssemos voltar aos nossos Estados e dizer que contabilizamos algumas vitórias, alguns avanços, dentro das limitações impostas pela corda, conforme disse o Deputado Pedro Novais, de disputa entre o Executivo e o Legislativo, nessa novela interminável, que reiteradamente se repete a cada ano.

Espero que este relatório mereça aprovação, ressalvados evidentemente os destaques legítimos de cada bancada, para que possa buscar o entendimento junto ao Relator-Geral e promover as negociações que são de praxe junto a cada bancada, no sentido de tentar encontrar uma solução final.

Com essas considerações, parabenizo todos os Parlamentares, reconheço a legitimidade de cada manifestação aqui havida e, humildemente, apresento o meu relatório, que foi o máximo que pude fazer até então como Relator da Área Temática da Infra-Estrutura.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para uma questão de ordem, Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Ouvi o pronunciamento final do nobre Deputado José Priante. Até reconheço a autenticidade da manifestação do Sr. Ministro quanto a fontes. Estava até tranqüilo, mas não posso concordar com a confissão de S. Exa. quanto aos métodos adotados no sentido de ludibriar a boa-fé desta Comissão. S. Exa. confessou que deixou para o final exatamente para forçar uma posição. É o primeiro ano que participo desta Comissão. Nos meus mandatos anteriores, nós, Deputados, sequer destinávamos verbas ou podíamos alterar o Orçamento — meu primeiro mandato foi em 1974 e, depois, em 1982. Mas a confissão de S. Exa. me deixa realmente triste, porque, na minha visão, não é a maneira mais correta a que foi adotada. Não discuto o seu relatório; pelo contrário, vou votá-lo. No entanto, não me posso furtar de me manifestar nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Gostaria de poder esclarecer, porque, evidentemente, não poderia sair daqui com uma interpretação no mínimo equivocada da minha manifestação. Disse e reitero que joguei com o tempo para que pudesse promover o alcance das negociações políticas e elaborar um relatório razoável. E o tempo conspirava contra esse objetivo. Eu, dentro das minhas possibilidades e limitações políticas, jogo com o tempo, jogarei com o tempo, assim como hoje a Comissão de Orçamento também o faz, em função da necessidade de se votarem imediatamente os relatórios setoriais, para que o Relator-Geral possa apresentar o relatório ao plenário e para que, no mínimo, possamos dar uma resposta à sociedade pela convocação extraordinária promovida pelo Poder Executivo.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Só quero dizer que não foi uma maneira muito correta. Todos os demais Relatores poderiam ter adotado a mesma tática e não agiram dessa maneira. Outros Relatores não tiveram a oportunidade de fazer indicações nesse volume de recursos que foram feitos por V. Exa., os quais não critico. Mas, pela minha ótica, continuo insistindo, o fecho do seu pronunciamento realmente me deixou triste, porque isso levanta novamente suspeições que já eram constantes com relação à Comissão de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho)– Encerrada a discussão, ressalvados os destaques.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Por um dever de consciência, preciso de uma certa confirmação por parte do Sr. Relator com relação à questão da recomposição da Ferrovia Norte-Sul, à qual já me referi. Não terei condição de votar o relatório se não tiver essa confirmação. Caso contrário, serei obrigado a pedir verificação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – O que, evidentemente, o Relator pode dizer ao nobre Parla-

mentar é que V. Exa. não tem noção do volume dos destaques apresentados.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Mas o meu, por favor, ele foi retirado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – O que posso dizer a V. Exa. é que terei toda a boa vontade e não tenho qualquer intenção de prejudicar o Estado de V. Exa. Muito pelo contrário, o Estado foi, no meu entendimento, sob a minha ótica, extremamente atendido no meu relatório, até porque demandou substancialmente emendas para a Área de Infra-Estrutura. Conversei inclusive com o Governador do Estado de V. Exa. Evidentemente não posso, neste momento, ser cobrado por todos, alegando ter o compromisso de atender ao destaque "a", "b" ou "c".

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – V. Exa. não estará dando valores, estará recompondo, porque foi retirado. Veio do Executivo e o valor foi diminuído.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Foi diminuído? Então, vamos avaliar o que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Agora, se não houver esse compromisso, sou obrigado a pedir verificação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Não tenho qualquer condição de fazer essa declaração.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado Roberto Balestra, entendo o apelo de V. Exa. e é absolutamente justo que todos demandemos por mais recursos.

A título de informação, o Estado do Pará foi acrescido nesse relatório de 88.790.000 reais; o Estado de Goiás teve um acréscimo, pelo Relator, de 88.773.000 reais. Portanto, o Pará teve um aumento de apenas 500 mil reais a mais em relação ao Estado de Goiás.

Em termos de rodovias federais...

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Giovanni Queiroz, a nossa preocupação não é a questão de aumento de valores. Os valores não estamos discutindo. O que está sendo levantado ao Sr. Relator é a inversão, porque existe o problema da Ferrovia Norte-Sul. Esse é o grande problema. Goiás tem interesse em que a ferrovia comece em Goiás, indo ao Norte. Existem outros interesses no sentido de que apenas venha do Norte para Goiás. O que Goiás quer é que esses recursos, já destinados pelo Governo Federal, sejam partidos ao meio, colocando o início da ferrovia em Senador Canedo, em Goiás, rumo ao norte, e lá do Estado do Tocantins vindo para Goiás. É isso que interessa para a nossa bancada. Não estamos discutindo valores.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Desculpe-me a interpretação.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – É uma questão apenas de reparo na orientação da emenda. Isso já foi discutido com o Relator, que até demonstrou boa intenção em resolver. É essa a preocupação, e gostaríamos de ter essa garantia.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Entendo que neste instante o Relator possa dar um encaminhamento positivo. Se é uma demanda das bancadas, das duas pontas, não haveria nenhum problema.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Relator, queremos deixar claro que esta emenda é prioridade absoluta para o Estado. É bem verdade que o Estado de Goiás foi contemplado com vários recursos, mas, na verdade, o recurso prioritário é o da Ferrovia Norte-Sul.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, quero chamar a atenção dos Deputados presentes. Esta não é a forma correta de se abordar o assunto. Todos os Deputados aqui são iguais. O Relator tem em suas mãos quantos destaques?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Segundo a assessoria, mais de 300 destaques.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mais de 300 destaques. Não é possível que se queira que o Relator tome uma decisão sobre um destaque, antes que isso aconteça. A bancada de São Paulo sempre fez destaques. Houve corte nos recursos destinados para a construção do Rodoanel, que é uma obra que está sendo feita em São Paulo. Há um compromisso do Governo Federal para aplicar naquela obra no mínimo 25% dos recursos, sendo 50% do Governo do Estado de São Paulo. Este possui para este ano investimentos previstos, Estadual e Federal, da ordem de 160 milhões, e o Governo Federal destinou 25 milhões. O Relator retirou 3 milhões, ou seja, seria uma recomposição também. Imaginem se agora eu chegar aqui e disser que se não recompor eu vou pe-

dir verificação. Não é a forma correta, já que temos 300 destaques.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Acho que o argumento do Deputado Alberto Goldman é válido, só que sabemos onde a correia nos aperta. São Paulo tem outras fontes, nós não temos. Precisamos resolver nossos problemas.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Deputado Alberto Goldman, o problema maior é que queremos que se especifique o trecho de Goiás. Isso não vai alterar absolutamente nada.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu não quero voltar à discussão. Citei o exemplo de Goiás, mas isso vale para o Espírito Santo, para Santa Catarina, para o Amazonas, para Sergipe, para o Pará, para todos os Estados. São 300 e tantos destaques que têm de ser feitos. É evidente que, no momento em que o Relator recompuser esse valor, só poderá fazê-lo se tirar de outro lugar. Ele terá que tirar de algum lugar. Não é uma solução fácil, que possa ser dada agora. S. Exa. até pode tirar, mas vai tirar de onde?

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Alberto Goldman, para que fique clara a situação: a emenda é de bancada, tecnicamente, absolutamente correta, não tem nenhuma imperfeição. Ela foi prejudicada, não foi considerada pelo Sub-Relator, que fez uma outra emenda, contemplando o trecho vindo do Norte para cá. Isso não pode ser feito. A bancada, que apresentou a emenda dentro das especificações corretas, não pode ser prejudicada. É só isso.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não estou discutindo isso, eu acho perfeitamente viável. O que me parece inviável é a forma como esses termos são colocados.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Deputado Alberto Goldman, permita-me fazer as últimas considerações. Na verdade, no que diz respeito à Ferrovia Norte-Sul, recebi mais de duas ou três emendas. Evidentemente que cada Estado queria carimbar o trecho que deveria merecer o atendimento por parte do Ministério dos Transportes. Abri um parênteses para toda a ferrovia, tendo em vista não poder atender pontualmente a cada Estado em suas expectativas.

Já conversei com todos os Deputados, salvo a Deputada que se manifestou e o Deputado que disse poder solicitar verificação de **quorum**. Já conversei com outros Parlamentares da bancada de Goiás. Fiz até mesmo uma visita a Goiás, numa consideração especial àquele Estado. Portanto, seria um irresponsável, leviano se neste momento me curvasse a tal consideração, que lamentavelmente chega às raias de uma ameaça política, no bom sentido. O que posso manifestar é a minha vontade de atender ao pleito formulado por todos os Parlamentares de Goiás. Já conversei com muitos deles, e se for esse o caminho da bancada de Goiás, evidentemente, não posso fazer além disso.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Quero fazer um apelo especial à bancada de Goiás. Há pouco tempo aprovamos um crédito suplementar para a mesma, absolutamente fora de qualquer norma, com valor bastante expressivo para atender a sua demanda. Absolutamente fora de qualquer norma.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Para atender uma dívida do Governo Federal com Goiás? Acordado com o Presidente da República.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não, descumprimos, sim. As dívidas do Governo Federal com os Estados devem ser imensas, não apenas com o Governo de Goiás. Então, faço um apelo aos companheiros, diante disso. Fomos compreensivos, extremamente, naquele momento, e espero que eles sejam neste momento, não criando dificuldades ao andamento deste orçamento.

Vamos discutir as emendas. Discutam depois as emendas com o Relator e vamos adotar o processo que temos adotado de entendimento entre nós para que as coisas possam avançar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Deputado Alberto Goldman, Sr. Presidente, vejam só que o número de emendas a este relatório não atingiu a casa dos 250 e de destaques... Foram aproximadamente 105 emendas e de destaque já passamos dos 300. Tenho a impressão de que vamos aprovar muito pouca coisa porque os destaques já estão quase todos...

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – É exatamente essa a nossa preocupação, de na aprovação se votar em bloco, e o nosso destaque estar incluído. É evidente que o Brasil inteiro está interessado na Ferrovia Norte-Sul. Mas os únicos Estados que estão envolvidos são o de Tocantins e o de Goiás, sendo que o de Tocantins nem emendas tem.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – V. Exa. desconsidera os Estados do Maranhão, do Pará.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Não estou desconsiderando. No Estado do Maranhão já está pronta. Só se for fazer uma ferrovia paralela no Maranhão, porque lá já está pronta, Sr. Relator. V. Exa. sabe que a ferrovia já está pronta até na divisa do Maranhão com Tocantins.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Estou estarrecido com a forma como está-se manifestando o Parlamentar.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Relator, quero apresentar minha posição. Gostaria que V. Exa. fizesse um compromisso formal no sentido de que o trecho de Goiás seja carimbado. Da minha parte, concordo em votar o Orçamento.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Ou até um compromisso da Mesa, Sr. Presidente? V. Exa. sabe que eu, como Vice-Presidente, quero colaborar com os trabalhos, mas se trata de uma questão que atinge diretamente o nosso Estado. E neste momento fala o provincianismo. Por isso quero receber da Mesa o compromisso de que esse destaque, especificamente, não fosse votado em bloco, que ele fosse votado em separado no momento oportuno.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Era isso que ia propor, Sr. Presidente, numa questão de ordem. Já havia dito ao Deputado Jovair Arantes que amanhã, quando fossem votados os destaques, mesmo que se decida votar em bloco, esse destaque fosse votado em separado. Eu acho com que isso a Mesa, o nobre Relator e o nobre Deputado podem concordar, e ficaria atendido o exame

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Amanhã, durante a votação, o Deputado requer a votação em separado.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Então, fica feito o acordo. Vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão e o prazo para apresentação dos destaques.

Em votação o relatório.

A votação é a aprovação do relatório, sem as indicações, ressalvados os destaques e aprovando o encaminhamento das indicações ao Relator-Geral.

Compreendido por todos?(Pausa.)

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório. (Palmas.)

Declaro a sessão suspensa.

Amanhã reabriremos a sessão às 10h.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está encerrada a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reaberta a segunda reunião ordinária da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à discussão e votação dos Relatórios-Setoriais.

Na reunião de hoje vamos discutir os relatórios de destaques apresentados ao Item Temático IX — Integração Nacional, Meio Ambiente, Esporte e Turismo, cujo Relator é o nobre Deputado José Lourenço.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Lourenço.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a colaboração, a maneira democrática e responsável como tem dirigido os trabalhos desta Comissão. Tive grande satisfação de ser auxiliar de V. Exa. Já o conheço de velhas caminhadas na vida pública, inclusive nas praças públicas de Manaus, quando, com Tancredo Neves, fizemos a campanha das Diretas Já e, depois, sua campanha à Presidência da República.

Lembro-me até hoje daquele memorável comício de Manaus, em que a praça encontrava-se totalmente cheia; tão cheia como a praça de Belém do Pará, do nosso Giovanni Queiroz, quando era Governador o Líder da Oposição a ele, o Senador Jader Barbalho.

São velhos tempos. Com essa história, sinto admiração por V. Exa., especialmente quando defende a Amazônia e a sua economia, aquelas decisões do IBAMA na área que cuida dos jacarés e da preservação de determinados setores que poderiam e podem gerar renda. Hoje, está-se vendo que já existe mais jacaré na Amazônia, e tem muita gente faminta tentando exportar pele de animal, mas não consegue. Mostrou V. Exa. em seu livro, que tive o prazer de ler, que a Amazônia é viável, economicamente explorável e pode voltar a ser o que já foi no passado, com outras riquezas — a borracha é uma delas —, que V. Exa. bem conhece, porque governou seu Estado sempre recebendo votações consagradoras, que o trouxeram para o Senado Federal e para o nosso convívio.

Sr. Presidente, em função das decisões tomadas ontem na Comissão, fiz, com meus auxiliares, os ajustes determinados. Cancelei os recursos considerados pela Comissão como variação de minha parte, que não estavam em comunhão com o Regimento da Casa, ou com o Regimento da Comissão. Aceitei

essa crítica, e a via democrática é construída sobre esses alicerces. Aceitei a posição do nobre colega e amigo pessoal, Deputado João Coser, e suprimi do texto aqueles recursos que S. Exa. havia indicado, secundado nessa mesma posição pelo Deputado João Fassarella e pelo nobre Deputado Alberto Goldman.

Diante dos reclamos da bancada do Centro-Oeste, com a concordância de toda a Comissão, quero destacar o apoio que recebi da bancada do Nordeste, ontem à tarde, liderada pelo nobre Deputado Armando Abílio, que abriu mão de recursos que poderiam também ser destinados ao Nordeste para que pudéssemos sair do impasse e aprovar o Relatório. Agradeço ao Deputado Armando Abílio o seu gesto, como também ao Deputado Ricardo Barros a sua compreensão.

Faço meu agradecimento de público ao colega de Relatoria, Deputado Cleonâncio Fonseca, que não está presente. Portanto, gostaria que o colega de seu partido e Vice-Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, levasse a S. Exa. os meus agradecimentos.

Quero anunciar à V. Exas. que os recursos, no total de 5,5 milhões de reais, tiveram suas destinações modificadas. Foram aplicados 2 milhões de reais em todo o Centro-Oeste. Adotei o critério da população em cada Estado e no Distrito Federal, pois é o que se usa na distribuição dos recursos do SUS e dos recursos federais.

De acordo com esse critério, foram destinados para Goiás 2 milhões, 160 mil e 500 reais; para o Mato Grosso, 1 milhão, 58 mil e 500 reais; para o Mato Grosso do Sul, 903 mil reais; para o Distrito Federal, 878 mil reais. Com o restante, 500 mil reais, destinei 170 mil reais para Roraima e o restante foi destinado para corrigir uns equívocos que cometi no Orçamento. Eram 20 mil reais numa emenda; 50 mil reais em outra, no Estado de Alagoas, e me pediram para abrir uma janela na área de meio ambiente no Amazonas de, parece-me, 100 mil reais. Foi o destino que dei aos outros 500 mil, no total de 5,5 milhões de reais, conforme determinação desta Comissão.

Estou aguardando que meus assessores me dêem os documentos referentes aos destaques.

Acatei os destaques que significavam determinados ajustes, destaques de mudanças de titularidades, outros solicitando aumento de recursos, enfim, destaques com as mais diversas finalidades, e a maior parte deles, naturalmente, buscava aumento de recursos.

Como é do conhecimento da Comissão, não dispunha de mais recursos. Os recursos que usei por último foram os referidos 5,5 milhões de reais, com os quais fiz os ajustes já anunciados.

Quero dizer a V. Exas. que fiz uma transferência de recursos do Rio Grande do Norte, a pedido da bancada, sem aumento de recursos para o Estado e no Relatório. Apenas transferi recursos de uma obra para outra, porque trata-se de uma obra que está em fase de acabamento e, com a transferência de recursos, pode-se terminá-la.

Atendi às solicitações dos Deputados João Fassarella, José Thomaz Nonô, Rommel Feijó, Almeida de Jesus e do nobre Senador Alberto Silva.

Quanto à solicitação do Deputado Jorge Alberto, atendi apenas a que se referia à Laranjeiras. Não pude atender aos outros pedidos, porque estou impedido pelo Regimento de fazê-lo, uma vez que criaria dois objetivos diversos, o que o Regimento veda totalmente. Mas, no que pude atender a V. Exa., o fiz com o maior prazer.

O destaque do Senador Tião Viana também foi atendido. O Deputado Osvaldo Coelho também me solicitou um destaque nas despesas apenas, e eu o atendi. Atendi também ao destaque, como já disse, do Deputado João Fassarella.

Há destaques aprovados parcialmente, como o da Deputada Laura Carneiro; do Deputado Deusdeth Pantoja; do Deputado Iberê Ferreira — o destaque a que me referi do Rio Grande do Norte, que eram, aliás, dois destaques —; do Deputado João Caldas; do Deputado Dr. Benedito Dias — Promoção e Fomento do Turismo na Amazônia Legal, que foi um pedido da bancada da Amazônia e é uma emenda do Deputado Benedito Dias para abrir uma janela de 100 mil reais com os recursos que anulei, como já disse anteriormente — e do Deputado Almir Sá, como já citei também, que é um recurso de 170 mil reais, no Estado de Roraima.

Há um destaque do Deputado Jorge Alberto, mas está prejudicado. Aliás, são dois destaques. É uma repetição de um destaque que já foi atendido. O Deputado Cleonâncio Fonseca também já havia sido atendido, portanto, é uma repetição de destaques.

O restante dos destaques foram rejeitados.

Comunico à Comissão — e o faço com o sentimento de dever cumprido, com isenção e responsabilidade inerentes ao cargo — que fiz o que foi possível. Agradeço antecipadamente a todos a aprovação do meu trabalho. Muito obrigado a V. Exas.

Quero dizer ainda que listei todos os destaques com pedidos de aumento de recursos: de Santa Catarina, do Paraná, da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, onde também fiz cortes para repor recursos para a transposição das águas do Rio São Francisco e de todos os demais Estados. E serei um advogado na defesa dos interesses de cada um, porque não pude atender a todos nos seus pleitos junto ao Relator-Geral.

Nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, fiz um levantamento de tudo, estamos trabalhando e vou fazer um ofício juntando todos os destaques apresentados nesta Comissão que não pude atender, transformando-os numa indicação não só da Comissão, mas também do Relator, para que o Relator-Geral, dentro do possível, atenda aos pleitos dos meus nobres colegas.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA** – (Início inaudível) ... seiscentos e cinqüenta mil reais para um açude na região mais crítica do Estado, que é o Açude de Mucutu, em Juazeirinho.

A bancada fez o destaque, o Deputado Armando Abílio fez, eu assinei, e não sei qual é a decisão de V. Exa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Nobre Deputado, como disse ontem ao Deputado Armando Abílio, estou listando todos esses destaques para serem levados ao Relator-Geral e vou defendê-los, porque os considero uma recomposição justa e prioritária.

Portanto, o pleito de V. Exas. é meu também e vou trabalhar para que ele seja atendido, fiquem certos disso.

**O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA** – Tudo bem.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Relator, o Deputado Cleonâncio Fonseca está presente agora. Gostaria que V. Exa. repetisse suas palavras de agradecimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Permite-me, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Deputado Cleonâncio Fonseca, V. Exa. estava ausente quando pedi ao nobre Deputado Ricardo Barros que levasse até V. Exa. os meus agradecimentos pelo cavalheirismo, pelo espírito de coleguismo e pela comunhão de V. Exa. nesta Comissão.

Sei que V. Exa. teve de retirar recursos em função de interpretações mais fortes ou menos fortes no seu Relatório. Tive um tratamento diverso em função de explicações e imposição de uma compreensão momentânea da Comissão.

Quero renovar meus agradecimentos a V. Exa., já feitos na sua ausência, e os faço agora publicamente, pelo seu cavalheirismo, pelo seu espírito de coleguismo e pela solidariedade que recebi de V. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CLEONÂNCIO FONSECA** – Deputado José Lourenço, assisti à reunião realizada na tarde de ontem, muito polêmica, e relembrei ali aquilo por que já passei.

Aquele problema em meu Relatório aconteceu porque ele foi um dos primeiros. Todos estavam eufóricos com as discussões e queriam realmente aquilo que eu fiz. Mas V. Exa. sabe que, com o cansaço das reuniões, a turma vai se acomodando mais aos acordos. Sinceramente, fiquei feliz ao ver aprovado sem nenhuma restrição o seu Relatório, porque conheço seu espírito de luta, sua capacidade de trabalho, seu companheirismo. Inclusive, V. Exa. atendeu bem ao meu Estado, como acaba de me dizer o Deputado Jorge Alberto e conforme V. Exa. mencionou.

Não poderia este Deputado, por vaidade, interferir num trabalho feito por V. Exa. com tanto patriotismo e brilhantismo.

Agradeço a V. Exa. o reconhecimento. Prezo essa amizade de doze anos nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – É recíproco. Agradeço também a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, mais uma vez quero deixar registrada minha preocupação com dois fatos. Apesar de já ter dito que tenho grande admiração e afeição por V. Exa., talvez a pobreza da Paraíba fale mais alto, e tenho de me render a essa determinação.

Em primeiro lugar, em função da recomposição de recursos para o projeto da transposição, V. Exa. cortou alguns recursos para a Paraíba. Esses recursos representam quase 11 milhões. Do total de 30 milhões, V. Exa. cortou quase 11 milhões.

Segundo, V. Exa. fez algumas indicações em seu Relatório. Quero perguntar formalmente qual será a posição de V. Exa. no que diz respeito a essas indicações feitas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Autorizado pelo Sr. Presidente, digo a V. Exa. o que já disse aqui. Darei a mesma ênfase na defesa dos interesses da Paraíba quanto qualquer Deputado deste Estado. Coloco-me em sua bancada, como me colocarei na bancada de cada um dos que aqui estão, na defesa de seus interesses.

Tenho a Paraíba no meu coração, e o "Négo", escrito na bandeira daquele Estado, tem um significado muito importante para mim: bravura. Há uma música que diz que, na Paraíba, a mulher é macho, sim, senhor. Acho que os homens é que são muito machos e as mulheres são lindas, a começar pela bela cantora que cantou o lindo hino do Nordeste, Elba Ramalho.

Portanto, quero dizer a V. Exa. que sou seu aliado, Deputado Armando Abílio, e V. Exa. bem sabe disso.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sei que V. Exa. é nosso aliado, nobre Deputado. Inclusive agradeço-lhe as referências elogiosas. Mas quero deixar mais uma vez registrada nossa preocupação com os cortes feitos nos recursos previamente aprovados para a Paraíba. Isso representa, Deputado José Lourenço, o corte de quase 11 milhões de reais para fazer a recomposição do projeto da transposição de águas do Rio São Francisco.

Fica registrada nossa posição e nossa inquietação e, juntos, tenho certeza de que iremos definir essa situação com o Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Acha V. Exa. que conseguirei fugir dos seus olhos e dos olhos do Deputado Wilson Braga? Será muito difícil, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de passar a palavra ao Deputado Paes Landim, solicito ao Plenário que seja econômico em suas manifestações, porque queremos terminar hoje o trabalho de análise de Relatórios-Setoriais. E, se nos prolongarmos nas discussões, esse objetivo não será atingido.

Com a palavra o Deputado Paes Landim.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, quero mais uma vez reiterar o apelo ao Sr. Relator, Deputado José Lourenço, a respeito do Açude Jenipapo, porque, das emendas de bancada, esta foi a única que veio na proposta orçamentária e cortou-se 1,5 milhão, embora tenha reposto em outra rubrica. Além do mais, é a única que está no PPA, com previsão de recursos da ordem de 140 milhões de reais, em quatro anos. S. Exa. equiparou os desiguais, deu tratamento igual a obras novas, obras até de caráter municipal.

O apelo que faço a V. Exa., nobre Deputado José Lourenço, é no sentido de que recomende ao Relator-Geral que leve em conta esses fatores, porque se trata da obra mais importante do Estado, do açude mais importante do Nordeste. Aquela é a área mais importante para a irrigação. O melhor lençol freático do semi-árido nordestino está em São João do Piauí.

Reitero apelo a V. Exa. no sentido de que recomende ao Relator-Geral a liberação de recursos para o Açude Jenipapo, levando-se em conta a característica específica dessa obra, que é superior a todas as demais, tanto é que é a única que veio da proposta do Governo e é a única que está no PPA.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, não participei da discussão do Relatório do nobre Deputado José Lourenço, pois estava impedido naquele momento, mas gostaria de fazer uma observação.

Deputado José Lourenço, coloca-se V. Exa. à disposição para depois, junto com as bancadas, buscar nos Ministérios a liberação desses recursos. Não podemos ter isso aqui apenas como peça de ficção, o que até hoje tem sido.

Disponho de alguns dados, Deputado José Lourenço, que assustam qualquer um. Quando os recursos são globalizados — e V. Exa. não teve como distribuí-los por Estado —, no caso do desporto, por exemplo, é algo terrível. A priorização técnica do responsável pelo setor é horrível, discrimina alguns Estados, como se lá não existissem brasileiros. Discrimina terrivelmente. E vou precisar de V. Exa., porque já testei sua boa vontade no sentido de intermediar liberações de recursos e sei que se dispõe, junto com os companheiros, a enfrentar essa briga para que possamos ver este País distribuindo melhor seus recursos.

Quero frisar isso, Deputado José Lourenço, e dizer a V. Exa. que vamos precisar desse apoio e de uma guerra, para que, na distribuição dos recursos, não façam as discriminações que têm sido feitas, particularmente com os Estados das Regiões Norte e Nordeste. Os tecnocratas de plantão que aí estão pri-

orizam seus bairros, seus apaniguados, com alguns interesses que até suspeitamos não serem muito reveláveis, para facilitar obras de alguns Estados.

Vou precisar do apoio de V. Exa., porque o meu Estado, o Pará, tem sido barbaramente violentado no que diz respeito ao direito a esse bolo da receita nacional, que lá não chega em várias áreas, inclusive na área de meio ambiente.

Estive com o Deputado Sarney Filho, e S. Exa. ficou preocupado com os dados que lhe mostrei. Encaminhou-me para o departamento específico, que prometeu atender o Pará, mas não o fez.

Vou passar a V. Exa. esses dados para que tome conhecimento da discriminação existente contra diversos Estados brasileiros.

Cumprimento V. Exa. pelo Relatório, que pude avaliar melhor. Fico feliz em tê-lo conosco, porque é um companheiro de fato desta Casa, deste Parlamento e deste País.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Muito obrigado, Deputado.

Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, quero dizer ao Deputado Pedro Novais, ao Senador do Amapá e a todos que anotei as solicitações de cada bancada para encaminhá-las ao Relator-Geral. Eu, pessoalmente, irei tratar do assunto também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Passaremos à votação dos pareceres com aprovação integral e parcial dos destaques.

Consulto o Plenário se poderemos fazer a votação em bloco.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Vamos fazer em bloco, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Em bloco? Não, Sr. Presidente, de jeito nenhum. Quero defender o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, V. Exa. deve pedir votação em separado do destaque.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Está certo, Sr. Presidente.

Destaque nº 116.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em os destaques aprovados integralmente na Câmara e no Senado.

Passaremos à votação.

Peço permissão ao Plenário para fazer a votação em bloco.

São os seguintes destaques com aprovação integral: Destaque nº 17, Deputado José Thomaz Nonô; Destaque nº 18, Deputado José Thomaz Nonô; Destaque nº 19, Deputado José Thomaz Nonô; Destaque nº 63, Deputado Rommel Feijó; Destaque nº 64, Deputado Almeida de Jesus; Destaque nº 11, Deputado João Fassarella; Destaque nº 12, Deputado João Fassarella; Destaque nº 13, Senador Alberto Silva; Destaque nº 26, Deputado Jorge Alberto; Destaque nº 35, Senador Tião Viana; Destaque nº 315, Deputado Osvaldo Coelho; Destaque nº 322, Deputado João Fassarella; Destaque nº 325, Deputado João Fassarella.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Agora votaremos os destaques com aprovação parcial, ressalvado o Destaque nº 116, que terá votação em separado.

Aprovados parcialmente: Destaque nº 23, Deputada Laura Carneiro; Destaque nº 69, Deputado Deusdeth Pantoja; Destaque nº 93, Deputado Iberê Ferreira; Destaque nº 94, Deputado Iberê Ferreira; Destaque nº 167, Deputado Benedito Dias; Destaque nº 87, Deputado Almir Sá.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Declaro prejudicados, por já ter sido atendido destaque de mesmo teor, os Destaques nºs 27, 54 e 276.

Destaques rejeitados pelo Sr. Relator: todos os demais, com exceção do Destaque nº 116, que terá votação em separado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Não há votação no Senado Federal.

Passaremos à discussão e votação do Destaque nº 116, cujo autor é o Deputado João Caldas, da bancada de Alagoas, Emenda nº 10, Promoção do Desenvolvimento Regional Integrado e Auto-sustentável da Mata Alagoana, SUDENE, em Alagoas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, nós, que somos de outros Estados, não sabemos o teor do destaque e da emenda.

O Deputado que pediu destaque poderia explicar do que se trata? O barulho não nos permite falar, imagine ouvir.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que conceda a palavra ao autor do destaque, para que nos informe o teor do destaque, e ao Relator, para que dê sua opinião, a fim de que possamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sr. Deputado, primeiro estou anunciando o autor, o número e o objeto do destaque, para depois conceder a palavra ao autor do destaque a fim de que faça sua explanação e, a seguir, o Relator dará sua opinião.

Com a palavra o Deputado João Caldas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de enaltecer o esforço do Deputado José Lourenço para atender a todos os Estados, mas gostaria de fazer uma ressalva no tocante ao Estado de Alagoas.

Essas emendas de bancada, defendidas pelo então Senador Guilherme Palmeira, que se preocupou com a Região da Mata, nunca foram apresentadas, porque sempre havia outras prioridades. Na época, havia o discurso muito forte de que seriam as adutoras no Sertão e no Agreste.

Como conheço meu Estado de ponta a ponta, sei que essas obras estão quase finalizadas ou finalizadas na sua rede principal. Em algumas, pouco falta para acabar. Elas receberam recursos vultosos em 1996, 1997, 1998 e 1999, recursos garantidos na proposta do orçamentária do Executivo, em detrimento da Região da Mata, que não tem recebido absolutamente nada.

Digo de cátedra — e, se quiserem, poderemos ver **in loco** que isso não é necessidade básica do Estado de Alagoas — que os recursos recebidos no final do ano do Governo Federal destinados a essas obras e o que vem agora até 2002 serão usados para fazer outra transposição com essas adutoras.

Sr. Presidente, gostaria que pelo menos houvesse um equilíbrio. Peço ao nobre Relator e aos Srs. Deputados que observem que essas obras já foram muito privilegiadas. O Relator fez um trabalho isonômico, deu tratamento igualitário de 46,67% a todas as emendas. Mas a nossa emenda de bancada, da Zona da Mata, S. Exa. atendeu com apenas 28%. É uma diferença muito grande.

Gostaria de saber quais foram os critérios usados pelo Relator nesse caso. Tenho certeza de que é um critério injusto. Mais de 45 Municípios ficarão sem recursos, enquanto obras praticamente acabadas, que recebem dinheiro todos os anos, serão mais uma vez privilegiadas.

É muito difícil explicar essa situação ao sertanejo alagoano. Já pensou se eu tivesse aqui falando contra as adutoras do meu Estado, o que a imprensa e o sertanejo iriam dizer de mim? Mas tenho conhecimento de causa e acho injusto esse Relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Nobre Deputado João Caldas, peço a V. Exa. que trate desse assunto na bancada de Alagoas, porque eu, como Relator, tenho de olhar as emendas de bancada e dar a todas elas, que têm o mesmo número de assinaturas, tratamento isonômico. Ora, destinei 7 milhões a todas as emendas de bancada de Alagoas. Se elas vieram com mais ou menos do Governo, o problema não é meu, mas da bancada. Deveriam me dizer: "Olhe, isso, que veio do Governo, V. Exa. desconta e dá mais para outra bancada". No dia em que V. Exa. agir assim, eu faço. Mas, como Relator, não tenho o direito de ter essa leitura, nobre Deputado. Eu estaria extrapolando minha competência.

Portanto, peço a V. Exa. — e o faço com toda a sinceridade com que trato desses assuntos — que, no próximo ano, entre em entendimento com sua bancada e diga ao Relator quais os valores que devem ser considerados. Eu o farei de acordo com a orientação que receber de sua bancada, por intermédio do seu coordenador ou dos signatários da emenda.

De outra forma, não posso dar outro tratamento à emenda. Essa é a minha posição. Pergunto à Comissão se dei tratamento diferenciado. Dei tratamento igual. Compreendo a posição de V. Exa., Deputado João Caldas, e sugiro que, no próximo ano, exponha o problema à sua bancada. Compreenderei e acatarei a decisão da bancada. Estou aqui para isso. Não pos-

so tomar uma decisão própria que fira frontalmente as emendas de bancada. Lamento profundamente, mas não posso ter outra atitude.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar ao Relator que nos dissesse o que a bancada não fez e deveria ter feito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Deputado, dei às emendas de Alagoas um tratamento isonômico, no valor de 7 milhões de reais para cada uma. Não considerei se algum desses projetos já trazia recursos do Executivo ou não. Dispensei a elas um tratamento isonômico. Se houvesse um entendimento entre os membros da bancada no sentido de que eu diminuísse ou desse mais para determinada obra, eu o teria feito.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Deputado José Lourenço, já entendi. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Deputado João Coser, pergunto a V. Exa. se agi incorretamente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Relator, esse meu destaque tem o apoio de 90% da bancada. Quero dizer, mais uma vez, que o critério é incorreto e injusto, porque estamos desperdiçando dinheiro. A função desta Comissão é reparar esses enganos. Não é porque a bancada pede algo esdrúxulo, algo que não deveria pedir, que será atendida.

Vou apresentar o destaque para que os Deputados votem de acordo com sua consciência. Vou tentar, até a última instância, destinar esses recursos para uma região realmente carente e tirar de um lugar que não precisa mais de dinheiro, porque é atendida por programas do Governo, do BIRD, do Avança Brasil. Na minha concepção, não precisaria mais de dinheiro para as obras, pois já deveriam estar concluídas, e não estão. Essa é a verdade. Quero que o recurso vá para onde não há e que seja tirado de onde está sobrando.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que o Relator fez o que era possível. Haverá um momento — o Deputado João Caldas tem consciência disso — em que o Relator-Geral convidará os representantes dos Estados para conversar com uma Comissão que S. Exa. está constituindo e que terá oportunidade de ouvir da bancada quais são suas prioridades.

Deputado João Caldas, o Relator-Geral convoca os Estados, em um determinado momento, para ouvir de suas bancadas quais são as suas prioridades. Neste momento, seria fundamental a mobilização de V. Exa., porque, se o Relator-Setorial não ouviu individualmente, tem dificuldade de fazê-lo. Todavia, S.Exa. acolheu bem todas as emendas com determinado valor. É possível mexer nessa questão lá na frente. No entanto, se S.Exa. tiver disponibilidade, poderá acolher mais recursos. O que S.Exa. não tem disposição de fazer — e acho complicado — é tirar de uma emenda para outra, com a avaliação apenas...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Mesmo porque, quero dizer a V. Exa., Deputado João Coser...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Mas tenho a impressão de que a Comissão está esclarecida para votar, para deliberar. V. Exa. tem muito espaço ainda pela frente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Quero dizer a V. Exa., nobre Deputado, que serei seu aliado junto ao Relator-Geral, que está presente, para conseguir melhorar a questão. Todavia, há um equívoco. O apoio da bancada é para mudar a titularidade, não para aumentar recurso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Não. A emenda tem dois objetivos: fazer a modificação da aplicação e a mudança dos recursos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Eu me comprometo a ajudar V. Exas. junto ao Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Há um entendimento junto ao Relator-Geral. Nós discutimos essa questão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Retira V. Exa. o destaque?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Retirado o destaque.

Está encerrada a votação.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, a alteração feita pelo Relator-Setorial não precisa ser votada em plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já foi votada.

Agradeço ao eminente Deputado José Lourenço, que usou toda a generosidade do acolhimento de uma casa portuguesa, com a alegria do axé baiano, e encontrou uma solução inteligente para um problema

sério, que era a Relatoria desse complexo Item Temático IX.

O Deputado José Lourenço foi de uma bondade extrema, uma espécie de coração de Irmã Dulce. Agradeço a S. Exa. as palavras iniciais que proferiu a meu respeito, graças à sua generosidade excessiva. Muito obrigado, nobre Deputado.

Temos de colocar em votação as conclusões lidas anteriormente pelo Deputado José Lourenço sobre as decisões tomadas ontem na Comissão. A distribuição do material com as alterações dos pareceres à emenda de Relator já foi feita.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Recebemos o documento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, gostaria de saudar o Deputado José Lourenço. Entre outras qualidades de S. Exa., gostaria de destacar a sua capacidade de ouvir os Deputados e os membros das bancadas. Lamentavelmente, houve Relatores que fizeram seus relatórios sem ouvir um membro da bancada.

Nesse particular, V. Exa., nobre Relator, está de parabéns pelo tempo que dedicou a ouvir cada Parlamentar que o procurava. O Relator, em primeiro lugar, deve estar à disposição dos membros do Congresso Nacional, dos Governadores, do Governo, das entidades e das pessoas que o procuram. Destaco a disposição de V. Exa. de conversar e de dar satisfação do que estava fazendo. É lógico, ressalvando também as outras qualidades que possui o Relatório de V. Exa.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO** – Muito obrigado, Deputado João Coser.

Permita-me, Sr. Presidente, agradecer ao nobre Deputado e a todos os demais. Faço-o com um sentimento mais profundo do meu coração. Estou até emocionado com as palavras de V. Exa., que, acredito, refletem o pensamento de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a V. Exa. uma certidão de que ontem estava presente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Hoje, quando acordei, li num jornal do Rio de Janeiro a notícia de que não estava presente na Casa. (Risos.) Então, solicito a V. Exa. uma certidão de que ontem estava presente na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sou testemunha de que, do início ao fim, V. Exa. esteve presente.

A reunião será suspensa por 10 minutos. Em seguida, passaremos à discussão e votação do Relatório da Saúde.

Vamos ter o entendimento final. Daqui à 10 minutos reiniciaremos reunião.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Reaberta a segunda reunião ordinária do ano 2000, destinada à votação do Orçamento Geral da União para o ano 2000.

Em discussão a Temática nº 7: Saúde.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, consultada a Mesa e confirmado o número de debatedores, Deputados e Senadores, na proporção do Regimento Interno, gostaria de solicitar o encerramento da discussão, a fim darmos início imediatamente à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, eu queria algumas informações. A primeira...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Pediu V. Exa. a palavra pela ordem? V. Exa. já discutiu a matéria.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É, pela ordem, para o encaminhamento da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Pois não, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Precisamos ter inicialmente conhecimento do que foi corrigido. Por exemplo, como o Sr. Relator trabalhou a distribuição de recursos por Estado, no Relatório, para que pudéssemos votar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Como? Não corrigiu nada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – V. Exa. participou da reunião?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Participei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Nobre Deputado, ficou acertado na reunião que vamos fazer a votação do Relatório-Setorial, com o indicativo que o Relator-Setorial vai fazer ao Relator-Geral, para fazer as correções necessárias pela média...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas aquilo é só do SUS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Do SUS? Exatamente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Só do SUS. Há outras áreas. Por exemplo, os recursos por programa, como estão definidos, eu questiono, pois o Relator não se sentiu autorizado pela legislação a distribuir de outros programas do Ministério por Estado. Acho que somos lesados — vários Estados são lesados ano a ano — quando aprovamos o "guarda-chuva", os recursos, a critério do Ministério de aplicação. Somos lesados ano a ano, repito.

Este ano o Relator-Geral estabeleceu em seu Relatório preliminar que deveria haver critério na distribuição dos recursos, por todos os Ministérios, e o único que o fez até agora foi o Senador Eduardo Siqueira Campos, ausente no momento. Isso me leva a questionar o Relatório. Já o fiz a primeira vez. Disse que votaria contra se o Relatório continuasse desse jeito. E vou fazer por um dever de ofício. Não vou pedir verificação de votação, em que pese a amizade que tenho pelo Deputado Relator, que já ficou bravo comigo umas duas vezes, mas a nossa amizade supera tudo isso. Não voto a favor de um relatório como esse.

O PDT vota contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Ilustre Deputado Giovanni Queiroz, veja bem. No início, quando o Governo enviou ao Congresso Nacional a proposta orçamentária e quando começaram os entendimentos e os encaminhamentos para a discussão da matéria, o Colégio de Líderes e o Colégio de Sub-Relatores tomaram decisão que me engessou: não cortaríamos recursos da saúde; o setor, que já tinha déficit na proposta inicial, não sofreria cortes. Isso criou imobilismo. Não pude fazer. V. Exa., que já foi Sub-Relator, bem sabe que o Sub-Relator só pode fazer cortes em investimentos e acréscimos em emendas. E essa decisão de não fazer nenhum corte na área da saúde levou-me a ficar amarrado, engessado, só podendo trabalhar com os recursos que a Relatoria-Geral me passou para atender às emendas. Então, não tenho como fazer essa avaliação que V. Exa. me pede.

Agora, tenho a seguinte avaliação: quando o Relatório sair da etapa de análise dos Relatores-Setoriais e chegar à mão do Relator-Geral, saberemos qual Estado brasileiro teve a prerrogativa de alavancar ou carimbar mais recursos e fazer essa equalização.

Ontem à noite V. Exa. aprovou aqui Relatório da Infra-Estrutura e seu Estado, o Pará, foi muito bem aquinhoado. Todos vimos que aquele Relatório também não previa a proporcionalidade de aplicação por Estado, tendo sido mantido o **per capita**, digamos. Acho que poderíamos proceder ao trabalho de ajuste final na etapa do Relator-Geral, que, com certeza, vai ter a maior boa vontade de promover essa equalização de investimentos, de recursos, para cada um dos Estados brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, como eu estava na Mesa e fui derrotado, não pude continuar o debate. Queria solicitar a V. Exa. que encerrasse as inscrições, para que os Deputados inscritos usassem a palavra imediatamente e pudéssemos dar seqüência à reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Então, continuaremos ouvindo os Deputados inscritos e, no final da fala do próximo orador, encerraremos as inscrições. Está bem? O Plenário concorda.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Waldemir Moka. (Pausa.) Ausente.

Quem não está presente evidentemente terá prejudicada sua inscrição. O Deputado Waldemir Moka já nos brindou com a sua palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Mais tarde. Após a votação, V. Exa. elogia. Está inscrito para falar o Deputado Danilo de Castro. No final da sua fala, encerraremos as inscrições. (Pausa.) Ausente

Com a palavra o Deputado Rommel Feijó, o primeiro inscrito.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, Deputado Jovair Arantes, Sr. Relator-Setorial, Deputado Pedro Henry, o Relatório do Setor Saúde é muito importante para o povo brasileiro e vai ao encontro de todas as mazelas e defeitos das pequenas cidades do interior, das grandes cidades brasileiras. Os recursos para a saúde não vêm sendo aplicados de maneira que satisfaça o povo. Essa insatisfação é maior na área de tratamento de média e de alta complexidade, nos tratamentos hospitalares.

Os programas do Governo Federal para prevenção de doenças, além de serem mais organizados, têm trabalho gerencial melhor. A tentativa da Frente Parlamentar da Saúde de fazer com que todos os brasileiros tenham tratamento igualitário na área de média e alta complexidade, que nós, médicos, chamamos de tratamentos de ponta, secundários e terciários, levou a esse resultado no debate ocorrido na sala do Relator-Geral desta Comissão.

Ouvi atentamente as sugestões e também a defesa do Governo em determinadas sugestões. Quase por unanimidade a Comissão estava querendo aceitar. Diria a V. Exas. que vale até o sacrifício de mexer no serviço da dívida. Sr. Presidente, se houver muita dificuldade em encontrar esse dinheiro, acho que vale a pena mexer no serviço da dívida externa e lá buscar recursos para investir na saúde. Não cito outros setores porque não são tão importantes como o setor da saúde, emergencial para o nosso País. Digo isso pela experiência que tenho, pois trabalho em hospital há mais de vinte anos. E o Hospital Santa Casa de Misericórdia atende a todos os pacientes do SUS.

Se por acaso forem vinculados esses recursos ao superávit, que não sejam 100% vinculados à área de saúde, que se dê uma olhada para trás, nesses 3 bilhões que já foram utilizados; que se divida. Desses recursos que é preciso investir na saúde, aproximadamente 1 bilhão, garanta-se pelo menos o que foi gasto neste ano em fontes legítimas e já apuradas para o Orçamento de 2000, deixando para o superávit a parte que iria complementar a necessidade de atingir aquele acordo feito ano passado pelo Governo.

Que pelo menos o que foi gasto neste ano fosse vinculado a fontes fortes, se existisse alguma dificuldade em obter esse dinheiro para os tratamentos de média e de alta complexidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – O Deputado Danilo de Castro não está presente. S. Exa. fica prejudicado. Com a palavra o Deputado Paulo Kobayashi. Quero só pedir aos colegas Deputados que façam um esforço, obedeçam ao horário, para agilizarmos os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI** – Assisti à reunião coordenada pelo Relator, vi as condições em que ficou o Sub-Relator, e abro mão de qualquer pronunciamento. Reservo-me para os debates, quando da votação da própria peça na Comissão de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Paulo Feijó. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Deputado Sérgio Barcellos. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Deputado Airton Dipp.

**O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP** – Sr. Presidente, também participei da reunião que antecedeu esta aqui, em plenário. E, reconhecendo a falta de recursos na área da saúde no projeto original do Governo Federal e a dedicação do Sub-Relator e do Relator-Geral para buscar a recuperação dos recursos do SUS, confiamos, então, nessa decisão tomada hoje e somos favoráveis à aprovação do Relatório, embora do Rio Grande do Sul tenham sido retirados recursos que esperamos recompor na fase final.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, o meu pronunciamento ontem seria um, hoje evidentemente é diferente. Ontem queria ressaltar — não tenho infelizmente agora em mão o material, porque começamos agora inesperadamente — que o levantamento que fiz não diz respeito ao SUS especificamente, mas aos investimentos na área da saúde. Se formos verificar os investimentos **per capita** do Ministério da Saúde, vamos ver que, por exemplo, o Rio de Janeiro tem o investimento **per capita** mais elevado de todos, com base de cerca de 120 reais de investimento total. Investimento inclui custeio, enfim, a despesa total da área da saúde. Outro exemplo: o investimento **per capita** de São Paulo é de 70 reais. A Bahia está mais ou menos com 65 reais.

Portanto, não existe relação direta e absoluta nem pode existir, porque aqui ontem ou anteontem parecia uma guerra de secessão, como tem acontecido muito nesta Comissão.

A distribuição de recursos para a saúde tem de levar em conta evidentemente uma série de parâmetros. Não acho que o parâmetro **per capita** seja válido nem acho também que apenas a capacidade de gastos de cada área seja parâmetro válido. Por exemplo, no que se refere a investimento, compra de equipamentos, montagem do sistema, certamente aqueles Estados que têm menos capacidade de atendimento deverão ter cobertura **per capita** maior do que aqueles que já têm área mais desenvolvida.

O Rio de Janeiro especificamente tem capacidade de atendimento muito mais alta do que o restante do País, por suas condições históricas. Não é lógico que **per capita** se queira investir lá, no sentido de comprar equipamentos, novos prédios, enfim, de aumentar a capacidade de atendimento do mesmo jeito que em outro Estado ou num Estado pobre do País. Não pode ser vista a questão dessa maneira, como se fosse praticamente uma guerra. Estamos transformando a guerra fiscal lá fora numa guerra política absolutamente descabida, contra o Brasil.

Reconheço que tem de ser analisado caso por caso; sou daqueles que se consideram antes brasileiro do que natural de qualquer Estado; sou paulista por coincidência, mas brasileiro de verdade. Isso é o que importa. Não digo isso agora não. O primeiro item da minha campanha eleitoral era o seguinte, escrito em panfletos: A minha base eleitoral é São Paulo, mas serei um Deputado do Brasil. Digo isto ao meu eleitorado: Vocês não estão elegendo alguém para resolver o problema de vocês, mas alguém para ajudar a resolver os problemas do Brasil. Isso está escrito, não é só discurso, não; os panfletos da campanha são assim.

Essa é a minha visão do processo. Sei que isso não vai mudar nada, é um discurso. Não quero convencer ninguém a respeito disso, mas as situações não podem ser avaliadas de forma um pouco grosseira e, às vezes, infantil, com a pretensão de se manter certas relações que não são as mais corretas.

Nesse caso, somente a despesa **per capita** não é elemento eficiente para avaliar a boa utilização dos recursos na área da saúde. É um dos dados que têm de ser levados em conta.

Quero ressaltar agora, depois dos dados que ouvimos hoje, que evidentemente o Orçamento começa a ser feito em abril. Foi remetido a esta Casa em agosto e, em virtude disso, a tabela do SUS não é nem a tabela dos gastos de 1999 — aprovamos até mesmo suplementações pesadas no final do ano passado —, ela corresponde a valores de 1998, extremamente superados. Temos o poder de corrigi-los, mas temos os nossos limites. O Governo também tem: ele calcula suas receitas, faz as despesas e remete para cá. Recalculamos as nossas receitas e refazemos as despesas.

Temos exatamente o mesmo poder do Executivo, nada diferente. Já recalculamos e aprovamos nesses nove orçamentos, praticamente, um valor que se aproxima de 4 bilhões. A realocação desses 4 bilhões é decisão nossa. Se estamos realocando 4 bilhões em pontes, rodovias, ferrovias, ou em construção de prédios de vários tipos, ou estamos destinando ao SUS, ou à área de educação, onde nos falta recursos para complementar aquilo que a lei manda, o FUNDEF, é decisão nossa. Essa decisão é nossa. Não podemos jogar isso para ninguém.

Aquele compromisso que assumimos aqui tem de ser mantido entre nós, porque, na avaliação que fiz dos dados que temos aqui em mão, no ano passado, gastamos uma média de 54 reais **per capita**. Evidentemente, neste ano não se pode, de forma alguma, ficar abaixo dos valores do ano passado. Não se imagina que vamos ter menos procedimentos neste ano do que no ano passado. Vamos ter de encontrar os meios para isso. Mas quem? Nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Eurípedes Miranda. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Deputado Jorge Khoury. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Deputado Roberto Balestra. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei bem rápido. O Ministério do Planejamento encaminhou proposta, mesmo sabendo que era insuficiente, negociou reajustes com a área da saúde, com o aval do Presidente da República, que o honrou. E a proposta não foi retirada para ser corrigida. E o problema ficou conosco.

Nós, da Oposição ou da Situação, temos de ficar juntos, firmes naquilo que foi acordado. Defendemos a saúde como um todo; é um problema que afeta todos nós, principalmente 120 milhões de brasileiros

que não têm planos de saúde. Acredito que esse acordo será cumprido. Devemos ficar alerta, para que, de fato, seja cumprido e o valor acordado, 1,6 bilhão, seja incluído. Os técnicos estão analisando alternativas para que não fiquem apenas propostas.

Sabemos que ontem houve um diálogo entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Sub-Relator — S. Exa. pode confirmar ou não, se quiser — e ficou acertado que em última análise entrará na área de pessoal. Temos de ter fonte segura e não só proposta de origem. Que no Orçamento haja argumentos para recomendar ao Presidente da República o veto, na área de pessoal.

A minha proposta é que entre na área de pessoal o montante de 1,6 bilhão. E vamos ficar firmes. O Brasil está olhando para nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, apenas para lembrar ao nosso Relator que temos uma emenda de bancada regional, do Centro-Oeste, que versa sobre a construção de um grande hospital, cujo objetivo é resolver os problemas do Entorno de Brasília.

Destinamos essa emenda para uma cidade chamada Santo Antônio do Descoberto, próxima de Brasília. Como foram alocados recursos financeiros para a construção desse hospital, entendemos que poderíamos dividir com mais duas outras localidades porque seria mais importante essa malha para um atendimento mais diversificado.

O Secretário de Saúde do Distrito Federal, Sr. Jofran Frejat, pediu que fizéssemos o remanejamento desses recursos — não é acrescentar nem tirar de outro lugar —, dividindo-os com outras duas localidades: Santo Antônio do Descoberto, Santa Maria e Paranoá.

Então, apresentamos destaque e gostaríamos de solicitar ao nosso ilustre Relator que faça essa distribuição na seguinte ordem: 60% para Santo Antônio do Descoberto e 40% para as outras duas cidades, 20% para cada uma.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Aroldo Cedraz. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Santos Filho. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Wilson Santos. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Senador Tião Viana. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra a Deputada Fátima Pelaes. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** – Sr. Presidente, não vou me alongar. Quero me congratular com V. Exa., com o Relator-Setorial e com o Relator-Geral pela paciência com que enfrentaram o problema.

Quero também me congratular com o Deputado Alberto Goldman, que teve sensibilidade e enxergou que não se pode fazer proposta inferior à do ano passado. Como representante do Governo, é evolução bastante significativa.

No momento em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso indicou o Ministro José Serra para a Pasta da Saúde — conheço S. Exa. e sei da sua competência —, fiquei e continuo entusiasmado, na expectativa de que o mesmo consiga fazer grande revolução no setor.

O SUS é um programa extremamente útil e vital para a sobrevivência dos brasileiros mais pobres, mas ainda tem falhas de operação tremendas. Continuo com a esperança de que o Ministro José Serra faça uma grande proposta em torno da saúde pública, sobretudo do atendimento ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, o Governo, no meu entendimento, perde muito — e eu fiz questão de usar a palavra, para que fique registrado — da admiração dos seus aliados, a minha particularmente, quando manda proposta que perpetua desigualdade tão grande nos Estados do Amazonas, da Bahia, do Amapá, discriminando de maneira direta os Estados mais pobres.

O Deputado Alberto Goldman disse que a distribuição **per capita** não é a mais justa. E não é, Deputado. Se V. Exa. observar, verá que nos Estados do Sudeste a renda **per capita** é maior; sendo maior, aumenta o número de pessoas que têm acesso aos planos de saúde.

Acredito que no próximo ano iremos excluir da conta **per capita** aqueles cidadãos que têm acesso a planos de saúde. Vamos ser justos, embora entenda que o próprio SUS precisa ser reestruturado.

Se conseguirmos, de alguma forma, absorver esse entendimento, tenho certeza de que será honra-

do pelo Relator-Parcial, pelo Relator-Geral e atingiremos uma média de 58 reais **per capita** habitante/ano para os Estados menos aquinhoados ou para todos os Estados, sem tirar dos mais desenvolvidos, dos dois que se mantêm acima dessa média. Estaremos dando grande contribuição para a evolução do programa social do Governo Fernando Henrique Cardoso.

A grande guerra que os Estados menos desenvolvidos devem iniciar — tentei no ano passado, tentei neste ano, e a bancada da Bahia vai liderar essa luta no ano que vem — é em relação à distribuição dos recursos na área de educação, sobretudo do 3º grau.

Na virada do milênio, a concentração do saber é muito odiosa, e a distribuição **per capita**, considerando os jovens em idade de cursar, por exemplo, o 3º grau, é perversa para os Estados do Amazonas, da Bahia. A concentração é exagerada em Estados mais ricos, como o Rio de Janeiro, que tem o mérito de ter sido a Capital da República, mas que hoje tem de trabalhar, embora conte com Deputados expressivos e combativos, como a Deputada Laura Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão e encerrado o prazo para apresentação de destaques.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente estou bastante feliz com a condução dos trabalhos. Percebi com clareza a preocupação de todos os Parlamentares com a saúde do povo brasileiro. Todas as intervenções foram no sentido de melhorar ainda mais o Relatório e, com isso, o Orçamento.

Estou feliz porque, pelo entendimento, o Orçamento da Saúde cresceu pela ação direta dos Srs. Parlamentares algo em torno de 2 bilhões de reais. Quatrocentos milhões, com as emendas aprovadas parcialmente, e quase 1,6 bilhão, pelo acordo que fechamos na equalização do SUS.

Eu gostaria de abordar alguns problemas aqui apresentados. Ao se manifestar, o Deputado Sérgio Miranda levantou o problema do Sarah, mas os cortes feitos lá foram de GND-3 e não foram promovidos por este Relator-Setorial. Sugiro a V. Exa. que discuta essa questão na etapa seguinte com o Relator-Geral e pleiteie a reposição desses recursos cortados.

Com referência à DRU, Deputado Sérgio Miranda, não é verdade o que V. Exa. disse, ou seja, que não retornaria ao Orçamento da Saúde. Se pensarmos num caixote grande que compreende o Orçamento da Saúde, e dentro dele estiver o Fundo Nacional de Saúde, pode ser que, por questão técnica, as fontes específicas da DRU, a 175, não sejam enquadradas no Fundo Nacional de Saúde, para ações de saúde pública.

Estou recomendando à Assessoria — e isso já seria uma modificação em nosso Relatório — que faça a alteração de fontes. Na verdade, esses 200 milhões já estão no Orçamento da Saúde, só que não estão no Fundo Nacional de Saúde. Vamos fazer a alteração de fontes, para que fique legalmente enquadrado, como V. Exa. sugeriu. Sua observação é válida, porém, não representa nenhum acréscimo ao Orçamento da Saúde.

Agradeço a todos os Parlamentares o empenho, especialmente aos Deputados Aroldo Cedraz, que levantou essa bandeira desde o início, Ursicino Queiroz, Darcísio Perondi, enfim, a todos aqueles que são o corpo e a alma da bancada da saúde. Essa luta é de todos nós. Para mim, como Relator, a situação foi constrangedora e difícil. Se, por um lado, queremos ver o Relatório aprovado e as necessidades legais contempladas, por outro, faltam-nos meios e mecanismos para tal. A discussão realizada hoje, na sala da Presidência, foi muita esclarecedora. Todos constatam o problema, mas não é de fácil solução.

Por isso agradeço a V. Exas. a compreensão de remeter esse problema ao Relator-Geral. Será feita indicação nesse Relatório, com base no acordo emoldurado na sala do Presidente, para que S. Exa. faça, a fim de ter o apoio de todos na sua etapa, essa equalização dos recursos do SUS, especificamente para os procedimentos de média e alta complexidade, conforme a planilha desenhada e que vai fazer parte integrante desse Relatório. Vamos entregar junto com a indicação a planilha que exige a alocação de 1 bilhão, 580 milhões a mais para o Orçamento da Saúde, para promover a equalização dos recursos do SUS, especificamente para os procedimentos de média e alta complexidade.

Quanto às emendas de bancada, às solicitações de três quartos das bancadas, às emendas de Comissões, quero deixar muito claro aos Parlamentares da Comissão que houve engessamento. Quando não se permitiram os cortes de investimento no Orçamento da Saúde, limitou-se nossa liberdade de ação. Eu gostaria de atender às reivindicações de bancada, de Comissões, de bancadas regionais com maior volume de recursos. Acho que nenhuma emenda de bancada merece menos do que esse mínimo que demos, de 3,5 milhões. Na verdade, quando a bancada de um Estado subscreve uma emenda fica na expectativa de levar ao seu Estado importantes investimen-

tos de infra-estrutura no serviço de saúde. Atender a essas reivindicações com 2 milhões, 1 milhão ou 800 mil, com certeza, não resolve o problema de nenhum Estado.

Diante dessa escassez de recursos, tive de alocar 274 milhões para o atendimento de emendas individuais. Praticamente não sobrou mais nada para destinar às emendas de bancada. O Colégio de Líderes também decidiu que todas as emendas individuais seriam acatadas integralmente. E nos deparamos com a inflexibilidade. Diante dessa inflexibilidade, para não cometer mais injustiças, optamos pelo critério de distribuição pelo número de emendas apresentadas.

É óbvio que Parlamentares de alguns Estados prefeririam que o critério fosse **per capita** ou populacional, que fosse de outra forma, mas seria extremamente injusto com os Estados pequenos que não dispõem de infra-estrutura de saúde e sempre dependeram de Estados maiores, principalmente no atendimento de maior complexidade. Seria tolher o mais pobre. Então, optamos por nivelar o atendimento das emendas de bancada pelo número de emendas apresentadas. O critério **per capita**, populacional, pode não ser o mais justo, mas, na visão social, com a qual temos de enxergar a Federação, acho que equaliza ou contribui minimamente para corrigir as distorções regionais. Nossa decisão foi exatamente em virtude disso.

Na previsão orçamentária que nos chegou, tanto as ações diretas do Fundo Nacional de Saúde quanto da Fundação Nacional de Saúde já têm componente **per capita** ou populacional na sua programação de investimentos. E eu não mexi em nenhum centavo. Por exemplo, o Rio de Janeiro — eu disse isso nos bastidores desta Comissão à Deputada Laura Carneiro, uma das mais atuantes e brilhantes Deputadas da Comissão de Orçamento, injustamente apenada pela imprensa; nós todos somos testemunhas de que ontem ficamos até tarde da noite aqui trabalhando — é o Estado mais privilegiado nos investimentos da proposta orçamentária. Cerca de 19 milhões de investimentos estão previstos para o Rio de Janeiro, enquanto para outros Estados brasileiros, por exemplo, o Acre, a previsão de investimentos é pouco superior a 1 milhão de reais.

Quer dizer, a proporcionalidade que todos argüiram já está embutida no Orçamento, na programação que veio do Ministério. Por isso, adotamos o conceito de tentar promover maior justiça social neste País, privilegiando o número de emendas apresentadas e não o critério populacional.

Por isso, peço a V. Exas. que entendam a explicação que ora fazemos e que nos apoiem, até mesmo o ilustre Deputado Giovanni Queiroz, que se manifesta contrariamente ao Relatório. Tenho certeza de que, se V. Exa., com a capacidade que tem, estivesse na posição de Sub-Relator, que ocupo temporariamente, sofreria na pele, na carne e na alma as mesmas dificuldades. Então, da mesma forma que ontem à noite votei Relatório que privilegiava o Estado de V. Exa., em detrimento de tantas outras unidades da Federação, peço que reconsidere e vote conosco. Vamos aprovar por unanimidade este Relatório. Em quaisquer outras dificuldades que houver, vou ser parceiro de V. Exa. e, na etapa do Relator-Geral, fazer coro e promover essa equalização nacional. Este não é, diante dessa explicação que dei a V. Exa., o momento adequado para fazermos isso.

Agradeço imensamente aos Srs. Parlamentares que aprovarem este Relatório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão. Encerrado também o prazo para apresentação de destaques.

Passaremos à votação do Relatório, ressalvados os destaques.

Para o encaminhamento da votação estão inscritas as Lideranças dos vários partidos. Segundo o Regimento Interno, essas Lideranças terão um minuto para encaminhar a votação.

Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, pela Liderança do PFL.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS** – Sr. Presidente, o representante do Partido da Frente Liberal nesta Comissão é o nobre Sr. Deputado Santos Filho, mas V. Exa. me convoca e devo corresponder à sua confiança, afirmando que o Partido da Frente Liberal apóia o parecer do Sr. Relator e concorda com o entendimento produzido, para que se possa elevar as dotações constantes no Orçamento do Ministério da Saúde e estabelecer distribuição justa entre todos os Estados da Federação, no que toca aos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde.

É o voto do Partido da Frente Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Basílio Villani, pelo PSDB. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Rommel Feijó.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, o PSDB apóia o Relatório do Deputado Pedro Henry.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Antonio Palocci, pela Liderança do PT.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO PALOCCI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, é preciso ressaltar que uma das grandes responsabilidades deste Orçamento é corrigir grave problema constante da matéria relativa à saúde. Já foi sobejamente discutida a distância existente entre o que prevê a LDO e o que foi enviado pelo Executivo, uma diferença de 1,3 bilhão.

Se considerássemos o acordo firmado no ano passado entre as Lideranças e a Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família, que ensejou a votação da PEC que vincula recursos para a saúde, essa distância não seria de 1,3 bilhão, mas de 2 bilhões. Esse acordo foi tão bem consolidado com o Governo que foi votado quase que por unanimidade na Câmara dos Deputados, mas hoje se mudou essa posição e não se entende por quê. Talvez se entenda a partir daí por que essa votação não avança no Senado. Faço esse registro porque essa questão é fundamental para os destinos da saúde no País. Com isso não estou fazendo críticas ao Relator-Setorial, mesmo porque S. Exa. não teria meios de isoladamente resolver a questão.

Discordamos da forma com que o Relator avaliou as emendas apresentadas. É lógico que escolheu critério justo, mas dele discordamos porque nivela como prioridade investimentos de infra-estrutura em grandes e importantes instituições públicas de saúde, de alta complexidade, e de menor complexidade, resultando num conteúdo técnico de emendas muitas vezes insustentável. Na medida em que estamos votando o Relatório, ressalvados os destaques, acreditamos que vamos fazer esse debate adequadamente com o Sr. Relator.

Portanto, queremos ressaltar o acordo firmado entre os representantes dos partidos, o Relator-Setorial e o Relator-Geral, fundamentalmente restabelecendo o valor previsto na LDO — e de fontes seguras de recursos —, para evitar problemas futuros.

O nosso voto é a favor do Relatório-Setorial, do Deputado Pedro Henry, ressalvados os destaques, nos termos do acordo realizado com o Relator-Setorial e o Relator-Geral, Deputado Carlos Melles.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para encaminhar a votação pela Liderança do PPB, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, por um minuto.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, parabenizo o Relator pelo esforço e por buscar a solução para o impasse criado junto ao Governo e aos companheiros da Comissão.

Encaminho o voto "sim" ao Relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, pela Liderança do PDT.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, vou rever minha posição porque o Relator-Setorial me convenceu de que amarras o impedem de fazer justiça na distribuição dos recursos. Contudo, quero reiterar, apenas para conhecimento da Casa, algo que devemos corrigir com o Relator-Geral. Por exemplo: ampliação de sistemas de abastecimento de água. Na distribuição dos recursos da saúde, verificamos que Estados recebem 147 vezes mais do que outros. No caso de melhorias sanitárias domiciliares, Estados recebem oitocentas vezes mais do que outros. Isso na execução orçamentária de 1999. Na questão indígena, Deputado Waldemir Moka, o índio de Goiás vai receber 3 mil reais por ano; o índio do Mato Grosso do Sul, apenas 11 reais; o índio de São Paulo, 1.600 reais; o índio do Amazonas, nobre Senador, apenas 49 reais. É a distribuição pela população indígena do que foi executado em 1999. Vinte programas do Ministério da Saúde fazem a distribuição dessa forma. Daí por que me apegar muito aos critérios.

Então, vou rever minha posição, vou votar a favor do Relator, não pelo argumento de que o Pará foi beneficiado em detrimento de outros. Não. Se fosse levasse a cabo o critério de rodovias asfaltadas, pavimentadas, não pavimentadas, de tráfego, de carga, enfim, o Pará teria de receber muito mais. O que acontece, Deputado Pedro Henry, é que o Pará recebeu 88 milhões de acréscimo no Relatório de Infra-Estrutura, para corrigir distorção agressiva, nojenta e ridícula que o Governo Federal enviou a esta Casa. E para corrigi-la é preciso acrescer. Goiás também recebeu 88 milhões, porque o Executivo já mandou com distorção. Não é que Goiás foi beneficiado ou privilegiado em relação a outros Estados.

Sr. Presidente, não vou votar por esse argumento, mas pelo argumento de que amarras realmente impedem o Relator-Setorial de fazer a melhor distribuição dos recursos nacionais. Tenho aqui os qua-

dros que justificam minha indignação com a distribuição dos recursos em âmbito nacional. Por isso, minha posição sempre intransigente na luta por critérios que possibilitem a melhor distribuição do bolo fiscal.

Conversando com alguns colegas, entre eles um Senador do Amapá e o Deputado Airton Dipp, entendi que deveria votar a favor do Relatório, ressalvado tudo isso, para corrigir lá na frente, com o Relator-Geral.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Waldemir Moka, pela Liderança do PMDB.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, quero apenas e tão-somente fazer coro ao que disse o ilustre Deputado Darcísio Perondi, Vice-Líder do Governo, que não abre mão da condição de ser uma das grandes lideranças da Frente Parlamentar da Saúde, à qual, com muito orgulho, também pertenço.

Tenho certeza de que o Relator-Setorial, o Relator-Geral e todos nós haveremos de honrar esse compromisso, que não é da Comissão de Orçamento, mas de todo o Congresso Nacional, visto que essa questão foi votada por unanimidade. Juntos haveremos de conseguir os recursos, para que o Orçamento da Saúde tenha, no mínimo, o que teve no ano passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, pela Liderança do PCdoB.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, o Relator foi duro ao dizer que não eram verdadeiras as minhas afirmações. Claro que eram, tanto que S. Exa. corrige, mas não o que eu pedi. O que eu pedi ao Relator? Se S. Exa. troca a fonte, e os recursos da CPMF, que pela Constituição Federal estão expressamente vinculados ao Fundo Nacional de Saúde, em ações e serviços de saúde, deveríamos fixar a regra, já que volta tudo. A DRU não deveria incidir sobre a CPMF, pois há decisão do TCU sobre isso. O Ministério e a Secretaria do Tesouro Nacional respeitam isso. Se V. Exas. analisarem o relatório do Tesouro Nacional, irão verificar que a DRU não incide sobre a CPMF até o mês de novembro. Foi o que eu pedi.

Sr. Relator, esta questão vai ser discutida com o Relator-Geral. Estamos adiando o debate sobre a saúde. Não estamos propriamente aprovando o Relatório. Estamos adiando o debate sobre a saúde para o Relator-Geral. Essa é a essência do acordo feito.

Encerrando a minha intervenção, queria dizer que talvez a grande polêmica que exista aqui é de princípios. Não há hierarquia nos artigos de uma lei. Aprovada uma lei, determinado artigo vale mais do que outro? Não. Todos estão no mesmo pé de igualdade.

Considero também, como foi observado pelo Deputado Antonio Palocci, que o fato de ser definido um critério para a alocação de recursos não quer dizer que ele é justo. Acho que o critério da igualdade formal entre as emendas de bancada prejudicou alguns Estados. Até pelo critério **per capita** alguns Estados menores terão recursos maiores.

Não vou me contrapor ao acordo. Aceitarei o adiamento. Que o nosso voto aqui signifique adiar essa discussão para o Relator-Geral. Nesse sentido, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB também vota como os demais partidos: "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, pelo PTB.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Pedro Henry, concordamos também e votamos "sim" ao Relatório. Acreditamos que esse acordo será cumprido, mesmo porque tem sido a luta da Bahia tentar, pelo menos, resolver os problemas das desigualdades regionais. Queremos que essa eqüidade seja praticada.

Concordamos com esse novo critério, com a solução encontrada aqui. Esperamos que sejam encontradas fontes sadias, seguras, para que possamos ter a certeza de que esses recursos serão realmente alocados, mesmo que se tire do setor de pessoal, como se fez no ano passado, embora de forma diferente. No final, o Governo mandou para esta Casa, e nós aprovamos, créditos especiais para corrigir esta distorção.

Sem dúvida, a saúde é prioritária. E sabemos que o Relatório de V. Exa. contempla esse acordo e atende perfeitamente a Bahia e, tenho certeza, o Brasil inteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Eujácio Simões, pelo PL.

**O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, também concordamos com o encaminhamento feito pelas diversas Lideranças aqui no plenário e na reunião, da qual participamos, com o Relator-Geral.

Creio que reparamos posição extremamente negativa do Governo, quando remeteu proposta orçamentária que ficava aquém dos valores aplicados no

ano de 1999. E que o fato de o Congresso tomar para si a responsabilidade de retomar a execução orçamentária na área do SUS, acima dos valores de 1999, com avanço, sirva de exemplo para que o Governo em outras propostas não incorra neste mesmo erro.

Entendemos que há preocupação muito grande no seio do Congresso Nacional, para que a saúde, por meio do Sistema Único de Saúde, seja prioritária. E esperamos que o Governo se irmane conosco neste pensamento.

Portanto, votamos pelo acordo. Temos certeza de que o Sr. Relator-Geral vai buscar fonte segura e garantir a execução orçamentária, para que não seja ficção, como aconteceu em outras épocas, propiciando à população brasileira o tratamento que merece.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra, para encaminhar, o Senador Sebastião Rocha, pelo PDT.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, acredito que as ponderações sobre os principais pontos críticos do Relatório foram já devidamente feitas pelo Plenário da Comissão.

Sr. Presidente, além de ser de uma região pobre do País, a Região Norte, mais especificamente do Estado do Amapá, sou médico e, por isso, gostaria de ter vindo aqui discutir, mas como não foi possível vou deixar registrado que a minha voz se soma à daqueles que pretendem encontrar solução definitiva para este problema de recursos na área da saúde.

Não podemos, de fato, concordar com a redução de recursos, em comparação aos destinados no ano passado, com o descumprimento da LDO. Quanto à revisão da distribuição de recursos **per capita**, o meu Estado ocupa um dos lugares mais baixos neste **ranking**.

Quero me somar a esse esforço e, na discussão com a Relatoria-Geral, vamos trabalhar no sentido de ser encontrada a solução para o problema de recursos na área de saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrado o encaminhamento.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o Relatório, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o Relatório, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado. (Palmas.)

Quero agradecer ao nobre Relator a dedicação, pois fez grande esforço, a fim de chegarmos a este resultado. Agradeço também a todos os Parlamentares, representantes de todos os partidos, a compreensão e a colaboração.

Suspendo a sessão, para que na quarta-feira, excepcionalmente...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, V. Exa. vai convocar reunião para quarta-feira. Ontem, recebemos informação do Presidente da Casa de que, na terça-feira, haverá sessão solene e, na quarta-feira, votações normais. É comum, neste caso, os Parlamentares chegarem aqui na quarta-feira.

Então, defendendo o meu lado, pois só chegarei aqui na quarta-feira à tarde, gostaria de propor que a reunião não fosse realizada na quarta-feira pela manhã, porque não teremos número suficiente. Poderia ser quarta-feira à tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Convoco reunião para quarta-feira, às 15h30min, a fim de discutirmos os destaques sobre as áreas de saúde e de infra-estrutura.

Está encerrada a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reabertos os trabalhos da segunda reunião ordinária de 2000 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados à Proposta Orçamentária para 2000.

Expediente.

Acuso recebimento dos seguintes expedientes:

I – Correspondência recebida interna.

1) Ofício nº 186, de 17 de fevereiro, remetido pelo gabinete do Senador Jonas Pinheiro, que comunica sua ausência aos trabalhos.

II – Correspondência recebida externa.

1) Ofício nº 105, de 10 de fevereiro, remetido pelo Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, Deputado Pedro Wilson, que solicita a recomposição das verbas para a manutenção das universidades públicas, do Programa Especial de Treinamento, FUNDEF e salário-educação.

2) Ofício SECRE/ASPAR nº 410, de 10 de fevereiro, remetido pelo Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, Dr. Luiz de Couto Neto, que encaminha relatório detalhado dos itens de receita que compõem a Fonte nº 280 no orçamento daquela autarquia, em atendimento à solicitação do Deputado Sérgio Miranda, enviada através do Ofício nº 09 desta Presidência.

Cópia desse expediente foi encaminhada ao Deputado Sérgio Miranda.

3) Aviso nº 184-SGS, de 11 de fevereiro, remetido pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Iram Saraiva, que encaminha cópia da Decisão nº 49/00, adotada pelo Tribunal, bem como o Relatório e Voto que a fundamentam, referente à solicitação de inspeção extraordinária da transferência indevida de recursos oriundos de contribuições previdenciárias para o Fundo de Estabilização Fiscal — FEF —, em resposta ao Requerimento de Informações nº 06/99, de autoria do Deputado Sérgio Miranda, que foi encaminhado ao TCU através do Ofício nº 85, de 30 de junho de 1999, desta Presidência.

Cópia desse expediente foi encaminhada ao Deputado Sérgio Miranda.

Passa-se à apreciação dos destaques da Área Temática VII – Saúde.

Enquanto o material é acerocado para distribuição ao Plenário, leio o cronograma das audiências públicas a serem realizadas nos próximos dias para a discussão da matéria, encaminhado a todos os Parlamentares membros da Comissão e do Congresso pelo Deputado Carlos Melles:

Companheiro Parlamentar,

Conforme nossa proposta de democratizar a discussão do Orçamento 2000, depois de ouvir diversos segmentos, informo-lhe que estarei juntamente com os Comitês Auxiliares à disposição da Bancada de seu Estado, no dia e hora estabelecidos abaixo.

Cordiais saudações,

Deputados Carlos Melles

Relator Geral do Orçamento 2000

Cronograma – Região Norte, terça-feira, 22/02: Acre, 15h; Amapá, 15h45min; Amazonas, 16h30min; Pará, 17h15min; Rondônia, 18h; Roraima, 18h45min, e Tocantins, 19h30min.

Região Sul, quarta-feira, 23/02: Paraná, 9h30min; Rio Grande do Sul, 10h15min, e Santa Catarina, 11h.

Região Nordeste, quarta-feira, 23/02: Alagoas, 14h; Bahia, 14h45min; Ceará, 15h30min; Maranhão, 16h15min; Paraíba, 17h; Pernambuco, 17h45min; Piauí, 18h30min; Rio Grande do Norte, 19h15min, e Sergipe, 20h.

Região Sudeste, quinta-feira, 24/02: Espírito Santo, 9h; Minas Gerais, 9h45min; Rio de Janeiro, 10h30min, e São Paulo, 11h15min.

Região Centro-Oeste, quinta-feira, 24/02: Distrito Federal, 14h; Goiás, 14h45min; Mato Grosso, 15h30min, e Mato Grosso do Sul, 16h15min. (Falha na gravação.)

Com a palavra o Deputado Pedro Henry, Relator-Setorial da Área Temática VII – Saúde.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Área Temática VII – Saúde recebeu 409 destaques, distribuídos da seguinte forma: 137 propondo elevação dos valores alocados às emendas, sendo 93 relativos a emendas de bancadas estaduais, seis de bancada regional, quatro de Comissão, 33 de Relator — em atendimento a solicitações de bancadas estaduais — e um individual, perfazendo um montante de 3,27 bilhões. Nove desses destaques ainda solicitam alterações nos subtítulos e GNDs das respectivas emendas aprovadas.

É humanamente impossível atender a tais solicitações. Como já expliquei a V. Exas. durante a leitura do relatório, adotamos o critério de número de emendas apresentadas para efeitos de atendimento. Portanto, não nos sobra efetivamente nenhum recurso para implementar qualquer emenda parcialmente aprovada. Diante disso, não nos sobrou outra alternativa senão rejeitar esses 137 destaques.

Recebemos 83 destaques pleiteando a recomposição de dotações canceladas. Expus a V. Exas. que este Relator-Setorial não patrocinou qualquer cancelamento. Não há como pensar em recomposição de cancelamentos, já que não foram feitos por mim. Entendo que esses destaques se referem a cancelamentos efetuados pelo Relator-Geral. Considero, portanto, prejudicado o pleito pela recomposição, uma vez que não cabe a mim restabelecer, por não ter promovido nenhum cancelamento, de acordo com decisão do Colégio de Líderes.

Havia também 182 destaques propondo o cancelamento de dotações, no montante de 12,9 bilhões. Da mesma forma, meu parecer é pela rejeição de todos eles. Espero que V. Exas. entendam o porquê da decisão.

Havia ainda três destaques propondo o remanejamento entre emendas, sendo um relativo a emenda individual — um Parlamentar, autor de duas emendas

individuais relativas à área de saúde, quis alterar os valores de atendimento. As emendas individuais foram todas atendidas na íntegra. Entendi que, se é desejo do Parlamentar que patrocinou a emenda alterar os valores visando a uma melhor adequação, deveria ser aprovado o destaque.

Havia ainda dois destaques referentes à emenda de bancada do Distrito Federal, readequando os valores atendidos por esta relatoria-setorial, promovendo um ajuste de acordo com a necessidade. Entendendo que essa medida, pelo mesmo princípio, deveria ser acolhida, proferi parecer pelo seu acolhimento.

Havia ainda destaque propondo alteração de receita, no valor de 1,8 bilhão. Sem dúvida nenhuma, de todos os destaques, este seria o que tenho maior desejo de atender. Mas não cabe a mim acatá-lo. Ele promovia cancelamentos diversos, inclusive GND-3, que não é competência desta relatoria-setorial atender. Tecnicamente, portanto, é improcedente, e opinamos por sua rejeição.

Havia os Destaques nºs 173 e 400, propondo a alteração da modalidade da aplicação, que foram atendidos, porque entendemos que os proponentes eram as pessoas adequadas. Um deles recai sobre emenda de bancada e foi o coordenador da bancada estadual que propôs a alteração. Entendi pelo seu acolhimento.

O Destaque nº 3 propunha a alteração do subtítulo de ação. Nossa opinião foi pelo seu acolhimento.

Dos 409 apresentados, foram aprovados integralmente os Destaques nºs 3 (ajuste de subtítulo), 153 (remanejamento entre emendas do mesmo autor) e 173 e 400 — alteração da modalidade de aplicação.

Foram aprovados parcialmente os Destaques nºs 71 e 144, que propunham duas alterações: ajuste do subtítulo e acréscimo de valores. Aprovamos somente a parte que dizia respeito a ajuste do subtítulo.

Foram apresentados os Destaques nºs 393 e 394, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que pediam o remanejamento de uma emenda da bancada do Distrito Federal, que foi acatada parcialmente, e uma permuta com uma emenda da bancada da Região Centro-Oeste. Como seguimos o critério estabelecido no Colégio de Líderes, essas alterações teriam de ser propostas pelo coordenador da parte autora. Como os destaques do Deputado Agnelo Queiroz pediam que se tirasse percentual do que foi atendido na emenda da bancada do Centro-Oeste e o transferisse especificamente a uma emenda da bancada do Distrito Federal e não continham a assinatura do Coordenador da bancada do Centro-Oeste, opinamos pela sua rejeição. Atendemos parcialmente somente no que competia à emenda da bancada do Distrito Federal para remanejamento do mesmo autor. A que dizia respeito à emenda da bancada da Região Centro-Oeste não pudemos acatar, em face dessa dificuldade.

Vou fazer uma correção no parecer dado, na minuta entregue aos Srs. Parlamentares, relativa aos destaques propondo recomposição de dotações canceladas. Onde se lê: "prejudicado pelo cancelamento alegado decorrer da fusão de títulos", pág. 2 do parecer dos destaques, leia-se "rejeitado". Vamos trocar a palavra "prejudicado" por "rejeitado".

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Uma explicação ao Plenário: a matéria está sendo copiada, e será distribuída a seguir. Por isso, ainda não está nas mãos de cada um de V. Exas.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Certo, Sr. Presidente. Mas já fica registrado que é só uma modificação: onde está escrito "prejudicado pelo cancelamento alegado decorrer de fusão", leia-se "rejeitado".

Cabe uma explicação. São inúmeros os destaques apresentados para essa modalidade, que dizem respeito a que o Parlamentar, às vezes inadvertidamente, havia observado que para seu Estado foi feito o cancelamento de uma rubrica no PL proposto pelo Executivo. Fizemos, sim, o cancelamento. Mas, devido à fusão de títulos, recompusemos o mesmo valor, de tal sorte que nenhuma Unidade da Federação perdeu qualquer alocação de recursos naquilo que estava previsto no PL. Não houve alteração de valores. Mas como os títulos se fundiram, no relatório consta o cancelamento para depois aparecer o acréscimo.

Citando exemplo rápido, havia na proposta do Executivo os subtítulos "Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde" e "Modernização e Adequação de Unidades de Saúde". Todos sabemos que várias emendas parlamentares contemplavam essa área com uma amplitude muito maior — "Construção, Equipamento, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde". Se não tivéssemos promovido a fusão dos subtítulos, elas não poderiam ter sido acatadas. Com o sentido de aceitar e aproveitar o maior número de emendas possível, naquela primeira etapa de análise, promovemos a fusão. Os mesmos valores que foram cancelados em cada Estado foram acrescidos, mas com novo título. Não houve prejuízo. Mas alguns Parlamentares não se aperceberam do fato e apresentaram destaques propondo a recomposição desses valores. Nesse

sentido, se V. Exas. verificarem na pág. 21 do Relatório o Quadro nº 12, vão observar as fusões ocorridas. Foram exatamente elas que motivaram esses destaques apresentados. Diante disso, como não houve perda, nossa proposição é pela rejeição.

Sr. Presidente, creio que, inicialmente, demos as explicações do procedimento da análise dos destaques apresentados. Submeto-me ao Plenário para qualquer explicação que ainda se faça necessária, a fim de que possamos votar o parecer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos conceder a palavra aos Srs. Parlamentares, observando rigorosamente o prazo máximo de três minutos para a exposição de cada um.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Parabenizo o Deputado Pedro Henry pelo seu trabalho, que estava preterido, na sua condição de Relator, uma vez que foi definido que não haveria cortes na Saúde, e também pela solução encontrada para a questão do SUS, depois de ampla discussão.

Vamos ter oportunidade de conversar com o Relator-Geral, que já nos indicou o horário de cada bancada. Vamos, após votados os relatórios setoriais, procurar fazer a devida compensação de valores, uma vez que o critério estabelecido pelo nobre Deputado Pedro Henry de dividir igualmente os recursos entre o número de emendas solicitadas é adequado do ponto de vista dos entes da Federação. Mas, devido à diferença significativa de população e de infra-estrutura de saúde instalada nos Estados, precisaremos recompor esses valores e equilibrar a questão.

Parabenizo o Deputado Pedro Henry pelo parecer. Houve avanço no seu relatório. Esperamos contar com a colaboração do Relator-Setorial para que, na conversa com o Relator-Geral, possamos corrigir algumas questões que não puderam ser resolvidas neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, uma questão de ordem: estamos em processo de votação. O Regimento determina que não haja inscrição de oradores, uma vez que já encerramos o debate. O que V. Exa. poderá fazer é abrir a palavra para encaminhamento de votação, quando acontecer. Como não entendi o que estava em debate, querendo ajudar, interpreto que se estivermos em processo de votação dos destaques — aprovados, rejeitados ou contemplados —, as Lideranças têm o direito de fazer o encaminhamento. *(Falha na gravação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado João Coser tem razão.

Consulto o Plenário se podemos votar os destaques em bloco.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, pela ordem. Quero fazer uma pergunta ao Relator sobre a LDO, a respeito da recomposição dos recursos do SUS, várias vezes discutida em profundidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Isso já foi votado antes, durante a aprovação do relatório.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Era só para esclarecimento meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Nobre Deputado Armando Abílio, até por esquecimento, omiti-me. Vai constar do relatório acordo para aprovação do Relatório da Saúde com o seguinte texto:

Conforme deliberado por esta Comissão, quando da votação do Relatório da Área Temática VII – Saúde, incorpora-se a este o Quadro nº 13 anexo, resultante do acordo do Colégio de Líderes, em 10 de fevereiro de 2000, pelo qual ficou decidido que, na fase da relatoria-geral, deverão ser assegurados novos recursos ao Ministério da Saúde, no valor de 1 bilhão, 580 milhões, 463 mil, 948 reais. Tal acréscimo destina-se a cumprir o disposto no art. 48 da LDO para 2000, que estabelece aplicação mínima de recursos no setor, e a equalizar entre as Unidades da Federação a distribuição dos recursos destinados aos procedimentos de média e alta complexidade.

Anexo a isso estará o Quadro nº 13, exatamente aquele que ficou sendo parte integrante do acordo da reunião de Líderes, na sala da Presidência. Isso vai... A média nacional foi para 58,44.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação a solicitação de votação em bloco dos destaques apresentados.

**O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ** – Sr. Presidente, é sem prejuízo desse destaque que se vai rejeitar ?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, não. É votação dos destaques já. Votação em bloco dos destaques.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, ao se rejeitar, ficaria prejudicado o desta-

que em que têm interesse os Governos de Goiás e do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste? Gostaríamos que se votassem em separado os Destaques nºs 393 e 394. Apenas que fossem retirados do bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, colocaremos em votação em bloco os destaques, com exceção dos Destaques nºs 393 e 394, conforme solicitação apresentada.

Em votação na Câmara dos Deputados a sugestão de votação em bloco.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Declaro prejudicados, por serem da competência do Relator-Geral, os Destaques nºs 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377 e 392.

Em votação os destaques com aprovação integral: Destaque nº 3, ajuste de subtítulo; Destaque nº 153, remanejamento entre emendas do mesmo autor, e Destaques nºs 173 e 400, alteração de modalidade de aplicação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação os destaques aprovados parcialmente.

Destaques nºs 71 e 144, aprovados apenas no que tange ao ajuste do subtítulo. Os Destaques nºs 393 e 394 serão votados em separado, ao final.

Em votação os Destaques nºs 71 e 144 na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Com exceção dos Destaques nºs 393 e 394, de que foi pedida a votação em separado, todos os demais destaques foram rejeitados, em razão de insuficiência de recursos na relatoria-setorial ou de cancelamento alegado decorrente de fusão de títulos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a rejeição na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado Federal.

Para encaminhar a votação dos Destaques nºs 393 e 394, concedo a palavra ao nobre Deputado Agnelo Queiroz.

**O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, vou explicar-lhes o porquê do nosso pedido.

A bancada do Centro-Oeste apresentou emenda para a construção de hospital em Santo Antonio do Descoberto porque o Distrito Federal recebe toda a demanda da região na área da saúde. Praticamente metade do atendimento realizado aqui é de gente que vem de fora, sobretudo de pessoas do Entorno. A bancada do Distrito Federal foi sensível nas duas indicações que teria de emendas de bancada regional por ter incluído duas que atendem a região fora do Distrito Federal. Só havendo infra-estrutura nessas áreas é que se poderá diminuir o afluxo de pacientes para cá.

Apresentamos isso, foi aprovado, e agradecemos ao nosso Relator, entretanto estamos pedindo remanejo, para a manutenção dessa emenda. No nosso entendimento, com 6 milhões conseguiremos construir um hospital pequeno, para atender às demandas primárias e secundárias, ainda mais com a proximidade das eleições municipais e as dificuldades de contenção do Orçamento. Mantidos os 6 mi-

lhões, nosso objetivo será atendido. Dessa verba, remanejaremos 4 milhões para a construção de dois hospitais no Distrito Federal — 2 milhões para Paranoá e 2 milhões para Samambaia.

Na verdade, nosso pedido baseia-se numa mesma concepção, não altera nem tira do Centro-Oeste ou de outro Estado, muito pelo contrário, e foi combinado. Essa emenda é iniciativa da bancada do Distrito Federal, com duas indicações de bancada regional, e está completamente casada com o objetivo que temos de cada ano investir em uma área fora do Distrito Federal para que haja estrutura física e, posteriormente, um sistema único, através de convênio, para ajudar a mantê-la, a fim de que a população possa ser atendida lá, pelo menos nas demandas de complexidade inferior, vindo para cá apenas casos complexos, que necessitam de medicina terciária e quaternária.

Então, essa idéia está bem sintonizada com nossa concepção. Tenho certeza de que o Coordenador da bancada do Centro-Oeste, Senador Jonas Pinheiro, também concorda com ela. Na verdade, com esses recursos de 6 milhões atingiremos nosso objetivo e realizaremos a obra. Dificilmente... Com o Orçamento já aprovado e sobretudo com as eleições municipais, não conseguiremos executar os 10 milhões. Propomos manter os 6 milhões. Se conseguirmos executá-los, nós nos daremos por satisfeitos. Os outros 4 milhões investiríamos em dois hospitais no Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, em nome da bancada de Goiás, gostaríamos de manifestar nosso acordo com essa pretensão. Estamos vendo estampada nos jornais, diariamente, a violência do Entorno, que começa a superar periferias violentas como de Rio de Janeiro e São Paulo. Essa emenda, originariamente, é do Centro-Oeste.

O objetivo desse hospital — um grande hospital regional — é atender às demandas do Entorno. Como disse o Deputado Agnelo Queiroz, é claro que não dá para fazer a alocação total desses 10 milhões até o mês de julho, por conta das eleições deste ano. É necessário que se faça uma etapa já este ano, adiante-se bastante a obra. Os outros 4 bilhões destinaríamos ao Paranoá e a Samambaia, que também atendem ao Entorno. São pessoas que vêm de Goiás e de todo o Brasil, que moram na periferia de Brasília.

A bancada de Goiás concorda com essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator Pedro Henry.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Deputado Jovair Arantes, o destaque apresentado pelo Deputado Agnelo Queiroz propõe o cancelamento de 5 milhões na emenda de bancada regional. Particularmente, até disse a S. Exa.: concordo com a alteração, lógica e prática, uma forma de otimizar e resolver um problema de amplitude muito maior do que aquilo que inicialmente estava previsto orçamentariamente. Mas tecnicamente só poderia fazer essa modificação se o autor — especificamente o autor — da emenda de bancada regional autorizasse. Pedi que me trouxesse um "de acordo" do Coordenador da bancada do Centro-Oeste. Infelizmente, pelo que estou sabendo, não foi possível encontrar S. Exa.

**O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ** – Ele ficou de vir agora aqui.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Mas não veio. Só posso acatar essa proposição, cuja importância tanto V. Exa. quanto o Deputado Jovair Arantes estão manifestando, se houver concordância do Plenário. Se ela existir, não terei o menor preconceito ou dificuldade de atendê-la isso, porque tecnicamente é mais adequada e conveniente.

Fui procurado — faço questão de dizer nesta Comissão — pelo Secretário de Saúde, colega e companheiro de Casa, Deputado Jofran Frejat, que nos apontou a importância desse remanejamento dentro da política de saúde do Distrito Federal. Como todos os que vivemos a maior parte das nossas vidas em Brasília temos interesse em que a saúde ande bem — ainda que pessoal —, seria conveniente o atendimento dessa proposta. Entretanto, só posso acatá-la se houver anuência do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho ) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, V. Exa. colocou a matéria à consideração do Plenário. Em nome da bancada do PFL, digo que já a estudei e estou de acordo com o pleito da bancada de Goiás. Vamos aguardar o pronunciamento das demais bancadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, reforço o que foi dito pelo Deputado Jovair

Arantes no que diz respeito a essa relação dos 6 milhões para Goiás e 4 milhões para o Distrito Federal, a fim de que assim possamos atender ao Entorno, que muito necessita de atendimento hospitalar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em face dos pronunciamentos, colocamos à consideração das bancadas...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, pela ordem. Não existe esse dispositivo no Regimento Interno nem no relatório preliminar. O parecer do Relator foi pela rejeição do destaque. Então, vamos rejeitar o parecer do Relator. Não existe esse dispositivo de consultar o Plenário. O Relator é autônomo para dar seu parecer. S. Exa. pode até refazê-lo, mas tem de dizer se é contra ou a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY** – Pelo que ouvi do Plenário, não havendo manifestação em contrário, reformulo meu parecer, para atender parcialmente aos dois destaques, fazendo um cancelamento de 2 milhões para atender ao hospital de Samambaia e de 2 milhões para atender ao hospital do Paranoá, na emenda da bancada do Centro-Oeste, aprovada pelo valor de 10 milhões, passando a 6 milhões.

Submeto o novo parecer, modificado, ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados a modificação do parecer e os destaques.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado. (Falha na gravação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Resta à Mesa agradecer ao Deputado Pedro Henry o esforço que fez para conciliar os interesses de todos os Estados na questão de saúde pública, que é de interesse nacional, e chegar ao resultado de aprovação geral nesta Comissão. (Falha na gravação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Passa-se à apreciação dos destaques do Relatório Setorial da Área Temática V – Infra-Estrutura.

Os anexos estão sendo distribuídos.

Com a palavra o Sr. Relator-Setorial, Deputado José Priante, a quem convido a sentar-se à mesa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, gostaria de fazer breve consideração, no que diz respeito aos destaques, uma vez que já foi aprovado o relatório, com as ressalvas promovidas pelos destaques.

Vou fazer algumas citações para que tenhamos referências, para que conheçamos alguns pontos de vista, especificamente numéricos, a fim de melhor balizarmos este momento de encaminhamento do parecer dos destaques promovido pelo Relator.

Vale ressaltar que a relatoria-setorial de Infra-Estrutura recebeu 105 emendas: 84 estaduais, 11 nacionais e regionais e 10 de Comissão, havendo 27 indicações, somando quantia perto de 6 bilhões de reais, retratando a demanda preferencial de todas as bancadas que compõem o Congresso Nacional.

Vale grifar que, durante a discussão e votação do relatório que apresentei — vejam as comparações — sobre as 105 emendas oferecidas, os Parlamentares resolveram apresentar 369 destaques.

Este Relator-Setorial está diante, desde o início, de grave dificuldade; em primeiro lugar, por conta de o Congresso, de forma amplamente majoritária, ter escolhido o Relatório Setorial de Infra-Estrutura o mais procurado; em segundo, por conta de os recursos serem pequenos, não nos permitindo fazer frente a essa demanda tão importante, fundamentalmente na área de transporte.

Destaco que, nos destaques que apresentei como Parlamentar aos demais relatórios setoriais, não tive sucesso em nenhum. Todos foram rejeitados. Foi uma tônica de todos os pareceres dispensados aos diversos destaques apresentados nos relatórios setoriais de colegas que antecederam este momento.

Por conseqüência de todos esses detalhes, grifo que este é um momento difícil, porque, não diferentemente dos demais Relatores, estou diante de problema talvez de dimensão maior, por conta de essa demanda ter sido concentrada na área de infra-estrutura. Há falta gritante de recursos para atender, conforme a expectativa, às bancadas que apresentaram destaques, que não foram poucos.

Pela Resolução nº 2, cabe a cada bancada apresentar dez emendas estaduais e cinco indicações. Evidentemente, os Estados que priorizaram esta relatoria, o setor de infra-estrutura, esta área temática, por questão de justiça e de obrigação deste Relator, foram prioritariamente atendidos.

Minas Gerais, que apresentou doze emendas, foi o Estado mais bem atendido. Não poderia ser diferente, se não fosse atendido na área de in-

fra-estrutura, não seria em outra, por não ter demandado em outra área temática do Orçamento. Aqui ou acolá, podemos distinguir que Minas Gerais foi o Estado mais bem atendido, por conta desse fator demandante de ter apresentado doze emendas.

Reconheço, por exemplo, que o Paraná, que dispensou emenda para restauração, único terreno em que o Relator-Setorial teria autonomia para se posicionar, de ofício, pelo atendimento, por encaminhamento de certa forma equivocado da bancada — é a grande verdade —, teve prejuízo pontual nesse problema de ter apresentado emenda para restauração, o que poderia ter sido dispensado no sentido desse encaminhamento.

O parecer preliminar, no item 20.3, veda a especificação de subtrecho de rodovias. Isso envidou esforços no sentido de o Paraná melhorar a restauração, particularmente do Deputado Ricardo Barros, no seu Destaque nº 329, que sugeriu remanejar recursos. Este Relator, mesmo com boa vontade, ficou — já conversamos — impedido de avançar nesse pedido.

Com relação a Goiás — são citações pontuais que gostaria de fazer de forma **en passant** —, devo afirmar que a providência tomada para atender ao item 20.2 do parecer preliminar, que recomenda agregar emendas com o mesmo objetivo, baseado nesse parecer preliminar, foi no sentido técnico de agregar emendas que tivessem o mesmo sentido, no caso, Ferrovia Norte-Sul.

Portanto, tecnicamente, a medida tomada, objeto de discussão no momento de votação do p arecer de Infra-Estrutura, foi correta, recomendada pelo Parecer Preliminar. Porém, politicamente, reconhecendo que não podemos elaborar um relatório eminentemente técnico, estamos acatando as ponderações da bancada combativa de Goiás, para destacar os itens que relacionam recursos destinados à Ferrovia Norte-Sul, no trecho de Goiás.

Com relação à modificação de textos, sugerida pela bancada de Goiás, particularmente, salvo engano, pelo Deputado do PMDB, ressalto que não é possível, porque precisaria de recomendação do Ministério dos Transportes. Sugiro que a bancada, por intermédio do Parlamentar que destacou, envide esforços junto ao Ministério dos Transportes para que seja encaminhado ofício ao Relator-Geral, a fim de que, em última instância, atenda à pretensão da bancada de Goiás.

Quanto ao Rio de Janeiro e a São Paulo, destaco que esses Estados encaminharam emendas relativas aos metrôs de suas Capitais. No caso do Rio Janeiro, metrô estadualizado e em processo de privatização. No de São Paulo, a emenda propõe recursos para a CBTU, para execução de obras em processo de privatização, o que está amplamente vedado pelo parecer preliminar, no item 18.7.

Diante dessa recomendação técnica, ficou prejudicada a emenda em tela. Porém, sem o sectarismo que não poderia nortear a discussão, levando em conta que, se o quadro permanecer dessa maneira, as bancadas de São Paulo e do Rio de Janeiro não poderiam sequer avançar na discussão — e, aí, pontuam controvérsias nessa interpretação —, politicamente passo a atender, por meio de janela aberta, para que essa análise possa ser melhor entendida pelo Relator-Geral, a fim de que não haja prejuízo para essas bancadas.

Ressalto ainda que, diante das evidências de prejuízo para esses dois Estados, particularmente por conta da questão relativa ao metrô, e reconhecendo a importância dos portos dessas Unidades da Federação, resolvemos acatar parcialmente os destaques e melhorar as condições previstas inicialmente para os portos do Rio Janeiro e de Santos.

Da mesma forma, procuramos atender a destaques que visam ao melhoramento dos portos dos Estados do Amazonas, do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Ao mesmo tempo, atendemos a destaques do Deputado Alberto Goldman, particularmente àquele que objetiva reconstituir cortes promovidos no Rodoanel de São Paulo.

Do mesmo modo, conservamos os recursos, reavendo os cortes promovidos em Pernambuco, apresentados pelo Deputado Sérgio Guerra.

No mais, procuramos acatar, dentro das limitações, alguns destaques, sem atender à expectativa do montante apresentado pelo conjunto dos Parlamentares que resolveram destacar amplamente esta Área Temática do Orçamento.

Com essas palavras, Sr. Presidente, apresentei minhas considerações aos destaques, no que pude ressaltar e efetivamente gravar como itens mais nevrálgicos da discussão.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Danilo de Castro.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – A bancada de Minas Gerais, Sr. Relator, apresentou emenda de correção de subtítulo, que não implica acréscimo de recursos e foi rejeitada por V. Exa.

Gostaria que V. Exa. voltasse ao tema, de extrema importância, porque não implica acréscimo de recursos, é apenas correção de subtítulo e é emenda abrangente. Além disso, contamos com a assinatura de 46 Deputados mineiros e dos três Senadores.

É o Destaque 290, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Perfeitamente. Houve problema com esta e uma emenda do Ceará. Estamos tentando encontrar. Esse assunto está resolvido. Não há qualquer problema.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Muito obrigado, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Relator, peço a V. Exa. que disserte, porque não entendi, a respeito destes dois destaques de importância para Goiás: BR-080 e Ferrovia Norte-Sul.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Já dei a resposta, Deputado.

Quanto à Ferrovia Norte-Sul, apesar de termos a recomendação técnica, pelo parecer preliminar, de agregar emendas similares, atendemos num primeiro momento e, num segundo, remanejamos, atendendo à bancada de Goiás.

A segunda é questão de texto, que acabo de explicar, é incumbência do Relator-Geral. A sugestão que acabei de dar é que haja encaminhamento por parte do Ministério dos Transportes, sem prejuízo do texto, à peça original, para que o Relator-Geral resolva o problema. A recomendação técnica é essa.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Entendemos de outra forma, Sr. Relator. V. Exa. teria toda a autoridade para reformular o texto, já que não diz respeito à alteração de recursos nem de objetivo da obra. O grande problema é que da forma originária, continuaríamos uma rodovia com trecho que não foi concluído no meio. É algo absolutamente incompreensível.

*(Não identificado)* – Este item não recebeu qualquer emenda da bancada.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Recebeu.

*(Não identificado)* – Recebeu emenda?

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Nós fizermos destaques.

*(Não identificado)* – A informação que tenho é que não houve emenda da bancada no momento de apresentação.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sim, mas a bancada apresentou destaque.

*(Não identificado)* – Mas só pode ser modificado o texto onde houver emenda de bancada.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Mas há emenda de bancada.

*(Não identificado)* – Não. Essa a informação que tenho.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Como não?

*(Não identificado)* – Esse é o problema.

(Intervenção inaudível.)

*(Não identificado)* – Este item referente à rodovia não recebeu emenda de bancada.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Relator, a emenda da bancada de Goiás diz: "Construção de contornos rodoviários no eixo Araguaia—Tocantins".

*(Não identificado)* – Gostaria que o Deputado se dirigisse à mesa.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – A emenda dispõe: "Construção de contornos rodoviários no eixo Araguaia—Tocantins". A BR-080 faz parte desse contorno. Como não?

*(Não identificado)* – Deputado, por favor. Estamos aqui para atender a V. Exa. pessoalmente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o Relator e agradecer a S. Exa. por ter acolhido de pronto emenda da bancada do Espírito Santo.

Fomos obrigados a fazer uma mudança no título da referida emenda, e o Relator a acolheu. Para nós, isso foi muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço silêncio ao auditório.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Pergunto ao Relator se tem condições de fazer uma mudança no acolhimento das emendas. Tenho um problema e quero dialogar com o Sr. Relator. V. Exa. acolheu, mesmo que com valores inferiores ao desejado, dois destaques de nossa autoria, feitos em nome da bancada do Espírito Santo. Fez-se um corte de 500 mil re-

ais em verba destinada a uma obra do Estado do Espírito Santo. Proponho a V. Exa. uma mudança nos destaques acolhidos, um relativo a um ponto crítico, outro referente a uma rodovia. Temos outras emendas de bancada que envolvem valores maiores, que carecem mais recursos. Vou-me contentar com os recursos, mas gostaria de fazer uma distribuição diferenciada. Mais à frente, se Deus quiser, aumentaremos esses recursos.

Proponho que sejam repassados 500 mil reais para o Destaque nº 097, que diz respeito a obra acompanhada, com muito rigor, pelo Senador Gerson Camata e pela Deputada Rita Camata — o Ministro dos Transportes já esteve lá —, para a qual foram destinados apenas 3 milhões de reais, mas foi feito um corte de 500 mil reais. Se V. Exa. puder acolher a emenda, sem nos causar prejuízo, ficaremos satisfeitos. Esse corte prejudica muito o Espírito Santo. A obra tinha 8 milhões de reais no ano passado. Foi prejudicada, em função de problema no projeto. O Ministro Eliseu Padilha visitou o local e garantiu ao Espírito Santo, particularmente ao Senador Gerson Camata e à Deputada Rita Camata, a conclusão dessa obra. É o destaque nº 097.

*(Não identificado)* – Rodovia 484?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sim. É fundamental para o Espírito Santo a reposição desses 500 mil reais. Se V. Exa. concordar, gostaríamos de alocar os recursos — a soma das duas emendas é de 2 milhões de reais — na Emenda nº 98. Estamos concluindo a obra e vamos inaugurar a ponte de Colatina no mês de março ou abril, mas falta o contorno de Colatina, que se liga a outro trecho que V. Exa. acolhe, Afonso Cláudio, na divisa de Minas Gerais. Precisamos fazer o contorno antes. Para nós, é fundamental indicar as emendas que precisam de mais recursos. No caso, a Emenda nº 484 e aquela que trata do contorno de Colatina.

Solicito a V. Exa. acolhimento do Destaque nº 97, contemplando-o com 500 mil reais, e do Destaque nº 98, com 1,5 milhão. Dessa forma, a bancada estará contemplada com os 2 milhões de reais, conforme V. Exa. acolheu. Se for possível essa mudança, para o Estado do Espírito Santo será muito importante.

Agradeço a V. Exa. a alocação desses recursos, embora em valores insuficientes para a conclusão das nossas obras.

Sr. Presidente, a bancada do Espírito Santo, quando da solicitação, nas emendas colocou o valor exato, necessário à conclusão da obra. No momento da alocação, S. Exa., o Relator-Setorial, levou em conta o valor da emenda, e fomos prejudicados. Se tivéssemos apresentado emendas no valor de 20 ou 30 milhões de reais, teríamos recebido uma alocação maior. O Relator já explicou os critérios por ele utilizados, e para nossa emenda ficaram em média 3,5 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – V. Exa. só tem uma vantagem: não vai ter mais o que pedir ao Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Estou chegando perto. Gostaria de fazer essa alocação de recursos. Se V. Exa. puder nos atender, solicitamos ou mais 2 milhões de reais ou a alocação desse valor na proporção por nós indicada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, o Destaque nº 80 não consta do relatório. O que aconteceu?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Houve um problema com a assessoria. Estamos fazendo o levantamento dos destaques que não têm relatório. A Secretária da Mesa está cuidando disso. Logo voltaremos ao assunto.

Com a palavra o Relator, para responder ao Deputado João Coser.

*(Não identificado)* – Deputado João Coser, agradeço a V. Exa. as considerações quanto ao reconhecimento do esforço desta relatoria para bem atender ao Estado do Espírito Santo, que tem tamanho merecimento. V. Exa. poderá buscar o apoiamento da bancada do Estado. Não terei o menor problema em atender à bancada do Espírito Santo naquilo que ela entender necessário, em termos dos 2 milhões de reais que lhe estão disponíveis.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não haverá dificuldade, pois trata-se de uma prioridade para a bancada.

*(Não identificado)* – Não há qualquer problema.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Foi acolhido aqui destaque que diz respeito a pontos críticos. Este, a nosso ver, poderá ser contemplado mais à frente. Essa emenda trata de obra específica, já iniciada. Do ponto de vista da bancada do Espírito Santo, não há qualquer dificuldade. Ao invés de serem acolhidos esses dois destaques, seriam acolhidos os destaques que estamos indicando: o Destaque nº 97,

com 500 mil, e o Destaque nº 98, com 1,5 milhão. Manteremos o mesmo critério.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, em nome da bancada do Rio de Janeiro, agradeço ao nobre Relator a grande janela aberta para o metrô, no valor de 1 milhão de reais. Essa era uma das emendas que mais preocupava a bancada. Sabemos que o Relator não poderia destinar mais de 1 milhão de reais para essa emenda neste primeiro momento. Temos certeza de que, com o relatório geral, será possível a ampliação desse valor. A mudança de uma emenda rejeitada para uma emenda aprovada com o valor de 1 milhão de reais já deixa a bancada do Rio de Janeiro absolutamente satisfeita, pois trata-se de uma das nossas prioridades.

Agradeço ainda a ampliação dos valores destinados a toda a área portuária do Rio de Janeiro, em função do programa Brasil em Ação...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço silêncio.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – ...do Porto de Sepetiba, do Porto do Rio de Janeiro, para os quais V. Exa. também concedeu mais 6 milhões de reais. Para fechar essa emenda, precisaremos, num segundo momento, de 1,5 milhão de reais.

Tenho certeza de que V. Exa., Sr. Relator, fez o máximo. O Relator, Deputado Carlos Melles, também ajudará a bancada do Rio de Janeiro, principalmente quanto à questão da CBTU, cuja emenda trata de uma recomposição de valores, e quanto ao projeto de ampliação dos valores para reestruturação da BR-101, embora nós, a partir do relatório de V. Exa., já tenhamos o valor de 10 milhões de reais.

Agradeço em nome da bancada do Rio de Janeiro, porque — repito — de todos os relatórios feitos este foi o que mais beneficiou o Estado do Rio de Janeiro em todas as suas áreas. Agradeço ao Relator e à assessoria técnica o esforço feito, principalmente quanto ao entendimento da necessidade de complementação de verba para recomposição de algumas das linhas do metrô do Rio de Janeiro.

Muito obrigado a V. Exa.

*(Não identificado)* – Só tenho a agradecer, Deputada Laura Carneiro.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Na peça orçamentária vinda do Ministério dos Transportes, havia pedido para obras no contorno rodoviário da cidade de João Pessoa, no valor de 3 milhões de reais. Não houve emenda. Conseqüentemente, o destaque que fizemos foi prejudicado. Peço uma orientação ao Relator. O que devemos fazer, tecnicamente, para aumentar esses recursos?

*(Não identificado)* – Deputado, lamentavelmente, estamos diante de um problema. Não é possível, pelas normas, que...

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Isso será possível junto à relatoria-geral.

*(Não identificado)* – Não vejo como, na relatoria-geral, merecer essa consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não havendo emenda, nem o Relator-Geral poderá fazê-lo.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Relator, entre os destaques por mim apresentados e aprovados para o Estado de Pernambuco, V. Exa. aprovou um destaque no valor de 2 milhões de reais para restauração de rodovias federais, conforme solicitação da bancada, e a seguir aprovou 1 milhão de reais para adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, BR-232, Pernambuco—Recife—Caruaru. Nosso pleito é que V. Exa. transforme a aprovação desse segundo, aumentando-o em 1 milhão de reais, para restauração de outros trechos. Trata-se de mero deslocamento.

*(Não identificado)* – Não há problema nenhum, Deputado. Da mesma forma como encaminhei a solicitação do Deputado do Espírito Santo, havendo legitimidade no pleito da bancada de Pernambuco, não vejo qualquer embaraço.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Outro ponto, que nada tem a ver com a bancada de Pernambuco. O Deputado Paes Landim me telefonou — S. Exa. não está presente no momento — e ponderou que dois destaques por ele apresentados, de nºs 00183 e 00182, não aparecem no relatório dos destaques nem como aprovados nem como rejeitados.

*(Não identificado)* – Na verdade, segundo orientação da assessoria da Mesa, os destaques que não aparecem no relatório foram rejeitados ou por motivo técnico ou por insuficiência de recursos.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Mas tem que apresentar...

*(Não identificado)* – Estão ainda em processamento junto à assessoria técnica.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, quero fazer apenas uma pergunta ao Relator.

Tenho o apoio da bancada do Espírito Santo para as mudanças que solicitei, só preciso de tempo. O destaque é de autoria de um Parlamentar. Apresentei cinco destaques, dos quais V. Exa. acolheu dois. Ao invés de colocar recursos no destaque que V. Exa. acolheu, quero alocá-los naquele que acho ser mais importante. Gostaria de ter recursos nos cinco destaques. Como não foi possível, quero contribuir com V. Exa. indicando o destaque que considero mais importante para o Espírito Santo. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Esclareço ao Plenário que os destaques que não constam do anexo foram todos rejeitados por insuficiência de recursos para o Relator-Setorial. Estão no sistema e serão distribuídos.

Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, pretendia falar sobre o Destaque nº 80, da bancada do Estado de São Paulo. Queria falar sobre os destaques que não constam do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, peço atenção ao eminente Relator, Deputado José Priante.

A proposta orçamentária do Governo trouxe uma alocação de recursos da ordem de 29 milhões para a construção de linha de transmissão no Estado do Amapá. Estamos descobrindo que houve um corte de 5 milhões de reais na proposta orçamentária. Quero a justificativa de V. Exa., porque fico impedido de votar em um relatório que retira recursos do Estado do Amapá dirigidos a uma área tão carente, como é o setor de energia elétrica. Gostaria muito, Deputado José Priante, de votar a favor do relatório de V. Exa., porque sei do seu esforço.

Informo que vamos lutar por isso junto ao Relator-Geral. Se não for possível corrigir... Quero deixar registrado que, infelizmente, houve falha no acompanhamento deste relatório e talvez não possamos, neste momento, modificar essa situação.

*(Não identificado)* – Senador, V. Exa. apresentou destaque no valor de 2,5 milhões de reais.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Não é esse o assunto, Deputado. Está havendo um equívoco. Depois conversarei pessoalmente com V. Exa.

Não se trata do estudo para construção de uma hidroelétrica no Amapá. Temos aqui a implantação de sistema de transmissão no Amapá. Veio na proposta orçamentária: 29 milhões, 653 mil reais, dos quais V. Exa. retirou 5 milhões. Houve um cancelamento de 5 milhões de reais em um subprojeto oriundo do próprio Governo e que consta da proposta orçamentária. Não se trata de emenda de bancada e não houve destaque para isso. Infelizmente, não percebemos esse cancelamento e não apresentamos destaque. Faço esse registro, neste momento, porque vamos tentar, junto ao Relator-Geral... Não será possível também?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Senador, fica registrado o pleito de V. Exa., mas o relatório setorial foi aprovado. E não havendo destaque, nada se pode fazer no momento.

*(Não identificado)* – Senador, na verdade, o Deputado Alberto Goldman apresentou um destaque para essa questão formulada por V. Exa. O destaque apresentado pelo Deputado Alberto Goldman foi no valor de 2,5 milhões de reais, acatado por esta relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, nobre Relator, gostaria de chamar a atenção de V. Exa. para o Destaque nº 00149 que apresentei e que trata da Ferrovia Norte-Sul, cujos recursos nós, através da Comissão de Transportes — eu e o Deputado Pedro Chaves, juntamente com toda a Comissão —, conseguimos priorizar. Gostaria apenas de obter uma informação. V. Exa. alocou 41 milhões, num recurso de 49 milhões, e fez a indicação de mais 17 milhões. O nosso destaque, pelo visto, não foi acatado, e eu gostaria de saber por quê. A pergunta é a seguinte: ficam assegurados esses 17 milhões indicados para o Relator-Geral?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – As indicações são encaminhadas ao Relator-Geral, como deliberado aqui pela Comissão, e S. Exa. irá examiná-las para acatá-las ou não.

Não é assegurado; há uma perspectiva de se conseguir.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – O nobre Deputado José Priante informou, na semana passada, quando da discussão do seu relatório, que havia feito um acordo com o Relator-Geral no sentido de que S. Exa. acatasse essas indicações.

Preocupo-me, Sr. Presidente, porque falaram aqui da importância da Ferrovia Norte-Sul, o que não era necessário. O Brasil inteiro sabe da importância dessa obra de interesse nacional, que já está pronta até o Rio Tocantins, no Estreito Maranhão, e que já passou até para o território tocantinense. A obra já está em território tocantinense e não pode ser prejudicada de forma alguma.

O ilustre Relator, Deputado José Priante, foi, sem dúvida nenhuma, um dos que mais alocaram recursos para o meu Estado. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a S. Exa. o apoio que está dando ao Tocantins, mas pedir atenção para essa obra que não é apenas do nosso Estado, mas do Brasil. É do interesse de Goiás, do Pará, do Maranhão, enfim, de todo o Brasil. Então, peço o apoio de S. Exa. no sentido de acertar esses 17 milhões com o Relator-Geral.

Não sei como será o procedimento, nobre Presidente, se poderemos conversar com o Relator-Geral. Gostaria também dessa informação de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Estado de Tocantins está convocado para uma reunião na terça-feira, 22 de fevereiro, às 18h45min, com o Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Na terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É. No dia 22, terça-feira. Esse cronograma será encaminhado a todos os gabinetes da Casa.

Portanto, a Comissão deliberou que as indicações feitas pelo Relator ao Relator-Geral não seriam aprovadas, mas apenas o encaminhamento a S. Exa. Este, junto com o Relator-Setorial e as diversas bancadas, vai procurar encontrar um caminho para acatar o máximo possível de emendas, dentro dos recursos existentes.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – As fontes de recursos?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Está certo, Sr. Presidente.

Com esse esclarecimento dou-me por satisfeito e, mais uma vez, agradeço ao Relator, Deputado José Priante, o seu esforço e dedicação, sabendo da dificuldade que está tendo, mas pedindo que procure se empenhar, cada vez mais, no sentido de reforçar os recursos da Ferrovia Norte-Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma indagação ao nobre Relator, inicialmente ressaltando e enaltecendo o esforço que S. Exa. vem fazendo para compatibilizar os interesses.

Temos algumas emendas de bancada do Estado do Ceará no tocante aos transportes ferroviários. Vários Parlamentares da Comissão fizeram os destaques. Entretanto, não apareceu o relatório.

Ainda sairá, nesta sessão, o relatório final dando a posição, o porquê de ter sido acatado, prejudicado ou rejeitado? É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Certo.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero agradecer a V. Exa. por ter atendido, pelo menos um pouco mais, ao Pará.

Precisamos de muito mais...

*(Não identificado)* – É para poder voltar para casa...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É.**

De qualquer forma, quero falar sobre outra questão. Fiz vários destaques, questionando os valores de fiscalização de concessão de rodovias, que considero altíssimos. Entendo que V. Exa. se sentiu impedido por tratar-se de GND-3, mas quero dizer ao Plenário e à Casa que estaremos novamente questionando, junto ao Relator-Geral, esses valores absurdos de recursos destinados à fiscalização de concessão de rodovias, suficientes para fazer toda a restauração da rodovia, nobre Deputado.

Chega-se a 30, 40 mil reais por quilômetro para fiscalizar, o que é um absurdo, enquanto, para a fiscalização das concessões aos Estados, esse valor cai para 10%. Então, não faz sentido. Há alguma coisa errada, e queremos um melhor esclarecimento. Vamo-nos bater nisso.

A outra questão é a Rede Ferroviária Federal. Até hoje, estão colocando dinheiro para a Rede em Minas Gerais, no Ceará e no Mato Grosso, apesar de

estar privatizada. Tenho em mãos documento obtido no **site** do BNDES na Internet, que diz: 1997 — término da desestatização da Rede Ferroviária Federal S.A., com venda da malha Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço ao auditório um pouco de silêncio.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Até hoje, colocam-se milhões e milhões de reais para essas redes ferroviárias já privatizadas. Quero uma explicação sobre isso.

Precisamos de mais dinheiro para nossas estradas no Pará, Sr. Relator. Sei que V. Exa. também se viu impedido por se tratar de dinheiro de contrapartida, mas quero maiores esclarecimentos do Relator-Geral, porque esse dinheiro pode melhor atender a todos os Estados. Já foi privatizada a Rede; não se justifica mais dinheiro. Daí por que entendo que devemos fazer uma correção.

Sei também da dificuldade de V. Exa. em atender mais aos Estados. Com o pouco que pôde, também atendeu um pouco ao Pará. Fico grato a V. Exa.; o nosso Estado saberá reconhecer o seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer ao Sr. Relator a atenção e a determinação em atender aos interesses da bancada de Goiás, no que diz respeito à Ferrovia Norte-Sul.

Esperamos que V. Exa. nos acompanhe até o Relator-Geral, para que possamos realmente atingir os objetivos totais da bancada em relação a essa obra.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não havendo mais inscrições, vamos suspender a reunião por cinco minutos, enquanto o Sr. Relator vai colher os elementos para resposta às questões levantadas pelo Plenário, especialmente nos destaques que não aparecem nos anexos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, antes que V. Exa. suspenda a sessão, quero apenas convidar os Srs. Parlamentares presentes para homenagem que prestará o Parlamento Latino-Americano, às 18h30min, no Salão Nobre da Câmara, a duas Ministras do Superior Tribunal de Justiça, Dra. Eliane Calmon Alves e Dra. Fátima Nancy Andrighi, pelo Dia Internacional da Mulher. Também participa da homenagem o **jornal Persona**, específico da mulher.

Convidamos todos os Srs. Parlamentares a fazer parte dessa homenagem, no Salão Nobre da Câmara, às 18h30min.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A sessão está suspensa por cinco minutos.

(A reunião é suspensa)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Priante.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, retornamos aqui ao encaminhamento do processo de votação.

Na verdade, há um pequeno contratempo. Não foi distribuída uma parte do relatório, por conta de uma dificuldade técnica na assessoria, mas, reparado o erro, gostaria apenas de ler aqui os destaques que não estão aparecendo no conjunto das apresentações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Os destaques rejeitados por insuficiência de recursos já se encontram na Mesa. Vamos mandar fazer a distribuição.

*(Não identificado)* – Então, considerem, além dos destaques citados como aprovados parcialmente, os Destaques nºs 02, 284, 69, 97, 98, 136, 138, 204 e 238.

Com essas considerações, Sr. Presidente, dou por encerrado este encaminhamento.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro: no Destaque nº 363, houve um erro no valor aprovado inicialmente pelo Relator. S. Exa. já disse que foi um erro de digitação.

Quero apenas registrar que o valor inicial não é de 6.971 reais, mas de quase 13 mil reais. Apenas para deixar consignado, foi um erro de digitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Consulto o Plenário se poderemos colocar os destaques em votação em bloco.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, quero mais uma vez agradecer ao Relator, que acolheu nosso destaque para reposição daquele recurso. O Estado do Espírito Santo agradece.

Quero só fazer outro pedido: V. Exa. concorda em substituir um daqueles destaques pelo outro que solicitamos? Dentro da bancada, é só uma substituição. Mantém-se 1 milhão, ao invés de nos pontos críticos, na emenda do contorno de Colatina, a mais importante para a bancada.

*(Não identificado)* - Deputado, a sugestão de remanejamento feita por V. Exa. foi acolhida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Então, agradeço os dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – (Ininteligível)... com a votação em bloco.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, a bancada do PFL concorda com a votação em bloco.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, quero apenas congratular-me com o Relator, antes da votação, cumprimentando S. Exa. pelo trabalho realizado e agradecendo por ter reposto os recursos do Rodoanel de São Paulo, não na integralidade — onde seriam 3,5 milhões S. Exa. alocou 3 milhões. Repôs um cancelamento.

Isso demonstra enorme habilidade e competência do Relator, porque S. Exa. retirou os recursos e, a meu pedido, os repôs, ou seja, pôs o bode na sala e depois o tirou. Sou obrigado a agradecer a S. Exa. por ter retirado o bode.

Fico muito agradecido, Sr. Presidente e Sr. Relator, pelo seu trabalho.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, quero também agradecer ao Relator que, na minha avaliação, com muita habilidade e competência chega ao final desse relatório, especialmente num dos temas mais difíceis, o da infra-estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Carlito Merss.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, aproveitando o clima criado pelo Deputado Alberto Goldman, também quero agradecer, em nome da bancada de Santa Catarina, principalmente do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, que teve de retirar-se, e do Deputado Renato Vianna, o aumento de 1 milhão no orçamento para modernização dos portos do Estado e do mesmo valor para a construção de trechos rodoviários no corredor MERCOSUL, principalmente a BR-282. Entendemos que, de milhão em milhão, Santa Catarina se recupera.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação a proposta de votação em bloco dos destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a votação em bloco na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com a votação em bloco permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, em nome da bancada de Mato Grosso, quero agradecer ao Deputado José Priante e louvar o seu brilhante relatório na área de infra-estrutura.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Sr. Presidente, em nome da bancada do Ceará, queremos enaltecer o trabalho do Deputado José Priante, até porque sabemos da dificuldade por que passou S. Exa. para fechar esse relatório.

Isso demonstra o compromisso que S. Exa. tem com esta Casa, assim como todos que aqui compõem a Comissão de Orçamento.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI** – Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado, em meu nome e no do Paraná, os agradecimentos ao meu jovem amigo Deputado José Priante pela atenção dispensada.

Dinheiro não tivemos, mas tivemos grande atenção. Isso é muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro prejudicados, por serem da competência da relatoria-geral, os Destaques nºs 37, 38, 333 e 254.

Prejudicados por terem sido atendidos pelo relatório: Destaques nºs 330, 331, 338, 342, 346 e 218.

Foi retirado pela autora, Deputada Laura Carneiro, o Destaque nº 49.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Destaques nºs 48 e 49, Sr. Presidente, porque houve uma modificação no Adendo 2. Portanto, ambos os destaques não faziam sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Aprovado integralmente o Destaque nº 290, do Deputado Danilo de Castro, porque não importa em aumento de recursos.

Correção de subtítulo: mais os Destaques nºs 54, 307, 335, 123 e 280, todos com aprovação integral.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Destaques aprovados parcialmente: 1, 2, 3, 4, 19, 23, 25, 27, 47, 53, 56, 57, 61, 64, 68, 77, 86, 99, 101, 103, 105, 111, 120, 126, 127, 166, 170, 196, 209, 217, 224, 237, 240, 243, 244, 271, 272, 284, 363, 365, 55, 347, 238, 204, 138, 136, 98, 97 e 69.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Estão considerados prejudicados por terem sido atendidos por destaques de mesmo teor os Destaques nºs 8, 9, 12, 21, 29, 33, 48, 51, 81, 90, 116, 147, 153, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 178, 184, 221, 229, 235, 248, 261, 264, 265, 266, 267, 269, 273, 275, 276, 292, 295, 296, 302, 326, 328, 360, 368, 362, 329.

Todos os demais destaques têm parecer pela rejeição, por falta de recursos para serem atendidos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a rejeição permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara não vai ao Senado.

Temos ainda sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Alberto Goldman, que passaremos a ler logo em seguida.

Está encerrada a votação do relatório setorial da infra-estrutura.

Agradeço ao Deputado José Priante, em meu nome e no da Comissão, o trabalho sério e competente, de enorme complexidade, que deu à Casa esse resultado, que tem tido o aplauso de todas as bancadas.

Quero, ao término da discussão e aprovação de todo o relatório, exaltar o trabalho dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores que aqui compareçam e que deram sua colaboração para que encerrássemos a discussão dos relatórios setoriais com êxito, conforme ocorreu na tarde de hoje. Muitos não acreditavam que isso se realizasse. Mas se realizou, e em ambiente de cordialidade, respeito e total isenção.

Registro também o trabalho da Mesa, que em instante algum procurou qualquer Relator-Setorial para fazer solicitação ou pressionar no sentido de aprovação de emendas ou destaques. Houve inteira liberdade no trabalho de cada um.

O comportamento da Comissão só merece elogios. Meus agradecimentos pessoais a V. Exas.

Procurei conduzir os trabalhos com isenção, junto com meus companheiros da Mesa, que me substituíram várias vezes, especialmente os Deputados Jovair Arantes e João Coser, co-responsáveis pelo êxito desse trabalho nesta Casa.

Agradeço mais uma vez ao Deputado José Priante. Continuaremos os trabalhos na certeza de que, na discussão do relatório geral, envidaremos esforços para terminar os trabalhos no prazo mais curto possível, dentro do calendário estabelecido, contando com a colaboração de todos.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de conceder a palavra pela ordem, registro o requerimento de autoria do Deputado Alberto Goldman.

Solicita S. Exa. que, ouvida a Comissão de Orçamento, seja determinada ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2000, Deputado Carlos Melles, a apresentação de relatório detalhado com as

estimativas de receitas para o Projeto de Lei Orçamentária para 2000, para que sirvam de base à elaboração do seu relatório final.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Alberto Goldman, concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Pedro Chaves. Depois ouviremos os Deputados Jovair Arantes e João Coser.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, em nome da bancada do Estado, agradeço ao Deputado José Priante o excelente trabalho feito e o tratamento dispensado ao Estado de Goiás. S. Exa. fez um trabalho muito sério.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, também na mesma direção, agradeço ao Deputado José Priante. Apesar dos arranca-rabos que tivemos no começo dessa discussão, conseguimos chegar a bom termo. S. Exa., habilidoso como sempre, conseguiu levar a bom termo todas as questões, principalmente as relativas ao meu Estado, Goiás.

Agradeço, em nome da bancada de Goiás — a Deputada Lúcia Vânia é nossa coordenadora —, a compreensão e a competente e rápida resolução dos problemas de Goiás.

Sr. Presidente, também faço coro com V. Exa. ao dizer que ficamos um pouco frustrados. Pensávamos que adentraríamos noite votando, mas a Comissão deu um **show**, resolvendo questões que julgávamos impossíveis de serem solucionadas apenas na reunião de agora à tarde. Vamos realmente concluir os trabalhos, dado o êxito do comando de V. Exa. e a compreensão de todos os colegas desta Comissão.

Parabéns a nós todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para cumprimentar V. Exa. Espero que até o final da minha vida eu tenha a mesma paciência e calma de V. Exa. ao conduzir esta Comissão, agüentando pressão de todos os lados.

Os trabalhos não foram concluídos ainda. De qualquer forma, de minha parte V. Exa. já conseguiu admiração e respeito. E isso vai além deste momento. Eu o conhecia muito superficialmente, apenas pela ação política; não o conhecia pessoalmente. Hoje tenho de V. Exa. o conceito de grande homem público, grande Parlamentar e até amigo.

A nossa modesta contribuição foi no sentido de colaborar com os trabalhos de V. Exa., cuja paciência foi importante. Uma pessoa mais nova talvez tivesse conduzido a Comissão de forma diferente. Foi bom para nós, os mais novos, aprendermos que a paciência muitas vezes tem a razão e a verdade.

O Deputado José Priante foi também responsável por enxergarmos a necessidade de alocar mais recursos numa área grave como a de infra-estrutura. S. Exa. nos levou a debater este Orçamento com muita cautela. Se a matéria não teve o debate necessário, não foi por falta de oportunidade. Nós a tivemos praticamente toda debatida e votada durante o dia, em sessões permanentes. Não tivemos de trabalhar madrugada adentro, para o que teriam ficado apenas algumas pessoas. Isso foi muito positivo. Ao Deputado José Priante já fiz o meu agradecimento em nome do Espírito Santo, mas queria apenas fazer essa ressalva.

Com relação ao requerimento que vai ser votado, quero primeiro saber, quanto à expressão "que seja determinado", se o Deputado Alberto Goldman não consegue uma redação menos impositiva, menos imperativa. Gostaria também de saber se no relatório preliminar não há uma obrigação ao Relator-Geral; se o fizemos no passado, se há precedente... Para nós, Parlamentares, é importante sabermos de onde o Relator-Geral retira os recursos, a título de conhecimento. É competência de S. Exa. fazê-lo, mas é de bom tamanho que o conjunto do Congresso, particularmente a Comissão de Orçamento, saiba.

Em suma, a expressão "que seja determinado" parece-me meio grosseira. Queremos ter acesso a essas informações. Muita gente veio conversar comigo sobre o conteúdo do requerimento. Sou a favor. Acho que o Congresso e a Comissão merecem essas informações, mas quanto à forma de obtê-las é que precisaríamos conversar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa. pela maneira democrática e ao mesmo tempo firme com que conduziu os trabalhos desta Comissão até este ponto, que talvez seja a metade do nosso percurso. Deu V. Exa. demonstração de autoridade e, ao mesmo tempo, de democracia, conduzindo com extrema habilidade os trabalhos desta Comissão.

Cumprimento também o nobre Deputado Priante, de quem às vezes até divergimos, pela maneira hábil com que conduziu o seu relatório setorial. Repito que há algumas discordâncias, mas, na realidade, S. Exa. atingiu o seu objetivo, atendendo à maioria dos pleitos. Nós ainda temos alguns probleminhas do Pa-

raná, mas S. Exa. ouviu o conjunto de nossa bancada que faz parte desta Casa.

Com relação ao requerimento do nobre Deputado Alberto Goldman, eu também concordo com o nobre Deputado João Coser. Acho que poderíamos mudar esse termo, que considero um pouco agressivo e determinante ao Relator-Geral. Acho que o relatório preliminar, na realidade, já praticamente determina ao Relator-Geral que forneça esses elementos à Comissão. Pediria ao Deputado que o "determinado" fosse substituído por "solicitado ao nobre Relator-Geral que forneça esses elementos à Casa".

Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenho certeza de que contarei com a boa vontade do nobre Deputado Alberto Goldman.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, entendo que, quando aprovamos uma lei, nós determinamos. Quando aprovamos um requerimento, a Comissão determina. Eu posso pedir; a Comissão deve determinar. Mas, como o que interessa é a substância, podemos usar expressões como "implorar", "pedir" ou "solicitar". Estou de acordo com a solicitação, em que seja solicitado ao Sr. Relator. Minha determinação é que, no momento em que solicitamos informações através de requerimento aprovado por Plenário, trata-se não só de uma solicitação, mas de uma determinação. Mas que a palavra seja "solicitado".

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Deputado Goldman, concede-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Vivemos implorando informações ao Governo, e ele nunca nos fornece. Agora um Deputado está desenvolvendo uma ação em nome do Congresso. Podemos implorar, como vivemos implorando as informações ao Governo — já que V. Exa. levou na brincadeira. Muitas vezes, temos determinações, e o Governo não as cumpre. Portanto, precisamos criar condições para que o Relator também não se sinta nesse princípio de determinação. Quero as informações, mas quero tantas, e o Governo de V. Exa. não me fornece, que eu me sinto aqui quase a cavaleiro. Mas, se for a votação, votarei a favor.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Nobre Deputado Coser, estamos numa conversa entre companheiros, muito amigos, e podemos usar um pouco da informalidade. Sempre dizíamos que determinamos ao Governo; quando determinamos ao Governo, perguntamos: quantos exércitos há por trás? Quantas brigadas? Quantos batalhões? Nesse caso, sobre determinação, como eu sei que o Deputado Carlos Melles não tem nenhum batalhão atrás de si, podemos determinar. (Risos.)

Mas estou perfeitamente de acordo, em substância, com a matéria. É importante que se diga, Sr. Presidente, que o Relator destinou recursos aos vários Sub-Relatores que não sabemos de onde vêm. Não temos conhecimento de onde vêm os recursos. Não estamos colocando nada em dúvida, não se trata disso. Esta é uma Comissão que terá de aprovar isso no relatório final. Mas, antes que cheguemos ao relatório final, apresentando despesa e receita, seria importante que o Relator nos expusesse as receitas, para que pudéssemos fazer um debate sobre isso, a fim de nos certificarmos de que ele tem razão, de que realmente existem essas receitas, para que ele faça o relatório final, é natural.

Mas ele deu recursos aos Relatores-Parciais, depois deu novos recursos aos Relatores-Parciais, depois fez acordos que foram explicitados aqui verbalmente por V. Exa. e pelo Sub-Relator. Depois disso, fez acordos não com a Comissão, mas com as Lideranças sobre recursos para a área da saúde.

Há um somatório de recursos adicionais ao Orçamento — alguns vejo onde estão, outros reconheço, mas não vejo onde estão —, afora o fato de que também conheço receitas mandadas pelo Poder Executivo que hoje não mais se concretizam. Dou como exemplo os recursos da participação especial do PPE no preço do petróleo e dos combustíveis. Eram previstos 3,5 milhões, quando se estimava o barril de petróleo a 17 dólares. Ora, o barril de petróleo está custando entre 27 e 30 dólares, e o PPE de 3,5 bilhões já se esfumaçou.

Então eu gostaria de saber, no somatório, que recursos vamos ter para que possamos, depois, aprovar as despesas. Estamos fazendo isso não para nós, individualmente. Alocamos recursos para Municípios e Estados por meio de emendas individuais e de bancada que vão ter que ser realizadas na sua maioria até o dia 30 de junho, porque a Lei Eleitoral assim o exige.

Quem sabe se não estamos levando ao País valores que amanhã não se realizarão? Precisamos ter clareza quanto a isso, até porque nossos compromissos junto às bases em nossos Estados e Municípios dependem da nossa convicção de que esses recur-

sos virão. Acho que isso é muito importante e deve ser entendido como uma solicitação ao Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação o requerimento do Deputado Alberto Goldman, que altera a expressão "determinado" para a expressão "solicitado".

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Ao encerrar a presente reunião, reitero meus agradecimentos, em especial aos Deputados João Coser e Santos Filho, por suas generosas palavras a meu respeito.

Estou aqui por uma questão regimental, mas considero-me um Parlamentar como os outros, fruto do voto popular, como V. Exas., que pelo trabalho realizado têm o reconhecimento das bases que representam nesta Casa.

A todos muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para terça-feira, cuja pauta será enviada a V. Exas.

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FICALIZAÇÃO

**2ª Sessão Legislativa Extraordinária**
**Qüinquagésima Primeira Legislatura**

### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 21, 22, 23, 28 E 30 DE MARÇO DE 2000.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano dois mil, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação do Relatório Final apresentado à Proposta Orçamentária para 2000. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, Átila Lins, Ben-hur Ferreira, Carlito Merss, Carlos Melles, César Bandeira, Cleonâncio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Djalma Paes, Eujácio Simões, Eunício Oliveira, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Gonçalves, Fernando Marroni, Freire Junior, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, João Caldas, João Coser, João Fassarella, João Leão, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, José Lourenço, José Priante, Jovair Arantes, Lael Varella, Laura Carneiro, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Osvaldo Coêlho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Chaves, Pedro Henry, Renato Vianna, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Rommel Feijó, Santos Filho, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wilson Braga e Wilson Santos; **Senadores titulares:** Antero Paes de Barros, Antonio Carlos Valadares, Edison Lobão, Eduardo Siqueira Campos, Eduardo Suplicy, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Alencar, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; – **Deputados suplentes:** Agnelo Queiroz, Alceste Almeida, Alexandre Santos, Antonio Palocci, Aracely de Paula, Aroldo Cedraz, Darcísio Perondi, Dr. Benedito Dias, Fatima Pelaes, Fernando Coruja, Francisco Garcia, Jaime Martins, João Almeida, João Henrique, João Ribeiro, João Tota, Jorge Alberto, José Borba, Júlio Semeghini, Lídia Quinan, Luciano Castro, Luis Barbosa, Luiz Sérgio, Marcus Vicente, Mário Negromonte, Milton Monti, Norberto Teixeira, Olímpio Pires, Pedro Canedo, Pedro Celso, Pedro Correa, Philemon Rodrigues, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Renildo Leal, Ricardo Barros, Ricardo Noronha, Ricarte de Freitas e Sérgio Barcellos; – Senadores suplentes: Carlos Patrocínio, Ernandes Amorim, Gilvan Borges, Luzia Toledo e Marluce Pinto. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Dr. Heleno e Serafim Venzon. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares**: Basílio Villani e Vadão Gomes; e o **Senador titular** Ramez Tebet. **ABERTURA:** Às dezessete horas e quarenta minutos, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou aberta a reunião, nos termos do *§ 4º do art. 32 do Regulamento Interno da Comissão*. Apreciação da Ata da Quarta Reunião Ordinária, realizada nos dias 14 e 16 de março de 2000. Havendo concordância do Plenário, ficou dispensada a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na *alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno* da Comissão, o Presidente declarou a Ata

**aprovada. EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: I – Correspondência recebida interna: Ofício nº 51, de 20 de março, remetido pelo gabinete do Senador Romero Jucá, que justifica sua ausência aos trabalhos no dia 24 de fevereiro. II – Correspondência recebida externa: **1)** Ofício Circular nº 001 -GM-VC, de 13 de março, remetido pelo Ministro Valmir Campelo, do Tribunal de Contas da União, relator das Contas do Presidente da República relativas a 1999 naquela Corte de Contas, que encaminha questionário para aferir o nível de fidedignidade dos registros quanto à posição financeira, contábil, orçamentária e patrimonial da União e avaliar a efetividade do Balanço. **2)** Nota Técnica – Justificativa da Arrecadação da Fonte 250 – remetida pelo DNER, que visa esclarecer e detalhar informações contidas no Ofício nº 4487/99, do DNER, de 09 de dezembro de 1999, de autoria do Diretor-Geral, Dr. Genésio Bernardino, ratificado pelo Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, em 22 de dezembro de 1999, referente à arrecadação das multas e pagamentos pelos contratos de utilização das faixas de domínio. O Deputado Sérgio Miranda solicitou que a Nota Técnica fosse distribuída aos membros da Comissão e obteve acolhimento da Presidência. **ORDEM DO DIA:** O Deputado Sérgio Miranda solicitou que fosse colocado em extrapauta o Requerimento de sua autoria, que solicita as seguintes informações: a) base legal autorizativa para as despesas previstas nas dotações orçamentárias do Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2000, e b) os valores já despendidos com a integralização de cotas em organismos internacionais pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional, no período de 1989-1999, individualizando as despesas por entidade e exercício. O Deputado Sérgio Miranda informou que visava à formalização da solicitação, uma vez que já havia obtido as referidas informações. O Presidente comunicou que apreciaria a matéria tão logo o quorum regimental para deliberação fosse atingido. O Presidente teceu considerações acerca da apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao Orçamento para 2000. Em seguida, passou à apreciação do **Relatório Final,** de autoria do Deputado Carlos Melles, apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2000, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro do ano 2000." O Relator-Geral, Deputado Carlos Melles, fez a apresentação da matéria e, em seguida, leu o Adendo ao Relatório. Às dezessete horas e cinqüenta minutos, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado João Coser, assumiu a direção dos trabalhos. O Presidente em exercício suspendeu a reunião, às dezoito horas e quarenta minutos, em virtude da realização da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o *§ único do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.* Às dezenove horas e cinco minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Jovair Arantes, deu prosseguimento aos trabalhos, e anunciou o início do prazo para debate e apresentação de destaques. Discutiram o Relatório Final os Deputados Gonzaga Patriota, Sérgio Miranda, Aroldo Cedraz, João Coser, Paes Landim, Gilmar Machado, Domiciano Cabral, Ricardo Barros, Giovanni Queiroz, Pedro Chaves, João Fassarella, Waldemir Moka, Nilton Capixaba, Armando Abílio, Pompeo de Matos, Jandira Feghali, Alberto Goldman, Aírton Dipp, Laura Carneiro e a Senadora Marluce Pinto. Os Deputados Paulo Mourão e João Leão teceram comentários aos artigos veiculados na imprensa referentes à conduta da Comissão no tocante à apreciação da Matéria Orçamentária para 2000, bem como às declarações proferidas pelo Sr. Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares. Às vinte horas e cinqüenta e nove minutos, o Senador Gilberto Mestrinho reassumiu a Presidência. Debateram, ainda, o Senador Tião Viana e os Deputados João Ribeiro, Almir Sá, Pedro Novais, Dr. Heleno, Jorge Alberto, Darcísio Perondi, Fátima Pelaes, Nárcio Rodrigues e Eurípedes Miranda. O Relator-Geral, Deputado Carlos Melles fez uso da palavra para comunicar que manteve contato com o Sr. Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, que contestou as declarações publicadas pelos meios de comunicação referentes à conduta da Comissão na apreciação da Proposta Orçamentária. O Presidente comunicou ao Plenário o acordo realizado no Colegiado de Líderes na Comissão acerca da metodologia dos trabalhos: 1) os debates seriam finalizados naquela data e que os Deputados Santos Filho e Sérgio Guerra fariam os seus pronunciamentos na continuação da reunião, marcada para o dia seguinte, às doze horas; 2) Na reunião do dia seguinte, o prazo para apresentação de destaques seria reaberto por trinta minutos e, após, o Relatório Final seria votado, com a ressalva dos destaques; e 3) Convocação dos membros a comparecerem à reunião marcada para às vinte horas, ocasião em que os destaques seriam apreciados. Às vinte e uma horas e cinqüenta e sete minutos os trabalhos foram sus-

pensos. Às doze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e dois de março do mesmo ano, a reunião foi reiniciada. O Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2000-2003, Deputado Renato Vianna, fez uso da palavra para tecer considerações acerca da Matéria Orçamentária para 2000. O Presidente relembrou ao Plenário que faltavam dois parlamentares para discutir a matéria. O Deputado Sérgio Guerra discutiu o Relatório Final. Em seguida, o Presidente comunicou a impossibilidade do Deputado Santos Filho comparecer à reunião e franqueou a palavra a dois parlamentares. Os Deputados Clementino Coelho e Lúcia Vânia discutiram a matéria. Antes de encerar, o Presidente concedeu mais dez minutos para apresentação de destaques ao Relatório Final, que seria finalizado às treze horas e dez minutos, em atendimento à solicitação do Deputado João Leão. O Deputado Sérgio Miranda apresentou questão de ordem no sentido de que a Comissão se posicionasse com vistas a reiterar o entendimento adotado no ano anterior, para não admitir a utilização dos recursos orçamentários cuja vinculação constitucional é desconsiderada na Proposta Orçamentária para 2000. O Presidente deferiu a questão de ordem. Em seguida, o Relator-Geral leu o Complemento ao Adendo do Relatório Final do Orçamento para 2000 e, em seguida, respondeu aos questionamentos levantados pelos debatedores. Os Deputados Armando Abílio e Laura Carneiro questionaram o apoiamento aos destaques. O Deputado Gilvam Borges teceu considerações acerca da dotação orçamentária para o Amapá. O Presidente declarou o debate e o prazo para apresentação de destaques encerrados. Fizeram encaminhamento de votação na representação da Câmara dos Deputados: – Deputado João Coser, pelo PT: posição contrária, porém ressaltou a participação efetiva dos parlamentares do Congresso Nacional na elaboração do Relatório Final; Deputado Giovanni Queiroz, pelo PDT: manifestação contrária; Deputado Sérgio Miranda, pelo Bloco PcdoB/PSB: posição contrária e teceu comentários enaltecedores ao acolhimento da sua questão de ordem; Deputado João Leão, pelo PSDB: posição favorável; Deputado Pedro Novais, pelo PMDB: favorável; Deputado Lael Varella, pelo PFL: favorável; e Deputado Alberto Goldman, pela Liderança do Governo: favorável; e no Senado Federal, Senador Antônio Carlos Valadares, pelo Bloco PT/PDT/PSB: contrário. Em votação o Relatório Final, com as modificações decorrentes do Adendo, do Complemento do Adendo ao Relatório Final e da questão de ordem deferida pela Presidência, de autoria do Deputado Sérgio Miranda, RESSALVADOS os destaques, foi **aprovado** contra os votos dos Deputados João Coser, João Fassarella, Virgílio Guimarães, Carlito Merss, Gilmar Machado, Djalma Paes e Giovanni Queiroz na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Sérgio Miranda solicitou o registro do seu voto contrário. O Deputado João Fassarella pediu verificação da votação realizada na representação da Câmara dos Deputados, com o apoiamento dos Deputados Carlito Merss, Gilmar Machado, João Coser, Virgílio Guimarães e Sérgio Miranda, de acordo com o estabelecido no *§ único do art. 29 da Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional.* O Deputado Jovair Arantes foi designado para fazer a chamada nominal dos senhores Deputados. Procedida a verificação de votação nominal, às quatorze horas e cinco minutos, o Presidente proclamou o resultado: 52 votantes; 40 votos SIM; e 12 votos NÃO. O Presidente anunciou a existência de número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e declarou o Relatório Final, e suas modificações, **aprovado** naquela Casa, RESSALVADOS os destaques. Em votação na representação do Senado Federal, o Relatório Final, com as modificações decorrentes do Adendo, do Complemento do Adendo ao Relatório Final e da questão de ordem deferida pela Presidência, de autoria do Deputado Sérgio Miranda, RESSALVADOS os destaques, foi **aprovado** contra os votos dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Tião Viana. Às quatorze horas e seis minutos, os trabalhos foram suspensos para se proceder à análise dos destaques. Às vinte horas e quarenta minutos do mesmo dia, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado João Coser, reabriu a reunião e a interrompeu em seguida, em virtude de não haver acordo com relação aos destaques. Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e três de março do mesmo ano, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reabriu os trabalhos, suspendendo-os em seguida, por não haver consenso em relação aos destaques. Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e três de março do mesmo ano, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado João Coser, reabriu a reunião, interrompendo-a em seguida. Às dezenove horas e trinta e dois minutos do mesmo dia, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, deu continuidade à reunião. O Deputado Renato Vianna, Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003, fez sugestão a ser incorporada no Relatório Final, acerca da criação de quator-

ze mesorregiões diferenciadas no País. O Presidente respondeu que a sugestão seria apreciada oportunamente. O Presidente comunicou que submeteria ao Plenário após a apreciação dos destaques apresentados à Peça Orçamentária. Em resposta a questionamento do Deputado João Coser, o Presidente comunicou que a apreciação dos destaques seria em bloco, de acordo com o parecer do Relator-Geral e que havendo necessidade, os parlamentares solicitassem a votação em separado de destaques de seu interesse. O Relator-Geral leu procedimento do Comitê de Avaliação de Emendas ao longo dos meses, composto pelos Deputados Iberê Ferreira, João Coser, Waldemir Moka e Santos Filho, e sugeriu que fosse designado relator para apresentar parecer, no prazo de trinta dias, às obras com indícios de irregularidades que constam no Relatório Final. Discutiram o assunto os Deputados José Priante, Norberto Teixeira e Ricardo Barros; e o Senador Sebastião Rocha. O Deputado Sérgio Guerra solicitou esclarecimentos do Relator-Geral e foi atendido. O Deputado Clementino Coelho discutiu o assunto. O Deputado Sérgio Miranda solicitou esclarecimentos à Mesa quanto à fonte de recursos para atendimento dos destaques. O Presidente respondeu que havia proposta do Senador Romero Jucá a respeito do assunto e que seria apreciada oportunamente. O Senador Eduardo Suplicy teceu considerações acerca do Programa de Renda Mínima, do Ministério da Educação, ao tempo em que solicitou a sua aplicação no Plano Plurianual. O Deputado Nárcio Rodrigues passou documento ao Relator-Geral proveniente do Ministério da Cultura. Discutiram, ainda, os Deputados João Leão, Wilson Santos, Waldemir Moka e o Senador Lúcio Alcântara. O Deputado Paulo Mourão fez questionamento técnico acerca do art. 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000. O Presidente teceu comentários enaltecedores à postura do Relator-Geral e do Comitê de Avaliação de Emendas e leu proposta do Senador Romero Jucá, qual seja, a utilização de valores proporcionais destacados no Orçamento da União para 2000 para precatórios judiciais, excetuando-se os alimentos, para complementação de Programas Nacionais ou Regionais de interesse de políticas públicas com nítido caráter de benefício comum, como uma das fontes de atendimento aos destaques. O Deputado Sérgio Miranda fez encaminhamento contrário de votação. Fizeram encaminhamento de votação favorável: – Deputados João Leão, pelo PSDB; Santos Filho, pelo PFL; Pedro Novais, pelo PMDB; Ricardo Barros, pelo PPB; João Coser, pelo PT; Giovanni Queiroz, pelo PDT e João Caldas, pelo PL. O Relator-Geral respondeu à questão de ordem proferida pelo Deputado Paulo Mourão, informando a legalidade de receitas condicionadas, como no caso dos precatórios, de acordo com o art. 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2000. Em votação, a proposta do Senador Romero Jucá foi **aprovada** contra os votos dos Deputados Sérgio Guerra, Sérgio Miranda e Gonzaga Patriota, na representação da Câmara dos Deputados; e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. O Deputado João Fassarella solicitou o acesso ao Relatório com parecer aos destaques. O Presidente informou que o documento seria disponibilizado oportunamente, em virtude de estar sendo copiado. Fizeram solicitação para votação em separado: Deputado Almir Sá, destaque 407; Deputado Barbosa Neto, destaque 150; Wilson Santos, destaque 387 a 390, 1.149 e 1.168 e Deputado Aroldo Cedraz, destaque 942. Às vinte e uma horas e trinta e um minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Jovair Arantes, assumiu a Presidência. O Deputado João Leão solicitou que fossem votados em separado os destaques 996 a 1013, 1095, 1174 a 1176. O Relator-Geral comunicou correções nos destaques no parecer ao destaque 102, de aprovado para rejeitado e no destaque 223, de rejeitado para aprovado.

Em seguida, leu a Proposta de Acordo de Liderança, que salientou a origem dos recursos para o atendimento aos destaques, ressalvando quanto aos dados de receitas e tratamento dado à questão dos precatórios. Às vinte e uma horas e cinqüenta minutos, o Senador Gilberto Mestrinho reassumiu a Presidência. O Deputado Sérgio Miranda questionou o apoiamento a destaque relativo a emenda de bancada. Os Deputados João Fassarella e João Coser comentaram o assunto. O Presidente submeteu ao Plenário as fontes apresentadas pelo Relator-Geral, na Proposta de Acordo de Liderança: 1) Transferência de recursos da Relatoria-Geral (Seq. 18805); 2) Recursos originariamente destinados ao pagamento de sentenças judiciais (precatórios) e constantes do Anexo I a serem disponibilizados com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 1999 e destinados a despesas com execução suspensa até a sua aprovação; 3) Troca de fontes e acréscimo de recursos na fonte 113 como decorrência da nova redação da Emenda Constitucional nº 27, de 21/03/2000 (DRU); 4) Recursos disponibilizados pela reestimativa de receita com fundamento na variação média verificada do IGP-DI em 1999 e alocados no Fundo de Amparo ao Trabalha-

dor – FAT, mas disponibilizáveis para acolhimento de emendas por troca de fonte (seq. 3537); 5) cancelamento de emendas para apropriação em outras emendas. Em seguida, o Presidente submeteu ao Plenário a votação dos itens constantes da Proposta de Acordo de Liderança lida pelo Relator-Geral, com exceção do item 2 por já ter sido aprovado, que foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Apreciação dos destaques. Foram apresentados 1.202 destaques ao Relatório Final. **Destaques aprovados: 1)** Destaques que não alteram valores: 150, do Senador Mauro Miranda e 48 e 49, do Deputado Rommel Feijó. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques que solicitam mudança de modalidade de aplicação: 633, 637, 638, 640, 641 e 940, do Senador Tião Viana, mudança da modalidade de aplicação de 90 para 30; 639, 644 e 941, do Senador Tião Viana, mudança da modalidade de aplicação de 90 e 40 para 30. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques que solicitam mudança de título ou GND: 436 e 441, do Deputado Giovanni Queiroz. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) Destaque 407, do Deputado Almir Sá, à emenda 5016003. Retirado. 5) Destaques 118 e 119, da Deputada Laura Carneiro. 6) Destaque 213, do Deputado Paulo Mourão, que solicita desmembramento do GND-3 e GND-4. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Rommel Feijó retirou o destaque 1.195. 7) Destaque 942, do Deputado Aroldo Cedraz, mudança da modalidade de aplicação de 90 para 99. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 8) Destaques 437, 438 e 440, do Deputado Giovanni Queiroz, que solicitam mudança na modalidade de aplicação de 99 para 40. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 10) Destaque 1.110, do Deputado Giovanni Queiroz, que solicita mudança da modalidade de aplicação de 90 para 40 em cinqüenta por cento do valor aprovado. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 10) Destaque 14, do Deputado João Coser. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 11) Destaque 1.164, que solicita mudança na modalidade de aplicação de 30 para 40. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 12) Destaque 226, do Deputado Alberto Jorge. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 13) Destaque 53, do Dr. Benedito Dias. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaques 48 e 49, do Deputado Rommel Feijó. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 150, do Senador Mauro Miranda. Em votação, os destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 14) Destaque 7. Redução de 500 mil para acrescentar no destaque 347. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 345, do Deputado Santos Filho, que solicita mudança de modalidade de aplicação de 99 para 40. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 300, do Deputado Marcos Cintra. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os trabalhos foram suspensos às vinte e três horas e dez minutos. Às vinte e três horas e quarenta e três minutos do mesmo dia, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reabriu a reunião. Solicitaram votação em separado dos destaques os seguintes Parlamentares: Deputado Jovair Arantes, destaques: 578, 579, 581, 582, 583, 585, 586, 630, 632, 645, 646, 648 e 685; Deputado Paes Landim, destaque: 342; Deputado Darcísio Perondi, destaques: 741 e 745; Senador Sebastião Rocha, destaques: 1034 e 1042; Deputado Wilson Santos, destaques: 58, 387, 389 e 390; Senadora Marluce Pinto, destaques: 241 e 242; Deputado Mário Negromonte, destaque 222; Deputado João Leão, destaque 986; Deputado João Fassarella, destaque 796; Deputado Armando Abílio, destaque 1164; Deputado Ricardo Barros, destaques: 07, 347, 996 e 1000; Senador Antônio Carlos Valadares, destaques: 929 a 933; Deputada Lúcia Vânia,

destaques: 168; Deputado Olavo Calheiros, destaque 1054; Deputado Danilo de Castro, destaques: 710 a 713 e 715; Deputado Damião Feliciano, destaques 1.023; Deputado Sérgio Miranda, destaques: 336, 1022 e 1180. O Deputado Alberto Goldman solicitou que fossem apreciados em separado todos os destaques às emendas de texto no final, obtendo deferimento. O Deputado Pedro Novais levantou questão no sentido de que quando há acordo com as bancadas estaduais com relação aos destaques, os mesmos são retirados. Discutiram o assunto os Deputados Gonzaga Patriota, Sérgio Guerra, Paulo Mourão, João Almeida, Armando Abílio, Iberê Ferreira e os Senadores Sebastião Rocha e Marluce Pinto. O Deputado João Leão fez proposta no sentido de que todos os destaques fossem votados em globo, com exceção dos destacados pelos autores, que foi endossado pelo Deputado João Coser. O Deputado Aroldo Cedraz solicitou a votação em separado dos destaques: 384, 385 e 885. A Deputada Fátima Pelaes teceu considerações acerca do atendimento do Relator-Geral à Bancada do Amapá. O Deputado Mário Negromonte solicitou a correção de erro material no destaque 886. Em seguida, o Relator-Geral comunicou as seguintes correções: – De aprovados para rejeitados: destaques: 280, 634, 886 e 1057; – De rejeitado para aprovado: destaque 223; Destaque 119: aprovado parcialmente tendo em vista recurso proveniente do destaque 118. Destaque 942 como aprovado e 1.198 como rejeitado. Em seguida, o Presidente anunciou a votação dos destaques com parecer pela aprovação integral, ressalvados os destaques que tiveram solicitação para votação em separado e os destaques às emendas de texto: 20, 23, 112, 117, 127, 128, 134, 135, 137, 195, 197, 198, 220, 233, 235, 265, 278, 279, 297, 301, 304, 340, 344, 361, 362, 405, 416, 418, 437, 438, 634, 666, 670, 671, 718, 879, 886, 916, 944, 945, 946, 953, 958, 984, 991, 992, 993, 994, 995, 1020, 1021, 1024, 1030, 1052, 1057, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1071, 1072, 1112, 1113, 1132, 1133, 1134, 1141, 1169 e 1195. O Deputado Giovanni Queiroz registrou voto contrário. Em votação, os destaques pela aprovação integral, ressalvados os destaques que tiveram solicitação para em votação em separado, foram **aprovados** contra os votos dos Deputados Sérgio Miranda, Gonzaga Patriota e Giovanni Queiroz, na representação da Câmara dos Deputados; e, por unanimidade na representação do Senado Federal. Em seguida, o Presidente anunciou a votação dos destaques com parecer pela aprovação parcial, ressalvados os destaques que tiveram solicitação para votação em separado e os destaques às emendas de texto: 1, 9, 11, 12, 15, 18, 19 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 39, 40, 42, 52, 55, 57, 88, 93, 98, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 122, 124, 131, 132, 147, 151, 155, 162, 163, 166, 174, 178, 179, 181, 183, 187, 188, 190, 193, 194, 204, 210, 212, 218, 224, 228, 229, 232, 237, 243, 244, 261, 263, 266, 280, 281, 283, 285, 292, 296, 313, 346, 380, 393, 395, 399, 412, 413, 421, 422, 425, 587, 613, 616, 622, 629, 642, 643, 667, 668, 669, 672, 729, 731, 732, 746, 747, 748, 780, 806, 807, 810, 813, 814, 865, 868, 884, 890, 910, 915, 919, 923, 959, 966, 969, 990, 1029, 1031, 1032, 1041, 1045, 1050, 1062, 1063, 1070, 1073, 1099, 1108, 1109, 1140, 1148, 1154, 1165, 1198 e 1200. Em votação em bloco, os destaques com parecer pela aprovação parcial, ressalvados os destaques que tiveram solicitação para em votação em separado e os destaques às emendas de texto, foram **aprovados**, contra o voto do Deputado Giovanni Queiroz, na representação da Câmara dos Deputados; e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. - Destaques com parecer pela rejeição: 02 a 06, 10, 13, 16, 17, 21, 25, 31, 37, 38, 41, 45, 46, 50, 51, 56, 59 a 87, 89 a 92, 94 a 97, 99 a 101, 105, 106, 110, 113, 116, 120, 121, 125, 126, 129, 130, 133, 138, 139, 141 a 143, 148, 149, 152, 160, 161, 165, 167, 170, 173, 175, 176, 177, 182, 184, 185, 186, 189, 191, 192, 199, 200 a 203, 205 a 209, 211, 214 a 217, 219, 221, 223, 225, 227, 230, 231, 234, 236, 238, 239, 245 a 251, 255 a 257, 260, 262, 264, 267, 269 a 277, 282, 284, 286, 288 a 291, 293, 294, 295, 298, 299, 305 a 312, 314 a 319, 323 a 326, 328 a 335, 337, 338, 342, 343, 348 a 360, 363, 365 a 379, 381 a 383, 386, 391, 396 a 398, 400, 403, 404, 406, 408 a 411, 414, 420, 423, 424, 426 a 435, 440 447, 468 a 552, 554 a 561, 564, 566, 572 a 577, 584, 588 a 591, 594, 600 a 602, 604, 610 a 612, 614, 615, 617, 618, 619, 620, 621, 623, 624, 625 a 628, 631, 635, 636, 647, 649, 650 a 665, 674, 680 a 682, 684, 686 a 698, 708, 709, 714, 716, 717, 720, 726 a 728, 730, 733, 734, 736 a 740, 742 a 744, 749 a 751, 757 a 768, 776 a 779, 781 a 795, 797 a 800, 802 a 805, 808, 809, 811, 812, 815 a 820, 827 a 831, 833, 834 a 845, 847 a 850, 852 a 863, 869 a 871, 873 a 875, 877, 878, 880 a 883, 887, 888, 891 a 902, 904, 905, 907 a 909, 911 a 914, 917, 918, 920 a 922, 925 a 928, 937 a 939, 943, 947 a 952, 954 a 957, 960 a 965, 967, 968, 970 a 973, 977 a 979, 983, 985, 987, 988, 1014 a 1019, 1023, 1025 a 1028, 1033, 1043, 1044, 1046 a 1049, 1051, 1053, 1056, 1058 a 1061, 1074, 1076 a 1079,

1081 a 1094, 1096 a 1098, 1100 a 1107, 1111, 1114 a 1122, 1125 a 1127, 1135 a 1139, 1142 a 1147, 1149 a 1153, 1155, 1157 a 1163, 1167, 1168, 1170 a 1173, 1177 a 1179, 1181 a 1194, 1196, 1197 e 1199. - Destaques rejeitados por alterar objeto da emenda: 562, 563, 866, 924, 935 e 936. Encaminharam contrariamente os Deputados Giovanni Queiroz e João Coser. Em votação, os destaques foram **rejeitados**, na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. – Destaques inadmitidos: 123 e 287. – Destaques prejudicados pelo cancelamento alegado constituir-se em remanejamento: 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039 e 1040. – Destaques prejudicados: 254, 419, 580, 752 a 756, 769 a 775, 876, 1075 e 1080. – Destaques prejudicados por já ter sido atendido destaque do mesmo teor: 08, 33, 145, 146, 153, 154, 156 a 159, 164, 169, 171, 180, 240, 252, 253, 258, 259, 268, 302, 320, 321, 322, 327, 341, 364, 392, 394, 415, 417, 565, 567 a 571, 592, 593, 595 a 599, 603, 605, 606 a 609, 673, 675 a 679, 683, 721, 722 a 725, 801, 832, 846, 851, 864, 867, 872, 889, 903, 906, 974 a 976, 980 a 982, 1055 e 1156. – Destaques prejudicados por já terem sido atendidos no relatório: 054, 136 e 144. – Destaques prejudicados por não existir emenda, nem se tratar de recomposição: 196, 303, 402, 1124 e 1128 a 1131. Destaques 442, 443 e 444, do Deputado Giovanni Queiroz. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaque 7, do Deputado Ricardo Barros. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaque 347. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 242, da Senadora Marluce Pinto. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. – Destaque 241, da Senadora Marluce Pinto. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Gonzaga Patriota retirou os destaques 32, 35, 36, 47 e 1.166. – Destaque 385, do Senador Romero Jucá. Prejudicado pela ausência do autor. – Destaque 102, do Deputado Alexandre Santos. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaques 118 e 119, do Deputado Alexandre Santos. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaque 1.180, do Deputado Lael Varella. O Deputado Sérgio Miranda solicitou a retirada destes destaques, o que foi endossado pelo Deputado João Fassarella. O Deputado Danilo de Castro manifestou-se favorável ao acolhimento do destaque. O Relator-Geral mudou a modalidade de aplicação para 40. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaques 387, 389 e 390, do Senador Carlos Bezerra. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada no Senado Federal. – Destaque 58, do Deputado Wilson Santos. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaque 168, da Deputada Lúcia Vânia. O destaque foi retirado. – Destaques 710, 711, 72, 713, 715 e 717, do Deputado Danilo de Castro. Retirados. – Destaques 741 e 745, do Deputado Darcísio Perondi. Em votação, os destaque foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaque 140, do Deputado João Caldas. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaque 222, do Deputado João Leão. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada no Senado Federal. – Destaques 929 a 933, do Senador Antônio Carlos Valadares. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaque 336 e 1022, do Deputado Sérgio Miranda. Manifestaram-se favoráveis os Deputados Giovanni Queiroz, e João Fassarella, e, contrariamente, o Deputado Alberto Goldman. Em votação, os destaques foram **rejeitados** contra os votos dos Deputados Sérgio Miranda, João Fassarella, Laura Carneiro, Wilson Santos, Giovanni Queiroz e João Coser, na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada no Senado Federal. – Destaque 384, do Deputado Aroldo Cedraz. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Destaques 385, do Deputado Aroldo Cedraz. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara

dos Deputados. A matéria não foi apreciada no Senado Federal. – Destaques 439, 445, 446, 448 a 467. – Destaque 553, do Deputado Giovanni Queiroz. Retirado. – Destaques 578, 579, 581, 582, 583, 585, 586, 630, 632, 645, 646, 648 e 685, do Deputado Jovair Arantes. – Destaque 796 do Deputado João Fassarella. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada no Senado Federal. – Destaque 885 do Deputado Aroldo Cedraz. Parecer do Relator: contrário. Em votação, o parecer do relator foi rejeitado contra os votos dos Deputados Armando Abílio, Rommel Feijó, Mário Negromonte e Agnelo Queiroz, na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Embora tendo o Presidente anunciado a aprovação do destaque, foi constatado a inexistência de fonte para atendê-lo. Em seguida, o Presidente declarou o destaque prejudicado. Destaque 172, do Senador Mauro Miranda. Parecer favorável do Relator-Geral. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 934, do Deputado Jovair Arantes: prejudicado. – Destaque 986, do Deputado João Leão. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Santos Filho, Pedro Novais e Alberto Goldman; e foi aprovado por unanimidade na representação do Senado Federal. Destaques de recomposição 996 a 1.013, 1.095, 1.174 a 1.176, do Deputado João Leão. Parecer contrário do Relator-Geral. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. – Destaque 1.172, do Deputado João Leão: retirado pelo autor. – Destaques 1.034 e 1.042, do Senador Sebastião Rocha. Parecer contrário do Relator-Geral. A Deputada Fátima Pelaes discutiu os destaques. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. – Destaque 1.054, do Deputado Olavo Calheiros: Prejudicado pela ausência do autor. – Destaques 1.123, do Deputado Damião Feliciano. Parecer contrário do Relator-Geral. Em votação o destaque foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Armando Abílio, Waldemir Moka e Damião Feliciano, na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal. O Presidente declarou prejudicados os demais destaques, RESSALVADOS os destaques pertinentes ao texto da lei. – Remanejamento de emenda individual do Deputado Jorge Costa, da emenda 3490006 para 3490004, conforme Ofício nº 132/2000. Os destaques 421 e 807 foram utilizados para reduzir os valores das emendas, bem como foram destinados para remanejamento em outras emendas. Em votação, o remanejamento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Relator-Geral manifestou seus agradecimentos ao Comitê de análise das emendas, bem como aos demais parlamentares. O Presidente informou que na semana seguinte seriam apreciados os destaques apresentados ao texto da lei. A reunião foi suspensa às três horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e quatro de março. Às dezoito horas e cinqüenta e cinco minutos do dia vinte e oito do mesmo mês, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, reabriu a reunião e comunicou que o Relatório dos destaques estava disponível apenas para as Lideranças Partidárias. A reunião foi suspensa em seguida. Às dez horas e vinte e nove minutos do dia trinta de março, o Terceiro Vice-Presidente, Deputado João Coser, reabriu a reunião e a suspendeu em seguida. Às doze horas e doze minutos, o Presidente deu continuidade à reunião. O Relator-Geral fez a leitura das Alterações ao Relatório Final – Acordo dos destaques, ao tempo em que comunicou que o documento seria disponibilizado oportunamente. O Relator-Geral informou acerca do acordo concluído na reunião do Colegiado de Líderes na Comissão, ocorrida anteriormente à reunião. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou a disponibilização das alterações em meio magnético e foi atendido pelo Presidente. Em seguida, o Presidente passou à votação das Alterações ao Relatório Final – Acordo dos destaques, que foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Relator-Geral leu a parte negritada da redação do Substitutivo ao texto da lei. O Presidente anunciou a votação das alterações lidas pelo Relator-Geral (os textos em negrito) no Substitutivo, com exceção da letra "c", inciso IV, do art. 7º e a Errata do art. 6º do Substitutivo do texto da Lei, com exceção do item 4, referente ao acordo na área de Saúde. Fizeram encaminhamento de votação: Deputado Giovanni Queiroz, pelo PDT: encaminhou voto contrário em separado, retificando-o em seguida; Deputado Santos Filho, pelo PFL: favorável; Deputado João Coser, pelo PT: favorável; Deputado Eujácio Simões, pelo PL: favorável; Deputado Jovair Arantes, pelo PSDB: favorável; Deputado Pedro Novais, pelo PMDB: favorável; Deputado Roberto Balestra, pelo PPB: favorável. O Deputado Alberto

Goldman, pela Liderança do Governo, manifestou posição contrária à redação dos arts. 6º e 7º. Em votação, as alterações lidas pelo Relator-Geral (os textos em negrito) no Substitutivo, com exceção da letra "c", inciso IV, do art. 7º e a Errata do art. 6º do Substitutivo do texto da Lei, com exceção do item 4, foram **aprovadas** contra o voto do Deputado Alberto Goldman na representação da Câmara dos Deputados; e por unanimidade, na representação do Senado Federal. O Presidente submeteu ao Plenário a correção do erro material, em vez de "construção", que fosse "adequação", na emenda 71220002, do Deputado Osvaldo Biolcchi. Em votação, a correção do erro material foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Osvaldo Coelho solicitou alteração na modalidade de aplicação do 90 para 40 na emenda 123003. Os representantes do Colegiado de Líderes manifestaram-se favoráveis. Em votação, a solicitação foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Deputada Lúcia Vânia solicitou alteração na modalidade de aplicação de 40 para 30 na emenda 1470004 e de 40 para 30 na emenda 1470005. O Relator-Geral e os representantes do Colegiado de Líderes manifestaram-se favoráveis. Em votação, a solicitação foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos destaques apresentados ao texto da lei: O Presidente fez proposta no sentido da votação dos destaques ser em bloco, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **1)** Destaques com parecer do Relator-Geral pela aprovação integral: 670 e 671, do Deputado Alberto Goldman. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2)** Destaques com parecer do Relator-Geral pela aprovação parcial: 668, 672 e 732, do Deputado Alberto Goldman, e 884, do Deputado Aroldo Cedraz. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **3)** Destaques com parecer do Relator-Geral pela rejeição: 102, 161, 184, 185, 186, 308 a 311, 326, 328, 549 a 551, 560, 561, 634 a 636, 669, 1059, 1.060, 1.107, 1.111 e 1.163. Fizeram encaminhamento de votação: Deputado Giovanni Queiroz, pelo PDT, contrário; Deputado João Coser, pelo PT, contrário; Deputado Santos Filho, pelo PFL, favorável; Deputado Pedro Novais, pelo PMDB, favorável; e Deputado Márcio Reinaldo Moreira, pelo PPB, favorável. Em votação, o parecer do Relator-Geral pela rejeição dos destaques acima descritos foi **aprovado** contra os votos dos Deputados João Coser, Carlito Merss, João Fassarella, Aírton Dipp, Giovanni Queiroz, Olimpo Pires e Fernando Marroni, na representação da Câmara dos Deputados; e foi aprovado na representação do Senado Federal. O Deputado João Caldas solicitou a apreciação do destaque 139, solicitando mudança de modalidade de aplicação de 30 para 40. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente passou à apreciação da matéria incluída em extrapauta, qual seja, o **Requerimento** do Deputado Sérgio Miranda, que solicita as seguintes informações: a) base legal autorizativa para as despesas previstas nas dotações orçamentárias do Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2000, e b) os valores já despendidos com a integralização de cotas em organismos internacionais pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional, no período de 1989-1999, individualizando as despesas por entidade e exercício. O Presidente comunicou que as informações já haviam sido obtidas pelo autor do Requerimento, constituindo-se apenas a formalização da solicitação. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Fizeram uso da palavra para tecer comentários enaltecedores à Presidência os Deputados João Coser, Pedro Novais, Giovanni Queiroz, Santos Filho, Lúcia Vânia, Dr. Heleno, Wilson Santos e Paulo Feijó. O Relator-Geral, Deputado Carlos Melles, manifestou seus agradecimentos aos funcionários integrantes da equipe técnica. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou a reunião, às quatorze horas e sete minutos, antes convocando os membros a comparecerem à Quinta Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 04 de abril de 2000, às dezoito horas. E, para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador GILBERTO MESTRINHO. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,

destinada à apreciação do relatório final apresentado ao projeto de Lei Orçamentária para o ano 2000.

Submeto à apreciação dos senhores a ata da 4ª reunião ordinária, realizada nos dias 14 e 16 de março de 2000.

Se o Plenário concordar, fica dispensada a leitura da ata, por já ter sido distribuída cópia aos Srs. Parlamentares.

Não havendo quem queira discutir a ata e conforme estabelece a alínea "f" do art. 9º do Regimento Interno desta Comissão, declaro a ata aprovada.

Expediente.

Acuso o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 51, de 20 de março, remetido pelo gabinete do Senador Romero Jucá, que justifica sua ausência nos trabalhos no dia 24 de fevereiro; Ofício Circular 01-GMVC, de 3 de março, remetido pelo Ministro Valmir Campelo, do Tribunal de Contas da União, Relator das contas da Presidência da República relativas a 1999 naquela Corte, que encaminha questionário para aferir o nível de fidedignidade do registro quanto à posição financeira, contábil, orçamentária e patrimonial da União e avaliar a efetividade do balanço; Nota técnica — Justificativa de arrecadação da Fonte 250, remetida pelo DNER:

> *Esta nota técnica visa esclarecer e detalhar informações contidas no Ofício 4487/99 — DNER, 09/12/99, de autoria do Sr. Diretor-Geral deste órgão, Dr. Genésio Bernardino, ratificado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, por intermédio do Aviso nº 2191/GM/MT, de 22/12/99.*

Refere-se à arrecadação das multas e ao pagamento pelos contratos de utilização das faixas de domínio.

Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, V. Exa. poderia pedir à Secretária que distribuísse cópia da nota técnica do DNER? É uma informação muito interessante. É sobre a Fonte 250, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Certo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Eu queria ter acesso a essa informação, por obséquio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nós faremos isso a seguir.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, antes que V. Exa. dê início à leitura da Ordem do Dia, quero lembrar que, na reunião passada, havia um requerimento de informações. As informações eu já obtive informalmente do Banco Central, mas eles estão no aguardo de que seja enviado pela Comissão o pedido formal. É um requerimento de informação sintético, simples...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Que foi aprovado na reunião anterior.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Já foi aprovado?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já foi aprovado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Eles me disseram que não tinham recebido ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Foi aprovado, sim.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – E já foi enviado também?

(Intervenção inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ou melhor, como V. Exa. não estava presente, não foi posto em votação.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Então eu pediria a V. Exa., já que é um requerimento de informação bastante simples, que já estava na pauta...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Certo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Eu já obtive, informalmente, as informações, mas eles dizem que não podem apresentá-las oficialmente, porque não receberam o pedido da Comissão. Eu pediria a V. Exa. que colocasse em pauta o requerimento de informação. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Colocaremos em votação o requerimento na primeira reunião ordinária que houver.

Ordem do Dia.

Apreciação do relatório final apresentado ao projeto de Lei Orçamentária para o ano 2000, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro do ano 2000.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, apenas um aparte. O que eu pedi é que

fosse posto em votação nesta reunião o requerimento, mesmo como extrapauta. É um requerimento simples. Basta aprová-lo e enviá-lo ao Banco Central, que já tem a informação. Eles estão aguardando o pedido. Se esperarmos uma reunião ordinária, vamos acabar votando o Orçamento, e depois a Comissão não vai mais se reunir.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, votaremos no fim desta reunião, extrapauta. (Pausa.)

Tendo em vista o requerimento do nobre Deputado Sérgio Miranda, perguntamos ao Plenário se concorda com a inclusão extrapauta do requerimento, para que se faça logo a solicitação ao Banco Central.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a inclusão do requerimento na extrapauta, para votação.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Vota logo.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Não temos quorum?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tão logo se atinja o **quorum** para deliberação, colocaremos em votação o requerimento.

Estamos chegando à última fase da discussão e votação do Orçamento. Será apresentado agora o relatório geral pelo Relator, Deputado Carlos Melles. O trabalho contou com a colaboração de todos os Parlamentares que integram a Comissão, que discutiram e votaram os relatórios setoriais com independência e transparência, num regime de pura democracia. O Deputado Carlos Melles fez um trabalho de grande esforço e apresentou um resultado que, acredito, bem espelha o espírito que dominou as discussões nesta Casa, atendendo tanto quanto possível ao interesse de todas as bancadas e Estados.

O princípio adotado pelo Relator obedeceu às normas regimentais e aos princípios elaborados. Há distorções na imprensa. Segundo dizem, o Orçamento que está sendo votado não obedeceu aos critérios que deveria. No entanto, esses fatos não são reais.

Por exemplo, dizem que a utilização de receitas previstas e receitas acrescidas ao Orçamento levaram em conta a expectativa de inflação. Não. A receita levou em conta a inflação já verificada, a inflação passada. Na proposta orçamentária, foi estimado um valor, mas, na realidade, o comportamento da inflação foi diferente e a mais.

O Relator usou de todos os princípios para resguardar as receitas e as despesas de acordo com os princípios normais, éticos e morais da execução orçamentária. O que nem nós nem ele poderíamos fazer era receber um documento para relatar, com Relatores-Setoriais, e aprovar, única e exclusivamente, aquilo que veio do Executivo.

A função primordial do Congresso é discutir e aprovar a proposta orçamentária, ou seja, fazer o Orçamento. O Executivo faz a proposta, o Congresso faz o Orçamento. O Relator, Deputado Carlos Melles, procurou fazer isso e o fez com dedicação, com esforço, com inteligência, com entusiasmo, acompanhado pelos Relatores-Adjuntos e pelo Comitê de Emendas. Todos juntos fizeram o documento que S. Exa. passará a ler agora.

Com a palavra o Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero pedir a atenção dos companheiros nobres Deputados, para que possamos fazer a leitura do relatório do Orçamento do ano 2000. Agradeço ao Sr. Presidente as palavras.

Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em cumprimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 1999, o Projeto de Lei nº 20, de 1999, do Congresso Nacional, Mensagem nº 840, do Congresso Nacional, estimando a receita e fixando as despesas da União para o exercício financeiro de 2000. O Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Exmo. Sr. Senador Gilberto Mestrinho, conferiu-nos a honrosa tarefa de relatá-lo.

Vou fazer uma breve explicação deste relatório e depois passar no Datashow as explicações mais relevantes, porque são 35 páginas só da primeira fase. Penso que ali tiraremos as dúvidas, uma vez que todos têm o relatório. Faremos isso de maneira bem clara e elucidativa.

Processo orçamentário relativo ao Orçamento de 2000.

Não obstante os melhores esforços, é com profundo pesar que vemos este substitutivo ser apreciado tardiamente. Felizmente, isso em nada prejudicou o bom funcionamento dos serviços e investimentos

públicos federais, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, autorizou nesse caso a execução de até o equivalente a dois doze avos da proposta, sendo que as despesas obrigatórias e aquelas consideradas imprescindíveis ao funcionamento da máquina pública não se sujeitariam a esse limite. Houve razões diversas para esse lamentável atraso, e logo a seguir falaremos sobre elas.

Quero registrar aqui os meus profundos agradecimentos aos ilustres Parlamentares, que desempenharam papel de importância fundamental na apreciação do Orçamento, por seu trabalho dedicado. Quero ainda fazer justiça e manifestar o meu apreço aos nobres Parlamentares que integraram os três Comitês de trabalho, os quais, com amparo no item 27 do parecer preliminar, criei com a atribuição de apreciar as questões específicas pertinentes ao processo orçamentário. São eles: Comitê de Avaliação de Custeio, do qual participaram os Srs. Senadores Antônio Carlos Valadares e Carlos Patrocínio e os Deputados Aracely de Paula e Giovanni Queiroz; Comitê de Avaliação das Emendas, composto pelos Deputados Iberê Ferreira, João Coser, Santos Filho e Waldemir Moka; e Comitê de Avaliação do Relatório do TCU, cujos integrantes foram os Deputados Antônio Carlos Konder Reis e Sérgio Miranda. Ainda no Comitê final de ajuda, no fechamento do relatório, contei com a prestimosa, competente e valiosa colaboração dos Deputados Iberê Ferreira, João Coser, Waldemir Moka e, como Coordenador, do Deputado Joaquim Santos Filho.

Por último, eu não poderia deixar de fazer pública a minha admiração pelo trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente desta Comissão, nosso querido Senador Gilberto Mestrinho, bem como a minha gratidão pelo irrestrito apoio que dele recebi na condução destes trabalhos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Finalmente, o voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 1999, conforme os anexos, nos termos do substitutivo que estamos apresentando.

Passarei agora à apresentação sintética do relatório, não sem antes ler o adendo ao relatório final do Orçamento para o ano 2000, publicado em 14 de março de 2000.

> Apresentamos a seguir o Adendo ao Relatório Final, por nós apresentado em 14-3-00 nesta Comissão com a finalidade exclusiva de corrigir os erros materiais identificados após a emissão dos avulsos. Segue em anexo a relação de alterações que se incorporam ao relatório em apreço.

Solicito à Presidência que determine à Taquigrafia a transcrição de todos esses adendos na íntegra. Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Autorizada a Taquigrafia a fazer os registros solicitados pelo Sr. Relator.

Agora, passamos à apresentação.

Eu gostaria de solicitar aos Deputados que estão conversando, particularmente aos convidados, silêncio. É fundamental para entendermos a exposição do Relator. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Aquela primeira transparência citava os Relatores-Setoriais, como os senhores já viram. Agora vou passar direto à parte do Orçamento da União para o ano 2000.

Quero falar das peculiaridades da apreciação do Orçamento de 2000.

1. As normas legais e regimentais que regem o processo orçamentário foram observadas.

2. Criaram-se Comitês de apoio à relatoria-geral, para avaliar, primeiro, o custeio, como eu já disse, os indícios de irregularidades em obras do TCU e a admissibilidade e o acolhimento das emendas coletivas e de Relator.

3. Reuniões públicas com as bancadas estaduais, onde foram fixadas as prioridades na alocação de recursos. Faço uma observação: foi a constante nesta Comissão fazer um orçamento democrático, transparente, participativo. Ouvimos todos os Governadores, convidados que foram para aqui comparecer, visitamos o máximo possível de Estados e regiões, não só eu, mas sobretudo o Relator do PPA, Deputado Renato Vianna. Fizemos uma discussão democrática, atendendo a mais de 300 Parlamentares e suas bancadas, com seus respectivos Governadores. Pudemos conhecer e discutir todas as necessidades de cada bancada.

4. Decisão da atribuição de valores às emendas coletivas e de Relator, com a participação ativa do Comitê de Emendas. Esse foi mais um trabalho de fechamento, fazendo uma avaliação para que houvesse critérios. Nesse aspecto, já de antemão quero deixar claro aos companheiros da Comissão de Orçamento que, com exceção do Estado do Acre e de Alagoas — vamos corrigir —, todos os outros Estados, tirada a média geral dos Orçamentos de 1996, 1997, 1998 e 1999, tiveram um incremento médio de 52% com rela-

ção ao Orçamento aprovado para o ano 2000. Dessa forma, fico tendente a acreditar que deverá haver uma satisfação muito maior em todas as bancadas, pela maneira democrática com que foi feita a distribuição de recursos, que resultou num aumento médio de investimentos de 52% para todos os Estados brasileiros.

5. Ampla publicidade dos procedimentos das decisões adotadas. Publicação dos relatórios setoriais com os destaques aprovados, posição final. O substitutivo publicado contém mais informações e detalhamento técnico que os anteriores, com pareceres completos de duas fases e a relação das alterações de emendas.

Vamos falar agora das peculiaridades da apreciação do Orçamento para 2000.

O atraso deste Orçamento, que está sendo apresentado hoje, dia 21 de março, decorreu principalmente da demora na apreciação da PEC que desvincula 20% das receitas da União e da tramitação paralela do Plano Plurianual. Os relatórios setoriais foram concluídos no dia 16 de fevereiro de 2000, e a DRU foi aprovada na semana passada.

Exigência da LDO de enorme superávit fiscal, o maior da história do Brasil. Chamo a atenção de V. Exas. para este ponto. Quanto ao superávit fiscal, nós não só buscamos, como preservamos, de forma coerente e obstinada, os 2,6% que a LDO enviou ao Congresso e à Comissão. Observamos com absoluta fidelidade o maior superávit, passando de 28,5 para 29,3 bilhões de reais.

Paralelamente, a sociedade exige cada vez mais investimentos do setor público nas áreas de infra-estrutura econômica e social.

Depois vou discutir e pormenorizar as 8.700 emendas, que perfizeram um total de 22 bilhões, sendo 880 de emendas individuais e 21 bilhões de investimento das emendas coletivas, bancadas regionais e de Comissões.

O projeto do Executivo continha grande quantidade de obras com valores simbólicos. São bem mais de cinqüenta obras, e eu poderia dizer até que bem mais de 200, com valores de 25 mil reais. Ou seja, o Orçamento veio do Executivo com obras já comprometidas, verbalmente ou por escrito, de até 50 milhões de reais, com janelas de 25 mil reais. Podemos discutir uma a uma depois, se a Comissão achar necessário.

Grande volume de emendas coletivas apresentadas, de bancada e Comissão, cerca de 21 bilhões, demandando investimentos na área de infra-estrutura e na área social.

Origem dos recursos para atendimento às emendas.

Corte no custeio. O parecer preliminar estabeleceu uma série de limitações ao corte no custeio. Por outro lado, a proposta orçamentária, em muitos casos, estava aquém do valor da execução orçamentária. Quero deixar claro que, no custeio de aproximadamente 32 bilhões, o Relator tinha a alternativa de cortar até 5%. Fizemos um primeiro corte de 1,9% aproximadamente, 650 milhões. Desses 650 milhões, tivemos de regurgitar 340, porque não seriam permitidos cortes em determinadas áreas, de tão difícil e tão baixo o Orçamento, sobretudo em Ministérios como o da Defesa e outros setores do Orçamento da União.

Cortes no investimento. O baixo nível de investimentos na proposta limitou essa fonte de recurso. Também houve cortes no Orçamento de aproximadamente 500 milhões de reais, que não são do Relator-Geral, e sim dos Relatores-Setoriais.

Reserva de contingência. Dispositivo na LDO garantiu que se atendesse a parte das emendas individuais, com a reserva de contingência, no valor de 570 milhões. Vamos ver à frente.

Ajuste na receita estimada. Os ajustes feitos na receita estão plenamente justificados do ponto de vista técnico, conforme os quadros seguintes.

Ajustes na receita prevista.

Antecedentes. A receita prevista pelo Governo no Orçamento anterior, de 1999, ficou aquém, ou seja, subestimada, da verificada. Tanto é que aprovamos aqui mais de 14 bilhões em créditos adicionais. Felizmente, repito, porque o Governo realmente faz um orçamento apertado, como é dever de um governo sério. Mas é preciso entender que, se mandaram uma proposta com investimentos nacionais de 6,7 bilhões e, no ano anterior, fizeram créditos adicionais de 14 bilhões, podemos permitir que se façam os cálculos, como foram feitos, corretamente e se possa melhorar o nível de investimento.

O prolongamento do prazo de apreciação da proposta orçamentária, fechada em agosto de 1999, permitiu ao Congresso trabalhar com índices de inflação (IGP-DI) verificados, e não previstos. A inflação verificada no período de junho a dezembro de 1999 foi maior do que a prevista no mesmo período. Com isso, o índice médio de preços de 2000, em relação a 1999, passa a ser de 11,3%, em vez de 6%. Ou seja, esse quadro mostra que, entre a inflação projetada, de 6%, e o IGP-DI médio, de 11,3%, houve um ganho

de cinco pontos percentuais. Esse ganho foi calculado no período de junho a dezembro e possibilitou um aumento de receitas de 7,2 bilhões, exatamente como o Executivo prevê. Observamos somente receitas federais. Não mexemos nem para mais nem para menos no que diz respeito à Previdência Social.

Diversos outros fatos provocaram modificações nas receitas orçamentárias após o envio da proposta. Alguns podem produzir ganhos, outros perdas. Difícil é estimar o impacto líquido. Consideramos no substitutivo que esses efeitos se compensam, mesmo porque é o propósito governamental.

Aqui é só a correção dos 21%, prevista no PL, com IGP-DI de junho a dezembro de 1999. O impacto, abaixo, e a correção que restabeleceu os valores originais da receita, em percentuais do PIB, deu 21,3% com relação aos Orçamentos de 1999 e 2000.

O gráfico da página 5 mostra, de janeiro de 1996, o histórico e a projeção gráfica da Receita Federal, a crescente receita ao longo dos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e a projeção subestimada para o projeto de lei do ano 2000, de 13 bilhões. Estimamos que ela poderia chegar a 13,6 bilhões, em função do já ocorrido e, repito, do que aconteceu com créditos adicionais no ano passado.

O próximo gráfico também só mostra a média do substitutivo, de 13,6 bilhões, contra a média do PL, de 13 bilhões.

Para o próximo quadro, modificações da receita após o envio da proposta, peço a atenção dos Srs. Parlamentares, porque esse é um aspecto também de discussão entre o Executivo e o Legislativo.

Na semana passada, usei a seguinte figuração com relação a ganhos e perdas, como se estivesse surdo e mudo.

Ganhos: alteração da COFINS e da Contribuição sobre o Lucro Líquido, tributação de remessa de juros ao exterior, aumento da base de cálculo do Imposto de Renda dos servidores, instituição do REFIS e possível aprovação do projeto de lei que flexibiliza o sigilo fiscal das instituições financeiras — esta a maior receita que poderia ter, muito grande, de 10 a 14 bilhões — e aprovação do projeto de lei que flexibiliza o sigilo fiscal das instituições financeiras.

Perdas: inconstitucionalidade da cobrança dos servidores inativos, de 2,4 bilhões, redução do IOF, redução da Conta Petróleo e incentivo do IPI ao setor de informática. Para não especularmos em termos de projeções, nós indicamos ou aceitamos que os ganhos anulariam as perdas.

No próximo gráfico, estamos mostrando o Orçamento Fiscal e da seguridade. Na realidade, as operações de crédito e amortização montam um orçamento de 1.012,4 bilhões, em que 643 bilhões estão em operações de crédito e amortização de títulos, no refinanciamento da dívida. Outras receitas 368 bilhões, contra 368 bilhões. Parcelas não financeiras, que é o que nos interessa, 236 milhões e 800 mil, contra 207 milhões.

No quadro abaixo, receitas e despesas.

No projeto de lei, a correção dava 21,3% do PIB, e o substitutivo, 21,1% do PIB. Com o projeto de lei, de 2,65, e o substitutivo que veio da LDO, de 2,60, temos o resultado primário da proposta. Já estava superestimada em 0,05% do PIB, porque deixou de considerar, no lado da despesa, o uso de 1% da reserva de contingência da LDO. Os juros líquidos não mudaram. Despesas do projeto, 18,7%, e, do substitutivo, 18,4%. Por isso, tivemos uma elevação do superávit primário, de 28,5 para 29,3, como veremos à frente.

Correção dos valores nominais da receita.

Percebi, como Relator do Orçamento, que existe falta de boa vontade em querer saber, ou uma especulação negativa sobre como são as fontes e como o Relator busca recursos. Há uma posição relativamente estranha do Executivo e do Legislativo com relação à proposta orçamentária. Ninguém sabe como vem a peça, e, quando ela chega, ficam procurando onde achar recursos para contemplar emendas individuais ou coletivas.

É óbvio que entendemos que a peça orçamentária não deveria ser modificada somente por acréscimo, mas sobretudo por cortes e remanejamento dentro do próprio Orçamento. No entanto, é bem verdade que seria uma ficção pensar que os 513 Deputados e 83 Senadores, eleitos democraticamente, não apresentariam emendas regionais, de bancada, de Comissão e individuais.

O acréscimo bruto da receita da inflação projetada pela inflação real possibilitou esse acréscimo de 7,2 bilhões de reais. Nesse caso, os recursos destinados a todas as vinculações e reservas de contingência foram retirados, no valor de 2 bilhões e 88 milhões. Aumento do superávit: fizemos também uma amortização de 855 milhões, ficando com um subtotal de 4,2 bilhões. O ajuste da reserva de contingência somou 56 milhões; o ajuste de títulos do FUNDAF, 124 milhões; o ajuste metodológico dos fundos regionais e do FAT, 214 milhões; perfazendo um subtotal de 4 bilhões, 692 milhões. Ajuste pelo uso da reserva de contingência, menos 570 milhões. Ou seja, a disponi-

bilidade líquida da margem do Relator foi de 4 bilhões, 122 milhões.

O próximo quadro também trata de receita e despesa.

Temos agora, de tributos e receitas contingenciadas, 159, contra 166 de aumento. A Previdência, como eu disse, não foi modificada, ficando em 53. Os demais passaram de 16,8 para 17,3, num total de 229 bilhões de receita, para 236 bilhões com o recálculo, ou seja, a estimativa da diferença da inflação projetada com a real. O superávit passou então de 28,4 para 29,3 bilhões, respeitando, como eu disse, os 2,60% vindos da LDO com relação ao PIB.

Na Previdência, as despesas são de 63 e ficaram do mesmo jeito. De pessoal, da mesma forma. As vinculações, obviamente, cresceram com o aumento do cálculo da inflação. Também cresceram as outras despesas de custeio e capital, passando de 200,8 bilhões para 207.

O próximo quadro mostra a parte de usos e fontes, não incluídas as emendas de Relator. Fontes: Reestimativa de Receita pelo IGP-DI, 2,96 bilhões; Outras Reestimativas de Receita, 0,34. Eu explico essas Outras Reestimativas, para ficar bem claro a todos, e passaremos a toda a Comissão esse aumento de receita provocado por uma alteração recebida do Ministério dos Transportes, mais especificamente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, conforme nota técnica já distribuída à Comissão, de receitas condicionadas que poderiam acontecer por multas em estradas e multas de balança, perfazendo um total de 740 milhões. Usamos 0,34 bilhão, ou seja, 340 milhões, fazendo com que a diferença de 740 para 340 fosse paga, para que essas receitas realmente pudessem ser viabilizadas, repassadas à terceirização. Reserva de contingência, 570 milhões; corte no custeio, 670 milhões; corte no investimento, 520 milhões. Total: 5,07 bilhões.

Quanto às emendas individuais, 8.300 emendas, nós asseguramos o valor inicial de 880 milhões a todos os Parlamentares. Para as emendas estaduais, 268 emendas, 2,8 bilhões. Vamos explicar onde esses recursos se situaram, em toda a sua extensão. Para as bancadas regionais, 24 emendas, 190 milhões. E aqui uma diferença no Orçamento deste ano, elevando bastante o valor das emendas de Comissões: 112 emendas, 1,19 bilhão, fechando em 5,07 bilhões as fontes do Orçamento.

Fontes e usos do Orçamento 2000.

O custeio ficou em torno de 1,8%, 0,6 bilhão, voltando à metade, como eu disse. Investimento: 500 milhões, ou meio bilhão. Reserva de contingência: 0,6. Ajustes na receita: 3,4 bilhões. Total: 5,1 bilhões. Emendas de bancadas, emendas individuais e emendas de Comissões.

Peço também a atenção dos Srs. Parlamentares para o quadro de recursos do SUS, equalização. Esta relatoria e a Comissão se comprometeram com um grupo de Parlamentares da Casa, representando todos os Estados, pois havia uma diferença **per capita** no SUS muito acentuada. Essa tabela mostra que tínhamos recursos **per capita** de 62,55 até 28,42. O Sub-Relator da área de saúde pediu a todos nós que o ajudássemos a contornar esse problema, para que o seu relatório setorial fosse aprovado, transferindo então o problema para o Relator-Geral, conseqüentemente, para a Comissão. Acordou-se que seriam refeitos os valores do SUS para a média dos cinco maiores Estados da Federação, e o texto do substitutivo autoriza no SUS, para todas as Unidades da Federação, um gasto médio de 58,4 reais por habitante. Dessa forma, estamos indicando, por não termos receitas para cobrir esse valor de 1,5 bilhão, no substitutivo do Relator, na página 46, volume 1, que o Governo, através do aumento de suas receitas, contemple em primeira mão a solução desses problemas da área de saúde, que já deveriam, repito, ter vindo resolvidos do Executivo. Esse problema ocorreu no ano passado, e o Relator-Setorial da Saúde disse que havia o comprometimento de que isso seria resolvido pelo Executivo, mas não foi, e transferiram o problema para a Comissão de Orçamento. O caminho que encontramos foi esse indicado no substitutivo.

Investimentos no Orçamento 2000.

A maior alteração do substitutivo foi o aumento dos investimentos, aos quais foram destinados mais 4,8 bilhões. Ou seja, de 6,7 bilhões, mais 4,8 bilhões, para 11,5 bilhões, aproximadamente.

É importante observar que o substitutivo recupera os níveis históricos relativos aos valores orçados para investimentos no período de 1996 a 1999, o que é compatível com as diretrizes e objetivos do Plano Plurianual 1996/1999, que previa investimentos na ordem de 10 bilhões anuais, e com o PPA 2000/2003, que prevê despesas de capital de 50 bilhões no período.

A distribuição dos investimentos por região e entre as funções de programas orçamentários atendeu às prioridades das bancadas.

Esse próximo gráfico mostra com bastante clareza os investimentos de 1996, 1997, 1998, 1999 e de 2000. Veio um orçamento absolutamente enxuto em termos de investimentos. No substitutivo, depois de

tantos anos de baixos investimentos, os recursos que foram conseguidos pela diferença da inflação real e da projetada, repito, foram aplicados em investimento, com observação da geração de empregos e de desenvolvimento.

Passo agora a uma parte que interessa muito aos Srs. Deputados, que são os investimentos e as alterações por região do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Para ajudar o Relator na sua exposição, eu gostaria de solicitar mais uma vez aos Srs. Deputados e Senadores que têm interesse em acompanhar a explicação que tentem fazer um pouco mais de silêncio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Centro-Oeste: o PL veio com 470 milhões, e o substitutivo chegou a 1,13 bilhão, portanto, 660 milhões a mais. Exterior: não mudou. Nacional: 2,93 no PL, com 3,66 bilhões do substitutivo, ou seja, 730 milhões a mais. Nordeste: 1,46 para 2,71 bilhões, 1,25 bilhão a mais. Norte: 0,47 para 1,30 bilhão, portanto, 830 milhões a mais. Sudeste: de 0,84 para 1,16 bilhão, ou seja, 810 milhões a mais.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Está errado, Sr. Relator. Esse número está errado. A subtração está errada ou um dos fatores está errado. Se V. Exa. fizer a conta, verá que a diferença é de 0,28 e não de 0,81.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Um minuto, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Então, não sei qual dos números está errado, se é o da subtração ou se é o dos fatores.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – A diferença bate com o demonstrativo da página 817 do Volume 1. Obviamente, são valores não arredondados. Houve um erro de 0,84 para 1,16. É 1,6, em vez de 1,16. Diferença de 810 milhões.

Região Sul: de 0,58 bilhão para 1,10 bilhão, com aumento, portanto, de 0,52 bilhão. Ou seja, passamos de 6,76 bilhões para 11,56 bilhões, uma diferença de 4,8 bilhões.

O próximo quadro mostra os investimentos por função: Transporte, Gestão Ambiental, Saúde, Agricultura, Habitação, Urbanismo, Segurança Pública, Saneamento, Educação, Comércio e Serviços.

Sem dúvida, o setor de transporte ainda é o campeão nas demandas das emendas, e com maior investimento. Um acréscimo no substitutivo deu 1 bilhão, 549 milhões. Gestão ambiental: 683. Saúde: 629. Agricultura: 333. Habitação: 285. Urbanismo: 270. Segurança pública: 193. Saneamento: 189. Educação: 123. Comércio e Serviços: 100.

Dentro da função transporte, como foram distribuídos esses recursos?

Corredor Araguaia—Tocantins: 210. Leste: 177. Nordeste: 171. Oeste—Norte: 170. Mercosul: 149. Malha Rodoviária Federal: 149. Segurança nas Rodovias Federais: 99. Corredor São Francisco: 98. Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros: 83. Construção de Rodovias Federais: 80.

Função de gestão ambiental: Proágua Infra-Estrutura, 572 milhões; Proágua Gestão, 52; Brasil Joga Limpo, 14; Parques do Brasil, 13. Total: 684.

Função saúde. Os colegas Parlamentares devem ter visto a manchete do jornal **O Globo** dizendo que havíamos provocado um rombo de 1,5 bilhão no SUS. A desinformação e a má vontade são tão grandes com a Comissão de Orçamento que desmerecem a classe política e o Congresso. Há absoluta má vontade com relação à Comissão de Orçamento. E, quanto mais transparente se quer ser, parece que menos transparência querem ver.

O relatório preliminar do Relator não assegurou nenhuma modificação que pudesse decrescer os volumes de recursos da área de saúde, do trabalho infantil e também de educação. A área de educação não constou no relatório preliminar, mas era compromisso.

Para se ter idéia da desinformação e da má vontade, além de preservar todos os recursos do SUS, acrescemos 380 milhões e indicamos ao Governo mais 1,5 bilhão, para melhorar as desigualdades regionais. Chamo a atenção de V. Exas., porque essa é de fato a realidade dos números que estão no relatório. Saneamento básico: 228. Total: 630.

Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário: 181. Irrigação e drenagem: 228. Proteção agropecuária: 24. Total: 333.

Programa Morar Melhor. Nós buscamos, na área de habitação, tanto nesta página 15, como na página 17, 286 milhões, mais 189.

Depois, Infra-Estrutura Urbana: 260, porque aumentou muito a demanda. Defesa Civil também.

No final, fizemos algumas sugestões, para ver se podemos aperfeiçoar o papel desta Comissão.

Chamo a atenção dos colegas Parlamentares. No começo, eu já havia dito que não entendo da peça orçamentária. Não tenho familiaridade com a área. Vim para esta Comissão pela primeira vez e para ser o Relator do Orçamento. Foi a melhor experiência que

já tive na minha vida, primeiro por conhecer 513 Deputados, Senadores, Governadores e a realidade do Brasil. Foi uma experiência rica, mas absolutamente difícil, complicada.

É importante que a Casa tenha o cuidado, todos nós, Parlamentares, de conhecer melhor, quase obrigar-se a conhecer melhor a peça orçamentária. A responsabilidade é nossa. Não há vontade do Executivo de que tenhamos o real conhecimento da peça. Assim sendo, cabe a nós a responsabilidade. Temos obrigação de estar acompanhando as contas, para não acontecer aquilo que ocorreu no início. Enquanto zelávamos pelo Orçamento, a voz corrente era a seguinte: Mas, Deputado, o senhor, como Relator, está querendo fazer uma peça perfeita, quando a execução do Orçamento é um conto de fadas, uma fantasia. Não existe execução orçamentária. O senhor quer fazer uma peça perfeita, e o Governo fala abertamente que corta do jeito que quiser essa peça.

Essas coisas realmente precisam mudar e mudar profundamente. Isso depende de nós, exclusivamente de nós, até para que o Governo pare de ousar dizer que há barganha na hora das votações. Isso é uma coisa que cabe a nós fazer.

Acompanhamento da execução orçamentária. O Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, juntamente com os colegas desta Comissão, tem-se proposto a fazer um acompanhamento da execução orçamentária.

É absolutamente importante, também, redefinir limites para a apresentação das emendas coletivas. Precisamos desses limites.

Quero também deixar claro aos companheiros que nada aqui é mais forte e mais legítimo do que as emendas apresentadas nesta Casa, tanto as de bancada, com a participação de três quartos, como as indicações, porque são, na maioria das vezes, muito mais legítimas do que aquelas que vêm do Executivo, pois são apresentadas por conhecedores das necessidades das regiões.

Na maioria das vezes, fica a impressão de que o Parlamentar quer inchar, modificar ou criar receitas para satisfazer o desejo próprio, como se isso fosse desejo de cada Parlamentar. É, sim, o desejo de atender às necessidades do País. Todas as emendas aqui propostas, os 4,8 bilhões, com exceção daquelas que têm irregularidades no TCU — há uma comissão constituída para observá-las, e as emendas que estiverem irregulares serão cortadas —, são de absoluta veracidade e necessidade. São emendas para dar de beber ao povo nordestino, outras para pavimentação de estradas — fala-se em globalização e comunicação, mas não há nem estradas para isso, e o custo Brasil no nível em que está.

Estímulo à especialização dos Parlamentares aqui nesta Comissão. Integração do processo legislativo com o processo orçamentário. Necessidade de votação prévia da moldura fiscal, com limites fixos por Ministério. Discussão prévia do nível de receitas, para não ficar essa "caixa preta".

Agora mesmo, perguntaram: "Sr. Relator, de onde o senhor vai tirar dinheiro para o aumento do salário mínimo?" Ora, gente, eu diria que isso é, no mínimo, infantilidade, para não dizer que é cretinice falar para o Relator tirar dinheiro. Se daquele que faz corretamente, com transparência, diz-se que está buscando receitas e forjando números, como então poderá pegar 8 ou 7 bilhões para alguma coisa? O Orçamento já veio com a previsão de um salário mínimo de 145 reais. Nossa função é preservar, não é criar. Não há como fazer isso.

Acompanhamento e fiscalização das obras que receberam recursos orçamentários. É óbvio que nós temos também o dever de acompanhar as obras e ver a situação, para dar credibilidade a esta peça orçamentária.

Finalmente, eu gostaria muito de dizer a todos os companheiros e colegas que, no relatório final, em seus dois volumes, passei todos os recursos, exatamente todos os recursos. Neste momento, o Relator tem 13 milhões, ou seja, não temos mais recursos. Sabemos que a Comissão proporá destaques, e cabe a nós encontrar uma forma de atender a esses destaques, o que poderá ser feito com remanejamentos dentro do Orçamento, cortes ou mesmo a busca de novos recursos. Cabe à Comissão e ao Relator acatar.

Quero dizer também da minha alegria de ter contado, mesmo não estando terminada ainda a peça orçamentária, com a participação, a ajuda e a solidariedade de todos os companheiros.

Agradeço aos Líderes de cada bancada da Comissão de Orçamento e aos demais Líderes de todo o Congresso.

Agradeço ao Líder do Governo, Deputado Alberto Goldman, o apoio e a participação de forma muito clara e democrática. Ajudou muito.

Finalmente, quero dizer aos companheiros que pouca coisa deverá ser feita em termos de destaques, uma vez que, insisto em dizer, todos os Estados tiveram o aumento médio de investimentos de 52%.

O Presidente está me informando que teve início a votação no plenário. Para concluir esta primeira

parte do relatório, se os Srs. Parlamentares desejarem, terei o máximo prazer em lê-lo na íntegra. Se dispensada a leitura, passaremos à discussão.

Deixo aqui meus profundos e sinceros agradecimentos pelo apoio que tive de todos até este ponto do relatório, em especial à brilhante e competente comissão de assessoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu gostaria de afirmar nesta Comissão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, que saíram algumas notas na imprensa que não têm nenhuma validade. "Orçamento sem seriedade". Nós acompanhamos o trabalho do Relator e vimos a seriedade empregada nos trabalhos desta Comissão. Um trabalho árduo e profícuo foi realizado para o bem do Brasil. Eu gostaria de, em meu nome e no de alguns membros da Comissão, deixar uma nota de louvor ao Sr. Relator, pelo belo trabalho que realizou. Não se preocupe, essas coisas acontecem. Mas são divulgadas também notas como esta: "Orçamento prevê mais verbas para a área social". Acontecem essas coisas também. "Investimento cresce 71%". Isso é bom para o País.

Meu Relator, Sr. Presidente, meus parabéns. Meus parabéns também aos membros desta Comissão, que foram incansáveis em seus trabalhos, procurando ajudar na confecção do Orçamento da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Eu gostaria de comunicar aos membros desta Comissão que está iniciando-se a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. O Presidente da Câmara já solicitou a suspensão dos trabalhos em todas as Comissões, e isso é norma regimental. Vamos suspender esta reunião temporariamente e retornaremos a este plenário em aproximadamente trinta minutos, até para fazer uma análise do prosseguimento da sessão na Câmara dos Deputados. Amanhã, com certeza, a reunião terá início às 10h. É nosso desejo, do Presidente da Comissão e do conjunto dos Líderes que se reuniram hoje à tarde começar o debate sobre o Orçamento esta noite.

Suspenderei temporariamente a reunião por trinta minutos.

**O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Já vou conceder, só um minutinho.

O nosso desejo é fazer o debate, porque a melhor resposta que podemos dar à imprensa e à sociedade brasileira é aprovar este Orçamento com profundo debate, em que cada um terá o direito de manifestar sua opinião sobre o conteúdo do relatório. Fazer o debate do relatório, votá-lo, apresentar destaques, aprovar o Orçamento, encaminhá-lo ao Executivo e cobrar a sua execução. Nosso desejo é retornar a este plenário após a votação em curso.

Tem a palavra o Deputado Coriolano Sales.

**O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** – Sr. Presidente, a discussão está praticamente aberta. Em conseqüência, está aberto também o prazo para apresentação de destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não.

**O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** – Ainda não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não. O prazo para os destaques abre no momento do debate. Há Deputados inscritos, mas não se iniciou o processo de debate. Portanto não há, até agora, abertura de prazo para apresentação de emendas. Quando retomarmos, vamos abrir o prazo para apresentação de emendas.

Está suspensa a reunião por trinta minutos.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Está reaberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação do relatório final apresentado ao projeto de lei orçamentária para o ano 2000.

Devido ao encerramento da Ordem do Dia, estamos reabrindo a reunião cinco minutos antes do prazo estipulado — de trinta minutos —, para agilizar as atividades desta Comissão.

Quero lembrar aos Srs. Deputados e Senadores que vamos iniciar a discussão do relatório e levá-la a cabo ainda esta noite. Após a discussão, vamos abrir prazo para apresentação de destaques. Votaremos hoje o relatório, ressalvando os destaques, que serão apreciados amanhã a partir das 10h.

Encontra-se como primeiro inscrito para discussão o Deputado Gilmar Machado.

Vou repetir com toda clareza. Vamos iniciar a discussão, e assim estará aberto o prazo para apresentação dos destaques. Vamos discutir e terminar

todo o processo de discussão — as inscrições já se encontram abertas na mesa —, e ainda hoje votaremos o relatório, ressalvando os destaques que serão apresentados ainda hoje — e amanhã, a partir das 10h, estaremos discutindo também a sua aprovação.

Resguardo o direito do Deputado Gilmar Machado e passo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

Encontra-se aberto o prazo para apresentação de destaques.

Informo aos Deputados e Senadores que o prazo máximo de tolerância será de cinco minutos. Gostaríamos, dentro do possível, que cada Deputado utilizasse três minutos para discussão e apresentação de propostas. Mas será tolerado por esta Mesa o prazo máximo de cinco minutos.

Peço silêncio, porque não é possível discutir com barulho. Solicito aos nossos convidados que façam silêncio. A partir deste momento, o trabalho deve ter um rendimento mais especial.

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente Jovair Arantes, Sr. Relator Carlos Melles, gostaria de dizer que é uma satisfação para este Parlamentar discutir o relatório geral do Orçamento da União. Completo dez anos nesta Comissão, e a cada ano sentimos mais prazer e mais alegria em discutir um relatório geral — em que pese sabermos que hoje, dia 21 de março de 2000, o Governo está trabalhando com o duodécimo; e não é culpa da Comissão, mas do Executivo. Primeiro, porque manda no último dia o seu projeto. Um projeto inexeqüível, sobre o qual a Comissão tem de trabalhar — e trabalha com a ajuda de membros já decanos — e elaborar um relatório e também normas internas, para que todos participem.

Lembramos que durante muitos anos, nesta Comissão, o Relator-Geral se trancava numa sala e só ele decidia. Hoje, criamos Relatores-Setoriais, que discutem com os técnicos desta Comissão. A Comissão trabalha com transparência, e o Relator-Geral acompanha **pari passu** o que se discute e quando, afinal, apreciamos o seu relatório, temos apenas de parabenizar a ele e à Comissão.

Agora, os Líderes governistas poderiam pedir que este Governo tivesse juízo e, durante o exercício, liberasse, de acordo com as possibilidades orçamentária fiscais da União, os recursos aprovados por esta Comissão. Os Parlamentares destinaram um milhão e meio para os seus Municípios, criam uma expectativa para os seus Prefeitos e, lamentavelmente, esses recursos não chegam na ponta. Não apenas os dos Parlamentares de Oposição, mas de todos. O mesmo acontece com as emendas de bancadas que apresentamos — bancadas estaduais, regionais, nacionais. E obras importantes ficam paralisadas porque os recursos são contingenciados.

Dentro do prazo, Sr. Presidente, quero dizer da minha satisfação de poder discutir com os Relatores-Setoriais. Todos trabalharam em harmonia, em parceria, para termos um bom relatório, um relatório exeqüível; e vemos a apresentação sucinta, sistematizada do Relator-Geral.

Rendo minhas homenagens a todos os que trabalharam, principalmente aos técnicos da Comissão, à Sra. Mirna, que interrompeu suas férias para vir dar-nos assistência. Quero fazer um último apelo: que os destaques sejam apresentados e, na hora da apresentação desse relatório, respeitados. Quem sabe, depois, na sala dos milagres, possamos conseguir mais alguma coisa para o Estado de Pernambuco?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Deputado Aroldo Cedraz. (Pausa.) Também asseguro a palavra a S. Exa., porque ainda está dentro do tempo.

Com a palavra o Deputado João Coser. Depois, o Deputado Paes Landim. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tempo é muito curto. Quero pontuar algumas questões. Posteriormente, na fase dos destaques de requerimentos que serão apresentados, talvez tenhamos maior tempo para discutir os problemas.

Há uma questão básica no Orçamento para 2000: o problema do ajuste fiscal, do superávit primário. O Relator se esmera em dizer que cumpriu a meta do superávit fiscal, que cumpriu todas as metas. Abordo uma questão central: por que o Congresso não debate a meta do superávit fiscal, do superávit primário? Essa discussão poderia ser feita em alto nível? Sim, com argumentos, e não apenas criticando a postura do Governo ou da Oposição.

Qual a essência do Plano de Estabilização Fiscal? Manter equilibrada a relação dívida pública/PIB. Essa é a essência do acordo com o FMI. Previa-se para o ano de 1999 uma relação dívida pública/PIB em torno de 52%. Com o ajuste que se fez, aliado com o crescimento da economia, até mesmo com a inflação que houve no ano passado e a desvalorização da moeda, segundo o Banco Central, a relação dívida pública/PIB baixou para 46,6%. Cumprimos a meta

que seria cumprida no ano de 2001. Ora, se já cumprimos a meta estabelecida com o FMI para daqui a dois anos, por que não diminuir o sacrifício imposto aos investimentos e aos gastos sociais exigidos por esse superávit de 29 bilhões? Esta é a questão central.

Se tivéssemos a ousadia de fazer esse debate, poderíamos elaborar um orçamento que não nos submetesse ao vexame das críticas feitas pelo Executivo. Qual a contradição básica do Orçamento deste ano? É que há uma grande e justa pressão dos Parlamentares por investimentos, por gastos sociais, e há uma restrição imposta pelo ajuste, o que torna insustentável essa pressão por aumento de gastos.

Baseio-me, nobre Relator, na seguinte questão: não se pode servir a dois senhores, como diz a Bíblia. Se se serve ao ajuste fiscal, vai haver um corte brutal nos investimentos e nos gastos sociais, porque o ajuste, no ano passado, foi feito principalmente a custo de receitas extraordinárias: 14 bilhões, dos 20 bilhões, foram de receitas extraordinárias. Evidentemente, o próprio Governo se preocupa com o Orçamento de 2000, porque ele queria fazer o ajuste com as receitas que V. Exa. corretamente utilizou, que era justamente o excesso de arrecadação que viria de um desnível entre a inflação de 1999 e o efetivamente realizado em 2000. Então, vamos viver o ano de 2000 com uma brutal restrição de gastos, mantido o superávit primário. E nos omitimos nesse debate.

Falarei sobre algumas questões pontuais, Sr. Relator. Apresentei uma questão de ordem — posteriormente, ela será encaminhada como forma de requerimento —, tratando dos recursos da Fonte 154. Baseio-me na decisão da Comissão, do ano passado. Está vedada a utilização da Fonte 154, que são os recursos para a Previdência cobrados a partir da folha de salário pelo empregado e pelo empregador, para outras despesas que não sejam os benefícios da Previdência. No ano passado, nós achamos correto. E quando digo "nós" refiro-me à Comissão e ao próprio Governo. Em relação à arrecadação da fonte — chamo a atenção dos colegas para esse problema —, o Governo arrecada 52 bilhões. Tem como gasto da Previdência 60 bilhões, mas coloca como recurso da Fonte 154 apenas 42 bilhões. Ora, se ele já vai gastar 60 bilhões, e são despesas que ele não pode subtrair, por que não manter integralmente a Fonte 154? mantê-la?

Nobres Deputados, a Comissão, no ano passado, já defendeu essa questão, e o Governo a cumpriu. Vamos tirar da Previdência, que é deficitária, 10 bilhões de reais e descumprir a Constituição? Isso é inadmissível.

Sr. Presidente, tenho vários outros problemas a tratar, mas não vou fazê-lo agora, porque V. Exa. já me alertou sobre o tempo. Quero apenas cobrar uma explicação do Relator. Não consegui ainda estudar com atenção o seu relatório. Concordo com S. Exa. quanto aos princípios adotados para a reavaliação de receitas. E fico indignado, como o Relator, pela forma como está sendo tratado o seu relatório. Mas queria uma explicação: por que foram destinados 4 milhões de reais no Orçamento para a comunicação social da Presidência da República? S. Exa., inicialmente cortou essa verba, reduzindo-a para 3 milhões, e posteriormente aumentou mais 25 milhões? Ora, estou fazendo um destaque, tirando esses 25 milhões da Presidência, transferindo para as universidades. Espero contar com o apoio de V. Exas.

A Presidência da República já tem sob seu controle todas as verbas das estatais. É um escândalo o que sai de propaganda oficial nas televisões. É um escândalo! E vamos reforçar essa propaganda do Governo Federal? Não! A Casa não pode admitir isso. Historicamente, a Casa, todos os anos, cortou 30% da verba de propaganda oficial. Eles já mandavam essa verba aumentada, porque sabiam que a cortaríamos. É inaceitável ampliar a verba da Presidência.

Sigo o apelo do Presidente e encerro a minha intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Peço a atenção da Plenário. Estamos discutindo matéria importante. O Relator tem de anotar as preocupações dos Srs. Deputados. Portanto, peço que façam silêncio — e sei da correria para fazer destaque —, porque não é possível darmos andamento aos trabalhos dessa maneira. Comunico aos nobres Deputados que há um rigor em relação ao tempo. V. Exas. disporão de três a cinco minutos de tolerância.

Concedo a palavra ao Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, serei breve. Caro amigo e colega, eminente Relator, Deputado Carlos Melles, acompanhei com atenção a brilhante exposição de V. Exa. Durante essa fase de trabalhos intensos à frente da Relatoria, V. Exa. pôde demonstrar competência, seriedade e lealdade aos seus princípios e também aos ditames maiores desta Casa, honrando-nos com esse difícil trabalho que teve de realizar nos últimos dias. Eu, representante da Bahia, e o colega partícipe do PFL participamos inúmeras vezes de várias discussões sobre as questões maiores do nosso Orçamento, par-

ticularmente em relação à questão do SUS, o que motivou, no ano passado, uma verdadeira tomada de posição desta Comissão, de todos os partidos, de todos os companheiros, de todas as bancadas e de todos os Estados brasileiros, para que nós, de uma vez por todas, conseguíssemos eliminar as brutais desigualdades regionais, sobretudo na área da saúde, onde verificamos que os cidadãos de alguns Estados valiam três vezes mais que os de outros.

Essas injustiças, Sr. Presidente e Sr. Relator, como V. Exas. têm conhecimento, atingiram 21 Estados brasileiros. E o acordo firmado com a Liderança do Governo nesta Casa, com os membros do Executivo e com o Ministério do Orçamento e Gestão, já desde o ano passado, estabelecia que deveríamos propor uma nova redação à Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano. E que, a partir deste ano, não teríamos mais, no Orçamento da União, consignada essa brutal desigualdade verificada até então. E qual foi a nossa surpresa? O Governo ficou com a responsabilidade de trazer a esta Comissão, a esta Casa, e conseqüentemente à Relatoria-Setorial...

Quero também fazer justiça ao Deputado Pedro Henry, que não pôde, de uma vez por todas, no relatório setorial, cumprir essa missão, porque o Governo não lhe deu essa margem. Tampouco o Relator-Geral poderia conceder esse poder ao Relator-Setorial, pelas limitações que conhecemos, de ordem orçamentária e também financeira.

Sr. Presidente, quero dizer, neste momento, que a solução encontrada pelos Parlamentares, pelo Poder Legislativo, foi fazer com que o Executivo pudesse estar numa posição absolutamente cômoda, não cumprindo o que havia acertado nesta Casa — é público e notório — com todos nós, deixando o Poder Legislativo contra a parede. Mas temos, sim, essa responsabilidade do mandato, do voto, e não vamos permitir, conforme prometemos a todos, que este Orçamento seja votado sem corrigirmos de uma vez por todas essas desigualdades.

Mais uma vez, graças à iniciativa dos Parlamentares é que estamos apresentando outra solução e não aquela que consta do relatório do eminente Deputado Carlos Melles, porque ela é uma forma simples, autorizativa, não-determinativa, e não dá segurança a nenhum desses 21 Estados que estão prejudicados, no sentido de corrigir essa brutal defasagem.

Então, quero submeter à consideração de V. Exa. os termos das modificações que proponho ao **caput** do art. 6º, com a seguinte redação:

Art. 6º – Desde que publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 77 da Lei nº 9.811, de 1999, e abertos, previamente, na forma do art. 7º, os créditos necessários ao atendimento no disposto ao art. 48 da Lei nº 9.811, de 1999:

**a.** É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares.

**b.** Transforme-se a alínea "g" do art. 6º em novo artigo, sugerindo que o mesmo, que passará a ser o art. 7º, com a remuneração dos demais, tenha a seguinte redação:

Art. 7º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite e nas programações estabelecidas no Quadro nº 4, em anexo, que integra esta lei, mediante a utilização de recursos provenientes:

I. Da reserva de contingência;

II. de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadas pelo Fundo Nacional de Saúde ou de Receitas do Tesouro Nacional ;

III. de operações de crédito de que trata o inciso IV, alínea "c", mesmo que contratadas em outro exercício.

Sr. Presidente, Sr. Relator, o nosso entendimento, na discussão que travamos com os Parlamentares e até mesmo com representantes do Poder Executivo — particularmente aqueles que aqui têm representado o Ministério da Saúde — é no sentido de que esta seria uma saída que, inclusive, ajudaria o Governo a corrigir previamente o rombo já verificado por todos nós desta Comissão, pelo Sr. Relator, que veio na proposta indevida do Executivo para este Poder.

Por último, Sr. Relator, eu, que sou Parlamentar do Nordeste, que nasci no âmago da caatinga brasileira, não posso aceitar que este Poder, que esta Comissão e que os Parlamentares do meu Estado e do Nordeste consigam, na sua proposta e no seu relatório, uma omissão indevida. Por isso, peço a V. Exa. que, na área dos recursos hídricos, até mesmo dentro dos critérios regimentais, possa corrigir essa omissão, porque não temos um centavo sequer para programas do semi-árido, para programas difusos do semi-árido do Estado da Bahia.

Então, faço esta solicitação a V. Exa. E, neste sentido, também estou apresentando destaque a V. Exa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado Aroldo Cedraz, V. Exa. poderia encaminhar por escrito a sua solicitação, a sua sugestão, para que possa ser analisada pelo Relator e pela Mesa?

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Quero fazer uma justificativa, Sr. Presidente. Essa omissão veio na proposta do Executivo. Não é falha do Relator-Setorial nem do Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Está bem. Deputado João Coser. Quero, mais uma vez, solicitar ...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Pela ordem, Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, quero um esclarecimento da Mesa, a partir da questão que V. Exa. levantou agora, sobre a mudança em relação à saúde. Essa sugestão teria de ser apresentada sob a forma de destaque ou de requerimento?

Segunda questão: sou um dos membros, junto com o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, da Comissão que fez o relatório do TCU para o Relator-Geral. Então, é o Relator-Geral — que acatou as nossas sugestões — responsável pelo relatório. Vários Deputados estão me questionando sobre a inclusão ou a possibilidade de exclusão de obras que estão naquele relatório. Pergunto a V. Exa.: isso será feito através de destaque ou de requerimento, e será discutida de **per si** cada uma dessas obras?

Então, são duas questões para esclarecimento, que encaminho a V. Exa. A primeira diz respeito ao relatório do TCU, para retirar do anexo obras com indícios de graves irregularidades, e que os Parlamentares querem trazer esclarecimentos. Isso deve ser feito por requerimento ou por destaque? E a inclusão da emenda do Deputado Aroldo Cedraz deve ser feita por destaque? Queria essas informações de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – São dois fatos. A questão proposta pelo Deputado Aroldo Cedraz, só através de acordo de Lideranças. E, no caso que V. Exa. se referiu, num segundo momento, é no destaque de supressão, por causa das obras do Quadro nº 3, item 5.3 do formulário de destaque. V. Exa. apresentaria uma supressão.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Não, eu não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Quem quiser fazer a supressão do quadro poderá fazê-lo através do item 5.3, nesse formulário de destaque.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Cancelamento de dotação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Não, item 5.3, Deputado, no verso: "Supressão de elementos do texto da lei ou da receita constante do substitutivo". Destaque supressivo é o termo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Seria outro a indicar. Seria no anexo, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – É. Quadro nº 3, está bem?

Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a V. Exa. pela confiança e pelo convite que nos fez para participarmos do Comitê, junto com os Deputados Santos Filho, Waldemir Moka e Iberê Ferreira. Para nós, com certeza, foi honroso participar com V. Exa. desse processo.

Em seguida, gostaria de fazer uma crítica lamentável ao comportamento do Governo e ao que saiu publicado na imprensa, hoje, sobre uma análise do Governo, em função do nosso trabalho no Congresso Nacional.

A Comissão Mista de Orçamento, através da pessoa de V. Exa., tem sido extremamente rigorosa na alocação de recursos e nas análises de receitas, para tentar aumentar os investimentos neste País. É duro um país que arrecada 360 bilhões ter como perspectiva de investimento 7 bilhões. Lamentavelmente, quando V. Exa., junto com a Comissão e o Congresso, eleva esse valor para 11,6 bilhões, ainda existe gente que critica isso.

A capacidade de investimento, no Brasil, com os aumentos conseguidos pela nova avaliação da receita, chega apenas a 3,3% do total arrecadado neste País. Infelizmente, é muito pouco. O País deveria investir no mínimo 10% do que arrecada, para conseguirmos uma qualidade de vida melhor para a população nas áreas de saúde, educação, assistência, segurança e saneamento básico. Esta é a primeira crítica que gostaríamos de fazer.

Junto a isso, também participando desse processo, quero fazer as minhas críticas. O Governo, lamentavelmente, exige deste Congresso a determinação de 2,6% do Orçamento para superávit primário; portanto, quase que o total do investimento. Estamos

com mais de 28 bilhões — 29 bilhões, agora — para a reserva do que vamos pagar, infelizmente, de juros. Do que vamos arrecadar, poderemos gastar, mas teremos de deixar reservados 29 bilhões.

Isso é lamentável, porque não fazemos um Orçamento em função das necessidades do País, mas em função das exigências do Fundo Monetário Internacional e do acordo internacional que o Brasil assinou.

Gostaria de dizer que foi positiva a estimativa das receitas, feita por V. Exa., porque, no ano passado, o Governo fez como crédito 14 bilhões, no final do ano. Se o Governo fez 14 bilhões de crédito suplementar e o Orçamento foi mandado para cá em agosto, com certeza, ele ainda não tinha a avaliação da sua arrecadação. E o erro, Sr. Relator, com certeza, será mais do que 5 bilhões, como foi feita a correção por V. Exa.

Disse muito bem o Deputado Sérgio Miranda: na prática, o Executivo queria que o Congresso não corrigisse, para ficar com uma reserva de 14 ou 15 bilhões, para fazer os seus créditos especiais, suplementares e, mais do que isso, para pagar os juros da dívida.

Quero também, Sr. Presidente, fazer mais uma constatação: o Governo não mandou a correção do SUS, e o Congresso está tendo de fazer uma correção de 1 bilhão e 580 milhões.

Gostaria de associar-me ao Deputado Aroldo Cedraz, em relação à proposta. Acredito que o relatório pode ser mais definitivo, mais duro, exigindo que o Governo, na primeira arrecadação, determine de fato o gasto com o SUS. Isso é fundamental. Quero também cobrar de V. Exa., para o SUS, o mesmo tratamento dado ao superávit na questão da educação, corrigindo especificamente os recursos que ainda são necessários para cumprirmos a legislação, na questão da educação. Aumentar a média do SUS foi uma determinação do conjunto desta Comissão. Portanto, temos a obrigação de fazer isso.

Outra constatação: se é verdade que cada Estado tem um pouco mais de recurso, isso foi fruto do Congresso Nacional, porque no Estado do Espírito Santo o Executivo mandou apenas 59 milhões de investimentos. E o trabalho da bancada está elevando esses recursos para 231 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Mais uma vez, terei de pedir ao Plenário que colabore com os Deputados. Estamos tendo dificuldades. O Deputado está tendo de gritar no microfone para ser ouvido pela Mesa e pelos colegas. Então, peço mais uma vez a compreensão e a ajuda do Plenário, para realização do nosso trabalho. Continua com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, vou concluir. Com certeza, estamos colhendo o fruto do trabalho feito no Congresso Nacional. Gostaria de lamentar que o Executivo já avisa, através do Ministro Martus Tavares, que tem desejo de contingenciar o Orçamento, porque, na prática, a notícia do jornal de hoje é um recado para o Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, é um desrespeito para com esta Casa, que precisa cada vez mais fazer um orçamento de caráter obrigatório e não apenas autorizativo. Sabemos que o Executivo pode contingenciar, pode liberar parte, e pode nem mesmo liberar. Ele não precisa de mandar recado ao Congresso; precisa, sim, de garantir a execução orçamentária. Precisamos dos 11 bilhões de investimentos para gerar emprego e melhorar a condição de vida do povo brasileiro.

Esta é a nossa avaliação, Sr. Presidente, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim. S. Exa. tem a palavra por três minutos — no máximo, por cinco minutos. Mais uma vez, peço silêncio ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, Sr. Relator, na proposta do Governo, duas obras do Piauí vieram com os maiores recursos: a BR-020, que é feita pelo Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, com 4 milhões e meio; e o açude Genipapo, o maior do Estado, com 3 milhões. Também foram as duas obras com maiores recursos previstos no PPA.

Queria que o Relator me ouvisse, porque isso é importante. (Pausa.) Quero falar com o Relator. (Pausa.) Sr. Relator, duas obras vieram com os maiores recursos no Orçamento, na proposta do Governo: a BR-020, com 4 milhões e meio; e o Açude Genipapo, com 3 milhões. Ambas previstas no PPA, com recursos da ordem de 50 milhões para o Açude Genipapo e 50 milhões para a BR-020, no trecho do Piauí. A BR-020 é construída pelo Exército. Ela atravessa dois parques nacionais, em meu Estado, e liga Formosa/Fortaleza/ Brasília, única meta rodoviária não cumprida de Juscelino Kubitschek. E o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se, pessoalmente, em São Raimundo Nonato, quando lá esteve, a concluir esse grande sonho de Kubitschek, chamado Estrada Nacional, que corta,

Brasília, Goiás, Bahia, Piauí e Ceará — uma estrada do sertão.

Infelizmente, nos recursos alocados por V. Exa. — e fez muito bem com as demais emendas —, o nobre colega aumentou substancialmente todas as demais emendas de bancada, mesmo as que não vieram, não tinham previsão orçamentária de estar no PPA, e deixou de lado a minha. Inclusive, cortou recursos da ordem de um milhão e meio para o açude, que já estava previsto na proposta orçamentária.

O apelo que faço ao Relator, portanto, é que, levando em conta o destaque, reavalie essa situação, a fim de que seja dada à obra a devida dimensão — já prevista no PPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado Gilmar Machado, V. Exa. dispõe de três minutos.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Relator, gostaria de abordar o tema "educação". Compreendo que o transporte no Brasil é extremamente importante, mas é difícil para mim, que sou membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e desta Comissão também, ver que estamos tendo um acréscimo no Orçamento de mais de 1 bilhão e 549 milhões para o transporte e de apenas 123 milhões para a educação. No tema "educação", nem o que está colocado com relação ao FUNDEF foi atendido, nobre Relator.

Gostaria de dialogar com V. Exa. Sei do cuidado e do carinho que V. Exa. teve na montagem do Orçamento. Mas no que diz respeito à área da educação, nós nos sentimos prejudicados. Só para complementar, para o FUNDEF havia necessidade de 138 milhões, e não consta aqui; vai ficar para o crédito suplementar. Então, por que para tudo está sendo colocado no Orçamento e para isso, não; nem para cumprir a lei do FUNDEF? Se eu fosse trabalhar o FUNDEF como a lei estabelece, daria mais de 138 milhões. Mas nem vou entrar nesse debate. Vou entrar no debate do decreto do Presidente, do dia 31 de dezembro. Então, precisaria de 138 milhões para acrescer no FUNDEF.

Nas universidades, foi feita a solicitação, Sr. Relator, de uma emenda de 166 milhões, sendo 151 milhões para as universidades e 15 milhões para o PET. Foi atendida em 30. Ano passado, foi atendida em 85 milhões. Para este ano, tivemos uma redução drástica daquilo que foi atendido — nem estou discutindo o que foi solicitado.

Quero, então, fazer um apelo a V. Exa., a fim de que possamos trabalhar melhor, no sentido de que encontre uma fórmula para que possamos garantir um pouquinho mais de recursos para as universidades, atender mais às solicitações das universidades, porque do contrário não conseguiremos desenvolver este País. Hoje, um dos grandes problemas que enfrentamos no Brasil é a educação. Tivemos agora — e eu sou membro da Comissão Mista destinada ao exame da medida provisória sobre a questão do FIES — está tentando atender ao estudante de escola particular, porque temos uma crise no ensino público. Há necessidade de melhoria no ensino público.

É um apelo que faço a V. Exa., como membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que fez uma emenda, independentemente de partido. Foi uma emenda de toda a Comissão. Não houve ninguém contrário a ela. Pedíamos atendimento à emenda referente às universidades e, ao mesmo tempo, à questão do FUNDEF.

Nem vou entrar em outras áreas, como gostaria, porque o meu tempo já está encerrado. Este é o apelo que faço, como educador e como membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Nem ao FUNDEF conseguimos atender.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros. (Pausa.) Ausente S. Exa. Com a palavra o Deputado Domiciano Cabral. (Pausa.) Solicito que seja dada passagem ao Deputado Domiciano Cabral, que vai falar com o Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL** – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade. Gostaria de falar ao Relator sobre um recurso da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, que foi destinado para o PAS/BIRD(?), uma vez que o PAS/BIRD(?) ainda não está apto a receber esse recurso. Portanto, o Ministério já entrou em entendimento com o Relator, já fez um ofício. Pediria que esse recurso fosse transferido para o Prosanear(?). Esse programa, realmente, está apto a receber esse recurso. É apenas uma transferência de recursos, dentro do próprio Ministério e dentro do mesmo programa — do nosso bairro, pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Portanto, o apelo que faço ao Sr. Relator é no sentido de que S. Exa. acate o pedido do Ministro, para que, realmente, o recurso não fique perdido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado Ricardo Barros, V. Exa. tem três minutos.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, é uma satisfação podermos chegar ao fim deste trabalho. Com atraso — já esta-

mos no mês de março —, mas todos conscientes de que fizemos o melhor nesta Comissão, que procurou refletir os anseios de cada região aqui representada por seus Parlamentares.

Gostaríamos de poder contar, Sr. Relator, com esse ajuste final que será feito a partir desses destaques.

Quero apenas agradecer a oportunidade que tivemos, juntamente com o Deputado Alberto Goldman, de colaborar com os trabalhos desta Comissão, de elogiar, na pessoa de V. Exa., Sr. Relator, toda a equipe de companheiros da Comissão e também os Parlamentares que coordenaram com V. Exa. alguns trabalhos, os que foram Relatores-Setoriais, os que lideraram suas bancadas, buscando sempre, por meio de acordo, elaborar um relatorio que pudesse expressar efetivamente a solução dos problemas levantados.

Gostaria também de registrar que a matéria publicada no **O Estado de S.Paulo** não reflete o trabalho que fizemos. É uma análise inadequada, talvez por alguém que não entenda a dificuldade que temos em viabilizar as soluções tecnicamente corretas e politicamente adequadas para os pleitos levantados, não só para atendimento dos anseios dos Parlamentares, das bancadas e dos Governadores que o procuraram, Sr. Relator, mas também e principalmente para transmitir à sociedade que realizamos um trabalho sério.

A matéria "Orçamento sem Seriedade" efetivamente não confirma nem reflete o trabalho que fizemos. Sei das limitações que se impuseram aos Srs. Relatores-Setoriais e ao Sr. Relator-Geral, justamente por não quererem fazer um Orçamento sem seriedade.

Eram essas as minhas palavras. Deixo aqui registrado nosso cumprimento ao Relator-Geral e aos membros da Comissão, sem deixar de observar que apresentamos alguns destaques das emendas de bancada do Paraná, que gostaríamos de discutir oportunamente com o companheiro Carlos Melles e com os demais.

Aproveito a oportunidade para fazer um elogio à postura do Deputado Renato Vianna, que acompanhou todo o trabalho desta Comissão e que certamente, no PPA, poderá refletir com mais tranqüilidade e até com certa dose de segurança as previsões que fará para a execução orçamentária dos quatro anos, em função de tudo o que ouviu e sentiu em nossos debates.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Mais uma vez, teremos de pedir silêncio ao Plenário.

Deputado Giovanni Queiroz, tem V. Exa. a palavra, de três a cinco minutos.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que, em três ou cinco minutos, não dá para fazermos a análise do Orçamento. Vou ser bem objetivo, claro e até ag essivo, como sempre, no meu estilo, para analisar este Orçamento.

Primeiro, quero sugerir ao Ministro Martus Tavares, que afirmou não existir seriedade nesta Comissão, que olhe no espelho, escreva, amplie bem essa expressão "falta de seriedade" e a emplaque na cara do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que agiu sem seriedade, de forma irresponsável e leviana, ao enviar um Orçamento sem nenhum critério, para esta Casa poder depois consertar. Não podem debitar-nos falta de seriedade depois de tanto trabalho, buscando critérios para corrigir as distorções agressivas, grotescas e irresponsáveis do Governo Federal, que tem feito, com seus técnicos, uma proposta orçamentária que envergonha a Nação brasileira, aniquila o direito de o cidadão viver e engessa o próprio Governo. O Governo se permite engessar pelo FMI, quando propõe um superávit primário de 2,6%, o que significa quase 30 bilhões de reais em reservas para aquele Fundo, deixando de lado a saúde, a educação, as nossas universidades, a pesquisa e os investimentos tão necessários para alavancar o desenvolvimento deste País.

Portanto, Sr. Relator-Geral, somo-me à indignação de V. Exa., que não aceitou as palavras do Ministro Martus Tavares, que não deveriam ser ditas a uma Comissão que tanto tem trabalhado. Embora discordasse muito de seu relatório, vi em V. Exa. e em todos os Relatores a vontade, pelo menos, de acertar, porque acertar é impossível, Sr. Líder do Governo, com um Orçamento, uma proposta orçamentária indigna — sublinho, indigna —, de um Governo que se propõe a ser minimamente sério.

Não podemos aceitar a alegação de que esta Comissão é leviana e de que falta a ela seriedade. Mas paro aí, na análise que faço dessa conjuntura, em termos de responsabilidade de quem, no Orçamento, longe está de defender minimamente a vontade maior do País e a nossa, de Parlamentares.

Sr. Presidente, somando-me a outros companheiros, passo a fazer uma pequena análise. Quanto ao superávit primário, logicamente, nós, do PDT, por

uma questão partidária, estaremos pedindo votação nominal dessa matéria, porque entendemos que esse engessamento é indevido. Já fizemos isso na LDO. Não aceitamos que haja engessamento.

Acho que o esforço de haver superávit primário deve ser feito, mas não ceifando vidas de brasileiros, inibindo o acesso de jovens à universidade ou impedindo a melhoria da cadeia pública ou das penitenciárias para atender ao aprisionamento dos marginais que estão soltos por não termos uma ação penal melhor. Não aceitamos que se engesse e se retire dinheiro das estradas esburacadas, que precisam ser recuperadas e estão matando milhares de brasileiros por ano. Então, somos contra esse engessamento e vamos pedir verificação de votação nessa matéria.

Com relação ao SUS, o Governo Federal, mais uma vez, irresponsavelmente, mandou essa distorcida proposta ao Congresso Nacional; ou seja, 1,5 bilhão necessários para diminuir essas disparidades. Somamo-nos às bancadas da Bahia, de Minas Gerais, de Roraima e do Tocantins, de todos os Parlamentares. Temos de achar uma saída.

Nesse ponto, Sr. Relator, entendo que a proposta do Deputado Aroldo Cedraz não atende 100% ao nosso pleito, à nossa vontade, mas se aproxima do anseio de todos. Queria que V. Exa. a entendesse como razoável; ou seja, não é o ideal, mas pelo menos se aproxima do esforço do Deputado Aroldo Cedraz em redigir uma proposta substitutiva à de V. Exa., naquilo que já acordamos, que é buscar uma solução. E V. Exa. prontamente entendeu que havia aí uma distorção tão grotesca que não poderia ser admitida. Com a redação do Deputado Aroldo Cedraz, acho que se aproxima, e se negociarmos, com certeza V. Exa. vai acatar.

Sr. Presidente, proponho ainda a redução de 50% nos recursos destinados à fiscalização de concessão de rodovias. Tenho denunciado isso freqüentemente, porque o dinheiro que se está alocando para a fiscalização de concessão de rodovias — fico insistindo nisso o ano todo, mas não se conserta — dá para restaurar, recuperar e manter as rodovias; mas está dando apenas para fiscalizar. Então, é o que estou propondo, e é até mais um recurso, para que V. Exa. possa atender melhor ainda a nós, Parlamentares, tão desejosos de mais recursos para os nossos Estados, para as nossas necessidades fundamentais; inclusive para a universidade brasileira — agora mesmo estiveram falando sobre isso.

Em relação à DRU, também é mais receita. A DRU está desvinculando dinheiro da CPMF — há uma inconstitucionalidade nisso aí — e também da contribuição dos servidores públicos; do INSS, inclusive. Estamos, também, com um destaque para tentar ajudar V. Exa. a corrigir mais essa distorção.

Sr. Presidente, em relação ao FUNDEF, há uma outra ilegalidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Mais uma vez, vou pedir silêncio ao Plenário. Não é possível conduzir os trabalhos desta forma.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, peço a V. Exas. que prestem atenção neste detalhe. Sei que o nobre Relator não tem tanto dinheiro para corrigir tudo. Mas vou dar-lhe, agora mesmo, uma fonte de receita. Logicamente, estou propondo despesa. O FUNDEF, pela lei, teria de ter 471 reais por aluno. A proposta do Governo é de 331 reais. Ora, votamos uma lei proposta e advogada pelo Governo, com restrições de alguns partidos, mas foi votada quase por unanimidade nesta Casa. Então, não podemos permitir que fique só naquilo que o Governo propôs; precisamos acrescer recursos. Serão necessários mais ou menos 400 milhões de reais, se não me engano. É mais uns 400 milhões para corrigir aquele valor que a lei prevê. E aí eu vou para a receita.

Votamos, na semana passada, as contas do Presidente, de 1997. Veio uma crítica do Tribunal de Contas da União, mostrando que a dívida ativa da União, já em 1997, era em torno de 136 bilhões de reais, e que, lamentavelmente, foram arrecadados apenas 2,2 bilhões. Em 1999 essa dívida foi para 192 bilhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Nobre Deputado, peço a V. Exa. que conclua.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Pediram até para eu esperar um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Está bem.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Relator, isso é importante, porque é dinheiro para nós. Em 1999 — sei que a nossa Assessoria está atenta a isso — foram arrecadados aproximadamente 4 bilhões. E a previsão orçamentária era de apenas 98 milhões. Arrecadaram-se 4 bilhões. Em 1997, a previsão era de cinqüenta e poucos, e arrecadaram-se 2,2 bilhões. Em 1999, para 2000, a previsão é de 139 milhões. De todas as projeções de arrecadação real, a de 1997 foi a menor, com 2,2 bilhões; a do ano passado, de 1999, de 4 bilhões. Para o ano de 2000, com certeza, poderá ser de 6 bilhões. Mas vamos manter o

mesmo equilíbrio, porque aumentou a dívida ativa. Se puxássemos as projeções, teríamos dinheiro para socorrer o SUS, para socorrer o FUNDEF. Pelo menos em relação a esses dois. Sr. Presidente, ajude-nos a fazer justiça aos jovens brasileiros, à educação no Brasil e à saúde, para que ela possa sobreviver pelo menos mais um ano, na gestão de V. Exa., como Relator, que foi, no mínimo, democrático, cioso, responsável. Nós também repudiamos a pecha de não termos feito um Orçamento com seriedade. Podemos até não ter atingido o objetivo, mas com seriedade enfrentamos essa dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Obrigado. Quero cumprimentar o Deputado Giovanni Queiroz, que fez sua intervenção dentro do tempo.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

Nobres Parlamentares, se conseguirmos manter silêncio no plenário, o trabalho renderá mais. Tanto é que já estamos bem adiantados. Mais uma vez, solicitamos a colaboração dos companheiros.

Com a palavra a nobre Senadora Marluce Pinto.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, membros desta Comissão, inscrevi-me para defender duas emendas. Até por que no dia da nossa reunião de bancada, aquela reunião individual, havíamos acordado 14 milhões de acréscimo para a Capital do Estado de Roraima, porque nas emendas dos Sub-Relatores a Capital não foi beneficiada. E para minha surpresa, quando saiu o relatório geral, dos 14 milhões acordados, apenas um milhão havia sido acrescentado na emenda de infra-estrutura.

Quer dizer, essa emenda já havia sido aprovada pelo Sub-Relator em 1,5 milhão; com mais um milhão, ficaram apenas 2,5 milhões para a infra-estrutura, numa Capital cuja população, hoje, abrange 69% da população de todo o Estado, e que tem pontos muito críticos de alagação, áreas endêmicas etc. Agora mesmo estamos enfrentando problemas de dengue e outros mais, e o Prefeito não poderá iniciar um trabalho apenas com 2,5 milhões para investimento na infra-estrutura.

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. considerasse esse meu questionamento, porque já estou entrando com um destaque.

Há um outro destaque que apresentei, referente a equipamentos e a custeio de um hospital que está para ser inaugurado. É um hospital materno-infantil. Será o único hospital do Estado especializado para atendimentos, cirurgias, enfim, tudo para a criança. E temos no Orçamento, só 1,2 milhões. Um valor insignificante para podermos adquirir o restante dos equipamentos para a sala do centro cirúrgico, muito menos ainda para a manutenção do hospital.

São estes os meus questionamentos, creio que muito justos. Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar-lhe pelo trabalho. Sei que é difícil, até porque são tantas as emendas que tenho certeza de que, se algumas não estavam sendo questionadas para o acréscimo e foram beneficiadas é porque deve ter havido algum lapso, porque são tantas emendas que, no final, umas que não têm essas prioridades são atendidas, ficando as de maior prioridade sem atendimento.

Então, quero agradecer antecipadamente a V. Exa. a atenção, porque tenho certeza de que vamos ser atendidos com esse questionamento tão justo, para darmos continuidade ao trabalho da Capital do Estado, Boa Vista. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Leão. (Pausa.) S. Exa. está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Fassarella. (Pausa.) S. Exa. está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de parabenizar o Relator pelo trabalho feito. Realmente, é um trabalho difícil, mas foi feito com muita competência e com muito zelo. V. Exa. conseguiu fazer um relatório à altura da expectativa que todos havíamos depositado em seu trabalho.

Apresentamos alguns destaques em relação a obras que estão sendo realizadas no Estado de Goiás. Todos esses destaques são de grande importância para a consolidação do desenvolvimento no Estado de Goiás.

Há um outro destaque de mudança de texto, referente à BR-080, num trecho que está em execução, compreendido nas localidades de Padre Bernardo, Uruaçu, São Miguel do Araguaia, Luis Alves. E por um erro do Ministério dos Transportes foi suprimida a palavra "Padre Bernardo", que é a primeira cidade, no início do trecho.

Então, estamos apresentando esse destaque para uma obra que está em execução. Inclusive o Ministro Eliseu Padilha fez um ofício à Comissão, solicitando essa alteração de texto.

Gostaria que V. Exa. atendesse a esse pleito, porque nos adendos até agora apresentados não foi contemplado.

Finalizando, gostaria, mais uma vez, de parabenizá-lo, cumprimentando-o pelo excelente trabalho — V. Exa. e toda a equipe de Deputados que participou da elaboração desse Orçamento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Obrigado,

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Obrigado, Deputado Pedro Chaves. Deputado João Leão, V. Exa. tem de três até cinco minutos para sua intervenção.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar gostaria de dar meus parabéns ao Presidente desta Comissão e ao Relator do PPA. Esta Comissão fez um grande trabalho impecável, apesar das publicações jornalísticas.

Caro Relator, gostaríamos de fazer algumas sugestões em relação a algumas incorreções verificadas. Na região do São Francisco há um grande problema entre os projetos de irrigação, prioridade do Governo Federal. Por exemplo, o Projeto Baixio, de Irecê, no Estado da Bahia. Estamos com uma carta do Presidente da CODEVASF informando que a partir de junho o projeto será paralisado, sua execução não será concluída. Então, estamos pedindo a V. Exa. que encaminhe emenda de Relator no valor de 15 milhões de reais para execução desse projeto, de absoluta magnitude para a Bahia e para o Brasil.

Há outros projetos, Sr. Relator. Para o projeto Brejos da Barra, elaborado pelo Ministério do Exército, em convênio com a CODEVASF, conforme já falei com V. Exa., há uma dotação de 300 mil reais. Estamos pleiteando dotação de 10 milhões de reais para que esse projeto possa funcionar. O Sub-Relator do PPA esteve lá, mas não houve destinação razoável no PPA de volume de recursos para execução do projeto — apenas 300 mil reais. O que é isso? O Exército vai embora e vai fechar a porta. O projeto é prioridade "AA" para a Bahia e o Brasil. É uma obra do Ministério do Exército.

Também estamos pleiteando uma obra do Projeto Salitre, no Estado da Bahia, na região de Juazeiro. Esse projeto vai proporcionar geração de emprego, e no entanto também vai ser paralisado. Estamos pleiteando uma recomposição no valor de 25 milhões de reais. Sei que V. Exa. não poderá destinar todo esse valor, mas solicito alguma destinação, algo em torno de 10, 15 milhões, para que essa obra não seja paralisada.

Sr. Relator, há um pedido dos funcionários da CODEVASF para manutenção de serviços administrativos, manutenção de serviços de transportes, manutenção e conservação de bens imóveis, assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e dependentes, totalizando 5 milhões, 819 mil e 149 reais.

O Projeto Marituba, já iniciado, tem destaque da bancada de Sergipe, de Alagoas, com o intuito de recompô-lo. O Sub-Relator cortou parte do projeto anteriormente, e queremos uma recomposição. Falo em nome da Presidência da CODEVASF e da bancada de Sergipe, que está entrando com o pedido de recomposição.

Vou passar a V. Exa. as cartas do Presidente da CODEVASF. Acredito que V. Exa. vai nos ajudar.

Há ainda um projeto do semi-árido nordestino, que foi uma emenda de Comissão. Ele visa tratar do problema da seca e tem abrangência nacional. Sr. Presidente, a relevância é tão grande que tenho certeza de que V. Exa. vai me conceder alguns segundos. Esse projeto, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, é de grande relevância, pois neste País só se trata da questão da seca quando ela existe. É preciso que o Relator, que tanto trabalhou pela água em seu Orçamento, faça o favor de dar pequeno destaque a esse projeto, para o bem dos nordestinos. Conto com V. Exa., caro Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Solicito mais uma vez aos colegas Deputados que se atenham ao tempo de 3 minutos, mais 2 minutos, no máximo, para as intervenções. Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de congratular-me com todos pelo esforço, pela dedicação, pelo empenho, pelo espírito aberto para o diálogo e ao mesmo tempo pela busca de alternativas para viabilizar o Orçamento apresentado pelo Relator Carlos Melles.

Se, de um lado, podem surgir críticas em relação à maneira pela qual a Comissão, o Relator e as Lideranças dos diversos partidos presentes à Comissão tentaram buscar fontes de recursos para viabilizar as emendas de bancada, as emendas individuais, por outro, temos de ter a compreensão da maneira como o Orçamento chegou a esta Casa. O Orçamento que chegou a esta Casa não atende à realidade do País. Não podemos imaginar um país com essas deficiências, onde os investimentos são da ordem de 5 a 6 bilhões. Isso não atende à realidade.

É natural e compreensível que esta Comissão, os Parlamentares que a compõem e o Congresso Nacional tentem ampliar a capacidade de investimento do País. É importante reconhecer também que a obrigatoriedade de apresentar superávit primário de 2.6% do PIB retira recursos de obras sociais, de investimentos de cerca de 28 a 29 bilhões de reais.

Ora, elaborar um orçamento nessas circunstâncias é extremamente difícil para o Relator e para esta Comissão. Pode ser que existam aspectos fictícios e até de difícil comprovação em todas as fontes de receita que o Relator foi buscar, mas isso não tira a compreensão de que o Orçamento que veio não atende à realidade do nosso País.

Esta é a primeira observação importante a fazer. Cabe a esta Comissão encontrar fontes as mais próximas possíveis da realidade, e deve entender também que o principal objetivo do Congresso Nacional na apreciação do Orçamento deve ser o atendimento dos anseios da realidade da Nação brasileira, especialmente na área social.

Ao destacar as necessidades sociais que este Orçamento deve atender, quero fazer a defesa de uma, que é o que falta para cumprir exigências legais na área da educação. Para cumprir o que determina o próprio cálculo do Governo, em relação ao Fundef, faltam 138 milhões. A União deve complementar Estados e Municípios, para atender ao mínimo fixado em relação ao Fundef, sem questionar o valor sugerido pelo próprio decreto governamental, que no nosso entender está abaixo do que legalmente deveria ser. Mas para atender a isso, que ainda não é o que estabelece a lei, ainda faltam 138 milhões.

Faltam também, mesmo computando os 80 milhões já acrescidos, 31 milhões para atender ao que determina o art. 60, § 6º # das Disposições Constitucionais Transitórias. Além dos 138 milhões para o FUNDEF, ainda faltam 31 milhões para atender ao que determina o art. 60, § 6º da Constituição, que diz que pelo menos 30% do que é gasto com a educação — 18% de toda a arrecadação — têm de ser destinados à erradicação do analfabetismo e ao desenvolvimento do ensino fundamental.

Faço um apelo a V. Exa. para cumprir o que determina a legislação brasileira, a LDB e a própria Constituição, ou seja, para que tenhamos 138 milhões, mais 31 milhões, cerca de 180 milhões, para atender ao que determina a legislação.

É o nosso apelo ao Relator da Comissão e a todos os Líderes partidários que compõem esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Queria, pela décima segunda vez, solicitar silêncio ao Plenário, para que possamos concluir os trabalhos.

(O Presidente faz soar as campainhas.)

Com a palavra o Deputado Waldemir Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer ao Relator-Geral a confiança, ao convidar-nos para compor o comitê que atuou junto ao parecer, nas emendas. Podemos até absorver determinadas críticas, mas dizer que esta Comissão não trabalhou com seriedade é no mínimo leviandade.

Fizemos um trabalho exaustivo. Tenho certeza de que a maior prova disso é que, em relação a recursos que o Executivo não providenciou — pelo menos não constavam do seu projeto original —, esta Comissão está trabalhando para possibilitar sua alocação.

Sr. Presidente, gostaria de dizer — tenho certeza de que também os colegas João Coser, Santos Filho, Iberê Ferreira —, que, durante a apreciação das emendas, uma em especial, a do Deputado Nilton Capixaba, foi injustamente cortada, quando do relatório setorial. E o comitê comprometeu-se com o Deputado Nilton Baiano de apresentar um destaque. Como S. Exa. não faz parte desta Comissão de Orçamento, estou levantando a questão, que é uma adequação no Município de Cacoal, em Rondônia. O Sr. Relator conhece o problema, e gostaria neste momento de pedir atenção para esta que me pareceu uma questão injusta, dentre muitas outras que, certamente, V. Exa. irá corrigir.

Quero dizer também que, em relação ao meu Estado, Mato Grosso do Sul, estamos apresentando três destaques em relação à área de saúde — e ficou muito aquém do que o Estado pretendia — e ao anel rodoviário e ferroviário de Campo Grande, Capital do meu Estado.

**O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA** – Sr. Presidente, fui citado e gostaria de apenas um minuto. Quero parabenizar o Presidente, o Relator e toda a Comissão pelo trabalho incansável que fizeram, e agradecer a V. Exas. por terem se sensibilizado a meu favor. Foi liberada emenda para um Município, da mesma maneira que para Cacoal, sendo que para este último existe projeto, já foi liberado o dinheiro no ano passado, e a obra foi iniciada.

Então, quero agradecer e parabenizar V. Exas. pelo trabalho brilhante que fizeram.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Quero lembrar aos Srs. Deputados e Senadores

que, conforme acordo partidário, vamos concluir toda a discussão hoje. Ficará apenas uma inscrição para amanhã, a do Deputado Santos Filho. Abriremos amanhã às 12h com o último inscrito, o Deputado Santos Filho, e durante trinta minutos ainda teremos prazo para apresentação de destaque. Nesses trinta minutos, em que será aberta a sessão, votaremos o relatório, ressalvando os destaques. Às 20h retornaremos a esta Comissão para votar os destaques em bloco, ou da forma que o Plenário entender, e concluir a votação final do relatório do Orçamento de 2000.

Mais uma questão: é claro que não vamos poder impedir que outros Deputados inscrevam-se amanhã, mas é importante lembrar que os Deputados inscritos que estão falando hoje não falarão amanhã, uma vez que serão considerados contemplados. Então, os Srs. Deputados que estão falando hoje não poderão inscrever-se amanhã.

Quero, mais uma vez, solicitar silêncio. Não dá para trabalhar assim, com Deputados atrás de quem está de pé, querendo participar da discussão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Mas estou sentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Apenas chamei a sua atenção, Deputado João Fassarella, porque o grupo estava na frente de V. Exa. É claro que não vai nenhuma repreensão. Apenas estamos solicitando aos presentes um pouco de paciência e que nos ajudem nesse trabalho

Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, como membro da Comissão de Saúde e também como médico, quero deixar registrada nossa preocupação no que diz respeito ao problema desses 1,5 bilhões. Precisamos encontrar uma solução definitiva para o problema, a fim de que todos os Estados tenham condições de receber 58,4 **per capita**. Se a proposta apresentada pelo Deputado Aroldo Cedraz resolver em definitivo, queremos nos acostar à sua sugestão.

Sr. Relator, ouvi com atenção alguns comentários, alguns pleitos, principalmente de companheiros da bancada da Bahia. Enquanto esses companheiros estão pedindo recursos para projetos de irrigação — é interessante —, nós, da Paraíba, estamos pedindo recursos para a transposição do São Francisco, a fim de conseguir água de beber. Não água para irrigação ou para projetos industriais; queremos somente água para beber.

Sr. Relator, moro numa região perto de Campina Grande, na cidade de Esperança. Há quase dois anos seu abastecimento de água está desativado. O Município tem uma população em torno de 30 mil habitantes, e o abastecimento de água está sendo feito por carros-pipa, cujo custo gira em torno de 60 a 80 reais, o que está comprometendo muito o orçamento familiar daquela região. Um cidadão encontrou um meio de economizar: tomar banho numa bacia para, depois, ter condições de reutilizar a água.

Apresentamos emenda de bancada regional, e queria que V. Exa. examinasse com atenção o problema. Um grupo, criado pela própria Presidência da Casa, está estudando a questão. Tenho certeza de que, posteriormente, iremos apresentar uma proposta ao Sr. Presidente da República.

Ouvi com atenção, Sr. Relator, algumas sugestões que V. Exa. fez, como a da criação de uma Comissão para acompanhar a execução do Orçamento. Quero dizer que aprovo essa sugestão, principalmente este ano em que teremos eleições municipais. Conseqüentemente, os Prefeitos só terão condições de assinar os convênios até o dia 30 de junho. Tenho certeza de que o interesse do Executivo é exatamente evitar a assinatura de todos esses convênios. Se criássemos uma Comissão, a partir desta, para acompanhar a execução do Orçamento, iríamos resolver todos esses problemas.

Por último, Sr. Relator, deixamos registrados nossos parabéns ao trabalho não só de V. Exa., mas de todos os dez Sub-Relatores, na feitura dessa peça orçamentária.

É claro que estaremos apresentando alguns destaques em defesa dos problemas da Paraíba. Como disse a V. Exa., meu Estado atravessa atualmente uma das piores crises da sua história.

Era esta a minha participação, Sr. Presidente. Muito obrigado pela paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Quero, mais uma vez, esclarecer ao Plenário sobre o acordo feito, uma vez que está havendo dúvidas. E acordo é para ser cumprido. Vamos esgotar todas as discussões hoje, ressalvando, no máximo, duas inscrições para amanhã. Amanhã, ao meio-dia, abriremos a reunião com essas duas inscrições, até para gerar o direito de termos trinta minutos para apresentação de destaques de Deputados que porventura ainda não o tenham feito. Vamos esgotar todas as discussões hoje, ressalvando dois Deputados que ficarão para amanhã: Santos Filho e Sérgio Guerra. São os dois Deputados garantidos para encerrar a discussão. Não que tenham privilégios. Foi um acordo partidário. Portanto, vão discutir todos os Deputados ins-

critos hoje, e amanhã encerraremos com os dois nomes mencionados. Com isso, teremos mais meia hora para apresentação de destaques.

(O Presidente faz soar as campanhias.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Quero pedir silêncio novamente.

Depois o pessoal não entende, acha que é má vontade da Mesa e que estamos passando por cima de acordos aqui firmados. Vamos encerrar todas as discussões hoje, ressalvando dois inscritos: os Deputados Santos Filho e Sérgio Guerra, que vão ficar para amanhã. Abriremos, durante trinta minutos, a possibilidade de apresentação de destaque para amanhã. Votaremos até as 12h30min o relatório do Deputado Carlos Melles, e às 20 horas voltaremos para votar os destaques ressalvados anteriormente. Entendido? (Pausa.)

Seguimos com a lista de inscrição.

Quero pedir, mais uma vez, que os Deputados se atenham aos três minutos, no máximo cinco.

Com a palavra o Deputado Danilo de Castro. (Pausa.) Ausente S. Exa.

Com a palavra o Sr. Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, queremos apresentar inicialmente quatro destaques. O primeiro deles é uma emenda em que estamos reunindo a Emenda Parlamentar nº 18 à Emenda Parlamentar nº 12, fazendo remanejamento de valores e modificação de título. Segundo, estamos unindo nossa Emenda Parlamentar nº 03 com a Emenda Parlamentar nº 05, ficando só Emenda nº 03, com alteração da nomenclatura. Em terceiro lugar, na Emenda nº 02, também nossa, fazemos adequação de título.

(O Presidente faz soar as campainhas.)

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Por fim, apresentamos um destaque, que é uma emenda de complementação de verbas para a BR-481, em Salto do Jacuí, no Rio Grande do Sul. Na verdade, já existe uma emenda de bancada que contempla 10 milhões. Foram liberados tão-somente 7,4 milhões. Queremos, então, complementar os 10 milhões. Estamos assinando essa emenda juntamente com o Deputado Airton Dipp, com encaminhamento do Deputado Luiz Mainardi, do PT, que não a assina porque não é membro, mas também está pleiteando a emenda. A bancada do Rio Grande do Sul está encampando essa emenda.

Finalmente, quero enfocar dois aspectos que considero relevantes nos debates que se estabeleceram ao longo da elaboração deste Orçamento. Naturalmente, cumprimento o Sr. Relator por seu trabalho positivo. Precisamos reconhecer isso — Deputados da Situação e da Oposição —, para ter muito claro o valor do trabalho realizado por S. Exa.

Por outro lado, Sr. Relator, quero lamentar dois aspectos. Tenho visto declarações de Ministros fazendo parecer à opinião pública que a peça orçamentária do ano 2000 será uma espécie de ficção científica, como se o Governo não estivesse obrigado a cumpri-la, como se pudesse cumpri-la se quisesse. Enfim, fazem uma espécie de apologia ao crime orçamentário, ou seja, não cumprir a lei.

Sei que o Orçamento não é imperativo, mas o que se espera de um Ministro, no mínimo, é o respeito por esta Casa. Ainda mais por se tratar de um trabalho sério e envolvente do Relator-Geral e dos Sub-Relatores de cada uma das atividades da peça orçamentária. Além disso, temos a contribuição e o envolvimento de todos os Parlamentares. Então, é uma coisa séria. É importante que depois, no acompanhamento da execução orçamentária, haja atenção redobrada desta Comissão para que o Governo tenha muito claro que as coisas não vão ficar ao sabor do acaso, como galo de chaminé, que vira para o lado em que o vento assopra. Não. Há de haver uma diretriz de acompanhamento.

Por último, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Parlamentares, quem sabe não seria, até em razão disso, a oportunidade de esta Casa, de esta Comissão, debater definitivamente a questão da obrigatoriedade da execução da peça orçamentária, se não no todo, pelo menos em parte, no que diz respeito às emendas parlamentares, porque cada Parlamentar destacou emendas, apresentou emendas no valor de, parece-me, 1 milhão e 600 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Quinhentos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – E 500 mil. Ocorre que há emendas de Deputados e de Deputados. Depois, são liberadas as emendas daqueles Deputados que o Governo avalia e passam no teste do voto dele. E os Deputados da Oposição apresentam emenda, têm sua emenda aprovada. É noticiada e comemorada nos Municípios a destinação da emenda, mas depois não é liberada a verba. E aí acabamos, Sr. Presidente, pagando mico, porque se diz: "Esse Deputado não tem influência nenhuma".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Sr. Presidente, essa é a reclamação que faço, até para pormos um pouco de ordem na Casa e estabelecermos uma espécie de equilíbrio na relação parlamentar, porque não podem existir Deputados que podem mais e Deputados que podem menos.

Encerro, Sr. Presidente, dando um exemplo claro. Vou tomar um Estado, a Bahia — e poderia tomar qualquer Estado comparativamente ao Rio Grande. A maioria dos Parlamentares da Bahia — e eles se comparam em número com a bancada do Rio Grande do Sul, um pouco mais — tem votado e acompanhado o Governo. No Rio Grande do Sul, a maioria não tem acompanhado o Governo. Resultado: para as emendas parlamentares dos Deputados da Bahia é liberado o dinheiro; para as emendas parlamentares do Rio Grande do Sul que não votam com o Governo não são liberadas as verbas. Aí, então, acaba o Estado, a Federação perdendo, o que depõe contra o pacto federativo.

Essa a reclamação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Quero, mais uma vez, solicitar aos colegas que se atenham ao tempo estipulado.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Mourão.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, Deputado Jovair Arantes, Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, Srs. Parlamentares, há algum tempo participamos da Comissão de Orçamento e vimos, pela primeira vez, um Relator discutir, de forma aberta e cristalina, o Orçamento da União; um Relator que era comumente encontrado nos corredores do Congresso Nacional discutindo com todos os Parlamentares as indicações de emendas individuais e as questões regionais e estaduais.

Vejo, Sr. Relator, que as preocupações do seu relatório em muito se associam também às do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vimos duas questões básicas do Governo: a discussão e a preocupação com o equilíbrio econômico e financeiro e as questões sociais. Este é um Governo que procura sempre a redução das desigualdades regionais e uma sociedade livre, fraterna e socialmente mais justa.

E quando vejo, Sr. Relator, críticas como essas que hoje fazem parte do editorial de **O Estado de S. Paulo**, tenho plena certeza de que elas não partiram do Ministro Martus Tavares, pelo próprio teor e essência da crítica, o que comprova que o jornalista fez duas misturas de equívoco, maldade e desconhecimento do Orçamento. Na verdade, V. Exa. não aumentou o investimento para atender às emendas de Parlamentares; mas aumentou investimento para atender à preocupação básica que não é do Governo Fernando Henrique Cardoso, mas sempre foi do Congresso Nacional. Não em discurso, mas em ações, como as emendas parlamentares estaduais, as emendas coletivas e regionais, que buscam a redução das desigualdades regionais e de uma sociedade mais livre e fraterna. Seus aumentos se deram na segurança pública, na assistência social, na saúde, na educação, na cultura, no urbanismo, na habitação, no saneamento, na gestão ambiental, na ciência e tecnologia, na agricultura, no transporte, no desporte e lazer. Todas essas fontes foram aumentadas para atender ao clamor da sociedade, aqui representada por nós, Parlamentares que compomos a bancada do Brasil.

Mas tenho também certeza de que são equívocos quando ele critica a redução da reserva do superávit primário, já que o senhor simplesmente atendeu aos artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, que encaminha 2,65% do PIB, podendo reduzir até 2,60%. E foi o que V. Exa. fez. Quando ele critica a redução das reservas de contingência, também não sabe que o Governo, ao encaminhar, o fez com 3% de algumas fontes da seguridade social e 3% de algumas fontes do orçamento fiscal. E o que o senhor fez também foi atender à LDO, que estabelece a redução dessa reserva de contingência até 2% de algumas das fontes que compõem a seguridade social e também de 2% de algumas fontes que compõem o orçamento fiscal.

Então, Sr. Presidente, meu caro Relator, meus caros pares que compõem a Comissão de Orçamento, não temos por que ficar chateados com esse editorial. É mais uma crítica infundada dos jornais que não prezam a serenidade, a seriedade. Que critiquem o Congresso Nacional, mas que o façam com fundamentos, porque o que fazemos e sempre iremos fazer aqui é respeitar o povo, responder e atender aos clamores do Brasil.

Parabéns, Relator Carlos Melles, o relatório de V. Exa. é digno somente de elogios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – O trabalho está indo bem. Quero, mais uma vez, pedir silêncio.

Concedo a palavra à Sra. Deputada Jandira Feghali por três minutos.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Comissão, a quem cumprimento, é de se reconhecer o cansaço, a dedicação e a tensão por que passa esta Comissão. Não sou membro desta Comissão, mas tenho acompanhado o trabalho dela. E lamentavelmente o Executivo, quando lhe falta argumento, busca desqualificar. Isso, aliás, é uma regra. Vários Ministros do Governo fazem isso. O Ministro da Previdência é a marca mais aguda desse processo. Tive oportunidade de relatar um projeto sobre a Previdência. Quando faltavam argumentos ao Ministro, sua atitude era desqualificar o argumento ou o dono do argumento. Essa é a prática, que não deve ser considerada pela Comissão.

Gostaria de levantar dois aspectos gerais do relatório e dois aspectos específicos do meu Estado. O primeiro, Sr. Relator, para o qual gostaria de pedir sua sensibilidade, é a área da saúde. Não sou a primeira a abordar essa problemática, mas gostaria de reforçá-la e reiterá-la, porque até o cumprimento da LDO não está garantido na sua proposta de relatório. Mesmo cumprindo a LDO, ainda é pouco, porque aprovamos por unanimidade uma proposta de emenda constitucional que aumentava em 5% a verba do Orçamento para este ano, autorizado para 1999. Então, iríamos para 22 bilhões — por meio de uma PEC aprovada por unanimidade —, o que permitiria começar a se respirar no setor de saúde, que hoje dramaticamente não sai das páginas dos jornais. E o motivo real é a insuficiência de recursos.

Então, gostaria de apelar para que esta Comissão e o Relator corrigissem esse drama da saúde pública brasileira, não apenas recuperando a LDO, mas, se possível, dando um acréscimo, a fim de pelo menos chegarmos ao proposto pela PEC aprovada por unanimidade no plenário.

Segundo aspecto geral. Quero reforçar questão apresentada pelo Deputado Sérgio Miranda e já aprovada por esta Comissão na Sessão Legislativa anterior, no sentido de livrar os orçamentos da Previdência da DRU. A lei orçamentária do ano passado, por emenda do Deputado Sérgio Miranda, aprovou que a Fonte 154, do INSS, não seria confiscada pela DRU. O Governo, depois de dois meses, ao arrepio da lei, passou a cumprir a não-retirada dos recursos do INSS.

Fui Relatora do fator previdenciário — contrária, obviamente — e estudei com muito afinco, e tenho estudado, a questão do Orçamento. E a Fonte 154, seja pelo art. 167 da Constituição Federal, que impede desvio de finalidade dos recursos da Fonte 154, como também a questão da DRU, pela lei orçamentária, podia ser recuperada essa ética com os orçamentos da Fonte 154. Dessa forma não ficaríamos ouvindo o recurso de déficit da Previdência para justificar um monte de coisas, não só redução de benefícios como o não-aumento do salário mínimo, etc. Essa é outra questão geral que reforço para o Relator.

Duas questões específicas do Estado. O orçamento feito pela bancada do Rio de Janeiro foi muito reduzido no primeiro relatório. Depois da reunião com V. Exa., a bancada aquiesceu a uma série de itens, mas assim mesmo alguns orçamentos foram muito reduzidos. Gostaria de levantar dois especificamente, porque a Deputada Laura Carneiro fará um levantamento mais global da questão do orçamento do Estado do Rio de Janeiro. O primeiro deles é novamente a saúde. A rede pública do Estado é imensa, brutal. Há vários centros de referência nacional, inclusive o da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disso, temos um laboratório oficial de produção de vacinas e medicamentos. Então, solicitamos ao Relator que recomponha o que se aquiesceu com a bancada na última reunião, que foi de pelo menos 25 milhões para essa emenda de saúde, e novamente tivemos 15. Que recuperássemos os 10 milhões do Orçamento desse item específico da bancada do Estado do Rio de Janeiro.

O outro item diz respeito ao saneamento. Todos acompanham a poluição da Lagoa Rodrigo de Freitas. Se a lagoa da Zona Sul enfrenta essa dificuldade, imaginem o que não enfrenta a Baixada Fluminense. Em todos os itens de saneamento, nosso orçamento foi rebaixado. Estamos destacando a questão para termos a recomposição da emenda do saneamento, na medida em que saneamento e saúde têm relação direta.

É claro que poderíamos levantar uma série de itens, mas preferi priorizar essas duas questões, além das duas gerais, para encaminhar ao Relator da Comissão.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman, por três minutos. Cinco minutos de tolerância.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Sr. Relator, em primeiro lugar quero destacar a paciência do Relator, dos Sub-Relatores, daqueles que contribuíram mais decisivamente para a elaboração deste Orçamento. Entendemos que a pressão exercida pelo Congresso no sentido de atendimento das demandas

locais de cada Estado e região — absolutamente legítimas, compreensíveis — fez com que o Relator tivesse diante de si uma realidade muito difícil de ser enfrentada.

Reconheço que o levantamento feito das receitas acrescentadas está absolutamente correto. Não há nenhuma incorreção, já que o Relator não levou em conta a inflação futura, mas a passada, que elevou a arrecadação em seus valores nominais. E, portanto, pelo fato de estarmos trabalhando com o Orçamento mais de seis meses após sua elaboração, (ininteligível) envia ao Congresso, certamente já temos esses elementos claros para serem definidos, e S. Exa., de forma absolutamente correta, o fez em seu relatório.

Também temos consciência de que S. Exa. cumpriu a determinação da LDO no que respeita ao déficit primário, esse que foi discutido já na época da LDO. Discutimos sua substância. E aí talvez esteja o centro da pressão que S. Exa. sofreu, porque tinha nas mãos aquilo que muitos gostariam que tivesse, se soltasse, são 28 bilhões e meio, agora 29 bilhões e tanto. E muitos perguntavam por que 29 e não 20, por que 29 e não 15, por que 29 e não zero. Por que não nos dão 29 bilhões para atendermos a todas as demandas da sociedade, a todas as demandas do Congresso Nacional e até sobrar dinheiro? Só foram 22 bilhões o que se pediu. Era só acrescentarmos 70 bilhões à nossa dívida. Vamos pagar 70 bilhões de juros. Os 28, 29 e 30 vão pagar parte desses juros, (ininteligível) aumentar nosso endividamento, ainda que certamente vá cair a relação dívida/PIB.

É esse o modelo de desenvolvimento que estamos defendendo, o modelo de desenvolvimento sustentado, sustentado numa queda da nossa dívida externa e interna, sustentado na possibilidade de baixarmos as taxas de juros para que a economia privada possa desenvolver-se. É ela que contribui com mais de 90% dos investimentos em relação ao PIB. O setor público não passa, não chega a 10% de investimentos de toda a economia em relação ao investimento privado.

Portanto, o desenvolvimento do País, o desenvolvimento sustentado melhora as condições de vida, possibilita melhores salários e empregos. A questão do desemprego está ligada exatamente à do endividamento. Por isso, estamos trabalhando na baixa do endividamento no sentido de criar condições de desenvolvimento do País, de produção, de emprego, de melhorias salariais.

Tenho uma única restrição. Tenho falado sobre isso com toda a cordialidade e deixado clara a questão ao Congresso. É uma pena que o Congresso Nacional não tenha discutido mais intensamente com esta Comissão. Quando vem para cá, é só para discutir emenda — emenda individual, emenda coletiva e emenda de cada região — e não se discute o conteúdo do Orçamento.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não é verdade.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Ou pelo menos esse conteúdo tem sido discutido em termos quantitativos de tempo...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não é verdade.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – ... de forma muito menor do que aquele que se dedica às emendas que todos nós — repito, legítimas — fazemos. Mas estamos invertendo a ordem de prioridades.

Só uma restrição. S. Exa. aborda muito bem aquelas modificações, ganhos e perdas da receita. As perdas da receita são mais identificáveis hoje. A inconstitucionalidade na cobrança dos inativos, a redução do IOF, a redução da conta petróleo, hoje muito clara para todos nós, o incentivo do IPI ao setor de informática são receitas que hoje poderíamos, se não ter os valores exatos, ter certa aproximação. Os ganhos são ainda prováveis. Alguns deles, como alteração na legislação da COFINS, é correto; aumento do Imposto de Renda sobre servidores também se pode ter um valor mais ou menos aproximado; mais a tributação na remessa de juros, a instituição do REFIS, a aprovação da quebra do sigilo fiscal são números imponderáveis. Diria que nesse momento temos mais perdas do que ganhos.

Portanto, o substitutivo pode não ter o efeito zero que todos nós pretendemos e que S. Exa. coloca. Além disso, no âmbito das despesas, algumas já hoje caracterizadas, são maiores do que estão no Orçamento. A despesa com a Previdência Social, mesmo sem contar o salário mínimo, mesmo sem aumento real do salário mínimo, que sem dúvida haverá, já temos hoje uma previsão de 1 milhão de despesas a mais na Previdência Social. Temos uma previsão de 1 bilhão e meio na área da saúde, que S. Exa. e esta Comissão colocam como prioritário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Para concluir, Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Concluo, Sr. Presidente. Temos o problema dos juros.

Os juros estavam calculados na base de 13%, a média, e estamos trabalhando há três meses no Brasil com 19% de taxa básica. Portanto, não temos mais chance de chegar a 13% como média. Isso significa que nossas despesas serão superiores, e não vejo onde possamos cortar mais.

Então, sem dúvida, quero deixar isso bem caracterizado para mim, para a Comissão e para V. Exa. Entendo que o Governo não tem outra saída a não ser fazer um contingenciamento. E esse contingenciamento será forte. E teremos o ano todo esse embate da reclamação, como já ouvi agora aqui e vamos ouvir todos os dias, de que é colocado recurso no orçamento. Dá-se a ilusão de que há uma série de recursos para uma série de obras, e esses recursos de fato não existem, são contingenciados. O Governo não terá, pelo menos na fase inicial do ano, até meados do ano, outra alternativa a não ser fazer um contingenciamento, até para sentir como, para o segundo semestre, a partir de certo momento, vão ocorrer as receitas, as despesas, a situação do petróleo e tudo aquilo que temos envolvido nesse orçamento.

Cumprimento V. Exa., mas quero deixar bem claro esse conceito. Não são justas as críticas que têm sido feitas a V. Exa. Não são justas as críticas, por esse ângulo que são feitas na Comissão, mas é justo dizer que não estamos ainda suficientemente preparados para uma discussão mais profunda desse orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputada Miriam Reid. (Pausa.) Ausente.

Deputado Eurípedes Miranda. (Pausa.) Ausente.

Deputado Airton Dipp.

**O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, também gostaria de cumprimentar o Deputado Carlos Melles, Relator do orçamento, pelo trabalho desenvolvido com muita competência, muita qualidade e muita dedicação.

Observamos atentamente ao longo desse processo aquilo que foi feito também pelos Sub-Relatores: buscar recursos para que a demanda social no País fosse atendida. Não são as emendas dos Deputados, as emendas dos Estados da Federação que estão sendo atendidas na Comissão do Orçamento, e sim as demandas sociais de uma população carente do nosso País.

E, dentro desse trabalho, queremos destacar a busca de alternativas em relação à receita para que tivéssemos 50% de aumento nos investimentos em relação ao orçamento enviado pela União.

Mas, infelizmente, Sr. Relator, tudo isso não é suficiente. E esta Comissão tem de refletir muito em relação àquilo que aprovamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, um superávit primário de 28,5 bilhões de reais, superávit este que está fazendo falta ao atendimento nas áreas da educação, saúde, agricultura e do saneamento básico. Temos de rever essa situação, uma vez que são as comunidades que precisam dos recursos nesses segmentos.

Um segundo ponto que também temos de rever, pelo menos para o Orçamento de 2001, é a aprovação da DRU, que retira recursos específicos das áreas da saúde e educação. A saúde e a educação têm de ser prioridades, não do Congresso Nacional, mas de qualquer Governo que objetive fazer o País sair dessa situação desfavorável em que se encontra.

Então, a DRU, que atingiu de forma clara as áreas da educação e saúde, tem de ser revista, bem como esse superávit primário, que destina recursos ao pagamento de juros. É uma vergonha nacional retirarmos 28 bilhões de reais da educação e da saúde para atender ao Fundo Monetário Internacional.

Ainda em relação à bancada do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Relator, esperamos que, através dos destaques que estamos refazendo, possamos ser agraciados com mais recursos para projetos de desenvolvimento rural, de saneamento básico e habitacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro. Pedimos que seja obedecido o prazo regimental.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Que honra, Sr. Presidente.

Nobre Relator Carlos Melles, queria inicialmente parabenizar V. Exa. pelo esforço — do qual a bancada do Rio de Janeiro é testemunha — de tentar aparar todas as arestas existentes nesse Orçamento. Gostaria de parabenizar já desta feita todos os Sub-Relatores que tiveram o primeiro trabalho, o Grupo Especial que trabalhou ao lado de V. Exa. e as Lideranças que o auxiliaram. Não fala somente a Deputada Laura Carneiro, mas também os Deputados Alexandre Santos, Paulo Feijó, Dr. Heleno, Eber Silva, e as Deputadas Jandira Feghali e Almerinda de Carvalho, aqui presentes. V. Exa. sabe que o Rio de Janeiro tem milhares de dificuldades.

Hoje, pela manhã, levei um susto ao abrir o Jornal **O Globo** e me deparar com a grande matéria intitulada: "Orçamento: o Rio é o que leva menos no Su-

deste". A matéria não é correta na medida em que diz que o Estado do Rio de Janeiro recebe apenas 25 milhões. Isso não é verdade. O valor de recebimentos do Rio de Janeiro é de R$126.696.000,00. A conta é feita a partir de todas as emendas cadastradas, considerando as duas emendas de região, portanto, considerando a emenda do metrô e a emenda do narcotráfico... Aliás, essa eu nem considerei, uma vez que vamos discuti-la no final da minha explanação.

Mas, Sr. Presidente e Sr. Relator, a manchete é verdadeira. Na Região Sudeste, embora todos nós tenhamos mais ou menos os mesmos problemas, as mesmas necessidades, Minas Gerais tem mais ou menos 238 milhões; o Espírito Santo, um pouco menos, tem menos dificuldades que o Rio de Janeiro e não tem tantas favelas, tem 132 milhões, e São Paulo, 180 milhões. O que o Rio de Janeiro quer é muito simples, e podemos discutir isso: estar ao nível dos outros. Não queremos nem mais nem menos. Queremos a possibilidade de estar dentro da Região Sudeste. Sabemos das dificuldades de V.Exa. e queremos isso na medida das nossas possibilidades.

Obviamente, não posso deixar de citar matéria da importância como da Baixada Fluminense. São duas emendas que tratam da questão dos córregos, da infra-estrutura, da questão habitacional e do controle de enchentes na cidade do Rio de Janeiro. Sempre digo que não temos seca, mas enchentes. Todos nós acompanhamos o que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro.

Temos um problema grave na cidade do Rio de Janeiro ainda na questão das ações de desenvolvimento social.

A bancada do Rio de Janeiro dividiu suas emendas em cinco regiões. Na região sul-fluminense e na região metropolitana, por exemplo, não houve investimento necessário em função da população existente.

Além disso, Sr. Relator, V. Exa. quase satisfez a bancada do Rio de Janeiro na questão portuária. Por muito pouco, 3 milhões, teríamos completado a obra portuária do cais do centro e, ainda, na questão do Porto de Sepetiba, contando com o pedido do Governador da construção da estrada.

Na questão da restauração dos trechos da BR-101, os valores ainda são aquém do necessário. Estamos falando de toda a área que vai de Angra dos Reis até São Paulo, de uma região que tem usina nuclear. Ela vai da divisa de São Paulo ao Espírito Santo.

Também não poderia deixar de citar, Sr. Relator, a questão habitacional para todos os Municípios do Rio de Janeiro. Não é uma questão pontual, mas especialmente nos Municípios da Baixada — Dr. Heleno, para eu não falhar —, que têm mais de 4 milhões e 200 mil habitantes. Sei que as dificuldades são grandes; sei que o Estado do Rio, embora territorialmente seja muito pequeno, é o terceiro na escala do País em número de população.

Gostaria de abordar ainda, Sr. Relator, a questão do metrô. Tivemos uma dificuldade enorme para abrir a janela no primeiro relatório, porque a emenda estava rejeitada. Conversava com o meu querido companheiro representante de São Paulo e Líder do Governo nesta Comissão, buscando com ele onde estava, no Orçamento, o metrô, e percebi que São Paulo ganhou 21 milhões, e o Rio ganhou 1 milhão. Não vimos nenhum tipo de acréscimo, de complementação para o metrô do Rio de Janeiro; e era uma emenda de região, exatamente porque era de nosso interesse a ampliação. O nosso Relator, que aqui se encontra neste momento, foi quem nos permitiu a janela, porque nem a janela tínhamos na primeira fase dos trabalhos.

Sr. Presidente, para finalizar, ainda na região Sudeste, todas as bancadas, a de Minas, a de São Paulo, a do Espírito Santo e a do Rio de Janeiro, apresentaram emenda sobre o combate ao narcotráfico e o controle das armas neste País. Não há mais o que se dizer sobre a questão do narcotráfico, ou sobre a questão das armas. V. Exa. foi signatário dessa emenda e sabe da sua importância. E só existe uma janela de 500 mil reais.

V. Exa. tinha, e eu disse isso aos ventos, a intenção de transformar essa idéia num programa nacional, porque já detectamos que não é uma questão regional, nem só transestadual, mas é uma questão transnacional. É preciso que verifiquemos a possibilidade. É óbvio que a janela dá a vontade política desta Comissão atender a esse que é um dos males do País, mas, efetivamente, precisamos de algum valor para começar a trabalhar, a montar um programa, ou a desenhar um programa de inteligência neste País, desenhar um programa de armas.

É óbvio que com três minutos, o Presidente já está olhando aqui para mim, é impossível falar da região Sudeste e de todas as emendas do Estado do Rio de Janeiro; mas tenho certeza, como V. Exa. já me disse, da sua boa vontade.

Quero penitenciar-me porque, como uma das coordenadoras da bancada, não pude estar na reunião. Penitencio-me, mas, fisicamente, não sou capaz de estar em dois lugares ao mesmo tempo — ainda não, e acho que nunca vou conseguir —, mas de qual-

quer jeito todos os representantes da bancada ali estavam; havia Deputados de todos os partidos. Sei que o caso do Rio de Janeiro é sempre mais complicado, porque ele é muito grande, mas tenho certeza de que V. Exa. fará tudo para atender, da melhor maneira, a bancada do Rio de Janeiro. Aviso a V. Exa. que apresentamos todos os destaques necessários, divididos entre o meu nome, o do Deputado Alexandre Santos e o do Deputado Paulo Feijó.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, serei breve.

Quero, primeiro, registrar o testemunho de quem acompanhou todas as reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e falar da seriedade com que esses trabalhos foram conduzidos, do respeito aos Estados da Federação, da capacidade que teve o Relator, Deputado Carlos Melles, acompanhado dos Deputados João Coser, Iberê Ferreira, Santos Filho e de V. Exa., como Presidente da Comissão, em traduzir as aflições e as angústias dos Congressistas, dos membros do Congresso Nacional, em representatividade de bancada, em um caminho de representação democrática, traduzindo, ainda, aquilo que era o pedido do Brasil em senso de prioridade para os Estados. Foi um momento importante da vida democrática deste País, mas, infelizmente, algumas autoridades do Estado brasileiro não compreenderam essa condução tão legítima e tão representativa.

Quero dizer que o mais importante de tudo é que haja aqui a capacidade de construir um pouco mais de fortalecimento da imagem do Congresso Nacional. O Congresso, pode-se dizer de maneira tranqüila quando se fala em Orçamento, está ao lado da classe trabalhadora; ao lado da prioridade deste País. Infelizmente, não é a visão de alguns outros setores do Estado nacional.

Temos alguns problemas que precisam ser considerados pelo nobre Relator, ainda nessa sua caminhada de solidariedade ao Acre, em relação ao chamado Quadro 3, ao subtítulo, cuja execução é vedada nos termos do art. 5º, § 1º. Temos a construção de trecho rodoviário, do corredor fronteira norte, na BR-317, no Acre, entre Brasiléia e Assis Brasil, onde há um impedimento, por esse Quadro 3, onde está inserido. Gostaria de dizer que nunca houve construção nesse trecho por parte do Governo do Estado. É um equívoco de interpretação, e já apresentamos um destaque suprimindo do Quadro 3 essa situação. Tenho certeza de que V. Exa. fará a correção devida.

Outro problema é em relação à BR-364, no corredor fronteira norte, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul. De fato, testemunhamos que houve irregularidade no Governo passado, mas o atual Governo tomou todas as medidas de correção, administrativas e de ordem legal, junto ao DNER, e essas medidas foram encaminhadas dentro de toda a legitimidade. O DNER acusou em ofício. Tenho o número do ofício do DNER junto ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos do Estado, Ofício nº 013879/1999-5, que aponta que tudo que tinha de ser feito pelo Governo do Estado foi feito. Então, não há razão para que essa situação permaneça no Quadro 3, e tenho certeza de que V. Exa. irá fazer o tratamento devido.

Outra situação que confirma isso é que em dezembro de 1999 fizemos uma aprovação, por solidariedade desta Comissão e com execução orçamentária desses trechos já citados. Então, se já foi feita a execução orçamentária, em dezembro do ano passado, esse mesmo trecho não poderia estar em litígio, colocado no Quadro 3 do relatório final. É o apelo que faço a V. Exa.

Por último, não poderia deixar de agradecer ao Senador Gilberto Mestrinho e ao Deputado Carlos Melles pela solidariedade especial com o Estado do Acre, no extremo oeste do Brasil, que encontra hoje uma geração de políticos e governantes que olham pelo desenvolvimento sustentável e que estão à altura do seu tempo. Olham para a Amazônia como um corredor do terceiro milênio; olham para a bioindústria como o futuro deste País e, talvez, o futuro econômico da América do Sul, mas, ao mesmo tempo, vivem em sua região com componentes feudais. Habitantes de alguns Municípios demoram até quinze dias em viagem de barco para chegar à Capital do Estado a fim de fazer um tratamento de saúde; e pode-se pagar um avião monomotor, cujo custo é de 1.700 reais, para transportar um doente.

Por essas razões, V. Exa. demonstrou profunda sensibilidade, e acredito que achará um caminho para concluir a possibilidade de o Acre tornar-se um Estado à altura do seu tempo e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, quero apenas fazer um apelo ao nobre Relator que procurou

atender, tanto ele quanto os Relatores-Setoriais, o meu Estado, Tocantins, naquilo que foi possível.

Eu fiz, nobre Deputado Carlos Melles, três destaques, como já conversei com V. Exa. Um deles é com referência à BR-153 que, realmente, está em situação muito difícil. É uma emenda que foi atendida pelo Relator-Setorial com 8 milhões e pouco e mais um e pouco de indicação, porque ficaria em 10 milhões. V. Exa. teve de fazer uma adequação e cortar um pouco, mas peço a V. Exa. atenção para essa emenda, no sentido de que ela seja atendida com mais 4 milhões, além dos seis já contemplados.

O outro destaque que faço é com referência à emenda da construção do aeroporto de Palmas. V. Exa., que conhece o Tocantins e o Brasil inteiro, já nos deu a honra da sua visita ao Tocantins, sabe que o aeroporto de Palmas está funcionando numa avenida da cidade. O problema é que essa obra deve ser concluída em abril do próximo ano, e não teríamos como contemplá-la com o restante dos recursos deste Orçamento, apresentando emendas de bancada para este ano, para ser atendido dentro do próximo ano, porque a obra será concluída em abril do próximo ano.

Essa a explicação que dou a V. Exa. O Tocantins está contente, está satisfeito, sim, com o seu atendimento, mas estamos fazendo este apelo em nome da bancada do Tocantins.

E o último apelo que faço é com referência àquela manobra inteligente da bancada de Goiás com relação à Ferrovia Norte-Sul: uma emenda de Comissão, cujos autores fomos eu e o Deputado Pedro Chaves, de Goiás. O trecho tocantinense, que V. Exa. já contemplou com mais 10 milhões, havia um acerto preliminar que ficaria com 51 milhões, até agora foi atendido só com 31. O destaque que faço, tenho um destaque também do Senador Eduardo Siqueira Campos, apoiado por alguns outros Parlamentares, é no sentido de acrescentar aqueles 20 milhões, assunto que já conversamos com V. Exa.

Por último, gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho que fez, conhecemos as dificuldades, e dizer que não aceitamos críticas de ninguém porque só quem está aqui conhece as dificuldades e o esforço que cada um tem feito noite adentro, o esforço que V. Exa. fez para procurar recursos, as fontes, para atender não só as emendas individuais e de bancada, mas ao Governo, assim como todo o Orçamento da União.

Solidarizo-me com V. Exa. e principalmente com esta Comissão no sentido de não aceitar as críticas por ser eu um Deputado governista.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Almir Sá.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, como os demais companheiros, queremos também manifestar nosso apoio ao Relator pelo profícuo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Relatoria do Orçamento da República.

Sr. Relator, gostaria de pedir a V. Exa. a gentileza de fazer uma alteração no Destaque 00407, das ações de desenvolvimento do esporte nacional, sem alterar os valores que V. Exa. já colocou no Orçamento, com os devidos cortes. Queremos esclarecer que o objetivo da nossa solicitação visa manter o valor proposto pelo Relator-Geral, adequar os GNDs, conforme consta da emenda proposta pela autora. Ou seja, 10% para outras despesas correntes e 90% para investimentos, resultando GND 3, outras despesas correntes, 5 milhões, GND 4, investimentos, 45 milhões. Conforme justificação, a emenda destina-se basicamente à construção de espaços esportivos em comunidades carentes, configurando-se, portanto, como investimentos.

Fica aí o apelo ao Relator para fazer essa adequação, uma vez que não há nenhum prejuízo ou alteração com referência a valores.

Como membro desta Comissão, estamos também solicitando o acréscimo de 200 mil reais para o Projeto Calha Norte, uma solicitação do Executivo Federal no Destaque 00196.

Sr. Relator, sei que V. Exa. tem sido digno de destaque pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo. Entretanto, ao concluir esta minha interferência, não poderia deixar de fazer um apelo a V. Exa. Como Parlamentar de Roraima, manifesto uma preocupação que tenho com referência ao trecho de quase 900 quilômetros de asfalto. Normalmente, no período de chuva é comum que se danifique a estrada federal 174, que interliga Manaus à Venezuela. Então, fazemos um apelo ao Relator para que atenda o Destaque 00628, que trata da restauração das rodovias federais de Roraima.

A nossa preocupação também, ilustre Relator, é com referência aos nossos Municípios do interior. O Destaque 00625 direciona ações de infra-estrutura urbana aos Municípios de Roraima. Como temos Municípios distantes, difíceis, o montante destinado a esses Municípios não atende a essas necessidades. Estamos fazendo um apelo ao Relator, no Destaque 00625, para que compreenda que Roraima é um dos Estados que mais recebe imigração na Amazônia. E

não podemos deixar de atender às cidades do interior do Estado.

Fazemos um apelo também ao Relator com relação à área da habitação. O grande fluxo de imigrantes está em Rorainópolis, principalmente nos Municípios de São Luiz, Caroebe(?), Iracema, que hoje penam bastante pela falta de habitação. Pedimos especial atenção de V. Exa. para o Destaque 00629 sobre acréscimo de 2 milhões e meio na área de habitação.

E, finalmente, a promoção do turismo, uma vez que estamos pedindo a adequação de 2 milhões, 148 mil reais, porque há um grande fluxo de turista da Venezuela para Manaus. Precisamos do incremento através do Destaque 00050.

Sr. Presidente, também não poderíamos deixar de apresentar aqui o Projeto de Lei nº 0051. Houve diminuição do valor, por isso estamos pedindo uma adequação de 1 milhão, 235 mil reais — construção do trecho da rodovia que interliga Boa Vista a Normandia.

Assim, encerro apelando ao Relator para que nos ajude, uma vez que Roraima, como Estado novo, fundamentalmente necessita desse seu apoio neste final de composição do Orçamento.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, farei a minha intervenção em duas partes. A primeira, nobre Relator, é para dizer a V. Exa. que fiz alguns destaques, sendo que um deles, urbanização da Lagoa da Jansen, em São Luís, a pedido da Governadora, que me informou ter falado com V. Exa. por telefone a respeito. Os outros são do interesse da bancada.

Espero que V. Exa. olhe com cuidado e com a paciência com que tem olhado todo o Orçamento. Congratulo-me com V. Exa. pela sua paciência ao examinar no Orçamento não apenas emendinhas ou pretensões ou pleitos de Parlamentares; V. Exa. examinou o Orçamento de uma forma macro.

E não posso deixar, neste momento, de estranhar as declarações surgidas na imprensa, especialmente no Estado de São Paulo, com relação ao trabalho de V. Exa. Não apenas declarações, mas críticas. Realmente não concordo com elas, sei do esmero com que V. Exa. se houve no desempenho desta tarefa.

Por isso mesmo, Sr. Relator, é que conversando com alguns assessores no Ministério do Planejamento, pessoas com quem tenho uma certa relação de amizade, deles colhi a informação de que o Ministro Martus Tavares, absolutamente, não prestou aquelas declarações. E como conheço S. Exa., posso afiançar-lhe que ele não ameaça. Quando é necessário fazer contingenciamento ele faz, não precisa ameaçar.

É por isso também que estranho que o Líder do Governo, o representante da Liderança do Governo nesta Comissão, tenha trazido o recado de que vai haver contingenciamento. Será que S. Exa. trouxe essa informação da Liderança do Governo no Congresso? Será que foi do próprio Palácio...

*(Não identificado)* – Não é recado não. Eu não costumo trazer recados. Eu não sou moço de recados, Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – ... ou será que foi do Ministro da Fazenda? Ou será que o recado é invenção dele próprio?

Congratulo-me com V. Exas., Sr. Relator e Sr. Presidente, pelo excelente trabalho que esta Comissão acaba de fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Dr. Heleno.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Meu Presidente, já foi dito aqui, em nome da bancada, pela Deputada Laura Carneiro, mas pela inscrição do Rio de Janeiro, representando o Estado, não posso deixar de qualificar o trabalho do Relator como de paciência e de multiplicação dos pães. Não é fácil pôr os pontos nos pontos necessários. Sabemos a dificuldade que cada região apresenta, sendo que o retrato de cada uma delas vai desde a mutilação do homem até a região, até o chão.

Lá na Baixada Fluminense nós, com seis Deputados, já pensamos no Estado da Baixada quando somos feridos ou esquecidos, porque por todo o tempo fomos esquecidos. Pedimos para que pudessem ajudar. O desastre que temos, que a natureza nos oferece, é que por ser Baixada, mais baixo do que o nível do mar, temos problemas que acarretam não só as enchentes, mas doenças maléficas como também as pragas que ali se implantam. Então, meu Presidente, fomos agraciados. Pedimos uma verba e saiu outra, mas fomos agraciados. Porém, para 13 Municípios e 4 milhões e 200 mil habitantes é muito difícil, com essa verba, fazer alguma coisa que possa de fato dar cidadania.

Pedimos ao Presidente que estude um pouco mais essa Baixada, para sentir que nessa realidade, bem na calada, temos o sofrimento, mas temos também o retirante do Nordeste todo lá na nossa Baixa-

da. Lá, pode ter sido refúgio da esperança, ou mesmo pode ter sido também a riqueza do nordestino; que cada um do Nordeste, que aqui possa reclamar a sua terra, pleiteie também o voto para a Baixada. Aqui eu peço, para que possa aumentar isso, qualquer coisa. Não é uma gentileza, tampouco é o pires na mão. É apenas a necessidade de estender a cidadania.

Por isso, agradeço ao Presidente e digo que paciência e confissão V. Exa. já as tem, falta pouco para chegar à sala dos milagres.

Pedimos a construção de obras para a contenção de enchentes — canalização e córregos e valões. Isso é tão pouco com a diferença dos outros. Não é tesouro, é só buraco. Mas buraco que não nasça água, que também não venha a afogar ninguém, mas que traga e espante aquelas mágoas.

Meu Presidente, juntamente com a Deputada Almerinda de Carvalho e com todos os meus colegas e pares, pelo Rio de Janeiro não posso deixar de reclamar. O Rio tem de voltar a ser ordeiro, ser cultural, e só depende de vocês que estão vendo, estão sentindo. Os meus colegas, tenho certeza, vão chegar junto, e por isso faço esse pedido a V. Exa.

Há a parte tecnológica, que o Rio transporta para todo o Brasil. A parte tecnológica espalhada. Onde compramos um quilo de feijão é um quilo. Mas se essa tecnologia do Inmetro cair, o que vai acontecer? Vão comprar um quilo e receber 600 gramas. O nosso ar não podemos nem medir e também podemos ver que a criança não vai ter brinquedo legal, com segurança, nem o automóvel, nem qualquer ponto técnico que possa ser implantado.

Por isso, meu Presidente, peço a V. Exa. e ao Relator que a emenda possa olhar para o Inmetro. Todo cuidado é pouco quando se tem tanto pedido. Eu só quero que se lembre um instante, meu Relator, que V. Exa. foi bem medido.

O Inmetro está aí com a metrologia para te dar, até agradecer, principalmente o Ministro Alcides Tápias, que vai até dar gargalhada de agradecimento, porque dirigir um Ministério, dirigir um país, dirigir um Município sem o devido dinheiro é a mesma coisa que brincar em cima de um pandeiro.

Obrigado, meu Presidente, meu Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Damião Feliciano. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Jorge Alberto.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente desejo parabenizar o Deputado Carlos Melles e todos os componentes do comitê pela forma cordial, pela paciência que demonstraram ao receber a bancada de Sergipe, quando estivemos defendendo nossos interesses nas reuniões ocorridas.

De certa forma, Sr. Relator, quero externar também a minha preocupação com relação à questão da saúde. Temos aí um buraco em torno de 1 milhão e 500 mil reais para atender as nossas reivindicações, que buscam corrigir esses desníveis existentes em nosso País, tentando levar para os Estados brasileiros uma renda **per capita** de 58 reais e 44 centavos para a área da saúde.

Como Deputado ligado a essa área, principalmente, quero manifestar minha preocupação com a busca desse 1 milhão e 500 mil reais, que serão destinados a essa área.

No que diz respeito a Sergipe, Sr. Relator, mesmo reconhecendo toda a boa vontade que V. Exa. e os membros do comitê demonstraram para com o nosso Estado, desejaria ressaltar alguns aspectos. O Estado de Sergipe, se V. Exa. observar direitinho, no Orçamento oriundo do Executivo foi muito pouco contemplado. Não digo isso chorando, porque somos um Estado pequeno e queremos cada vez mais. Não digo isso, porque é uma realidade. V. Exa., estudando direitinho, verá que Sergipe, no Orçamento do Executivo, foi muito pouco contemplado. Resta-nos, naturalmente, corrigirmos essa defasagem através das nossas emendas de bancada e das nossas indicações à Relatoria.

Tive oportunidade, conversando com V. Exa., juntamente com o Governador Albano Franco, do nosso Estado, e posteriormente com todos os Deputados que compõem a nossa bancada, de mostrar o porquê das nossas reivindicações, naturalmente buscando pelo menos o mínimo necessário para tocarmos esses projetos que já estão em andamento e outros que aí estão para serem implementados.

Sergipe tem necessidade, Sr. Relator, de corrigir o déficit habitacional da ordem de 20 a 30 mil habitações populares. E com os recursos com que estamos sendo contemplados, dificilmente o Governo do Estado atenderia as suas necessidades e chegaria a atingir os seus objetivos. Então, estamos propondo alguns destaques para que amanhã nos sentemos com V. Exa. e dialoguemos. Não há necessidade de mostrarmos porque estamos defendendo esse ponto de vista.

Temos a duplicação da BR-101, que faz parte do corredor do São Francisco. Mostraremos a necessidade, ou melhor, já tivemos a oportunidade de mos-

trar a necessidade de uma dotação orçamentária adequada para contemplar o nosso Estado com a duplicação dessa rodovia.

E temos uma preocupação maior, que não é só em valor, mas também com a fonte de recurso que o nosso Estado está sendo contemplado. Temos uma preocupação muito grande e estamos propondo também a V. Exa., com este destaque, que modifiquemos a fonte para o custeio dessa emenda.

Temos uma Capital em desenvolvimento. Aracaju, Sr. Relator, nos últimos dez anos, cresceu de forma assustadora. É claro que, com o seu desenvolvimento, surgiu uma periferia com necessidades prementes de uma melhor infra-estrutura urbana e de um melhor programa sanitário. Também essa preocupação manifestamos nos nossos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Lembro ao Deputado que o tempo de V. Exa. está esgotado.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Peço a V. Exa., Sr. Presidente, vênia e paciência e, ainda, que V. Exa. dedique ao Deputado Jorge Alberto a mesma paciência que dedicou aos outros colegas que me antecederam.

Para concluir, Sr. Relator, desejo dizer que temos também um outro destaque em que apresentamos uma solicitação feita por toda a bancada, pedindo apenas a mudança de órgão para contemplar este destaque. E ele está aí presente.

Há também outros destaques nossos que vão ser apresentados pelo Senador Antônio Carlos Valadares, e tenho a impressão de que também S. Exa. falará em nome da bancada e defenderá os seus destaques.

Portanto, parabenizo V. Exa. pelo trabalho que realizou, agradeço a paciência ao nosso Presidente, mesmo em face do adiantado da hora, e digo que amanhã estaremos juntos debatendo e lutando para buscar o máximo possível para o nosso Estado de Sergipe.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de mais nada quero registrar o esforço, a atenção e a gentileza que o Sr. Relator dispensou às áreas da assistência social e da saúde no Orçamento.

Eu não queria estar no lugar de S. Exa. Lembro-me do sofrimento dos outros Relatores. É preciso ter muita tolerância e compreensão para ocupar esse cargo e é importante que se registre, através das notas taquigráficas, que isso V. Exa. teve, bem como as tiveram os Sub-Relatores.

Venho aqui fazer um apelo a V. Exa. em nome de milhões e milhões de crianças pobres deste Brasil. Não vou pedir 4 bilhões de reais que, queira Deus, a Comissão de Combate à Pobreza possa viabilizar, para que possamos agir contra toda a pobreza e beneficiar quem mais sofre neste País: as crianças.

Estou aqui — e está ao meu lado a Deputada Fátima Pelaes — para pedir, em nome dos Deputados desta Comissão e no de todos os Parlamentares deste Congresso Nacional, a V. Exa. que dê uma atenção especial ao destaque que diz respeito às ações sociais comunitárias de combate à pobreza.

Pedimos 1 bilhão de reais. Evidentemente, essa quantia V. Exa. não teria condições de nos propiciar. Mas houve atenção por parte de V. Exa. e chegamos, somando todos os recursos, aos cerca de 30 milhões de reais com que V. Exa. nos contemplou.

Mas, Sr. Relator, não nos destine 1 bilhão, mas também não apenas 30 milhões. Sei que o coração de V. Exa. vai bater mais forte quando, amanhã, for decidir esse valor. Dê mais 30 milhões às crianças que precisam desses recursos. Eles serão usados para creches, para programas que visam aumentar a renda da mãe, para o programa de agente jovem de desenvolvimento. Há programas pequenos que têm repercussão na sociedade.

Lembro-me da dificuldade que tivemos no passado para convencer o Israel Ribeiro, que não sabia o que era isso e não acreditava que poderia dar 60 milhões. Mesmo assim, conseguimos no passado 90 milhões. Sei que neste ano está mais difícil. Não precisamos dos 90 milhões que ganhamos no ano passado, quando o Israel Ribeiro conseguiu, enfim, entender o que era isso.

Consiga isto, Sr. Relator. Não haverá milhões de crianças beneficiadas, mas acho que mais de 1 milhão de crianças serão atendidas por esse programa, e o nome de V. Exa. ficará marcado como "o Relator que ajudou os programas comunitários sociais da pobreza".

Para fechar, Sr. Relator, desejo dizer que V. Exa. terá amanhã o dia inteiro para conversar com os seus brilhantes assessores, a fim de mudar a redação do texto em que V. Exa. encontrou uma saída para dar mais segurança para a área da saúde.

Na verdade, segurança maior haveria se o Ministro do Orçamento, Planejamento e Gestão tivesse tido sensibilidade para tratar dessa questão. Eu disse ao Ministro Martus que ele tinha de encontrar uma saída, e S. Exa. não conseguiu lidar com o problema.

Vamos tentar amanhã ainda. Parece-me que é o Ministro Malan que está trancando, conforme me disse um passarinho. Representantes da área da saúde estão tentando convencer S. Exa. a mudar de idéia. Amanhã vamos tentar ser recebidos pelo Ministro Malan, que se comprometeu com a área da saúde a receber, de novo, até a Comissão fechar o seu relatório, representantes da área da saúde, e nós não conseguíamos isso. Acho que amanhã S. Exa. nos receberá e dará um sinal, aquilo que V. Exa. precisa.

Mas poderia mudar e fazer com que ao menos entre o termo "previamente". Trata-se daquela proposta do Deputado Aroldo Cedraz de colocar "previamente", para ver se amarra mais aquela proposta. Da forma como está ficou autorizativa. A que estamos propondo já não é muito forte. Autorizativa é frágil, Sr. Relator.

Tenho certeza de que isso ao menos V. Exa. poderá fazer com o apoio, evidentemente, do Presidente, que é do meu partido. O PMDB é um partido voltado para as questões da saúde, como o PFL se preocupa com as questões da saúde e da pobreza.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputada Fátima Pelaes.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, primeiro gostaria de parabenizar V. Exa. pela forma competente e dedicada com que tem conduzido os trabalhos desta Comissão, juntamente com todos os Relatores-Setoriais.

Gostaria também de falar sobre dois pontos. O primeiro é de âmbito nacional. Trata-se de um apelo da Frente Parlamentar de Assistência Social e de todos os que querem combater a pobreza neste País.

Sr. Relator, já agradecemos a V. Exa., em nome dos portadores de deficiência, a sua sensibilidade. V. Exa. já conseguiu recompor em 100% os recursos destinados aos portadores de deficiência. Tínhamos uma perda muito grande e conseguimos revertê-la. Houve um aumento de 7 milhões de reais nos recursos destinados aos portadores de deficiência.

Mas, infelizmente, Sr. Relator, ainda temos muito a fazer. Por isso estamos também apresentando dois destaques. Um deles foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e diz respeito à atenção ao idoso; o outro foi apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e trata também do enfrentamento da pobreza. São ações que, com certeza, podem modificar a vida de milhões de brasileiros que dependem ainda da assistência social para viver com dignidade.

Por isso, Sr. Relator, apelamos, mais uma vez, para sua sensibilidade.

Sabemos que é muito difícil, mas gostaríamos que, dentro de suas possibilidades, V. Exa. recompusesse o orçamento da assistência social.

Se esse orçamento não for recomposto — estamos com uma perda de 13% —, com certeza, muitas creches não terão como atender a suas crianças, muitos idosos ficarão sem esse atendimento e muitos trabalhos sociais que vêm sendo feitos deixarão de ser atendidos.

É importante ressaltar que esses recursos têm o controle da sociedade, uma vez que temos hoje, em cada Município, os Conselhos Municipais de Assistência Social que estão vigilantes para que esse recurso chegue realmente à população. Esse é o nosso pleito com relação à questão da assistência social.

Trago também, Sr. Relator, um apelo do Estado que represento nesta Casa, Amapá. Apresentamos dez emendas de bancada e temos destaque de duas. Primeiro, trata-se da BR-156. Foi aprovado o valor de 14 milhões. Essa emenda é fundamental para o nosso desenvolvimento. Houve, inclusive, um acordo assinado entre o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente da França, há cerca de um ano, para uma ponte que vai ligar o Estado de Amapá, no Município de Oiapoque, à Guiana Francesa.

Infelizmente, vai ser muito difícil de esse acordo ser cumprido se não conseguirmos apenas asfaltar a BR-156, estrada que tem apenas 106 quilômetros asfaltados e é crucial para o nosso desenvolvimento.

Temos também uma outra emenda para o saneamento básico. Apresentamos o valor de 32 milhões e 900 mil. Foram aprovados, pelo Relator-Setorial, 3 milhões e quinhentos, e por V. Exa. foi acrescentado mais 1 milhão. Pedimos a V. Exa. para verificar a possibilidade de aumentar esse valor.

No Amapá hoje, apesar de estarmos na frente do Rio Amazonas, não temos ainda população atendida por água tratada. A Organização Mundial de Saúde diz que 80% das doenças poderão ser evitadas se tivermos saneamento básico. E a nossa população carece disso.

Fica, então, Sr. Relator, em nome do povo do Amapá, esse apelo para que trate com carinho, aten-

ção e respeito — que sei que V. Exa. tem — essas duas emendas.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Quero abrir uma exceção e pedir licença. Vou responder a todos os questionamentos amanhã.

Pediria à Deputada Fátima Pelaes, como coordenadora da Frente de Assistência, só para que não me deixe em dúvida — obviamente, por uma questão de sentimento de todos nós, dei atenção especial a essa área de assistência social —, que visse com a assessoria amanhã, porque com relação à creche o aumento ficou em torno de 30 milhões. O enfrentamento à pobreza pusemos trinta, e já veio no Orçamento uma outra rubrica dezessete. Deficientes, pobreza, idoso e o trabalho infantil, na minha impressão, tinham aumentado. Estou ainda um pouco surpreso que a nobre Deputada diga que está com 13% abaixo. Gostaria que amanhã trabalhássemos melhor nisso. Não vou entrar em discussão porque algumas coisas para mim não deveriam estar assim. Haveremos de ver isso com muito carinho e cuidado.

Outro assunto, só para adiantar. Quero deixar a bancada do Rio com a certeza de que o Rio foi maltratado até agora no Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o Relator pelo excelente trabalho que desempenhou e pela paciência com que tratou de todos os assuntos do Brasil, atendendo a cada um com sua maneira cavalheira e humilde como agora acaba de demonstrar, reconhecendo seus erros, acertos e encaminhando a melhor solução.

Como mineiro, tenho um enorme orgulho do trabalho que está sendo realizado sob o comando do Deputado Carlos Melles. Por mais que se critique o Congresso Nacional, é preciso reconhecer, principalmente nos últimos anos, que é aqui que realmente corrigimos as grandes distorções do Orçamento da União; é aqui que damos a interpretação do anseio nacional, quando o Governo nos encaminha as macrodiretrizes que devem reger as prioridades nacionais; é aqui que damos interpretação à realidade de cada localidade deste País, de cada região e de cada Estado, de forma a poder reparar deformações que o PL enviado pelo Executivo muitas vezes nos traz e que realmente resulta no aprimoramento.

Esse é o papel do Parlamento, que tem cumprido isso de uma forma muito clara, democrática e competente, até através da ação enérgica da Oposição, da Base do Governo, na procura de um caminho que leve a fazer do Orçamento a expressão daquilo que é realmente prioridade nacional.

Por isso, Sr. Relator, quero deixar meus cumprimentos e a minha satisfação por ver o trabalho até aqui realizado e o seu empenho em buscar alternativas que pudessem contemplar o anseio de vários segmentos das bancadas, das Comissões que já se manifestaram e dos Parlamentares que representam um conjunto de eleitores e que, por isso mesmo, têm compromisso com sua base de devolver respostas e investimentos à esperança depositada neles nas urnas.

Só para pontuar, deixo alguns destaques para análise do Relator. Farei apenas um alerta em âmbito nacional — já aconteceu ao Relator-Setorial e fiz um alerta na presença de todos os companheiros — de que estamos correndo o risco de deixar fora do Orçamento dois programas absolutamente indispensáveis à implementação da reforma agrária no País. O Pronera, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, e o Programa Lumiar, que presta assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária, foram esquecidos no PL que o Executivo enviou para cá.

Recebemos críticas da Oposição — e com razão — porque o PL não contemplou esses dois programas. Mas mesmo reconhecendo que houve um erro, é necessário que nós, em nome do Parlamento, nos disponhamos a solucioná-lo. Estou falando aqui de 70 mil alunos que podem ficar sem escola e que hoje freqüentam as escolas nos assentamentos de reforma agrária. Esses 70 mil alunos precisam de pelo menos 30 milhões de reais para manutenção do Pronera e 10 milhões para a manutenção do Lumiar.

Portanto, estou apresentando, Sr. Relator, o Destaque nº 00621, que, através da emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural, com o subtítulo Capacitação de Agricultores em Assentamento da Reforma Agrária, permitiria pudéssemos repor esse recurso para que o programa de reforma agrária vigente no País não tivesse, pelo menos, solução de continuidade.

Tenho certeza da sua sensibilidade para esse problema. Infelizmente o Relator-Setorial não pôde nos contemplar e transferimos, até por uma decisão deste Plenário, essa questão para ser destacada neste momento. Faço isso, tenho certeza, em nome dos que se preocupam com a reforma agrária, questão fundamental para o País, principalmente para aqueles que já vivem nos assentamentos.

Finalizo dizendo que quero cumprimentar todos os Sub-Relatores que prestaram serviços e aos nobres colegas desta Comissão porque, por mais que estejamos sendo criticados, a verdade é que, agora, às 10h30min da noite, e daí para adiante, é que estamos decidindo o que é melhor para o País. Muitas pessoas ao nos criticar não sabem o quanto é complicado e difícil a identificação de prioridades nacionais.

Por isso, destaco, mais uma vez, o trabalho do Sr. Relator pela sensibilidade, carinho e paciência com que acatou cada um de nós, dos pontos mais distantes do País, medindo exatamente o peso de cada uma das prioridades apresentadas e extraindo este relatório que — e tenho a certeza de que esta Comissão vai respaldá-lo — expressará o que há de melhor nas prioridades deste País.

Parabéns Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; parabéns Deputado Carlos Melles. Que Deus continue iluminando o seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Deputado João Almeida. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o nobre Deputado Eurípedes Miranda.

**O SR. DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA** – Sr. Presidente, quero dizer ao nobre Relator, Deputado Carlos Melles, que apresentamos emenda do Estado de Rondônia para, posteriormente, ser discutida com a bancada. Também quero cumprimentá-lo pela forma competente com que vem conduzindo os trabalhos até o presente momento.

Parabéns a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Conforme acordo dos representantes de lideranças na Comissão, suspendo a discussão, deixando para amanhã, às 12h, as inscrições dos Deputados Santos Filho e Sérgio Guerra. Ainda, conforme o acordo, a reunião terá duração de 30 minutos, culminando com a votação do relatório final, ressalvados os destaques.

Desde já, comunico aos Srs. Parlamentares que a votação dos destaques se dará amanhã às 20h.

Antes de encerrar a sessão, concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Rapidamente deixarei duas considerações. A primeira é para dizer que amanhã, nas respostas e análises das emendas, teremos tranqüilidade nesta parte final do Orçamento. Na medida em que o Orçamento vem a Plenário e pode ser discutido com abertura e transparência, a mim me dá muita satisfação.

Primeiro, porque aqui ele se torna público. Os destaques e as correções necessárias realmente haverão, não vamos satisfazer a todos, mas temos a transparência e a característica de aceitar onde erramos e onde estamos equilibrando e fazendo este Orçamento o mais harmonioso e correto, pelo menos à luz daquilo que possamos discutir aqui dentro.

Dessa forma, não tenho nenhum problema em discutir todo e qualquer destaque, lembrando a falta de recursos, ou melhor, a escassez, porque não temos recursos. Temos de discutir na Comissão como fazer para acatar essas emendas.

Finalmente, enquanto estávamos discutindo, o Ministro Martus Tavares teve a delicadeza de fazer uma ligação para dizer que não foi dele as palavras que o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou em editorial.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Se isso vier por escrito seria bom.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Disse a S. Exa. que realmente esta Comissão precisa ser preservada. Convém que a imprensa trate a Comissão, especialmente esta, com mais carinho, compreensão e, sobretudo, com realidade, com conhecimento de causa. Fica muito fácil analisar de forma leviana o Orçamento, que é a peça mais importante do Congresso Nacional, para a sociedade. Definitivamente não vamos aceitar isso. Aprendi a respeitar e a observar o trabalho desta Comissão. Ela precisa ser reformulada sob vários aspectos, sobretudo no valor de emendas coletivas. Realmente, correções devem ser feitas. Mas também temos de manter a dignidade e o respeito que esta Comissão merece. Deixo registrada a observação do Sr. Ministro.

Esperamos que amanhã, e depois de amanhã, possamos, com a graça de Deus, primeiramente, aprovar este relatório, e que seja da satisfação de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está encerrada a sessão.

Convoco para amanhã, às 12h e às 20h, reunião desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reaberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2000.

Ordem do Dia.

Apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano 2000 que estima a receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro do ano 2000.

O Relator é o Deputado Carlos Melles.

Conforme ficou acertado, esta sessão é a continuação da de ontem. Os Deputados Santos Filho e Sérgio Guerra debaterão a matéria hoje.

Usará a palavra como Relator do PPA o nobre Deputado Renato Vianna.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator da Comissão Mista de Orçamento, Sras e Srs. Deputados, neste momento, quero reiterar e ratificar o testemunho de companheiros desta Comissão que ontem, em virtude de algumas críticas dirigidas ao Relator Carlos Melles, reafirmaram aqui não só a competência, a transparência e a visibilidade com que S. Exa. se comportou no desempenho desta difícil missão de Relator da proposta orçamentária do ano 2000. Com limitações humanas e até de conhecimento técnico compartilhamos das apreensões de S. Exa. durante as discussões e as apresentações do PLO 2000 e do PPA 2000/2003.

Percorremos grande parte deste País a convite de lideranças empresariais e políticas; apresentamos tanto o PLO 2000, como o PPA 2000/2003 a Governadores de Estados acompanhados de Parlamentares, de representantes de universidades, procurando, pela primeira vez nesta Casa — e já ocupo pela terceira vez, nos quatro mandatos que o povo catarinense me confiou — a titularidade nesta Comissão Mista de Orçamento. E nunca se agiu de forma tão democrática, procurando fazer este debate com a sociedade brasileira, levando ao conhecimento o que é o PPA, o que é um orçamento anual, as dificuldades, as limitações em função não só da receita, das despesas, das fontes e dos custeios.

Em função disso, o nobre Relator constituiu algumas Comissões: Comissão de Custeio, Comissão de Análise e de Apreciação de Emendas, com a presença constante, penosa, eu diria, dos Deputados João Coser, do Espírito Santo; Santos Filho, do PFL, Paraná; Iberê Ferreira, do Rio Grande do Norte; Waldemir Moka. Com isso, criteriosamente, procurando analisar emenda por emenda, fonte, recurso, a fim de atender o pleito justo dos Parlamentares na democratização dos investimentos de infra-estrutura econômica e social.

A Comissão foi constituída para a análise de irregularidades nas obras e nos investimentos junto ao Tribunal de Contas da União, com aquele sentimento de fazer com que os recursos, os investimentos não penalizassem as obras sem que antes houvesse uma avaliação do gestor público responsável pelo desvio ou pela irregularidade apontada.

Por isso, venho aqui hoje prestar um testemunho de quem compartilhou e de quem teve a preocupação muito mais de acertar junto com os companheiros, o corpo técnico desta Casa; o Presidente desta Comissão, Senador Gilberto Mestrinho; o Vice-Presidente, Deputado Jovair Arantes. Sempre, em conversa com os Sub-Relatores do PLO, com as lideranças dos diversos partidos políticos, buscamos o caminho correto da visibilidade e da transparência.

Sr. Presidente, por isso esse testemunho, que nasce muito mais de um sentimento espontâneo de reconhecimento, do elogio que brota, sem dúvida, no intuito de premiar o esforço daquele que aqui veio no sentido de servir o Parlamento e esta Comissão Mista de Orçamento, com uma grande visão de um Brasil que busca, através do PPA, o caminho, pela primeira vez, de um desenvolvimento sustentável, econômico e social.

Ao terminar, gostaria de apresentar a esta augusta Comissão, já que invertemos o processo de votação. Deveríamos primeiro ter votado o PPA 2000/2003, que traça a grande moldura, o grande cenário, onde os detalhes, os mosaicos das obras, dos investimentos, dos programas, das ações são compatibilizados. Nós estamos propondo, nesse esforço hercúleo do País, da sociedade brasileira de combate à pobreza, de combate à miséria, de combate à fome, delimitar espacialmente os grandes bolsões de miséria. Valemo-nos de um trabalho extraordinário feito pelo Ministério da Integração, com o objetivo geral, na criação de quatorze programas com gerentes específicos, de buscar a elevação da qualidade de vida da população residente nas mesorregiões selecionadas por meio de instrumentos e recursos que assegurem ações de desenvolvimento sustentável, especialmente projetos de produção com a geração de emprego e renda, provisão de infra-estrutura produtiva e elevação das condições sociais básicas.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, na relação das áreas beneficiadas por esses quatorze programas estamos sugerindo a criação no PPA, aumentando de trezentos e sessenta e cinco para trezentos e setenta e nove programas; identificar espaços subnacionais contínuos, atravessando territórios pertencentes a

mais de uma Unidade da Federação ou que se localizem em áreas de fronteira com países vizinhos, onde se torna imperiosa uma atuação mais efetiva do Poder Público para assegurar a promoção de atividades que objetivem a consolidação de um processo de desenvolvimento sustentável.

Por isso, de acordo com esses estudos efetuados pelos técnicos do Ministério da Integração, estamos aqui procurando selecionar espaços onde as condições de vida de grande parte da população são bastante precárias, o que torna inadiável a realização de ações que objetivem resgatar um enorme passivo social, cujas raízes se encontram em episódios marcantes da nossa história.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, pedimos que o Sr. Relator acolha no seu parecer — como disse, houve uma inversão e deveríamos ter votado primeiro o PPA para depois votarmos o PLO 2000 — quatorze novos programas, os quais vamos identificar rapidamente para conhecimento dos senhores e das senhoras: Alto Solimões, fronteira do MERCOSUL, Águas Emendadas, Bacia de Itapoiana, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, metade sul do Rio Grande do Sul, Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Vale do Ribeira, Guaraqueçaba, Vale do Rio do Acre, Xingó e Vale da Mata Canavieira Nordestina. Estamos pedindo, Sr. Presidente, Sr. Relator, dentro da sensibilidade e do aguçado espírito hoje, para priorizar os investimentos na área social, que sejam destinados já este ano para implementação das ações que estamos discriminando para cada programa dessas mesorregiões diferenciadas, procurando corrigir as desigualdades regionais e as desigualdades sociais. Apenas 16 milhões 645 mil 343 reais e 33 centavos, sendo 5 milhões de reais para a (ininteligível), 11 milhões para a região do Entorno do Distrito Federal e 11 milhões 645 mil 343 reais e 33 centavos para as treze mesorregiões mencionadas.

Espero, (falha na gravação), pelo Sr. Relator, no seu parecer, dessa sugestão da relatoria-geral do PPA, para que possamos, já a partir deste ano, implementar as ações e caminharmos decisivamente senão para a erradicação decisiva da miséria neste País, pelo menos, para minimizar os seus efeitos .

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproxima-se a votação final do relatório do Deputado Carlos Melles e da sua equipe. Uma primeira palavra é de reconhecimento pela capacidade de negociação democrática do Relator e de quem com S. Exa. trabalhou. Inegavelmente, esse processo teve uma característica importante a participação. Aliás, muitas coisas podem se alegar sobre os procedimentos de Orçamento no Congresso, mas pelo menos uma não cabe alegar, que é a falta de democracia nesse processo. Bancadas estaduais, Comissões Permanentes, bancadas regionais, Relatores- Setoriais, Relator-Geral, Presidente da Comissão, assessoria da Comissão, todas essas forças do processo de orçamento foram ativas e são ativas. Antes, não era assim. Quando se deu o impasse da chamada Comissão de Orçamento, a característica central desse impasse é que havia um núcleo que predominava sobre todos. E esse núcleo era restrito e a sua vontade era absolutamente superior à vontade de todos. Agora, não há isso. É uma característica do Relator, que tem muito a ver com a sua personalidade e é uma característica da Comissão um amplo e permanente debate. A dificuldade é encontrar a forma de encerrá-lo. Um desafio do Presidente é encerrar esse debate, porque, se for permitido a todos, o debate não acaba nunca. Então, esse aspecto democrático é relevante e devemos chamar a atenção para ele.

Penso, porém, que alguns ajustes devemos amadurecer. Primeiro, e o mais importante desses ajustes é criar uma área de transparência e de responsabilidade nas relações do Legislativo com o Executivo. Impossível manter esse cenário onde fontes não são reconhecidas, onde se desenvolve de forma pouco clara todo um acerto sobre o tamanho dos recursos que o Congresso dispõe para remanejar. Isso cria uma situação de intranqüilidade, de insegurança que se reflete depois no não- cumprimento das aprovações feitas, no permanente contingenciamento dos valores aprovados. Será essa seguramente a maior das distorções que remanesce no sistema de orçamento do Congresso. O que aprovamos aqui não vale lá. E esse processo de pouca transparência tem origem no Executivo e se espalha ao longo de todo um período, seja de discussão, seja de execução do Orçamento.

É inaceitável que esse cenário também não seja democrático, que as regras não estejam previamente definidas para que o Relator tenha conhecimento do que pode fazer para que todos atuem de acordo com o que pode ser feito e para que, no final, o que for feito no Congresso tenha verdadeiro valor para o Executivo no cumprimento da Lei Orçamentária.

O segundo problema é exclusivo do Congresso. O conceito das emendas de bancada deve ser preservado. Impossível aprovar emendas de bancada que na verdade não o são ou não têm o seu caráter. São emendas individuais, de interesses parlamentares isolados e não de interesses que reflitam a prioridade dos programas de cada Estado.

Penso que a Comissão, pelas suas melhores figuras, deveria debruçar-se, este ano, especialmente sobre esses dois contextos: primeiro, o contexto da execução e das fontes; e segundo, o contexto da natureza das emendas de bancada que não pode ser desvirtuado.

No mais, dizer que o meu Estado terá algumas alegações a fazer não seria significativo. O Estado foi no geral atendido corretamente pelo Sr. Relator, pelos Relatores-Setoriais.

Aproveito a oportunidade para saudar o Relator e o Presidente pela condição que deram ao processo de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Houve um acerto ontem no sentido de que falariam os Deputados Santos Filho e Sérgio Guerra na sessão de hoje. O Deputado Santos Filho não está presente porque está sendo eleito Presidente na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. No entanto, dois Deputados solicitaram o uso da palavra. Vamos abrir essa exceção, e após usarem a palavra por cinco minutos iniciaremos a votação.

Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

**O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO** – Sr. Presidente, Srs. Relatores, primeiramente, gostaria de também me congratular com o trabalho hercúleo, árduo do Relator Carlos Melles, de toda a sua equipe, de todos os nossos colegas que contribuíram para encontrar o consenso.

Quero também parabenizar o Sub-Relator, Deputado José Priante, que priorizou muito bem a questão das hidrovias do Brasil. Ela é fundamental para a redução de custo neste momento em que se fala de globalização, de inserção internacional. Sobretudo a hidrovia é a integração deste País. O Brasil foi aquinhoado com uma malha hidroviária que continua ociosa, que não participa expressamente da matriz de transporte. Precisa participar para que o País possa integrar-se regionalmente e ser um **global player**, sobretudo na questão das **commodities**, da soja, dos grãos.

Quero fazer um apelo, um apelo de quem se sente excluído neste processo no que diz respeito à questão da hidrovia do São Francisco. Já fizemos essa defesa, Sr. Presidente, e conseguimos majorar os recursos de 3 milhões e meio para 7 milhões e 900 mil nessa última versão. Mas, diante dos fatos que foram noticiados pelos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S.Paulo**, é notório que a imprensa tomou conhecimento antecipadamente do relatório de impactação ambiental da hidrovia Araguaia-Tocantins, está criada uma polêmica, um problema, porque os relatórios ambientais divulgados pela ONGs que participaram consideram o traçado do projeto, como está apresentado, inviável, um desastre ecológico. Não são minhas considerações, mas as que estão na imprensa.

O Governo Federal — parabenizo justamente a persistência do Deputado José Priante — priorizou o Araguaia-Tocantins em vez hidrovia do São Francisco. Mas agora temos um problema real do enquadramento ambiental, sem o qual essa obra não poderá ser levada adiante. Para V. Exa. ter idéia, o Governo reservou 40 milhões para essa obra.

A questão da hidrovia do São Francisco não tem mais impacto ambiental, porque todo ele já foi feito. A eclusa foi construída há 25 anos, está pronta, correspondeu a 25% do custo da obra da barragem de Sobradinho e está parada há 25 anos. Lá, os danos ambientais já foram feitos, porque, na época, o Governo nem a sociedade não tinham a acuidade e o cuidado de hoje, a prudência com a questão ambiental.

Para se fazer o estirão do São Francisco, onde há 1.300 quilômetros navegáveis, precisamos de 50 milhões, que serão aplicados, meu caro Relator, Deputado Carlos Melles, em obras de recuperação da degradação ambiental. Vamos fazer o desassoreamento e derrocamento do rio, a contenção de margens, tornando-o navegável. Vamos poder estar interligando o Porto de Vitória, a Ferrovia Pirapora e a hidrovia com Juazeiro e Petrolina. Vamos estar ligando com a Centro-Atlântica com a Transnordestina, que vai para Suape.

De uma maneira ou de outra, torço para que se encontre uma saída para o impasse ambiental que surgiu. Não somos contra desenvolver o Norte, mas haveremos de reconhecer que essa obra vai ser tocada com mais morosidade, porque tem que vencer etapas. Nossa obra está somente esperando uma determinação política. Até existe vontade política, porque o Vice-Presidente da República está empenhado na obra. Não acredito que os companheiros da base de apoio, que dão sustentação ao Vice-Presidente, não possam fazer esse remanejamento providencial. Dos

40 milhões para o Araguaia-Tocantins, não vamos nem mudar a rubrica. Vai ser de hidrovia para hidrovia. Ficam mantidas a prioridade do Deputado José Priante e a da Comissão, justamente as hidrovias e a redução do Custo Brasil. Só que dos 40 milhões mandamos 20 milhões para a hidrovia do São Francisco, tornando-a navegável em um ano. Isso vai beneficiar a Bahia, Pernambuco e Ceará.

Estou falando em nome da bancada do Nordeste e da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, porque essa emenda foi priorizada pela bancada e pela Comissão.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia, que é a última inscrita.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Presidente, a Deputada abriu um espaço. Na Hidrovia Araguaia-Tocantins o estudo de impacto ambiental foi feito pela Universidade Federal do Pará, órgão responsável e contratado pelo Ministério dos Transportes. Apareceu outro estudo, feito por uma ONG, que nada tem a ver com o estudo oficial realizado pelo Governo.

Portanto, os recursos para a Hidrovia Araguaia-Tocantins poderão ser aplicados, porque temos estudos — EIA e RIMA — elaborados por um órgão conceituado e competente: a Universidade Federal do Pará.

São essas minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sr. Relator...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Só para esclarecer ao último orador inscrito que, na verdade, o Deputado José Priante não acrescentou recurso algum para a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Trata-se de proposta do Governo e, sem dúvida alguma, há condições de aplicabilidade.

Nobre Deputado, a Hidrovia do São Francisco é extremamente importante, mas o Deputado Priante não acresceu centavo algum à Hidrovia do Araguaia. Foi proposta do Governo, e acho que foi muito pouco. Precisamos de mais. De qualquer forma, não houve acréscimo algum por parte do Deputado José Priante.

Seria justo que se buscasse mais dinheiro para a Hidrovia do São Francisco, mas é lógico que não se vai tirar do Araguaia-Tocantins. Vai haver a maior briga na Comissão. Não se vai tirar um centavo, eu mesmo garanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, cumprimento o Relator pelo seu trabalho. Como coordenadora da bancada de Goiás, digo da satisfação da nossa em ver atendidos nossos pleitos.

Chamo a atenção de V. Exa. apenas para um ponto que julgo de extrema importância. Primeiro, o corte na Ferrovia Norte-Sul. Desejamos sua recomposição e que V. Exa. atente para o problema, uma vez que, sem dúvida alguma, trata-se de uma das obras mais importantes para o Estado de Goiás.

Solidarizo-me com o Deputado Pedro Chaves no que diz respeito à hidrovia. Também digo da satisfação em poder ver atendido o Entorno do Distrito Federal. Chamo a atenção também para o saneamento dessa área. Gostaríamos que houvesse um pequeno acréscimo para que pudéssemos realmente atender, no conjunto, os vinte e um Municípios.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, pela deferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Em votação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Dê-nos mais dez minutos para encerrar o prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Se houver concordância do Plenário, daremos dez minutos de prazo.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que me garanta dois minutos dentro do prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Autorizado mais dez minutos. Às 13h10min encerraremos o prazo para apresentação de destaques.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda e, em seguida, o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, o Relator deve ter um tempo antes da votação para responder aos questionamentos apresentados pelos Parlamentares. V. Exa. ia iniciar a votação sem que o Relator respondesse.

Segunda questão que levanto para V. Exa.: na expectativa de que fosse corrigida antes de votar o relatório, apresentei à Mesa questão de ordem sobre a desvinculação feita pelo relatório dos recursos da Fonte 154. Não vou ler a questão de ordem, porque são umas seis folhas, mas pelo menos justifico minha observação em torno de três minutos.

Antes da votação, gostaria que o Relator respondesse à questão, se vai cumprir a Constituição no art. 167, inciso II.(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço a V. Exa. para ler a questão de ordem, de forma sucinta, para que todos tenham conhecimento da mesma.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Srs. Deputados, o que estou pedindo a esta Comissão é que façamos o que a Comissão decidiu no ano passado. Não é nenhuma inovação. A Comissão já decidiu no ano passado que os recursos da Fonte 154 deveriam estar... Apenas a opinião que tenho recebido é que o Relator vai responder. Vou apenas justificar.

Essa desvinculação aprovada pela DRU desvincula os impostos e as contribuições. Mas o art. 167 trata da vedação. Existe a vedação no art. 167, inciso XI: é vedada, é proibida a utilização de recursos provenientes das contribuições sociais, que tratam o 195, a, e II, para realização de despesas distintas dos pagamentos dos benefícios do regime geral da Previdência Social, de que trata o art. 201.

Então, caro Sr. Presidente, não estou pedindo nada demais. O Governo vai pagar mesmo, porque são os recursos da Previdência. Além de pagar os 52 bilhões, que estão na arrecadação, vai pagar mais nove. Por que retirar os dez, se vai pagar mais nove milhões, além dos cinqüenta e dois? E a interpretação constitucional é que existe... Não é uma desvinculação, é uma vedação. É proibido utilizar recursos da Fonte 154 que não para o pagamento de benefícios previdenciários. Então, a nossa interpretação é que se deve manter o que foi aprovado no ano passado.

Chamo atenção, como último argumento, e encerro, Sr. Presidente, para o fato de que na justificativa do ano passado não se discutiu a questão temporal. Discutiu-se o conteúdo de que existe uma vedação e esta só poderia ser anulada por uma contestação explícita àquela vedação. Então, os recursos da contribuição dos trabalhadores e dos empregadores para a Previdência não podem ser retirados, sob o risco de não se manter o equilíbrio financeiro e atuarial, que é outra condição da reforma da Previdência. Como vamos retirar e manter o equilíbrio financeiro e atuarial?

Então, defendo que façamos o que foi feito o ano passado. Não é nada demais. Não afeta o ajuste fiscal, não cria nenhum problema para o Governo, mas mantém uma coerência da Casa. Os recursos do pagamento dos trabalhadores e empregadores para a Previdência Social não podem ser utilizados, em nenhuma circunstância, além do pagamento de benefício.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A questão de ordem levantada por V. Exa. é procedente e a Mesa a defere.

Com a palavra o nobre Relator para o adendo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Nobres Parlamentares, obrigado, Sr. Presidente.

Por uma questão de Regimento, eu gostaria, antes de responder às colocações de aproximadamente quarenta Parlamentares, de ler aqui o complemento ao adendo do relatório final do Orçamento para 2000, um complemento de ontem, no primeiro parágrafo. E peço paciência, porque é chato, mas tenho que ler aqui, porque faz parte do regulamento.

Apresentamos esse complemento ao adendo do Relatório Final do Orçamento para 2000, conforme publicado em 14/03, que se incorpora ao relatório apresentado, com as seguintes modificações.

Primeiro, considerados constantes nos Anexos I e II a este complemento às emendas nºs 81 — e vou ler só os finais agora —, 000078, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 111, 113, 114, 116, 118, 141, 142, 143, 145, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 160, 178, 179. 180 e 181.

No item XV, cancelamentos compensatórios, considerar o seqüencial: 007593, reserva de contingência, GND8.

Sala da Comissão Mista, 22 de março. Assina Carlos Melles, Relator-Geral.

Eu gostaria de pedir, então, a atenção. Vou ser bastante breve. Ontem, aproximadamente quarenta Parlamentares fizeram uso da palavra. Num primeiro momento, quero agradecer a todos, porque foram delicados com o Relator, com a Comissão, com as Co-

missões que analisaram as emendas que porventura estivessem com o parecer de irregularidade do TCU, com as emendas no corte de custeio e sobretudo as emendas coletivas.

Da forma como ontem trabalhamos, procurando analisar cada um dos que usaram da palavra, houve, no entendimento do Relator, certa coincidência no sentido da satisfação maior — eu não diria de unanimidade —, para que pudéssemos, nos destaques, corrigir os erros e desequilíbrios, embora pequenos, felizmente.

Eu queria, de maneira mais especial, responder ao Deputado Sérgio Miranda, até porque eu não ousaria discutir o Orçamento com S. Exa., pela sua competência, pelo seu preparo, sendo um dos Parlamentares seguramente mais preparados nessa área, e pela seriedade com que trata o assunto.

Mas sinto que, desde os primeiros momentos da discussão, essa desvinculação das receitas através da DRU, da Fonte 154, dos recursos da Previdência... E repito da satisfação de agora o Orçamento ser público, e agora nós não temos que temer nada, ele é absolutamente democrático nessa discussão. Sr. Deputado, uma vez essa DRU, no entendimento do Relator, já tendo sido votada pelo Congresso, e sabendo que esses recursos são vinculados, também concordamos com V. Exa. que não deveriam ser desvinculados, para depois voltar novamente a serem alocados no mesmo lugar que foram tirados, porque são necessários. Mas entendemos ser muito difícil e sobretudo o Relator ter poder. Aí é a Comissão que tem de decidir o que fazer. Mas já está votado no Congresso Nacional. Dessa forma, sinto-me impotente para fazer alguma modificação, sabendo que é um erro, entendendo que é um erro da forma como é feito. São fontes que, pelo caráter social, não deveriam estar desvinculadas, mas, enfim, é a solução dada, e aprovada pela maioria e pelo Congresso Nacional.

Não sei se isso satisfaz a V. Exa., mas é o entendimento desse Relator no sentido das amplas discussões que tivemos com a assessoria. A assessoria também respeita muito V. Exa., e tem, vamos dizer, conduzido o processo nesse caminho.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Mas V. Exa. não deve ter ouvido. O Presidente acatou a questão de ordem que eu levantei. Então, tem de ser alterado. O Presidente acatou minha questão de ordem, nobre Relator. Então, já existe a opinião da Comissão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Se o Presidente acatou a questão de ordem, entendo que a Comissão é soberana e que, obviamente, será submetido a ela não só isso. Repito, e insisto, que agora é muito mais tranqüilo decidir tudo aqui à luz da discussão da Comissão.

Com relação aos outros Deputados e, especificamente, ao sério problema do SUS, que esta Comissão tem a responsabilidade de discutir e apresentar a solução, vejo com bons olhos, e parece que há um consenso, a redação apresentada pelo nobre Deputado Aroldo Cedraz. Esta satisfaz de forma mais incisiva e assegura, de forma também mais apropriada, que as primeiras receitas que o Governo Federal tenha a mais estejam diretamente vinculadas à solução do problema do SUS, de um bilhão e meio de reais.

Quanto ao FUNDEF e aos Deputados João Fassarella e Gilmar Machado, comprometemo-nos a já fazer uma recuperação, no valor de 86 milhões, parece-me. Temos entendimento, também, com o Ministro Paulo Renato Souza, de algo que o próprio Ministério se compromete a fazer. Dessa forma, tenho certeza de que não deixaremos que sobretudo a saúde e a educação sejam prejudicadas com relação ao relatório final.

Quero agradecer aos Líderes Ricardo Barros e Alberto Goldman o apoio e as palavras, ao Deputado Giovanni, a forma forte e contundente com que nos defende e defende a Comissão. Informo à Senadora Marluce Pinto que, com relação à nossa capital, em Roraima, iremos rever aspectos que não foram atendidos. O Deputado Pedro Chaves também faz a sua observação em relação a Goiás, assim como o nosso Deputado João Leão. Quero também agradecer a todos as palavras e a preocupação com todos os projetos que foram destacados aqui, como Brejo da Barra, Baixo Irecê, etc.

Especificamente, quando o Deputado Pompeo de Mattos fala sobre a união de emendas de sua área, esses aspectos todos foram anotados pela assessoria. Quanto ao que foi solicitado pela Deputada Jandira Feghali, pelos Deputados Paulo Mourão, Alberto Goldman, Airton Dipp, pela Deputada Laura Carneiro — já sentamos para começar a resolver os problemas do Rio de Janeiro com toda a bancada —, Senador Tião Viana, Deputados João Ribeiro e Almir Sá, eu gostaria de dizer que há algumas emendas aqui, como alguns Deputados disseram, genéricas, que podem atender algumas solicitações feitas pelos seus Estados.

Agradeço ao Deputado Pedro Novais o seu apoio e os destaques feitos. Estamos atentos à Lagoa do Jansen, que é uma obra prioritária do nosso Mara-

nhão. Deputados Dr. Heleno e Jorge Alberto, da mesma forma.

Deputado Darcísio Perondi e Deputada Fátima Pelaes, com relação à saúde, entendo que faremos a recomposição. No que diz respeito a creches, enfrentamento à pobreza, problemas de deficientes físicos, contemplação do idoso, trabalho escravo e infantil e esses problemas de defesa civil que a Deputada Laura Carneiro cita, como enchentes e outros mais, estamos atentos. E essa área social já está sendo e será ainda melhor contemplada.

Quero agradecer ao Deputado Narcio Rodrigues a preocupação com os programas da reforma agrária, especificamente o PRONERA e o Projeto Lumiar, que olharemos com atenção, e ao Deputado Eurípedes Miranda.

Finalmente, agradeço ao Deputado Renato Vianna as palavras carinhosas, encorajadoras, de amigo. Trabalhamos juntos, nesses seis meses, de maneira muito próxima, forte, parceira, aliada, entendendo, pela sua competência, levar ao Brasil todo o PPA de forma patriótica, mostrando os eixos de desenvolvimento e me dando um apoio muito grande no relatório 2000, fazendo com que eu pudesse trabalhar com muita liberdade. Portanto, Deputado Renato Vianna, meus agradecimentos pelas palavras e o reconhecimento do amigo que o admira muito.

Quero agradecer as palavras ao nosso querido Sérgio Guerra, pela experiência que tem na Comissão. Alguns Deputados, com experiência de dez, doze anos na Comissão, foram fundamentais na orientação, na condução desse processo. De maneira muito carinhosa quero agradecer-lhes o apoio e o bom desempenho que os trabalhos tiveram. Se não fossem essas pessoas, dificilmente estaríamos chegando neste relatório final dessa forma.

Quero agradecer muito aos Senadores todo o apoio e aos Relatores- Setoriais, que não mediram esforços para concluir os seus relatórios em parceria. Dessa forma, Sr. Presidente, agora, com a aprovação do relatório, na parte da tarde avaliaremos todos os destaques. Devolvo a palavra a V. Exa. Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, no dia 1º de março, o coordenador da bancada da Paraíba, Senador Ney Suassuna, enviou uma correspondência ao Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, pedindo somente uma mudança na modalidade de aplicação, uma vez que essa é uma indicativa, e inclusive no relatório setorial foi aprovada no valor de um milhão e duzentos. Todos esses recursos são aplicados no Município. Então, o coordenador enviou essa correspondência para mudar o tipo de modalidade de trinta para quarenta. Essa modificação não foi feita, Sr. Presidente. Então, queremos deixar registrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Perguntamos a V. Exa. se foi feito destaque.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Foi feito um destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, posteriormente...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – A matéria é semelhante à do Deputado Armando Abílio. Eu até diria que não há necessidade de destaque.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Um minutinho, por favor, Deputada Laura Carneiro. A assessoria me informa, Deputado Armando Abílio, que, além do destaque, tem que haver o apoiamento. O apoiamento deveria acompanhar o destaque. Ele já tem a assinatura de três quartos pelo menos da bancada?

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Não. Essa correspondência, Sr. Relator, foi feita pelo coordenador da bancada. Mas, mesmo assim, precisa da assinatura de três quartos?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, continuando a minha questão de ordem, entendo que o apoiamento é necessário quando há mudança. Mas a bancada do Rio de Janeiro apresentou, na modalidade quarenta, três emendas, ou melhor, duas indicações e uma emenda. Uma das emendas colocou na modalidade noventa, e a modalidade quarenta nós destacamos, e duas indicações. Já no primeiro turno, discutimos e registrei a necessidade de mudança da modalidade. Já não foi mudado no primeiro turno. Agora, os destaques foram apresentados ontem e eu não apresentei nenhum tipo de apoiamento.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Não sei como é que vou fazer. Os destaques já foram apresentados...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Será feito de acordo com a forma de apresentação pela bancada.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – A emenda é de acordo com o que foi apresentado na indicação. Ela já foi apresentada com quarenta de modalidade.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Eu queria dizer à Deputada Laura Carneiro que isso existe. Eu só consulto novamente, eu já sei que há, mas há apoiamento da bancada para a Fonte 40, e que será transformada, então.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Nobre Relator, fizemos três destaques. Quanto à questão da implantação do sistema de saneamento básico nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, o título da emenda já diz: a modalidade é quarenta e aqui consta como noventa; a melhoria das condições habitacionais nos Municípios da mesorregião metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a modalidade consta como noventa e nove, mas a modalidade é quarenta; e infra-estrutura urbana dos Municípios das mesorregiões centro e sul fluminense e microsserranas do Rio de Janeiro. Aqui consta noventa e nove, mas a modalidade é quarenta. Já no primeiro turno apresentamos isso. Quando apresentamos as emendas pelas bancadas e as indicações já as apresentamos na modalidade quarenta.

Portanto, eu não entendo por que preciso ter outro apoiamento se já tive quando apresentei as emendas e a indicação. Não faz absoluto sentido. Conversei com a assessoria e quero apenas que se considere ratificado o adendo no que diz respeito às três emendas da bancada do Rio de Janeiro, considerando a modalidade quarenta para as três emendas aqui citadas.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputada, serão aceitas de acordo com a ordem de publicação pela bancada as emendas apresentadas. E a questão do destaque posteriormente será discutido.

Com a palavra o Sr. Senador Gilvam Borges.

**O SR. SENADOR GILVAM BORGES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, brutal e discriminatória é a posição da Comissão, salvo o reconhecimento que temos pelo grande trabalho realizado por esta Comissão. No que tange às pressões advindas de todas as bancadas nas defesas respectivas dos interesses dos seus Estados, concordamos plenamente. É preciso ver a forma como Amapá foi tratado depois da conversa de bancada, onde o Sr. Relator, a Presidência e os componentes desta Comissão são tão importantes para os trabalhos do Orçamento da União. No entanto, não tivemos o resultado favorável.

Portanto, apelo para V. Exa. e o Relator no sentido de que tomem os conhecimentos devidos da discriminação que o Estado do Amapá sofre hoje. Vendo estatisticamente o que acordamos, as prioridades das emendas de bancada, solicitamos, diante do corte brutal, que fosse reparado pelo Relator e por esta Presidência a concessão de 2 milhões de reais para cada emenda de bancada. E lamentavelmente, Sr. Presidente, tivemos que apresentar os devidos destaques, solicitando a reparação, fazendo este apelo veemente a V. Exa. e ao Relator para que considere as estatísticas, as formas como foram beneficiados os Estados. O Amapá precisa dessa atenção importante. Peço ao Sr. Relator, que está com a cabeça fervendo, atacado ou assessorado pelos seus assessores e Parlamentares, apelo a V. Exa. — não se impressione com esses números — que atenda os destaques que o Amapá apresenta. Quando conversamos com V. Exa. e a cúpula, ou melhor, a Comissão que trata do Orçamento, fizemos o apelo para que fôssemos atendidos com as emendas de bancada. Os nossos destaques foram apresentados, e não havia necessidade, Sr. Relator.

Portanto, o Amapá deixa esse apelo à Presidência e a V. Exa., que, com competência, democratizou, trilhou pelos caminhos de uma política de resultados. A Comissão está de parabéns, e mais de parabéns ficará se olhar as estatísticas e constatar que o Amapá ficou lá em baixo. Faço um apelo a V. Exa. e à Presidência para que olhem os destaques do Amapá e nos dêem mais condições para desenvolvermos nosso Estado.

Está feito o apelo. Os destaques foram apresentados conforme exigência do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Senador Gilvam Borges, o Amapá sempre estará no Norte, lá em cima.

Em votação o relatório final com as modificações decorrentes do adendo, do complemento do adendo e do deferimento da questão de ordem formulada pelo Deputado Sérgio Miranda, ressalvados os destaques...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, o encaminhamento da votação, porque acompanhamos esse processo. De fato, ele já foi relatado aqui por alguns Deputados do ponto de vista democrático, um dos processos mais abertos, em que o Relator já teve oportunidade de ouvir todas as bancadas e, individualmente, a maior parte dos Deputados.

Portanto, foi um relatório feito com a participação efetiva do Congresso Nacional. Dez Relatores-Setoriais, comitês de emendas, comitês com relação às emendas do Tribunal de Contas e uma série de outras Comissões contribuindo com o Relator-Geral.

Os cortes feitos, tanto nas emendas de investimento como nas do setorial, tiveram uma análise mais detalhada por parte da relatoria geral. Mas nós, do Partido dos Trabalhadores, vamos aqui dar um voto político, o voto do partido com relação ao Orçamento do Governo Federal, que não é exatamente uma análise do Orçamento feito pelo Relator. O Deputado Carlos Melles sabe que acompanhamos e participamos desse processo. Vemos a forma como o Governo prioriza, na sua gestão financeira, política e econômica, os juros, obrigando o Congresso Nacional a fazer um superávit de mais de 29 bilhões de reais em detrimento de investimentos que poderiam estar sendo feitos neste País, fazendo o Congresso Nacional — e aí também com culpa para o Congresso — aprovar uma desvinculação dos recursos orçamentários. E aí, automaticamente, felizmente a Comissão aprovou isso, mas constava no relatório a questão da desvinculação de áreas importantes como Previdência Social e Saúde, e inclusive a pouca capacidade de investimentos.

O voto do Partido dos Trabalhadores é contra o Orçamento Geral da União. Eu gostaria de deixar registrado isso. E vamos fazer um voto também no plenário do Congresso Nacional caracterizando nossa posição e nosso diferencial com relação ao tratamento que o Governo do Presidente Fernando Henrique dá a esses recursos, mas que gostaríamos que fossem dados aos recursos públicos. Vivemos num País onde se arrecada muito, pois o cidadão paga muito imposto, mas, infelizmente, o destino desses tributos são os banqueiros internacionais, o Fundo Monetário Internacional, e sobram poucos recursos para os investimentos, principalmente na área social, apesar da tentativa de se corrigir isso na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Lembro que o tempo regimental é de um minuto. Mas como o Deputado João Coser falou mais, será agora de dois minutos.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, pelo PDT.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, nesta oportunidade, quero encaminhar a votação, em nome também do PDT no Senado.

Ressalvado o esforço do Sr. Relator-Geral no sentido de melhorar a esdrúxula peça encaminhada pelo Executivo, é lógico que algumas coisas não puderam ser superadas. Entre essas, há uma que se constitui em questão de fundo para o PDT, partido que quer ver este País avançar e o sofrimento de seus cidadãos diminuir. Refiro-me à questão do superávit primário.

Na medida em que o próprio Governo se amordaça, se permite calar por imposição do FMI, nós, partidos independentes e progressistas, não podemos, como este Governo, ceder e nos entregar à sanha predatória dos que não têm compromisso com o povo brasileiro. Essa é a grande verdade.

Por esse motivo, entre outros, o PDT encaminha contrariamente ao Orçamento — não contra o Relator, que, embora tenha feito esforços, não pôde superar o problema.

Outro ponto fundamental, Sr. Presidente, diz respeito à DRU. Entretanto, a esse respeito, V. Exa. já decidiu a questão de ordem. Resta agora alterar as fontes de financiamento do INSS, da Previdência e até mesmo da Saúde — está vedada a condição de poder de lá retirar recursos, que depois seriam devolvidos. Portanto, estamos satisfeitos com a decisão magnânima desta Presidência, que no último momento corrige uma inconstitucionalidade que se vinha praticando nesta Comissão.

Mais ainda, Sr. Presidente. Temos uma questão de fundo relacionada à Educação. E o PDT encaminha contrariamente ao Orçamento, pois mais uma irregularidade vai se perpetuar aqui. A Lei do Fundef é bem clara, como demonstrou o Deputado João Fassarella ao abordar a questão em seu relatório preliminar. O dinheiro destinado por aluno/ano tem sido no valor de 331 reais, quando pela lei, que votamos no Congresso Nacional, deveria ser de 470 reais, com

acréscimo de mais 2 bilhões e meio para atender a esta demanda.

Portanto, Sr. Presidente, o PDT encaminha contrariamente, não questionando o esforço do Relator, que, contudo, poderia ter melhorado o relatório com uma distribuição mais equânime entre os Estados. Ficou muito dinheiro na forma de guarda-chuva. E os Ministros distribuem os recursos de forma irresponsável. Permita-me o Senador, que embora concorde comigo não vota conosco.

Então, Sr. Presidente, o PDT encaminha contrariamente ao Orçamento, porque os Srs. Ministros não merecem a confiança do Plenário desta Casa quando a eles é creditada a condição de distribuição com critérios das verbas públicas federais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela Liderança do PCdoB, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, vou ser bem objetivo. Endosso as declarações de voto dos representantes do PT e do PDT.

Quero salientar, de forma elogiosa, as modificações feitas na obtenção de recursos. O Relator tem todo o nosso apoio para tal atitude. Quero ainda, de modo bem objetivo e sincero, elogiar a resposta dada à minha questão de ordem. Cumprimos a Constituição e repetimos o que já foi feito.

O Relator criticou as janelas orçamentárias constantes da proposta original, mas o Congresso criou muitos guarda-chuvas. Em ano eleitoral, acabarão tendo utilização política de recursos. Há destaques no sentido de abrir todos os guarda-chuvas por Estado, para que os Deputados tenham consciência de quanto vai para cada Estado.

Quanto às demais questões levantadas pelos Deputados Giovanni Queiroz e João Coser, o Bloco PCdoB/PSB encaminha o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado João Leão, que falará pelo PSDB.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estranho muito que a Oposição não vote favoravelmente ao relatório. Vi Deputados de Oposição de mãos dados com o Relator.

Não existe governo perfeito, nem nunca vai existir. Temos visto o Governo do PT votar contra na Assembléia. Acho que o grande trabalho do Presidente e o grande esforço do Relator no sentido de atender a todas as emendas, de todos os partidos, merecia que aprovássemos o relatório por unanimidade, favoravelmente ao Orçamento, numa homenagem ao Relator e a todos os Parlamentares que por noites e noites trabalharam magnanimamente.

Por isso, Sr. Relator, o PSDB encaminha favoravelmente ao seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço silêncio ao Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais, que falará pelo PMDB.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, o PMDB tem a satisfação de encaminhar o voto favorável ao parecer do Relator Carlos Melles, ressalvados os destaques, especialmente aqueles que interessam ao Estado do Maranhão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, de acordo com as posições que já caracterizamos nesta Comissão, encaminhamos o voto favorável ao relatório, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Passemos ao encaminhamento pelas Lideranças no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares, que falará pela Liderança do Bloco Parlamentar PT/PDT/PSB/PPS.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, é necessária uma pequena correção: o bloco parlamentar a que V. Exa. se referiu é constituído pelo PDT, PSB e PT, partidos em cujo nome encaminho a votação.

Em primeiro lugar, como já o fizeram diversos colegas desta Comissão, gostaria de demonstrar meu reconhecimento pelo extraordinário trabalho realizado pela relatoria, na pessoa do Deputado Carlos Melles, que, num esforço hercúleo, conseguiu aumentar substancialmente as dotações orçamentárias consignadas aos Estados brasileiros, que neste ano de 2000 serão beneficiados com um acréscimo de mais de 50% em comparação com o Orçamento de 1999.

Apesar de nossos esforços, no ano de 1999 o Governo só conseguiu liberar — naturalmente para

atender aos reclamos e às determinações do FMI — 29% do que fora por esta Comissão aprovado. Este ano já se consumiram três meses na discussão do Orçamento de 2000 e na aprovação da DRU, que retira da Saúde cerca de 2 bilhões de reais. Tenho certeza de que, até o final do ano, o Governo vai efetivamente reduzir a liberação dos recursos aqui aprovados.

Na realidade, o Orçamento é ainda uma peça de ficção, conforme se apregoa quase todos os dias. No dia em que o Orçamento Federal passar a ser uma peça obrigatória, certamente o Governo, sob pena de cometer crime de responsabilidade, cumprirá as metas consignadas e aprovadas pelos Parlamentares.

Ao encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, para não ultrapassar o tempo, enfatizo e elogio, mais uma vez, o trabalho desta Comissão, de todos os Parlamentares, indistintamente, de V. Exa. que, como Presidente, dirigiu os trabalhos desta Casa com a maior liberalidade e democracia, com abertura política e do Relator, Deputado Carlos Melles.

Meus parabéns a todos os senhores. Mas lamentavelmente voto contra, inclusive pelas irregularidades ou inconstitucionalidades apontadas pelos nossos companheiros do PDT e do PT na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para encaminhar pelo PFL, na Câmara, tem a palavra o Deputado Lael Varella.

**O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, meus caros colegas Parlamentares, o PFL vota "sim" e reconhece o valor do Presidente desta Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, que com muita capacidade e maestria está sabendo desenvolver esse papel maravilhoso de presidir esta grandiosa Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Deputado Carlos Melles, este Relator incansável, esta capacidade admirável, este gênio compreensível, sabe atender a todas as pessoas com educação, com compreensão. Louvo aqui uma atitude maravilhosa do meu partido: ter sabido escolher para dignificar não só a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, mas a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, enfim, o Congresso Nacional, nós, Parlamentares, Deputados e Senadores, homem como Carlos Melles, que conduziu e está conduzindo o papel numa democracia que todos conhecemos. Lembramos, Sr. Relator, que a divisão de riquezas é feita exatamente através dos poderes constituídos, tanto municipal, quanto estadual e federal. Aqui se trata do Orçamento Federal, em que se faz a verdadeira divisão de riquezas, distribuindo, tirando os impostos que vieram arrecadados do Governo Federal e devolvendo em bens sociais como V. Exa. soube bem fazê-lo.

Por esta razão, cumprimento não só V. Exa., como seus pares, que ajudaram as sub-relatorias, como aqueles que V. Exa. chamou para ajudar, a assessoria da Comissão que também não mediu esforços para que pudesse sair um Orçamento, não à altura de todos, porque é difícil sair a coisa perfeita. Mas V. Exa. atingiu quase que a perfeição.Tenho certeza que será relembrado por todos os nossos pares esse trabalho maravilhoso, dignificado, que V. Exa. prestou ao nosso País.

O PFL vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado contra os votos dos Deputados João Coser, Carlito Merss, Virgílio Guimarães, Gilmar Machado, João Fassarella, Djalma Paes e Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem apoiamento. Verificação de votos. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, eu estava ali na porta. O meu voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Registro que o Deputado Sérgio Miranda votou "não".

Convido todos os Parlamentares a permanecerem no recinto porque haverá verificação de votos.

À noite, às 20h, teremos sessão para continuidade da votação do relatório e dos destaques.

O Deputado Jovair Arantes, Vice-Presidente, fará a chamada dos Srs. Parlamentares membros da Comissão. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Folha de votação.

PFL:

Deputado Antônio Carlos Konder Reis. (Pausa.)

Deputado Átila Lins.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Carlos Melles. (Pausa.)

Deputado Cesar Bandeira. (Pausa.)
Deputado Jorge Khoury. (Pausa.)
Deputado José Lourenço. (Pausa.)
Deputado Lael Varella.

**O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Neuton Lima. (Pausa.)
Deputado Osvaldo Coelho. (Pausa.)
Deputado Paes Landim. (Pausa.)
Deputado Paulo Braga. (Pausa.)
Deputado Santos Filho. (Pausa.)
Deputado Wilson Braga. (Pausa.)
Suplentes do PFL:
Deputado Aracely de Paula. (Pausa.)
Deputado Aroldo Cedraz. (Pausa.)
Deputado Ciro Nogueira. (Pausa.)
Deputado Deusdeth Pantoja. (Pausa.)
Deputado Francisco Garcia (Pausa.)
Deputado Jaime Martins. (Pausa.)
Deputado João Ribeiro. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO RIBEIRO** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado José Carlos Coutinho. (Pausa.)
Deputado José Thomaz Nonô. (Pausa.)
Deputado Luciano Castro.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Luis Barbosa. (Pausa.)
Deputado Paulo Marinho. (Pausa.)
Deputado Sérgio Barcellos. (Pausa.)
Deputada Zila Bezerra. (Pausa.)
Deputado Jorge Khoury. (Pausa.)
Há alguém do PFL que não foi chamado e que compareceu **a posteriori**? (Pausa.)
Ao final, farei uma repescagem.
Deputados do PMDB:
Deputado Armando Abílio. (Pausa.)
Deputado Damião Feliciano. (Pausa.)
Deputado Eunício Oliveira. (Pausa.)
Deputado Freire Júnior. (Pausa.)
Deputado José Chaves. (Pausa.)
Deputado José Priante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Osvaldo Reis. (Pausa.)
Deputado Pedro Chaves.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Renato Vianna.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Silas Brasileiro. (Pausa.)
Deputado Waldemir Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Wilson Santos. (Pausa.)
Suplentes do PMDB:
Deputado Alceste Almeida. (Pausa.) Ausente.
Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado João Henrique. (Pausa.)
Deputado Jorge Alberto.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado José Borba. (Pausa.)
Deputado Milton Monti. (Pausa.)
Deputado Múcio Sá. (Pausa.)
Deputado Norberto Teixeira. (Pausa.)
Deputado Olavo Calheiros. (Pausa.)
Deputado Pedro Novais. (Pausa.)
Deputado Pedro Novais "sim".
Deputado Philemon Rodrigues. (Pausa.)
Deputado Ricardo Noronha. (Pausa.)
Alguém do PMDB que não foi chamado? (Pausa.)
PSDB:
Deputado Alberto Goldman. (Pausa.)
Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** – "Sim", com o Relator.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Basílio Villani. (Pausa.)
Está doente.
Deputado Danilo de Castro. (Pausa.)
Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Jovair Arantes "sim".
Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, "sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Paulo Feijó.

**O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Paulo Mourão. (Pausa.)

Deputado Pedro Henry. (Pausa.)

Deputado Roberto Rocha. (Pausa.)

Deputado Rommel Feijó.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Suplentes do PSDB:

Deputado Alexandre Santos. (Pausa.)

Deputado B. Sá.

**O SR. DEPUTADO B. SÁ** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputada Fátima Pelaes.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente, "sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado João Almeida. (Pausa.)

Deputado Julio Semeghini.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputada Lidia Quinan.

**A SRA. DEPUTADA LIDIA QUINAN** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Só mais um do PSDB.

Deputado Marcus Vicente. (Pausa.)

Deputado Mário Negromonte. (Pausa.)

PSDB completou.

Partido dos Trabalhadores:

Deputado Ben-Hur Ferreira?

**O SR. DEPUTADO BEN-HUR FERREIRA** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Carlito Merss.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Fernando Marroni. (Pausa.)

Deputado João Coser. (Pausa.)

Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Nilson Mourão. (Pausa.)

Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Dois suplentes do PT.

Deputado Antonio Palocci. (Pausa.)

Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado João Grandão. (Pausa.)

Deputado João Paulo. (Pausa.)

Deputado José Pimentel. (Pausa.)

Deputado Luiz Sérgio. (Pausa.)

Deputado Pedro Celso. (Pausa.)

Também "não".

Faltou um do PT.

PPB, Partido Progressista Brasileiro

Deputado Almir Sá (Pausa.)

Deputado Cleonâncio Fonseca

**O SR. DEPUTADO CLEONÂNCIO FONSECA** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Iberê Ferreira.

**O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Márcio Reinaldo Moreira. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer. (Pausa.)

Deputado Roberto Balestra. (Pausa.)

Deputado Vadão Gomes. (Pausa.)

Suplentes do PPB:

Deputado Dr. Benedito Dias. (Pausa.)

Deputado Eliseu Moura. (Pausa.)

Deputado João Tota. (Pausa.)

Deputado Pedro Corrêa.

Deputado Pedro Corrêa "sim".

Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – PTB, Partido Trabalhista Brasileiro:

Deputado Félix Mendonça. (Pausa.)

Deputado Fernando Gonçalves.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado José Carlos Elias. (Pausa.)

Suplente do PTB:

Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Renildo Leal. (Pausa.)

Deputado Nelson Marquezelli. (Pausa.)

PDT:

Deputado Airton Dipp.

**O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Eurípedes Miranda. (Pausa.)

Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Um suplente do PDT

Deputado Celso Jacob. (Pausa.)

Deputado Fernando Coruja. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB

Deputado Djalma Paes.

**O SR. DEPUTADO DJALMA PAES** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Deputado Gonzaga Patriota (Pausa.) "Sim" ou "não"?

Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – "Não".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Pelo Bloco Parlamentar PL/PST/PMN/PSL:

Deputado Eujácio Simões. (Pausa.)

Deputado João Caldas. (Pausa.)

Suplentes:

Deputado Marcos Cintra. (Pausa.)

Faremos a repescagem. Em primeiro lugar do PFL. Há algum Deputado que não estava presente na chamada, por gentileza?

Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Alguém mais do PFL. (Pausa.)

Há duas vagas do PFL. Algum Deputado do PFL chegou? (Pausa.)

Do PMDB:

Deputado José Borba, como vota?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Algum outro Deputado do PMDB?

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Algum outro Deputado do PMDB? (Pausa.)

Não mais.

O PSDB está completo.

Algum Deputado do PT? (Pausa.)

Deputado Fernando Marroni, "não" ou "sim"?

Fechou o PT também.

Alguém do PPB chegou após? (Pausa.)

Por gentileza.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** – "Sim".

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Alguém mais do PPB? (Pausa.)

Nem suplente nem titular.

Do PTB? (Pausa.)

Do PDT? (Pausa.)

Do PDT falta uma.

Do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB. (Pausa.)

É unanimidade.

Do Bloco Parlamentar PL/PST/PMN/PSL.(Pausa.)

Ninguém votou.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a votação.

Passo à apuração. (Pausa.)

Votaram 52 Srs. Deputados: 40, "sim" e 12, "não".

Está aprovado o Relatório na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal, contra os votos dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Tião Viana.

Aprovado no Senado Federal ressalvados os destaques.

Teremos votação dos destaques na sessão das 20h.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reaberta a primeira sessão extraordinária.

Em função de a Câmara dos Deputados estar no período da Ordem do Dia, a pedido do Relator-Geral e em entendimento com os Deputados de bancadas, em função do acolhimento e do acerto dos destaques, encerro a presente sessão. Antes, porém, convoco nova sessão para amanhã, às 10h.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número legal, declaro reaberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Parlamentar Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscaliza-

ção, destinada à apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária de 2000.

Em virtude de o Relator estar terminando os pareceres aos destaques apresentados na reunião anterior, suspenderemos a presente reunião, que será reaberta às 15h, quando votaremos os destaques, ultimando assim a votação do relatório-geral do Orçamento ainda hoje.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reaberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em função da necessidade de mais tempo para o Relator-Geral concluir seu relatório, vamos suspender a presente reunião, que será reaberta às 19h de hoje.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reaberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação dos destaques apresentados ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano 2000.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, antes de ontem fizemos um destaque para mudança de modalidade de uma emenda de bancada. Naquela ocasião não constava a assinatura de todos os Parlamentares do Estado. Estou encaminhando ofício em que consta a assinatura de todos os Parlamentares da Paraíba. É só a questão da mudança de modalidade de 30 para 40.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., o Relator e esta Comissão pela solidariedade em relação ao pleito do companheiro de bancada, Deputado Jorge Costa. S. Exa. solicita que, dentro do universo de emendas individuais que apresentou, seja cancelada uma delas e que o somatório desse recurso, que estava destinado nessa emenda, seja transferido para outra que também apresentou — ou seja, quer S. Exa. a transferência de um recurso e o cancelamento de uma das emendas. Trata-se de questão simples que esbarra em resistência regimental, mas que com a solidariedade da Comissão pode ser reparada. Peço a V. Exa. que considere essas ponderações para atender ao colega.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Na hora da votação do destaque vou colocar a questão como matéria exclusiva.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o nobre Senador Tião Viana.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que na hora da discussão dos destaques também inclua uma situação de mudança de modalidade de quatro destaques que tenho para o Estado do Acre.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Na hora aprazada faremos isso.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, após as palavras do Relator, quero inscrever-me como orador para discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para discussão dos destaques V. Exa. está inscrito. A discussão do relatório já está encerrada. Agora é encaminhamento dos destaques.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Exatamente, Sr. Presidente. Para encaminhamento dos destaques, peço minha inscrição.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Tem de ser no momento em que o destaque for votado, não é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como, Deputado Alberto Goldman?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, o encaminhamento dos destaques será no momento em que eles forem votados?

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não, Deputado Renato Vianna, Relator do PPA.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs.

Parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, na última reunião desta Comissão expus o desejo, na qualidade de Relator do PPA, de criarmos quatorze mesorregiões diferenciadas neste País. Aliás, essa seria a grande contribuição desta Comissão, na discussão do Plano Plurianual, dentro de criterioso trabalho realizado pelo Ministério do Interior, no sentido de espacialmente localizar os bolsões de pobreza no Brasil e fazer com que haja uma convergência prioritária para conseguirmos, se não erradicar esses bolsões — sem dúvida alguma, dentro do espírito do combate à miséria, à fome e à pobreza —, pelo menos diminuí-los sensivelmente, fazendo com que programas nacionais como o Pronaf, Renda Mínima, Cesta Básica, Agentes de Saúde, Médico de Família, Saneamento Básico possam prioritariamente ser aplicados nessas regiões.

Estamos sugerindo isso porque houve uma inversão. Na verdade, o PPA deveria ter sido votado anteriormente ao PLO-2000. O PPA traça o grande cenário e os objetivos macroeconômicos. Agora já estamos entrando no detalhamento, não nos programas e nas ações do PPA, mas até em títulos e subtítulos.

Por isso, Sr. Presidente, peço que submeta à Comissão essa sugestão para que seja incorporada ao parecer do Relator do PLO-2000, afim de já a partir deste ano podermos implementar esses 14 programas — são 13 mesorregiões diferenciadas, acrescidas da região do entorno do Distrito Federal — e assim dar essa grande contribuição ao nosso trabalho de combate à pobreza, à miséria e à fome neste País.

Solicito a V. Exa. que submeta esta sugestão à votação. Assim o Relator poderá incorporá-la em seu parecer. Com certeza, depois de discutida e debatida será incorporada ao Plano Plurianual 2000/2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria será votada após os destaques.

Com a palavra, Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, não é nenhuma novidade para os membros desta Comissão — particularmente para nós que acompanhamos a tentativa de fechar o relatório geral com os destaques — o fato de que estamos, na prática, rodando o relatório que será socializado para os Srs. Parlamentares. Portanto, o Relator fará uma exposição, com possibilidade de acompanhamento dos Relatores, a partir do momento em que tivermos acesso a esse documento. Certamente é impossível fazer uma votação antes de esse documento ser socializado. Temos um tempo. V. Exa. poderia, para efeito de procedimento interno, explicar como será o processo, para que os Deputados e Senadores presentes possam, a partir do momento da chegada do documento, não só analisar seu conteúdo — a verdade é que num processo desses agrada-se dez e se desagrada-se mais alguns — como também orientar o comportamento dos Parlamentares, como será o processo de votação, a fim de que tenhamos de fato, antes de começar a sessão, um retrato do que ela será. A partir daí, é lógico que o Relator terá de fazer uma exposição mais longa do que a acolhida parcial e integralmente, atendendo a Estados e a outras demandas. Peço uma orientação em relação ao procedimento. Não entendi a rotina da sessão, até porque não houve esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Colocaremos a matéria em discussão após a chegada dos destaques com os pareceres. A votação dos destaques rejeitados poderá ser feita ou não em bloco. Vamos submeter a decisão à Comissão. A Comissão analisará a aceitação ou não dos destaques — rejeitados ou não, acolhidos ou não — votando destaque por destaque posteriormente.

Serão votados os destaques de acordo com o parecer. Todos os favoráveis serão votados em bloco. Quanto aos destaques apensados separadamente — se houver interesse do Plenário — vamos votá-los individualmente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Na prática, os Deputados terão de solicitar a V. Exa. a separação dos destaques que desejam disputar individualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Que julgarem...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – O encaminhamento será em cada votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em cada votação...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – O Líder do partido?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O autor apenas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – As Lideranças não encaminham?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Só fala o autor do destaque. É do regulamento da Comissão.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, apenas tentaria contribuir para aproveitar este momento. Há duas situações orientadas pela consultoria da Comissão para que viessem ao plenário tirar dúvida sobre o apoio ou não. Seria algo simples, que não vem no relatório que está chegando agora. Seria a situação do Acre e também do Deputado Paulo Mourão. Gostaria de ter um minuto para apresentar meu ponto de vista. O Deputado Paulo Mourão também terá oportunidade de fazê-lo. São duas situações apenas. Se for possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria, como foi deliberada, será apresentada na ocasião oportuna e então votada pela Comissão

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Só depois?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra, para explicações, o nobre Relator, Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator do PPA, Deputado Renato Vianna, colegas Deputados, senhoras e senhores, enquanto a parte final do relatório, no tocante aos destaques, não estiver pronta, poderemos falar um pouco sobre alguns critérios e a forma adotada.

Na realidade, naquela apresentação que fizemos falamos um pouco da maneira que conduzimos o Orçamento Geral do ano 2000, da dificuldade inicial em função do tempo que tivemos e dos quase três meses para termos um Relator do PPA. Sem ele, não se poderia ter os Sub-Relatores. Isso demandou muito tempo. O Orçamento, que já explicamos...

**O SR. PRESIDENTE** ( Senador Gilberto Mestrinho) – Peço silêncio ao auditório.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – ...veio, conforme já declinado, com as dificuldades citadas. Vou explicar rapidamente o que fizemos, uma vez que alguns companheiros não estavam presentes, e como foi o procedimento ao longo desses meses com os comitês. O comitê de apoio à Relatoria-Geral, no tocante ao custeio, fez análise dos cortes dos R$ 6 milhões que votamos. Estou falando do relatório aprovado. Gostaria que isso ficasse sedimentado na Comissão, antes da discussão dos destaques. No tocante ao custeio, cortamos 1.9, depois devolvemos aproximadamente 0.9, em torno de 1%. Ou seja, de R$ 650 milhões, devolvemos aproximadamente R$ 340 milhões. Com relação às obras com indícios de irregularidade, gostaria ...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pediria ao auditório, aos nobres Parlamentares e à platéia um pouco de silêncio, para que o Relator faça as explicações e evitemos consultas à Mesa, posteriormente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Com relação às obras com indício de irregularidade, tomamos a decisão de submetê-las ao Plenário. O Relator obviamente acataria todas as obras que estivessem no relatório e que pudessem apresentar algum indício de irregularidade. Escolheríamos hoje para cada obra um Relator responsável, para num prazo de trinta dias, trazer a defesa positiva ou negativa dessa obra.

É importante que todos os senhores que tenham emendas de bancada, emendas coletivas, tenham em mente o procedimento que a Comissão deverá aprovar. É uma proposta nossa. Todas as obras com indício de irregularidade constantes do relatório só serão aceitas depois de escolhermos — se a Comissão aprovar — um Relator, para, no prazo de trinta dias, fazer a defesa positiva ou negativa dessa obra. E a Comissão voltará a julgar e a apreciar se acata ou não, dentro do Orçamento, essa obra.

Com relação à admissibilidade e ao acolhimento das emendas coletivas, que é um processo dos mais pesados, o mesmo comitê das emendas coletivas — composto pelos Deputados Iberê Ferreira, João Coser, Santos Filho e Waldemir Moka — continuou com o Relator até agora no fechamento do relatório, já aprovado, e agora também no fechamento dos destaques.

Procuramos, como fizemos na aprovação do relatório, ouvir todos os companheiros. Tenho a impressão de que algumas das notícias ou julgamentos feitos, sobretudo pela imprensa, depois da aprovação do relatório, começam agora a tomar um pouco mais de forma. Primeiro, depois da defesa que todos fizerem não apenas do Relator, mas da Comissão, da interferência externa, sobretudo de uma parte da imprensa que procura ver a Comissão de uma forma que não é a melhor, faço agradecimentos a todos os Deputados, sobretudo ao Líder do Governo, Deputado Alberto Goldman.

Está claro que o Governo errou, embora não admita. Ele não deveria ter comentado com a imprensa que mudamos de 2.65 para 2.60, porque a LDO trouxe 2.60. Está muito claro — e isso é incontestável — que nossas fontes de recursos foram muito boas e sadias, tanto é que com elas o Governo buscaria uma

parte do superávit. Ele viu que usamos esses recursos e que, portanto, há recursos reais para cumprir as emendas.

Há entendimento de se fazer o contingenciamento. Não somos contra fazê-lo, mas é preciso que se saiba como. O fluxo de recebimento dos impostos pelo Governo não é constante. Esse gerenciamento deve ser observado. Por isso, não nos devemos assustar, num primeiro momento, com esse aspecto de contingenciamento. As fontes de recursos usados em caixa neste ano são sadias. Foi a diferença da inflação projetada pela inflação real. Há uma fonte presumida — a da receita do DNER — que na realidade é de apenas 340 milhões. É isso que devolvemos do custeio. Dessa forma temos investimentos com fontes boas.

Em tese, o que interessa muito a todos são os critérios usados para atender às bancadas.

Peço a atenção da Comissão para o que vou dizer. É muito importante que todos saibam como ocorreu isso e quais os critérios adotados. A primeira forma de análise foi fazer a população pelo inverso da renda **per capita**. Buscamos fazer uma análise de todos os Estados olhando por esse prisma.

Como segundo critério, buscamos saber como estava o desempenho em termos de PL, de Relator-Setorial e Relator-Geral no final nos últimos cinco anos em cada Estado, em cada região, conseqüentemente, em cada bancada. Obviamente, esse era um indicativo também bom para que pudéssemos ter um horizonte.

O terceiro critério seria feito em cima dessa média, pegando os dois critérios, com o inverso da renda **per capita** e com a média dos últimos cinco anos. Nesse aspecto, podemos classificar em máximo um critério que teria um mínimo de recomposição. Seria então o máximo e a média da recomposição.

Nesse aspecto, quanto a alguns Estados que já declinei antes do relatório geral — faço essa revisão enquanto não fazemos os destaques — três ou quatro deles não haviam sido tratados bem; ou seja, precisavam ser recompostos. Agora procuramos fazer isso. Os Estados tiveram um crescimento na média dos últimos anos de mais de 50% de investimentos. Achávamos — nós da Comissão e o Relator — que haveria poucos destaques. Para nossa surpresa houve aproximadamente 1.200 destaques.

Avaliem V. Exas. — e esse é um dos motivos da demora — que em decorrência disso foi quase necessário fazer um novo Orçamento. Depois de tudo feito, de passarmos aos dez Sub-Relatores, aos Relatores-Setoriais o volume de recursos de 2 bilhões e 600, depois de gastar mais 1 bilhão para fechar com as bancadas, ainda tivemos uma demanda, para ser um pouco mais explícito, que não atendeu a todos os destaques, de aproximadamente 680 milhões.

Imaginem o que é administrar isso. Volto a pedir, não a paciência, mas a compreensão dos companheiros. Numa Casa política fica difícil a observação dos critérios. Algumas bancadas querem ver o melhor ano e acham que esse é o critério visto. A outros isso não interessa. Querem ver sob outro aspecto, como renda **per capita** e população. Por esse motivo fica muito difícil seguirmos estritamente o critério da lógica da racionalidade da matemática — aí vem a ingerência e a pressão política. Aqui está o grande desafio do Relator com a Comissão.

Alguns vão se sentir injustiçados. É difícil segurar a pressão que sentimos e administrá-la, sobretudo quando a bancada tem mais força ou quando faz uso dela de forma diferenciada. Contudo, isso é perfeitamente admissível numa Casa política.

Vou adiantar alguns dados sobre os destaques antes que sejam lidos. Dos 680 milhões, tivemos de descê-los a 550 milhões aproximadamente. Mais uma vez peço a compreensão dos companheiros. Quando o Relator e a Comissão achavam que não haveria mais nada para incluir, estamos hoje neste plenário, em aberto, com 550 milhões de destaques, e a Comissão deverá orientar como fazer para que achemos receita para usá-los; ou seja, para acatá-los.

Os critérios que usamos podem não ser os mais corretos na opinião de cada um.

Esse atraso é porque trancamos duas portas e não havia jeito para trabalhar. Para não fugir em nenhum momento dos companheiros ficamos durante seis meses à disposição de todos. Podemos não ter feito tudo aquilo que queriam, mas atendemos a cada um com cordialidade, respeito e coleguismo. Esperamos então um entendimento dos colegas nesse sentido.

Peço aos Líderes das nossas bancadas que nos auxiliem, separadamente da discussão da lei, quanto aos destaques que devem estar, como disse, descendo porque terminamos há uma hora e meia. Também peço a V. Exas — inclusive, é um pedido que o Relator deveria fazer — que não adiem mais a aprovação deste relatório, até porque ele já foi aprovado. Só há agora o apêndice dos destaques.

Quanto aos 550 milhões, não socorremos, mas fizemos corretamente algumas coisas. Cerca de 45% desse recurso foi para a educação; para o Programa

de Renda Mínima, para as universidade. Foi uma recomposição de receita do Ministério da Educação.

Entendemos ter sido essa a maneira mais correta de fazer a recomposição. Por mais que tivéssemos atendido à educação, ela ainda ficou um pouco descompensada. A parte social, a saúde, a infra-estrutura e a integração nacional foram absolutamente muito bem aquinhoados nesse relatório geral. Ontem, fazendo uma reanálise de todo o processo, resolvemos alocar 80 milhões para o Renda Mínima, 20 milhões para as universidades e 62 milhões para a recomposição da receita que teria o Ministério da Educação.

Dessa forma, espero que na discussão, na apresentação a ser feita pelo Relator — repito e insisto — pouquíssimas coisas sejam modificadas. Falo isso com muita tranqüilidade. Qualquer modificação, uma vez o relatório geral estando aprovado, será feita à luz da democracia e da participação de todos.

Não tenho dificuldade alguma em acatar o que o Plenário desejar. O Relator democraticamente tem que acatar a vontade da maioria. Fizemos o melhor que podíamos.

Dessa forma antes de passar a palavra novamente ao Presidente, peço encarecidamente a todos a aprovação, de maneira clara e objetiva, dos destaques. É claro que poderá haver discussão, mas desde que apropriada. Afinal, pouquíssima coisa poderá ser feita, até porque a possibilidade de recurso que vamos seguramente discutir daqui a pouco é absolutamente limitada.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero me dirigir ao Relator. Antes mesmo que chegue o material — que com certeza será distribuído para que possamos avaliá-lo —, quero passar às mãos do Relator um documento assinado pelo coordenador da bancada da Região Norte, Deputado Paulo Mourão, que busca restabelecer o texto da emenda que propõe recursos para o Hospital Sarah Kubitschek. Não se refere a aumento de verba ou receita, mas apenas para atender à vontade da bancada da Região Norte. Não ficou explícito que os 10 milhões destinados ao hospital seriam para atender à Amazônia oriental. E se pretende que seja metade para custeio e metade para investimento.

Em conversa ontem na Comissão, sugeriram-me que trouxesse o encaminhamento por escrito do coordenador da bancada, Deputado Paulo Mourão. Encaminho-o à Mesa apenas para adequação do texto, conforme está na emenda.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, também dirijo-me ao Relator, Deputado Carlos Melles, em termos de esclarecimento, que antecede também a distribuição do texto sobre os destaques. Fui informado, oficiosamente, que o Amapá teria sido contemplado com alguns destaques. Chamou-me atenção o fato de que esses recursos adicionais não teriam seguido os critérios combinados na reunião da bancada com o Relator e com a Comissão que o assessora.

Logo depois de terminada a votação dos pareceres preliminares, houve a distribuição do cronograma de reuniões entre o Relator-Geral e as bancadas. O Amapá compareceu integralmente na reunião e expressou sua vontade. Isso ficou registrado inclusive pela Secretaria da Comissão. Não tenho os destaques em mãos. Estou aproveitando esse intervalo para levantar esta questão, pois questionarei com os documentos em mãos. Gostaríamos que prevalecessem os critérios acordados entre a bancada e a Relatoria e os de um grupo de Parlamentares que eventualmente possam estar defendendo outros interesses.

No acordo feito, seriam priorizadas as emendas sobre a BR-156, a ponte sobre um rio do Amapá e a universidade e que nas demais emendas os recursos disponibilizados seriam distribuídos eqüitativamente.

No primeiro momento, o Relator cumpriu o combinado, tanto que o documento está de acordo com o acertado. Contudo, há informações de que houve acatamento de alguns destaques, em desobediência ao acordo firmado junto à Relatoria e à Comissão. Estou sozinho nesta reunião representando o Amapá, mas reivindico — se isso realmente proceder — que seja mantido e respeitado o critério combinado praticamente pela totalidade da bancada entre o Relator e a Comissão.

Sr. Relator, houve essa reunião entre o pequeno grupo de Parlamentares do Amapá e a Relatoria? Gostaria de saber se isso procede, para então reforçarmos nossa reivindicação.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Na ocasião própria nobre Senador, o Relator fará a explicação. Peço aos assessores a gentileza de liberar os assentos para os membros da Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado José Priante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Carlos Melles, gostaria de falar sobre as citações feitas pelo Relator-Geral no que diz respeito às obras com indícios de irregularidades, que pela proposta apresentada pelo Relator-Geral merecerão indicação, por parte do Presidente, de um Relator para cada obra. É isso?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Vai ser submetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a melhor conduta. Sugere o comitê a análise do atestado dessa irregularidade. Há em muitas obras, não irregularidades, mas prestação de contas atrasadas ou falta de documento. É importante que a Comissão delibere qual a melhor forma e que não fique apenas à luz do que o TCU disse.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, na condição de Relator-Setorial de Infra-Estrutura, fiz considerações sobre obras com indícios de irregularidades. As mesmas foram aprovadas por unanimidade. O parecer apresentado pela Relatoria de Infra-Estrutura mereceu acolhimento por unanimidade por parte desta Comissão.

Recomendei à Comissão as considerações que fiz àquela altura como Relator-Setorial de Infra-Estrutura. A paralisação ou interrupção de obras que dizem respeito à restauração ou mesmo à construção de rodovias federais é bem diferente de uma tratativa que possa ser feita quanto à construção de um prédio de um Tribunal de Justiça ou de Contas. Qualquer um destes podem funcionar em outro prédio.

Por conta dessa diferenciação, recomendei à Comissão — este é o texto — que a execução orçamentária ficasse suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável. Para que amanhã não se incorra exatamente na pontuação identificada pelo Relator-Geral — ou seja, a de que uma rodovia foi exposta à irregularidade pequena, que poderia ser sanável — há necessidade da previsão no Orçamento para pelo menos haver trafegabilidade nela.

Levando em consideração as ponderações feitas pelo comitê que assessorou o Relator-Geral, faço um alerta a esta Comissão, no que diz respeito à área de transporte, que aprovou por unanimidade essa consideração firmada no meu parecer na qualidade de Relator-Setorial de Infra-Estrutura.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, na condição de Líder, fui um dos que subscreveram a nota defendendo a apropriação feita pelo Relator da correção dos recursos da receita. A inflação projetada não foi igual à real. Isso implicava um acréscimo nas receitas: a apropriação de parte da reserva de contingência e outras receitas. Porém, Sr. Presidente, queria um esclarecimento do Relator sobre as receitas que foram fonte para a aprovação desse destaque.

Quais são essas receitas? Elas estão condicionadas? Se as receitas são condicionadas, cairão daqui a um mês, segundo o art. 61 da LDO. O Parlamentar está na expectativa de ver seu destaque aprovado, mas se ele tem consciência de que é uma receita condicionada, que vai cair após a sanção, não existe a menor condição de ser aprovado na Casa nenhum acréscimo de receita ou votação de precatório durante o próximo mês.

Quero um esclarecimento: dos 550 milhões utilizados, qual a fonte? Eles são provenientes de que tipo de receita? As outras receitas, consideramos plenamente justas e defensáveis. Era uma apropriação correta, feita pelo Relator e que repõe ao Congresso sua competência de definir para onde vão os recursos públicos.

Queria apenas esse esclarecimento do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Sérgio Miranda, como foi dito pelo Sr. Relator, a matéria será submetida ao Plenário. Trata-se de proposta do Senador Romero Jucá sobre esse assunto. A seguir, submeteremos à votação após a discussão desse tema.

Com a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, apenas para um esclarecimento. A bancada do Estado de Pernambuco, há pouco mais de 10 horas, reuniu-se com o Relator e sua equipe. Ouvi com todas as letras do Sr. Relator e des-

sa equipe que não havia recursos para aprovar destaques.

A nossa manifestação foi a seguinte: se não há verdadeiramente recursos, que não se aprove coisa alguma, e aceitamos isso. Não está falando aqui alguém que foi forçar a aprovação de destaques e insistir em aprovações que não podiam ser efetivamente concretizadas pela palavra do Relator e dos que estavam juntos de S. Exa.

Neste instante o Relator discutiu conosco e fizemos um modestíssimo acordo em torno de números que apenas consertavam algumas posições, em grande parte, por recomposição de verba já aprovada para Pernambuco.

Estranho que depois disso apareçam aprovados mais de 500 milhões. Como temos inteira confiança no Relator e na sua equipe — inclusive elogiamos a atitude de todos durante o processo, com o qual sempre colaboramos — para nós é absolutamente inaceitável uma posição dessas. Afinal, havia 500 milhões. Nossa atitude seria outra. Disseram-nos que não havia dinheiro. Trabalhamos com a premissa de falta de recurso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Deputado Sérgio Guerra, pode ficar parecendo que havia pressão das emendas. Disse aqui que não poderia, de forma alguma, depois do atendimento do relatório geral, imaginar tal coisa. Por isso falei logo no começo — e está aqui no relatório — que, ou nós nesta Comissão temos a coragem de votar, disciplinar e regulamentar emendas coletivas e destaques, ou não chegaremos a lugar algum, criando uma insatisfação. Está acontecendo de determinada bancada impor uma forma impossível de administrar um processo desse tipo.

Uma das coisas mais importantes para o Relator e para a transparência e credibilidade do relatório é que, dos 550, praticamente 200 milhões são para educação. É muito pouco o que se deu para cada Estado. A competição entre um Estado e outro pode começar por causa de uma visão diferente. Pode haver essa distorção e macular uma coisa que não é.

Concordo com a tese de V. Exa. Sei o porquê dessa revolta, pela seriedade com que Pernambuco tratou do Orçamento desde o começo, não transgrediu em nada. Todos os limites que a Relatoria pediu, eles seguiram. A bancada de Pernambuco foi sempre uma das mais coerentes nesse sentido. E nós passamos a essa bancada um limite pequeno. O Deputado Sérgio, liderando essa bancada, cumpriu o que outras não cumpriram. A Comissão e o Relator acabaram tendo que ceder em algumas partes.

No todo, não há essa diferença história. Posso garantir a todos, porque tenho números em mãos. Comparando os últimos cinco anos, renda **per capita** e os dois critérios somados a um terceiro, poderemos ficar tranqüilos para discussão em qualquer nível.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, não estou absolutamente discutindo a lisura do seu Relator ou dos que trabalham com S. Exa. Estou apenas ponderando que a pressão exagerada e indevida não pode ser aceita. Nenhuma pressão indevida pode ser aceita, não faz sentido. O fato concreto é que estivemos com o Relator e com os que compõem a equipe de S. Exa. Ouvimos de S. Exa. que não havia recursos. Portanto, trabalharmos nessa perspectiva.

Depois somos surpreendidos com 550 milhões de destaques aprovados. Se vão para a educação, para o Piauí, para o Amazonas, não importa, não estou discutindo o mérito das aprovações que, acredito, são boas.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Não há 550 milhões de destaques aprovados, há 550 milhões de destaques selecionados. Aí volto a insistir naquela tese. Está muito tranqüilo para o Relator trabalhar. Temos 550 milhões de destaques selecionados, propostos por S. Exa. e a Comissão. O Plenário vai decidir se vai acatá-los e qual fonte de recursos será utilizada.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Presidente, não é bem assim, nenhum de nós está interessado em tumultuar o processo de aprovação orçamentária. Afinal, estamos atrasados nesse processo. Reclamei certa vez de um Relator da área de infra-estrutura, porque não havia entregue o relatório nas datas previstas. Há consistência no que estou dizendo. Não posso aceitar, de forma alguma, que a palavra da Relatoria, que a bancada de Pernambuco aceitou como verdade, seja alterada por pressão ou por qualquer mérito. Não será atitude positiva nossa tumultuar o processo de aprovação. Quem conhece a bancada de Pernambuco sabe que ela jamais tomará atitudes assim. Nossa indignação é absoluta. Não podemos continuar num processo no qual a palavra não é verdadeiramente a expressão dos fatos. A palavra aqui não foi a expressão dos fatos. Trabalhamos com a palavra que não correspondeu aos fatos.

A aprovação de fontes nesse processo é algo que, feito a esta hora da noite e ao término de todo um

processo de aprovação, é pelo menos insensato. Se a fonte é boa por que não foi usada desde o primeiro momento? Por que ela só surge agora e para se concretizar precisa do voto de todos nós? Lembro-me bem do imposto verde; foi igualzinho. Na última hora, ou havia o imposto verde ou não se aprovava o Orçamento. E hoje é assim: ou temos um precatório, cuja legalidade é duvidosa e a efetividade também, ou não aprovamos o Orçamento. O resultado é que criamos no Congresso as condições para um brutal contingenciamento sobre as verbas aprovadas e ficamos sem autoridade para reclamar por ele. Renunciamos ao nosso direito de interferir no que aprovamos. Afinal, criamos todo um conjunto de ilusões, o qual divulgamos e aprovamos. Sinto muito que um processo, que elogiei por ser democrático — a atitude do Relator sempre foi de prudência, de ouvir, colaborar — se encerre dessa forma.

De minha parte, não estou mais preocupado com eventuais prejuízos do meu Estado, mas com o precedente de aprovarmos hoje, quando todos já foram embora — apenas nós estamos presentes —, uma fonte em que ninguém acredita e dela não tem conhecimento. Não é possível aprovarmos destaques para os quais, conforme muitos ouviram, não havia recursos para financiar.

Não somos nós que vamos prejudicar o processo de aprovação deste Orçamento. Ao mesmo tempo, é muito ruim, é brutalmente negativo o que se está fazendo hoje aqui.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Digo-lhe que este discurso é muito bonito. V. Exa. já passou por esta Comissão, tem experiência do trabalho no qual está envolvida. Respeito-o pela experiência que tem, mas não posso admitir, depois que o Ceará ficou maior que Pernambuco, ter de ouvir estas palavras.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – V. Exa. está enganado!

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Segundo ponto: eu já ...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Srs. Parlamentares, solicito que fale um de cada vez.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Relator disse, desde a aprovação deste relatório, que sua preferência pessoal era a de que ele findasse neste momento e não houvesse destaques, a fim de que fosse submetido à Comissão.

É preciso que fique bem claro que, quando o aprovamos, disse que o ideal seria pararmos por aqui e que não houvesse destaques. A Comissão desejou que houvesse destaques, mas não há fonte para eles. Havia 13 milhões de reais — foi dito, claramente, que o Relator dispunha de 13 milhões de reais. Não tenho recursos para destaques. A Comissão quis continuar apresentando-os. É ela que dá a solução para este entrave: se a fonte é boa ou não, se é condicionada ou não.

Não cabe ao Relator julgar tal procedimento. É a Comissão que o faz.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Se a fonte era válida, por que não foi discutida no primeiro momento? Por que está sendo discutida somente agora, no momento em que há duas alternativas: ou aprovamos os destaques e o Orçamento, ou não aprovamos orçamento algum?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar o Relator pela transparência com que tem agido e de transmitir uma preocupação, talvez uma lição para o próximo ano, em virtude do que está acontecendo neste momento.

Ontem, testemunhei o diálogo havido entre o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza — pelo menos na parte inicial — e o Relator, Deputado Carlos Melles. Pouco depois, à noite, por ocasião do aniversário do Deputado Aécio Neves, novamente encontrei o Ministro Paulo Renato, que fez um apelo — até achei interessante que o Ministro da Educação do Governo tivesse pedido a um Senador da Oposição, bem como a tantos outros aqui, que se empenhassem para a aprovação de determinado destaque visando a reforçar o volume de recursos para o Programa de Garantia de Renda Mínima, previsto na Lei nº 9.533. Em tempo, aqui está o Senador Lúcio Alcântara, que foi o Relator da matéria no Senado.

Muitos de nós recebemos o ofício do Deputado Nelson Marchezan, datado de 20 de março passado, chamando-nos a atenção para o fato de que o Governo originalmente havia previsto apenas 100 milhões de reais para o Programa de Renda Mínima e para a aplicação da Lei nº 9.533. Haviam sido aprovados mais 2 milhões, o que estava muito aquém dos 511 milhões previstos, tendo em vista a necessidade de implementação do programa.

Ora, Sr. Presidente, ainda ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, ouvimos o Ministro do Planejamento, Martus Tavares — também estava presente o Deputado Pedro Novais, Relator da Lei de Responsabilidade Fiscal — chamando-nos a atenção para o fato de que qualquer Prefeito ou Governador, ao colocar os recursos do Orçamento, tem de lançar tudo o que está previsto, em decorrência da aplicação de lei aprovada naquele Município, no Estado. Dessa forma, seria condizente que o Governo Federal houvesse, já por ocasião da Mensagem Orçamentária encaminhada ao Congresso, previsto o volume de recursos necessários para tal.

Sr. Presidente, por que chamo a atenção para isso? Porque há um fato muito importante. Hoje, o Presidente Fernando Henrique Cardoso baixou medida provisória atualizando o salário mínimo para 151,00 reais — quantia obviamente insuficiente. Pergunto qual seria uma das maneiras para dar racionalidade na erradicação da pobreza e para garantir que haja o mínimo de renda suficiente para todos, de forma a tornar mais racional o sistema econômico, mais competitiva a economia brasileira, abrangendo todo o território nacional, de Pernambuco ao Acre, do Piauí ao Rio Grande do Sul, ou seja, todos os Estados.

Uma delas seria definirmos, concomitante e coordenadamente, o salário mínimo e um programa de garantia de renda mínima que complementasse o rendimento da família, cuja renda não alcançasse pelo menos meio salário mínimo **per capita**. Para isso, deveria definir-se ainda melhor o benefício. Mas como fazer isso se esta lei, com benefício definido tão restrito, não tem os recursos necessários previstos?

Cumprimento o Deputado Carlos Melles, que, com certa flexibilidade, conseguiu, pelo menos, 80 milhões de reais adicionais, o que ainda está muito aquém dos 511, que o próprio Governo e a Coordenação da administração do Programa de Renda Mínima no Ministério da Educação dizem que são necessários.

Sr. Presidente, chamo a atenção para este fato porque, como se está a discutir no Senado e depois na Câmara o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que resultou não apenas da proposição do Senador Antonio Carlos Magalhães, mas também da Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza, como se lá estivesse prevendo a criação de um fundo de, pelo menos, 4 bilhões de reais, que se empenhe o Congresso Nacional a fim de que, pelo menos, 75% destes recursos — mais de 3 bilhões — sejam destinados à transferência direta de renda às famílias que não alcançarem pelo menos meio salário mínimo **per capita** e que tiverem crianças na faixa de até 16 anos, em idade escolar, freqüentando a escola, para que, mais depressa do que se prevê neste instante, possa avançar-se muito mais, visando a garantir o mínimo de renda para todas as pessoas.

Agradeço ao Deputado Carlos Melles a atenção que teve com o assunto, ao tempo em que chamo a atenção para o fato de que deveremos, até mesmo no contexto do PPA, Deputado Renato Vianna, dar maior atenção e cuidado à aplicação desta lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de retomar o alerta que fizemos na sessão anterior desta Comissão.

Tenho certeza de que o Relator procurou alternativas para resolver o grave problema da educação, que realmente nos aflige, mas levantamos aqui um assunto que não diz respeito a nenhuma bancada ou a nenhum Estado em especial, mas a todo o País. Refiro-me à manutenção do PRONERA, Programa de Educação nos Assentamentos Rurais. Setenta mil alunos estão na iminência de ficar sem escola nos assentamos rurais porque o PRONERA não consta do projeto de lei enviado pelo Poder Executivo a esta Casa. O Relator não contemplou os programas PRONERA e LUMIAR com os recursos necessários à sua manutenção, que são pelo menos 40 milhões de reais.

Então, quero pedir a este Plenário mais uma vez, pela terceira vez — fizemos isso no alerta ao Relator-Setorial, que não pôde acatar — , que atentemos para a gravidade de a Comissão concluir o relatório sem contemplar o resgate do Programa de Educação nos Assentamentos Rurais, onde atualmente 70 mil estudantes freqüentam escolas .

Encaminho também ao Relator, solicitação em que reitero o pedido que nos foi novamente feito pelo Ministério da Cultura, apenas no sentido de que remaneje suas prioridades, o que não implica aumento de recurso — é apenas um remanejamento. Com a falta de acatamento de alguns destaques, o Ministério sente necessidade desses remanejamentos para implantar seus programas neste ano.

Passo ao Relator o documento enviado pela Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, com a qual falamos há pouco, e também o Destaque nº 00621, que propõe os recursos necessários à recomposição do PRONERA — Programa de Educação nos Assentamentos Rurais, que atende a 70 mil alunos.

Peço aos demais partidos e bancadas que se solidarizem conosco nesse pleito de interesse nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O remanejamento será feito posteriormente, de acordo com a decisão da Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de registrar minha posição sobre a questão da conveniência ou da não-conveniência da utilização da fonte dos precatórios.

Falo com tranqüilidade porque, pessoalmente, acho que o Estado brasileiro é péssimo pagador. Quando alguém ganha uma ação contra o Estado, leva alguns anos para receber. Agora, fixa-se um prazo.

Do ponto de vista de conteúdo, poderíamos até registrar nossa posição contrária. Quando o Relator-Geral acolheu, no seu relatório, no final do debate, um conjunto de pedidos de destaques para alocação de mais recursos, precisaria, com certeza, ter reservado 600, 700 milhões ou contar com uma fonte que ele considerou possível de ser utilizada. S. Exa. consultou o comitê pessoalmente — e também falo em nome do comitê — e nós achamos que ele deveria fazer esse exercício para democratizar o processo orçamentário. Imaginou-se que o debate anterior com os Estados resolveria todos os problemas de descontentamentos e de correções, mas, infelizmente, o número de destaques mostrou que não era bem assim. Então, a equipe que estava trabalhando acabou partindo para uma decisão mais ou menos consensual, com orientação do próprio Relator, mas é lógico e evidente, que a decisão final depende da aprovação do Plenário. A utilização dos precatórios poderia ter sido feita apenas por deliberação do Relator, mas S. Exa. está adotando como opção consultar o Plenário. Muitos Deputados que discutiram conosco reivindicaram a utilização dos precatórios, e não é verdade que todos os que lá vão estão achando que não se deve acolher as emendas. Pelo contrário, houve grande pressão para que se utilizassem os precatórios.

O do ponto de vista do Relator — consultar o Plenário —, tem o nosso apoio, embora saibamos que se trata de uma fonte de risco. Temos que ser extremamente honestos. É uma fonte com possibilidade de se utilizar, mas tem riscos, em função da velocidade com que tem que ser utilizada. O Deputado Sérgio Miranda levantou uma questão muito significativa sobre esse tempo.

O Senador Sebastião Rocha também destacou outro ponto: na primeira rodada de debates, ouvimos representantes de todos os Estados, mas desta vez foi diferente. Ficamos, por mais de dois dias, reunidos com os Parlamentares autores dos destaques, com Parlamentares de alguns Estados e com algumas bancadas inteiras e com outras proporcionais. É verdade que acolhemos alguns destaques. É possível que se tenha cometido algum desequilíbrio, mas a intenção dos Parlamentares ao fazerem os destaques e a da Comissão era a de aumentar o equilíbrio. Se houve algum desequilíbrio pontual, foi em função do processo, mas alguns Parlamentares correram atrás, fizeram os destaques, foram às audiências e conseguiram alocação de recursos.

Quero dizer também — e o faço com tristeza — que identificamos bancadas que apresentaram destaques para aumentar recursos, quando nem existiam emendas. Tentaram aumentar recursos em ações do próprio Executivo. Isso é lamentável. Os membros desta Comissão sabem que isso é ilegal e, portanto, não pode ocorrer. O comitê deu orientação no sentido de que todas essas emendas fossem rejeitadas imediatamente. Alguns Parlamentares apresentaram recursos para aumentar recursos para emendas de caráter individual. Felizmente, todas foram identificadas e eliminadas.

Quero manifestar-me também com relação ao depoimento do Deputado Narcio Rodrigues, a respeito do qual o Relator aguarda consulta feita à assessoria, pois parece que há um problema. De fato, os programas PRONERA e LUMIAR estão sendo debatidos em todo o País. Infelizmente não conseguimos atender a esse destaque, apesar de saber que os recursos são de necessidade do Ministério e dos assentamentos de todo o Brasil. É fundamental que se olhe com carinho a possibilidade de ainda alocarmos alguns recursos para esses destaques. Eu, pessoalmente, tenho destaque nesse sentido e parece-me que também o tem o Deputado Narcio Rodrigues.

Para concluir, Sr. Presidente, quero falar das emendas que constam do relatório do Tribunal de Contas da União.

O Deputado José Priante já declarou que as aprovamos na infra-estrutura. Na prática, estamos queremos ter procedimento idêntico, no geral, porque muitos companheiros Parlamentares nos procuravam para tentar encontrar uma forma de retirar a emenda relativa a seu Estado, daquela relação. Se entrássemos nesse processo agora, haveria um risco muito grande. Fizemos, então, um acordo que queremos

aprovar? É que o Presidente da Comissão designe logo relatores para cada um dos processos. Esses Relatores deverão ir atrás da documentação no Tribunal de Contas da União para saber quais são os processos que já estão superados. Imediatamente após, deverá ser elaborado um parecer, um projeto de decreto legislativo e a Comissão, daqui a quinze ou vinte dias, deverá apreciar os processos já superados, e os que não foram resolvidos continuarão pendentes. Será esse o procedimento da Comissão, que nos preserva.

Então, gostaríamos de dizer que esses procedimentos têm como objetivo, quase que exclusivamente, resguardar a Comissão e os Parlamentares, porque, na ânsia de resolver um problema fácil, podemos cometer o erro de acolher ou de retirar da lista alguma obra que contenha algum tipo de irregularidade ou alguma dificuldade.

Gostaria de concluir com essas observações, Sr. Presidente. É importante sabermos que, sem que essa nova fonte seja aprovada, de fato — o Deputado Sérgio Guerra tem razão —, nenhum centavo poderá ser disponibilizado, nem para emendas dos Deputados, nem para o programa de renda mínima, nem os recursos destinados à educação, nem os 11 milhões de reais destinados a Pernambuco, porque no dia da aprovação do relatório o Relator fez a comunicação de que não havia novos recursos. Foi decisão da Comissão.

O procedimento foi correto. Precisamos tomar a decisão se queremos ou não alocar um pouco mais de recursos, correndo o risco de não conseguir transformá-lo. Principalmente, defenderemos sua aprovação, conscientes do risco, porque aqui não há ninguém que não tenha consciência do que isso significa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, fui orientado pelo comitê desta Comissão sobre o Requerimento de Destaque nº 150, do Senador Mauro Miranda. O Deputado Zé Gomes da Rocha, da bancada de Goiás, requer a modificação de sua cota individual, cujo valor é de 1 milhão 350 mil reais, para o Município de Itumbiara, destinada ao setor habitação. Requer S. Exa. 850 mil reais para a habitação e passa 500 mil reais para infra-estrutura, porque não se justifica construir casa sem infra-estrutura. S. Exa. está, então, requerendo a esta Casa não o aumento do valor requerido, apenas a modificação da aplicação dos 1 milhão 350 mil reais para o Município de Itumbiara.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Todas essas questões serão submetidas ao Plenário, que será soberano para aprovar, desde que não importe aumento de despesa.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, não aumenta. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros desta Comissão, meus cumprimentos.

A peça orçamentária que estamos votando hoje expressa, na verdade, a vontade da Comissão, dos seus membros, das bancadas aqui representadas, dos oradores ouvidos, dos Ministros e do Governo, que mandou sua proposta para apreciação. Portanto, quando alguns colegas observam que o Relator fez essa ou aquela coisa, temos de deixar claro que S. Exa. agiu sempre sob nossa solicitação, sob nossa intervenção. E quando falo nossa, quero dizer todos os Parlamentares que, por alguma razão e com algum interesse na defesa do seu Estado ou de alguma causa, buscaram sensibilizar o Relator, o comitê e os membros da Comissão para que fossem feitas alterações, acatando-se emendas e destaques.

É preciso encerrarmos a discussão. Quanto mais tempo permanecermos tratando desta matéria, mais falhas iremos encontrar, pois é verdade que esta peça orçamentária não é perfeita e mais correções teremos a fazer. Continuaremos sempre buscando a perfeição, e há um velho ditado que diz que o bom é inimigo do ótimo.

Então, a peça está de bom tamanho. O Relator e seus companheiros, especialmente os Relatores-Setoriais, tiveram condições de atender amplamente aos pleitos das bancadas. A média de atendimento delas em relação aos anos anteriores é de mais de 50%, além dos recursos que vinham recebendo. Gostaria de que os companheiros entendessem que já é hora de chegarmos a um consenso sobre essa matéria e de buscarmos a aprovação do relatório final.

Quero agora fazer uma clara observação sobre a fonte condicionada dos precatórios. Para pagamento de precatórios, há uma previsão de 3 bilhões de reais, no ano 2000. Desse montante, foram retirados os pequenos valores, as despesas de natureza alimentícia e os 10% relativos aos pagamentos deste ano,

porque a proposta de emenda à Constituição dos precatórios prevê o pagamento em dez anos. Portanto, 10% neste ano. Dos 3 bilhões de reais, restaram 1 bilhão de reais. Como já estamos praticamente no mês de abril, final de março, o Relator teve o cuidado de propor a aplicação de apenas seis doze avos do valor remanescente de 1 bilhão de reais, portanto, 500 milhões de reais. Do total dos 3 bilhões, Sr. Presidente, estamos aplicando apenas 500 milhões de reais e, através de fonte condicionada, ou seja, não havendo aprovação da emenda constitucional, caem as aplicações que fizemos com essa fonte. Portanto, é uma ação com responsabilidade fiscal. Não estamos agindo, de maneira alguma, sem o devido critério, sem a devida preocupação com a integralidade desse relatório. Se o Senado não aprovar a PEC, não teremos aplicação dos recursos; cai essa fonte simplesmente.

Dessa forma, não há comprometimento algum, pois é uma fonte condicionada. Estamos entre companheiros que conhecem efetivamente a matéria. Temos de entender que se o relatório, neste momento, apresenta essa configuração é porque ele é fruto das pressões exercidas por cada bancada, por cada Parlamentar, por cada Governador, por cada Ministro, por cada ação setorial deste País, por cada setor, seja ele produtivo ou não, no sentido de buscar melhores recursos para seus objetivos.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, gostaria de retirar do bloco dos destaques os Destaques nºs 48 e 49, e que eles se juntem ao do Senador Mauro Miranda.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

**O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, como membro da bancada de Pernambuco, estávamos presentes ontem. Quero dizer ao paciente Relator deste trabalho que até dez horas atrás V. Exa. estava inspirado pela sabedoria de Salomão, porque os recursos vinham sendo bem distribuídos, sobretudo dentro do conjunto geoeconômico do Nordeste, onde existe uma disputa salutar por verbas, especialmente entre os Estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco. Vinha sendo respeitada justamente a densidade da economia e a situação social de cada Estado. Mas a intervenção, nas últimas dez horas, desequilibrou o jogo, ou seja, as pressões descabidas prejudicaram todo o trabalho que vinha sendo coroado de êxito, de justiça e de sabedoria. Queremos solidarizar-nos com o Deputado Sérgio Guerra e fazer um apelo para que possamos voltar a ter uma compensação em função dessas pressões descabidas.

Sr. Presidente, Sr. Relator, nesta oportunidade, quero fazer uma indagação à bancada do Norte do Brasil. Ontem, fiz pronunciamento nesta Casa sobre a questão da Hidrovia Araguaia—Tocantins e da Hidrovia do São Francisco. Também tive oportunidade de pronunciar-me hoje de manhã no plenário e não quero fazê-lo de novo. Desejo apenas fazer uma consulta, se poderemos fazer um acordo de cavalheiros. Invoco até o testemunho do nobre Relator, Deputado de Santa Catarina, que visitou **in loco** a nossa eclusa, pronta há 25 anos e que consumiu recursos da ordem de 120 milhões de dólares. Para poder tornar essa hidrovia navegável, estamos precisando de pouco menos de 30 milhões de dólares, que equivalem a uns 50 milhões de reais. Só conseguimos colocar no Orçamento 7,9 milhões de reais, apesar de ter priorizado essa obra na bancada do Nordeste e na da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

A implantação da Hidrovia do São Francisco está dividida em três etapas. Para executar a menor delas, são necessários 12 milhões de reais. Temos quase 8 milhões de reais, ou seja, 7,9 milhões de reais. Será que não poderia haver um gesto de solidariedade das bancadas do Norte e do Centro-Oeste? Temos de deixar de lado a emoção, no intuito de defender o que é nosso, sobretudo quando se trata da região amazônica, que tem um ecossistema muito denso. Ela é emblemática no hemisfério sul e no mercado internacional. Será que não compreendemos que a execução dessa obra pode atrasar-se, por conta dos obstáculos que temos de vencer junto com todos os irmãos brasileiros, para podermos enquadrá-la nas exigências ambientais? Será que não compreendemos que a obra sofrerá um retardamento? Temos de conseguir 4 milhões de reais para que a primeira etapa da Hidrovia do São Francisco seja concluída.

Sr. Presidente, Sr. Relator, a Hidrovia do São Francisco já entrou no programa Avança Brasil, no Pra Frente Brasil, no Vamos Brasil e em tantos outros e o dinheiro não sai! Esse projeto é de interesse de Minas Gerais, da Bahia, do Ceará, que também têm de fazer pressão para que ela saia. Poderíamos fazer um acordo nesse sentido. O projeto de lei, no art. 6º, alínea a, diz o seguinte: "O Executivo poderá retirar até 10% da verba do Araguaia—Tocantins e remanejar como quiser, sem depender..."

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado Clementino Coelho, V. Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO** – Vamos fazer um acordo: não queremos os 10%. Faltam 4 milhões de reais para podermos concluir essa obra. Quero fazer esse apelo aos nobre Deputados, pois essa é uma hidrovia tão importante quanto a Araguaia—Tocantins, que já está implantada.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputado Clementino Coelho, V. Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, Sr. Deputado. Primeiro, há um orador com a palavra; depois V. Exa. pede a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, não cabe aparte nesta fase.

Com a palavra o Deputado Paulo Mourão.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, no sentido de corroborar, gostaria de acrescentar minha preocupação à do Deputado Sérgio Guerra de que não façamos coisas ilusórias, acima de tudo em função do respeito e da credibilidade que hoje a Comissão de Orçamento tem em âmbito nacional e em função do magnífico relatório que o Deputado Carlos Melles fez de forma democrática, cristalina, discutindo com todas as bancadas.

Gostaria de levar um questionamento técnico à equipe do Orçamento. Se estamos discutindo a questão da utilização da fonte dos precatórios, também aprovamos o art. 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele diz:

Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentário anual, poderão ser considerados os efeitos das propostas que visam alterações da legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei ou de medida provisória que estejam em tramitação no Congresso Nacional.

Isso significa que poderemos considerar aumento de receita no Orçamento somente quando houver estimativa desse aumento de receita. No meu entendimento, Sr. Presidente, Sr. Relator, precatórios são despesas. É isso que eu gostaria de levar em consideração. Quero levar esse questionamento à equipe técnica, antes que esta Comissão aprove algo que possa ser considerado inconstitucional. Deveremos nos manter na posição de credibilidade, de respeitabilidade, e fechar com chave de ouro esse belíssimo relatório do Deputado Carlos Melles. S. Exa. sabe da minha resistência, desde o início, à questão dos precatórios, de acorde com o art. 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, puramente por uma questão técnica, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

**O SR. SENADOR TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de pedir uma retificação, que exigirá a adesão do Plenário, conforme orientação da consultoria da Comissão de Orçamento, em relação aos destaques do Estado do Acre — os Destaques nºs 633, 641, 640 —, em função de que foi feito um PL em agosto, dentro da modalidade 90. Ele precisa ser ajustado para a modalidade 30. Tenho documentos que comprovam o ajuste dessa modalidade: um, de restauração, e outra, de conservação. Os dois destaques constam de delegação para o Estado do Acre fazer.

Sr. Presidente, outro destaque é em relação à Fundação Nacional de Saúde, que se encontra na mesma situação no Estado do Acre. Lá ela é estadualizada por convênio, dentro da modalidade 90, precisando ser ajustada para a modalidade 30.

Por último, um pequeno destaque com relação à construção de um presídio para o Esquadrão da Morte, convênio feito entre o Ministério da Justiça e o Governo do Estado do Acre. Ele precisa sair da modalidade 90 para a 30.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para entregar ao Relator Carlos Melles algumas cópias, que já estão com a Dra. Mirna. É preciso que essa retificação seja feita com a aprovação do Plenário. É o meu apelo final para corrigir algo simples para o Estado do Acre, mas de muita importância para nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Na ocasião própria, a matéria será discutida e votada.

Deputado Wilson Santos, antepenúltimo orador.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem há uns dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Leão, pela ordem. Peço desculpas, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a toda a Comissão que preste atenção ao que tenho a dizer. Gostaria de, em primeiro lugar, elogiar nosso Relator em função da transparência de seu

trabalho e de sua vontade de acertar. Cumprimento o Relator Carlos Melles pelo belo trabalho que vem realizando conosco. S. Exa. nos traz um problema que tem de ser resolvido por esta Comissão. Proponho, Sr. Presidente, que seja encerrada a discussão e passemos à votação, para definirmos se vamos ou não aceitar essa fonte.

Peço a concordância de V. Exa. para começar a encaminhar pelo PSDB.

Sr. Presidente, encaminhando pelo PSDB, ouvida a Liderança do Governo, o PSDB é favorável à modificação da fonte proposta pelo Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Há apenas três inscritos: Solicito que sejam breves. Logo em seguida, colocaremos a matéria em votação.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Santos.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, Sr. Relator Carlos Melles, primeiramente quero me reportar ao valoroso Deputado Clementino Coelho, que reivindica, com muita justiça, apenas 4 milhões para a primeira etapa de construção da Hidrovia do São Francisco.

Sr. Relator, para quem tem 550 milhões de reais em mãos, como tem V. Exa., tirados os 200 milhões de reais para a área de educação — decisão justíssima —, ainda sobram 350 milhões. E duvido que haja quatro ou cinco projetos neste País com tamanha importância e envergadura como esse da Hidrovia do São Francisco. É obra que merece todo o atendimento, e sou Deputado de Mato Grosso. No entanto, Deputado Clementino Coelho, tirar recursos destinados à Hidrovia Araguaia—Tocantins também não é possível. S. Exa. quer desvestir um santo e não vai conseguir vestir o outro. Creio que há dinheiro suficiente para que o Relator possa contemplar esse que, sem dúvida, é um projeto secular para a Região Nordeste.

Sr. Presidente, nobre Relator, vi a distribuição de recursos feita por V. Exa., em especial o capítulo relativo aos transportes. Gostaria que o mesmo carinho e correção que V. Exa. teve para com o Estado das Minas Gerais fosse estendido ao Mato Grosso.

Mato Grosso, Estado de dimensões continentais, que havia recebido do Sub-Relator 104 milhões de reais, teve cortados por V. Exa. 10 milhões de reais. V. Exa. tirou de Alagoas, que tinha recebido do Sub-Relator 38 milhões, mais 10.253. E o grande Estado de Minas Gerais teve um tratamento completamente inverso.

Sr. Relator, na relação dos destaques selecionados, a bancada de Mato Grosso só fechou questão agora à noite. V. Exa. poderia nos dar uma última oportunidade, ainda esta noite, para fazermos a última remodelação, tendo em vista que o nosso coordenador de bancada, Deputado Pedro Henry, não esteve esta semana em Brasília por conta do nascimento de seu filho em Cáceres, Mato Grosso, e a bancada acabou tratando essa questão de maneira individualizada.

Gostaria de pedir a V. Exa. que ouvisse, ainda esta noite, a bancada de Mato Grosso, para que possamos chegar a um denominador comum. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, apenas quero me manifestar no sentido de que a bancada do Estado do Ceará, pela qual estou falando neste momento, está absolutamente solidária à proposta do Relator, Deputado Carlos Melles, inclusive no que tange à proposição para utilização do uso da fonte de precatórios como fonte condicional.

Como Deputado Federal durante dois mandatos e mais tarde como Senador, integrei sempre a Comissão Mista de Orçamento sem nunca ter reivindicado isso, porque defendo a tese — sei que nunca será aprovada — de que membro da Comissão Mista de Orçamento deveria pertencer exclusivamente a esta Comissão, tal sua importância, seja na elaboração da proposta orçamentária, seja no acompanhamento da sua execução, e não somar a participação nesta Comissão com outras atividades nas demais Comissões.

Sendo assim, sou testemunha de que, a cada ano, a mesma angústia repete-se. É a mesma luta, a mesma preocupação na obtenção de recursos para o atendimento de programas nacionais de grande importância, para realização de obras nos Estados, nos Municípios, que os Deputados e Senadores representam aqui com toda justiça. E todos sabem — os que têm experiência nesta Comissão, os que aqui militam — que é próprio da natureza dela que aqui existam pressões — pressões legítimas.

Não considero que nenhum de nós, integrantes da Comissão, faça qualquer pressão que possa ser considerada ilegítima ou indevida. Até porque o Sr. Relator jamais haveria de se submeter a elas. E o que cada um busca — cada Deputado, cada Senador, cada bancada — é justamente procurar melhorar a alocação de recursos para os seus Estados. Cabe ao Sr. Relator e à Comissão que o assessora, multiparti-

dária, multirregional, examinar a legitimidade das reivindicações que são apresentadas. Naturalmente, se entender que são legítimas e houver disponibilidade para se atender, pelo menos parcialmente, procura-se fazê-lo no sentido de atender a essas solicitações.

Minha intervenção busca explicar essa atuação parlamentar nos seus devidos termos, como algo que é até da nossa obrigação, do nosso dever que procuremos fazer, naturalmente, com urbanidade, respeitosamente, e com os argumentos que possam sensibilizar o Sr. Relator-Geral, os Srs. Relatores-Adjuntos e a Comissão que o assessora. Foi isso que procuramos fazer, entendendo que esse é o nosso dever, o nosso papel.

Dessa forma, queremos deixar isso bem claro e dizer que estamos absolutamente solidários com o trabalho executado pelo Sr. Relator-Geral, pelos Srs. Relatores-Setoriais e por todos aqueles que colaboraram diretamente com S. Exa. na realização dessa espinhosíssima tarefa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o último orador, Deputado Waldemir Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, na minha região de fronteira, Mato Grosso do Sul, dizem que, em casa que falta pão, todo mundo chora e todos têm razão. Essa é uma verdade, não tem jeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ou ninguém tem razão.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Mas acho que todos têm, Sr. Presidente. Propositadamente, estou querendo exatamente dizer que todos têm.

Acabamos de ouvir o Senador Lúcio Alcântara dizer que a pressão é legítima. E é legítima porque todos estamos em defesa dos nossos Estados e das reivindicações mais justas. Quero dizer que sou solidário e aqui assumir minha parcela de responsabilidade, porque a decisão que tomamos de termos essa nova fonte não foi isolada do Sr. Relator. Participei, nos últimos tempos, da angústia e da dedicação que tiveram o Deputado Carlos Melles, o Deputado Santos Filho, o Deputado Iberê Ferreira, um dos Relatores mais consagrados da Casa, e o Deputado João Coser, de quem todos conhecemos a capacidade.

Encerrada a primeira fase, o Sr. Relator tinha a seguinte decisão: recompor várias coisas no Orçamento de custeio, dar à educação aquilo de que estava necessitando, além dos pleitos legítimos e das pressões das bancadas. O que fez o Sr. Relator e o comitê que o assessora? Ficamos aqui, ontem, até 1h, ouvimos bancada por bancada, até Deputados individualmente. Podemos ter errado. É possível que tenhamos cometido alguma injustiça, mas podem crer V. Exas. que tudo foi feito com muita dedicação, muita lisura e muita transparência.

Por isso, Sr. Relator, quero solidarizar-me com V. Exa. e dizer que, se V. Exa. errou, errou junto com muita gente, e eu sou daqueles que querem ser solidários nessa hora. Tenho certeza de que muitos dos que nos estão ouvindo sabem da justeza do que estou falando, porque, nos últimos tempos — e olhem que estou no meu quinto mandato —, nunca vi uma dedicação tão grande como a do Deputado Carlos Melles: paciência para ouvir, justiça para distribuir. Houve algum desacerto? Houve, mas tenho certeza de que, nesta Casa, na batuta do Presidente, o Senador Gilberto Mestrinho, e dos que compõem a Mesa Diretora, todos fizemos o possível para que, no encerramento deste relatório, pudéssemos dizer que não fizemos nem muito nem pouco; fizemos exatamente o que foi possível. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Ouvi V. Exa. anunciar o último orador?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Último orador.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Realmente creio que não seja o último desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, o quinto.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Ainda não lemos o que foi feito com os destaques. Estou aguardando esse momento para me inscrever. Por isso, acredito que não seja o último orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, ainda não estamos discutindo os destaques.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Inscrever-me-ei no momento oportuno. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Caldas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. colocasse o Destaque nº 140 para votação em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Na ocasião o farei, mas já está anotado.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Quero consultar V. Exa. se já é possível pedir destaque para os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ainda não. Estamos relacionando aqueles que não se importam com aumento de despesa, com votação em separado.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, são apenas correções?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Apenas correções.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Mas oportunamente faremos destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sim. Correto.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já elogiaram, nesta Comissão, o extraordinário trabalho realizado pelo Relator, Deputado Carlos Melles, que, com paciência e democraticamente, procurou ouvir Governadores — a maioria deles não compareceu —, Senadores e Deputados de todas as bancadas, e todos os membros do Parlamento individualmente, num processo democrático de elaboração do relatório final. Pela paciência, dedicação e entusiasmo de S. Exa. e da equipe que o assessorou, dos Parlamentares que deram cobertura constante e indormida a esse processo, que merecem de todos nós toda a consideração, nosso respeito, nosso agradecimento pelo magnífico trabalho prestado não só ao Congresso Nacional, mas ao País.

S. Exa. enfatizou muito bem que os destaques que seriam submetidos à nossa deliberação dependeriam da anuência da Comissão. Assim, poderiam ou não ser acolhidos. De outra sorte, nosso trabalho encerrar-se-ia e teríamos de encaminhar o relatório final ao Congresso para votação, já que aprovado.

Está sobre a mesa — assunto já abordado pelo Deputado João Leão — proposta enviada à Comissão pelo Senador Romero Jucá que versa sobre a utilização dos valores proporcionais destinados no Orçamento da União a precatórios judiciais, excetuando-se os alimentares, para complementação dos próprios nacionais ou regionais de interesse de políticas públicas com nítido caráter de benefício comum. Prende-se essa proposta à aprovação da emenda constitucional que prevê o pagamento dos precatórios em dez anos.

Já disseram que, se aprovado pelo Senado, esse projeto voltará à Câmara dos Deputados e o pagamento de precatórios dar-se-á em dez anos. Nesse caso, neste ano, seriam pagos apenas 10%, como explicou o Deputado Ricardo Barros.

Submeto essa proposta à Comissão para que a aprove ou não.

Colocarei em votação.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, quero enfatizar que poderemos aprovar um absurdo. Todos os Deputados e Senadores devem estar conscientes de que poderemos aprovar duas aberrações — e a primeira delas fere a própria Constituição.

Sr. Presidente, recuperamos recursos de precatórios no ano passado, porque o Relator-Geral do Orçamento, naquele ano, enviou a cada tribunal uma comissão de assessores para examinar a validade daqueles papéis. Os precatórios incluídos no Orçamento não podem ser anulados sem que haja uma causa técnica, conforme dispõe o art. 100 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não se trata de anulação, nobre Deputado, mas de parcelamento de pagamento.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, devemos convir que não se pode anular precatório constante do Orçamento sem que haja a comprovação de um erro técnico. Fizemos isso ano passado, mas havia erro técnico.

O segundo aspecto é que estamos contando com a aprovação de uma emenda constitucional. Ora, o art. 100 trata de recursos condicionados, de mudanças na legislação tributária ou de contribuições, mas não trata de emendas constitucionais. Dispõe o § 2º desse artigo que, caso não sejam aprovadas, ou o se-

jam parcialmente, até o envio do projeto da lei orçamentária para sanção do Presidente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas obrigatoriamente mediante decreto do Presidente.

Sr. Presidente, então, há uma questão objetiva: sob qual rubrica colocaremos essa medida? Se for um primeiro caso, não pode ser condicionado. Iremos, então, de forma incondicional, sem justificativa de erro técnico, cancelar fontes originariamente destinadas ao pagamento de precatórios e destiná-las para pagamento de investimentos. O Supremo Tribunal Federal não permitirá isso, pois é claramente inconstitucional. Não há erro, não há omissão. Não podemos cancelar nenhum precatório. Podemos admitir que é uma receita condicionada. Mas, se é condicionada, cairá trinta dias após a sanção. E em trinta dias o projeto não terá sido votado no plenário do Senado, voltará para a Câmara, haverá quarenta sessões na Comissão e duas sessões na Câmara, se concordarem com o texto.

Acho que estamos cometendo um ato de engano objetivo. Por isso, encaminho à bancada do PCdoB o voto contrário à utilização desse recurso.

Sr. Presidente, temos alternativas. Abramos os guarda-chuvas. Parece que se espera uma tempestade, porque nunca o Orçamento teve tanto guarda-chuva. Cada Ministério tem dotações genéricas que serão distribuídas de acordo com a vontade política do Ministro, num ano eleitoral: para a educação, para a saúde, para a agricultura. Sempre abrimos os guarda-chuvas. Por isso digo que temos alternativas.

Sr. Presidente, apresentei destaque para tirar do Orçamento os 25 milhões de reais alocados a mais ao gabinete da Presidência, sob a rubrica comunicação social, ou seja, propaganda. Vamos cortar esses recursos. Vamos arranjar recursos para as justas reivindicações dos Srs. Deputados.

Encaminho contra a utilização de recursos de precatórios. E alerto os colegas para não dizerem que estou agindo de forma desleal, que encaminharei ao Supremo Tribunal Federal ou ao Ministério Público recurso de forma contrária a essa utilização.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O PCdoB encaminha o voto contrário.

Com a palavra o Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, o PSDB encaminha favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vota o PFL?

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal encaminha favoravelmente por entender que a utilização dos recursos provenientes dos precatórios não tem nada de irregular. Que me perdoe o nobre Deputado Sérgio Miranda, grande conhecedor da matéria nesta Casa, mas acho que, no momento, estamos condicionando esses recursos. O Senado irá aprová-la na próxima semana, e ela voltará à Câmara, que já aprovou por unanimidade medida semelhante ano passado.

Está havendo por parte da Relatoria e desta Casa, nobre Deputado Sérgio Miranda, a preocupação em manter intactos os recursos que serão utilizados no pagamento de precatórios alimentícios e daqueles de pequeno valor. Acho que esta Casa e esta Comissão têm poder para tomar essa decisão.

Por essas razões, o PFL encaminha favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vota o PMDB?

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre amigo e companheiro Sérgio Miranda, V. Exa. está laborando num lamentável engano. O Relator não está criando receita.

Quando S. Exa. aceita a anulação da despesa de precatório, e, dessa forma, libera uma receita, aceita-a como fonte condicionada, mas condicionada por quê? Porque depende da aprovação de emenda constitucional que já está tramitando no Senado Federal e voltará em seguida para a Câmara dos Deputados. Acho perfeitamente legítimo.

Por isso, o PMDB encaminha favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, este é o momento em que temos de resolver o problema. Já fiz clara exposição sobre a fonte condicionada que estava sendo apresentada.

O PPB encaminha a favor da utilização dos recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vota o PT, Deputado João Coser?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, temos consciência de que essa fonte depende de determinação política — primeiro, no Senado Federal; depois, na Câmara dos Deputados — para ser aprovada imediatamente. Já tramitou na Câmara dos Deputados e está em processo de votação no Plenário do Senado Federal. Temos informações de que

será votada na próxima semana. É lógico que, independentemente da posição com relação específica ao projeto, sendo aprovado, o Congresso Nacional tem condições de se apropriar desses recursos, independentemente de que seja ou não avaliado como positivo o projeto em si.

Embora sabendo que essa fonte é condicionada — portanto, de risco —, o voto do Partido dos Trabalhadores é a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vota o PDT, Deputado Giovanni Queiroz?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O Deputado Sérgio Miranda fez uma argumentação absolutamente lógica. Podemos perder o dinheiro. No entanto, temos de correr esse risco, sob pena de, aprovado no Senado Federal, esses recursos retornarem, ficando disponibilizados para que o Governo deles faça uso como bem aprouver. Vamos dar a eles aqui uma destinação prévia e aguardar que a vontade política, como disse o companheiro João Coser, prevaleça, a fim de que possamos ver aprovada a PEC que tramita no Senado Federal e, a partir daí, termos esses recursos à disposição, para suprir essa necessidade mínima.

Sr. Presidente, o PDT vota favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vota o PTB? (Pausa.)

Como vota o PSB?

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, o PTB integra bloco com o PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sim, Excelência.

Como vota o PL?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, o PL encaminha achando que não haverá nenhum óbice. Isso está praticamente resolvido.

Encaminhamos favoravelmente; votamos "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vota o PPS?

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, formulei questão de ordem sobre o art. 69 e gostaria que a Mesa a respondesse antes de colocar a matéria em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator Carlos Melles, para responder à questão de ordem que lhe foi dirigida.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Nobre Deputado Paulo Mourão, a Assessoria da Casa informa-me que o art. 69 da LDO não trata de despesas condicionadas, mas somente de receitas condicionadas. Dessa forma, há legalidade se a Comissão quiser usar no caso dos precatórios.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – A minha preocupação, Deputado Carlos Melles, era de que a equipe técnica se responsabilizasse pelo que a Comissão vai votar. V. Exa. tem meu total apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a explicação, está resolvida a questão de ordem.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Sérgio Guerra, Sérgio Miranda e Gonzaga Patriota, o único estrangeiro no caso.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

Passaremos agora à votação dos destaques.

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, acho impossível começar a discussão dos destaques sem o relatório e o parecer a respeito de cada um deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Estamos tirando cópias deles. São oitenta cópias de cada destaque; portanto, é demorado. Então, poderíamos começar a discutir a aprovação ou não das alterações que não importam aumento de despesa, apenas de remanejamento.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para discutir essas questões.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que o Destaque nº 00407 seja votado em separado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já está anotado.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Em relação aos destaques que não implicam aumento de despesa, há o Destaque nº 150, do nobre Senador Mauro Miranda.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já está anotado.

Deputado Norberto Teixeira...

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – O Deputado Norberto Teixeira já fez essa observação. É emenda do Deputado Zé Gomes da Rocha, que trata de habitação. S. Exa. desmembra 1 milhão 350 mil reais, sendo 850 mil reais para habitação e 500 mil reais para infra-estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já está anotada e vai ser submetida ao Plenário.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, solicito votação em separado dos seguintes destaques, em relação a Mato Grosso: Destaques nºs 1.149, 1.168...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – De que se trata, Deputado Wilson Santos? Se é acréscimo, não é agora. Se é mudança apenas ou retificação, pode ser.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – O Destaque nº 00387 refere-se a reposição de recursos que já haviam sido garantidos e que beneficiam o TRT de Mato Grosso. Os recursos já estavam no sub-relatório e foram retirados pelo Relator. Também os Destaques nºs 00389, 00390. São todos de reposição, não tratam de aumento de receita. Já estavam no sub-relatório e o Relator-Geral retirou-os. Estamos pleiteando a reposição desses recursos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sra. Mirna, desconsidere os dois primeiros. Só os três últimos.

**O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar que o destaque relativo ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária — PRONERA, que encaminhei à Mesa, fosse também votado em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado José Priante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, gostaria apenas de lembrar a retificação feita pelo Deputado Jorge Costa no início da reunião. Este é o momento de se considerar a mudança de valores da emenda individual de autoria do Deputado Jorge Costa.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, os destaques para aumento de despesa não estão sendo apreciados neste momento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Não, agora estamos discutindo apenas as possíveis correções que não impliquem aumento de valores ou diversificação (ininteligível).

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, peço antecipadamente minha inscrição para que, no momento oportuno, possa tratar de dois destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – V. Exa. está inscrito para falar no momento oportuno.

Concedo a palavra pela ordem ao Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, temos aqui uma carta do Ministro Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário, em que S. Exa. diz ter feito uma série de solicitações a propósito de alguns destaques de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Já foi colocado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Então, Sr. Presidente, gostaria de enumerar esses destaques, cuja votação solicito que seja feita em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Solicito silêncio aos Srs. Parlamentares. Estamos num momento importante da reunião.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, gostaria de passar a V. Exa. os números dos destaques, para os quais solicito votação em bloco. Eles não envolvem qualquer aumento de despesas. São eles: Destaques nºs 996, 997, 998, 999, 1.000, 1.001, 1.002, 1.003, 1.004, 1.005, 1.006, 1.007, 1.008,

1.009, 1.010, 1.011, 1.012, 1.013, 1.095, 1.174, 1.175 e 1.176.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – São destaques de remanejamento?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Nenhum desses destaques é de acréscimo de despesas. São todos de recomposição.

*(Não identificado)* – E sem acréscimo?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sem acréscimo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, não podemos votar destaques por número. Não sei que destaques são esses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – É evidente que não podemos votar destaques por número. Esses destaques não serão votados por número, entre os demais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a condescendência de V. Exa. no sentido de passar todos os destaques ao Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado João Leão, o problema não é o Deputado Sérgio Miranda, mas sim todo o Plenário, que tem interesse em saber quais são os destaques. É importante que os destaques não sejam votados juntos, pois precisamos ter consciência do que estamos votando.

Ressalto, em primeiro lugar, que cabe ao autor do destaque fazer sua defesa e, em segundo lugar, recomposição também importa recursos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, a recomposição de que falo deu-se no mesmo órgão, sem acréscimo de despesas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado João Leão, não vou discutir a questão com V. Exa. O parecer é do Relator.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, peço a V. Exa., que já foi tolerante comigo uma vez, que me conceda uma nova oportunidade para que se possa atualizar a Comissão sobre os entendimentos havidos na área da saúde.

Aproveito esta oportunidade única para corrigir alguns aspectos técnicos de nossos destaques. Refiro-me em particular ao Destaque nº 00942, acatado pelo Sr. Relator, para a Cidade de Eunápolis, no passado o maior povoado do mundo, que tem a BR-101 como fator complicador de sua organização urbana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Peço silêncio mais uma vez.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Quando o Sr. Relator considerou o GND e, portanto, a modalidade da aplicação 90, gostaríamos que esta fosse transferida para a modalidade 99. Trata-se apenas de uma mudança técnica que espero seja considerada pelo ilustre Relator.

Assim, ficará bem explicado, pois ficará fácil para o Plenário entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Está bem, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, sabe V. Exa. que sou defensor da aprovação do Orçamento o mais rápido possível, mas precisamos ter cuidado no sentido de, neste específico momento, só tratarmos das emendas individuais. Quando se começa a tratar de emendas de bancada e de mudanças de modalidade, todos os representantes dos Estados, membros da Comissão, precisam ter as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Todos têm de ser ouvidos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exa. orientação nesse sentido.

Há, por exemplo, um Deputado do Espírito Santo que indicou recursos e está solicitando a mudança dos mesmos, o que só pode ser feito com a autorização do Plenário. Vou pedir destaque, mas trata-se de 70 reais de uma emenda individual que não vão interferir na bancada do Estado. Essa emenda pode ser examinada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Claro, é individual.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Mas não podemos tratar de mudança de modalidade de emendas globais. Tudo isso que foi levantado terá que aguardar o relatório, pois pode haver um Deputado a favor e outro, contra. Para não cometermos erros no

desejo de aprovar, devemos tratar apenas de questões tais como a do Parlamentar que apresentou, por exemplo, Destaque à Emenda nº 150, individual.

S. Exa. está solicitando redistribuição na mesma área. Como se trata de emenda individual, podemos acolher, examinar e aprová-la. Agora, quando se trata de emenda coletiva, de bancada regional, não é possível fazê-lo sem que todos tenham acesso ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Para que possamos ordenar nossos trabalhos, quero, em primeiro lugar, solicitar silêncio a todos os membros desta Comissão, visitantes e assessores.

Em segundo lugar, sugiro que votemos cada dois pedidos de destaques feitos durante as correções que serão efetuadas agora. Caso contrário, vamos acumular um volume muito grande de informações e o Relator não poderá dar seu despacho.

Portanto, proponho ao nobre Relator que votemos cada dois destaques. Alterações só podem se feitas com a autorização desta reunião plenária. Então, vamos começar por apresentar, de dois em dois, os destaques passíveis de serem agora aprovados por esta Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, Deputado Jovair Arantes, quero parabenizar V.Exa. pela decisão tomada e pedir que, de acordo com as questões de ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Deputado Barbosa Neto, peço licença para interrompê-lo.

Fui informado pela Assessoria da Mesa que temos um problema. Antes de dar início às votações, seria necessário haver oitenta cópias deste volume, devidamente precedidas pela aprovação do Relator, uma para cada Parlamentar. Entretanto, como no momento há apenas quarenta cópias, a Assessoria consulta V. Exas. sobre se cada dois Deputados poderiam dividir um exemplar. Aprovado?

Contraste visual aprovado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, com a finalidade de fazer economia, sugiro que seja dada uma cópia para cada Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – É possível distribuirmos uma cópia para cada dois Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, desejo acrescentar modalidade de aplicação, sem aumento de volume ou de valores — a defesa cabe ao Deputado José Priante. Consulto V. Exa. sobre se levo à Mesa agora ou se aguardo momento oportuno?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – V. Exa. já pode trazer à Mesa, pois vamos dar início à votação.

Apenas gostaria de pedir que comecemos a votar muito calmamente, duas emendas de cada vez, para que não se acumulem muitas informações para o Relator.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, proponho que o Relator leia os destaques que foram aprovados, porque pode ser que todos os meus destaques tenham sido aprovados e aí retirarei todos os outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Será distribuído, porque se o Relator for ler todos os destaques apresentados, os aprovados e os rejeitadas, ficaríamos até amanhã às 18h lendo. Por isso, entregaremos um para cada dois, a fim de que V. Exas. tenham logo a orientação do que foi ou não aprovado, rejeitado ou aprovado parcialmente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Retiro a minha proposição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Está retirada. Peço silêncio à platéia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a palavra o Relator Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, solicito à Assessoria que me passe o processo legal para que eu faça a leitura e apresente os destaques do relatório final do Orçamento 2000. Nem todos têm o material, mas peço para corrigirem o parecer do Destaque nº 102 de aprovado para rejeitado, e do Destaque nº 223 de rejeitado para aprovado. Chamo a atenção, porque poderá haver outro tipo de engano e deveremos estar atentos. É o seguinte: "I – Origem dos recursos para o atendimento dos destaques".

Embora a Comissão e o Presidente já o tenham submetido, também faço questão de deixar registrado o que o Relator-Geral falou na aprovação do seu relatório na semana passada, no sentido de que achava que deveria o relatório ficar aprovado sem destaques.

Uma vez feitos os destaques e a Comissão aprovado o uso de fontes condicionadas do precatório, passo a ler a resolução. Em anexo, a relação dos destaques que foram apresentados ao relatório final do Orçamento 2000, Projeto de Lei nº 20, de 1999, Congresso Nacional, conforme publicado em 14 de março de 2000, e seus adendos com os respectivos pareceres.

> Os recursos propostos para o acolhimento dos pareceres provêm dos destaques que reduzem os valores das dotações provenientes ou não de emendas e do cancelamento das programações relativas seqüenciais relacionadas abaixo:
>
> 1º) Transferências de recursos da Relatoria-Geral (Seqüência 18.805);
>
> 2º) Recursos originariamente destinados ao pagamento de sentenças judiciais, precatórios e constantes do Anexo I (seqüenciais relacionados no demonstrativo a serem disponibilizados com a aprovação da PEC Nº 90, de 1999, e destinadas às despesas com fonte de execução suspensa até a aprovação da PEC);
>
> 3º) Troca de fontes e acréscimo de recursos na Fonte 113 como decorrência da nova redação da Emenda Constitucional nº 27, de 21/03/2000, a DRU, despesas, Anexo II (seqüência relacionada no demonstrativo);
>
> 4º) Recursos disponibilizados pela estimativa da receita com fundamento na variação da média verificada pelo IGPDI, de 1999 e alocados no Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, mas disponibilizáveis para o acolhimento de emendas por troca de fonte (Seqüência 33/37);
>
> 5º) cancelamento de emendas para apropriação e outras emendas conforme o anexo.
>
> II – Ressalva quanto aos dados de receitas.
>
> Os valores exatos relativos às transferências entre o orçamento fiscal e seguridade social sofrerão ajustes técnicos com aprovação definitiva dos destaques ainda não disponíveis.
>
> Uma correção que já incluímos no substitutivo referia-se ao registro como receita fiscal a contribuição social do salário-educação, que na proposta constou como receita do orçamento da seguridade.
>
> Outra decorrente de aprovação de questão de ordem foi devolver às receitas do orçamento da seguridade o valor desvinculado de receitas de contribuições previdenciárias. As principais diferenças já foram ajustadas no substitutivo. Contudo, no fechamento definitivo do projeto de lei, pequenas alterações na classificação de receitas e despesas poderão ocorrer para a correta aplicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, e da legislação pertinente.
>
> Isso não afetará as alocações de recursos que resultaram do processo orçamentário no Congresso Nacional.

Peço a atenção, porque o terceiro item é o tratamento dado à questão dos precatórios.

> III – Ponderamos a conveniência de promover no substitutivo a redução condicionada das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, já que se encontra em tramitação final a Proposta de Emenda à Constituição nº 90, que adia por dez anos parte desse encargo.

Repito: tramitação final de proposta de emenda constitucional que adia por dez anos parte desse encargo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Solicitamos aos assessores que estão em pé no meio das bancadas que dêem licença, porque os Deputados estão tendo dificuldade para visualizar o Relator. É importante que haja silêncio para ajudar o Relator, senão S. Exa. tem de ficar gritando.

Retorno a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Prossigo.

> Optamos pelo cancelamento parcial dessas despesas, tendo em vista a tramitação já adiantada da PEC relativa ao tema e a probabilidade de vir a ser aprovada neste semestre.
>
> A Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 1999, PEC nº 407 na origem,

aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, já foi relatada com voto pela aprovação e está pronta para entrar na pauta do Senado Federal.

Considerando os desperdícios dos recursos públicos ignorados que faz parte o fato de que parte de valores alocados na Lei Orçamentária provavelmente não terá a destinação ali prevista com a aprovação da citada PEC.

Por essa razão, estamos realocando os recursos para atender às necessidades legítimas de gastos. Fizemos, no entanto, uma autorização condicional para uso desses recursos em proporção que levou — chamo a atenção dos Srs. Congressistas para esse fato — em consideração todas as deduções constantes da PEC. Enquanto as despesas com os pagamentos de sentenças judiciais constaram da proposta de orçamento com quase 3,2 bilhões, o nosso propósito é de efetuar um cancelamento máximo de cerca de 570 milhões. Tal dispositivo foi mensurado a partir da dotação constante do substitutivo, deduzidas das ressalvas constantes da PEC nº 90 já mencionada.

Assim foram deduzidos os valores referentes à ação de natureza alimentícia, como definida no § 2º da emenda substitutiva, salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenização por morte ou invalidez, fundada a responsabilidade civil em virtude da sentença transitada em julgado. Ademais foram deduzidos um décimo dos valores a serem pagos no exercício 2000 e considerada a execução de seis meses e seis doze avos da dotação.

Estamos inserindo dispositivos no texto da Lei Orçamentária nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 5º, prevendo que os recursos liberados pelo cancelamento dos precatórios somente poderão ser executados após promulgação da PEC nº 90, de 1999, e desde que seja aprovada até 30 de junho. Caso a PEC não seja aprovada até 30 de junho de 2000, as dotações autorizadas não serão executadas, sendo seus valores retornados ao crédito original, conforme autorizado no § 4º, mediante créditos suplementares.

Sala da Comissão Mista, 23 de março.

Carlos Melles, Relator-Geral.

Passo a tratar dos precatórios, o valor total e uso desta Comissão. TRF 1ª Região: 119 milhões de reais; estão sendo alocados 59 milhões de reais. TRF 3ª Região: 174 milhões de reais; alocados 87 milhões de reais. TRF 4ª Região: 214 milhões de reais; alocados 107 milhões de reais. Banco Central do Brasil: 23 milhões de reais ; alocados 11 milhões de reais. Escola Técnica Federal de Santa Catarina: 80; alocados 40. Universidade Federal da Bahia: 65; alocados 32. Universidade Federal de Minas Gerais: 1 milhão 525 mil reais; alocados 762 mil reais. Universidade Federal do Paraná: 46; alocados 23. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 387; alocados 193. Universidade Federal de Santa Catarina: 591; alocados 295. Universidade Federal de Santa Maria: 53; alocados 26. Universidade Federal de Rondônia: 159; alocados 79. Fundação Universidade de Brasília: 114; alocados 57. FNDE: 17; alocados 8. Fundação Nacional do Índio: 55; 27. Instituto Nacional de Seguro Social: 150 milhões de reais ; alocados 75 milhões de reais . Fundação Nacional de Saúde: 58; alocados 29. DNER: 376; alocados 188. IBAMA: 4.700; alocados 2.300. IBGE: 207; 103. INCRA: 64; 32. DNOCS: 87; 43. Total de 1 bilhão 149 milhões de reais . Seis doze avos para a Comissão atender seus destaques: 574 mil 807 reais.

Passo a palavra ao Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, a maior parte dos recursos de precatórios de universidades são sentenças alimentares. Como comprovamos? A UFMG tem 1 milhão 525 mil; retiram-se 762 mil. Como comprovo que não são sentenças alimentares?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço silêncio ao auditório para podermos ouvir o orador.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Do precatório do INSS, está-se cortando a metade, Sr. Presidente. São aposentados que estão exigindo seus direitos, e, agora, a Comissão vai cortar o dinheiro para fazer obra! Ora, Sr. Presidente, isso não pode ser feito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

*(Não identificado)* – Vamos votar os destaques.

*(Não identificado)* – Que tipo de débitos são esses?

*(Não identificado)* – Quais são?

*(Não identificado)* – Olha, pessoal, vocês estão brincando com fogo.

*(Não identificado)* – Vamos fazer a (ininteligível). (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Votaremos, agora, destaque (ininteligível), sem valor...

Com a palavra o Deputado João Fassarella para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, chamo a atenção do Sr. Relator para outra questão. Nas emendas canceladas para atendimento de destaques, há o corte de 7 milhões de reais do Fundo Nacional da Assistência Social. São ações de geração de emprego. Ora, de acordo com a LDO, não podem ser feitos cortes no Fundo Nacional da Assistência Social. É o parecer preliminar.

No Anexo III, há emendas canceladas para atendimento dos destaques.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Deputado João Fassarella, por favor, repita para mim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Nas emendas canceladas para atendimento de destaques, foram cortados 7 milhões de reais do Fundo Nacional da Assistência Social, que são ações de geração de renda para enfrentamento da pobreza. Se não houvesse impedimento, ponderaria a V. Exa. para que o corte fosse recomposto. Acho que não seria conveniente que houvesse cortes em relação no Fundo Nacional da Assistência Social.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, para reforçar o que disse o Deputado João Fassarella, inclusive, a área de assistência social apresentou dois destaques para aumentar os recursos para atendimento à pobreza. Neste caso, uma emenda. Até se entende que V. Exa. não tenha podido atender os dois destaques, mas que a Comissão corte emenda aprovada para aceitar os destaques é uma agressão aos programas de combate à pobreza do Fundo Nacional da Assistência Social, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Sr. Presidente, fazemos um apelo ao coração de V. Exa. e do Sr. Relator para que o cancelamento seja revisado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. A Comissão existe. No processo de aprovação, antes de mais nada, devemos ter uma base de confiança entre nós. Há a regra de que não se pode alterar a modalidade de aplicação sem apoiamento. Isso é emenda de bancada. Se um destaque é aprovado, para verificar se há apoiamento, ele deveria constar do destaque. Então, não se obedece às regras. Como vou ter tempo de examinar isso?

Proponho que suspendamos a reunião. Encontrei uma dessas, que tem como observação do Relator-Geral: verificar se há apoiamento. Apoiamento deve estar no destaque. Está como destaque aprovado ou autorização do Presidente da Comissão. O Presidente da Comissão pode autorizar que seja vencida a vontade de uma bancada?

Sr. Presidente, eu vou ter de estudar isso aqui, porque as regras têm de ser obedecidas. Ninguém pode alterar as emendas de bancada sem o apoiamento de três quartos da bancada. Isso foi dito pela Mesa. E encontramos uma emenda aprovada. Se V. Exa. quiser ver, é a Emenda nº 1.180, aprovada integralmente sem que haja comprovação. Destaque nº 1.180.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Há dois dias o Relator-Geral está discutindo com as bancadas destaque por destaque, emenda por emenda. Há dois dias! Esta Casa sabia que o Relator-Geral se encontrava aqui à disposição e houve dias em que S. Exa. ficou aqui 24 horas. E nós estamos vindo reclamar isso agora, na hora da aprovação?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Mas agora é que eu recebi, Deputado! Eu recebi o relatório agora, o estou lendo e não se está cumprindo o Regimento! E as outras que estão passando?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Acredito, meu caro Deputado Sérgio Miranda...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Como é que vou aprovar isso sem ter lido agora?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Deputado, a bancada que não estiver satisfeita, vai se posicionar aqui em referência ao destaque.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Não é a bancada. Quero saber se tem o apoiamento. Se não tiver esse apoiamento, não pode nem receber.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Mas lógico que tem. O Relator-Geral passou aqui dois dias recebendo as bancadas. Se S. Exa. aceitou esse destaque é porque tinha apoiamento da bancada!

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – E se não tiver? Aí V. Exa. "dobra a língua".

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Se não tiver eu "dobro a língua". Agora, se tiver, V. Exa. vai dobrá-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Solicito que a emenda venha para a Mesa e continuaremos o trabalho.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, são duas questões diferentes: uma, é a liberdade que têm os Parlamentares das bancadas que quiserem se reunir com os Relatores para pleitear aumento de recurso de emenda já aprovada e já assinada. Essa é uma questão.

Outra questão é: a emenda que saiu da bancada, por exemplo, com uma modalidade de aplicação, tem assinaturas prévias de três quartos da bancada, e ela vir alterada com a modalidade de aplicação. De modo que essa mudança não pode ser feita, o que é o caso. O caso que está sendo debatido é esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Solicitei que a emenda viesse para a Mesa, exatamente para analisá-la e dar continuidade ao trabalho.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, precisamos seguir rigorosamente as normas desta Comissão e o Regimento. Portanto, só há uma forma de a bancada alterar a modalidade de aplicação: cumprindo a base legal inicial, três quartos de assinaturas.

Então, precisamos aprovar uma resolução aqui — já está aprovada a resolução —, e emenda que não tenha as assinaturas não pode ser acolhida por problemas de legalidade; assim também destaque que não tem emenda não pode acrescentar recurso; rubrica do Governo que não teve emenda não pode ser acrescida por desejo de ninguém. Essas são bases, normas elementares. Estou repetindo. Se esse caso se encaixa em uma que não tem os três quartos, devemos, de pronto, eliminá-la para evitarmos problemas maiores.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, o corte de 7 milhões de reais na emenda da Comissão de Assuntos Econômicos, que diz respeito a geração de renda, o Sub-Relator havia aprovado apenas os 2 milhões de reais . E eu apresentei o destaque.

O Relator foi o Senador Wellington Roberto. S. Exa. aprovou mais 15 milhões de reais. Agora cortaram 7 milhões de reais, Sr. Presidente. É emenda que tem abrangência nacional. Já era pouquíssimo 17 milhões de reais e ainda tiram 7 milhões de reais. E desses 7 milhões de reais, com todo o esforço que pus aqui, se tivessem vindo para mim... Em todos os números de destaques eu tive 3 milhões de reais de reais. E já vi aqui destaques de emendas que foram aprovados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Peço a atenção da Assessoria para que me tragam, porque, por acaso, agora à tarde, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos enviou e aí ouvi o Dr. Eugênio perguntando ao Senador Ney Suassuna se o cancelamento poderia ser feito pela Comissão. S. Exa. respondeu que poderia e o Presidente da Comissão, já olhei, diz ser regimental. E mandou os seguintes destaques: Destaque nº 339, bancada do Piauí, construção e recuperação de obras de estrutura hídrica e Açude Genipapo no Estado do Piauí, GND-4, modalidade, 7 milhões de reais. Cancelamento na Emenda nº 6.005.002, autor da Comissão de Assuntos Econômicos. Ação e geração de rendas e enfrentamento da pobreza. Emenda Nacional GND-4, Modalidade 90.

Quero, como Relator, dizer que este Plenário é soberano. Isso só vai acontecer se o Plenário entender que é correto. Se não entender, não há discussão. É pôr em votação e sem conversa.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, não pode ser acatada. O Presidente da Comissão não pode alterar uma emenda. Um Presidente de Comissão (ininteligível) que não pode ser acatada pela Mesa.

*(Não identificado)* – Eu quero dizer que isso vai ser avaliado, Deputado Sérgio, agora.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não, senhor.**

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Um minuto, por gentileza. Estou pedindo à Assessoria que, à luz da LDO, se faça à luz as coisas corretas, ouvindo essa proposição de V. Exa., porque, se for, o destaque cai. É importante que esses assuntos sejam levantados e é por isso que estamos aqui. É melhor não se fazer tanta celeuma. É só ver a legalidade. Re-

pito, Deputado Sérgio Miranda: ajude-nos a ver a legalidade. Entendo assim: o destaque cai e sem problemas.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, eu acho que deveria se esclarecer, com a Secretaria da Mesa, na hipótese, se um Presidente de Comissão pode modificar emenda aprovada por uma Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A observação feita por V. Exa. regimentalmente está correta. E a emenda deveria vir com a ata da Comissão alterando-a.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, nesse caso, como manifestou o Relator, estamos aqui exatamente para discutir o problema e, de pronto, dar o indeferimento.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, então, ficou determinado que os 7 milhões de reais vão retornar à emenda. É isso? Ora, eu destaquei, trabalhei para conseguir os 15 milhões de reais, e aí só com esse ofício derrubaram.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É, está indeferido.

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, pela ordem. Ontem, na reunião da nossa bancada com o comitê, fizemos algumas ponderações sobre determinadas dotações para o TRE do Estado de Sergipe e apresentamos destaque a essas emendas. Lamentavelmente, esses destaques, que foram, **a priori**, aprovados pelo comitê e pela Relatoria, não saíram na relação. Eu gostaria que V. Exa. e o Relator determinassem à Assessoria fazer uma busca nesses destaques. Estou destacando-os, pois são importantes, perfazem o mínimo de aproximadamente 80 mil reais. Mas são importantes para o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço a atenção da Comissão para que passemos a ordenar o trabalho, votando agora as matérias que não importam...

(Intervenção inaudível.)

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Antes de conceder a palavra ao Senador Carlos Bezerra, esclareço novamente ao Plenário que aprovamos até agora, como fonte, a questão dos precatórios quando aprovamos a sugestão do Senador Romero Jucá.

O Sr. Relator apresentou várias opções de transferências, razões como fez as transferências e fontes para fazer face ao destaque.

Peço a V. Exas. que dêem atenção especial ao item I: Transferência de Recursos da Relatoria-Geral; item III – troca de fontes e acréscimo de recursos na Fonte 113, como decorrer da nova redação da Emenda Constitucional nº 27; item IV – recursos disponibilizados pela estimativa de receita, com andamento na variação média verificada pelo IGP desde 1999, e alocados no Fundo de Amparo ao Trabalhador, mas disponibilizados pelo acolhimento de emendas por troca de fontes; item V – cancelamento de emendas para apropriação em outras emendas, conforme o Anexo 3.

Essas foram as fontes apresentadas pelo Sr. Relator.

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em face da leitura, como já foram aprovados, como fonte, os precatórios, colocamos em votação as fontes dos itens I, III, IV e V.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovadas na Câmara.

Como vota o contrário do Deputado Sérgio Miranda?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – V. Exa. aprovou o quê?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, é impossível nesse clima...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Eu pediria ao Plenário e à Mesa silêncio, para que possamos ouvir os oradores.

Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, se nós não temos condições de saber o que está sendo votado, imagine votar. É fundamental, no processo de deliberação, por mais simples que seja, que tenhamos condições de ouvir. Então, primeiro, o

que será deliberado? Porque não sabemos. Desculpe, assim...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nós estamos submetendo à Casa as fontes apresentadas pelo Sr. Relator-Geral, Deputado Carlos Melles. Ele apresentou cinco itens, dos quais dois já foram votados, que são os precatórios. Colocamos, então, em votação os itens I, III, IV e V.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovadas na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovadas no Senado.

São aprovados, assim, os cinco itens de fontes indicadas pelo Relator-Geral.

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Carlos Bezerra.

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, eu ia solicitar exatamente isto: que V. Exa. começasse a colocar as questões em votação e deixasse apartadas essas pendências, porque estamos numa discussão repetitiva e cansativa e não estamos dando objetividade aos trabalhos. Mas V. Exa. já está procedendo, a meu ver, de modo correto, começando a colocar as matérias em votação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado João Caldas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, quanto ao Destaque nº 116, do relatório setorial, nós fizemos o destaque da bancada, mudando a modalidade de aplicação na fonte, de 30 para 40. E, no relatório final, acho que houve um erro, e saiu a Fonte 30 novamente. Está aqui aprovado. E, com certeza, houve algum erro de impressão, porque foi aprovado com apoiamento de bancada, e está errada a digitação, inclusive com 30 e 40 na mesma emenda. Gostaríamos, então, que houvesse a correção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nós iremos justificar o que aconteceu. Por favor, traga à Mesa o destaque, para que se faça apuração do fato que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Está o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Iremos votar agora destaques (ininteligível) que não alteram valores e não têm nenhuma implicação na questão orçamentária, porque são emendas apresentadas por Parlamentares, individualmente, ou emendas de bancada, com apoio em todos. São o Destaque nº 150, já falado aqui várias vezes, do Senador Mauro Miranda, e os Destaques nºs 48 e 49, do Deputado Rommel Feijó.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, V. Exa. está lendo o destaque. Qual é o objetivo do destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É apenas mudança de nome.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – É o nº 150, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Só um remanejamento apenas...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Qual o número do destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – ...de emendas individuais. Os números são 150, 48 e 49.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está bem. Somos a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados no Senado.

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, é para propor que votemos em globo os destaques e sejam lidos apenas os números dos destaques. Que votemos em globo, para agilizar o nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Infelizmente, não podemos votar em globo todos, porque alguns são sobre matérias diferentes. Estamos juntando grupos idênticos.

Nós vamos ler agora os destaques feitos pelo Senador Tião Viana. São apenas mudanças de modalidade de aplicação. Como explicado, foi feito convênio com o Governo do Acre, e as obras que eram federais foram delegadas ao Governo do Acre. Então, mudam de Fonte 90, para Fonte 40 ou 30. É essa mudança simples que há, sem qualquer alteração de valor. São os Destaques nºs 633, 641, 640, 644, 941, 940, 638, 637 e 639.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados na Câmara.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Aprovado, contra o meu voto. Eu não sei o que é isso. Eu não tenho acesso aos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Eu não tenho acesso aos destaques, Sr. Presidente.

*(Não identificado)* – V. Exa. não está vendo a (ininteligível).

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Cadê? Não. Foi aprovado pelo Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Foi.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Está no conjunto dos aprovados pelo Relator?

*(Não identificado)* – Está aprovado agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está aprovando agora.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Pelo Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – (ininteligível.) parecer favorável.

*(Não identificado)* – Diz que é coisa só de mudança.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É mudança só de fonte.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Eu sei, mas cadê o destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Sérgio Miranda, é apenas modalidade de aplicação, porque eram convênios federais em obras que foram delegadas ao Governo do Acre. Quem está executando é o Governo do Acre. Então, em vez Fonte 90 passa-se para Fonte 40.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Minha tendência é votar o destaque do Acre, até porque concordo com ele. Eu tenho apoio político no Acre. Quero discutir o método. Esse destaque tem parecer do Relator? Está aqui nesta relação?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem. Ele é favorável, sim.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está dando aqui como parecer favorável.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Está como parecer favorável?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concordou com todas.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Está nessa relação?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, não está na relação.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – E onde é que está, então?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O Presidente se pronunciou dizendo que o parecer é favorável.

*(Não identificado)* – Calma.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra. Peço silêncio ao auditório e à Mesa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço que se aumente um pouco o som, porque não consigo gritar. Sou a favor do destaque, mas concordo com o Deputado Sérgio Miranda. Não temos condições de continuar deliberando nesse clima.

O Relator-Geral não pode decidir mais nada nesta Mesa. Deputado Carlos Melles, V. Exa., na minha opinião, deveria ficar sentado. A partir de agora, todos os problemas são de responsabilidade do plenário. A V. Exa. só compete dar parecer favorável ou não a determinadas questões.

Os Deputados que continuam tentando falar com o Relator-Geral e os assessores apesar de eu estar falando precisam entender que atrapalham o procedimento. Vamos fazendo destaque por destaque. O Presidente faz a leitura. Vamos tentar prestar atenção, porque os problemas não se resolverão mais individualmente com o Relator. Todos terão que vir ao plenário. Não adianta fazer fila aqui. Não há outra rodada nesse canto.

Solicito a compreensão do Deputado para começarmos a deliberar. Do contrário, vamos pedir que se suspenda o processo de deliberação. Está impos-

sível continuar trabalhando com responsabilidade, a menos que todos colaborem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Eu peço aos assessores que ocupam a bancada destinada aos Deputados e Senadores que ocupem somente a última fila, porque há Deputados e Senadores em pé, aguardando local para sentar.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, o problema não são os assessores que estão atrás. São os assessores que estão à mesa do Relator.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Para melhor explicitar a questão de ordem que fiz há poucos instantes, requeiro a V. Exa. que promova, através do plenário, a recomposição dos seguintes destaques...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, estamos em processo de deliberação. Não se pode fazer isso. Conclua esta votação, e, a partir daí, V. Exa. dá a palavra para questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em deliberação.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Eu aguardo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, colocaremos em votação agora os Destaques nºs 633, 641, 640, 644, 941, 940, 638, 637, 639, do Senador Tião Viana, já explicitados e esclarecidos e que dizem respeito apenas à mudança na modalidade de aplicação de fontes, em conseqüência de convênio do Governo do Acre, já quando a previsão orçamentária estava elaborada e que vieram com a Fonte 90 ou 40 e têm que passar para Fonte 30. Todos eles ficarão na Fonte 30, modalidade de aplicação.

Em votação em bloco esses destaques citados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados no Senado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Vale salientar, Sr. Presidente, que acabamos de votar e aprovar destaques que serão geridos por um governo do PT, tirando do Governo Federal e passando para o governo do PT, no Estado do Acre.

Eu esperava que os companheiros do PT, quando fosse um destaque nosso, tivessem a mesma consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A beleza da democracia, Deputado, é essa. Esta Comissão é democrática e vota "sim".

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero fazer uma pequena consideração e dizer ao Deputado João Leão que aqui não está em jogo partido nenhum. Estão em jogo a legalidade e a forma correta de se fazerem as coisas. Se foi delegado ao Estado do Acre, não tem por que não transferir a aplicação dos recursos para aquele Estado. É absolutamente regular, normal. Quero cumprimentar o Plenário pela decisão. Não tem nada a ver com partido aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Temos agora os Destaques nºs 436 e 441, ambos do Deputado Giovanni Queiroz, sobre mudança no título e no GND. O outro foi aprovado para emenda da bancada, 50%, e encaminhado (ininteligível) do Pará.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Prezados companheiros, no caso do 436, é apenas o seguinte: o texto da emenda foi alterado na divulgação do empréstimo, quando aprovado. São 10 milhões de reais para o Hospital Sarah Kubitschek, para aplicação na Amazônia Oriental, segundo interesse encaminhado em ata da Comissão da Região Norte.

Pretendemos que o texto seja exatamente igual ao proposto e que, como foi proposto também no GND-4 e aprovado no GND-3, haja uma modificação: 50% no GND-3 e 50% no GND-4. A solicitação já foi encaminhada à Mesa pelo coordenador Paulo Mourão, com o acordo de toda a bancada da Região Norte.

E o 441 é dos portos. Também houve um equívoco de interpretação. Na ata estava escrito "Ministério dos Transportes", mas a emenda especificava que era para CDP.

Então, a bancada e o Deputado José Priante acordaram que 50% dos recursos acolhidos ficassem no CDP e 50% no Ministério dos Transportes. Esse foi um acordo unânime da bancada do Estado do Pará.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, para esclarecer: o parecer do Relator é favorável ou contrário?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Favorável.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já há espaço reservado para os Deputados se sentarem às bancadas correspondentes.

Em votação os Destaque nºs 436 e 441 , do Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – A relatoria dá parecer favorável aos Destaques nºs 436 e 441.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, gostaria de apenas grifar uma manifestação feita pelo Deputado Giovanni Queiroz. Com relação ao recurso destinado à infra-estrutura portuária no Pará, o Destaque nº 441 o substituía para as Docas do Pará. Na verdade, há uma redação de que esse recurso deve ser dividido, 50% garantidos através do Ministério dos Transportes e 50% para as Docas do Pará, para que não haja qualquer dúvida, conforme o instrumento foi aprovado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Gostaria de interferir. Essa é a combinação do Estado do Pará. Esse é um entendimento: metade Companhia Docas e metade Ministério dos Transportes.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Pelo rigor da formalidade do destaque, não seria possível...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – São 50%.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham.

Aprovados na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham.

Aprovados no Senado.

Destaque nº 407. Desmembramento em GND-3, 5 milhões, e GND-4, 45 milhões.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – É de simples compreensão o nosso destaque. O Relator aprovou uma verba para desportos — espaço para comunidades carentes —, de 50 milhões. Os recursos foram colocados como despesa corrente. Estamos pedindo apenas o desmembramento proporcional à emenda que foi aprovada, ou seja, 5 milhões para despesas correntes e 45 milhões para investimentos. O objetivo principal da proposta da Comissão de Educação, Cultura e Desporto era exatamente esse.

Não se altera nada. Não se muda nada. Tecnicamente, já houve uma compreensão dos técnicos da área de orçamento nesse sentido. Peço a compreensão do Relator para colaborar com a formalidade dessa questão, ou seja, GND-3, outras despesas correntes, 5 milhões, e GND-4, investimentos, 45 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator, para emitir parecer.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Na realidade, o correto seriam 50 milhões somente para investimento. Esse recurso foi designado para 500 quadras olímpicas no País. Se está no GND errado, é um equívoco da assessoria. Deve ser colocado para investimento esse recurso.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Este Parlamentar agradece ao Relator a interferência.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, um esclarecimento. Trata-se de emenda de bancada ou emenda de Comissão?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Emenda de Comissão.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Emenda de Comissão? Então, pergunto: sendo emenda de Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Emenda de Relator-Geral.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Emenda de Relator ou emenda de Comissão? Se é emenda de Comissã , parece-me que deveria estar representando a Comissão o Presidente da Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, para ajudar a esclarecer essa questão. É uma emenda de Comissão, na qual foram propostos 10 milhões para outras despesas correntes e 90 milhões para investimentos. Como foi aprovada parcialmente em 50 milhões, o que o destaque está pedindo é que se guarde a proporcionalidade com que ela foi apresentada. Se era dez, noventa; se for cinco, 45.

Dessa forma, atende exatamente ao que saiu da Comissão.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Agradeço ao Deputado Fassarella a colaboração.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O voto do Relator nesse caso...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Relatório aprovado no Ministério da Educação, Cultura e Desporto, emenda nº 5016003, unidade orçamentária nº 51202, INDESP, funcional programática nº 27812018054501362. Implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes, ações de desenvolvimento do esporte nacional, 500 mil reais aprovados pelo Relator-Setorial e 49 mil e 500 aprovados pelo Relator-Geral. Total: 50 milhões. É essa a emenda.

O Relator aprovou somente para investimentos. GND-4, 50 milhões.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, este Parlamentar agradece ao Relator a atenção. Realmente, era este o objetivo principal: restaurar o engano do setor técnico.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, foi rejeitado o destaque.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, é o inverso.

Deputado Carlos Melles, parece-nos que, pela forma como está redigido, os 45 não estão para investimento. Estão para investimento os 50 milhões?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Não sei, porque houve o destaque. São 50 milhões para investimento. Não tem nada de custeio. O destaque tem que ser rejeitado. Se estiver em outra rubrica que se diga custeio, não é para estar. Submeto também ao plenário. Esse recurso foi colocado somente para investimento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Obrigado, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Satisfaz.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O destaque é rejeitado ou V. Exa. o retira?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Tenho uma questão de ordem importante. Foi aprovado o destaque nº 118, que apenas tratava da questão...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, este Parlamentar, tendo em vista a correção do engano do Relator, retira o destaque, considerando que o Relator corrigiu o erro existente anteriormente. Isso satisfaz.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Correto.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, a bancada do Rio apresentou os Destaques nºs 118 e 119. O destaque nº 118 tratava apenas da questão da modalidade, e o destaque nº 119 tratava de acréscimo de valor. O que aconteceu? No relatório, aprova-se o nº 118 na modalidade e no valor. Houve um erro no computador. Já checamos. É necessário que se aprovem os Destaques nºs 118 e 119. O nº 118 não pede valor, somente modalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos checar.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Só para deixar claro, houve apenas um erro técnico, que já checamos, e é verdadeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 213.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, só mais uma questão antes da votação. Estamos ainda com alguma dificuldade. Não há uma lista dos destaques com parecer do Relator — a favor ou contra — e o porquê? Não temos isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Foi apresentado agora aqui. Não chegaram.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Só estão sendo separados. Já estavam todos no pacote. Estou fazendo uma pergunta, porque facilitaria muito a vida do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ainda não temos. Temos a lista dos rejeitados, dos não-aprovados, mas não está aberto ainda.

O Destaque nº 213 é desmembramento. É o mesmo caso. GND-3, 500 mil, e GND-4, 2 milhões e 700 mil. Autor: Deputado Paulo Mourão.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, eu gostaria de ter o apoiamento do Relator e de todos os participantes da Comissão, porque o Tocantins é o único Estado brasileiro que ainda não tem universidade federal. Temos tido o apoio do Ministério da Educação e o compromisso do Ministro Paulo Renato de que, se o Estado conseguir construir o seu campus universitário, assim que for concluído o Ministério, de pronto,

cria a universidade federal, para que o Tocantins não continue sendo um Estado discriminado e não possa formar a sua juventude e seus universitários para participarem do desenvolvimento desse grande Estado que compõe o Brasil.

Nesse sentido, vimos solicitar apoio. Hoje, já são mais de 7 mil e 200 universitários participando do processo da Universidade do Tocantins, a UNITINS. O MEC, volto a dizer, na pessoa do Ministro Paulo Renato e do Dr. Luciano, Secretário Executivo, tem-nos dado todo o apoio.

Então, é necessário que desmembremos esse GND-3. Parte dele, de 500 mil reais, deve ficar no GND-3 para custeio e somar os 2 milhões e 700 com a emenda que o nosso amigo e Deputado Fassarella apoiou no relatório, como Relator-Setorial da Educação.

Era esse o nosso pleito. Que V. Exa. nos apóie, bem como o Relator e todo o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator, para emitir parecer.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Relator aprova e consulta o Plenário sobre este desmembramento: GND-3, 500, e GND-4, 2 mil e 700. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, eu queria retirar o Destaque nº 1.195. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Retirado o Destaque nº 1.195. (Pausa.)

Destaque nº 0942. Mudança de modalidade de aplicação de 90 para 99. Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, já fiz para este Plenário e para o Sr. Relator o meu apelo sobre esse destaque, porque entendi que havia sido acolhido imediatamente pelo Sr. Relator.

Ocorre que, depois de verificar a mudança da forma de aplicação, do modelo de aplicação de 90 para 99, também verifiquei que, no acolhimento que havia considerado como certo e correto pelo Sr. Relator, houve, no momento do lançamento do sistema, um erro quando o que foi acolhido pelo Sr. Relator, por uma coincidência no título da emenda, foi acolhido na Emenda nº 1.198, de autoria do eminente Sr. Deputado Wilson Braga. S. Exa., num gesto que para mim não é surpresa, de pronto procurou este Parlamentar para dizer que entendia que, de fato, o valor estava errado, que não era, portanto, em relação ao Destaque nº 1.198, mas, sim, em relação ao Destaque nº 00942.

Então, submeto à apreciação do Sr. Relator, que já tem conhecimento das duas coisas: a mudança do modo de aplicação de 90 para 99 e a troca, ou seja, a constituição, na verdade, de uma errata no seu relatório. Em vez de ser acolhimento ao Destaque nº 1.198, será ao Destaque nº 00942.

Quero, de público, não só cumprimentar o eminente Deputado Wilson Braga, como também agradecer a S. Exa. o gesto sempre correto e amigo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Relator aprova a modificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaques nº 437, 438 e 440. Deputado Giovanni Queiroz. Mudança da modalidade de aplicação de 99 para 40.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Quais os números dos destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaques nºs 437, 438 e 440.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Quero retirar o 437 e o 438, que, semelhantes ao 440, já foram aprovados. É só a mudança da modalidade de 99 para 40, conforme solicitado e aprovado inicialmente pelo Relator-Setorial. Apenas isso. Inclusive, já votados os outros dois e já aprovados pelo Relator. Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não. Votamos o 436 e o 441.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sim, mas o 437 e 438 já vieram aprovados no relatório-geral do Relator. É só o 440.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaques nºs 437, 438 e 440.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deixe-me explicar. O 437 e o 438, neste relatório-geral, já foram aprovados. Por isso, eu os retiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Retirados.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Perfeito? Não retira? Mantém. E o 440 é só mudança de modalidade, conforme o solicitado. O parecer do Relator é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Mudança de modalidade de 99 para 40 apenas no Destaque nº 440?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Relator, é semelhante.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE** – Sr. Presidente, a modalidade 40 foi recomendada pela bancada. (Pausa.)

Sr. Presidente e caro Relator, o destaque do Deputado Giovanni, sugerindo a alteração de modalidade, é para ir ao encontro da emenda apresentada pela bancada. A modalidade sugerida foi a 40, e foi acatada a 99. É esse o problema.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Destaques nºs 437 e 438? Destaque nº 447 somente?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Destaque nº 440.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Aprovo a modificação da aplicação 99 para 40 e solicito à assessoria que me passe rápido, por favor, os destaques, porque não estou dando conta de acompanhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação apenas o 440.

Em votação na Câmara dos Deputados, com parecer favorável do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Destaque nº 1.110, também do Deputado Giovanni Queiroz. Mudança da modalidade de aplicação de 90 para 40 em 50% do valor aprovado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, esse é o 1.110? (Pausa.) Perfeito. Também já teve aprovação no relatório-geral distribuído. Então, retiro-o. (Pausa.) Não pode retirar? Não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Fica para votação posterior, em bloco.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Fica para votação posterior. Será aprovado em bloco. Aliás, não posso retirar, até porque falta a aprovação do Plenário das aprovadas pelo Relator. Então, mantenho, para que possa ser votado em bloco, entre as aprovadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 401: mudança de modalidade de aplicação de 40 para 99. (Pausa.) Destaque nº 401.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não retira! Fica para depois.

Há algum destaque semelhante a esse?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, tenho o Destaque nº 14, que é uma emenda individual do Deputado Ricardo Ferraço, do Estado do Espírito Santo, em que está substituindo, em função de dificuldade local, um Município e uma ação. É a mesma coisa, no valor de 60 mil reais. Apenas solicita uma aprovação do Plenário. Pedimos a V. Exa. que encaminhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É um caso semelhante aos primeiros destaques já aprovados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – A Relatoria aprova a modificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados o Destaque nº 14. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, é o Destaque nº 989, que pede a recomposição de dotações GND-3?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O valor será posteriormente.

Há algum destaque apenas para retificação ou modalidade de aplicação, fonte, essas coisas...

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, ...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Meu destaque foi o de nº 1.164. Não sei se, em função da...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – De que trata?

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Mudança de modalidade. De 30 para 40.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É de bancada ou é individual?

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – É de bancada, nº 1.164.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem o apoiamento?

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Tem tudo. Inclusive...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Esse destaque será votado na continuidade, porque tem acréscimo de valor. (Pausa.)

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a nobre Deputada.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Gostaria de destacar também uma emenda do Deputado Benedito Dias, para alteração de localidade. De Pedra Branca do Amapari, para Ferreira Gomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Repita, por favor, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – É uma solicitação, do Deputado Benedito Dias, de mudança de localidade — continua o mesmo valor —, de Pedra Branca do Amapari, para Ferreira Gomes. S. Exa. já havia feito a solicitação anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Qual é o número...

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Emenda nº 3483006.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – ...do destaque?

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, está no anexo que foi distribuído, numa errata, alguma coisa assim, na semana passada.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Dia 22 de março.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 1.164.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Antes de V. Exa. tratar do próximo destaque, gostaria de levantar uma questão. A bancada de Sergipe, ainda na fase da Relatoria Setorial, teve uma emenda aprovada, cujo título é o seguinte: implantação de serviço de saneamento básico em Municípios com população até 75 mil habitantes. Serviço de saneamento básico no Estado de Sergipe. Porém, a numeração do computador jogou essa emenda para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para o chamado Programa Morar Melhor. Mas esse programa não contempla a água, e a nossa emenda é explícita quanto à ampliação e à implantação do sistema de saneamento básico e abastecimento de água no Estado de Sergipe. Qual o caminho que encontramos? A Relatoria-Geral manteve a decisão da Relatoria Setorial.

Procuramos a assessoria da Comissão, que nos orientou a apresentar uma cópia com solicitação da bancada de Sergipe, protocolada na Comissão no dia 29 de fevereiro, com o apoiamento requerido corretamente. Pleiteávamos a mudança para uma nova seqüencial, que havia sido aprovada no Senado da República e em que o programa cairia no programa de saneamento básico, da Fundação Nacional de Saúde.

Não importa aumento de despesa. Apenas queríamos transferir de um órgão para outro. Apresentamos o destaque, que foi rejeitado por alterar o objeto da emenda. Não altera o objeto da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Consulto a bancada de Sergipe. Não há objeção do Rela-

tor. Caso a bancada não faça objeção à mudança, quem for contra que se manifeste. (Pausa.) Aprovado o destaque.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Por favor, apresente o destaque à Mesa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, por uma questão de ordem, eu gostaria de...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Um momentinho, Deputado José Borba. Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Gostaria de me dirigir à bancada do Piauí, para uma questão de ordem...

(Interrupção na gravação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 226, do Deputado Jorge Alberto. Alteração de objeto. Tem o parecer favorável do Relator. É só para mudança de órgão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam...

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Não tem alteração de objeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sem alteração de objeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, levando em consideração, quero chamar a atenção da bancada do Piauí para o que foi dito em plenário. Vamos desconsiderar o cancelamento da emenda que tratava da geração de renda e do enfrentamento da pobreza. Fica, portanto, desconsiderada. Ou seja, a emenda não será cancelada. Ela continua. Vamos reduzir o valor da proposição do Destaque nº 00339, de 7 para 5 bilhões, e atendermos à bancada do Piauí. Essa é a posição do Relator.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra a Deputada Fátima Pelaes.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente, gostaria de colocar em votação o Destaque nº 53, ao qual me referi ainda há pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque cento e?

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Não. Destaque nº 53.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Cinqüenta e três.

(Falha na gravação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O destaque da Paraíba é o de nº 1.164, tem apoiamento da bancada e solicita apenas mudança de modalidade, de 30 para 40.

*(Não identificado)* – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Concedo a palavra à Deputada Fátima Pelaes.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Destaque nº 53. Alteração de localidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É o mesmo caso dos Destaques nºs 14, 48, 49 e 150. Mudança de localidade. Emenda individual.

O Sr. Relator concorda?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Relator acata.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Concedo a palavra ao Deputado José Borba.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** – Sr. Presidente, no Destaque nº 7, solicito uma redução de 500 mil reais, para acrescentá-los ao Destaque nº 347.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ainda não estamos discutindo valores. Estamos mudando apenas modalidades de aplicação.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, quanto ao Destaque nº 345, ação de desenvolvimento urbano no Sudoeste do Paraná, estamos solicitando apenas a mudança de modalidade, de 99 para 40.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, no Destaque nº 300, do Deputado Marcos Cintra, com apoiamento de bancada, foi feita solicitação de mudança de modalidade, para 90.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O destaque de emenda individual dos Deputados Jorge Costa e José Priante é apenas para remanejamento de emenda individual, no valor de 300 mil reais. (Pausa.) Seria transferir o valor de 200 mil reais para a emenda. Continua em construção e ampliação de bens imóveis no ensino superior. Capanema, Pará.

Emenda nº 3490004, totalizando 3 mil reais. A cópia está anexada aqui. Trata-se de emenda individual do próprio autor da mudança.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Relator autoriza.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada na Câmara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada no Senado.

Destaque nº 345, do Deputado Santos Filho: mudança de modalidade de aplicação, de 99 para 40.

Como é o parecer do Sr. Relator?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, a emenda do Deputado Nelson Meurer pede a correção de modalidade de 99 para 40. A Relatoria a aprova. Consulto o Plenário e, sobretudo, a bancada do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados, com parecer favorável do Sr. Relator.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada no Senado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, estamos na fase de discussão dos destaques que não envolvem valores. Entre eles, há também destaques relativos ao texto da lei. Solicito a V. Exa. que os destaques relativos — haverá um momento de votação do texto da lei — sejam separados, para que venham a ser discutidos no momento oportuno, em que será votado o texto da lei, e que não sejam incluídos na votação em globo dos destaques aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Eles estão em separado e não serão incluídos nessa votação. Serão votados somente no final.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente. De São Paulo, do Deputado Marcos Cintra. Mudança de modalidade 90, com apoiamento de bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Trata-se de emenda individual?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Não, emenda de bancada. Destaque nº 300, do Deputado Marcos Cintra. Foi tudo acordado com o Coordenador Paulo Kobayashi e a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Qual a finalidade?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Mudança de modalidade, de 30 para 90.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, a Relatoria aprova a modificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação o Destaque nº 300 na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Creio que todas essas questões foram discutidas e aprovadas. Passaremos agora a votar os destaques que envolvem valores.

A fim de que o Relator faça um apanhado geral dos destaques, suspenderemos a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão por dez minutos. São 11h10min. Às 11h20min, reiniciaremos.

(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está reaberta a sessão.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, temos aqui um pedido do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, assinado pelo Ministro Alcides Tápias, de correção dos pareceres de alguns destaques, que foram negativos e precisam ser modificados. Leremos apenas os números dos destaques. São os Destaques nºs 578, 579, 581, 582, 583, 585, 586, 630, 632, 645, 646, 648 e 685.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Eles serão votados em separado.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Estamos solicitando a possibilidade de fazer a votação em separado, tendo em vista o pedido de recomposição feito pelo Ministro Alcides Tápias.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, desejamos retirar alguns destaques e também encaminhar destaques em separado. São oito destaques em nome de toda a bancada de Pernambuco. Já deixei a relação com a Dra. Myrna.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Solicito a V. Exa. que autorize votar em separado o Destaque nº 342.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, solicito votação em separado do Destaque nº 741, aprovado parcialmente, e do Destaque nº 745, rejeitado. O Destaque nº 741, aprovado parcialmente, e o Destaque nº 745, rejeitado.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, solicito votação em separado dos Destaques nºs 1.034 e 1.042.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, solicito a votação em separado do Destaque nº 58, aprovado parcialmente, e dos Destaques nºs 387, 389, 390, rejeitados.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, solicito que sejam votados em separado o Destaque nº 241, atendido parcialmente, e o Destaque nº 242, rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O 141 e o 242?

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – O Destaque nº 241, que foi atendido parcialmente, e o 242, que foi rejeitado.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE** – Sr. Presidente, solicito que o Destaque nº 222 seja votado em separado, pois foi rejeitado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, solicito votação em separado do Destaque nº 986. Esse não é o daquela lista. Esse é da TV Educativa. Aquela lista também está com pedido de votação em separado.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, solicito votação em separado do Destaque nº 1.164.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA – Destaque nº 796.**

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a votação em separado dos Destaques nºs 996 e 1.000, rejeitados, e dos Destaques nºs 347 e 7, aprovados parcialmente.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, solicito que sejam votados em separado os Destaques nºs 929, 930...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A palavra está com o Senador Antônio Carlos Valadares.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, sem ser indelicado com os companheiros da bancada, estou pelo menos pressentindo ou entendendo que, na votação de destaque em separado, pode haver uma expectativa de recurso. Quero dizer de maneira absolutamente correta, sincera e firme que qualquer aumento que porventura houver terá que sair dos 550 que há. Só pode haver remanejamento dentro disso que foi aprovado.

Então, dessa forma, peço a compreensão de V. Exas, pois não tenho mais como fazer o corte da maneira que V. Exas. entenderem. Temos 570 milhões aprovados em precatórios, e não há mais onde fazer corte. Qualquer recurso a mais terá que vir de um remanejamento. Aí, a Comissão é soberana.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, eu queria retirar todos os destaques do Estado do Espírito Santo.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, trata-se dos Destaques nºs 929, 930, 931, 932 e 933. À primeira vista, Sr. Presidente, parece muito dinheiro, mas, somando tudo isso, dá 86 mil reais. É uma recomposição que foi aprovada ontem pelo comitê, mas que, por equívoco, deixou de constar do relatório. Invoco o testemunho dos...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, solicito a votação em separado do Destaque nº 00168.

**SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, apenas para corroborar o pedido de destaque feito pelo nobre Senador Antônio Carlos Valadares. Quando se discutia o problema da bancada de Sergipe junto ao nosso comitê e o nobre Deputado Iberê Ferreira estava fazendo as anotações, naquela confusão ficou uma emenda de 87 mil reais para a recomposição de um tribunal. Houve um acordo dos quatro membros do comitê, mas, na hora da transcrição, ela não foi incluída. Quero apenas dar esse testemunho a respeito do destaque que pede o nobre Senador Valadares.

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** – Sr. Presidente, peço que seja votado em separado o Destaque nº 1.054.

**O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA** – Sr. Presidente, ratifico o que disse o Deputado Santos Filho com relação ao Senador Antônio Carlos Valadares, sobre as emendas que chegam a oitenta e poucos mil reais. Realmente, houve o compromisso, mas, por algum lapso, não foram incluídas.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Sr. Presidente, gostaria que votássemos em separado os destaques do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que se sentiu e mal e se retirou do plenário. São os Destaques nºs 710, 711, 712, 713 e 715.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Átila Lins.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS** – Sr. Presidente, é sobre o processo de votação. V. Exa vai colocar em votação, primeiro, os destaques que tiveram parecer favorável totalmente, parcialmente e depois aqueles que foram rejeitados? Assim será feita a votação?

**O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO** – Sr. Presidente, solicito destaque em separado para o Destaque nº 1.123.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, gostaria de votar em separado o Destaque nº 336, de minha autoria, e o Destaque nº 1.022.

Gostaria de votar em separado também o Destaque nº 1.180, aprovado integralmente pelo Relator.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. O Destaque nº 1.180 não é de autoria do Deputado Sérgio Miranda. S. Exa. pode pedir para votá-lo em separado?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Minha assessoria informa que somente o autor do destaque poderá fazer esse pedido.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Esse destaque já foi aprovado pelo Relator. Estou discutindo o relatório.

É claro que eu posso, entre os cem destaques aprovados pelo Relator, pedir que um dos destaques aprovados seja votado em separado. É evidente, Sr. Presidente. É lógico. Só posso votar e rejeitar todos? Não posso pedir para votar um dos destaques, mesmo que não seja de minha autoria?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, é possível, sim.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, o que o Deputado Sérgio Miranda disse é absolutamente verdadeiro. Temos feito muitos destaques. Alguns deles não vamos destacar para votar individualmente, em separado, mas alguns deles pretendemos fazê-lo, para que possamos, com o Relator, ver a possibilidade de remanejamento, de fazer um corte linear nos destaques aprovados. De alguma forma, devemos tentar recompor alguns compromissos que deixaram de ser atendidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O remanejamento poderá ser feito. Não haverá acréscimo ou (falha na gravação) votados isoladamente.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, solicito a V. Exa que coloque em votação em separado, no final, todas as emendas de texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deferido.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Presume-se — e essa tem sido a prática desde 1992 — que, quando o Relator conversa com as bancadas e faz acordo com elas, as bancadas deverão retirar os destaques. Se formos refazer, discutindo um a um, todos os destaques que foram mencionados para votar em separado, não concluiremos os trabalhos antes de segunda-feira ou terça-feira.

Por isso, apelo a todos os companheiros e também ao Sr. Relator. S. Exa., a essa altura, não poderá mais mexer nas rubricas que constam do relatório da recomposição de recursos que colocou em um dos documentos apresentados. Por exemplo, a dos 570 milhões, que foram retirados dos precatórios.

Acho que temos de tomar uma posição e apelo para os Líderes, principalmente aos de partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, quando dissemos que não havia e que seria remanejado, imaginávamos que todos compreenderiam as dificuldades que seriam enfrentadas se tomássemos esse caminho.

Os Líderes de bancada e as bancadas deveriam cumprir o mesmo acordo. Na medida em que se votar destaque em separado e houver solicitação para aumento, não aceitarei se não tiver a indicação da fonte.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, saí insatisfeito com o resultado do encontro com a minha bancada, que discutiu alguns destaques. O Deputado Jovair Arantes pode comprovar. Uma parcela do que seria atendido não o foi, talvez por erro no manuseio de papéis. Não atenderam a tudo. Com relação a outros, eu retiro.

Tenho destaques que dizem respeito ao SUS e a verbas que estão apresentadas como nacionais. Proponho nos meus destaques que sejam redistribuídas por Estado, com critério populacional no inverso da renda. Dessa forma, poderemos diminuir as agudas diferenças encontradas na distribuição de recursos.

Estou contribuindo com a Casa. Não peço aumento. Apenas sugiro o desdobramento de uma rubrica, de um valor que é guarda-chuva, digamos assim, para distribuir por Estado proporcionalmente à população e ao inverso da renda, como sugeriu o Relator.

Mantenho grande parte dos meus destaques, tentando ajudar o Relator, a fim de que possa fazer a redistribuição por Estado, dentro do critério aprovado no relatório preliminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota e depois a Deputada Laura Carneiro.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Para contraditar a questão de ordem do Deputado Pedro Novais. Sabemos tradicionalmente que, nesta Comissão, antes de iniciarmos os trabalhos, discutimos com o Relator e com o comitê. No entanto, esta Comissão é soberana para aprovar o entendimento de cada bancada. Estamos encaminhando alguns destaques, para ficarem claros os entendimentos que aconteceram lá, se os acordos de bancada forem considerados. Ou seja, o que se combinou aprovar que apareça aprovado; o que se combinou não aprovar que apareça não aprovado. Qualquer discussão que altere essa definição tumultua o processo de votação.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO PAES LANDIM** – Sr. Presidente, peço a V. Exa. o cancelamento do Destaque nº 1.057, sobre remanejamento de emenda individual. Por recomendação da assessoria, é melhor que fique no **status quo**. Nesse sentido, eu peço o cancelamento do Destaque nº 1.057. Ou melhor, peço a retirada do Destaque nº 1.057.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – É só para deixar claro que a questão dos Destaques nºs 118 e 119 está dentro do acordo de bancada. Foi apenas um erro. Faço esse registro até para explicar o caso. Aí não se acrescenta nada, não se modifica nada, é apenas um acordo de bancada.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO** – Sr. Presidente, concordando com as exposições do Deputado Pedro Novais e entendendo que o Relator, Deputado Carlos Melles, assumiu compromissos com a bancada do Tocantins no entendimento que tivemos — todos eles cumpridos —, então, eu, como Coordena-

dor da bancada, também retiro todos os outros destaques, para facilitar os acordos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sr. Presidente, é preciso que V. Exa. tome uma decisão sobre a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Pedro Novais. Não faz sentido determinada bancada fazer um acordo e depois pleitear o que não pôde ser atendido no acordo. Ou é acordo ou não é. E, quanto ao que foi aceito, a bancada tem direito de remanejar o que lhe foi concedido. Temos que votar os destaques em globo, os aprovados e os rejeitados — ou retiram-se os rejeitados —, ou, então, uma vez que a bancada fez um novo destaque, o acordo dela não prevalece.

Tem absoluta razão o Deputado Pedro Novais. A bancada que destacar alguma emenda terá de destacar todas, porque o que foi concedido por acordo deixa de ser concedido se ela pretende outro destaque. É natural.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, eu concordo com a premissa levantada pelo Deputado Pedro Novais, mas ocorre que, especificamente no caso do Amapá pelo menos, não houve acordo de bancada com o Relator. Houve num primeiro momento, quando foram concluídas as votações dos relatórios setoriais. Após isso, nós não fomos avisados, como fomos avisados no primeiro momento, através até de um cronograma distribuído a todos os Parlamentares. Nesta segunda etapa, eu pelo menos não tomei conhecimento de que o Relator estava recebendo Parlamentares aqui na Comissão. Sabia, sim, que o Relator estava recolhido com a sua equipe para concluir o parecer e fazer a consolidação do relatório.

Então, se eu apresentei destaques, foi exatamente em função disso. De resto, concordo plenamente com o Deputado Pedro Novais. As bancadas que fizeram acordo não teriam por que requerer votação em separado dos outros destaques. Mas não houve acordo entre a bancada do Amapá e o Relator. A bancada do Amapá não sentou com o Relator. Se sentou, foi isoladamente, foram Parlamentares isoladamente, em desrespeito à decisão democrática que deveria prevalecer na bancada.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Sr. Presidente, o Relator esteve aqui, exaustivamente, durante dois ou três dias, recebendo todo mundo, até tarde da noite de ontem. Eu não vejo motivo para nenhum postergamento. É a prática da Casa. O Relator teve enorme paciência, esgotou todo tipo de negociação. Eu acho que nós devemos ter o bom senso da retirada dos destaques, para, assim, podermos prosseguir com a aprovação do relatório.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Relator, eu também quero acostar-me às sugestões do Deputado Pedro Novais e do Deputado Danilo de Castro.

V. Exa. ficou ontem até a meia-noite ouvindo todas as bancadas. Eu não sei...

(Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Até as 2h. No nosso caso, nós tivemos algumas dificuldades, mas eu quero exatamente me acostar à maioria, porque o trabalho que S. Exa. fez junto com o comitê não pode, hoje à noite, ser todo desmanchado.

**O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA** – Sr. Presidente, eu estou entendendo que nós estamos diante da seguinte situação: foi votado e aprovado o relatório, ressalvado os destaques. Volta hoje o Relator com 570 milhões em destaques. S. Exa. informou à Casa que não tinha recursos para atender aos 570 milhões, a não ser que votássemos a utilização dos precatórios. A Comissão votou a utilização dos precatórios. E agora estão surgindo novos destaques? Aí, vamos ter de votar outra fonte de receita. Por essa razão, Sr. Presidente, eu, em nome do PPB, encaminho favoravelmente. Acho que devemos encerrar esse processo e iniciar a votação.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, o Deputado Pedro Novais é realmente

uma pessoa de muita experiência e muito racional, mas sua sugestão satisfaz àqueles que realmente estiveram com o Relator e os coordenadores. E o que foi acertado foi aprovado.

Agora, no meu caso, sinceramente, essa sugestão não é satisfatória. Se não votarmos os meus destaques não poderei fazer nada, mas não vou ficar conformada, porque eu compareci à primeira reunião com horário marcado para todas as bancadas. Estava presente o Sr. Relator, que deixou a critério dos Deputados João Coser, Iberê Ferreira e Santos Filho o acordo com a nossa bancada. No início, cada um queria uma coisa, e, depois, chegamos a um consenso.

Como o Município de Boa Vista, que é a Capital do Estado, não tinha sido beneficiado nas emendas — tinha uma emenda para infra-estrutura que só tinha recebido 1,5 milhão —, com exceção de apenas um Parlamentar que estava presente, os demais aceitaram que o que se conseguisse de acréscimo — e, na hora, falaram até em 14 milhões — seria alocado para a Prefeitura de Boa Vista. Para surpresa minha, houve um acréscimo de 31 milhões para o Estado. Dos 31 milhões, Sr. Presidente, Boa Vista recebeu 1,5 milhão. Com o acerto de ontem, recebeu mais 1,5 milhão. É uma disparidade muito grande deixar um Estado até bem aquinhoado e a sua Capital — V. Exa. a conhece não digo melhor do que eu, mas tanto quanto eu —, que detém 67% da população, bem abaixo. Para V. Exa. ter uma idéia, nós atingimos 16%, contando só com as emendas, sem contar o que já consta para o Estado vindo do Executivo.

Se eu ficar nessa situação e a moda pegar, vamos vir para cá, trabalhar, ficar aqui até a meia-noite ou até a madrugada, como já fiquei nesta Comissão, no dia 8 de dezembro, dia santo, feriado, o dia todo, até amanhecer — eu e os demais Parlamentares amanhecemos aqui —, e tudo isso para nada. Ainda no ano passado, ficamos a noite toda aqui. Estava aqui inclusive o Senador Ronaldo Cunha Lima, e ficamos toda a noite.

O meu destaque é de 8 milhões, e fiz outro de 5 milhões. Se eu tivesse sido atendida no de 8 milhões, eu retiraria o da saúde. Se me concederem 5 milhões, tudo bem, eu também aceito que retire tudo. Eu não posso aceitar na situação atual.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão à Casa. Se nós ficarmos discutindo isso aqui, vamos ficar a noite toda fazendo isso. Eu faço a seguinte proposição para a Comissão decidir: votar em globo todos os destaques aprovados pelo Relator, excetuando-se aqueles que foram separados para serem votados individualmente, e rejeitar em globo todos os destaques rejeitados pelo Relator, excetuando-se aqueles que foram separados. Aproveito e peço para encaminhar a votação, em nome do PSDB, Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, permita-me apenas complementar a sugestão, para podermos avançar. Aquelas bancadas que estão entendendo que não haverá aumento algum nas suas emendas, desistirão, evidentemente. Se alguém quiser manter, tem o seu direito de manter. O importante é que andemos com isso. Vamos andar com isso.

*(Não identificado)* – Posso encaminhar a votação, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, quero um esclarecimento do Relator sobre essas emendas do anexo do TCU. V. Exa. defendeu a posição, apoiada pelos membros da Comissão, Deputado Antônio Carlos Konder Reis e por mim, de que todos as obras que constavam do anexo deveriam ser votadas de forma urgente, logo após a votação do Orçamento. Alguns Deputados que me apresentaram justificativas convincentes...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Desculpe, Deputado, mas eu não pedi que votasse urgentemente, não. Todas as obras citadas pelo TCU como tendo irregularidade constarão do relatório. Nenhuma será aprovada enquanto não escolhermos aqui dentro ou para cada uma, dentro de trinta dias...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Trinta dias. A urgência a que me referi são os trinta dias após a votação.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Se precisar, teremos mais tempo, mas entendo que 30 dias é um bom prazo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Mas quero esclarecer um ponto, porque só agora eu entendi uma reivindicação. Eu aconselhei Deputados

que tinham argumentos convincentes, no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, em que houve um erro, e no caso da Bahia e outras obras, mas todas essas ficaram para depois. No entanto, agora compreendi um destaque aprovado por V. Exa., de autoria do Deputado Alexandre Santos, e que retira do Anexo III uma obra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Já li e está rejeitado. Mude isso aí.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Está rejeitado?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Claro. Obrigado pela ajuda, Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Sr. Presidente, quero uma informação sobre o Destaque nº 102, referente à obra no Rio de Janeiro do Tribunal Federal — está no Anexo III. O Anexo I, encaminhado pelo TCU, lista uma obra com problemas que já foi concluída em 1995. A retirada que pedimos por esse erro material é do Anexo III, da Justiça Federal do Rio de Janeiro, que teve retirado 1 milhão e 300 mil para término desse complexo, que não faz parte do Anexo I. Foi o próprio Tribunal que denunciou e está processando. E anexamos isso na nossa solicitação, dizendo que eram prédios diferenciados, obras diferenciadas, com empresas diferentes.

Então, pediria que fosse consertado esse erro e fosse realocado ao Tribunal Federal do Rio de Janeiro, da Justiça Federal, o que lhe é devido, o que o Executivo mandou: o valor de 1 milhão e 300 para o término da sua obra.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, gostaria de submeter à apreciação do Plenário as seguintes considerações: já avançamos muito o horário, e a proposição do Deputado Pedro Novais parece-me de extremo bom senso. Por outro lado, não podemos deixar de conhecer as regras regimentais e o apelo da ilustre Senadora Marluce Pinto. O Deputado João Leão, por seu turno, apresenta a esta Comissão uma forma de apressar a votação que me parece legítima e, aliás, costumeira nesta Casa. Gostaria então de fazer uma proposta a V. Exa. e aos meus pares, quem sabe para adequar as três proposituras.

Como V. Exa. e o Relator sabem, alguns destaques que estão sendo solicitados visam a corrigir determinados erros, até porque o Relator já nos esclareceu que não há possibilidade alguma de elasticidade dos recursos dentro do que já foi pactuado com a bancadas e tudo mais. Então, além das observações feitas, uma pelo Deputado Pedro Novais, outra pela Senadora Marluce Pinto e por último pelo Deputado João Leão, sugiro que cada um de nós que ainda tem solicitações de DVS, que as faça neste momento apropriado e assim delegaríamos ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente ou à uma Comissão, como aqui já ocorreu em outros momentos, a missão de procurar corrigir essas distorções ou aproveitar os DVSs que lhe parecessem mais próprios. Parece-me legítimo. Já foi feito num momento mais amplo e agora seria muito mais simples, ou seja, seria muito mais rápido.

Aproveito a oportunidade que V. Exa. me dá para registrar que eu também gostaria de pedir Destaque para Votação em Separado para o Destaque nº 885, principalmente. Libero o meu Destaque nº 917, para dar uma demonstração de boa vontade na agilização do processo, mas não posso deixar de atender aqui a um apelo do Governo de também solicitar destaque para votação em separado dos Destaques nºs 384 e 385, ambos sobre a Previdência Social. Espero que sejam contribuições ao processo orçamentário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – com a palavra o Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, na condição de Líder do PFL, queria também apresentar uma sugestão para ver até se barramos essa votação. Acho que houve um acordo de bancada com raríssimas exceções e vou citá-las inclusive, porque como coordenador do comitê participei de todas as reuniões. Acho que poderíamos fazer o que foi acordado. Isso implica dizer que das bancadas cujos acordos foram sacramentados, no comitê e perante o Relator, não se aceitariam destaques. Agora há casos concretos: o do Senador do Amapá, o da Senadora Marluce Pinto e o do Deputado Airton Cascavel.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Não, nobre Deputado Patriota. V. Exa. participou do acordo de Pernambuco e foi sacramentado.

*(Não identificado)* – Numa base que não era real.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Foi sacramentado. Então a minha...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Patriota.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, na minha avaliação estou propondo isso para encaminhar como Líder, respeitados os casos da bancada e dos Estados de Roraima e Amapá, que foram configurados. Esta é a posição do PFL: vamos encaminhar a votação dos destaques, porque não é possível fazermos um terceiro Orçamento agora.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente, compreendo as razões apresentadas pelo Senador Sebastião Rocha, mas por uma questão de justiça gostaria de deixar claro aqui e também registrado nos Anais que esta Comissão, o Relator e o comitê receberam a bancada do Amapá. Estivemos aqui a tarde toda aguardando para sermos atendidos e, à medida que ia passando o tempo, alguns Parlamentares saíram. Estivemos presentes com quatro Parlamentares. O Senador realmente não estava presente. Isso não invalida a reivindicação de S. Exa., que sei que é também importante para o nosso Estado. E quem estava falando também em nome da bancada era o seu Coordenador, o Senador Gilvam Borges, que foi eleito por toda a bancada para nos representar perante esta Comissão. Então, estaria sendo injusta se não deixasse registrado aqui que houve boa vontade do Relator. Estavam presentes vários membros da Comissão e foi acordado com os que estavam presentes, naquele momento, inclusive acatando um destaque do Senador Sebastião Rocha, no valor de 4 milhões, para a BR-156. Quero deixar claro que, se houver mais recursos para o nosso Estado, nós necessitamos deles, mas é preciso que fique aqui registrado que a bancada do Amapá se fez presente pelo seu Coordenador e por alguns Parlamentares, entre os quais eu me incluo.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Passaremos à votação.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Sérgio Guerra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA** – Sr. Presidente, a bancada de Pernambuco já apresentou algumas discordâncias sobre os procedimentos, mas ela não pode deixar de reconhecer que este Relator reuniu-se muitas vezes com as bancadas. Uma, duas e tantas vezes quanto necessário, até mais do que, na minha opinião, precisava. Portanto, a bancada de Pernambuco aceita que essa discussão se encerre e que o processo de votação comece.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Coser, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, participei de muitas reuniões e a minha posição é a mesma do Deputado Sérgio Guerra. Proporia a V. Exa. que encerrasse as inscrições e iniciasse o processo de votação das emendas aprovadas, parcial ou integralmente, depois das rejeitadas, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Senado está esperando para votar.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Senador Sebastião Rocha, encerrando a discussão.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, contra a força não há resistência. Pode ser que eu seja vencido na Comissão, mas o argumento da Deputada Fátima Pelaes reforça minha tese. Não houve reunião da bancada. Quatro Parlamentares de uma bancada de onze não podem configurar uma maioria. É necessário que haja maioria, Sr. Presidente, para configurar reunião de bancada. Quero aproveitar esta oportunidade para propor a esta Comissão a extinção do cargo de Coordenador de bancada, porque não configura um procedimento democrático. Pelo menos na situação do Amapá não configurou. Proponho que na próxima LDO, nas próximas resoluções internas, extinga-se esse cargo de Coordenador de bancada e que se aprove sempre por maioria todos os procedimentos, porque de fato não houve consenso da bancada do Amapá. O que a bancada do Amapá... (falha na gravação) ...numa reunião que teve com o Deputado Carlos Melles e com o comitê. Aquilo foi o que expressou a vontade da maioria. Aquela reunião, sim, com a presença da grande maioria dos Parlamentares, expressou a vontade da bancada do Amapá.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão. Passaremos à votação.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE** – Sr. Presidente, peço à Mesa que corrija um erro no Destaque nº 886, que era para ser integralmente rejeitado, e foi aprovado. Esse foi um erro material que a Mesa cometeu e gostaria que fosse corrigido. Era para ser rejeitado, e foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, pedi a palavra a fim de que, antes de iniciarmos a votação, seja feita a correção dos seguintes pareceres: do Destaque 280, alterando de aprovado parcialmente para rejeitado; do 1.057, de aprovado e para rejeitado; do 886, de aprovado para rejeitado; e do 634, de aprovado para rejeitado.

Gostaria ainda de fazer uma correção relacionada à sugestão do Deputado Jovair Arantes, quanto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministro Alcides Tápias. O Relator concorda com essa inversão. O voto do Relator, portanto, é pela concordância.

Com relação aos Destaques nºs 118 e 119, eles foram aprovados parcialmente em 1,5 milhão e faremos o remanejamento que a bancada do Rio pediu.Aprovado.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, quero chamar a atenção do Sr. Relator para o fato de que S. Exa. não citou o Destaque nº 942 como aprovado e o 1.198 como rejeitado, conforme já citado anteriormente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Fica aprovado. Perdoem-me, porque eu pedi para fazerem a redação correta, mas não me chegou às mãos. Mas há concordância e fica aprovado.

Muito obrigado, Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Sr. Relator, por favor, e o de nº 102, do Rio de Janeiro, da Justiça Federal? O de nº 102, aquele do prédio da Justiça Federal?

(Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Mas não vai analisar?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não podemos reabrir a discussão, senão não se termina a reunião.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Vamos votar, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Gostaria de ouvir do Sr. Relator o Destaque (falha na gravação). Eu tenho ele aqui como rejeitado, mas V. Exa. já o aprovou. Trata-se do Destaque nº 223.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Já aprovou.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Rejeitado para aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vamos proceder à votação de acordo com os pareceres do procurador.

Peço autorização ao Plenário para submeter à votação, em bloco, os destaques que têm aprovação integral pelo Sr. Relator.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Integral.

*(Não identificado)* – Ressalvados os que foram separados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ressalvados os que foram destacados.

O Plenário concorda com a votação em bloco? (Pausa.)

*(Não identificado)* – Concordamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Votação em bloco dos destaques com parecer pela aprovação integral, ressalvados aqueles que foram separados.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, queria orientar a bancada. Quero fazer encaminhamento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É um direito regimental do Deputado.

*(Não identificado)* – Iniciado o processo de votação, não. O processo de votação já havia terminado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Vou falar, lógico, é um direito meu. Como é que não vou falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Peço a V. Exa. que seja breve.

*(Não identificado)* – Ele fala depois da votação, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Serei breve.**

Sr. Presidente, acho que este é um momento extraordinariamente importante para esta Comissão. Tenho chamado a atenção em todos os momentos para o fato de que estamos trabalhando de acordo com o interesse do Governo, que produziu distorções grotescas quando encaminhou a esta Casa o Orçamento, que leva alguns Estados a ter vinte vezes mais do que outros Estados. E esta Comissão não foi capaz de adotar recomendações do próprio Relator para corrigir distorções, atendendo ao próprio Relator, repito. Nem todos os Relatores-Setoriais fizeram o procedimento correto e daí as distorções se aprofundaram.

Por isso o PDT não concorda com a forma como foram acatados os destaques de muitos Estados, aprofundando o fosso ainda mais. Depois dos destaques aceitos — e tenho a relação deles aqui —, o Estado do Pará continua lá embaixo e foi ainda mais apenado.

Espero corrigir, ainda, em parte, um pouco dessa distorção, mas de qualquer forma quero aqui registrar o nosso desapontamento. Esta Comissão não corrigiu nenhuma distorção vinda do Executivo. A não ser aqueles que questionaram, contestaram todo o tempo a forma como o Executivo mandou o Orçamento para cá, a Comissão perde o direito, a capacidade e a condição de crítica ao Governo Federal.

Nós estamos aqui hoje aprovando um aumento do fosso das distorções já encaminhadas pelo Governo e que aqui foram aprofundadas.

Essa a nossa posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, Sérgio Miranda e Gonzaga Patriota.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam com estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É preciso deixar claro que estão ressalvados os separados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Estão ressalvados os...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Todos os destaques sobre os textos, sejam destaques aprovados, sejam destaques rejeitados ou aprovados parcialmente. Portanto, o texto da lei está separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Passaremos agora à votação, também em bloco, daqueles destaques que têm parecer do Relator pela aprovação parcial, ressalvados aqueles para os quais se solicitou votação em separado.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Aprovado contra o voto do Deputado Giovanni Queiroz, na Câmara.

Votaremos agora, também em bloco, os destaques com parecer pela rejeição, ressalvados aqueles para os quais foi pedida votação em separado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, nesse caso estão rejeitadas algumas proposições nossas. Sr. Relator, alguns destaques aqui rejeitados permitiam a V. Exa. a condição, e ainda há tempo, de corrigir algumas distorções. Tenho aí em torno de oitenta destaques que permitem a V. Exa. tirar aquilo que é guarda-chuva e distribuir com critério recomendado por V. Exa. Acho que seria o momento de tentarmos corrigir um pouquinho pelo menos da agressiva distorção que estamos aprovando neste Congresso Nacional, nesta Comissão.

O meu encaminhamento é contrário ao procedimento do Relator, pela rejeição desses destaques, porque há alguns, meus inclusive, que não coloquei para votar em separado em respeito aos demais colegas, porque são mais de oitenta, e também em respeito ao próprio Relator. Mas quero dizer que aqui fica o meu pesar pelo não-acolhimento de inúmeros destaques que, sem dúvida nenhuma, poderiam melhorar, e muito, o Orçamento que estamos hoje votando.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Registrado o pronunciamento do Deputado Gi-

ovanni Queiroz, passo a palavra ao Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, gostaria, em nome do Partido dos Trabalhadores, neste caso em particular, de encaminhar contra o parecer, porque apresentamos uma série de emendas, tentando retirar rubricas gerais, particularmente nas comunicações do Governo, e uma série de outras questões, inclusive na distribuição regionalizada por Estado de acordo com a população, malha — chegamos a propor isso, infelizmente não conseguimos ser contemplados. Neste ponto, em particular, para essas emendas, o nosso voto vai ser contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados, contra os votos do PT e do PSDB.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E do PDT.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – E do PDT, digo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O PSDB vota favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, João Fassarella e João Coser.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sr. Presidente, antes de V. Exa. prosseguir, aquela correção pleiteada pelo Senador Antônio Carlos Valadares para o TRE de Sergipe, aqueles quatro ou cinco destaques que S. Exa. apresentou, num total de 86 mil reais, se não me engano, foram acolhidos?

*(Não identificado)* – Foram rejeitados.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Sim, mas está separado para ser votado, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Está em separado e vai ser votado agora.

**O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO** – Está bem, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Temos aqui três destaques do Deputado Giovanni Queiroz aprovados integralmente para os quais foi pedida votação em separado. São os Destaques nºs 442, 443 e 444.

*(Não identificado)* – Foram já aprovados, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Esses já foram aprovados integralmente, Sr. Presidente. Eu retiro os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Retira os destaques.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não, Sr. Presidente, eles já foram aprovados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Ele retira os destaques.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação os Destaques nºs 442, 443 e 444, do Deputado Giovanni Queiroz, com parecer favorável, pela aprovação integral.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados no Senado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O parecer do Relator foi favorável, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Sim.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O parecer do Relator foi favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 7, do Deputado Ricardo Barros, aprovado parcialmente.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, a quem peço faça sua justificativa em um minuto.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Pois não. Gostaria de solicitar um remanejamento. Nessa rubrica do Destaque nº 7 temos um atendimento na área de saúde, proposto pela bancada do Paraná, de 2 milhões. Queremos reduzir esse valor em 500 mil, acrescentando-os ao Destaque nº 347, para a construção do edifício-sede da Seção Judiciária, também indicação da bancada do Paraná. Portanto, é um remanejamento de verba, dentro do atendimento feito com a bancada do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Sr. Relator é favorável?

*(Não identificado)* – Deputado Ricardo Barros, há apoiamento da bancada?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Uma vez que se trata de remanejamento, consulto a bancada do Paraná se está de acordo. Se ninguém se manifestar contra, a Relatoria aprova, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – A bancada do Paraná está de acordo, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, em votação o destaque na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Colocaremos em votação agora, para compatibilizar o remanejamento, o Destaque nº 347, que vai receber o repasse do de nº 7.

Em votação o Destaque nº 347.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Destaque nº 241, da Senadora Marluce Pinto.

Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Sr. Presidente, já apresentei meus argumentos. Não sei o que o nobre Relator vai resolver, porque realmente não tenho culpa se depois vieram outros, extrapauta, para recebimento das bancadas e fizeram acordo. Acho que até para terem validade esses acordos feitos com os Relatores, quando nos recebem junto com a Comissão, deveria haver o dia certo — como houve — e o que ficar acordado, tudo bem. Se saíssemos de lá insatisfeitos, saberíamos que era o que a bancada havia escolhido. Agora, o que não é justo é se acertar, depois vem mais outro grupo se reúne, independentemente de sermos avisados e, no final, quando se recebe o relatório, temos essas surpresas desagradáveis. E o que mais lamento, também, é não estarem todos aqui para questionar. Os que mais levam são os que menos aparecem aqui. Agora, a gente fica batalhando para, no fim, ter essa disparidade.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, eu poderia fazer uma sugestão?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – São os Destaques nº 241 e 242.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Não, se eu fosse atendida no Destaque nº 241, eu retiraria o 242, porque sei que o Relator não pode fazer milagre. Mas S. Exa. disse que ainda ia rever esse caso, então eu deixaria o 241 e retiraria o 242. Eu ficaria satisfeita com o atendimento de um.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, no corte de custeio, esta Comissão, no início do relatório, deu ao Relator a faculdade de fazer um corte de até 5%. Sugiro o seguinte: se esta Comissão der ao Relator a condição de fazer um corte linear de até 3%, eu poderia ajustar esses casos que tenho vontade de atender e sei que mereceriam, como o da Senadora Marluce Pinto e outros mais. Se concordarem, farei no final, senão, nada feito.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, eu não concordo. Corte linear nesta altura, em nome da bancada do Paraná, em nome até do PFL, eu não concordo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Bom, se há discordância o Presidente não precisa nem colocar em votação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, eu faria uma proposição. Deixaríamos esses destaques de acréscimos para o final. Todos os destaques de acréscimos para o fim.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Todos são de acréscimo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não, Sr. Presidente, temos uma série de destaques de recomposição. Todos os meus destaques são de recomposição e remanejamento, excetuando-se um só, que é de acréscimo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Eu só queria, Deputado João Leão...

Sr. Presidente, por favor.

A assessoria...

(O Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Eu queria mais um minuto de atenção.

A assessoria está me chamando a atenção porque eu disse...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A palavra está com o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – ...corte no custeio.

Eu disse corte no custeio no início dos trabalhos, quando o Relator tinha essa faculdade. A proposta agora é de corte nos destaques, obviamente, de 2% ou 3%, para que possamos suprir essas diferenças.

Essa foi a proposição do Relator.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, infelizmente vou ter que me dirigir ao Relator, porque nós traçamos um procedimento aqui, Deputado, e não nos podemos sentir enganados.

V. Exa. não pode, em nenhuma hipótese, partir da premissa de que vai começar a fazer outra rodada de negociação, porque nós, que tiramos todos os destaques, de vários Estados, vamos nos sentir traídos. Quem trabalhou para ajudar é porque não acredita que haverá novos recursos, e vai começar a achar que não valeu a pena o sacrifício.

Na prática, se V. Exa. tiver a intenção de resolver os problemas de um ou dois casos que porventura sejam uma agressão ao Orçamento, que estude uma forma de fazê-lo com a indicação de fontes deles ou crie outras. Mas não abra um precedente, porque isso dificultará a aprovação, e nós vamos nos sentir enrolados, para ser educado, porque eu poderia usar uma expressão mais complicada.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Mas eu....

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não, assim, legalmente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Quero dizer ao Deputado João Coser que estou propondo 2% em 500 milhões, o que daria 10 milhões de reais. Eu entendo ser razoável essa proposta, mas já a retiro e vou à lei seca, o que já deveria ter feito quando aprovei o primeiro. Ou seja, para não haver nem destaque.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, se a Senadora Marluce Pinto conseguir entendimento entre seus pares, a exemplo do que aconteceu na bancada do Paraná, sugiro que S. Exa. faça um remanejamento no acordo. Mas alterar a redistribuição entre os Estados criaria uma discussão muito grande.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Deputado, os meus pares não estão presentes. Só estamos eu e mais um. Aí eu não sei se....

*(Não identificado)* – Vamos adiante, Sr. Presidente.

*(Não identificado)* – Não há concordância sobre essa questão de tirar, mas a idéia do Relator, de 2% ou 3%, é válida.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação os Destaques nºs 241 e 242, da Senadora Marluce Pinto.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Tem parecer favorável ou contrário?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Tem parecer favorável ou contrário do Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Contrário. O parecer é contrário.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Voto com o Relator.

*(Não identificado)* – Com o Relator.

*(Não identificado)* – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – O Destaque nº 242 é que foi rejeitado, mas o Destaque nº 241 V. Exas. precisam aprovar, senão eu vou perder o pouco que eu tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É. O Destaque nº 242...

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – O Destaque nº 241 tem 3 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É.

**A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO** – Então, isso precisa ser votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Destaque nº 242 tem parecer contrário. Então, vamos votá-lo primeiro.

Em votação na Câmara dos Deputados o Destaque nº 242, com parecer contrário do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

*(Não identificado)* – Aprovam o parecer?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Os que rejeitam...

Os que aprovam o parecer do Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados. Não vai ao Senado Federal.

Em votação na Câmara dos Deputados o Destaque nº 241, que foi aprovado parcialmente.

Os Srs. Deputados que concordam...

*(Não identificado)* – Qual o parecer do Relator?

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, permita-me uma sugestão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Relator-Geral, eu queria dar uma sugestão. V. Exa. propôs aqui um corte linear de 2%...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Já retirei essa proposta, Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Espera aí. Espera aí.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Não, não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Espera aí. Não é isso. V. Exa. pode ouvir-me um pouquinho?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não se pode fazer proposta agora, Sr. Presidente. Vamos votar. Retornemos à votação.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Relator-Geral, V. Exa. propôs um corte linear de 2%, e isso seria por Estado, em investimentos. O que eu quero propor é o seguinte: V. Exa. tem disponível, nos Ministérios, a título de guarda-chuva, 4 bilhões de reais. Dois por cento disso daria 80 milhões. Dois por cento daquilo que é guarda-chuva.

Então, seria uma forma de V. Exa. apropriar-se de um recurso para atender às necessidades, dentro da sua proposta, e não cortando dos Estados...

*(Não identificado)* – Estamos em processo de votação, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – ...nessa distribuição já feita.

*(Não identificado)* – Não é possível cada um fazer uma proposta.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Tira daquilo que é guarda-chuva. Por que não?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Trata-se de matéria vencida.

Vamos à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, permita-me uma intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, desejo apenas entender o que estamos fazendo. Nós vamos votar o quê? É só para ficarem os 3 milhões?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É, os 3 milhões.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já houve aprovação parcial dos 3 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Nós vamos só confirmar os 3 milhões?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está bom, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

Destaque nº 36, do Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, gostaria de retirar alguns dos destaques para votação em separado que eu apresentei.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Muito bem.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Gostaria de retirar os Destaques de nºs 32, 35, 36, 47 e 1.166.

Mas eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que concordo plenamente com o Deputado Sérgio Guerra: não estamos pedindo mais nenhum centavo para Pernambuco.

Primeiro, gostaria de pedir desculpas ao Plenário, porque abri uma discussão com o eminente Deputado Santos Filho quando eu disse que os destaques

aqui apresentados eram para reparar alguns erros. É o caso, por exemplo, do Destaque nº 719. Nós combinamos destinar 200 mil reais para o Tribunal Regional Federal de Pernambuco — está aqui assinado, na reunião de ontem —, mas, por um erro, isso não estava incluído, e o Relator já se antecipou a mim.

Então, o Deputado Santos Filho não entendeu. Eu queró pedir desculpas, não a S. Exa., mas ao Plenário.

Os outros três destaques, Sr. Presidente, se fosse possível, eu já justificaria juntos...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Só para facilitar: esses destaques foram aprovados e constam como rejeitados.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Está certo.

O Destaque nº 47 trata de um corte de 1.000 reais de uma emenda para um centro da CNEN no Nordeste, em Pernambuco, efetuado depois do relatório.

O Destaque nº 44 trata da Transnordestina, e o outro, da EMBRATUR.

Nós gostaríamos que o Sr. Relator soubesse que não se trata de aumento nenhum, seria a recomposição desses três cortes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Qual é o número do destaque que se refere à EMBRATUR?

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Não há, porque é uma emenda de Relator que fora cortada depois do...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Mas tem que haver o destaque. Se não há destaque, não se pode votar.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – O número do destaque eu não tenho aqui, mas deve estar aí.

Esses três tratam de reposições, Sr. Presidente.

Mas, com relação à última, gostaria de chamar a atenção do Plenário para o fato de que, no início do ano passado, eu fui indicado Relator de um projeto do Governo que destinava 4 milhões e 800 mil para a continuação das obras do Tribunal Superior do Trabalho, aqui em Brasília.

Em razão daquele problema de São Paulo eu solicitei ao Tribunal de Contas da União que fizesse uma auditoria nessa obra. Essa auditoria rendeu oito ou nove meses. Depois houve uma segunda auditoria. E quando aprovamos nesta Comissão esses 4 milhões e 800 mil reais já estávamos no final do ano. Só aí o projeto foi para o Plenário e não deu tempo de o Senador Antonio Carlos Magalhães colocar em votação no plenário. E a Emenda nº 43, que já fora exaustivamente discutida visa apenas repor esses recursos para o Tribunal Superior do Trabalho. Portanto, trata-se apenas de reposições. Não estamos pedindo nada mais para Pernambuco. Reiteramos o que falamos aqui ontem em relação ao trabalho tanto do Relator-Geral quanto dos Relatores-Setoriais. Pernambuco não está pedindo um centavo a mais, apenas que sejam feitas essas reposições.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Como haverá reposição sem dinheiro? Não entendi como isso será feito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Reposição implica gastos. Não tenho como repor. Na realidade, em algumas dessas emendas, como a da CNEN, a redução se deu em função de uma aprovação da bancada, que faz jus ao gasto deste ano da obra. Trata-se de uma obra cara e já pedimos ao Deputado Renato Vianna que nos anos de 2001, 2002 e 2003 elaborasse os destaques para se dar continuidade à obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 47.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** – Sr. Presidente, eu retirei os Destaques nºs 32, 35, 36 e 47.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Retirou todos?

(Intervenção inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Foram todos retirados.

Destaque nº 385, do Senador Romero Jucá. (Falha na gravação.)

Fica prejudicado o destaque pela ausência do autor.

Destaque 102, do Sr. Deputado Alexandre Santos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS** – Sr. Presidente, esse destaque refere-se à obra sobre a qual nós já conversamos e que ficou para ser decidida, se não me engano, pelo Deputado Sérgio Miranda, em trinta dias. Anexamos a prova de que não se tratava desse prédio, mas de outro, porque esse que está relatado pelo TCU foi concluído em 1995. Não é essa a obra do Tribunal Regional Federal que estamos terminando no Rio de Janeiro. Peço que seja reconsiderado, porque houve um erro material, e, se

possível, mantido o texto que o Poder Executivo mandou para a Casa, porque ele próprio conhece a necessidade de se terminar essa obra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, antes de o Relator prestar seus esclarecimentos, gostaria de fazer um questionamento, para que S. Exa. possa dar sua opinião quando tratar do assunto.

Sr. Relator, não entendo como se pode propor a aprovação de um crédito condicional a algo que vai acontecer daqui a trinta dias. Não estou entendendo isso. Gostaria que V. Exa. me explicasse como será isso, porque até agora não consegui entender.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – No caso da Emenda nº 102, do Deputado Alexandre Santos, e de algumas outras listadas pelo TCU referentes a obras onde, à luz da análise da justificativa feita, havia irregularidades — e nesse caso não se refere ao Anexo III, mas ao Anexo I —, aprovamos a emenda. Como ela foi citada pelo TCU como tendo irregularidade, a Comissão entendeu, inclusive por sugestão do Deputado João Coser, que indicaríamos um companheiro da Comissão — e temos um grupo liderado pelo Deputado Sérgio Miranda —, para, no prazo de trinta dias, verificar e dar um parecer à Comissão. Era a nossa intenção, para dar chance a que as verbas para essas obras não fossem rejeitadas, por um equívoco não do TCU, mas da forma como estava sendo julgada. Essa não foi a primeira vez que isso aconteceu, nem a primeira obra com a qual se fez isso.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, permita-me argumentar, porque me parece um assunto da mais alta importância. Como vamos aprovar um Orçamento com uma dotação condicional a um parecer que vai ser dado daqui a trinta dias? O que se fazia aqui era diferente: aprovava-se a dotação e o Poder Executivo só liberava aquela dotação depois que o Tribunal de Contas considerasse a obra regular. Era esse o procedimento. Parece-me que não podemos sair disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, gostaria de facilitar o entendimento, para que não haja uma discussão inócua. Obviamente, tenho buscado — e foi sempre assim — a discussão, o entendimento e sobretudo a palavra final da Assessoria. Vimos bem isso depois que o Deputado João Coser fez suas observações. Não se trata de uma novidade. Isso já foi feito em anos anteriores e, na Seção II — Da Distribuição das Despesas por Órgão —, art. 5º, § 1º, está dito o seguinte:

> É vedada a execução orçamentária das dotações consignadas nos subtítulos constantes do quadro III, em anexo, que integra essa lei, relativos a obra e serviço cuja gestão apresenta indício de irregularidades, apontado pelo TCU, nos termos do art. 92, inciso I e II, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, até deliberação em contrário da Comissão Mista, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, e do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, gostaria de terminar a justificativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Desculpe-me. Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Desculpe-me, Deputado, também gostaria de terminar a justificativa, por favor.

> O art. 92, § 1º, da LDO diz o seguinte:
>
> Art. 92 – O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo.
>
> § 1º – A relação das obras em execução com recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificadas indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo nesses casos ser indicados à classificação institucional, funcional e programática correspondente, o órgão executor, a localização da obra, os indícios verificados e as providências adotadas no processo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, agora se entende, mas o que Relator estava dizendo era outra coisa. Realmente, a dotação é aprovada e o Executivo só a liberará, a obra só será executada depois que o Tribunal de Contas

der um novo parecer e esta Comissão aceitar. Muito bem, agora dá para entender!

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Desculpe-me, Deputado, mas a aprovação pela Comissão e pelo Relator é cabal, e quem aplicará o recurso é o Executivo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Tudo bem, mas como V. Exa. explicava, desculpe insistir nisso, só para não dar uma...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O assunto tenha sido... Passaremos agora ao parecer...

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Só por uma questão de entendimento, ela tem o mesmo tratamento das outras. O recurso fica e vamos trabalhar para que no prazo mais rápido possível, porque precisamos preservar aqui...

*(Não identificado)* – A imagem

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – ...a isonomia. Muitos Parlamentares nos procuraram, Deputado Sérgio Miranda e outros, e demos o mesmo tratamento. Então, não dá para ser diferente agora. Essa é a nossa posição.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Em síntese, os recursos ficam condicionados. (Pausa.)

*(Não identificado)* – Falta V. Exa. colocar em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação, com parecer favorável, o Destaque nº 102, do Deputado Alexandre Santos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado. (Pausa.)

Destaques nºs 118 e 119, do Deputado Alexandre Santos, que já foi explicado pela Deputada Laura Carneiro, com parecer favorável do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Destaque nº 1.180, Deputado Lael Varella, solicitado pelo Deputado Sérgio Miranda, que tem parecer pela aprovação integral.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Meus caros Deputados, considero uma preliminar que esse destaque, apresentado pelo Deputado Lael Varella, não pode ser admitido, porque, no formulário de emendas, há explicitamente colocada a seguinte questão: "No caso de emenda coletiva — e esta é uma emenda coletiva — deverá acompanhar o destaque o apoiamento necessário a sua apresentação." Então, não pode ser admitida. Qual o argumento que vem sendo utilizado? O argumento que vem sendo utilizado é que na ata constava. Mas essa emenda tem uma história.

Apresentamos duas emendas para a área de saúde. Posteriormente a bancada aglutinou as duas emendas em uma só, porém, tecnicamente não foi admitida. Houve um acordo de bancada no sentido de que esta emenda seria com a modalidade que está apresentada, modalidade 40. O Deputado Lael Varella tentou, numa reunião da bancada junto ao Relator, alterar, mas não conseguiu.

Por que tenho insistido nessa questão, meus caros Deputados? Queria que V. Exas. prestassem atenção ao fato de que no ano passado ocorreu a mesma coisa. Apresentamos uma emenda genérica de bancada, com o mesmo teor, e os 9 milhões e 500 mil dessa emenda foram dirigidos apenas a uma entidade, por coincidência, a Fundação Cristiano Varella, ligada ao Deputado Lael Varella.

Considero que, se voltarmos a admitir essa possibilidade, não será correto para a bancada de Minas Gerais. O Deputado não tem o apoiamento, houve esse trâmite, não pode argumentar pela ata, mas, sim, pelo acordo de bancada, que teve a anuência do próprio Secretário de Saúde.

Quero chamar a atenção para isso. Acho que não é correto que V. Exas. aprovem algo em detrimento da bancada de Minas. Aqui me coloco, não como o Deputado Sérgio Miranda, mas como representante da bancada de Minas. Em vez dos 9 milhões e 500 mil que seriam dirigidos para essa fundação, agora seriam 20 milhões. E temos obras públicas em Minas Gerais que não recebem recursos, como o pronto-socorro de Venda Nova e outros. Então, peço a V. Exas. que rejeitem essa emenda aprovada pelo Relator.

Em primeiro lugar, quero discutir a preliminar da admissibilidade e, em segundo, caso seja derrotado, queria que V. Exa. rejeitasse e mantivesse a opinião

da bancada de Minas Gerais. Se houvesse um outro documento que contrapusesse essa vontade, assinado pelos Deputados de Minas Gerais, eu até aceitaria, mas não existe esse documento, não existe o acordo de bancada.

Esses são os meus argumentos.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Sr. Presidente, em primeiro lugar queria mostrar o meu desapontamento, porque, ao levantar uma questão de ordem, V. Exa. disse, após consultar a Assessoria, que somente poderia pedir destaque o autor do mesmo, o que não é o caso do Deputado Sérgio Miranda.

Segundo, não quero entrar no mérito dos argumentos do nobre Deputado Sérgio Miranda, pelo qual tenho grande respeito, inclusive por conta de sua conduta, mas queria argumentar que, como coordenador da bancada de Minas, foi uma decisão da maioria da bancada em reunião no plenário para que essa emenda ficasse na modalidade 99, conforme consta nos avulsos.

Constando nos avulsos e sendo regimental, rogo pela aprovação da emenda, que não é do Deputado Lael Varella. Se o Deputado Lael Varella faz mal uso de sua aplicação, problema de S. Exa. Mas nós, da bancada de Minas, a grande maioria, pede a aprovação dessa emenda na modalidade 99, conforme consta nos avulsos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação.

Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Queria, em nome da bancada — não sei se posso falar em nome dela — do Partido dos Trabalhadores, dizer que endossamos o ponto de vista do Deputado Sérgio Miranda, pelas seguintes razões: houve acordo na bancada de Minas Gerais no sentido de que, pela fusão das duas emendas, esta emenda teria como modalidade de aplicação o Estado de Minas Gerais.

A ocorrência da modalidade de aplicação 99, a definir, se deu no momento da discussão na Comissão. Houve o acordo — eu chamaria até o testemunho do coordenador da bancada.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Houve acordo entre os coordenadores. O Deputado João Fassarella tem razão, mas, na reunião dos Deputados, foi decidido que a modalidade seria 99. Apresentei até o Destaque nº 401 para isso, que foi rejeitado. Minha justificativa foi a seguinte: "modificar a modalidade de aplicação para 99, a definir, conforme aprovado pela bancada e constante do detalhamento da emenda encaminhada juntamente com a ata". Está aqui o Destaque nº 41, nessa mesma modalidade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Quando da discussão do relatório-setorial, foi apresentado destaque exatamente para cumprir o acordo — modalidade de aplicação no Estado. Portanto, existe uma grande confusão.

Sei que essa é uma questão que diz respeito à bancada de Minas Gerais, que se encontra em desentendimento. Julgo até difícil para o Relator e a Presidência da Comissão tomar partido nessa questão, mas, quanto à destinação desses recursos para a saúde no Estado de Minas Gerais, deixo registrado que só coloquei minha assinatura na ata porque tinha convicção de que sua aplicação seria destinada a hospitais públicos.

Deixo minha negativa no sentido de que esses recursos sejam utilizados em hospitais privados, pois esse não é o objetivo da emenda de bancada do Estado de Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Farei rapidamente a leitura do art. 53, § 2º:

No caso de destaque, a emenda coletiva em que se trata do art. 43 deste regulamento, este deverá ser assinado também por um representante autorizado da Comissão Permanente respectiva, pelo número de Parlamentares exigido para a representação da emenda de bancada ou pelo coordenador da respectiva bancada, designado nos termos do art. 64 deste regulamento interno.

Não gostaria de entrar na discussão, como mineiro e Relator, sobre o motivo pelo qual o Relator aprovou integralmente a 99, e já que o assunto veio à baila, vou tomar a liberdade de dar uma sugestão diferente à bancada de Minas Gerais: a verdade é que ela foi concebida pelo Estado. O Deputado João Fassarella apresenta uma argumentação muito interessante da qual ninguém pode discordar. Duas bancadas me deram enorme trabalho: a de Minas e a de Goiás. Devido à discrepância de se ter a maior bancada com o Governo diferente em Minas, que não tem um Governo sintonizado com o grupo, aconteceu o seguinte: pensou-se em colocar que uma parte fosse para o Estado e outra para os Municípios. No impasse, decidiu-se por colocar fontes a definir em 99.

No meu entendimento, nós, a bancada de Minas Gerais, e a Comissão deveríamos por na fonte quarenta Municípios, pois não temos dúvida de ser a melhor fonte para todos nós, Parlamentares.

Portanto, minha sugestão como Relator é essa. Sei que o Deputado João Fassarella tem razão numa parte do processo; o Deputado Danilo de Castro tem em outra e o Relator procurou seguir a emenda inicial, na fonte 99, mas hoje a melhor sugestão, devido ao impasse entre Governo e bancada, talvez fosse direto dos Municípios.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Era essa a sugestão que queria fazer a V. Exa. Já chegamos a um entendimento com o Deputado Danilo de Castro, para os Municípios. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados, com alteração da modalidade de aplicação para 40.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Destaques nºs. 058, 387, 389 e 390, de autoria do Senador Carlos Bezerra.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Santos.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, procurarei ser bem rápido e conciso.

Os Destaques nºs 387, 389 e 390 buscam a reposição de retiradas anteriores, que beneficiará o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Mato Grosso.

Sr. Relator, esse tribunal tem o menor orçamento de todos os tribunais regionais, toca 25 mil processos/ano e teve recentemente sua administração elogiada pelo Tribunal de Contas da União. O valor da reposição é algo em torno de apenas 700 mil reais. O orçamento para 2000 já é insuficiente para o ano e a grande parte desses 700 mil reais refere-se a pessoal. Não vou polemizar a questão, pois V. Exa. já se posicionou anteriormente em relação a isso, mas deixo o apelo para que se reponha aquilo que anteriormente já havia sido concedido ao Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Mato Grosso.

Com relação ao Destaque nº 058, que já foi aprovado parcialmente, faço apenas um apelo a V. Exa. no sentido de que esse parcial possa ser o mais próximo possível do total pleiteado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Deputado, a recomposição mais uma vez implica recursos. A Relatoria não disponibiliza recursos neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados o parecer contrário do Sr. Relator.

Os Srs. Deputados que acompanham o Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Pela ordem, Sr. Presidente. Neste caso, estamos votando os três destaques do TRT, ou seja, o parecer do Relator. Quanto ao Destaque nº 058, o parecer é pela aprovação parcial.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Destaque nº 058 tem parecer para aprovação parcial. Tem de ser votado separadamente do bloco do TRT.

*(Não identificado)* – A 58 tem aprovação parcial e as outras têm (ininteligível) rejeitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação os Destaques nºs. 387, 389 e 390, com parecer contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados, contra o voto do Deputado Wilson Santos.

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

Em votação o Destaque nº 058, que tem parecer pela aprovação parcial.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Destaque nº 168, da Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, retiro o destaque, mas gostaria de fazer o registro de duas questões.

Primeiro, gostaria de deixar registrados os meus agradecimentos ao Deputado Ricardo Barros, que assinou um destaque da bancada de Goiás em meu nome, para que eu pudesse apresentá-lo num momento em que não havia nenhum membro da bancada de Goiás. Então, gostaria de registrar que o dest?

que do Deputado Ricardo Barros foi feito pela bancada de Goiás, mas pertence a mim como titular.

Segundo, quero chamar a atenção do Sr. Relator para a BR-414. Em meu nome e em nome do Deputado Vilmar Rocha, gostaria de dizer que essa rodovia está praticamente terminada, falta pouco. A dotação orçamentária que foi apresentada não é suficiente para concluí-la. Eu ficaria extremamente constrangida de solicitar mais recursos para Goiás, uma vez que o Relator contemplou o nosso Estado. Aproveito a oportunidade para dizer ao Relator que, embora a bancada de Goiás tenha dado muito trabalho, S. Exa. pode ter certeza de que esta é profundamente grata ao seu esforço, ao esforço do comitê e ao esforço de todos que estão aqui.

Para encerrar as minhas palavras, cumprimento também o Presidente pela delicadeza de me conceder a palavra, embora eu não seja membro desta Comissão. Em todos as vezes que pedi para opinar, pude fazê-lo democraticamente.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Eu solicitaria a retirada dos Destaques nºs 710, 711, 712, 713, 715 e 717.

*(Não identificado)* – Está em votação, Deputado Danilo de Castro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaques nºs 741 e 745, Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Deputada Laura Carneiro, o Destaque nº 741 foi aprovado parcialmente pelo Relator-Geral. Acresce valor a uma subemenda do Sub-Relator. O que estou buscando é remanejar 2 milhões de reais desse destaque que apresentei para o Destaque nº 735, rejeitado inicialmente pelo Relator. O Destaque nº 735 é de uma das dez emendas prioritárias da bancada gaúcha.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, se não implica aumento de despesa, o Relator concorda com o remanejamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com o voto favorável do Relator, coloco em votação os Destaques nºs 741 e 735.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados no Senado.

Destaque nº 140, do Deputado João Caldas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Sr. Presidente, Sr. Relator, esse apoiamento da emenda de autoria da Subcomissão de Saúde, Hospital de Santana do Ipanema, em Alagoas, é um remanejamento — diga-se de passagem, um pequeno remanejamento — para equalizar uma situação, com o apoiamento da bancada, com o Hospital Regional de Santana do Ipanema, que não trará nenhum problema para a bancada e para os recursos de Alagoas. Estamos...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Qual é o número do destaque, por favor?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Cento e quarenta. Então, Sr. Relator, queríamos que fosse aprovado esse remanejamento, esse destaque, haja vista que não implicará nenhum problema. Alagoas, Hospital de Santana do Ipanema.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Por favor, eu não entendi. O Destaque nº 140 (implantação e aparelhamento de unidade de saúde, único do SUS, construção do Hospital Geral de Santana do Ipanema) tem o valor aprovado de três e quatrocentos. Remanejar quanto e para onde? Porque a emenda foi rejeitada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Remanejar, da Emenda nº 713.006, 1 milhão e, da Emenda...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Mas tem destaque?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Tem destaque.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Qual é o número do destaque?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Cento e quarenta.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Não.

*(Não identificado)* – Cento e quarenta é esse.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – É este.

*(Não identificado)* – A outra emenda.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Ah, tem destaque sim. Vou pegar só o número.

*(Não identificado)* – Não tem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Tem. Está com o Augusto. Tem o destaque. Eu vou pegar só o número. (Pausa.)

*(Não identificado)* – Que número é?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Cento e quarenta.

*(Não identificado)* – Quarenta?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – Cento e quarenta.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Pois é, mas tem que ter outro destaque, para tirar de um para o outro, para fazer o remanejamento, como foi feito, agora, pelo Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS** – O 141. Só tem um.

*(Não identificado)* – Tem que ver se, lá embaixo, no mesmo destaque, ele não oferece a emenda como cancelamento.

*(Não identificado)* – Só que ele não oferece. Se tivesse oferecido, não haveria problema. O problema é que não tem destaque. Ele está querendo puxar de uma emenda que não está destacada e já foi aprovada.

*(Não identificado)* – Não tem jeito. Tinha que ter dois destaques, um passando para o outro.

*(Não identificado)* – Mas foi um acordo da bancada, com o apoiamento da bancada?

*(Não identificado)* – Vamos passar para frente. (Pausa.)

*(Não identificado)* – Parou a reunião, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Vamos lá, Sr. Presidente, vamos continuar a votação!

*(Não identificado)* – Vamos, Sr. Presidente!

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, vamos agilizar um pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Destaque nº 140 voltará proximamente porque há um problema de localização.

Destaque nº 222, do Deputado João Leão.

*(Não identificado)* – Deputado Leão, tira.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, meu caro Relator, pelo amor de Deus, escute-me!

*(Não identificado)* – É importante, Relator, é sério.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Isso aí é de suma importância. Todos conhecem aquela história do Joãozinho, aquele menino que queria o canário do padre. Todos conhecem essa história, não conhecem? Aquele menino que fica querendo o canário do padre e vai, pede o canário ao padre, pede o canário ao padre, pede o canário ao padre, e o padre diz: "Não, depois eu lhe dou, vou ver como é." Eu era o Joãozinho e o padre era o nosso Relator.

Finalmente, a última instância que tenho "para o padre me dar o canário" é essa.

*(Não identificado)* – Mas o canário (ininteligível).

*(Não identificado)* – Canário ou passarinho?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Quero mostrar aos Srs. Parlamentares uma região que é de uma pobreza absoluta. Não conheço, no Brasil, uma região que seja mais pobre do que essa, onde existem 1.596 famílias vivendo em casa de palha, coberta de palha, com a parede de palha e o piso de areia. Não conheço no Brasil!

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É meu convidado para ir ao Pará.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – No Pará as pessoas moram em casa de palha. Mas só que para ir da sua cidade para a sua casa o chão não é de areia. Isso aí é uma região que o sujeito sai com o seu jumentinho, com o seu jeguinho, anda 40, 50, 60 quilômetros em estrada de areia e leva de quatro a cinco dias!

Essa é uma obra que está sendo executada pelo Ministério do Exército na margem do Rio São Francisco. O custo de uma unidade habitacional dessas, que está sendo realizada pelo Exército, é de 3 mil e 900 reais.

Estão aqui os soldadinhos. Todos aqui, ao lado do trator, minha gente. Olhem aqui! Estão aqui as casas que o Exército está construindo em mutirão com as famílias.

Qual é o problema? Essa obra está parada pelo Exército. Apresentei um destaque aqui numa emenda de Comissão, um destaque nacional, porque o Relator não teve condições de alocar recursos para essa obra, com uma emenda de Relator. Então, eu vou continuar, meus caros companheiros, no sonho e vai depender do nosso Ministro da Integração Nacional construir esse sonho.

O que peço? Estou sugerindo ao Sr. Relator que coloque na emenda de Comissão, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, que é o caso dessa obra. E tirar de uma obra, que é no Nordeste também, no PROÁGUA. Estou pedindo, Sr. Relator, 10 milhões de reais. V. Exa. não pode dar os dez, dê alguma coisa a esse povo. Só para V. Exa. ter uma idéia, Sr. Relator, o Exército está fazendo lá o cadastramento de todas as famílias. Setenta por cento —

atenção, senhores paulistas — dessas famílias estão indo para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

*(Não identificado)* – Então manda o dinheiro para o Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Lá vão ser assaltantes, vão viver na marginalidade, vão criar problemas. O que são, Srs. Deputados, 10 milhões de reais para acabar com miséria dessa natureza?!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado, o tema é palpitante, mas o tempo é curto.

Com a palavra o Sr. Relator.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, concordamos com o Deputado João Leão.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, nós concordamos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Deputado João Leão sabe que nós tivemos que rejeitar por causa do acordo da bancada da Bahia que nos indicou essa obra...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Peço aos Deputados baianos que se pronunciem. Isso aqui não é uma emenda de acordo, Srs. Parlamentares. Desde o início eu disse a V. Exa. Trata-se de uma emenda, uma área, um projeto do Exército...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Deputado sugere que se transfira recursos de onde?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O PROÁGUA tem mais de 80 milhões de reais. Não podemos tirar 10 milhões para essa emenda?

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Tirar dinheiro de água para construir casa no Nordeste! Isso não existe.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não é casa, não. É um projeto hídrico e a casa faz parte desse projeto.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Tudo bem. Então, se já existe dinheiro para fazer projeto hídrico, V. Exa. deve ir ao Ministro e pedir ao mesmo, e não a gente carimbar...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Mas não há recursos, caro Deputado Rommel Feijó, nessas dotações.

Peço, Sr. Presidente, que V. Exa. coloque a matéria em votação na Comissão. Vamos votar. Teria que ter o parecer favorável do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O parecer do Procurador...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Deputado João Leão, eu sinto muito, mas a Assessoria da Casa recomenda — já estudamos isso demais — que não é o caminho correto a seguir.

Primeiro, que é da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle uma emenda de construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica e combate à seca. Não existe como transferir recursos dessa rubrica para esse destaque.

V. Exa. sabe do meu empenho, da minha dedicação e da vontade que tenho de fazê-lo, mas a Assessoria — repito — impede-me legalmente de fazer qualquer ação nesse sentido.

O destaque foi rejeitado; a emenda, não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O meu destaque é que foi rejeitado. Eu peço a atenção da Comissão para contraditar o Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Eu gostaria, inclusive...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Se V. Exa. gostaria, aprove, Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Eu gostaria de ver o seu contraditório para convencer a Assessoria da Casa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu gostaria de contraditar porque se trata de uma emenda de Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado, o assunto está esclarecido.

Vamos colocar em votação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu acho que não. Então, vamos colocar em votação.

Peço a esta Comissão, principalmente aos paulistas, aos cariocas e aos mineiros, que vêem a pobreza, a miséria deste País, que votem favoravelmente ao pobre coitado que caminha quatro, cinco dias para chegar no seu destino, tangendo o jumentinho, o jeguinho. É uma obra realizada pelo Exército brasileiro.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, se o tempo não for regulamentar para cada orador, não terminaremos isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, vejam bem, estamos com problemas. A Comissão, na prática, no início desse processo, deixou passar uma emenda ilegal. Essa emenda teria de ter sido rejeitada na origem porque ela não tem vínculo com a Comissão de origem.

A Comissão de Fiscalização e Controle tem de alocar recursos para o Tribunal de Contas e o Ministé-

rio Público, que vão fiscalizar os recursos públicos. É um desvio de origem. Acho que a tese do Deputado está correta, mas não é possível fazermos isso. Se tivéssemos sido rigorosos mesmo e detectado isso, essa emenda teria de ter sido rejeitada.

Peço ao Deputado João Leão para mantermos o recurso. Vamos fazer **lobby** junto ao Ministro do Desenvolvimento, da Integração, onde for necessário, para ajuntarmos recursos para a sua região. Acolher recursos nessa emenda realmente não é o melhor procedimento.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Para contraditar, Sr. Deputado. A sensibilidade da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, tão bem presidida pelo legalista Delfim Netto, foi tão grande que aceitou colocar essa emenda, tão bem presidida por aquele que mais entende, talvez, de leis neste País.

*(Não identificado)* – Vamos votar logo.

*(Não identificado)* – Vamos votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com parecer contrário do Sr. Relator, em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que rejeitam o parecer do Relator, que é contrário à medida, à aprovação, pronunciem-se. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

Em votação, no Senado. (Pausa.)

(Ininteligível.)

Vamos votar em bloco, agora, os Destaques nºs 929, 930, 931, 932, 933, do Senador Antônio Carlos Valadares.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, já tive a ocasião de explicar. Na reunião do comitê, esses destaques foram aprovados e, por um equívoco, não constaram da relação dos destaques aprovados.

Então, confirmo a aprovação através do Plenário desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra para o parecer ao Relator.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Sr. Relator, esses destaques, que perfazem um total de 86 mil reais, referem-se a uma solicitação do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Na noite de ontem, o Comitê de Emendas designado por V. Exa. aprovou, por unanimidade, esses destaques, mas, acho que por um equívoco, não constaram na relação. Estavam presentes vários Deputados. João Coser estava presente...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Senador, por favor. Eu não preciso consultar, se o Senador está falando... O Relator vota pela aprovação e pede ao Presidente que submeta ao Plenário.

**O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES** – Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados o parecer favorável do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Destaque nº 336 do Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, estou apresentando dois destaques.

O Destaque nº 336 é também um remanejamento, é a emenda das universidades, emenda de Comissão. De onde pretendo conseguir recursos para essa emenda? Destaque nº 1.022.

Então, vou defender os dois, porque há um remanejamento.

Destaques nºs 1.022 e 336, Dra. Mirna. Estão juntos.

O Destaque nº 1.022 é para corrigir o que considero um engano do Relator. Há uma prática na Comissão de se fazer um corte linear de 30% nos recursos de comunicações do Governo. Alguns desses retornam.

Acho correto o Relator ter retornado recursos de comunicação para o INSS, por exemplo. É necessário propaganda da Previdência.

Para a Educação, houve retorno de recursos de Comunicação, mas o pedido do Relator, para o Gabinete da Presidência, que pediu inicialmente 4 milhões e 300 mil, foi cortado pelo Relator-Setorial, e voltou para 3 milhões, os 30%. O Relator colocou 25 milhões na Presidência.

Proponho retirarmos esse recurso da comunicação da Presidência e o alocarmos nas emendas das universidades públicas que vão para todos os Estados, como Bahia, Deputado João Leão, Paulo e outros.

Então, é justo, corretíssimo; segue uma sistemática da nossa Comissão; o Governo já deve fazer isso planejadamente. Manda, até mesmo, mais recursos de Comunicação porque sabe que cortamos. Houve um exagero ao alocar todos esses recursos de

Comunicação no Gabinete da Presidência. Se fosse na Educação, na Saúde, na Previdência, até tinha justificativa. Mas o que o Presidente quer divulgar tanto com esses 20 milhões?

Acho que devemos fazer esse remanejamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Chamo a atenção e respondo ao nobre Deputado Sérgio Miranda. Na página 55 do nosso relatório está o quadro Síntese dos Cancelamentos Propostos.

Na realidade, eram 4 milhões e não acresci 28. O Relator cortou 28 milhões 200 mil 753 reais.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – De todos os Ministérios e foi tudo para a Presidência?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Vamos lá. Aí, o Relator recompôs 25 milhões. Isso porque fui chamado para a discussão em que o Governo estava concentrando todos os seus recursos na área de comunicação.

A fim de conseguir melhorar o fechamento dos destaques, o Relator cortou mais 5 milhões hoje. E cortei de mais algumas áreas onde ainda poderia cortar, porque não tinha destaques. Se tivesse, confesso que teria cortado todos esses recursos.

A área em que mais cortamos foi, em torno de 10%, a da informatização e 30% na área de comunicação.

Ontem, o Ministro Paulo Renato me fez um apelo. De 10 milhões, tinham sido cortados 3 milhões. Ele não daria conta e mostrou isso de uma maneira séria. Reconstituí mais 1 milhão.

Entendo que aparentemente poderíamos estar usando em outras modalidades. Mas devemos entender também que o mínimo que o Governo também pode e deve ter são recursos, para que ele possa também mostrar as suas obras que já é uma comunicação absolutamente difícil. Por isso, talvez, nós político.

Dessa forma, o Relator achou melhor adotar esse comportamento. Hoje, dado o aperto e o número de destaques, se tivesse um destaque supressivo, teria tirado mais.

O meu parecer permanece o mesmo, contrário a cortes maiores. Já retirei 5 bilhões a mais.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. está com a palavra.

*(Não identificado)* – Quero ir ao encontro da sugestão do Deputado Sérgio Miranda. A universidade brasileira encontra-se na situação mais caótica já vivida nos últimos dez anos. A verdade é que o dinheiro destinado à área de comunicação, ainda disponível no gabinete da Presidência, é extraordinariamente volumoso.

V. Exa. disse, Sr. Relator, que se tivesse ainda uma emenda, um destaque supressivo... e foi o que o Deputado Sérgio Miranda disse. Há dois destaques: um supressivo, suprimindo recursos "disponibilizados" lá, e o total da verba lá alocada é de 25 milhões, propondo que se acresça, para uso das universidades brasileiras, mais 20 milhões de reais. Ficariam remanescentes ainda 5 milhões daquilo que foi acrescido. Foram acrescidos 25 milhões, mantém-se ainda 5 milhões e os 20 milhões restantes seriam alocados para as universidades. Não vejo nada mais legítimo, mais nobre do que isso. Apenas um dado: o Brasil tem uma média de 9 vagas na universidade pública para cada 100 jovens de 18 a 24 anos. Apenas 9 vagas. O Uruguai possui 34 vagas para a mesma proporção de jovens. O Canadá, 80. Na Europa, em alguns países, há 90 vagas para cada 100 jovens de 18 a 24 anos. O Brasil está atrasado, não vamos avançar se não dermos condições para transformar a cabeça dos nossos jovens, dando-lhes a oportunidade de estudar, aprender e se qualificar. Daí eu ser plenamente favorável à emenda e à proposição.

Faço um apelo: Sr. Relator, é possível retirar ainda um pouco mais para as nossas universidades. Associo-me ao esforço do Deputado Sérgio Miranda e à sua proposta, até porque também tenho destaque para as universidades federais. Entendo que o Deputado Sérgio Miranda legitimamente o faz neste momento.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, não faz o mínimo sentido a proposta do Deputado Sérgio Miranda. Não é cabível que se imagine que qualquer Governo não tenha o mínimo, e isso é o mínimo, para fazer comunicação social. Não existe governo, de partido nenhum, em lugar nenhum da Terra, que não destine recursos para fazer a sua comunicação. Não existe empresa que não o faça e não é, certamente, com uma postura desse tipo —

desculpe-me Deputado Sérgio Miranda —, puramente demagógica, que vamos resolver o problema da universidade brasileira.

Discutimos muito ontem com o Ministro Paulo Renato de Souza sobre os recursos necessários e alocamos ainda hoje, em função dessa nova fonte ou despesa, cerca de duzentos e tantos milhões de reais para a Educação, dos quais vinte milhões serão destinados para a universidade.

Lembro a V. Exa. que o nosso aluno na universidade custa 9 mil reais. Não existe nenhuma escola pública que se aproxime desse valor, nem de longe. Acredito que se tivéssemos minimamente uma administração um pouco mais racional, não estaríamos discutindo agora a questão de 20 ou 25 milhões. Trata-se de uma necessidade do Governo, algo absolutamente necessário para se ter esse mínimo para fazer a comunicação. Aliás, garanto que esses valores são menores do que muitos Estados gastam em comunicação social. Portanto, não é possível aceitar a proposta do Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Gostaria de me manifestar, inclusive porque fui Relator da área da educação. Pude ver e acompanhar de perto os esforços de todos os reitores, do País inteiro, que se uniram em torno de uma emenda da Comissão de Educação no valor 160 milhões de reais. Cento e cinqüenta e poucos milhões para as universidades e cerca de 14 milhões para o PET, programa do qual participariam bolsistas para graduação em diversas escolas.

É unanimidade entre os reitores que com os recursos destinados para este ano é impossível manter o funcionamento das universidades. Esta emenda repõe apenas os valores do exercício de 1999, com a possibilidade de crescimento de vagas de 10%. Este o objetivo. Vagas essas que já foram abertas.

Alocamos, em nossa Relatoria setorial, mais 30 milhões de reais para essa emenda. O Relator-Geral colocou mais 20 milhões. Quer dizer, houve um acréscimo de 50 milhões, faltam 100 milhões de reais para que as universidades possam ter as mesmas condições de funcionamento de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Fassarella, como o tempo...

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – O Deputado Alberto Goldman diz que é dinheiro demais para a Educação...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não, eles têm dinheiro demais. Nove mil reais por aluno é muito recurso. Nenhuma escola particular custa 9 mil reais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Deputado, reconheço que todo governo deve ter recursos para Comunicação, mas acho que 25 milhões de reais é um valor muito alto para a realidade do nosso País, a não ser que o Governo queira realmente convencer através da publicidade, ou tentar reverter a opinião pública. Não é dessa maneira que se reverte uma situação desfavorável em relação à opinião pública. Se as universidades funcionarem melhor, se a Saúde tiver mais recursos, aí, sim, independente da publicidade e da divulgação, a opinião pública ficará a favor.

Faço um apelo para que possamos acatar o cancelamento, pelo menos em parte, para atender um pouco mais as universidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Relator, Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Quero apenas fazer um registro.

*(Não identificado)* – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Se recompusermos — isso é Educação: CNPq, PET — 50 milhões para o ensino fundamental na área de transportes — no ano passado, essa área não recebeu nada —, e mais 20 milhões para o ensino fundamental, mais 10 milhões para outra área da educação, considerando que o orçamento da Educação para este ano foi maior que o do ano passado... Tudo o que põe é pouco, mas a verdade é que há um esforço do Governo nesse sentido. Nas áreas da saúde e da educação, há crescimentos inegáveis de melhoria, de qualidade de vida, de índice de mortalidade, de índice de educação, sobretudo no ensino básico, o fundamental.

Imaginem a agonia do Relator. Falou-se aqui muito do social. Desafio alguém a comparar itens como deficiência física, combate ao trabalho escravo infantil, apoio ao idoso, apoio à criança através de creche, enfrentamento da pobreza para verificar se teve algum relatório com recursos desse nível. Pode não ser o melhor.

Outra afirmação que acho interessante para o conhecimento de V. Exas. Quero aqui invocar os De-

putados Sérgio Miranda e João Fassarella que, inclusive, de maneira santa, lembro-me que em uma discussão um dos dois — não me lembro quem — disse o seguinte: "Olha, é uma vergonha o que se faz com emendas de Comissão nesta Casa. Não são aprovadas. O Relator carrega 450 milhões em emendas de Comissões, atendendo as Comissões na Educação, na Defesa Civil, no Esporte e Turismo, e eu sou criticado por ter muita emenda genérica que vai beneficiar os Municípios e, conseqüentemente, os Deputados que vão passar".

Procuramos ter o maior nível de coerência possível. Também concordo com o Deputado Alberto Goldman, parece que é algo vazio fazer propaganda, mas é necessário, até para que o povo se sinta um pouco mais motivado.

*(Não identificado)* – Mas comunicação social não é propaganda.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Voto para que se continue da forma como está. Agradeço à Mesa a oportunidade de dar essa explicação. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo PCdoB. Quero fazer um esclarecimento sobre a opinião do Deputado Alberto Goldman.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, o Governo, no seu projeto, enviou a esta Casa pedido de 4 milhões e 300 mil reais. O Relator, no corte do custeio, cortou para 30%, como cortou dos 10 milhões da área de Educação, de comunicação, cortou para 7 milhões, como cortou na Saúde e em todos os Ministérios.

Ao invés de recompor esses valores na Saúde, na Educação, que é uma propaganda, uma comunicação dirigida, S. Exa. recompôs esses recursos no Gabinete da Presidência. Ora, se era objetivo do Governo centralizar a comunicação, por que não enviou isso no projeto? Por quê? Eles pediram 4 milhões e estão saindo daqui...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Deputado, por favor, para que V. Exa. não se canse, eu explico. A Secretaria criada pelo Ministro Andrea Matarazzo ainda não existia na época em que o Orçamento foi enviado a esta Casa. Nesta oportunidade dos cortes, pediram que se recompusesse lá para centralizar e melhorar o uso e, inclusive, a racionalidade desses recursos. Foi por isso que o Relator acatou esse pedido.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Relator, antes de o Ministro Andrea Matarazzo ocupar o cargo na Pasta da Comunicação, o Governo também fazia a sua propaganda. Quero chamar a atenção porque há um exagero. Concordo com o fato de que todo governo deve ter a sua comunicação social. Mas retiraram recursos dos Ministérios que têm necessidade de comunicação social, como é o caso da Previdência. Peço aos Deputados — isso vai beneficiar a todos os Estados — que, em vez de cortarem os 25 milhões de reais, cortem 20 milhões.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação, com parecer contrário do Sr. Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

(Ininteligível.) 336, 322. Votaram contra os Deputados Sérgio Miranda, João Fassarella, Laura Carneiro, Wilson Santos, Giovanni Queiroz e João Coser.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

*(Não identificado)* – Foi cassada a minha palavra, Sr. Presidente, em defesa das universidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Lembro aos Srs. Parlamentares que temos ainda 24 destaques. Por isso vamos ser rápidos nas nossas intervenções porque o dia já está amanhecendo.

Só poderão falar sobre os destaques, pelo prazo improrrogável de três minutos, o autor do destaque, o autor da emenda e o Relator da matéria.

Destaques nºs 324 e 384, Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, submeto as seguintes considerações à apreciação deste Plenário, de V. Exa. e do Sr. Relator. Em relação ao Destaque nº 384, conhecendo como acho que conheço um pouco as regras desta Casa, manifestei aqui ao representante do Governo que entendia que eu não deveria, não sendo o autor da emenda, que foi, por sua vez, acatada pelo Sr. Relator-Geral para a Previdência Social, que considero um pleito justo, assinar esse destaque.

Depois, voltou o senhor preposto do Governo para me dizer que a assessoria informava que eu poderia fazê-lo, e assim o fiz. Quando deveria me manifestar, recebi uma sinalização da Mesa no sentido de

que isso não seria possível, o que de pronto acatei. Portanto não me manifestei. Nem foi apresentado, discutido ou votado o meu destaque, por isso o entendimento que houve, segundo informações que recebi, que haveria uma prejudicialidade do destaque, portanto, uma derrubada do que já havia sido aprovado pelo Sr. Relator, o que considero um ato indevido.

Peço à Mesa que reveja esse procedimento, até porque o outro destaque que também havia assinado com a mesma intenção de atender ao Ministério da Previdência Social não foi sequer apresentado. Peço a V. Exa. que esse procedimento, se foi adotado, seja revisto, porque é indevido. Imaginem V. Exas. se aqui alguém aparecesse para assinar um destaque de qualquer emenda, de qualquer Parlamentar, sem o conhecimento prévio, prejudicando assim a emenda de um Parlamentar.

Considero esse procedimento inadequado, anti-regimental. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Estamos discutindo, nobre Deputado, o Destaque nº 384.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Perfeitamente. V. Exa. disse 385. Então, peço que transfira o entendimento, já que o Destaque nº 384 não foi sequer submetido.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, não tenho clareza do que votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Suspendemos momentaneamente a votação desse destaque para esclarecer. Colocamos em votação o Destaque nº 140, que estava sobrestado, do Deputado de Alagoas. É apenas o parecer do Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Relator dá parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Parecer favorável do Relator.

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** – Sr. Relator, gostaria de saber de quais títulos estão sendo suprimidos esses recursos?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – As emendas foram sugeridas e, segundo a Comissão trouxe ao Relator, seriam suprimidos da 71030006.

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** – O título, Sr. Relator, se V. Exa. pudesse...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Ações Integradas, Desenvolvimento Urbano. Tirando um milhão desta emenda e da Emenda nº 8: Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura, Construção de Adutores, Estado de Alagoas, Bacia leiteira, também retirando 1 milhão e 600 mil reais. Total: 2 milhões e 600 mil reais.

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** – Obrigado, Sr. Relator. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação, com parecer favorável, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, estão solicitando que eu me manifeste mais uma vez para conferir com o Sr. Relator se efetivamente foi mantido o que já havia aprovado para o Ministério da Previdência.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Com relação ao comentário do Destaque nº 385, o Relator aprovou parcialmente 10 milhões.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Obrigado, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Destaque nº 384. Com parecer contrário.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Destaque nº 384, o parecer do Relator é pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Parecer contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

Não será enviado ao Senado Federal.

Destaques nºs 439, 445, 446, 448 e 467, do Deputado Giovanni Queiroz. Há mais o Destaque nº 553.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Quero começar por partes, rapidamente. O Destaque nº

553 diz respeito à Lucinclop(?), Laboratório Nacional do (ininteligível), sem o qual não se trabalha com engenharia molecular. Ou seja, o único laboratório (ininteligível) do Brasil está em Campinas. Serve a todas as universidades brasileiras e é a única na América do Sul. Sabemos da importância disso, porque só existem cinco nos Estados Unidos. E é um valor pequeno de 355 reais. O Deputado Coser — queria até dele ouvir — disse que já acolheu em outra emenda, em outro destaque. Queria só a confirmação porque aí eu retiraria esse destaque.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – So queria informar que acordamos que esse destaque seria reconstituído. E solicitei a reconstituição. Se não foi feito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Melles) – Quero reafirmar que o destaque foi acatado no Destaque nº 304, no valor integral de 355 mil, 674, em homenagem à Deputada Fátima Pelaes, por ser a mulher que fez o destaque.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Acho que o Brasil está-se recompondo, nesse gesto de V. Exa., Sr. Relator.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Obrigada.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, retiro esse e passo a discutir o seguinte. O 445, o 446 e o 448 a 467 têm o valor somado em 947 mil reais e 94. Sr. Relator, uma conta que fizemos, inclusive essa documentação foi transferida para o Dr. Félix, a pedido de V.Exa., dentro da quota do Pará, de 8 milhões, teria mais 1 milhão — por acaso tenho o testemunho de todos os companheiros que lá estiveram —, que seria composto.

Não sei se V. Exa. vai ter o recurso disponível para atender a isso. São 947 mil. Se não tiver, porque o acordo foi feito comigo, está aí o testemunho de todos, queria apenas saber se V. Exa. está pronto para dizer agora se tem ou não. Se fosse rejeitado, seria na condição de — ao fechar o Orçamento sobram 100, 200, 300 mil reais — que recomponham nessas emendas, assim como o 439. Se tiver — que a votação seja feita em bloco — o recurso, ótimo; se não tiver, rejeita, condicionado a ter os 100, 200, 900 mil, 1 milhão; reponha. É isso, para cumprir o acordo feito por nós.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Por parte da Relatoria está acatado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – São somente essas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer do Sr. Relator permaneçam como estão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, a assessoria me recomenda que seja aprovado um por um e não em bloco. Por uma questão de legalidade que a Mesa também o faça.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A assessoria me recomenda que não acate essa aprovação porque assim não pode ser — ou aprova ou não aprova. Entendo que o volume é tão pouco que poderíamos ver se uma pequena sobra final fizesse... Então, perco a minha vontade, Deputado Giovanni Queiroz, e rejeito. Esperaremos o final da sessão, ou senão levamos ao Plenário do Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, vamos esperar o final da sessão?

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Moka.

**O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA** – Sr. Presidente, só quero que se faça justiça, embora o nobre Relator já tenha feito, mas evocando o testemunho também dos Srs. Deputados João Coser, Iberê, Santos Filho. Esse realmente é um acordo feito com o Deputado Giovanni Queiroz. De forma que o comitê fez os acordos e os cumpriu todos. Acho que ficaria de uma forma deselegante, até, se não cumprisse isso o que o Deputado Giovanni Queiroz quer fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado, retiraremos de pauta, colocando no final da sessão a discussão desses destaques. (Pausa.)

Destaques nºs 578, 579, 581, 582, 583, 585, 586, 630, 632, 645, 646, 648 e 685, apresentados pelo Deputado Jovair Arantes — recomposição.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, há aí um pedido do Ministro Alcides Tápias para que houvesse uma recomposição, porque foram rejeitados e devem ser atendidos, recompostos. O Relator já conhece a matéria, e ficaremos aguardando só o seu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, antes que o nobre Relator se pronuncie, gostaria de entender melhor em que consiste esses destaques. Se é retirando de uma rubrica, passando para outra. Se existem ou não emendas.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – É internamente, dentro do Ministério mesmo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Então, Sr. Presidente, isto não é possível.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Eu também pediria que fosse esclarecido melhor esse destaque do nobre Deputado Jovair Arantes, porque até agora eu não consegui entendê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Eu gostaria que o nobre Relator desse uma explicação.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Não consegui entender — repito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – *Vou* explicar. Isso aqui há um valor reservado — é um erro que eu assumo como nosso, da assessoria — e já deveria ter sido recomposto há mais dias. Ficamos em falta com o Ministério do Desenvolvimento. Há dois Ministérios que estão se reestruturando: Ministério da Integração Nacional e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. São Ministérios novos, com funções novas, e é uma recomposição que tínhamos feito, inclusive tem alguma coisa com o (ininteligível). Cito o título das rubricas: campanha de educação para a qualidade nacional, 291 reais; capacitação de multiplicadores para a orientação do consumo nacional, 270 mil reais; estudos na área de **design** internacional, 291 mil reais; produção e divulgação de material técnico em **design** nacional, 194; edição e distribuição de publicações sobre o artesanato nacional 194; coordenação do processo de execução do serviço de comércio exterior; estudos na área de comércio exterior; manutenção de serviço administrativo; manutenção de serviço administrativo do Ministério, 4 mil, 280 mil; manutenção, também, de bens imóveis 1.358; ações de informática 1.756; ações de informática 1.756; e manutenção de serviço administrativo. Isso dá um valor de 2 milhões e poucos reais.

Queria aproveitar para dizer que dentro desses níveis, e diante da proposta do Deputado Giovanni Queiroz, dar 947 mil reais para os Destaques nºs 445, 446, 448 e 453; 448 a 467, da Biblioteca Nacional. Nesse patamar o Relator acata o seu destaque.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de fazer a V. Exa. uma pergunta: as propostas feitas pelo Deputado Jovair Arantes são fruto de cancelamento, têm destaque, têm emendas, é um remanejamento interno? O que é isso? É um desejo de S. Exa?

Veja bem. Para V. Exa. receber um ..., ou há uma emenda, e a emenda gera um destaque, ou então é emenda de Relator. Não podemos sair por aí fazendo... Só para entender isso, porque senão fica ilegal.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Eu explico a V. Exa. Trata-se de um pedido do Ministro, que está conosco há mais de um mês e foi passando, passando, passando, e recomendamos que ficasse destacado, deixando o valor separado. Quando se perdeu o prazo, a recomendação da assessoria foi a de que o trouxéssemos aqui para que o Plenário pudesse avaliá-lo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Então, eu gostaria de propor que, se não há...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – E neste caso, é recomposição de corte.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – É recomposição de cortes.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, só mais uma informação. Há destaque para isso, feito pelo Deputado Jovair, ou é só a solicitação do Ministro?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem o destaque do Deputado Márcio Reinaldo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, quem fez a pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Deputado Barbosa Neto.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Relator, é somente para saber se há ou não o destaque. Se tem, está respondido.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – *Trata-se* de uma recomposição de corte pedida antes da aprovação do relatório final, por isso está sendo trazida à apreciação da Comissão. É uma apreciação, e eu sei por que V. Exa. pergunta, está certo? Informaram-me que, regimentalmente, pode ser feita, mas eu fiz por um compromisso com o Ministro e não o fiz antes que não fosse de público, na Comissão, porque se trata de uma recomposição de cortes para o setor.

Se a Comissão não quiser, eu gostaria que o Presidente pusesse em votação para decidirmos. O Relator aprova. Se a Comissão não aprovar, fica desaprovado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Parece-me que existem duas hipóteses: uma, a de que houve cortes, e o Relator está recompondo. Outra, a de que não houve cortes, e o Relator está colocando. Estou certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não. Nobre Deputado, há pouco lemos as normas de votação. Então, não se discute, não se faz mais o debate. Vamos à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o voto favorável do Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Relator, foram votados ao mesmo tempo aqueles três destaques de recomposição do recurso que propusemos, não é isso? Conforme lido.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Giovanni, foram votados juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 796, do Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Não vou fazer o apelo do canarinho, mas este tema mereceria.

Eu tinha uma porção de destaques, larguei todos e fiquei com apenas um. Não sei se haverá condições de ser atendido, mas quero, pelo menos, por meio dele, alertar a Casa.

Temos um destaque para uma emenda da Comissão de Seguridade Social para que se aumentem os recursos, visando ao atendimento da criança em creches.

De acordo com informações fornecidas pelo próprio Ministério da Previdência e Assistência Social, os recursos destinados às creches neste ano não são suficientes para atender à demanda dos alunos que já se encontram nas creches. Não há como ser pago o valor **per capita** a todos os alunos que estão nas creches. Ou se reduz o valor **per capita**, que já é muito pequeno, ou se reduz o número de alunos.

Nesse sentido, apelamos para esta Casa, a fim de que venhamos a acrescer um pouco mais de recursos para esta rubrica, que consiste no atendimento à criança nas creches, que reputamos de fundamental importância para o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, já discutimos este assunto com o Deputado João Fassarella. Todos nós agradecemos a S. Exa. a preocupação. Eu sempre falando sobre isso com os Deputados dessa área.

Ela veio com 25 milhões, o Relator acrescentou mais 5 e acrescentamos em torno de 20 ou 30 para o enfrentamento da pobreza. Não havia mais recursos porque tínhamos de dividir com a área de deficiência física e outras áreas.

Também concordo, mas é um valor razoável. Vimos emendas que não tiveram nenhum destaque supressivo, também da área social, de 206 milhões, assunto sobre o qual deveríamos ter discutido melhor, em termos de remanejamento, que já veio do PL do Executivo.

Voto pela rejeição, já que não há mais recursos. Se tivesse, eu o faria com o maior prazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados, com parecer contrário do Sr. Relator.

Os Srs. Deputados que acompanham o Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado pela Câmara dos Deputados.

(Falha na gravação.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaque nº 885, do Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, este destaque corresponde a uma solicitação feita à nossa bancada pelo Governo do Estado da Bahia, e como V. Exas. sabem a Bahia é do tamanho da França.

Dos 565 mil quilômetros quadrados, dois terços do território do meu Estado compreendem a questão maior que vivemos no Brasil de hoje e que corresponde, talvez, às desigualdades mais brutais, como há pouco vimos na exposição do Deputado João Leão: a vida no semi-árido. Dois terços do Estado da Bahia

correspondem, portanto, ao nosso semi-árido brasileiro.

Quero dizer a V. Exas. que há um dispositivo regimental que prevê que o Sr. Relator pode a qualquer tempo, em caso de omissão na proposta orçamentária, fazer as correções devidas e necessárias. Nesse caso, chamo a atenção desta Comissão e dos meus pares para que nesta proposta não se perpetue o erro de não haver nenhum centavo para os programas difusos do Governo do Estado no nosso semi-árido.

Temos recursos vultosos para o Ministério da Integração Nacional, ainda não específicos para o semi-árido, mas o Governo do Estado da Bahia propõe ao Estado e ao País um novo modelo de intervenção no semi-árido para que convivamos, no futuro, dignamente com a seca e ao mesmo tempo otimizemos os recursos hídricos, protegendo o meio ambiente e ainda organizando as cadeias produtivas.

Acredito que esta é a única maneira de resolvermos essa questão maior do Brasil, que diz respeito à miséria absoluta no semi-árido brasileiro, não apenas na Bahia, mas também nos demais Estados.

Nesse sentido, rogo a V. Exas. e ao Sr. Relator para que corrijam em tempo esse erro brutal, consignando recursos no Orçamento da União para serem aplicados especificamente no semi-árido, nas obras de recursos hídricos. V. Exas. sabem que mais de 38% da população brasileira não dispõem de recursos hídricos adequados para sua subsistência e que 68% das residências brasileiras não dispõem de esgotamento sanitário apropriado.

A Organização Mundial de Saúde nos mostra que 75% das doenças ambulatoriais — não são dados meus, são da Organização Mundial de Saúde — decorrem da falta de água potável de boa qualidade.

Eu não posso e não quero que V. Exas. subscrevam uma proposta orçamentária ou uma lei de orçamentos sem consignar recursos para se corrigir essa brutal desigualdade, para que possamos permitir, como eu disse, a otimização dos recursos hídricos, que, embora parcos, existem no meu Estado, que está no âmago do semi-árido brasileiro.

Nesse sentido, apelo para a consciência de V. Exas. e do Sr. Relator para que se corrija, em tempo, essa brutalidade e para que não sejamos coniventes com a perpetuação da miséria no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Deputado Aroldo Cedraz sabe que por vocação e profissão tenho sensibilidade por esta área, entendo as suas ponderações e concordo com elas. Obviamente, votei pela rejeição na medida em que não possuía recursos. Mas concordo perfeitamente com as ponderações do nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, não entendi: é pela rejeição ou pela aprovação?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O parecer do Sr. Relator é pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o rejeitam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado, contra os votos dos Deputados Jovair Arantes, João Leão, Armando, Laura Carneiro, Rommel, João Coser e Agnelo Queiroz.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam ou rejeitam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

A matéria foi aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Por favor, confirmem os votos contrários.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, trata-se de matéria vencida.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Temos de registrar o número de votos contrários, ou seja, pela rejeição, aliás, pela aprovação do destaque.

*(Não identificado)* – Pela aprovação do voto do Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, quero esclarecer alguns aspectos. Na realidade, o que foi feito volta ao que mencionamos no início. O valor proposto desta emenda foi de 40 milhões, há um valor aprovado de 18, e a modificação pretendida é de 39 — entendo a mais, na Fonte nº 175.

Na realidade, na medida em que o Plenário a aprova...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O Plenário já aprovou, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Pois é, então solicito que me indiquem a fonte para que eu possa fazê-lo.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – O que o Relator acaba de mencionar é que é importante: alguém terá de indicar essa fonte. Espero que corte da União e daqueles que votaram a favor.

*(Não identificado)* – A fonte é o PROÁGUA, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, parece-me que se há um destaque que indica acréscimo, ele deve indicar também o cancelamento, o que não se pode é ficar procurando o cancelamento depois. Qualquer destaque proposto tem de ter não só a verba, o acréscimo, mas também o cancelamento. Se não houver o cancelamento não se pode fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É o mesmo procedimento das emendas.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Do contrário vamos ficar procurando de onde se vai cancelar. É impossível fazer isso.

*(Não identificado)* – Sr. Presidente, temos de conferir os votos.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, já que esta votação foi exótica, a escolha precisa ser discutida, já que o negócio veio antes da escolha da fonte.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Eu vou oferecer a V. Exa. as sugestões que mandar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – A assessoria está me informando que a fonte de cancelamento da emenda que o Deputado sugeriu é na reserva de contingência e que ela está exatamente no limite legal. Obviamente, ela não poderia ser usada.

*(Não identificado)* – Prejudicada.

*(Não identificado)* – Prejudicada por falta de fonte adequada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Prejudicada, não! A emenda já foi aprovada. Já foi aprovada. Se V. Exas. quiserem mudar a fonte é outra questão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não há de onde cancelar, Deputado João Leão.

Deputado João Leão, não há de onde cancelar. É preciso saber onde se vai cancelar, não existe cancelamento. Se não existe fonte, não adianta, não há como fazê-lo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Existe fonte, sim! Eu vou mostrar aos senhores de onde se pode tirar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não é de onde se pode tirar! Agora não podemos ficar escolhendo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – A fonte está indicada no destaque.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Ou está ou não está.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Já está indicada no destaque.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mas não tem como mais. Aquela fonte já está esgotada.

*(Não identificado)* – A fonte de cancelamento é a que está na emenda. O que não pode é voltar atrás.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A fonte de cancelamento será a que a emenda contiver.

*(Não identificado)* – A fonte de cancelamento é a que está na emenda. Se não pode, está prejudicado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O destaque foi aprovado.

*(Não identificado)* – Tudo bem. E o dinheiro?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Tira de onde tirou todos os destaques.

*(Não identificado)* – Não. Não pode.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Tira dos precatórios.

*(Não identificado)* – De quem? Da sua bancada? Da minha não vou concordar. Tirar os precatórios da bancada da Bahia?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Os precatórios continuam tendo recursos. Não se encerraram os recursos.

*(Não identificado)* – Esgotaram-se todos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – A assessoria achou uma solução.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, eu estou falando com o Deputado Aroldo Cedraz, mas, infelizmente, a assessoria não está vendo.

A fonte indicada, reserva de contingente, está no limite. A outra fonte existente é o cancelamento de destaques. Aí o Plenário decide.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – V. Exas. hão de reconhecer que a assessoria do Deputado Aroldo Cedraz foi beber em fonte seca.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Estando prejudicada a fonte indicada no destaque, o destaque fica prejudicado.

Esta é a questão de ordem que eu gostaria de fazer e solicito a posição de V. Exa.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** – Sr. Presidente, para contestar.

Este Plenário é sempre soberano. Como já aprovou e reconheceu como justa a solicitação feita, que não é minha, deixo isso muito claro, podemos sugerir ao Sr. Relator o cancelamento de determinadas fontes e o atendimento do pleito por meio de outras fontes. Submeto ao Plenário e a V. Exa. a aprovação do cancelamento desta fonte, sugerida pela assessoria, e trocar pela Fonte nº 175, com a Funcional Programática nº 185 440 515 364 200 500 5485, que é do Programa do Semi-Árido da Região Nordeste.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – V. Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Sr. Presidente, quando votamos favoravelmente ao destaque do Deputado Aroldo Cedraz, da bancada da Bahia, o fizemos com base na fonte que estava escrita no destaque de S. Exa. Se muda agora é outra história, passa-se para uma outra situação.

Outro fato: se a bancada do Nordeste passa o tempo todo querendo resolver um problema hídrico do semi-árido, como é que ficamos tirando, de vez em quando, esse dinheiro? Acho uma incoerência da bancada nordestina votar favoravelmente a esse destaque. Se houvesse dinheiro naquela fonte que estava estabelecida, que fosse atendido.

Votamos "sim", atendendo a um apelo do nosso colega Aroldo Cedraz. Mas se não há dinheiro na fonte que ele indicou, trata-se de matéria vencida. Vamos votar os outros destaques.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, sugiro à Assessoria Técnica da Mesa que antes que seja posto em votação qualquer desses destaques que exigem determinado custo, diga-se ao mesmo tempo qual é o cancelamento proposto. No caso de haver um cancelamento que já não é possível, ou seja, que não tenha mais de onde cancelar, ela passa a ser prejudicada. Não há outra forma. Do contrário, vamos chegar a numa situação muito desagradável. Foi aprovado, de fato, (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em face do ocorrido, está prejudicado o destaque.

Destaque nº 172.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O Destaque nº 172, do coordenador da bancada, Senador Mauro Miranda, está a requer que mude de noventa para trinta a aplicação do recurso, de aplicação direta para aplicação pelo Estado, na construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, no Estado de Goiás.

Gostaria de alertar para o fato de que, embora o Senador Mauro Miranda tenha assinado, isso não foi discutido com a bancada, nem com a do PMDB nem com a do PSDB. A bancada de Goiás não participou dessa discussão. Trata-se de um requerimento de destaque do Senador Mauro Miranda, mas não como coordenador da bancada. Não foi discutido conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, o destaque está prejudicado.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Também assinei o destaque.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O Deputado Jovair Arantes assinou também o destaque.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – (Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Das duas bancadas.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, gostaria de perguntar a V. Exa. quem é o autor desse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho ) – O autor do destaque é o Senador Mauro Miranda.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – E Jovair Arantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho ) – E Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Gostaria que V. Exa. informasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Senador Mauro Miranda.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Ele está ausente e não foi discutido. O coordenador da bancada do PMDB está aqui presente.

*(Não identificado)* – Se ele está ausente, o destaque fica prejudicado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – O coordenador do PSDB está presente também. Não sou contra nem a favor, não vou discutir. Quero discutir com a bancada. Não foi feita essa discussão com a bancada.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, quero dar a seguinte explicação para a bancada: trata-se de uma obra delegada há muitos

anos. É a BR-080, que liga Brasília ao norte do País, a Belém do Pará, do nosso querido Deputado Giovanni Queiroz. Então, é uma obra delegada que saiu com a Fonte 90 e é o Estado que a executa. Só isso. É só uma questão de mudança, de organização, porque senão vai ficar errado, de modalidade de aplicação.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – (Início inaudível.) discutido anteriormente quando discutimos só as questões de modalidade, porque inclusive...

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – É só a modalidade. Estou pedindo para mudar só a modalidade. Só isso. Não há nenhum problema. A bancada inteira concorda.

*(Não identificado)* – Nãc vejo por que não mudar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Se a obra está sendo feita pelo Estado, não há dúvida nenhuma.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Relator se na Fonte 90 há uma proibição do Ministério dos Transportes, porque, na verdade, essa emenda, Sr. Presidente, acoplou mais de uma rodovia. Isso é que pode gerar algum tipo de preocupação. Sendo Fonte 90, há a proibição ao Ministério dos Transportes de transferir recursos ao Estado.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Põe na Fonte 99 que atende a qualquer situação.

*(Não identificado)* – Foi feito com o Acre agora esse mesmo sistema.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Modalidade 99.

*(Não identificado)* – Vamos colocar em votação, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Coloca na 99. Deixa um pouco para cada.

*(Não identificado)* – A Fonte 90 pode ser alterada pelo Ministro, se passar; o Ministério pode fazer isso. Quanto ao problema de fontes dentro da Relatoria e quanto à grande maioria das modalidades também, percebi que todos nós precisamos ter muita atenção, porque nem sempre sai na modalidade que desejamos. Quero dizer que, como Relator, votei pela rejeição, mas, por isonomia com os outros destaques, é a bancada que decide e o Plenário mais ainda.

*(Não identificado)* – Quais são os representantes de Goiás aqui presentes?

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Gostaria de me manifestar, então. Sou o coordenador da bancada do PMDB, Sr. Presidente. Com relação à resposta do Relator, explicando a esta Comissão que na Fonte 90 podem, a qualquer momento, ser transferidos os recursos ao Estado, gostaria de pedir que fosse mantida a Fonte 90 nesta emenda, de acordo com a origem da emenda e até pela ausência do autor do destaque.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho ) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, só acho que iremos usar dois pesos e duas medidas. Agora mesmo foi tomada, com relação ao Acre e a outros Estados, a mesma medida. O nobre Deputado Barbosa Neto que me desculpe, mas S. Exa. está vindo aqui pela primeira vez. S. Exa. não é da Comissão, é coordenador da bancada do PMDB. O Deputado Norberto Teixeira, coordenador e agora representante do PMDB, é quem tem de fazer essa observação. É assinado pelo Senador deles, que é o coordenador da bancada no que diz respeito às emendas aqui. Ele, sim, é coordenador do Orçamento, o Senador Mauro Miranda. Foi assinado por S. Exa. e por mim, que sou coordenador da bancada do outro lado.

O que queremos é apenas a isonomia com relação ao que já foi feito aqui hoje. Já votamos pelo Acre, pelo Pará etc. Quero pedir a V. Exa. que submeta à apreciação do Plenário. O que o Plenário decidir acato, até porque o próprio Relator já expôs com muita clareza, diga-se de passagem, que S. Exa., pela isonomia com os outros casos, deixa à apreciação do Plenário, e vou acatar com certeza.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Gostaria de dizer que o Deputado Jovair Arantes está aqui na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como coordenador bancada. Portanto, quero apoiar a iniciativa de S. Exa.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero só ponderar o seguinte: a Fonte 90, assim como a 99, permite realmente ao Ministério. No entanto, tem de haver aí todo um processo de transferência disso. É um prejuízo para o Estado, atrasa o Estado. Se a obra está delegada e o recursos são para aquela obra — segundo as informações que te-

nho agora, pelo depoimento do Deputado Jovair Arantes, está delegada —, não há por que tratarmos o Estado de Goiás de modo diferente dos outros Estados, como o Pará, o Acre e todos os outros. Acho que é legítimo isso. Vamos trabalhar todos para o desenvolvimento dos Estados. Vamos tentar não colocar mais dificuldades para que os recursos amanhã possam ser liberados. É a opinião de quem está aqui para contribuir para o desenvolvimento dos Estados. Acho que Goiás precisa e estamos de acordo com essa posição.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, gostaria só de mais um esclarecimento: que pudesse ser lido o título da emenda da qual se originou esse destaque. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho ) – Construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, no Estado de Goiás.

**O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO** – Sr. Presidente, quero deixar claro e chamar a atenção de todos, inclusive do Deputado Giovanni Queiroz, que teve a intenção de ajudar, para o fato de que a emenda não cita nominalmente qual a BR que esta emenda deseja atender. O Corredor vai da BR-414 à BR-080. Sr. Presidente, para V. Exa. ter uma idéia, sai de Brasília até Luiz Alves. Existem vários trechos, alguns delegados, outros não.

Então, a Fonte 90 não prejudica em nada o Estado. Pode ser feita de forma direta ou indireta. O título da emenda é... V. Exa. também pode colocar em votação. Só quero deixar essas preocupações para que a Comissão possa ter todo o subsídio necessário para se manifestar na hora aprazada.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vou colocar em votação. Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Acho que deve ser colocado em votação, mas a nossa preocupação não é prejudicar o Estado de Goiás, de maneira alguma, lutamos por ele. O problema maior é que tudo foi discutido com a bancada, e essa emenda não. O Senador assinou sem discutir com a bancada, inclusive com os Deputados do PMDB não foi discutida. Essa é a nossa preocupação. Não queremos de maneira alguma proibir delegações ou direito para o Estado; queremos que o Estado produza cada vez mais, melhore cada vez mais, mas a nossa preocupação é só essa. Queremos só alertar para isso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Em função do que V. Exa. disse, Deputado, o PSDB vota favoravelmente ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Qual é?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Favorável à mudança.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Por isonomia ao que foi feito em outras bancadas, voto favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Aprovado na Câmara.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, questão de ordem. Antes que seja aprovado, apenas por uma questão de tranqüilidade, falou-se muito que, quando se altera uma emenda de bancada, há necessidade de, no destaque, ser consultada a bancada. Estou fazendo apenas um questionamento.

(Intervenção inaudível.)

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Estou fazendo um questionamento. Por que não posso? Tenho o direito de fazê-lo.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Pela ordem, Sr. Presidente. Falo em nome da bancada de sustentação do Governo. São sete Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Estou fazendo apenas um questionamento. Acatarei o resultado da bancada, nobre Deputada, mas tenho o direito de fazer o questionamento. Discutiu-se muito a questão, o que foi fruto de desentendimento da bancada de Roraima e do Amapá, porque se alterou o que era acordo de bancada, e o destaque está fazendo exatamente o contrário. Estou só questionando as razões.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Aprovado na Câmara. Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Destaque nº 934, Deputado Jovair Arantes.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – O destaque é assinado por nós, a pedido de mineiros, gaúchos, paulistas, enfim, de todos os Estados brasileiros, para implantação do Centro Administrativo Integrado da Federação. Estamos apresentando o destaque e questionando o Relator sobre a possibilidade de locação de algum recurso e de emenda individual.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – O que é isso?

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Esse trabalho vem sendo feito pelo ex-Deputado Israel Pinheiro, que conversou hoje com vários Deputados.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Qual a fonte?

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Calma, muita calma. Ele conversou com os Deputados e pediu-me que fizesse a emenda para apresentar hoje. Estou apresentando esse destaque para implantação de Centro de Administração Integrado das Federações em Brasília. O trabalho está sendo feito, e o valor é de 10 milhões de reais. A fonte é mais ou menos a mesma do Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Esta emenda não pode ser aceita, porque está fora da cota individual.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, pela ordem. Quero só justificar-me com os colegas: estou apresentando a pedido esse destaque. Por isso, fiz a leitura.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, deixe-me explicar o que chegará a V. Exas. Há assinaturas de vinte e poucos Governadores — e não há como aprovarmos, porque não há recurso — para fazer um centro, e nesse prédio se instalariam todas as representações dos Estados.

*(Não identificado)* – Eles pagam, então.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Coisa do nosso querido Israel Pinheiro.

*(Não identificado)* – Eles pagam, não há problema algum.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Dessa forma insistiu-se e a decisão da Comissão foi tomada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaques nºs 986, 996 e 1.000.

Destaque 986, Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma recomposição, um caso idêntico ao de antes.

Passo a palavra ao Relator-Geral do PPA, para que explique melhor a finalidade do destaque.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Sr. Presidente, trata-se de uma recomposição, redução de um valor da Emenda nº 81000181, justamente da Secretaria de Comunicação do Governo, que detém 25 milhões. Estamos pedindo 3 milhões para uma entidade pública.

No momento em que estamos assistindo pela televisão à degradação dos costumes, a **TVE** ainda hoje resiste com uma programação de boa qualidade neste País, procurando divulgar programas culturais, esportivos e de conhecimento técnico e científico.

Gostaria de dizer que fomos procurados pela direção da TVE, que nos alertou para o fato de que em 1998 a dotação era de 17 milhões, foi reduzida no ano passado para 10 milhões e neste ano para 7,5 milhões. Se não a socorremos neste momento com 3 milhões da Secretaria de Comunicação — SECOM , a entidade Roquete Pinto, TVE, ficará na iminência de ser fechada. Fui procurado pelo Dr. Cláudio Bojunga e pelo Presidente da entidade Roquete Pinto. Houve por parte do Relator-Geral acolhimento verbal da emenda. Fiquei surpreso no momento em que vi que a emenda foi rejeitada.

Por isso pediria ao Sr. Relator que se manifestasse sobre o pleito.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sr. Presidente, pode V. Exa. nos informar quantos destaques ainda restam?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Um momento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, com relação ao destaque do Deputado João Leão, defendido pelo...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Vinte e sete destaques.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Agora é o destaque da TVE, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, consulto V. Exa. e o Relator-Geral se é possível cancelar todos os destaques que impliquem aumento de despesas, para que discutamos apenas aqueles que signifiquem remanejamento. O Relator está dizendo constantemente que não há recurso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Que é o caso desse destaque.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Então, por que vamos continuar discutindo destaques que implicam aumento de despesa?

**O SR. DEPUTADO ROMMEL FEIJÓ** – Para observar a jurisprudência anterior.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Mas esse destaque está indicando uma fonte que foi inclusive sugerida pelo Deputado Sérgio, para salvar a **TVE**, entidade também de comunicação social e de extraordinária importância para o próprio Governo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – E está-se pedindo de volta o que foi tirado da **TVE** para...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Tirou da **TVE** para a SECOM e está pedindo da SECOM para a **TVE** de volta. É recomposição.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Como esta, existem outras razões.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Deputado Giovanni, quero dizer o seguinte: esse destaque do Deputado João Leão, defendido pelo nosso Presidente, Renato Vianna, Relator do PPA, tem aquele mesmo problema. Ele se refere a uma recomposição de fontes, tirando da fonte 81000181, que é a da comunicação social do Governo. Agora há pouco, ela foi rejeitada. O Relator prefere não se pronunciar e deixar que o Plenário decida sobre a matéria.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Sr. Presidente, pela ordem. Aqui há uma situação diferente. Além de ser na mesma área, que é a área da cultura, da comunicação de massa, da comunicação social, estamos pedindo apenas uma redução parcial de 3 milhões. Faço uma apelo para que preservemos a TVE.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, não podemos apreciar matéria sem parecer do Relator. O Relator não pode omitir-se: ou é a favor ou é contra. Não existe a figura da omissão do Relator. Portanto, sugiro que S. Exa. defina.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Então, vou dar a minha opinião como Relator, se é que não pode... Fui orientado pela assessoria no sentido de que o Relator poderia passar a matéria ao Plenário. Se não posso, manifesto-me favoravelmente, entendendo que a área de comunicação e a TVE têm a mesma função, o que caracteriza a passagem de um recurso de uma área da comunicação social, que é de governo também, para outra.

Portanto, o Relator é favorável. Só deixo ao Plenário determinar o valor. O Relator é favorável, e o valor sugerido é de 3 milhões, ficando a critério da Comissão alterá-lo ou não

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, continua...

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, não pode... O Relator tem de sugerir o valor.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Será estabelecido o valor. Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sabe por quê, Sr. Presidente? Votamos o parecer do Relator. Ele tem de falar o seguinte: Eu sou a favor, ou eu sou contra e dou mil, ou dou dez. Porque não votamos individualmente, não indicamos valor, para não abrir um debate. O nosso voto é no parecer dele.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Vamos manter os 3 milhões.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – A verdade é a seguinte: a emenda foi combinada, segundo o Deputado Renato Vianna, em 3 milhões. Então, este Relator aprova o valor estabelecido pelo Relator do PPA: 3 milhões.

É o voto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação na Câmara dos Deputados o voto favorável do Relator, no valor de 3 milhões.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara, contra os votos dos Deputados Santos Filho, Alberto Goldman e Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO** GOLDMAN – Sr. Presidente, é só para caracterizar a inconveniência de qualquer funcionário público, de qualquer representante de órgão ficar andando pelos corredores do Congresso, fazendo **lobby**. Existe isso em todos os órgãos, do mais alto ao menorzinho. Cada um faz o seu **lobby** próprio. Não duvido da necessidade dos recursos de todos eles, mas não me parece conveniente que seja uma forma correta de funcionário público responsável vir aqui para o órgão, cada um, buscar os seus Deputados, fazendo o seu **lobby** próprio.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – É absolutamente legítimo quando o pleito é legítimo.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Esse é o **lobby** legítimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Destaques de recomposição 996, 997, 998, 999, 1.000, 1.001, 1.002, 1.003, 1.004, 1.005, 1.006, 1.007, 1.008, 1.009, 1.010, 1.011, 1.012, 1.013, 1.095, 1.174, 1.175, 1.176, todos de autoria do Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso é um caso idêntico àquele que foi aprovado agora há pouco pelo Sr. Relator. Esses destaques são a pedido do Ministro da Reforma Agrária, e duvido que o PT seja contra eles.

Trata-se de recursos, remanejamentos dentro do próprio Ministério, para adequá-lo melhor. Exemplo — vou citar alguns Estados: referenciamento e levantamento de terra nacional; promoção da qualidade do próprio órgão...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – De onde? De qual lugar do órgão está tirando?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Vou chegar lá, meu caro Deputado. Tenha V. Exa. um pouco de paciência.

Repito: promoção à qualidade e produtividade; melhoria de gestão; manutenção do serviço de administração; manutenção do serviço de transportes; manutenção e conservação de bens imóveis; ações de informática para cadastramento dos sem-terra — acho que o PT é contra isso, o PT não quer cadastramento de sem terra; gerenciamento do cadastro rural; assistência técnica e capacitação de assentamentos; concessão de créditos de instalação às famílias dos assentados em projetos criados até 1998; assistência técnica e capacitação de famílias assentadas em projetos criados até 1998.

Então, todos esses destaques são do INCRA, que está retirando recursos de cumprimento de sentença judicial devidos pelo Ministério da Reforma Agrária. Isso é interessante, porque vai validar aquilo que o Sr. Relator fez aqui, na nossa Comissão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Queria uma informação, Sr. Deputado João Leão. Está-se cancelando o pagamento de uma sentença judicial?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não. Está-se cancelando... Se o Ministro pediu isso, tenho a impressão...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, queria dar a minha opinião sobre esta matéria. Deputado João Leão...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O tempo está esgotado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. E esses dois destaques que o Deputado João Leão apresentou?

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Dois deles são de minha autoria e têm a função de viabilizar recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque esse Ministério foi criado em novembro, e, portanto, foram transferidas para ele obrigações que não estavam previstas no Orçamento 2000. Por isso, houve esse pedido de diversas ações para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é um Ministério novo. quando o Orçamento foi enviado a esta Casa, ele não existia, não estavam previstas essas despesas. E a fonte, Sr. Relator, são os precatórios. Então, para ficar claro, a fonte são os precatórios, e os destaques 996 e 1.000 têm o mesmo objetivo dos demais destaques assinados pelo Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Não considero usual, nem considero esse expediente a melhor maneira de resolver o problema dos Ministérios. Não vou criar obstáculos, mas veja: se, em uma rubrica na execução orçamentária, o próprio Ministro acha que vai sobrar recursos e, em outras, vai faltar, isso vai ser fonte para ele. No processo e ao longo da execução orçamentária, ele terá o momento oportuno para pedir suplementação, cancelando exatamente aquelas rubricas que, por acaso, venham a ter excesso.

Acho muito estranho que, ao longo da votação do Orçamento, tenhamos que vir sem emenda, aceitando procedimentos e solicitações dos Ministérios. Na realidade, são problemas que devem ser corrigidos durante a execução orçamentária.

Aqui fica essa minha...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Mas isso não é emenda, é recomposição.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Cortar de um lugar para colocar em outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Destaque 996, pela rejeição; Destaque 997, rejeitado; 998, rejeitado; 999, rejeitado; 1.000, rejeitado; 1.001, rejeitado; 1.002, rejeitado; 1.003, rejeitado; 1.004, rejeitado — está prejudicado; 1.005, rejeitado; 1.006, rejeitado; 1.007, rejeitado; 1.008, rejeitado; 1.009, rejeitado; 1.010, rejeitado; 1.011 e 1.012, rejeitados.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pelo PDT, quero orientar a bancada.

Acho que procedimento semelhante já tivemos com outros Ministérios. O Ministério do Desenvolvi-

mento Agrário, agora, recentemente transformado em Ministério ordinário...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Só para terminar a votação: 1.013, rejeitado; 1.095, rejeitado; 1.174, rejeitado; 1.175 , rejeitado; e 1.176, rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Um minuto, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Queria saber o seguinte: qual é o volume total de recursos de todos esses destaques feitos?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Em média, deve dar uns 11 milhões.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, pedi a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Estou com a palavra ainda, Deputado Pedro Novais, só um minuto. Acho que, como outros Ministérios, se não dermos recursos para essas atividades inerentes à gestão do Ministério, estaremos castrando a condição do Ministro de administrar e gerir a política agrária deste País. Hoje, o FUNDEF está vinculado ao Ministério e a outras várias atividades. O INCRA está vinculado ao Ministério. E não podemos inibir as ações do Ministério, um dos poucos que têm dado resultado neste Governo, com poucos recursos, mas tem dado resultado, tem avançado. Sou de oposição e sou testemunha disso. Este Governo tem pouca coisa a dizer que fez que preste, na minha opinião. E aqui tenho sido bem duro. Mas esse é o único Ministério que tem avançado um pouco. Não podemos tirar dele a condição de poder continuar gerindo atividades inerentes a Ministério que foi criado com esse objetivo e que não pôde, na época, encaminhar proposta semelhante à estrutura dos demais para poder trabalhar.

Então, sou plenamente favorável no sentido dos precatórios e voto favoravelmente aos destaques, contra o parecer do Relator. Não tive a oportunidade de antes conversar com o Relator e opinar, mas acho que, a exemplo dos outros, por uma questão de isonomia, deveríamos acolher também essa proposta.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Relator, porque uma coisa é reposição de cortes e outra é mexer em recurso. Vou solicitar a S. Exa. que nos informe: é reposição? Foi corte feito por S. Exa.? Se não foi, não temos nem como discutir isso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Primeiro, não é reposição.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Está decidido.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Segundo, os 570 milhões de precatórios já estão alocados nas emendas de Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, congratulo-me com o relator por ter dado parecer contrário a esses destaques.

Imaginemos o absurdo: nós, Parlamentares, para aumentarmos uma dotação qualquer, precisarmos de uma emenda. O Ministério da Reforma Agrária, não sei de quê, simplesmente manda um ofício, e, com base nesse ofício, o Deputado faz o destaque. Isso não existe, essa figura não existe na Resolução nº 2 e não existe no parecer preliminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão.

Vamos passar à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que rejeitam...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, está havendo um engano por parte do Relator. Perdoe-me, Sr. Presidente, é recomposição de corte.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não houve corte. O parecer é contrário. É preciso ver o seguinte: o Ministério do Orçamento é que negou recurso a esses órgãos, não fomos nós aqui.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que votam pela rejeição permaneçam como estão. Contra o voto dos Deputados Aroldo Cedraz, João Leão, Waldemir Moka, Ricardo Barros, Giovanni Queiroz. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara.

Não vai ao Senado.

Destaques 1.034 e 1.042.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, gostaria da presença do Relator.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, para adiantar, retiro o Destaque 1.172. (Palmas.)

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Essa retirada que o Deputado João Leão fez não serve, porque não estava na lista. Foi golpe publicitário dele. S. Exa. não estava com esse destaque escrito aqui.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, quantos destaques temos para votar?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – De quatro a cinco.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, apenas para registrar. Esses destaques referiam-se especialmente ao PRONAF e ao Banco da Terra.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, com a presença do relator, gostaria de iniciar a minha defesa dos destaques.

Um deles, já bastante defendido por mim nesta Comissão, infelizmente terá o mesmo destino da maioria. Ele diz respeito à assistência médica dos servidores dos ex-Territórios.

Gostaria apenas de dizer que, lamentavelmente, esta Comissão vai perpetuar uma grave injustiça, uma discriminação profunda do Governo Federal contra os servidores dos ex-Territórios, pretendendo excluí-los da assistência médica odontológica. São aproximadamente 90 mil pessoas dos ex-Territórios que deixarão de receber esse tipo de assistência, enquanto os demais servidores públicos do Brasil já a vêm recebendo. São aproximadamente 90 mil pessoas, 30 mil entre ativos e inativos, nos ex-Territórios que estão fora e, lamentavelmente, continuarão fora este ano, em função de esta Comissão perpetuar essa injustiça, como já disse.

O segundo destaque, Sr. Presidente, refere-se à bancada do Amapá. Gostaria da atenção do Relator, porque vou fazer uma proposta concreta. Dentre os destaques, S. Exa. acatou três oferecidos por Parlamentares do Amapá: um de 4 milhões de reais para a BR-156, que tem o meu total apoio, não por ter sido eu o autor do destaque, porque ela sempre foi colocada como prioridade número um da bancada do Amapá. Os outros dois destaques, cada um de 3 milhões de reais, o Destaque 181 e o Destaque 910, ferem o entendimento que a bancada do Amapá manteve com o Relator e com o comitê.

Então, o que estou propondo, Sr. Presidente? Tendo em vista o zelo pela transparência desta Comissão, para que não houvesse prejuízo quanto a seus procedimentos, porque foi manifestado, e está registrado certamente nos Anais da Comissão, que a bancada tinha suas prioridades e o restante dos recursos disponíveis deveriam ser divididos eqüitativamente entre as demais emendas — não estou defendendo emenda de minha autoria, mas, sim, uma tese apoiada por toda a bancada —, tentei um acordo com a Deputada Fátima Pelaes. Infelizmente, S. Exa. não apoiou. Estou aqui falando em nome da bancada que esteve presente, porque senão vamos consolidar nesta Comissão a decisão da minoria contra a maioria, a vontade da minoria contra a vontade da maioria.

Assim sendo, estou propondo que se retire 1 milhão de reais de cada um dos dois destaques aprovados e se transfira para o Destaque nº 1.042, que é a construção de ponte sobre o Rio Matapi, prioridade elencada entre as três prioridades da bancada: a BR-156, a ponte sobre o Rio Matapi e a Universidade Federal do Amapá.

Essa é a proposta concreta que faço: o remanejamento dentro da própria bancada do Amapá, para que possamos então consagrar o princípio da democracia interna das bancadas e da transparência desta Comissão.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** – Sr. Presidente, inicialmente, apóio totalmente os dois destaques do nosso Senador. O primeiro sobre a assistência médica e também o outro, da ponte sobre o Rio Matapi. Não apóio a proposta apresentada por S. Exa. de redirecionar os recursos aprovados na última reunião da Comissão.

A meu ver, quando a bancada escolhe um coordenador, ela está dando autorização para que a pessoa possa trabalhar junto à Comissão de Orçamento. Estivemos ontem aqui, desde as 15h, alguns Parlamentares permaneceram até por volta das 23h, quando fomos atendidos pelo comitê, e outros foram embora. Permanecemos e o nosso coordenador também, o Senador Gilvam Borges, e ficou decidido isso. É interessante dizer que essas emendas todas foram definidas consensualmente. Essa emenda apresentada pelo Senador veio com indicação do Relator.

Então, deixo registrado que não acato essa proposta, porque, na realidade, não posso. Acho que aí seria uma decisão da minoria. Eu e o Senador Sebastião Rocha decidimos isso aqui, o que já tinha sido decidido anteriormente e foi apresentado inclusive para outros membros da bancada que não participaram ontem da reunião.

Essa é a minha posição. De forma alguma deixaria de apoiar, levar mais recursos para o nosso Estado, mas não aceito a proposta de remanejar os recursos ontem aprovados.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, desejo fazer apenas um esclarecimento. Não estive aqui apenas porque não fui avisado. Não houve, entre o Relator e as bancadas, o entendimento de que o Relator receberia as bancadas. Então, veio aqui quem se organizou para vir, independentemente da vontade da maioria. Então, deve prevalecer o que foi acordado com o comitê e com o Relator-Geral. Estou defendendo isso.

Sr. Presidente, não eu queria dizer, mas, nas bancadas pequenas dos Estados, por exemplo, dos ex-Territórios, pelo menos no Amapá, como somos onze Parlamentares para dez emendas, geralmente com direito a uma indicação, cada Parlamentar se torna responsável por uma indicação das emendas. Então, alguns Parlamentares se organizaram e vieram defender as emendas por eles indicadas entre as dez, e não a vontade da maioria da bancada, que era dividir eqüitativamente, de forma isonômica, os recursos que coubessem à bancada do Amapá, conforme ficou claro na reunião realizada com o Relator e com o comitê.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, é só para dar uma orientação ao Senador Sebastião Rocha. Infelizmente, nesta Casa, Sr. Senador, quando se aprova um destaque, ele está aprovado. Não vamos ter mais condições aqui de tirar recursos desse destaque já aprovado. Infelizmente, é impossível. Se V. Exa. tivesse feito uma indicação de outra fonte, poderia ser aprovado.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Mas V. Exa. sabe que, de outra fonte, não seria possível, Deputado João Leão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão. Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o voto do Relator pelos três destaques é pela rejeição. Desejo, rapidamente, dizer ao Senador que, se houve um defeito no nosso processo, foi o de ouvir demais. Ouvimos mais, mas não tivemos maior disponibilidade e maior democracia, até porque os quatro Parlamentares desta Comissão ouviram muito bem. Agora, S. Exa. suscitou um dos grandes erros desta Comissão, que é cada Parlamentar ter uma emenda e defendê-la. Essa não é a melhor forma. Esse é um dos princípios que precisamos mudar aqui dentro.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, gostaria então de deixar consignada a minha manifestação: que mudemos o procedimento em relação aos destaques no próximo ano, quando votarmos o regulamento, porque, em alguns procedimentos, o que valeu foi a conversa. Vejam, em relação a essa emenda dos servidores públicos federais dos ex-Territórios, apresentei um abaixo-assinado ao Relator, com 85% das assinaturas dos Parlamentares dos ex-Territórios. Vinte e seis dos 32 Senadores assinaram, mas não teve valor algum. A emenda foi rejeitada. E aí um grupo pequeno de três, quatro Parlamentares, num conjunto de onze, resolve da forma como quer o destino dos recursos da União.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Senador, a sugestão de V. Exa. será aceita para a discussão do Orçamento do ano de 2001.

Em votação os Destaques nºs 1.034 e 1.042.

O parecer do Relator é pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Não vai ao Senado.

Destaque nº 1.054, do Deputado Olavo Calheiros.

Prejudicado pela ausência.

Destaque nº 1.123, do Deputado Damião Feliciano.

**O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de, naturalmente, fazer referência ao meu destaque, desejo aproveitar os três minutos de que disponho para fazer jus ao trabalho do Relator, a V. Exa., como Presidente, e à equipe composta pelos Deputados João Coser, Jovair Arantes e Waldemir Moka.

Estou trazendo ao Plenário o destaque para a rodovia que liga João Pessoa a Campina Grande, através da BR-230. As duas extremidades estão avançando, mas a parte central precisa de recursos de reposição. Esse é o destaque que desejo colocar em votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, quero deixar registrado o meu testemunho a respeito da necessidade da aprovação desse destaque.

O Governo Federal delegou a duplicação dessa estrada ao Governo do Estado, e a construção está realmente num ritmo muito acelerado. Agora, o meio da estrada precisa de manutenção e conservação. E, em função exatamente dessa situação, nós, da Paraíba, concordamos com a aprovação do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Relator vota pela rejeição do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O destaque tem parecer contrário do Sr. Relator.

Os Srs. Deputados que acompanham o Relator permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado, contra os votos dos Deputados Armando Abílio, Waldemir Moka e Damião Feliciano.

Estão prejudicados os demais destaques, ressalvados aqueles pertinentes ao texto da lei.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, consenti justamente que deixássemos essa matéria para o final. Ela possui uma questão ainda não suficientemente resolvida. O Deputado Aroldo Cedraz apresentou um destaque, na realidade uma reformulação do substitutivo do nosso Relator, e nesse seu destaque S. Exa. tenta chegar a uma solução para aquilo que tinha sido acordado pelas Lideranças nesta Casa junto com o Relator. S. Exa., no seu substitutivo, adotou uma determinada linha, demonstrando a necessidade de um atendimento de 1 bilhão e 580 milhões — salvo engano — como sendo algo que viria de excesso de arrecadação ou do uso das reservas de contingência, mas de uma forma não impositiva. O Deputado Aroldo Cedraz tentou dar uma solução mais consistente a essa decisão, a esse acordo que havia sido feito previamente. Esse acordo não pôde se viabilizar com recursos concretamente, porque, se tivesse sido, estaria no Orçamento e não estaríamos discutindo essa questão agora, através dessa sua emenda ao substitutivo do Relator, como prioridade. S. Exa. provavelmente irá explicar melhor essa questão.

Assim, antes que se possa utilizar qualquer recurso de excesso de arrecadação ou da reserva de contingência para qualquer outra finalidade, teria que ser utilizado exatamente para a cobertura desse valor da equiparação dos **per capita** no sistema SUS. Nenhuma das soluções, a nosso ver, caminha pelo lado positivo de resolver o problema, e queremos resolvê-lo. Do lado do Relator, não é uma solução definitiva, porque ela não impõe absolutamente nada. Do lado da proposta do Deputado Aroldo Cedraz, é uma solução impositiva, mas cria um enorme embaraço ao Governo, já que inclusive impossibilita o uso dos recursos do fundo de contingência. E não se pode evidentemente aprovar um Orçamento sem ter minimamente recurso de contingência para o dia seguinte. Pode-se ter necessidade de usar reserva de contingência a qualquer instante. No momento em que impomos a necessidade de cobrir primeiro os recursos para o de média e alta complexidade, estaremos inviabilizando, na prática, o uso da reserva de contingência.

Fizemos várias tentativas durante o dia de hoje. Não conseguimos chegar a uma redação final, e diria que não existe, de fato, uma divergência do ponto de vista da compreensão. O Governo tem o compromisso afirmado e reafirmado de que deve cobrir o setor de saúde com mais 2 bilhões e 100 milhões. Esse é o compromisso do Governo. Não se trata de 1 bilhão e 580 milhões. O Relator esteve conosco em vários contatos tratando disso. Como não foi possível resolver essa questão no dia de hoje, estou sugerindo que o texto que temos que votar ou os destaques ao texto — em alguns casos não há destaque, portanto, não há mais o que ser votado; vários deles são meus, e um deles é do Deputado Aroldo Cedraz; não sei se há mais outros destaques ao texto — sejam votados apenas na próxima terça-feira, para que tenhamos condições de organizar o acordo necessário e possamos dar uma solução correta a esse problema que todos entendemos ser fundamental.

Falei com V. Exa., com o Relator, com o Deputado Aroldo Cedraz e várias lideranças dos partidos. Há um entendimento de que é preferível deixar mais um ou dois dias úteis para que possamos chegar, de fato, a um entendimento, porque da maneira como está, se aprovado de uma ou outra forma, não resolverá o problema que queremos resolver, em relação ao qual todos estamos de acordo quanto à necessidade dos recursos para o setor Saúde.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, de forma bem sucinta, há necessidade de resolver essa questão do financiamento do Sistema Único de Saúde. Existe um buraco extraordinário de 2,5 bilhões. Pode parar o Ministério, pode parar o SUS nos meses de junho e julho! Temos que resolver. Não vamos olhar para trás. Se foi o Ministério da Saúde, se foi o do Planejamento, se foi a Comissão, temos que resolver essa questão. Acho que não vale a pena olhar para trás, mas nós, Deputados e Senadores, temos que resolver isso e negociar com o Ministério do Planejamento e com o Palácio do Planalto. Esta Comissão não pode assumir a pecha de que está votando um Orçamento menor do que o do ano passado. Não pode! E vamos ser cobrados num ano eleitoral.

Então, o encaminhamento do Deputado Alberto Goldman é razoável. Temos até terça-feira à tarde ou à noite para amarrar isso. Então, penso que o Presidente desta Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, deve conversar com o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, e vamos ao Presidente da República, juntamente com o Relator Carlos Melles — que tem ouvido e se esforçado —, para resolver esse problema. Essa saída que existe amarra, mas não suficientemente. De forma nenhuma. É necessária uma situação concreta: injetar dinheiro no Orçamento. Como? Não sei. Mas se o nobre Senador Gilberto Mestrinho, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Deputado Carlos Melles e o Presidente da República se reunirem, acho que isso poderá ser resolvido ainda na terça-feira.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, sobre essa questão também tenho um destaque que vai ao encontro daquilo que é o anseio de todos: repor e provocar a redistribuição do SUS, equalizando, por Estado, por habitante, o recurso necessário para atender a demanda de saúde em todo o Brasil. Não faz mais sentido tolerarmos que alguém que hoje more em São Paulo tenha sua vida garantida com o dobro do valor de quem mora nos Estados do Pará ou Amazonas. Daí, entendemos, se possível, que o Sr. Relator possa abrir mão, a fim de alcançarmos o melhor resultado, satisfazendo realmente a reposição dessa desigualdade. Acho isso interessante. E entendo ser absolutamente viável e plausível a votação dessa matéria na terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrando, tem a palavra o Deputado João Fassarella.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Sr. Presidente, acho que a única matéria que vai ficar para terça-feira é o texto da lei. Todo o restante já está discutido, votado e aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nenhuma alteração mais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA** – Então, tem o nosso apoio. Acho que é de fundamental importância que se consiga encontrar, daqui para terça-feira, uma solução mais adequada no texto da lei para o setor Saúde.

Seria importante também que, até terça-feira, fosse distribuído o consolidado de todo o resultado da votação desses destaques, para que a Casa e os Parlamentares já tivessem condições de acesso ao resultado final do que foi votado aqui em termos de destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Fassarella, o Relator, os Deputados que acompanharam a discussão e a assessoria têm feito um trabalho extraordinário. Acredito que teremos essa documentação na terça-feira. É que o volume é grande e há um atraso natural.

Então, com a palavra o Relator, Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Ao término do nosso relatório, entendo que ele encerra toda a discussão, no sentido maior. Segundo entendimento da Liderança do Governo e demais Líderes, o Presidente é quem vai decidir com a Comissão que fica aprovado o relatório, ficando o substitutivo do texto final somente em relação ao SUS, que é um compromisso nosso nesta Comissão. Se Deus quiser, vamos chegar a bom termo. Entendo que fechamos o Orçamento. Na segunda-feira, já poderemos dar a forma final, para que a terça-feira seja apenas para discussão da redação. Na quinta-feira, votaremos no plenário do Congresso.

Ao finalizar, quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus; agradecer aos Deputados e Senadores o companheirismo e a parceira de todos. Foram seis meses de trabalho intenso, mas gratificante. A experiência foi a mais rica possível. Agradeço o carinho e o apoio do nosso Presidente, do Deputado Renato Vi-

anna, e sobretudo da assessoria, que me pajeou bastante, a quem dei muito trabalho. Então, a todos o meu muito obrigado. Se Deus quiser, encerraremos o nosso trabalho aqui.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra só para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Discutiremos, na terça-feira, a redação final do projeto de lei ou só os destaques que foram feitos em relação a alguns dispositivos?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, os destaques já foram encerrados.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Não, existem destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaques dos textos da lei.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Só esses dois?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Só.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Só os dois destaques existentes ao texto da lei?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – E a redação final.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – É bom que isso fique claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Todos os destaques do texto da lei e o texto final da lei.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Relator fechará o Orçamento com os números que tiver da sobra orçamentária.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Não, estou concordando com o Presidente. O Relator fecha tudo até terça-feira. E que V. Exa., Sr. Presidente, já providencie uma relação das obras do Anexo III, a distribuição dos relatórios do Tribunal de Contas da União a todos os Relatores, apressando compromisso assumido com todos os Deputados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Quero pedir, só para complementar, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Só mais dois ao texto da lei, já aprovado aqui.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Queria pedir ao Comitê — Deputados Santos, Coser, Iberê e Moka — que essa autorização das pequenas sobras do relatório seja fechada terça-feira, ou até segunda à tarde. Peço ao Comitê que me ajude. São sobras, e muito pequenas, que poderão suprir essa última demanda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Agradeço a todos e convoco nova reunião para terça-feira, às 15h.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jovair Arantes) – Declaro reabertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à análise do Orçamento Geral da União para o ano de 2000.

Comunico que, pela dificuldade de imprimir os anexos, entregaremos cópias apenas para as Lideranças partidárias, até que fiquem prontos. Já está autorizado, então, que cada Liderança retire um anexo dos destaques e da programação na Secretaria.

Reabriremos esta reunião na quinta-feira, às 10h, para a votação final dos destaques e dos textos da lei.

Está suspensa a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Estão reabertos os trabalhos da 1ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Comunico aos Srs. Parlamentares que se chegou praticamente a um acordo em relação ao total do texto do Orçamento. Falta apenas um detalhe, motivo pelo qual o Relator solicitou que se suspenda a reunião por 30 minutos. Em seguida, retornaremos aos trabalhos.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro reaberta a 1ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apresentação e apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para o ano 2000.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, Srs. Componentes da Mesa, Sras. e Srs. Congressistas, passarei à leitura das alterações ao relatório final, acordo e destaques, conforme combinado na última reunião desta Comissão. São apenas

duas páginas, por isso, peço a paciência dos senhores, porque o Regimento nos obriga a isso.

Espero que todos os senhores tenham o documento em mão. Se não o tiverem, eu espero, porque é importante que todos o tenham.

O documento dos destaques por número, aprovados total ou parcialmente, com alterações do Plenário, já foi distribuído aos senhores, conforme informação da assessoria. O material que passo a ler está sendo xerocado para ser distribuído. Passarei à leitura.

"1. A relação constante do ANEXO 1 contém os destaques aprovados e aprovados parcialmente, com as alterações ocorridas no relatório final em virtude das decisões adotadas pelo Plenário da Comissão Mista na reunião realizada em 23 de março de 2000. O ANEXO 2 contém o resumo do parecer de todos os destaques.

2. O Plenário aprovou o remanejamento da emenda individual do Exmo. Deputado Jorge Costa (transferência do valor de R$ 200.000 da emenda 34900006 — Eletrificação Rural — Capanema — PA, para a emenda 34900004 — Construção e Ampliação de Bens Imóveis do Núcleo de Ensino Superior — Capanema — PA, que passa a totalizar R$ 300.000), conforme Ofício nº 132/00 arquivado na Comissão. Observamos que os destaques 421 e 807, que originalmente solicitavam acréscimo de recursos, foram posteriormente utilizados para reduzir os valores das respectivas emendas, conforme acordos efetuados, e sendo seus valores destinados para remanejamento em outras emendas.

3. Procedeu-se também a correção, por erro material de impressão, dos pareceres aos destaques 618 (valor aprovado 500.000), 624 (valor aprovado 1.000.000), 711 (valor aprovado 137.565), 712 (valor aprovado 40.000), 713 (valor aprovado 25.120), 715 (valor aprovado 586.379) e 717 (valor aprovado 76.000), que embora tivessem constado da relação resumida distribuída na Comissão com valores atendidos, apresentaram de forma inadequada parecer pela rejeição, não tendo constado da relação dos destaques aprovados e aprovados parcialmente.

4. Foi concretizada a questão de ordem levantada pelo Exmo. Dep. Sérgio Miranda, acolhida pelo Sr. Presidente desta Comissão, Sen. Gilberto Mestrinho, na reunião de 23.03.2000, no sentido da observância estrita do disposto no art. 167, IX, "A utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, 'a', e II, para realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201". Dessa forma, foram efetuadas trocas no montante de R$ 10.596.600.000, consignadas na fonte 175 (DRU) para fonte 154 (contribuição dos empregadores e trabalhadores para a seguridade social), por intermédio de ajustes técnicos na programação de trabalho de várias unidades orçamentárias, inclusive com ajustes nas fontes 100, 118 e 153, no âmbito da esfera da seguridade social, mantidos os valores totais das respectivas rubricas.

5. Implementamos a decisão da CMPOPF, quando da aprovação do Relatório da Área Temática VII — Saúde, de 10.02.2000, no que tange a dar maior amplitude à Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, por intermédio da emenda de texto de nº 81000340 deste Relator, dando-se nova redação ao objetivo do programa Saneamento Básico, bem como ajustando a denominação dos seus indicadores, ampliando a abrangência do programa supracitado, não mais sujeito ao limite dos Municípios com população inferior a 20 mil habitantes.

6. Solicitamos autorização deste Plenário para correção ou adaptação, de origem estritamente técnica, das metas e da funcional-programática da programação de trabalho como aprovado por esta Comissão.

7. Da mesma forma, propomos a correção do parecer (de aprovado integralmente para prejudicado) dado ao destaque 953 apresentado pelo Deputado Pedro Chaves, relativo à emenda 31430002, do Deputado Barbosa Neto, uma vez que o recurso indicado como fonte de cancelamento já havia sido utilizado na aprovação dos destaques 945 e 946, de forma a evitar que seja ultrapassado o limite máximo de emendas aprovadas por mandato parlamentar.

8. Propomos que os recursos derivados da aprovação parcial do destaque 1063, que suprimiu 5 milhões de reais de subtítulo relativo a aquisição de veículos para transporte escolar, e que ficaram sem despesas correspondentes em virtude de tratar-se de fonte vinculada a manutenção do ensino fundamental (fonte 113), sejam alocados na emenda nº 81000068 — Apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental, seq. 007151.

9 – O Destaque nº 923 aprovado parcialmente, ao acrescer 23 milhões de reais na emenda nº 80090005 (Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica em municípios da Bahia), indicou como uma das fontes de recursos o cancelamento de 12 milhões de reais no seq.: 5.485 (MIN — Proágua — Semi-Árido na Região Nordeste); verificou-se pos-

teriormente que tal remanejamento é vedado expressamente pela LDO (art. 27) por se tratar de respectiva contrapartida de recursos externos; assim, informamos que o cancelamento não foi efetuado, por ilegal, e que os recursos para o acréscimo sejam provenientes dos cancelamentos procedidos dos precatórios.

10 – No que tange aos recursos derivados dos cancelamentos condicionais nas despesas com precatórios (6/12) utilizados para o atendimento aos destaques aprovados, após deduzidos aqueles de natureza alimentícia e os de pequeno valor (considerados aqueles menores de R$ 40.000,00) nos termos da PEC nº 90/99, verificamos que não constaram da relação os valores relativos aos precatórios dos Tribunais Regionais Federais — TRF das 2ª e 5ª Regiões — por não terem encaminhado a natureza das ações motivo dos respectivos precatórios, impossibilitando, assim, as exclusões constitucionais supracitadas. Com base em pesquisa realizada, via Internet, identificamos a possibilidade do cancelamento adicional, observando estritamente os critérios já mencionados e conforme os montantes discriminados na tabela abaixo e que foram utilizados no atendimento das decisões em plenário que acresceram despesas ou que anularam cancelamentos anteriormente propostos. No atendimento dos destaques, os recursos não condicionados (não derivados de cancelamento de precatórios) foram alocados preferencialmente na recomposição de cortes efetuados na proposta original do Executivo.

11 – Propomos o remanejamento do saldo residual de R$ 99.615,00, da dotação constante do subtítulo "Recursos a disposição do Relator-Geral por determinação da CMPOPF, em reunião de 27.01.2000", com base na Emenda de Relator Setorial 80040013, rubrica temporária 20.123.0999.0024.0004, UO 22101 — Ministério da Agricultura, para a Seqüencial 001267, subtítulo "Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural — Nacional", funcional e programática 20.606.0351.5696.0001, UO 22101, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, GND 3, Modalidade de Aplicação 90.

12 – Conforme decisão da CMPOPF de 23.03.2000 não se procedeu ao cancelamento constante da Proposta de Acordo de Liderança apresentada pelo Relator-Geral em seu Anexo III — Emendas Canceladas para Atendimento de Destaques, Emenda nº 60050002 — Comissão de Assuntos Econômicos do Fundo Nacional de Assistência Social para Ações de Geração de Renda no Enfrentamento à Pobreza/ações de Geração de Renda no Enfrentamento à Pobreza Nacional.

13 – Além das correções citadas, estamos submetendo a exame e deliberação do Plenário, conforme sugerido por esta Relatoria no encerramento dos trabalhos na reunião que deliberou sobre os destaques, a inserção no substitutivo ao projeto de lei orçamentária para 2000 dos programas constantes do Substitutivo do Relator ao Plano Plurianual 2000/2003 (PL 19/99-CN), Deputado Renato Vianna, conforme ANEXO 3, no montante global de todos os 14 programas de R$ 7.700.000.

14 – Alterar o parecer do Destaque nº 237 de Aprovado Parcialmente para "Construção do Edifício-Sede do TRF da 4ª Região, em Porto Alegre — RS, na Cidade de Porto Alegre", valor aprovado R$ 3.500.000, por inexistir emenda, nem tampouco se tratar de recomposição de seqüencial.

15 – Esclarecemos que as dotações acrescidas nas programações de trabalho decorrentes das alterações introduzidas por este documento serão, se acolhidas pelo Plenário desta Comissão, decorrentes da apropriação dos recursos oriundos do cancelamento de precatórios como previsto no item 10 acima, alterarão, por conseqüência, o Quadro IV anexo ao Texto da Lei Orçamentária, "Relação dos Subtítulos com Recursos Oriundos de Cancelamentos de Precatórios, nos termos do artigo 5º, § 3º" em apreciação nesta Comissão.

Sala da Comissão Mista, em 30 de março de 2000.

Carlos Melles, Relator-Geral."

A assessoria me recomenda que, no item 14, onde está "Alterar o Parecer do Destaque nº 237 de Aprovado Parcialmente para 'Construção do edifício-sede...", deve-se incluir após "Aprovado Parcialmente" a expressão "para inadmitido", uma vez que esse parecer ficou prejudicado por inexistir emenda. O Colégio de Líderes houve por bem acatar a rejeição, o que o Relator traz à consideração da Comissão.

Antes de passar a falar da área de Saúde — gostaria de saber se está pronto o texto —, quero fazer pequenas considerações à Comissão. Enquanto isso, haverá tempo para que chegue até nós o material relativo à área da Saúde.

Na reunião do Colégio de Líderes, tomamos algumas deliberações que merecem ser expostas. A primeira delas foi taxativa, por isso, no tocante a ela, peço a compreensão do Deputado Airton Dipp e dos demais integrantes da bancada do Rio Grande do Sul.

Optamos pelo cancelamento da emenda do item 14, para a construção do edifício-sede do TRF da 4ª Região, em Porto Alegre. Essa emenda transformou-se em regional e não havia destaque. Então, optou-se pela legalidade, por não trazer nada ao relatório que estivesse fora da legalidade.

Tínhamos dito também que o valor dessa emenda, 3,5 milhões, seria da bancada do Rio Grande do Sul. O Colégio de Líderes acordou — e estamos trazendo essa posição ao conhecimento de todos — que a bancada deverá apresentar um destaque no Congresso Nacional, e tanto o Colégio de Líderes quanto o Relator assumem o compromisso de defender esse recurso para o Rio Grande do Sul. Se a bancada quiser continuar a alocá-lo na BR-101, fiquem à vontade.

Segundo ponto, que...

**O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP** – Sr. Relator, permite-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Só um minuto, Deputado, para que eu possa concluir essa parte.

Outros dois compromissos que o Colégio de Líderes e o Relator assumem para defender em Plenário são, primeiro, a solicitação ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército de uma autorização para procedimentos de remanejamento das rubricas 5.235, 5.236 e 5.237. Isso não implica aumento de despesa, mas tão-somente remanejamento de valores. O Colégio de Líderes e o Relator acataram e acharam por bem defender esse pleito no Congresso Nacional. O mesmo ocorreu com as ações de informática, do mesmo Ministério.

A outra solicitação é do Ministério da Justiça, que pede uma recomposição, um remanejamento do Programa do Fundo Penitenciário Nacional — FUNPEN, no valor de 15.000.697. E o Colégio de Líderes e o Relator também assumiram o compromisso de defender essa solicitação no plenário.

Houve também a alteração do parecer, de rejeitado para aprovado parcialmente, do destaque que acresce em 3 milhões a assistência técnica e a capacitação de assentados — Projeto LUMIAR, capacitação de agricultores em assentamentos de reforma agrária. É uma emenda nacional, de número 42.201, no INCRA.

E ressalto ainda a alteração do parecer 885, de autoria do Deputado Aroldo Cedraz, referente à Emenda nº 50130005, para fomento a projeto de manejo e conservação de recursos hídricos nacionais, que passaria a ser aprovado parcialmente, no valor de 3 milhões. Esses destaques têm o compromisso do Relator e do Colégio de Líderes de defesa no Congresso Nacional.

Ouço o Deputado Airton Dipp.

**O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP** – Sr. Relator, Sr. Presidente, ficamos agradecidos pela decisão do Colégio de Líderes e vamos apresentar esse destaque em plenário para tentar recuperar os 3,5 milhões, que são extremamente necessários para o andamento das obras da Justiça Federal, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Gostaria de informar os demais pares da Comissão que, na realidade, essa emenda aprovada pela bancada gaúcha foi incluída entre duas emendas da Região Sul. Infelizmente, na reunião das bancadas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ela ficou de fora e não pôde mais ser acrescida às emendas de bancada. A bancada gaúcha tentará desfazer essa injustiça em plenário, com o apoio do Colégio de Líderes.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO AIRTON DIPP** – E gostaria de saber ainda, Sr. Relator, se é possível acrescentar uma modificação no título de uma emenda que a bancada está tentando recuperar em função de uma adequação. É possível?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Queria dizer aos colegas Deputados que, uma vez que o relatório já foi aprovado na reunião anterior, não podemos mais modificá-lo. Defenderemos as modificações no plenário da Casa.

Dessa forma, peço ao nobre Deputado que encaminhe a modificação. Aproveito este momento para dar uma satisfação à coordenadora da bancada, a ex-Ministra e Deputada Yeda Crusius, da mesma forma como expliquei ao Deputado Airton Dipp, e solicito que a explicação seja repassada a toda a bancada. Por se tratar de uma questão legal, o Colégio de Líderes considerou que legalmente não caberia destaque que não tem emenda.

Certo da compreensão, não só de V. Exas., mas também dos demais representantes do Estado, assumimos o compromisso de garantir o recurso para o Estado, conforme dissemos a cada um, para que aloquem como acharem melhor.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, estou preocupado com a interpretação que podem dar a esse assunto. Entendi a resposta do Deputado Carlos Melles, mas não a argumentação posterior, do Deputado Airton Dipp.

Para não deixar dúvidas — espero que a Deputada Yeda Crusius, o Deputado Airton Dipp e os outros companheiros do Rio Grande do Sul não nos peçam isso —, informo que não existe nenhuma possibilidade de apresentação de destaque, no plenário do Congresso Nacional, para aumentar recursos para o TRF do Rio Grande do Sul, porque não há emenda. Existe possibilidade de recompor os recursos na BR ou em outra obra das dez emendas de bancada. Digo isso para que não levemos para o plenário um esperança que não existe. Como sei que são importantes para o Deputado Airton Dipp as obras da Justiça, podemos alocar os recursos em outra obra, mas para essa não há possibilidade de se alocar, porque não há emenda, e não temos condições de abrir precedente.

Nas outras questões, somos parceiros. Inclusive, concordamos que o Rio Grande do Sul merece a alocação daqueles 3,5 milhões de reais, porque, na prática, o Estado ficou prejudicado no acordo que fizemos.

Portanto, têm V. Exas. nossa solidariedade e nosso apoio para alocar recursos em uma emenda de bancada. Faço esse registro para não levarmos daqui nenhuma dúvida.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** – O Deputado Airton Dipp, falando sobre a BR-386, Sr. Relator, cometeu um erro material, conforme informa a Assessoria de Orçamento. S. Exa. usou o termo "construção", mas o certo seria o termo "adequação" da BR-386. Essa estrada existe há mais de 40 anos e foi feita pelo guru do Deputado Giovanni Queiroz, o Sr. Leonel Brizola, em 1960. Pode haver realmente dificuldades se continuar o termo "construção", mas me parece não haver dificuldades para que V. Exa. aceite a correção desse erro material.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – A assessoria está me informando e submeto ao Plenário o seguinte: como é uma estrada que existe há 20 anos e há um erro de redação, isso poderia ser aprovado aqui, se a bancada e a Comissão não estiverem contra.

Começo perguntando ao Deputado Pedro Novais se acha que isso é possível.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, nós vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A matéria será submetida ao Plenário no andamento dos trabalhos.

O Sr. Relator apresentou as alterações no relatório-geral, que agora submeto à votação do Plenário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Solicito uma informação do Relator ainda no que se refere ao item 14, do Rio Grande do Sul. O parecer do Relator não está claro. Ele fala em alterar o parecer do destaque, mas não diz qual a alteração.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Peço desculpas, porque talvez não tenha sido muito claro. Fiz a correção orientado pela assessoria. A redação passa de "aprovado parcialmente" para "rejeitado o destaque para a construção do edifício-sede do tribunal".

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero chamar a atenção, inclusive do Relator, Deputado Carlos Melles, para o fato de que não tivemos condições de buscar os números, checar as várias áreas que nos interessam, consultando quadros comparativos etc.

Quero sugerir ao Presidente que determine à assessoria que disponibilize em meio magnético todo o material disponível, para que possamos, através da rede, buscar tabelas, quadros e tudo o mais para conferirmos.

Digo isso, Deputado Carlos Melles, porque estamos acompanhando o investimento do Pará. Teríamos que ter 304 milhões de reais e estamos com apenas 300, no que conseguimos puxar de dados, porque não há nada disponível em meio magnético para melhor apurarmos.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Todo o trabalho que está sendo feito pela assessoria. Isso não está disponibilizado.

Sr. Presidente, gostaria que fosse disponibilizado esse trabalho para que pudéssemos checar nossos destaques, nossas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Giovanni, será disponibilizado em disquete, não em rede.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Agradeço a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação as alterações feitas ao relatório-geral pelo Relator-Geral e pelos Líderes, em acordo.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Peço ao Dr. Eugênio, chefe da assessoria, que autorize a sua seção a disponibilizar esse trabalho em meio magnético, em disquete.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em disquete.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Peço a atenção dos nobres colegas, porque foram distribuídos o PL nº 20/99 e o substitutivo ao texto da lei, redação apresentada em plenário da Comissão em 30 de março de 2000. Vou ler o que está em negrito, porque é regimental que o faça. Já é a aprovação do relatório, contendo o texto da Saúde, que interessa a toda esta Comissão e, obviamente, ao País.

Muito bem, na página 1, diz o art. 2º:

> Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada em R$ 1.012.807.272.455,00 (um trilhão, doze bilhões, oitocentos e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais), sendo, em observância ao disposto no art. 55, § 1º, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, desdobrada em:
>
> I – R$ 251.692.729.787,00 (duzentos e cinqüenta e um bilhões, seiscentos e noventa e dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as receitas de que tratam o inciso III e incluída a parcela das contribuições sociais desvinculada por força da Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000, no valor de R$ 16.349.865.197,00 (dezesseis bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, cento e noventa e sete reais);
>
> II – R$ 117.080.856.317,00 ( cento e dezessete bilhões, oitenta milhões, oitocentos e cinqüenta e seis mil, trezentos e dezessete reais) do Orçamento da Seguridade Social;
>
> III – R$ 644.033.686.351,00 (seiscentos e quarenta e quatro bilhões, trinta e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinqüenta e um reais), correspondentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária.
>
> Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, são estimadas com o desdobramento discriminado no Quadro I em anexo a esta Lei.
>
> Da Fixação da Despesa
>
> Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R$ 1.012.807.272.455,00 (um trilhão, doze bilhões, oitocentos e sete milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais), desdobrada, em observância do art. 55, § 1º, da Lei nº 9.811, de 1999, nos seguintes agregados:
>
> I – R$ 246.665.504.706,00 (duzentos e quarenta e seis bilhões, seiscentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quatro mil, setecentos e seis reais), do Orçamento, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "a";
>
> II – R$ 122.108.081.398,00 (cento e vinte e dois bilhões, cento e oito milhões, oitenta e um mil, trezentos e noventa e oito reais), do Orçamento da Seguridade Social, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea "b";
>
> III – R$ 644.033.686.351,00 (seiscentos e quarenta e quatro bilhões, trinta e três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinqüenta e um reais), correspon-

dentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária, sendo:

a) R$ 643.892.682.359,00 (seiscentos e quarenta e três bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, trezentos e cinqüenta e nove reais), constantes do Orçamento Fiscal;

b) R$ 141.003.992,00 (cento e quarenta e um milhões, três mil, novecentos e noventa e dois reais), constantes do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II para o Orçamento da Seguridade Social, parcela de R$ 5.168.229.073,00 (cinco bilhões, cento e sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e nove mil e setenta e três reais), será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

Aí vamos para a página 4, art. 5º, §§ 3º e 4º:

§ 3º As dotações consignadas no subtítulos e nos valores constantes do Quadro IV, em anexo, que integra esta Lei, somente poderão ser executadas caso seja promulgada até 30 de junho de 2000 a Emenda à Constituição Federal objeto da Proposta de Emenda nº 90, de 1999 (PEC nº 407, de 1996, na origem), que altera a redação do seu art. 100.

§ 4º Caso a Emenda de que trata o parágrafo anterior não venha a ser promulgada até 30 de junho de 2000, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos provenientes do cancelamento das dotações de que trata o parágrafo anterior, para atender o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, até os limites respectivos constantes do PL nº 20, de 1999-CN.

E agora, no art. 6º, vem a redação mais importante aprovada pelo Colégio de Líderes para a área da Saúde.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, de forma a atender a programação estabelecida no quadro de que trata o "caput" do art. 7º e o que dispõe o art. 48, da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, inciso I, acrescido de cinco por cento, mediante a utilização de recursos provenientes:

1 – de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Nacional de Saúde ou de receitas do Tesouro Nacional;

2 – da Reserva de Contingência;

3 – da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do inciso I, alínea "a", do art. 7º;

4 – de operações de crédito de que trata o art. 7º, inciso IV, alínea "c".

Art. 7º. É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, desde que os excessos de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional e das receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Nacional de Saúde sejam previamente utilizados no cumprimento do disposto no art. 48 da Lei nº 9.811, de 1999, e no atendimento de, no mínimo, oito doze avos da programação e nas proporções constantes do Quadro V, em anexo, que integra este artigo, bem como publicado e mantido em vigor o cronograma de que trata o art. 77 da Lei nº 9.811, de 1999:

I – para cada subtítulo de atividades ou operações especiais, até o limite de vinte por cento de seu valor total, e para cada subtítulo de projetos, até o limite de quinze por cento de seu valor total, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que esta não ultrapasse o equivalente a quinze por cento do valor total de cada subtítulo objeto da anulação, nos termos do art.43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência, após atendido o disposto no art. 48 da Lei nº 9.811, de 1999, e no mínimo oito doze avos da programação constante do Quadro V, em anexo, nas proporções da referida programação;

Na alínea "c" não muda nada, nem nos incisos II, III, alíneas "a", "b" e "c". Só há mudança na alínea "d" do inciso III do art. 7º, cujo texto passa a ser:

d) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido

o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

Vamos, então, à alínea "c" do inciso IV:

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;

Nada mais nesta página, nem na seguinte. Vamos para a página 8 de 9, art. 10.

Art. 10. A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante de anexo a esta Lei, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é fixada em R$ 10.240.962.349,00 (dez bilhões, duzentos e quarenta milhões, novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais), com os desdobramentos do Quadro VI, em anexo.

O art. 11 fala das fontes e, no final, diz:

Art. 11 (...) são estimadas com o desdobramento do Quadro VII, em anexo.

Art. 12. É o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir créditos suplementares para cada subtítulo até o limite:

a) de vinte por cento do respectivo valor, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa;

Não muda nada no restante desta página nem na página 9 de 9.

As modificações substanciais estão nos arts. 6º e 7º, com a autorização para abertura de créditos suplementares na área da Saúde.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação os textos em negrito do substitutivo ao texto da Lei Orçamentária. Estão em votação as alterações que estão em negrito e que acabaram de ser lidas pelo Sr. Relator. Em relação ao art. 6º, vale a redação distribuída à Comissão.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Não estou entendendo o encaminhamento. Votaremos só os textos em negrito ou todo o texto? Nós estamos votando todo o texto, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O texto já foi aprovado na reunião anterior. Agora serão votadas só as alterações.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Ah, sim, ressalvados os destaques. Agora, os destaques seriam os textos em negrito. Perfeito.

Eu queria só encaminhar...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Deputado Giovanni Queiroz, permita-me um minuto. A assessoria me recomenda, Sr. Presidente, que eu faça uma observação de que os valores constantes do texto da lei deverão ser revisados após as decisões tomadas no plenário da Comissão, e os valores apresentados são a melhor aproximação dos valores definitivos do autógrafo. Então, alguma coisa poderá ainda sofrer pequenas alterações de forma a atender o que dispõe o art. 47 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eu faço essa observação em face da informação da assessoria de que pode haver uma pequena modificação nos números relatados aqui pelo Relator.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Para encaminhar a votação, pelo PDT, tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero só fazer um alerta. Votássemos pontualmente, item por item, estaríamos mais uma vez questionando esse espaço formidável que é dado ao Executivo para manipular, através das autorizações de remanejamento de 20% ou 15%, todo o Orçamento. Ou seja, pode ser feito um novo Orçamento com esse critério que está sendo adotado.

Nós, do PDT, questionamos isso há muitos anos. Entendemos que qualquer remanejamento interno deve ter uma limitação mais rígida, até porque não há inflação que justifique isso, e o Governo defende a idéia da estabilidade financeira.

Nós estaremos encaminhando, então, voto em separado do Partido Democrático Trabalhista a todo o Orçamento, com uma análise crítica daquilo que nós entendemos sobre este Orçamento. Valho-me das palavras do próprio Relator para ressaltar que toda a Comissão de Orçamento, bem como o processo de elaboração orçamentária têm de ser revistos. Não faz sentido mais deixarmos que ele seja apenas autorizativo. Não faz sentido permitirmos, através da lei, que haja espaço para o Governo fazer um novo Orçamento através de autorizações de remanejamento. E não

faz sentido também permitirmos que o Governo contingencie parte do Orçamento.

Entendemos que o acordo feito foi um avanço no tocante à área da Saúde, mas ficou muito aquém daquilo que é necessário para o Brasil. Ele não atende as bancadas, mas sabemos que houve aí uma resistência do próprio Executivo, que nos mandou um Orçamento anárquico e, por isso mesmo, injusto.

Por falta de maior rigor na LDO e por falta mesmo de critérios, que, embora tenham sido propostos pelo Relator-Geral, não foram seguidos pela maioria dos Relatores-Setoriais, ficamos com um Orçamento distorcido e injusto. Por isso o PDT encaminha o voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O PDT vota contra e encaminhará voto em separado.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal aprova o relatório do Relator-Geral, fazendo algumas pequenas ressalvas, muito mais até secundando o que o Relator-Geral já tem dito.

Esta Comissão tem a grande responsabilidade de tentar mudar a forma de elaboração e de aprovação do Orçamento. Concordo com o Deputado Giovanni Queiroz, na parte em que S. Exa. se referiu às grandes distorções, que são oriundas, na realidade, da proposta governamental. Temos inclusive uma proposição a apresentar e o faremos na próxima reunião, para que seja criada, nesta Comissão, uma Subcomissão de acompanhamento da execução do Orçamento junto ao Poder Executivo.

Na realidade, essa Subcomissão não terá efeito impositivo ou imperativo, mas eu acredito que com um representante de cada partido da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da Presidência desta Comissão e do Relator-Geral, poderemos acompanhar gradativamente a liberação de recursos, mês a mês, por parte do Executivo, tomando posição. Caso o Executivo, ao liberar os seus recursos, não libere os recursos provenientes de emendas de bancada, de emendas individuais dos nobres Deputados, poderemos reter aqui ou obstruir, pelo menos, a votação de proposta de créditos suplementares, que a cada momento o Executivo remete a esta Comissão.

O PFL vota favoravelmente ao relatório do Relator-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O PFL vota favoravelmente.

Com a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vai votar a favor do relatório do Deputado Carlos Melles, ressalvando uma questão que discutimos na Comissão e eu, particularmente, achava que o Relator tinha retirado do seu parecer. Refiro-me às operações de créditos. Infelizmente elas continuam aqui na alínea "c". O Deputado Alberto Goldman, inclusive, tinha concordado com o nosso pleito e houve um consentimento coletivo de que isso não participaria do texto.

Vamos votar a favor, mas gostaríamos, se for possível, de um destaque especial nesse ponto, no sentido de o Relator confirmar o acordo que fizemos com as Lideranças lá dentro. Solicito o apoio do Deputado Giovanni Queiroz, dos outros Parlamentares, do Deputado Pedro Novais, que participou dessa conversa, para que me digam se estou enganado. Tenho a impressão de que nós tínhamos acordado retirar essa expressão do texto, até porque isso interfere em outras questões.

Trata-se do texto da alínea "c" do inciso IV do art. 7º, que diz:

c) operações de crédito decorrentes de contratos aprovados pelo Senado Federal...

Acordamos com o Governo, inclusive, que, quando quisesse liberar o recurso, ele encaminharia um crédito, como fizemos nas outras questões, inclusive no relatório do Tribunal de Contas da União. Então foi feito na mesa um acordo de retirar esse texto.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero apenas confirmar que foi essa decisão e o acordo feitos pelo Colégio de Líderes. O Deputado Coser chama a atenção oportunamente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Houve um erro de redação. O acordo no Colégio de Líderes foi no sentido de que o Governo encaminharia os créditos para análise da Comissão.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Então, fica retirada da votação dessa matéria a alínea "c" do inciso IV do art. 7º.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Fica retirada, então?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Entendo que a Comissão é soberana. Isso foi acordado no Colégio de Líderes e deverá ficar da forma como foi combinado, ou seja, o Executivo deverá enviar à Comissão os créditos suplementares, para análise e conhecimento dos valores e destinação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – O Relator pode retirar do seu relatório, se ele entender que foi o acordo, e nós aprovaríamos sem esse dispositivo. É a minha proposta.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Penso que não se trata do entendimento do Relator. Os Líderes acordaram isso, e o Relator está só confirmando o que foi deliberado pelo Colégio de Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pode ser retirado, porque não foi votado ainda.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Conforme declaração do Relator, pode retirar, porque não foi votado ainda.

Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

**O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES** – Sr. Presidente, a Liderança do PL também se manifesta favoravelmente à aprovação do relatório do Sr. Relator, Deputado Carlos Melles. Aproveito para parabenizar S. Exa. pela forma encontrada para a redação do art. 6º, que responde à preocupação que todos tínhamos com relação aos recursos para a Saúde, para o SUS precisamente, nos procedimentos de média e de alta complexidade.

Quero fazer uma ressalva pontual sobre o Destaque nº 139, do Deputado João Caldas, da bancada do meu partido. Segundo anotações da consultoria...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado, estamos fazendo encaminhamento de votação.

**O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES** – Pois não. Então, reafirmando, concordo plenamente com a aprovação do relatório do Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Gostaria de ser o último a encaminhar. Não sei se todos os Líderes já encaminharam.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes, pelo PSDB.

**O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES** – Sr. Presidente, da mesma forma que os outros Líderes, encaminho pelo PSDB favoravelmente à matéria como um todo e parabenizo o Relator pelo desempenho nessa exaustiva tarefa. O entendimento alcançado pelo Colégio de Líderes satisfaz inteiramente a bancada do PSDB e votamos pela aprovação integral do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Como vota o PMDB?

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, só para me situar, vamos votar o texto que está na errata, menos o item IV?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não, não. Estamos votando todas as partes em negrito lidas pelo Sr. Relator mais a alteração do art. 6º, menos o item "c" do inciso IV do art. 7º.

*(Não identificado)* – É o item "c" do inciso IV.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Por que foi distribuída a errata? Foi distribuído primeiro esse texto, e iríamos votar o negrito do texto. Mas depois foi distribuída essa errata.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Nobre Deputado Pedro Novais, é porque não constavam os 5%.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Então, a minha pergunta procede.

*(Não identificado)* – A errata incorpora o texto.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Vamos votar o art. 6º que está na errata ou o art 6º que está no texto?

*(Não identificado)* – Na errata, Deputado.

*(Não identificado)* – O Deputado Pedro Novais tem razão, porque não justifica mais o item IV do art. 6º.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Então, vamos votar o art 6º que está na errata, menos o item IV.

*(Não identificado)* – Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Menos o item VI.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – E o resto em negrito...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Menos a alínea "c" do item IV.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – E o resto do negrito que está no projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Lido pelo Relator.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – O meu voto é favorável. E peço à bancada do PMDB que vote favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, por paradoxal que pareça, eu serei o único divergente em relação aos arts. 6º e 7º e quero explicar. Essa divergência já foi abertamente exposta no Colégio de Líderes. Devo explicá-la aqui e agora ao Plenário desta Comissão.

Os arts. 6º e 7º são uma tentativa de engessamento do trabalho do Poder Executivo. Ao se colocar, do jeito que está a redação, o quadro de equalização dos procedimentos do SUS, principalmente os de média e alta complexidade, como privilegiados no atendimento dos créditos suplementares, seja com a utilização de excesso de arrecadação, seja com verbas de contingência, qualquer crédito, inclusive aqueles para a área da Saúde, só poderão ser emitidos desde que esteja esgotado esse tal quadro de equalização, que corresponde, segundo a conta que se fez — oito doze avos do valor do quadro —, a mais ou menos 1 bilhão. Só após a emissão de créditos de 1 bilhão para o atendimento desse quadro o Poder Executivo poderá emitir créditos suplementares por decreto, usando verbas de contingência, excesso de arrecadação etc. Isso é um contingenciamento brutal da ação do Executivo, e ele não pode concordar com isso.

Eu, particularmente, concordo com essa postura do Poder Executivo não só como líder do Poder Executivo, mas também como Deputado desta Comissão. Entendo que é absolutamente contrário ao bom senso que se estabeleça nos procedimentos de alta e média complexidade um salto entre a situação que existe hoje, em que os valores **per capita** de cada Estado são diferenciados, para esse novo patamar. Os valores são diferenciados porque esses procedimentos não dependem do número de habitantes, mas, sim, da capacidade operacional existente em cada Estado. E sabemos que esta capacidade operacional é diferenciada entre aquele que mais recebe valores **per capita**, que se não me engano é o Rio de Janeiro, e o que menos recebe, o Estado do Acre.

Essa diferença **per capita** existe não porque os cidadãos são diferentes, mas devido à capacidade de atendimento hospitalar, e isso não acontece quanto ao PAB, no piso básico, porque neste caso o valor **per capita** é igual em todo o País. No que tange aos procedimentos de média e alta complexidade, são diferenciados porque assim é o Brasil, e não vamos chegar de um momento a outro, de um ano a outro, a um atendimento equivalente, com os mesmos procedimentos, em qualquer ponto do território nacional.

É absolutamente contra o bom senso que se estabeleça esse quadro e que se queira impor desta forma irreal a equiparação ou a equivalência. Aliás, a equivalência, sim, é um objetivo a ser conquistado. Temos de equipar os Estados para que as pessoas não tenham que ir a outros Estados devido a um procedimento de alta ou média complexidade e até para que as pessoas possam ser atendidas no seu Estado, pois, às vezes, não são atendidas nos seus Estados e em nenhum outro, porque não há instalação hospitalar ou equipamentos suficientes para isso. Esse é um objetivo natural.

No ano passado, fizemos um avanço nesta área. Cheguei a propor a esta Comissão, num determinado momento, que se fizesse mais um avanço, destinando mais recursos. Não que eles pudessem ser utilizados, pois provavelmente não seriam todos utilizados durante o ano, mas isso mostraria a disposição de se chegar a um ponto no País em que todas as pessoas pudessem ter, em qualquer ponto do território nacional, um atendimento equivalente.

Inserir isso dessa forma é não permitir que se usem recursos para outras finalidades necessárias. Certamente deixaremos créditos sem utilização nessa rubrica até o final do ano, sem que se possa utilizá-los em outras áreas onde são necessários.

A posição do Governo é contrária a essa redação dos arts. 6º e 7º e não se compromete com esta redação do jeito que está. Ela é responsabilidade desta Comissão, sem nenhuma participação do Governo nesta decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra, pelo PPB.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, o PPB participou ativamente dos trabalhos e pôde acompanhar de perto a lisura e a dedicação não só do Relator, mas também dos Sub-Relatores e da Mesa com relação a este Orçamento

Estamos de pleno acordo em aprová-lo, assim como o trabalho feito por V. Exa.

Particularmente, como membro da Comissão, lamento profundamente a posição que a nossa bancada de Goiás assumiu dentro do Orçamento, quando devíamos ter lutado para que o Relator transferisse pelo menos 50 milhões de reais para nós. Para

aqueles que não conhecem o problema do entorno de Brasília, fica muito fácil prejulgar nosso interesse em solucionar esse problema.

Sei do esforço de V. Exa. para tentar convencer os membros da bancada a não colocarem recursos para outras áreas, deixando, daquele montante, uma parte maior para o entorno.

Agradecemos a V. Exa. o esforço. Foi hercúleo o trabalho desenvolvido por V. Exa. A bancada é que não correspondeu.

Espero que na discussão do próximo Orçamento nossa bancada tenha mais consciência e procure transferir mais recursos para a solução desse grande problema do entorno de Brasília.

O PPB está de acordo e votará favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Encerrada a discussão.

Em votação as alterações em negrito do substitutivo distribuído em relação ao art. 6º e aos seus incisos. A redação é a distribuída separadamente, suprimindo a letra "c" do item IV do art. 7º e, em conseqüência, o inciso IV do art. 6º.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, apenas para corrigir a posição do partido: como já votamos o texto anteriormente e agora são só os destaques, no texto já encaminhamos contrariamente. Aqui, nas alterações, encaminhamos favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação a nova redação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como estão. (Pausa.)

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Aprovada, com o voto contrário do Deputado Alberto Goldman, Líder do Governo.

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Há erro material apresentado pelo Deputado Oswaldo Biolchi, da bancada do Rio Grande do Sul. Trata-se de modificação na Emenda 71220002, que diz respeito apenas a uma correção de título. É uma estrada que já foi construída e que, em vez de "construção", deve-se colocar "adequação". Não traz nenhuma implicação de valores. A correção é para não inviabilizar seu aproveitamento. O erro foi da Comissão.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que a aprovarem permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada na Câmara.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada no Senado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, como houve a abertura para a possibilidade de nova redação, de troca de nome, tenho uma proposta a fazer. Temos um programa no Ministério da Cultura com o título de Turismo Cultural. Quer aquele órgão a mudança do nome para Monumento à Preservação do Patrimônio Histórico.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Muito complicado esse negócio. Isso está fora de hora.

Desculpe-me, nobre Deputado, já votamos a matéria, não cabe correção, mudança de título ou de programas. É mais complexo. Não é o caso de ser apreciado aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Essa matéria corrigida agora foi erro material da Comissão, e havia emenda apresentada a ela.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, apresentaremos em Plenário essa alternativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – As outras modificações...

Com a palavra o Deputado Eujácio Simões.

**O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES** – Gostaria de levantar a questão do Destaque nº 139 e a emenda da bancada de Alagoas, feita pelo Deputado João Caldas, do meu partido, PL. Há um documento do consultor, no qual houve o acolhimento, a mudança do GND, mas no relatório não consta isso.

Peço a V. Exa. que isso fique registrado. Solicito também que haja possibilidade de — como foi aprovado no Plenário — o relatório ser modificado para mudança de GND no Destaque nº 139.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não houve apoio da bancada; por isso, não foi acatado na reunião que aprovou os destaques.

Com a palavra o Deputado Osvaldo Coelho.

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** – Sr. Presidente, é sobre o erro material que cometi numa emenda individual. Coloquei aplicação pela União e

pretendo que a aplicação seja pelo Município. Não altera valores, descritivo, absolutamente nada. A minha convicção é a de que o Município vai lutar por essa dotação com muito mais entusiasmo e dedicação do que a própria União no seu vulcão de coisas.

Gostaria que levasse isso ao conhecimento do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Essa matéria precisaria da concordância do Sr. Relator e do Colégio de Líderes para que se possa decidi-la.

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** – Fui orientado a fazê-lo nesta oportunidade para evitar que fosse ao Plenário do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Deputado Osvaldo Coelho já havia solicitado à Relatoria e ao Colégio de Líderes. S. Exa. tem uma emenda individual. Como a aplicação está pela União, queria alterar para o Município.

Da parte do Relator, não há objeção. Consulto o Colégio de Líderes.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, é legítimo. Sendo vontade expressa do autor da emenda, devemos logicamente votá-la. Não há nenhuma implicação nem maior alteração.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O número da emenda, por favor, Deputado Osvaldo Coelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Qual é o número da emenda, nobre Deputado?

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** – 12300003.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Relator concorda.

Em votação na Câmara dos Deputados a alteração da modalidade de aplicação de noventa para quarenta.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, o PFL está de acordo. É apenas uma emenda individual, e a alteração não implica despesa nenhuma.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, o PT está de acordo.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O PDT é favorável.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, tenho uma emenda individual e também queria a mudança da modalidade para Estado. Gostaria da aquiescência de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ao término desta votação, V. Exa. apresente, por favor, a matéria.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a alteração sugerida pelo Deputado Osvaldo Coelho permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sim?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A nobre Deputada poderá apresentar sua questão.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, o número da emenda é 147...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – É emenda individual, Deputada? Da mesma forma?

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – É emenda individual. É apenas uma mudança de modalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O número da emenda, por favor.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – É 14700004, e a outra 147...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Essa muda de...

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – De modalidade, de Estado para Município.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O autor da emenda, quem é?

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sou eu, Lúcia Vânia, a autora da emenda.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Deputada Lúcia Vânia, só para esclarecimento, senão depois dá confusão. V. Exa. quer mudar de quarenta para noventa ou de noventa para quarenta ou trinta? Só para ficar claro.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Vou expor aqui. A primeira emenda seria a mudança para a modalidade trinta. A segunda, para a modalidade trinta também, de quarenta para trinta.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, é emenda individual?

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Emenda individual.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Individual.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – O Relator concorda com o Deputado Osvaldo Coelho. É a favor da mudança. Solicito, desde que haja concordância da Comissão, que os números corretos sejam passados para a Assessoria.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – O PDT é favorável.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, o PT é favorável.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, o PFL vota favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Em votação a alteração solicitada pela Deputada Lúcia Vânia das emendas nºs. 4 e 5, que se referem às mudanças de modalidade de aplicação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a alteração permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, é uma questão de procedimento para o Plenário do Congresso Nacional. Gostaria de ouvir V. Exa e o Relator, com a aquiescência da Assessoria.

Pelas normas regimentais, temos 24h para apresentação dos destaques. Como os Srs. Deputados estão todos viajando — afinal, a sessão da Câmara dos Deputados já esgotou, e temos o risco de só voltarmos na terça-feira —, sugiro a apresentação de destaques até a terça-feira à tarde, porque não podemos ter prejuízo. Quem quiser apresentar destaque no plenário deve ter a oportunidade de fazê-lo.

Qual é minha opção aqui dentro? A tudo que é legal tem-se de dar às pessoas todas as oportunidades de fazerem alterações. Os destaques em plenário são legais, regimentais. Não podemos, numa quinta-feira, encerrar e dar o prazo até segunda-feira. Nas segundas e sextas-feiras não há quase ninguém aqui. Como vamos resolver, tecnicamente, não sei; mas, politicamente, é um problema colher sessenta, setenta assinaturas.

Então, peço a V. Exa. que administre isso. Se não pode reduzir prazo, que garanta a não-votação do Orçamento na quarta-feira. A votação deve ser jogada para quinta-feira. Assim, poderemos, até sexta-feira à tarde, fazer a coleta das assinaturas. Caso contrário, alguém poderá sair prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Nobre Deputado João Coser, ainda temos destaques a aprovar aqui. Agora não podemos interferir no procedimento do Congresso Nacional.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Desculpe, Sr. Presidente, pensei que estivesse no final.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – No entanto, vamos procurar encontrar uma forma para que a matéria apenas vá a plenário do Congresso Nacional na quarta-feira.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Como V. Exa. tinha disponibilizado por meio magnético, já detectamos a falha que havia.

Quando aprovamos aquele destaque de quatro milhões para o INCRA no Estado do Pará, colocamos nos nossos destaques GND-4, conforme está também na nossa emenda. E veio no GND-5, como inversão financeira e não investimento.

Houve um erro técnico na Comissão. Pelo menos são os dados que tenho, que demonstram aquela falha que mostrei de quatro milhões a menos no investimento. Trata-se de erro técnico. Gostaria de saber da possibilidade de corrigi-lo a tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A Assessoria examinará o processo. Logo a seguir, iniciaremos a votação dos destaques ainda pendentes ao texto da lei.

Se a Comissão permitir que a votação seja em bloco, colocaremos a matéria toda em bloco, de acordo com o parecer do Sr. Relator.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de que a matéria seja toda votada em bloco permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

A votação será feita em bloco.

Com a aprovação total do Relator, os Destaques nºs 670 e 671, do Deputado Alberto Goldman.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados na Câmara.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados no Senado.

Destaque com aprovação parcial do Sr. Relator.

Destaques nºs 668, 672 e 732, de autoria do Deputado Alberto Goldman.

Destaque nº 884, de autoria do Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – São destaques apenas de texto?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Só de texto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados na Câmara.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados no Senado.

Agora, são os destaques rejeitados.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

O Destaque nº 884, do Deputado Aroldo Cedraz, foi o que acabou levando as mudanças para os arts. 6º e 7º, aprovados por esta Comissão.

Deixo claro que esse não é evidentemente um destaque. Na realidade, é uma nova emenda. Não se destacou nada. Criou-se nova emenda, com redação nova. Tanto é que o destaque diz: "supressão de elementos do texto ou da receita"... No entanto, o esclarecimento diz: "Dê-se nova redação ao art. 6º"... Como desde o primeiro momento tentamos buscar uma redação de acordo — e esse acordo houve, com exceção deste Deputado, que já se manifestou —, não quis fazer questão de ordem para não impossibilitar que cheguemos ao final dos trabalhos desta Comissão.

Não deixei de ter conhecimento da irregularidade pela forma como o destaque foi feito. No entanto, como houve acordo, não serei o elemento criador do problema, já que a questão pode e deve ser resolvida em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Elogiável a atitude de V. Exa.

Destaques rejeitados.

Parecer pela rejeição: Destaques nºs 102, 161, 184, 185, 186, 308, 309, 310, 311, 326, 328, 549, 550, 551, 560, 561, 634, 635, 636, 669...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O Destaque nº 669 foi aprovado parcialmente, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Destaques nºs 1.059, 1060,1.107,1.111 e 1.163.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Então, o Destaque nº 669, não. Foi aprovado parcialmente, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O Destaque nº 669 foi rejeitado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Na minha cópia está como aprovado parcialmente.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Aprovado parcialmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Na minha redação está.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Ele foi retirado.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Em função das alterações, houve acordo na Comissão.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Foi prejudicado?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Exatamente. A razão foi essa.

*(Não identificado)* – Mas não foi essa.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Então, em votação.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, tenho um destaque que está sendo rejeitado. Quero defender meu destaque. É sobre o Destaque nº ...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – A votação foi em bloco, permitiria a...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Permita-me encaminhar a votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Já que não vai poder destacar aquele destaque meu, queria dizer que propusemos algo muito claro. Estamos querendo tirar a incidência da DRU no que diz respeito à arrecadação da CPMF. Tira-se uma parte da DRU da CPMF, que vai para a Seguridade Social e Previdência Social, depois, repõe-se aquilo como se fosse receita fiscal, como se a Previdência, por exemplo, fosse deficitária. É importante apresentarmos ao País a consciência de que, a exemplo do que V. Exa. deliberou numa questão de ordem do Deputado Sérgio Miranda, repondo a fonte de corte da DRU, no que diz respeito ao recolhimento à Previdência de empregadores e empregados, da mesma forma, nesse caso, era nossa proposta, ou seja, que não permitíssemos que a DRU incidisse sobre recolhimento da CPMF. Na verdade, está tirando da saúde 1 bilhão e 800 milhões de reais e tirando da Previdência mais 1 bilhão e 800 milhões ou 1 bilhão e 900 milhões de reais.

Então, era esse nosso intuito, para que pudéssemos ter mais livre esse Orçamento, mais clareza nele de quanto de recurso realmente temos na Previdência. De repente, determinado artigo diz que parte dos recursos alocados à Previdência Social serão supridos com 5 bilhões e meio de recursos da receita fiscal. Que receita fiscal coisíssima nenhuma! É dinheiro que já se roubou da Previdência com a DRU. Retirou-se de lá; agora, devolve-se. Então, fica parecendo que a Previdência é deficitária, e não é o caso.

Por isso, o PDT vota contra o parecer do Relator, pela rejeição dos destaques, já que estão sendo votados em bloco. Entendemos que, dessa forma, poderíamos ter um Orçamento mais limpo, claro e lúcido.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** ( Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado João Coser, pelo PT.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, também gostaria de registrar nossa preocupação com três destaques. O primeiro, o Deputado Giovanni Queiroz já citou. É um destaque muito importante. Lamentavelmente, não foi acolhido. Pessoalmente, penso que ainda teremos de andar muito neste Congresso para conseguirmos garantir nossas prerrogativas de Congresso, como outros países do mundo. Quero crer que um dia vamos ter capacidade de discutir a execução orçamentária.

Se é verdade que talvez eu tenha forçado um pouco a barra, coloquei que só não poderia executar 10%. Não fizemos um debate ali para garantir a execução de nem 50% disso. Se tivéssemos aprovado um Orçamento, como diz o Deputado Alberto Goldman, mais realista, de 4 bilhões ou 5 bilhões de reais em investimentos, mas tivéssemos a garantia de que ele seria executado, seria mais digno para este Congresso.

Apresentei dois destaques. Um que tratava da execução orçamentária individual por Estado, emenda e ação, e um outro que não permitia desigualdade regional. Numa região do País, investe-se tudo; na outra, investe-se 40% ou 50%. As emendas não conseguiram ser acolhidas. Penso que não vamos ter a respeitabilidade que precisamos ter até o dia que não criarmos alguma norma que garanta, mesmo que parcialmente, 70%, 80% da execução orçamentária.

Vou votar contra. O partido vai votar contra, por essas duas questões. Precisamos ser cada vez mais responsáveis. Penso que somos. Precisamos cobrar do Governo a responsabilidade na execução orçamentária. Portanto, nosso voto é contra, em função de uma série de destaques rejeitados, que, na nossa avaliação, daria para ter um orçamento mais real. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado Santos Filho, PFL.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – O PFL vota favoravelmente, com o Relator, pela rejeição dos destaques feitos em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – O PMDB, o PPB e o PSDB votam também com o Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator pela rejeição dos destaques. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Destaque nº 139, o Deputado João Caldas solicita mudança de modalidade de aplicação de trinta para quarenta. O destaque vem para corrigir um erro material da Comissão, tendo em vista que foi aprovada essa alteração por ocasião da votação do relatório setorial na área temática 99. Existe um apoiamento da bancada de Alagoas.

Em votação.

*(Não identificado)* – É individual, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Emenda de bancada, mas teve apoiamento. Ela já havia sido aprovada. O impresso saiu errado.

Então, em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado no Senado.

Há requerimento do Deputado Sérgio Miranda, do qual a Comissão dá conhecimento a todos, apenas para efeito de formalizar a solicitação, cujas informações já acolheu. Para oficializar o processo, salienta as seguintes informações: pede a base legal autorizativa para as despesas previstas em dotações orçamentárias do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o ano 2000 e os valores já despendidos com declarações de cotas e organismos internacionais pela Banco Central e pelo Tesouro Nacional, no período de 1989 a 1999; individualização por despesa para tais exercícios. Apenas a formalização.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, aquela questão que levantei do GND-5, GND-4, daquela emenda, o assessor técnico está-nos confirmando que na emenda tem GND-4. Ele pensa que há um erro no sistema, por isso está parecendo no GND-5. Então, ele vai conferir.

Queria que a Casa — se houver erro técnico, apenas do sistema — mantenha no GND-4, conforme pretendido na emenda de destaque e aprovado pela Comissão. Perfeito, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deferido.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, na prática, minha proposta é pela aprovação do GND-4, que é erro material, fica corrigido e, tecnicamente, veremos o que fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Já está aprovado. Apenas vamos verificar o erro.

Ao encerrar, quero agradecer a todos os membros desta Comissão a colaboração magnífica que prestaram na elaboração do Orçamento para 2000. Agradeço também as Lideranças partidárias indistintamente, que tiveram um alto espírito de colaboração com a Mesa para que os trabalhos se processassem com normalidade.

O Deputado Carlos Melles, como Relator-Geral, executou trabalho extraordinário. O trabalho de Relator é estafante e de muita pressão, mas, como bom mineiro, soube levá-lo a cabo, para a satisfação geral da Comissão. Agradecemos-lhe por tudo.

Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Apenas para fazer uma saudação, particularmente a V. Exa., pela forma democrática e paciente como conduziu esta Comissão. Vamos tentar colher um pouco da experiência de V. Exa. para guiar nossa vida dessa forma. V. Exa. procurou irritar-se menos do que nós, que, muitas vezes, fazemos declarações atabalhoadas. V. Exa. ensinou-nos muito no procedimento de um trabalho desse. Está de parabéns pela forma respeitosa e carinhosa com que tratou todos os Parlamentares, em especial nossa bancada.

Registro, de coração, nossos agradecimentos.

Agradeço ao Deputado Carlos Melles o convite para participar desta Comissão, que ajudou na parte final da elaboração do Orçamento. Quero ainda registrar a grandeza do trabalho de S. Exa. e a forma democrática como ouviu todos os parceiros do Congresso Nacional e as bancadas. Se não conseguiu atender a contento todas as reivindicações, é porque isso já é marca dos Relatores. Com certeza atendeu mais do que o fizeram Relatores de anos anteriores. S. Exa. fez grande esforço para viabilizar recursos no País, que tem de aumentar sua capacidade de investimento. O Congresso Nacional precisa começar a pensar a respeito. Portanto, S. Exa. tem nossa consideração.

O Deputado Carlos Melles chegou à Comissão na condição de Relator e não tinha muita experiência no trato das questões aqui dentro, mas, felizmente, ouvindo os comitês e participando com muita gente, conseguiu fazer um relatório sem críticas públicas. Todas as críticas que surgiram foram extremamente pontuais e não tiveram nenhuma ação sobre a Comissão de Orçamento.

Sr. Relator, conte com nossa colaboração nas correções que ainda terá de fazer.

Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, estaremos sempre à disposição para colaborar, dentro do nosso limite, cobrando, garantindo a isenção

do nosso voto, que será sempre partidário. Nosso trabalho nesta Comissão não nos obriga a dar voto a favor ou contra, em qualquer hipótese, pois sempre fazemos grande esforço para cumprir os acordos no plenário, reservando-nos o direito de, em momentos posteriores, darmos nosso voto político e diferenciado.

Agradeço aos parceiros que conosco trabalharam neste procedimento, a todos os Relatores Setoriais, particularmente aos Deputados Santos Filho, Iberê Ferreira e Waldemir Moka. Este coletivo nos trouxe grande experiência.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Deputado João Coser, agradeço a V. Exa. as palavras.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

**O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS** – Sr. Presidente, em nome do meu partido, quero apresentar meus cumprimentos, parabéns e agradecimentos a V. Exa., ao Vice-Presidente da Comissão e ao Relator-Geral, estendo-os à Secretaria da Comissão, na pessoa da Sra. Myrna Lopes Pereira, a todos os membros da Consultoria e aos integrantes dos Comitês que assessoraram o Relator pelo trabalho aqui executado e pela atenção dispensada a minha pessoa e ao meu partido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, quero reiterar as palavras do Deputado João Coser, dizendo que V. Exa. teve tamanha maestria, pois já traz o nome Gilberto Mestrinho, com o qual poderia rimar. V. Exa. foi complacente com todos, ouvindo-nos nas questões de ordem, nos pedidos da palavra pela ordem e nos encaminhamentos. Foi tolerante como ninguém. Posso afirmar que muito aprendemos com V. Exa. Com certeza, esta Comissão pôde ampliar um pouco mais seus trabalhos na medida em que nos permitiu democraticamente usar mais o microfone. Meus cumprimentos a V. Exa.

Com relação ao Relator, meu Estado não ficou plenamente satisfeito, porque ainda houve na distribuição dos recursos nacionais grandes distorções. S. Exa. talvez quisesse tê-las diminuído, mas é bom frisar que elas são originárias do Poder Executivo. Era difícil fazê-lo de forma absoluta. S. Exa., mesmo não atendendo ao Pará e a este Parlamentar, que tinha a intenção de melhorar um pouco mais as áreas fundamentais, como educação, universidade e reforma agrária, foi um **gentleman**, cortês, decente, cordial e sempre amigo.

O Partido Democrático Trabalhista — PDT cumprimenta o Presidente e o Relator pela forma gentil e cortês com que conduziram os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, permita-me fazer uma alteração, antes de conceder a palavra à Deputada Lúcia Vânia. O Presidente da ANATEL está-me aguardando na minha Comissão e gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Com a concordância da Deputada Lúcia Vânia, concedo a palavra ao Deputado Santos Filho.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, em nome do Partido da Frente Liberal, cumprimento V. Exa., de quem já conheço há tantos anos a fidalguia no trato com as pessoas.

Conforme já disseram os Deputados que anteriormente ocuparam o microfone, V. Exa. demonstra como se exerce uma Presidência com democracia e liberalidade, sem se perder no comando da Comissão. V. Exa. realmente só nos trouxe satisfação com este convívio.

Quero agradecer e cumprimentar meu companheiro de partido, o nobre Deputado Carlos Melles, que confirma aquilo que o nosso Líder já me havia dito ao indicá-lo Relator-Geral do Orçamento.

Cumprimento também todos os membros da Assessoria, com quem tive a oportunidade de conviver e com quem aprendi bastante, assim como os membros do Comitê, os Deputados João Coser, Iberê Ferreira e Waldemir Moka. Enfim, para mim foi um aprendizado muito bom estar presente a esta Comissão de Orçamento durante este ano. Tenho certeza de que, se não fizemos o melhor, fizemos bastante para que esta Comissão recuperasse muito daquilo que perdeu em anos anteriores: a credibilidade junto à opinião pública, principalmente a credibilidade para mostrar que podemos agir com correção, dignidade e decência no Congresso Nacional, pensando, acima de tudo, no bem-estar público.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Muito obrigado, Deputado Santos Filho.

Com a palavra a Deputada Lúcia Vânia.

**A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, em nome do PSDB, gostaria de cumprimentar V. Exas. pelo espírito democrático, pela paciência e determinação com que

conduziram os trabalhos desta Comissão. Quero ainda dizer do nosso entusiasmo com o trabalho realizado pelo Sr. Relator, pela paciência e serenidade com que o conduziu. Aproveito também para pedir desculpas, em nome da bancada de Goiás, que, apesar de ter dado muito trabalho ao Relator, muito o admira pela paciência e principalmente pelo espírito público.

Fazendo coro com as palavras do Deputado Roberto Balestra, quero registrar a necessidade de revermos a RIDE, hoje um programa encampado pelo Governo Federal que tem preocupado as autoridades e que formou um comitê, sob a liderança do General Cardoso, para enfrentar os problemas que essa região tem causado ao Distrito Federal.

Em nome da bancada de Goiás, registro ainda nossa satisfação de ter tido na Vice-Presidência desta Comissão um colega goiano, que também, pela sua humildade e capacidade de ouvir, pôde atender aos anseios da nossa bancada.

Por fim, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., esta Casa e o Congresso Nacional pelo trabalho eficiente e digno que merece o reconhecimento de todos nós, da imprensa e do País.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputada Lúcia Vânia.

Com a palavra o Deputado Dr. Heleno.

**O SR. DEPUTADO DR. HELENO** – Sr. Presidente, parabenizo V. Exa. pelo excelente trabalho. Neste meu primeiro ano de mandato, encontrei aqui não apenas trabalho, mas também sentimento. Assim, estendo meus cumprimentos ao Relator-Geral, porque S. Exa. soube de fato mexer com a ciranda dos números, dentro da qual conseguiu atender todos os pedidos. Isso é importante.

Ouvi falar da Comissão de Orçamento como se ela fosse o bicho-papão, com a qual não havia entrosamento e que seria resolvida apenas entre três ou quatro pessoas. Percebi que isso não procedia. Assisti aqui à participação de uma platéia harmoniosa, bonita, cuja conduta foi espetacular e disciplinada, porque levou para fora o resultado positivo que tivemos neste momento. Talvez pudesse haver aqui o princípio da discórdia entre os colegas, mas apenas para demonstrar a realidade de cada ponto do nosso Brasil.

Vi também, nessa dança, o meu Brasil em pontos de realidade; cada um pedindo e cada um falando. Daí posso dizer que, se no próximo ano, se realizar uma Comissão tão bonita, sublime e simples, aqui estarei presente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputado Dr. Heleno.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Santos.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, sou um caboclo que não sei fazer média. Esperava muito mais desta Comissão. Não me refiro à forma elegante e magistral da condução de V. Exa. até este momento. Mas pensava que esta Comissão pudesse estar mais próxima da sociedade, que o Relator pudesse estar presente, senão em todas as Capitais, pelo menos em todas as regiões do Brasil, ouvindo a sociedade organizada. Penso que a falta de deslocamento às regiões pode ser corrigida para o próximo ano.

É importante que as federações de indústria e comércio, as associações de moradores, os Rotaries, os Lions e os trabalhadores rurais sejam ouvidos. Penso que esse trabalho poderia ter sido feito pelo Relator ou pelos Sub-Relatores Setoriais, que permaneceram o tempo todo em Brasília. Um Parlamentar como eu, que não é Líder de bancada, tem o seu trabalho extremamente dificultado.

Este Congresso Nacional precisa fazer uma reformulação em seu Regimento Interno ou consolidará uma ditadura de meia dúzia de Líderes, porque são esses que fazem e desfazem deste Parlamento. Na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não foi diferente. Na reta final, montou-se um comitê formado por meia dúzia de Deputados indicados pelos Líderes partidários. Esse comitê, se observarmos os destaques individuais, acabou aprovando muito mais destaques para eles próprios — a prova do que estou dizendo está nos documentos — do que se mostraram preocupados em alavancar recursos para os Estados que representam.

Quero dizer também ao Sr. Relator, Deputado Carlos Melles, que avisei que o nosso Estado não aceitaria o desrespeito ao dispositivo constitucional no tocante à irrigação para o Centro-Oeste. Foram desrespeitados os 20% que pertencem constitucionalmente ao Centro-Oeste, o que mais uma vez não foi garantido.

Os Governadores ensaiam apelar para o Supremo Tribunal Federal contra a aprovação do relatório final, porque só atenderam a 17% daquilo que é devido. O Nordeste levou mais de 65%, sendo que o percentual constitucional do Nordeste é de 50%.

Portanto, nosso Estado, assim como nossa Região, se sentem prejudicados pelo relatório final. Estaremos solidário aos Governadores Marconi Perillo, Zeca do PT, Dante de Oliveira e Joaquim Roriz se decidirem

apelar para o Supremo Tribunal Federal, por meio de uma ADIN, para reivindicar aquilo que a Constituição lhes garante.

Parabenizo o Presidente e o Relator pela forma elegante e sempre educada com que conduziram esta Comissão, mas deixo registrado meu sentimento sincero e honesto com relação ao que vivi este ano nesta Comissão.

Já solicitei, inclusive, ao Líder do PMDB que me substitua, pois neste ano de 2000 não tenho mais interesse em participar desta Comissão. Quem sabe no outro ano. Neste, não tenho interesse, tendo em vista julgar que ela necessita de reformulações profundas para que este Orçamento seja de fato representativo das necessidades daquele cidadão da roça, daquele favelado e desempregado. Infelizmente, o Orçamento deste ano continuará reproduzindo o **status quo**, privilegiando o pagamento de serviços das dívidas externa e interna e o cidadão brasileiro mais uma vez não terá, na sua aprovação, uma peça que venha a diminuir as injustiças sociais construídas ao longo de quinhentos anos neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me a sinceridade. Parabenizo V. Exa. e o Relator Carlos Melles pela paciência, elegância e educação, mas acho que poderíamos ter construído uma peça orçamentária muito mais profunda, que reduzisse, pelo menos, as injustiças sociais que acontecem neste País de ponta a ponta.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Tem a palavra o último orador, Deputado Paulo Feijó.

**O SR. DEPUTADO PAULO FEIJÓ** – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Deputados, parabenizo esta Comissão. Fizemos um Orçamento muito justo. Cabe ao Congresso Nacional, na condição de representante do povo brasileiro, fazer com que todo o País seja reconhecido por meio do Orçamento. Os Deputados e os Senadores são os legítimos mandatários das entidades representativas dos mais diversos segmentos brasileiros. Só tenho a parabenizar V. Exa. pelo brilhantismo com que conduziu os trabalhos e o nosso Relator, sempre presente e pronto para atender a todos os Parlamentares.

O Rio de Janeiro está muito agradecido a esta Comissão, porque talvez este tenha sido o Orçamento em que o Estado obteve o maior reconhecimento. Particularmente, sou muito grato aos membros desta Comissão, principalmente ao nosso Relator, que contemplou pela primeira vez a região norte do Estado do Rio de Janeiro. É claro que a bancada, dentre suas emendas, selecionou uma visando à região norte, e o Relator teve todo o critério, bom senso e justiça para com essa região, mas não foi diferente das demais regiões do Brasil. Vi a luta do Relator e acompanhei seu trabalho. S. Exa portou-se de maneira responsável e dedicada na condução dos trabalhos desde o início. Foi uma missão difícil. Então, só tenho a parabenizá-lo

Parabenizo também o representante do PSDB nesta Comissão, Deputado Jovair Arantes, que tem sido uma surpresa muito agradável do nosso partido e que soube conduzir, nas ausências do nosso Presidente, com muito brilhantismo e competência esta Comissão. Agradeço a todos. O Brasil, com justiça, está muito bem representado nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** – Sempre fico até o final, porque de repente alguma coisa pode passar.

Sr. Relator, V. Exa. já destacou na primeira folha:

Não inclui os Quadros citados. Os valores constantes do texto da lei deverão ser revisados após as decisões...

Quero dizer a V. Exa., para cumprir, inclusive, o que dispõe o art. 47, que no que diz respeito à receita da Seguridade, há um demonstrativo das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos que não foi incluído como receita da Seguridade. Então, solicitamos a correção desse quadro, conforme V. Exa. já destaca no rodapé da primeira página aprovada; ou melhor, seja incluído como receita da Seguridade aquilo que está arrecadado diretamente pelos órgãos da Seguridade, perfeito? Apenas ressaltando isso.

Permita-me, Sr. Presidente, mais um minuto para ressaltar o trabalho da Assessoria da Casa, que sem dúvida alguma é extremamente competente. Temos de ressaltar isso todos os dias, para não parecer que só a Myrna é competente. Todos sabem que ela o é, mas essa nossa Assessoria que fica meio anônima, meio escondida, ao lado, é extraordinariamente formidável, e o Relator não cansou de elogiá-la. Ao lado dele está um dos membros ativos desta Assessoria, aliás, todos o são. O Deputado Jovair Arantes, um companheiro que às vezes nos atropelou aqui, foi formidável na condução dos trabalhos. Na ausência de V. Exa., cumpriu o papel com muita presteza. Portanto, parabenizo também o Deputado Jovair Arantes.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO COSER** – Sr. Presidente, não tenho mais direito de falar, mas quero agradecer também, em nome do Estado do Espírito Santo. O Deputado Carlos Melles esteve lá, almoçou com o Governador, reuniu a bancada e o Governo do Estado. Foi uma relação extremamente política, brilhante. O Espírito Santo agradece. Com certeza V. Exa. será recebido lá com o mérito que merece. Quanto à Assessoria, dispensa comentários, apenas endosso as palavras do Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** – Sr. Presidente, farei rapidamente duas considerações. Primeiro, nunca é demais agradecer a todos a oportunidade de ser Relator da Comissão de Orçamento, o que muito me honrou. Tinha, como o Deputado Dr. Heleno e muito outros, medo dessa Comissão. Nunca havia participado dela, mas gostaria de dizer da felicidade de ter encontrado as pessoas que encontrei: amigos, colegas Deputados, a Assessoria da Casa, as pessoas que compõem a Comissão, a Sra. Myrna e sua equipe, a quem agradeço muito. O Deputado Giovanni Queiroz diz sempre que tenho elogiado as equipes de assessoramento desta Casa e do Senado, que me carregou. Garanto que não fui leve para eles, devo ter sido pesado.

Sobre o Orçamento diria, talvez pela minha pequena experiência, que temos de mudar muito, pegando um pouco o que o Deputado João Coser fala, que o orçamento deveria ser não-autorizativo, mas determinativo. Quando o Deputado Wilson Santos menciona que dá vontade de sair da Comissão, só discordaria, Deputado. Procuramos democratizar demais a Comissão em nossa gestão. Esse foi o maior trabalho que tivemos. Abrimos o máximo possível. O que me assustou mais foi ter dado tanta abertura e o aparecimento de 1.200 destaques no final, quase um novo orçamento. Vejo isso hoje como fruto do ato democrático da participação, da determinação e da vontade dos Parlamentares em defender suas regiões, seus Estados e Municípios.

Entendo que esta Comissão precisa passar por aprimoramentos rápidos e profundos, sobretudo nos limites. Confesso que é impossível satisfazer o Poder Legislativo e não satisfazer — não se trata de querer fazer média, mas de ter a sensação do dever cumprido — o Poder Executivo, quando se tem 22 bilhões com dez mil emendas. Trata-se de um ato quase impossível, mas diria que devido à competência, lealdade e ao trabalho profícuo, o Relator encontrou apoio no Presidente, que, como já foi dito aqui, é uma pessoa fidalga, brilhante e experiente. O Senador Gilberto Mestrinho não fez o papel de pai somente comigo, mas com todos. Senador, pela sua competência e experiência, os elogios são mais do que merecidos. Associo-me a eles com respeito, muita admiração e agradecimento.

Agradeço ainda ao Deputado Jovair Arantes, competente Vice-Presidente, pelo trabalho e apoio, aos Líderes desta Comissão, que não me faltaram em nenhum momento, foram vigilantes, em especial ao meu querido amigo Giovanni Queiroz, com quem brinco muito pelo conhecimento sempre contundente e combativo que possui. O Deputado Jovair Arantes disse que até para elogiar S. Exa. ataca, mas é absolutamente leal. Agradeço também ao Deputado Pedro Novais a participação sempre correta, alertando-nos e dando-nos uma contribuição muito grande, em função da sua experiência. Os Deputados Alberto Goldman e Ricardo Barros foram muito atuantes como Líderes do Governo. Tivemos também muita lealdade e lisura com o Governo na busca desse entendimento, a fim de elaborar um Orçamento responsável que viesse sobretudo fazer duas marcas maiores no sentido de investimento que gerasse desenvolvimento e emprego.

Essa é a nossa vontade. O País precisa voltar a crescer. Tivemos a felicidade de buscar as mesmas fontes de recursos, o que foi testemunhado pelo Ministro Martus Tavares, que, em momento algum, negou apoio à equipe, mas sempre dizendo que o Orçamento estava no Congresso Nacional e que não faria mais nada. S. Exa. quis dizer que as fontes que usamos seriam as fontes que o Governo usaria, sobretudo na fonte maior, a diferença da inflação real para a inflação projetada.

Em especial, agradeço o apoio prestado pelo Deputado João Coser, um homem experiente e respeitado. Agradeço também ao Deputado Santos Filho, Líder do meu partido, ao Deputado Iberê Ferreira, que me ajudou muito neste grupo, ao Deputado Waldemir Moka, que, junto com o Relator, fez com que o Orçamento pudesse ser concluído; enfim, agradeço a todos os Deputados da Casa.

Aos colegas Parlamentares, o meu respeito, admiração e gratidão. Dizem que a gratidão é a memória do coração. A Comissão, a Assessoria, os colegas Parlamentares e a Mesa terão sempre o meu respeito, sobretudo minha gratidão, porque fui muito bem tratado e reconhecido no sentido de poder conviver com V. Exas. nessa tarefa difícil e espinhosa. Felizmente, todos podemos sair daqui hoje levando para o Congresso a certeza de que todos os Estados do Brasil receberam em média 55%, 58% ou, talvez agora, depois dos destaques,

60%, em média, dos orçamentos dos últimos quatro anos.

Fico feliz, junto com V. Exas., porque a Comissão de Orçamento apresenta um orçamento que deverá contribuir para o desenvolvimento do País e geração de emprego de uma forma responsável e sobretudo aberta.

Dessa forma encerro o Orçamento que levaremos ao Congresso Nacional, agradecendo e pedindo sobretudo a proteção de Deus. Espero que nos destaques finais do Congresso possamos aprová-lo e fazer uso de um Orçamento que seja bom para o País e sobretudo para a melhoria da qualidade de vida do nosso próximo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Reiteramos nossos agradecimentos a todos, especialmente àqueles que nos assessoram, à Dra. Myrna e à minha assessoria pelo magnífico trabalho e pela solidariedade que nos prestaram, aos Deputados Jovair Arantes e João Coser, que se alternaram comigo na condução dos trabalhos.

Vou encerrar a reunião, antes convocando a próxima para terça-feira, às 18 horas.

Está encerrada a reunião.

**Segunda Sessão Legislativa Extraordinária**
**Qüinquagésima Primeira Legislatura**

## ATA DA REUNIÃO PARA APRECIAÇÃO DA PROPOSTA DE RELATÓRIO FINAL DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2000 A 2003 NO COLEGIADO DE RELATORES ADJUNTOS E O RELATOR-GERAL, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2000

Aos dezessete dias do mês de maio do ano dois mil, reuniu-se o Colegiado de Relatores Adjuntos, o Relator-Geral e os representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação da Proposta de Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 19/99, do Congresso Nacional – Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Foi registrada a assinatura dos seguintes parlamentares na lista de presença: **I)**Relator-Geral: Deputado Renato Vianna; **II)** Relatores Adjuntos: Deputado Paulo Braga, relator da Área Temática I - Poderes do Estado e Representação; Deputado Roberto Balestra, relator da Área Temática IV - Agricultura e Política Fundiária; Deputado Pedro Chaves, relator da Área Temática V - Infra-estrutura; Deputado Virgílio Guimarães, relator da Área Temática VI - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Senador Lúcio Alcântara, relator da Área Temática VII - Saúde; Senador José Alencar, relator da Área Temática VIII - Previdência e Assistência Social; Deputado Neuton Lima, relator da Área Temática IX - Integração Nacional e Meio Ambiente; **III)** Representantes do Colegiado de Líderes: Deputados Alberto Goldman, pela Liderança do Governo no Congresso Nacional e o Deputado Santos Filhos, pelo PFL; e **IV)** Parlamentares não integrantes do Colegiado de Relatores Adjuntos: Deputados João Fassarella e Jorge Khoury. Foi registrada a ausência dos seguintes parlamentares: Deputado Silas Brasileiro, Relator da Área Temática III - Fazenda e Desenvolvimento e Senador Moreira Mendes, relator da Área Temática X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **ABERTURA:** Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, o Relator-Geral, Deputado Renato Vianna, deu início aos trabalhos e passou à apreciação da Ata da Reunião para apreciação dos Relatórios Adjuntos do Plano Plurianual para 2000 a 2003 no Colegiado de Relatores Adjuntos e o Relator Geral, realizada em 18 de abril de 2000. Não houve discussão. O Relator-Geral declarou a Ata aprovada. A seguir, foi solicitado ao Senador Lúcio Alcântara que assumisse a direção dos trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Apreciação da Proposta de Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Relator-Geral: Deputado Renato Vianna. O Relator-Geral fez a apresentação da Proposta de Relatório Final. O Deputado Neuton Lima formulou questão de ordem e questionou se o anexo das emendas faria parte integrante da Lei. O Relator-Geral informou que o anexo acompanharia a Lei, porém não seria parte integrante da mesma. O Deputado Pedro Chaves discutiu a matéria. O Deputado João Leão fez proposta no sentido de que a Proposta do Relatório Final fosse votado, com a ressalva de que a decisão de adensamento ou não em nível de título, sem seus respectivos subtítulos, será tomada pelo Plenário da Comissão. Em votação, a proposta de Relatório Final foi **aprovada** por unanimidade, no Colegiado de Relatores Adjuntos, com as RESSALVAS propostas pelo Deputado João Leão. **ENCERRAMENTO:** O Relator-Geral encerrou a reunião, às dezessete horas e quarenta e sete minutos e, para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Relator-Geral e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado RENATO VIANNA. Relator-Geral.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Havendo número regimental, declaro aberta a reuniã o para apreciação da proposta do relatório final do Plano Plurianual para o período 2000/2003, no colegiado de Relatores-Adjuntos e de representantes das Lideranças da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Apreciação da ata da reunião para análise dos relatórios adjuntos do Plano Plurianual para o período 2000/2003, no colegiado de Relatores-Adjuntos e do Relator-Geral, realizada em 18 de abril de 2000.

*(Pausa.)*

Havendo concordância do plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão da ata, declaro-a aprovada.

Ordem do dia.

Convido o Senador Lúcio Alcântara, o mais antigo e que acumula o maior número de mandatos nesta Casa, no Parlamento, para que presida os trabalhos deste colegiado, ante a necessidade de o Relator-Geral ocupar a tribuna, para fazer o relatório. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Deputado Renato Vianna, para apresentar o relatório sobre o PPA.

Estou aqui na Presidência, e o motivo invocado não é dos mais agradáveis — preferiria ter sido convocado por ser o mais jovem aqui —, mas, infelizmente, sou um peso dos anos.

Deputado Renato Vianna, por favor.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O mais brilhante.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Não chamei o mais idoso, mas o mais antigo.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O mais brilhante.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – E o mais brilhante.

PARECER

Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2000/2003.

**PALAVRAS INICIAIS**

Indicado pelo meu partido, o PMDB, fui designado, no final do mês de outubro de 1999, pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senador Gilberto Mestrinho, para responder pela Relatoria-Geral do Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003.

Por decisão soberana do Plenário da referida Comissão, inverteu-se a ordem natural de votação das matérias orçamentárias, priorizando-se a discussão e votação do Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, contendo a proposta orçamentária para 2000, ao invés do Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, que dispõe sobre o PPA.

A compatibilização necessária dos programas e ações discutidos e aprovados no Projeto de Lei Orçamentária para 2000 exigiram nossa presença em contatos permanentes com as relatorias-setoriais, lideranças e autoridades governamentais, haja vista que o orçamento seria aprovado previamente e que o PPA deveria a ele se adequar.

Adotamos, pela primeira vez no Congresso Nacional, a iniciativa de abrir uma discussão ampla e democrática a respeito do Plano, percorrendo as mais recônditas regiões do País.

Atendendo convites de empresários, universidades, lideranças políticas e dos Poderes Executivo, promovemos, após minuciosa explanação do Plano, debates enriquecedores nos mais importantes centros urbanos, nas federações de indústrias e do comércio, nas assembléias, com representantes de sindicatos, organizações não-governamentais, em todos esses foros, colhendo sugestões para aprimorar programas e ações.

Conhecemos a face mais cruel da miséria, constatada por meio de indicadores da fome e da pobreza, em circunstâncias em que só tendem a se acentuar as disparidades regionais e as desigualdades sociais.

Se no semi-árido nordestino verificamos o sucesso de programas ligados à fruticultura irrigada, e lá fomos acompanhados do Relator-Setorial, Deputado João Leão, no Baixinho do Irecê, no Pontal e em Salitre, a alguns quilômetros dali, próximo às margens do mesmo rio São Francisco, constatamos nas cidades do interior de Sergipe, em Poço Redondo, Canindé, nas imediações de Xingó, Paulo Afonso e Itaparica, os mais aviltantes índices de degradação humana. Estatísticas da ONU revelam que, em Poço Redondo, de cada mil crianças que nascem, 96 morrem antes de atingir o primeiro ano de idade.

A luta desigual pela sobrevivência constitui-se numa cena rotineira nos arredores dos aglomerados urbanos e nas ocupações desordenadas que se multiplicam nos campos.

É preciso redesenhar o mapa do Brasil, procurando tornar mais humanas as condições de vida do nosso povo. Com esse propósito, centramos os nossos esforços na criação de quatorze programas nacionais, visando delimitar os mais acentuados bolsões de miséria — definindo espacialmente, mediante critérios, indicadores e índices, treze mesorregiões diferenciadas e a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno), já criada por lei, que compreende a conturbada periferia do Distrito Federal.

Essa talvez seja a grande contribuição concreta, real para, nos próximos anos, por intermédios de métodos e programas permanentes, reduzir drasticamente os índices de miséria que envergonham o nosso País.

## I – RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 1999, o Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN (Mensagem nº 839, de 1999-CN), que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000/2003 e dá outras providências. Nos termos do art. 9º da Resolução nº 2, de 1995-CN, conferiu-nos o Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, Exmo. Senador Gilberto Mestrinho, a honrosa missão de relatá-lo.

### O PPA

De acordo com o art. 165, § 1º, da Constituição Federal, a lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é norma de planejamento de médio prazo para as políticas de governo. Ele expressa a estratégia do Governo Federal no quadriênio que começa no segundo ano do mandato presidencial, alocando os recursos disponíveis dos orçamentos da União em despesas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Não apenas os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e do investimento das estatais compõem o PPA. Desde o Plano Plurianual anterior, 1996/1990, tem havido a preocupação de incluir investimentos financiados com recursos de outras fontes que possam ser mobilizados durante sua execução. São incorporadas ao cenário as iniciativas privadas, internas e externa, e a participação de Estados e Municípios. Tal concepção coaduna-se com o que dispõe o art. 174 da Constituição Federal, **in verbis**: "como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado". (grifo nosso)

As grandes linhas programáticas traçadas no PPA materializam-se na lei orçamentária anual, segundo o que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, onde são estabelecidas as prioridades e metas para o correspondente exercício financeiro. Justamente para propiciar melhor integração e compatibilização desses três instrumentos básicos de planejamento e orçamento, o projeto do PPA para o período 2000/2003 apresenta mudanças significativas em relação ao Plano anterior.

### O PPA E O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Não obstante a qualidade do Plano que foi apresentado ao Congresso Nacional e a despeito de nossa determinação de proceder com agilidade, estamos vendo com pesar o tardio debate de nosso substitutivo. Felizmente, isso em nada prejudicou o bom funcionamento dos serviços e investimentos públicos federais, pois a Comissão, sabiamente, decidiu pela aprovação prévia do orçamento anual, que, por sua vez, podia ser executado em duodécimos.

A principal razão para o atraso tanto da aprovação do Orçamento, como deste PPA, foi o fato de haver tramitado simultaneamente no Congresso Nacional a proposta que veio a se converter na Emenda Constitucional nº 27, de 2000, que permitiu a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, a DRU. Tanto a proposta orçamentária, como a do plano plurianual tinham sido elaboradas já se levando em conta os efeitos dessa desvinculação.

Em segundo lugar, como vinha ocorrendo a cada quatro anos, concentraram-se em poucos meses a apreciação concomitante da proposta orçamentária e do PPA, ambos encaminhados ao Poder Legislativo na mesma data.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização procurou enfrentar esse desafio adotando a Resolução nº 3, de 31 de agosto de 1999, que regulou, a título excepcional e temporário, o processo orçamentário de 2000.

Para racionalizar o processo de apreciação dos referidos projetos, embora mantidas as áreas temáticas autônomas, previu-se que os relatórios setoriais seriam votados no plenário da Comissão, em lugar de em subcomissões.

Este relatório é resultado do trabalho do colegiado dos relatores, geral e setoriais. Além disso, passaram a ser atribuição do Relator-Geral a análise e sistematização do texto da lei e da receita.

O número de relatores-setoriais foi este ano aumentado de sete para dez, cada um com a responsabilidade de apreciar uma parte determinada do programa de trabalho. No caso do PPA, foram as seguintes as áreas temáticas e os relatores:

I – Poderes do Estado e Representação: Deputado Paulo Braga;

II – Justiça e Defesa: relator-setorial Deputado João Leão;

III – Fazenda e Desenvolvimento: Relator-Setorial Deputado Silas Brasileiro;

IV – Agricultura e Política Fundiária: Relator-Setorial Deputado Roberto Balestra

V – Infra-estrutura: Relator-Setorial Deputado Pedro Chaves;

VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia: Relator-Setorial Deputado Virgílio Guimarães;

VII – Saúde: Relator-Setorial Senador Lúcio Alcântara;

VIII – Previdência e Assistência Social: Relator-Setorial Senador José Alencar;

IX – Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo: Relator-Setorial Deputado Neuton Lima;

X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Relator-Setorial Senador Moreira Mendes.

Nosso esforço de aperfeiçoamento do Plano Plurianual não foi, portanto, um trabalho solitário. Os Relatores-Setoriais ativeram-se a critérios tecnicamente justificados para apresentar seus pareceres, que representaram considerável avanço em direção a um produto final de grande qualidade. Quero registrar meus agradecimentos a todos esses ilustres Parlamentares, que desempenharam papel fundamental na apreciação do plano plurianual, por seu trabalho dedicado.

Por último, não poderia deixar de expressar publicamente minha admiração pela maneira como o Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, conduziu os trabalhos, tendo dado imenso apoio a esta relatoria em todas as suas etapas.

Procuramos encontrar as melhores técnicas para as sucessivas dificuldades que se apresentaram no desenvolvimento de nosso trabalho. Trabalhamos com serenidade e profunda atenção à legislação vigente. Nossa preocupação, numa primeira abordagem, voltou-se para a relativa escassez de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dos quais dependia o atendimento da maior parte das alterações propostas no Congresso Nacional. Regra geral, ainda que esse valor não estivesse tão explícito como na lei orçamentária anual, a programação plurianual está igualmente limitada pela exigência de apuração de substancial superávit primário nos exercícios cobertos pelo PPA. O objetivo de preservação dos resultados fiscais implícitos na proposta não foram impedimentos para que identificássemos recursos. Amparados em nossas prerrogativas, o Poder Legislativo desempenhou o seu papel.

O substitutivo que ora propomos demonstra de forma transparente a orientação que imprimimos aos nossos trabalhos. Estamos colocando à disposição do Congresso Nacional material para o exame dos Srs. Parlamentares. Acreditamos ter tomado as decisões acertadas e que o Plano Plurianual que fizemos seja o melhor para a sociedade brasileira.

Nosso substitutivo significa um crescimento de pouco menos de 2% em relação à proposta encaminhada pelo Poder Executivo. Já as despesas de capital, que correspondem, predominantemente, a investimentos, cresceram 13%. O acréscimo foi de 11 bilhões de reais em nosso substitutivo.

O instrumento que usamos para identificar as prioridades nacionais, em relação a investimentos, foram as emendas apresentadas pelos Parlamentares, identificando as carências por ação governamental e corrigindo, em parte, os desequilíbrios regionais.

Em particular, foi nas áreas de infra-estrutura, de irrigação e meio ambiente e de desporto e turismo que se concentraram os mais volumosos aportes desta Relatoria.

## O CENÁRIO MACROECONÔMICO

Na proposta do PPA para 2000/2003 e respectiva mensagem consta o Capítulo 7, "O cenário, o plano e os orçamentos", explicitando o cenário macroeconômico que subsidiou a proposta. Lamentamos que, em comparação com o PPA para 1996/1999, essa parte do documento estivesse mais pobre em dados.

As principais metas são sintetizadas abaixo.

## METAS DO PPA 2000/2003, EM PERCENTUAIS

Taxas:

Crescimento real do PIB: para 2000, 4,00%; para 2001, 4,50%; para 2002, 5,00%; e, para 2003, 5,00%.

Crescimento do nível de emprego: para 2000, 2,70%; para 2001, 2,70%; para 2002, 2,70%; e, para 2003, 2,70%.

Taxa de inflação de acordo com o IGP-DI médio: para 2000, 6,07%; 2001, 4,32%; 2002, 3,45%; e, finalmente, 2003, 2,99%.

O Plano Plurianual para o período está voltado para a criação de um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento sustentado, necessário à geração de empregos e oportunidades de renda, dando ao brasileiro condições de prosperidade e dignidade. O cenário que se descortina para o ano 2000 e anos vindouros é promissor.

Isso se dará sem prejuízo da estabilidade monetária, tão duramente conquistada. Deixamos para trás os movimentos oscilantes da economia brasileira. O PPA traz-nos metas ponderadas de inflação e taxas médias de juros, ambas decrescentes no período do Plano. Os custos mais baixos do financiamento revigorarão as atividades produtivas, promovendo o desenvolvimento. Contudo, não há intenção de que a economia se acelere. Assim, as taxas previstas para o crescimento do Produto Interno Bruto — PIB, embora elevadas, são inferiores às observadas na década de 70. São, aliás, exatamente as mesmas que foram projetadas no PPA anterior e que, infelizmente, não se concretizaram, em decorrência das crises do Sudeste Asiático e da Rússia, combinadas com a insuficiente reforma fiscal dos exercícios anteriores a 1998.

Em relação às metas de crescimento da economia brasileira, observa-se que: a) tais taxas de crescimento são atualmente factíveis, pressupondo um cenário externo favorável, como também, de acordo com a mensagem, a aprovação das reformas estruturais pelo Congresso Nacional. São expressamente citadas a regulamentação da reforma previdenciária, a reforma tributária e a Lei de Responsabilidade Fiscal; b) as fontes principais de dinamização da demanda agregada são os investimentos e as exportações, que passariam dos 51,1 bilhões de dólares em 1998 para 100 bilhões de dólares em 2002. Esse crescimento das exportações pressupõe adequação do regime cambial, políticas de incentivo às exportações e desoneração dos tributos cumulativos, com a reforma tributária.

A trajetória do PIB contemplada no PPA ensejará crescimento do nível de emprego de 2,7% ao ano. Crescimento nesse ritmo pressupõe aumento da produtividade, o que é coerente com o processo de mudança tecnológica e organizacional observada nas atuais economias. Considerando que a População Economicamente Ativa — PEA deverá aumentar 2,3% nos próximos anos, esse crescimento do nível de emprego permitiria não só absorver esse aumento, mas também reduzir o número de desempregados em cerca de 1 milhão ou 1,5 ponto percentual da taxa de desemprego em 2003.

Sobre as metas de inflação, cabe observar que: a) o parâmetro é o IGP-DI, produzido por entidade independente do Governo, sendo esse o índice geralmente utilizado para tratar valores de receita e despesas dos orçamentos e da dívida. No entanto, o índice adotado pelo Banco Central para fins de política monetária e de metas de inflação foi o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado — IPCA, do IBGE. As metas para 1999, 2000 e 2001 são de 8%, 6% e 4%, respectivamente, mostrando que são, **grosso modo**, compatíveis com as utilizadas no PPA; b) o atingimento das metas de inflação e crescimento é factível, embora pressuponha a efetivação do ajuste fiscal.

O PPA reitera o compromisso do Governo em consolidar um regime fiscal austero e responsável e explicita como meta fiscal a manutenção sob controle — estabilização — da relação entre a Dívida Líquida do Setor Público e o PIB. Há, na mensagem, metas de superávit primário da União para os anos 2000 (de 2,65% do PIB) e 2001 (2,60% do PIB), iguais àquelas constantes do acordo com o Fundo Monetário Internacional — FMI. A mensagem silenciou sobre a relação dívida/PIB.

Depreende-se que a formulação do PPA baseou-se nos parâmetros e metas do ajuste acordado com o FMI, que o Brasil tem cumprido com extraordinária seriedade. As metas fiscais do setor público constantes do acordo, embora não explicitadas no PPA, são as seguintes:

**RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO**
(em percentual do PIB)

Governo Central: 1999, 2,30%; 2000, 2,65%; 2001, 2,60%.

Estados e Municípios: 1999, 0,40%; 2000, 0,50%; 2001, 0,65%.

Empresas estatais: 1999, 0,40%; 2000, 0,10%; 2001, 0,10%.

Consolidado: 1999, 3,10%; 2000, 3,25%; 2001, 3,35.

## REESTIMATIVAS DE RECEITAS

O prolongamento do prazo de apreciação da proposta permitiu-nos acompanhar com atenção a evolução das questões econômicas e fiscais do País. Houve fatos recentes que nos pareceram relevantes e, à luz da informação acumulada até dezembro de 1999, foram assimilados em nosso relatório.

Interessou-nos o debate relativo à relação entre a dívida pública e o PIB, que praticamente alcançou, já em dezembro de 1999, a meta indicativa originalmente fixada para o fim de 2001, de 46,5% do PIB. Isso se deveu à inflação, maior que a prevista no segundo semestre, ao maior crescimento do PIB e à valorização da taxa de câmbio nos últimos meses do ano.

A LDO para 2000, contudo, exigia um superávit primário mínimo de 2,6% do PIB em 2000, patamar ao qual o projeto de lei orçamentária teve de se adequar. Em 15 de abril, foi encaminhado o projeto de LDO para 2001, com novas projeções, que puderam influenciar nosso trabalho, aprimorando nossas reestimativas de receitas, fundamentadas inicialmente apenas no cuidadosc relatório do Deputado Carlos Melles, Relator-Geral do Orçamento para 2000.

Não cabe aqui repetir os esclarecedores comentários que constaram do relatório do Relator-Geral do Orçamento, a propósito da reestimativa de receitas. A receita da proposta orçamentária foi acrescida de 8 bilhões, 273 milhões de reais no substitutivo do Relator. Considerando exclusivamente a receita não financeira, o acréscimo foi de 7.997 milhões, sendo 7.241 decorrentes do aumento da variação estimada do índice de inflação (IGP-DI médio) de 6,07% para 11,36%, de 1999 para 2000, e o restante de outras receitas.

Parte desse acréscimo da receita não financeira foi destinado às transferências constitucionais e legais, bem como ao aumento do valor nominal do superávit primário (apesar da redução da meta de 2,65% para 2,60% do PIB no substitutivo). Assim, a receita disponível em 2000 aumentou apenas 5 bilhões, 370 milhões, conforme mostra o quadro abaixo.

### ORÇAMENTO PARA 2000
(em milhões de reais)

Receita não financeira: proposta, 229.216; no substitutivo, 237 bilhões, 213 milhões de reais, com acréscimo de 7 bilhões, 997 milhões de reais.

Transferências constitucionais e legais: 32 bilhões, 731 milhões de reais; no substitutivo, 34 bilhões, 502 milhões de reais, com acréscimo de 1 bilhão, 771 milhões de reais.

Receita líquida: na proposta, 196 bilhões, 485 milhões de reais; no substitutivo, 202 bilhões, 711 milhões de reais, com acréscimo de 6 bilhões, 226 milhões de reais.

Superávit primário: na proposta, 28 bilhões, 463 milhões de reais; no substitutivo, 29 bilhões, 319 milhões de reais, com acréscimo de 856 milhões de reais.

Receita disponível: na proposta, 168 bilhões, 22 milhões de reais; no substitutivo, 173 bilhões, 392 milhões de reais, com acréscimo de 5 bilhões, 370 milhões de reais.

### REESTIMATIVA DE RECEITA DO PPA
2000/2003

A partir da reestimativa de receitas para o exercício de 2000, pudemos avaliar o aumento de receitas para 2001 a 2003, abrangendo o período do PPA. Para isso, consideramos os seguintes elementos, resumidos no quadro abaixo:

### CENÁRIOS E METAS PARA 2000/2003
(em percentual)

Crescimento do PIB real: 2000, 4,00%; 2001, 4,50%; 2002, 5,00%; 2003, 5,00%.

Taxa de inflação: 2000, 6,07%; 2001, 4,32%; 2002, 3,45%; 2003, 2,99%.

Superávit primário (percentual de acordo com o crescimento do PIB): 2000, 2,65%; 2001, 2,60%; 2002, 2,20%; 2003, 1,80%.

Assim, tivemos, como instrumentos e hipóteses de trabalho:

1) O cenário macroeconômico utilizado no Plano, constante da Mensagem nº 839, de 1999-CN, que apresenta metas de crescimento do PIB real e da taxa de inflação;

2) As metas de superávit primário federal (em relação ao PIB) adotadas no acordo com o FMI, de 2,65% em 2000 e 2,60% em 2001; para os anos subseqüentes, adotamos as informações mais recentes, as metas fiscais constantes do projeto de LDO para 2001, de 2,20% em 2002 e 1,80% em 2003;

3) A receita não financeira e as transferências constitucionais e legais crescerão na mesma proporção que o PIB nominal, ou seja, a carga de impostos em 2001/2003 será a mesma de 2000.

A partir desses parâmetros, calculamos a estimativa da receita disponível no triênio posterior a 2000. Para o primeiro ano de vigência do PPA, coincidente com o Orçamento da União recentemente aprovado, foi computada a receita reestimada no

substitutivo do Relator. Deve-se notar que, guardando coerência com a metodologia do Plano Plurianual, foram deduzidas da receita as transferências constitucionais e legais para atender às necessidades de ajuste fiscal, deduzidos os aumentos do valor nominal do superávit primário, calculados em proporção do PIB.

## NOTA SOBRE O DETALHAMENTO DAS AÇÕES NO SUBSTITUTIVO

Cabe-me ainda ressaltar um aspecto fundamental para aqueles que examinarão nosso substitutivo, que tem a ver com a maneira como a programação plurianual foi detalhada. Nossa intenção sempre foi a de aproveitar ao máximo as contribuições de nossos colegas Parlamentares para a definição das prioridades no quadriênio. Tivemos de fazê-lo, contudo, dentro da boa técnica. Originalmente, as normas relativas à apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual determinavam que não seriam objeto de emendas as ações típicas de subtítulos orçamentários. Ocorre que a proposta que nos foi encaminhada incorreu nesse equívoco, classificando como ação o que a lei orçamentária sempre contempla em nível de subtítulo. Para dar solução a esse problema, a relatoria foi autorizada pelo colegiado a promover o adensamento de todos os subtítulos contidos na proposta original do Poder Executivo, entendendo-se como adensamento a agregação de valores inicialmente aprovados em subtítulos nos títulos ou ações correspondentes. Ainda assim, Relatores-Setoriais utilizaram critérios diferenciados, acolhendo em certos casos emendas que se caracterizavam como típicas de subtítulos orçamentários, ou seja, emendas propondo ações de caráter municipal ou localizadas. A despeito das melhores intenções daqueles que apresentaram e viram aprovadas essas emendas, o fato não poderia ser tolerado, pois, além de contrariar as normas da apreciação do projeto, prejudicaria todos os Parlamentares que as respeitaram.

Entende-se que o Plano Plurianual não precisa e não deve promover detalhamento exaustivo das despesas, mas estabelecer em um nível adequado as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Não faz sentido discriminar os investimentos do Governo Federal com detalhamento semelhante àquele que cabe à lei orçamentária, sob o risco de o PPA antecipar uma discussão no varejo, em prejuízo de sua finalidade maior, que é a discussão da locação dos grandes montantes de despesa. Outro argumento contra esse procedimento excessivamente detalhista é que se poderá tolher a ação futura do Congresso Nacional, usando-se uma relação definitiva de subtítulos como critério de exclusão de novos investimentos.

Assim, julgamos que a melhor solução, de acordo com o art. 165 da Constituição, é apresentar um substitutivo do PPA promovendo o adensamento de todas as ações que sejam subtítulos orçamentários, sem prejuízo de que estas venham a constar do anexo específico. Evidentemente, também não seria admissível aceitar tratamento diferenciado em transações constantes do projeto do Plano Plurianual do Poder Executivo e aquelas ações sugeridas pelas emendas. Por essa razão, todas as ações que constaram do projeto do PPA e que eram subtítulos orçamentários foram colocadas de forma genérica.

Há diversidades encontradas no decorrer do processo legislativo. É importante deixar registrada a enorme dificuldade do assessoramento técnico da Comissão, para compatibilizar os programas e ações previstos no projeto do PPA com aqueles constantes da proposta orçamentária. Constatou-se a existência de inúmeras ações orçamentárias no PPA em nível de projeto, que correspondiam a subtítulo na proposta de orçamento. Não bastasse isso, foram encontradas várias ações cujas denominações não correspondiam àquelas listadas no Orçamento.

Outra incompatibilidade séria é a de que, no projeto do PPA, utilizou-se apenas um produto para cada ação, ao passo que, no Orçamento, vários títulos correspondentes à ação no PPA utilizam mais de um produto para expressar o bem ou serviço resultado da ação. Ademais, em vários casos, não foi possível encontrar a correspondência entre as metas físicas e os valores das ações no PPA com as respectivas ações orçamentárias.

Notou-se ainda a ausência completa de codificação para os programas de ações constantes do projeto, ainda que posteriormente encaminhada informalmente em meio magnético, aliada à falta de uniformidade dessa codificação com aquela prevista no Orçamento de 2000, o que acarretou substanciais dificuldades e atraso no fechamento dos trabalhos a cargo desta relatoria.

## A ERRATA ENVIADA PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Por meio do Ofício nº 511-MP, de 29 de dezembro de 1999, o Exmo. Sr. Ministro encaminhou à Presidência do Congresso Nacional proposta de retifica-

ção do Projeto de Lei nº 19/99-CN, informando ter sido constatado erro material no referido projeto de lei, bem como indicando em quadros anexos as programações incorretas e as sugestões para sua correção, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Após analisar as retificações propostas, esta relatoria concluiu por apresentar dois tipos de modificações: aquelas que alteram os elementos caracterizadores de programas e ações e aquelas que envolvem valores. Para as primeiras, optamos por assimilar as alterações por intermédio de apenas uma emenda, englobando todas as modificações. Para as incluídas no segundo grupo, a opção foi apresentar uma emenda para cada alteração de cada valor ordinário de recurso orçamentário. As modificações que implicavam mudança nos valores das ações com recursos oriundos das demais fontes, ou seja, que não envolviam recursos dos orçamentos da União, não foram acatadas, pois acarretavam acréscimo de mais de 9 bilhões nos valores iniciais do PPA. As alterações acatadas nas ações que envolviam recursos dos orçamentos da União provocaram um acréscimo de 972,7 milhões de reais.

## CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ENTRE OS ESTADOS

Na distribuição dos recursos entre as Unidades da Federação, esta relatoria utilizou como parâmetro o disposto no art. 165, § 7º, da Constituição Federal, objetivando a redução das desigualdades inter-regionais. Importa salientar que tal distribuição ocorreu também observando-se as prioridades constantes das emendas de bancadas apresentadas. No entanto, como a bancada do Rio Grande do Norte não apresentou emenda, esta relatoria consultou os respectivos Parlamentares no sentido de serem elencadas as prioridades, entre aquelas constantes das emendas individuais. Além disso, este Relator procurou conhecer a realidade de cada Estado, como já salientado em tópico específico no preâmbulo deste relatório, com o intuito de proceder à locação de recursos não apenas técnica, mas consentânea com as necessidades apuradas, priorizando investimentos nas áreas mais carentes e no enfrentamento dos problemas mais agudos de cada Unidade da Federação.

## ALTERAÇÃO NO TEXTO DA LEI SEGUNDO O SUBSTITUTIVO

As alterações que resultaram no substitutivo que ora apresento têm a finalidade não apenas de incorporar as diversas emendas oferecidas especificamente ao texto da lei, mas também de contribuir para o aperfeiçoamento do Plano Plurianual, como importante instrumento de planejamento de que dispõe a Administração Pública. No art. 1º do substitutivo, foram introduzidas duas modificações: a primeira visa assegurar a manutenção da compatibilidade das metas previstas no Plano com as modificações decorrentes do trâmite legislativo do projeto que resultou na Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000 ( Lei Orçamentária para 2000). A segunda, com a inserção do parágrafo único, tem por objetivo unificar a codificação dos programas e ações no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, permitindo a integração entre essas peças. Com a aprovação do Orçamento para 2000, tornou-se necessário alterar o art. 2º do projeto, a fim de prever que as metas e prioridades para este ano sejam aquelas contidas na Lei Orçamentária para o ano em curso.

A expressão incluída na parte final do art. 3º ("observado o disposto nos artigos 1º e 5º desta lei") tem os seguintes objetivos: a) excepcionar da exigência de projeto de lei específico as adequações previstas no art. 1º, relativamente às alterações efetuadas no âmbito do Congresso Nacional, no projeto de lei que resultou na Lei nº 9.969, de 2000, lei orçamentária para 2000; b) fazer com que qualquer alteração nos programas leve em consideração codificação uniforme, parágrafo único do art. 1º; c) prever que alterações nos valores dos programas possam ocorrer por meio de inclusão, exclusão ou modificação de ação orçamentária prevista no PPA, art. 5º, Emenda nº 3543.0007.

O escopo da inclusão do parágrafo único no art. 3º é prever que o Executivo justifique adequadamente a inclusão de um novo programa, indicando os recursos que irão financiá-lo (inciso I), e exponha as razões que porventura motivem alteração ou exclusão de programa (inciso II). O inciso III explicita que as alterações de que trata o artigo dizem respeito às denominações e objetivos dos programas, com as eventuais modificações nos respectivos indicadores, e são autorizadas no parágrafo único do art. 5º. O art. 4º do substitutivo aglutina as emendas de nºs 1942.0003, 3543.0007, 2333.0001, 2273.0003, 2174.0015 e 2337.0015, todas no sentido de detalhar o conteúdo do relatório de avaliação do Plano Plurianual.

A expressão acrescentada ao **caput** do art. 5º ("alterando-se, na mesma proporção, o valor do respectivo programa") complementa a intenção expres-

sa no final do art. 3º ("observado o disposto nos arts. 1º e 5º desta lei"), assim como incorpora o sentido da emenda 3543.0007, que tem o objetivo de deixar claro que qualquer inclusão, exclusão ou alteração de ação orçamentária, por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, acarreta reflexo de idêntico valor no respectivo programa. Acatando parcialmente a Emenda 3536.0083, a modificação do parágrafo único do art. 5º visa explicitar que a autorização ao Poder Executivo para incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas restringe-se tão-somente aos casos em que essas modificações não envolvam recursos dos orçamentos da União.

A redação anterior dava margem à interpretação de que haveria a possibilidade de incluir, excluir ou alterar outras ações constantes do PPA se tal modificação não resultasse em mudança no Orçamento da União.

## II – VOTO

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, conforme anexos, nos termos do substitutivo que estamos apresentando.

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1999

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2000/2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003 em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores, custos e metas regionalizadas da Administração Pública Fe deral para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma dos anexos I e II, devendo o Poder Executivo, no prazo de quarenta e cinco dias, proceder às modificações nas metas do Plano Plurianual 2000/2003 decorrentes exclusivamente das alterações aprovadas pelo Congresso Nacional e consubstanciadas na Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.

Parágrafo único. As classificações dos programas e ações constantes deste Plano, das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais observarão as mesmas codificações.

Art. 2º As prioridades e metas para o ano 2000, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, estão contidas na programação orçamentária da Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração de programa constante desta lei serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico, observado o disposto nos arts. 1º e 5º desta lei.

Parágrafo único. O projeto conterá, no mínimo:

I – na hipótese de inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.

II – na hipótese de alteração ou exclusão do programa, exposição das razões que motivaram a proposta.

III – a alteração de que trata este artigo refere-se a modificações na denominação ou no objetivo de programa.

Art. 4º O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de abril de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual.

Parágrafo único. O relatório conterá, no mínimo:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e observados;

II – demonstrativo, por programa e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, apresentando, no mínimo, o seguinte detalhamento para a origem dos recursos aplicados:

a) do orçamento fiscal;

b) do orçamento da seguridade social;

c) do orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

d) das demais fontes.

III – demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior comparado com o índice final previsto.

Justificativa por ação para a ocorrência de percentual de execução físico ou financeira, anual ou acumulada, inferior a 70% do previsto.

IV – avaliação, com base nos demonstrativos do inciso I, II, III e IV, e por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador, e do cumprimento das metas físicas e da previsão de

custos previstas para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias, já adotadas e a adotar.

Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, quando envolverem recursos dos orçamentos da União, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a alteração de indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam recursos dos orçamentos da União.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, maio de 2000.

Era o que tínhamos a relatar, sem antes registrar e agradecer a dedicação de todo o assessoramento técnico da Comissão Mista de Orçamento que, diuturnamente, até altas horas da noite, adentrando a madrugada, aqui permaneceu no recinto da Comissão, no sentido de podermos, no mais breve espaço de tempo, como estamos fazendo, apesar das dificuldades e dos contratempos, apresentar neste dia, nesta tarde, no Colegiado, não só o nosso relatório, como o substitutivo ao Projeto de Lei nº 19, de 1999.

É o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Muito obrigado, Deputado Renato Vianna, pela apresentação do seu relatório, com os cumprimentos da Presidência pela dedicação, o interesse e o empenho que demonstrou para realizar da melhor forma possível a tarefa que lhe foi confiada.

Vamos entrar, agora, em discussão. Já há um inscrito, o Deputado João Leão, a quem concedo a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o nosso Relator. A sua luta foi árdua, Relator Renato Vianna. Percorreu V. Exa. este País inteiro; correu praticamente todas as regiões do País, viu a pobreza e procurou, em seu relatório, resolver alguns casos.

Diz V. Exa. em seu relatório:

Adotamos, pela primeira vez no Congresso Nacional, a iniciativa de abrir uma discussão ampla e democrática a respeito do Plano, percorrendo as mais recônditas regiões do País.

É verdade. Acompanhei com V. Exa. algumas dessas suas viagens.

Não podia deixar também, meu caro Relator, de parabenizar os Sub-Relatores: os Deputados Paulo Braga, Silas Brasileiro, Roberto Balestra, Pedro Chaves, Virgílio Guimarães, Neuton Lima, e os Senadores Lúcio Alcântara, José de Alencar e Moreira Mendes.

Foi um trabalho árduo. Levamos praticamente quatro meses nessa luta para aprovar este relatório e estamos chegando aos momentos finais.

Infelizmente não compareci à última reunião, onde foram acertados alguns assuntos, com os quais, para minha infelicidade, talvez não concorde. Um deles é a agregação.

Diz V. Exa. no seu relatório:

Assim, julgamos que a melhor solução é apresentar um Substitutivo do PPA, promovendo o adensamento de todas as ações que sejam subtítulos orçamentários, sem prejuízo de que estas venham a constar do Anexo específico.

Na minha opinião, essa agregação tira o valor do PPA e faz com que se tire esperanças. Esse PPA, de 1 trilhão de reais, veio dar expectativa a amplas e diversas regiões no Brasil, a praticamente todas as regiões do País, principalmente na área de irrigação.

Há aqui três, quatro, cinco emendas de V. Exa. que considero excepcionais. Inclusive, quero parabenizá-lo por algumas emendas que incluem Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Região da Chapada do Araripe, Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Região da metade sul do Rio Grande do Sul, Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Chapada das Mangabeiras, no Bico de Papagaio, na Bacia do Itaporã, que são excepcionais.

Penso que esses assuntos têm de constar no PPA. São regiões que precisam ser desenvolvidas e para as quais o Governo tem de acenar.

Agora, meu caro Relator, projetos da magnitude dos Projetos Salitre, Pontal, Baixio de Irecê e Jaíba têm de constar e não podemos deixar que fiquem fora do PPA, como também as rodovias federais.

Criamos esperanças ao povo brasileiro. Saíram manchetes em jornais e mais jornais: "Baixio de Irecê vai ser beneficiado com o PPA". "Rodovias BR-135, BR-320, BR-422". São rodovias no Brasil inteiro, e essas pessoas esperam ver no seu relatório que estão incluídos esses recursos para isso.

Não concordo com essa agregação. Não concordo. Temos de definir nesta Comissão uma maneira de resolver isso. Também não concordo que se colo-

que lá: passarela para um Município tal. As ações municipais não devem entrar. Também não concordo que sejam ações estritamente... Mas temos de alocar os grandes projetos no PPA. Essa é a opinião que deixo para reflexão dos colegas.

Tão importante como Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região da Chapada do Araripe é o Projeto Baixio de Irecê, que vai gerar 180 mil empregos diretos e beneficiar toda aquela região. São 180 mil empregos indiretos que vão beneficiar uma população de 1 milhão de habitantes.

Portanto, são nesses determinados pontos que não concordo que isso seja integrado. Isso será integrado a uma só nomenclatura: Projetos de Desenvolvimento Sustentado. Mas é importante, meu caro Senador, perdoe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – A minha preocupação, Deputado João Leão, é com relação ao fato de que a Presidência está sendo advertida de que foi iniciada a Ordem do Dia e os Deputados estão sendo chamados ao plenário.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Então, vamos marcar uma continuação para depois da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – A minha angústia não é com a relevância dos temas que V. Exa. traz ao debate. Nós temos uma questão de ordem regimental que precisamos desenvolver.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O desenvolvimento do País está em jogo. Acredito que sejamos responsáveis por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Principalmente o desenvolvimento da Bahia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Da Bahia e do Ceará, principalmente do Ceará.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Deputado Renato Vianna.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Sr. Presidente, eu gostaria de responder, de forma muito clara e transparente, ao Deputado João Leão e aos demais Parlamentares, a nossa escolha.

Tínhamos três critérios a seguir. O primeiro deles seria fazer a agregação integral das emendas, aquelas encaminhadas pelo Executivo e aquelas constantes de emendas apresentadas pelos Parlamentares, que se constituíssem em verdadeiros subtítulos, vedados pelas normas regimentais desta Comissão.

O segundo seria uma forma de compatibilizar, de fazer permanecer aqueles subtítulos, as ações menores detalhadas, localizadas, encaminhadas pelo Executivo no PPA; e colocar aqueles subtítulos correspondentes: Ações Novas de Emendas Parlamentares, num anexo, numa relação que acompanharia o nosso relatório, como também acompanharão todos os subtítulos ou aquelas ações e programas considerados localizados, municipalizados e setorizados.

E o terceiro seria a ampla agregação.

Ora, a Constituição Federal diz ,no seu art. 165, § 1º , que a lei que instituir o PPA deverá estabelecer, de forma regionalizada, os programas, as diretrizes, as metas e os objetivos das despesas de capital e outras delas decorrentes de ações continuadas. Tínhamos de adotar, de acordo com a estratégia, porque esse PPA quebra velhos parâmetros e paradigmas. Ele já não é idêntico aos de 96, 99, em que havia uma vinculação direta de programas, ações a Ministérios. A criação de 365 novos programas com gerentes, maior visibilidade, transparência e uma avaliação anual, e dentro do objetivo primordial, que é justamente a criação à concepção estratégica do desenvolvimento sustentável do Brasil, para os próximos quatro anos, através dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

Ora, a concepção, os princípios que regem o PPA para o seu desenvolvimento, o Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo para os próximos quatro anos, é a concentração justamente desses programas, que são compostos, cada qual, por um conjunto de ações nos eixos, nos corredores, procurando, assim, eliminar os problemas, as deficiências, as carências regionais e setoriais.

Se levarmos ao detalhamento, vamos transformar o PPA num verdadeiro orçamentão. Vamos fazer e transformar o Orçamento localizando, como no caso de subtítulo: Atividade e Projeto, Atividade e Operações Especiais, próprias dos orçamentos anuais, e vamos desfigurar completamente o Orçamento na sua concepção de desenvolvimento sustentável, macroeconômico, nos seus macroobjetivos para os próximos anos.

Por isso, gostaria de dizer que escolhi, procurando sempre privilegiar, tanto que para não cometer qualquer disparidade de desigualdade de tratamento entre as emendas apresentadas pelos Parlamentares que se identifiquem, que se compatibilizem com programas e ações, resolvi colocá-las numa relação que fará parte do nosso relatório, que terá não só a sua especificação, indicadores, metas, objetivos, mas também o seu valor referência, que, somados, dará

um montante, como chegamos a um acréscimo que fizemos na distribuição de recursos para as regiões e Estados, e também na alocação que eu gostaria de aqui acrescer ao meu relatório de principais programas nacionais que estamos direcionando: Florestar, 50 bilhões de reais; Saneamento Básico, 600 milhões de reais; Saúde da Família, 400 milhões de reais; Agricultura Familiar — PRONAF — 104 milhões de reais; Novo Mundo Rural, 80 milhões de reais; Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário, 66 milhões de reais; Expansão e Consolidação dos Conhecimento Científico, 50 milhões de reais; Inovação para Competitividade, 15 milhões de reais; Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas, 5 milhões de reais; Combate ao Crime Organizado, 25 milhões de reais; Infra-Estrutura Urbana — e aqui o saneamento é básico e saneamento é vida — 645 milhões de reais; Desenvolvimento Integrado — aí, Deputado João Leão, desenvolvimento integrado e sustentável das quatorze mesorregiões, as treze mesorregiões criadas e da RIDE — 50 milhões de reais e para o Programa Morar Melhor, que é justamente desenvolver a construção civil, gerar emprego e novas oportunidades de renda, combater o déficit habitacional estimado no PPA em 5,6 milhões de reais nos centros urbanos, estamos direcionando 440 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Meu caro Relator, dou razão a V. Exa. em praticamente tudo — 99,9, fica 0.1% que eu não dou.

Quando o Governo fez uma proposição dos megaprojetos, dos grandes projetos de irrigação no intuito de as regiões de desenvolvimento deste País... Essa foi uma proposição, inclusive, do Governo no intuito de desenvolvimento, isso é, uma proposição de geração. Se V. Exa. somar todos os projetos de irrigação, estamos com algo como 5 milhões de empregos diretos. Então, vamos pegar todas essas regiões... Na região do Jaíba, meu caro Senador, o que V. Exa. vai chegar dizendo? Acabou-se o Jaíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Deputado João Leão, a Presidência compreende perfeitamente a relevância do tema abordado por V. Exa., mas queria fazer um apelo aos membros do Colegiado de Sub-Relatores e temos um problema: a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados já começou, mas seria muito importante que concluíssemos, hoje, esta etapa da tramitação. O PPA tem enfrentado problemas, tem demorado. Claro que cada um, aqui, tem liberdade de usar da palavra e abordar os temas que desejar. Na verdade, a decisão final é da Comissão, que é quem vai poder modificar, aceitar destaque, emendas, etc.

*(Não identificado)* – Cabe destaque sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Cabe destaque, sim, na Comissão. É isso que estou querendo explicar. Quer dizer, a Comissão... Destaque, sim, senhor... Destaque de emenda rejeitada, cabe.

Então, queria fazer um apelo para que procurássemos ser sucintos nesta reunião do Colegiado para vencermos esta etapa, porque isso em nada prejudica destaques na reunião da Comissão em que se deverá iniciar, na próxima terça-feira, a discussão e, posteriormente, a votação na terça, quarta e quinta-feiras.

Era o apelo que queria fazer.

Concedo a palavra ao Deputado Neuton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros da Comissão e do Colegiado, quero cumprimentar o Relator por um Relatório bem completo e pela maneira sintética na sua leitura.

Parecem-me interessantes as preocupações do nobre Deputado João Leão, porque, de fato, fica evidenciado que, com o adensamento das proposituras para temas genéricos, como deixou muito claro o nobre Relator, deixa um tanto distante aquela percepção de que aquelas emendas individuais, propostas pelos Parlamentares, ficariam um tanto distanciadas ou até perdidas. Mas, parece-me, pelo que entendi do relatório, que o nobre Relator está propondo um anexo, conforme consta do último parágrafo, a fls. 10 do seu relatório, que diz o seguinte:

Assim, julgamos que a melhor solução é apresentar um Substitutivo do PPA, promovendo o adensamento de todas as ações que sejam subtítulos orçamentários, sem prejuízo de que estas venham a constar de Anexo específico.

Evidentemente, V. Exa. dá explicação no restante do parágrafo. Apenas, Relator, gostaria de fazer um questionamento. Não sei se obviamente seria uma questão de ordem, mas gostaria de obter a informação, por parte do Relator, e talvez da equipe técnica da nossa Comissão. Uma vez adensadas todas as emendas em um anexo, esse anexo é parte integrante da lei ou não? É a primeira questão que faço.

Em não sendo parte integrante da lei, onde ficariam essas emendas propostas? É a segunda questão.

A terceira questão, em não sendo anexo da lei, por que não colocaríamos, então, como sugestão que

esse anexo poderia fazer parte integrante da lei? É a sugestão, é a propositura que faço ao Relator, revendo esse parágrafo.

Quando chega aqui nesta expressão: "Constar de anexo específico, fazendo parte integrante desta lei". Pronto. Entendo que aqui nós estaríamos resolvendo o problema, talvez até a questão do nobre Deputado João Leão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Só vou tentar responder. Realmente acompanha o relatório...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Sr. Relator, Deputado Renato Vianna, antes, pela ordem, gostaria de dar a palavra ao Deputado Alberto Goldman, e depois V. Exa. terá a oportunidade de esclarecer.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Deixo clara a seguinte questão: há centenas de emendas e uma solução discutida, ontem, em reunião com as lideranças, onde estiveram presentes vários Relatores Setoriais — imagino que todos tenham sido avisados — numa tentativa de se chegar a uma solução conciliatória, para que pudessem aparecer as emendas que contrariam a norma regimental estabelecida. Elas são milhares e estão contrariando a norma regimental estabelecida.

Uma forma de — foi proposição até do Relator — não se contrariar , não se jogar totalmente fora essa solicitação dos Srs. Deputados e Senadores, é que se colocaria isso num anexo. Evidentemente, se é um anexo da lei, está fazendo parte da lei, ele acompanha a lei. Mas nós, pelo menos, deixamos uma estrutura de programas, dando uma visão do que é o plano de desenvolvimento do Governo, e depois dizemos: Olha, dentro desse plano de desenvolvimento, vamos fazer tudo isso que está aqui, que é o que está no anexo. Mas se nós misturarmos as duas coisas, você não terá visão nenhuma de plano de desenvolvimento, de eixo de desenvolvimento.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Até porque as emendas não foram rejeitadas, elas foram acatadas.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Isso evita que façamos simplesmente em questão de ordem e derrubemos todas as emendas. Seriam noventa e tantos por cento das emendas que foram feitas. Isso cria um caos enorme entre nós. Foi uma tentativa de se chegar a uma solução conciliatória...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Deputado Goldman, V. Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu só estou tentando explicar, mas acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Para disciplinar melhor o nosso trabalho, pediria ao Deputado Goldman...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu gostaria de fazer uma proposição a V. Exa.. Eu gostaria de pela ordem fazer uma proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Deputado João Leão, V. Exa. já...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Mas o Deputado Goldman concluiu pela ordem. Eu gostaria de conceder a palavra, agora, ao Deputado Renato Vianna.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu gostaria de fazer uma proposição que, acredito, vai encerrar a nossa discussão.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Sr. Presidente, responder a minha questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu gostaria de fazer uma proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Deputado João Leão. O Deputado Neuton Lima já havia concluído a sua indagação, mas não foi respondida.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Eu fiz três questionamentos à Mesa, estou aguardando a resposta. Até porque me permita, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Nas palavras do nobre Deputado Alberto Goldman, quando apontou especificamente a questão do anexo, é aí que está a minha dúvida, e S. Exa. não permitiu que o Relator respondesse a questão. Deixo clara a minha pergunta: o anexo faz parte integrante da lei ou não? Em não fazendo, qual destino se dará às emendas, aprovadas, até então colocadas pelo Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Deputado Neuton Lima, a indagação de V. Exa. está claríssima. O Deputado Goldman pediu a palavra pela ordem e deu alguns esclarecimentos. Agora, vamos ouvir o Deputado Renato Vianna.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – (Inaudível.) ...acompanha a lei, acompanha o relatório. Ele não faz parte da lei, teria de ser feita uma menção expressa ao acompanhamento, se fosse essa a decisão da Comissão.

Em segundo lugar, não podemos também prejudicar aqueles Parlamentares que não apresentaram emendas, para não conflitar com as disposições regimentais do art. 7º e as disposições que não permitiam...

O terceiro argumento, que inclusive já expliquei aqui, é de que o PPA é um programa nacional de desenvolvimento sustentável. Então, as emendas e o anexo que compõem não só nos seus indicadores, objetivos, plano, meta, resultados, inclusive valores, anualmente, ou seja, nos exercícios anuais de 2001 a 2003, tendo no PPA a referência, estando lá assegurado mesmo no anexo, o Parlamentar poderá, anualmente, fazer com que, por meio de uma emenda, essa ação seja revigorada, alterando valores, ampliando.

O que importa, enfim, é que, mesmo num anexo, essa emenda, parcialmente ou na sua totalidade, acatada pelo Relator Setorial ou pelo Relator-Geral, ficará bem clara, mesmo em anexo no PPA, no relatório geral.

A resposta, objetivamente, é esta: ela acompanha, não faz parte. Somente fará parte o anexo se em artigo, expressamente, houver referência de que ele fará parte dessa lei, será cogente, não obrigatória sua execução.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – A Presidência comunica ao Plenário que já foi iniciada a votação na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu tinha uma proposição para resolver sobre esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Sobre o assunto continuação ou não da reunião.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não, não. Só queria 30 segundos porque acho que chegaremos a um denominador comum nesta Comissão. Acredito que podemos votar o Relatório agora, rapidamente, deixando bem claro que existe parte dos componentes do Colégio de Líderes que não concordam com o critério. Portanto, V. Exa. poderia colocar em votação e discutirmos na Comissão. E poderíamos, ainda, fazer uma reunião desse Relator com o Líder do Governo para tentar chegar a um consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – A Presidência coloca em discussão a proposta apresentada pelo Deputado João Leão de que seja aprovado o Relatório apresentado pelo Deputado Renato Vianna, com a ressalva de que, no que toca ao critério que adotou de mandar relacionar no anexo as emendas apresentadas, a juízo de S. Exa., Relator-Geral...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Esse não pode ser o único argumento, quando se refere a esse ou a outros assuntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Não, até agora foi o aspecto levantado.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Até porque as inscrições... Eu estou de acordo com a celeridade. Mas não quer dizer que é o único assunto que exista.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – O problema é que temos uma questão regimental. Há uma votação na Câmara dos Deputados. Por mim, não há problema, dou prosseguimento. Porém, estamos contrariando o regimento.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Vamos aprovar. Estou de acordo em aprovar de imediato, mas na Comissão poderemos discutir os assuntos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Claro, mas esta é a proposta do Deputado João Leão: a aprovação do relatório, mencionando que há reparos em alguns critérios adotados pelo Relator-Geral. Se eu não tiver sido claro...

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, peço a palavra...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Senador Alencar, o Deputado Pedro Chaves havia solicitado a palavra anteriormente.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Relator, inicialmente parabenizo V. Exa. pelo relatório, que é resultado de um trabalho árduo, de meses de luta e de muita grandeza.

Especificamente falando, fizemos, no relatório de infra-estrutura, a indicação de duas emendas à proposta de V. Exa.. Uma para adequar tecnicamente uma das emendas rejeitadas e outra atendendo a um ofício encaminhado pelo Ministro de Estado dos Transportes. As duas emendas a que me refiro, uma relativa à BR-010, Tocantins, com a construção de trecho com a divisa Tocantins-Goiás e Tocantins-Maranhão, e a outra relativa à duplicação do trecho Guará-Mirim entroncamento BR-101, rodovia que estava terceirizada e retornou à administração do DNER. E nem no anexo nem no relatório V. Exa. faz menção a nenhuma das emendas, se foram aceitas ou não, e por qual motivo.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – Solicitei à Assessoria que essas recomendações das demais setoriais fossem acatadas . Pelo menos não quero assegurar aqui, mas tenho a impressão de que elas foram acatadas. Senão, oportunamente, ,teremos condição de aumentar esses recursos, através do próprio destaque, por ocasião da apresentação e discussão do nosso relatório a partir de terça ou quarta-feira nesta Comissão.

Eu até aproveito, Sr. Presidente, o ensejo para esclarecer aos Srs. Parlamentares que, publicado o nosso relatório, abre-se o prazo para que todos os Parlamentares membros da Comissão Mista, os 64 Deputados e 21 Senadores, possam tomar conhecimento, já preparar os seus destaques e apresentá-los no momento oportuno, que seria na apresentação do Relatório-Geral, a exemplo do que foi feito na apresentação do Relatório do PLA-2000. Então, há tempo. Eu quero que essa decisão que tomei possa ser discutida de forma democrática, mas entendo, quero deixar minha posição muito clara de que, de acordo com os princípios e os critérios do PPA, este é o melhor critério: o do adensamento. Mas respeito as opiniões contrárias dos Parlamentares que aqui se manifestaram.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Há outros Parlamentares inscritos e, se ficarmos sempre concedendo a palavra pela ordem, vamos evitar... O Deputado Virgílio Guimarães, por exemplo, foi um dos que primeiro pediu...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Mas, para celeridade, eu concordo em abrir mão, se todos fizerem o mesmo. Se for para ficar discutindo, eu faço questão da inscrição, porque eu tenho assuntos até distintos dos que foram aqui colocados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Então, eu gostaria... Só um minuto Deputado.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Eu não vou discutir como o senhor vai colocar em votação, apenas gostaria de perguntar a V. Exa. se haveria possibilidade de o nobre Relator analisar essa hipótese do último parágrafo e acrescentar aquela hipótese da...

(Intervenção ininteligível.)

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Então, eu faço a sugestão, não sei se posso fazer agora, verbalmente, de acrescentar ao relatório do nobre Relator Renato Vianna, onde consta: "Constar de anexo específico, fazendo parte integrante dessa lei". O anexo fazendo parte integrante da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Não há acordo. Deputado, a Presidência recebeu uma sugestão — aliás, foi o Plenário — do Deputado João Leão, que seria a aprovação do relatório, mencionando... E o Deputado Virgílio Guimarães fez questão de dizer que eventualmente a restrição não é só quanto a esse aspecto, mas pode ser quanto a outros. Aí, a partir de terça-feira, na reunião da Comissão, ela será soberana para decidir, porque, do contrário, vamos ficar aqui... E até porque eu acredito que o Deputado Renato Vianna, como Relator, nem tem condições, nem este Plenário, de assim deliberar nessa matéria. Isso requer uma decisão da Comissão plena. Eu queria, Senador Alencar, me desculpe, mas...

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra pela ordem, e como V. Exa. voltou exatamente ao mesmo ponto que me levou a pedir aquela hora, eu volto a insistir. Eu acho que se há espaço na reunião plenária para que se apresentem destaques, e considerando que esse problema é regimental, assim como regimental também é não estarmos aqui reunidos durante o período em que se realiza sessão deliberativa, então, penso que nós poderíamos votar agora. E eu faço essa sugestão, inclusive nem precisa dessa ressalva colocada pelo eminente Deputado Leão. Por quê? Está aberto para discussão e destaque sobre qualquer assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Eu entendi que quando o Deputado João Leão fez questão de dizer que há ressalva, foi para mostrar que não houve uma unanimidade quanto ao relatório. Evidente que a palavra final é da Comissão.

Então, eu pergunto se algum Parlamentar ainda deseja fazer alguma observação sobre a proposta apresentada pelo Deputado João Leão, porque eu gostaria de submetê-la à votação do Plenário. É a aprovação do substitutivo do Deputado Renato Vianna, ficando claro que há ressalvas ao relatório.

*(Não identificado)* – Há ressalvas, não.

*(Não identificado)* – Ao critério.

*(Não identificado)* – Há uma ressalva...

*(Não identificado)* – Ao critério do adensamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Por favor, V. Exa. poderia usar o microfone?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Pois não, meu caro Relator. A única ressalva que nós temos ao relatório, por sinal um relatório fabuloso, o nosso Relator...

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que o problema é Ceará e Bahia, com o problema da transposição das águas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não, ao contrário, eu quero que leve águas para...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Está de acordo, Deputado Virgílio?

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – A única ressalva nossa é o substitutivo do PPA, promovendo o adensamento de todas as ações que sejam subtítulos orçamentários, sem prejuízo de que essa venha a constar do anexo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Deputado João Leão, a única ressalva não é essa. O Deputado Neuton Lima tem outra ressalva. A ressalva dele é...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Não, mas a do Deputado Neuton Lima é a mesma minha, são idênticas.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA** – Sr. Presidente, questão de ordem. Acho que é apenas colocar em votação, essa discussão é inócua.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Vamos colocar em votação. Proposta de relatório final, apresentada pelo Relator Deputado Renato Vianna.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como estão.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Questão de ordem, Sr. Presidente. Aí eu não concordo. Porque não está dentro da proposta apresentada pelo Deputado Leão.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Deputado Santos Filho, a Presidência, constrangida, evidentemente que a palavra será assegurada a V. Exa. em qualquer momento, mas informa que esta é uma reunião do colegiado. V. Exa. integra o colegiado?

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Mas eu sou Líder de partido e posso utilizar da palavra, eu apenas não voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Mas V. Exa. está levantando uma questão de ordem. Não é usando a palavra como...

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – É uma questão de ordem porque V. Exa. está colocando em votação diferente do que foi proposto.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Mas o Líder tem razão, V. Exa. está colocando em votação a minha proposição.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sim, e V. Exa. está colocando a proposta do Deputado Leão diferente do que S. Exa. apresentou. Da maneira como V. Exa. coloca, não caberá mais nenhuma emenda e sequer destaque na próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Deputado Santos Filho, a reunião da Comissão será a partir de terça-feira, para discussão e votação, e evidentemente lá, qualquer integrante da Comissão, poderá fazer destaques, enfim, as proposições que regimentalmente tiver direito.

**O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO** – Sr. Presidente, destaque sobre nada, porque nós estaremos já aprovando totalmente o relatório do nobre Relator Renato Vianna.

*(Não identificado)* – No âmbito desse colegiado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – No âmbito do colegiado. Data vênia...

*(Não identificado)* – Para evitar constrangimentos com ressalva. É apenas por uma questão ética, nossa, de evitar constrangimentos.

**O SR. DEPUTADO RENATO VIANNA** – O processo é novo, só para esclarecer. É que o nosso relatório, aprovado no colegiado, é publicado, ficará à disposição de todos os Parlamentares, em especial dos integrantes da Comissão Mista de Orçamento, que poderão discuti-lo até a votação e apresentar destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Eu quero que fique bem claro — e peço que me socorra a Assessoria Técnica — que essa proposta que estamos fazendo, em nenhum momento, de modo algum vai cercear o direito de qualquer membro da Comissão. Então, não pode ficar nenhuma dúvida, porque se ficasse, eu mesmo não submeteria à votação na discussão na Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Deputado, eu vou dar um exemplo e quero que a Assessoria me corrija. Por exemplo, eu tenho lá Projeto Salitre. Não vou poder tirar o projeto, porque deixou de existir o Projeto Salitre no relatório final. Deixou de existir, lógico, não tem mais nada. Ele deixou de existir no relatório. Então eu vou poder destacar o Salitre para voltar ao que era aí? Eu acho que não, meu caro.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Deputado João Leão, me permita. Por isso, Sr. Presidente, eu fiz a sugestão de constar desse relatório, nesse artigo,

que o anexo vai fazer parte integrante da lei, porque podendo fazer parte, pode-se fazer o destaque. Não fazendo parte agora, não vai fazer parte. A minha segunda questão não foi respondida...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Fazendo parte da lei não precisa fazer destaque para nenhum. É não fazendo parte da lei que se pode fazer o destaque, é o contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Lúcio Alcântara) – Srs. membros do Colegiado, a Presidência vai colocar em votação — e fui advertido de que não se trata de votação nas duas Casas porque é do Colegiado — a proposta apresentada pelo Deputado João Leão, que é a aprovação da proposta de relatório final, com as ressalvas aqui colocadas. Isso em nada cerceia, em nada dificulta e nada impede a ação dos Parlamentares na Comissão.

De forma que a proposta é essa. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada a proposta de relatório final com as ressalvas aqui colocadas pelo Deputado João Leão.

Está encerrada a reunião do colegiado.

**Segunda Sessão Legislativa Extraordinária Qüinquagésima Primeira Legislatura**

**ATA DA REUNIÃO PARA APRECIAÇÃO DOS RELATÓRIOS ADJUNTOS DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2000 A 2003 NO COLEGIADO DE RELATORES ADJUNTOS E O RELATOR-GERAL, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2000**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano dois mil, reuniu-se o Colegiado de Relatores Adjuntos, o Relator-Geral e os representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação dos Relatórios Adjuntos apresentados ao Projeto de Lei nº 19/99, do Congresso Nacional – Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Foi registrada a assinatura dos seguintes parlamentares na lista de presença: **I)** Relator-Geral: Deputado Renato Vianna; **II)** Relatores Adjuntos: Deputado Paulo Braga, relator da Área Temática I – Poderes do Estado e Representação; Deputado Silas Brasileiro, Relator da Área Temática III – Fazenda e Desenvolvimento; Deputado Pedro Chaves, relator da Área Temática V – Infra-estrutura; Deputado Virgílio Guimarães, relator da Área Temática VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Senador José Alencar, relator da Área Temática VIII – Previdência e Assistência Social; Deputado Neuton Lima, relator da Área Temática IX – Integração Nacional e Meio Ambiente; Senador Moreira Mendes, relator da Área Temática X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano; **III)** Membros do Colegiado de representantes das Lideranças na Comissão: – Na Câmara dos Deputados: Deputado Alberto Goldman, pela Liderança do Governo no Congresso Nacional e Deputado João Coser, pelo PT; – no Senado Federal: Senador Tião Viana, pelo Bloco PT/PDT/PSB/PPS. Foi registrada a ausência dos seguintes parlamentares: Deputado Roberto Balestra, relator da Área Temática IV – Agricultura e Política Fundiária e o Senador Lúcio Alcântara, relator da Área Temática VII – Saúde. **ABERTURA:** Às quinze horas e trinta minutos, o Relator-Geral, Deputado Renato Vianna, deu início aos trabalhos e comunicou a ausência dos Relatores Adjuntos das Áreas I, II, III, IV e VII naquele momento. **ORDEM DO DIA:** Apreciação dos Relatórios Adjuntos apresentados ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. O Senador José Alencar solicitou inversão da pauta, para que o Relatório Adjunto da Área VIII fosse apreciado inicialmente. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se favorável e questionou acerca da metodologia dos trabalhos. O Relator-Geral respondeu que cada Relator Adjunto apresentaria os respectivos Relatórios e caberia a ele a sistematização. O Deputado Alberto Goldman teceu considerações acerca da compatibilização do Plano Plurianual ao Projeto de Lei Orçamentária para 2000. O Relator-Geral solicitou que os relatores adjuntos se manifestassem acerca da apresentação dos Relatórios. Os Senadores José Alencar e Moreira Mendes e o Deputado Pedro Chaves sugeriram a apresentação sucinta dos Relatórios. A seguir, o Relator-Geral passou à votação da solicitação de inversão da pauta, para apreciação do Relatório Adjunto da Área Temática VIII, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Área Temática VIII – PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Relator adjunto: Senador José Alencar. O relator fez apresentação sucinta do Relatório. Os Deputados Alberto Goldman e Virgílio Guimarães discutiram o assunto. O Relator-Geral comunicou que a votação dos Relatórios Adjuntos seria em bloco, após a apresentação de todos os Relatórios. Área Temática II – JUSTIÇA E DEFESA. Relator Adjunto: Deputado João Leão. O relator fez a leitura do voto, tendo em vista a distribuição prévia do Relatório. Não houve discussão. Área Temática III – FAZENDA E DESENVOLVIMENTO. Relator Adjunto:

Deputado Silas Brasileiro. O relator fez a apresentação sucinta do Relatório. O Deputado Alberto Goldman discutiu a matéria. Área V – INFRA-ESTRUTURA. Relator Adjunto: Deputado Pedro Chaves. O Deputado Alberto Goldman discutiu o assunto. O Senador Moreira Mendes fez proposta no sentido de que os Relatores que chegarem no recinto a partir daquele momento teriam os respectivos Relatórios apreciados no final. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Área VI – EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Relator Adjunto: Deputado Virgílio Guimarães. O Relator fez a apresentação sucinta do Relatório. O Deputado Alberto Goldman discutiu a matéria. Área IX – INTEGRAÇÃO NACIONAL, MEIO AMBIENTE, DESPORTO E TURISMO. Relator Adjunto: Deputado Neuton Lima. O relator informou que as alterações referentes às tabelas constantes do Relatório estavam sendo distribuídas. Discutiram a matéria os Deputados Alberto Goldman, Virgílio Guimarães e o Senador Moreira Mendes. Área X – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO. Relator Adjunto: Senador Moreira Mendes. O relatório foi apresentado. O Deputado Alberto Goldman discutiu o assunto. Área VII – SAÚDE. Relator Adjunto: Senador Lúcio Alcântara. Em virtude da ausência do relator, foi solicitado ao Senador José Alencar que fizesse a leitura do Relatório. Os Deputados Virgílio Guimarães e Alberto Goldman discutiram a matéria. Área I – PODERES DO ESTADO. Relator Adjunto: Deputado Paulo Braga. Em virtude da ausência do relator, foi solicitado ao Deputado João Leão que fizesse a leitura do Relatório. Área IV – AGRICULTURA E POLÍTICA FUNDIÁRIA. Relator Adjunto: Deputado Roberto Balestra. Em virtude da ausência do relator, foi solicitado ao Deputado Silas Brasileiro que fizesse a leitura do Relatório. Encerrada a apresentação, o Relator-Geral passou à votação em bloco dos Relatórios Adjuntos das Áreas I a X, que foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A seguir, o Relator-Geral registrou a presença do Deputado Paulo Braga. **ENCERRAMENTO:** O Relator-Geral encerrou a reunião, às dezoito horas e vinte e dois minutos e, para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Relator-Geral e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado RENATO VIANNA. Relator-Geral.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação dos relatórios do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003 do colegiado de Relatores Adjuntos e de representantes das Lideranças na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ordem do Dia.

Apreciação dos relatórios dos Relatores-Adjuntos do Projeto de Lei nº 19/99 – CN — Plano Plurianual para o período 2000-2003.

Tendo em vista o não-comparecimento, até o momento, dos Relatores das Áreas Temáticas nºs 1 ,2, 3, 4 e 7, a pedido do Senador José de Alencar, proponho ao Plenário a inversão da ordem dos trabalhos, para que ele possa relatar a Área Temática nº 8, da Previdência e Assistência Social.

Se os Parlamentares presentes estiverem de acordo...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento sobre a ordem dos trabalhos. Quanto à inversão da ordem dos trabalhos, eu estou perfeitamente de acordo. Mas não sei como vamos desenvolver nossos trabalhos, na medida em que nós recebemos esses relatórios. Eu creio que a apreciação que nós faremos será do conjunto dos relatórios, até porque há essa diferença na resolução em relação à Lei de Orçamento Anual, segundo a qual as emendas e os destaques são votados, relatório a relatório, para depois serem compatibilizados.

Eu perguntaria ao Sr. Presidente, Relator-Geral, se vamos discutir cada relatório, fazendo as observações e as possíveis emendas que teríamos nessa fase, ou se teríamos apenas uma discussão geral, metodológica, e passaríamos o trabalho a V. Exa. para fazer a compatibilização a partir dessa discussão teórica, conceitual, que faríamos neste momento. E, ao discutir a compatibilização feita por V. Exa., aí sim teríamos uma discussão mais particularizada.

A pergunta que faço é como V. Exa. pensa desenvolver essa discussão. Adianto a V. Exa. que estou de acordo com a inversão da ordem dos trabalhos. Essa é apenas uma dúvida sobre a abordagem que faremos nesta reunião aos diversos relatórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – O questionamento de V. Exa. é procedente e nos

ajuda até na busca de uma metodologia de trabalho que coincida com as normas regimentais. Os Relatores Adjuntos, depois de avaliadas as emendas oferecidas, elaborarão, como elaboraram, minutas de relatório referentes às suas respectivas áreas temáticas, que, neste momento, serão submetidas ao colegiado. As minutas serão distribuídas previamente, com 24 horas de antecedência, devendo cada um dos relatórios setoriais serem aprovados por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos seus membros, cabendo ao Relator-Geral, além do voto, como membro do colegiado, voto de desempate.

O que temos de adotar é uma metodologia. Se realmente hoje estamos tomando conhecimento, pela publicação dos relatórios adjuntos das diversas áreas setoriais, que são dez áreas temáticas, que já foi colocada à disposição dos Srs. Relatores Adjuntos com a antecedência de 24 horas, quer me parecer, Deputado Virgílio e Srs. Deputados, que temos que encontrar essa metodologia.

Agora, seria apenas uma apresentação de uma síntese do trabalho já apresentado pelos Relatores Setoriais. Caberá ao Relator-Geral, após a apresentação, a discussão e a aprovação das diversas áreas temáticas dos Relatores Adjuntos, proceder à sistematização, ou seja, dar organicidade ao texto. O Relator-Geral terá de, antes de submetê-la ao Plenário da Comissão Mista, submetê-la ao colegiado.

Para adotarmos uma metodologia e também tomarmos uma decisão em conjunto, democraticamente, creio que seria melhor, neste momento, cada Relator Adjunto presente apresentar o seu trabalho, que seria colocado em discussão e votação. Aprovado, caberia depois ao Relator-Geral proceder a esse trabalho de sistematização. Ele voltaria depois ao próprio colegiado. Seriam apresentados agora um a um de forma sintética, sem emenda, sem destaque, sem nada. Somente depois da apresentação do relatório geral seriam apresentadas as emendas e os destaques.

Se houver uma decisão de todos os Relatores-Adjuntos para que se aprovem em conjunto os relatórios, independentemente de uma apresentação... Depois, no momento em que eu apresentar meu relatório geral, quero ter presente ao meu lado os Relatores Adjuntos, abordando a área temática respectiva, colocando em discussão e em votação. O próprio Relator Adjunto, então, terá oportunidade de dirimir qualquer dúvida do Plenário da Comissão Mista. Poderemos também, por ocasião de emendas de destaque, trabalhar juntos na avaliação das emendas e dos destaques que forem apresentados.

Se o colegiado entender que se procederia a uma aprovação em conjunto, eu já passaria à fase seguinte, que seria a da sistematização e apresentação do relatório geral. Eu o submeteria ao colegiado e depois ao Plenário da Comissão Mista de Orçamento.

Mas eu gostaria que cada um se manifestasse.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu gostaria de uma informação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Sim, Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Coordenador, Relator e Presidente, eu estou imaginando que aquilo que está nos relatórios setoriais já está compatibilizado com o que foi aprovado no Orçamento. Esta é a pergunta. Quanto àquilo que foi aprovado no Orçamento, nós fizemos uma série de mudanças, diminuições, acréscimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Esta pergunta também é procedente. Nós estamos agora fazendo uma segunda etapa. Aprovados os relatórios setoriais, estaremos promovendo o levantamento dos programas e ações contemplados no PPA 2000–2003, aquilo que já foi aprovado no PLO 2000, aquelas ações que são compatíveis e aquelas continuadas que ultrapassam o exercício de 2000, 2001, 2003. Vamos fazer essa compatibilização do que foi aprovado no Orçamento e que não consta do PPA e, por outro lado, do que consta do PPA e não foi contemplado no Orçamento 2000. A partir disso, faríamos outra compatibilização com os relatórios setoriais. Teríamos, então, um quadro definitivo para elaborarmos o nosso relatório, levando em consideração estes três aspectos: o PPA, o PLO e os relatórios setoriais, os programas e as ações.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu não sei se entendi. Isso significa que o que está no PLO 2000 ainda não está nos relatórios setoriais do PPA?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Quase a totalidade dos programas e ações do PLO estão contemplados nos relatórios setoriais.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E os valores? Veja bem, Sr. Presidente-Coordenador, pelo que eu vi na sua tabela, os valores foram destinados ao trabalho dos Sub-Relatores. Na realidade, o Relatório PLO — Projeto de Lei Orçamentária — utilizou um volume aparentemente muito mais expressivo do que esse que o PPA está indicando. Eu não sei como cabe uma coisa dentro da outra. Se esses 7 bi-

lhões e tanto fossem divididos por 4 anos, seriam 1 bilhão e 800 milhões de reais por ano. Se forem utilizados só 1 bilhão e 800 milhões no ano de 2000, eu estou imaginando que há ainda mais 4 ou 5 bilhões que estão aprovados no PLO e que não estão, portanto, na proposta dos Sub-Relatores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Essa compatibilização eu terei de fazer depois. No momento em que eu elaborar o Relatório-Geral, procederei a essa compatibilização do que já foi aprovado no PLO 2000.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Foram aprovados no PLO 2000 cerca 6 bilhões a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – O PLO era de 5 bilhões; 6 bilhões e 800 milhões...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Ora, se o PPA 2000 está com cerca de 1 bilhão e 800 milhões a mais, aproximadamente, há aí 4 bilhões que estão voando. Eles estão no âmbito do PLO e não estão no PPA. É correta a minha interpretação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Não, não é que está voando. Esse dinheiro existe.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Desculpe a expressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Esses recursos existem.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Está no PLO, está aprovado. Teoricamente, essa é uma receita que nós estamos prevendo. Essa a receita que está prevista lá; portanto, a despesa correspondente ainda não está apropriada ao PPA de abril.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Certo. Nós teremos de compatibilizar. Mas temos esses recursos disponíveis.

Pois não, Senador José de Alencar.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Sobre essa questão que está em discussão, a rigor, o PPA deveria ter sido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Certo: apreciado e aprovado antes do PLO.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Mas, como não aconteceu, é claro que terá de haver uma compatibilização **a posteriori**. **A posteriori** que eu falo é desta reunião de hoje, mas antes da apresentação que será feita por V. Exa. à Comissão Mista de Orçamentos. Eu penso assim. Qual critério que seria adotado para essa compatibilização? Provavelmente, esta era a pergunta. É verdade que essa compatibilização é menos difícil porque ela contempla apenas o primeiro exercício, o exercício de 2000.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu diria que o exercício 2000... Como nós já temos esse orçamento, é só recepcionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Nós vamos recepcionar o Orçamento 2000 que já foi deliberado e votado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não há o que discutir isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Nós vamos recepcionar os valores do Orçamento de 2000 que forem aprovados. Vamos apenas recepcioná-los.

Quanto à sistemática, eu queria ouvir cada um sobre essa proposição do Deputado Virgílio Guimarães, já que foram publicados os trabalhos por área temática, com antecedência de 24 horas. Todos os Relatores Adjuntos receberam e deles tomaram conhecimento. Eu gostaria de ouvir a manifestação de V. Exas., se cada um faria sinteticamente uma apresentação, se há alguma dúvida ou se apresentaríamos em bloco. Eu gostaria de ouvir a manifestação de cada um dos Relatores Adjuntos.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Se me permite, pensando que faríamos uma apresentação sucinta a V. Exa., que é o Coordenador-Geral, fiz um breve trabalho de apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Tem V. Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – De forma sintética, o trabalho que foi feito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois, não. V. Exa. tem a palavra. Mas, primeiramente, eu vou colocar em votação

Eu vou ouvir a manifestação dos outros Parlamentares sobre a sistemática.

**O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO** – Conhecido o relatório de cada Relator Adjunto, desnecessário se faz a apresentação. Vamos ganhar tempo e esperar o momento oportuno, quando então V. Exa. fará a sistematização dos relatórios, abrangendo todas as áreas temáticas. Concordo com a proposta da Mesa.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Sr. Relator, queria acompanhar o mesmo raciocínio. Acho que é mais prático neste momento que cada um apresente sucintamente o seu relatório.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sou favorável a que se vote em bloco o relatório. Mas, se for apresentar sucintamente, também não faço objeção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Agora coloco a sugestão do Deputado Alberto Goldman em deliberação.

Vamos colocar em deliberação e votação o pedido de inversão.

Quem estiver de acordo com o pedido de inversão, para que o Senador José de Alencar apresente em primeiro lugar o seu trabalho sobre a Área Temática nº 8 — Previdência e Assistência Social —, já que os Relatores das Áreas nº 1, 2 e 3 não estão presentes...

Está em votação a solicitação do Senador José de Alencar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – É a Área Temática 8, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – É a Área Temática nº 8 — Previdência e Assistência Social.

Em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Tem a palavra o Senador para apresentação sucinta de seu trabalho sobre a Área Temática nº 8 — Previdência e Assistência Social.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Eu lhe agradeço.

O presente relatório trata da Área Temática nº 8 — Previdência e Assistência Social e Trabalho — no âmbito da proposta do Plano Plurianual para o período de 2000–2003, conforme Projeto de Lei nº 19, de 1999, do Congresso Nacional, e de acordo com o inciso III do item 4º das normas para a apreciação de projeto de lei do Plano Plurianual 2000-2003, aprovadas em 30 de setembro de 1999, no plenário da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Para a área temática objeto desse exame foram estimados gastos da ordem de 343,7 bilhões de reais, dos quais 338,9 bilhões referem-se a recursos do Orçamento Geral da União, e 4,8 bilhões são oriundos de outras fontes, inclusive parcerias com a iniciativa privada.

Eu mandei fazer um sistema prático para a apresentação, porque assim a apresentação pode ser rápida e sucinta. Eu acredito que possa oferecer informações a todos.

Distribuí uma cópia desse trabalho a todos os que ainda não a tenham.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Para maior visibilidade, peço-lhes que, à medida que os Relatores Adjuntos de área temática apresentem seu trabalho, desloquem-se para o meu lado. Teríamos, didaticamente, melhores condições de fazer a avaliação.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Como estávamos dizendo, pedi que fizesse um trabalho de apresentação que facilitasse a compreensão mais rápida possível do relatório. Nós distribuímos cópias desse trabalho em branco e preto porque a máquina não fez colorido como esse, como eu gostaria.

Os grandes números do relatório: PPA – 1 trilhão e 100 bilhões de reais; Área Temática nº 8 – 344 bilhões de reais; Previdência e Assistência Social – 313 bilhões de reais; e Trabalho – 31 bilhões de reais.

Os grandes números do relatório em bilhões: recursos da Relatoria-Adjunta – 700 milhões de reais; valor das emendas – 40 bilhões. Então, 40 bilhões... É coisa parecida com 10% do Orçamento, da parcela referente ao tempo. Porém, isso pode ser aproveitado muito pouco, e por quê? Por razões óbvias. Quanto à minha área, Previdência e Assistência Social — previdência é aposentadoria — nós todos sabemos que é uma área deficitária onde não cabe emenda alguma, infelizmente. Emendas individuais, 137; emendas coletivas, 43; emendas de Comissões, 27; emendas de bancadas regionais, 3; e emendas de bancadas estaduais, 13. Um total de 180.

Aspectos importantes do relatório: déficit previdenciário e acompanhamento do programa; arrecadação de receitas previdenciárias; PPA 96/99; baixa execução nas metas de atendimento à pessoa idosa, 30% até 1998 — isto aqui é uma observação que precisava ser feita; PPA 96/99; execução de apenas 30% das metas para atendimento à criança; prestigiar as emendas dirigidas à assistência social, a deficientes, crianças e idosos; programa de enfrentamento à pobreza; ações sociais e comunitárias; ações de geração de renda; tendências do mercado de trabalho; maior participação de indivíduos com idade entre 25 e 39 anos; maior crescimento do emprego na área de serviços, 14% entre 1992 e 1993; declínio do emprego na indústria e agricultura; incremento da informalidade em função da terceirização, o que resulta em mais trabalhadores autônomos.

Tudo isso estou dando como informação geral. Depois, quanto a qualquer informação específica, po-

demos responder à indagação de cada um de V. Exas.

Aspecto importante ainda do relatório: trabalho infantil.

Segundo o IBGE, já em 1995, cerca de 600 mil crianças entre 5 e 9 anos estavam trabalhando com jornada média semanal de 16,2 horas por semana.

Trabalho infantil – principais programas: atendimento à criança em jornada escolar ampliada; concessão de bolsa criança-cidadã — acatamos emenda para erradicar o trabalho infantil em carvoarias, porque isso é muito comum em determinadas áreas do País; recursos do BNDES, cerca de 3 bilhões para o ano 2000, aplicação sob total discricionariedade do Executivo — são recursos para o desenvolvimento econômico; competência do Congresso Nacional: dispor sobre planos de desenvolvimento, art. 48, 4º, da CF/88. Defendemos emenda sobre tais recursos.

Aspectos importantes do relatório: acatamos as propostas voltadas para a construção de creches, centros comunitários, abrigos para idosos. Essas ações não constavam do projeto do PPA vindo do Executivo.

Outros aspectos: O jovem e o mercado de trabalho.

Diante das demandas parlamentares, aprovamos a criação da ação Primeiro Emprego, que irá incentivar o ingresso de jovens no mercado de trabalho.

Aspectos importantes do relatório, ainda: portador de deficiência.

Destacamos as ações que passam a fazer parte do PPA, por iniciativa do Congresso; apoio financeiro a entidades que prestam assistência social ao portador de deficiência; apoio à aquisição de equipamentos terapêuticos.

Quanto ao aspecto apoio financeiro a entidades que prestam assistência social ao portador de deficiência, penso que isso é da maior importância, porque tem havido muito poucos recursos nessa área. Quase todas as cidades de porte médio para cima — por exemplo, as grandes organizações da APAE, que é a associação para cuidar das crianças com deficiência, os paraplégicos etc. — estão sem recursos. Antigamente isso era apoiado mais pelo Estado. Hoje, as APAEs estão sem recursos. Há uma sobra do Orçamento. Então, gostaria de propor que ela fosse aproveitada nesse programa.

Critérios para exame das emendas: observação das normas para apreciação do PPA e dos regulamentos da Comissão Mista; adequação das emendas a programas já existentes no PPA; não-proliferação de programas; adequação das emendas estadualizadas ou municipalizadas.

Há uma diferença muito grande entre o PPA e o Orçamento, como todos sabem, mas sempre é bom lembrar. O PPA deve contemplar mais programas nacionais. E, além disso, não podemos perder de vista que o PPA não é o Orçamento. Depois do PPA é que vem o Orçamento. Então, o PPA direciona, é planejamento a longo prazo. Sabemos que o PPA deveria ter sido aprovado antes do Orçamento para o ano 2000, mas, como não foi, teremos que, depois, como já foi dito, fazer uma adequação do PPA, que será aprovado depois do Orçamento de 2000, para que não haja nenhuma distorção do Orçamento 2000 com relação à ele, PPA. É meio paradoxal, mas é isso mesmo, terá que ser feito assim. E, daqui para frente, acredito que as coisas irão se aperfeiçoando.

Esta é a primeira experiência da Casa sobre o Plano Plurianual. Nós não temos essa experiência. É a primeira vez que estamos experimentando, porque o outro não foi objeto desse cuidado.

Adequação das emendas estadualizadas ou municipalizadas.

Uma ação poderá ou não ser estadualizada ou municipalizada, dependendo do diagnóstico do problema a ser resolvido pelo planejamento. Se o diagnóstico de determinado problema identificar um Município com foco de certo problema de relevância nacional, a área terá que ser municipalizada. Claro, há casos que são exceções.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – A ação terá que ser municipalizada, é isso?

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – É. A ação terá que ser municipalizada.

Adequação das emendas estadualizadas ou municipalizadas.

O Orçamento anual é o documento apropriado para que o Parlamentar municipalize ou estadualize sua ação em nível de subtítulo. É claro, é assim mesmo; eu havia falado isso antes, está aqui.

No caso das bancadas estaduais, acatamos a estadualização — art. 43, 2º, do Regulamento Interno da CMPOPF.

*(Não identificado)* – É a única exceção?

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – A única exceção. No caso das bancadas estaduais, acatamos a estadualização do art. 43, 2º, do Regulamento Interno, da CMPOPF, Comissão Mista.

Das 180 emendas, apenas 6 foram rejeitadas. E nem é bem o termo rejeitadas, porque, depois, podemos explicar. Está no Anexo B do Relatório. Isso nós temos aqui para explicar.

Sugestões.

Primeira, alterar a sistemática de relatório para apreciação das emendas por programas. O modelo atual, por Ministério, não permite o exame dos programas, já que estão espalhados por vários órgãos. Há uma certa incompatibilidade entre a nomenclatura dos programas em relação à Ministérios.

Obrigatoriedade de execução das emendas dos Parlamentares.

Sr. Presidente, se V. Exa. quiser, eu posso ler o Relatório, fazer uma leitura dinâmica.

Em resumo, eu dei mais ou menos as diretrizes. O aspecto filosófico do nosso trabalho está dado nesse programa de que todos têm cópia; isto é, aqui está como fizemos o nosso trabalho. Nós não rejeitamos nada, ainda que tivéssemos de fazer alguma adequação. Há emendas de mais de um Parlamentar que são iguais, e, às vezes, até para regiões iguais. Como também são nacionais, elas foram acopladas. Há vários tipos assim. Tudo isso está retratado nessas planilhas que estão no trabalho que foi distribuído.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não. Acho que o Relator Adjunto, Senador José Alencar, foi muito claro nos critérios do trabalho empregado, quando da elaboração do Relatório da Área Temática nº 8, que trata da Previdência, Assistência Social e Trabalho.

Como colocamos em discussão e votação, em função de já termos distribuído, com 24 horas de antecedência, os relatórios adjuntos de cada área temática, e que, por deliberação, ficou determinado que seria dispensada a leitura, coloco apenas em discussão. Eu gostaria de colocar, depois, em função da metodologia dos critérios adotados por esta Comissão, em votação, depois, em bloco, ao final, os relatórios setoriais, para que possamos progredir com mais rapidez e termos depois, também, talvez, o maior número de Relatores Adjuntos presentes, já que, muito embora esteja aqui presente a maioria absoluta, eu gostaria de ter a presença ainda mais expressiva dos Relatores nesta nossa deliberação do colegiado.

Quero colocar em discussão. Se ninguém quiser discutir ou usar da palavra para discutir o relatório setorial da área de Previdência e Assistência Social, eu deixaria, então, para colocar em votação, ao final, em bloco, quando da posterior apresentação dos demais relatórios setoriais.

Muito obrigado, Senador.

Ninguém querendo discuti-lo, então ficaria pendente apenas da votação em bloco.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Apenas uma informação, se V. Exa. puder me dar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Aquilo que foi solicitação de emendas individuais, municipais, foram colocadas dentro de um programa global, com o título global, um programa global, todas as emendas municipais, por exemplo, creche então Município. Tudo isso foi colocado dentro de um programa para que se pudesse atender às creches. Porque as emendas individuais foram acatadas...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não pelos valores, mas pelo...

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – ... como emendas, retirando apenas a condição de emenda municipal, ou seja, destinação municipal.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Elas não têm o nome do Município.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Isso! Porque nós não tínhamos como fazer diferente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não, eu estou de acordo com isso. Estou totalmente de acordo.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – O critério é esse.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Critério correto, corretíssimo.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – O critério é esse.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Mas, no caso dos Estados, isso não se deu? No caso dos Estados, isso foi...

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Aqui é o seguinte: as emendas de bancadas estaduais... Nós acatamos a estadualização.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Quanto às emendas estaduais de bancada, foram acatadas a estadualização.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Agora, as emendas individuais foram...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Alocadas dentro de um programa global?

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – É isso. Tem aqui. E mais uma coisa que gostaria, se me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não, Excelência.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Aqui é o seguinte. Isso aqui, provavelmente, seja o único relatório. Não sei se haverá outro relatório que tenha mantido alguma reserva. No meu relatório há uma reserva de 58 milhões, 560 mil. Então, a minha idéia, considerando aquilo que eu já havia dito, era propor que isso fosse objeto de destinação para apoio financeiro a entidades que prestam assistência social ao portador de deficiência. Por quê? Porque o total que determinamos para essa área foi de apenas 12 milhões de reais para todo o território brasileiro. Então, eu gostaria, considerando a escassez de recursos, que esses recursos, 58 milhões, fossem somados a esses 12. Nós teríamos, então, para todo o Brasil, 70 milhões para, especialmente, as APAEs, que se enquadram como ação dentro desse programa. E isso não significa que eu esteja fazendo qualquer... Até teria legitimidade para isso, pensando nas APAEs do meu Estado. Mas não é isso, não. São as APAEs de todo o território brasileiro, não apenas as do meu Estado. Tenho observado, mais precisamente quando da minha campanha, o esforço feito pelo pessoal que cuida dessas entidades para acolher mais algumas crianças que precisam participar daquele trabalho e não podem. É claro que há muitas áreas prioritárias no campo social, mas os recursos são escassos. Essa área eu gostaria que fosse contemplada no Brasil inteiro, onde temos crianças paraplégicas atendidas por abnegadas senhoras que não têm recursos. Os recursos são muito escassos para tratar, como elas tratam, dessas crianças, inclusive dando a elas condições até mesmo de enxergar alguma perspectiva de vida, aprendendo alguma profissão. É por isso que eu penso que esses 58 milhões de sobra, se todos estiverem de acordo, poderiam ser destinados a esse programa, que depois seria para as APAEs do Brasil inteiro.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Isso poderia ser, talvez, uma sugestão de V. Exa. ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Eu acho que sim. Ou aprovaríamos e o próprio Relator Adjunto faria uma emenda de sua autoria, e nós acataríamos, aprovando então, a destinação desses recursos disponíveis, ainda, de 58 milhões e 500 mil, para que fossem agregados à assistência ao deficiente físico.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Para ser exato: 58 milhões, 560 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Sim, 58 milhões, 560 mil.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Vou mandar fazer, então, essa emenda.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Relator Adjunto, eu concordo com o mérito da emenda, mas tenho uma certa preocupação. Eu queria discutir dois aspectos da apresentação feita pelo meu querido conterrâneo, nobre Senador José Alencar. Primeiro, quanto a essa emenda, eu tenho uma preocupação muito grande com relação à questão de acolher uma dotação sem fundamento em uma emenda. O mérito é inegável, da aplicação em APAEs. Mas eu reluto um pouco, Senador, em acolher de pronto, sem construirmos até uma fórmula em que a gente... Nesse caso, ficamos absolutamente tranqüilo, porque é V. Exa. que relata. A destinação é para as APAES, que são entidades pulverizadas no País, que não se prestam a determinadas práticas, e o fim é meritório.

Quanto à questão de dotação sem fundamento em emenda ou em valores que ultrapassem as emendas, gostaria de tratar com mais cuidado até porque nós também temos uma postura de bancada, que vários conhecem. Minha preocupação é em encontrar um meio para se chegar a isso. Essa seria a primeira observação que gostaria de fazer. Não há nenhuma má vontade, nenhuma dúvida sobre isso. Mas, se hoje o fim é atender as APAES, e a questão (meio) é uma dotação sem fundamento (emenda), amanhã haverá uma rodovia, uma ponte que também é meritória, que tem uma comunidade que a reivindica.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – V. Exa. abre um precedente meio complicado. Acho melhor...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – É meio complicado, de má memória. Eu falo isso muito à vontade, Senador, porque eu vivi essa situação. Oportunamente vou falar sobre isso. Tive de procurar um jeito para atender sem abrir um precedente. Eu estaria disposto a procurar isso, desde que não seja, assim, a retirada pura e simples de uma concordância para a criação dessa emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Talvez a sugestão do Deputado Alberto Goldman de que houvesse uma indicação do Relator, uma

sugestão ao Relator-Geral, que pudesse, então, adequar...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Vamos conversar sobre isso, até porque eu teria que consultar também outros membros da nossa bancada que já têm uma posição muito mais arraigada do que a minha, que estou no primeiro ano, nesta Legislatura e nesta Comissão. Já estou pegando uma sistemática em andamento. Eu estaria disposto, Sr. Presidente, mas não queria ficar compromissado, para depois não dar a idéia de que a gente combina e, depois, surgem outros fatores; enfim, para não criar esse tipo de mal-estar no nosso relacionamento, também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – É porque vai haver oportunidade depois de destaque.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Eu gostaria de registrar essa posição.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Eu posso dar uma informação.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sim. Se há emenda, não tenho dúvida...

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Há uma emenda.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Se há emenda, e o valor for suficiente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Há duas emendas. Já seria apenas uma. Podemos aproveitar as duas, mas há uma que já cobre. Pelo seguinte: o Deputado Flávio Arns (não é do meu partido; é do PSDB do Paraná), faz uma emenda nacional para essa rubrica no valor de 240 milhões.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Então, sugiro a V. Exa. que acolha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Como o critério foi de aproveitamento com base nos recursos que tínhamos, então distribuímos de tal forma que sobraram apenas 12 milhões para essa rubrica, tendo em vista o critério adotado com absoluta eqüanimidade. V. Exa. poderá verificar o trabalho que foi feito. Se a Casa estiver de acordo, podemos aproveitar essas duas emendas.

*(Não identificado)* – Acho que aí o Relator já pode...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Quero apenas louvar o espírito democrático de V. Exa., que poderia, de modo próprio, ter acolhido, porque tem base legal para isso. Mas preferiu deixar que nós todos fôssemos co-autores desse acolhimento que, prazerosamente, me incorporo a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Então, em discussão e em votação o acolhimento da emenda pelo nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Nesses termos, acolho. Tenho uma outra questão a colocar, mas acolho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Todos acolhem? (Pausa.)

Acolhida, então, a emenda.

A outra questão é com relação a quê?

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – É com relação ao relatório.

Quanto à questão colocada pelo Líder do Governo nesta Comissão, o Deputado Alberto Goldman, creio que na discussão talvez seja mais importante o critério geral. Como essa questão vai aparecer em todos os relatórios, nobre Deputado, creio que poderíamos até ver qual critério cada um utilizou, para depois verificarmos, até porque isso, talvez, seja compatibilização das mais importantes. Esse PPA é o primeiro com esse formato codificado. E houve uma compreensão diferenciada, e não só por parte do colégio de Relatores-Adjuntos, o que seria natural, porque cada um é uma cabeça, é uma experiência, é uma percepção. Se observarmos a peça que veio do Governo, veremos que ela tem critérios diferenciados para diferentes áreas. O PPA seria algo de orientação geral de políticas sem particularização. Acho que a particularização deveria existir com programas ou até mesmo ações para ser localizadas, mas é um fôlego maior do Orçamento. E as emendas individuais dos Parlamentares seriam apresentadas depois do Orçamento anual, havendo cobertura do PPA a elas. Então, não teria de ter particularização para dar a cobertura. A particularização viria na Lei do Orçamento Anual. Mas essa é uma discussão comum. Então, acho que valia à pena mais até... Não deveríamos procurar resolver no âmbito de cada relatório essa questão, porque se trata de uma discussão que será de todos. Cada um aqui vai falar sobre o critério que adotou de particularizar mais ou menos, padronizar mais ou menos. Cito, por exemplo, o Senador José Alencar. Para utilizar uma emenda individual, S. Exa. ficou sentindo a necessidade de um respaldo aqui da Comissão. Eu já fiz isso sem cerimônia, uma vez que havia emenda, apenas para não parecer proteção a essa ou àquela, até porque também, por sorte minha, há poucos casos em que isso aconteceu; Estados que não têm voto e de partidos que não têm voto. E Parlamentares... que, aliás, conheço pouco. Mas, desde que houvesse programas, consultas que fizemos também aos

Ministérios para ver se havia programa... Cada um usou um critério. Mas eu acho que, depois, vale à pena. Acho que não temos de resolver esse tipo de coisa no âmbito de cada relatório; apenas registrar, perguntar. Como se trata de uma questão geral, creio que o Relator-Geral, depois de um amadurecimento coletivo nosso, fará isso para dar uma padronização, o que o próprio Governo não foi capaz de dar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu gostaria de complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não, Deputado Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Acho que é muito importante essa discussão que estamos tendo agora, porque certamente o que decidirmos agora será de uma certa forma válido para os próximos Relatores Setoriais. Parece-me que tem havido uma homogeneidade de ação. Cada um agiu de acordo com o seu entendimento e a sua compreensão.

Mas chamo a atenção para o seguinte. Peguei aqui no relatório do Senador José Alencar a questão do enfrentamento da pobreza. Temos uma ação em âmbito nacional (não está explicitado) que é de 16 milhões e 600 mil. Depois, temos emendas que devem ter sido de bancada, ações de geração de renda no enfrentamento da pobreza. Goiás: 9 milhões e meio; Rio Grande do Sul: 9,5 milhões; Tocantins: 9,5 milhões. Aí tem mais uma nacional de 33 milhões e 560 mil; depois tem uma do Rio de Janeiro: 9,5 milhões; Paraná: 9,5 milhões. Ou seja, se adotarmos o critério dos Estados, vamos ter enfrentamento da pobreza em 6, 7, 8 Estados e não vamos ter enfrentamento da pobreza no restante dos Estados, porque, com um total de 98 milhões, temos seis ou sete Estados que estão explicitados, enquanto os restantes estão todos numa rubrica global nacional.

Acredito que seria de bom senso se englobássemos todas essas solicitações estaduais na rubrica nacional. Evidentemente, no Orçamento, cada bancada fará a sua emenda e puxará desse valor a parcela para o seu Estado.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Aí é o seguinte. V. Exa. me permite?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Porque senão vamos ter algo muito estranho. No Rio Grande do Sul, vamos ter enfrentamento da pobreza e em Minas Gerais ou no Piauí, não.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Se V. Exa. me permite, não tínhamos como deixar de acatar o direcionamento trazido pelas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pelas bancadas.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Obviamente partimos do pressuposto de que a bancada de cada Estado sabe o que melhor convém àquele Estado. Isso foi objeto de discussão nossa.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sugiro exatamente que o Relator tenha autorização deste colegiado para homogeneizar, de alguma forma, essas... Senão vamos ter algo muito estranho. Estamos vendo aqui um caso específico que é enfrentamento da pobreza. É gritante isso! Não é, evidentemente, no Rio Grande do Sul onde a pobreza é maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Além do que, Deputado Alberto Goldman, estamos criando — já foi criado inclusive no PLO — as 14 mesorregiões diferenciadas. Do Rio Grande do Sul até o Alto Solimões, no sudeste do Vale do Jequitinhonha até as fronteiras do MERCOSUL. Foi a grande inovação do PLO da Comissão Mista de Orçamento, e que será também do PPA, a criação dessas 14 mesorregiões que vão se somar aos 365 programas. Mas acho muito importante essa discussão. Já a fizemos anteriormente. Necessitaria, talvez, do Colégio de Líderes para tomar uma... Ou nós englobamos, homogeneizando, porque a própria peça, o PPA encaminhado pelo Governo, desceu a minúcias, localizando algumas ações, trechos de rodovia, pontes, hidrovias, hidrelétricas. Então, fica muito difícil no momento em que o próprio... Teríamos que adensar também o do próprio Governo, que desceu a detalhes quando já foi publicado. Temos de fazer essa discussão novamente no sentido de que os Relatores que acolheram emendas de bancadas, emendas regionais e individuais, também procurem, a exemplo do próprio Governo, quando houvesse um programa e a ação, contemplar essa emenda encaminhada e assinada pelo Parlamentar.

Esta é uma discussão, como bem disse o Deputado Alberto Goldman. Mas precisamos aqui tomar uma decisão até alterando a própria sistemática adotada pelo Governo, já publicada, já divulgada, no sentido também de ele ter — entre aspas — "carimbado", localizado recursos para obras, títulos e subtítulos que entendíamos que não... A oportuna consideração do Senador é que o PPA é a moldura onde se enquadram todos os programas e ações. Infelizmente, deveria ter sido votado antes do PLO 2000. Como houve uma inversão, teremos agora de compatibilizar, recepcionar o PLO 2000 já aprovado e, pela primeira

vez, dentro desse programa nacional de desenvolvimento, criarmos os critérios, quem sabe, até futuramente sugerindo que não cabem emendas individuais ao PPA. Seria uma forma de já tentar corrigir, talvez, a localização, transformando o PPA num grande orçamento, já carimbando emendas daqui a dois, três anos. E essa seria a filosofia a ser adotada, talvez, futuramente.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Sobre o assunto, dou uma contribuição. Nas páginas 13 e 14 do Relatório consta outro aspecto que mereceria destaque, que é a discussão em torno da apresentação de emendas com ações localizadas: estadualização e municipalização. Segundo as normas de apreciação do PPA, que foram aprovadas pela Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, em setembro de 1999, a indicação da localidade estaria vedada, item VII, 7.1. Tais detalhamentos seriam mais apropriados para a lei orçamentária.

Esse foi o critério que adotamos. Há situações em que a indicação da ação necessita ser localizada. Por exemplo, se diagnósticos demonstrassem que o trabalho infantil no Brasil é concentrado num determinado Estado ou Município, nenhuma impropriedade de planejamento plurianual haveria em se indicar uma ação do tipo combate ao trabalho infantil no Município "X". Esse é um exemplo. Logo, existe, sim, a possibilidade de que, para solucionar determinado problema, a ação possua caráter local. Mas, para isso, precisa haver uma visão estratégica e abrangente do problema a ser enfrentado, não cabendo, portanto, num plano de caráter global, como o PPA, adotar como regra a estadualização ou municipalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Exatamente.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Mas esse não é o seu propósito. Se a emenda ao PPA pretende indicar o Estado ou o Município, cremos que isso deva ocorrer sempre que a ação proposta busque acatar problemas de abrangência, no mínimo regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Isso.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR – Fora disso...** *(Inaudível)* ... na Lei Orçamentária Anual.

Dito isso, deparamos com uma peculiaridade: a situação das bancadas estaduais. Como harmonizar a questão das ações localizadas no PPA com as demandas tipicamente estaduais dessas bancadas? É difícil. *(Inaudível)* ... Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que reproduzimos abaixo. E vai por aí.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Só que V. Exa. aí adotou uma analogia. Essa analogia talvez é que tenha... V. Exa. abordou muito bem a questão. Perfeito!

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Não tinha como deixar de abordar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu acho que pode deixar, somando esses valores e colocando isso como uma abrangência nacional, porque pode existir um projeto. V. Exa. abordou muito bem: de um determinado Município, de uma usina hidroelétrica. É uma específica usina hidroelétrica dentro do País; não é simplesmente geração de energia elétrica. Acho que é possível V. Exa. pensar nesse sentido.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Acontece que a questão de hidráulica é ali.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Agora, combate à pobreza no Brasil, tudo bem. Certamente, não existe nenhum Estado que não tenha combate à pobreza. Então, não é possível que não tenhamos uma certa... Quando se analisa uma emenda só, evidentemente, não se tem visão do conjunto. E a bancada, quando faz as emendas, também não têm essa visão de conjunto. Acho que agora cabe ao Relator fazer essa adequação, ainda que nós aprovemos o relatório, agora, como está.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Só um minuto. Só para responder depois em seguida, por favor. É o seguinte: concordo plenamente. Agora, o Relator, o Deputado Renato Vianna, falou com muita propriedade: na próxima vez, todos os Parlamentares já saberão que não cabe emenda localizada. As emendas são nacionais no PPA. Exceto os casos dessa natureza de infra-estrutura que vai determinar o aproveitamento de um potencial hidráulico existente numa determinada região específica. E não tem como ser diferente. O exemplo foi muito feliz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Eu diria, só por orientação, que essa é uma questão que deve ser decidida pelo colegiado. Temos de ter três critérios: o do adensamento, o de deixarmos como uma só as duas áreas que merecerem o menor número de emendas, que são infra-estrutura e integração nacional, com atendimento de emendas mais localizadas, a exemplo da elaboração do próprio PPA encaminhado pelo Governo, e outro mais amplo, que seria o de abrirmos então o leque para atendermos a toda e qualquer emenda. Só na área temática de integração nacional foram apresentadas 720 emendas, e na área de infra-estrutura, 640. Das 2.876 emendas, mais de 1.500 foram apresentadas nas

duas áreas temáticas, que é justamente onde se concentram os programas finalísticos, aqueles que atendem diretamente à demanda da sociedade e de interesse do Parlamentar na sua região.

Só para não levarmos, talvez, essa discussão mais longe, e como poderíamos submeter depois ao colegiado e às Lideranças, para buscarmos a solução, peço-lhes que, quanto a esse aspecto, encerremos e passemos então a análise do próximo relatório.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, aliás, a sugestão que eu queria fazer é exatamente que não resolvêssemos agora qual o critério; que apenas observássemos em cada relatório o grau de generalidade, de particularização que se observou e, ao final, fizéssemos uma discussão. Foram várias opiniões. Com umas eu concordo, com outras, não. Tenho certeza de que uns acham que deve continuar havendo emendas individuais, enquanto outros acham que não. Há um certo subjetivismo sobre o que pode ou não ser carimbado por um determinado Município. É um programa de que dimensão? De que duração?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – É importante esse aspecto da duração, se termina num ano ou não, se é só uma temporada.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – São coisas muito subjetivas. Então, nós sabemos que uma hidrelétrica, se é num Município só, ela deve ter, pela sua dimensão, um custo de mais de 1 ou 2 bilhões. É evidente. Mas há casos mais intermediários. Insisto: para ganharmos tempo, que apenas venhamos a registrar a discussão e deixemos para deliberar ao final. Só nesse aspecto é que discordo do Deputado Alberto Goldman, que quer agora tomar uma decisão genérica, que só são rubricas nacionais. Eu pessoalmente acho que não. Não é assim também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Então, nós vamos hoje...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Então, até para ganhar tempo, peço que apenas registremos o grau de generalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – E transferisse a...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – ...a particularização de cada relatório, discutíssemos o critério de cada Relator Adjunto e, ao final, fizéssemos uma discussão mais ampla. E V. Exa. vai acolher e vamos concordar, ou não, emendar, ou não.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Permita-me V. Exa. Eu acho que vamos, de qualquer maneira, como Relatores Adjuntos, passar os nossos relatórios para o Relator-Geral...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Para que seja compatibilizado.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – ...que é o Deputado Renato Vianna. E temos de dar o nosso trabalho como Relator Adjunto por concluído. Por quê? A apresentação, a rigor, para a Comissão, será do Relator-Geral. Então, é preciso que haja um critério que hoje aqui, no nosso relatório, foi discutido e aprovado nesse patamar em que estamos. Do contrário, ficamos ainda responsabilizados de maneira equivocada na apresentação do Relator-Geral.

Então, peço-lhes que me permitam, nesse caso, isso posto, e se todos estiverem de acordo, ler o voto que é de três linhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR – Voto.**

Diante do apresentado, somos pela aprovação da proposta do Plano

Diante do apresentado, somos pela aprovação da Proposta do Plano Plurianual para o período 2000/2003 no que concerne aos programas e ações da Área Temática Previdência e Assistência Social e Trabalho, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, e com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das de Relator Adjunto, conforme relações apensas. Sala da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, 13 de abril de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Incluída a emenda acatada, nesta oportunidade, do Deputado Flávio Arns, emenda nacional, no valor de 58 mil e 600 reais.

Em discussão.

A votação será em bloco. Se votarmos individualmente, temo que os Parlamentares se ausentem do Colegiado e que, ao final, não haja **quorum** para deliberação. Solicito que, uma vez discutida, seja essa área temática votada em bloco ao final, depois da apresentação das demais áreas temáticas.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Qual é o critério?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – O critério é pela área: 1, 2 e 3.

Está presente o Deputado João Leão, da Área Temática da Justiça e Defesa. Convido o Deputado João Leão a apresentar o seu relatório e proferir seu voto aqui da mesa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Relator, Srs. Sub-Relatores, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o corpo técnico desta Comissão, que tanto colaborou conosco na apreciação do PPA. Em especial, gostaria de saudar meu amigo Esquetine, que nos deu uma colaboração sensacional, o Gardel e o João Batista, os técnicos que trabalharam conosco. Foram muitas noites viradas no intuito de fazer um trabalho que considero — não por ser meu relatório — excepcional, principalmente pelo apoio desses técnicos.

Não creio que seja necessário ler tudo isto aqui. Praticamente não mexemos em nada que veio do Governo Federal, que nos enviou um relatório muito enxuto. Fizemos algumas emendas de relator, quatro ou cinco, umas a pedido do nosso Relator-Geral: Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Programa de Combate ao Crime Organizado; Programa de Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil; Modernização Operacional do Batalhão de Engenharia e de Construção; Programa de Direitos Humanos e Direitos de Todos; Programa de Reaparelhamento e Adequação da Marinha; Programa de Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira; Programa de Modernização da Polícia Federal; Construção e Ampliação de Unidades Operacionais da Polícia Federal no Pró-Amazônia.

Em síntese, é um relatório muito sucinto e o conteúdo está aí para V. Exas. apreciarem. Estou pronto para responder a eventuais perguntas.

**Voto**

Diante do exposto, opina-se pela declaração de inadmissibilidade da emenda nº 310.800/350002043, pelas razões anteriormente discutidas neste parecer. Pela aprovação da Proposta de Plano Plurianual para o período 2000/2003, Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, no que concerne aos órgãos, fundos e entidades que compõem a Área Temática 2, Justiça e Defesa, com as alterações sugeridas por esta Relatoria Adjunta. Sala das sessões, 18 de abril de 2000. João Leão, Relator Adjunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão o relatório-adjunto da Área Temática 2 — Justiça e Defesa —, de autoria do nobre Deputado João Leão.

A votação será feita em bloco.

Agradeço ao Deputado João Leão a presença. Passemos então à Área Temática 3. O Deputado Silas Brasileiro, Relator, está presente. Está ausente o Deputado Paulo Braga, da Área Temática 1.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO** – Sr. Relator, Srs. Sub-Relatores Adjuntos, Srs. Assessores, faremos uma rápida apresentação do nosso relatório, para ganharmos tempo.

Somos Relator da Área Temática 3 — Fazenda e Desenvolvimento. Recebemos do Ministério da Fazenda 20 programas e do MIDIC, 13 programas, perfazendo 33 programas. Recebemos 60 emendas, sendo 45 individuais e 15 coletivas. Acatamos 55 e estamos remetendo 5 ao Relator-Geral, porque referem-se à abertura de novos programas. Achamos mais conveniente remetê-las ao Relator-Geral, repassando-lhe também os recursos, para que tome a decisão.

Somos o "primo pobre", temos o menor valor de todos. O critério que adotamos para acatar as emendas e fazer a distribuição dos recursos foi o da proporcionalidade, estabelecendo um piso de 100 mil reais e um teto de 3 milhões e 700 mil para emendas individuais e um piso de 1 milhão para as emendas coletivas. Evitamos a criação de novos programas e acatamos emendas em que a localização era inerente ao objeto da ação pretendida. Como exemplo, uma emenda para o Parque Nacional do Vale dos Dinossauros, em Sousa, na Paraíba.

Os recursos utilizados foram de 129 milhões e 600 mil reais. Recursos direcionados ao atendimento de emendas coletivas: 40 milhões de reais. Recursos direcionados ao atendimento de emendas individuais: 43,2 milhões de reais. Recursos direcionados ao atendimento de emendas de Relator, Ministério da Fazenda: 856 mil reais; ao MIDIC, 1 milhão, 560 mil reais. Estamos transferindo um saldo de 27 milhões, 183 mil, 139 reais para o Relator-Geral.

Visando à adequação, estamos apresentando 4 emendas de Relator. Com a abertura de novos programas, são 5 emendas. Uma objetiva a criação de programa de ação para o desenvolvimento da região da fronteira do MERCOSUL, da bancada da Região Sul. A outra, da bancada do Rio Grande Sul, objetiva a criação de programa de ação para o desenvolvimento e reestruturação econômica da metade sul do Rio Grande do Sul. A terceira, do nobre Deputado Fetter Júnior, objetiva a criação de programa de ação para o desenvolvimento e reestruturação econômica da metade do Rio Grande do Sul. A quarta, do Senador Iris Rezende, objetiva a criação de nova ação, consolidação do pólo industrial de Goiás. A última, do Deputado Luis Barbosa, objetiva a criação de uma

nova ação de fomento do Estado de Roraima quanto a programas já existentes.

É esta a nossa apresentação. Estamos à disposição para responder a qualquer pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Anotei que V. Exa. tinha ainda um saldo de 43.783; 5 emendas foram encaminhadas ao Relator-Geral para atendimento, das 60 emendas apresentadas, e 4 foram apresentadas pelo Relator-Geral. V. Exa. pode proferir, então, o seu voto.

**O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO** – Pelo exposto, somos pela aprovação do PL nº 19/99-CN, na forma da Mensagem nº 839/99, relativamente à Área Temática Fazenda e Desenvolvimento, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas na forma indicada neste relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não, Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – As observações são mais ou menos as mesmas que a gente já fez, e que, acredito, se repetirão. Por exemplo: desenvolvimento da infra-estrutura turística do Nordeste. Há uma série de alocações de recursos feitas basicamente assim. Por exemplo: no Estado do Ceará, fortalecimento da infra-estrutura turística na região sul do Ceará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Isso é recurso do PRODETUR.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Neste caso não é do PRODETUR, que está separado. O PRODETUR tem desenvolvimento do turismo em Alagoas, implantação do Parque Nacional do Vale dos Dinossauros em Sousa, modernização da infra-estrutura aeroportuária em Salvador. Não sei se isso deveria sair em turismo ou se deveria estar em infra-estrutura, na realidade, porque haverá um programa de infra-estrutura de aeroportos. Evidentemente, o aeroporto de Salvador, como qualquer aeroporto, tem finalidades múltiplas, tanto turística quanto não-turística. Mas acho que o problema é o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – É, mas existe um programa no PPA, Deputado, gestão de política, municipalização do turismo, que é para promover o desenvolvimento do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade organizada de forma a gerar emprego. Turismo no Nordeste seria outro título, e turismo, a indústria do novo milênio.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Acho que Turismo no Nordeste é perfeito. A região tem uma especificidade para a questão do turismo indiscutível. Não tenho nem dúvida quanto a isso. Agora, se fizermos isso por Estado, certamente alguns Estados terão uma presença de recurso para o desenvolvimento do turismo grande e outros não terão nada, por questão de não existir homogeneidade no entendimento das bancadas. De repente, a bancada do meu Estado resolveu apresentar mais emendas para estradas, outras mais para turismo, outra para outra coisa. E aí vem o difícil papel do Relator de procurar dar homogeneidade a toda essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Entendo. Acho que o Governo deve ter uma política pública voltada para o turismo, como tem, não só ao Nordeste, mas também ao Sul, ao coração do Brasil.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sim. Mas, especificamente, quanto ao Nordeste pode haver um problema, não há dúvida nenhuma. Acho que é diferenciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pode haver, até porque o Ministério e a EMBRATUR têm hoje, estatisticamente, maior fluxo de turismo em determinadas regiões do País, que merecerão, sem dúvida nenhuma, por parte dessa Relatoria também, uma apreciação e uma decisão a respeito dos programas e ações que foram aqui mencionados pelo Relator-Setorial.

Agradeço a presença do Relator, Deputado Silas Brasileiro.

Não estando presente o Relator da Área Temática 4 — Agricultura e Política Fundiária —, chamo o Deputado Pedro Chaves, Relator Adjunto da Área Temática nº 5 — Infra-Estrutura —, para apresentar o seu relatório e proferir o seu voto.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Sr. Presidente, se forem chegando os que estão ausentes, que eles fiquem para o final, de forma a privilegiar os que foram pontuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Não há dúvida.

Em discussão a proposta do Senador no sentido de que os ausentes ao início dos trabalhos façam a apresentação de seus relatórios, à medida que forem chegando, após a leitura dos relatórios dos presentes.

Em votação a proposta.

Os que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES** – Sr. Relator, Srs. Deputados, inicialmente, agradeço à Assessoria de Infra-Estrutura o apoio imenso que nos deu na elaboração deste relatório setorial.

O presente relatório da Área Temática 5 — Infra-Estrutura — da proposta do PPA para o período 2000/2003.

Sr. Relator, foram feitas algumas considerações com relação ao PPA 96/99. Fizemos, em nosso relatório, um quadro comparativo do que foi proposto, aprovado e do que foi realmente executado, uma comparação interessante.

Há outro dado interessante que gostaríamos de frisar. Muitos quadros já foram apresentados. Gostaria de ressaltar as emendas apresentadas. Foram apresentadas 667 emendas, das quais 484 individuais e 183 coletivas. Das coletivas, 159 são emendas de bancada, 13 de bancadas regionais e 11 de Comissões. O total das emendas, Sr. Relator alcança 60,7 bilhões de reais, sendo 44 bilhões, 168 milhões consubstanciados nas emendas coletivas, totalizando 16 bilhões, 539 milhões.

Da fonte de recursos. Para o acolhimento das emendas, foram disponibilizados 1 bilhão, 531 milhões, 295 mil reais pelo Relator-Geral; 365 milhões e 850 mil reais resultaram de remanejamento dentro da própria área dos Ministérios que foram atendidos. Desta forma, a Relatoria Setorial contou com 1 bilhão, 895 milhões, 100 mil e 5 reais.

Acolhimento das emendas.

Procuramos atender a todas as emendas, adequando os títulos aos program as existentes, de acordo com o projeto de lei do PPA encaminhado pelo Executivo. Todas as emendas passíveis de aprovação receberam recursos, deixando de ser atendidas apenas as que apresentaram alguma restrição de ordem técnica ou legal.

Outro dado importante: dessa forma, foram aprovadas 39 emendas integralmente; parcialmente, 577 emendas; e rejeitadas 51 emendas por questões de ordem técnica.

Foram feitas duas emendas de Relator, uma para adequar tecnicamente uma das emendas rejeitadas. Trata-se de uma rodovia federal em relação à qual havia sido feita uma concessão para o Estado e posteriormente retornou ao Ministério dos Transportes. Por isso essa emenda de Relator.

A segunda emenda de Relator é com relação a um trecho da BR-010, no Estado do Tocantins.

Voto do Relator.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Propósta de Plano Plurianual proposta para 2000/2003 no que concerne aos órgãos e entidades tratados pela Relatoria da Área Temática de Infra-estrutura, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Este é o voto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão o relatório e o voto apresentados pelo Relator na Área Temática 5 — Infra-estrutura.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Aqui há alguma coisa daquilo que citamos agora há pouco. Evidentemente, existe diferença, não é a mesma coisa. Discutimos antes a questão da pobreza que temos em alguns Estados, enquanto em outros, não. Evidentemente, ficava uma coisa muito discrepante. Não podemos apresentar ao País um PPA que enfrenta a pobreza em alguns Estados e em outros, não. Evidentemente, o enfrentamento tem de ser de acordo com o nível de pobreza e não com a emenda que a bancada tenha apresentado ou não.

Aqui existe uma diferença: já é mais explicitado, mais especificado. Há, por exemplo, um programa global para o Corredor Leste. E há uma série de subdivisões. Talvez algumas delas possam ser englobadas. Evidentemente, não tive tempo de avaliar todas. Acredito que nem tudo possa, de fato, ser englobado, mas alguma coisa poderá ser. Talvez seja o caso de juntar em um item só as restaurações. Do mesmo modo, conservação; também adequação. Enfim, talvez alguma coisa possa ser pouco mais encorpada. Esse grau de divisão é muito semelhante ao que temos no Orçamento. O Orçamento é feito desta forma, explicitado ano a ano.

Estou chamando a atenção de V. Exas. para este fato. É diferente dos outros casos. Acho que alguma coisa pode ser feita no sentido de o Relator reavaliar de maneira a dar a isso um pouco mais de visão estratégica, já que o PPA é muito mais uma visão estratégica do que um Orçamento definindo recursos para cada área. Até porque não tivemos limites nas emendas individuais e coletivas. Ou seja, não houve, absolutamente, limite nenhum. Então se resolveu fazer 100, 200, 500 ou mil emendas, que fosse....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Havia limite de número de emendas; era de doze por Parlamentar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Doze por Parlamentar?

**O SR. PRESIDENTE** – É.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – E nas coletivas também havia limite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Também havia limite nas coletivas. Só erramos porque não fixamos limite para o valor. Então uma emenda individual às vezes ultrapassa muito o valor da emenda coletiva.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – De qualquer forma, sugiro que haja uma reavaliação do Relator em relação a isso, para que tenhamos uma visão global, estratégica do PPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não.

Alguém mais deseja discutir o relatório? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, vamos seguir com a apresentação dos relatórios. Ao final votaremos em bloco esses relatórios.

Agradeço ao Deputado Pedro Chaves.

Peço ao nobre Deputado Virgílio Guimarães, Relator da Área Temática VI — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia — que apresente o seu relatório e profira o seu voto.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, quero, inicialmente, agradecer muito à equipe técnica, coordenada pela Dra. Raquel; Lessa, Murilo, Fábio, Josué, que é o assessor do PT no que se refere a Orçamento, e aos demais que participaram ativamente da elaboração do relatório.

Nós nos debatemos sobretudo com a questão do critério. A nossa preocupação, ao elaborar o relatório, foi sobretudo de estabelecer um critério no que se refere àquilo que imaginávamos que pudesse vir a ser uma espécie de jurisprudência no que diz respeito à concepção do PPA. Uma Casa habituada a trabalhar bem a questão de Orçamento e tratar o PPA de forma etérea, não operacional...

Portanto, assim como o Deputado Alberto Goldman e, por certo, todos os demais Deputados, entendemos que um dos objetivos deste nosso trabalho seria o de estabelecer exatamente essa jurisprudência inicial, que se revelou muito difícil, tanto no que se refere ao grau de generalidade das emendas, quanto ao fato de compatibilizar a idéia das emendas individuais com as emendas coletivas, as emendas de Comissão.

Além da questão técnica aí envolvida, também tivemos uma questão política, porque; afinal, ninguém apresenta uma emenda por um desejo fortuito, mas porque conhece as realidades, porque há os movimentos sociais, de prefeitos e administradores públicos. Portanto, acredito que há uma legitimidade evidente por trás de qualquer emenda apresentada. Mas a compatibilização desses diferentes critérios é realmente o trabalho mais difícil. Até porque a idéia de não particularizar nada, levar todas as emendas para o nacional não corresponde ao desejo correto do Parlamento de influenciar de forma mais definida na elaboração dos Orçamentos anuais. A generalização excessiva significa, por um lado, a inexistência de distorções, mas, por outro lado, o Parlamento estaria abdicando de estabelecer parâmetros mais definidos para a elaboração do projeto de lei anual.

Portanto, a nossa grande dificuldade, o nosso grande envolvimento foi no enfrentamento dessa questão. Optamos por estipular um valor inicial das emendas. Havia, inclusive, a idéia inicial de acolher apenas e excepcionalmente emendas individuais. Mas isso não tem respaldo na prática, na cultura da Casa nem nessas considerações de ordem política para a existência de emendas individuais. Então optamos por acolhê-las. Criamos um parâmetro arbitrário, mas com certa ordem de grandeza de alguma maneira definida no sentido de que uma emenda individual deveria ter um parâmetro de 500 mil. Por que isso? Supondo que cada Parlamentar faça o seu — entre aspas — "PPA individual", ele teria, em tese, em 4 anos, 6 milhões para as suas emendas individuais, supondo que os critérios fossem mantidos. Como ele tem direito a 12 emendas, o duodécimo de 6 milhões é de 500 mil reais. Trata-se de um critério um pouco tosco, até porque ele poderia ter todos os seus recursos em uma emenda só. Mas apenas para chamar a atenção de que em princípio não é necessária emenda individual no PPA, desde que haja um programa ou uma ação que contemple a emenda individual — esta, sim, aposta a projeto de lei do Orçamento Anual. Ela pode ser feita, não há necessidade da particularização de nenhuma ação, até porque ele pode fazer isso perfeitamente no Orçamento anual. Mas criamos isso como um critério inicial para a quantificação dos recursos disponíveis. Arbitramos, como um patamar inicial, como uma referência inicial, que uma emenda coletiva tivesse um peso 10 vezes maior do que a

emenda individual e, com isso, fizemos uma primeira distribuição para ver quais os recursos que sobravam. Não sei, caso atendêssemos a todos com os recursos que o Relator havia nos disponibilizado, quais os recursos que sobrariam.

Partimos da idéia básica, compatível com esse critério, de que cerca de três quartos do valor que tínhamos, 75%... Não queremos usar percentual, porque percentual dá uma idéia de exatidão que não existe.

Também nos pareceu razoável que as emendas coletivas, em face das emendas individuais, tivessem um peso três vezes maior, ou seja, 75% do valor alocado nas emendas coletivas. São dois critérios que, compatibilizados, nos levaram a ter uma condição de, além dessa análise linear, cega, que não seria razoável levar às últimas conseqüências, estabelecer padrões de valor de emendas, padrões de percentual sobre emendas, porque isso pode, eventualmente, levar a se inflacionar número de emendas para se obter percentuais maiores, mas aí já dando um passo seguinte, que é uma análise particularizada dos programas nos quais poderíamos alocar um valor maior de recursos.

Nos contatos que fizemos com os Ministérios, percebemos uma questão interessante: o que tínhamos disponível para o Ministério da Educação era uma gota de água no oceano. É um grande Ministério. Abastecer o Ministério com alguns aportes em alguns programas poderia trazer mais malefícios do que benefícios, porque haveria distorção entre um difícil equilíbrio conquistado na distribuição dos recursos entre as diversas regiões.

Quanto à Cultura, percebemos que o Orçamento tem crescido substancialmente em função das emendas individuais. É impressionante como a cada ano os Parlamentares têm feito maior número de emendas na área de cultura. Trata-se de um Ministério novo, que se desenvolveu em período de crise, com um orçamento baixo, e basicamente tem conseguido os seus investimentos através das emendas individuais. Daí a mera projeção para um horizonte quadrienal da proposta enviada inicialmente se revela falsa, porque historicamente tem crescido com as emendas individuais. Cada vez mais cidades têm centros culturais, projetos de banda de música, bibliotecas. Realmente, é uma área que tem atraído os Parlamentares, pelo seu retorno — o que não vejo como um problema político-eleitoral, porque quem tem retorno político-eleitoral é porque fez alguma coisa de que o povo gostou. Não estou usando isso no mau sentido. Mas é cada vez mais compatível com programas que existem em nossas prefeituras. E a resistência cultural no Brasil se faz na recuperação de uma estação, na criação de um centro cultural, abertura de um espaço para essa resistente cultura popular disseminada em todo o interior. Daí termos optado por atender a essa demanda geral, vamos dizer assim, pelo aumento do patamar do Ministério da Cultura, porque isso fatalmente ocorrerá, caso mantida a atual tendência de vir comprimido. É na emenda individual que ele chega aonde, de fato, tem chegado nos últimos anos.

Fizemos essa opção. E daí, com esse diferencial, com esse recurso, que não excedeu o critério inicial, pudemos abastecer alguns programas com maior prodigalidade. Sem esquecer que nas demais áreas, evidentemente, após discutir o assunto com setores técnicos dos próprios Ministérios, inclusive, também pudemos nos voltar para alguns programas em que havia essa demanda. O primeiro deles foi um convênio assinado pelo Ministério da Educação e a Presidência da República, envolvendo recursos externos no valor de 250 milhões de dólares, posteriormente ao envio a esta Casa do projeto de lei, quando, portanto, não havia ainda previsão inicial e sequer uma emenda. Havia o problema de recurso e de base legal para o acolhimento dessa emenda.

Contando com a extrema boa-vontade do Relator-Geral, Deputado Renato Vianna, conseguimos — daí eu estar fundamentando a observação que fiz inicialmente em face do Senador José Alencar —, a nós enviada em correspondência oficial do Ministério, uma cópia do acordo internacional firmado pelo Presidente da República e da legislação que exija a cobertura do PPA para esse tipo de programa. Isso viabilizou, juntamente com os recursos disponibilizados pelo Relator-Geral, o atendimento dessa emenda de Relator.

Quanto a outros programas, também houve de nossa parte um atendimento um pouco maior. Cito aqui, por exemplo, a Universidade do Tocantins. Lá, a emenda coletiva existente era para a universidade que hoje funciona — e é natural que a bancada do Tocantins assim o faça —, que é uma fundação, uma vez que lá não há universidade federal. A bancada precisa de recursos para que essa fundação sobreviva. Mas o próprio Ministério tem como prioridade a implantação dessa universidade. Então atendemos a uma emenda de um Senador, num artifício semelhante ao que fizemos aqui com o Senador José Alencar, mas atendendo a um objetivo que me parece dos

mais meritórios, que é a implantação de uma universidade lá, com um valor inicial que possa ser mais do que uma janela.

Foram esses os critérios que utilizamos, Sr. Relator e colegas Relatores-Adjuntos, para chegar a esse relatório final que aqui está, que passo às mãos de V. Exas., para que o apreciem, inclusive os critérios que utilizamos quanto à maior ou menor particularização. Tentamos, de modo geral, fazer a particularização em escala de região. Creio que a particularização de Município foi só no caso de investimentos muito vultosos e de longa duração, como no caso de uma estação rastreadora de satélites, localizada em determinado Município. Mas isso é apenas no caso do Rio Grande do Sul ou da Universidade do Tocantins, que citei aqui; poderia ter citado a de Petrolina, que também é objetivo da bancada, do Nordeste, do Governo, da sociedade brasileira. Por alguma razão ela está localizada em um Município, mas o programa é de fôlego, o montante é elevado e a duração do programa é de um horizonte largo. Procuramos chegar a um critério com um grau de subjetividade, evidentemente, mas buscando equilibrar a intenção da generalidade do PPA que se almeja com o acolhimento das legítimas emendas e reivindicações da sociedade que aqui chegam.

Portanto, para cumprir a formalidade, passo a ler o voto aqui expresso.

Voto do Relator.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19/99-CN, na forma da Mensagem nº 839/99-CN, para unidades orçamentárias relativas à Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão a Área Temática relativa à Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Só para registrar que no PLO houve um decréscimo de investimento, em 2000, na área da educação e um acréscimo substancial na área de ciência e tecnologia. Eu não sei se isso foi corrigido; penso que sim.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o que é visível, evidentemente, é o problema que é menor, nesse sentido da municipalização ou estadualização. Não existe, praticamente, municipalização nem estadualização. Um pouco de regionalização, mas, mesmo assim, em grau bastante limitado. Esse relatório se aproxima daquilo que, de fato, acho que deve ser a preocupação do Relator-Geral na sua consolidação. Algumas coisas, evidentemente, são discutíveis. Só para citar um caso: reforma de instalações físicas de instituições federais de ensino superior. Devem ter sido emendas de Deputados...

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Vê qual é a Região. De que Região que é?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Um milhão para o Nordeste, 500 mil para o centro-sul. Deu um milhão e meio. Me pegou de surpresa no centro-sul, porque, normalmente, as que têm isso são Regiões mais pobres, que têm programas em andamento. V. Exa. poderá ver que as Regiões são Norte e Centro-Oeste. E eu sou capaz de responder sobre quais os programas.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Nordeste e Centro-Oeste, exatamente. Eu tenho a impressão de que se há alguma coisa no centro-sul é porque só deve existir regionalizado, talvez.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Centro-Oeste. De fato, Centro-Oeste.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Esclareço, porque ele veio regionalizado.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – É isso.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – A distorção não foi minha, foi do Presidente da República. Mas as que nós pusemos, de fato, são programas como esse do Tocantins; foi do Nordeste, do Norte. E são programas que estão em andamento e são defensáveis, até porque se a sociedade lá do Norte souber que ali não é uma coisa voltada para aquela universidade, para aquela Região, haverá uma frustração. Parece até discriminação, nobre Líder, mas em algumas áreas, quando o investimento é muito forte na Região Sudeste, por exemplo, em ciência e tecnologia, nós zeramos, porque qualquer coisa que se pusesse em âmbito nacional ou em ciência e tecnologia no Sudeste cairia na vala comum, fraudaria completamente o espírito que emana das emendas, que é exatamente o da descentralização.

Desculpe o ardor na resposta.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Nosso ardor é comum. Fazemos política bem assim porque fazemos com ardor, com respeito e com ardor. Esse é um bom jeito de fazer política.

Por exemplo, aqui, a consolidação do Centro Regional de Pesquisas Espaciais do INPE, no Sul, é

uma coisa localizada. Não adianta ser nacional. Tudo bem, eu acho que aí mostra como podemos compatibilizar as duas coisas. Onde deve ser regionalizado, estadualizado, é possível se fazer e deve-se fazer. Onde devemos ter uma visão mais global, devemos procurar fazer com que seja nacional, não porque ele vai continuar sendo nacional depois. Porque na hora de se fazer os orçamentos, esses valores aqui, evidentemente... Aí, não, aí não tem jeito. Aí vai ser tudo picotado, mas acho que não agora neste momento em que estamos fazendo um plano estratégico de desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Eu agradeço as intervenções.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir o Relatório da Área Temática VI — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia —, agradeço ao Relator Adjunto, Deputado Virgílio Guimarães, e convoco o Deputado Neuton Lima, da Área Temática IX, que trata da Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo, já que a Área Temática VIII, pela inversão, já foi apresentada pelo Senador José Alencar.

Com a palavra o Deputado Neuton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Sr. Relator-Geral, Srs. Deputados e Senadores, estamos proferindo um parecer na Área Temática IX — Integração Nacional, Meio Ambiente, Esporte e Turismo.

De antemão, Sr. Relator, informamos que estamos substituindo o parecer que está anexo ao que foi distribuído, porque na impressão, nas tabelas que existem no meu relatório, houve alteração dos valores percentuais, por erro de digitação. No próprio processamento do computador houve erro no somatório dos percentuais. Então estamos distribuindo agora o novo, só mostrando a alteração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – As alterações estão chegando ao conhecimento dos Srs. Relatores Adjuntos.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Só o percentual. Só as tabelas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – São alterações com relação aos percentuais de tabela.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – O relatório é o mesmo; só foram alteradas as partes de tabelas, de percentuais, como V. Exas. podem conferir com o que já foi distribuído. V. Exas. verão que ali houve erro no somatório dos percentuais.

Diante disso, passaremos bem minuciosamente ao nosso relatório.

Com relação à distribuição dos recursos do Setor 9, disponíveis 2 bilhões, 119 milhões, dentre os quais os recursos de avaliação de receitas foi da ordem de 1 bilhão, 548 milhões, e recursos de capital, 571 milhões.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Isso está em folha separada?

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Eu fiz apenas um resumo para explanar.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu só pediria que repetisse, então, por favor.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Na Área Temática IX, os recursos disponíveis foram à casa de 2 bilhões, 119 milhões. Recursos de reavaliação de receita, 1 bilhão, 548 milhões; e recursos de capital, 571 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Aportes promovidos, não é?

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Isso. Esse daqui está na página 6 do nosso Relatório, nobre Deputado Alberto Goldman.

Sobre o critério de aceitação das emendas individuais.

Pegamos proporcionalmente aquilo que é facultado a todos os Parlamentares, proporcionalmente ao Orçamento, que é de 1,5 milhão por ano de emendas individuais. Multiplicamos por 4 e dividimos por 12 o número total de emendas individuais e chegamos a um valor de 500 mil reais para acatarmos cada emenda. Fizemos uma avaliação de todas as emendas possíveis de serem acatadas. Não criamos programas novos. Todas as emendas foram adequadas aos programas existentes. Criamos apenas as ações.

Para as emendas de Comissões, como para as de bancadas regionais e estaduais, pegamos proporcionalmente à população aferida pelo IBGE, em 1999, conforme o art. 165 da Constituição Federal, § 7º, e adotamos um critério de 20 milhões por emenda. Esses foram os critérios de acatamento das emendas apresentadas ao nosso Relatório.

É óbvio que existem algumas emendas com um pouco mais de recursos, dentro do limite pleiteado. Em síntese, o nosso Relatório vem abrangendo as áreas inerentes ao tema, à área temática, proporcionando, na área de integração nacional, o equivalente a 68,18% (página 2); na área do meio ambiente, 7,73%; na área de esporte e turismo, 2,04%. E a nossa área temática, total, 58,4%. Nas despesas corren-

tes, despesas de capital, o Ministério de Integração Nacional ficou com 82,8%; Meio Ambiente, 19,4%; Esporte e Turismo, 13%, dando uma área total de 58,7%. Conforme a distribuição dos recursos da União por Região, tivemos na Região Centro-Oeste (Integração Nacional) o equivalente a 49,7%; Meio Ambiente, 40,6%; Esporte e Turismo, 55,3%, dando um total de 48,7%. Na Região Centro-Oeste tivemos: Integração Nacional, 8,3%; Meio Ambiente, 36,8%; Esporte e Turismo, 8,1%. Total, 13,2%. No Nordeste tivemos: Integração Nacional, 75,6%; Meio Ambiente, 19,2%; Esporte e Turismo, 44,8%, dando um total de 60,4%. Na Região Norte, no Ministério de Integração Nacional, 6,9%; Ministério de Meio Ambiente, 33,6%; Esporte e Turismo, 3%, dando um total de 10,8%. Sudeste: Integração Nacional, 8,8%; Meio Ambiente, 8,7%; Esporte e Turismo, 22,4%, dando um total de 11,2%. Na Região Sul: Integração Nacional, 0,4%; Meio Ambiente, 1,7%; Esporte e Turismo, 21,8%, dando um total de 4,4%. Em âmbito nacional, Integração Nacional ficou com 50,3%; Meio Ambiente, 59,4%; Esporte e Turismo, 44,7%, dando um total de 51,3%. A distribuição das despesas por programas está na Tabela nº 4 do nosso Relatório, na página 4. Também os percentuais. V. Exas. podem acompanhar.

Com relação aos critérios das emendas, recebemos 727 emendas, sendo 590 individuais e 137 coletivas, das quais 108 são de bancadas, 17 de bancadas regionais e 12 de Comissões. Foram pleiteados, individualmente, 44,979 milhões, enquanto os consubstanciados nas emendas coletivas totalizaram 12 milhões,194 mil. A maioria das emendas apresentadas procurou incluir novas ações em programas já existentes, principalmente para identificar obras específicas nos Estados e Municípios.

Procurei atender a todas as emendas, adequando os títulos aos programas existentes de acordo com o projeto de lei do PPA encaminhado pelo Executivo.

As emendas individuais totalizaram 565 milhões, 978 mil. As emendas de bancada, 1 bilhão, 351 milhões e 22 mil. Emendas de Comissões, 202 milhões, dando um total de 2 bilhões, 119 milhões. Foram rejeitadas apenas 15 emendas, por não termos condições de adequá-las aos textos inerentes aos programas e às ações existentes. Encaminhamos também ao nobre Relator-Geral algumas indicações que foram apresentadas em nossa área; apenas 4 emendas que S.Exa. pode sugerir para as áreas competentes, emendas apresentadas por alguns Deputados.

Encerrando assim o nosso Relatório, passo à leitura do Voto do Relator.

Diante do exposto, concluo pela aprovação da proposta do Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, constantes no relatório anexo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Peço a palavra mais uma vez, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Desculpem-me, companheiros, por eu ser insistente. Acho que cada relatório tem sua característica. Como não houve, parece-me, uma homogeneidade, não houve uma norma geral para todos, cada um fez de acordo com a sua compreensão, na tentativa de manter os projetos, programas em geral e procurando também atender às reivindicações.

Quero deixar claro que eu não estou aqui dizendo que as reivindicações dos Deputados e das bancadas não devem ser atendidas. Elas serão concretizadas, de fato, no Orçamento. Podemos ter um número qualquer aqui e, na hora do Orçamento, não termos esse valor. Portanto, ela se concretiza, ela se torna real no momento em que se elabora o Orçamento.

Devemos compatibilizar, fazer um esforço de adequação. O Relator terá um trabalho maior do que eu imaginava no começo para fazer isso. Cito como exemplo o Programa Esporte, Direito de Todos. Temos aqui: ações de desenvolvimento do esporte, 20 milhões. Ótimo. Em seguida temos: construção de estádio municipal em Vitória do Xingu, 120 mil. Eu não quero dizer que em Vitória do Xingu não deva ser feito o estádio municipal. Só que esse estádio municipal só vai ser concretizado com o Orçamento, não agora no Plano Plurianual. No Plano Plurianual devemos dizer: construção de estádios municipais ou de estádios nos Municípios. Programas desse tipo que abram o caminho para que o Deputado, no momento de apreciar o Orçamento, carimbe o que quer, porque ainda que esteja prevista aqui a construção do estádio municipal em Vitória do Xingu, no Pará, se ele não fizer essa emenda no Orçamento, ano que vem, não vai acontecer nada, não resolve nada. Isso aqui pode estar no PPA, mas, se o Deputado não carimbar lá, não vai acontecer nada. E ele vai carimbar, eu sei que ele vai fazer isso. Não sei que Deputado foi. Mas não importa. Devemos colocar aqui ações globais, construções de

estádios, desenvolvimento do esporte, qualquer coisa desse tipo. No momento oportuno o Parlamentar vai carimbar isso no Orçamento. Não acho que devemos deixar sair desta Casa o Plano com essa forma, porque isso vai ser orientação estratégica para o Governo. Estamos dizendo para o Governo que achamos importante a construção de estádios municipais, achamos que isso é importante para o esporte, para o desenvolvimento social do País etc. Agora, não neste momento esse carimbo. Ele terá de ser feito depois, porque senão não vai acontecer no Orçamento.

Queria chamar a atenção, apenas pegando um exemplo de um item.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Eu quero esclarecer, nobre Deputado Alberto Goldman, que o PPA veio do Executivo especificado, principalmente na minha área. Se eu não adotasse o critério de acatar o pleito do Parlamentar, uma vez que existe diante dele uma sociedade que reivindica... Ora, se ele apresentou a emenda ao PPA, é porque ele está se programando para apresentar ao Orçamento também. Eu acho que a emenda do Parlamentar é um instrumento político que ele tem para trabalhar. O critério adotado, inclusive, por mim, desde o início, quando fui escolhido para ser Sub-Relator, auxiliando o Relator-Geral, leva em conta que a emenda do Parlamentar é um instrumento político que ele tem para poder apresentar, inclusive, à sua base eleitoral, à região que ele representa. Tendo a possibilidade de adequá-la às ações existentes, aos programas do próprio PPA, por que não aproveitar? Por que, então, não atender ao Parlamentar? Eu até entendo a preocupação do nobre colega, nobre companheiro, nobre Líder, nesta Comissão, mas se tivesse vindo do Executivo para cá apenas com programas gerais, ações gerais, sem entrar em minudências a ponto de chegar a lugares determinados, eu acho que teríamos uma regra que nos permitiria até explicar ao Parlamentar que apresentou a sua emenda que o programa veio de forma geral — vou usar até uma expressão que está sendo muito usada —, genérica. Agora, não foi o caso. Eu simplesmente acompanhei o que foi preestabelecido pelo Executivo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Pela ordem, Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Só um minutinho. Eu só queria complementar dizendo que, se do Executivo veio alguma coisa muito explicitada, muito especificada, o Relator pode fazer exatamente a mesma coisa. O papel do Relator de compatibilizar e de adequar não é apenas em relação às emendas. Esta Comissão não tem o papel apenas de analisar emenda. Aliás, tem sido o erro da Comissão de Orçamento imaginar que o papel dela é o de discutir as emendas dos Deputados. Não, o papel dela é o de discutir o Orçamento na sua totalidade, na sua integralidade. Então se existe alguma coisa também vinda do Executivo nesses termos, cabe ao Relator também adequar do mesmo jeito. Não faz a mínima diferença. Do mesmo jeito que a proposta é feita em relação aos Deputados, às emendas localizadas, existem, talvez — mostramos isso há pouco em outros relatórios —, situações específicas, que não são globais. Se quisermos desenvolver o esporte especificamente numa determinada região, isso é um programa. Desenvolver o esporte na região da mata amazônica, sei lá, qualquer coisa desse tipo, aí sim é uma ação específica. Caso contrário, devemos englobar para que o Parlamentar possa fazer isso mais adiante. Isso vale também para aquilo em que, eventualmente, o Executivo tenha ido além do que ele deve na sua ação.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Tínhamos combinado que iríamos discutir isso no final. Se voltarmos a discutir o que está se passando em cada relatório, vamos levar a noite toda. Entendi que discutiríamos isso de uma maneira global.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Já estamos quase no fim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Vamos tentar discutir os critérios depois com o Colégio de Vice-Líderes.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – São exemplos que estou dando da mesma coisa, na realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Com a palavra o Senador Moreira Mendes

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Não querendo causar polêmica, acho que a posição do ilustre Deputado Alberto Goldman é claríssima. No PPA discute-se o genérico e, no Orçamento, os detalhes. Essa discussão não cabe aqui, ainda que no final discutamos o assunto. Gostaria de fazer este registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Concordo com o Deputado João Leão quando fala da decisão que tomamos de discutir de forma global os relatórios no final, mas acho que podemos rapidamente

apontar essas questões, porque teremos um grau de subjetividade muito grande. Eu também acho que, no caso concreto da emenda apontada, houve um cuidado excessivo na questão do atendimento da emenda, nos termos literais da emenda. Cento e vinte mil reais para um investimento quadrienal... Colocam num espaço muito pequeno. Mas acho que isso é exatamente para ressaltarmos essas questões. O Relator depois fará os acertos que se fizerem necessários.

Eu me inscrevi para fazer uma observação semelhante. Devemos só apontar os critérios de cada relatório e deixar para termos uma visão geral ao final. Não é fácil aplicar os mesmos critérios para diferentes Ministérios — e essa é a contribuição que ele dá aqui — porque a natureza de alguns Ministérios que têm mais programas é um pouco mais genérica. Onde há um objetivo voltado mais para obra, ela é quase que intuitivamente localizável. Então, essa é a dificuldade que vamos ter, e vamos ter que enfrentá-la conjuntamente, ao final da análise de cada um dos relatórios parciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Apenas para corroborar com a interpretação dada pelo nobre colega aqui. Com relação a esse critério de acatar as emendas dos Parlamentares, discuti com a nossa equipe técnica a possibilidade, porque vislumbro exatamente o papel do Parlamentar. Ele é cobrado por sua base. O instrumento que ele tem para trabalho... Se nós, Parlamentares, começarmos aqui a dizer: ah, porque o valor é 120 mil reais! Ora, mas se foi aquele o valor que o Parlamentar entendeu para sua emenda, como instrumento de trabalho a ser apresentado à sociedade, que ele representa nesta Casa, quem sou eu, Neuton Lima, para poder dizer "não posso acatar ou vou rejeitar, apenas"?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não, não! Pode acatar na forma...

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – É, mas o Parlamentar quer ver ali consignada exatamente a sua emenda.

*(Não identificado)* – É que isso não é Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – É esse é o debate. Nós, inclusive...

*(Não identificado)* – É que não é orçamento isso. O problema é esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Nós até tínhamos aventado a hipótese, Deputado Goldman, de acatar e colocar num anexo, como sugestão de prioridade, para que, então, nos próximos anos, através da emenda ao Orçamento, pudéssemos, então... Mas esse é um critério do Relator. Há que se respeitar.

Em discussão o Relatório. (Pausa.)

Encerrada a discussão. Vamos colocá-lo em votação depois, de forma global, também com os demais relatórios setoriais.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** – Só para concluir, Sr. Presidente. Eu gostaria de registrar a minha gratidão à nossa equipe técnica, à Dra. Ana, ao Dr. João, que trabalharam muito, incansavelmente, para nos auxiliar na elaboração deste relatório, bem como à compreensão dos nobres companheiros Sub-relatores das demais áreas do PPA, e à generosidade de V. Exa., enquanto Relator-Geral do nosso PPA, sempre atencioso aos nossos problemas, às nossas dificuldades e nos orientando. A toda a equipe técnica da Comissão Mista de Orçamento quero registrar minha gratidão e dizer que estamos aqui prontos para votar e aprovar o mais breve possível o relatório geral de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Muito obrigado. Eu pediria que agilizássemos um pouquinho. A luzinha amarela da Ordem do Dia já está acendendo, mas certamente ainda não se iniciou a votação. Peço ao Senador Moreira Mendes que apresente o Relatório da Área Temática X — Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Parece-me que não há **quorum**.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão antes da leitura do Sub-relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Temos alguns Sub-relatores que não estão presentes, inclusive o Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Vou designar. Depois, vou pedir pela ordem que os presentes, os relatores pudessem, da mesma forma, apresentar, para que ficasse consignado na gravação, em Ata, e que colocássemos também em votação as três áreas temáticas cujos titulares não estão presentes. Eu designarei um dos relatores aqui para que possamos, então, completar o nosso trabalho.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Sr. Relator-Geral, que hoje preside esta reunião, Srs. Senadores, Srs. Deputados que compõem este colégio de Sub-relatores, a exemplo de todos os demais que me antecederam, quero aqui registrar meu agradecimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Pediria aos Deputados João Leão, Alberto Goldman e Neuton Lima a gentileza de permanecerem no recinto, mas em silêncio, pois o Senador está apresentando um relatório.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – De todos os que me antecederam, queria cumprimentar o corpo técnico da Casa na pessoa do Mário Sanches, que me auxiliou durante todo o tempo na elaboração do meu relatório. E, para mudar um pouco, desejo a todos uma feliz Páscoa.

Conforme já foi dito pelo Relator-Geral, vamos apresentar o relatório da Área Temática X, que trata do Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

No exame do Projeto de Lei do Executivo e das emendas apresentadas, coube-nos preliminarmente atentar para a adequação às disposições legais vigentes, em particular ao que dispõe a Constituição e as normas estabelecidas pela Comissão Mista de Orçamento em sua reunião de 30.09.99, com vistas a orientar a tramitação do Projeto de Lei nº 19/99-CN. Da mesma forma, levamos em conta as atribuições legais da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas entidades vinculadas.

Cumpre salientar que a estrutura de unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi consideravelmente modificada em relação à vigente nos últimos exercícios.

No que se refere à Superintendência do Nordeste (SUDENE), à Superintendência da Amazônia (SUDAM), foram transferidas para o Ministério da Integração Nacional; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por outro lado, a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), do Ministério do Planejamento e Orçamento, foi transformada na Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, com **status** de Ministério, e passou a vincular-se à Presidência da República.

A análise da programação relativa ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão colocou em evidência que esta orienta-se essencialmente para o desempenho das funções técnicas de responsabilidade do órgão — qual seja a elaboração de orçamento, avaliação do planejamento, atualização dos diagnósticos da conjuntura e articulação com a sociedade —, operação e manutenção dos sistemas de apoio administrativo — patrimônio, pessoal, ação de empresas estatais, gerenciamento de programas, montagem e atualização do orçamento etc. — e de apoio institucional aos Estados e Municípios nas áreas de qualificação de gestores, controle de qualidade, melhoria de processos e assemelhados.

É na área de responsabilidade da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano que se encontram programas-fim pertencentes à área do Governo, cuja apreciação se acha atribuída a esta Subcomissão, ou seja, habitação, saneamento, desenvolvimento e transporte urbano.

Portanto, essa programação, essencialmente orientada para o atendimento às necessidades básicas das comunidades, totaliza aplicações no montante de 27,4 bilhões, sendo 2,3 bilhões de recursos oriundos do Orçamento da União e 25,1 bilhões de recursos de outras fontes, ou seja, de Estados e Municípios, de empresas estatais, sobretudo Caixa Econômica Federal, BNDES e o setor privado.

O relatório fala, em seguida, sobre a previsão de recursos de outras fontes. Vou-me permitir ir encurtando aqui, para não tomar o tempo, porque já foi distribuído previamente o Relatório.

Há um aspecto que julgo importante esclarecer e ler aqui, que é a questão da definição da aplicação de recursos em Municípios com menos ou mais de 75 mil habitantes, nos seguintes termos. A análise da proposta do Poder Executivo colocou em evidência a existência de três omissões importantes na perspectiva das prioridades das bancadas e Parlamentares, no campo das iniciativas de apoio aos empreendimentos dos Estados e Municípios. Referimo-nos à existência de programas e ações que viabilizam alocações para infra-estrutura urbana, para serviços de saneamento básico em Municípios com mais de 75 mil habitantes e para apoio à adequação e redimensionamento de vias urbanas.

Quanto à primeira, infra-estrutura urbana, é significativo assinalar que os Orçamentos do período de 96 a 98 têm alocado, em média, cerca de 200 milhões anuais para subprojetos dessa natureza. Segundo os dados fornecidos pelas assessorias das Casas do Congresso Nacional, as emendas ao Orçamento do ano 2000, cerca de 500, totalizam mais de 900 milhões. No que se refere à segunda, serviços de sane-

amento, embora fundada num argumento racional de que o sistemas de saneamento em cidades com mais de 75 mil habitantes tendem a ser economicamente viáveis, não requerendo alocações a fundo perdido — ela deixa de considerar que em muitos dos Municípios desse porte existem bairros isolados e distritos que possuem situações de saneamento tão críticas quanto as de muitos Municípios de população reduzida.

Relativamente às emendas, aos programas e ações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Das 2.876 emendas às ações, envolvendo alterações nos valores, apresentadas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual, ao PPA, 313 emendas foram identificadas como relacionadas à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, totalizando aproximadamente 20,7 bilhões, sendo que, dessas, 61 são de autoria de bancadas e Comissões e 252 de iniciativa dos Srs. Parlamentares. A sua maior concentração foi nas áreas de habitação, com 68 emendas, saneamento, com 101 emendas e infra-estrutura urbana, com 131 emendas.

Dos parâmetros e critérios observados pela Relatoria.

A análise preliminar das emendas pela Relatoria evidenciou que grande parte dessas, não obstante o seu meritório propósito de buscar assegurar recursos às unidades federativas e microrregiões de interesse dos Parlamentares e bancadas, acha-se em conflito com as normas para apreciação do PPA, baixadas pela Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização, em reunião já referida.

Assim, com o propósito de fazer valer a deliberação Plenária, entendeu esta Relatoria que todas as proposições encontradas em violação à norma constante do documento citado deveriam ser adensadas nas ações genéricas respectivas, preservada, sempre que possível, a orientação de destinar mais recursos para as regiões macroeconômicas respectivas, desde que todas as regiões tenham destinações em volume suficiente para abrigar as alocações específicas que venham a ser realizadas pelas leis orçamentárias anuais nos próximos exercícios.

Com esse sentido, e tendo em vista o curto prazo disponível para ultimar nossa análise e a dificuldade de se obter apropriado acesso aos diagnósticos e estudos que embasaram a regionalização efetuada pelo Poder Executivo, a Relatoria, com vistas a atender com eqüidade o princípio do art. 165, § 7º, da Constituição, de se promover o combate aos desequilíbrios inter-regionais, adotou como critério para regionalização distribuir os recursos adicionados a cada ação, pela combinação da proporcionalidade populacional com a desproporcionalidade da renda **per capita**. Assim, 50% desses recursos foram alocados às regiões segundo a representatividade da sua população no total nacional, e 50% segundo o inverso da renda **per capita** das regiões. Desse modo, foi possível assegurar um efetivo efeito redistributivo em favor das regiões mais pobres, sem deixar de atender as regiões mais populosas.

Alerta-se que no Relatório consta um pequeno gráfico que dá exatamente essa proporção da medida proposta.

A origem dos recursos alocados pela Relatoria. Como deixamos assinalado no Relatório, as alocações de recursos orçamentários na programação proposta pelo Executivo foi, no mínimo, bastante conservadora. Lamentavelmente, os recursos disponibilizados pela Relatoria-Geral para alocação no âmbito dessa área temática, 626,4 milhões, foram muito reduzidos, não atendendo, a rigor, nem mesmo às necessidades de um dos programas dessa área, o de infra-estrutura urbana, cujas demandas anuais, só no que tange a emendas individuais e coletivas acolhidas no decorrer da apreciação dos projetos de leis orçamentárias anuais, têm sido cerca de 200 milhões por ano, ou seja, 800 milhões em 4 anos. Assim, diante da decisão da Presidência da Comissão Mista de fixar a data de 9.12.99 como prazo final para as relatorias adjuntas entregarem seus pareceres, e o fiz exatamente dentro do prazo, concordamos em nos ajustar ao limite fixado, realizando alocações simbólicas nas ações de maior expressão, alocando apenas cerca de 15% do valor que entendemos ser indispensável, remetendo ao Relator-Geral e ao plenário da Comissão Mista a nossa recomendação de que tais valores sejam elevados nessas ações para níveis mais consentâneos com as alocações que os membros do Parlamento tenderão a realizar nos processos orçamentários dos próximos exercícios.

Alertamos para o fato que, caso isso não seja feito, o Congresso Nacional poderá vir a ter limitadas as suas iniciativas no sentido de ajustar as propostas orçamentárias do Poder Executivo pelo rápido atingimento dos limites orçamentários fixados no PPA.

Alocações realizadas pela Relatoria. A Relatoria, após vários entendimentos com o Relator-Geral, consideradas as limitações de recursos mobilizáveis e as necessidades e prioridades para a realização de iniciativas em benefício das comunidades, restringiu as alocações que havia programado fazer no montan-

te de 3 bilhões, 908 milhões, 800 mil para 627,8 milhões, disponibilizados pela Relatoria-Geral do PPA, com a distribuição nos programas e ações que se acham indicados no relatório já distribuído, e que totalizam os seguintes valores por programa: Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, 18 milhões; Gestão Urbana, 11,6 milhões; Morar Melhor, 314 milhões; Municipalização do Turismo, 13 milhões; Nosso Bairro, 15 milhões; Reestruturação das Regiões Metropolitanas, 33 milhões; Saneamento é Vida, 11,8 milhões; Infra-Estrutura Urbana, 210 milhões.

Decisões sobre as emendas.

Tendo em conta que as normas que orientam a apreciação do Projeto de Lei do PPA não estabelecem ordem de prioridade entre as emendas individuais e coletivas, esta Relatoria entendeu ser mais funcional e apropriado apreciá-las em conjunto, dando a devida atenção às de autoria das bancadas e Comissões, no contexto de cada categoria de ação ou objeto, depois de ajustar o seu enquadramento aos programas mais apropriados, sempre que evidenciadas associações equivocadas. Importa ter presente que os instrumentos de apoio à formulação das emendas ao PPA ainda são bem menos elaboradas do que as peculiares à Lei Orçamentária Anual, do que resulta maior número de inconsistências na formulação dessas proposições, requerendo, com freqüência, a realização de ajustes de enquadramento por parte da Relatoria.

Esse problema, já bastante significativo, foi ampliado pelo fato de o PL nº 19/99-CN ter sido estruturado de forma totalmente inovadora em relação às versões anteriores, utilizando novas taxonomias e forma de sistematização dos dados.

Não obstante o número apreciável, para não dizer a maioria, das emendas tenham sido formuladas com violação ao item 7 das normas baixadas pela Comissão Mista, por realizar a particularização das ações em locais, o que já foi amplamente discutido, Estados, microrregiões ou Municípios, assumindo a feição de autênticos subtítulos orçamentários, esta Relatoria Adjunta optou por analisá-las quanto ao seu mérito, subordinando a regionalização dos valores ao critério geral exposto no item 1, 2 e 3 deste Relatório.

Pareceu ao Relator ser a forma mais apropriada de valorizar tais iniciativas, de inquestionável mérito político e institucional, do que simplesmente rejeitá-las ou propor à Presidência da Comissão Mista que tais fossem tidas como prejudicadas.

Emendas ao texto.

Como já salientamos, foram apresentadas 7 emendas ao texto desta modalidade. A Relatoria é favorável à aprovação de 5 destas e pela rejeição de 2, pelos fundamentos aprovados no Relatório distribuído.

Emendas ao demonstrativo de ações. Valores.

Como já salientado, foram apresentadas 302 emendas dessa natureza no tocante a programas de ações vinculadas à área temática de atuação desta relatoria adjunta. Em relação a estas, após cuidadosa análise, estabelecemos as seguintes decisões: 270 emendas aprovadas, por meio de 14 emendas de Relator, onze com ajustes de redação, regionalização e valor.

Foram rejeitadas 21 emendas com os fundamentos apontados em nosso relatório, sobretudo por destinarem recursos a programas típicos do setor privado.

Emendas do Relator. No desempenho de suas atribuições, esta Relatoria Adjunta deparou com a necessidade de reformular 16 emendas de Relator Adjunto, orientadas para criação de novos programas e ações, necessários à melhor sistematização da programação do Governo, no período coberto pelo projeto em análise. Tais emendas, que integram este Relatório sob a forma de anexo, baseiam-se nos seguintes fundamentos.

Sr. Presidente, eu vou me permitir não ler os fundamentos, porque são 10 e já estão consignados no Relatório já distribuído.

Recomendações ao Relator-Geral.

No desenvolvimento de duas atividades da Relatoria Adjunta, esta defrontou-se com alguns problemas e situações que requerem providências, parte de imediato e parte no futuro, a fim de facilitar o processo de apreciação do PPA e dar maior densidade e expressividade ao Plano Plurianual como instrumento de gerência da ação do setor público de sinalização de rumos para o setor privado. Dentre tais, julgamos particularmente importantes os seguintes:

a) Que a Relatoria-Geral confira prioridade à destinação dos recursos adicionais às ações relativas à habitação, saneamento, estrutura urbana, a cargo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, tendo em vista que as alocações realizadas por esta Relatoria Adjunta, limitada pelo restrito montante do recursos disponibilizados pela Relatoria-Geral, ficaram muito aquém do mínimo necessário para dar cobertura aos montantes não alocados nas ações. Assim, segundo nossas avaliações, é necessário que se realizem os seguintes acréscimos nos programas

com detalhamento das ações indicadas no Relatório, ou seja: Gestão Urbana, mais 5 milhões; Morar Melhor, 1,9 bilhões; Nosso Bairro, 75 milhões; Reestruturação de Regiões Metropolitanas, 217 milhões; Saneamento é Vida, 65 milhões; e Infra-estrutura Urbana, 970 milhões.

b) Que a Relatoria-Geral estude a possibilidade de realizar alocações adicionais para ação Saneamento de Apoio à Municipalização do Turismo, essencial para atrair e manter apreciáveis fluxos turísticos em muitos dos pólos existentes.

c) Que se atente para o fato de que, em decorrência do acolhimento dado às emendas apresentadas ou por intermédio de emendas de Relator, devem ser realizadas as seguintes alterações na estrutura do PPA:

I – Criação de Programas:

1) Infra-estrutura Urbana;

2) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.

II – Criação de dez novas ações, conforme apontado no texto do nosso Relatório.

III – Mudança na Vinculação de Ações a Programas.

As ações Estudos para o Combate ao Desperdício da Água; Projeto de Melhoria de Qualidade e Aumento da Produtividade da Construção Habitacional e Estudos para Modernização e o Reordenamento Institucional e Operacional do Setor do Transporte Coletivo Urbano; ora vinculadas aos Programas de Gestão Urbana e Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano devem passar a vincular-se ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat;

IV – Mudança em Título de Programas e Ações:

O Programa Reestruturação de Regiões Metropolitanas passa a denominar-se Reestruturação Urbana de Capitais e Municípios Limítrofes, e ação de Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População de 15 mil a 75 mil habitantes passa a denominar-se Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População de até 75 mil habitantes.

Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

Pergunto se já posso proferir o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Tem V. Exa. a palavra para proferir o voto.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Voto desta Relatoria Adjunta.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19/99-CN, na forma da Mensagem nº 8399/99, relativamente a esta Área Temática (Planejamento e Desenvolvimento Urbano), com as alterações decorrentes das emendas aprovadas na forma indicada neste Relatório.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão o Relatório apresentado pelo Senador Moreira Mendes, referente à Área Temática X — Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Peço licença ao Deputado João Leão o uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – O Senador Moreira Mendes fez um relatório exatamente de acordo com a norma que foi definida. Existe uma norma, que nós aprovamos nesta Comissão, onde está escrito: normas para apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual, que diz, no seu art. 7º, item VII, exposto no Relatório do Senador, na pág. 6:

"VII – Não serão apresentadas emendas cujo objetivo seja caracterizado como típico de subtítulo da Lei Orçamentária Anual, ou seja, dos atuais subprojetos de subatividades.

1) O disposto neste item VII aplica-se especialmente ao desdobramento local, estadual ou microrregional e municipal de dotações genéricas."

Então, tem uma norma para isso, que está explicitada nesse Relatório. E parece-me que o papel do Relator vai ser cumprir essa norma que está aí.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Sr. Presidente, não é para contraditar, não. Nós pedimos licença ao Deputado Alberto Goldman. Só quero dizer o seguinte. O meu relatório está idêntico ao Relatório do Senador. Cumpri todas as normas. Mas tem o seguinte: nessas duas ações, nessas duas áreas que o Governo abriu o guarda-chuva, os relatores abriram também. Então, foram exclusivamente as duas áreas que foram abertas. Penso que não devemos continuar discutindo isso.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – A norma fomos nós que aprovamos aqui: "Não serão apresentadas emendas...." Podemos até dizer o seguinte: o Governo apresentou e nós decidimos que não apresentaríamos emendas desse tipo. Nós podemos, repito: "Não serão apresentadas emendas cujo objeto seja caracterizado como típico..." Emendas no geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Emendas de Subtítulo?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Não, não. Emendas... "Não serão apresentadas emendas..." por nós, Deputados. É isso que está escrito. Mas não quer dizer, repito, novamente... Se o Executivo fez uma abertura além do que se deve, o nosso papel é também retificar o que o Executivo fez de errado.

**O SR. SENADOR MOREIRA MENDES** – Concordo plenamente com o que V. Exa. está dizendo: se o Executivo colocou, tem de ser modificado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação de forma englobada.

Vou convidar, e o faço, em primeiro lugar, pedindo permissão aos demais Relatores — estamos designando para três áreas temáticas, mas os titulares não estão presentes —, o Senador José Alencar para ler o relatório da Área Temática relativa à Saúde — Área Temática VII. É o relatório do Senador Lúcio Alcântara, que não está presente. Dentro das atribuições e das normas regimentais, vamos designar o Senador José Alencar apenas para a leitura e discussão do relatório.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, é com grande satisfação que vou apresentar sucintamente o relatório do eminente colega, Senador Lúcio Alcântara.

Proposta de PPA para 2000/2003

A proposta de PPA 2000/2003 apresenta 77,5 bilhões de recursos para o Ministério da Saúde, dos quais 77,1 bilhões são financiados com recursos orçamentários, distribuídos em 38 programas cujas ações são executadas pelo Ministério. Apenas 51% desse montante estão regionalizados — 39,4 bilhões.

Em relação ao total, a Região Sudeste recebeu a maior parte dos recursos — 22,3% —, seguida da Região Nordeste, com 13,6%, e a Região Sul, com 7,5%, e Norte, com 4,8%, e o Centro-Oeste, com 3,1%. Em relação somente aos recursos regionalizados, excluindo-se os recursos do tipo nacional, essa participação se altera, sendo que a Região Sudeste passa a açambarcar 43,6% dos recursos, a Região Nordeste, 26,8%, a Região Sul, 14,7%, a Região Norte, 8,6%, e a Centro-Oeste, 6,2%.

O total de emendas de valor apresentadas ao PPA na área de Saúde foi de 221 emendas, no valor de 77,6 bilhões, ou seja, quase 100% a mais do que foi proposto pelo Poder Executivo — 77,2 bilhões. No cômputo geral, as emendas da Saúde representam 7,7% do quantitativo total de emendas apresentadas ao PPA — 2.877 — e cerca de 24% do valor total pleiteado — 316,7 milhões.

Das 221 emendas, 175 são individuais e 46 coletivas. As emendas individuais somam 41,6 bilhões, representando 53,5% do total. As coletivas somam 36,1 bilhões, representando 46,5% do total de emendas.

Dentre as coletivas, 31 são de bancadas estaduais, somando 2,5 bilhões; 3 são de bancadas regionais, com 425 milhões; 3 de Comissões do Senado, com 116,2 milhões, e 9 são de Comissões da Câmara, com 33 bilhões.

Apesar do grande volume de recursos demandado pelos Parlamentares, esta Relatoria Setorial foi contemplada com apenas 1,1 bilhão em recursos extras, provenientes da estimativa de receita efetuada no âmbito da Relatoria-Geral.

Assim, o critério geral adotado para o atendimento das emendas foi dar prioridade às emendas de bancadas, seguidas das de Comissões e das individuais. Ressalte-se que as emendas individuais que continham subtítulo relacionado à localidade foram rejeitadas por contrariarem o que estabelece os itens 7, 7.1 e 7.2 das normas para apreciação do PPA 2000/2003.

As emendas de bancada receberam 72% dos recursos.

Quanto às Comissões e às emendas individuais, a maioria foi atendida pelo critério das necessidades de cada programa.

Assim sendo, passamos à leitura do Voto do Relator, Senador Lúcio Alcântara.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Plano Plurianual para o Período 2000/2003, no que concerne aos órgãos e entidades tratados pela relatoria da Área da Saúde, nos termos apresentados pelo Poder Executivo e com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Sala das sessões, março de 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão o Relatório da Área Temática VII, referente à Saúde, apresentada pelo nobre Senador José Alencar, em substituição ao Relator Adjunto Senador Lúcio Alcântara.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, quando aprovamos a Lei do Orçamen-

to Anual 2000, V. Exas. acompanharam bem o que foi a luta da Saúde Pública brasileira para ver pelo menos o per capita do Sistema Único de Saúde sofrer ou passar por uma adaptação na ordem de 1,5 bilhão para o ano em curso. Houve todo um esforço no sentido de uma negociação. Porém, não sei se o Plano Plurianual está adaptado a essa nova realidade.

O Relator não se encontra presente, mas louvo o Senador José Alencar por estar apresentando o relatório. Quero passar a V. Exa. essa questão e registrar que meu voto, e acredito que de nossa bancada, guarda um senão. Quer dizer, é um voto para tramitar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – É um processo de equalização do tratamento.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Exatamente, equalização com ampliação dos recursos da Saúde. Ou seja, daremos um voto aqui, mas já registrando este ponto de vista, que é, hoje, não só um ponto de vista político para novos aportes de recursos para a Saúde, mas também um ponto de vista técnico, porque no Orçamento 2000 essa questão já está contemplada.

Portanto, gostaria apenas de registrar que acolho com ressalvas de mérito, com ressalvas profundas, não ao trabalho do Relator, que é meritório, menos ainda ao Senador que o substituiu, mais meritório ainda, mas ao que se refere ao resultado final da peça legal.

Era isso que queria registrar. Tenho certeza de que V. Exa., ao fazer o acerto final do seu Relatório, ficará atento a essa questão, alvo de intensa disputa na aprovação final do Orçamento 2000, para que a Saúde tenha pelo menos assegurado no quadriênio um **per capita** compatível com a sobrevivência do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão a matéria.

Com a palavra, o Deputado Alberto Goldman.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, chamo a atenção de V. Exa.: prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores. Temos 11 milhões para o Estado do Amazonas, e temos o item seguinte: melhoria habitacional para o controle da Doença de Chagas. Não é área de saúde, mas melhoria habitacional para controle da Doença de Chagas na Bahia — 52 milhões. Total da prevenção de doenças transmissíveis, 65 milhões. Desses 65 milhões, temos 11 milhões no Amazonas, 52 milhões para melhoria habitacional. Não é, repito, propriamente área de saúde; é área habitacional que está aí.

É só para chamar a atenção das correções, das adequações que V. Exa. vai fazer.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Eu só gostaria de dizer ao colega Alberto Goldman, ao nobre Deputado, que melhorias habitacionais é uma questão de saúde. Meu caro Alberto Goldman, em São Paulo não acontecem essas coisas; em São Paulo não existem casas com parede de palha; em São Paulo não existem casas de piso de areia. Essas coisas acontecem no Nordeste, onde temos um enorme surto do barbeiro, o transmissor da Doença de Chagas. Para V. Exa. ter uma idéia, a Fundação Nacional de Saúde verificou que na região do São Francisco, nas casas de palha, a média é de 132 barbeiros por residência. É por isso que se destina tamanha verba para enfrentar a doença.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Em primeiro lugar, não tenho nenhuma divergência no sentido de que se destinem 52, 152 ou 252 milhões em melhorias habitacionais na Bahia, a fim de que se enfrente a questão da Doença de chagas. Mas o local apropriado não é o Ministério da Saúde, certamente. O sistema da saúde não vai fazer um programa habitacional para a Bahia, para a Paraíba, para o Piauí...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Meu caro Goldman, o Exército está construindo...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Deixe-me avançar.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Um aparte, Deputado Goldman...

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – O Exército está construindo... O Ministério do Exército está construindo nessa região, onde existe foco — 1.596 casas. É um caso de calamidade pública!

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Sr. Presidente, essa é uma questão que deve estar posta no local correto, em primeiro lugar. Em segundo lugar, vamos investir na Bahia. Mas a região de Minas Gerais, que tem limites com a Bahia, deve ter problemas muito parecidos, assim como em todo o Brasil, até em São Paulo, apesar de menos, evidentemente, e acabaremos ficando sem essa visão global que o PPA tem que ter.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Concede-me um aparte, Deputado Alberto Goldman, antes de passar para o outro item?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Eu gostaria de responder ao Deputado antes de passar para outro assunto

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Eu estou discutindo esse assunto. Deputado Alberto Goldman, eu não conheço exatamente esse programa, mas conheço bem a região, até porque sou do sertão mineiro, quase das barrancas do São Francisco, região onde

foi pesquisada originalmente a Doença de Chagas. Então, o trabalho que é feito no combate da doença de chagas não pode ser apenas o químico. Eu não sei qual o tamanho da intervenção que é feita para essa melhoria. Evidentemente, não teria sentido um programa habitacional no Ministério da Saúde. Teria tudo a ver com a saúde, até porque os agentes que fazem a identificação dos problemas da moradia e pequenas intervenções para evitar a proliferação do vetor, que é o barbeiro, é feito pelo Ministério da Saúde e com técnicos que até conhecem as famílias, as casas etc. São intervenções leves.

V. Exa. tem toda razão, Deputado João Leão, pois existem distorções também. Eu queria chamar atenção para algo. Alocam-se, muitas vezes, programas com recursos. São recursos específicos para a Saúde que são aplicados em outros setores.

Vi, com certo espanto — não foi neste projeto... Recentemente, tramitou nesta Casa proposta de recursos para a Lagoa Rodrigo de Freitas, colocados no orçamento do Ministério da Saúde, dado o problema, quem sabe, grave, emergencial, de **marketing**, talvez por não conseguir recursos de outro lugar. Gostaria que alguém me explicasse isso. Esses recursos foram colocados no orçamento da Saúde, porque esses podem ter liberação imediata.

Mas isso tramitou nesta Casa. E, para não ficar barrando recursos para uma obra importante, achou-se melhor calar. Mas ocorre que tramitaram recursos para a Lagoa Rodrigo de Freitas no Ministério da Saúde. Temos que analisar com cuidado esse tipo de coisa, senão teremos um mascaramento dos recursos da Saúde, que servirão de guarda-chuva para todo tipo de aplicação. Tudo, no fundo, tem um pouco a ver com a saúde.

Agora, no caso específico, Deputado Alberto Goldman, sem querer dar um pronunciamento final...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN** – Principalmente o salário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Sr. Deputado, eu pediria a compreensão de V. Exa., pois já foi convocada reunião da Comissão Mista de Orçamento, às 18h. Pediria, então, que encerrasse esse debate.

**O SR. SENADOR JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, quero apenas dizer que, além das considerações feitas pelo Deputado Virgílio Guimarães, o programa já traz ação com essa denominação: saúde preventiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Eu também entendo que as ações são preventivas, desde a segurança, o transporte, as condições de habitabilidade. Agora, é claro que temos que enquadrar dentro do programa da área temática.

Não havendo quem queira discutir, encerro a mesma e convido o Deputado João Leão para proceder à leitura do Relatório da Área Temática I, referente a Poderes do Estado e Representação, que tem como relator titular adjunto o Deputado Paulo Braga. Como S. Exa. não está presente, designo o Deputado João Leão para a leitura do Relatório do Deputado Paulo Braga.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** – Bem, Sr. Relator-Geral, Srs. Deputados, Srs. assessores, gostaria de frisar que a equipe que fez o relatório do Deputado Paulo Braga foi a mesma equipe que elaborou meu relatório, chefiada pelo Dr. Chetine, pelo Gardel e pelo João Batista, equipe de peso e de tradição. Vamos ler o Relatório da Área Temática I — Poderes do Estado e Representação; Relator Adjunto Deputado Paulo Braga.

Na área de Poderes do Estado e Representação, os valores constantes da totalizaram da proposta para os 4 anos do PPA totalizaram 49 bilhões, 405 milhões, 241 mil, 869 reais. Esse montante representa, em termos relativos, 4,36% do total previsto no plano, que tem o valor de 1 trilhão, 113 bilhões, 323 milhões, 788 mil, 733 reais. Os Anexos I e II mostram, respectivamente, a relação dos programas e de seus totais, bem como a distribuição desses valores por órgão.

Foram apresentadas, no âmbito da Área Temática I, 28 emendas que totalizam 696 milhões, 915 mil, 323 reais.

O atendimento das emendas, conforme indicado no anexo relativo às emendas, adotou como prioridade o fortalecimento das empresas voltadas à informatização do Poder Judiciário. Não houve, portanto, necessidade se criar nenhum programa novo. A maioria das emendas puderam ser enquadradas nos programas já existentes.

Voto:

Diante do exposto, somos pela aprovação da proposta do Plano Plurianual para o período 2000/2003, Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, no que concerne aos órgão e entidades tratados pela relatoria da Área Temática I — Poderes de Estado e Representação, com as alterações sugeridas.

Sala das sessões, 24 de fevereiro de 2000. Deputado Paulo Braga, Relator Adjunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão o Relatório lido pelo Deputado João Leão, de autoria do Deputado Paulo Braga, ausente, sobre a Área Temática I — Poderes de Estado e Representação.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação, também de forma global, ao final da discussão da última Área Temática, a de nº IV.

Convido o Deputado Silas Brasileiro para que, na ausência do Relator Adjunto titular, Deputado Roberto Balestra, do PPB de Goiás, proceda à leitura do relatório adjunto sobre a Área Temática Agricultura e Política Fundiária

**O SR. DEPUTADO SILAS BRASILEIRO** – Sr. Relator, à Área Temática IV — Agricultura e Política Fundiária foram apresentada sendo 277 emendas, sendo 200 do Ministério da Agricultura e 77 do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dessas, 227 são individuais e 50 coletivas.

O valor total das emendas apresentadas é de 38 bilhões, e o valor atendido, 774 milhões. São 220 do Ministério do Desenvolvimento Agrário e 554 do Ministério da Agricultura, recursos esses repassados pelo Relator-Geral.

As prioridades são para as emendas coletivas, devido à probabilidade de incluir na programação e na formulação de políticas públicas.

Entendendo a finalidade e o caráter ordenador do PPA, evitamos a aprovação de emendas paroquiais. Também evitamos ao máximo criar programas novos. Para isso, fizemos exatamente o que sugere o Deputado Alberto Goldman. Fizemos 17 emendas de relator, sendo 12 aglutinando ações semelhantes em títulos mais apropriados e 5 adequando títulos dos programas e ações. Criamos apenas 2 programas. Um já tinha sido criado no âmbito do PL nº 20/99-CN, que é o Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, e, o outro, para abrigar as ações do setor sucroalcooleiro já mencionado.

Voto do Relator:

Pelo exposto, somos pela aprovação do PL nº 20/99-CN, na forma da Mensagem nº 839/99-CN.

Esta é a Área Temática IV — Agricultura e Política Fundiária — com as alterações decorrentes das emendas aprovadas na forma indicada neste relatório e nos quadros anexos.

Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, conforme deliberação do colegiado, vamos colocar agora em votação, em globo, as diversas Áreas Temáticas que compõem o Plano Plurianual 2000/2003 (Projeto de Lei nº 19/99).

Área Temática I – Poderes do Estado e Representação; Área Temática II – Justiça e Defesa; Área Temática III – Fazenda e Desenvolvimento; Área Temática IV – Agricultura e Política Fundiária; Área Temática V – Infra-estrutura; Área Temática VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Área Temática VII – Saúde; Área Temática VIII – Previdência e Assistência Social; Área Temática IX – Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo. E, finalmente, Área Temática X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Os Relatórios foram apresentados pelos Relatores Adjuntos titulares e, na ausência de três deles, por relatores aqui designados.

Portanto, em votação os relatórios aqui mencionados. Quem estiver de acordo permaneça como está. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade. (Palmas.)

Registro a presença do Deputado Paulo Braga, embora já tenhamos designado, na sua ausência temporária, um Relator para ler o seu parecer – um Relator não menos brilhante.

**O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA** – Diria até que mais brilhante, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Renato Vianna) – Então, por unanimidade estão aprovados os relatórios das áreas temáticas aqui mencionadas.

Declaro encerrada a sessão, e deixo o espaço da Comissão livre para que possa ser realizada a reunião da Comissão Mista de Orçamento, previamente convocada para esta hora.

Peço aos Parlamentares presentes, Deputado Paulo Braga, que assinem o livro de presença.

Está encerrada a reunião.

**Segunda Sessão Legislativa Ordinária**
**Qüinquagésima Primeira Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO Nº 12, DE 2000

Convocada para às dez horas do dia onze de maio de 2000, deixou de ser realizada a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no *caput do art. 29 da Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional*. Foi registrada a presença dos membros: – **Deputados titulares:** Alberto Goldman, Átila Lins, César Bandeira, Eunício Oliveira, José Carlos Elias, Jovair Arantes, Márcio Reinaldo Moreira, Pedro Chaves, Santos Filho, Virgílio Guimarães e Waldemir Moka; – **Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares e José Alencar; – **Deputados suplentes:** Dr. Benedito Dias, Fernando Coruja e João Tota. Não houve registro de presença dos Senadores suplentes. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Airton Dipp, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Armando Abílio, Basílio Villani,

Ben-hur Ferreira, Carlito Merss, Carlos Melles, Cleonâncio Fonseca, Damião Feliciano, Danilo de Castro, Djalma Paes, Eujácio Simões, Eurípedes Miranda, Félix Mendonça, Fernando Gonçalves, Fernando Marroni, Freire Junior, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Iberê Ferreira, João Caldas, João Coser, João Fassarella, João Leão, Jorge Khoury, José Chaves, José Lourenço, José Priante, Lael Varella, Laura Carneiro, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilson Mourão, Osvaldo Coêlho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Henry, Renato Vianna, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Rommel Feijó, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Vadão Gomes, Wilson Braga e Wilson Santos – **Senadores titulares:** Antero Paes de Barros, Edison Lobão, Eduardo Siqueira Campos, Eduardo Suplicy, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Ramez Tebet, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, , Secretária, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Presidente e encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. **Senador GILBERTO MESTRINHO; Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não havendo número regimental para abertura dos trabalhos, esta reunião não será realizada.

Convoco os membros para a reunião a ser realizada na próxima terça-feira, dia 16 de maio, às 18h, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

**Segunda Sessão Legislativa Ordinária**
**Qüinquagésima Primeira Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO Nº 13, DE 2000

Convocada para às dezoito horas do dia dezesseis de maio de 2000, deixou de ser realizada a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Para constar, eu, , Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Presidente e encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. **Senador GILBERTO MESTRINHO; Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Não havendo número regimental para abertura dos trabalhos e estando a Câmara dos Deputados em Ordem do Dia, a presente reunião deixa de ser realizada.

Convoco a próxima para quinta-feira, dia 17, às 10h.

**Segunda Sessão Legislativa Ordinária**
**Qüinquagésima Primeira Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO Nº 14, DE 2000

Convocada para às dez horas do dia dezoito de maio de 2000, deixou de ser realizada a reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em virtude da realização simultânea da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Para constar, eu, , Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Presidente e encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. **Senador GILBERTO MESTRINHO; Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Coser) – Não havendo número regimental para abertura dos trabalhos e estando a Câmara dos Deputados em Ordem do Dia, a presente reunião deixa de ser realizada.

Convoco para terça-feira, dia 23 do corrente, às 15h, reunião extraordinária para apresentação, discussão e votação do relatório final do Plano Plurianual 2000/2003.

# COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**PRESIDENTE: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)**
**1° VICE-PRESIDENTE: Deputado JOVAIR ARANTES (PSDB/GO)**
**2° VICE-PRESIDENTE: Senador ROMERO JUCÁ (PSDB/RR)**
**3° VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO COSER (PT/ES)**
**Relator-Geral do Orçamento: Deputado CARLOS MELLES (PFL/MG)**

## DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PFL** | |
| ANTÔNIO C. KONDER REIS | 1 - JOÃO RIBEIRO |
| JAIME MARTINS | 2 - LUÍS BARBOSA |
| CÉSAR BANDEIRA | 3 – PAULO MARINHO |
| JORGE KHOURY | 4 – SÉRGIO BARCELLOS |
| JOSÉ LOURENÇO | 5 - ZILA BEZERRA |
| ÁTILA LINS | 6 – AROLDO CEDRAZ |
| LAEL VARELLA | 7 – DEUSDETH PANTOJA |
| LAURA CARNEIRO | 8 – VAGO |
| NEUTON LIMA | 9 – LUCIANO CASTRO |
| OSVALDO COELHO | 10 – CIRO NOGUEIRA |
| PAES LANDIM | 11 – FRANCISCO GARCIA |
| PAULO BRAGA | 12 – ARACELY DE PAULA |
| SANTOS FILHO | 13 -JOSÉ CARLOS COUTINHO |
| WILSON BRAGA | 14 - JOSÉ THOMAZ NONÔ |
| **PMDB** | |
| ARMANDO ABÍLIO | 1 – DARCÍSIO PERONDI |
| DAMIÃO FELICIANO | 2 - JOSÉ BORBA |
| FREIRE JÚNIOR | 3 - JOÃO HENRIQUE |
| JOSÉ CHAVES | 4 – JORGE ALBERTO |
| JOSÉ PRIANTE | 5 – MILTON MONTI |
| OSVALDO REIS | 6 – MÚCIO SÁ |
| PEDRO CHAVES | 7 – NORBERTO TEIXEIRA |
| RENATO VIANNA | 8 – OLAVO CALHEIROS |
| SILAS BRASILEIRO | 9 – PEDRO NOVAIS |
| WALDEMIR MOKA | 10 – VAGO |
| TETÉ BEZERRA | 11 – RICARDO NORONHA |
| EUNÍCIO OLIVEIRA | 12 – ALCESTE ALMEIDA |
| **PSDB** | |
| ALBERTO GOLDMAN | 1 - JOÃO ALMEIDA |
| BASÍLIO VILLANI | 2 - FÁTIMA PELAES |
| JOÃO LEÃO | 3 - PEDRO CANEDO |
| NÁRCIO RODRIGUES | 4 – RAIMUNDO G. MATOS |
| PEDRO HENRY | 5 - MÁRIO NEGROMONTE |
| JOVAIR ARANTES | 6 - MARCUS VICENTE |
| ANIVALDO VALE | 7 - B. SÁ |
| PAULO FEIJÓ | 8 - JÚLIO SEMEGHINI |
| DANILO DE CASTRO | 9 - RICARTE DE FREITAS |
| ROMMEL FEIJÓ | 10 - LÍDIA QUINAN |
| ROBERTO ROCHA | 11 – SÉRGIO GUERRA |
| PAULO MOURÃO | 12–ALEXANDRE SANTOS |

## DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PT** | |
| BEN - HUR FERREIRA | 1 - ANTONIO PALOCCI |
| CARLITO MERSS | 2 - PEDRO CELSO |
| FERNANDO MARRONI | 3 - JOSÉ PIMENTEL |
| JOÃO COSER | 4 - GILMAR MACHADO |
| JOÃO FASSARELLA | 5 - JOÃO PAULO |
| NILSON MOURÃO | 6 – LUIZ SÉRGIO |
| VIRGÍLIO GUIMARÃES | 7 – JOÃO GRANDÃO |
| **PPB** | |
| ALMIR SÁ | 1 - JOÃO TOTA |
| CLEONÂNCIO FONSECA | 2 - ELISEU MOURA |
| IBERÊ FERREIRA | 3 – PEDRO CORRÊA |
| MÁRCIO REINALDO MOREIRA | 4 – DR. BENEDITO DIAS |
| NELSON MEURER | 5 – RICARDO BARROS |
| ROBERTO BALESTRA | 6 – VAGO |
| VADÃO GOMES | 7 – VAGO |
| **PTB** | |
| FÉLIX MENDONÇA | 1 - EDUARDO PAES |
| JOSÉ CARLOS ELIAS | 2 – RENILDO LEAL |
| FERNANDO GONÇALVES | 3 – NELSON MARQUEZELLI |
| **PDT** | |
| AIRTON DIPP | 1 – POMPEO DE MATTOS |
| GIOVANNI QUEIROZ | 2 – OLÍMPIO PIRES |
| EURÍPEDES MIRANDA | 3 – FERNANDO CORUJA |
| **BLOCO (PSB/PC do B)** | |
| SÉRGIO MIRANDA | 1 – GIVALDO CARIMBÃO |
| GONZAGA PATRIOTA | 2 – PEDRO EUGÊNIO |
| DJALMA PAES | 3 – AGNELO QUEIROZ |
| **BLOCO (PL/PST/PMN/PSD/PSL)** | |
| EUJÁCIO SIMÕES | 1 – MARCOS CINTRA |
| JOÃO CALDAS | 2 – VAGO |

# SENADORES

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| **PMDB** | |
| RAMEZ TEBET | 1 – MARLUCE PINTO |
| WELLINGTON ROBERTO | 2 – CARLOS BEZERRA |
| LUIZ ESTEVÃO | 3 – ALBERTO SILVA |
| JOSÉ ALENCAR | 4 – GILVAM BORGES |
| GILBERTO MESTRINHO | 5 - NEY SUASSUNA |
| NABOR JÚNIOR | 6 - JOÃO ALBERTO SOUZA[2] |
| MAURO MIRANDA | 7 – VAGO |
| **PFL** | |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 1 – VAGO |
| MOREIRA MENDES | 2 – ROMEU TUMA |
| EDISON LOBÃO | 3 – HUGO NAPOLEÃO |
| CARLOS PATROCÍNIO | 4 – VAGO |
| JONAS PINHEIRO | 5 – VAGO |
| **PSDB** | |
| ROMERO JUCÁ | 1 – VAGO |
| ANTERO PAES DE BARROS | 2 – SERGIO MACHADO |
| LUIZ PONTES | 3 – LUZIA TOLEDO[3] |
| LÚCIO ALCÂNTARA | 4 – VAGO |
| **BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)** | |
| | 1 – ROBERTO SATURNINO |
| EDUARDO SUPLICY | 2 – VAGO |
| SEBASTIÃO ROCHA | 3 – VAGO |
| TIÃO VIANA | 4 – VAGO |
| **PPB** | |
| LUIZ OTÁVIO[1] | 1- ERNANDES AMORIM |

Atualizado em 20/6/2000.

(1) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.
(2) Licenciado do exercício do mandato, em 22/5/2000.
(3) Afastada do exercício do mandato, em 31/5/2000.

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
## (Representação Brasileira)

### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

| MESA DIRETORA | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO | TÍTULO | NOME | PART | UF | GAB | FONE | FAX |
| PRESIDENTE | DEPUTADO | JULIO REDECKER | PPB | RS | 621 | 318 5621 | 318 2621 |
| VICE-PRESIDENTE | SENADOR | JOSÉ FOGAÇA | PMDB | RS | *07 | 311 1207 | 223 6191 |
| SECRETÁRIO-GERAL | SENADOR | JORGE BORNHAUSEN | PFL | SC | ** 04 | 311 4206 | 323 5470 |
| SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO | DEPUTADO | FEU ROSA | PSDB | ES | 960 | 318 5960 | 318 2960 |

| MEMBROS TITULARES | | | | | MEMBROS SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SENADORES | | | | | | | | | |
| NOME | UF | GAB | FONE | FAX | NOME | UF | GAB | FONE | FAX |
| PMDB | | | | | | | | | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS | *07 | 311 1207 | 223 6191 | PEDRO SIMON | RS | *** 03 | 311 3230 | 311 1018 |
| CASILDO MALDANER | SC | #14 | 311 2141 | 323 4063 | MARLUCE PINTO | RR | ** 08 | 311 1301 | 225 7441 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR | *** 09 | 311 2401 | 3234198 | AMIR LANDO | RO | ### 15 | 311 3130 | 323 3428 |
| PFL | | | | | | | | | |
| JORGE BORNHAUSEN | SC | ** 04 | 311 4206 | 323 5470 | DJALMA BESSA | BA | # 13 | 311 2211 | 224 7903 |
| GERALDO ALTHOFF | SC | ### 05 | 311 2041 | 323 5099 | JOSÉ JORGE | PE | @ 04 | 311 3245 | 323 6494 |
| PSDB | | | | | | | | | |
| ANTERO PAES DE BARROS | MT | ** 24 | 311 1248 | 321 9470 | GERALDO LESSA | AL | #02 | 311 1102 | 323 3571 |
| PEDRO PIVA | SP | @01 | 311 2351 | 323 4448 | LÚZIA TOLEDO(1) | ES | *13 | 311 2022 | 323 5625 |
| PT/PSB/PDT/PPS | | | | | | | | | |
| EMÍLIA FERNANDES | RS | ##59 | 311-2331 | 323-5994 | ROBERTO SATURNINO | RJ | # 11 | 311 4230 | 323 4340 |

| LEGENDA: | | |
|---|---|---|
| * ALA SEN. AFONSO ARINOS | # ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA | @ EDIFÍCIO PRINCIAL |
| **ALA SEN. NILO COELHO | ## ALA SEN. TANCREDO NEVES | @ ALA SEN. RUY CARNEIRO |
| ***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA | ### ALA SEN. FELINTO MÜLLER | *# ALA SEN. AFONSO ARINOS |
| @@@ALA SEN. DENARTE MARIZ | | |

(1) Afastada do exrcício do mandato, em 31/5/2000.

| MEMBROS TITULARES | | | | | MEMBROS SUPLENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **DEPUTADOS** | | | | | | | | | |
| NOME | UF | GAB | FONE | FAX | NOME | UF | GAB | FONE | FAX |
| PFL | | | | | | | | | |
| NEY LOPES | RN | 326 | 318 5326 | 318 2326 | MALULY NETTO | SP | 219 | 318 5219 | 318 2219 |
| SANTOS FILHO | PR | 522 | 318 5522 | 318 2522 | LUCIANO PIZZATTO | PR | 541 | 318 5541 | 318 2541 |
| PMDB | | | | | | | | | |
| CONFÚCIO MOURA | RO | * 573 | 318 5573 | 318 2573 | EDISON ANDRINO | SC | 639 | 318 5639 | 318 2639 |
| GERMANO RIGOTTO | RS | 838 | 318 5838 | 318 2838 | OSMAR SERRAGLIO | PR | 845 | 318 5845 | 318 2845 |
| PSDB | | | | | | | | | |
| NELSON MARCHEZAN | RS | # 13 | 318 5963 | 318 2963 | MARISA SERRANO (*) | SP | 225 | 318 5225 | 318 2225 |
| FEU ROSA | ES | 960 | 318 5960 | 318 2960 | JOÃO HERRMANN NETO | SP | 637 | 318 5637 | 318 5637 |
| PPB | | | | | | | | | |
| JÚLIO REDECKER | RS | 621 | 318-5621 | 318-2621 | CELSO RUSSOMANNO | SP | 756 | 318 5756 | 318 2756 |
| PT | | | | | | | | | |
| LUIZ MAINARDI | RS | *369 | 3185369 | 3182369 | PAULO DELGADO | MG | * 268 | 318 5268 | 318 2268 |

| LEGENDA: |
|---|
| * GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III |
| # GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II |

| SECRETARIA DA COMISSÃO: |
|---|
| ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900 |
| FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154 |
| http//www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)<br>e_mail - mercosul@abordo.com.br |
| SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO |
| ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO |

# PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

| | |
|---|---|
| Assinatura DCD ou DSF s/o porte | R$ 31,00 |
| Porte de Correio | R$ 96,0 |
| Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada) | R$ 127,60 |
| Valor do número avulso | R$ 0,30 |
| Porte avulso | R$ 0,80 |

# PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

| | |
|---|---|
| Assinatura DCD ou DSF s/o porte | R$ 62,00 |
| Porte de Correio | R$ 193,20 |
| Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada) | R$ 255,20 |
| Valor do número avulso | R$ 0,30 |
| Porte avulso | R$ 0,80 |

**ug = 020002**
**gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8**, ou **recibo de depósito** via **FAX (0xx61) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Conheça algumas de nossas publicações

**Revista de Informação Legislativa** – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R$ 10,00

Edições anteriores: R$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R$ 40,00

**Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**
Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R$ 5,00

**Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm**

## Para adquirir uma ou mais publicações:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**
**70.165-900 - Brasília - DF**

| Nome: | | | |
|---|---|---|---|
| Endereço: | | | |
| Cidade: | CEP: | | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R$) | Preço Total (R$) |
| | | | |

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Conselhos aos Governantes

## Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R$ 30,00

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm**

---

**Para adquirir essa ou outra publicação:**

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

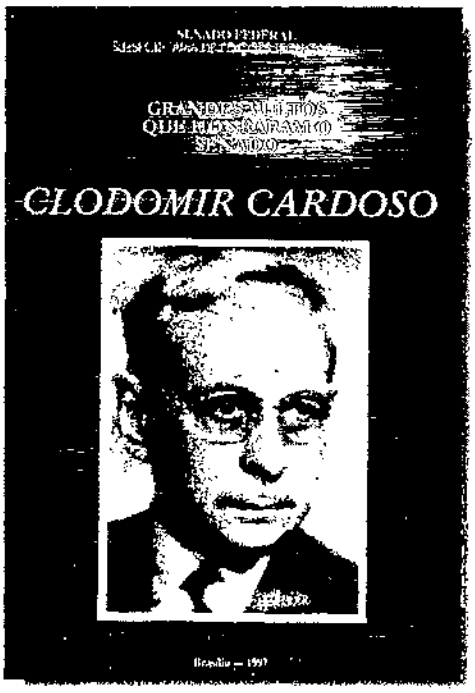
**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**
**70.165-900 - Brasília - DF**

| Nome: | | | |
|---|---|---|---|
| Endereço: | | | |
| Cidade: | CEP: | | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R$) | Preço Total (R$) |
| | | | |

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Clodomir Cardoso

## Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado




Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R$ 10,00

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm**

---

**Para adquirir essa ou outra publicação:**

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado *do comprovante* **ORIGINAL** *do depósito, para:*

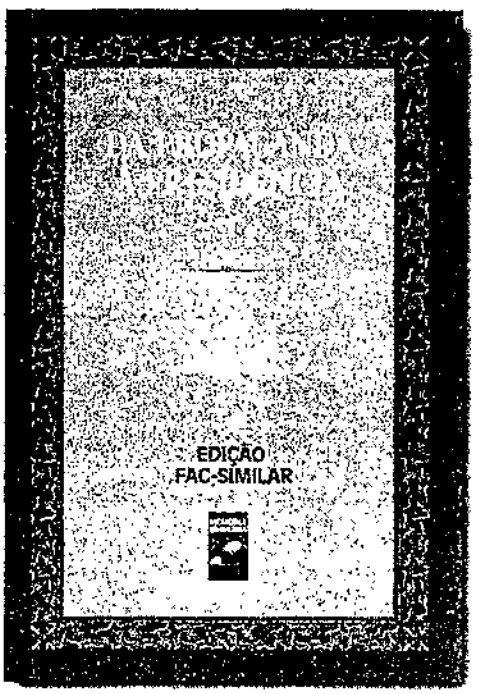
**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**
**70.165-900 - Brasília - DF**

| Nome: | | | |
|---|---|---|---|
| Endereço: | | | |
| Cidade: | CEP: | | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R$) | Preço Total (R$) |
| | | | |

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Da Propaganda à Presidência

## Coleção Memória Brasileira




Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R$ 8,00

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm**

---

**Para adquirir essa ou outra publicação:**

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**
**70.165-900 - Brasília - DF**

| Nome: | | | |
|---|---|---|---|
| Endereço: | | | |
| Cidade: | CEP: | | UF: |
| Publicação | Quantidade | Preço Unit. (R$) | Preço Total (R$) |
| | | | |

**EDIÇÃO DE HOJE: 512 PÁGINAS**